TESE DE DOUTORAMENTO

CALE e os *CALLAECI*

Territórios e comunidades na foz do rio Douro
entre a Proto-história e a Romanidade

António Manuel dos Santos Pinto da Silva

Vol. I - Texto

ESCOLA DE DOUTORAMENTO INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO
EN ESTUDOS CULTURAIS: MEMORIA, IDENTIDADE, TERRITORIO E LINGUAXE

LUGO
2021

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

DECLARACIÓN DO AUTOR DA TESE

CALE e os *CALLAECI*
Territórios e comunidades na foz do rio Douro
entre a Proto-história e a Romanidade

D. António Manuel dos Santos Pinto da Silva

Presento a miña tese, seguindo o procedemento axeitado ao Regulamento, e declaro que:

1) A tese abarca os resultados da elaboración do meu traballo.
2) De selo caso, na tese faise referencia ás colaboracións que tivo este traballo.
3) A tese é a versión definitiva presentada para a súa defensa e coincide coa versión enviada en formato electrónico.
4) Confirmo que a tese non incorre en ningún tipo de plaxio doutros autores nin de traballos presentados por min para a obtención doutros títulos.

En 15 de outubro de 2021

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

AUTORIZACIÓN DO DIRECTOR DA TESE

CALE e os *CALLAECI*
Territórios e comunidades na foz do rio Douro
entre a Proto-história e a Romanidade

D. Manuel Villanueva Acuña

INFORMA

Que a presente tese, correspóndese co traballo realizado por D. António Manuel dos Santos Pinto da Silva, baixo a miña dirección, e autorizo a súa presentación, considerando que reúne os requisitos esixidos no Regulamento de Estudos de Doutoramento da USC, e que como director desta non incorre nas causas de abstención establecidas na Lei 40/2015.

En 15 de outubro de 2021

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

AUTORIZACIÓN DO DIRECTOR DA TESE

CALE e os *CALLAECI*
Territórios e comunidades na foz do rio Douro
entre a Proto-história e a Romanidade

D. Rui Manuel Lopes de Sousa Morais

INFORMA

Que a presente tese, correspóndese co traballo realizado por D. António Manuel dos Santos Pinto da Silva, baixo a miña dirección, e autorizo a súa presentación, considerando que reúne os requisitos esixidos no Regulamento de Estudos de Doutoramento da USC, e que como director desta non incorre nas causas de abstención establecidas na Lei 40/2015.

En 15 de outubro de 2021

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/95469/2013 (POPH-QREN, tipologia 4.1).

No âmbito da Bolsa de Doutoramento, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi instituição de acolhimento do doutorando em Portugal, tendo sido coorientador o Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Uxori optima filiabusque carissimis

Gratiis Deo immensis actis

A Gerardo Pereira,
pioneiro dos estudos sobre a etnogénese galaica

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

AGRADECIMENTOS

Ao concluir um trabalho que se estendeu por um tempo longo e envolveu apoios e colaborações numerosíssimas, a obrigação, imposta pelo respeito e amizade, de agradecer a quem me ajudou constitui uma tarefa gratificante mas que, simultaneamente, assume o risco de lacunas que podem passar por ingratidão. Se tal aconteceu, não é, seguramente, o caso, mas, tão só, a impossibilidade de listar todos aqueles que justificariam menção.

Uma primeira palavra terá de ser para os orientadores científicos e académicos desta dissertação, que enumero por ordem cronológica. Infelizmente, não quis o destino que o professor Gerardo Pereira Menaut, que nos deixou em Fevereiro de 2015, apoiasse durante mais tempo o desenvolvimento desta pesquisa, relacionada com um tema de investigação – a etnogénese dos povos galaicos – que lhe era tão caro e de cuja problemática foi luminoso precursor. Sendo eu o menos penalizado com a sua partida precoce, recordo com saudade algumas conversas e uma ou outra refeição partilhada, onde o seu sábio conselho e o modo arguto e desconstrutivo como lançava questões para o debate deixaram-me marca indelével e de que me considerarei sempre devedor. *Requiescit in pace, Gerardus.*

A inesperada partida de Gerardo Pereira levou-me à sucessiva orientação dos professores Dolores Dopico Caínzos e Manuel Villanueva Acuña, da Universidade de Santiago de Compostela, a que se juntou a codireção do professor Rui Morais, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição portuguesa de acolhimento no âmbito da Bolsa de Estudos que me foi concedida pela FCT. A todos agradeço, com gosto, a amizade e a paciência com que acompanharam este percurso, mas também a constante disponibilidade, o rigor, a exigência, as pistas certeiras com que apoiaram o meu trabalho, características de investigadores probos e académicos reconhecidos. Ao coorientador nacional, tenho de acrescentar a amizade e o companheirismo de muitos anos, que sempre excedem os prazos e condicionantes das obrigações académicas. Mas dito isto, nada pode atribuir-se-lhes dos erros ou lacunas desta dissertação doutoral. Lamento apenas se fiquei aquém das suas expectativas ou não bebi o suficiente do seu conhecimento e experiência.

Na candidatura à bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, reputados docentes honraram-me com a sua recomendação, como foi o caso dos Professores Armando Coelho Ferreira da Silva, Mário J. Barroca e Luís Carlos Amaral (Universidade do Porto), Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra) e Carlos Fabião (Universidade de Lisboa), a quem me ligam não só a profunda consideração pelo seu saber e estatuto na academia e na arqueologia portuguesas, mas também uma longa amizade.

Os municípios que integram a área abrangida pelo levantamento arqueológico realizado para esta dissertação manifestaram excecional abertura e colaboração na cedência ou acesso a dados cartográficos e outros elementos, cumprindo-me por isso agradecer, na pessoa dos seus presidentes e responsáveis dos respetivos serviços competentes nesta matéria, às Câmaras Municipais de Gondomar, Maia, Matosinhos (Sandra Lima), Paredes (Sílvia Costa), Penafiel, Valongo (Cristina Madureira), Vila Conde (Isabel Cruz) e Porto, dirigindo-se a minha gratidão, no caso de Vila Nova de Gaia, à Gaiurb, E.M. Mas devo anotar igualmente (correndo sério risco de ser lacunar) muitos colegas, técnicos desses municípios que tenho o provilégio de ter como amigos e cuja colaboração e paciente disponibilidade foram essenciais para este trabalho: André Tomé Ribeiro (Maia), Conceição Pires e José Manuel Varela (Matosinhos), Maria Antónia Silva (Paredes), Maria José Santos e Helena Bernardo (Museu de Penafiel), Pedro Brochado de Almeida (Vila do Conde), Gonçalves Guimarães (Vila Nova de Gaia), além dos colegas da Câmara Municipal do Porto, Manuela Ribeiro, Maria Isabel Osório e Laura Sousa, onde devo incluir também a compreensão de Helena Braga e outros responsáveis funcionais com quem trabalho.

A estes terei de acrescentar – não podendo nomear individualmente a todos por muito numerosos – os responsáveis e técnicos de muitas empresas de arqueologia e outras empresas, que prontamente me cederam informações ou facultaram relatórios, de que destaco as firmas e arqueólogos AFA (Artur Fontinha), António Sérgio Pereira, Araducta, Arqueohoje, Arqueologia e Património (Ricardo Teixeira, Vítor Fonseca, Graça Pereira, Helena Marçal, Lídia Baptista), Archeo'estudos (Paula Barreira), Arqueoges (Ricardo Erasun) Civitas (Nuno Gomes), Dryas (Miguel Almeida), Empatia

(André Nascimento, Alberto Loureiro, Filipe Pinto, Edite Sá), Era Arqueologia/Omniknos (José Carvalho, Rui Ramos), Império (Marcos Couto), Jorge Argüello, Logiark, Metro do Porto (Iva Botelho), Mola Olivarum, Nexo, Palimpsesto (Rui Barbosa), Novarqueologia, Sandra Nogueira, Sofia Teixeira e certamente outros que mereceriam nomeação.

Tenho muito gosto em agradecer, igualmente, algumas ajudas de colaboradores imprevistos e pessoalmente desconhecidos, nomeadamente por me facultarem acesso a teses não publicadas ou outros dados, como foi o caso de Margarida Alves (FAUP); e mesmo do estrangeiro, como sucedeu com Teodoro Crespo Mas (Universidade de Alicante), ou ainda com livros e publicações difíceis de obter, casos de Ulrico Agnati (Universidade de Urbino Carlos Bo), o arqueólogo de Cagli, Úmbria (Marco Reali) ou ainda Stefano Bellocchi (Universidade de Milão), que além de vários textos de livros estrangeiros, me transmitiu a sua opinião num assunto particular. A estes últimos italianos, junto outro, quase «luso-italiano», o amigo Andrea Mariani (CITCEM, UP), cujo estímulo e permanente disponibilidade foram sempre muito gratificantes.

A estes, tenho gosto em juntar os amigos (por ordem alfabética e com pedido de perdão por quase inevitáveis omissões) Amílcar Guerra, António Lima, Claudia Manuel, Dores Cruz, Fátima Teixeira, Lídia Fernandes, Manuel Araújo, Manuel Real, Marcelo Mendes Pinto, Paulo Lemos, Ricardo Teixeira, Teresa Pires de Carvalho, Teresa Soeiro… Não posso também deixar de recordar a pronta disponibilidade de Pedro Soutinho (www.viasromanas.pt), o prestimoso apoio de Fernando Nabais (meu estimado e serôdio professor de latim) e a inestimável e sempre pronta ajuda do Gabriel Pereira (Nexo Arqueologia) na preparação da cartografia digital.

Quero igualmente agradecer à Direção Geral do Património Cultural a cedência de informação georreferenciada e a colaboração de muitos colegas e amigos dos órgãos oficiais de tutela da arqueologia, designadamente a Leonor Pereira (DRCN) e, aos serviços centrais da DGPC, muito em particular a Jacinta Bugalhão, inexcedível na disponibilidade e paciência com que me proporcionou a informação solicitada. Agradeço ainda, institucionalmente, à Câmara Municipal do Porto, instituição que autorizou uma licença sem vencimento com o estatuto de interesse público, bem como o uso da sua cartografia digital, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde fui formado e formador, e à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela concessão de uma bolsa de doutoramento fundamental para o bom desenvolvimento do estudo.

Nesta caminhada, devo muitíssimo à Manuela, esposa, companheira, arqueóloga e técnica municipal. As páginas que se seguem nunca compensarão o tempo e a atenção que disputaram com ela, a Maria e a Marta.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RESUMO

Esta obra parte dun lugar e dun pobo, tal e como se expresa no seu título.

O lugar é *Cale* / *Portucale*, cuxa situación é un dos *topoi* historiográficos máis longevos no estudo da historia antiga da desembocadura da rexión do Douro. A situación de *Cale*, baseada en fontes clásicas, e a evolución cara ao seu substituto *Portucale*, emerxendo en autores da antigüidade tardía, está ligada a unha tradición centenaria sobre a orixe do nome *Portugal* e as raíces da nacionalidade, o que leva a numerosos autores. desde as crónicas medievais ata hoxe, debatendo cal das marxes do Douro tería asentado estes lugares, unha cuestión que non está clara nos documentos e que aínda non ten resposta pola arqueoloxía.

Como punto de inicio da disertación, revisamos as principais obras e autores que, desde a Baixa Idade Media, contribuíron á construción deste discurso historiográfico, no que participaron figuras relevantes da cultura portuguesa. A perspectiva histórica, considerada cientificamente, sobre esta cuestión naceu no século XIX, pero só no século pasado, aínda nunha fase «prearqueolóxica», buscouse a coincidencia entre certos lugares (a «Cividade») e os testemuños de documentos, nunha investigación máis exhaustiva e consistente sobre o berce da urbanización en Porto en época romana e prerromana. Con algunhas voces discrepantes, esta tese, apoiada por A. A. Mendes Correia, seguida de moitos outros autores; resistiu ata os anos oitenta, cando o xurdimento da arqueoloxía científica na cidade de Porto trasladou as raíces da aglomeración urbana dende Cividade á próxima elevación de Penaventosa, un asentamento castrexo común que, no seu tempo, seria «romanizado».

O principal obxecto de discusión neste longo debate foi a prioridade ou preponderancia da antiga ocupación dunha ou outra das marxes da desembocadura do Douro (segundo, esencialmente, as opcións relativas á situación da *mansio* viaria de *Calem* e a interpretación da pasaxe do *Parochiale Sueuorum*, que alude a «*Portucale castrum antiquum*» e «*castro nouo sueuorum*»), polo que non sería razoable limitar o noso estudo a unha sóa das beiras do Douro. Independentemente de que o primeiro *Cale* e *Portucale* estean situados á dereita ou á esquerda – e a nosa opinión favorece o primeiro – parécenos moi claro que, dende a antigüidade máis remota, as poboacións fronteirizas estableceron un intenso diálogo e intercambio no nivel económico como noutras dimensións; e se a administración romana distinguiu as comunidades da conca do Duero en distintas provincias, entón a estrada principal que unía *Olisipo* a *Bracara Augusta*, formalizaba, por suposto, eixos de circulación moi anteriores, como facendo que esa división fose secundaria, transformando o cruce do Duero, marcado pola instalación de polo menos unha *mansio*, nun punto nodal inevitable de persoas, embarcacións e mercadorías. Onte coma hoxe, o Douro, a pesar de ser un río de «mala navegación», especialmente debido ao fluxo torrencial nos tempos do inverno, non afastou, senón que conectou e achegou ás comunidades.

Partindo da «tese» de que os primitivos *Callaeci* eran os poboadores protohistóricos da rexión do norte do Duero, buscámolos, aínda así, nos vestixios de vivenda, economía e ritual dunha rexión circundante máis ampla, hipotético territorio das *ciuitas* que deberon xestionar despois da organización augusta das terras máis occidentais do Imperio. De xeito convencional (que doutro xeito non podería ser), pero tamén seguindo a opinión máis actual entre os especialistas, ampliamos as «fronteiras» teóricas desta entidade étnica ata o río Ave, ao norte; mentres, cara ao leste, miramos cara ao Tâmega. Do mesmo xeito, nesta vasta área de 1080 quilómetros cadrados, interesábanos os dous os rastros da ocupación da Idade do Ferro, así como as evidencias da integración da rexión na esfera romana, incluíndo aquí as distintas formas de asentamento – agora moito máis diverso que na etapa anterior – como necrópoles, epigrafía e a evidencia numismática. Tentamos aprehender estas antigas comunidades partindo dos últimos séculos da Idade do Ferro, achegándonos ás súas identidades «materiais» e tentando, en balde, distinguir calquera elemento fundamental que culturalmente poida distinguir aos pobos dos dous lados do río ou entre eles, os habitantes dun sector máis amplo na marxe norte; e a mesma semellanza, xa debemos expresala, atopámola dende os primeiros contactos destas comunidades con Roma, a pesar, por suposto, dos diferentes ritmos, intensidades e circunstancias locais.

USC SANTIAGO DE COMPOSTELA

A análise arqueolóxica realizada neste territorio baseóuse no censo rexional de xacementos e achados, tanto do ferro como da época romana. À expresión practicamente exclusiva do castro, como centro de asentamento concentrado, durante a Idade do Ferro – configurando, de feito, un modelo de organización sociopolítica que a administración romana, en parte, aproveitou, seleccionando ou promovendo determinados *castella* que converteu en *capita ciuitatorum* – substitúe a romanidade por unha ampla pluralidade de lugares de residencia, traballo e outras funcións, desde os poboados castrexos que permaneceron ocupados (que, por convención e conveniencia, seguimos describindo como «romanizados»), pasando polas aldeas , *uillae* e granjas, explotacións mineiras e outras actividades industriais, espazos de circulación (estradas e pontes) e áreas de necrópole das poboacións.

Pero máis alá desta diversidade transversal, baixo o patrocinio de Roma xorden cidades, que obrigan a levantar a visión sobre a rexión para subliñar as fundacións de *Bracara Augusta* e *Aquae Flauiae*, cidades augusteas (cremos, tamén a segunda) ás que se engaden as «experiencias» únicas do castro «romano» de Mozinho ou a excepcional monumentalización urbana do castro de Tongobriga. Como dixemos, unha retrospectiva do dossier epigráfico, un poderoso instrumento e reflexo do proceso de mestizaxe cultural e da circulación de la moneda, con especial énfase na práctica do acaparamento, conformaran este cadro rexional do mundo «galaico-romano», ao que engadimos algunhas notas sobre a dinámica económica estimulada polo novo contexto e escala comercial, con énfase na ruta atlántica, que foi demandada durante moitos séculos polos barcos mediterráneos e que agora, beneficiándose do dinamismo comercial de Cádiz trouxo un maior número de embarcacións ás costas de Lusitania e de Galecia.

Porén, se os produtos manufacturados, como cerámica fina e ánforas, que conteñen viño, aceite de oliva ou preparados de viño ou peixe, representan unha parte substancial das importacións, necesarias para o abastecemento militar e para un número crecente de poboación nas cidades ou gustos e consumos latinizados, que engadiría o noroeste ibérico ao ouro, prata e outros metais transportados ao regreso dos barcos? A natureza perecible de moitas destas mercadorías e os seus colectores, practicamente invisibles nos naufraxios – xunto coa natureza segmentada deste comercio, deixando e transportando mercadorías en varios portos intermedios – non permite unha sistematización suficiente, pero si información dos valores da literatura antiga. produtos como o mel, peles e curtidos, sal e conservas de peixe que quizais deberían chamar máis a atención nas axendas de investigación.

Despois de considerar o alcance rexional, centramos o discurso en *Cale*, o lugar. Revisamos as fontes, con especial énfase, quizais porque están abertas a máis discusións, no *Itinerario* de Antonino e en Salustio. A simple mención a *Calem* nese itinerario de estrada, como *mansio* de apoio para os viaxeiros nas proximidades do cruce do Douro, fíxonos reflexionar sobre as hipóteses da súa situación, para o que propoñemos a marxe sur do río, aínda que *mansio* simétrica (que non requiere mención no Itinerario) probablemente podería estacionar na marxe dereita do mesmo Douro. A suposta atribución ao poeta latino Gaio Salustio Crispo dunha mención á conquista de *Cale* por Perpena, no contexto das guerras sertorianas, tamén mereceu unha mirada detallada. A referencia é, de feito, de terceira man, xa que resulta dunha proposta de corrección renacentista (Vossio) a unha nota dun autor do Baixo Imperio (Servio Honorato) que atribuíu a Salustio a mención dun *Cale*, nalgún lugar «na Galia». Parécenos moi dubidosa a corrección, e outras posibles interpretacións (que incluso poderían pasar por Cagli, a homónima da *Cale* do Douro na rexión itálica de Umbria) pero, de feito, a posibilidade de que, nos anos 70 antes da nosa era, o lugartenente de Sertório podería ter saído á boca do Douro para abastecerse de alimentos ou contratar mercenarios, engade pouco, positivamente, á nosa investigación sobre *Cale* e os *Callaeci*.

O levantamento arqueolóxico prestou especial atención aos espazos urbanos de Porto e Vila Nova de Gaia, lugares onde se realizou o inventario a nivel de intervencións arqueolóxicas. Así, como puidemos ver, os datos da avaliación arqueolóxica dos asentamentos protohistóricos en ambas as marxes do Douro (Penaventosa e Castelo de Gaia) e os respectivos *uici*, establecidos na época romana (a beira norte é máis segura; probable a da banda sur) demostran – a pesar das lagoas no rexistro e investigación e a natureza preliminar das observacións – a gran vitalidade económica desta rexión, desde muito tempo inserida nas redes comerciais atlánticas e de uso do eixo navegable do Douro. A pesar do feito de que os *populi* autóctonos das dúas listas son distintos e pertencen a distintas provincias administrativas na época romana, como xa observamos, desde o final da República ata o

período tardo-antigo houbo un proceso continuo de articulación cultural, con consecuencias expresas, por exemplo, nunha certa simetría toponímica perpetuada pola historia.

Esta mesma metodoloxía, máis acorde coa práctica da arqueoloxía urbana, vixente nesas cidades durante as últimas décadas, tamén fixo posible que, ao ir máis alá do enfoque arqueográfico máis localizado, puidésemos discernir «xacementos», núcleos de asentamento espacialmente discretos (aínda que, certamente, interconectados económica e socialmente), como Penaventosa e «Vila Baixa», ou, seguindo o curso do río, Miragaia, Campo do Rou, Santa Catarina e outros. Igualmente en Vila Nova de Gaia, onde a convivencia medieval de dous concellos (Gaia e Vila Nova) parece prefigurarse na época romana. Baseado nesta aproximación, cremos, xa non terá sentido falar da Idade do Ferro nin da ocupación romana «de Porto», o mesmo se pode dicir de Gaia. Tales núcleos, como entendemos, poden descentralizar a partir de agora a arqueoloxía urbana xeralista, con respecto á Antigüidade, nunha arqueoloxía de xacementos e núcleos de asentamento, nomeadamente en tempos do Imperio, distribuídos polas dúas beiras deste territorio na desembocadura do Douro.

Xa falamos dos sitios. Dos pobos, que ata agora pluralizamos, interesábanos especialmente os *Callaeci*, asumindo como hipótese de traballo que *Cale* era o seu núcleo orixinal, xa que foi apoiado por un número importante de investigadores, nomeadamente portugueses. Ao final da investigación, consideramos esta posibilidade como a máis probable. Non obstante, unha apreciación atenta e obxectiva das escasas fontes literarias, á que se suma o silencio próximo dos epigráficos, non pode deixar de sinalar outras posibles etnoxeografías, que o progreso dos estudos ou a afortunada oportunidade dalgunha inscrición poderían, no futuro alumbrar.

De feito, os obxectos falan máis que os escritos sobre os xacementos e a súa expresión arqueolóxica concreta. Pero a xerarquía invértese cando buscamos os *Callaeci*. A confiar nos autores antigos, a súa entrada na historia tería sido dramática. Castigado no 139 a.C. polas tropas de Quinto Servílio Cepión, o mesmo «pobo» (ou, máis seguro, a reunión de varios grupos étnicos, dos que só este, quizais por unha maior facilidade de nomeamento, deixou memoria), foi obrigado, un par de anos despois, a un novo enfrontamento coas lexións, que levou ao cónsul Decimo Iunio Bruto, nun duro enfrontamento, a «tinguir de sangue a terra hispana» (Ovidio), alcanzando, como gran triunfo e adorno, o famoso nome de *Calaicus*, celebrado, certamente con xenerosidade, polo poeta Ácio, protexido de Bruto e, probablemente, seu compañeiro nas loitas ibéricas.

Progresivamente, a conquista romana abriu aos conquistadores os horizontes de xeografía e diversidade étnica nos bordes do «mar exterior». À incursión militar do 138-137 a.C., seguida da cal, ademais dos *Callaeci*, somos informados sobre os *Bracari* e a resistencia e submisión de Talabriga, segue a campaña de Craso e a expedición, quizais máis comercial (ou mellor dito, de saqueo e presa, pero deixando as rutas abertas para viaxes de negocios posteriores) de César a *Brigantium*, levando os barcos, quizais de Cádiz, e o nome de Roma, por primeira vez, ás augas máis frías do norte. Unhas décadas despois, o asalto final, que requiriu a presenza persoal do *princeps*, finalmente domou e forzou à paz os cántabros e os astures, rematando a conquista de *Hispania* e procedendo inmediatamente á reorganización territorial do mapa provincial (no que cabe destacar a efémera *prouincia transduriana*), pero tamén para a subdivisión destas rexións en *conuentus iuridici* e estas últimas en *ciuitates*, unha unidade básica para os efectos de planificación e representación territorial, aplicación de obrigas tributarias e, posiblemente, recrutamento militar.

Os autores contemporáneos do primeiro emperador, como Estrabón, ou outros posteriores, nomeadamente aqueles cuxos escritos son dirixidos ao uso administrativo, como Plinio o Vello, aos que se engaden xeógrafos e historiógrafos, non deixan de reflectir estas transformacións de persoas e paisaxes, ás veces expresamente, incluso aludindo a situacións anteriores e novos cadros que subliñan cun «*nunc*». Deste xeito, baseado no repertorio de *populi, oppida* e *ciuitates*, ou *ethne*, e *poleis*, segundo as voces, que mentres tanto nos ofrecen o mesmo Estrabón e Plinio, así como Mela, Ptolomeo e varios autores máis, e algunha contribución a partir dos monumentos epigráficos, investigadores antigos e contemporáneos foron mapeando comunidades en mapas xeográficos, nun taboleiro de xadrez de «identidades» cuxos contornos só entendemos aproximadamente.

De feito, foi necesario discutir un pouco, nun capítulo separado, os conceptos de etnia, etnoxénese e termos correlativos, que estiveron, nas últimas décadas, no centro dun debate fundamental, chamando á antropoloxía, á arqueoloxía e a outras cuestións sociais. ciencias e xerador

de ampla produción teórica, aderezada con estudos de casos de moitas latitudes e cores culturais. Froito da autoconciencia dos individuos como participantes en entidades colectivas (eles mesmos na superposición e articulación de múltiples comunidades de intereses e compartición), as identidades étnicas adoitan negociarse (na modernidade histórica como, plausiblemente, nos tempos antigos) no contacto cultural, xa sexa de mera convivencia espazo-temporal, ou no marco da constitución de sociedades «híbridas» que resultan dos procesos de conquista e colonización. O retorno da teoría arqueolóxica ao debate étnico – do que se distanciou durante moito tempo, tras a bancarrota das teses de Kossina e o seu uso político como xustificación do supremacismo cultural e da discriminación – levou ao reposicionamento dos temas da aculturación, o que, como era de esperar, levounos ao corazón do debate contemporáneo sobre a romanización e as súas múltiples e cambiantes modalidades.

A este respecto, limitámonos a presentar un resumo da situación actual das principais correntes teóricas en cuestión, aínda que só sexa porque a nosa escala de análise ofrécenos moi pouca nova argumentación para a discusión; pero é importante que prestemos atención ao contido semántico e á forma en que falamos de «romanización» (termo que seguimos aplicando), nomeadamente no que se refire ás súas reflexións e articulacións coa «cultura material» (expresión, tamén , discutible e, no plano arqueolóxico, incluso redundante, porque só captamos, da cultura, as materialidades e obxectivacións correspondentes). De feito, no marco de clasificación «cultural» que tiñamos que asumir, dada a escasa evidencia material dispoñible, ás veces unha muralla «fai» un castro e tégulas, ou a súa ausencia, en moitas ocasións, un xacemento «romanizado» ou meramente «indíxena». Ben conscientes desta artificialidade, en varios puntos do texto alertamos ao lector sobre o feito, pero a taxonomía das trazas de habitación humana avanza e mellora, na medida exacta de que se engaden e aclaran os datos arqueolóxicos – incluso, a actual modestia das bases materiais dun «sitio» adoitan ter un valor engadido en canto á súa futura protección e non deixa de sinalar, como un colorido *post-it*, as súas virtualidades como foco potencial de investigación.

Nesta liña – e este é un dos puntos de debate – a etnoxénese dos *Callaeci*, como certamente doutros pobos contemporáneos, xerouse no tránsito entre unha percepción arcaica de si mesmos e dos seus veciños e o novo marco lingüístico e administrativo imposto por Roma. Neste remuíño de ciclo histórico acelerado – cuxo estudo Gerardo Pereira-Menaut brillantemente prologou – moitos pobos foran «perdidos», quizais como os Pleutauros, os Bardietas ou os Alotrigas, cuxo simple nome repugnaba Estrabón; outras xorden, ás veces, tímidamente, nun altar dedicado a Xúpiter ou en forma de un *castellum*, de localización descoñecida, indicando a orixe afastada de calquera falecido. Non obstante, o nome dos *Callaeci* foi obxecto dunha nova e insospeitada «etnoxénese», xestionada polos gañadores, que, quizais deixando esquecida a pequena cidade á beira do Douro, ampliou o seu nome á escala dunha nova rexión, levándolle a Roma a súa iconografía «heráldica» e a Afrodisias, o *ethnous kallaikon*, como o maior emblema da finisterra atlántica continental do Imperio.

A actividade arqueolóxica das últimas catro décadas (especialmente nas cidades de Porto e Vila Nova de Gaia e, en menor medida, tamén na rexión de estudo circundante) constituíu o noso principal recurso de investigación. De feito, nas últimas décadas, o aumento da práctica da arqueoloxía, especialmente no contexto da lexislación de salvagarda do patrimonio, levou a importantes descubrimentos, especialmente na zona dos centros históricos das cidades de Porto e Vila Nova de Gaia. e noutros centros urbanos da rexión, como a disertación intentou reflectir, cun especial esforzo de actualización, incluso incorporando obras e achados feitos na fase final da súa redacción. Estes resultados, aínda pouco explorados científicamente, xustificaron unha avaliación que, ao noso xuízo, ten un potencial relevante para o debate sobre o territorio e as comunidades da desembocadura do Douro, *Cale* e os *Callaeci*.

Non obstante, co obxectivo de proporcionar ao lector unha perspectiva analítica da nosa principal fonte de adquisición de datos, consideramos importante ensaiar unha breve síntese estatística da evolución da práctica arqueolóxica na área obxecto de análise. Xunto con outras circunstancias, algunhas fortuitas, outras máis controlables, estamos seguros de que, en boa medida, a calidade dos datos producidos pola actividade arqueolóxica depende do programa de investigación e da calidade dos medios e técnicas investidos nas intervencións. Durante o período das últimas catro décadas – que tamén se corresponde coa renovación e nacemento da arqueoloxía portuguesa moderna – foi esencial o cambio da perspectiva dunha arqueoloxía «investigadora» (certamente coas súas debilidades e

limitacións) a unha práctica comercial case exclusiva, que é unha arqueoloxía que non está ditada por ningunha axenda de investigación senón, unicamente, pola necesidade de minimizar os impactos negativos de numerosas operacións que potencialmente destrúen os restos materiais de antropizacións anteriores do territorio. Non puidemos evitar debater sobre as debilidades e o potencial deste modelo, cuxa natureza, sen servir para xustificar as nosas propias limitacións de análise, acurtou certamente o alcance e as posibilidades dun estudo máis fundado.

Palabras clave**:** *Cale*, *Portucale*, *Callaeci*, Porto, Vila Nova de Gaia

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RESUMEN

Esta obra parte de un lugar y de un pueblo, como se expresa en su título.

El lugar es *Cale*/*Portucale*, cuya ubicación constituye uno de los *topoi* historiográficos de mayor longevidad en el estudio de la historia antigua de la región de la desembocadura del Duero. La ubicación de Cale, fundada en las fuentes clásicas, y la evolución hacia su sustituto *Portucale*, surgido en los autores de la antigüedad tardía, está vinculada a una tradición secular sobre el origen del nombre *Portugal* y las raíces de la nacionalidad, lo que ha llevado a muchos autores, desde las crónicas medievales hasta la actualidad, a debatir cuál de las orillas del río Duero habría albergado estos lugares, cuestión poco clara en los documentos y aún sin respuesta por parte de la arqueología.

Como punto de partida de la disertación, hemos revisado las principales obras y autores que, desde la Alta Edad Media, han contribuido a la construcción de este discurso historiográfico, en el que, de hecho, se han comprometido figuras relevantes de la cultura portuguesa. La perspectiva histórica sobre esta cuestión, científicamente considerada, nació en el siglo XIX, pero sólo en el siglo pasado, en una fase todavía «pre-arqueológica», se buscó la coincidencia entre ciertos lugares (la «Cividade») y los testimonios de los documentos, en una investigación más profunda y consistente sobre la cuna de la urbanización en Oporto en la época romana y prerromana. Con algunas voces discordantes, esta tesis, apoyada por A. A. Mendes Correia y seguida por muchos otros autores, resistió hasta la década de 1980, cuando la aparición de la arqueología científica en la ciudad de Oporto trasladó las raíces del asentamiento urbano de la Cividade a la vecina elevación de Penaventosa, un asentamiento castreño común que, con el tiempo, sería «romanizado».

El principal objeto de discusión en este largo debate fue la prioridad o preponderancia de la antigua ocupación de una o otra de las orillas de la desembocadura del Duero (según, esencialmente, las opciones sobre la localización de la *mansio* viária de *Calem*, y la interpretación del pasaje del *Parochiale Sueuorum* que alude a «*Portucale castrum antiquum*» y «*castro nouo sueuorum*»), por lo que no sería razonable limitar nuestro estudio a una sola de las orillas del Duero. Independientemente de que las antiguas *Cal*e y *Portucale* se sitúen en la orilla derecha o en la izquierda – y nuestra opinión se inclina por la primera – nos parece muy claro que, desde los primeros tiempos, las poblaciones limítrofes establecieron un intenso diálogo e intercambio, tanto económico como en otros aspectos; y si la administración romana distinguía las comunidades de la cuenca del Duero en diferentes provincias, la vía principal que unía *Olisipo* con *Bracara Augusta*, formalizando, por supuesto, rutas de circulación muy anteriores, por así decirlo, hizo que esta división pasara a un segundo plano, transformando el cruce del Duero, marcado por la instalación de al menos una *mansio*, en un punto nodal ineludible para personas, barcos y mercancías. Ayer como hoy, el Duero, a pesar de ser un río de «mala navegación», sobre todo por su caudal torrencial en épocas invernales, no separaba a las personas, sino que conectaba y unía a las comunidades.

Partiendo de la «tesis» de que los primitivos *Callaeci* fueron los pobladores protohistóricos del bajo Duero septentrional, los hemos buscado también en los restos de habitación, economía y ritual de una región circundante más amplia, un hipotético territorio de la *ciuitas* que debieron gestionar tras la organización augustea de las tierras más occidentales del Imperio. De forma convencional (como no podía ser de otra manera), pero también siguiendo la opinión más actual entre los especialistas, hemos ampliado las «fronteras» teóricas de esta entidad étnica hasta el río Ave, al norte; mientras que, al este, hemos elevado la vista hasta el río Tâmega. Asimismo, en esta vasta zona de 1.080 quilómetros cuadrados, nos interesamos por las huellas de la ocupación de la Edad de Hierro, así como por los testimonios de la integración de la región en el ámbito romano, incluyendo las diversas formas de asentamiento – ahora mucho más diversas que en la etapa anterior –, como las necrópolis, la epigrafía y las pruebas numismáticas.

Hemos intentado aprehender estas antiguas comunidades desde los últimos siglos de la Edad del Hierro, acercándonos a sus identidades «materiales» e intentando, en vano, distinguir algún elemento fundamental que, tal vez, distinguiera culturalmente a los pueblos de ambas orillas del río, o, entre ellos, a los habitantes de un sector más amplio de la orilla norte; y la misma similitud, ya debemos

expresarlo, la encontramos desde los primeros contactos de estas comunidades con Roma, a pesar, naturalmente, de los diferentes ritmos, intensidades y circunstâncias locales.

El análisis arqueológico realizado en este territorio se basó en un censo regional de yacimientos y hallazgos tanto de la Edad del Hierro como de la romana. Durante la Edad del Hierro, el *castro*, que fue prácticamente el único polo de asentamiento – y, de hecho, un modelo de organización sociopolítica que la administración romana aprovechó parcialmente, seleccionando o promoviendo determinados *castell*a que se convirtieron en cabeza de *ciuitates* – fue sustituido por una amplia pluralidad de lugares de habitación, trabajo y otras funciones, desde los asentamientos castreños que permanecieron ocupados (que, por convención y comodidad, calificamos como «romanizados»), pasando por las aldeas, *uillae* y granjas, la minería y otras actividades industriales, los espacios de circulación (calzadas y puentes) y las zonas de necrópolis de las poblaciónes.

Pero, más allá de esta diversidad transversal, bajo la égida de Roma, surgen ciudades, que nos obligan a levantar la vista sobre la región para destacar las fundaciones de *Bracara Augusta* y *Aquae Flauiae*; ciudades augusteas (creemos que también la segunda) a las que podemos añadir las singulares «experiencias» del Castro «romano» de Mozinho (Penafiel), o la excepcional monumentalización urbana del Castro de Tongobriga (Marco de Canaveses). Como hemos dicho, retrospectivas del expediente epigráfico, poderoso instrumento y reflejo del proceso de mestizaje cultural, y de la circulación monetaria, con especial énfasis en la práctica del atesoramiento, componíeran este cuadro regional del mundo «galaico-romano», al que hemos añadido algunas notas sobre la dinámica económica estimulada por el nuevo contexto y escala del comércio, con énfasis en la ruta atlántica, demandada durante muchos siglos por los barcos mediterráneos y que ahora, beneficiándose del dinamismo comercial de Cádiz, ha traído un mayor número de barcos a las costas de Lusitania y Galicia.

Todavía, si los productos manufacturados, como la cerámica fina, y las ánforas, que contienían vino, aceite de oliva o preparados de pescado, suponen una parte sustancial de las importaciones, necesarias para el abastecimiento militar y para el creciente número de población de las ciudades o de gustos y consumos latinizados, ¿qué añadiría el noroeste ibérico al oro, la plata y otros metales cargados en el retorno de los barcos? El carácter perecedero de muchos de estos alimentos y sus envases, prácticamente invisibles en los cargamentos naufragados – junto con el carácter segmentado de este comercio, saliendo y cargando mercancías en varios puertos intermédios – no permiten una sistematización suficiente, pero la información de la literatura antigua valora productos como la miel, los cueros y pieles, la sal y las conservas de pescado, que quizá deberían atraer más atención en las agendas de investigación.

Tras la consideración del ámbito regional, centramos el discurso en *Cale*, el lugar. Hemos revisado las fuentes, haciendo especial hincapié, quizá por ser susceptibles de mayor discusión, en el *Itinerario* de Antonino y en Salústio. La sola mención de *Calem* en esa ruta viaria, como *mansio* de apoyo a los viajeros en las inmediaciones del cruce del Duero, nos hizo reflexionar sobre las hipótesis de su ubicación, para la que proponemos la orilla sur del río, aunque *mansio* simétrica (que no requería nominación en el Itinerario) podría haberse estacionado, probablemente, en la orilla derecha del mismo Duero. La supuesta atribución al poeta latino Cayo Salustio Crispo de una mención a la conquista de *Cale* por parte de Perpena, en el contexto de las guerras sertorianas, también merecía una mirada más atenta. La referencia es, en realidad, de tercera mano, ya que resulta de una propuesta de corrección renacentista (Vóssio) a una nota de un autor del Bajo Imperio (Servius Honoratus) que atribuía a Salustio la mención de una *Cale*, en algún lugar «de la Galia». Su corrección nos parece muy dudosa, y hay otras posibles interpretaciones – que incluso podrían incluir a Cagli, el homónimo de la duriense *Cale* en la región italiana de Umbría – pero, en verdad, la posibilidad de que en los años 70 antes de nuestra era, el lugarteniente de Sertorio pudiera haber hecho una incursión a la desembocadura del Duero para abastecerse de víveres o reclutar mercenarios añade poco de positivo a nuestras investigaciones sobre *Cale* y los *Callaeci*.

El estudio arqueológico prestó especial atención a los espacios urbanos de Oporto y Vila Nova de Gaia, lugares en los que el inventario se realizó a nivel de intervenciones arqueológicas. Así, como hemos visto, los datos de la evaluación arqueológica de los asentamientos protohistóricos de ambas orillas del Duero (Penaventosa y Castelo de Gaia) y de los respectivos *uici* ribereños, establecidos en

época romana (el de la orilla norte es más seguro; en la orilla sur es probable) demuestran – a pesar de las lagunas del registro y de la investigación y del carácter preliminar de las observaciones – la gran vitalidad económica de esta región, que pronto formó parte de las redes comerciales atlánticas y del uso del eje de navegación del Duero. Aunque los *populi* nativos de las dos franjas eran diferentes y pertenecían a provincias administrativas distintas en época romana, como ya hemos observado, desde el final de la República hasta la época tardoantigua se ha producido un proceso continuo de articulación cultural, que se refleja, por ejemplo, en una cierta simetría toponímica perpetuada por la historia.

Esta misma metodología, más acorde con la práctica de la arqueología urbana, vigente en aquellas ciudades durante las últimas décadas, también hizo posible que, superando el enfoque arqueográfico más localizado, pudiéramos discernir «sítios», núcleos de asentamiento espacialmente discretos (aunque ciertamente interconectados económica y socialmente), como Penaventosa y «Vila Baixa», o, siguiendo el curso del río, Miragaia, Campo do Rou, Santa Catarina y otros. Igualmente en Vila Nova de Gaia, donde la coexistencia medieval de los dos municipios (Gaia y Vila Nova) parece estar prefigurada ya en la época romana. A partir de esta aproximación, creemos que ya no tiene mucho sentido hablar de la Edad de Hierro o de la ocupación romana «de Porto», y lo mismo puede decirse de Gaia. Estos núcleos, tal y como los entendemos, pueden a partir de ahora descentralizar la arqueología urbana generalista, en lo que a la Antigüedad se refiere, en una arqueología de yacimientos y núcleos de asentamiento, concretamente en la época del Imperio, distribuidos a lo largo de ambos lados de este territorio de la desembocadura del Duero.

Ya hemos mencionado los sitios. De los pueblos, que hasta ahora hemos destacado, nos interesaba especialmente el de los *Callaeci*, asumiendo como hipótesis de trabajo que *Cale* era su núcleo originario, tal y como han mantenido durante mucho tiempo un importante número de investigadores, especialmente portugueses. Al final de la investigación, consideramos que esta posibilidad era la más probable. No obstante, una valoración cuidadosa y objetiva de las escasas fuentes literarias, junto con el casi silêncio de las epigráficas, no puede dejar de apuntar a otras posibles etnogeografías, que el avance de los estudios, o la afortunada casualidad de alguna inscripción, podrán arrojar luz en el futuro.

De hecho, de los yacimientos y su expresión arqueológica concreta, los objetos hablan más que los escritos. Pero la jerarquía se invierte cuando buscamos a los *Callaeci*. Si hemos de creer a los autores antiguos, su entrada en la historia fue dramática. Derrotado en 139 a.C. por las tropas de Quinto Cornelio Escipión, el mismo «Pueblo» (o, más probablemente, la reunión de varias etnias de las que sólo ésta, quizá por ser más fácil de nombrar, ha dejado memoria), se vio obligado, un par de años después, a un nuevo enfrentamiento con las legiones, al frente de las cuales estaba el cónsul Décimo Junio Bruto, que, tras dura batalla, logró, como mayor triunfo y adorno, el cognomen de *Calaicus*, celebrado, ciertamente con generosidad, por el poeta Acio, protegido de Bruto y, probablemente, su compañero en las luchas ibéricas.

Progresivamente, la conquista romana abrió a los conquistadores los horizontes de la geografía y la diversidad étnica de las orillas del «mar exterior». A la incursión militar de 138-137 a.C., tras la cual, además de los *Callaeci*, se nos habla de los *Bracari* y de la resistencia y sumisión de *Talabriga*, le siguió la campaña de Craso y la expedición de César, quizá más comercial (más bien de saqueo y rapiña, pero dejando abiertas las rutas para posteriores viajes de negocios) a *Brigantium*, llevando los barcos, quizá desde Cádiz, y el nombre de Roma por primera vez a las frías aguas más septentrionales. Unas décadas más tarde, el asalto final, que requirió la presencia personal del *princeps*, acabó por amansar y obligar a los cantabros y astures a la paz, completando la conquista de Hispania y, de inmediato, procediendo a la reorganización territorial del mapa provincial (donde destaca la efímera *prouincia transduriana*), pero también a la subdivisión de estas regiones en *conuentus iuridici* y éstos en *ciuitates*, unidad básica a efectos de organización y representación territorial, aplicación de obligaciones fiscales y, eventualmente, reclutamiento militar.

Autores contemporáneos del primer emperador, como Estrabón, o posteriores, sobre todo aquellos cuyos escritos estaban destinados a un uso administrativo, como Plinio el Viejo, a los que podemos añadir geógrafos e historiadores, no dejan de reflejar estas transformaciones de personas y paisajes, a veces de forma expresa, incluso aludiendo a situaciones anteriores y a nuevos marcos que

subrayan con un «*nunc*». Así, a partir del repertorio de *populi*, *oppida* y *ciuitates*, o *ethne*, y *poleis*, según las voces, de los mismos Estrabón y Plinio, así como Mela, Ptolomeo y varios otros autores, y alguna aportación de los monumentos epigráficos, los investigadores antiguos y contemporáneos han ido cartografiando las comunidades en los mapas geográficos, en un ajedrez de «identidades» cuyos contornos sólo comprendemos a grandes rasgos.

Además, fue necesario discutir un poco, en un capítulo aparte, los conceptos de etnicidad, etnogénesis y términos correlativos, que han estado en el centro de un debate fundamental en las últimas décadas, convocando a la antropología, a la arqueología y a otras ciencias sociales y generando una amplia producción teórica, atemperada con estudios de caso de muchas latitudes y coloraciones culturales. Fruto de la autoconciencia de los individuos como partícipes de entidades colectivas (ellos mismos en la superposición y articulación de múltiples comunidades de intereses y de reparto), las identidades étnicas se negocian frecuentemente (en la modernidad histórica y, plausiblemente, en épocas anteriores) en el contacto cultural, ya sea de mera convivencia espacio-temporal o en el marco de la constitución de sociedades «híbridas» resultantes de procesos de conquista y colonización. El regreso de la teoría arqueológica al debate étnico – del que se había retirado durante mucho tiempo tras el fracaso de las tesis de Kossina y su explotación política como justificación del supremacismo cultural y la discriminación – condujo al reposicionamiento de las cuestiones de aculturación, que, como era de esperar, nos llevó al corazón del debate contemporáneo sobre la romanización y sus múltiples modalidades y desplazamientos.

Nos hemos limitado, en este sentido, a presentar una visión resumida de las principales corrientes teóricas en juego, aunque sólo sea porque nuestra escala de análisis ofrece poca argumentación para el debate; pero es importante prestar atención al contenido semántico y a la forma de hablar de la «romanización» (término que seguimos aplicando), concretamente en lo que se refiere a sus reflejos y articulaciones con la «cultura material» (también éste es un termino discutible y, a nivel arqueológico, incluso redundante, porque sólo hemos captado, desde la cultura, las materialidades y objetivaciones correspondientes). De hecho, en el marco clasificatorio «cultural» que hemos tenido que asumir, dada la escasa evidencia material disponible, a veces una muralla «hace» a un castro y unas tégulas, o la ausencia de ellas, en muchas ocasiones, a un yacimiento «romanizado» o meramente «indígena». Conscientes de esta artificialidad, en varios puntos del texto alertamos al lector sobre el hecho, pero la taxonomía de las huellas de habitación humana progresa, y se perfecciona, en la medida exacta en que se añaden y aclaran los datos arqueológicos – incluso, la modestia actual de las bases materiales de un «yacimiento», tiene a menudo un valor añadido en cuanto a su futura salvaguarda, y no deja de señalar, como un *post-it* coloreado, sus virtualidades como foco potencial de investigación.

En esta línea – y este es uno de los puntos del debate – la etnogénesis de los *Callaeci*, como seguramente la de otros pueblos coetáneos, se generó en el tránsito entre una percepción arcaica de sí mismos y de sus vecinos, y el nuevo marco lingüístico y administrativo impuesto por Roma. En este torbellino de un ciclo histórico acelerado (cuyo estudio prologó brillantemente Gerardo Pereira-Menaut), muchos pueblos se «perdieron» – tal vez como los pleutauros, los bardietas o los alotrigas, cuyo mero nombre repugnaba a Estrabón –; otros emergen a veces, tímidamente, en un ara dedicada a Júpiter o en forma de un *castellum* de ubicación desconocida para marcar el origen lejano de algún difunto. El nombre de los *callaeci*, sin embargo, fue objeto de una nueva e insospechada «etnogénesis», propiciada por los vencedores, que, tal vez dejando al pequeño pueblo olvidado en las orillas del Duero, expandió su nombre a la escala de una nueva *regio*, haciendo que su iconografía «heráldica» llegara hasta Roma y, a Afrodisias, el *ethnous kallaikon*, como el mayor emblema del finisterre atlántico continental del Imperio.

La actividad arqueológica de las últimas cuatro décadas (especialmente, en las ciudades de Oporto y Vila Nova de Gaia, y, en menor medida, también en la región de estudio circundante) ha constituido nuestro principal recurso de investigación. De hecho, en estas últimas décadas, el incremento de la práctica de la arqueología, realizada, concretamente, en el contexto de la legislación de salvaguarda patrimonial, ha dado lugar a importantes descubrimientos, particularmente en el área de los centros históricos de las ciudades de Oporto y Vila Nova de Gaia y en otros núcleos urbanos de la región, tal y como la tesis ha intentado reflejar, con un especial esfuerzo de actualización, incorporando incluso trabajos y hallazgos realizados en la fase final de su redacción. Estos resultados,

aún poco explorados científicamente, justificaron una evaluación que, en nuestra opinión, tiene un potencial relevante para el debate sobre el territorio y las comunidades de la desembocadura del Duero, *Cale* y los *Callaeci*.

No obstante, con el fin de proporcionar al lector una perspectiva analítica de nuestra principal fuente de adquisición de datos, hemos considerado importante ensayar una breve síntesis estadística de la evolución de la práctica arqueológica en la zona analizada. Junto con otras circunstancias, algunas fortuitas, otras más controlables, tenemos por seguro que, en gran medida, la calidad de los datos producidos por los trabajos arqueológicos depende del programa de investigación y de la calidad de los medios y técnicas invertidos en las intervenciones. Durante el lapso de tiempo de las últimas cuatro décadas – que también corresponde a la renovación y nacimiento de la moderna arqueología portuguesa – representó un notorio punto de inflexión el paso de la perspectiva de una arqueología «de investigación» (ciertamente con sus debilidades y limitaciones) a una práctica casi exclusivamente comercial, es decir, a una arqueología que no está dictada por ninguna agenda de investigación sino, únicamente, por la necesidad de minimizar los impactos negativos de numerosas operaciones potencialmente destructoras de los restos materiales de anteriores antropizaciones del territorio. No podíamos dejar de debatir las fragilidades y virtualidades de este modelo, cuya naturaleza – aunque no sirve en absoluto para justificar nuestras propias limitaciones de análisis – seguramente acorta el alcance y las posibilidades de un estudio mejor fundamentado.

Palabras clave: *Cale*, *Portucale*, *Callaeci*, Porto, Vila Nova de Gaia

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ABSTRACT

The starting point of this thesis is a place and a people, as specified by the title. The place is *Cale*/*Portucale.* Its location is one of the historiographical *topoi* with greatest longevity in historical study of antiquity of the region at the mouth of the Douro River. The location of *Cale* which gave way to its successor, *Portucale*, referred earlier by Late-Antiquity authors, was first established by classical sources and it is linked to centuries-old tradition alluding to the origin of the term *Portugal,* and the roots of Portuguese nationality. Several authors have, since the time of the Medieval chronicles until today, debated which of Douro banks would have been settled first. If written documents are unclear about Cale/Portucale's location, the question remains unanswered by archeological data.

This dissertation starts by reviewing works and authors who, since the Early Middle Ages, have contributed to the construction of such historiographical discourse which participated major figures of Portuguese culture. A scientifically-based historical perspective began in the 19th century, but it was only in the 20th century, still in a «pre-archaeological» phase, scholars consistently and thoroughly investigated the correlation between the location identified as «*Cividade*» and references to it in historical documents. This has enabled an understanding of Porto's early urbanization during the Roman and pre-Roman periods. Together with dissenting voices, this perspective was supported by A. A. Mendes Correia, and followed by other authors. This stance lasted until the 1980s, when the emergence of scientific archeology in Porto transferrred the origins of the urban agglomeration from *Cividade* to the nearby hill of *Penaventosa*, a typical fortified settlement (*castro*) that, in time, would be «Romanized».

The main topic in this long debate was the precedence or preponderance of the ancient occupation in one or another of the banks at the mouth of the Douro River. This depended primarily upon the option taken on the location of the *Calem* road *mansio*, and the interpretation of the passage from the *Parochiale Sueuorum* which alludes to «*Portucale castrum antiquum*» and «*castro nouo sueuorum*». As a consequence, it would be incorrect to limit this study to only one of the banks of the Douro river. Regardless of whether the ancient *Cale* and *Portucale* are located on the right or left bank – and in our opinion the former is the best option – it seems very clear to us that, since early antiquity, border populations have been in contact with each other and have established economic exchanges, as in in other areas of life. If the Roman administration demarcated the communities of the Douro basin into different provinces, the main road that linked *Olisipo* to *Bracara Augusta*, perhaps giving shape to existing axes of circulation, made such division secondary, transforming, thus, the crossing of the Douro, marked by the establishment of at least one *mansio*, in an unavoidable nodal point for people, boats and goods. In the past as today, the Douro, despite being a river of «perilous navigation», especially due to winter torrential currents, did not separate people, rather connected and brought communities together.

Beginning from the viewpoint that the *Callaeci* were the original proto-historic settlers of the lower lands of northern Douro, we also attempted to locate them through remains of dwelings, economic and ritual evidence found in a broader region, possibly the *ciuitas* territory, which they must have administered in the aftermath of the Augustan organization of the westernmost regions of the Empire. In a conventional manner (it could not be otherwise), but also following current views of specialists, we have extended the possible "frontiers" of that ethnic group north to the Ave River, and east to the Tâmega River. Similarly, in this vast area of 1080 square kilometers, we were interested in evidence of Iron Age occupations and in testimony of the region's integration into the Roman Empire. During this period, the area encompassed distinct evidence of occupation was more diverse than previously, including necropolises, as well as epigraphic and numismatic artifacts.

The dissertation tries to uncover these ancient communities since the last centuries of the Iron Age, apprehending their «material» identities and in vain attempting identifying elements that could perhaps help distinguish culturally, from each other, the groups living on both sides of the river. Another of our goals was to observe whther there were elements that could distiguish sub-groups within among inhabitants of a wider area on the northbank. Comparable similarities were recognized

since the early encounters of these communities with Rome, despite the existence of different rhythms, intensities and local circumstances.

The archaeological analysis carried out in this territory was based on a regional registration of sites and surface finds blonging to both the Sideric and Roman periods. The almost exclusive presence, during the Iron Age, of the *castro* as a nucleated settlement was a model of sociopolitical organization, of which the Roman administration partially took advantage by selecting or promoting certain *castella* to heads of *ciuitates.* This single settlement model was replaced, during the Roman period, by a multiplicity of types of dwellings, labor and other functions, from castro that continued to be occupied (which, for convention and convenience, we refer to as "Romanized"), villages, *uillae* and homesteads, miningsites and other places of industrial activities, as well as spaces of transit (roads and bridges), and the necropolis of these populations.

In addition to this wide-range diversity, under the aegis of Rome, cities also arose, forcing this dissertation to to include a broader region, focusing also on the foundation of *Bracara Augusta* and *Aquae Flauiae*. We can add to the augustan cities the unique «experience» of the «Roman» Castro Mosinho, as well as notable urban monumentalization of the Castro of Tongobriga. As mentioned above, the review of the epigraphic dossier, can be a powerful tool as it reflects the process of cultural hybridity taking place. Together with circulation of the currency, and emphasis on the practice of hoarding, all contribute to the regional picture of this «Galician-Roman» world. We added to these aspects notes on the economic dynamic stimulated by new contexts and scale of trade, stressing particularly the Atlantic route, which during centuries was navigated by Mediterranean ships that now could take advantage of Cadiz functioning as a «rotating plate», resulting in an increasing number of vessels traveling to the Luisitaniand and Galician coasts.

Manufactured goods, such as fine ceramics and amphorae transporting wine, olive oil, and other wine and fish concoctions accounted for a substantial part of imports, not only demanded by the Roman army but also by an increasing number of city dweler, and by the the general Latinization of tastes.In face of this increasing demand of imported good, what could the Iberian Northwest add to the gold, silver and other metals loaded in the returning ships? The perishable nature of many of the products and their containers, practically invisible in wrecked cargoes - along with the segmented nature of this trade, leaving and loading merchandise in various intermediate ports - do not provide sufficient data towards the systematization of the information. However, information from ancient literature mentions products such as honey, hides and skins, salt and fish preserves that should attract more attention of research agendas.

Following a broader regional assessment, the dissertation focuses more specifically on *Cale*, the site. Sources were revisided, with particular emphasis on Antoninus' Itinerary and on Salustius as those may be more apt for further discussion. The single mention of *Calem* in Antoninus' Itenerary as a support statio for travelers in the vicinity of the Douro's crossing, lead to a work hypothesis that this could be its location, which we suggest being in south bank of the river. The *mansio* (which did not call for a mention in the Itinerary) could probably have been located on the right bank, across from Cale. The attribution to the Latin poet Gaius Salustius Crispus of a mention of the conquest of *Cale* by Perpena, in the context of the Sertorian wars, also deserves a closer look. The reference is, at best third-hand, since it is in reality a correction to a note by Servuius Honoratus proposed by Vossio during the Renaissance. Servius Honoratus was an author of the Lower Empire who in turn had attributed to Salustius the mention of a Cale, somewhere «in Gaul». The accuracy the authorship seems questionable, and other interpretations-- including Cagli, the homonym of the Duriense Cale, but located in the Italian Umbria are possible. However, the possibility that in the 70s BCE, Sertorio's lieutenant might have raided the region at the mouth of the Douro for food or to recruit mercenaries adds little information to our research into *Cale* and the *Callaeci*.

Archaeological research has focused particularly on the Porto and Vila Nova de Gaia's urban spaces, where cataloguing was detailed and made at the level of single excavations. Thus, archaeological data from protohistoric settlements on both banks of the Douro (Penaventosa and Castelo de Gaia) and their respective riverside *uici*, established during the Roman period (the existance of the uicus on the northern bank is unquestionable while that on the southern bank is only possible) demonstrate the great economic vitality of the region, integrated since earlier periods into

Atlantic trade networks and into contexts of exploitation of the navigable section of the Douro river. Despite differences between the indigenous *populi* in the two areas and the fact that they belonged to different administrative Roman provinces, it is certain the existance of cultural articulation from the end of the Republic to the late Antiquity, as it is evident, for example, in a certain toponymic similarity maintained through history.

This methodology, compatible with practice of urban archaeology, and which has been prevalent in the two cities in the last decades, has allowed to go beyond a small scale, localized archaeological research identifying «sites», i.e, spatially distinct settlements (although they may have been economically and socially interconnected), such as Penaventosa and «Vila Baixa», or, along the river, Miragaia, Campo do Rou, Santa Catarina and others. Similarly, in Vila Nova de Gaia, the coexistence of two municipalities during the Middle Ages - Gaia and Vila Nova - seems to be suggested already during Roman period. Following such approach, we believe, it does not make sense to speak about the Iron Age or Roman occupation of "Porto", and the same can be said of Gaia. These nuclei, as we perceive them, may allow for, what concerns Antiquity, a decentralized urban archaeology, leading to an archaeology of sites and dwelingsdistributed along both riversides of this territory at the mouth of the Douro, particularly during the Empire.

So far we have discussed sites. But the analysis of populations, so far referred to in the plural as «peoples» will focus primarily in the *Callaeci*, suggesting as working hypothesis that *Cale* was their original settlement, which for long has been supported by a number of particularly Portuguese researchers. Our conclusion is that this hypothesis of the *Callaeci* occupying *Cale* seems to be the most likely. Nevertheless, a careful analysis of the scarce literary sources, in addition to a near silence of epigraphic sources, cannot fail pointing to other possible ethnogeographies, which future studiesor the fortuitous finding of an inscription, may shed some light.

Most often artifacts and other archaeological evidence tell us more about the sites than written sourses. However, this hierarchy of data is reversed in the case of the Callaeci. If we are to believe authors from Antiquity, the advent of the Calleci was quite dramatic. Punished in 139 B.C. by Quintus Servilius Cepion's troops, the same Callaeci (possibly a combination of different ethnic groups of which only this one is remembered maybe due to the name being easier to remember), years later were forced into a new confrontation with the Roman legions. In this occasion, the consul Decimus Junius Brutus, who according to Ovid "tainted with blood the iberian land," achieved his greatest triumph and for which he received from the poet Atius – Brutus' protegee and companion during the Iberian campaigns – the epithet "*Calaicus*."

Progressively, the conquest opened to the Romans new geographical horizons and the ethnic diversity of regions located at the borders of the «outer sea». In the aftermath of the 138-137 BC military incursion, in addition to mentions to the *Callaeci*, we are told of the *Bracari* and of the Talabriga's resistance and submission. This is followed by Crasso's campaign and Caesar's perhaps more commercial expedition to *Brigantium* (in reality an expedition of plunder, but that opened new commercial routes). Ceasar's campaign which may have taken ships from Cadiz, brough, for the first time, the name of Rome to the cold northernmost waters. A few decades later, the final assault, which required the presence of the *princeps* himself, at last tamed and forced the Canntabros and Asturians to peace, concluding the conquest of Hispania.At once, the Romans proceeded to the territorial reorganization of the provincial map, where the short-lived *transdurian prouincia* stood out. These newly-conqured regions were divided into *conuentus iuridici,* which in turn were divided into *ciuitates*, the main unit for for territorial planning and representation, taxation, and, eventually, military recruitment.

Authors contemporaries of the first emperor (e.g., Strabo) and later authors, namely those whose writings were used for administrative purposes (e.g, Pliny the Elder), to whom we can add geographers and historiographers, do not fail to indicate these transformations in both people and landscapes, often mentioning previous specific circunstances and new contexts which they accentuate with a «*nunc*». Drawing upon a repertoire of *populi*, *oppida* and *ciuitates*, or *ethne*, and *poleis* – the teminology depends on the authors' different views – authors such as Strabo, Pliny, Mela, Ptolemeu, and several other, together with contributions from epigraphic monuments, allow both ancient and

contemporary researchers to chart communities on geographic maps, on a crisscorss of "identities" whose profiles we very imprecisely understand.

Indeed, it was necessary to briefly discuss in a chapter of its own concepts of ethnicity, ethnogenesis, and other related themes, all implicated in recent debates taking place disciplines as diverse as as anthropology, archaeology, and other social sciences, and which have resulted in the production of major theoretical work, in addition to case studies from various regions and cultural contexts. Ethnic identities result from individual self-consciousness of those involved in different interest groups, which result themselves from the overlap and articulation of multiple communities. Ethnicity (or ethnic identity) is negotiated through cultural contact, whether in simple spatial-temporal coexistence, or in the context of "hybrid" societies that result from processes of conquest and colonization. The return of archaeological theory to discussiond of ethnicity- from which it had long moved away, following the failure of Kossina's theses and their political use to justify cultural supremacy and discrimination - led to reposition themes of acculturationthat let to key debates on Romanization, its multiple processes and changes.

We have limited ourselves to presenting a brief overview of leading theoretical currents, if only because our scale of analysis offers little in the way of new arguments.However, it is important to be aware of the semantic content and debates about «Romanization» (a term we continue to use), particularly in relation to its representation of and articulation with "material culture" (also a problematic topic and, from an archaeology point of view, gratuitous as from culture we have but its materiality). Indeed, in the context of «cultural» classification that we had to accept, given the poor material evidence available (often the existence of a wall «makes» a *castro,* a few *tegulae* make a «Romanized» site or conversely their absence an «indigenous» place). Aware of this artificial construction, we often point out this fact to the reader. But the taxonomy of of settlements's remains has developed proportionally to the archaeological data collected and identified, even if taking into account the modest materiality of simple «sites», which may have added value in terms of future preservation, yet they do not fail to flag, like a colored «post-it», their essence as potential sources for research.

In this context – and this is a point in this debate – similarly to other contemporary groups, the ethnogenesis of the *Callaeci* originated in a space between an earlier awareness they had of themselves and their neighbors, and the new linguistic and administrative structures imposed by Rome. In such sudden and accelerated historical cycle – the study of which Gerardo Pereira-Menaut has brilliantly expanded – a great number of groups were forgotten – as perhaps was the case of the Pleutaurus, the Bardietas or the Alotrigas, whose simple mention repulsed Strabo. Other groups instead emerged, sometimes subtly, for example, in an ara dedicated to Jupiter or in the shape of a castellum of forgotten location, signaling the distant origin of an ancestor. The name of the Callaeci, however, was object of a new and unsuspected «ethnogenesis», brought about by the victors, who, perhaps leaving the little forgotten people on the banks of the Douro, extended the name to encompass a whole new regio, resulting in their «heraldic» iconography reaching Rome and Aphrodisias, the *ethnous kallaikon*, as a major emblem of the Empire's Atlantic finisterre.

The archaeological work of the last four decades (especially taking place in Porto and Vila Nova de Gaia, and, to a lesser degree, in surrund areas) constituted our main source of research. In the last few decades, increasing practice of archaeological research, particularly as a result of new cultural resource management and heritage legislation, led to important discoveries, notably the historic centers of Porto and Vila Nova de Gaia, and other nearby urban areas.This dissertation tries to echo these developments, with a particular effort in updating information by incorporating references and finds made up to the very last phase of writing. Such data, not completelly explored, justified a deeper evaluation which may be relevant for debates around the territory and communities of *Cale* and the *Callaeci.*

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

However, to provide the reader with an analysis of our main data sources, it is important to outline a brief synthesis of the evolution of archaeological practice in the study area. In addition to other circumstances, some serendipitous other intentional, we believe that the accuracy and quality of data depends on the quality of archaeological research designs and fieldwork, including methodology and techniques employed. The last four decades – which broadly correspond to the development of

modern archaeology in Portugal – represent a remarkable turning point, moving from a fully academic, research-oriented archaeology to an almost exclusively contract (cultural resource management) archaeology, that is, an archaeology not dictated by research agendas but by the need to minimize the impact of construction projects that would potentially destroy the material remains of past occupations. This dissertation could not ignore the fragilities and virtues of this model of contract archaeology, which although cannot justify our own limitations unquestionably impacted the scope and possibilities of a better, more grounded study.

Key words: *Cale*, *Portucale*, *Callaeci*, Porto, Vila Nova de Gaia

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

RESUMO

Este trabalho parte de um lugar e de um povo, como se expressa no seu título.

O lugar é *Cale*/*Portucale*, cuja localização constitui um dos *topoi* historiográficos de maior longevidade no estudo da história antiga da região da foz do Douro. A localização de *Cale*, fundada nas fontes clássicas, e a evolução para o seu sucedâneo *Portucale*, emergente nos autores tardo-antigos, articula-se com uma tradição plurissecular sobre a origem do nome *Portugal* e as raízes da nacionalidade, levando numerosos autores, desde as crónicas medievas até hoje, a debater em qual das margens do Douro teriam assentado esses lugares, questão pouco clara nos documentos e ainda sem resposta por parte da arqueologia.

Como ponto de abertura da dissertação, passámos em revista as principais obras e autores, que, desde a Baixa Idade Média, contribuíram para a construção desse discurso historiográfico, no qual se empenharam, aliás, relevantes figuras da cultura portuguesa. A perspetiva histórica, cientificamente considerada, sobre esta questão, nasce no século XIX, mas apenas na centúria passada, em fase ainda «pré-arqueológica», se procurou a coincidência entre certos locais (a «Cividade») e os testemunhos dos documentos, numa pesquisa mais aturada e consequente sobre o berço da urbanização portuense em tempos romanos e pré-romanos. Com algumas vozes discordantes, esta tese, sustentada por A. A. Mendes Correia, seguido por muitos outros autores, resistiu até à década de 1980, altura em que a emergência da arqueologia científica na cidade do Porto fez deslocar da Cividade para a vizinha elevação da Penaventosa as raízes do aglomerado urbano, um comum povoado castrejo que, a seu tempo, haveria de ser «romanizado».

O principal objeto de discussão, neste longo debate, foi a prioridade ou preponderância da ocupação antiga de uma ou outra das margens da foz do Douro (segundo, essencialmente, as opções quanto à localização da *mansio* viária de *Calem*, e a interpretação do trecho do *Parochiale Sueuorum* que alude a «*Portucale castrum antiquum*» e ao «*castro nouo sueuorum*»), pelo que não seria razoável limitar o nosso estudo a apenas uma das margens durienses. Independentemente de situar-se as antigas *Cale* e *Portucale* na ripa direita ou na esquerda – e a nossa opinião privilegia a primeira – parece-nos muito claro que, desde a mais remota antiguidade, as populações fronteiras estabeleceram intenso diálogo e intercâmbio, ao nível económico como em outras dimensões; e se a administração romana distinguiu as comunidades da bacia do Douro em províncias diferentes, logo a via principal que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*, formalizando, por certo, eixos de circulação muito anteriores, como que secundarizou tal divisão, transformando a travessia do Douro, assinalada pela instalação de, pelo menos, uma *mansio*, em incontornável ponto nodal de gentes, embarcações e mercadorias. Ontem como hoje, o Douro, apesar de ser rio de «mau navegar», em especial pelo caudal torrencial em tempos de inverno, não afastou, mas ligou e aproximou comunidades.

Partindo da «tese» de terem sido os primitivos *Callaeci* os povoadores proto-históricos do baixo Douro setentrional, procurámo-los, ainda, nos vestígios de habitação, economia e ritual de uma região envolvente mais ampla, hipotético território da *ciuitas* que deverão ter gerido após a organização augustana das terras mais ocidentais do Império. De modo convencional (que, de outro modo, não poderia ser), mas seguindo também a opinião mais corrente entre os especialistas, estendemos as «fronteiras» teóricas dessa entidade étnica até ao rio Ave, a norte; enquanto, a nascente, alçámos a vista até ao Tâmega. Igualmente, nesta vasta área de 1080 quilómetros quadrados, tanto nos interessaram os vestígios da ocupação da Idade do Ferro, como os testemunhos da integração da região no âmbito romano, aqui se incluindo as diversas formas de povoamento – agora muito mais diversas que na etapa precedente – como as necrópoles, a epigrafia e as evidências numismáticas.

Tentámos apreender essas comunidades antigas a partir dos últimos séculos da Idade do Ferro, aproximando-nos das suas identidades «materiais» e procurando, debalde, distinguir qualquer elemento fundamental que, porventura, distinguisse culturalmente os povos das duas bandas do rio, ou, entre si, os habitantes de um mais vasto sector na margem norte; e a mesma similitude, devemos já expressar, encontrámos desde os primeiros contactos destas comunidades com Roma, não obstante, naturalmente, os diferentes ritmos, intensidades e circunstâncias locais.

A análise arqueológica efetuada neste território teve por base o recenseamento regional de sítios e achados, tanto sidéricos como de época romana. À expressão, praticamente exclusiva, do *castro*, como polo de povoamento concentrado, durante a Idade do Ferro – configurando, aliás, um modelo de organização sociopolítica que a administração romana, em parte, terá aproveitado, selecionando ou promovendo determinados *castella* que converteu em cabeça de *ciuitates* – substitui a romanidade ampla pluralidade de locais de habitação, trabalho e outras funções, desde os povoados castrejos que permaneceram ocupados (os quais, por convenção e comodidade, seguimos descrevendo como «romanizados»), passando pelas aldeias, *uillae* e casais, explorações mineiras e outras atividades industriais, os espaços de circulação (vias e pontes) e as áreas de necrópole das populações.

Mas além desta diversidade transversal, sob a égide de Roma emergem as cidades, obrigando a elevar a vista sobre a região, para nela realçar as fundações de *Bracara Augusta* e *Aquae Flauiae*; urbes augustanas (cremos que, também a segunda) às quais acrescem as «experiências» singulares do castro «romano» do Mozinho, ou da excecional monumentalização urbanística do castro de *Tongobriga*. Como dissemos, as retrospetivas do dossiê epigráfico, poderoso instrumento e reflexo do processo de miscigenação cultural, e da circulação monetária, com particular ênfase na prática de entesouramento, compuseram este quadro regional do mundo «galaico-romano», a que acrescentámos algumas notas sobre as dinâmicas económicas estimuladas pelo novo contexto e escala de comércio, com destaque para a rota atlântica, desde há muitos seculos demandada por naves mediterrânicas e que agora, beneficiando da «placa giratória» de Cádis, trouxe aumentado número de embarcações às costas da Lusitânia e da Galécia.

Mas se os produtos manufaturados, como a cerâmica fina, e as ânforas, contendo vinho, azeite ou preparados vinícolas ou de peixe, traduzem parte substancial das importações, requeridas para abastecimento militar e de número crescente de população das cidades ou de gostos e consumos latinizados, o que acrescentaria o noroeste ibérico ao ouro, à prata e outros metais carregados na volta dos navios? O carácter perecível de muitos desses géneros e seus contentores, praticamente invisíveis nas cargas naufragadas – a par da natureza segmentada desse comércio, deixando e carregando mercancias em diversos portos intermédios – não permitem suficiente sistematização, mas as informações da literatura antiga valorizam produtos, como o mel, as peles e curtumes, o sal e as conservas de peixe que deverão, talvez, suscitar maior atenção nas agendas de investigação.

Após a consideração do âmbito regional, centrámos o discurso em *Cale*, o lugar. Revisitámos as fontes, com particular ênfase, talvez, porque suscetíveis de maior discussão, no Itinerário de Antonino e em Salústio. A singela menção a *Calem* naquele roteiro viário, como *mansio* de apoio aos viajantes nas imediações da travessia do Douro, fez-nos refletir sobre as hipóteses da sua localização, para a qual propomos a margem sul do rio, ainda que *mansio* simétrica (que não requereu nomeação no Itinerário) pudesse, provavelmente, ter estacionado na orla direita do mesmo Douro. A suposta atribuição ao poeta latino Gaio Salústio Crispo de uma menção à conquista de *Cale* por Perpena, no quadro das guerras sertorianas, mereceu-nos, igualmente, um olhar de detalhe. A referência é, em boa verdade, em terceira mão, pois resulta de uma proposta de correção renascentista (Vóssio) a um apontamento de um autor do Baixo Império (Sérvio Honorato) que atribuiu a Salústio a menção a uma Cale, algures «na Gália». Parece-nos muito duvidosa a correção, e possíveis outras interpretações – que poderão até passar por Cagli, a homónima da *Cale* duriense na região itálica da Úmbria – mas, em boa verdade, a possibilidade de que, na década de 70 antes da nossa era, o lugar-tenente de Sertório pudesse ter feito alguma surtida à foz do Douro para se aprovisionar de géneros alimentares ou recrutar mercenários, pouco acrescenta, de positivo, à nossa indagação sobre *Cale* e os *Callaeci*.

O inquérito arqueológico dedicou particular atenção aos espaços urbanos do Porto e Vila Nova de Gaia, locais onde o inventário foi feito ao nível das intervenções arqueológicas. Deste modo, como pudemos perceber, os dados da avaliação arqueológica dos povoados proto-históricos de ambas as margens do Douro (Penaventosa e Castelo de Gaia) e dos respetivos *uici* ribeirinhos, estabelecidos em época romana (mais seguro o da margem norte; provável o da banda meridional) demonstram – não obstante as lacunas de registo e de investigação, e o carácter preliminar das observações – a grande vitalidade económica desta região, desde cedo inserida em redes de comércio atlântico e de aproveitamento do eixo navegável duriense. Não obstante serem distintos os *populi* autóctones das duas ripas e de estas pertencerem a diferentes províncias administrativas em tempos romanos, como já

observámos, regista-se desde os finais da República até ao período tardo-antigo um continuado processo de articulação cultural, com reflexos expressos, por exemplo, em certa simetria toponímica perenizada pela história.

Esta mesma metodologia, mais consentânea com a prática de arqueologia urbana, corrente naquelas cidades durante as últimas décadas, possibilitou também que, ultrapassando a aproximação arqueográfica mais localizada, pudéssemos discernir «sítios», núcleos de povoamento espacialmente discretos (ainda que, certamente, interligados económica e socialmente), como a Penaventosa e a «Vila Baixa», ou, seguindo o curso do rio, Miragaia, Campo do Rou, Santa Catarina e outros. Do mesmo modo em Vila Nova de Gaia, onde a medieval coexistência de dois concelhos – *Gaia* e *Vila Nova* – parece prefigurar-se já em tempos da romanidade. A partir desta aproximação, julgamos, não fará já grande sentido falar-se da ocupação da Idade do Ferro ou Romana «do Porto», o mesmo podendo dizer-se de Gaia. Tais núcleos, segundo entendemos, poderão desde agora descentrar a arqueologia urbana generalista, no que se refere à Antiguidade, numa arqueologia de sítios e núcleos de povoamento, nomeadamente nos tempos do Império, distribuídos por ambas as ribas deste território da foz do Douro.

Dissemos já dos sítios. Dos povos, que até agora pluralizámos, interessaram-nos em especial os *Callaeci*, assumindo como hipótese de trabalho que terá sido *Cale* o seu núcleo original, como, desde há muito, é sustentado por significativo número de investigadores, nomeadamente portugueses. No remate da pesquisa, considerámos esta possibilidade como a mais provável. Não obstante, uma atenta e objetiva apreciação das parcas fontes literárias, a que se junta o quase silêncio das epigráficas, não pode deixar de apontar para outras possíveis etnogeografias, o que o progresso dos estudos, ou o feliz acaso de alguma inscrição, poderão, no futuro iluminar.

Na verdade, dos sítios e da sua concreta expressão arqueológica, falam mais os objetos que os escritos. Mas a hierarquia inverte-se quando buscamos os *Callaeci*. A fazer fé nos autores antigos, a sua entrada na História terá sido dramática. Fustigado em 139 a.C. pelas tropas de Quinto Servílio Cepião, o mesmo «povo» (ou, mais seguramente, a reunião de vários étnicos dos quais só este, quiçá por maior facilidade de nomeação, deixou memória), foi obrigado, um par de anos depois, a novo confronto com as legiões, levando a que o cônsul Décimo Júnio Bruto, em duro confronto, «tingisse de sangue a terra hispana» (Ovídio), alcançando, como triunfo maior e ornamento, o cognome de *Calaicus*, celebrado, certamente com generosidade, pelo poeta Ácio, protegido de Bruto e, eventualmente, seu acompanhante nas lides ibéricas.

Progressivamente, a conquista romana abria aos conquistadores os horizontes da geografia e da diversidade étnica das bordas do «mar exterior». À incursão militar de 138-137 a.C., na sequência da qual, além dos *Callaeci*, somos informados sobre os *Bracari* e da resistência e submissão de Talabriga, seguem-se a campanha de Crasso e a expedição, talvez mais comercial (melhor dizendo, de saque e rapina, mas deixando abertas as rotas para subsequentes viagens de negócios) de César até *Brigantium*, levando os barcos, talvez de Cádis, e o nome de Roma, pela primeira vez, às águas frias mais setentrionais. Poucas décadas depois, o assalto derradeiro, que exigiu a pessoal presença do *princeps*, domou finalmente e forçou à paz cântabros e astures, rematando a conquista da Hispânia e, de pronto, procedendo à reorganização territorial do mapa provincial (onde se destaca a efémera *transduriana prouincia*), mas também à subdivisão destas regiões em *conuentus iuridici* e estes últimos em *ciuitates*, unidade básica para efeitos de ordenamento e representação territorial, aplicação das obrigações fiscais e, eventualmente, recrutamento militar.

Os autores contemporâneos do primeiro imperador, como Estrabão, ou os posteriores, designadamente aqueles cujos escritos visavam utilização administrativa, como Plínio, o Velho, a que acrescem geógrafos e historiógrafos, não deixam de refletir estas transformações de gentes e paisagens, por vezes, expressamente, aludindo mesmo a situações anteriores e a quadros novos que sublinham com um «*nunc*». Deste modo, assentes no repertório de *populi, oppida* e *ciuitates,* ou *ethne*, e *poleis*, conforme as vozes, que entretanto nos oferecem os mesmos Estrabão e Plínio, bem como Mela, Ptolemeu e diversos outros autores, e algum contributo dos monumentos epigráficos, investigadores antigos e contemporâneos têm vindo a mapear comunidades sobre as cartas geográficas, num xadrez de «identidades» cujos contornos só grosseiramente percebemos.

Aliás, foi necessário que discutíssemos um pouco, em capítulo próprio, os conceitos de etnicidade, etnogénese e termos correlativos, que têm estado, nas últimas décadas, no centro de um debate fundamental, convocando a antropologia, a arqueologia e outras ciências sociais e gerador de ampla produção teórica, temperada com casos de estudo de muitas latitudes e colorações culturais. Fruto da autoconsciência dos indivíduos como partícipes de entidades coletivas (elas próprias na sobreposição e articulação de múltiplas comunidades de interesses e partilha), as identidades étnicas negoceiam-se frequentemente (na modernidade histórica como, plausivelmente, em tempos mais antigos) no contacto cultural, seja de mera coexistência espácio-temporal, seja no quadro da constituição das sociedades «híbridas» que resultam dos processos de conquista e colonização. O regresso da teoria arqueológica ao debate étnico – do qual se havia afastado por muito tempo, na sequência da falência das teses de Kossina e do seu aproveitamento político como justificação de supremacismo e descriminação cultural – levou ao reposicionamento dos temas da aculturação, o que, como esperado, nos conduziu ao âmago do debate contemporâneo sobre a Romanização e as suas múltiplas modalidades e cambiantes.

Limitámo-nos, a este propósito, a apresentar um sumário ponto de situação das principais correntes teóricas em presença, quanto mais não fosse porque a nossa escala de análise em pouco nos oferece argumentação inédita para a discussão; mas importa que estejamos atentos ao conteúdo semântico e ao modo como falamos de «romanização» (termo que continuamos a aplicar), designadamente no que se refere aos seus reflexos e articulações com a «cultura material» (este, também, um tema discutível e, no plano arqueológico, mesmo redundante, porque apenas captámos, da cultura, as correspondentes materialidades e objetivações). Na verdade, no quadro classificatório «cultural» que tivemos de assumir, face à pobre evidência material disponível, por vezes, uma muralha «faz» um castro e umas tégulas, ou a ausência delas um sítio «romanizado» ou meramente «indígena». Bem conscientes desta artificialidade, em diversos pontos do texto alertámos o leitor para o facto, mas a taxonomia dos traços de habitação humana progride, e aperfeiçoa-se, na exata medida em que se acrescentam e clarificam os dados arqueológicos – mesmo a presente modéstia das bases materiais de um «sítio», tem, muitas vezes, um valor acrescido em termos da sua salvaguarda futura, e não deixa de assinalar, como «*post-it*» colorido, as suas virtualidades como potencial foco de investigação.

Nesta linha – e este é um dos pontos do debate – a etnogénese dos *Callaeci*, como certamente de outros povos coevos, gerou-se no trânsito entre uma arcaica perceção de si e dos vizinhos, e o novo quadro linguístico e administrativo imposto por Roma. Neste torvelinho de acelerado ciclo histórico – cujo estudo Gerardo Pereira-Menaut brilhantemente prologou – numerosos povos se «perderam» – talvez como os Pleutauros, os Bardietas ou os Alotrigas, cuja simples nomeação repugnava a Estrabão –; outros emergem às vezes, timidamente, numa ara dedicada a Júpiter ou na forma de um *castellum,* de ignota localização, a assinalar a origem distante de um qualquer defunto. O nome dos *Callaeci*, porém, foi objeto de nova e insuspeitada «etnogénese», agenciada pelos vencedores, a qual, deixando, talvez, o pequeno povo olvidado nas margens do Douro, ampliou o seu nome à escala de uma nova *regio*, fazendo chegar a Roma a sua iconografia «heráldica» e a Aphrodisias, o *ethnous kallaikon*, como emblema maior da finisterra atlântica continental do Império.

A atividade arqueológica das últimas quatro décadas (especialmente, nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, e, em menor proporção, também na região de estudo envolvente) constituiu o nosso principal recurso de investigação. Na verdade, nestes últimos decénios, o incremento da prática da arqueologia, feita, nomeadamente, no contexto da legislação de salvaguarda patrimonial, levou a importantes descobertas, em particular na área dos centros históricos das cidades do Porto e Vila Nova de Gaia e em outros núcleos urbanos da região, como a dissertação tentou refletir, com especial esforço de atualização, incorporando mesmo trabalhos e achados feitos na fase final da sua redação. Estes resultados, ainda pouco explorados cientificamente, justificavam uma avaliação que, em nosso entender, apresenta relevante potencial para o debate sobre o território e as comunidades da foz do Douro, *Cale* e os *Callaeci*.

Não obstante, visando fornecer ao leitor uma perspetiva analítica das nossa principal fonte de aquisição de dados, considerámos importante ensaiar uma breve síntese estatística da evolução da prática arqueológica na área em análise. A par de outras circunstâncias, umas fortuitas, outras mais controláveis, temos por certo que, em grande medida, a qualidade dos dados produzidos pela atuação

arqueológica, depende do programa de pesquisa e da própria qualidade dos meios e técnicas investidas nas intervenções. Durante o intervalo temporal das últimas quatro décadas – que corresponde, igualmente, à renovação e ao nascimento da moderna arqueologia portuguesa – representou notório ponto de viragem a passagem da perspetiva de uma arqueologia «de investigação» (certamente com as suas fraquezas e limitações) a uma prática comercial quase exclusiva, ou seja, a uma arqueologia que não é ditada por qualquer agenda de investigação mas, tão só, pela necessidade de minimizar os impactes negativos de numerosas operações potencialmente destruidoras dos vestígios materiais de anteriores antropizações do território. Não poderíamos deixar de debater as fragilidades e virtualidades deste modelo, cuja natureza – não servindo, de todo, para justificar as nossas próprias limitações de análise – seguramente encurtou o escopo e as possibilidades de um estudo melhor fundamentado.

Palavras-chave: *Cale*, *Portucale*, *Callaeci*, Porto, Vila Nova de Gaia

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

SUMÁRIO

	Agradecimentos	13
	Resumo/Resumén/Abstract/Resumo	15
	Sumário	35
	Índice de Figuras	41
	Índice de Tabelas	52
	Abreviaturas, sinais diacríticos e latinismos bibliográficos	53
1.	**INTRODUÇÃO**	55
1.1.	**Objeto**	57
1.2.	**Metodologia**	59
1.2.1.	Levantamento arqueológico e documental	59
1.2.1.1.	Levantamento à escala local (urbana)	60
1.2.1.2.	Levantamento à escala regional	61
1.2.2.	Referência e apresentação de bibliografia e fontes	64
1.2.3.	Localização e cartografia	65
1.3.	**Estrutura e organização**	65
1.4.	**Área de estudo**	68
1.4.1.	O quadro fisiográfico, com algumas notas históricas	69
1.4.2.	Linhas de água, litologia e solos	70
2.	**UM LUGAR E UM POVO**	81
2.1.	**A equação de partida**	83
2.2.	**O debate historiográfico sobre *Cale* e as origens do Porto e Gaia**	84
2.2.1.	Da Baixa Idade Média ao Renascimento	88
2.2.2.	*Cronicões* dos tempos modernos	92
2.2.3.	Desde Oitocentos: entre os mitos e a História	97
2.2.4.	O berço da Cividade	101
2.2.5.	O tempo da arqueologia	107
2.3.	**Limites e possibilidades das fontes literárias e arqueológicas**	113
2.3.1.	A atividade arqueológica na região (1980-2019)	118
2.3.1.1.	Enquadramento legal	119
2.3.1.2.	Evolução do número de intervenções arqueológicas	122
2.3.1.3.	Agentes e modelos das intervenções arqueológicas	124
2.3.1.4.	Da prática aos resultados: um breve retrato	125
2.4.	**Etnogénese, história e «cultura material»**	129
2.4.1.	Etnicidade e etnogénese	132
2.4.2.	Etnicidade e «cultura material»	136
2.4.3.	Romanização, mudança cultural e suas materialidades	137

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

3. ANTES DE ROMA 155

3.1. Comunidades proto-históricas 157
3.1.1. A ocupação do território 158
3.2. Os dados arqueológicos 161
3.2.1. Arquiteturas domésticas e monumentais 171
3.2.2. «Santuários» castrejos, elementos votivos e vestígios «atípicos» 173
3.3. As fontes escritas: um mosaico de *povos* 176
3.3.1. Ensaios cartográficos 178
3.4. Castros e *castella* 187

4. ENCONTRO COM ROMA 211

4.1. Contacto, conflito e conquista 213
4.1.1. *Decimus Iunius Brutus* 215
4.1.2. A expedição de Públio Crasso 226
4.1.3. A campanha de César 228
4.1.4. Envolvimento galaico nas guerras cântabras 232
4.2. Território e sociedade 237
4.2.1. A cartografia administrativa 238
4.2.1.1. *Prouinciae* 239
4.2.1.2. *Conuentus* 241
4.2.1.3. *Ciuitates* 245
4.3. As formas de povoamento 247
4.3.1. Critérios e taxonomias 247
4.3.2. Os dados arqueológicos 257
4.3.2.1. Castros «romanizados» 257
4.3.2.2. Povoados (núcleos de povoamento) 258
4.3.2.3. *Villae* 265
4.3.2.4. *Aedificiae* 266
4.3.2.5. Trabalhos mineiros 269
4.3.2.6. Vias e pontes 273
4.3.2.7. Necrópoles 275
4.3.2.8. Outros sítios e achados romanos 277
4.4. A novidade urbana: *Bracara* e *Aquae Flaviae* 278
4.4.1. *Bracara Augusta* 279
4.4.1.1. História da investigação 281
4.4.1.2. Fundação e cronologia 284
4.4.1.3. O desenho urbano 291
4.4.1.4. O centro cívico – *forum* 292
4.4.1.5. Termas 293
4.4.1.6. Edifícios lúdicos 295
4.4.1.7. Arquitetura doméstica e outras construções 296
4.4.1.8. Os limites: necrópoles e muralhas 301
4.4.1.9. O *territorium* centuriado 303
4.4.2. *Aquae Flauiae* 304
4.4.2.1. História da Investigação 304

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

4.4.2.2. Fundação e cronologia 305
4.4.2.3. Fontes arqueológicas 309
4.4.2.4. Principais edifícios e urbanismo 310
4.4.2.4.1. O centro cívico – *forum* 310
4.4.2.4.2. Edifícios lúdicos 311
4.4.2.4.3. Termas 312
4.4.2.4.4. Outras construções, eixos viários e infraestruturas 315
4.4.2.5. Os limites: necrópoles e muralhas 316
4.4.2.6. O desenho urbano 317
4.4.2.7. O *territorium* aquiflaviense 318
4.5. A romanização de um castro: *Tongobriga* 319
4.5.1. História da investigação 320
4.5.2. O complexo termal 322
4.5.3. O *forum* e outros edifícios do «centro cívico» 324
4.5.4. O plano urbano 330
4.5.5. As áreas residenciais 331
4.5.6. Os limites: muralha e necrópoles 333
4.5.7. Natureza, fundação, faseamento e estatuto da povoação 334
4.6. Novos castros para novos tempos: o Mozinho 340
4.6.1. Cronologia de ocupação 342
4.6.2. Muralhas e fosso defensivo 343
4.6.3. Malha urbana e arquiteturas 345
4.7. Língua e culto: o hábito epigráfico 353
4.8. Circulação monetária 379
4.9. O mundo galaico-romano: economia e sociedade 391

5. *CALE* 471

5.1. Fontes literárias 473
5.1.1. Itinerário de Antonino 474
5.1.2. Salústio [Sérvio Honorato – I. Vossio] e a suposta tomada de *Cale* 480
5.1.2.1. Salústio, as *Historiae* e Perperna 481
5.1.2.2. Sérvio, comentador da *Eneida* 484
5.1.2.3. Vossius, revisor de Sérvio 486
5.1.2.4. Dúvidas e propostas acerca da «correção» de Vossius 489
5.1.2.5. *Cale* na *Gallia* Cisalpina 490
5.1.2.6. *Cale* na *Gallia* Transalpina 497
5.1.2.7. *Cale* na *Gallaecia* 499
5.1.3. *Cosmographia* de Ravenna 506
5.1.4. Crónica de Idácio 510
5.1.5. *Parochiale Sueuorum* 512
5.2. Fontes epigráficas 514
5.3. Fontes arqueológicas 518
5.3.1. Ocupação proto-histórica e romana do Porto 519
5.3.1.1. Da *Cividade* à *Penaventosa* 519
5.3.1.2. Cividade 525
5.3.1.3. Os outros *castros* do Porto. Noeda 527

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

5.3.1.4. *Cristelo, Crastelo* 528
5.3.1.5. Santa Catarina 529
5.3.1.6. *Monte Crasto* 530
5.3.1.7. Achados dispersos da Idade do Ferro 531
5.3.1.8. A delimitação do povoado castrejo 532
5.3.2. Os tempos romanos 547
5.3.2.1. Penaventosa 548
5.3.2.2. *Vila Baixa* 552
5.3.2.3. Cividade 559
5.3.2.4. Vitória 559
5.3.2.5. Miragaia 560
5.3.2.6. Campo do Rou/Cristelo 561
5.3.2.7. Santa Catarina/Ouro 562
5.3.2.8. Mouteira/Serralves 562
5.3.2.9. *Monte Crasto* 563
5.3.2.10. Cedofeita 563
5.3.2.11. Sítios e achados dispersos 563
5.3.3. O *uicus* romano e a sua envolvente: aspetos gerais 564
5.3.3.1. Arquitetura monumental e edifícios públicos 565
5.3.3.1.1. Sistema defensivo e muralhas 565
5.3.3.1.2. Edifícios públicos ou monumentais 566
5.3.3.1.3. Arquitetura privada 569
5.3.3.1.4. Estruturas portuárias e instalações produtivas ou oficinais 569
5.3.3.1.5. Organização urbana e sistema viário 571
5.3.3.1.6. Necrópoles 576
5.3.3.1.7. Os tempos e o estatuto de *Cale* 577
5.3.4. Ocupação proto-histórica e romana de Gaia e Vila Nova 582
5.3.4.1. O Castelo de Gaia 583
5.3.4.2. Vila Nova 599
5.3.5. Discussão 601

6. *CALLAECI* 691

6.1. Fontes literárias 693
6.1.1. Estrabão (c. 64 a.C. – 24 d.C.) 694
6.1.2. Tito Lívio (79/59 a.C. – 17 d.C.) 698
6.1.3. Pompónio Mela (séc. I) 699
6.1.4. Plínio, o Velho (23/24-79 d.C.) 700
6.1.5. Silio itálico (25/26-101/102) 703
6.1.6. Plutarco (c. 46/50-120/125) 704
6.1.7. Lúcio Floro (c. 70/74 (?) – inícios do séc. II) 704
6.1.8. Apiano de Alexandria (c. 95 - 164) 705
6.1.9. Ptolemeu (c. 100-170) 706
6.2. Fontes epigráficas 708
6.3. Fontes arqueológicas 713
6.4. Discussão 714

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

7. *CALLAECIA* 723

7.1. Fontes literárias e epigráficas 725
7.2. Discussão 730

8. EM CONCLUSÃO: TERRITÓRIOS E COMUNIDADES 733

8.1. De *Cale* a *Portu(s)cale* 735
8.2. Da *mansio [ad] Calem* a *Caeno* (?) 739
8.3. Dos *Callaeci* à *Calaecia* 742

9. FONTES E BIBLIOGRAFIA 745
9.1. Fontes e *corpora* documentais 747
9.2. Relatórios técnicos 762
9.3. Bibliografia geral 785
9.4. Recursos eletrónicos 938

VOLUME II

INVENTÁRIOS

I Cidades do Porto e Gaia
I.A Cidade do Porto
I.B Cidade de Gaia

II Região de Estudo
II.A Castros (Idade do Ferro)
II.B Outros vestígios (Idade do Ferro)
II.C Castros romanizados
II.D Povoados (núcleos de povoamento)
II.E *Villae*
II.F *Aedificiae*
II.G Trabalhos mineiros
II.H Vias e pontes
II.I Necrópoles
II.J Outros sítios e achados (romanos)
II.K Epigrafia (tabela-síntese)
II.L Achados monetários (tabelas-síntese)

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICES DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Fig. 1	Localização da área de estudo no norte de Portugal.	76
Fig. 2	Enquadramento administrativo da área de estudo (concelhos) e rios principais.	77
Fig. 3	Hidrografia e orografia da área de estudo, assinalando-se as principais elevações, em especial as das «Serras de Valongo».	78
Fig. 4	Recorte da área de estudo sobre a Carta Geológica de Portugal à escala 1:500.000 (Serviços Geológicos de Portugal, 1992), com legenda simplificada.	79
Fig. 5	Algumas áreas arqueológicas de ocupação antiga no Porto e em Vila Nova de Gaia.	147
Fig. 6	Planta topográfica de parte da cidade do Porto, vendo-se o Morro da Sé ou Penaventosa (A) e, a Norte, o da Cividade. O ponto B, correspondente à praça de Almeida Garrett e Estação Ferroviária de S. Bento, era o sopé da antiga Cividade (reproduzido de PINTO, 1966).	148
Fig. 7	Esquema topográfico ilustrando a localização relativa das elevações da Cividade e da Sé/Penaventosa (reproduzido de CORREIA, 1936).	148
Fig. 8	Núcleos embrionários da cidade, na Antiguidade, segundo a proposta de Magalhães BASTO (1940). Implantação sobre a maquete da cidade do Porto (Foto: A. M. Silva).	149
Fig. 9	Esboço de T. Sousa SOARES (1962: 153) da sua interpretação das referências de Idácio e do *Parochiale*. O «*castrum novum*» seria no morro da Sé e o «*antiquum*» na colina do Castelo de Gaia. A faixa mostra o traçado hipotético da via romana.	150
Fig. 10	Esboço cartográfico das teses de Sousa Machado sobre Portucale. Os pontos vermelhos marcam a localização do *Portucale* da margem direita e do *Portucale* da margem esquerda. A pontuado, do lado de Gaia, o traçado hipotético da via romana, segundo o mesmo autor (MACHADO 1956; reproduzido de MACHADO, 1980).	150
Fig. 11	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho do Porto (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	151
Fig. 12	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Penafiel (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	151
Fig. 13	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Vila Nova de Gaia (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	151
Fig. 14	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Vila do Conde (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	152
Fig. 15	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Matosinhos (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	152
Fig. 16	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho da Maia.	152
Fig. 17	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Paredes (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	153
Fig. 18	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Valongo (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	153
Fig. 19	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Gondomar (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	153
Fig. 20	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho do Porto (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	154

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 21	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para os concelhos de Matosinhos, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Penafiel (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	154
Fig. 22	Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para os concelhos de Gondomar, Valongo, Paredes e Maia (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.	154
Fig. 23	Castros e outros vestígios da Idade do Ferro na região de estudo.	190
Fig. 24	Castros da Idade do Ferro e ocupados em época romana na região de estudo.	191
Fig. 25	Castro de São Paio (Vila do Conde), visto aproximadamente de sudeste. (Foto: *Google Earth*).	192
Fig. 26	Castro do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos). Planta de Joaquim Neves dos Santos do edifício tardo-romano do Campo da Fonte. O arco de círculo, sensivelmente a meio, corresponde a uma casa circular castreja pré-existente. (Reproduzido de SANTOS, 1996).	192
Fig. 27	Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta das estruturas descobertas na escavação de 1985. (Reproduzido de SÁ; PAIVA 1994a, a partir de LOPES, 1996).	193
Fig. 28	Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta parcial da área escavada em 1994. (Reproduzido de LOPES, 1996).	194
Fig. 29	Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta parcial da área escavada em 1994, com a afetação da auto-estrada (Reproduzido de LOPES, 1996).	195
Fig. 30	Castro do Monte Murado (Vila Nova de Gaia). Planta do núcleo «castrejo» escavado em 1983-1984. (Reproduzido de SILVA, AF, 1984b).	196
Figs. 31-33	Figuras 31 a 33 - «Santuários» rupestres da Idade do Ferro (?) de Matosinhos. Em cima, o do castro de Esposade, Custóias (OF01); nas fotografias inferiores, o sítio de Mecos, Guifões (OF03) (Imagens: Conceição Pires © Gab. Arqueologia e História da C. M. Matosinhos).	197
Fig. 34	Carro votivo em bronze de Vilela, Paredes (reproduzido de LOPES, 2008).	198
Fig. 35	Carro votivo em bronze de Vilela, Paredes. Desenho interpretativo de A. C. Ferreira da Silva (reproduzido de SILVA, AF, 1986).	198
Fig. 36	«O Ocidente da Hispânia» segundo Plínio (1), Pompónio Mela (2) e Ptolemeu (3). Mapas reproduzidos (recortados ao norte do país) de SOARES, 1958. Sem escala.	199
Fig. 37	O Noroeste, segundo Ptolemeu. Reproduzido de TRANOY, 1981.	200
Fig. 38	«*Géographie et peuplement antique du Nord-Ouest*». Reproduzido de TRANOY, 1981.	201
Fig. 39	«Os *populi* pré-romanos e as atuais províncias de Portugal». Mapa reproduzido (recortado só à zona norte) de ALARCÃO, 1988.	202
Fig. 40	Primeiro ensaio cartográfico de distribuição das *ciuitates* do Norte de Portugal, segundo Jorge de ALARCÃO (1995-1996, adaptado).	202
Fig. 41	Proposta de localização das *ciuitates* e *populi* indígenas do Norte de Portugal (reproduzido de ALARCÃO, 1998b = 1999b).	203
Fig. 42	Proposta mais recente de J. Alarcão sobre a localização dos principais povos indígenas do noroeste ibérico (reproduzido, recortado, de ALARCÃO, 2017).	203
Fig. 43	«Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 1986).	204
Fig. 44	«Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 1986). Recorte da região entre Douro, Ave e Tâmega.	205
Fig. 45	Versão revista do mapa «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 2007a).	206
Fig. 46	Versão revista do mapa «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 2007a). Recorte da região entre Douro, Ave e Tâmega.	207
Fig. 47	Distribuição dos *populi* indígenas do noroeste peninsular (reproduzido de RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996a = 1997a, 1997b, recortado).	208
Fig. 48	Povos dos dois *conuentus* do NO. mencionados por Plínio nos livros III e IV da *NH* (reproduzido de DOPICO CAÍNZOS, 2017).	208
Fig. 49	Esquema da organização administrativa romana no *conuentus bracaraugustanus* e correspondente organização sociopolítica indígena.	209

Fig. 50	Esquema tradicional das principais incursões romanas ao Noroeste antes das guerras cântabras. Com traço negro, a campanha de *Brutus*; e a cinza a expedição de César (seg. OREJAS, SÁNCHEZ-PALENCIA; PLÁCIDO, 2000; reprod. de MORILLO, 2016).	401
Fig. 51	Secção de uma das linhas de muralha do acampamento romano (de D. I. Brutus) da Lomba do Mouro, Melgaço. Foto: © Era Arqueologia, reprod. de http://romanarmy.eu/pt/.	401
Fig. 52	Distribuição dos «castros romanizados» na área de estudo.	402
Fig. 53	Planta das estruturas habitacionais, datadas do Baixo-Império, escavadas no Castro de Guifões, Matosinhos, entre 1993 e 2010. Reprod. de CLETO; VARELA, s.d. [c. 2014]; Levantamento: Arqueologia e Património/Gabinete de Arqueologia e História da C. M. Matosinhos	403
Fig. 54	O Castro da Penaventosa, Porto, visto a partir de sul. Junto ao rio, distribuía-se o *uicus* que designamos como Vila Baixa (foto do A.).	404
Fig. 55	O castro do «Castelo de Gaia», visto da margem fronteira. Para nascente (à esquerda da imagem) distribuía-se o núcleo de povoamento que designamos como Vila Nova (foto do A.).	404
Fig. 56	Castro do Monte Murado, Vila Nova de Gaia. Habitação de *Decimus Iulius Cilo*, onde apareceram as *tesserae hospitales* dos inícios do século I (sinalizadas). Reprod. de SILVA, AF, 2007a.	405
Fig. 57	Distribuição dos povoados (núcleos de povoamento) na área de estudo.	406
Fig. 58	Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Pormenor das construções, vendo-se também um tanque (foto do A.)	407
Fig. 59	Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Pormenor de um apiloador, entre as ruínas (foto do A.)	407
Fig. 60	Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Planta geral das estruturas escavadas. Reprod. de BAPTISTA *et al*., 2006b.	408
Fig. 61-62	Bouça do Ouro, Penafiel. Implantação das construções A e B. Planta da Habitação A. Reprod. de SOEIRO, 1998b.	409
Fig. 63	Bouça do Ouro, Penafiel. Planta da Habitação B, após a ampliação do Baixo-Império Reprod. de SOEIRO, 1998b.	410
Fig. 64	Bouça do Ouro, Penafiel. Proposta de reconstituição do conjunto habitacional/oficinal B. Reprod. de SOEIRO, 1998b.	410
Fig. 65	Fig. 63 – O «Castelo» de Crestuma, Vila Nova de Gaia, visto da margem norte do Douro. Por toda a frente de rio distribuía-se uma área portuária, da qual se encontraram restos de um cais no areal de Favais, a poente (à direita). Foto do A.	411
Fig. 66	Fig. 64 – Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Planta das estruturas escavadas na parte superior do povoado, podendo observar-se a profusão de entalhes, buracos de poste e outras estruturas negativas. Levantamento: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).	412
Fig. 67	Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Ruínas do cais tardo-antigo, no areal de Favais. Foto: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).	413
Fig. 68	Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Detalhe construtivo do cais tardo-antigo, no areal de Favais, vendo-se um bloco de granito de aparelho almofadado. Foto: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).	413
Fig. 69	Distribuição das *Villae* na área de estudo.	414
Fig. 70	Distribuição dos *Aedificiae* na área de estudo.	415
Fig. 71	Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Levantamento de um conjunto de tanques do núcleo de Angeiras. Reprod. de CLETO, 1996.	416
Fig. 72	Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Núcleo de tanques de Angeiras. Reprod. de SILVA, AF, 1994 (foto: Gab. Arq. Hist. da C. M. Matosinhos).	417
Fig. 73	Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Salinas de Angeiras. Reprod. de SILVA, AF, 1994 (foto: Gab. Arq. Hist. da C. M. Matosinhos).	417
Fig. 74	Planta do balneário termal de São Vicente de Pinheiro, Penafiel. Reprod. de FORTES, 1902.	418
Fig. 75	Distribuição dos Trabalhos Mineiros na área de estudo.	419
Fig. 76	Distribuição dos Trabalhos Mineiros inventariados sobre a Carta Geológica (veja-se a Fig. 4 para a legenda). Base: Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000 (Serviços Geológicos de Portugal, 1992).	420
Fig. 77	Distribuição dos Trabalhos Mineiros na área de estudo. Ampliação, destacando os principais complexos mineiros (Gondomar, Paredes e Penafiel).	421

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 78	Minas da Serra de Santa Justa e da Serra de Pias. Localização dos Fojos. Reprod. de C. B. MARTINS, 2008 (Anexos cartográficos).	422
Fig. 79	Minas de Santa Justa, Valongo. Boca de fojo. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).	423
Fig. 80	Minas de Santa Justa, Valongo. Galeria de acesso ao Fojo das Pombas (foto do A.)	423
Fig. 81	Minas do Alto do Castelo, Valongo. Galerias mineiras. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).	424
Fig. 82	Minas do Alto do Castelo, Valongo. Poços e entradas de galerias mineiras. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).	424
Fig. 83-84	Minas das Banjas, Paredes. Corta (exploração a céu aberto) e poço, de secção quadrangular. Reprod. de SILVA, MA; FÉLIX, 2008.	425
Fig. 85-86	Localização dos principais trabalhos mineiros dos conjuntos de Santa Justa, Alto do Castelo e Pias (Valongo). No cartograma inferior, implantação de povoados (a verde) e necrópoles (preto) na mesma área mineira.	426
Fig. 87	Implantação de alguns troços de vias e pontes de ascendência romana na área de estudo.	427
Fig. 88	Distribuição das necrópoles (e sepulturas isoladas) na área de estudo.	428
Fig. 89	Distribuição de «Outros sítios e achados romanos» na área de estudo.	429
Fig. 90-91	Cepos de âncora de embarcação, em chumbo, recolhidos em águas atlânticas de Vila do Conde (em cima) e no Rio Douro, junto ao Porto (imagens: O CEPO DE ÂNCORA…, 2011 e Serviço de Arqueologia/DMPC da C. M Porto).	430
Fig. 92	Estatueta de Júpiter, em bronze, de Soutelo, Vila do Conde. Reprod. de SEVERO, 1899-1903.	431
Fig. 93	Estátua de Marte, em bronze, aparecida em Penafiel (foto: ACUÑA, 1975, reprod. de BRANDÃO, 1961).	431
Fig. 94	Estátua de figura togada, em granito, recolhida no rio Douro (foto: Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa).	431
Fig. 95	Distribuição geral do povoamento romano (séculos I-IV) na área de estudo.	432
Fig. 96	Planta da cidade de Braga publicada por Georgius Braun (1594) e pormenor com a possível indicação do local do *forum* romano. (Reproduzido de MORAIS, 2010).	433
Fig. 97	*Bracara Augusta*. Balneário pré-romano de Maximinos (Estação de caminhos-de-ferro). 1. Vista geral no momento da escavação; 3. Grande plano da «pedra formosa»; 2. Proposta de reconstituição tridimensional do monumento (1 e 3 reproduzidos de MORAIS, 2005b; 2 – reconstituição elaborada pelo laboratório multimédia da UAUM – Paulo Bernardes; reproduzido de MORAIS, 2010, a partir de LEMOS, 2008).	434
Fig. 98	Planta, simplificada, de Bracara Augusta, com representação das principais ruínas e edifícios públicos, necrópoles e muralha Baixo Imperial (Reproduzido de MORAIS, 2010).	435
Fig. 99	«Planta de Braga com implantação da malha urbana teórica da cidade romana e alinhamento dos principais edifícios». (Reproduzido de MARTINS; DELGADO, 1990a).	436
Fig. 100	*Bracara Augusta*. «Proposta da malha urbana com vestígios da época de Augusto. 1. Carvalheiras; 3. R. Gualdim Pais; 5. Rua Afonso Henriques; 6. Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas; 7. Ex-albergue distrital; 10. S. Geraldo 27-31; 11. Misericórdia; 12. S. Geraldo 34; 13. Antigas Cavalariças; 14. Edifício pré-termal; 15. *Domus* do mosaico; 16, 17. Necrópole da Via XVII». (Reproduzido de MARTINS; CARVALHO, 2017).	437
Fig. 101	*Bracara Augusta*. «Reconstituição da malha urbana e do sistema viário (Reproduzido de MARTINS; MAGALHÃES; BOTICA, 2018).	438
Fig. 102	1. Detalhe do pedestal de estátua em honra de Agrippa Postumus; 2. Altar dedicado a Augusto, comemorando o dia do aniversário de Paullus Fabius Maximus; 3. Ensaio de visualização do hipotético templo octástilo de *Bracara Augusta* (Desenhos de César Figueiredo, reproduzidos de MORAIS, 2010).	439
Fig. 103	«Planta das estruturas atribuídas ao edifício pré-termal», com várias fases construtivas, localizado sob as termas do Alto da Cividade. (Reproduzido de MARTINS, 2005).	440
Fig. 104	1. Proposta de reconstituição do teatro de *Bracara Augusta* e planta dos edifícios públicos do Alto da Cividade, termas e teatro (Reproduzidos de MARTINS *et al.*, 2013 e RIBEIRO, 2017, desenhos UAUM).	441
Fig. 105	1. «Malha do cadastro romano e vestígios arqueológicos em torno a *Bracara Augusta*». (Reproduzidos de CARVALHO, 2012).	442

Fig. 106	Estruturas de época romana descobertas em escavações arqueológicas de Chaves (reprod. de ALVES, 2015).	443
Fig. 107	Um aspeto do balneário termal de *Aquae Flaviae*, durante as escavações arqueológicas (foto: S. Carneiro/Gab. Arqueologia Chaves).	443
Fig. 108	Planta analítica do complexo hidrotermal de Chaves (a azul, os tanques e piscinas). Reproduzida de CARNEIRO, 2018.	444
Fig. 109	Um aspeto do ninfeu das termas do Arrabalde (reprod. de httpschavesandaround.files.wordpress.com).	444
Fig. 110	Uma panorâmica de escavações arqueológicas recentes na Rua de Santo António, centro histórico de Chaves, onde apareceram importantes ruínas romanas. (foto: *Di@rio atual*, 6 de agosto de 2020).	445
Fig. 111	Troço de calçada romana encontrada na Rua 1º de Dezembro (reprod. de RIBEIRO, 2010).	445
Fig. 112	Proposta de A. Rodríguez Colmenero (1988) dos principais eixos e edifícios do centro cívico de *Aquae Flaviae* (reprod. de RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c).	446
Fig. 113	Proposta de modulação urbana de *Aquae Flaviae* de J. RIBEIRO (2010).	446
Fig. 114	Proposta de modulação urbana de *Aquae Flaviae* de M. ALVES (2015); planta adaptada e reorientada a norte).	447
Fig. 115	Proposta de traçado de centuriação romana da veiga de Chaves (ALVES (2015).	448
Fig. 116	Planta da aldeia e Área Arqueológica do Freixo, com implantação dos principais núcleos arqueológicos e da malha de ordenamento urbano. Legenda: malha urbana (1); *forum* (2); templo (2a); basílica (2b); termas (3); anfiteatro 4); teatro (5). (Fonte: 2017, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de António Freitas; reproduzido de SILVA, 2020c).	449
Fig. 117	«Área habitacional 3». Núcleo castrejo, vendo-se negativos do assentamento de duas construções circulares e outros vestígios *Tongobriga* (Fonte: 2007, Brown University Excavation©, foto de Jason Urbanus; reproduzido de WINKES *et al.*, 2020)	450
Fig. 118	«Área habitacional 3». Núcleo castrejo. Reconstituição do núcleo familiar (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de Digivision; reproduzido de LIMA; MENCHON I BES, 2018).	450
Fig. 119	Balneário *castrejo* de *Tongobriga* (Fonte: 2005, fotografia de Manuela Ribeiro; reproduzido de SILVA, 2020c).	451
Fig. 120	Vista geral das ruínas do complexo termal. (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, fotografia de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).	451
Fig. 121	*Forum* de Tongobriga. Configuração correspondente às ruínas atualmente visíveis: A – Muro perimetral; B – Entrada Nascente; C – Ábsides; D – Plataforma elevada; E – Escadas de acesso às termas (E1) e à plataforma elevada (E2, E3, E4). (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de António Freitas; reproduzido de SILVA, 2020c).	452
Fig. 122	Vista aérea das ruínas do *forum* e termas de *Tongobriga* (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).	453
Fig. 123	Panorâmica do terreiro do *forum*, visto de Poente. Em primeiro plano, silhares moldurados, atribuídos à base de um templo ou de um altar (2005, fotografia de Manuela Ribeiro©; reproduzido de SILVA, 2020c).	453
Fig. 124	Reconstituições hipotéticas do *forum* e do centro monumental de Tongobriga, segundo Charles Rocha (2015: 153); Lino Dias, (Dias, 2016: 89) e António Lima (Lima; Menchon i Bes, 2018: 33). Ilustrações de Charles Rocha, César Figueiredo Javier Torres, Ángel Veloso e Álex Salmerón sobre fotografia de José António Muñiz.	454
Fig. 125	Área habitacional romana I, com quatro *domus*. Assinalam-se a escuro os muros datáveis de época flávia (Reproduzido de LIMA, 2017c).	455
Fig. 126	Ruínas da «Casa do *Impluvium*» (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, fotografia de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).	455
Fig. 127	Vestígios correspondentes à ocupação «castreja» em *Tongobriga* (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)	456
Fig. 128	Vestígios correspondentes à ocupação de época romana em *Tongobriga* (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)	457

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 129	Localização de espaços cemiteriais romanos em *Tongobriga*: sepulturas isoladas e necrópoles (símbolos maiores) (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)	458
Fig. 130	Primeira proposta cartográfica do perímetro amuralhado e habitado de *Tongobriga* (Fonte: 2006, DRCN©, ilustração de António Freitas sob proposta de António Lima; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original).	459
Fig. 131	Vista aérea do Monte Mozinho, desde nordeste. (Imagem: Penaguião & Burnay/Câmara Municipal de Penafiel; reprod. de www.cm.penafiel.pt).	460
Fig. 132	Vista aérea do Monte Mozinho. Grande plano do recinto superior e da parte urbanizada a norte (Reproduzido de SOEIRO, 2019).	460
Fig. 133	Monte Mozinho. Perspetiva da entrada monumental da primeira muralha, vendo-se o acesso ao recinto superior ao fundo (Reproduzido de SOEIRO, 2019).	461
Fig. 134	Monte Mozinho. Porta monumental da muralha I e «Avenida» principal, ladeada por *domus* (Reproduzido de SOEIRO, 2019).	462
Fig. 135	Monte Mozinho. Embasamento do «Monumento» localizado no exterior da Muralha I. (Imagem: Henrique Matos, CC BY-SA 3.0, reproduzida de https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=8721743).	463
Fig. 136	Monte Mozinho. Proposta de reconstituição do «Monumento» honorífico no exterior da Muralha I (Infografia produzida no âmbito da 5.ª Maratona de Arqueologia Virtual, em maio de 2019, por Abel Martín, Belén Blazquez Simón, Carlos Carpetudo, Gonçalo Lopes, Gustavo Val-Flores, João Ribeiro, Marta Martínez, Néstor Marqués, Pablo Aparicio Resco, Patrícia Machado, Sérgio Eliseu e Teresa Soeiro. Reproduzida de MACHADO; CARPETUDO, 2019: 137).	463
Fig. 137	Planta do Monte Mozinho, assinalando-se o recinto superior, as linhas de muralhas I, intermédia (?) e exterior, o «monumento» (MON) e as áreas de necrópole identificadas (N1 a N4 inumações; N5 necrópole de incineração). Fontes: SOEIRO, 2019 (planta geral) e CARVALHO, 2008 (necrópoles). Infografia do A.	464
Fig. 138	Distribuição das epígrafes na área de estudo.	465
Figs. 139-140	Ara de Marecos, Penafiel (reprod. de RIBEIRO, 2002) e, à direita, ara a Júpiter «dos arredores do Porto (reprod. de ENCARNAÇÃO, 2019).	466
Fig. 141-142	Ara de Sobreira, Penafiel (foto do A.) e, à direita, Ara de Guilhabreu, Vila do Conde (reprod. de SILVA, AF, 1980b).	466
Fig. 143	Porto. Epigrafia. 1. Terreiro da Sé. Planta indicativa do local de achado da ara aos Lares, em 1940 (Arq. Hist. Municipal do Porto, Id. 368995). 2. Ara aos Lares Marinhos (reprod. *Bol. Cultural C. M. Porto*, 23 (1-2), 1960, com trat. digital). 3. Estela funerária de Miragaia (Foto: F. Noronha/CMP). 4. Ara do Castelo da Foz (Foto: G. Sarsfield/CMP).	467
Fig. 144	Castelo de Gaia. Intervenção RR.16. Pormenor da inserção do bloco epigrafado (vendo-se, igualmente, o aparelho almofadado, num muro de construção tardo-romana; à direita, foto obtida no momento da sua exumação, observando-se o caractere gravado. Imagens: Rui Ramos © Era Arqueologia, usadas com permissão.	468
Fig. 145	Castelo de Gaia. Intervenção RR.16. Grandes planos, e desenho do caractere maiúsculo epigrafado. Fotos do Autor. Vetorização de Paulo Lemos sobre decalque do Autor.	468
Fig. 146	Castelo de Crestuma, V. N. Gaia. Ara e estela (?). Fotos do Autor; tratamento digital de Pedro Pereira. *Tegula* com inscrição ante coctem. Foto: © M. Santos/Museu D. Diogo de Sousa. Usada com permissão.	469
Fig. 147	Distribuição das ocorrências monetárias (tesouros) na área de estudo.	470
Fig. 148	*Cale* na *Gallia*. Cartografia demonstrativa da possível localização da *Cale* mencionada por Salústio na Península Itálica, segundo a tese de ALBUQUERQUE (1962).	603
Fig. 149	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios da Idade do Ferro	604
Fig. 150	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios da Idade do Ferro	605
Fig. 151	Planta das ruínas, de diferentes épocas, encontradas na Rua de D. Hugo, n.º 5. Em primeiro plano, a castanho, uma habitação circular da Idade do Ferro (uma outra no canto nordeste do imóvel). Uma construção romana (laranja), do lado direito da imagem, foi cortada pela parede da construção, assente sobre a muralha romana tardia. Reproduzido de REAL; OSÓRIO, 1993.	606

USP

Figs. 152-153	Detalhe do vestíbulo da «casa castreja» da Rua de D. Hugo, 5 e (à direita) habitação «romana», com lajeado interno, truncada pela muralha romana tardia (Fotos: Serviços de Arqueologia da C. M. Porto).	606
Fig. 154	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. Núcleo «castrejo-romano», com casa redonda associada a um lajeado. Fonte: Arqueologia e Património; reprod. de MARÇAL, 2013.	607
Fig. 155	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. Vista superior, parcial, do núcleo «castrejo-romano», aparecido no arruamento. Foto: © Arqueologia e Património.	607
Fig. 156	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. 37. Grande plano de uma construção da Idade do Ferro. Foto: © Logiark.	608
Fig. 157	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. 37. Tramo de muro tardo-romano. Foto: © Logiark.	608
Fig. 158	Fig. 158 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 37. Habitação circular castreja e outras estruturas antigas. Levantamento: Arqueologia e Património.	609
Fig. 159	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, n.º 5. Fragmentos de cerâmica ática, ou imitação (séculos IV-III a.C.). A peça da esquerda (4,5x5x1,2 cm) poderá corresponder ao pé de um *kratêr* de figuras vermelhas; o fragmento de pança da direita (6,6x5,2x0,9cm) é mais atípico, podendo pertencer a uma imitação deste género de louça. Fotos: Serviço de Arqueologia da C. M. Porto.	610
Fig. 160	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 5. Pequeno fragmento (1,6x1,1x0,18cm) de anforisco em pasta de vidro sobre núcleo de argila. Poderá datar de entre os séculos VI-IV a.C., correspondendo, talvez, a uma produção de Rodes. A imagem da direita é meramente ilustrativa da forma do recipiente original. Foto: Serviço de Arqueologia da C. M. Porto.	610
Fig. 161	Porto. Cividade. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos. A linha castanha a pontilhado mostra uma hipotética via de acesso a partir da «Via XVI», desde o cruzamento do Souto.	611
Fig. 162	Porto. Cividade. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos. A linha castanha a pontilhado mostra uma hipotética via de acesso a partir da «Via XVI», desde o cruzamento do Souto.	612
Fig. 163	Porto. Localização dos núcleos castrejos, reais e hipotéticos.	613
Fig. 164	Porto. Castro da de Santa Catarina. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos	614
Fig. 165	Porto. Castro da de Santa Catarina. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos	615
Fig. 166	«Cabeça castreja» (?), em granito, de Santa Catarina, Porto (localizada numa residência particular da Rua de Luís Cruz. Fotos: Laura Sousa (©DMPC/Arqueologia, C. M. Porto)	616
Fig. 167	Porto. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos no Monte Crasto e áreas próximas	617
Fig. 168	Porto. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos no Monte Crasto e áreas próximas	618
Fig. 169	Porto. Pequena placa, em xisto (4,5 cm), com gravuras representando embarcações, de possível filiação sidérica. Foto: Empatia, Arqueologia; desenho de Gabriel Pereira	619
Fig. 170	Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagem 3. Vista geral do troço de muralha castreja, com o contraforte externo. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).	620
Fig. 171	Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagem 3. Perspetiva do troço de muralha castreja. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).	620
Fig. 172	Porto, Intervenção no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagens 3 (primeiro plano) e 1. Vista geral da muralha castreja. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).	620
Fig. 173	Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Paramento da muralha castreja (vista exterior). Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).	620
Fig. 174	Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Implantação das sondagens de avaliação prévia. A muralha castreja foi identificada nas sondagens 1 e 3, sensivelmente ao centro da planta. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).	621

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 175	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Vista geral do troço de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).	622
Fig. 176	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Vista superior do troço de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).	622
Fig. 177	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Vista superior do troço de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).	622
Fig. 178	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Plano final da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).	622
Fig. 179	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Plano da sondagem 1 com a muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).	623
Fig. 180	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Vista geral do tramo conservado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).	623
Fig. 181	Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Outra perspetiva da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).	623
Fig. 182	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Plano final da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).	624
Fig. 183	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Alçado interno da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).	624
Fig. 184	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Vista superior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).	624
Fig. 185	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Vista superior e alçado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).	624
Fig. 186	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Vista superior e alçado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).	625
Fig. 187	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39-43 (1998). Perspetiva superior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA, 2008; SILVA; BARBOSA, 1998).	625
Fig. 188	– Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 45-47 (1998-1999). Vista do alçado interno da linha de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA.	625
Fig. 189	Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 45-47 (1998-1999). Panorâmica superior e do alçado interior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA.	625
Figs. 190-191	Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 49-51 (1998-1999). Panorâmica superior e da sapata da muralha romana, sob muro moderno (esq.) e grande plano da mesma estrutura (dir.). Imagens: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA, 1998; SILVA; BARBOSA, 1998)	626
Fig. 192	Tardoz das casas da Rua da Penaventosa, vistas a partir da Rua da Bainharia (década de 1990?), vendo-se uma sucessão de muros antigos de grande espessura. Foto: C. M. Porto, DMMPC/Arqueologia.	626
Fig. 193	Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 5 (1984-1987). Perfil da parede posterior do imóvel. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (reprod. de REAL; OSÓRIO, 1993).	627
Figs. 194-195	Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 5 (1984-1987; 1992-1993). Perfil estratigráfico da Sondagem 1 (parede posterior do imóvel). Assinalado com o pontilhado branco o limite superior do tramo de muralha tardo-romana. À direita: vista, atual, da construção augustana condenada (?) pela muralha romana, com a marcação a vermelho das fiadas correspondentes à cerca do Baixo-Império Imagens: CMP/serviço de Arqueologia (arquivo)	627

Fig. 196	Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 19 (2010). Vala 2. Aspeto geral da muralha romana. Imagem: Mola Olivarum (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010).	628
Fig. 197	Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 19 (2010). Vala 2. Alçado e vista superior da muralha romana. Imagem: Mola Olivarum (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010).	628
Fig. 198	Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 23 (2009). Aspeto superior da sapata da muralha romana. Imagem: J. Menéndez (MENÉNDEZ; TEIXEIRA, 2012).	628
Fig. 199	.Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 23 (2009). Grande plano da sapata da muralha romana, envolta em uma camada de argamassa amarelada. Imagem: J. Menéndez (MENÉNDEZ; TEIXEIRA, 2012).	628
Fig. 200	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 29-37. Muralha romana, sobreposta por muro moderno. Intervenção APH.09. Foto do A.	629
Fig. 201	Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 29-37. Muralha romana, sobreposta por muro moderno. Intervenção APH.09. Foto do A.	629
Figs. 202-204	Porto, Intervenção arqueológica no Largo do Colégio, 9-12 (1998-1999). Vista do potente derrube no exterior da muralha romana (esq.), alçado (em cima) e grande plano da mesma estrutura (em baixo). Imagens: VARELA; CLETO, 2001.	630
Figs. 205-206	Porto, Intervenção de acompanhamento arqueológico na via pública (Rua de D. Hugo, HPC.09). Os trabalhos revelaram um tramo de muro largo, argamassado, que poderá corresponder à muralha romana (Fotos: Arqueologia e Património; MARÇAL; PEREIRA, 2013).	631
Fig. 207	Traçado conjetural da muralha castrejo-romana do Porto, incorporando os locais onde foi confirmada arqueologicamente (não considerando o faseamento cronológico). M1 – Largo/Rua da Penaventosa; M2 – Rua da Penaventosa; M3, M4 – Rua de S. Sebastião; M5 («Vandoma»); M6, M7 – Rua de D. Hugo; M8 – Largo do Colégio.	632
Fig. 208	Traçado conjetural da muralha castrejo-romana do Porto, incorporando os locais onde foi confirmada arqueologicamente (não considerando o faseamento cronológico). M1 – Largo/Rua da Penaventosa; M2 – Rua da Penaventosa; M3, M4 – Rua de S. Sebastião; M5 («Vandoma»); M6, M7 – Rua de D. Hugo; M8 – Largo do Colégio. Pode observar-se, em especial nas Ruas da Penaventosa e de D. Hugo, a coincidência da linha de muralha com as principais curvas de nível.	633
Fig. 209	Núcleos de povoamento romano na actual cidade do Porto. 1. Penaventosa; 2. Cividade; 3. Vila Baixa; 4. Vitória; 5. Miragaia; 6; Campo do Rou/Cristelo; 7. Cedofeita; 8. Santa Catarina/Ouro; 9. Mouteira/Serralves; 10. Monte Crasto	634
Fig. 210	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Estruturas e espólio disperso.	635
Fig. 211	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Estruturas e espólio disperso.	636
Fig. 212	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Apenas estruturas e depósitos homogéneos.	637
Fig. 213	Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Apenas estruturas e depósitos homogéneos.	638
Fig. 214	Porto. Penaventosa. Muro romano identificado no topo norte da Rua de D. Hugo («Largo de Vandoma») (HPC.09; MARÇAL; PEREIRA, 2013; fotografia: Arqueologia e Património).	639
Fig. 215	Porto. Penaventosa. Muro romano identificado no topo norte da Rua de D. Hugo («Largo de Vandoma»), ao qual, provavelmente se adossou a muralha tardo-romana (a amarelo) (HPC.09; MARÇAL; PEREIRA, 2013; fotografia: Arqueologia e Património).	639
Fig. 216	Porto. Penaventosa. Esquina de construção romana identificada Rua de Tareja Vaz de Altaro, perturbado por infraestruturas modernas (TVA.13; PEREIRA, 2016; fotografia: Arqueologia e Património).	640
Fig. 217	Porto. Penaventosa. Hipotética ligação das estruturas romanas encontradas na Rua Tareja Vaz de Altaro (TVA.13) com outros muros, da mesma época, identificados em HPC.09, configurando um edifício de grandes dimensões PEREIRA, 2016; levantamento: Arqueologia e Património).	640

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 218	Porto. Penaventosa. Escavações num pátio interior da Sé do Porto. Estruturas romanas e da Idade do Ferro. Não publicadas (SPT.03, dir. J. Argüello, M. Castelo-Branco e P. Dordio).	641
Fig. 219	Porto. Penaventosa. Escavações num pátio interior da Sé do Porto. Estruturas romanas. Não publicadas (SPT.03, dir. J. Argüello, M. Castelo-Branco e P. Dordio).	642
Fig. 220	Porto. Penaventosa. Rua de S. Sebastião. Estruturas romanas (RS.96; RIBEIRO, 1999; 2002; foto: C.M. Porto/GAU).	642
Figs. 221-222	Porto. Penaventosa. Perspetiva geral e levantamento de estruturas tardo-romanas, na intervenção SNT25.99 (SILVA, RIBEIRO, BARBOSA, 2006; fotografia e desenho: C. M. Porto/GAU).	643
Fig. 223	Porto. Penaventosa. Planta das escavações arqueológicas de SNT12.98 (VARELA; CLETO, 2001). Entre estruturas de épocas diversas, assinalamos a localização de um tramo de construção circular da Idade do Ferro (1); a sepultura tardo-romana (2) e uma construção romana com lareira (3).	644
Fig. 224	Sepultura do Largo do Colégio (SNT12.98), ainda em fase de escavação, vendo-se restos osteológicos da inumação (VARELA; CLETO, 2001).	645
Fig. 225	Levantamento da mesma sepultura (LGC12.04), com a base constituída por *tegulae* (Foto: C. M. Porto/GAU).	645
Fig. 226	Aspeto final do contexto sepulcral, parcialmente sobreposto por estruturas arqueológicas posteriores (Foto: C. M. Porto/GAU).	645
Fig. 227	Porto. *Vicus* da Vila Baixa. Estruturas e espólio de época romana.	646
Fig. 228	Porto. *Vicus* da Vila Baixa. Estruturas e espólio de época romana.	647
Fig. 229	Porto. Vila Baixa. Planta das ruínas romanas, sobre a planta da «Casa do Infante». Na ala norte, os dois compartimentos com pavimentos musivos (CI.91; GOMES, 2011; levantamento: C.M.Porto/A.H.M).	648
Figs. 230-231	Porto. Vila Baixa. Vista dos mosaicos do compartimento NO. (Torre Norte), no momento da sua escavação (CI.91; GOMES, 2011; fotografias: C.M.Porto/A.H.M).	649
Fig. 232	Porto. Vila Baixa. Panorâmica do pavimento musivo (réplica) no compartimento romano sob o Salão da Casa do Infante (CI.91; GOMES, 2011; fotografia: Autor).	649
Figs. 233-235	Porto. Vila Baixa. Intervenção INF9.09 (Hotel Carris, Porto). Alçado do muro [1930] (em cima). Vistas do muro [1462], com destaque para a soleira [1480] (fotografias : TEIXEIRA, 2015; Vessants Arqueologia).	650
Figs. 236-237	Intervenção INF9.09 (Hotel Carris, Porto). Vista e desenhos do muro [1425], com o capitel de imposta reutilizado como base de coluna (fotos e desenho reproduzidos de TEIXEIRA, 2015). Fotografia da mesma peça, em posição original, com as medidas dos diversos elementos (foto do Autor).	651
Fig. 238-242	Porto. Vila Baixa. Intervenção INF19.15 (Hotel Carris, Porto). Muros romanos. De cima e da esquerda para direita: UE 2059; UE 2005 (centro) e muro UE 2039 (NOGUEIRA *et al.*, 2017, 2018, 2019). Os últimos dois tramos murários articulam-se com estruturas aparecidas na vizinha intervenção INF.09.	652
Fig. 243	Porto. Vila Baixa. Interpretação das estruturas romanas aparecidas nas duas intervenções do Hotel Carris (infografia do A.).	653
Fig. 244	Porto. Núcleo de povoamento romano da Vitória, vendo-se o traçado da Via XVI, nas variantes dos séculos I e II.	654
Fig. 245	Porto. Núcleo de povoamento romano da Vitória, vendo-se o traçado da Via XVI, nas variantes dos séculos I e II.	655
Fig. 246	Porto. Núcleo de povoamento romano de Miragaia.	656
Fig. 247	Porto. Núcleo de povoamento romano de Miragaia.	657
Fig. 248	Porto. Núcleo de povoamento romano do Campo do Rou/Cristelo.	658
Fig. 249	Porto. Núcleo de povoamento romano do Campo do Rou/Cristelo.	659
Fig. 250	Porto. Núcleo de povoamento romano de Santa Catarina/Ouro, junto a uma via antiga.	660
Fig. 251	Porto. Núcleo de povoamento romano de Santa Catarina/Ouro, junto a uma via antiga.	661
Fig. 252	Porto. Núcleo de povoamento romano de Serralves/Mouteira, junto ao traçado da *Via Veteris*.	662
Fig. 253	Porto. Núcleo de povoamento romano de Serralves/Mouteira, junto ao traçado da *Via Veteris*.	663
Fig. 254-255	Porto. Condominhas (Igreja de Lordelo). Aspeto de estruturas tardo-romanas e planta geral das ruínas (SILVA *et al.*, 2007; foto e levantamento: C.M.Porto/GAU).	664

Fig. 256	Porto. Núcleo de povoamento romano de Cedofeita, junto à *Via XVI* (traçado do século I).	665
Fig. 257	Porto. Núcleo de povoamento romano de Cedofeita, junto à *Via XVI* (traçado do século I).	666
Fig. 258-261	Fustes de coluna romanos (?) da Penaventosa. Em cima, colunas encontradas na década de 1950 na Rua de D. Hugo, desaparecidas (ACH05; imagens: AHMP); em baixo, fustes encontrados junto à Sé, na década de 1940 (ACH03; foto A.) e tambor de coluna identificado na Rua de D. Hugo, n.º 39 (intervenção HUG37.14, fotografia do A.).	667
Fig. 262	Estrutura aparecida frente à Sé do Porto, em fevereiro de 1940, no âmbito das obras de urbanização do Terreiro da Sé. Na ocasião foi identificada como uma fonte de chafurdo, referida em documentos medievais (imagem: *O Primeiro de Janeiro*, 24-02-1940).	668
Fig. 263	Traçado da Via XVI do Itinerário de Antonino na área da atual cidade do Porto, de acordo, no geral, com as variante propostas por V. Mantas para os séculos I e II.	669
Fig. 264	Traçado conjetural de uma via romana litoral, por vezes identificada com a *Via Veteris* de alguns documentos medievais, pela atual cidade do Porto.	670
Fig. 265	Principais eixos romanos no território da cidade do Porto.	671
Fig. 266	Principais eixos romanos no território da cidade do Porto. Implantação altimétrica.	672
Fig. 267-268	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Escavações de 1983. Construção de época romana e base de lareira (Fotografias inéditas de J. A. Gonçalves Guimarães, usadas com permissão).	673
Fig. 269-270	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Muros e pavimento empedrado de época romana (LC22.17; FONSECA, 2017).	673
Fig. 271-272	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Quinta de S. Marcos, local de grande densidade construtiva, coexistindo, ou intersectando-se, construções da Idade do Ferro com outras de muros retilíneos (QSM.07; SOUSA, PIEDADE, 2008; fotos M. Ribeiro).	674
Fig. 273	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Uma recente intervenção na encosta nordeste, revelou o que poderá constituir um tramo da muralha do povoado castrejo (RVC51.18; GOMES *et al.*, 2018; fotos: Civitas Arqueologia).	674
Fig. 274	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Planta das escavações nos Terrenos da Taylor's Fonseca vendo-se construções de diferentes épocas, nomeadamente da Idade do Ferro (laranja) e um troço de muralha do século I (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; planta: NASCIMENTO *et al.*, 2020).	675
Fig. 275	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Construção da Idade do Ferro (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografia: Teresa P. Carvalho).	675
Fig. 276-277	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Muralha do século I (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografias: Teresa P. Carvalho).	676
Fig. 278-279	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Fotografia e desenho de secção de um dos fossos aparecidos no Gaveto de Entre Quintas/São Marcos (EQ-SM.05; QUEIROGA, 2006; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografia e levantamento: F. Queiroga).	677
Fig. 280-281	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Estrutura de grande dimensão, à qual se atribuíram funções de armazenamento, identificada na encosta nascente do Castelo (RRT.08; BARBOSA, PRIETO, 2011; SILVA *et al.*, 2017a; fotos: Logiark).	678
Fig. 282-284	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Construções da Idade do Ferro identificadas na encosta nascente do Castelo (intervenção RR.16). Ambientes e estruturas da «Fase I» ordenados de Sul (esq.) para Norte (RR.16; RAMOS, CARVALHO, 2016, 2010; fotos: © Era Arqueologia; fig. 281 seg. de RAMOS, CARVALHO, 2020, adapt.).	679
Fig. 285-286	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Edifício tardo-republicano utilizado como celeiro (*horreum*) (RR.16; RAMOS, CARVALHO, 2016, 2010; foto e levantamento: © Era Arqueologia; fig. 281 seg. de RAMOS, CARVALHO, 2020,RAMOS, 2020).	680
Fig. 287-288	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Aspeto geral das ruínas e da necrópole do edifício em escavação na Quinta de Santo António (QSA.07; NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2007, 2008; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotos do A.).	681
Fig. 289	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios da Idade do Ferro.	682
Fig. 290	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios da Idade do Ferro.	683

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 291	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios de época romana.	684
Fig. 292	Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios de época romana.	685
Fig. 293	Vila Nova de Gaia, Vila Nova Vestígios da Idade do Ferro e de época romana.	686
Fig. 294	Vila Nova de Gaia, Vila Nova Vestígios da Idade do Ferro e de época romana.	687
Fig. 295	Ocupação da Idade do Ferro e de época romana das duas margens do Douro (Penaventosa-Vila Baixa e Castelo de Gaia-Vila Nova).	688
Fig. 296	Ocupação da Idade do Ferro e de época romana das duas margens do Douro (Penaventosa-Vila Baixa e Castelo de Gaia-Vila Nova).	689

TABELAS

Tabela 1	Campos da Base de Dados «Urbana» (Inventário I)	61
Tabela 2	Campos da Base de Dados Regional (Inventário II)	62
Tabela 3	«Tipos de sítio» na Base de Dados Regional (Inventário II)	63
Tabela 4	Designações documentais do núcleo urbano da margem esquerda do Douro (séculos X-XIII)	87
Tabela 5	Ocupação antiga (simplificada) das duas margens da foz do Douro	110
Tabela 6	Dados documentais e propostas recentes para a toponímia antiga da foz do Douro	113
Tabela 7	Principais entidades étnicas mencionadas nas fontes escritas, ou com registo epigráfico, na área do *conuentus bracaraugustanus*	184
Tabela 8	A administração civil e militar das províncias ibéricas imperiais, segundo Estrabão	241
Tabela 9	Enquadramento administrativo (*prouinciae*) dos territórios galaicos entre o século II a.C. e o século I	242
Tabela 10	Classificação dos sítios com ocupação de época de domínio romano	249
Tabela 11	Duas visões sobre o nascimento e vida de *Tongobriga*	337
Tabela 12	Documentação epigráfica da área de estudo	376
Tabela 13	Documentação numismática da área de estudo – Tesouros	385
Tabela 14	Documentação numismática da área de estudo - Ocorrências diversas	388
Tabela 15	Muralha romano-castreja do Porto (morro da Penaventosa)	547

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ABREVIATURAS, SINAIS DIACRÍTICOS E LATINISMOS BIBLIOGRÁFICOS

a. C.	antes de Cristo
a.n.e.	antes da nossa era
apud	entre (referido a uma obra ou texto)
c.	cerca
cfr.	confrontar, confronte-se
coord(s).	coordenador(es)
d. C.	depois de Cristo
dir.	direção
datilog.	datilografado
ed(s).	editor(es), edição
et al. et alii	e outros (autores)
etc.	*et cetera* (numa enumeração)
Fig(s).	Figura(s)
Ibid. ibidem	aí mesmo (no mesmo local de uma referência bibliográfica)
Idem	o mesmo (referido a bibliografia)
In, *in*	em (obra coletiva)
infra	abaixo (referindo-se ao texto)
n.	nota
n.º	número
op. cit.	*opere citato* (obra citada)
org.	organização
p., págs.	Página(s), páginas
passim	em vários lugares (de uma obra)
s.n.m.	sobre o nível do mar (altimetria)
ss.	seguintes (precedido de um n.º de página)
supra	acima (referindo-se ao texto)
us	*Uersus* (referido a um paralelo ou dicotomia)
V.	Ver, veja-se…
Vd.	*Vide* (veja)
vol.	volume
VV.AA.	Vários autores (obras coletivas)
§	*signum sectonis* (capítulo, parágrafo, etc.)

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ERRATA / *FE DE ERRATAS*

Para além de algumas gralhas devidas a erros de formatação ou desconfiguração da versão *pdf*, falta de itálicos ou pequenos erros de pontuação, facilmente detetáveis, observem-se as seguintes correções principais.

Vol.	Pág.		
I	53		Faltam na listagem de abreviaturas as seguintes: l. (linha), mod. (moderno) e NL (nome de lugar).
I	473	linha 23	Em Cales falta nota de rodapé: Francisco Torrinha, *Dicionário Latino-Português.* Porto: Edições Maranus, 1937.
I	480	nota 893	Onde se lê «ponto 3.2.1», leia-se « ponto 2.2.3., nota 89».
I	487	linha 3	Onde se lê …« *nomen dedit*», leia-se «*nomen dedit*» (VOSSIUS, 1658: 186).
I	538		A nota n.º 1119, repetida, deverá ser eliminada.
I	599		A nota n.º 1325, repetida, deverá ser eliminada.
II	621		Onde diz «(ver ficha XXX)» leia-se (ver ficha OR16).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

1. INTRODUÇÃO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

1.1. OBJETO

Esta investigação parte de um lugar e de um povo. Do lugar, *Cale*, a história pouco registou; e também sobre o povo que com esse espaço por vezes se relaciona, os *Callaeci*[1], as fontes históricas pouco mais adiantam. Espaço e gentes, um sítio e aqueles que porventura o habitaram ou dele tiraram o nome são assim simultaneamente cenário e actores de um processo histórico que, convocando essa terceira dimensão que é o tempo, pode declinar-se pelo menos em dois ciclos cronológicos.

Esses dois tempos do tempo comum de *Cale* e *Callaeci*, a que talvez só a natureza das fontes pareça suspender a continuidade, têm o seu primeiro momento apenas quando nos apercebemos dos segundos, na primeira metade do século II a.C., na altura em que a expedição militar do procônsul *Decimus Iunius Brutus* encontra e se afronta com os *Callaeci* – ou com autóctones a quem assim designaram – nas cercanias do Douro. Mas só uma ou duas gerações depois o *sítio* se intromete na História, conforme aceitemos que, por alturas de 74 antes da nossa era, Marco Perperna, um general de Sertório, terá assaltado a «cidade» no final da extensão ibérica das guerras civis romanas; ou talvez, com maior segurança, nos começos do século I da nossa era, se remontarmos a essa época a abertura da via a que mais tarde se reporta o designado Itinerário de Antonino, que menciona, algures numa das margens rio Douro, a *mansio*, ou estalagem, de *Cale*, um dos pontos de apoio aos viajantes que transitassem entre a atual capital portuguesa e *Bracara Augusta*, a capital conventual.

Já por essa altura, vislumbramos, por outras fontes escritas, que o etnónimo *Callaeci* – cujo solar primevo é um dos pontos em debate nesta dissertação – tinha começado a estender-se a uma região muito mais ampla do noroeste peninsular, ainda, aparentemente, sem conteúdo político-administrativo, talvez por costume ou mutação indígena, que ignoramos; ou mais certamente por conveniência organizativa, militar ou fiscal dos conquistadores. O alastrar do nome e da *natio* galaicos a uma multitude de gentes e povoados a quem tal designação seria porventura estranha e desconhecida no tempo dos seus avós é um dos mistérios históricos do qual lentamente nos vamos aproximando e que este trabalho não tem a pretensão de querer solucionar, constando, todavia como raro e singular esse «feito diferencial galaico»[2], que fez ecoar por improváveis paragens do vasto Império a *gens* arcaica e os *mores* daqueles montanheses que viviam em aldeias humildes, certamente pouco distintos na língua, nos deuses ou nas comidas dos vizinhos do castro mais além, como sugeriu Estrabão, ao tentar descrevê-los ao tempo do primeiro imperador.

Essa «região histórica» galaica, projeto augustano que talvez o seu genro Marco Agripa tenha vertido para o seu célebre mapa *pictus*, só obteve consagração legal por parte da administração romana no século III ao designar como *Callaecia* a nova província então criada, e que subsistirá, pelo menos como corónimo, até bem depois da queda do Império, sobrevivendo e transmutando-se em novas «regiões históricas», significativamente decalcadas

[1] As fontes escritas tanto registam, em diferentes épocas e autores de língua latina, as formas *Callaeci*, como *Callaici* e outras aparentadas (MONTEAGUDO, 1953; MORALEJO, 2002; UNTERMÄNN *et al*., 2018: 299-302). Seguindo a opção de TRANOY (1981: 65), o critério da *TIR*-K29 (35-36) e a lição de BOISSEVAIN (1892) – «*Qui uel ueterum uel recentiorum scriptorium locos, ubi de Callaecis, Hispaniae populo, et Callaecia, sermo est*…», usaremos o nome com o ditongo *ae*, aliás a forma mais antiga com que ocorre na epigrafia peninsular.

[2] Gerardo Pereira-Menaut, Um pobo e unha natio moi particules (*Galicia fai dous mil anos: o feito diferencial galego*, Santiago de Compostela, 1997).

sobre a antiga até constituir uma das *pátrias* do maior país ibérico[3]. Mas se a *Callaecia*, com pouca mudança no nome, teve longa vida e segue presente como chão comum, sobre *Cale* abateram-se séculos de silêncio, para ressurgir historiograficamente em fontes tardias ou moedas visigóticas sob as novas formas de *Portucale*, *Portocale* ou *Portumcale*. Assim, e se o pretendêssemos, poderíamos também acrescentar a este trajeto um terceiro tempo seminal, talvez ainda mais decisivo e significante, que é aquele que conduziu, linguística e pelo menos em parte historicamente, do lugar e região de *Portucale* aos Portugueses ou dos *Callaici* aos Galegos, mas esses tempos, que apenas pontualmente poderemos revisitar, estão já fora do nosso âmbito de pesquisa.

Pelo exposto, do cruzamento de um dado espaço geográfico com aqueles que o habitaram emerge o problema histórico a cuja discussão me abalancei. *Cale* e os *Callaeci*. As fontes escritas são bem conhecidas e por demais exploradas por numerosos especialistas, mas a sua diversidade e riqueza permite sempre a dúvida de um outro olhar, porventura uma pista a que se não tenha dado a melhor atenção; já a prática epigráfica, não contando talvez com particulares descobertas ou novidades, tem possibilitado, também, o cruzamento de leituras e visões, se não para avanços decisivos, pelo menos para eventualmente questionar aspetos tidos como seguros. Desta forma, impus-me a compilação, tanto quanto possível e razoável de modo exaustivo, e a reflexão sobre estas duas classes de fontes históricas.

Restava-me, como terceiro pilar desta indagação, as informações arqueológicas. Decorrente da minha formação académica, naturalidade e prática profissional, tenho tido oportunidade de realizar alguns estudos e intervenções arqueológicas nas localidades nas quais têm sido proposto situar o assento de *Cale*: Porto e Vila Nova de Gaia. Tal interesse, desde há muito prosseguido, tem-me dado, igualmente, ensejo de conhecer, muitas vezes *de visu*, outras através dos dados vindos a público nos relatórios técnicos e memórias das escavações, os principais achados e «novidades» (e bastantes há) da prática de arqueologia de salvaguarda naqueles dois municípios, exponencialmente incrementada nas últimas duas décadas em resultado da atualização do quadro legal e das práticas patrimoniais em Portugal.

Os testemunhos materiais do passado proto-histórico e romano da região – para cuja divulgação esta dissertação pretende trazer algum contributo, ainda que porventura modesto[4] – dificilmente podem responder-nos, numa primeira aproximação, à pergunta crucial sobre o *ubi* preciso da *mansio* do Itinerário, a *million-dolar question* que só o acaso de um achado feliz poderá propiciar; mas podem certamente ajudar-nos a perceber melhor que tipo de ocupação humana permanente estava associada à estação viária do Douro e como se desenvolveu durante os séculos em que a região esteve integrada no orbe romano. Num outro plano, dificilmente descobriremos os *Callaeci* por detrás dos cacos das suas panelas, finamente decoradas por hábil mão de oleira, pelo desenho do alicerce das suas casas ou pelas cinzas que o tempo esfriou nos lares que acalentaram as famílias; mas também aí, a ciência do tempo é também o exercício da paciência, que impõe a necessidade de reunir, destrinçar e acumular para todos, como formigas laboriosas, notícias e achados, desde os *castros* de que só parece ter restado o nome, aos *lugares* de há séculos lavrados em agras de pão, ou às covas vazias já de defuntos ou daquilo que os represente.

A imagem da formiga não é aqui inocente. Nunca, como hoje, dispusemos de tantas e tão potentes ferramentas para investigar o passado; mas igualmente nunca como nos nossos dias, os vestígios desse passado estiveram tão ameaçados; não obstante as leis, as técnicas e a

[3] VILLARES, 1991: 43; MOSQUERA AGRELO, 1999; MORALEJO, 2002; BERNÁNDEZ VILAR, 2003; LÓPEZ TEIXEIRA, 2010: 139ss.

[4] E sobretudo, devo dizer, para a urgente necessidade de se reverem certas práticas administrativas, metodológicas e estratégias patrimoniais na arqueologia portuguesa, como a seu tempo se verá.

educação. Por isso, sinto e sofro o olhar do arqueólogo um pouco como a carreira das formigas, que um sopro tanto desbarata como apressa, no esforço (nunca inútil) de arrecadar mais um grão para o pecúlio comum.

Perdoe-se-me o excurso – talvez pouco académico mas que os pontos seguintes de algum modo justificarão – que serviu de explicação à estratégia de abordar não só os achados arqueológicos da cidade do Porto, como igualmente, ainda que com menor detalhe, os da região envolvente, que mais à frente delimitarei geograficamente. Neste «olhar em volta», não podia deixar de voltar-me também para a margem sul do Douro. A circunstância histórico-geográfica do Porto ser uma cidade com uma larga frente fluvial impõe-nos sempre a consideração da outra margem, independentemente da mesma poder ter estado em diferente província, diocese ou habitada de antigo por povos de outra ascendência ou costumes. Deste modo, dirigi também a recolha de dados e a análise para o atual município de Vila Nova de Gaia, área que entendi suficiente para o caso e cujos resultados julgo serem de oportuna utilidade para as questões de que trato na dissertação.

Do que de novo aqui trouxe, ou do quanto fiquei aquém do esperado, não é avaliação que me caiba. Mas espero, no mínimo, que este ensaio possa acrecentar, pelo menos, uma mais ampla e profunda análise deste complexo processo de etnogénese e construção histórica, ancorada nos resultados da moderna pesquisa histórica e arqueológica. Melhor ainda será se puder contribuir positivamente para que o tema de Cale regresse à agenda do debate científico e que outros, certamente mais habilitados, possam levar mais longe esta indagação sobre as gentes, os lugares e as circunstâncias que forjaram o destino de comunidades que, se a história separou em muitos aspetos, não deixou também de sedimentar através de inúmeras similitudes e traços partilhados.

1.2. METODOLOGIA

1.2.1. Levantamento arqueológico e documental

Esta dissertação foi desenvolvida essencialmente através de duas estratégias, de certo modo paralelas. Por um lado, com o recurso uma pesquisa bibliográfica bastante aturada, que complementou o conhecimento do tema que já possuíamos em resultado de um percurso profissional e académico já relativamente longo. A seleção de um tema bastante polifacetado, que envolve questões de povoamento obtidos através de dados arqueológicos, mas igualmente o manejo de um volume significativo de fontes e literatura histórica – e não só de autores clássicos – elementos epigráficos, numismáticos e outros ditos habitualmente da «cultura material», levou-nos a uma compilação de estudos muito ampla (talvez até, admitimos, porventura exagerada para o cumprimento de prazos sempre impostos às obrigações académicas).

Por outro lado, foi necessário trabalharmos em três escalas de análise ou, pelo menos, de pesquisa de informação:

(a) um nível local, respeitando essencialmente à recolha de dados das intervenções arqueológicas realizadas na cidade do Porto e Vila Nova de Gaia (materializado nos Inventários **I.A** e **I.B**);

(b) um nível intermédio, regional, relacionado com a recolha de dados da região de estudo envolvente, a norte e nascente do município do Porto (concretizado através do Inventário **II**);

(c) um nível superior, este de enquadramento teórico, que implicou a revisão e atualização de conhecimentos sobre a ocupação proto-histórica do noroeste ibérico e, praticamente, à escala peninsular, ou mesmo extra-peninsular, para temas concernentes à ocupação romana dos mais diversos, desde a divisão e

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

administração provincial, ao urbanismo e municipalização, à exploração mineira, ao exército, à prática epigráfica, etc. Também a este propósito, estando sobre a mesa a questão essencial, ou fundadora, dos *Callaeci*, interessou-nos igualmente a vasta produção bibliográfica dos últimos anos sobre as temáticas da identidade e da aculturação, da etnogénese, no seu diálogo com os dispositivos de memória e, bem assim, com a sociedade, a cultura e a economia.

1.2.1.1.Levantamento à escala local (urbana)

Para dar resposta às necessidades do primeiro nível de análise, complementando o conhecimento proveniente da nossa experiência profissional e de alguns trabalhos publicados sobre a arqueologia do Porto, Vila Nova de Gaia e outras regiões próximas, procedemos à sistematização do inventário e dos dados relacionados com toda a atividade arqueológica desenvolvida na área daqueles dois concelhos até final do ano de 2019[5]. Além dos estudos dados à estampa em publicações periódicas ou monográficas – infelizmente muito poucos face ao número de intervenções levadas a cabo – compulsámos um número de relatórios técnicos e memórias de escavações e acompanhamentos arqueológicos a rondar os 1500 documentos, tanto em versão impressa como digital.

Deste trabalho resultou a elaboração de uma base de dados digital[6], com 187 registos, individualizando todas as ocorrências arqueológicas (tanto de estruturas como de objetos arqueológicos) datáveis da Idade do Ferro ou de época romana ou tardo-antiga. Esta base de dados, de matriz urbana, é diferente na sua conceção e preenchimento da base de dados que preparámos para o levantamento regional[7], por razões que têm a ver, quer com a natureza dos «sítios» intervencionados, quer com as próprias modalidades da prática arqueológica regular.

Daremos apenas dois exemplos, que julgamos suficientes para se entender a distinta construção das duas bases de dados. O primeiro tem que ver com o tipo de «sítios arqueológicos» que encontramos numa cidade como o Porto, designadamente no seu centro histórico. Enquanto nos concelhos vizinhos deste município (Gondomar, Paredes, Penafiel ou Vila do Conde, por exemplo), existem ainda significativas áreas rurais, florestais ou, pelo menos, de menor densidade urbana, o concelho do Porto constitui, na sua totalidade, zona urbana consolidada e, na sua maior parte, com uma estratigrafia de ocupação humana plurissecular. Ou seja, enquanto uma «carta arqueológica» na Maia em Valongo ou em Vila Nova de Gaia, continuando a citar meros exemplos, será, maioritariamente, composta por ocorrências discretas[8], isto é, castros, necrópoles, manchas de ocupação tipo casal, etc. (ou, para épocas pré-históricas, mamoas ou rochas com petróglifos), com intervenções arqueológicas normalmente pontuais e delimitadas no tempo e no espaço; no caso do Porto, cuja mancha mais antiga de ocupação é dominada pelo castro da Penaventosa, não faria qualquer sentido pontuar como «sítios» dezenas de sondagens arqueológicas feitas em diversos pontos desse povoado proto-histórico romanizado[9]. Assim, no Porto e na área urbana

[5] Progressivamente atualizados com dados mais recentes.

[6] Usamos para tal uma base simples feita em *Microsoft Access*, a partir do qual editamos as fichas que constam da segunda parte (Inventários) desta dissertação.

[7] Nível (b) do levantamento arqueológico (Inventário II).

[8] Independentemente de poderem ser cartografadas como pontos – a metodologia tradicional – ou polígonos, como é mais desejável para efeitos de salvaguarda.

[9] Imagine-se, por comparação, o castro do Mozinho, em Penafiel, que tem tido diferentes escavações em vários pontos; a única diferença, a este respeito, é que o «castro do Porto» está quase na totalidade urbanizado desde a Idade Média e a seleção dos locais a sondar não é feita por razões científicas, mas apenas a reboque das obras e intervenções urbanísticas com afetação do subsolo ou de certos casos de edificado antigo. Excecionalmente, utilizámos o mesmo método para as ocorrências de mineração romana do complexo de Valongo, onde isolámos três grandes conjuntos de explorações, não

de Vila Nova de Gaia, optámos por individualizar *sítios*, com os quais se relacionam um dado número de atuações arqueológicas[10].

Os campos de informação recolhidos para a base de dados «urbana» são, por um lado, os habituais neste género de instrumentos – designação, localização, descrição dos achados, bibliografia, etc. – e não requerem explicação particular, mas, uma vez que a consulta de toda essa massa documental exigiu um tempo longo e bastante dedicado, aproveitámos para coletar outros dados os quais, não sendo de imediata utilidade para a presente dissertação, poderão potenciar outros trabalhos futuros, tanto de nossa parte como por outros investigadores. Desses campos justifica-se breve explicitação, para o leitor menos habituado a certas normas técnicas ou administrativas vigentes na arqueologia portuguesa (Tabela 1).

Tabela 1
Campos da Base de Dados «Urbana» (Inventário I)

Campo	Conteúdo/justificação
Intervenção/local	Identificação do local da intervenção (referência toponímica).
Sítio	Designação do sítio arqueológico no qual se enquadra a intervenção, se for o caso.
Acrónimo	Código alfanumérico (convencional) do trabalho arqueológico ou ocorrência avulsa[11].
Localização	Os campos Concelho, Freguesia, Lugar, Coordenadas, Altitude são os habituais para identificar os locais das intervenções ou achados.
Datas do trabalho	Informação de utilidade para situar e ordenar cronologicamente as intervenções.
Tipo	Classificação geral do tipo de sítio (adaptado do *thesaurus* oficial da DGPC)
Datação achados	Referência à cronologia geral (Idade do Ferro; Romano, etc.)
Datação precisa	Preenchido quando a informação disponível permite maior precisão (por exemplo, Baixo-Império).
Tipo de trabalho	Tipificado por regulamento legal: escavação (extensiva), sondagens, acompanhamento (*seguimento*) de obra, etc.
Área escavada	Dado relevante, por vezes, para ponderação dos resultados.
Interv. local	N.º de intervenções arqueológicas no local em questão
Responsáveis	Identificação dos arqueólogos diretores (autorizados) de cada intervenção.
Entidade	Referência para contacto, podendo tratar-se de arqueólogos da administração, académicos, liberais ou, como é mais comum, de empresas de arqueologia comercial.
Descrição	Súmula dos resulados da intervenção.
Espólio	*Idem*, para o espólio relevante para as épocas recenseadas.
Estado/ localização	Estado do espólio (tratado, inventariado, etc.) e local de depósito.
Referências	Relatórios e outra bibliografia utilizados.
Obs.	Observações, outros elementos.

1.2.1.2.Levantamento à escala regional

O levantamento arqueológico realizado para todo o conjunto da região de estudo participou de alguma metodologia comum com o de nível local, como a pesquisa bibliográfica e a consulta de relatórios de escavação (aqui menos sistemática, mas ainda assim recorrente) e implicou, sempre que possível a visita ou prospeção aos sítios inventariados. Porém, por circunstâncias relacionadas com a extensão geográfica da área analisada (cerca de 1080 km^2)

deixando de cartografar um certo número de «subsítios» que dizem respeito a galerias, poços ou outras evidências do complexo mineiro.

[10] Esta metodologia de distribuição, na base de dados e na cartografia, entre grandes «sítios» e as intervenções que neles têm lugar será melhor compreendida, perante os casos concretos, nos pontos 5.3.1 e 5.3.4, respeitantes à ocupação proto-histórica e romana nas cidades do Porto e Gaia.

[11] O acrónimo é normalmente usado para a referenciação dos registos e do espólio. Para efeitos de ordenação na base de dados e identificação cartográfica, utiizámos neste trabalho os códigos **ACH** para achados avulsos, **E** para epígrafes e **M** para moedas, além de outros para a classificação regional dos sítios, que adiante vamos enumerar.

e outras relacionadas com a execução da dissertação, não foi possível monitorizar todos os sítios como desejaríamos[12]. Desta forma, constituiu recurso essencial para este levantamento o contacto e recolha de dados junto dos arqueólogos e serviços de arqueologia de todos esses municípios[13]. Tivemos assim acesso, em praticamente todos os territórios municipais analisados, dependendo naturalmente do estado dos dados disponíveis, quer a relatórios técnicos e fichas de levantamento arqueológico[14], quer a implantações já em formato *shapefile*, quer ainda, o que foi seguramente mais importante, ao conselho e opinião desses arqueólogos locais.

Deste modo, este processo de aquisição de dados, embora tenha implicado, como se compreende, pouca uniformidade técnica, distintas metodologias de localização geográfica ou critérios terminológicos variáveis, em consequência de traduzir diferentes métodos e *tradições* de trabalho de campo, garantiu-nos uma grande segurança e fiabilidade dos dados, considerando – até pela nossa própria experiência como arqueólogo municipal e responsável por várias «cartas arqueológicas»[15] – que são os arqueólogos «locais» quem melhor conhece o terreno, os informadores e a bibliografia local, muitas vezes dispersa e difícil de aceder.

Também para o levantamento regional desenhamos uma base de dados[16] mas agora com campos certamente mais convencionais, que passamos a expor:

Tabela 2
Campos da Base de Dados Regional (Inventário II)

Campo	Conteúdo/justificação
Sítio	Designação corrente do sítio arqueológico.
Tipo de sítio	Tipificação do local, em função de um *thesaurus* oficial, com adaptações.
CNS	Código Nacional de Sítio, se registado numa base oficial (DGPC).
Código de Sítio	Código alfanumérico próprio, para legendagem cartográfica (explicado noutro ponto).
Localização	Os campos Concelho, Freguesia, Lugar, Coordenadas, Altitude são os habituais
Datação geral	Cronologia geral do sítio, em função dos elementos disponíveis.
Datação específica	Indicação cronológica mais detalhada.
Trabalhos arqueológicos	Referência a trabalhos arqueológicos realizados (prospeção, inventário, sondagens, acompanhamento de obras, ou outros) e respetivos responsáveis científicos.
Descrição	Descrição do sítio, com eventual discussão das evidências arqueológicas documentadas.
Achados ou espólio	Indicação de achados ocasionais ou espólio procedente de recolhas superficiais ou intervenções arqueológicas.
Estado do espólio	Quando conhecido (tratado, inventariado, etc.),
Localização do espólio	Local de depósito, temporário ou definitivo, do espólio.
Referências	Bibliografia, relatórios, etc. Foram registadas por extenso e não abreviadas por Autor-Data para permitir a autonomia na consulta à Base de Dados.
Obs.	Observações, outros elementos.

[12] Aliás, dada a natureza da maior parte dos sítios, como fica patente nas fichas de invententário, a visita ou prospeção sistemática dessas centenas de locais, além de inviável, certamente não acrescentaria muito mais aos dados compulsados.

[13] Colaboração já devidamente creditada no ponto prévio de agradecimentos, mas aos quais não é demais reiterar a nossa expressão de gratidão.

[14] Em vários casos aproveitando a revisão dos dados para utilização das cartas patrimoniais dos respetivos Planos Diretores Municipais, o que nos garantiu oportuna atualização dos dados.

[15] SILVA, 2004; 2005g; 2007, além da corresponsabilidade do primeiro levantamento arqueológico para o Plano Diretor Municipal do Porto (2006).

[16] Entretanto vertida para um processador de texto, apenas para maior facilidade de apresentação neste trabalho.

A tipificação dos sítios arqueológicos – elemento essencial não só para efeitos das bases de dados como também para a representação cartográfica – foi feita segundo se descreve na Tabela 3.

Tabela 3
«Tipos de sítio» na Base de Dados Regional (Inventário II)

Código	Descrição
C	*Castro*. Povoado da Idade do Ferro, sem particular evidência de ocupação romana.
CR	*Castro romanizado*. Povoado proto-histórico com ocupação continuada em época romana.
OF	Outros achados ou vestígios da Idade do Ferro.
P	Vestígios de povoamento estável romano (*uicus*, povoado, núcleo de povoamento, aldeia, casal, etc.).
V	*Villa* romana.
AE	*Aedificia* e construções romanos diversos (fornos, balneários, cetárias, etc.)
N	Necrópole, sepultura(s) romanas.
VP	*Viae* e pontes romanas.
T	Trabalhos mineiros romanos.
M	Tesouros ou ocorrência significativa de moeda romana.
E	Epígrafe romana.
OR	Outros achados ou vestígios romanos.

A devida explicitação destas categorias, bem como a quantificação das ocorrências por tipos e regiões – totalizando 307 registos – será feita no ponto desta dissertação respeitante às dinâmicas e modalidades de povoamento[17], uma vez que envolve conceitos e discussão que aqui não teriam cabimento.

Foram também realizadas, para todas as escalas de observação, bases de dados e tabelas, com menor número de registos, para as ocorrências numismáticas (45 registos) e para os elementos epigráficos (43 registos). No que respeita à epigrafia e à numismática, não entendemos necessário executar fichas individualizadas com os dados físicos dos monumentos e achados, com o aparato crítico que compete aquelas especialidades, uma vez que existe disponível para a grande maioria dos *corpora* que reunimos um inventário recente de reconhecida competência para a epígrafia (REDENTOR, 2017a [2011]), e outros, ainda atuais, para os tesouros e outros achados numismáticos (BARBOSA, 2002; MENDES-PINTO, 2007). Optámos, assim, por apresentar a informação relevante sobre esta fonte histórico-arqueológica essencial, através de tabelas próprias[18], reservando para o corpo do texto a apresentação, no caso da epigrafia, de algumas inscrições inéditas ou não cobertas pelo inventário citado[19].

Nas circunstâncias em que o achado de um tesouro numismático, ou de uma epígrafe, se encontrem indubitavelmente associadas a um sítio arqueológico específico – por exemplo, um castro, ou uma *uilla* – não entendemos proveitoso duplicar os registos na base de dados e na cartografia. Como nos interessou, essencialmente, o registo da dispersão do povoamento e não a contabilização específica daqueles elementos, as únicas entradas serão a do sítio

[17] *Vd. infra*, pontos 4.3 e 5.3.

[18] Que constam dos pontos respetivos (4.7 e 4.8) e também do conjunto de Inventários (II.K e II.L).

[19] A este respeito, e particularmente para estes casos, queremos indicar que na transcrição e desdobramento das epígrafes mantivemos os *puncti distinguentes* mas omitimos, por comodidade gráfica, a sinalização dos nexos e os pontos inferiores às letras de leitura duvidosa, elementos que, a par das medidas e dos detalhes morfológicos e paleográficos, considerámos dispensáveis nos monumentos já publicados. De outra forma procedemos, como é natural, nos casos em que a transcrição e interpretação das inscrições são de nossa autoria.

arqueológico e, se justificável, a numismática (se se tratar de um tesouro), mencionando-se os restantes achados na respetiva ficha[20].

A referência à bibliografia respeitante a alguns achados epigráficos e numismáticos – frequentemente muito extensa pela simples repetição de notícias ou repertório de ocorrências por parte de numerosos autores – foi por vezes simplificada[21], considerando que este levantamento constitui para o nosso estudo um referencial essencialmente de distribuição geográfica e não propriamente matéria de trabalho objetiva. Naturalmente, nos casos em que interessou ao nosso propósito a discussão da lição de uma inscrição ou a datação dos testemunhos epigráficos ou numismáticos (ou havendo desacordo entre os autores que os mencionam) foram feitas todas as devidas referências bibliográficas.

1.2.2.Referência e apresentação da bibliografia e fontes

A norma bibliográfica utilizada foi a Norma Portuguesa (NP 405-1, 405-3 e 405-4), com adaptações pontuais para o formato «Autor-Data». A indicação das páginas das obras citadas vai precedida do sinal de pontuação de dois pontos, utilizando-se as abreviaturas correntes nos trabalhos académicos. Trabalhos do mesmo autor e ano são distinguidos da forma do costume, pospondo letras minúsculas à data. As situações de homonimía entre apelidos foram clarificadas – nos casos em foi absolutamente indispensável – pelo acrescento de siglas após os respetivos patronímicos[22].

Por simplificação, as referências a publicações respeitantes a números duplos ou períodos plurianuais, como é frequente em revistas (por exemplo, 1991-1992), são citadas apenas pelo ano mais recente (neste caso, 1992). Nos trabalhos coletivos indicam-se no texto todos os autores quando não superiores a três, servindo a abreviatura latina «*et al*.» para os restantes casos. Os nomes dos autores vão, normalmente, separados por ponto e vírgula, ou apenas por vírgula nas situações de enumeração onde tal pudesse ocasionar equívocos. As referências bibliográficas vão normalmente no corpo de texto ou em nota de rodapé quando mais extensas ou se implicam determinados comentários ou acrescentos.

Na referência às fontes textuais utilizámos as abreviaturas correntes (por ex. *App*., por Apiano, ou *Hist*. por *Historiae*), com indicação dos livros, capítulos ou parágrafos, como é comum, abreviaturas que vão devidamente indicadas no apartado da bibliografia que lhes corresponde. Na transcrição das fontes documentais, evitamos, por não dominar a língua, e salvo exceções pontuais, a citação de textos em grego, optando pela sua tradução latina ou em línguas modernas. Numa tabela inicial desta dissertação indicámos as principais abreviaturas e latinismos bibliográficos utilizados no texto.

O critério de apresentação da listagem final da Bibliografia e Fontes justifica explicação. Na verdade, uma componente muito importante e volumosa das referências documentais é constituída por relatórios técnicos não impressos[23] e de acessibilidade pública por vezes limitada. Assim, optámos por distingui-los num bloco separado da Bibliografia geral. Deste modo, a listagem de referências final consta de quatro partes: primeiro a indicação das fontes de autores clássicos e grandes *corpora* documentais[24], epigráficos ou numismáticos e outras

[20] Não obstante, cartografámos em mapas próprios as ocorrências epigráficas e os tesouros monetários, como verá nos pontos respetivos.

[21] Citando-se, por exemplo, as referências bibliográficas mais antiga e a mais atualizada, se o conteúdo das informações é consensual, naturalmente.

[22] Por exemplo, ALMEIDA, CF (Carlos Alberto Ferreira de Almeida) e ALMEIDA, CB (Carlos Alberto Brochado de Almeida). Como se compreende, tal dificuldade não se colocou nos autores hispânicos, onde a homonímia é mais rara.

[23] E nos últimos anos, aliás, quase exclusivamente em suporte digital.

[24] Algumas obras históricas de outra natureza, mesmo podendo praticamente considerar-se já como fontes, vão listadas na bibliografia geral.

obras de referência; seguidamente o apartado de relatórios técnicos e trabalhos não impressos e, por fim, a bibliografia geral, a que se junta ainda listagem própria de recursos eletrónicos.

1.2.3.Localização e cartografia

A cartografia temática que acompanha esta dissertação foi produzidacom o *software* livre *QuantumGis* com o *ArcMap* 10.6.1[25], tendo sido utilizadas bases cartográficas públicas ou disponibilizadas pelos municípios aos quais solicitámos esses elementos. Não estava nos nossos objetivos qualquer tipo de análise espacial particularmente específica ou a utilização dos sistemas de informação geográfica para qualquer finalidade distinta da implantação simples dos sítios e achados, tarefa que, todavia, os dados recolhidos podem possibilitar para o desenvolvimento de outros projetos. Desta forma, as escalas de trabalho e simbologia de representação cartográfica foram adaptadas ao formato de saída da versão impressa da dissertação, o que implicou algumas limitações que tentamos minimizar da melhor forma que pudemos. Foi utilizado como sistema de coordenadas de referência para a cartografia, pela sua universalidade, o sistema global WGS84 (inventário regional), mas também o sistema de coordenadas projetadas GC3 Datum 73, projeção Hayford Gauss IPCC, em uso no município do Porto.

Apenas para efeitos de ordenação e numeração utilizámos a referência às freguesias de acordo com a cartografia anterior à reorganização administrativa de 2013 (Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), que agrupou a maior parte dessas unidades administrativas[26]. Para o mesmo efeito, recorremos ao Código Geográfico Nacional para organizar a informação na mesma base de localização administrativa[27]. Na representação cartográfica, seguimos o princípio da maior simplicidade, distinguindo apenas, com cores, os dois grandes blocos cronológicos (Idade do Ferro e Romano); e dentro destes por simbologia distinta as ocorrências de estruturas ou depósitos estratigráficos homogéneos e os achados mais dispersos e descontextualizados), metodologia a que já recorremos em trabalho anterior (SILVA, 2010c) e que melhor explicitaremos em ponto próprio.

Os cartogramas que acompanham a dissertação vão numerados entre as Figuras, uma vez que não vimos particular utilidade no uso de numeração própria. Numerámos igualmente como figuras alguns gráficos, quadros e esquemas, reservando apenas referenciação própria para as tabelas, como é comum, estas insertas no bloco de texto para maior facilidade de consulta. Para maior facilidade de organização gráfica, as figuras apresentam-se no final de cada capítulo. Tanto estas como as Tabelas constam, como é corrente, de uma tabela-índice no início deste estudo.

1.3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Resta-nos, para encerrar este ponto introdutório, fazer alguns comentários sobre a estrutura deste texto e o modo como articulámos o discurso para cumprir os objetivos que nos propusemos. Após os elementos necessários ao dispositivo normativo e os capítulos correntes (índices, agradecimentos, etc.) e o ponto introdutório que agora se lê, a que falta apenas a nota

[25] Sob licença do Município do Porto.

[26] Para efeitos de investigação, este aspeto é irrelevante. Por outro lado, a eventual conversão das bases de dados para o enquadramento administrativo territorial em vigor não levanta qualquer dificuldade de maior.

[27] *Código Geográfico Nacional*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979. Basicamente, o CGN ordena os concelhos por ordem alfabética e, dentro destes as freguesias, pelo mesmo critério (atribuindo-lhes um código numérico, que não utilizámos). Em ocorrências múltiplas dentro da mesma freguesia seguimos o mesmo critério alfabético a partir da designação.

sobre a delimitação geográfica e cronológica do estudo, segue-se um capítulo que podemos, ainda, considerar como de enquadramento geral do estudo, embora inclua princípios e reflexões de certo modo reitoras do restante trabalho.

«*Um lugar e um povo*» é o título desse segundo capítulo. Abre com um tópico a que chamámos equação de partida (**2.1**), pois constitui, na verdade, uma síntese, ou «estado da arte» se assim se entender, sobre as problemáticas que nos motivaram a encetar este estudo de fundo, prosseguindo, aliás, trabalhos de menor escopo em resultado de interesses de investigação que desde há muito nos motivam. A questão de *Cale* e *Portucale* (**2.2**), nomeadamente, é fulcral para todos os que acerquem da arqueologia do Baixo Douro, quer se voltem mais para uma ou outra margem deste grande rio que, desde há milénios, une comunidades e cruza experiências e saberes. Retomando, se bem que numa linha metodológica algo distinta, esta magna temática, de que se vêm ocupando sucessivas gerações de eruditos estudiosos, impunha-se-nos reconsiderar as fontes (**2.3**), quer as escritas, quer as arqueológicas, nos seus limites e potencialidades.

Em relação a estas últimas – porventura um dos aspetos mais inovadores com que esta dissertação pode contribuir para o debate – é fundamental traçar um quadro, tanto estatístico como crítico, da prática arqueológica que forneceu os dados que manipulámos (**2.3.1**). Muitos dos interessados por estes assuntos históricos, mesmo no meio académico, têm ainda uma visão muitas vezes desenquadrada, talvez entre o romântico e o amador, do trabalho arqueológico, perspetiva totalmente desligada do exercício profissional e do sector de atividade económica que constitui a quase totalidade da arqueologia dos nossos dias.

Os últimos pontos deste segundo capítulo (**2.4**) respeitam à discussão de conceitos e à problematização de aspetos que reputamos essenciais para abordar uma matéria que lida prioritariamente com modelos de cultura e dinâmicas de contacto cultural e aculturação (chame-se-lhe ou não romanização) e que, ao «procurar» os *callaeci* entre a miríade de povos que habitavam a nossa região há pouco mais de dois mil anos atrás, não podemos deixar de refletir e interrogar-nos (interrogando também as fontes escritas e as materialidades) sobre conceitos tão fluídos quanto humanamente universais, como são os da memória e da identidade. Vistos à lente das *civilizações* (expressão hoje muito mal amada) e do poder impositivo de um estado imperial quase de escala-mundo, a memória e a identidade tornam-se em ferramentas críticas de sobrevivência ou manipulação; a *etnogénese*, instrumento de análise que o saudoso professor Pereira-Menaut trouxe para o debate da antiguidade galaico-romana, não constitui apenas um dispositivo de aproximação teórica: pode ser uma verdadeira máquina de fazer ou desfazer povos[28].

«*Antes de Roma*» se nomeia o capítulo três. Trata da proto-história (**3.1**), está bem de ver, e não podia faltar como reflexão quando intentamos «acompanhar» um povo cujas raízes devem alicerçar bem mais fundo que os estandartes de Roma que, num dia estival de 137 a.C., deixaram tingido de sangue galaico a terra hispana, na expressão grandiloquente do poeta Ovídio. Neste ponto discutem-se também as fontes escritas e arqueológicas respeitantes à região de estudo (**3.2**) e faz-se uma primeira aproximação ao mosaico de povos (**3.3**) que os autores antigos nos apresentam em panóplia, nem sempre coincidente, como se sabe.

O capítulo quatro avança na dissertação e no tempo: «*Encontro com Roma*». Um primeiro ponto (**4.1**) acolhe o leitor menos avisado dos ritmos e cronologias da conquista, com ênfase particular no quadrante noroeste peninsular. A expansão militar e a consolidação do domínio latino constituíram também fonte de conhecimento geográfico e a descoberta de

[28] Pedindo de «empréstimo» o título de um trabalho (SILVA, 2020a) que recentemente demos a lume. O substantivo *povo*, usamo-lo aqui e em outras passagens em sentido comum e corrente, sem temer a sua ineludível polissemia, a tratar em ponto próprio da dissertação.

parte a parte, raramente pacífica, de novas realidades culturais e sociais (**4.2**). A revolução no território ibérico rapidamente mudou as redes de povoamento (**4.3**), e em certos casos terá mesmo mudado os povoadores, o que nos levou à consideração da nova paisagem humana, agora pontuada de algumas (poucas) novas cidades (*Bracara* e *Aquae Flauiae*), de novos *castros-cidades* (Mozinho) e de maior número, certamente, de castros urbanizados ao gosto romano (*Tongobriga*). Algumas reflexões sobre o hábito epigráfico (**4.4**) e a circulação monetária (**4.5**), aferida essencialmente pelos atos de entesouramento, servem de vestíbulo à dilucidação dessa síntese, que muitos entendem genial e também muito própria deste rincão hispânico, o galaico-romano (**4.6**), entendido, especialmente, nas novas dimensões da economia e da sociedade.

Com quatro singelas letras se escreve o enigma do capítulo cinco: «*Cale*». Retorna-se a *Cale*, ou *Calem*, ou *Calo*, pela voz dos autores e escritos que se lhe referem, e que são bem poucos e ainda menos expressivos quanto o que desejaríamos. Revisam-se com particular cuidado e larga amplitude de perspetivas as fontes literárias (**5.1**) e, de seguida, os ainda mais escassos testemunhos epigráficos (**5.2**). Discutem-se, em sequência, os dados arqueológicos (**5.3**) da ocupação proto-histórica e romana de ambas as margens do Douro, convidando ao diálogo esses dois castros fronteiros e contemporâneos, não sabemos se algum dia concorrentes, o da Penaventosa e o do Castelo de Gaia. E a maior diálogo se convocam os núcleos competentemente urbanizados (*uici*?) das respetivas «ribeiras». Por ali deve ter morado a *mansio* da via XVI, com o lume sempre aceso à espera dos viandantes e os cavalos prontos para qualquer imprevisto: numa ou noutra margem do rio, pois do lado fronteiro, acreditamos, haveria estabelecimento similar.

E assim chegamos aos «*Callaeci*», cujo nome encabeça o capítulo sexto. A estrutura é paralela à do capítulo anterior, tratando-se primeiro das fontes literárias (**6.1**) e de imediato das mais minguados (para a época que nos interessa) testemunhos epigráficos (**6.2**), não deixando de voltar a discutir-se, mais de breve, os dados arqueológicos (**6.3**).

Na «Conclusão» (**8**), que já não precisou de ser longa, regressamos aos territórios e comunidades, sintetizando, a partir do atrás exposto, esses dois caminhos – o de *Cale* e o dos *Callaeci* – que o tempo fez divergir no espaço mas, de certo modo, paralelizou nas consequências históricas, numa aparente síntese que, só em parte, o foi (capítulo **7**). Mas esse tempo, a certa altura deixa de ser o da dissertação, e o que esta pôde deixar escrito – se pousada a pena em dia fasto – resume-se a algumas questões para uma agenda de investigação que nunca se dará por encerrada ou cabalmente respondida.

Após a devida listagem das fontes e referências bibliográficas, concluiu-se o trabalho com uma segunda parte, a que chamámos **Inventários**, porque contém, em especial, os inventários de sítios, achados e intervenções arqueológicas. Não se trata, propriamente de Anexos, como poderia esperar-se, pois não constitui informação acessória ou dispensável, nem se trata – como poderia esperar-se – de simples listagem dos sítios referidos no texto. Pelo contrário, a informação arqueológica compilada nesse ficheiro, na sua maioria inédita ou pouco acessível, representa um quadro que entendemos muito atualizado da ocupação do Porto e da região nesse trânsito determinante entre as últimas gerações castrejas e os novos donos da terra e das armas. Se são parcas de dados muitas fichas, resumem tudo o que se sabe ou está publicado; mas em outras, pelo contrário, ensaiámos micro-monografias de sítio com espaço, inclusive para a discussão de cronologias ou modalidades de ocupação.

1.4. ÁREA DE ESTUDO

Como delinear no mapa este território de análise? Não parecendo viável ensaiar a partir das características fisiográficas da fachada litoral qualquer *região* que por essa via se sugerisse ou auto-justificasse, recorremos a critérios necessariamente convencionais, na expectativa de que a investigação melhor os pudesse dilucidar, afinar ou corrigir.

Na verdade, fossem quais fossem os critérios utilizados – geográficos, históricos, arqueológicos ou outros – a distribuição de uma entidade étnica em época pré ou proto-histórica, pré-estatal, sem o conceito da fronteira política, é compreensivelmente difusa e difícil de «cartografar». De um ponto de vista prático, estivemos conscientes de que, por um lado, quanto maior fosse a área geográfica de aquisição de dados, maior seria, porventura, a possibilidade de detetar regularidades ou descontinuidades que iluminassem o estudo; mas por outra, a capacidade de detalhe seria inversamente proporcional ou o trabalho envolvido desmesurado para o âmbito desse mesmo estudo.

Assim, cruzando, apesar de tudo, alguns critérios de geografia física com outros de natureza geohistórica, e na linha de zonamentos propostos por arqueólogos e historiadores da antiguidade para a suposta área de residência dos *Callaeci* (TRANOY, 1981; SILVA, AF, 1986; 2007[2]), delimitámos o nosso «território» de pesquisa do rio Douro para norte sensivelmente até ao rio Ave, e para nascente até a um dos principais afluentes do Douro, o rio Tâmega, igualmente considerado por alguns estudiosos como provável área de «fronteira» administrativa ou étnica em tempos romanos, como em outros pontos discutiremos (Figura 1).

Tratando o nosso estudo da ocupação antiga da foz ou zona terminal do rio Douro, não poderíamos restringir a pesquisa à sua margem direita. A História ensina-nos que se os grandes rios foram, por vezes, limite e fronteira de povos e civilizações; não deixam também de ser, ao mesmo tempo, via de comunicação e ponto de encontro de gentes, mercadorias e culturas. Na realidade, se nunca se equacionou a localização de quaisquer *Callaeci* na margem sul daquele rio, já a implantação do sítio de *Cale* tem oscilado, consoante as opiniões, entre as actuais cidades do Porto e de Gaia, como lembram, até, obras recentes (NÚÑEZ; CURCHIN 2007: 466). Se a discussão historiográfica acerca de *Cale*, *Portucale* e das origens coronímicas da nação portuguesa balança, desde há muitos séculos, entre aqueles aglomerados – como veremos – restringir o estudo à margem norte seria, logo à partida, tomar uma decisão apriorística em desfavor da ribeira meridional, a qual convoca argumentação que justifica a devida consideração e análise. Por outro lado, fundando-se a nossa tese numa inevitável análise comparada, ou pelo menos paralela, de entidades étnicas e evidências arqueológicas, o estudo só teria a ganhar com a inclusão dos territórios mais meridionais na área de atenção

Desta forma, delimitámos cartograficamente uma região da bacia terminal do rio Douro com uma superfície total de cerca de 1080 km^2, (Fig. 1) dos quais 84,4% situam-se a norte do Douro, sendo a área correspondente ao município de Vila Nova de Gaia (168,5 km^2) a parcela sul envolvida no estudo.

Os limites desta zona de observação (Fig. 2) apenas se definem naturalmente a Oeste, pelo encontro com o Atlântico. A Norte espraia-se até ao Ave, que corre sensivelmente de Nascente para Poente e desagua directamente no Oceano. Para Este circunscrevemos o nosso interesse, sensivelmente, pela origem dos principais cursos de água tributários do Douro, nomeadamente os rios Ferreira e Sousa, até ao Tâmega, o rio de maior extensão, bacia e caudal que se encontra na parte norte do Douro português (Fig. 3). Na margem sul os afluentes do Douro apresentam menor expressão hidrográfica na plataforma litoral, podendo enumerar-se como cursos mais relevantes os rios Febros, Uíma, Inha e Arda, sendo necessário chegar ao Paiva para encontrar um rio em posição geográfica algo simétrica ao Tâmega. Mas

não precisámos de ir tão longe no nosso inquérito. No Baixo-Douro, interessava-nos, sobretudo, o «diálogo» entre os dois importantes núcleos históricos da Penaventosa e do Castelo de Gaia, com os posteriores *uici* ribeirinhos, como a seu tempo se verá. Bastou-nos por isso, o território gaiense, que considerámos à escala concelhia por falta de um critério geográfico que justificasse o seu seccionamento[29].

Para maior facilidade de apreensão, acrescentamos que, no mapa administrativo actual, a área assim configurada distribui-se, total ou parcialmente, na margem norte, em ordem alfabética, pelos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Paredes, Penafiel, Porto, Valongo e Vila do Conde, constituindo Vila Nova de Gaia o ocasional parceiro de investigação do lado meridional (Fig. 2).

1.4.1. O quadro fisiográfico, com algumas notas históricas

A região que selecionámos enquadra-se na fachada atlântica do norte de Portugal (Figuras 1 e 3). As grandes unidades de paisagem são principalmente marcadas pela orla litoral oceânica e pelo rio Douro, cujo vale, progressivamente menos encaixado à medida que se aproxima da foz, desemboca num estuário curto, mas relativamente expressivo na estruturação da linha costeira. Podemos subdividir esta área de atenção, longitudinalmente, em duas partes, distintas mais pela orografia do que por outros indicadores fisiográficos.

A secção mais ocidental corresponde, no geral, a uma plataforma litoral relativamente aplanada (Fig. 3), caracterizada por inclinações suaves, de pendente para oeste, em direção ao mar, que só excecionalmente ultrapassa a classe hipsométrica dos 200 metros de altitude (FERREIRA; FERREIRA, 2004: 17-18; FERREIRA, 2004: 122-123; 2005b: 159; ARAÚJO, 1991; 2002), sendo igualmente os declives pouco pronunciados. Estas características levaram Hermann LAUTENSACH a classificar toda essa região sob a designação de «superfície de erosão portuense» (1987b: 138, fig. 22)[30]. Integram esta parte do nosso *território* os municípios atlânticos, com cotas altimétricas que não excedem os 233 metros (Vila do Conde), 132 metros (Matosinhos), 155 metros (Porto) e, já a sul do Douro, os 261 metros de altitude máxima em Vila Nova de Gaia, característica de que compartilha, o concelho da Maia, ligeiramente mais interior, cujo modelado topográfico varia entre os 36 e os 254 metros[31].

Avançando para nascente, ao longo do curso do Douro, encontramos relevo um pouco mais vigoroso, fruto de distinta geomorfologia e litologia basal, no município de Gondomar, cuja área não excede, na sua quase totalidade, os 200 metros de altitude, mas onde pontuam já algumas elevações a cotas superiores, nas faldas do anticlinal de Valongo, como as serras da Flores (318 metros) e do Castiçal (316 m), no limite nordeste do concelho e onde avultam declives superiores a 30% (GIPP, 2006, II: 4). Lindando com este município a setentrião e nordeste, o concelho de Valongo apresenta, igualmente, a maior parte do seu território com cotas até ao nível dos 200 metros, mas um conjunto de relevos na parte média do município (designadamente as que integram a megadobra conhecida como anticlinal de Valongo,

[29] Já no limite Norte da nossa área de estudo, decidimos respeitar o Ave como hipotético limite étnico-histórico, em desacordo com o território concelhio de Vila do Conde, que por ambas as margens do rio se reparte.

[30] De forma mais estrita, outros autores consideram a cota dos 140 metros como limite desta faixa litoral, que assim se distribuirá por uma orla de não mais de seis quilómetros de largura na nossa região, ampliando-se um pouco a norte de Matosinhos (PEREIRA, 2004: 138-141; ARAÚJO, 1991), chegando mesmo a referir-se como limite o patamar dos 75 metros a norte do Douro (GOMES; ARAÚJO; SOUSA, 2006: 19).

[31] Neste quadro geral, não entendemos necessário detalhar, de forma particular, a origrafia e litologia do território correspondente às cidades do Porto e Gaia, não obstante o nosso estudo incidir mais diretamente sobre esse espaço. Vejam-se, para um conspecto geral, COSTA, 1938, COSTA; TEIXEIRA, 1957, além das obras de síntese gerais, como SILVA, AF, 1994 e, mais recentemente, GOMES; TEIXEIRA; FERNANDES, 2020.

estrutura geológica rasgada pelo vale do rio Ferreira), atingem elevações superiores. Tal é o caso da Serra de Santa Justa (Alto do Castro, 376 m), ou, imediatamente a sudeste – como ramificação oriental do anticlinal e separando os rios Ferreira e Sousa – do conjunto orográfico de Pias, com cota máxima de 385 metros no vértice geográfico do mesmo nome; registam-se ainda outros topos elevados na serra da Agrela (350 metros) e na serra do Penedo, com 308 metros s.n.m. (MUNICÍPIO DE VALONGO, 2014: 11).

A nascente de Valongo, os municípios de Paredes e de Penafiel distribuem-se por territórios mais recortados e com elevações de maior expressão, não tanto em superfície, mas em altimetria máxima. Em Paredes, concelho que ocupa uma área compreendida, genericamente, entre os rios Ferreira e Sousa, a altitude média é moderada, rondando os 200 metros s.n.m., com poucas áreas acima dos 400 metros, mas destacam-se diversos relevos com topos de maior altitude, especialmente na parte norte do concelho, como as Serras da Agrela (365 m), São Tiago (410 m) e Alto do Frade (356 m), o Monte de São Silvestre (396 m), o Monte Alto (343 m), a Serra Queimada (300 m) e, de forma particular, a mais extensiva serra de Baltar ou do Muro, com marco geodésico num cume de 521 metros (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2016: 52-55). Panorama similar pode encontrar-se no vizinho concelho de Penafiel, praticamente delimitado por dois afluentes do Douro, os rios Sousa e Tâmega. A altimetria média é agora um pouco superior; e ainda que 87,5% da área municipal esteja compreendida em intervalos hipsométricos até aos 400 metros, o território é marcado por «duas séries de altos aplanados» com cumes que excedem os 500 metros (SOEIRO, 2005: 102) destacando-se as serras da Boneca (518 metros) e de Santo Antoninho, sendo a serra da Lagoa (556 m), na parte nascente do concelho, e o Alto do Chocal, em Vila Cova (589 m), os pontos mais elevados (LUGAR, 2019: 17). Estas circunstâncias proporcionam «um relevo bastante acidentado, pleno de vales fluviais encaixados de pequena extensão» (SANTOS, 2005: 9)[32].

Em síntese, podemos dizer que esta porção do território do norte de Portugal, compreendida circunscrita pelos Ave e Douro na faixa litoral, e limitada pelo Tâmega a nascente, prolonga para sul, de certo maneira, a paisagem minhota, na sua dupla *fácies* – uma mais atlântica e outra mais interior –, podendo a primeira estender-se, sem grande oposição, também aos territórios imediatamente a sul do Douro, como desde há muito assinalaram geógrafos e etnógrafos, na linha de Orlando Ribeiro, que entendeu prolongar o «Entre Douro e Minho» até à latitude de Espinho, uns vinte e cinco quilómetros a sul do Douro (DAVEAU, 1995: 98-99).

1.4.2.Linhas de água, litologia e solos

A rede hidrográfica tem aqui uma presença bastante marcante (Fig. 3). Sendo o rio mais caudaloso e que drena maior bacia na península ibérica, o Douro é o principal elemento da paisagem – para não dizermos, também, da história regional. Para além do seu papel como eixo de comunicação ao longo de milénios[33], constitui um fator determinante para diversos elementos biofísicos, como o clima ou a dinâmica de vertentes. Utilizado como limite administrativo territorial desde a criação romana das províncias da Lusitânia e da Transduriana[34], nas últimas décadas a.n.e., o seu atravessamento suscitou seculares

[32] O qual, aliás, concorre para particulares características de ocupação do território em época romana, como teremos ocasião de discutir.

[33] Praticamente o único, não obstante as dificuldades de navegação na sua parte superior, até 1889, altura em que foi aberta a via ferroviária do Douro. É bem conhecida a informação de Estrabão (*Geog*., III, 3, 4), dizendo que o Douro era navegável na extensão de 800 estádios, um pouco menos de 150 km, correspondendo, na atualidade, ao curso do rio em território português (MORAIS, 2005: 59).

[34] *Vd*. *infra*, ponto 4.2.1.1.

dificuldades, nomeadamente no troço da sua foz, onde apenas no século XIX foram executadas pontes para travessia permanente[35]. Sendo um rio de ciclo anual bastante irregular, é particularmente temível em razão das frequentes cheias invernais, que em menos de um dia traziam – em tempos de comunicações mais custosas – a enxurrada, desde a atual fronteira luso-espanhola até à foz, desgraçando periodicamente as populações ribeirinhas, da Régua, do Porto e Vila Nova e das localidades intermédias (OLIVEIRA, 1973: 121 ss.; DAVEAU, 1995: 64-65; BARROS, 2016: 39-43).

Desaguando diretamente para o mar devem ainda destacar-se, de sul para norte, o rio Leça e o rio Ave. O Leça é um curso fluvial de pequena extensão, percorrendo apenas 46,8 km entre a nascente, situada na freguesia de Monte Córdova, Santo Tirso, a 475 m de altitude e a sua foz atlântica, entre as freguesias de Leça da Palmeira e de Matosinhos, tendo, deste modo, uma bacia hidrográfica de reduzidas dimensões (cerca de 180 km^2 de superfície), encravada entre as bacias do Ave, a norte, e a do Douro, a sul e nascente. Sendo um rio pequeno, possui, contudo, um traçado vigoroso, rasgado entre litologias graníticas, com um perfil inferior muito inclinado. Documentado com os nomes de *Letia, Laetia ou Leza* em diversos diplomas medievais, foi sugerido por A. GUERRA (1996: 159) que talvez pudesse ser este curso de água, em alternativa ao Lima, o mítico flúvio cujo hidrónimo, confundido com *Lethes*, teria dado origem à narrativa literária da sua travessia pelas tropas de Décimo Júnio Bruto, em 138 a.C[36]. O rio não teria condições, na Antiguidade, para que embarcações de algum calado subissem o seu curso, mas o castro de Guifões, junto à sua foz, foi certamente um importante entreposto marítimo entre os finais da Idade do Ferro e o período de dominação romana (MOREIRA, 2009: 51).

O Ave – que nos interessa particularmente, como limite da área de estudo, no seu troço inferior – apresenta, à semelhança do anterior e do Douro, orientação dominante de leste para oeste. Nasce nas terras altas de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, a 1200 metros de altitude, na serra da Cabreira (Vieira do Minho) e encontra o Atlântico após um curso de 94 km, desaguando entre a cidade de Vila do Conde e a localidade de Azurara. Com uma rede de drenagem bastante modesta, tem no rio Este o seu mais importante afluente na margem norte, sendo o Selho, o Sanguinhedo e o Vizela afluentes maiores da margem oposta (nenhum, porém, dentro da área que nos interessa). Rio de regime muito irregular, sofre grandes estiagens no verão, estando igualmente em frequente risco de cheia na época das chuvas. Não sendo um rio de grande amplitude de canal, teve importantes funções portuárias nas épocas medieval e moderna e foi navegável na Antiguidade – segundo as indicações de Mela (*Chor*., III, 10) e Ptolemeu (*Geog*., II, 6), que o designam por *Auus*, ou *Auo* – podendo as embarcações chegar às Caldas das Taipas, a 9 km de *Bracara Augusta*, de acordo com a opinião de diversos autores (LEMOS, 1999: 83; BLOT 2003: 178; MORAIS 2005: 60), pelo que a sua importância, a este respeito, pode ter sido bastante apreciável. Deve ainda notar-se que o Ave, em tempos medievos, constituiu limite entre as dioceses eclesiásticas de Braga e do Porto (MOREIRA, 2009: 48-50).

Dos rios mais interiores que desaguam no Douro, com traçado geral NNE.-SSO., interessam-nos em especial, entre os de maior curso e caudal, o rio Sousa e o Tâmega, este a limitar pelo nascente a nossa zona de observação. O rio Sousa, que nasce em Friande (Felgueiras) e desagua no local da Foz do Sousa (Gondomar), estende-se ao longo de 62,5 km, drenando uma bacia de 559,1 km^2. Tem como principais afluentes, na margem esquerda, o rio Cavalum (Penafiel), e na margem direita os rios Mesio e Ferreira, este último, que se lhe

[35] Questão que abordamos em diversas passagens desta dissertação, nomeadamente no ponto 5.1.1.

[36] *Vd*., por exemplo, o que sobre o assunto expressamos no ponto 4.1.1.

junta muito próximo da foz, de maior importância e que referiremos de seguida. O Sousa atravessa vários dos concelhos abrangidos pelo nosso estudo, Penafiel, Paredes e Gondomar, onde se encontra com o Douro. O rio Ferreira, por sua vez, nasce em Paços de Ferreira[37], e ao longo do seu curso de 40 km, na direção sudoeste e praticamente paralelo ao Sousa, irriga uma bacia de 182,6 km^2. Tal como o Sousa, atravessa também as áreas concelhias Paredes, Valongo e Gondomar. Desagua no rio Sousa, neste último município, já muito perto do Douro (REDE, 2009: 2-4).

A sul do Douro, e com referência ao concelho de Vila Nova de Gaia, são modestas as ribeiras que correm diretamente para o mar e, entre os afluentes do Douro, importará destacar, sobretudo, o rio Uíma, que nasce na freguesia de Romariz (Santa Maria da Feira), a 350 metros de altitude, e tem a sua foz em Crestuma, Vila Nova de Gaia, ligeiramente a jusante da Barragem de Crestuma-Lever e junto ao Castelo de Crestuma, excecional sítio tardo-antigo aí localizado[38]. No seu percurso de cerca de 13 quilómetros drena uma densa bacia de cerca de 68 km^2, incorporando muitos afluentes de pequena expressão.

Ainda com referência ao domínio hídrico-marítimo, recorde-se, de passagem, que a evolução da linha de costa portuguesa, decorrente das variações eustáticas entre o Würm recente (há cerca de 18 000 anos) e a transgressão flandriana, há cerca de 5 000 anos (LAUTENSACH, 1987a: 48-52; DAVEAU, 1993; 1995: 52-53; GRANJA, 1993) é um elemento fundamental para a compreensão da ocupação pré-histórica do litoral e afeta ainda o povoamento da Idade do Ferro a latitudes um pouco a sul de Espinho, já fora da nossa área de estudo, fazendo com que estivessem situados na orla atlântica alguns castros que hoje podemos tomar como mais interiores (SILVA; PEREIRA, 2010: 190-193). Também mais a norte, as alterações da linha costeira e dos paleo-estuários de alguns rios implicaram paisagens substancialmente diferentes ainda na época romana, como se tem vindo a detetar, por exemplo, na zona de Esposende (GRANJA, 2013). Na região que tivemos sob observação, contudo, tais alterações não parecem ter sido significativamente importantes, salvo eventuais aspetos de pormenor, no milénio compreendido entre a Idade do Ferro antiga e os finais do Império, pelo que não importa explorar este aspeto.

Estruturalmente, esta parte marginal do «maciço antigo» ou hespérico, é constituída por uma litologia geral (Fig. 4) do complexo de xistos e grauvaques – de origem anteordovícica, e modernamente designado como super-grupo dúrico-beirão[39] – por onde irrompem, em largas manchas alternadas, sobretudo nas regiões mais a norte e litorâneas, importantes intrusões de rochas granitóides, de orogenia varisca, por vezes com cristas quartzíticas nos relevos marginais mais significativos[40] (FERREIRA; FERREIRA, 2004: 9; FERREIRA, A., 2005a: 59-62). A estas principais unidades litológicas juntam-se relevantes formações recentes, em especial no cordão litoral e ao longo dos vales mais abertos, onde surgem os aluviões (ANDRESEN, 2004: 25).

[37] Uma das nascentes será mesmo, ao que parece, a linha de água que abastece o balneário castrejo da citânia de Sanfins (cfr. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira de 5 de novembro de 2014, sessão dedicada a temas de história concelhia. Documento em linha: oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/http://www.cm-pacosdeferreira.pt/files/am0511.pdf).

[38] *Vd*. ponto 4.3.2.2 e Inventário II.D, ficha P48, no Vol. II.

[39] As áreas dos xisto-grauvaques tendem, aqui, a apresentar um relevo mais vigoroso, de encostas mais declivosas (ANDRESEN, 2004: 25).

[40] Patentes, por exemplo, na região que nos interessa, nos relevos do anticlinal de Valongo, neste concelho e nos de Paredes e Gondomar, como material encaixante das importantes mineralizações auríferas aí registadas, por vezes também em áreas de contacto de distintas litologias (FERNANDES, 2007: 35-46; COUTO; LOURENÇO, 2011) com relevante foco de exploração em época romana, como adiante se verá.

Importa aqui destacar a particular geologia da área conhecida como «Serras de Valongo», elemento determinante, pelas importantes mineralizações, sobretudo auríferas, que propiciou que ali se instalasse um dos mais importantes «coutos mineiros» das províncias romanas (Fig. 4 e, mais à frente, as figuras 74 e 75). O conjunto orográfico, com cotas máximas entre os 350 e, quase, os 400 metros de altitude, desenvolve-se num conjunto de cumeadas de orientação NNO.-SSE., marcado pelas elevações de Santa Justa (que melhor assinala o complexo), Pias, Castiçal e Flores, Santa Iria e Banjas, para citar apenas as «serras» mais conhecidas.

Integrando, do ponto de vista tectónico, a megadobra conhecida como anticlinal de Valongo, estrutura geológica rasgada pelo vale do rio Ferreira, a crista quartzítica de Santa Justa, com uma altitude que chega aos 376 metros, constitui um relevo resultante de erosão diferencial sobre as rochas encaixantes do complexo xisto-grauváquico. Neste contexto geológico, de litologia diversificada e de diferentes génese e cronologia, ocorrem relevantes mineralizações, tradicionalmente incluídas no chamado «distrito mineiro auro-antimonífero dúrico-beirão» e distribuídas por diversos tipos, concretamente, nesta área, por ouro e antimónio: *Au-As* e *Sb-Au* (COUTO, 1993: 2-10; BATEIRA, 2003; FERNANDES, 2007: 35-46; FÉLIX, 2008: 28ss; LIMA *et al*. 2011c: 237; COUTO; LOURENÇO, 2011: 55-7). Na verdade, os os níveis de quartzito são atravessados por filões de quartzo onde o ouro surge associado à limonite ou à antimonite, levando a que as antigas explorações mineiras se traduzissem, essencialmente, pelo desmonte em depósitos primários, tanto em explorações superficiais (cortas), como através de galerias subterrâneas (MENDES-PINTO, 1993: 297).

Desenvolvendo-se imediatamente a sudeste da Serra de Santa Justa, o conjunto orográfico de Pias, com cota máxima de 384 metros no vértice geográfico do mesmo nome e que separa os rios Ferreira e Sousa, constitui a ramificação oriental do anticlinal de Valongo e partilha de idêntica orogenia e identidade tectónica. Trata-se assim, do mesmo modo, de um relevo estrutural, talhado nos quartzitos, que emergem por efeito da erosão diferencial do contacto com o complexo xisto-grauváquico encaixante (FERNANDES, 2007: 36-9). Nas mineralizações desta área predominam as associações paragenéticas de ouro e antimónio: *Au-As.* Os quartzitos da serra de Pias são atravessados por filões de quartzo mineralizados, normalmente com orientação Este-Oeste, surgindo aqui o ouro habitualmente associado à limonite ou às pirites, embora possa também ocorrer em depósitos estratiformes (COUTO, 1993: 2-10, 142, 175, *passim*; MENDES-PINTO, 1993: 290-1; FERNANDES, 2007: 35-46; LIMA *et al*. 2011c: 237; COUTO; LOURENÇO, 2011: 55-7).

Por fim, a Serra das Banjas constitui outra vigorosa crista quartzítica, com 368 metros de altitude máxima e orientação NO-SE, representando a parte oriental do conjunto das «Serras de Valongo» situada mais próximo do Douro. A litologia dominante é constituída por rochas de diferentes idades, essencialmente conglomerados, quartzitos e xistos, ocorrendo mineralizações de tipo *Au-As*, quer de tipo filoniano, associadas a alternâncias de xistos, grauvaques e quartzitos, surgindo o ouro, de forma livre ou sob a forma de sulfuretos, quer ainda em estruturas estratificadas (camadas negras) entre os quartzitos (COUTO, 1993: 2-10; FERNANDES, 2007: 35-46; FÉLIX, 2008: 28ss; LIMA et al. 2011c: 237). Sobre um soco rochoso de diferentes morfogéneses e idades, constituído principalmente por conglomerados, quartzitos e xistos, as mineralizações dominantes são de ouro e arsénio, surgindo quer em filões, onde o ouro, em forma livre ou em sulfuretos, ocorre em camadas alternadas de xistos, grauvaques e quartzitos; quer também em estruturas estratificadas entre os quartzitos, dando origem às «camadas negras» descritas já na bibliografia mais antiga sobre estas minas (COUTO, 1993: 2-10; FERNANDES, 2007: 35-46; FÉLIX, 2008: 28ss; LIMA et al. 2011c: 242ss).

Em sumária análise às características pedológicas da região, observa-se que os solos decorrentes da decomposição do substrato litológico distribuem-se genericamente entre leptossolos e cambissolos húmicos, associados a rochas eruptivas, e dístricos, associados a xistos e quartzitos do ordovícico, do que decorrem extensas áreas de solos de boa aptidão agrícola, tanto nos vales como nas encostas suaves das colinas que pontuam a região (BRITES; ALMEIDA; RESENDE, 2008: 42-43). Deste modo, a carta ecológica classifica a maior parte desta região num patamar fitoclimático basal, inferir a 400 metros de altitude[41], de feição mediterrâneo-atlântica. Numa outra perspetiva, podem detetar-se por toda a região de estudo, em proporção variável, solos tipicamente ácidos, resultantes da desagregação dos xistos e granitos, rochas de natureza siliciosa, com razoável aptidão agrícola e, bem assim, florestal ou silvo-pastoril. Encontram-se, assim, importantes manchas de leptossolos, «solos limitados a uma profundidade inferior a 30 cm por rocha continua e dura ou camada cimentada contínua ou com menos de 20% de terra fina até 75 cm da superfície» (DRAEDM, 1999: 37; ANDRESEN, 2004: 26), modernamente aptos para exploração florestal; como também solos incluídos, principalmente, nas classes dos antrossolos, em cuja formação a ação antropogénica é particularmente notória (por exemplo, terreceamentos, soterramento dos horizontes pedológicos originais e outras movimentações de terras) e nos cambissolos, caracterizados por apresentar «um horizonte B câmbico e como horizontes de diagnóstico A ócrico, úmbrico ou mólico, ou seja horizontes de diagnóstico espessos, de forte agregação e com elevado teor de matéria orgânica» (ANDRESEN, *ibidem*), ou seja, solos que patenteiam uma aptidão moderada para a prática agrícola. Cruzando a cartografia pedológica com detalhados critérios geomorfológicos e fito-climáticos, Álvaro B. Moreira concluiu que na região do Entre Ave e Leça, os solos com aptidão agrícola elevada constituem cerca de 20% do território, a que se juntam 40% com aptidão agrícola moderada (MOREIRA, 2009: 62-63), valores que talvez decresçam um pouco nas áreas mais interiores e orograficamente mais recortadas da nossa região de estudo[42].

Na verdade, os dados disponíveis indicam que, no território concelhio de Valongo, dominam os antrossolos e os leptossolos. Estes últimos relacionam-se com a grande mancha florestal do concelho, em grande proporção de origem moderna; já os antrossolos «distribuem-se ao longo das principais linhas de água e constituem, em geral, os solos dos terraços ou socalcos, localizados em áreas cultivadas que foram sujeitas a lavouras profundas, subsolagens ou surribas» (MUNICÍPIO DE VALONGO, 2014: 49). Também em Paredes, para além da grande mancha florestal, que ocupa a maior parte do território, dominam os antrossolos e os cambissolos húmicos, sobretudo na metade norte do concelho, de substrato granítico, seguidos dos regossolos de origem coluvionar, ambos de fertilidade entre mediana a elevada (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2016: 84-87). Em Gondomar, concelho com uma mancha florestal ainda maior que os anteriores, esta componente ocupava no ano de 2000 uma área correspondente a 48,5% do território municipal, sendo apenas de 18,5% a ocupação agrícola do concelho (GIPP, 2006: 8), proporção que, em parte, terá a ver com a significativa pobreza dos solos para usos não florestais mas também, por certo, com fatores históricos que aqui não cabe discutir. Já em Penafiel, a cartografia oficial, utilizada em relatórios recentes,

[41] Ou seja, no mais baixo dos três andares fundamentais da altitude em Portugal, segundo definição antiga de geógrafos como Paul Choffat e Orlando Ribeiro (*vd*., por exemplo, FERREIRA; FERREIRA, 2004: 10, fig. 1.1).

[42] Numa análise modelar, este Autor, analisou exaustivamente a informação biofísica disponível e tipificou as classes de solo em função da sua produtividade agrícola potencial, acabando por verificar significativa correlação entre as manchas dos melhores solos agrícolas e a ocupação rural (*uillae* e casais) em época romana (MOREIRA, 2009). Este modelo apresenta grande potencial e merece ser replicado em estudos de caso mais localizados, devendo, contudo, minimizar-se o risco de anacronismo, ao projetar para o passado critérios analíticos relacionados com a exploração intensiva e tecnicamente mais habilitada do espaço rural.

evidencia largo predomínio de classes de solo C e F, ou seja, com «boas características para o uso florestal e utilização agrícola condicionada» (CASTRO, 2014: 29). Por fim, passando à margem sul do Douro, regista-se que as áreas de maior aptidão agrícola representam apenas cerca de 17% do território, ligadas sobretudo a depósitos aluvionares fluviais, enquanto as de aptidão agrária moderada atingem os 23% (JUNCAL, 2008: 72), ou seja, cerca de 60% do concelho não apresenta boas condições para a prática agrícola, tal como modernamente se entende a atividade[43].

A influência atlântica e os relevos orientais proporcionam um clima moderado, no qual, atualmente, nem o verão é normalmente muito quente nem os invernos particularmente rigorosos, variando entre 13,4 e 15 º C a temperatura média anual. Durante a maior parte do século XX registaram-se valores entre 1000 e 1400 mm de pluviosidade anual, quantidades relativamente elevadas à escala nacional (DAVEAU, 1995: 44-45; BRITES; ALMEIDA; RESENDE, 2008: 30-37) e que significam que o número de dias com chuva durante um ano médio oscilou entre 110 e 150[44]. Na maior parte da região a insolação é muito elevada, especialmente a sul do Douro e na plataforma litoral a norte do rio; em contrapartida, o ambiente costeiro incrementa a humidade relativa, superior a 80% ao início da manhã, numa extensa franja ocidental tanto a norte, como a sul do Douro. Contraposta a estas características, a componente mediterrânica do clima justifica a secura de muitos períodos estivais. Segundo a classificação de Thornthwaite, que cruza os valores da precipitação com os da evapotranspiração potencial, pode tipificar-se o clima desta região de «húmido a muito húmido, mesotérmico, com nula a moderada deficiência de água no Verão, grande excesso de água no Inverno e nula ou pequena concentração da eficiência térmica» (ANDRESEN, 2004: 23); considerando, em alternativa, outra tipificação bioclimatológica (RIVAS-MARTÍNEZ *et al.*, 2002), que a nossa área de estudo apresenta «um bioclima mediterrânico pluviestacional oceânico», se bem que regiões mais interiores, como as serras de Valongo, evidenciem um bioclima de características temperadas submediterrânicas (ANDRESEN, *ibid.*). Em síntese, segundo os modernos índices de conforto bioclimático, a generalidade da região encontra-se em patamares considerados «frescos», com valores de entalpia do ar entre 6.0 e 7.5, se bem que os verões quentes ocorram, também, com frequência (FERREIRA, D., 2005: 334ss.)[45].

[43] Em nosso entender, estes elementos possuem um valor meramente indicativo para as estratégias e opções da exploração do território em tempos antigos. Atualmente, os dados disponíveis nem sempre distinguem as classes de ocupação e uso atual da terra com a sua aptidão, aferida por critérios pedológicos, para a prática agrícola; e mesmo esta, deve notar-se, atende a critérios de cultivo e produtividade, ou mesmo a espécies, que terão, em muitos casos, pouco a ver com as técnicas, cultivos e expectativas da Antiguidade quanto à produtividade da exploração agrícola.

[44] Não obstante, os registos metereológicos do século XX evidenciam, a uma escala mais global do país, uma acentuada irregularidade climática que propicia muitas ocorrências de secas e cheias (OLIVEIRA, 1973: 121 ss.; DAVEAU, 1995: 28-29; BRITO; SOUTO, 1994), situação que, obviamente, não podemos extrapolar para a Antiguidade.

[45] Na linha das notas anteriores, devem tomar-se estes indicadores como meramente referenciais de uma situação atual (e aliás sujeita a substanciais alterações em poucas décadas), não sendo extrapoláveis para o que seriam as condições naturais há dois mil ou dois mil e quinhentos anos.

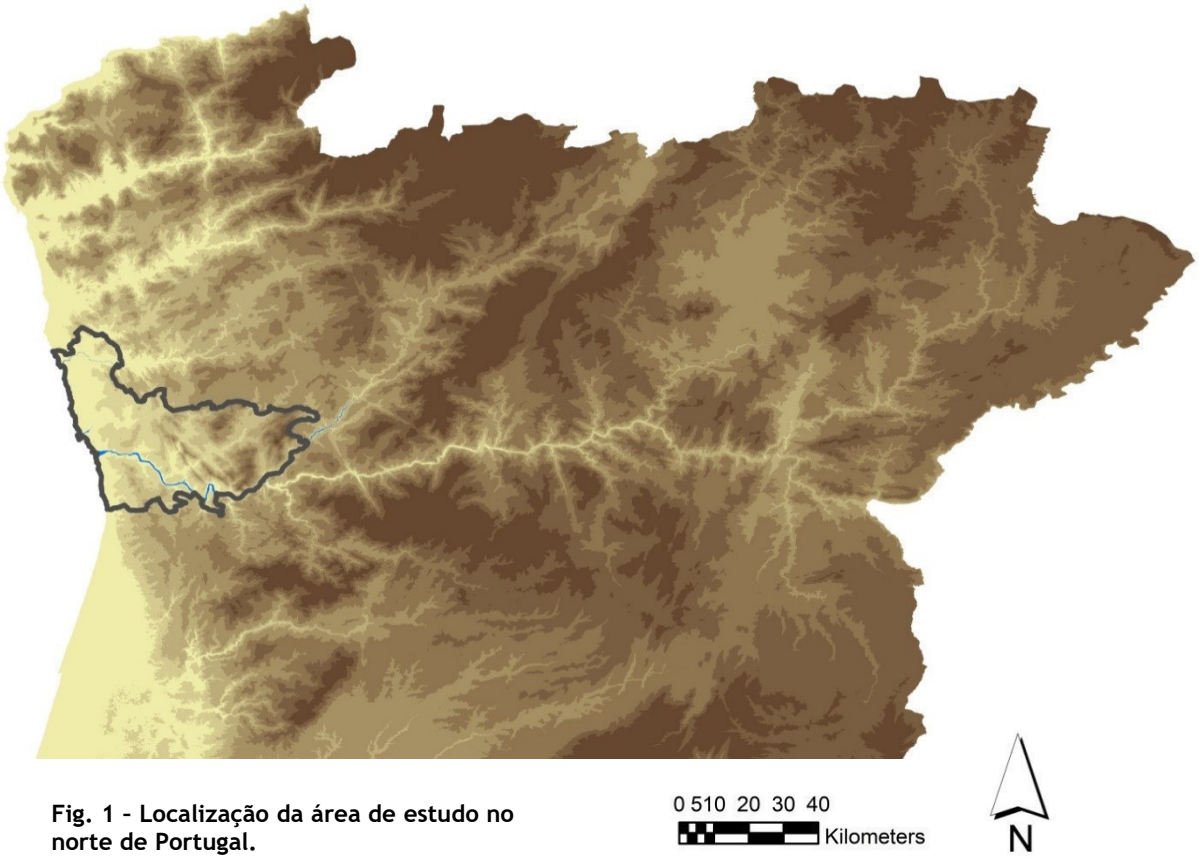


Fig. 1 – Localização da área de estudo no norte de Portugal.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

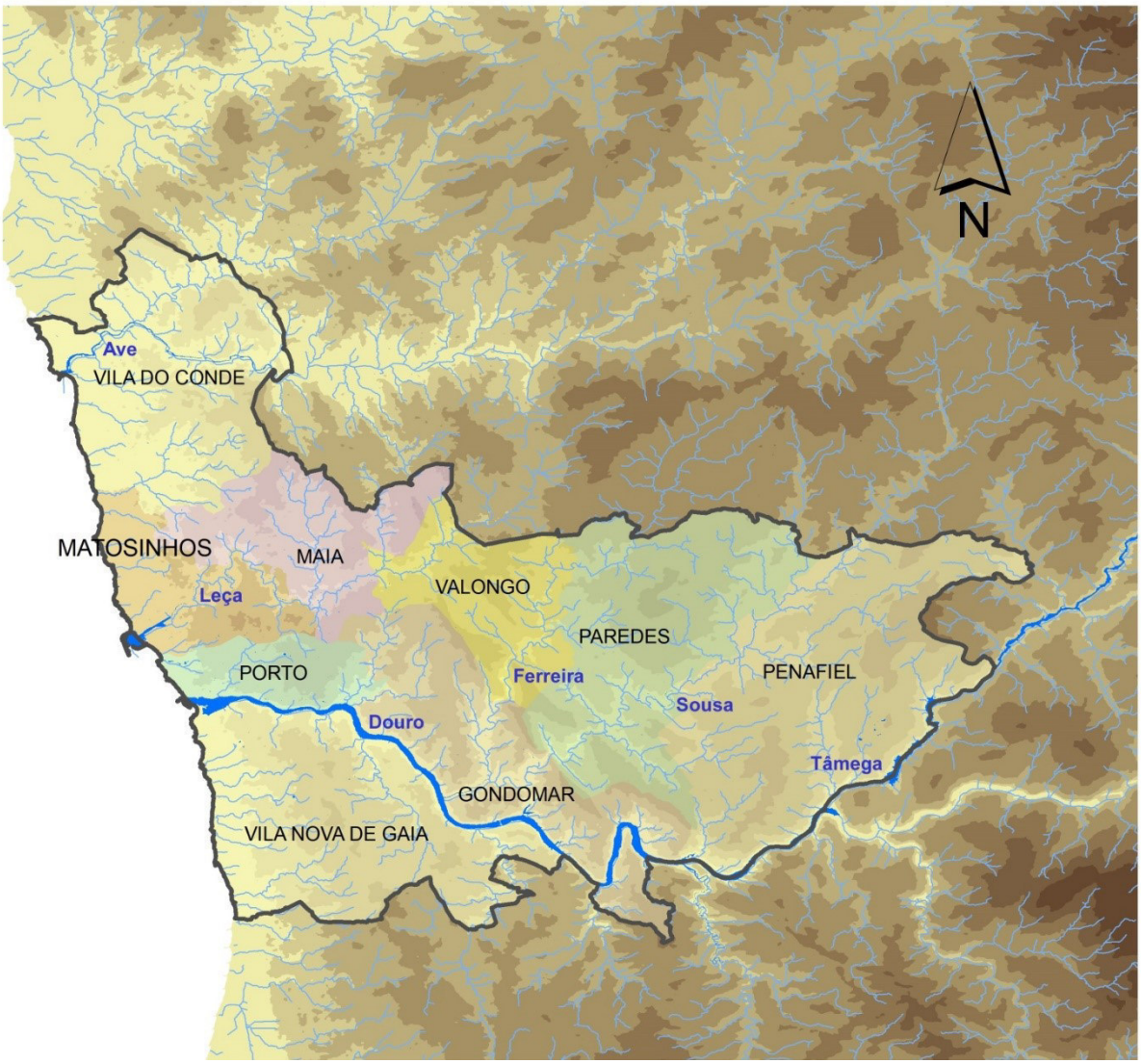


Fig. 2 – Enquadramento administrativo da área de estudos (concelhos) e rios principais.

LEGENDA
Altimetria

-14 - 50
51 - 100
101 - 200
201 - 400
401 - 600
501 - 800
801- 1 000

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

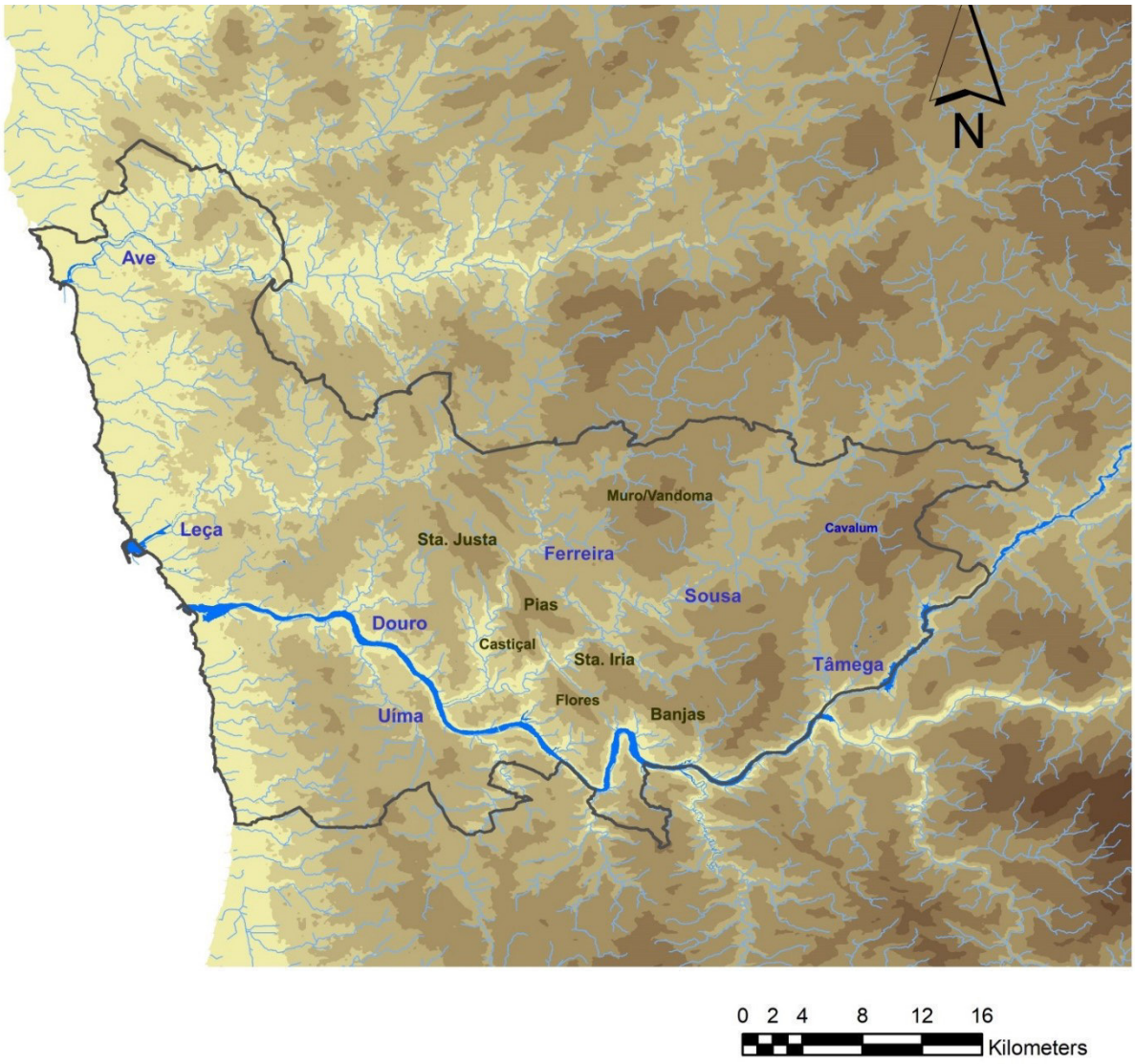


Fig. 3 – Hidrografia e orografia da área de estudo, assinalando-se as principais elevações, em especial as das «Serras de Valongo».

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

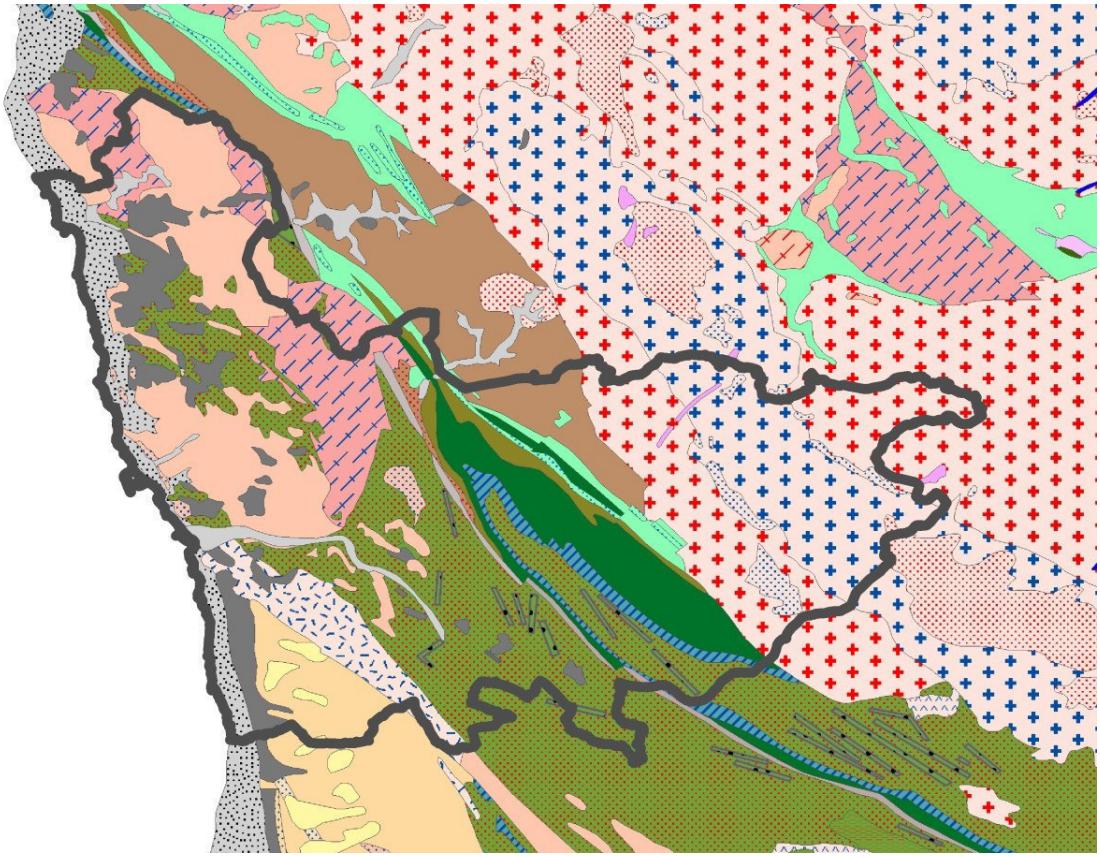


Fig. 4 – Recorte da área de estudo sobre a Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000 (Serviços Geológicos de Portugal, 1992), com legenda simplificada.

0 16 km

LEGENDA

- Areias de duna e de praia
- Terraços, Areias e Cascalheiras
- Depósitos pliocénicos da Beira Litoral
- Formação de Sobrado: turbiditos e quartzitos
- Formação de Sobrido: xistos negros, arenitos imaturos, pelitos com fragmentos e quartzitos
- Formação de Valongo: xistos ardosíferos siltíticos
- Xistos negros (Silúrico Douro-Beiras)
- Complexo Xisto-Grauváquico-Grupo das Beiras
- Formação do Quartzito Armoricano (Douro-Beiras): quartzitos, conglomerados e xistos
- Micaxistos, gnaisses e migmatitos
- Granitos e granodioritos porfiróides
- Granitos biotíticos em geral porfiróides
- Granodioritos biotíticos precoces
- Granito de duas micas indiferenciado
- Granitos monzoníticos porfiróides
- Quartzodioritos e granodioritos biotíticos

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

2. UM LUGAR E UM POVO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

2.1. A EQUAÇÃO DE PARTIDA

Esta pesquisa partiu de uma equação em si mesma discutível, a de que um *povo* – designativo que continuamos a usar em sentido genérico – teve num local específico a sua origem ou, pelo menos, dele tomou o nome com que coletivamente se identificou ou foi identificado. Independentemente das duas expressões desta equação serem, elas próprias, complexas e questionáveis (discussão que a seu tempo se fará), esta associação «povo» *us.* «lugar» não é pacífica, e está no âmago da investigação aqui apresentada, nomeadamente no que concerne à possibilidade de um sítio chamado *Cale*, situado no Noroeste ibérico, estar na raiz etnogenética de uma entidade comunitária que as fontes romanas e romanizadas nomearam como *Callaeci*.

Se o presente trabalho parte da equação *Cale*/*Callaeci*, certo é que ambas as entidades fizeram um percurso histórico que as ampliou, estendeu ou porventura as tomou como matriz ou inspiração para novas realidades, permitindo compor outras equações igualmente complexas e fundamentais. Uma, *Callaeci* > *Callaecia*, redefine ou, pelo menos, reconfigura espacialmente um processo de etnogénese de longa duração (PEREIRA-MENAUT, 1984; 1992a; 1997a; 1998b; 2005b) cujos momentos-chave tentaremos analisar e apreender temporalmente; a outra, *Cale* > *Portu[s]cale*, evoca o percurso histórico de um sítio ou região que ao largo de vários séculos convoca e recria um novo mecanismo etnogenético.

Assim, a estrutura deste trabalho persegue essas quatro entidades «geo-etno-históricas», não necessariamente por ordem de antiguidade das primeiras fontes que as mencionam: *Callaeci*, *Callaecia*, *Cale* e *Portu[s]cale*, a que antepusemos a necessária consideração do substrato cultural autóctone da proto-história que moldou o processo etnogenético (PEREIRA-MENAUT, 1983; 1984; 1992a; 2005b) e no qual o poder romano e os autores greco-latinos perceberam ou (re)criaram os espaços e gentes que perpetuaram por aqueles etnónimos e topónimos.

O local e o povo que servem de meta a esta pesquisa inserem-se naturalmente num espaço geográfico que há que delimitar ou, pelo menos, definir em traços largos. Tal espaço, de recortes sempre fluidos, pode explicitar-se em três patamares de análise, a que se recorrerá em função dos distintos sub-objetos que, à vez, se considerem.

A um nível macro interessam-nos as grandes unidades administrativas romanas definidas, primeiro, pela *regio* da *Callaecia*, província desde Diocleciano, e pelo *conuentus bracaraugustanus*, certamente também já desde o tempo de Augusto (DOPICO CAÍNZOS, 1986; 2017), não tanto pelos seus limites precisos, discussão que não ensaiaremos, mas por aquilo que essas entidades – independentemente da multiplicidade de unidades de paisagem que englobam e do mosaico étnico que certamente as povoou – terão, apesar de tudo, representado na configuração de espaços regionais particulares, em larga medida perenizando «etno-regiões» pré-existentes.

A expressão geográfica dessas pré-existências, que tem tanto de imprecisa como de convencional, traduz-se na literatura histórico-arqueológica a diferentes escalas. Por vezes referidas ao «norte de Portugal», ou apenas a uma parte dele; outras vezes, associando-lhe a moderna Galiza, grande parte da terra asturiana e uma porção da leonesa, para configurar o «Noroeste ibérico», um quadrante da Península que, pelo menos desde o primeiro milénio antes de Cristo, compartilha características, ao nível da tipologia dos assentamentos, da arquitetura dos povoados e outros itens da ergologia que a tipificam como área de distribuição

de uma entidade arqueológica nem sempre consensual mas que continua – quanto mais não seja por comodismo linguístico – a fazer o seu caminho: a «cultura» castreja[46].

A uma escala de análise intermédia, indagando um território cujos limites, mesmo flexíveis, desejaríamos poder definir com maior precisão, voltámo-nos para uma região geográfica que tem como área nuclear a bacia terminal do Douro[47], mas que necessariamente se alarga a regiões envolventes que não excedem, para usar métrica antiga, uma ou duas jornadas diárias de caminho. Neste espaço geográfico – delimitado e descrito em anterior ponto deste trabalho e que não obedece, como se viu, a uma particular identidade geográfica – situa a maior parte dos autores modernos a terra dos antigos *Callaeci*, e como tal, sem preciosismos de rigor, assumimos considerá-lo como ponto de partida para uma observação geral da evidência arqueológica da sua ocupação antiga.

Por fim, uma lente de maior ampliação foi voltada para o território das modernas cidades do Porto e Vila Nova de Gaia. Por um lado, porque a tradição historiográfica plurissecular aponta a estes dois núcleos humanos primícias de residência concentrada e liderança regional, assentando-se, com raras exceções, a antiga *Cale* do Itinerário de Antonino, ora numa, ora noutra margem. Por outro, porque os achados arqueológicos feitos nas últimas três ou quatro décadas em ambas as margens reclamam uma atenção que largamente excede as fontes literárias ou linguísticas a que estavam limitados os historiógrafos do passado.

Localizar com segurança o sítio de *Cale* ou os limites exatos da região onde medraram os *Callaeci* é propósito que só por impensada vaidade poderíamos assumir. Todavia, a acumulação de importantes estudos e reflexões no domínio da história antiga, a abertura a novos paradigmas interpretativos, melhor enquadrados pelas ciências sociais e, como frisámos, as «novidades» decorrentes das centenas de trabalhos arqueológicos, que as atuais políticas de salvaguarda patrimonial impõem à maior parte dos agentes transformadores do subsolo e da paisagem, possibilitam, como acreditamos, novos olhares, novas questões, e, bem assim, formas diferentes de tentar solucionar problemas antigos, processos que estão entre os mais habituais para o progresso do conhecimento histórico.

2.2. O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE *CALE* E AS ORIGENS DO PORTO E GAIA

No ano de 1964, Domingos de Pinho Brandão presentou os participantes do III Colóquio Portuense de Arqueologia com uma «Bibliografia sobre Portucale» que elencava 119 títulos (BRANDÃO, 1965), dos quais 75 versavam diretamente as origens do Porto, Cale, Portucale e os locais da cidade usualmente relacionados com a sua fundação (OLIVEIRA, 1973: 179). Quase duas décadas depois, em colóquio similar realizado em 1983, coube aos técnicos do arquivo histórico da cidade atualizar idêntico levantamento, de âmbito um pouco mais vasto, que produziu uma listagem de 278 títulos (ARQUIVO, 1984) publicados até aquela data. Muitos destes trabalhos, independentemente da sua novidade ou valia, têm, no próprio cabeçalho, as palavras *Cale* e *Portucale*.

Na verdade, a *memória* do papel que as localidades que pontuam o estuário vestibular do Douro, de uma e outra margem (Gaia e o Porto), tiveram nas origens do povoamento local e, por extensão, na construção das fundações nacionais, foi objeto de reiterada reconstrução ao longo de vários séculos. Naturalmente difusa, contraditória, refundida ou até mesmo reinventada em espíritos mais criativos, como é próprio das *memórias* antigas e que há muito se afastaram dos seus protagonistas e testemunhas originais, a *história*, o que dela restou,

[46] LÓPEZ CUEVILLAS, 1953; TRANOY, 1981; ALMEIDA CF, 1983a; 1983b; SILVA, AF, 1986; ALARCÃO, 1992b; CALO LOURIDO, 1993; CARBALLO ARCEO, 2000; QUEIROGA, 2003; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007; GONZÁLEZ GARCÍA, 2007; SILVA, MF, 2008; RODRÍGUEZ CORRAL, 2009; LEMOS, 2009.

[47] Ou a sua foz, se percecionarmos este rio na extensão dos seus mais de 900 quilómetros.

perenizou-se em narrativas cada vez mais vagas ou mitificadas, umas vezes replicando-se acriticamente, em função da autoridade de um qualquer *scriptor* arcaico; outras vezes liberalmente recriada.

Não é fácil rastrear a origem dessas evocações arcaicas, nem tão pouco averiguar o que nelas há de progressiva mitificação ou mesmo de mito primordial. O que é certo – e normalmente de custosa hierarquização – é o significado de ambas as margens do rio neste processo histórico, ora pendendo a primazia para um dos lados, ora para outro, conforme as autorias.

A ambiguidade toponímica reside, desde logo, com as referências feitas pelo bispo flaviense Idácio a *Portucale* na sua Crónica, escrita por alturas de 469, a propósito dos conflitos internos da monarquia sueva. Sendo aquela menção identificada, correntemente, com o moderno Porto, provoca certa estranheza a expressão explicativa do límico ao pormenorizar «*ad locum qui Portumcale appellatur*», como se o sítio fosse pouco conhecido ou de nova designação, o que levou recentemente J. ALARCÃO (2005b; 2019a), na linha de J. MATTOSO (1985), a uma desafiante análise acerca da margem do Douro na qual se terão desenrolado os episódios descritos por Idácio[48]. Todavia, podendo assim entender-se, nada no texto idaciano aponta claramente, em nosso entender, para a duplicidade de locais eventualmente sugerida pelos diferentes nomes de lugar[49].

Assim, podemos fazer remontar ao último quartel do século VI a primeira aproximação a este diálogo entre ambas as bordas durienses. Quando o compilador do *Parochiale Sueuum* registou no rol das igrejas sob jurisdição das diferentes sés os dois *portucales*, distinguiu o meridional, descrito como *antiquum*, de um *castro nouo* na ripa fronteira. Não discutiremos aqui o documento, mais adiante tratado como convém[50]; mas este é o primeiro registo histórico em que aqueles dois núcleos humanos são mencionados em articulação e em eventual diferenciação, pelo menos a temporal com que estão adjetivados[51]. Cerca de um milénio após a redação desta seca lista de lugares cultuais, um erudito monge de Cister, Fr. Bernardo de Brito, dizia ter tido acesso a uma edição das ditas atas de Lugo onde aos dois templos separados pelo Douro, pena mais circunstanciada teria acrescentado um segundo determinativo: *castrum antiquum romanorum* o gaiense, *castrum nouum sueuorum* o do morro setentrional[52]. *Si uera erat fama*, desconhecemos, mas o cisterciense agenciava já um luzido *topos* historiográfico alimentado por muitos.

Os documentos medievais mais antigos raramente definem as duas *cidades* com tanta clareza. Ou referem o núcleo urbano de forma um pouco indistinta, parecendo associar as duas margens numa mesma comunidade de interesses quotidianos; ou, naturalmente dão a primazia à *ciuitas* portucalense, pelo destaque religioso e político-militar com que se foi alcandorando como um dos berços na nacionalidade (BARROCA, 2012: 289; SILVA; REAL, no prelo). Não resta qualquer dúvida de que a singela expressão com que o velho *Chronicon Laurbanense* regista a presúria do Porto no ano de 868 – «*prenditus est Portugale*»[53] (PINTO,

[48] *Vd. infra*, ponto 5.1.4.

[49] Assim o entenderam, por exemplo, Alberto SAMPAIO (1923: 276-277) ou Torquato de Sousa SOARES (1938: 57).

[50] *Vd. infra*, ponto 5.1.5.

[51] Independentemente das interpretações que esta referência documental tem suscitado a gerações de estudiosos, a arqueologia deixa hoje claro que, à data, ambos os núcleos urbanos eram, desde há muito habitados, tendo até evoluído em relativa sincronia, como a seu tempo discutimos (v. ponto 5.3).

[52] *Vd. infra*, ponto 5.1.5.

[53] PMH, *Script*., I: 20. A referência à atual cidade do Porto como *Portugal* – sendo mais rara do que a aplicação daquele nome à margem sul, como adiante se verá – está testemunhada mesmo na chancelaria régia, onde em 1179 se mencionava o «*episcopatu Portugalis*» (DMP-DR, 334, cit. por FERNANDES, 2001: 327).

1968: 10; LIMA, 2011: 91) – se refere ao espaço urbano dividido, pelo menos, entre o morro da Penaventosa e o bairro ribeirinho de ascendência romana. Um século depois, em 997, Almançor, a caminho de Santiago de Compostela, reuniu as suas tropas em *Burtuqâl*, provavelmente, também, o moderno Porto; e avançando centúria e meia (1147), foi no terreiro da sé e do paço do bispo portuense – por ser escasso o templo para tanta soldadesca – que o prelado, D. Pedro Pitões, arengou aos cruzados em escala para ajudar Afonso Henriques na conquista de Lisboa.

São raras e pontuais estas janelas testemunhais para esse Porto arcaico; mas o que se passava então na margem sul? A documentação histórica praticamente emudeceu durante os séculos alto-medievais, mas a arqueologia vai desvendando paulatinamente algumas ruínas de inegável valor – como na Igreja do Bom Jesus de Gaia – e insuspeitada monumentalidade da basílica cemiterial parcialmente exumada na Quinta de Santo António (NASCIMENTO; DELGADO; SOUSA, 2004; NASCIMENTO; SOUSA, e.v.p.; NASCIMENTO *et al*., 2020), a par de vidros, das ânforas e das cerâmicas finas importadas que expressam padrões de consumo refinados ainda nos finais da tardo-antiguidade (GUIMARÃES; PINTO, 2000; GUIMARÃES, 2002; SILVA *et al*., 2017; RAMOS, J., 2020). Mais tarde, o que a história não registou ou a arqueologia ainda não revelou, haveriam de *contá-lo* os escritores eclesiásticos, como D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), bispo portucalense e arcebispo de Lisboa e Braga, que sustentava – porventura ecoando alguma tradição não necessariamente apenas literária – que São Basílio, ou Basileu, consagrado durante a estada do apóstolo São Tiago na Hispânia em 44, teria sido o primeiro prelado portuense, e assentaria em Gaia – local também do martírio de Santa Liberata (COSTA, 1983: 160; GUIMARÃES, 1995a: 105-106), a santa «barbuda» do século II, segundo o mito e os atributos com que passou à iconografia religiosa – o primitivo templo catedralício (CUNHA, 1623: 7-8, *passim*)[54].

O controverso documento, datado de 922[55], que descreve a visita ao mosteiro de Crestuma feita pelo rei da Galiza e Leão, Ordonho II, com o fim de fazer ao D. Gomado, que naquele cenóbio se acolhera no final da vida, e àquele cenóbio, generosa doação de propriedades e rendas, menciona, entre muitos outros bens localizados, em especial, na região duriense, a

[54] A esta tese não se reconhece, hoje, qualquer fundamento (SANTOS, 1881: 28-29; OLIVEIRA, 1940: 396; SILVA; REAL, no prelo; *vd., infra*, ponto 5.3.2), mas fez escola na geração de Rodrigo da Cunha e cronistas posteriores. Gonçalves Guimarães lançou, a este propósito, a sugestiva proposta interpretativa de que o eco de uma presença episcopal na margem sul possa ter origem em eventos de finais do século VI, quando se fizeram presentes ao 3º concílio de Toledo (589) dois «bispos de Portucale», um católico, Constâncio, e outro ariano, Argiovito (SILVA; REAL, no prelo, anexo), admitindo que este último pudesse, pelo menos temporariamente, ter estado sedeado na margem sul do rio (GUIMARÃES, 2018: 410; 2019: 21-22). Jorge de ALARCÃO (2019a: 11) aponta a igreja do Bom Jesus como templo primitivo gaiense o que parece coincidir com a tradição popular registada, em 1557, na documentação de um pleito entre os moradores de Gaia e o cabido portucalense a propósito de certas obras a fazer no templo, argumentando os populares que a «Igreja do Cruseficio [invocação que detinha à época] (…) era muito antiga das mais deste Reyno em tanto que della tomara o nome o Reyno Portugal por rezão da dita villa» [de Gaia] (CAMPO BELLO, 1984: 336). Não obstante, as dimensões do templo alto-medieval da Quinta de Santo António, ainda de desconhecida invocação, não deixam, a este propósito, de lançar questões da maior acutilância, aguardando-se com grande expectativa que os trabalhos arqueológicos sejam ali retomados).

[55] *DC*, p. 16 n.º 25 e *LP*, n.º 81. Desde há muito considerado como um diploma falso, supostamente contrafeito, nos começos do século XII, no marco das disputas territoriais entre as dioceses de Coimbra e do Porto (DAVID, 1947: 246-247; OLIVEIRA, 1956: 50), o documento é, porém, aceite por alguns investigadores (CARRIEDO TEJEDO, 1999: 379, n. 123) e foi recentemente também reabilitado por J. ALARCÃO (2019b: 37-38, n. 17), que o entende como o próprio testamento do bispo Gomado. Seja como for, as dúvidas em torno da data ou legitimidade do diploma não impedem que se atribua fiabilidade às referências toponímicas e territoriais nele expressas (SILVA; GUIMARÃES, 2011: 11-12).

«*uilla de portugal quomodo diuidit per suos términos antiquos quomodo diuidit cum illa uilla de mahamuti. et indem per montem a termino do colimbrianos usque in galia* [?]» (PMH, DC, n.º 25)[56],

referência que obrigatoriamente terá de situar-se, pelas confrontações, em Vila Nova de Gaia e que parece corresponder, grosso modo, à futura «Vila Nova a par de Gaia», como ainda surge em textos do século XVIII (COSTA, 1983: 153; GUIMARÃES, 1995a: 66) o núcleo urbano da concha ribeirinha. Ou seja, no século X – ou no séc. XII, a admitirmos datação alternativa para o documento – existia, indubitavelmente, uma *uilla de Portugal* ma margem sul, designação que podia mesmo ter um sentido coronímico mais amplo[57].

Desde então, a área ribeirinha a nascente do Castelo de Gaia (Fig. 5) foi designada em diversos documentos como «Portu Dorij» (em 1120) ou «portu de Gaya» (1251 e 1255), sendo a respetiva paroquial nomeada como «Sancta Marina de Portu» num rol de igrejas anterior a 1238 (OLIVEIRA, 1967: 233), como pode ver-se na seguinte Tabela 4.

Tabela 4
Designações documentais do núcleo urbano da margem esquerda do Douro (séculos X-XIII)

Data	Referência documental	Fonte
922 (?)	*portugal; uilla de portugal*	DC, I: 16, n.º 25
995	*strata (…) que discurrit de portugal*	DC, I, 1: 108, n.º 174
1116	*Sancta marina de portugal*	OLIVEIRA, 1967: 48
1118	*sstrada que currit de Portugal*	DISS, I: 244, n.º 36
1120	*Sancta marina de Portu Dorij*	CENS.: 4
1161	*Gaya*	DMP-DR, I: 277
1180	*portu*	DMP-DR, I: 491
1196	*Portum dorii*	DMP-DR, I: 148
Séc. XII	*Portus Gay*	ANAIS: 34
1251	*Burgo de portu de Gaya*	OLIVEIRA, 1964: 113
1255	*Burgo veteri de porto*	Foral de D. Afonso III (LC: 663)
1288	*Burgum vetus, burgo vetery de portu*	Foral de D. Dinis (CCOD, 1891, VI: 192-199)
1291	*Villa nova*	Fontes várias (MOREIRA, 1987: 105)

No foral concedido pelo rei Afonso III, em 1255, à «*Villa de Gaia*», é incluído no seu termo o «*Burgo veteri de Portu*», então terra reguenga; algumas décadas depois, em 1288, é este mesmo «*burgum vetus*» a receber foral, outorgado por D. Dinis e D. Isabel, que lhe impõem o título de «*Villa Nova de Rey*». Como sintetiza Gonçalves Guimarães, «à medida que *Portugal* designou cada vez mais uma *terra*, um *território*, uma *província*, um *condado* e depois um *reino*, vai desaparecendo da margem esquerda para ali dar lugar ao topónimo Porto» (GUIMARÃES, 1995a: 64, glosando PINTO, 1965: 81). Numa segunda fase, com a generalização da aplicação do topónimo *Porto* à cidade da margem direita e o aumento de importância política e regional desta urbe, erradica-se o designativo *Porto* na margem oposta – que permanece ainda como memória no foral concedido por D. Afonso III (1255), como

[56] A dúvida na leitura, ou desdobramento, de «*galia*» (no original *gal*) é do transcritor do documento.

[57] O substantivo «portugal» constitui, nesta referência, óbvia indicação toponímica, não de posse. Por outro lado, no final da parte anterior do mesmo documento n.º 25 dos DC (que na prática são dois textos distintos que foram agregados), pode ler-se «*de Portugal dedit aliam ecclesiam in lagona de auuil [?] uocabulo sancta cruce (…) prope littore maris*»; ou seja, na mesma região de Portugal foi doada ao mosteiro de Crestuma a igreja de Santa Cruz, junto à lagoa de Ovil, nas imediações da moderna cidade costeira de Espinho. O mesmo pode confirmar-se em várias menções viárias no entre Douro e Vouga, como por exemplo a «strata ueredaria que discurrit de portugal», no ano de 995 (DC, I, 1: 108, n.º 174); ou a «sstrada que currit de Portugal», em 1118 (DISS, I: 244, n.º 36), parecendo, assim, esta área de «Portugal» constituir o limite norte da «Terra» de Santa Maria, estabelecida na transição do século IX para o século X (cfr. MOREIRA, 1987: 105; LOPES, 1994; MATTOSO, 1993).

vimos vulgarizando-se entretanto os apelativos Villa Nova de Rey (1288), por pouco tempo, e, sobretudo *Vila nova* (1291), generalizada após os finais do século XIII[58]. No muito posterior foral de D. Manuel (1518), que une as duas povoações, esta designação de *Vila Nova*, distinta da tradicional Vila de Gaia (Castelo) encontrava-se já perfeitamente estabilizada[59].

Não parece totalmente explícita na documentação a designação da cidade portuense, embora a designação simples de *Porto* estivesse, provavelmente, a afirmar-se por esses tempos. Todavia, na «carta de doaçom que a Raynha Dona Tareyja fez da cidade do Porto ao bispo desse logar», no ano de 1120, o núcleo urbano é referido apenas como «*toto illo Burgo*» (*CCOD*, 17); e três anos depois, o bispo D. Hugo, por sua vez, concede carta de foro aos «*…homjnibus in portugalense Burgo habitantibus vel qui habitandum venerit*» (*Idem*, 19). Esta carta de foral, de 1123, terá sido dada, segundo interpretação que vários autores modernos têm feito do mesmo diploma, ao «Burgo portugalense, que parece identificar com a própria "villa", (…) um pequeno centro, cercado de muralhas e ainda não ocupado totalmente por casas de habitação» (OLIVEIRA, 1959: 40), expressão de modéstia urbana, se assim pode dizer-se, acolhida geralmente por outros historiadores (SOUSA, 1994: 127-129; COELHO, 2017: 334-335) e até documentos coevos[60], mas que suscita alguma reflexão acerca do destino das construções e atividades do *uicus* romano ribeirinho, que não julgamos defensável que estivesse totalmente abandonado naqueles tempos medievos.

2.2.1. Da Baixa Idade Média ao Renascimento

A renovação da historiografia portuguesa no século XV, com Fernão Lopes (c. 1380/90-1459), traz ao protagonismo da narrativa as comunidades cívicas (o «povo») e a ideia de desígnio nacional (GIL, 2015: 4.1), mas só a partir do século XVI, centúria de particular afirmação de Portugal no mundo, as origens mais remotas da pátria portuguesa mereceram a atenção dos eruditos. Não sendo razoável o recenseamento exaustivo ou a compilação das múltiplas narrativas dos numerosos os autores que às origens étnicas ou históricas do Porto e sua região dedicaram algumas linhas, impõe-se pelo menos, como mero ensaio de genealogia conceptual, destacar a posição dos mais destacados pela historiografia subsequente.

Vejamos como o tema é abordado em algumas das primeiras crónicas portuguesas, nomeadamente a *Crónica Geral de Espanha*, de 1344 e a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, redigida em 1505. A *Crónica Geral de Espanha*, considerada por muitos autores como a primeira composição cronística portuguesa de largo fôlego (CINTRA, 2009: XVIII)[61], cuja autoria é comumente atribuída a Pedro Afonso, conde de Barcelos, parece corresponder a uma versão, adaptada, da *Primera Crónica General de España,* mandada compilar pelo rei Afonso X, que igualmente participou na redação, entre 1260 e 1274. Referindo-se ao Porto e à origem do nome «Portugal», a crónica de 1344, esclarece que

> «E, por esto, os pescadores de Galliza e das outras partes d'arredor ĕtravam per o Doiro em suas barcas e viinhã a Gaya vender o seu pescado. E despois passavansse

[58] Cfr. GUIMARÃES; AFONSO e PRATA (1983: 43-56) e Gonçalves GUIMARÃES (1995a: 63-71: Elenco documental sistemático em D. A. MOREIRA (1987: 105-106).

[59] Gaia e Vila Nova pertenciam, desde 1384, ao termo do Porto, e só em 1834 o concelho foi unido e restaurado, com configuração próxima da atual (GUIMARÃES, 1995a: 73-80).

[60] Como é o caso da carta do cruzado Randulfo, ou Raúl, que participou na conquista de Lisboa em 1147 (*CONQUISTA*, 2018: 63).

[61] Na verdade, a designada *IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra*, que remontará à segunda metade do século XIII, é bastante mais antiga (MOREIRA; PAOLINELLI, 2018), mas também muito curta, em comparação com a de 1344, e em nada interessa ao tema que aqui tratamos.

> da outra parte, por que era bõo logar e de boa area pera estender as redes e folgar. E por esto poserom nome, aaquelle logar em que assi aportava, Porto. E, despois per tempo, foy ally pobrada hũa villa e chamaronlhe o Porto.» (CINTRA, 2009: IV, 5).

Tratando do mesmo assunto, a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (1505), inspirou-se claramente na anterior, explicitando que

> «ha causa porque a terra se chamou Portugual, foy que antiguamente sobre o Douro foy povoado ho castello de Guaya, e por aportarem ahi mercadores, e navios, e assi pescadores pelo Rio dentro ancorarem, e estenderem suas redes da outra parte para isso mais conveniente, se povoou outro luguar, que se chamou o Porto, que ora hee Cidade muy principal, donde ajuntando estes dous nomes foy chamado Portugual» (GALVÃO, 1726: 3).

Pelos meados do mesmo século XVI, também João de Barros, na sua *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* – obra de que se conhecem vários manuscritos, os mais completos, com algumas variações, datados de 1548 e 1549 e recentemente objeto de edição crítica (BARROS, 2019)[62] – alude à antiguidade do Porto:

> «Não achei qual fosse o fundador desta cidade, mas parece que he muito antiga e do tempo dos Romanos (…) que também eu vi algumas pedras nesta cidade que tem estas letras, IVLIVS.» (BARROS, 2019 [1548]: 285)[63];

e refere-se, no mesmo ponto, ao arrabalde de Vila Nova – então administrativamente integrado no termo do Porto – mencionando a proximidade do Castelo de Gaia

> «em hum lugar alto, e mui aprazivel (…). Este castello he derribado que a cidade derribou estando nelle hum alcaide que fazia agravos na terra[64]. He tão antigo que dizem que o fundou Caio Julio Cesar e dahi tomou o nome, e alli estavão algumas pedras com o nome Caio Cesar» (BARROS, 2019 [1548]: 284).

O manuscrito de Lisboa da mesma obra de João de Barros dedica maior atenção à fundação da cidade do Porto, comentando a opinião dos diversos estudiosos sobre o assunto:

> «he esta cidade [Porto] das principais deste reino (…). He muito antiga e fundada muito antes da tomada de Espanha e antes da vinda de Nosso Senhor Jhesus Christo quasi trezentos anos, e diz Florião do Campo que os Guallos [*sic*] Seltas tendo ocupada Lusitania passarão o rio Douro e pera conquistar a gente deste provincia fizeram esta cidade, a que chamarão Porto Gallo, por ser bom porto des que a elle estão acolhidos da barra pera dentro e por eles se chamarem Gallos. Mas Plinio e Ptolomeo já fazem menção aver nesta terra outro lugar doutro nome, e porem este se veo a corromper e chamão somente a cidade do Porto donde o reino tomou nome e corruptamente lhe chamamos Portugal[65]. Outros dizem que tomou

[62] O manuscrito já publicado anteriormente (BARROS, 1919), pertence à Biblioteca Municipal do Porto e data de 1548; o de 1549, conservado na Biblioteca Nacional, em Lisboa, tem por título *Libro das Antiguidades e Cousas Notaveis de Antre Douro e Minho e de Outras Muitas de España e Portugal* (BARROS, 2019).

[63] *Vd*. *infra*, pontos 4.7. e 5.3.1, onde tratamos o assunto com maior detalhe, designadamente no campo epigráfico.

[64] Refere-se à destruição do castelo, pelos moradores do Porto, em 1384, no contexto da crise dinástica e guerra do interregno de 1383-1385.

[65] Como nota A. M. TARRÍO (2010), João de Barros, ao localizar no Porto as raízes da nacionalidade, defendendo a primazia do norte e da própria Galiza na construção do espaço português, representa a corrente historiográfica que se opõe ao

> este nome desta cidade e do castello de Gaia que esta defronte, o qual não duvido ser edificado pelos mesmos Gallos, Seltas e por isso lhe chamarem Gaia ou Gallo e se corrompera o vocábulo como muitos outros. E o *Itinerario* de Antonino paresse que lhe chama Calem, que não discrepa disto muitos outros dizem que este castello de Gaia foi edificado Por Caio Julio Caesar primeiro emperador. E me dicerão que avia alli letras em pedras que se dali levarão.» (BARROS, 2019 [1548]: 141-142).

Por fim, e para encerrar o ciclo quinhentista, haverá que visitar o primeiro gramático português, Fernão ou Fernando de Oliveira (1507-c.1585), que foi também o pioneiro autor de uma *História de Portugal*, assim chamada e redigida entre 1581 e 1585, após um primeiro ensaio de 1578-1579 que designou como *Livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal*. Nestas obras, Oliveira mitifica as origens portuguesas, defendendo a primazia do seu povoamento – que fez remontar a Tubal, um neto de Noé, seguindo as cronologias bíblicas adotadas à época – no âmbito peninsular; neste contexto, e num quadro histórico marcado pela união dinástica com Castela, o humanista manifestou um intenso espírito anti-castelhano, afinal uma das faces mais notórias de um *constructo* historiográfico de afirmação nacionalista, aliás com paralelos noutros estados europeus da época (FRANCO, 2000; TRINDADE; CARITA, 2017).

Elencando, no capítulo segundo da sua *História,* as principais cidades de povoamento antigo, Oliveira refere-se a Gaia e ao Porto declarando que

> «do castelo de Gaia não achei escritura que me desse inteira fé da sua antiguidade, sendo só a fama vulgar, que diz que vieram ali aportar gentes da Gália, as quais fundaram aquele castelo e puseram-lhe nome Gália (…) e depois (…) se corrompeu este nome, e de Gália se chama agora Gaia» (OLIVEIRA, 2017 [1581-1585]: 172),

tradição que diz em parte abonada pela Crónica de D. Afonso e discordando da opinião, que diz não fundamentada, de João de Barros, que atribuíra a origem toponímica de Gaia à sua fundação por uma personalidade romana de nome Gaio (*idem, ibid*.). Sublinha, de seguida, a maior antiguidade de Gaia em relação à cidade do Porto «porquanto ela se chama o porto de Gaia. Assim lhe chama el-rei D. Afonso. E pois é seu porto, fica ele sendo o principal e o primeiro». (*ibid*.). Em favor da prioridade e maior importância gaiense cita ainda o nobiliário de D. Pedro, evocando que em tempo do rei D. Ramiro «o castelo de Gaia era de grandes edifícios e nobres paços, e o Porto não era cercado» e ainda em tempo do mesmo D. Pedro «não era a vila do Porto murada, senão em poucos lugares de mau muro» (*Id*.: 172-3)[66].

Já quase ao dobrar do século, Pedro Mariz (1550-1615), bibliotecário da Universidade de Coimbra, edita a obra *Diálogos de Vária História* (impressões em 1594 e 1598), na qual, descrevendo as armas das diversas cidades portuguesas, explica as portuenses, citando João de Barros, dizendo que o Porto é

> «obra (segundo alguns dizem) de Caio Cesar, polo castello antigo que nella está chamado Gaya: tem por armas duas torres, & no meio (…) huma imagem de nossa Senhora com o minino Iesu no colo» (MARIZ, 1594: 19).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

círculo humanista de André de Resende, centrado em Évora, que reivindicava para essa cidade e para os Lusitanos – mitificados como antigos «portugueses» - as origens da gesta nacional. Todavia, a obra mais referencial de Resende a este propósito – *De Antiquitatibus Lusitaniae* – redigida entre 1569 e 1573, só seria dada à estampa em 1593.

[66] No reinado de D. Pedro, com efeito, a cerca gótica do Porto estava ainda em construção, obra que terá mediado entre 1348-1376, segundo a proposta mais recente (BARROCA, 2000: 1683-90).

O empreendimento histórico-literário mais marcante deste período, e dos séculos subsequentes, foi, porém a *Monarchia Lusytana*, iniciada pelo monge cisterciense Fr. Bernardo de Brito, em 1597 e continuada por outros autores, ao longo de oito volumes, até ao primeiro terço do século XVIII. A obra está organizada por reinados, sendo apenas as duas primeiras partes – desde a criação do mundo ao conde D. Henrique (1597 e 1609) – da pena de Brito. Fundada na cronologia bíblica então em uso (a criação do mundo em 3962 a.C. e o Dilúvio em 2306 a.C.), a *Monarchia* inicia-se a crónica peninsular com a vinda à Ibéria de Túbal, neto de Noé, «primeyro Pay & author da gente Portuguesa» (BRITO, 1597: 10v.), a que se seguem numerosos reis míticos (Ibero, Brigo, Tago, Beto, etc.) e a narração de lendas com a finalidade de engrandecer o reino, sempre designado, na esteira de Resende, como Lusitânia (FERNANDES, 2007; MAYER, 2009)[67]. Não obstante, após os reinados míticos, Bernardo de Brito, estriba-se recorrentemente na *Cronica* de Espanha, de Florián de Ocampo, e em diversos autores greco-latinos (BRITO, 1597). No âmbito destas narrativas lendárias, Brito, a certo passo, descreve a fundação de *Tyde* (Tui) pelo rei grego Diomedes, acrescentando que o grupo de gregos que com ele veio à península se estabeleceu na margem esquerda do Douro, sendo mais tarde designados *Gravios* (cita Pomponio Melo, a propósito dos Grovios), de onde viriam os nomes *porto Grayo, Gaya*, etc (BRITO, 1597: 67-68). Concluímos estes elementos, que aqui resumimos apenas para contextualizar o autor – aliás desde há muito banido da historiografia séria portuguesa[68] – com uma nota em que o testemunho de Brito, sem ser por isso mais credível, teve alguma influência em autores posteriores. Referimo-nos ao ponto no qual, aludindo ao *Parochiale* suevo, Bernardo de Brito menciona a versão de um «volume antigo» que existiria então no cartório do mosteiro de Alcobaça, de onde traduz a indicação de que «a Igreja Cathedral do Porto (…) está edificada no Castello novo dos Suevos», enquanto a igreja de «Portugal», localizada no «Castelo antigo dos Romanos», estava sujeita à sé conimbricense (BRITO, 1609: 194b-195)[69], devendo notar-se que esta adjetivação de ambos os «*Portucale*», *castrum antiquum* e *castro nouo,* como surge em todas as outras versões do *Parochiale* teve largo impacte historiográfico, como noutro ponto discutimos[70]. Ao «*castro novo*» da margem norte acrescenta ainda Brito a informação, colhida na polémica «*Divisio Wamba*», um diploma medievo de duvidosa credibilidade, de que seria designado, ao tempo do reino suevo, como «*Festabole*», com o significado, na língua daquele povo, de «Praia Nova»[71] (BRITO, 1609: 196b), pormenor que viria a ser reproduzido por muitos autores (FLOREZ, 1749: 248-250).

---

[67] A assimilação da *Lusitânia* a Portugal e dos lusitanos aos portugueses ocorre, pela primeira vez, em um discurso de D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, em Roma, a 31 de Agosto de 1481, sendo depois um *topos* literário-historiográfico glosado por muitos humanistas, com destaque para André de Resende (cfr. Américo da Costa Ramalho – *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, 1985, cit. por FERNANDES, 2007: 1, n. 3).

[68] Em especial, a partir dos trabalhos de Alexandre Herculano, no século XIX, momento efetivamente fundador da historiografia científica portuguesa. Segundo José Eduardo Franco, a obra de Frei Bernardo de Brito, «paradigma por excelência da corrente historiográfica apologético-autonomista» (por ter sido produzida durante o período da união ibérica), enfatiza a tal ponto a lenda e os mitos, que constitui «uma verdadeira história maravilhosa de Portugal (FRANCO, 2000: 125-126).

[69] Infelizmente, tal exemplar bibliográfico desapareceu – porventura no contexto do abandono e saque do mosteiro após a revolução liberal do século XIX – e a «má fama» de Brito como historiador, associada à singularidade da sua versão do *Parochiale*, tornam pouco credíveis as suas «interpretações», mais uma vez justificativas da prioridade cronológica de Gaia sobre o Porto.

[70] P. David reconstituiu, hipoteticamente, o texto consultado por Bernardo de Brito como *«in castro nouo sueuorum»* e *«Portucale castrum antiquum Romanorum»* (DAVID, 1947: 34, 37). *Vd*. ponto 5.1.5.

[71] Ou «porto chão», segundo outras versões (LEAL, 1875: 242).

Corolário natural destas correntes intelectuais, também Luís de Camões, nos *Lusíadas* (1572), não deixou de evocar o papel do Porto na origem de Portugal, apenas no plano linguístico, suficiente para o poema épico, mas que reflete certamente uma tradição erudita que entretanto se convertera, quiçá, em *vox populi*: «lá na leal cidade donde teve/ origem (como é fama) o nome eterno/ de Portugal…» (CAMÕES, 1572: canto VI, 52).

Em ponto de ordem intercalar – e não importando particularmente ao nosso tema as confusões toponímicas ou a ingenuidade das reconstruções etimológicas do nome «*Portugal*» – este conjunto de fontes tardo-medievais e renascentistas coincidem em dois aspetos: o reconhecimento da grande antiguidade da fundação da cidade do Porto e o reflexo de uma expressiva *tradição* sobre a prioridade da margem esquerda, o Castelo de Gaia e a zona ribeirinha adjacente, na ocupação do sítio, se bem que, a certa altura, o peso do núcleo fronteiro fosse determinante, certamente por razões políticas. Não obstante, as fontes manejadas por estas crónicas e obras afins, são essencialmente peninsulares (com predomínio para a *Crónica de Espanha* do zamorano Florián de Ocampo) e apenas João de Barros demonstra, entre os exemplos citados, a utilização mais apropriada de autores greco-latinos[72].

2.2.2. *Cronicões* dos tempos modernos

Os séculos XVII e XVIII trazem-nos mais um conjunto de obras referenciais para a história e antiguidade das povoações da foz do Douro. Duarte Nunes de Leão (c.1530 – 1608), na sua *Descripção do Reino de Portugal*, publicado em 1610, tratando do nome de «Portugal», reproduz, primeiro, as teses de Resende sobre a Lusitânia (MAYER, 2009), que diz ser corrente entre os geógrafos e historiadores «se derivar de Luso, companheiro de Bacho, a que por outro nome chamão Lysia de que também a dita provincia se dizia Lysitania» (LEÃO, 1610: 11), para então, entrando no novo nome, referir-se ao

> «lugar antiquíssimo que o Emperador Antonino em seu itenerario chama cale, & agora se chama Gaia. O qual por ser lugar firmado em alto, & que tinha trabalhosa serventia para os moradores que erão os mais deles pescadores, começarão apovoalo na parte baxa perto á ribeira do rio. E assi foi crescendo, & se chamou Porto de Cale, & depois Porto Cale, & per tempo Portugal mudando o C. em G. (…). Este lugar por a vizinhança do rio & commodidade do lugar veo a fazer grande Povo, & teer nome de cidade, & igreja Cathedral cujos Bispos em tempo de Christãos antes da perdição de Hespanha, nos concílios antigos se chamavam Bispos Portacalenses [*sic*] (…). Este nome de Portugal se estendeo despois a Braga, & a sua terra que os Geographos chamavam Braccaros povos de Galliza (…)» (LEÃO, 1610: 11-12).

Não se entende com clareza, nesta descrição nem em outros pontos da obra, de que forma percebia Nunes de Leão a passagem do nome «Porto Cale» para a margem direita do rio Douro.

O bispo D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) fez sair dos prelos em 1623 o seu conhecido *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*, episcopológio acompanhado de diversas notas históricas, sendo o capítulo primeiro da obra dedicado, precisamente, à «origem e fundação da cidade do Porto». D. Rodrigo começa por reconhecer uma dificuldade e logo, em sua opinião, um dado cabalmente averiguado:

[72] Outros humanistas recorreram aos autores da antiguidade clássica com maior profundidade, em especial André de Resende, mas este escritor, nas suas *Antiguidades da Lusitânia,* apenas marginalmente, e sem considerações especiais, trata a região portuense.

> «He certo darem à cidade do Porto, os autores, tantas fundações quantas ethimologias puderam fazer dos nomes que primeiro teve: & pera que deles falemos com distinção, somos como cousa averiguada, que o primeiro assento desta cidade, esteve dalém Douro, em sitio pouco diferente do que hoje ocupa Gaya, & com os mesmos nomes que o tempo lhe foi dando: & assi o que dissermos della, & de seos princípios, avemos por dito dos do Porto.» (CUNHA, 1623: 1-2).

Passa depois, citando vários autores, a elencar diversas propostas, naturalmente míticas, que identificam os «fundadores» de Gaia, desde «Gatello Cecropis, filho de Neolo, quarto rey dos Gregos» (de onde derivaria *Portus Gatelli* > *Portugal* e *Gaya*); passando por outros gregos, que teriam fundado Tuy, para concluir, tornando a Gaia, que

> «o que nos parece mais provável da sua fundação he, que o seu primeiro, & mães antigo nome foi *Cale*, porque de nenhum outro lugar de importância fas mençam na paragem, que ella hoje está, o Itinerario do Emperador Antonino (…): quem fosse o seu fundador [de Gaia] só adivinhando se pode dizer, de crer he seriam Romanos, porque a palavra Cale, de Italia parece trazida, & comum a outras muitas cidades, de que aponta três Servio ao verso de Virgilio *Quiquem Cales linquunt & etc*. (…)» (CUNHA, 1623: 6-7).

para depois, estribando-se em Duarte Nunes de LEÃO (1610)[73], afirmar que a designação *Cale* seria, posteriormente, substituída pela de *Portucale* (*Idem, ibidem*).

Já em finais deste século (c. 1690-1691), o beneditino portuense Manuel Pereira de Novaes, que foi reitor de San Martinho Pinário, em Santiago de Compostela, deu à luz em língua castelhana densíssima obra, em quatro volumes[74], a que deu o título, pouco menos extenso, de *Anacrisis historial del origen y fundación y antiguidade de la mui noble y sempre leal ciudad de O Porto*. O manuscrito permaneceu inédito vários séculos e só seria publicado nos começos de Novecentos, por iniciativa da Biblioteca Municipal do Porto (NOVAIS, 1912, 1913, 1914, 1915). Como é timbre da literatura historiográfica da época, a *Anacrisis* – arrasada, aquando da sua publicação, em recensão crítica do hispanista francês Georges CIROT (1918) – detém-se em numerosos detalhes de gongórica erudição, sendo todo o primeiro volume dedicado, quase na íntegra, a uma discussão sisuda, com argumentos e contra-argumentos, sobre os fundadores míticos da cidade, não se eximindo Novaes a dar a sua opinião, respaldada em numerosas «autoridades»; mas, todavia, sem distinção entre os historiadores e os poetas e, em ambos, entre os autores credíveis e aqueles totalmente fantasiosos (CIROT, 1918: 196). Salvam-se, enfim, entre este exemplo «*de cette indigeste et absurde littérature*» (*Idem, ibid*.), uma descrição topográfica do Porto no século XVII, no tomo 2 e, nos seguintes, algumas interessantes observações geográficas sobre o Entre-Douro-e-Minho.

Não obstante, interessando-nos aqui a genealogia das ideias e conceções históricas (ainda que, na prática, pouco «históricas» as mais das vezes) sobre as origens e toponímia do Porto, em sentido lato, importa prestar alguma atenção a Novais, quanto mais não fosse, pela circunstância de ter sido abundantemente citado por autores subsequentes[75] e dele se encontrar eco, ainda, em estudiosos modernos, como oportunamente observou Luís de PINA (1965). Tratando das origens do nome «*Porto*», Pereira de Novais, atribui-o aos romanos e diz que teria o mesmo sentido que «*Cale*», cujo significado, em grego, seria de «*bondade,*

[73] *Vd. supra*.

[74] Seguidos de uma segunda parte, também em quatro tomos, do *Episcopológio*.

[75] O que atesta, certamente, a circulação de manuscritos da sua obra.

bellesa y perfeccion», e também «*cassa y templo, y puerto, y habitación*», sendo que «Portocale» mais não faria que reforçar aqueles significados nas duas línguas (NOVAIS, 1912: 81). Noutra passagem, o beneditino discorda frontalmente da tese, que atribui a Fernão Lopes mas, como vimos acima, está já na Crónica de 1344, de que o núcleo habitado primitivo fosse o de Gaia e que o «Porto», por sua vez, tivesse tido origem em «*unas pobres choças y barracas de Pescadores*» da margem fronteira, os quais viriam estender as suas redes nos areais da margem direita, assim dando origem à povoação (*Idem*, 26).

Na verdade, defende Novais, Gaia nunca se chamou *Cale*, que ficava situada no Porto «*en el mesmo lugar donde oy está la Iglesia Mayor y el Palacio Episcopalis*»[76] (*Idem*, 30-31, 33, *passim*), afirmando igualmente que «*de la ciudad de Cale (...) y del desembarcadero de su Puerto, en esta mesma parte se dixo y derivò el nombre de Portugal*», não tendo Gaia nada a ver com o caso (*Idem*, 73). Contexta ainda o beneditino, com referência aos informes da *Diuisio Theodemiri*, que tivessem existido duas localidades com o nome de *Portucale*, sendo restritas à margem norte tanto a designação *Cale*, como as de *Caledunum* e *Porto Calensis* (*Idem*, 58, 71, 78, *passim*); o «*Portucale castrum antiquum*» das supostas atas do concílio de Lugo constituiria tão só, na ótica de Novaes, o «*castillo antogo de Portucale, Porque era su defesa y de su jurisidición, de aquella parte, y no que fuesse Ciudad*», argumento que reforça com a descrição de umas supostas armas antigas da cidade do Porto, que seriam constituídas por dois castelos (Porto e Gaia) com um rio (o Douro) de permeio (*Idem*, 79)[77].

Nos começos do século XVIII merecem também nota as respeitadas *Memorias para a historia ecclesiástica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas* (1732), do clérigo teatino Jerónimo Contador de Argote. Pretendo, conforme o título, esclarecer, essencialmente, a história eclesiástica daquele arcebispado, Contador de Argote utilizou praticamente todas as obras da, ainda incipiente, historiografia nacional, manuscritos daqueles que se não achou edição impressa (como a *Anacrisis Historial*) e larga cópia de autores greco-latinos, recorrendo ainda a numerosos monumentos epigráficos, inquéritos e a consultas a diversos eruditos, do que resultou trabalho entre os mais sólidos da sua época.

Após a descrição dos aspetos geográficos da região, entra Argote a dissertar sobre a etnologia e povos antigos de todo o noroeste ibérico, chegando por fim à foz do Douro. À semelhança de João de Barros, que cita, situa Cale em Gaia, que diz habitada pelos «*callenses*», cidade mais antiga, ou pelo menos contemporânea, da fronteira Portucale (ARGOTE, 1732: 171). Discorda também dos «muitos e intoleraveis erros» do erudito humanista Isaac Vossius, quer no que respeita à sua emenda da anotação de Sérvio ao texto de Salústio[78], quer pelo facto do erudito dos países baixos situar *Cale* na cidade do Porto. Entre considerações de apreciável clarividência[79] e outras opiniões menos fundamentadas – em razão da diversidade de fontes e autores que utiliza, nem sempre com equilíbrio – Contador de Argote discorre, noutra passagem, sobre as cidades da diocese e da «Galiza Romana», entre as quais, Portucale.

Começa por afirmar, este propósito, que Portucale «era huma Cidade, ou Castello, colocado onde hoje vemos a Cidade do Porto», rebatendo depois as teses fundacionais de vários autores, como as que apontavam a sua origem nos «Gallos Celtas» (Florián del Ocampo), nos Romanos (João de Barros), nos Suevos (Bernardo de Brito), voltando a zurzir

[76] Cuja «*fundación y Principio fuè del argonauta Callaïs que alli fundó*», acrescenta Novais, para asseverar maior autoridade à sua crença (*Idem, ibid*.).

[77] Armas das quais que não se conhecem outras notícias.

[78] Comentando a *Eneida*, recorde-se, o gramático do século IV Sérvio Honorato mencionou que o poeta Salústio (séc. I) se teria referido a uma cidade de *Cale*, conquistada por Perpena no âmbito das guerras sertorianas, e situada na Gália, o que Isaac Vossius (1616-1689) entendeu ser gralha, emendando *Gallia* por *Gallaecia.* Veja-se*, infra*, o ponto 5.1.2.3 e seguintes, onde este assunto é discutido com o merecido detalhe.

[79] Merece destaque, a este propósito, o extenso capítulo que dedica à discussão dos conceitos de *ciuitas/polis*, entendendo no termo as aceções de sítio (cidade), população (*ciues*) e o próprio território (ARGOTE, 1732: 199-214). Registem-se ainda, as interessantes ilustrações incluídas na obra – costume pouco comum na literatura congénere nacional, onde se contam, por exemplo, diversos desenhos sobre o santuário de Panóias, ao qual Argote, aliás, dedica aprofundado estudo.

Vóssio e não se ocupando, sequer das explicações mais fantasistas, como a dos Argonautas «ou outras semelhantes fabulas» popularizadas por «certo moderno na sua Anacrisis Historial» (ARGOTE, 1732: 360-362). Adverte depois, com clareza, que as primeiras fontes históricas sob Portucale são a Crónica de Idácio e o *Parochiale* suevo – também designado como a *Diuisio Theodemiri* ou as supostas atas do Concílio de Lugo de 569 – distinguindo este o «castro novo» como sede episcopal e o «antigo» como mera «parochia» da diocese coimbrã (*Idem*, 362-363). Conclui, por fim,

> «que a Povoação de Portucale nasceo das visinhanças, que tinha com o Castello, ou cidade de Calle, hoje Gaya, que lhe ficava fronteira, a qual Cidade de Calle, a meu ver, foy edificada por Julio Cesar, ou outro Capitão Romano mais antigo, para dalli infestar a provincia da Galliza, e reprimir as correrias, que os Bracaros, e Gallegos podião vir fazer na parte da Lusitania, que dominavam os Romanos.» (*Idem*, 365).

Do *Catalogo* de Rodrigo da Cunha surgiu em 1742 nova edição, acrescentada pelo académico António Cerqueira Pinto, que faz anteceder a obra original de um extensíssimo proémio de 64 páginas, em corpo tipográfico menor, demonstrando a sua discordância quer com as teses de Rodrigo da Cunha, quer com as propostas de numerosos autores sobre a origem e fundação da cidade do Porto. O propósito de Cerqueira Pinto anuncia-se logo à cabeça, pois o autor justifica as suas «dissertaçoens muy largas» com a intenção de que «fique claramente conhecida a muita antiguidade da Cidade do Porto, e ser huma das primeiras em que nas Hespanhas foi promulgada a ley da Graça» (PINTO, 1742: § 1). Para tal, começa por indicar «três essensialissimos pontos», o primeiro, que

> «a Cidade do Porto tem sido, em todos os tempos a de que menos escreveraõ antigos, e modernos Escritores, havendo tanto que ponderar, e dizer della, por haver sido, desde muitos seculos antes do nascimento de Christo, huma das principaes, e famosas de Hespanha, e emporio tal, que chegou a dar nome ao sempre esclarecido Reyno de Portugal» (PINTO, 1742: § 2);

o segundo, «que a Cidade do Porto, com o seu primitivo nome de *Calle*, nunca foi situada no lugar de Gaya», mas sim do lado fronteiro, na eminência onde se acha a Catedral; e por fim, salientava ainda, como ponto prévio e «ponto mais revelante a desfazer a confusaõ», a necessidade de esclarecer bem as divisões administrativas romanas nos séculos antes da nossa era (PINTO, 1742: § 3 e 4).

Detalhando este último aspeto, Cerqueira Pinto esforça-se por demonstrar que, estando a península ibérica dividida em apenas duas províncias administrativas até ao Principado e à nova repartição territorial de Augusto, toda a fachada ocidental, incluindo *Cale*, ainda que se denominasse «Hespanha Ulterior, tudo era Lusitania» (*Idem*, § 5-8), preocupação, aparentemente, justificada com a necessidade de compatibilizar a localização da cidade do Porto (*Cale*) com o mito fundador de André de Resende (MAYER, 2009), que tinha a Lusitânia como espaço paradigmático. Rebate, mais adiante, as diferentes teses fantasiosas sobre a fundação do Porto por heróis ou populações míticas, mas sobretudo para sublinhar a sua própria «tese» sobre as origens da cidade, a que o leitor só acede na sua plenitude após de, a custo, enfrentar quase cento e cinquenta parágrafos: após Elysa, neto de Noé, ter fundado a cidade de Lisboa e ter dado origem aos Lusitanos, foi o Porto, por sua vez, fundado pelo próprio Noé, sendo o nome de Cale originário das galés nas quais chegara ao Douro (Idem, § 147-149, *passim*).

Em 1788, o padre Agostinho Rebelo da Costa dá a lume a primeira edição da sua *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, trabalho precioso para a historiografia urbana e de bom uso ainda em nossos tempos, em especial pelas informações muito específicas sobre a geografia, administração, edifícios e instituições do Porto da época, além de numerosos apontamentos históricos e interessantes ilustrações gráficas. O capítulo primeiro, que ora nos interessa, é dedicado, como não podia deixar de ser, à origem e antiguidade da cidade, elencando Rebelo da Costa não menos de oito «opiniões» de historiadores e antiquários, que naturalmente desacredita com várias «inverosimilidades». Desdobram-se, assim, as mais díspares propostas fundacionais, desde aquelas em que gregos são os protagonistas, como os provenientes da Trácia que, subindo o Douro teriam estabelecido *Lavra*, de onde se originaria *Portucal*e; Gatelo, filho de Neólio, rei de Atenas (*Porto Gatelo*); Diómedes, rei da Etólia, que teria fundado *Graia*, de onde proviriam os *graios*; Menelau, esposo de Helena, ou ainda Calais, um dos argonautas (COSTA, 1789: 1-6). Descrê também o autor das teses da origem galo-celta ou mesmo da fundação romana da cidade, propugnada por Barros e Mariz, concluindo a sua crítica inicial com a evocação da ascendência a Noé da cidade portuense, sugerida, por Cerqueira Pinto, poupando os leitores ao incómodo de a contradizer, por redundante e desnecessário. Com lucidez, Rebelo da Costa conclui não poder adotar nenhuma daquelas «opiniões», fundadas «em simples conjeturas, (…) sucessos fabulosos (…) ou em contradições manifestas», expressando, desde logo, a sua própria tese acerca da fundação da cidade do Porto pelos suevos (*Idem, ibid*.).

Em abono da sua proposta, Costa aduz o completo silêncio das fontes clássicas, durante praticamente todo o Império, sobre a urbe de Portucale, de que, igualmente, apenas se conhece bispo muito tardiamente (Constâncio, em 595, segundo o mesmo autor); por outro lado, estranha que, à data da redação do Itinerário de Antonino, apenas se mencionasse Cale, que assume assente em Gaia e de fundação mais antiga[80], e não Portucale, que à data não existiria (*Idem*, 6-12). Deste modo, enquadra o estabelecimento de Portucale – o «*castro nouo*» do *Parochiale* – no contexto das guerras entre suevos e alanos, altura em que teriam erigido «um forte castelo, cingido de altos e largos muros» que lhes garantiu a vitória, fortificação que teria sido alargada ainda à época do fundador, Hermerico[81] (?) e da qual, segundo Costa, ainda em seu tempo se divisavam «alguns restos deste castelo, e muralhas no sítio em que está fundada a Sé e o Paço Episcopal, chamando-se por esta causa o sítio Cidade Antiga»[82] (*Ibid.*, 12-14). Não sendo esta tese atualmente admissível – à luz dos dados da arqueologia que, naturalmente, Rebelo da Costa não poderia antever – devemos reconhecer que a obra deste autor constitui, não obstante algumas imprecisões ou fragilidades, o primeiro esforço historiográfico que, finalmente, mais se aproxima de uma visão crítica científica, rompendo com as efabulações em que caíram, com pontuais exceções, quase todos os eruditos que o antecederam na análise das raízes do Porto e de Gaia.

Mais uma vez na volta do século, impõe-se ainda referir, pela influência que teve na historiografia peninsular da época, o projeto inaugurado pelo monge agostinho Enrique Florez, a *España Sagrada*, obra entre as maiores da Ilustração ibérica, cujo vigésimo primeiro tomo (1766, 2ª ed. em 1797) é dedicado ao Porto. Também este ensaio prima pela

[80] Rebelo da Costa perfilha a tese de que *Cale* (Gaia) teria sido fundada pelo «pretor romano Caio Lélio, para (…) rebater as forças de Viriato» (*Id*., 38), aqui concordando com Cerqueira PINTO (1742: § 50, *passim*) e outros autores.

[81] «Hermenérico», segundo o autor, mas, a par do nome do monarca suevo, Costa acrescenta, para sustentar a sua proposta, outros detalhes históricos de duvidosa segurança.

[82] Seriam provavelmente restos da primitiva muralha medieval (que esta tradição viria a «batizar» como sueva), então provavelmente ainda de pé em muitos troços, mas a designação «Cidade Antiga» não conta com qualquer outro testemunho.

precocidade da sua análise lúcida das propostas anteriores, pois Enrique Florez descarta logo à cabeça, sem necessidade de justificação, as visões míticas e engenhosas dos escritores anteriores, para dignar-se debater apenas as possibilidades historicamente mais aceitáveis. Dando crédito à informação atribuída a Salústio sobre a *Cale* peninsular, coloca a cidade em Gaia, com base, entre outras razões, na contagem da distância do Itinerário de Antonino a partir de *Bracara*; de Cale ter-se-ia formado *Portus-Cale*, na margem norte, ainda em época romana (FLOREZ, 1766: 1-8). Mais acrescenta Enrique Florez não crer que o étnico *Callaeci* possa provir de Cale (essencialmente porque, interpretando as indicações de Plínio, localiza aquele povo em região a norte de Braga); por fim, contorna a informação do *Parochiale* sobre o «*Portucale castrum antiquum*», localizado na margem esquerda do Douro, dizendo que deve entender-se o designativo *Portucale* (indeclinável) no caso genitivo, do mesmo modo como aparece, posteriormente, na controversa «*Divisio Wamba*», documento medieval de cuja autenticidade o próprio Florez descria, se bem que o aponte como paralelo: «*Portugaliæ castrum antiquum*», ou seja, o «castro antigo» de Portucale (na margem direita) (FLOREZ, 1749: 234, 185ss.)[83].

2.2.3. Desde Oitocentos: entre os mitos e a História

Entre os autores oitocentistas observa-se, ainda, o recurso sistemático a Bernardo de Brito, Rodrigo da Cunha e outros dos autores atrás mencionados, sem qualquer avanço substancial em termos de dados ou interpretações particularmente inéditas. Todavia, à medida que as teorias míticas e fantasistas iam sendo deixadas para trás, fruto do espírito positivo e das novas correntes historiográficas, a questão de *Cale*, *Portucale* e as origens do Porto, ficou praticamente reduzida, como notou Pereira de Oliveira, «ao estudo etimológico e semântico dos topónimos» e à obrigatória «leitura e interpretação dos documentos» (OLIVEIRA, 1973: 180), que em pouco extravasava aquela abordagem[84].

Na linha da maior parte das teses precedentes, a perspetiva dos estudiosos do século XIX fundava-se essencialmente nas referências da lista paroquial sueva, que distinguia os dois «*portucales*», e nas informações de Idácio, que pelos distintos modos com que nomeou o sítio, admitia também leitura similar. Perante esta duplicidade, a maior parte dos autores decidia a questão da ocupação antiga nas duas margens da foz do Douro pela prioridade, ou primazia inicial, do núcleo gaiense, onde teria tido assento não só a *Cale* do Itinerário, como o primeiro *Portus Cale* – assumido essencialmente na função estritamente portuária –, o qual fora paulatinamente ampliado, por razões práticas, às duas margens, entendendo-se também como porto de passagem principal do eixo de circulação que a via romana apenas veio institucionalizar (HERCULANO, 1846: 445). O «Porto», futura cidade, seria então um aglomerado modesto, remontando a verdadeira urbe aos tempos suevos, ou até, na ótica de Alexandre Herculano, a momento bem mais tardio: «quando as conquistas dos cristãos se dilataram até o Douro (…) fundaram um castelo no monte mais eminente da margem direita, onde hoje existe a catedral» (*Idem, ibid*.). Com o decorrer dos tempos, com o crescimento do território portucalense pré-nacional, as duas comunidades fundiram-se, ganhando natural primazia a da margem setentrional.

Reconhecendo «que do Porto antigo pouco se sabe, e do que há escripto pouquíssimo ha a aproveitar», Simão Rodrigues Ferreira (1875) começa por zurzir Bernardo de Brito, Rodrigo da Cunha, Rebelo da Costa e outros dos seus antecessores no tema, propondo-se oferecer obra escorreita e depurada de erros, falsidades e fantasias. Todavia, avançando para as fontes, cita

[83] Sobre este documento e a polémica que, desde há muito, o envolve, veja-se, por exemplo, MESTRE, 1970: 134-141, com bibliografia.

[84] Naturalmente, não se antevia, nesses tempos recuados, o contributo que a arqueologia viria a trazer ao debate.

o Itinerário de Antonino, para esclarecer que a *mansio* de Cale ficava ao norte do Douro «hoje Miragaya (e) quer dizer *defronte de Gaya*», aí chegando os viajantes que viessem de *Bracara Augusta*, de onde «embarcavam no *portus*» para transpor o rio e seguir para sul (FERREIRA, 1875: 19)[85].

Mais adiante, informa-nos o mesmo autor da «pouca importância política» de Cale, «apenas (…) um paradouro e descanço para os viandantes» (*Ibid*.), explicando, a propósito das minas de Valongo e das vias que era nos «Castros [que] se recolhiam os soldados romanos que vigiavam os muitos escravos e recolhiam os tributos», existindo o Castro de Gaya «em Villa-Nova-alem-do-Douro» e «para o lado da Foz, o Castro que vigiava a barra»; além do «pequeno lugar da Calle», com o seu «*portus*», não «existia fortificação alguma no solo onde hoje é o Porto», inaugurando-se o «núcleo d'esta cidade (…) muito depois pela fundação do castello no tempo dos suevos» (*Idem*, 19, 23). Não obstante algumas notas de interesse histórico fornecidas para épocas mais recentes, o escritor penafidelense, em pouco contribuiu para qualquer avanço no tema que nos interessa.

Pela mesma época, editava Augusto de Pinho Leal o seu conhecido *Dicionário*, obra muito popular até há poucos anos, muito desigual no rigor e nos conteúdos, mas útil pela sistematização de dados para as localidades de todo o país. No verbete sobre o Porto, sustentado na «maior parte dos escriptores», lembra a maior antiguidade da povoação de Cale situada na margem esquerda do Douro e lastima as «contradicções» e «tradições mais ou menos inacreditáveis» em que andava envolvido o debate sobre as origens da cidade, propondo-se contribuir, com a sua opinião para o esclarecimento do assunto (LEAL, 1876: 270ss.). Opinião que, liberalmente, começa por expor:

> «Todos sabem que Baccho, filho de Semele, à frente de uma expedição grega, invadiu a Lusitania, pelos anos de 1370 antes de Jesus-Christo, e que já aqui achou estabelecidos os iberos, povos da Assyria – isto é – babylonios» (*Idem, ibid*.).

Segue-se um extenso arrazoado de compilações e observações de diversos autores – Pinho Leal enumera não menos de dez *teses* sobre as origens do Porto (*Idem*, 271-273) – para concluir o dicionarista, por fim, que o «burgo do Porto» «foi principiado a edificar»[86], pelos suevos, muito pouco tempo depois das *partilhas* da Península – isto é, em 417 (LEAL, 1876: 278). No verbete referente a *Cale*, Pinho Leal igualmente faz eco de diversas opiniões sobre a origem do lugar, incluindo as explicações toponímicas correntes sobre o significado do nome, acabando por concluir, seguindo a opinião mais comum, como diz, «que foram os gallos-celtas e turdetanos, que fundaram Cale, 415 annos antes de Jesus Christo» (LEAL, 1874: 45-46). Tratando ainda do lugar e freguesia portuense de Miragaia, Pinho Leal reproduz as explicações de Simões Augusto Ferreira, acima enunciadas, e pouco acrescenta, de substantivo, aos dados apresentados no verbete principal do Porto (LEAL, 1875: 242-243).

À entrada do século XX, a literatura correspondente às origens do Porto, finalmente diverge e regista algum avanço. Se, por um lado, dicionários e obras de divulgação perpetuavam as ingénuas opiniões dos autores antigos (LEMOS, 1910: 814); por outro, investigadores sérios e cientificamente atualizados, debatiam o assunto, se não com mais certezas, pelo menos com argumentação histórica credível e assente em fundamentos mais

[85] Naturalmente, nada disto se acha no *Itinerário*, na edição de PARTHEY e PINDER (1848), como citado por Ferreira. Esta interpretação, aliás, é em tudo idêntica à constante, *s.v*. Miragaia, no *Dicionário* de Pinho Leal, publicado precisamente no mesmo ano de 1875.

[86] Já com esse mesmo nome, como sugere Pinho Leal (*Ibid*.). A este autor, até há pouco tempo sistematicamente usado para qualquer monografia histórica regional, dever-se-á também a vulgarização do tema das «muralhas suevas» do Porto, uma vez que a essa cerca (bem mais tardia), dedica largos trechos nesta obra (*Ibid*., 278-279).

sólidos que os precedentes, como foi o caso de José Leite de Vasconcelos, Alberto Sampaio e outros autores, cuja posição resumiremos em continuidade, podendo consultar-se a Figura 5 para uma perspetiva geral dos locais mencionados no texto.

A opinião de Leite de Vasconcelos sobre o assunto manifestou-se em duas épocas. Nas *Religiões da Lusitânia*, Vasconcelos, de modo quase marginal, refere-se à emenda de Vóssio ao apontamento de Sérvio Honorato, que aplaude e qualifica de «luminosa» (VASCONCELOS, 1905: 29, n. 7). Todavia – como em outro ponto explicitamos com maior detalhe[87] – equivoca-se quanto ao texto original do gramático do Baixo-Império, do que resulta algum embaraço entre as designações *Cale* e *Cales*, chegando Vasconcelos a indicar esta última como forma primitiva do nome (VASCONCELOS, 1931: 51; 1935: 315). Não obstante, não tem dúvidas de que a *Calem* do Itinerário de Antonino e a *Cale* de Salústio, conquistada por Perpena em 74 ou 73 a.C. coincidiam na margem esquerda do Douro (VASCONCELOS, 1905; 1013: 140). Mais tarde, o mesmo autor dedica à questão reflexões mais aprofundadas (1931, 1935, 1938a, 1938b), mas, sobretudo, como contraponto a um estudo de Alberto SAMPAIO (1923 [1908]), pelo que se impõe que deste último falemos primeiro.

À data do falecimento de Alberto Sampaio (1908) estavam já publicados na revista portuense *Portugalia* os primeiros três capítulos d'*As Póvoas marítimas do Norte de Portugal*, mas só em 1923 saiu dos prelos a primeira edição completa da obra. Ao contrário de Leite de Vasconcelos – mas seguindo tradição muito antiga, como pode ver-se pelo exposto – também Sampaio sustentava a localização de *Cale* na margem meridional do rio, dizendo que

> «teria sido na origem uma citânia lusitana, erigida em qualquer cerro[88], e depois aproveitada para a estação [viária], da qual, localizada no alto, vinham os passageiros embarcar em baixo» (SAMPAIO, 1923: 263).

Nesse mesmo local – sem necessidade, segundo Sampaio, de qualquer povoação no sopé – fortificou-se mais tarde o «*Portucale castrum*» (Idácio) e foi também o «*Portucale castrum antiquum*» (*Parochiale*); restando ainda memória do sítio na «villa de Portugal», mencionada no documento de 922 a que acima fizemos referência, à qual sucedeu, após a sua destruição pela invasão sarracena, o vizinho «castro de Mafamude» (SAMPAIO, 1923: 263-264; 273-275)[89].

Na margem fronteira, do lado norte, havia, ao tempo do bispo Idácio, restrito à zona ribeirinha, o *Portucale locum*, pequena povoação assente em sítio

> «capaz de ser facilmente atracado pelos barcos, que completavam a via interrompida pelo rio e indispensável, quer para abrigar os passageiros do norte quando por força do temporal a travessia exigisse demora, quer para entreposto das mercadorias da Gallaecia» (SAMPAIO, 1923: 264, 276).

USC

[87] *Vd. infra*, ponto 5.1.2.3.

[88] Alberto Sampaio não relacionava diretamente o local da *mansio* de Cale com o sítio do Castelo de Gaia, dizendo mesmo que estaria situada «em qualquer alto da vertente esquerda do Douro» (SAMPAIO, 1923: 264). Porém, registe-se os «cerros» da margem esquerda do último lanço do Douro, topograficamente adequados à instalação de uma «citânia» não são muitos, além da colina do Castelo, mas esta perceção geográfica local pode não a ter tido o vimaranense Sampaio.

[89] Este «castro de Mafamude» é mera conjetura histórico-arqueológica, presente também em outros autores mas para o qual não pôde ainda encontrar-se qualquer correspondência material.

Algum tempo depois, talvez pelo século VI, a edificação, «no alto da vertente direita do Douro, da igreja que foi a primitiva sé portugalense» fez aí nascer uma povoação,

> «abastecida provavelmente no princípio com elementos do Portucale romano marginal[90]: pelo menos, o transporte deste nome para a nova sé e diocese denuncia, até certo ponto, a procedência dos primeiros moradores» (SAMPAIO, 1923: 272).

Não havendo precisão, segundo Alberto Sampaio, de que o lugar se fortificasse nessa época, as muralhas primitivas da cidade teriam sido erguidas pelos asturianos-leoneses, assim se justificando o qualificativo de «castro novo» constante das transcrições medievas do *Parochiale* dos suevos (*Idem*, 276). Em contrapartida, como notámos, na margem sul não seria sequer requerido aglomerado similar, pois o reduto fortificado de Portucale poderia cumprir tal função, sendo que

> «Os dois "Portucale", adstritos ao serviço da estrada, completavam-na pelo transporte fluvial das pessoas e mercadorias, pouco ou nada se ocupando de empreendimentos marítimos, aliás nas duas margens até à Foz se encontrariam ruínas de construções apropriadas" (*Idem, Ibid*.).

Assim, ao determinismo da sua opinião, fazendo depender o lugar apenas da estrada e do atravessamento do rio[91], Sampaio acrescenta o desinteresse dos autóctones pela exploração marítima atlântica, que justifica com a falta de vestígios materiais de estruturas portuárias[92]. Tudo o mais – devendo ter-se presente que estamos perante um texto de 1908 – são conjeturas históricas, cuja maior ou menor admissibilidade se encontra ainda, em diversos aspetos, em aberto.

A interpretação de Alberto Sampaio acerca da evolução histórico-toponímica da região, recolheu entusiástico apoio de Leite de Vasconcelos, que a sintetiza com clareza (VASCONCELOS, 1931: 50-52; 1938a)[93], demonstrando desacordo, essencialmente, quanto à localização da *mansio* do Itinerário, que não julga poder provar-se na margem sul (se bem que admita ser perto da foz do rio), contrapondo, com base em Salústio, a sua situação no território da *Gallaecia*, a norte. Diverge também Vasconcelos de Sampaio acerca do sentido a dar ao substantivo Portucale. Para Sampaio, significaria «o porto de Cale», enquanto Vasconcelos propõe «Cales que é um porto», ou seja, «*portus Cales*», expressão da qual, por caso acusativo, teria evoluído para **portumcalem*, **portucalem*, *Portucale* (VASCONCELOS, 1931: 51). Assim, como expressou em síntese muito citada, para o ilustre arqueólogo, «Portucale [a Cale de Salústio] era uma povoação (*locus*) fortificada (*castrum*), com o seu porto no estuário do rio (*portus*)» (*Idem, ibid*.). Assentindo na teoria dos dois

[90] Não se entende aqui, com justeza, o pensamento de Sampaio, que parece referir-se, talvez, a elementos arquitetónicos.

[91] A esta circunstância aplicará mais tarde Mendes CORREIA (1935: 65) a expressão do geógrafo Jean Brunhes: «*la route crée la ville*» (*La Géographie Humaine*, Paris, 1925).

[92] Sabemos hoje, pelo contributo da arqueologia, que assim não foi, graças à significativa quantidade de materiais importados, dos tempos romanos e pré-romanos, que vêm sendo localizados na foz do Douro. É verdade, também, que tem sido muito escassa a identificação de restos arqueológicos de estruturas relacionadas com a atividade portuária ou o armazenamento (se bem que com algumas novidades recentes, como a seu tempo se verá nesta dissertação). Não obstante, a tese principal de Alberto Sampaio na obra que vimos citando é a de que apenas a partir do século XII, após a conquista de Lisboa, os portos litorais se abrem mais livremente ao comércio, opinião retomada, aliás, por outros autores (por exemplo, MACHADO, 1968b: 7-14).

[93] A referência VASCONCELOS, 1938a constitui, essencialmente, a republicação do texto original, da *Revista Lusitana* (1931), na compilação dos *Opúsculos* do mesmo autor, variando apenas a forma das notas, pelo que citamos a paginação da versão primeira do estudo.

núcleos conhecidos como Portucale, Vasconcelos considera mais antigo o situado a norte (em consequência da localização da Cale salustiana), entendendo que o da margem meridional ter-se-á desenvolvido, ou assim designado, após o tempo de Idácio e antes das atas do concílio de Lugo, onde surge como «*castrum antiquum*»[94].

Apesar da sua obra nem sempre ter tido, à época, a divulgação e reconhecimento indubitavelmente merecido, as teses de Alberto Sampaio sobre Cale e Portucale influenciaram largamente outros autores que se debruçaram sobre o tema, quer posteriores, quer ainda do seu tempo, como José Augusto FERREIRA, em obra mui citada (1923), em cujo prólogo glosa os aspetos essenciais da proposta interpretativa de Sampaio (FERREIRA, 1923: 7-14, *add*. II; e também 1928: 3-4).

2.2.4. O berço da Cividade

Na década seguinte, entra nesta discussão uma figura essencial para o estudo das raízes da cidade, ao mesmo tempo que, timidamente, a arqueologia começa a juntar-se aos documentos e à filologia. Referimo-nos a António Augusto Mendes Correia, médico de formação, destacado académico e político e um dos mais reconhecidos cientistas do seu tempo[95]. Na sua obra seminal para o tema que nos interessa – *As origens da cidade do Porto* (1932a; 2ª ed. 1935) – pretendeu fundar em dados arqueológicos e cartografar, por épocas, a ocupação antiga do Porto e sua região, tal como, poucos anos antes, aliás, ensaiara Rui de Serpa PINTO (1927), de aqui resultando a «Carta do Porto Pre- e Proto-histórico» (CORREIA, 1932a: 17; 1934a; 1934b; 1935: 40, est.; 1938: 49), cartograma muito divulgado onde se assinalavam diversos achados, estações arqueológicas e topónimos sugestivos.

Resultante de um artigo na imprensa e uma conferência proferida na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, de que fora um dos fundadores (1918), o primeiro estudo de Mendes Correia sobre as origens da cidade (1932a) não se detém muito nas teses fantasistas ou infundadas dos eruditos renascentistas e modernos e releva, em especial, os dados arqueológicos da ocupação humana na região do Porto, recusando as propostas, então ainda muito defendidas, da fundação da cidade em tempos suevos ou posteriores, registando que essas «datas tardias são contrariadas pelo que hoje se sabe da arqueologia pré- e proto-histórica do Porto» (CORREIA, 1932a: 25). Neste e em outros trabalhos, Mendes Correia passa em revista, com análise que pretende objetiva, os fundamentos pelos quais muitos autores haviam proposto a localização de Cale em Gaia, e outros na margem norte, para concluir, apoiado em diversos argumentos, documentais (CORREIA, 1940) e arqueológicos mas, sobretudo, na informação que Sérvio atribui a Salústio (com a correção vossiana), que a localização de Cale teria de procurar-se na margem norte do Douro (CORREIA, 1932a; 1932b; 1934a; 1935: 15ss.). Ao resultado destas reflexões, Correia adiciona uma descoberta, «uma luz inesperada» que, como entende, aponta para a «solução definitiva» (CORREIA, 1932a: 35).

A novidade trazida pelo investigador decorria, na essência, de ter relacionado a expressão *ciuitas* (cidade) utilizada por Sérvio para qualificar *Cales*, da Campânia, com o microtopónimo «*Cividade»* que ocorre em diversas formas em documentação antiga da

[94] Também Vasconcelos interpreta «*Portucale castrum antiquum*», na linha de Florez e Gaspar Estaço, com função genitiva do topónimo, ou seja, traduzindo, «castelo velho de Portugal» (VASCONCELOS, 1931: 56, n. 8).

[95] António Augusto Mendes Correia (1888-1960), médico de formação, foi professor nas Faculdades de Ciências (catedrático) e de Letras da Universidade do Porto. Na vida pública, presidiu à Câmara Municipal do Porto (1936-1942) e foi deputado à Assembleia Nacional desde 1945. Investigador erudito e de grande prestígio, publicou numerosos trabalhos sobre Antropologia biológica e cultural, História, Arqueologia, Geografia e outras áreas.

cidade, designadamente em diplomas, pelo menos em número de dezasseis, datados de entre os anos de 1307 a 1697[96] e que o autor analisa com detalhe, tentando implantar as informações deles constantes (CORREIA, 1932a: 35-41; 1932b; 1935: 45-64; 1938: 46-48)[97]. O nome do lugar, parecia ter começado a cair no esquecimento desde o século XVII, mas foi fácil a Mendes Correia, pelas confrontações e detalhes dos documentos relocaliza-lo na elevação situada um pouco a Nor-Noroeste do morro da Sé ou da Penaventosa, e um pouco mais recuada em relação ao rio Douro (Figs. 6 e 7), sítio que o autor desde logo considerou, face ao topónimo, de maior potencial para a descoberta de vestígios antigos que o vizinho morro da Sé (*Idem*, 36)[98].

Entusiasmado com a descoberta da *Cividade* portuense[99], rapidamente o investigador tentou confirmar a existência de vestígios físicos dessa antiguidade, e logo em abril desse ano de '32 promove sondagens arqueológicas em terrenos de uma das casas do Largo do Corpo da Guarda[100]. Se bem que os resultados das pesquisas não tenham sido particularmente animadores, como numa primeira impressão reconheceria, foram detetadas ruínas enterradas, em associação com espólio diverso (fragmentos cerâmicos, pregos, ossos de animais e moedas que recuavam até ao século XIV), observando-se, entre outros vestígios, os «restos duma parede de pedra solta», a quatro metros de profundidade, com a disposição de um arco de círculo, sugerindo os alicerces de uma «cabana circular citaniense» (*Idem,* 43, 45, 52; 1935: 53-54), elemento que Mendes Correia não valorou muito na altura, embora em estudos posteriores reconheça ter encontrado nesses trabalhos espólio castrejo e romano, incluindo cerâmica de construção e, pelo menos, um *acus crinalis* em bronze (CORREIA 1950: 229; GONÇALVES, 1984a; BARROCA, 1984)[101].

As teses de Mendes Correia sobre o entendimento da elevação da Cividade/Corpo da Guarda como local do berço da cidade foram acolhidas, nas décadas seguintes, pela maior parte dos investigadores da história do Porto, não deixando também de provocar alguma polémica (VASCONCELOS, 1935; 1938b), dada a longa historiografia do tema, a que o professor portuense redarguiu com assertiva clareza (CORREIA, 1936). Os trabalhos de alguns dos autores que divergiram, de forma mais sustentada, da proposta interpretativa de Mendes Correia serão comentados mais adiante. Noutro plano, porém, Correia não deixou de

[96] Entretanto, pela mão de diversos autores vieram a público muitos outros documentos, medievais e modernos, com referências à Cividade (*vd*., por exemplo, MARÇAL, 1967; 1968; BASTO, 1963: 143-147).

[97] Tais documentos mencionam a *«Cividade de sobre os Pelames»,* o «*ressyo sob a Cividade*», «*rio da cividade*», «*almoynhas de sob a cividade*», a «*viella da Cividade*» e outras expressões (CORREIA, 1932a; 1935; 1938).

[98] Esta elevação, designada também como «Corpo da Guarda», do nome de um largo existente no topo, situava-se, sensivelmente, entre o alinhamento das atuais ruas Chã e do Loureiro, a nascente e a norte; e as ruas Escura e dos Pelames, a poente. Grande parte desta área foi destruída, na década de 1950, pela abertura da avenida Afonso Henriques, que liga a ponte Luís I e rua Saraiva de Carvalho à estação ferroviária de São Bento.

[99] Na realidade, António Mendes Correia equivocou-se um tanto na interpretação do topónimo na sua relação com a referência atribuída a Salústio. Desde há muito que era conhecido o microtopónimo *Cividade* como um dos mais habituais como designação de numerosos povoados proto-históricos do norte do país, mas Correia deu a entender que havia uma diferença substancial entre «um simples castro» e uma «*ciuitas* pre-romana», mesmo sem a aceção administrativa e territorial (CORREIA, 1932a: 36, 42, *passim;* 1935: 23, 63), posição que, mais tarde, clarificou (CORREIA, 1936: 18, *passim*).

[100] Na verdade, as primeiras «escavações arqueológicas», independentemente de questões metodológicas, realizadas na cidade do Porto, como já foi sublinhado (GONÇALVES, 1984a; BARROCA, 1984). Sobre o Largo do Corpo da Guarda, veja-se MARÇAL, 1969.

[101] O diário de campo de Mendes Correia sobre estes trabalhos foi entretanto publicado (GONÇALVES, 1984a), tendo também sido feita uma reavaliação criteriosa do espólio arqueológico cerâmico recolhido nas duas sondagens feitas em 1932, observando-se uma percentagem de espólio proto-histórico de 5,2% e romano de 10,3% (BARROCA, 1984: 25), análise que, todavia, deixamos para ponto próprio (*vd. infra*, ponto 5.3.1.2).

congeminar um modelo mais amplo do desenvolvimento do núcleo urbano primitivo, que tentaremos resumir.

Estando Cale (*ciuitas*, não necessariamente a *mansio*) situada na Cividade do Corpo da Guarda[102], teria o seu porto e ponto de travessia preferencial na zona da Ribeira (CORREIA 1936:9; 1932a: 43-44), o que teria proporcionado oportunidade para a criação de um outro núcleo de povoamento. Assim, interpretando um documento, de 1120, do *Censual do Cabido* – um acordo entre o bispo D. Hugo e os herdeiros da igreja de Santa Maria de Campanhã onde se diz, a dado passo, «*…et accipio uobis proinde unum Cassale in Portugal in rripa de Rivulo do Dorio et unum Cassale in As eiras justa Portum de rriuo de Carros…*» (CORREA, 1932a: 44) – Mendes Correia discute a toponímia ali expressa. «*As eiras*» corresponderiam à antiga Rua Chã das Eiras, nas imediações e próximo do «*Portum de rriuo de Carros*», que deveria corresponder a um ponto de travessia sobre o designado rio da Vila, que então se chamaria daquele modo; por fim, sobre o casal recebido pelo bispo *«in Portugal in rripa de Rivulo do Dorio»,* não crê Correia que aludisse à «*villa de Portugal*» da margem esquerda, mas ao «primitivo Portucale» que julgava estar situado na Ribeira, «mais tarde também chamada a *Villa Bayxa* (…) projeção de Cale sobre o Douro» (*Idem,* 44-46; 1934b: 4-5). Correia acrescenta, até, entender como possível «que a antiga Cale tivesse sido abandonada ou destruída, à medida que o primitivo Portucale ribeirinho ia florescendo, e se lhe ia substituindo como sucessor lógico» (CORREIA, 1935: 66).

Assim, em síntese, Mendes Correia interpretava a evolução dos núcleos de povoamento, entre a época romana e a Idade Média a partir de quatro polos de distintas cronologias. Primeiro o de Cale, na Cividade do Corpo da Guarda com progressivo alargamento para o sopé até ao rio da Vila[103] (também conhecido como *rio de carros*, *rio da cividade* e *caal mayor*)[104], podendo, porventura, demorar também por aqui a *mansio* do Itinerário de Antonino; de seguida, o Portucale «primitivo», na Ribeira especialmente situado no ângulo formado pelo Douro e margem esquerda do rio da Vila (chamado, talvez, a «*Villa Bayxa*» nas Inquirições de D. Afonso III[105]); algum tempo depois seria ocupado mais intensamente o morro da Penaventosa (que Correia cria ser de habitação tardia)[106] e, por fim, o alargamento do povoamento ribeirinho para poente do rio da Vila, até Miragaia (CORREIA, 1932a; 1932b; 1934a; 1934b; 1935; 1938).

Todavia, a fixação topográfica de Correia na Cividade do Corpo da Guarda teve outras consequências, especialmente porque desvalorizou – com consequências nefastas – o potencial arqueológico do morro da Penaventosa, que só meio século depois começaria a desvendar-se. Na verdade, entre os últimos meses de 1939 e os começos de 1940, foi levada a cabo, pelas entidades administrativas oficiais, uma significativa destruição urbanística na área

[102] Como nota Correia, «a identificação da Cividade com Cale é hipotética, mas é mais verosímil» que outras possibilidades adiantadas (CORREIA, 1936: 27).

[103] Hoje as áreas da praça de Almeida Garrett, estação ferroviária de São Bento e a zona dos Lóios. Cfr. CORREIA, 1935: 46, 55-59, *passim*. Testemunho desta dicotomia histórico-topográfica poderiam ser a manutenção, ainda na atualidade, do microtopónimo «Cimo de Vila», na zona alta da antiga Cividade; e o próprio nome, apenas documental, de «rio de Vila», no sopé (CORREIA, 1935: 48).

[104] «Rio da Vila» parece ter sido usado a partir de meados do século XIV; em documentos anteriores, surge como «rio da Cividade» ou, talvez, «Canallem Maiorem» e «caal maijor» (MARÇAL, 1966), se bem que muitos autores identifiquem o «Canal Maior», que aparece na doação de D. Teresa ao bispo D. Hugo, em 1120, como o rio Frio, em Miragaia (BASTO, 1940: 682).

[105] Documento que distingue a «*villa Bayxa*» da «*villa Portus*» (CORREIA, 1935: 70), tendo este autor entendimento diferente, acerca desta passagem, passagem em relação à leitura de Alberto SAMPAIO (1923: 349-350). *Vd*. ainda, sobre este assunto, BASTO, 1940: 685-686.

[106] Mendes Correia admitia a existência de um povoado proto-histórico fortificado na Penaventosa, mas ainda, ao seu tempo, por demonstrar arqueologicamente (CORREIA, 1932a: 34).

superior do morro da Sé ou da Penaventosa, que implicou a acelerada demolição de dezenas de construções de origem medieval, sem particulares cuidados de salvaguarda arqueológica. Tal operação, destinada a criar o «desafogado» terreiro, fronteiro à catedral, onde o Estado Novo pôde, em 1940, condignamente celebrar o 800º aniversário da fundação da nacionalidade e os 300 anos da sua restauração, terá certamente apagado, indelevelmente, vestígios materiais das ocupações anteriores, não obstante terem sido recuperados alguns objetos notáveis, como a ara dedicada aos Lares marinhos e vários fustes de coluna[107]. Pela raridade dos outros achados (BRANDÃO, 1963a; 1984)[108], a primazia da ocupação antiga da Cividade sobre a Penaventosa era ainda ideia comum quando, na década de 1980, se inaugurou, verdadeiramente, a arqueologia urbana no Porto (REAL *et al*., 1986: 35).

Mas também na própria colina da Cividade/Corpo da Guarda – talvez pela desconsideração de Mendes Correia do valor dos achados feitos nas suas escavações – perdeu-se excelente oportunidade para o esclarecimento do passado remoto da cidade, pois os volumosos desaterros feitos entre 1950 e 1954, para a abertura da via ainda existente (BRAGA, 2001)[109], contaram apenas com escavações muito pontuais e pouco documentadas (FERREIRA, 1959)[110] e algumas recolhas de materiais de superfície, que ainda assim proporcionaram objetos romanos e proto-históricos (BARROCA, 1984: 24-25)[111].

Entre os autores desta época que dedicaram estudos a este tema merecem nota Artur de Magalhães BASTO (1940b; 1948), o qual, mais tarde, «desvia» Cale para o morro da Sé (BASTO, 1963: 9); e Luís de PINA (1947). Concordando, com pequenas variações, com as teses de Mendes Correia, Magalhães Basto (em especial, 1940b) e Luís de Pina enfatizam a origem polinucleada do povoamento na margem direita do rio, destacando as elevações da Cividade e da Penaventosa e o núcleo ribeirinho da Ribeira, com a sua progressiva extensão, para poente, até Miragaia (Fig. 8), situação ainda documentada na documentação medieval (BASTO, 1940b: 702-703). Luís de Pina acentua a articulação da rede de povoamento, *ab initio* (ou seja, desde os começos da romanização), entre diversas «póvoas ribeirinhas que (...) constituíam um porto ou conjunto de portos» e a fortificação em altura, com prioridade temporal para a Cividade (PINA, 1947: 6-7)[112], recuperando as interpretações do já citado Pereira de Novais (1912), de finais do século XVII – que, como lembra, foi um dos primeiros autores a identificar, de modo afirmativo, *Cale* com o atual Porto e o *portus Cale* com o porto ribeirinho – que considera confirmadas por Mendes Correia (*Idem*, 8-9), não deixando de acrescentar, com alguma novidade, interessantes observações acerca da orografia da foz do

[107] Ironicamente, da janela do seu gabinete – Mendes Correia era então presidente do município e a Câmara estava instalada no paço episcopal – o homem que acreditava ter descoberto o local primordial da cidade, foi testemunha, inconsciente, de um dos maiores ataques ao património arqueológico do Porto, sendo escassíssima a informação recolhida (apenas breves notícias em jornais da época) em relação ao que terá sido perdido.

[108] E a falta de cuidado e investimento para que pudessem ocorrer, note-se.

[109] «Rasgão» cuja dimensão nos recorda ainda hoje o impactante desmonte efetuado, permanecendo como «ferida urbanística», ainda por compatibilizar devidamente com o tecido urbano envolvente (REAL; BRAGA, 2001).

[110] Damião Peres informa, também, que durante as demolições na área do Corpo da Guarda teriam aparecido velhos muros que classifica como «restos duma dupla cerca castreja», que aliás ilustra através de desenho (PERES, 1962: 24); porém, apenas com estes dados, não pode dar-se muito crédito a esta indicação, pois mais se assemelham – como diz Sousa SOARES (1957: 322, n. 74 – a muros de suporte de terras. Nota bibliográfica: não se estranhe SOARES, 1957 comentar PERES, 1962 – provavelmente, a primeira publicação saiu dos prelos em data distinta da indicada no rosto; ou Soares, como colaborador da segunda, teve acesso ao texto antes da sua publicação.

[111] *Vd*. *infra,* ponto 5.3.1.2. Em 1990-1991 realizaram-se na Cividade outras sondagens arqueológicas, que forneceram espólio similar (OSÓRIO *et al*., 2008), e, desde então, outros trabalhos, cujos resultados se analisam no ponto respetivo desta dissertação.

[112] Se bem que este autor entendesse, com pouco fundamento, que a *Cividade* original seria no sopé da colina (atuais áreas da praça de Almeida Garrett, estação ferroviária de São Bento e suas adjacências) e só depois a ocupação se teria alargado ao topo da elevação do Corpo da Guarda (PINA, 1947: 7-8).

Douro e o modo como essa circunstância terá influído no desenvolvimento da rede de povoamento, nomeadamente a partir da época romana (*Idem*, 9-15).

Outros autores há ainda a destacar, pelo maior fôlego ou particular lucidez dos seus trabalhos a este respeito, como é o caso de Torquato de Sousa Soares. As ideias deste medievalista estão expressas em diversos trabalhos, nomeadamente os que editou em 1957 (republicado em 1962) e 1970. A proposta de Sousa Soares (Fig . 9), muito próxima da de Alberto Sampaio, assenta também na idealização de dois «*portucale*», um em cada margem do rio Douro: o *Portucale castrum*, no lado sul, e o *Portucale locus* (SOARES, 1957: 305ss.). Não apoiando as teses da localização de Cale a norte do Douro, nem a correção de Vóssio ao suposto texto de Salústio, Sousa Soares aponta para o lado sul o *ubi* da *mansio* viária e do *Portumcale castrum* invadido pelo suevo Maldras, segundo Idácio[113] (*Idem*: 306-308). *Cale(s)* seria o sítio do Castelo de Gaia, e daquele nome, por evolução fonética teria vindo o nome de Gaia[114]; no sopé urbanizou-se, entretanto, o lugar da estrada romana, que viria a ser chamado *Portucalis* (porto de Cales/Castelo de Gaia) e depois, já em tempos medievos, o *burgus vetus* pré-dionisino; em contrapartida, do lado setentrional, nascera também do atravessamento do rio pela via romana, uma outra povoação – o *Portucale locus* de Idácio – situado na zona de Miragaia[115] e de onde a via continuaria para norte, em direção a *Bracara* (*Idem*: 310-315). Desacreditando da teoria de Mendes Correia, o medievalista não só não encontra no alto da Cividade, vestígios ou viabilidade de ocupação antiga, como igualmente considera o morro da Sé de urbanização apenas sueva ou posterior (*Idem*: 320-321, n. 73-74). No livro publicado em 1970, Torquato de Sousa Soares não aduz novos elementos ou argumentação particular, insistindo na modéstia do *Portucale locus* da margem direita, não fortificado, qualidade que assistiria apenas ao castro de *Cale* ou *Calis*, do lado sul, onde igualmente se estabelecera o primitivo *Portucale* (SOARES, 1970: 85-86).

Ainda na década de 1950 entra no debate outro «apaixonado» pelo tema das origens portucalenses, o advogado António de Sousa Machado, autor de numerosos trabalhos (1955, 1956, 1957, 1962, 1965, 1966, 1968a, 1973, 1980[116]) nos quais apresenta novos pontos de vista ou comenta a posição de outros estudiosos. Numa conferência pronunciada na cidade do Porto, MACHADO (1955) dedica-se a desmontar, criteriosamente, a correção de Vóssio ao texto de Sérvio sobre a alegada referência de Salústio a *Cale* na *Callaecia,* criticando os autores, como Leite de Vasconcelos, que confundem, por lacunar uso da fonte, Cale com Cales, ou que, indiferentemente situam o lugar tanto na antiga *Callaecia* como na *Lusitania* (*Ide*m: 345-355); desenvolve depois – continuando a revisar a historiografia sobre o assunto – aturadas considerações linguísticas sobre a origem e significado de *cale* e *portus*, discordando de Mendes Correia e mais autores, para chegar às suas teses: a de que Cale, pelo menos enquanto «cidade», nunca existiu, mas, tão só, o nome *Portucale*, duplicado nas duas margens, ligado à função da travessia do rio, com o sentido de «porto» e de «abrigo»; como o sentido original da palavra *Cale* poderia, igualmente, ser o de «abrigo» ou «habitação»[117], *Portucale* mais não seria que a aglutinação ou repetição de um nome com o mesmo sentido,

[113] BURGESS, 1993: 110, 112, § 183 e 190.

[114] De *Cale* ou *Calis* (acus.), o nome, feminino, teria passado para a forma *Calia* e daí, por transformação em G do C inicial e queda do «l» intervocálico, para o substantivo final *Gaia*, evolução que o autor sustenta com a opinião de linguistas consagrados como Joaquim da Silveira e Carolina Michaëlis (SOARES, 1957: 309, n. 40).

[115] Sousa Soares não clarifica totalmente, a razão da escolha deste lugar para a localização do *Portumcale locus*, embora se esforce por determinar possíveis traçados da via romana nesse ponto da margem norte (SOARES, 1957: 314, n. 53).

[116] Esta obra constitui a segunda edição do livro de 1956, contando com diversas atualizações e algumas partes novas (sobretudo em relação à etimologia de *Cale* e ao Porto mediévico) que pouco acrescentam para o nosso propósito, razão pela qual pouco a citaremos diretamente, preferindo usar a edição mais antiga.

[117] Apoia-se Machado, a este respeito, numa publicação do numismata e arqueólogo francês Adrien BLANCHET (1940).

em língua indígena e em latim – *portus* + porto/abrigo (*cale*) (*Ibid*.: 363-370). A localização dos dois Portucale seria, avaliar por um cartograma incluído no estudo, junto ao rio da Vila, na margem norte; e na enseada de Quebrantões, cerca de dois quilómetros a nascente da atual ribeira de Gaia, por razões relacionadas com o traçado da via romana que explica (*Ibid*.: 376-379)[118].

Pouco tempo depois viriam estas teses, alargadas com maior fundamento, a ser publicadas em livro (1956), a que se seguem outros estudos. Nesse livro inicial, Sousa Machado enfatiza, logo no prólogo, crer «que de simples lenda se trata quando se afirma a existência de uma cidade chamada Cale na qual entroncaria o Porto de hoje» (MACHADO, 1956: 8). Crítico de Mendes Correia e da arqueologia, por entender que esta nada poderá trazer de decisivo à questão (*Idem*: 11-13; 1962)[119], Machado propunha-se, essencialmente, averiguar «a origem dos topónimos, *Cale, Portucale* e *Porto* e povoações correspondentes» (1956: 13), discordando da maior parte dos autores que o precederam nesse intento, com exceção de Alberto Sampaio, que entende ter ficado muito próximo da explicação do topónimo «Porto», palavra independente de *Portucale*, como sustenta (*Ibid*.: 15-16), questão que constitui a sua segunda tese. Amplia, nesta mesma obra, a sua crítica à questão de Vóssio e Salústio, sublinhando – como outros autores o haviam já feito – o silêncio das fontes greco-latinas sobre Cale, com exceção do Itinerário de Antonino, que desvaloriza por ser fonte tardia (*Ibid*.: 61-62)[120]. Após detalhadas considerações linguísticas sobre as possíveis origens e significados dos nomes *porto*, *cale* e *portucale*, seguindo ou contrapondo aos diversos autores que se lhe referiram[121], Sousa Machado estabelece a sua conclusão sobre o sentido de *porto* (e *cale*) como «atravessadouro, ponto de passagem», como, aliás, já propusera Cláudio Basto (1940: 89ss.). Entende, assim, Machado que «a coexistência de dois Portucales só é possível desde que Portucale provenha de substantivos comuns que traduzam uma ideia que se repete» (1956: 88), acrescentando ao sentido desta justaposição de um nome pré-latino (*cale*) a um latino (*portus*) com o mesmo significado de abrigo e ponto de passagem, diversos paralelos geográficos que entende de similar simetria toponímica (1956: 95-99, *passim;* 1957).

O desenvolvimento destas teses para a constituição de modelos do povoamento em ambas as margens encontra-se menos sustentado na obra de Machado, requerendo leitura atenta para entrever o pensamento do autor (Fig. 10). Num como noutro caso, Sousa Machado ilude a questão do povoamento pré-romano (ainda que subentendido na ascendência linguística de *Cale* já com funções de abrigo e atravessamento), como deixou expresso, ao dizer que «tanto o Cale da margem direita, como o da margem esquerda, seriam de pouca monta, se é que eram povoações» (MACHADO, 1956: 123). Reconhecendo eventual primazia temporal ao Portucale do sul, admite que, a partir de certa altura, o correspondente da margem norte alcançou maior crescimento, evoluindo para a cidade do Porto, lembrando, até, a tendência histórica para as cidades se estabelecerem na margem direita dos rios que correm para ocidente (*Idem*: 124-130). Recusando que o Portucale-norte ficasse situado num alto (como a

[118] Ao contrário do que, por lapso, escrevemos (SILVA, 2010c: 220), desta opinião não partilhava Torquato de Sousa Soares, ou, pelo menos, disso não deixou registo.

[119] Explicita o autor – certamente com alguma razão – que «o facto de se encontrarem vestígios arqueológicos de população, não é bastante para lhes assentarmos um nome histórico (…) não se consegue comprovar a hipótese de que determinado aglomerado que existiu em área hoje ocupada pela cidade do Porto, é o velho Cale» (MACHADO, 1956: 14).

[120] Na «Conclusão» da segunda edição – bastante diferente da primitiva – Sousa Machado, para desvalorizar a referência viária do Itinerário a Cale, regista, com desinformada infelicidade, que «nada nos diz se essa estação era uma povoação ou simples lugar de recolha dos barcos precisos para a travessia do rio» (MACHADO, 1980: 171).

[121] Que naturalmente não tentaremos resumir, o que resultaria enfadonho, além de que tais questões excedem a nossa competência e o âmbito deste trabalho. *Vd*., por exemplo, MACHADO, 1957; 1965; 1966 e 1968a.

Cividade, proposta por Mendes Correia, ou mesmo a Penaventosa), Sousa Machado sugere que pudesse corresponder a uma *villa*[122] na confluência do Douro com rio de Vila, que a delimitaria a poente (*Idem*: 143ss.; 154), não sendo muito claro o seu entendimento sobre a evolução da margem sul (*Idem*: 117-119)[123]. Passando por alto muitos outros aspetos da obra de Machado que não interessam diretamente a esta dissertação, designadamente sobre a evolução da cidade em época medieval, o autor conclui sobre a rutura toponímica entre *Portucale* – caído em desuso, para designar a cidade, no século XII – pela mesma altura em que se começa a usar *Porto* (*Idem*: 149-183). No prefácio à segunda edição desta obra (MACHADO, 1980: 5-8), cujas teses o autor qualificou como «revolucionárias» reproduzem-se manifestações de apoio de outros estudiosos (nomeadamente quanto às questões linguísticas) e evoca-se o estudo de Pina Manique e ALBUQUERQUE (1962; 1965) sobre a localização na Úmbria da «*Cale*» salustiana, que Sousa Machado considerou argumento definitivo para validar as suas propostas.

A discussão sobre *Cale* e *Portucale* foi particularmente animada pelos trabalhos de Mendes Correia e na década de 1960, em especial, graças à publicação da primeira «História do Porto» (PERES; CRUZ, 1962)[124] e à realização dos Colóquios Portuenses de Arqueologia (1961, 1962, 1964, 1965, 1966), que chegaram a ter secções próprias para debater o assunto, acorrendo igualmente numerosos comunicantes, sobre o tema, ao Congresso Luso-Medieval de Estudos Medievais, que decorreu na cidade do Porto em 1968. Como consequência dessa intensa atividade científica e cultural, vieram a lume, ao longo do século XX, numerosos estudos, muitas vezes de conceituados autores, mas frequentemente redundantes, em cuja análise detalhada não vemos particular utilidade[125], preferindo encerrar este ponto com algumas observações sobre estudos mais recentes.

2.2.5. O tempo da arqueologia

As descobertas arqueológicas das últimas quatro décadas transformaram substancialmente a visão do problema das origens do Porto e Gaia, designadamente nas suas dimensões romana e pré-romana, que enunciámos mesmo nos autores do século XX – para não recuar a épocas em que mais facilmente a fantasia e o mito se sobrepunham à ciência. Todavia, se é fácil, à luz daqueles dados, apontar erros, inconsistências, ingenuidades a historiadores e outros estudiosos de reconhecida competência e probidade científica; no que respeita à proposta de modelos alternativos, devidamente sustentados, avançamos talvez menos do que aquilo que seria expectável. Não obstante, diversos trabalhos modernos – os quais, por fim, também resenharemos – têm vindo a acrescentar contributos de muito interesse e a renovar a velha questão de *Cale* com novas perspetivas e problemáticas.

Como preâmbulo, ou ponto de situação, a esta nova fase da investigação, cumpre registar a entrada sobre o «Porto» feita pelo bispo portuense Domingos de Pinho Brandão para uma

[122] Usando o termo em aceção medieval, naturalmente.

[123] Uma dificuldade neste género de estudos histórico-toponímicos é o acronismo, ou falta de detalhes cronológicos para constituir um modelo de ocupação, saltando muitas vezes os textos dos começos da romanização, para o Baixo-Império ou para documentação medieval, sem considerar as naturais diferenças de enquadramento, a todos os níveis.

[124] Na monumental *História da Cidade do Porto*, editada sob direção de Damião Peres e António Cruz, o primeiro, no capítulo inaugural, mostra-se relativamente neutro em relação às teorias em voga sobre Cale e Portucale, talvez pela própria natureza da obra. Limita-se a expor as diferentes interpretações sobre o assunto, se bem que acolhendo, no geral, as propostas de Mendes Correia sobre a Cividade, com atualização de alguns achados arqueológicos entretanto efetuados, como a ara aos Lares Marinhos aparecida na Sé (PERES 1962).

[125] Que todavia elencaremos, certos de que não somos exaustivos, por ordem alfabética: ALBUQUERQUE, 1978; AZEVEDO, 1960, 1965; 1966, 1968; BASTO, 1940; COUTINHO, 1968; 1984; DAVID, 1947; FERNANDES, 1968; MARÇAL, 1966, 1967, 1968; MIRANDA, 1946; OLIVEIRA, 1958; OLIVEIRA, 1965; PERES, 1962; PINTO, 1965, 1966; VITORINO, 1937.

conhecida enciclopédia. Com a concisão necessária a um verbete, aquele autor resume apenas as teses de Sousa Machado, Mendes Correia e Luís de Pina e deita mão a todos os dados arqueológicos na altura disponíveis[126], apontando assertivamente a localização de Cale no morro da Penaventosa e o sítio de *Portuscale* junto ao rio (BRANDÃO, 1977). Todavia, alguns anos depois, em verbete sobre «Portucale» para o *Dicionário de História de Portugal*, José Mattoso opta ainda por uma visão meramente historiográfica, decidindo-se pela tese de Torquato de Sousa Soares (MATTOSO, 1985).

Uma visão mais alargada da história antiga da região, incorporando já a arqueologia, foi a patenteada por Manuel L. Real e Rui Tavares em texto de 1987. Beneficiando do conhecimento dos achados da Rua D. Hugo, n.º 5 e das escavações no Castelo de Gaia, os autores retomam, no que refere à romanização, o papel fundador ou dinamizador da via romana e da travessia do rio para os aglomerados humanos de ambas as margens, «beneficiados de um mesmo destino como porto de passagem», admitindo mesmo que a designação Cale «coubesse às duas margens» (REAL; TAVARES, 1987: 391). Propunham, assim, um desenvolvimento harmónico de ambas as populações ribeirinhas, não relevando, em época imperial, as antigas divisões étnicas; e, se bem que a ripa norte parecesse apresentar eventual predomínio comercial, a identidade partilhada de ambas as comunidades subsistiria ainda nos dois *Portucale* tardo-antigos da *Diuisio Theodemiri* (*Idem*: 391-392).

A *História do Porto*, publicada em 1994 (RAMOS, 1994), constituiu, como é próprio destes projetos editoriais, mais um momento de balanço e, simultaneamente, de consagração historiográfica das narrativas sobre a história da cidade, neste caso atualizando empreendimento similar levado a cabo três décadas antes e ao qual já acima fizemos referência (PERES; CRUZ, 1962). Dirigida e redigida a obra, essencialmente, por historiadores da Universidade do Porto, coube o capítulo da ocupação mais antiga da cidade a Armando Coelho F. Silva.

Na linha de vários trabalhos anteriores sobre a proto-história e a história antiga da região portuense (SILVA, AF, 1983; 1984a; 1984b; 1986), Ferreira da Silva, na sua análise dos primórdios do processo urbano, descarta de vez a proposta de Mendes CORREIA (1932a; 1935, etc.)[127] sobre a existência de um povoado fortificado, como origem da cidade, na elevação da Cividade/Corpo da Guarda, baseado, quer na revisão dos materiais arqueológicos que aquele investigador exumara (BARROCA, 1984)[128], quer nos resultados de sondagens ali realizadas[129] (SILVA, AF, 1994: 66). Repassando os achados recentes nas escavações da Rua D. Hugo – primeira verdadeira «janela» para a proto-história da cidade – A. Coelho lembra a evidência das fases de ocupação mais antiga, que aponta ao Bronze Final, para além das estruturas da Idade do Ferro, intuindo até que poderia ter havido uma expansão do povoado ao longo do primeiro milénio a.C., valorizando sobremaneira os materiais de importação exumados naquelas escavações; trata, de seguida, das ruínas que testemunham a romanização daquele local (*Idem*: 70-77). Entrando na questão de *Cale*, sublinha os testemunhos da sua tomada por Perpena, a que, supostamente, aludiu Salústio, e do Itinerário de Antonino; sem

[126] Atualizando, finalmente, com novo cartograma, e graças à colaboração com Fernando Lanhas, a antiga carta arqueológica de Mendes Correia (BRANDÃO, 1977: 599).

[127] *Vd. supra*.

[128] A qual, todavia, não demonstrou serem totalmente inconclusivos os vestígios de ocupação pré-romana e romana no local, como acima se viu. Discutimos mais detalhadamente a questão no ponto 5.3.1.2.

[129] De acordo com o relatório daqueles trabalhos, publicado em data bastante posterior (OSÓRIO *et al.*, 2008), não pode, também, eliminar-se a possibilidade da ocupação do sítio, em tempos romanos ou pré-romanos, não sendo também definitiva – face à área sondada – a inexistência de estruturas. É verdade, porém, em consequência dos achados feitos à época no morro da Penaventosa, que a possibilidade da localização de dois castros tão próximos, é muito reduzida. *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

dúvidas, localiza *Cale* no morro da Sé[130], em relação com os *Callaeci*, igualmente situados a norte do Douro[131] (*Idem*: 82-83). No Baixo-Império romano, a par da construção da muralha aparecida também na rua D. Hugo, que naturalmente Ferreira da Silva menciona, ter-se-ia registado um segundo momento de expansão urbana, ocupando-se, quer as encostas da Penaventosa voltadas a sul, até à cota da Ribeira e às habitações romanas da Casa do Infante; quer o vizinho morro da Cividade (*Ibid*.: 86).

Numa perspetiva regional A. Coelho sugere ainda que o «Castro (*castellum*) de Cale» não teria exercido funções de centralidade durante a sua fase proto-urbana proto-histórica, mas tão só a partir do século I, no âmbito da reorganização das *ciuitates*, como capital da *ciuitas* dos Calaicos, beneficiando da sua particular implantação estratégica no cruzamento dos eixos do Douro e da estrada de *Olisipo* a *Bracara Augusta;* a urbanização do povoado à cota alta, comprovada pelo achado de colunas e monumentos epigráficos, teria correspondência, junto ao Douro, na estação viária – que Ferreira da Silva localiza na foz do rio de Vila – e em instalações portuárias, porventura relacionadas com os edifícios da Casa do Infante (*Ibid*.: 87-89)[132]. Em síntese, seguindo ainda o mesmo autor, o nome da *ciuitas* (cidade) de Cale e do seu *portus* ter-se-iam justaposto no novo topónimo, talvez em época tardo-antiga, ampliando-se, entretanto o seu território, ao mesmo tempo que a cidade romana se desenvolvia como verdadeiro «*port of trade*» para receção de produtos e o escoamento do ouro das minas de Valongo e outros bens (*Ibid*.: 90ss.; SOEIRO, 1984: 111; REDENTOR, 2017a: I, 496, 497). Por fim, já em época tardo-antiga, A. C. Ferreira da Silva sugere que a zona ribeirinha poderá ter sido abandonada até ao século XIII[133], coincidindo «com a renovada expressão urbana da zona alta da Sé, ora designada por *Portucale castrum* ou *Portucale castrum nouum* a partir do domínio suevo» (*Ibid*.: 99).

Em trabalhos mais recentes A. C. Ferreira da Silva tem defendido, com pouca variação, as mesmas linhas interpretativas sobre a evolução do povoamento antigo na região. Concretamente em relação a *Cale*/Morro da Sé do Porto, a valorização dos elementos arquitetónicos e epigráficos aparecidos na área culminante daquela elevação levaram este autor a sugerir a existência ali de um *forum*[134] ou, pelo menos, de um templo (SILVA, AF, 2000: 101), enfatizando também diversos monumentos epigráficos da cidade no tocante ao seu significado com o mar e, indiretamente, com a atividade comercial (*Idem*, 103). Num outro estudo (2015), A. Coelho dedica a sua atenção às origens de Gaia, interessando por agora a tema deste capítulo a manifestação da sua concordância com a proposta de aplicação ao Castelo de Gaia da designação de *Ceno/Caeno oppidum* constante da Cosmografia do Anónimo de Ravena, documento dos séculos VII ou VIII baseado em fontes anteriores[135], feita por HÜBNER (1871: 67-68) e outros autores (FORTES, 1909: 15) e, mais recentemente, retomada por V. MANTAS (1996: 650; 2012: 198), colocando Ferreira da Silva, em alternativa a outras propostas, aquele topónimo do *ravennate* como eventual raiz do nome Gaia (SILVA, AF, 2015: 72-73)[136].

---

[130] E não, como pretenderam muitos autores, segundo elenca A. Silva, no Castelo de Gaia, considerando até – face aos dados arqueológicos então disponíveis – a aparente maior relevância da colina da Penaventosa sobre a congénere gaiense.

[131] Lembrando até a primazia do beneditino Pereira de Novais, nos finais do século XVII, na identificação dessa correspondência (*vd. supra*).

[132] *Vd., supra*, o que dissemos sobre este assunto, a propósito de REAL; TAVARES, 1987, que aqui parece seguir-se.

[133] Baseia-se o autor na escassez de vestígios arqueológicos posteriores ao Baixo-Império nas escavações da zona ribeirinha. *Vd. infra*, ponto 5.3.3.

[134] Hipótese igualmente colocada por ALARCÃO (2019a: 8), mas, quanto a nós, sem grande fundamento arqueológico.

[135] *Vd. infra*, ponto 5.1.3.

[136] Ao contrário, por exemplo, de Torquato da Sousa Soares, como vimos (que propunha a aproximação *Calis* > *Ga(l)ia* > Gaia), Ferreira da Silva coloca a hipótese (*ciuitas*) *Caena* > *Cania* > *Ga(n)ia* > Gaia, chamando a atenção para a

Jorge de Alarcão, um dos investigadores particularmente interessados nas configurações étnicas do país e a sua relação com a toponímia documentada e existente, tem também dirigido o seu trabalho para a região da foz do Douro e para a questão de Cale e Portucale (ALARCÃO, 2005b; 2019a). Antes de comentarmos as suas sugestões e propostas interpretativas – e porque estamos prestes a encerrar este ponto – valerá a pena fazer um ponto de situação para clarificar alguns aspetos importantes. Ao contrário de Machado, Sousa Soares, Mendes Correia e a maior parte dos autores atrás citados, contámos, na atualidade, com crescente número de dados arqueológicos que nos dão outra perspetiva da ocupação antiga de ambas as margens do Douro, nãom precisando, por isso, de reduzir o debate a questões meramente historiográficas, filológicas ou toponímicas; em contrapartida, no que concerne à documentação escrita, estamos praticamente na mesma situação; e se, no passado, os estudiosos conjeturavam, à falta de vestígios materiais, mais ou menos livremente; no tempo presente não é menor a dificuldade de compaginar conjeturas similares com os testemunhos físicos da ocupação humana da região.

Deste modo, elaborámos duas tabelas-síntese, necessariamente simplificadas. A Tabela 5 resume o conhecimento do povoamento de ambas as margens, por grandes épocas e considerando para cada lado, os dois principais núcleos de ocupação: em altura (Penaventosa e Castelo de Gaia) e as zonas ribeirinhas de cada ripa (não importando por agora os seus limites precisos, que em outro ponto se discutirão)[137]. Como pode ver-se na mesma tabela, em ambos os castros está documentada, por estruturas ou espólio arqueológico ocupação (independentemente da sua expressão, intensidade ou extensão) ao longo de toda a proto-história e, seguramente, até ao período suevo-visigótico; nas zonas baixas de cada margem (onde não é expectável habitação pré-romana), os dados são um pouco mais seguros do lado do Porto, se bem que na parte meridional, a menor quantidade de achados e a falta de estudos dos revelados dificulte maior precisão.

Tabela 5
Ocupação antiga (simplificada) das duas margens da foz do Douro

Épocas/Locais	Margem norte		Margem sul	
	Atual Porto		Atual V. N. Gaia	
	Penaventosa	Área ribeirinha	Castelo de Gaia	Área ribeirinha
Bronze Final	Sim	Não	Sim	Não
Idade do Ferro	Sim	Não	Sim	Não
fins da República	Sim	?	Sim	?
Alto-Império	Sim	Sim	Sim	Sim
Baixo-Império	Sim	Sim	Sim	
Tardo-antiguidade	Sim	Sim	Sim	?

Não é esta a ocasião para discutir em detalhe a natureza das informações que registamos nesta tabela, mas cumpre dizer, porém, que entendemos, de um modo geral, que, à semelhança do que parece ter sucedido nas colinas do Castelo de Gaia e da Penaventosa, acreditamos que o povoamento das zonas ribeirinhas (em todo o sector sul da Penaventosa e, no caso de Gaia, especialmente a nascente do Castelo), a partir do momento em que foi

frequência do radical **Can-/Con-* na toponímia da região dos *Turduli Veteres*, na qual se inseria a região gaiense em tempos pré-romanos (SILVA, *ibid*.).

[137] *Vd. infra*, pontos 5.3.1 e 5.3.4.

estabelecido, terá permanecido sem interrupções ou «ermamentos» temporários absolutos, se bem que alguns autores, como vimos, tenham sugerido essa possibilidade.

Naturalmente, as populações que – a partir, talvez, logo do século I – se estabeleceram na ribeira do Douro, de ambos os lados, votadas provavelmente a atividades mais ligadas ao rio, como a pesca, o comércio, a manutenção das barcas de passagem ou certos ofícios[138], estavam particularmente vulneráveis. Desde logo a fenómenos naturais como as cheias do Douro, cíclicas e certamente destruidoras, como sucedeu até épocas recentes; mas também à conflitualidade e ao saque. Sem muros que as protegessem – pois disso não há qualquer notícia ou evidência – após a *pax romana*, ficaram sujeitas às guerras internas, e entre si, dos povos germânicos e, posteriormente, dos ataques normandos e das *razzias* e pirataria muçulmana[139], só alcançando maior segurança, talvez, a partir do século XII, com a fundação da nacionalidade e o afastamento para sul da fronteira cristã. Pode imaginar-se, nesta linha, que essa comunidade fluvial sofresse com alguma frequência – e porventura sem grandes meios de defesa – ataques de que resultaria o saque ou incêndio das suas habitações e propriedades, a captura de escravos e outras malfeitorias e violências, admitindo-se, em consequência dessas circunstâncias, pontuais retrações no povoamento de algumas áreas ou o abandono de um outro quarteirão destruído por essa via. Mas a vida seguia o seu curso e, provavelmente, no espaço de anos ou décadas, tais construções seriam refeitas ou substituídas – detalhes temporais de curta duração que dificilmente a arqueologia ou a história poderão esclarecer.

Este apontamento parece-nos importante para introduzir o comentário à Tabela 6 (mais à frente), na qual sintetizámos, em especial a partir das propostas e reflexões de J. ALARCÃO (2005b; 2019a) e de outros autores modernos o cruzamento dos dados documentais com algumas das propostas interpretativas ultimamente avançadas[140], utilizando o mesmo critério cronológico e espacial da tabela anterior.

A designação dos castros principais de ambas as margens da foz do Douro é desconhecida, como aliás acontece com os nomes indígenas ou romanizados da generalidade destes povoados. Mas na Penaventosa ou no Castelo de Gaia assenta-se, habitualmente, o nome de *Cale*, com base na *mansio* elencada no Itinerário de António, na referência de Salústio, para os que a aceitam, no topónimo composto *Portucale* (e formas afins) registado em documentos tardo-antigos, e na aparente relação onomástica entre os *Callaeci* e *Cale*, que seria o seu povoado-capital epónimo. Em boa verdade, só esta última razão e o apontamento salustiano sustentam a localização a norte de Cale, considerando, naturalmente, que nesta precisa região moravam os calaicos, o que não é opinião unânime, como se verá[141]; para os que defendem Cale na margem esquerda, provavelmente só a hipótese de ficar deste lado a estação viária, ou a eventual aproximação do topónimo ao moderno *Gaia* servirão, atualmente, de fundamento[142]. A situação de Cale na margem direita do rio parece, atualmente, a mais seguida; mas A. C. Ferreira da SILVA (2015) recuperou como eventual

[138] Questão sobre a qual não possuímos ainda quaisquer dados, infelizmente.

[139] Do que existe basta documentação. *Vd*., por exemplo, acerca do Porto, SILVA; REAL, no prelo.

[140] O alargamento desta tabela às propostas e interpretações de autores mais antigos torná-la-ia extremamente complexa e, em nosso entender, de menor utilidade prática.

[141] A questão galaica é, todavia, de natureza decisiva, pois se é facto que, na etnogeografia antiga, a Lusitânia começou por abranger toda a fachada ocidental da península, como é sabido; não há constância da «*Callaecia*» romana, mesmo como *regio* menos precisa, ter algum dia ultrapassado o Douro para sul.

[142] Não se aprofunda aqui este assunto, pois é tratado, com maior detalhe, em outros pontos deste trabalho. Somos pouco inclinados a aceitar, por princípio, qualquer argumentação sustentada na «importância» ou qualidade relativa dos achados arqueológicos, a menos que, porventura, uma eventual hierarquia dos sítios venha a revelar-se de forma incontestável.

nome indígena do castro de Gaia a menção a *Ceno/Caeno* (*oppidum*)[143] do Anónimo de Ravena.

Considerando a possibilidade de *Cale* ter sido o nome do aglomerado situado a norte (sem distinguir o castro da zona baixa) Alarcão coloca a hipótese de ter sido nomeado, em época romana incerta como *portus Cale*, *portus Calis* (genitivo) ou, porventura *portus ad Calem* o núcleo fronteiro, estabelecido para a serventia do atravessamento do rio[144]; na margem norte existiria, compreensivelmente, núcleo similar à cota do rio, tendo o mesmo nome (talvez já *Portucale*, ou *Portugale*) migrado para essa área «na época tardo-romana ou suévica», resultando talvez desse facto o *Portucale* ou *castrum* «novo» que ocorre nas fontes tardo-antigas (ALARCÃO, 2005b: 304; 2019a: 9-10). Entrando nos períodos de domínio suevo e visigótico, o mesmo Autor tece interessantes considerações sobre as menções de Idácio à região: em duas referindo *Portucale* e *Portucale castrum* (aplicáveis a qualquer das margens, conforme se interprete o texto original e o enquadramento histórico) e, em especial a informação de que Requiário, rei dos suevos, perseguido por Teodorico em 456, terá fugido *ad locum qui Portumcalem appelatur*; entendendo Alarcão poder interpretar-se esta menção, ou como aludindo a sítio de menor importância que os «outros» dois do mesmo nome, ou como indicação de que era nova – e precisava, por isso, desta especificação – a sua designação como tal, podendo, nesta segunda hipótese, referir-se ao nome da margem norte, «migrado» desde a parte meridional (*Idem*: 304-305; 2019a: 11-12)[145].

Por fim, no que se refere à indicação viária do Anónimo do século VIII, Alarcão reconhece *Calo* no Porto, e quanto a *Ceno*, ou similar, provavelmente em Gaia, admite a hipótese de tratar-se de um topónimo indígena, recuperado pelo roteiro de uma das fontes utilizadas; como também de um novo nome, atribuído naquela ocasião e que não terá vingado. Num caso como noutro, trata-se de um *unicum* documental, aguardando, porventura, outra confirmação (ALARCÃO, 2005b: 305-306; 2019a: 10).

As propostas que agora sintetizámos constituem o «estado da arte» atual sobre o «problema de Cale e Portucale», que Sousa Machado classificava como problema eterno ou sem solução (MACHADO, 1968a: 52; 1968b: 16). Com efeito, somos, a este respeito, bastante céticos, preferindo compilar e analisar a progressiva informação arqueológica sobre ambas as margens (SILVA, 2010c; 2011; 2017a; 2018; 2020b; SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020; SILVA *et al*., 2017) sem excessiva preocupação de a rotular étnica ou toponimicamente. De facto, apenas com a ocorrência de novas fontes documentais, provavelmente epigráficas, poderemos avançar para um entendimento mais sustentado sobre o nome e natureza dos lugares de ambas as margens, ultrapassando as seculares conjeturas linguísticas ou a sistemática reinterpretação de fontes normalmente de segunda mão e fiabilidade duvidosa.

[143] O desdobramento da telegráfica, e porventura deturpada, citação viária do Anónimo parece-nos relevante, como aliás já observámos (SILVA, 2010c: 215; 2018: 46). Como lembrou ALARCÃO (2005b) o texto conservado nas tardias transcrições do roteiro anónimo – *cenoopi docalo* – permite quatro opções de leitura – *Ceno; Ceno opido; Opido Calo e Calo*, o que pode não ser indiferente quanto à natureza e estatuto do sítio. *Vd. infra*, ponto 5.1.3.

[144] Como nota Alarcão, tal povoado «de pequeno, se pode ter tornado relevante. Haveria aí armazéns, *tabernae*, uma estalagem, as casas dos barqueiros e dos estivadores» e, porventura, também estaleiros (ALARCÃO, 2019a: 9-10).

[145] Deixaremos para outro ponto alguns comentários a esta sugestão, que aqui só enumeramos, tanto mais que, uma como outra, nos parecem pouco satisfatórias (sem que todavia tenhamos alternativa, reconhecemos).

Tabela 6
Dados documentais e propostas recentes para a toponímia antiga da foz do Douro

Épocas/ Locais	Margem norte		Margem sul		Fontes/proponentes
	Atual Porto		Atual V. N. Gaia		
	Penaventosa	**Área ribeirinha**	**Castelo de Gaia**	**Área ribeirinha**	
Proto-história	*Cale ?*	Não ocupada	*Cale ? Ceno/ Caeno ?*	Não ocupada	Vários AA. *Ceno/Caeno* seg. SILVA 2015
Alto Império	*Cale ?*	*Portus Cale/ Calis ?*	*Cale ?*	*Portus Cale/ Calis ?*	Vários AA
Baixo-Império	?	*Portus Cale/ Calis ?*	?	*Portus Cale/ Calis ?*	Vários AA
Tardo-antiguidade	«Portucale novum»	*Portus Cale/ Calis ?*	*Portucale castrum antiquum*	*Portus Cale/ Calis ?*	*Portucale castrum antiquum* (*Parochiale*); propostas ALARCÃO 2005b e 2019a
	«Portucale novum» ?				ALARCÃO 2005b
	Castro novo				*Parochiale*
	locus portucale appelatur ?		*locus portucale appelatur ?*		Crónica de Idácio
	Portucale ?		*Portucale ?*		Crónica de Idácio
	Portucale castrum ?		*Portucale castrum ?*		Crónica de Idácio
	oppido Calo ?	*Calo ?*	*Ceno oppido ?*	*Ceno ?*	Anónimo de Ravena. ALARCÃO 2005b e 2019a; SILVA 2015; Outros AA

2.3. LIMITES E POSSIBILIDADES DAS FONTES LITERÁRIAS E ARQUEOLÓGICAS

A nossa pesquisa sobre *Cale* e os *Callaeci* teve como material de trabalho vários tipos de fontes, com diferente disponibilidade e capacidade informativa conforme os tópicos que sejam chamadas a iluminar. Entre as fontes escritas partimos, como não podia deixar de ser, dos escritos dos autores da Antiguidade, sopesados pela longa tradição historiográfica que deles tem vindo a beber, modernamente com metodologias de abordagem e análise que permitem uma leitura mais crítica e contextual dessas informações mais remotas. Um segundo pilar foi constituído pelos dados arqueológicos referentes à área nuclear e à zona geográfica de indagação mais alargada. De certo modo a meio caminho entre estes dois tipos de fontes, pela sua intrínseca materialidade e suporte textual, dedicamos atenção particular ao dossiê epigráfico da região e às ocorrências monetárias.

As fontes literárias são o fio condutor, usualmente ténue e frágil, que ao longo de quase um milénio permitem-nos viajar por entidades que em boa parte desse tempo longo foram certamente coevas dos testemunhos de terceiros. As informações de geógrafos, etnógrafos, cronistas ou literatos[146], na maior parte dos casos fragmentárias ou extremamente singelas, limitando-se, muitas vezes, a nomear as entidades étnicas que nos interessam, somam aos desafios do próprio discurso, uma tradição documental não raro discutível e passível de

[146] Considerando, bem entendido, as condições em que estas categorias modernas podem aplicar-se a esses autores antigos.

leituras diversas[147]. Importa por isso que sejam objeto de uma hermenêutica cuidada, senão para delas extrair o que outros, bem mais habilitados, já aprofundadamente debateram e esmiuçaram, pelo menos para nos precavermos de anacronismos ou visões simplistas das realidades de que pretendemos aproximar-nos.

A produção bibliográfica das últimas décadas sobre este assunto é vastíssima e preferimos revisitar e discutir o tema em vários pontos deste trabalho – seja a propósito da etnogénese[148], como passando em revista as fontes sobre *Cale*, os *Callaeci ou a Gallaeciai*[149], entre outros capítulos – do que concentrar as múltiplas propostas e correntes de análise num longo excurso teórico. Não obstante, interessará ilustrar alguns tópicos a partir de alguns estudos que entendemos cabalmente exemplificativos da prudência com que devem ser lidas as fontes clássicas.

Estrabão é um dos autores mais recorrentemente usados para uma aproximação à «realidade» sociopolítica e aos ambientes etnográficos de lusitanos, galaicos e outros povos da fachada atlântica (SAYAS ABENGOCHEA, 1999), muito em especial porque a sua *Geografia*, tanto no que respiga de Posidónio e outras fontes anteriores, como no que lhes acrescenta de compilação própria, é sem dúvida uma das narrativas mais completas, vívidas e abrangentes da Ibéria entre os tempos de Decimus Iunius Brutus e o principado de Augusto (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015; GARCÍA-BELLIDO, 1993: 47; CRUZ ANDREOTTI, 1999: 13). Não obstante, para além dos preconceitos etnográficos (CRUZ ANDREOTTI, 2015: 55; 2017: 90-91; TROTTA, 1999: 91) e do habitual recurso aos efeitos mitográficos (PATTERSON, 2013: 201-202, *passim*), como era habitual nos escritos da época, aspetos essenciais para uma leitura devidamente enquadrada do geógrafo do Ponto, a análise estrita do próprio vocabulário e do seu contexto semântico na narrativa estraboniana podem levar a interpretações diversas de certas passagens da *Geografia*, como exemplarmente demonstrou Marco García a propósito do trecho no qual o escritor grego descreve a ação das autoridades romanas para controlo das populações autóctones e do seu endémico banditismo, forçando-as a baixar dos seus povoados de altura à planície e reestruturando toda a rede de povoamento (*Geog*., III, 3, 5), a propósito deste trecho, aquele investigador ensaiou detalhada análise textual a partir do verbo utilizado por Estrabão (συνοικιζω), que tanto pode ser entendido num sentido amplo de sinecismo, como no mais estrito de fundação de colónias ou estabelecimento de colonos (GARCÍA QUINTELA, 2002: 23-34)[150].

A par das informações etnográficas, encontramos nos textos dos autores greco-latinos, de forma muito mais generalizada, enumerações ou apontamentos respeitantes aos povos ou etnias que ocupavam as regiões assimiladas pelo Império, fonte primordial para a reconstituição etnogeográfica da Península na Antiguidade. Se bem que os documentos epigráficos possibilitem, de algum modo, temperar ou confirmar algumas dessas indicações, designadamente quando permitem datação exata, como sucede com as *tabulae* ou *tesserae hospitales*, pelo seu conteúdo oficial, uma leitura crítica das narrativas implica uma atenta e informada desconstrução dos termos usados pelos autores e da sua própria concetualização de etnia, considerando quer a perspetiva colonial e a necessidade de adequar as realidades

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[147] A alegada menção de Salústio à tomada de *Cale* por Perperna, no contexto das guerras sertorianas, representa, a este propósito, exemplo completo, como adiante explicitamos (*vd. infra*, ponto 5.1.2).

[148] *Vd*. adiante, ponto 2.4.

[149] *Vd. infra*, capítulos 5, 6 e 7.

[150] Veja-se maior discussão do tema a propósito da problemática relacionada com a fundação do castro de Monte Mozinho (*infra*, ponto 4.6).

percebidas ou sobre as quais se recolheram informações[151]; quer o próprio sentido dinâmico e volúvel que a configuração das identidades coletivas – admitindo analogias com as sociedades tradicionais modernas e contemporâneas – normalmente implica, levando muitos antropólogos a defender perspetivas construtivistas na abordagem às etnias (AMSELLE, 2014 [1985]; 1987).

Por outro lado, o grau das «invenções culturais» (CRUZ ANDREOTTI, 2002: 154) e de produção etnonímica suscitadas precisamente pelo choque de culturas (AMSELLE, 1987) pôde mesmo ser colocado em «estratigrafia» por Pierre Moret, que analisa o fenómeno em momentos anteriores, contemporâneos e posteriores à conquista romana, começando com as narrativas de mitógrafos e periegetas, como Hecateu de Mileto ou Herodoro de Heracleia, e exemplificando a fase coeva da conquista com os discursos de Políbio ou Tito Lívio, onde mais notoriamente as *ethnè* ou *gentes* se fazem presentes (MORET, 2004: 39ss.). A propósito de Políbio, que acresce a inegáveis méritos de historiador, a vantagem do conhecimento direto da Península, Moret recorda a tendência para a omissão dos étnicos menores em favor de grandes conglomerados démicos como os Iberos ou os Lusitanos, certamente para evitar enumerações fastidiosas e desconfortáveis para os leitores gregos (Políbio, III, 36-3-4), salientando não só a intencional simplificação como a heterogeneidade e os preconceitos teóricos de Políbio, alerta que estende a Tito Lívio, autor que requer consulta com «*extrême prudence, et seulement comme source d'appoint, pour la restitution des ethnies ibériques et de leurs territoires*» (MORET, 2004: 48, *passim*).

Após a conquista e pacificação da Península, as novas realidades e determinações políticas – e não já a preocupação de poupar os leitores a enumerações massudas e fatigantes – levaram a uma necessária simplificação e reconfiguração do mosaico étnico (LE ROUX, 2006: 65-71), naturalmente refletidas em autores como Estrabão ou Plínio-o-Velho, especificidade que deve ser levada em conta. A propósito de Plínio, P. Moret lembra, com oportunidade, o equívoco, a evitar, entre os *populi* elencados pelo naturalista (basicamente comunidades cidadãs ou estipendiárias), e as *ethnè* dos geógrafos helenistas, grupos de população que Plínio melhor expressou por *gentes* (MORET, 2004: 50; GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017), concluindo o autor francês sobre os perigos e a prudência indispensável na manipulação destas fontes literárias (*Ibidem*: 52, 59)[152].

Os dados de natureza epigráfica ou numismática apresentam igualmente um potencial informativo muito interessante para algumas das questões abordadas nesta pesquisa, se bem que sejam pontuais ou de todo inexistentes para outras. No que respeita às fontes epigráficas contamos, para além dos diversos catálogos e compilações bem conhecidos, desde o *Inscriptiones Hispaniae Latinae*[153], passando por diversas iniciativas de revisão e atualização regionais, como as VIVES (1972); ARIAS, LE ROUX e TRANOY (1979); PEREIRA-MENAUT (1991); BAÑOS RODRÍGUEZ (1994), até diversos inventários e análises recentes, como o trabalho de Sónia GARCÍA MARTÍNEZ (1996) para o conjunto da Astúria e da Galécia e, mais recentemente e de interesse mais direto para a nossa região, o de Armando REDENTOR (2017 [2011]) para a fachada ocidental do *conuentus* bracaraugustano, não podendo deixar as práticas e potentes bases de dados em linha como *EDCS*, *EDH* ou *HEpOL*, devidamente citadas na bibliografia final e nos pontos desta dissertação em que a elas recorremos.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[151] Atendendo mesmo – nunca é demais recorda-lo – a que a maior parte dos nossos informadores antigos não visitaram ou tiveram contacto direto com as regiões e povos descritos, como aliás sucede com Estrabão.

[152] Sobre o papel de Plínio na «construção» historiográfica da Hispânia Citerior, vejam-se os estudos recentes em CIPRÉS, 2017.

[153] CIL, II, 1869 (HÜBNER, *Corpus Inscriptionem Latinarum*, vol. II.

Infelizmente, não possuímos para a fachada ocidental do norte de Portugal, onde se inclui a nossa área de estudo, a quantidade e diversidade de inscrições oficiais bronzíneas disponíveis para o noroeste espanhol, por aqui reduzidas ao par de *tabulae* do Monte Murado, em Vila Nova de Gaia, na margem sul do Douro (SILVA, AF, 1983; 1984b; 1986: 310-312). A epigrafia pétrea, pelo contrário, não permitindo, geralmente, a precisão cronológica daqueles textos oficiais, transporta consigo a dura marca do tempo sobre os suportes graníticos, suscitando leituras e interpretações dos textos muito diversas cujo debate, aliás, consome muito do investimento científico na matéria.

O dossiê epigráfico reunido para este estudo inclui cerca de quatro dezenas de registos, na sua maioria relativamente tardios, que tratamos em ponto próprio[154]. Neste conjunto predominam claramente os epitáfios, que perenizam ainda substancial onomástica indígena, resultando por isso interessantes para alguma aproximação regional à sociedade galaico-romana. As expressões epigráficas votivas, quando não prejudicadas na sua leitura pelas adversidades do suporte repartem-se entre o culto a Júpiter e às divindades mais genéricas e ubíquas, como os Lares e os Manes, por vezes adjetivados topicamente; e as deidades locais, como Nabia, Alboco, Ida, para além de outras de leitura mais duvidosa, ou mesmo origem distante, como o exótico *Balmarcordes* que Armando Redentor discerniu numa pequena ara encontrada nos arredores do Porto (REDENTOR, 2017a: II, 95, n.º 111). Menção a personalidades ou entidades oficiais só as encontrámos, em epigrafia lapidar, nas inscrições viais, como é de norma, constituindo singular exceção os cônsules de meados do século II que presidiram ao ritual politeísta celebrado pela conhecida ara de Marecos, Penafiel (RIBEIRO; FERNANDES, 2002; REDENTOR, 2017a: II: 39-40, n.º 27). Por fim, desapontando os nossos anseios de reconstituição étnica, são escassíssimas as alusões a topónimos ou grupos de população na epigrafia regional sobre pedra, reduzidas aos desconhecidos *Danigi* na região de Penafiel, mencionados na mesma ara (*Idem, ibid*.) e a dois ignotos *castella* recordados numa ara de Vila do Conde, podendo reconstituir-se apenas um deles. como correspondente ao castro de *Uliainca* (SILVA, 1980b: 83; REDENTOR, 2017a: II, 197, n.º 266). No geral, e como em ponto próprio se detalha[155], o dossiê epigráfico da região é curto e pouco informativo para os nossos propósitos de pesquisa, seja em relação a *Cale*, aos *Callaeci* ou mesmo ao ritmo de aculturação das populações indígenas no novo quadro político-administrativo.

O contributo das fontes numismáticas para a nossa pesquisa restringe-se, essencialmente, à análise dos ritmos da «romanização» em função dos ciclos ou fluxos da circulação monetária, uma das novidades trazidas pela potência invasora ao rincão castrejo do noroeste. Nesta linha, a observação da ocorrência da moeda e a sua distribuição geográfica e cronológica (aspetos em que pode mesmo englobar-se entre os dados arqueológicos), concentrou-se nos tesouros monetários e, de forma mais particular, nas primeiras evidências de monetarização em contexto indígena, desconsiderando-se a maior parte dos achados ocasionais dispersos ou mesmo a moeda encontrada em escavações, pela evidente dificuldade do seu recenseamento satisfatório e escasso resultado que daí poderia advir para o nosso estudo[156].

A emergência de espécies monetárias forâneas na foz do Douro é assinalada – por certo mais simbolicamente do que com verdadeiro significado cultural – pelo achado, feito na década de 1920, de duas tetradracmas gregas, em prata, nas proximidades do mosteiro da

[154] Vejam-se, *infra*, o ponto 4.7 e a Tabela 12, para um conspecto de conjunto.

[155] *Vd*. nota anterior.

[156] Vejam-se, *infra*, o ponto 4.8 e as Tabela 13 e 14, para uma apreciação global e pontualizações mais significativas.

Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, uma datada de finais do século V e outra do século IV, tema a que foi dedicada ampla bibliografia, discutindo quer a veracidade da localização do achado, quer as circunstâncias em que tais numismas poderiam ter chegado à região (CORREIA, 1928: 204-205, n. 2; 1932a: 15; HIPÓLITO, 1983; CENTENO, 1987: 190-192; ALARCÃO; SANTOS, 1996: 282, nrs. 30-31). Entretanto, a informação de que o conjunto monetário encontrado seria composto por um número de entre seis a oito moedas, configurando por certo uma ocultação intencional (CENTENO, 1987: 190-191), foi, muito recentemente, recentemente confirmada através da publicação de outras duas tetradracmas batidas no século IV (CENTENO, 2020: 94-95), o que definitivamente afasta qualquer dúvida que ainda pudesse subsistir sobre o contexto da ocorrência. Naturalmente, como Rui Centeno em devido tempo assinalou, a receção destes objetos melhor se enquadra na sua condição de itens exóticos, talvez marcadores públicos do prestígio social dos detentores, do que como verdadeiras espécies de significado monetário (CENTENO, 1987: 192, n. 44; 281).

A circulação de moeda republicana, de cunho ibérico ou extra-peninsular, não se encontra atestada na região antes do principado de Augusto, salvo quando amortizada em tesouros (CENTENO, 1987; BARBOSA, 1999; 2002), sendo estes habitualmente relacionados com a circulação de corpos militares – mesmo, porventura, no marco das guerras sertorianas, com as quais parecem poder relacionar-se alguns tesouros CENTENO, 1977; 2011b: 122-127; ALARCÃO, 1990a: 349) – e não com a sua utilização por parte das populações autóctones. Os começos da efetiva monetarização do noroeste parecem coincidir com o reinado de Augusto (CENTENO, 1987: 281), e, mesmo nessa época, muitos tesouros incluem ainda na sua composição peças de ouro e prata descartadas ou fragmentadas em pequenos lingotes, sinal dos padrões metálicos da economia pré-monetal (CENTENO, 2020: 100-101). Pelo contrário, nessas duas décadas finais do século I a.n.e., marcaram presença no norte de Portugal, as emissões militares com a emblemática da *caetra* no reverso, conhecendo-se mais de três dezenas de exemplares, dois terços dos quais aparecidos na cidade de Braga (PÉREZ; ILLAREGUI; MORILLO, 1995: 204, figs. 4 e 5; MORAIS, 2010: 121; VILA FRANCO, 2012: 111, 164ss.), questão que abordamos em outros pontos desta dissertação, designadamente no que respeita ao significado cultural e político destas emissões[157].

Os dados de natureza arqueológica constituem, por fim, o quarto grande pilar deste trabalho. Partindo da inventariação,[158] da sistematização e da necessária revisão crítica da informação disponível para a área geográfica considerada, aliás relativamente abundante, se bem que por vezes dispersa e de qualidade muito desigual, como em outros pontos observamos[159] e pode apurar-se pelo Inventário constante deste trabalho. Estes elementos, tomados em duas escalas de análise – mais fina a atinente à área que, como hipótese de trabalho, tomamos como nuclear de *Cale*, distribuída pelo corredor mais imediato às margens da secção final do rio Douro – abrem-nos, num primeiro momento (que restringimos à Idade do Ferro) as janelas possíveis para discutir a rede de povoamento autóctone, com eventuais diferenças de densidade ou quaisquer particularismos que possam relevar-se.

Num segundo tempo, já em contacto com os exércitos – e, entretanto, talvez já também com os comerciantes – de Roma, o registo arqueológico pode assinalar descontinuidades ou enfatizar «arcaísmos» merecedores de atenção, desde logo tomando como eixo condutor a diversificação das formas de povoamento – em especial com a potenciação do fenómeno

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[157] *Vd*., nomeadamente, os pontos 4.4.1 (sobre *Bracara Augusta*) e 4.8 (Circulação monetária).

[158] A metodologia e critérios deste levantamento foram apresentados, como se impunha, no ponto próprio da Introdução (1.2.1).

[159] Vejam-se, essencialmente, os pontos 3.2 e 4.3 para a globalidade da região considerada; e o ponto 5.3 para os dados relacionados com o território dos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia.

urbano[160] – e da dinamização de novos sectores produtivos e económicos, com a exploração dos recursos minerais seguramente à cabeça, mas não exclusivamente, se pensarmos, por exemplo, na salinicultura, que deve ter tido expressão assinalável nas zonas costeiras ou nas desembocaduras dos rios atlânticos.

Os testemunhos do desenrolar da vida ao longo do Império neste território costeiro entre Douro e Ave, não podendo deixar de ser considerados, interessaram-nos mais para o baixo Douro terminal que para a restante região. Aí, num diálogo entre margens que, talvez, poderá ter tido, precisamente, o seu início nessa época de emergente romanidade, os nomes e as gentes jogaram meio «às escondidas», pelo menos para nós, o xadrez de *Cale* e de *Portucale*, o que nos levou a prestar ainda alguma atenção aos vestígios materiais tardo-antigos[161].

Porém, entendemos também que a fundamentação de muitas das nossas análises (porventura, até, as mais originais) em dados arqueológicos, recomenda – para além da óbvia compilação de informações documentais e uma vasta bibliografia que chega, pelo menos, ao século XIX – que ensaiemos um breve conspecto estatístico e crítico sobre as próprias condições do exercício da atividade arqueológica. Em nenhuma ciência são totalmente neutros os «dados» ou o papel do investigador; e na arqueologia, como, desde há muito, aprendemos da nossa própria vida profissional, a experiência, o olhar e o tato de quem escava, as opções técnicas, a disponibilidade de meios e, cada vez mais, as decisões administrativas, têm um impacte direto e definitivo não só na qualidade da informação obtida e no discurso que o arqueólogo elabora, em função, quer dos seus propósitos ou prioridades de investigação (se for o caso), como, inclusivamente, na natureza dessa mesma informação, com as consequências que se adivinham para a subsequente interpretação histórica[162]. A isso devemos acrescer, como se compreende, o nível dos *standards* básicos das atuações arqueológicas e as oportunidades de estudos complementares e discussão científica dos resultados. Questões que trataremos no ponto seguinte.

2.3.1. A atividade arqueológica na região (1980-2019)

Em linha e com os objetivos do que atrás propusemos fazer, ensaiaremos esta análise apenas no período respeitante às últimas quatro décadas, pois foi na década de 1980 que a arqueologia portuguesa efetivamente começou a modernizar-se e a sociedade passou a encarar o arqueólogo não como um simples curioso ou estudioso de antiguidades mas como um profissional das ciências sociais ou do património cultural, consoante a perspetiva que se privilegie[163]. Até essa data, não obstante o mérito científico de muitos trabalhos e a excelência de um número significativo de estudiosos interessados pela arqueologia, as intervenções

[160] *Vd*., sobre estas matérias, o ponto 4.4.

[161] Por razões de análise historiográfica, tivemos mesmo de adentrar-nos por épocas posteriores, como atestam os pontos anteriores deste capítulo.

[162] Podemos até testemunhar por experiência direta muita recente – só a título ilustrativo e sem precisar, sequer, de detalhar as circunstâncias – que os resultados de um conjunto de sondagens de diagnóstico para avaliação da sensibilidade arqueológica de um terreno onde se projetou a construção de um imóvel, feitas em regime comercial, identificaram um conjunto de vestígios «romanos», vagos e incaracterísticos, que apenas permitiriam concluir, para o futuro, a existência de uma «zona de ocupação» imprecisa. A «intrusão» no projeto, por parte de uma entidade terceira, de uma perspetiva de investigação e um pequeno investimento no alargamento da área de sondagens (que as entidades oficiais do património cultural não haviam proposto) *transformou* o sítio, «incaracterístico e difuso», numa vasta necrópole de cronologia tardo-antiga.

[163] Várias razões contribuíram para esta mudança de paradigma, particularmente notório após o estabelecimento do regime democrático em Portugal em 1974, podendo apontar-se, em traços gerais, o início da formação superior em Arqueologia nas principais universidades públicas portuguesas, a modernização do quadro legal sobre o património arqueológico, com a criação de estruturas administrativas próprias, o movimento associativo, o início da atividade arqueológico por parte de serviços municipais, entre outras razões. Vejam-se sobre o assunto, por exemplo, FABIÃO, 1999; 2011; SILVA, AC, 1999; SILVA, 1997; 1998; 2003b e RAPOSO, 2021.

registadas em sítios desta região foram pontuais, resultantes de achados ocasionais ou apenas dirigidas às estações mais emblemáticas, sendo frequentes as abordagens mais ou menos amadorísticas[164].

No caso concreto da cidade do Porto, que nos servirá de referencial para os municípios vizinhos, os trabalhos arqueológicos anteriores a 1980 contam-se pelos dedos de uma única mão e foram, de um modo geral, realizados de forma voluntarista e sem um registo minimamente aproveitável na atualidade (CORTEZ, 1952; 1953; BARROCA, 1984; RODRIGUES, 1989; SILVA; OSÓRIO, 1993a: ix), tendo sido nas décadas de 1980 e 1990, especialmente por impulso dos serviços de arqueologia municipais, que a prática arqueológica começou a generalizar-se e a ser entendida numa perspetiva de conjunto, enquanto «arqueologia urbana», conceito a que voltaremos mais adiante (SILVA, OSÓRIO, 1993; OSÓRIO, SILVA, 1994; SILVA, 2000; 2003a).

2.3.1.1. Enquadramento legal

O enquadramento legal da atividade arqueológica em Portugal, modificou-se substancialmente após a instauração do regime democrático (1974) e, em particular, desde as décadas finais do século passado, quer pela necessidade de adaptação a diretivas comunitárias europeias ou a convenções internacionais subscritas pelo Estado português, quer como resposta a desafios conjunturais, do que resultaram, igualmente, profundas alterações nos órgãos e dispositivos de gestão e tutela do património arqueológico.

Numa perspetiva naturalmente sintética, recordamos que a primeira lei de bases do Património Cultural Português foi aprovada pelo Parlamento em 1985[165], já depois da criação de um instituto público para a gestão dos bens culturais de diversa natureza, o Instituto Português do Património Cultural (1980)[166], dotado de vários Serviços Regionais de Arqueologia, descentralizados pelo território, os quais, durante uma década, marcaram uma época de grande dinâmica em termos de política de proximidade e de uma maior consciência cívica sobre os bens arqueológicos (SILVA, AC; MARQUES, 1992: 33). A Lei do Património Cultural de 1985 dedicava um capítulo ao regime específico do património arqueológico, o qual, por definição de princípio, definia como «património nacional»[167]. Ao mesmo tempo, a lei estabelecia regulamentação para a realização de trabalhos arqueológicos, disposições para os achados arqueológicos acidentais e medidas preventivas para os locais onde se presumisse a existência monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos, prevendo também a adoção de medidas de salvaguarda no caso de «grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais»[168]. Por fim, enquadravam-se no âmbito dos contextos de particular potencial e interesse arqueológico, pela primeira vez, os testemunhos em meio subaquático e a especial sensibilidade do subsolo das cidades históricas, estabelecendo-se ainda as bases de um plano nacional de trabalhos arqueológicos, um programa de organização e financiamento de projetos de investigação a candidatar por

[164] Não precisamos, aqui, de historiar a prática arqueológica na região ou elencar os seus principais agentes, a que facilmente se têm acesso consultando os estudos monográficos dos diferentes municípios (por exemplo, SOEIRO, 1984; GUIMARÃES, 1993; PIRES, 2006; SILVA, 2010c; 2015a), mas a maior parte dos trabalhos de escavação, por vezes em estações de grande importância, mesmo quando razoavelmente conduzidos, não ficaram suficientemente documentados para permitir a sua utilização científica nos nossos dias.

[165] Lei nº 13/85, de 6 de Julho.

[166] Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto.

[167] Definição juridicamente ambígua (SILVA, AC, 2003: 123; NABAIS, 2010: 13, n. 13) mas que, a nosso ver, não deixou de ter utilidade circunstancial para efeitos de salvaguarda de bens arqueológicos ameaçados.

[168] Lei nº 13/85, artigos 36º a 41º. Transcrição do artº 41º, n.º 2.

diferentes entidades. Não obstante as importantes inovações trazidas por esta lei ao ordenamento jurídico do património cultural português, o seu pendor fortemente estatizante e, sobretudo, a falta de posterior regulamentação legal dos seus principais princípios, tornaram-na bastante inconsequente, dificuldade que só viria a ser ultrapassada com a nova Lei do Património Cultural de 2001[169] (NABAIS, 2004: 85, *passim*; 2010: 10-11).

Após alguma instabilidade nos começos da década de 1990, com a extinção do IPPC e sua substituição por um novo organismo do Estado[170], os meados desse decénio foram marcantes para a arqueologia portuguesa, em consequência do designado «caso Côa», o processo de levantamento cívico em defesa do importante conjunto de arte rupestre, paleolítica e de épocas posteriores, ameaçado pela construção de uma barragem para aproveitamento hidroelétrico e que viria, aliás, a ser classificado como Património Mundial da Humanidade. Não interessando a este trabalho a discussão das circunstâncias e desenvolvimento desse processo, aliás objeto já de vários estudos e análises (JORGE, 1995; GONÇALVES, 2001)[171], importa todavia assinalar, entre as suas consequências sociais, culturais e políticas, a evidente visibilidade que deu ao património arqueológico, tanto na opinião pública como entre os decisores políticos, levando a que – como efeito praticamente imediato – o governo português procedesse, em 1997, à criação do Instituto Português de Arqueologia[172], autonomizando pela primeira vez na orgânica administrativa do Estado este tipo de bens arqueológicos.

O Instituto Português de Arqueologia (IPA) lançou as bases de uma nova política nacional para este género de bens culturais, redimensionando as bases de dados da cartografia arqueológica do país, suscitando projetos de investigação e, entre muitos outros aspetos, trazendo arqueociências como a arqueometria, a arqueogeologia, a arqueobotânica ou a arqueozoologia para a agenda dos arqueólogos. Provavelmente, algumas fragilidades que revelou resultaram, essencialmente, da impreparação de certos setores, tanto da administração como dos arqueólogos, para o novo discurso e a nova prática propostos pelo IPA, que entretanto viria a progressivamente esvaziado de meios e competências, e depois finalmente extinto, em 2006, como resultado de nova remodelação orgânica[173]. Entre os resultados da atuação do IPA, para além de uma grande dinamização da atividade arqueológica no país (BUGALHÃO, 2011: 40; ROCHA; BRANCO, 2017: 288), devem contabilizar-se importantes medidas legislativas, como a criação de carreiras específicas de arqueologia na Administração Pública[174], mas efetivamente aquele organismo não resistiu a algumas debilidades estruturais e à falta de estabilidade e planificação no sector cultural da governação (SILVA, 2006c).

Mas a década de 1990 trouxe ainda, em processo paralelo aos factos que vimos narrando abreviadamente, outra importante novidade, decorrente da adequação da legislação

[169] Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

[170] O IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Decreto-Lei n.º 106F/92, de 1 de junho, mantendo-se todavia em funções o IPA.

[171] O «caso Côa», que fez extremar posições na sociedade portuguesa como nunca se havia visto em resultado de matérias de património cultural, pode considerar-se, em nosso entender, como o principal marco histórico da arqueologia portuguesa, ainda que as circunstâncias políticas e sociais posteriores tenham feito esfumar parte das suas consequências positivas, designadamente ao nível do lugar do património arqueológico na orgânica cultural do Estado.

[172] Decreto-Lei 117/97, de 14 de Maio.

[173] Através do Decreto-Lei, n.º 215/2006, de 27 de Outubro, o IPA e o IPPAR são fundidos num novo instituto público, o IGESPAR.

[174] Decreto Regulamentar n.º 28/97, de 21 de Julho. Infelizmente, estas carreiras (arqueólogo, assistente de arqueólogo, desenhador de arqueologia e operário de arqueologia) foram relativamente efémeras, sucumbindo a uma reorganização de carreiras dos trabalhadores do Estado (Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho).

portuguesa às normas da Comunidade Europeia respeitantes aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental[175]. As consequências desta modernização legislativa foram extremamente significativas para a prática arqueológica em Portugal, quer pela forma como dinamizaram a criação de um mercado de trabalho para arqueólogos e empresas (PEREIRA; MARTINS, 1995; SILVA, 1995; PEREIRA, 2010: 136), quer por aspetos concetuais que acabaram por permeabilizar a regulamentação da arqueologia, como o designado princípio do «poluidor-pagador», o qual, adaptado aos vestígios arqueológicos detetados em estudos de impacte ambiental prévios às grandes obras, responsabilizou os promotores desses empreendimentos pelos custos desses estudos e de eventuais ações complementares, nomeadamente escavações arqueológicas de «minimização de impactes» e salvaguarda.

Conjugada com estas novas disposições legais, a ratificação, por parte do Estado português[176], da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), assinada em La Valetta, Malta, a 16 de Janeiro de 1992, reforçou a necessidade de medidas mitigadoras que oferecessem resposta ao «papel destrutivo dos grandes planos de ordenamento do território» (BRANCO, 2017: 34-35), o que, aliás, constituiu um dos grandes vetores de atuação do IPA. As normas deste tratado internacional informaram ainda diversa legislação portuguesa deste período, incluindo a Lei do Património Cultural de 2001.

Entre os desenvolvimentos da prática arqueológica neste período de finais do século XX, devemos igualmente destacar a maior responsabilização de muitos Municípios na matéria, traduzida, nomeadamente pela criação de «gabinetes» ou serviços próprios de intervenção e gestão dos bens arqueológicos, dotados de recursos humanos com a devida formação académica, funcionando em articulação com museus autárquicos, serviços culturais, de planeamento, urbanismo ou outros. Segundo um inquérito efetuado em 1995, contabilizavam-se em 56 os municípios com serviços de arqueologia, valor, todavia, correspondente a apenas cerca de 20% dos concelhos portugueses (SILVA, 1997: 33-34), mas que parece ter tido uma evolução significativa desde então, podendo rondar os 45% a percentagem de municípios com arqueólogos nos seus quadros em 2014 (SILVA, 2014: 79-81)[177].

As primeiras duas décadas do presente século foram marcadas por um crescimento exponencial da atividade arqueológica no país – a que de seguida nos referiremos, mas também, ao nível das estruturas administrativas de gestão e tutela por progressivas «remodelações» que notoriamente secundarizaram o papel do património arqueológico e fragilizaram o seu lugar nos processos e mecanismos de decisão, devendo, todavia, destacar-se a publicação de uma nova Lei do Património Cultural Português, com alguns aspetos inovadores e que lograria maior regulamentação e consequente aplicação que a sua antecessora de 1985 (REAL, 2001; SILVA 2001: 26; NABAIS, 2004: 85-88).

---

[175] Decreto-Lei, n.º 186/90, de 6 de Junho, que reproduz as normas da Diretiva 85/337/CEE do Conselho Europeu, de 27 de Junho de 1985, normativa que permanece, «ainda que com algumas alterações, como a principal referência europeia em matéria de avaliação de impacte ambiental» (ROCHA; BRANCO, 2017: 288; BRANCO, 2017: 33-34).

[176] Através da Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, seguida pelo Decreto presidencial n.º 74/97, de 16 de Dezembro.

[177] No que respeita aos municípios que integram a nossa área de pesquisa para esta dissertação, a criação de gabinetes municipais de arqueologia iniciou-se no do Porto, em 1989 (OSÓRIO *et al*., 2008: 6), e prosseguiu, com enquadramentos variáveis, nos concelhos de Matosinhos (1994), Vila do Conde (1998), Paredes (1999), Penafiel (cerca de 2000, na sequência de uma longa tradição de pesquisas por parte do museu municipal – cfr. SANTOS, 2005) e Maia (c. 2003). Os concelhos de Gondomar e Valongo nunca organizaram este tipo de serviços, bem assim como Vila Nova de Gaia, que desde a década de 1980 conta com arqueólogos nos seus quadros. *Vd*., para um conspecto geral da área metropolitana do Porto, SILVA, 2010a.

2.3.1.2. Evolução do número de intervenções arqueológicas

Fruto das circunstâncias atrás expostas, nomeadamente a alteração do quadro legal e a criação de mercado que suscitou a emergência das empresas de arqueólogos a exercer em contexto comercial, registou-se, desde os últimos anos de 1900, um acelerado, ou mesmo exponencial, crescimento das intervenções arqueológicas. Entre 1990 e 1996, o número de trabalhos arqueológicos autorizados anualmente rondava as duas centenas, valor que passa para cerca de 350 em 1997, perto de 750 em 2000, quase chegando aos 1 800 trabalhos no pico do ano de 2009 e totalizando quase 1 400 intervenções em 2016 (BUGALHÃO, 2011: 22, gráf. 1; BRANCO, 2017: 38ss.).

Este *boom* da atividade arqueológica em Portugal, datado pela estatística e pela perceção dos Autores que têm estudado este fenómeno, a partir do ano de 1997 (BUGALHÃO, 2011: 22-23, com ampla bibliografia; ROCHA; BRANCO, 2017: 288), deteta-se na cidade do Porto através de vários ciclos de crescimento, o primeiro coincidindo com os inícios da presente centúria; um segundo sensivelmente a partir de 2013 e um, mais recente, desde 2017, como pode ver-se nos gráficos anuais das autorizações arqueológicas (Figuras 11 a 19) ou na sua quantificação por quinquénios (Figs. 20-22)[178], superando as duas centenas, na atualidade, os trabalhos arqueológicos realizados na cidade do Porto em cada ano (Fig. 11). As razões deste crescimento – podemos já adiantar – devem relacionar-se com o incremento da atividade construtiva no município (todo ele constituído por espaço urbano), com a implementação de cartografia e regulamentação de salvaguarda no plano diretor municipal de 2006 (SILVA, 2006b) e, nos últimos anos, com um crescimento exponencial das operações urbanísticas na cidade, resultantes do exponencial aumento do turismo e dos equipamentos relacionados com esse sector económico.

Nos restantes concelhos da nossa região de estudo, observam-se dois grandes ciclos de aumento da atividade arqueológica em Vila Nova de Gaia (Fig. 13), sendo o crescimento mais irregular nos outros municípios (Figs. 12 e 14 a 19), sendo claro, todavia, especialmente se analisarmos os dados agrupados (Figs. 20 a 22), que o início do crescimento do número de intervenções arqueológicas se verificou, em todos eles, nos primeiros anos do nosso milénio. A análise de cada uma das situações – que não interessa agora aos nossos propósitos[179] – poderia levar à justificação de cada caso pela dinâmica urbanística dos respetivos centros urbanos, pela existência de regulamentação municipal condicionante ou mesmo pela ação de serviços técnicos de arqueologia municipais.

Porém, tão importante quanto a constatação desta evolução quantitativa da arqueologia portuguesa, será destacar a profunda alteração de paradigmas e propósitos, de formatos e agentes que marcou essa viragem de finais de Novecentos. Como recentemente sintetizaram Leonor Rocha e Gertrudes Branco, um dos traços mais significativos daquela aceleração numérica de trabalhos foi o de ter representado uma inversão da «polaridade das intervenções do campo da investigação científica, efectuada preferencialmente [até então] em meio académico, para o domínio das acções preventivas e de salvaguarda exercidas de forma liberal» (ROCHA; BRANCO, 2017: 288). Ou seja, sob o novo primado da arqueologia

[178] Estes gráficos (Figuras 11 a 22) foram construídos a partir de dados oficiais da Direção Geral do Património Cultural, entidade a quem compete legalmente a autorização dos trabalhos arqueológicos. Numa análise mais fina, verifica-se que o número de pedidos de autorização (PATA) aprovados não corresponde necessariamente aos trabalhos realizados, quer porque alguns dos pedidos aprovados acabam por não ter seguimento, quer porque os pedidos aprovados num dado ano acabam, por vezes, por apenas ter concretização no terreno no ano seguinte, distribuindo-se os trabalhos arqueológicos, por vezes, ao longo de diversos anos. Não obstante, para além de ser inviável confirmar individualmente a realização de cerca de 2 900 trabalhos (o que todavia ensaiámos, como veremos, para os municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia), tal imprecisão não altera significativamente a quantificação que aqui apresentamos.

[179] Ver SILVA, 2010b e PINTO; SILVA, 2010 para algumas análises mais aprofundadas sobre estes aspetos.

preventiva sobre a de investigação, o objeto de pesquisa deixou, em proporção crescente, de ser selecionado pelos arqueólogos; mas, antes, determinado pelas entidades oficiais de gestão patrimonial, ao impor aos respetivos promotores a execução e a assunção de custos resultantes da necessidade de atuações de diagnóstico prévio, ou minimização de impactes negativos, às operações urbanísticas em centros históricos urbanos ou outras áreas classificadas, bem como a projetos de largo impacte territorial, como autovias, barragens, pedreiras, projetos de florestação ou agricultura extensiva e muitos outros. Esta nova prática aumentou exponencialmente a quantidade da informação arqueológica adquirida, mas agora, na maior parte dos casos, sem qualquer programa ou agenda de investigação prévia e, em muitas situações, sob a direção de arqueólogos pouco experientes e impreparados para os desafios de uma «arqueologia intensiva»[180].

O decréscimo acentuado da «arqueologia de investigação» (raramente executada, aliás, em contexto profissional),[181] foi acompanhado pela generalização dos trabalhos realizados em regime contratual ou comercial, o que deixou as empresas e arqueólogos profissionais na mão do mercado, designadamente o imobiliário e de obras públicas. A crise económica de 2008 não deixou, assim, de afetar negativamente a atividade arqueológica (ROCHA; BRANCO, 2017: 289), se bem que com consequências, talvez, menos gravosas que em outros países[182], embora não se conheçam estudos a este respeito.

Uma das áreas onde mais se acentuou o crescimento exponencial da atuação arqueológica desde os finais do século passado, foi o da arqueologia de salvaguarda em meio urbano, como foi patenteado em estudos recentes de Jacinta Bugalhão (2018; 2021). Como resultado do incremento da procura turística e da maior dinâmica construtiva, a arqueologia urbana representou no período entre 2010 e 2014 uma proporção de 45% de todos os trabalhos arqueológicos, crescendo mesmo cerca de 14% nesse intervalo, não obstante a crise económica (BUGALHÃO, 2018: 33). Da quantificação feita por esta autora das autorizações de ações arqueológicas emitidas para as principais cidades portuguesas entre 1970 e 2014 resultaram valores na ordem de dois milhares de trabalhos em Lisboa, seguindo-se o Porto e Coimbra, com cerca de 800, Braga (c. 300) e, logo a seguir, Évora, Santarém e Lagos, com mais de 200 intervenções nesse período (*Idem*: 35). Como ilustramos nos gráficos que acompanham este ponto[183], no quinquénio seguinte (2015-2019), estes valores continuaram a crescer largamente, ultrapassando as 1 800 intervenções na cidade do Porto, enquanto Penafiel e Vila Nova de Gaia rondam já os 300 trabalhos arqueológicos, registando-se igualmente relevantes acréscimos em outros municípios (Figs. 11 a 19).

---

[180] Naturalmente, muitas exceções matizam este quadro, como a atividade arqueológica desenvolvida na cidade de Braga no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta* (entretanto diluído na estrutura da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho), a qual – ao manter-se afastada da «arqueologia comercial», pôde garantir critérios de intervenção, padrões de qualidade e uma agenda de investigação que resistiram ao incremento da atividade construtiva e ao crescimento urbano (LEMOS, 2014: 7).

[181] Entre 1990 e 2010, as autorizações para trabalhos arqueológicos de investigação diminuíram 70% (ROCHA; BRANCO, 2017: 289).

[182] Como é o caso de Espanha, onde a crise económica e da bolha imobiliária fizeram reduzir em mais de dois terços o número de arqueólogos profissionais (PARGA DANS, 2019; PARGA DANS; ALONSO GONZÁLEZ, 2020). Provavelmente, a grande atomização e a pequena dimensão da larga maioria das empresas de arqueologia portuguesas, com baixos custos de exploração corrente, aumentou a sua capacidade de resistência à crise, devendo procurar-se distintas razões para as oscilações cíclicas do número de empresas e de arqueólogos profissionais (BUGALHÃO, 2018: 33). Por outro lado, outros fatores conjunturais podem, de algum modo, ter reequilibrado um pouco a procura de trabalhos arqueológicos, como os trabalhos realizados em meio urbano (*Idem, ibidem*) ou o incremento do turismo, como também sugere Gertrudes BRANCO (2017: 37); porém, como dissemos, faltam ainda estudos mais detalhados sobre este assunto.

[183] Que utilizam como fonte os mesmos dados que a Autora que vimos citando, embora contabilizados apenas a partir do ano de 1980.

2.3.1.3. Agentes e modelos das intervenções arqueológicas

Na linha do que foi exposto, e do que interessa ao nosso estudo, os dados arqueológicos que utilizámos procedem, basicamente, de três fontes de proveniência, como já adiantámos na introdução metodológica a este trabalho:

> a) Notícias de achados e trabalhos mais antigos, colhidos na bibliografia geral ou da especialidade;
>
> b) Levantamentos e cartas arqueológicas de âmbito municipal, executados, na maior parte dos casos, pelos técnicos de arqueologia das respetivas autarquias e, mais pontualmente, por empresas ou arqueólogos externos;
>
> c) Trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de ações preventivas ou de salvaguarda, realizados, quer pelos arqueológos municipais, quer – em esmagadora maioria nas cidades do Porto e Vila Nova de Gaia – em regime comercial, por empresas do ramo.

Deste modo, nos concelhos com maior volume de atividade arqueológica (Porto, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde e Matosinhos), predominam largamente as intervenções executadas por empresas de arqueologia ou arqueólogos trabalhando em regime liberal. O licenciamento e a fiscalização destes trabalhos competem à entidade oficial de tutela[184], autorizando-se a direção dos mesmos a arqueólogos devidamente habilitados e cabendo à mesma entidade o acompanhamento das ações e a aprovação dos respetivos relatórios técnico-científicos.

Nos termos do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em vigor, tais trabalhos são solicitados no enquadramento de diversas categorias: projetos de investigação programada (categoria A); projetos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação (B); ações preventivas (prospeção ou escavação arqueológica) no quadro de trabalhos de minimização de impactes ambientais (C) e finalmente, na categoria D, os trabalhos de emergência (sondagens ou escavações) que tenham de fazer-se em resultado de ameaças de destruição de sítios arqueológicos que não tenham sido previstas ou evitadas[185]. A quase totalidade das intervenções arqueológicas respeitam, na atualidade, à categoria C, ou seja aos trabalhos preventivos ou de diagnóstico motivados pelas mais variadas operações com afetação do subsolo ou de edificado histórico, sendo praticamente residuais os projetos de investigação e de valorização de sítios, e mesmo relativamente reduzidas as atuações de emergência, supostamente antecipáveis na maior parte dos casos. Esta predominância é ainda maior nos ambientes urbanos, sublinhando a fundamental dependência da atividade arqueológica dos fatores económicos, tanto na variabilidade do investimento que proporciona as oportunidades de trabalho, como no sustento da própria prática profissional.

Desta forma, na área geográfica que temos sob observação, salvo iniciativas de investigação programada relativamente pontuais – que podem contar-se pelos dedos de uma mão – todo o trabalho arqueológico nos transcurso das últimas décadas corresponde a

[184] Presentemente, a Direção Geral do Património Cultural, em articulação com a Direção Regional de Cultura do Norte. A avaliação e emissão das disposições que condicionam as obras a diagnóstico ou acompanhamento arqueológico compete às mesmas entidades, se bem que alguns municípios, por cumprimento da lei geral (Lei do Património Cultural, nº 107/2001, Artº 76º - 3 e, no domínio do licenciamento urbanístico, por exemplo o Art.º 24º, nº 2-a do Decreto-Lei nº 555/99, alt. pelo Decreto-Lei nº 177/2001) e disposições regulamentares próprias na área do planeamento e licenciamento urbanístico tenham também intervenção neste domínio.

[185] Regulamento de Trabalhos Arqueológicos. Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, art.º 3º.

intervenções de arqueologia preventiva ou ligada ao planeamento do território, sejam ações de prospeção e levantamento arqueológico (no âmbito de estudos de impacte ambiental ou para informar os Planos Diretores Municipais[186]), sondagens ou escavações mais extensivas, acompanhamento arqueológico de obra, trabalhos de registo do edificado antigo ou outros. A direção técnica e científica dos trabalhos arqueológicos cabe a arqueólogos dos quadros ou contratados pelas numerosas empresas de arqueologia que atuam neste domínio, de acordo com normas e procedimentos metodológicos em parte constantes do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e, por vezes, também de «Cadernos de Encargos» enquadradores da prestação contratual, sejam tais documentos da responsabilidade dos promotores, sejam decorrentes de iniciativa de normalização de alguns serviços municipais de arqueologia (SILVA, 2000a; 2008)[187]. Na maior parte dos concelhos da região, espólios, relatórios e outros registos das intervenções devem ser arquivados em museus locais ou serviços municipais, mas a situação é bastante heterogénea.

2.3.1.4. Da prática aos resultados: um breve retrato

Retomando e sintetizando, para concluir, algumas ideias atrás expostas, vimos como a emergência da arqueologia comercial em Portugal veio dar resposta às necessidades de salvaguarda e a um exponencial aumento da procura por aqueles serviços, resultantes da implementação de um novo quadro legal, da transposição para a legislação portuguesa das diretivas comunitárias respeitantes à proteção e registos dos bens arqueológicos nos estudos de impacte ambiental, da maior sensibilização social resultante do «caso Côa» e da decorrente criação do Instituto Português de Arqueologia[188]. Do mesmo modo, à escala concelhia, o desenvolvimento de instrumentos de gestão e planeamento territorial, designadamente os planos diretores municipais, levaram a que por vezes – como no caso do município do Porto – fossem produzidas cartas arqueológicas mais exatas e sistemáticas, acompanhadas de regulamentação preventiva e de salvaguarda em relação a operações urbanísticas e outras ações potencialmente perigosas para o património arqueológico (SILVA, 2006b; 2010a; 2010b; PINTO, SILVA, 2010).

Passados já, pelo menos, vinte e cinco anos de organização da arqueologia profissional através de empresas, e ultrapassados a ingenuidade e experimentalismos iniciais – compreensíveis numa área de prestação de serviços em início de atividade – têm vindo a ser ensaiadas algumas reflexões e análises críticas sobre os resultados desse processo; o qual, aliás, é seguramente sistémico, obrigando a colocar também na balança outros principais

[186] Os Planos Diretores Municipais (PDM), revistos com um intervalo de dez anos, constituem o principal instrumento de ordenamento e planeamento de cada concelho, e a sua cartografia e estudos de caracterização devem incluir, por determinação legal, o levantamento do património arqueológico identificado em cada território, bem como a previsão de medidas de salvaguarda e monitorização. *Vd*., sobre o tema, SILVA, 2010a; 2010b e PINTO; SILVA, 2010).

[187] O antigo Gabinete de Arqueologia Urbana (GAU) da Câmara Municipal do Porto foi pioneiro, em meados da década de 1990, na proposta e implementação de cadernos de encargos para as atuações arqueológicas feitas na cidade, com o objetivo de apoiar os munícipes ou outros promotores na contratação dos trabalhos, auxiliar os arqueólogos e empresas na abordagem das intervenções, garantir padrões mínimos de qualidade e alguma normalização de métodos de registo, garantir a coleta dos relatórios e espólios em prazo adequado e estruturar um sistema de informação para a arqueologia portuense, promovendo, ao mesmo tempo, a divulgação e a publicação científica dos achados (SILVA, 2000a; 2003a; 2006b; 2008).

[188] A evolução da arqueologia portuguesa para um modelo de arqueologia de contrato, ou comercial, como sucedeu em outros países europeus (*vd*. para Espanha, por exemplo, RODRÍGUEZ TEMIÑO, 2004: 246-250, *passim*) parece-nos inevitável e nem vemos alternativas viáveis. Em alternativa, colocava-se a completa estatização da prática de campo (solução inadmissível no plano político e da tradição jurídica nacional) ou o envolvimento de «unidades» profissionais das Universidades, mas estas não estavam minimamente preparadas ou predispostas para tal, salvo o já citado e singular caso da Universidade do Minho em *Bracara Augusta* e, quando muito, a experiência do Campo Arqueológico de Mértola, situação igualmente muito idiossincrática.

agentes da prática arqueológica: a tutela administrativa oficial, o papel «de proximidade» dos municípios, o contributo das universidades e outras escolas de formação e, ainda, a capacidade de autorregulação da classe dos arqueólogos como resposta à necessária hétero-regulação, pelo menos indireta, advinda da gestão e fiscalização por parte do Estado. (ALMEIDA; NEVES, 2006; ALMEIDA *et al*., 2008;

Não cabendo aqui tal avaliação a 360º, mesmo em perspetiva, limitar-nos-emos a breves apontamentos sobre alguns aspetos que mais diretamente impactam o trabalho de recolha, compilação e manuseamento interpretativo dos dados arqueológicos: (a) a qualidade e normalização das práticas de campo; (b) a produção de relatórios técnicos e publicação científica dos resultados das intervenções e (c) o tratamento, estudo, arquivo e divulgação dos espólios arqueológicos.

O primeiro enfoque terá de ser posto na forma como os arqueólogos abordam e planificam as intervenções e as metodologias de escavação e registo que seguem. Estes aspetos não constituem, normalmente, matéria essencial dos seus currículos académicos, mesmo a nível pós-graduado[189], resultando por isso, em grande medida, do interesse e sensibilidade de cada um e da experiência que vá acumulando em trabalhos de campo antes ou depois da licenciatura[190], a «escola» teórico-prática que cada um seguirá a partir do momento em que comece a dirigir trabalhos arqueológicos e a assinar os respetivos informes. Deste modo, como pode apreciar-se pela simples visita a algumas escavações ou pela consulta dos relatórios, a metodologia empregue na maior parte dos trabalhos, se bem que relativamente uniforme em resultado da experiência de trabalho da maior parte dos arqueólogos em diversas empresas, é bastante elementar. As principais diferenças em relação a uma escavação da década de 1980 – para além de uma natural maior qualificação do pessoal técnico e do recurso a equipamentos tecnológicos mais modernos – consistem, muitas, vezes, na substituição da nomenclatura das «camadas» por «unidades estratigráficas», o que não significa necessariamente um bom uso do método Harris de escavação e registo.

Concordamos – ultrapassando uma certa ingenuidade que animou muitos debates entre arqueólogos há vinte ou trinta anos – que, sendo a arqueologia uma disciplina científica, resulta necessário, em função da evolução legislativa e do mercado de trabalho, distinguir a investigação «aplicada», programada e fruto da agência direta de investigadores ou instituições de pesquisa, da prática quotidiana e multímoda do arqueólogo que, numa semana, escava pré-história; e na outra, uma fábrica oitocentista, ora no norte, ora no sul do país, mal tendo tempo de refletir sobre os achados por ter de responder a novo e imprevisto compromisso de campo; e nem sabendo bem discernir, com honestidade intelectual, se está «ao serviço» do Património, se da Construção. Resolvido o dilema entre a «investigação clínica» e a «clínica geral», para usar uma analogia da medicina[191] (SILVA, 2005c;

[189] Esta apreciação genérica – que temos como válida desde a nossa própria formação académica de base mas que, entretanto, ouvimos testemunhar pela boca de muitas gerações de estudantes, provenientes de universidades de todo o país – não deve deixar de valorizar os esforços e preocupações de muitos docentes a este respeito. Porém, as unidades de trabalho prático e de campo que, por vezes, integram os currículos académicos, esbatem-se perante a escassez de financiamento e projetos de investigação em muitas faculdades; além de que muitos dos docentes não têm experiência, por exemplo, em arqueologia urbana, ou instruem os formandos no método da «Matriz de Harris» sem o usarem nas suas próprias escavações.

[190] Sendo escassas as oportunidades de carreira na Academia ou na Administração Pública, o percurso mais corrente dos jovens licenciados em Arqueologia é o de «estagiar» ou prestar serviços remunerados em empresas de arqueologia. Alguns deles, mais expeditos e empreendedores, passados alguns anos desta experiência (e, muitas vezes, cansados de um trabalho irregular e mal remunerado) optam por estabelecer pequenas empresas unipessoais e trabalhar por conta própria.

[191] Sendo que – e aqui reside talvez o principal ponto de contacto entre ambas as práticas – independentemente das fontes de financiamento, toda a arqueologia é pública, no sentido de serem públicos e comuns a matéria sobre a qual atua, os «dados» e artefactos recolhidos e a informação histórica a partir deles obtida ou passível de ser produzida no futuro.

VALERA, 2007: 76-77), deverá exigir-se, pelo menos, que a arqueologia empresarial (não deixando de investigar os aspetos que entenda possíveis ou desejáveis entre os seus trabalhos) execute as intervenções com elevados padrões de qualidade, produzindo um registo fiável e de utilidade futura, tanto para servir o propósito de investigação de outros, como refletindo a única memória que restará da generalidade dos vestígios arqueológicos.

Todavia, temos de neste ponto chamar ao discurso o grande problema, verdadeiramente dramático, que tem inquinado a questão, com nefastas consequências, a nosso ver, para o património arqueológico e a imagem da arqueologia como disciplina histórica. Num texto bastante ecoado, Miguel Almeida e Maria João Neves, designaram essa fragilidade estrutural como «arqueologia *low-cost*», pondo a nú, com honesta lucidez, além das circunstâncias e responsáveis pela situação, os principais traços dessa prática arqueológica de baixo custo para os clientes[192], nomeadamente, a «inexistência de direcção técnico-científica efectiva»; a redução de meios humanos envolvidos e o recurso a contratações «à tarefa», a escassez de investimento em formação profissional, equipamento e meios de produção; a realização de trabalhos sem dispor de meios e competências para uma resposta adequada; a disparidade metodológica; a pouca preocupação com a divulgação dos resultados dos trabalhos, e outros, acabando por concluir pela «escassa qualidade geral dos seus trabalhos» (ALMEIDA; NEVES, 2006: 89-90). Como gerentes de uma das empresas de arqueologia com preocupações éticas e de uma atuação qualificada, estes autores têm visto a sua preocupação secundada por outros representantes de firmas com preocupações similares (VALERA, 2005: 124-125, *passim*; 2007; 2011) que sentem-se injustiçados pela dificuldade de sobrevivência, face aos mais elevados custos operacionais[193], quando os seus orçamentos são suplantados em menos 60 ou 70% por pequenas empresas que oferecem a clientes mal informados e que apenas pretendem resolver o que entendem como, apenas, mais uma burocracia, pelo preço mais barato, o «mesmo» serviço. Este estado de coisas agravou-se, como é compreensível, com a crise económica de 2008 (ALMEIDA *et al*., 2008) e tem como resultado a produção de numerosos relatórios de intervenções verdadeiramente medíocres, seja qual for a sua modalidade[194], e de utilidade praticamente nula para qualquer estudo futuro[195], não tendo igualmente, pelas mesmas razões, qualquer viabilidade de publicação científica credível[196].

---

[192] E elevadíssimo para o registo e preservação dos vestígios arqueológicos, devemos acrescentar. Mas para estes riscos, e a necessidade de uma fiscalização eficiente e exigente, tínhamos nós próprios já alertado, certamente com outras vozes, há muito (SILVA, 1998b).

[193] Na verdade, as empresas mais qualificadas dispõem normalmente de um quadro permanente de arqueólogos e outros técnicos, remunerados de uma forma mais justa, além de instalações para depósito de objetos arqueológicos, laboratório para o seu tratamento e outros recursos e equipamentos, vantagens que só clientes institucionais ou de maior exigência sabem reconhecer, lembrando mesmo ALMEIDA e NEVES (2006: 90) que até os orgãos oficiais do Património Cultural lançam muitas vezes concursos públicos para trabalhos arqueológicos cujo principal ou único critério de adjudicação é o do preço mais baixo.

[194] A par dos trabalhos de escavação, generalizou-se também o «acompanhamento arqueológico» de obras, tidas como de menor risco para eventuais vestígios arqueológicos. Esta metodologia, que entendemos como particularmente exigente em termos de experiência e responsabilidade do arqueólogo diretor (SILVA, 2005b; BUGALHÃO, 2011: 26), tem tido, pelas mesmas razões, resultados idênticos.

[195] Não obstante serem os mesmos administrativamente aprovados, e arquivados, pelas entidades competentes, que assim legitimam esta prática pouco qualificada (ALMEIDA; NEVES, 2006; VALERA, 2007: 80-81). Temos esperança que o processo de disponibilização pública em curso, em linha, destes documentos (BUGALHÃO, 2011: 24) faça realçar a óbvia insuficiência de muitos deles.

[196] Por outro lado, a generalização – quanto a nós talvez excessiva (como reflexo do escasso peso «político» e social que tem na atualidade o património arqueológico em Portugal) do princípio, consagrado na Lei do Património em vigor, da «conservação pelo registo» (ou seja, a admissibilidade da destruição irredutível da maioria – em número seguramente superior a 99% – dos restos arqueológicos detetados), «trocados» pelo seu registo arqueológico, torna ainda mais dramático o pobre resultado e a insuficiente interpretação de muitos trabalhos arqueológicos.

O balanço da produção de relatórios científicos e da publicação científica dos achados e resultados das intervenções arqueológicas tem sido ensaiado em vários estudos, com resultados normalmente pouco animadores (BUGALHÃO, 2011: 23-24; PINTO; SILVA, 2010; SILVA, 2015a: 12-13), se bem que, sem surpresa, são os arqueólogos enquadrados por empresas mais qualificadas que maior interesse e investimento evidenciam, normalmente, na publicação dos dados arqueológicos recolhidos (VALERA, 2007: 75-76). Por fim, no que respeita aos espólios arqueológicos, a situação é igualmente muito preocupante, dada a grande dispersão em que se encontram, à gritante falta de uma rede oficial de museus e outros depósitos onde possam conservar-se e à evidente falta de cuidados de conservação, mesmo a nível mais elementar, de larga cópia desses bens móveis, cuja acessibilidade se encontra, por estas mesmas razões, bastante limitada em certas situações (ALMEIDA, 2006; SILVA, 2016; 2019).

Todas estas circunstâncias condicionaram o nosso trabalho, em especial no que se reporta aos concelhos com maior ritmo de intervenções arqueológicas, como, em especial a cidade do Porto, contexto que, por razões profissionais, conhecemos bem desde há muito. Nesta cidade, concretamente, praticamente todas as intervenções arqueológicas eram, até meados da década de 1990, executadas pelo gabinete de arqueologia urbana ou, pontualmente, com colaboração da universidade ou dos órgãos de gestão do património da Administração Central. A entrada em cena da arqueologia desenvolvida em regime de prestação de serviços por parte de profissionais liberais e, logo de seguida, em regime comercial ou contratual, através de numerosas empresas de arqueologia levou a que em poucos anos se invertesse por completo a iniciativa dos trabalhos arqueológicos na cidade, suscitando ao gabinete de arqueologia urbana a premência de implementação de procedimentos de controlo e normalização, para fazer face a esta súbita diversificação de agentes, nomeadamente através da execução de «cadernos de encargos» que, de algum modo, harmonizassem as metodologias de campo e garantissem o tratamento de espólios e a apresentação dos resultados das intervenções em prazo razoável, como já referimos (SILVA, 2000; 2003a; 2008).

Porém, esta estratégia acabou por ser menos eficaz que o esperado, fruto do conjuntural desmantelamento do serviço municipal de arqueologia[197], das sucessivas alterações administrativas na Administração Central e da própria evolução do mercado, ambas coincidindo numa visão progressivamente mais liberal, menos fiscalizadora e, seguramente, mais descomprometida em relação ao património arqueológico. São disto exemplos a quase sistemática aplicação do princípio da Lei 107/2001 que admite a «troca» do bem arqueológico pelo seu registo[198] (SILVA, 2001), a tolerância em relação a formas de escavação e registo arqueológica mais grosseiros,[199] a vulgarização dos «acompanhamentos»[200] ou a aplicação do

[197] Por decisão administrativa superior, o GAU foi desorganizado em 2009-2010, ficando o serviço de arqueologia em «serviços mínimos» durante vários anos, situação que, ultimamente, foi corrigida, dotando-se o serviço de novos meios humanos.

[198] Eufemismo legal, na verdade, para admitir a destruição de ruínas ou depósitos arqueológicos sob a premissa de que os mesmos são «conservados» pelos registos (desenhos e fotografias) e interpretações dos arqueólogos que os escavaram (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, art.º 75º, n.º 1). Neste quadro, a alteração de projetos de arquitetura, obras viárias ou outros empreendimentos para garantir a preservação de vestígios arqueológicos constitui presentemente, em Portugal, uma situação muito excecional, sendo praticamente inexistente, por exemplo, nos últimos 20 anos de atividade arqueológica na cidade do Porto, a menos que os promotores desejem incorporar tais vestígios nos seus projetos, o que é igualmente raro. Veja-se, para uma análise mais ampla desta questão, com aplicação prática, BOTELHO, 2016.

[199] Por exemplo, a redução de equipas de trabalho aa arqueólogo e a simples operários indiferenciados, a escavação regular apenas com ferramentas pesadas, o abandono quase geral da crivagem de terras, etc. No âmbito do registo planimétrico, a fotogrametria substitui já, em muitos casos, o desenho manual, ganhando-se em rigor de escala, o que se perde em capacidade de observação e interpretação.

[200] Mesmo, muitas vezes, em áreas particularmente sensíveis; ou numa segunda fase de trabalhos, ainda que reconhecendo-se a presença de depósitos e estratigrafias antigas.

«método» de escavação por cota de obra,[201] procedimentos com consequências muito negativas, a nosso ver, para a salvaguarda do património arqueológico, que além de frequente défice de um registo e interpretação qualificados, desaparece rapidamente sem que essas lacunas possam ser revistas ou retificadas.

Todos estes elementos, que naturalmente não afetam apenas a prática de salvaguarda arqueológica no município do Porto, têm dificultado o projeto inicial de que na cidade se implementasse um verdadeiro projeto de «arqueologia urbana», no sentido em que, desde há muito, foi definido, ou seja, aproximando-se, tanto quanto possível, de

> «uma prática contínua, decorrente de um projeto, formalmente expresso, desenvolvendo-se segundo uma programação coerente e adequada, e apoiando-se em meios regulares e infra-estruturas sólidas» (GASPAR; LEMOS; DELGADO, 1986: 28),

formulação que foi, depois, glosada por diferentes autores[202] e de que o projeto de *Bracara Augusta* é, naturalmente, o modelo mais paradigmático. Não obstante, tentou-se no Porto, promovendo uma gestão e redistribuição da informação centralizada e articulando os múltiplos agentes a quem, de uma forma ou outra, importa o património arqueológico, a par de uma permanente pedagogia e educação social, ultrapassar a «arqueologia de circunstância», ou de oportunidade (OSÓRIO; SILVA, 1994: 94) para lograr alguma cimentação conjunta do conhecimento sobre a cidade antiga, o que só pontualmente tem sido conseguido (SILVA, 2003a; 2006b)[203].

2.4. ETNOGÉNESE, HISTÓRIA E «CULTURA MATERIAL»

As questões que, brevemente, quisemos abordar neste tópico podem ser resumidas a uma interrogativa central, que esteve na base desta dissertação e que, por tal razão, não pode deixar de discutir-se: – *De que falamos quando falamos de* Callaeci? A que temos de acrescentar, complementarmente, um segundo ponto – também ele matéria de análise neste trabalho – sobre as fontes através das quais podemos acercar-nos desses «*callaeci*», diálogo incerto e sempre aberto entre os textos e as restantes materialidades. Este nome «étnico» abunda nas fontes antigas, e conhecemos com segurança o seu espaço geográfico mais abrangente, muitas vezes confundido, aliás, com o de «*cultura castreja* do Noroeste» (PEREIRA-MENAUT, 1997a: 242; 2009: 23-24); todavia, a literatura arqueológica assenta na evidência de dois patamares, cronológicos e espaciais: o dos «primitivos» *callaeci*, que ensaiaram (aparentemente débil) resistência ao invasor romano e de quem Decimus Iunius Brutus absorveu o nome como epíteto; e o correspondente à mais ampla entidade etno-histórica – para muitos de pura criação romana (PEREIRA-MENAUT, 1992a: 37-38 e 1997a: 244)[204] –, aquela que em Roma se emblematizou pelo escudo da *caetra* ou viajou até ao *sebasteión* de *Aphrodisias* como símbolo mais ocidental das glórias de Augusto.

[201] Ou seja, se a afetação de subsolo «prevista» em projeto ou plano de obra for, digamos, de 0,40 metros é apenas essa espessura que é objeto de escavação arqueológica, independentemente do que possa subjazer a esses níveis mais superficiais.

[202] Por vezes ilustrada através da expressão dicotómica «arqueologia da cidade» *vs*. «arqueologia na cidade», com expressão recente em VAQUERIZO GIL, 2018.

[203] Propósito para o qual, aliás, o presente trabalho visa acrescer modesto contributo.

[204] Questão que revisitamos em vários pontos deste trabalho. *Vd.*, nomeadamente, os pontos 3.3 e 6.

Nesta linha, questionar os *Callaeci*[205] no seu rasto histórico ou traços arqueológicos passa necessariamente por nos aventurarmos, na medida do possível, sobre a sua «identidade»[206] – quem eram (na nossa ótica); quem entendiam ser (a seus próprios olhos) – e o modo como essa *identidade coletiva* poderia ser fundada, por exemplo, na consciência ou na crença de um passado (ou antepassado) comum, de laços que fossem além da simples convivência, coabitação ou mera coexistência conjuntural. Enfim, um sentido de «*povo*» que ultrapassasse, na espessura do tempo ou na visão de um futuro coletivo, o nível básico do grupo, limitado à partilha de um tempo e suas circunstâncias. Na verdade, a assunção de características idênticas, de uma origem, fundador ou passado comunitariamente partilhados (SMITH, 1997: 37) e porventura, ainda que apenas em certa conjuntura histórica, de uma visão de futuro similar, sustenta em grande medida – independentemente dessa consciência ser auto-reflexiva ou definida e atribuída por terceiros – tanto as noções de *identidade* como as de *etnicidade*. E ambas convocam, deixando por ora de lado aspetos físicos ou biológicos, o ligante plástico e dinâmico da *cultura*, entendida em qualquer das suas múltiplas dimensões.

Graças à escrita greco-latina, logramos obter os primeiros registos de «*povos*»[207] que podem correlacionar-se com as sociedades proto-históricas europeias de entre os finais do primeiro milénio antes da nossa era e os primeiros séculos da dominação romana, abrindo oportunidade ao estudo das configurações étnicas e movimentações demográficas (KRISTIANSEN: 2001: 17). Tal disponibilidade de fontes documentais, contudo, é escassa para a região que nos interessa; além de que os registos são mais imprecisos do que aquilo que desejaríamos e, em especial, constituem narrativas de terceiros sobre comunidades ágrafas, praticamente mudas e cuja «escrita de si» temos de adivinhar no olhar do visitante ou nas materialidades que restam à análise arqueológica. Em contrapartida, a existência de grupos coevos, por todo o continente europeu, que parecem exibir alguns traços similares, ou pelo menos comparáveis, e sobre os quais dispomos de maior diversidade de registos históricos e, em muitos casos, uma evidência arqueológica mais rica e expressiva, torna possível, com a devida prudência, analogias pontuais, as quais, não respondendo certamente às maiores dúvidas, sugerem pelo menos perspetivas de análise e pistas de interpretação promissoras.

Nos textos periegéticos mais antigos sobre a Península e o Noroeste encontramos, além da enumeração dos acidentes geográficos (começando pela descrição dos contornos e da linha costeira, seguindo uma cartografia mental que não deixaria, certamente, de ser esboçada graficamente), apontamentos sobre as gentes e os seus costumes, ou certos detalhes, mais ou menos anedóticos com os quais, acrescendo informação, a leitura das obras seria mais agradável[208]. Ultrapassando leituras mais ingénuas ou imediatistas destas descrições proto-etnográficas, por vezes tão coloridas e sugestivas, a historiografia moderna acerca-se das fontes com maior prudência, consciente que a perceção das profundas alteridades culturais por parte dos informadores antigos[209], igualmente os desafiou a adaptar as formas narrativas e a

[205] Na continuação do texto, sempre que referirmos os *Callaeci*, estaremos, em princípio, a aludir aos «primitivos» *Callaeci*, não à «macro-unidade» galaica que, a certa altura, emerge nas fontes.

[206] Não entraremos na discussão aprofundada de conceitos que nos levariam para longe do propósito desta dissertação, sem particular vantagem prática. Entre vastíssima bibliografia vejam-se, sobre as questões de identidade, HERNANDO, 2002 (em particular p. 50-63) e RAMÍREZ GOICOECHEA, 2011 (p. 179 e seguintes), THOMAS, 1996, SILVA; HALL; WOODWARD, 2014, SMITH, 1997: 35-56 ou ainda, para uma visão contemporânea, HALL, 2014.

[207] Chamemos-lhes, por vezes, assim, por mera conveniência, sem que este termo tenha outro sentido além do convencional e do senso comum.

[208] Seguindo a distinção convencional, entre os geógrafos da época, entre a *physis* e a *chorografia*, ilustra-se muitas vezes, simbolicamente, a primeira pela figura de Claudio Ptolemeu, e a segunda por Estrabão (LAURENCE, 1998: 96-97; KENNEDY; ROY; GOLDMAN, 2013: xvii).

[209] A consciência da «*otherness*», na expressão comum dos autores anglo-saxónicos (por exemplo, KENNEDY; ROY; GOLDMAN, 2013: xiii-xv; WOOLF, 2013: 137).

uma inevitável *interpretatio*, como forma de mediar a apresentação, de modo credível, de nomes, crenças ou costumes que não podiam deixar de entender como exóticos[210], ponto de vista que tem sido uma das principais ferramentas hermenêuticas para novas leituras das fontes da Antiguidade, quer se trate, por exemplo, da Germânia (BUCHOLZ, 1968; KULIKOWSKI, 2007; WOOLF, 2009; 2013; *vd.* RACZINSKA, 2016: 111), como também da Ibéria (GARCÍA QUINTELA, 2002: 23-34; CRUZ ANDREOTTI, 2004; 2009; 2016; CRUZ ANDREOTTI & MORA SERRANO, 2004; PLACIDO SUÁREZ, 2009b).

Nas primeiras descrições dos escritores mediterrânicos, como Políbio (século II a.C.) ou, um pouco mais tarde, Artemidoro de Éfeso, começam por emergir as entidades sociais macro-étnicas, *Großstamme* (DERKS; ROYMANS, 2009b: 1) – certamente conglomerados de unidades étnicas menores – como os Lusitanos, distribuídos por todo o terço atlântico da Ibéria (PEREZ VILATELA, 2000b: 21-37; PLACIDO SUÁREZ, 2004); e só depois, com o avanço da conquista e do conhecimento geográfico da península, temos notícia das entidades menores. Ignoramos, na maior parte dos casos, se os etnónimos elencados nas fontes como representação desses «bárbaros» – rapidamente configurados como realidades culturais distintas, ainda que em larga medida fantasiosas (RACZYNSKA, 2016: 109) – decorriam de autonomeação ou se, porventura, foram atribuídos, ou «negociados», até pelas necessidades de categorização (PLACIDO SUÁREZ, 2009b), por parte dos «inventariantes» ou inquiridores externos, como poderá ter acontecido, precisamente, com os *Callaeci* após a ampliação daquele apelativo como etnónimo regional (GONZALEZ-RUIBAL, 2007a: 454)[211], fenómeno que alguns autores pretendem remontar ao confronto com Décimo Juno Bruto (CRUZ ANDREOTTI, 2006: 88; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 451; CIPRÉS, 2014: 26, n. 45)[212].

Explorar a etnicidade dos *Callaeci* primordiais constitui assim – há que reconhecê-lo – tarefa ingrata e aparentemente inatingível, considerando a ambiguidade dos textos antigos e as dificuldades de rastrear na «cultura material»[213] que compõe o registo arqueológico marcadores consensuais. Todavia, mais que desanimar perante a ingência da tarefa, importará talvez, como propôs Gonzalo RUIZ-ZAPATERO (2008: 12), «*seguir construíndo pequenas narrativas arqueolóxicas da etnicidade do passado*», *case studies* bem enquadrados metodológica e concetualmente, os quais, temperados pelo debate científico, possam permitir avanços na elucidação do problema. Mais que uma questão ontológica, de origem geográfica ou ascendência étnica, o fundamento da etnogénese galaica deverá, talvez, começar por ser encarado nos termos da indagação estrutural da interpretação arqueológica que P. Ucko formulava em 1989:

---

[210] Tratava-se, essencialmente, de um esforço de concetualização, apropriação cultural ou «domesticação» do desconhecido, traduzido imageticamente, na Germânia, por insondáveis e ignoradas (*secretiora*) florestas (*Hercynia silva*) nos confins do território, como apresentadas, por exemplo, por César (*Bell. Gal.*, VI, 26-28) ou Tácito (*Germ.*, 41) (cfr. RACZINSKA, 2016: 112-3). Neste plano, os povos peninsulares não estariam, sequer, entre os mais estranhos ou excêntricos dentro de um império em progressivo alargamento, mas a própria variabilidade da linguagem empregue pelos autores clássicos para designar as entidades étnicas ou instituições políticas reflete essas hesitações e dificuldades descritivas (KENNEDY; ROY; GOLDMAN, *idem*, xiii-xiv).

[211] Um problema acrescido na transmissão etnonímica seria o resultante da maior ou menor fluidez da comunicação com os informadores, recorrendo certamente a intérpretes locais, e da transcrição para o grego ou para o latim dos nomes indígenas, cuja estranheza ou difícil pronúncia as fontes não deixam de observar (Estrab., *Geog*., III, 3, 7; Plínio, *Nat. Hist*., III, 28).

[212] Seja como for, o facto de ter sido adscrito aos *callaeci* um território e os direitos e obrigações inerentes a uma *ciuitas*, aceitando a leitura mais corrente da descrição de Plínio (*Nat. Hist*., III, 28), poderia significar alguma perenidade e a estabilização de expressões endo-étnicas porventura frágeis na sua origem; mas a passagem do naturalista admite outras interpretações, como discutimos no ponto 6.

[213] Termo redundante, como oportunamente assinalou GONZÁLEZ-RUIBAL (2007b: 259-260), mas que usamos por mera comodidade, uma vez que o seu sentido é facilmente compreendido no meio arqueológico.

> *«What can be legitimately inferred about the social groups which produced the material culture objects which are the primary evidence of archaeology? More particularly, when can such presumed groups of people legitimately be assumed to have thought themselves to be distinct from other contemporaneous social groups of human beings?»* (UCKO, 1989: xiii).

2.4.1. Etnicidade e etnogénese

A renovação do interesse pelos temas da etnicidade desde as últimas décadas do século XX, tanto na antropologia e outras ciências sociais (EMBERLING, 1997: 295-296; RAMÍREZ GOICOECHEA, 2011: 225-235), como, com algum atraso, no campo da arqueologia (RUIZ-ZAPATERO, 2009: 14)[214], permitiu ultrapassar um incómodo alheamento de quase meio século. Este relançamento dos estudos sobre as identidades coletivas e, como consequência, sobre a etnicidade, assentou, muito particularmente, no trabalho basilar de Frederik BARTH (1969). Este autor reposicionou a questão partindo da recusa das visões tradicionais, assentes na distribuição étnica através de «áreas culturais» ou do mapeamento de «tribos» – assumidas como partilhando, de forma estável e uniforme, um conjunto de traços culturais comuns. Esta era, sem dúvida, a visão normativista mais tradicional, mas as perspetivas dos cientistas sociais sobre o tema, ao longo do século (antes e depois de Barth), continuaram a acusar uma notória diversidade de pontos de vista e definições, não raro contraditórias (BANKS, 1996: 4-5)[215], chegando mesmo a reconhecer-se que, enquanto categoria de análise operativa, a definição dos «marcadores étnicos» constitui responsabilidade repartida entre o objeto de estudo e o próprio antropólogo (*Idem*: 190)[216].

Na realidade, a literatura antropológica demonstrava à evidência que os critérios utilizados para definir as entidades «étnicas», espacial e temporalmente, de todo não coincidiam, quer se recorresse à língua, à religião, a estratégias matrimoniais, à posse da terra, as formas de vestuário, o tratamento do corpo ou mesmo à própria designação étnica, sendo difícil encontrar um elemento verdadeiramente definidor nessas «*overlapping communities*», entendidas mais como conceito heurístico que como realidade adquirida (MACFARLANE; HARRISON; JARDINE, 1977: 3, *passim*). Em contrapartida, Barth propôs que os «grupos étnicos» – essencialmente entendidos como construções sociais – deveriam ser encarados, concetualmente, como «*categories of ascription and identification by the actors themselves*» (BARTH, 1969: 10), noção que viria a recolher largo consenso e grande potencial para novas aproximações ao problema[217], incluindo no marco dos estudos arqueológicos.

Assim, sendo apenas uma das expressões possíveis da afirmação ou manifestação das diversas identidades sociais de cada indivíduo ou grupo, a etnicidade – conceito tão relacional e situacional quanto o de identidade (WOODWARD, 2014; OKAMURA, 1981) – deve conceber-se, ainda nos termos da proposta de Barth, como uma teia de relações subjetivas a

---

[214] *Vd*., entre outros, HODDER, 1982; SHENNAN, 1989 ou JONES, 1997.

[215] Marcus BANKS (1996: 4-5) recolhe mais de uma dezena de definições de etnicidade ou identidade étnica, fazendo recuar a 1942 (em contexto anglo-saxónico) o mais antigo uso da expressão, em sentido moderno.

[216] O ceticismo deste autor acerca da quase impossibilidade de uma definição ou enquadramento satisfatórios da etnicidade leva-o, mesmo, a considerá-lo um conceito de utilidade muito limitada (BANKS, 1996: 10)

[217] Como sintetiza Emberling, «*This reduced definition (1) severed the necessary links among race, culture, language, and ethnicity; (2) implied that ethnic identity was part of a dynamic social process; and (3) introduced the possibility of change in actors' group membership. More specifically, Barth shifted the emphasis of study of ethnic groups to "the ethnic boundary that defines the group, not the cultural stuff that it encloses" (1969, p. 15); he considered the formation and maintenance processes of ethnic boundaries, instead of focusing solely on the cultural traits enclosed by those boundaries*» (EMBERLING, 1997: 299).

diferentes níveis, podendo variar de acordo com as diferentes circunstâncias, interlocutores e situações, e interagindo com outras categorias de identificação como o género, o *status* ou a religião (DIAZ-ANDREU, 1998); e não como um «*pack*» simplista de tipo «raça-cultura-linguagem», como foi desenhado pelas correntes antropológicas mais antigas.

O desapego dos arqueólogos por este tema durante boa parte do século passado adveio, em grande medida, do descrédito das teses de Gustaf Kossinna, em especial a sua *Siedlungsarchäologie,* expressão que designava o mapeamento do povoamento arqueológico com base na sobreposição das comunidades registadas na literatura antiga com «áreas culturais», diferenciadas por «*packs*» de artefactos ou outras evidências materiais, tidas como homogéneas e individualizadoras de territórios étnicos específicos (KOSSINA, 1911; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2008: 25-30; 2009). Provada a ineficácia destas teorias, acrescia à má fama de Kossinna, junto dos investigadores sociais, o aproveitamento político do seu trabalho para sustentar as teorias supremacistas do III Reich (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2008: *ibid*., 47-53; 2009).

Porém, acompanhando a tendência geral das ciências sociais, também a arqueologia recolocou estes temas na agenda, mas não sem certo constrangimento. Na verdade, uma vez que a etnicidade assenta, muito diretamente, num processo dinâmico e variável de auto-ascrição (EMBERLING, 1997: 299-302, *passim*), a sua definição e identificação apresentam especiais problemas aos arqueólogos, nomeadamente na abordagem aos períodos históricos mais antigos. Tais dificuldades começam, à partida, na individualização dos traços observáveis que, mais claramente, possam traduzir essa realidade. Recusando-se modernamente, como temos visto, a equação ingénua entre «culturas arqueológicas» ou artefactuais, e etnias ou «grupos étnicos», não pode omitir-se o carácter seletivo e quase infinitamente variável dos «marcadores étnicos», como também a polivalência, a semântica própria e os múltiplos sentidos que podem patentear ou sugerir os vestígios arqueológicos[218]. Entre os marcadores mais complexos de rastrear no registo arqueológico, é costume destacar o parentesco, ancorado na crença ou *memória* de antepassados comuns e, bem assim, em uma origem comum ou espaço geográfico ancestralmente partilhado pelo grupo, por suposto com autonomia ou alguma forma de controlo político (*Idem, ibidem*, 303; RENFREW, 1996: 130). Sintetizando esta complexidade, alguns autores recordam que as

> «*identities are multidimensional, contested, and negotiated. Symbolic and material expressions of identity may emerge at one point in time, but their meaning or ability to represent may change or disappear*» (WEIK, 2014: 295, citando FAUST, 2006).

Todavia, ainda que reconhecendo notórias contrariedades na inferência étnica deduzida a partir do registo arqueológico (KRAMER, 1977), observaram-se relevantes iniciativas epistemológicas e metodológicas na arqueologia ocidental dos finais do século XX (HODDER, 1982; SHENNAN, 1989; ROWLANDS, 1994; JONES, 1997). Do mesmo modo, também vários antropólogos quiseram salientar o contributo relevante que pode advir da arqueologia para o estudo das dinâmicas identitárias, especificando mesmo que certos «*processes of ethnogenesis (…) and the long-term persistence and disappearance of ethnic groups often are accessible using archaeological data*» (EMBERLING, 1997: 296).

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[218] Como lembrava, com simplicidade e perspicácia desconstrutiva, Gerardo Pereira, «não é o mesmo uma casa redonda habitada por galaicos antes da conquista, que outra casa também redonda habitada pelos seus netos, falando já sofrivelmente o latim e concebendo a vida em termos provinciais romanos» (PEREIRA-MENAUT, 1984: 271).

Porém, a redescoberta das identidades étnicas por parte da ciência arqueológica, tendo, sem qualquer dúvida, conduzido a inegáveis avanços nos postulados teóricos e numa maior abrangência e diversificação da abordagem às sociedades passadas, rapidamente desacelerou no plano prático, onde as consequências foram menos percetíveis, levando um investigador a caracterizar uma boa parte dos estudos modernos como feridos pelo «síndrome da introdução à etnicidade» (REHER, 2011), isto é, o reconhecimento da importância de colocar o tema da etnicidade nas agendas de investigação, mas sem que, por falta de ferramentas adequadas, tal preocupação resulte em dados concretos e inovadores na literatura arqueológica (REHER, 2011; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2015: 400-401).

Deste modo, a «síndrome da introdução à etnicidade» frustra muitos investigadores, conduzindo-os ou a conclusões essencialistas e «neo-histórico-culturais»; ou ao ceticismo quanto à capacidade dos testemunhos materiais, no seu inerente ou aparente mutismo, poderem iluminar sentimentos de pertença e diferença à escala social. Não obstante, muitos autores têm vindo a contribuir, com enquadramentos teóricos e aplicações práticas, para um posicionamento mais otimista a este respeito (HALL, 1997; BRATHER, 2002; SMITH, 2003; ROYMANS, 2004) destacando-se na arqueologia peninsular, entre outros, estudos como os de RUÍZ ZAPATERO (2009), RUÍZ ZAPATERO e ÁLVAREZ SANCHÍS (2002) ou FERNÁNDEZ-GÖTZ (2008; 2009; 2011), tanto na renovação dos paradigmas teóricos, como pelo seu ensaio em situações concretas da península e outras regiões europeias (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2013; 2013-2014; 2014a; 2014b; 2016). Entre as linhas de pesquisa, dedicadas à proto-história europeia, ultimamente perseguidas com maior êxito, contam-se, a nosso ver, a particular atenção aos mitos fundadores, uma interpretação mais contextual das evidências materiais[219], ou ainda o paradigma descrito como abordagem «multi-escalas» à etnicidade (REHER, 2011; REHER; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2015: 402), forma de responder à natureza definitivamente volátil, variável e heterológica (SIAPKAS, 2003) daquela categoria de análise.

Lembrando o pressuposto de que é a «identidade étnica» (individual) que conduz à «identificação étnica» (com o grupo), vemos que este é um processo bidirecional, pois pressupõe a aceitação ou legitimação por parte do coletivo (BARTH, 1969: 12, *passim*) e, muitas vezes, também a ascrição por parte de elementos exteriores ao grupo (*Idem, ibidem*). Todavia, se as aproximações antropológicas às dinâmicas etnogenéticas admitem, pelo menos em teoria, que as informações externas possam ser temperadas ou contrabalançadas com uma possível perceção mais endógena, ou «*emic*», de tais processos[220]; no caso concreto das comunidades da proto-história, objeto da arqueologia, contamos fundamentalmente com discursos literários etnográficos, fontes que alguns autores tipificam como «exo-étnicas» (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2011: 229; RUIZ ZAPATERO, 2009) e têm, além do mais, de ser interpretadas no respetivo contexto político de produção, no caso vertente, o plano das relações *«middle-ground»* entre colonos e colonizados (WOOLF, 2009).

De facto, no caso dos *Callaeci*, tal ascrição étnica é claramente forânea, pois aquela entidade coletiva apenas «entra na História» no século II a.C., exclusivamente, e mais de um século depois, pela pena de autores greco-latinos, como Estrabão, Tito Lívio ou Ovídio, para citar apenas alguns dos mais arcaicos, que só lhes mencionam o nome, sem pormenores especialmente relevantes. Esses antigos *callaeci* – entidade coletiva sem escrita –, nunca

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[219] Verificando-se, muitas vezes, serem de pouca utilidade as cartografias de larga escala, que apenas evidenciam o que é similar ou transversal a diferentes realidades étnicas.

[220] A própria etnografia, em sentido lato, pode ser entendida, de certa forma, como uma «translação de cultura», assente nesse diálogo entre as modalidades *emic* e *etic* de definir e delimitar a identidade cultural (RACZYNSKA, 2016: 108, com bibliografia).

tiveram voz própria; a sua verdadeira «apresentação identitária» terá de ser reconhecida em outros suportes que não os textos escritos. Constituindo não só um processo de identificação como, concomitantemente, de diferenciação (mais que um atributo inerente de grupos ou indivíduos), a etnicidade é, de forma recorrente, um elemento de negociação, mais ou menos variável consoante as correntes antropológicas[221]. Alguns autores admitem, a este propósito, o respeito por determinados valores «primordiais», de ligação emocional a certos símbolos do grupo; enquanto outros sublinham a maior instrumentalidade das ascrições em função das circunstâncias do momento, aspeto não despiciendo se pensarmos no contexto da conquista (ou progressiva influência romana) sobre as populações indígenas e no modo como, provavelmente, as elites e lideranças locais poderão ter sido alvo privilegiado das autoridades romanas nas negociações de poder, para facilitar a submissão dos autóctones e o processo «romanizador» aos mais diferentes níveis (MILLETT, 1990; WOOLF, 1995; 1998: 18; MORET, 2004: 36; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 613; SUÁREZ PIÑEIRO, 2009: 30-31)[222].

Nesta linha, a etnogénese, ou «etnificação» (RAMÍREZ GOICOECHEA, 2011: 236), envolvendo, de modo sistémico ou holístico, os processos, transformações, causas e políticas da construção da identidade social (ROOSENS 1989; HILL, 1996; WEIK, 2014: 292), desenvolve-se, muitas vezes, no quadro de contextos coloniais ou de imersão de entidades sociais autóctones num quadro de relações imperialistas e nos mecanismos e dispositivos de poder, resistência ou assimilação das próprias sociedades colonizadoras e colonizadas, como se encontra amplamente estudado (EMBERLING, 1997: 308, 317; JONES, 1997; HU, 2013; WEIK, 2014; VOSS, 2015), se bem que mereça discussão, ou possa considerar-se algo excessivo, afirmar esta dimensão política como indispensável para configurar, alimentar ou sustentar o sentimento étnico, como também foi sugerido (DERKS; ROYMANS, 2009b; CARDETE DEL OLMO, 2009; 2010)[223].

Como atrás observámos, e voltaremos a aflorar, a circunstância de possuirmos – no que aos *Callaeci* se refere – algumas fontes escritas, não constitui vantagem excecional, pois os autores clássicos já referidos, a que podemos juntar Plínio o Velho, Paulo Orósio e mais uns quantos[224], pouco mais nos dão, além da designação coletiva desse *povo*, que informações mais ou menos vagas acerca do território que ocupariam, num momento situado já depois, ou pouco tempo antes, da conquista romana. Mesmo os sugestivos apontamentos etnográficos de Estrabão (*Geogr.*, III, 3, 5-8) – reproduzidos até à exaustão por quantos querem explicar como eram e viviam os povos pré-romanos – aplicavam-se, *lato sensu*, aos «lusitanos», embora admitamos que pudessem servir para descrever, globalmente, muitos dos grupos «étnicos» do noroeste ibérico (SAYAS ABENGOCHEA, 1999). Deste modo, ficando obrigados a recorrer a outras materialidades, a utilização das fontes literárias entender-se-á, naturalmente, numa perspetiva de diálogo e complementaridade, como tem sido sintetizado:

---

[221] Cfr. EMBERLING, 1997: 306, com bibliografia ilustrativa de ambas as posições a seguir referidas.

[222] Aspeto a que dedicaremos maior atenção no ponto seguinte, ao abordar as diferentes perspetivas teóricas sobre a «romanização».

[223] Ton Derks e Nico Roymans entendem que «*it is politics that define ethnicity, not vice-versa*», sublinhando a estreita associação das identidades étnicas – intrinsecamente instáveis e dinâmicas ao longo do tempo – com os sistemas políticos, tanto a nível das formações macro-étnicas (*Großstamme*) como das inferiores, descritas nas fontes como *poleis*, *ciuitates* ou tribos. Para este fenómeno são particularmente relevantes circunstâncias como a integração num império em expansão ou o papel das elites políticas que podem «conferir tradições étnicas» (DERKS; ROYMANS, 2009: 1-2).

[224] *Vd. infra*, ponto 6.1.

> «*the knowledge resulting from literary data and preserved elements of material culture should be considered together not as the final explanation of the historical process, but as a complementary interpretative framework*» (WOOLF, 2009; RACZYNSKA, 2016: 107).

2.4.2. Etnicidade e «cultura material»

Assim, a aproximação da arqueologia às identidades sociais, incluindo a dimensão da etnicidade, reduz-se praticamente, em muitas situações, à utilização dos restos materiais dessas comunidades. Mas as identidades podem ser traduzidas, conforme os casos, por qualquer traço dos elementos da «cultura material». Adversidades acessórias decorrem, por um lado, de discernir quais as características imateriais a considerar como relevantes para a identidade étnica e de que forma podem refletir ou deixar-se apreender através dos restos arqueológicos (EMBERLING, 1997: 311)[225]; e por outro, de perceber se tais «marcadores» refletem, verdadeiramente, *identidades étnicas* ou, tão só *identidades culturais*, que operam a um nível distinto das primeiras, podendo nelas estar compreendidas ou ultrapassa-las fisicamente (DERKS; ROYMANS, 2009b: 3).

A consideração da «cultura material» leva-nos, quase inevitavelmente[226], às questões das tipologias e do estilo dos artefactos, e daqui às «culturas arqueológicas», como definidas por Gordon CHILDE (1929) e outros autores da corrente histórico-cultural (HODDER, 1982: 2ss.; TRIGGER, 1992: 144ss.; THOMAS, 1996: 141-182), abordagem atualmente muito desacreditada mas que não deixa de estar presente em certas concetualizações mais imediatistas dos conjuntos artefactuais[227].

A questão do «estilo», muito estudada nos estudos etnoarqueológicos da cerâmica, por exemplo; melhor dizendo, a interpretação do significado da variação estilística (HODDER, 1982; 1989; 1992: 22ss.), convoca várias possibilidades de análise, desde a mais «elementar» e tentadora, de natureza socio-identitária ou étnica, como também no quadro das relações de género ou poder, dos sistemas de produção, distribuição, troca, estratégias matrimoniais, migrações e muitos outros âmbitos (COBAS FERNÁNDEZ; CRIADO BOADO; PRIETO MARTÍNEZ, 1998; CRUZ, 2011: 337). A propósito deste ponto, recorda ainda Terrance Weik que

> « *(...) exploring ethnogenesis is not merely a matter of finding material correlates for ethnicities. It also involves considering how artifacts and other evidence operate within identity-making processes and how meanings and material culture become associated with social groups*» (WEIK, 2014: 294).

Ou noutra perspetiva, esta no marco da arqueologia cognitiva, lembra outra autora que

---

[225] A propósito dos elementos materiais que podem ser convocados para os estudos da etnicidade, Geoff Emberling (*Idem, ibidem*), num quadro já certamente desatualizado e muito restrito ao universo anglo-saxónico, cita dezenas de estudos, respeitantes a aspetos tão diversos como a cerâmica, a arquitetura, os objetos em pedra, os têxteis e o vestuário, a alimentação, o cuidado e ornamentação do corpo e os ritos funerários, além das abordagens multitemáticas. Não releva, porém, o espaço e a paisagem, uma das linhas atualmente seguidas com bastante potencialidade (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a; 2007b).

[226] Por mais que, porventura, se acentuem os aspetos simbólicos ou contextuais dos objetos, não podemos deixar de partir, a nosso ver, da sua intrínseca materialidade, ou seja, a função e o aspeto que apresentam.

[227] Como bem notou um dos autores que vimos seguindo, se bem que a relação entre «culturas» arqueológicas e antropológicas não seja, de um modo geral – como pretendia a geração de Childe – direta e incontestável; tal não significa que esses «pacotes artefactuais» não tenham, de todo, qualquer relevância para entender o passado (EMBERLING, 1997: 318).

> «*la identidad no está escrita en las piedras ni en las cerámicas, aunque una vez establecido el marco de compreénsion, todos los elementos de la cultura material puedan interpretarse conforme a la lógica que le da forma, ya que se expressa a través de la utililización simbólica de determinados elementos de la realidade*» (HERNANDO, 2002: 17).

Atendendo às especificidades assinaladas, e à prudência que requer a busca da diferenciação nos registos da «cultura material», vários autores têm tentado mapear e zonar algumas homogeneidades e variações da arqueologia proto-histórica do noroeste ibérico, tomando como linhas prioritárias a cerâmica, a ourivesaria ou certos objetos metálicos, reconhecendo, sem dúvidas, distintas cartografias em função dos «estilos» considerados (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 466ss.; 2007b). Porém, o pleno éxito destas abordagens – sempre desejáveis e muito úteis – depende muito, como fica claro, do investimento da investigação e da qualidade da informação arqueológica de base. Por exemplo, no tocante à olaria, que representa de longe a maior parte dos achados móveis nos castros, a circunstância de, numa dada região, existirem bastantes povoados bem escavados e publicados, e poder seriar-se com bastante precisão e em sequência cronológica, as tipologias e ornamentações dos vasos, como sucede numa parte da Galiza (REY CASTIÑEIRA, 1988; 1991a; 1991b; 1993; 1996; 1999; 2014; 2020; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2008; VIDAL LOJO; NAVEIRO LÓPEZ, 2020) possibilita que se apreendam de forma muito mais fina as regiões estilísticas, independentemente do significado que possa atribuir-se-lhe[228].

Em síntese, o carácter diáfano dos *Callaeci*, ou seja o impasse de os percebermos na sua exata espacialidade, características, identidade ou, eventualmente, traços particulares de «cultura material», leva a que, correntemente, os substituamos pela sua sinédoque histórica, os «novos» *galaicos*, habitantes da *regio* «castreja» do noroeste ibérico, mais de original criação romana que resultante de eventual «promoção» da entidade indígena original, embora a natureza e as modalidades deste percurso histórico continuem a ser um dos mais desafiantes temas de pesquisa. Nesta linha um pouco convencional vai, por exemplo, um importante estudo recente sobre a «etnogénese galaica» (GONZÁLEZ GARCÍA; PARCERO OUBIÑA, 2007), que analisa o contributo céltico para a linguística do noroeste, numa perspetiva de longa duração, (como não podia deixar de ser) e recuando mesmo ao período do Bronze Atlântico, podendo, todavia, questionar-se de que «galaicos» se trata em tão extenso âmbito temporal: o pequeno (?) grupo que ousou enfrentar *Iunius Brutus*?

2.4.3. Romanização, mudança cultural e suas materialidades

Não podemos, por fim, neste ponto, deixar de tecer algumas considerações, ainda que breves, sobre o conceito de *Romanização*. Não nos interessa particularmente aprofundar a sua discussão no plano teórico, mas é verdade que as transformações culturais que, paulatinamente, modificaram e acabaram por diluir as identidades culturais indígenas da Idade do Ferro, se integram no processo de longa duração que, convencionalmente, historiadores e arqueólogos designam por romanização. Aliás, tais dinâmicas podem menos

[228] Infelizmente, na nossa região de estudo são poucos os castros escavados com alguma extensão, e menos ainda as publicações monográficas sobre os respetivos espólios, ficando assim inviabilizados, por ora, quaisquer estudos quantitativos ou de seriação cronológica. Um apreciável esforço foi feito no recente Congresso de Cultura Castreja de Santa Maria da Feira (Aveiro, Portugal), com a realização de um interessante *workshop* de cerâmica castreja, a partir do qual vieram a lume importantes textos de atualização para o norte de Portugal (SOEIRO, 2020a; 2020b; 2020c; CARVALHO; NASCIMENTO; SOUSA, 2020; GOMES, 2020; DINIS, 2020; SALVADOR; SILVA, 2020; ALMEIDA E SILVA; SILVA, 2020), que em ponto próprio comentaremos (*vd. infra*, ponto 6.3). Agradecemos a Teresa Soeiro ter-nos facultado com antecedência à publicação o texto da sua colaboração principal neste volume.

ser discutidas com base nas fontes documentais ou literárias – que praticamente só ecoam a voz dos conquistadores e a recorrente *laudes Romae* (OLIVEIRA, 2005) – e mais, a nosso ver, com base na evidência arqueológica, seja no que se refere à utilização de novos equipamentos domésticos ou adornos pessoais, seja pela alteração das paisagens, pela sua diferente exploração económica e implementação de novos modelos de ocupação humana.

De facto, «tornar-se romano», para glosar o título de um célebre livro de Greg Woolf, não resultará, necessariamente, de usar uma fíbula importada a prender o vestuário ou servir qualquer iguaria alimentar, em dia de festa, numa taça de *terra sigillata* que alguém obteve numa cidade próxima; provavelmente, a maior parte dos autóctones que, com o tempo, passaram a viver em casas de planta ortogonal, usaram cerâmicas requintadas, entendiam algum latim ou cultuavam Júpiter e os Lares a par dos seus deuses ancestrais, tão pouco se consideravam romanos, ainda que, muitas vezes, chamemos «romanizados» aos povoados indígenas onde ocorrem vestígios dessas formas de vida, aspeto a que voltaremos.

Não obstante, importa que estejamos cientes da complexidade do conceito e do debate que o tem animado nas últimas décadas, quanto mais não seja, para arquivar de vez a visão romanocêntrica – de larga escola na modernidade – que opunha a civilização à barbárie, a tecnologia ao rudimentarismo e que hierarquizava, por fim, as «culturas» em função de esquemas evolucionistas (LOMAS, 1996; HINGLEY, 2010: 70). Mas não só. Antes de sintetizarmos os principais eixos dos modernos debates sobre a romanização, interessará juntar brevíssimo apontamento histórico sobre o nascimento do conceito e sua evolução, a traços muito largos, no século passado.

Nas suas origens mais antigas, no âmbito da historiografia científica, o princípio do conceito de romanização pode remontar-se à obra fundadora de Th. Mommsen, *Römische Geschichte* («História de Roma»), publicada em 1854-1856[229], sendo da tradução desta obra para italiano, pouco tempo depois, que a expressão *romanizzazione* entrou nas línguas românicas; o magno trabalho do sábio alemão, à luz do enquadramento político da época, ecoava um espírito profundamente nacionalista, do que seria reflexo, mais tarde, a obra de um dos discípulos ingleses de Mommsen, F. J. Harverfield (CRESPO MAS, 2008: 44, 62, 72), a que adiante nos referiremos.

Entrementes, deve notar-se que, tornando-se rapidamente a monumental obra de Mommsen sobre a história romana o discurso canónico da historiografia oitocentista, fruto também das rápidas traduções que logrou para as principais línguas europeias, o seu posicionamento não deixou de ter objetores, que devemos apontar mesmo de passagem, até para dar lastro histórico a algumas interpretações repetidas, com carácter de novidade, na bibliografia moderna. Tal é o caso, por exemplo, de Fustel de Coulanges, que justifica a reprodução de um breve extrato:

> «*Ne parlons pas ici d'une politique d'assimilation (...). Ni le Senat ni les empereurs n'eurent pour programme politique et ne donnèrent pour mission à leurs fonctionnaires de romaniser les provinces. Si la Gaule s'est transformée, ce n'est pas par la volonté de Rome, c'est par la volonté des Gaulois eux-mêmes (...). Ceux qui supposent que Rome eut la pensée et la conception nette de faire entrer dans son sein les peuples soumis, lui attribuent une idée assez moderne et qu'elle n'eut pas (...). Ce furent bien plutôt les peuples soumis qui travaillèrent à entrer*

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[229] Sem usar o termo – o qual, aliás, nasceu entre os eruditos renascentistas (CRESPO MAS, 2008: 65-68) – mas largamente enquadrada no mesmo espírito «civilizador» do Império Romano, deverá evocar-se a obra clássica de Gibbon *Declínio e Queda do Império Romano*, publicada nas últimas décadas do século XVIII (GIBBON, 1995).

dans la cité romaine (...). Rome leur permettait de rester Gaulois, ils voulurent être romains».[230]

Se o termo *romanização*, no seu uso moderno, nasce com Th. Mommsen, foi o historiador inglês Francis John Harverfield (1860-1919) o primeiro a ensaiar uma análise mais fina do seu conteúdo. A sua obra[231] foi erigida no auge do imperialismo britânico e, inclusivamente, no quadro de uma política bastante intervencionista das autoridades inglesas sobre a academia, que se entendia dever ter a missão prioritária de formar líderes e funcionários para as colónias (VAN OYEN, 2015: 207-208); neste quadro, o paradigma do império romano não podia deixar de cruzar-se com os modelos imperialistas de Londres[232], com mútua contaminação, do que resultou uma visão da romanização como um processo direcional, intencional, unilateral e progressivo, visando a pacificação e felicidade do mundo, à semelhança do que se propalava para a ingente massa de súbditos britânicos, «de todas as raças e culturas», espalhados pelo mundo. Neste contexto, naturalmente, romanização e «anglicização», se assim podemos dizer, constituíam consequências naturais de ambos os imperialismos, anulando as diferenciações culturais e reduzindo a quase nada, além de obediência e gratidão, o papel dos indígenas (*Ibidem*, 209-210).

Não obstante este paradigma colonialista, evolucionista e defensor do determinismo racial, ter dominado a historiografia britânica por décadas, emergiram algumas vozes dissonantes, como é o caso, poucos anos depois do livro de Harverfield, da obra do historiador e arqueólogo Robin Collingwood, *Roman Britain* (1923, ampliada em 1932), na qual se criticavam as perspetivas evolucionistas, avançando-se com o modelo de «fusão» cultural, ou seja, do encontro de romanos com autóctones teria resultado uma «civilização» que já não era romana nem britânica, «*but Romano-British, a fusion of the two things into a single thing different from either*»[233]; nesta linha, Collingwood, de certo modo, antecipou algumas das correntes saídas dos estudos pós-coloniais para a abordagem à romanização, designadamente a tese da hibridização, como veremos.

Nas últimas décadas do século XX, desenvolveu-se um novo paradigma teórico nos estudos sobre o conceito e as formas de entender a romanização, inicialmente em Inglaterra e nos países do norte da Europa, mas com rápido alastramento meridional. A bibliografia anglo-saxónica liga tais desenvolvimentos, em especial, às perspetivas de análise pós-coloniais, que da antropologia se estenderam às outras ciências sociais e, bem assim, à arqueologia (THOMAS, 1994; WEBSTER; COOPER, 1996; GOSDEN, 2004; VAN OYEN, 2015); todavia, em uma perspetiva mais abrangente e aprofundada, os modelos de análise pós-coloniais são apenas um dos afluentes que contribuíram para a renovação epistemológica. A este, teríamos de acrescentar, desde logo, a vulgarização das abordagens sob a ótica do conceito de *aculturação*, como particular categoria de aproximação ao contacto cultural e às transformações decorrentes (BOCK, 1996: 301-302), o qual, igualmente a partir da antropologia colonial, permeabilizou a arqueologia. Mas não apenas. No estudo de fundo sobre a romanização que temos citado, Teodoro Crespo acrescenta outros fatores que contribuíram para a ultrapassagem do paradigma romanocêntrico, passando pelas abordagens

[230] N. D. Fustel de Coulanges (1875) – *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, vol I, p. 57 (cit. por T. Crespo, que adianta alguns exemplos mais recentes, ao longo do século XX, desta mesma postura (2008 : 111-112 e n. 236).

[231] Em especial, *The Romanization of Roman Britain* (Oxford, 1915).

[232] Se bem que Haverfield combatesse estas analogias, distinguindo claramente o lugar dos ingleses nas colónias com a presença de Roma na também colonizada *Britannia* (crf. CRESPO MAS, 2008: 155, 167).

[233] Cit. por VAN OYEN, 2015: 211. Veja-se também CRESPO MAS, 2008: 284-290.

neomarxistas e de sistema-mundo e da globalização, acentuando a dicotomia supraestrutura e infraestrutura, a economia, as relações de poder e de classe, até aos postulados emergentes da arqueologia processual, temas que aqui não podemos discutir (CRESPO MAS, 2008: 383-401)[234].

A desconstrução dos discursos imperialistas sobre o papel histórico do Império Romano tem tido em Richard Hingley (1996; 2005; 2010) um dos seus principais paladinos. Assentando baterias contra o uso acrítico dos textos clássicos, em desfavor, dos dados arqueológicos, Hingley critica a visão de Roma como uma entidade socioculturalmente monolítica, cuja superioridade teria sido aceite naturalmente pelas populações nativas; chamando a atenção, pelo contrário, para a própria «híbrida identidade romana» (HINGLEY, 2010: 68ss.). As metas-narrativas desenvolvidas pela historiografia inglesa e francesa, desde finais do século XIX, construíram, segundo o mesmo autor um *constructo* de *romanitas*, completamente artificial, deturpando e dando um sentido teleológico à perspetiva de *humanitas* que imbuía a «cultura romana»[235] mais erudita (HINGLEY: 2005: 49-51). Um pouco na linha, já longínqua, de Colingwood e, mais recentemente, dos enfoques nativistas de Martin Millett – o qual, na sua visão da romanização, destacou o interesse próprio e os mecanismos de negociação, dando maior protagonismo às comunidades autóctones num processo de «mudança dialética» que afetou tanto a colonos, como a colonizados (MILLETT, 1990: 1, 212-213, *passim*)[236] – Hingley acentua o papel da negociação de poderes entres as elites locais e romanas, em desfavor da etnicidade ou expansão linguística, se bem que o Latim tenha sido uma poderosa ferramenta, como diz, para a disseminação de uma cultura aristocrática imperial (HINGLEY: 2005: 60)[237]. A proposta deste autor, em síntese, aponta para a necessidade de continuar os esforços para des-centrar e evitar reificar, mesmo com abordagens mais modernas o papel do Império, valorizando a agência indígena, tanto em circunstâncias mais passivas, como nos elementos de resistência que possam estar subsumidas nas materialidades culturais, por exemplo (HINGLEY, 1996: 42-44; JONES, 1991: 115).

A «descolonização» da arqueologia e da história antiga, ou seja, a sua independentização de nomenclaturas e conceitos que induziam visões incorretas ou parciais – segundo o novo paradigma, em construção, pós-colonial ou de outra natureza – levou a que fossem propostas definições muito diferentes de *romanização* e que o uso da palavra fosse fortemente restringido, numa espécie de autocensura que só admitia, para muitos autores, utilizá-la entre aspas, omiti-la de todo ou, à falta de melhor solução, aludir à «*R-word*» (CRESPO MAS, 2008: 627-643). Surgiram assim criativas perífrases e cunharam-se ou adotaram-se termos

[234] Entre outros aspetos, esta tese doutoral, seguramente o trabalho mais completo que sobre o tema se elaborou em Espanha ou Portugal, apresenta uma visão muito abrangente, também no campo geográfico, sobre as teorias da romanização, evitando a maior fixação nos autores anglo-saxónicos que, pela nossa parte, não conseguimos evitar neste apontamento.

[235] Conceito igualmente moderno, que não existia, com o sentido que hoje lhe damos, na época clássica (HINGLEY: 2005: 51). Esta deturpação do desígnio de *humanitas* (VEYNE, 1992; WOOLF, 1995a: 15-16; 2021: 20) por parte dos autores modernos aprofundou a dicotomia entre «bárbaros» e «civilizados», justificando politicamente a submissão dos primeiros, seguindo ainda a perspetiva de Hingley.

[236] Millett e outros investigadores britânicos, como JONES (1991) ou WOOLF (1992, 1998), destacaram o papel dos processos de aculturação e de emulação por parte das lideranças indígenas como aspetos fulcrais destas dinâmicas. Concretamente, Millett realça a inexistência de atuação intencional, por parte de Roma, no processo, sugerindo mesmo o carácter acidental – meramente derivado do contacto – de algumas das transformações (MILLETT, 1990: 6, 38, 85, 180, 212).

[237] E do mesmo modo, em contraponto, também uma das «ferramentas» ou recursos da negociação de entidades, tal como discute Amílcar Guerra acerca da, aparente, escassa persistência das línguas nativas, designadamente as da fachada atlântica centro-norte, se nos cingirmos apenas à sua forma escrita, uma vez que a vulgarização do latim oral no conjunto das populações da região é, normalmente, tida como tardia (GUERRA, 2001: 158-164). Por outra via, a análise da onomástica nativa nas fontes epigráficas pode trazer um contributo de relevo às abordagens sobre a romanização, ainda que encarada nas modernas perspetivas pós-coloniais, como observou, por exemplo, Alex MULLEN (2007).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

entendidos como mais neutros, mais inclusivos, ou que melhor se ajustassem às circunstâncias e processos envolvidos no contacto de pessoas e comunidades forâneas com pessoas e comunidades autóctones, no quadro da conquista, organização e domínio dos territórios imperiais.

Entre outros eixos de teorização e pesquisa apontemos, por exemplo, a proposta de D. J. MATTINGLY (1997a; 1997b; 2004), inspirado pelos trabalhos de Edward Said (1978, 1993)[238], e pelo seu conceito de «experiências discrepantes», para que se relevem – num quadro que valoriza mais a diversidade de práticas sociais e culturais e a própria diversidade dentro de cada um dos subsistemas – as referidas «experiências discrepantes», ou seja, tanto a multiplicidade de estímulos quanto a variedade de respostas, essencialmente por parte das populações indígenas (FONTE, 2015: 73), mas igualmente do lado dos colonizadores. A par de uma visão desejavelmente mais completa e integradora do passado, Mattingly vê este método como uma ferramenta heurística:

> «*The theoretical approaches of discrepant experiences and hidden transcripts also provide a challenge to readers to carry on the debate in their own minds. Before rejecting particular perspectives, consider the possibility that you may be looking at a familiar object from an unusual angle*.» (MATTINGLY, 1997b: 20).

Outra das linhas de estudo perseguidas por vários autores em trabalhos sobre a romanização, igualmente aplicando conceitos e teorias provindos da antropologia pós-colonial, encara os resultados do contacto cultural sob a designação e contexto de *hibridismo*, *hibridização* (BURKE, 2003; STOCKHAMMER, 2012a; 2012b) ou, por analogia com a linguística, *crioulização* (WEBSTER, 2001; WEBSTER; COOPER, 1996), conceitos por vezes designados, também, como teoria «*middle-ground*» (GOSDEN, 2004: 30ss.; 82ss.), ou seja, significando que os indígenas que vivenciaram o contacto com os colonizadores não adotaram a «cultura romana», tão só entraram para uma zona cultural liminar, transacional, que estes autores classificam com aquelas designações[239]. Tais termos, recuperados como substituto do indesejado *romanização*, regressam, afinal, à noção de «fusão» romano-céltica defendido por Collingwood, como se reconhece, mas Jane Webster critica esta abordagem por deixar de fora as relações e estratégias de poder que sustentaram tais modelos de sincretismo cultural (WEBSTER, 2001: 211-212). O carácter progressivo, seletivo e contextual das aquisições trocas e abandonos linguísticos que a expressão «*creolization»* encarna inspirou Webster e outros autores à sua aplicação a estudos sobre a cultura material, a religião ou as identidades (*Ibidem*, 217-223).

Pela sua centralidade na investigação arqueológica, a atribuição de significados socioculturais à «cultura material» constitui um campo de permanente debate, e a romanização é – no âmbito do nosso estudo – um dos *critérios* mais ou menos gradativos,

---

[238] O palestino Edward W. Said (1935-2003), professor na Universidade de Columbia (EUA) é considerado um dos fundadores dos estudos pós-coloniais, sendo as suas obras mais conhecidas *Orientalism* (1978), onde Said analisou a construção do Oriente pelo Ocidente; e *Culture and imperialism* (1993), na qual, expandindo os conceitos do anterior estudo, estudou o longo relacionamento entre imperialismo e cultura. Nestes e outros trabalhos, Said defendia uma visão inclusiva, abrangente, e de todos os ângulos, da história dos povos submetidos, evitando polarizações e generalizações.

[239] Em trabalhos muito citados como inspiradores destas posturas, Peter Burke começa a sua obra – *Hibridismo Cultural* (2003: 13) – com uma série de citações que sublinham o carácter misto, de fronteira, «de empréstimo», de todas as culturas; enquanto outro autor referencial, Homi Bhabba (*The Location of Culture*, 1994) compara o «estado» de hibridismo cultural a uma caixa de escadas (*stairwell*), que interpreta como metáfora de «*a liminal space, a pathway between the upper and lower areas, each of which was annotated with plaques referring to blackness and whiteness*.» (BHABBA, 1994: 3-4).

tanto cronológicos como culturais, que se «alimenta», em particular, dos objetos, ainda que assumindo, normalmente, a sua fragilidade informativa, como aliás discutimos no ponto anterior. Nesta linha, compreendendo e compartilhando a crítica de diversos autores a classificação de um castro como «romanizado» apenas porque nele se acham à superfície alguns fragmentos de *tegula* (SÁNCHEZ-PARDO, 2010: 133-134), concordamos, sim, que pode ser simplista tal abordagem, mas só se o prospetor estiver desinformado da problemática cultural que envolve estas questões; como também não deixamos de lembrar que a presença de casas de planta ortogonal, protegidas por telha cerâmica, entre as circulares cobertas por colmo de um castro, não pode deixar de ter algum significado cultural (PEREIRA-MENAUT, 1984: 284).

Numa recensão ao livro de Millett *The Romanization of Britain* (1990), Philip Freeman, aliás numa das primeiras expressões da corrente pós-processual (CRESPO MAS, 2008: 577-578), criticava o dualismo de Millett ao contrapor uma «cultura romana» a uma «cultura indígena» e perguntava enfaticamente: «*what constitutes Roman material culture; what are Roman goods and what makes them specifically Roman?*» (FREEMAN, 1993: 443-444). A questão é retórica e só respondível se posta em contexto, mas alerta-nos, mais uma vez, para os riscos de uma abordagem simplista às materialidades; do mesmo modo que tanto devemos atender às presenças, como ao significado da ausência de certas cerâmicas, por exemplo, na hora de valorar os aspetos culturais de um sítio arqueológico (FABIÃO, 2001: 122-129; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003), como também – recordando um debate público entre F, Coarelli e J. P. Morel – lembra T. Crespo (2008: 427-428). Mas seja como for – bem cientes destas limitações e dos necessários requisitos de prudência – o qualificativo de «castro romanizado» tem um valor descritivo, não interpretativo, que pode prestar bons serviços.

Do mesmo modo pragmático, e volvendo ao próprio conceito de romanização *itself* – que constitui, a maior parte das vezes, um simples «guarda-chuva» para abranger um vasto conjunto de processos distintos (WOOLF, 1998: 7), ou, na expressão de outro autor, uma etiqueta para classificar dinâmicas históricas complexas (SORIA, 2013: 712) – Greg Woolf reconhecia que

> «*Romanization* ***has no explanatory potential****, because it was not an active force, the course of which can be traced through a variety of indices, and the level of which can be measured. But* ***used descriptively****, Romanization is a convenient shorthand for the series of cultural changes that created an imperial civilization, within which both differences and similarities came to form a coherent pattern*.» (WOOLF, 1998: 7, sublinhados nossos).

Um pouco na mesma perspetiva, Gerardo Pereira, a quem esta discussão teórica pouco incomodou, se bem que se lhe referisse amiúde e precocemente, começa por negar alguns lugares-comuns da historiografia e da arqueologia peninsulares na década de 1980[240], distinguindo a simples «aculturação material» das transformações sociais mais profundas; recusando a ideia de uma romanização quantitativa ou hierarquizada, como a que, convencionalmente, opunha as paisagens béticas ao «menos romanizado» norte astur-cantábrico (PEREIRA-MENAUT, 1984: 272-273); acabando por remeter o uso do conceito de romanização, «*encajonamiento de todo el complejo mundo de transformaciones producidas por la conquista romana*», para o campo da semântica (*Ibidem*: 272; 1983a: 16). Preferia Pereira descrever essa construção das paisagens políticas galaico-romanas enquanto

[240] Sendo até um percursor, seguido por Fernando Wulff Alonso, na introdução em Espanha de perspetivas pós-processuais na história antiga, precisamente pela via da etnogénese, na ótica de Teodoro CRESPO (2008: 623-626).

resultado das transformações internas «*que se producen como consecuencia de la conquista, y que por fuerza transforman a los pueblos en algo distinto de lo que antes eran*» (*Idem*, 1984: 272). Em estudos subsequentes, foi aprofundando esta conceção, sublinhando que a perspetiva de romanização devia ser «*separada claramente de la idea de semejanza-a-lo-romano*» (PEREIRA-MENAUT, 1988: 245), e enfatizando a multímoda síntese cultural galaica-romana, ou seja, todo o conjunto de «*transformacións producidas pola conquista romana e os seus resultados*», perífrase da romanização que tem a vantagem de englobar as duas realidades fundamentais, o transformado e o transformante (*Idem*, 2009: 19-20). Nesta linha, este autor, foi, sem dúvida, um dos principais responsáveis pela mudança de paradigma sobre a romanização do noroeste da península, como recentemente sublinhou Dolores Dopico (2020: 410-411).

Em síntese recente, João Fonte (2015), passando em revista a literatura mais moderna atinente a este debate, desde as perspetivas mais tradicionais da aculturação dos povos submetidos a Roma, aos novos conceitos «pós-coloniais» que temos vindo a exemplificar, detém-se sobre o leque de atitudes possíveis por parte dos dominados perante os detentores do poder, atitudes que podem variar, gradativamente, da resiliência, à resistência e à rebelião, como foi proposto por GONZÁLEZ-RUIBAL (2014: 19-22). J. Fonte – tendo especialmente em vista a realidade galaica – chegou a uma formulação que, de algum modo, retoma em maior detalhe o ponto de vista de Gerardo Pereira, atrás citado, propondo o uso do conceito de romanização

> «entendida como um processo de mudança sociocultural motivado pela interacção entre Roma e as comunidades indígenas, onde ambas culturas são transformadas de forma interactiva e dinâmica, dando origem a uma cultura provincial híbrida e a um processo de adaptação resiliente a uma nova realidade sociocultural» (FONTE, 2015: 75).

A *resiliência* surge nesta definição de Fonte, fundada na análise de Gonzalez Ruibal, como alternativa às opções da resistência ou da rebelião (hipóteses rapidamente eliminadas após pontuais episódios subsequentes às guerras cântabras). Todavia, a ressonância que o termo tem na atualidade, poderá descrever de forma bastante imperfeita o largo espectro de atitudes, adaptações, disputas e compromissos, emulação ou desejo de integração plena – em circunstâncias mais ou menos conscientes e variáveis ao longo do tempo – que podem ter caracterizado o encontro de uma certa «tradição» com uma certa «modernidade», passível de gerar novas e imprevistas «modernidades», realidades para as quais a tipificação como hibridização, crioulização ou similares, facilmente se adequa, a nosso ver, mas não acrescenta muito maior substância, se bem que seja tentador emparelhá-las com expressões, vulgares na literatura, como «galaico-romano» ou «hispano-romano»[241].

Independentemente, do maior ou menor sucesso de algumas destas abordagens e novas concetualizações da Romanização, os investigadores britânicos assentem que o debate do último quarto de século – suscitado pela já citada obra de HINGLEY (1990) e por trabalhos coevos de WEBSTER e COOPER (1996) e MATTINGLY (1997a) – modificaram de forma indelével a aproximação histórica e arqueológica às novas realidades decorrentes da conquista romana da *Britannia* (VERSLUYS, 2014), mas não só, alargando-se as novas concetualizações sobre esta questão a muitas outras geografias, incluindo, naturalmente, a península itálica (por exemplo, COARELLI, 1996; TORELLI, 1996; LOMAS, 1998;

[241] Em paralelo, em Portugal, o qualificativo «luso-romano» caiu em desuso por volta dos meados do século XX, a par do desaparecimento do mito fundador humanista e romântico da ascendência «lusitana» da nação portuguesa.

LOMAS, K., 1998; VAN DOMMELEN, 1998; LAURENCE, 1998), como aliás pode ser visto num muito recente ponto da situação sobre o tema (BELVEDERE; BERGEMANN, 2021).

Continuando a revisitar a *Romanização* após o seu trabalho seminal (1998), Greg Woolf, perguntava-se, há poucos anos, o que se pede, afinal, àquele conceito ou teoria, sintetizando ele próprio uma resposta (WOOLF, 2014: 47), que se transcreve:

> *1. «an account of how and why material culture and social practices changed in areas controlled by Rome,*
> *2. an account of how cultural change was related to imperialism,*
> *3. an account of the formation of identities in Roman provinces and*
> *4. a contribution to our understanding of the ideological foundations of Roman power and the means by which the consent of Rome's subjects was either won or engineered.»*

A agenda não é pequena, convenhamos. Intervindo no colóquio que deu origem à, atrás citada, publicação, dirigida por BELVEDERE e BERGEMANN (2021), de novo Woolf problematiza e atualiza, de certo modo, a sua visão do problema, continuando a admitir a utilização do termo *Romanização* apenas como um «descritor neutral», o mais possível desapossado de conteúdo histórico e cultural, mas não deixando de advertir para os riscos de que a generalização do uso de «*'Romanization' led us to construct a group designated the Romans, and to treat them as active and others (native/barbarians) as passive*» (WOOLF, 2021: 20). Em alternativa, o mesmo autor põe de novo em diálogo o conceito de *globalização* e re-enfoca o papel da agência local, se bem que, prudentemente, recomende que se distinga

> «*the difficult study of the formation of subjective and collective identities from more general discussions of how shifts in the structure of Roman power were entangled with the emergence of new patterns of behaviour, foodways, technologies, social structures, economic practices and so on.*» (WOOLF, 2021: 19, 23-27).

A questão das *identidades*, aliás, não deixando de constituir um tópico incontornável e de formidável potencial para uma análise antropológica do passado, nomeadamente por romper as assunções monolíticas ancoradas no conceito tradicional de romanização (VAN OYEN, 2015: 218), vulgarizou-se de tal maneira que até a sua utilização operativa tem vindo a ser posta em causa (*Ibidem*: 218-219), preferindo muitos autores explorar as transformações culturais, como já vimos, pelo recurso a distintas ferramentas de análise atrás mencionadas, isto é,

> «*not in the context of identities, but in the sense of a dialectic between local and global, of which material culture is an expression, using the theory of globalization and focusing on aspects of connectivity and interdependence within the Roman world, and the "entanglement" of people with their material culture*» (BELVEDERE, 2021: 9).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

Na verdade, sem negarmos, de todo, o interesse das abordagens enquadradas no marco da globalização ou da conetividade para uma compreensão alternativa da transformação das *paisagens* – entendidas aqui no sentido mais amplo proposto por LÓPEZ PAZ e PEREIRA-MENAUT (1996), ou seja, físicas, económicas, políticas e humanas – decorrentes da colonização romana, parece-nos talvez um pouco excessiva esta «fuga» ao tema das

identidades. Pelo contrário, reconhecendo ainda algumas dificuldades de operacionalização de alguns dos conceitos da antropologia e da arqueologia da etnicidade na aplicação prática a certos contextos particulares, considerando as fontes disponíveis; entendemos que várias das linhas de análise de autores que temos vindo a citar têm tudo a ganhar quando encaradas à luz de algumas ferramentas teóricas da antropologia e da sociologia dos grupos étnicos, e, *mutatis mutandis*, consequente analogia com outras realidades. Sirvam-nos de exemplo o conceito de «arena étnica», utilizado para descrever a multiplicidade das identidades e a indefinição das delimitações étnicas; ou o de «etnicidade simbólica», a que pode recorrer-se para uma aproximação aos processos de assimilação estrutural e identificacional (ZENNER, 1996: 393-394). À luz deste enquadramento teórico, a que não faltam desenvolvimentos e *case studies*, pode bem discutir-se as propostas de «identidade transacional» sugeridas por alguns autores para a negociação de poder e representação que terá atraído as elites indígenas aos conquistadores, por emulação ou oportunismo, fazendo que não precisassem de ser «romanizadas» porque se romanizavam a elas próprias (WOOLF, 1997: 347)[242].

Na realidade, do nosso ponto de vista, qualquer aproximação a estas questões terá de partir do ponto de vista da *cultura* e das *identidades*, tarefa tanto mais complexa quanto nem eram homogéneas e facilmente delimitáveis as identidades e culturas da Idade do Ferro, nem tão pouco existia uma «romanidade» modélica e que colhesse o favor de todos os «romanos». As sociedades provinciais foram tão criativas e inovadoras para os hispanos ou galos como para os próprios «romanos». Retomando as dúvidas de FREEMAN (1993: 443-444, supracitado), quando valoramos, num sítio arqueológico, determinados itens como «romanos» ou influenciados por estes, sabemos bem que tal poderá representar muito pouco, até quase nada – como se, os arqueólogos do futuro, nos considerassem culturalmente «niponizados», ou «sinicizados» pela quantidade de dispositivos tecnológicos ou outros artigos de proveniência japonesa ou chinesa que utilizamos diariamente. Por vezes, está muito pouco por detrás dos objetos exóticos; mas em alguns, em especial se a sua presença é mais recorrente, refletem-se diferentes usos, distintos *habitus*, na perspetiva de Bourdieu, elementos fundamentais na transformação cultural e identitária.

Por circunstâncias históricas muito próprias, o noroeste ibérico tem tardado um pouco a entrar nesta discussão, preferindo a maior parte dos autores adotar como chave de análise das transformações decorrentes do contacto dos povos indígenas com os conquistadores romanos, e posterior administração por parte de Roma, dicotomias como continuidade e rutura (RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, 2012), desenvolvimento endógeno ou suscitado pela conquista, ou, no campo mais sociopolítico encarando as dinâmicas suscitadas ou impostas a grupos de povoação mais ou menos segmentários, ou mais ou menos hierarquizados, por parte dos novos donos da terra; preferindo ainda outros sublinhar a assimetria de relações de poder e a decorrente luta de classes.

Entre outros aspetos reportados à Galécia, que aqui não cabe detalhar, a investigação tem-nos conduzido à perceção de que, durante três ou quatro gerações, entre Augusto e os Flávios, a negociação de identidades e representações esteve ativa entre, pelo menos, as lideranças

[242] Greg Woolf, de certo modo, glosa a expressão de P. A. Brunt – «*Provincials Romanized themselves*» (BRUNT, 1990: 268). Sem discutir o conceito de romanização, Peter Brunt recorda, a propósito da integração das lideranças locais, as diferentes formas de aceder à cidadania romana – designadamente através do exercício de magistraturas ou da prestação de serviço militar – e que Roma não teria (ainda que o pretendesse) muitas formas de agenciar expressamente essa integração, nomeadamente pela falta de um sistema de ensino normalizado (*Ibidem*, 267-269), se excetuarmos, talvez, a controversa, mas todavia efémera, experiência sertoriana em Huesca. O papel da cidadania romana como agente integrador, ou «civilizador», nas visões românticas e clacissistas antigas, rastreia-se em numerosa historiografia até à primeira metade do século XX (CRESPO, 2008: 89-90, 265-277), tendo, talvez, como obra referencial, o *Declínio e Queda do Império Romano*, de Edward Gibbon, editada entre 1776 e 1788 (cfr. GIBBON, 1995: 36-38).

indígenas e os detentores do poder do lado romano, tanto quanto possível com vantagens mútuas; e se assim não fosse, em benefício dos dominadores, naturalmente. Do lado romano, tanto vemos testemunhado o respeito pelos ritos e lugares sagrados dos povos autóctones[243], como a inapelável manifestação de poder que fez deslocar povos de uns territórios para outros[244]; da parte indígena, podemos liberalmente imaginar os percursos individuais ou coletivos que poderiam conduzir os nascidos nas províncias a outros patamares[245], desde logo pela possibilidade que Roma concedia – e este será, talvez, um dos aspetos mais consensuais entre os diferentes modos do «ser romano», como também salientou PEREIRA-MENAUT (2005c) – de ascender social, económica ou politicamente através do estatuto de cidadão[246].

A par de, pelo menos, uma aprofundada tese doutoral sobre a evolução do conceito de romanização nas várias escolas historiográficas e arqueológicas (CRESPO MAS, 2008)[247], na qual, naturalmente não deixam de ser sublinhados relevantes contributos ibéricos, e de interessantes visões de síntese atuais (SUAREZ PIÑEIRO, 2009), importa registar que um número crescente de estudos vem traduzindo a ampliação de perspetivas de análise suscitadas pela rutura epistemológica das últimas décadas, nomeadamente com referência à arqueologia do período de transição entre a Idade do Ferro e o domínio romano no Noroeste (WOOD; QUEIROGA, 1992; FABIÃO, 2001; FIGUEIREDO, 2001; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003; 2007a: 599-601; SUAREZ PIÑEIRO, 2009; SORIA, 2013, para dar apenas alguns exemplos).

No que toca a este estudo, e à documentação que lhe serve de base, essencialmente de natureza arqueológica, estamos bem conscientes de que «*no se puede entender la formación de los paisajes provinciales sin definir, siquiera a grandes rasgos, un modelo de romanización*» (GARRIDO GONZÁLEZ, 2012: 153). Todavia, a escala a que laborámos e a informação arqueológica disponível – que apresentaremos nos capítulos seguintes – impõem-nos alguns limites à especulação teórica. O que não obsta a que, ao longo da exposição, um «modelo» de coexistência cultural e aculturação, ainda que informal, possa aflorar no nosso discurso ou modo de aflorar as questões. Neste como em outros tópicos da arqueologia e história antiga, estamos convictos de que novos paradigmas abrem sempre novos caminhos, que o futuro mostrará se são ou não os mais adequados.

[243] Recorde-se, por exemplo, o respeito – ou até a importância – que o santuário indígena da Fonte do Ídolo pode ter tido na escolha do lugar para a fundação de *Bracara Augusta* (GARRIDO ELENA; MAR; MARTINS, 2008: 62); ou o aparente recurso a um ritual local para a orientação do *forum* de *Tongobriga* (LIMA, 2020b). *Vd. infra*, pontos 4.3.3.1.7 e 4.3.2.1.3.

[244] Bastará evocarmos o bem conhecido texto da *tabula* de El Bierzo (PEREIRA-MENAUT, 2015: 19; SANTOS YANGUAS, 2016: 76-77).

[245] Como lembrava M. Millett, referindo-se à gestão do poder por parte das elites indígenas, «*those already in power could (...) gain or retain more by co-operation than by opposition*» (MILLETT, 1990: 99).

[246] Se bem que não tão universal nem «democrático», como por vezes tem sido apresentado (cfr. NICOLET, 1992; 24ss.)

[247] Estudos anteriores sobre o conceito, de inegável mérito, cingiam-se à historiografia espanhola, como exemplificado por FRANCISCO MARTÍN (1989: 21-28) ou pelo estudo de Alberto PRIETO ARCINIEGA (1998), abrindo-se progressivamente a novas perspetivas internacionais, como no excelente coletivo BLÁZQUEZ; ALVAR, 1996.

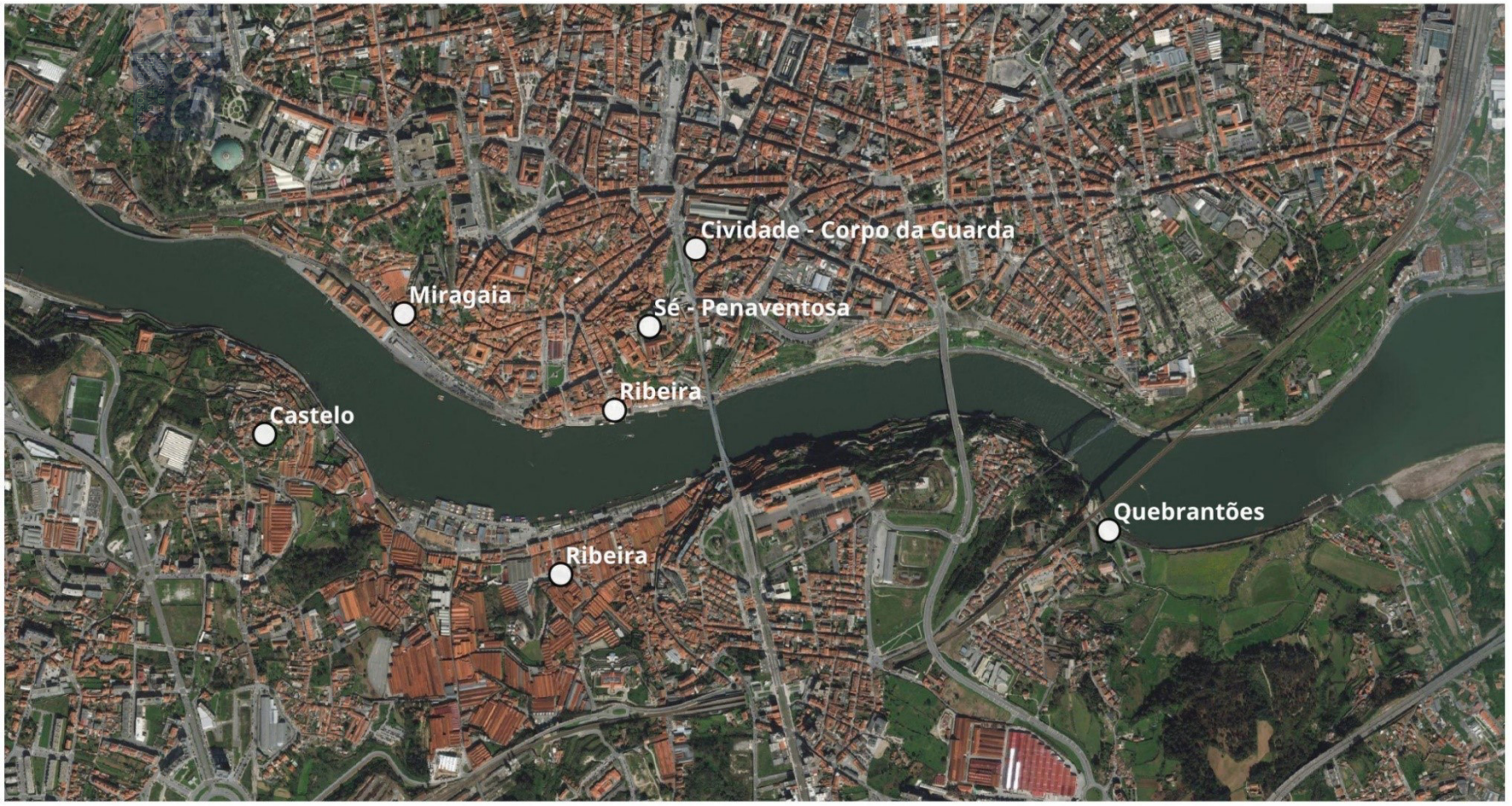


Fig. 5 – Algumas áreas arqueológicas de ocupação antiga no Porto e em Vila Nova de Gaia.

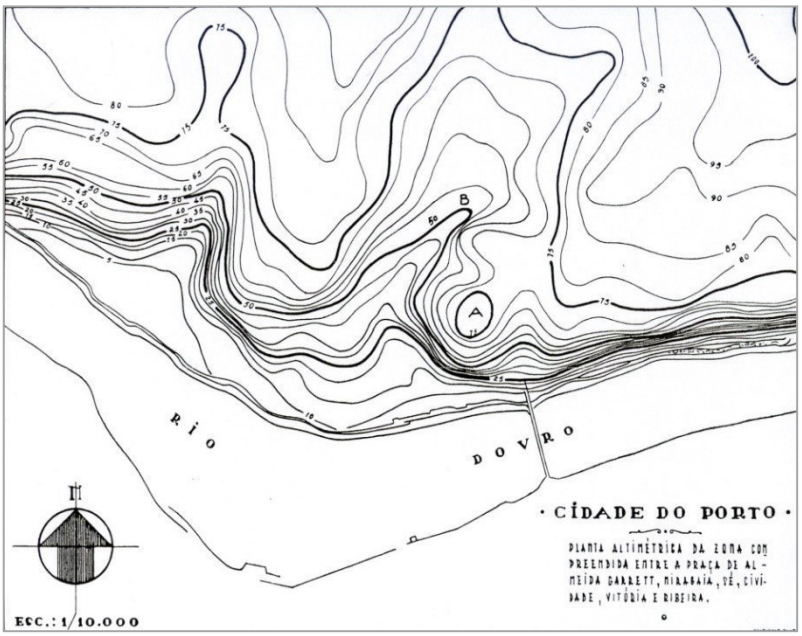


Fig. 6 – Planta topográfica de parte da cidade do Porto, vendo-se o Morro da Sé ou Penaventosa (A) e, a Norte, o da Cividade. O ponto B, correspondente à praça de Almeida Garrett e Estação Ferroviária de S. Bento, era o sopé da antiga Cividade (reproduzido de PINTO, 1966).

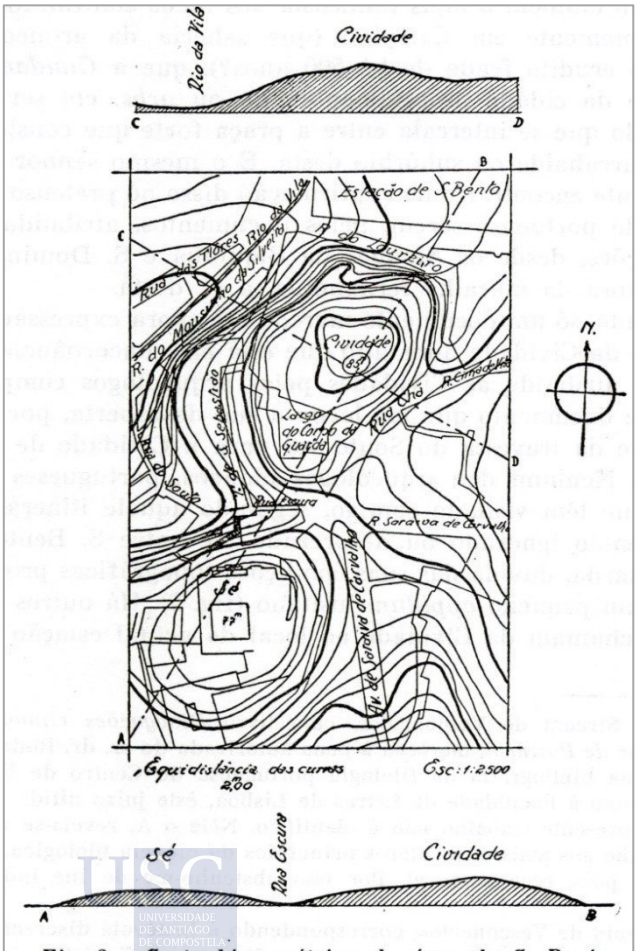


Fig. 2 — Carta hipsométrica da área de S. Bento e Sé. Em cima e em baixo, os perfis correspondentes aos cortes AB e CD. Aquele mostra bem os dos morros, distintos, da Sé e da Cividade, separados pelo vale da Rua Escura. O corte CD dá o declive da Cividade para o Rio da Vila.

Fig. 7 – Esquema topográfico ilustrando a localização relativa das elevações da Cividade e da Sé (Penaventosa) (reproduzido de CORREIA, 1936).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

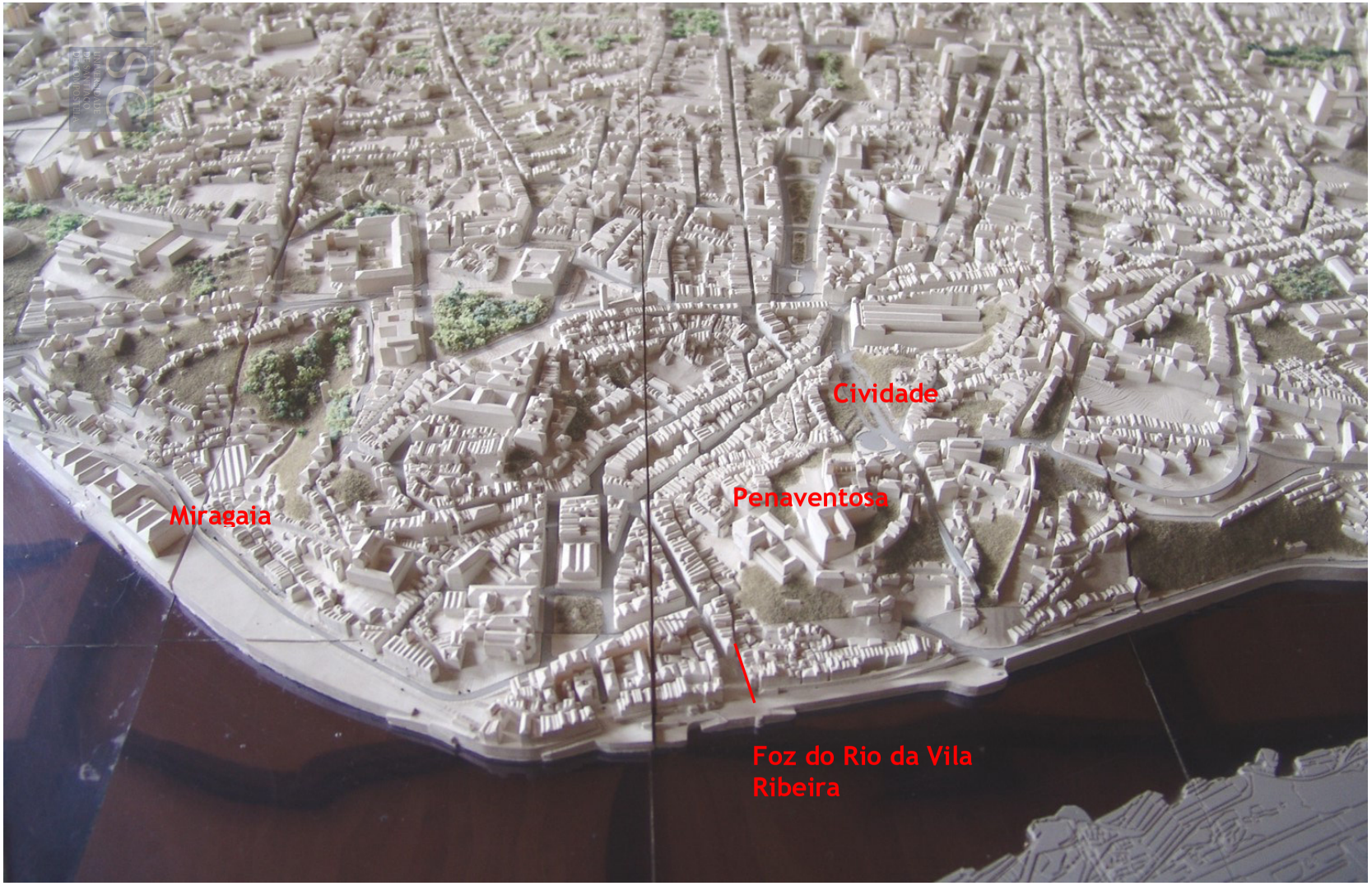


Fig. 8 - Núcleos embrionários da cidade, na Antiguidade, segundo a proposta de Magalhães BASTO (1940). Implantação sobre a maquete da cidade do Porto . (Foto: A. M. Silva)

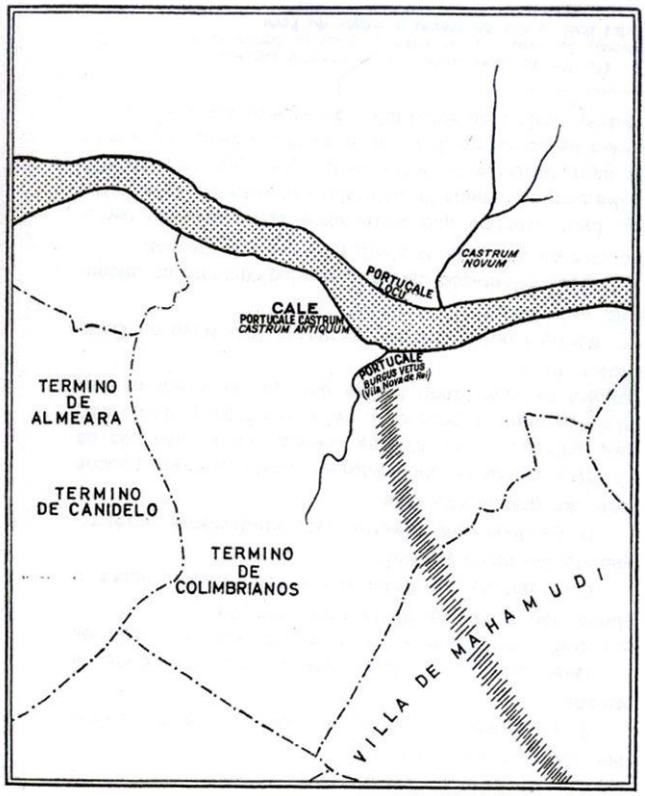


Fig. 9 – Esboço de T. Sousa SOARES (1962: 153) da sua interpretação das referências de Idácio e do *Parochiale*. O «*castrum novum*» seria no morro da Sé e o «*antiquum*» na colina do Castelo de Gaia. A faixa mostra o traçado hipotético da via romana.

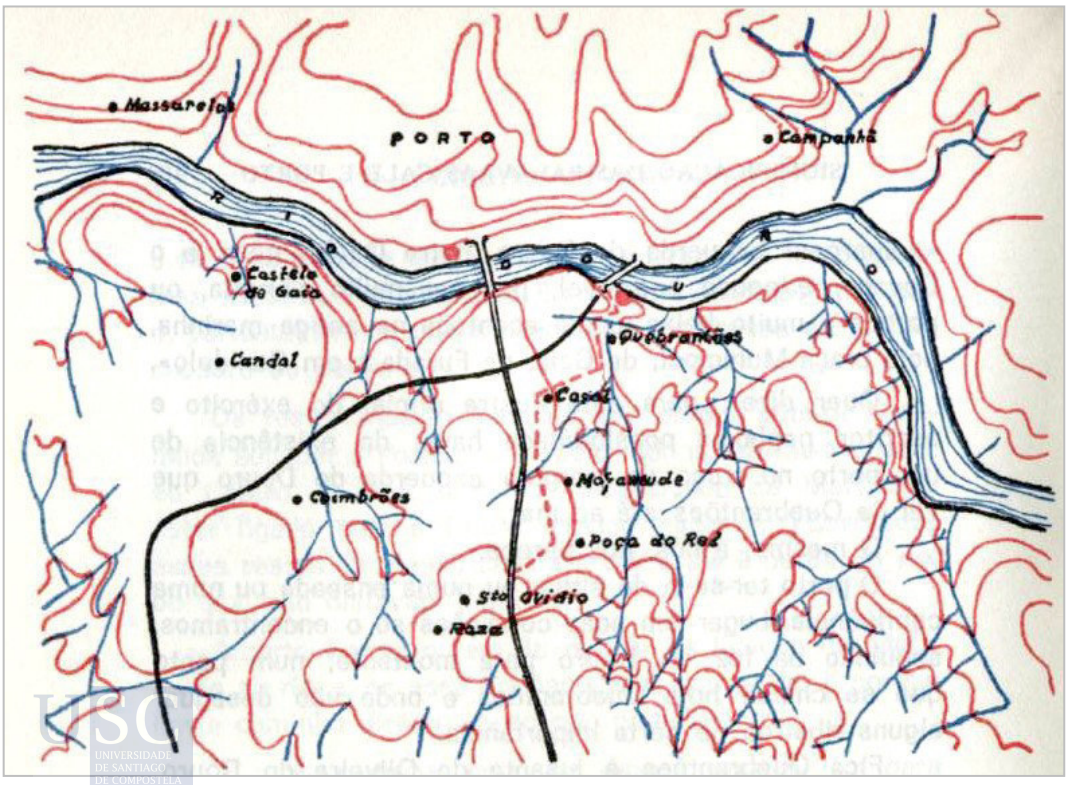


Fig. 10 – Esboço cartográfico das teses de Sousa Machado sobre Portucale. Os pontos vermelhos marcam a localização do *Portucale* da margem direita e do *Portucale* da margem esquerda. A pontuado, do lado de Gaia, o traçado hipotético da via romana, segundo o mesmo autor (MACHADO 1956; reproduzido de 1980: 110).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

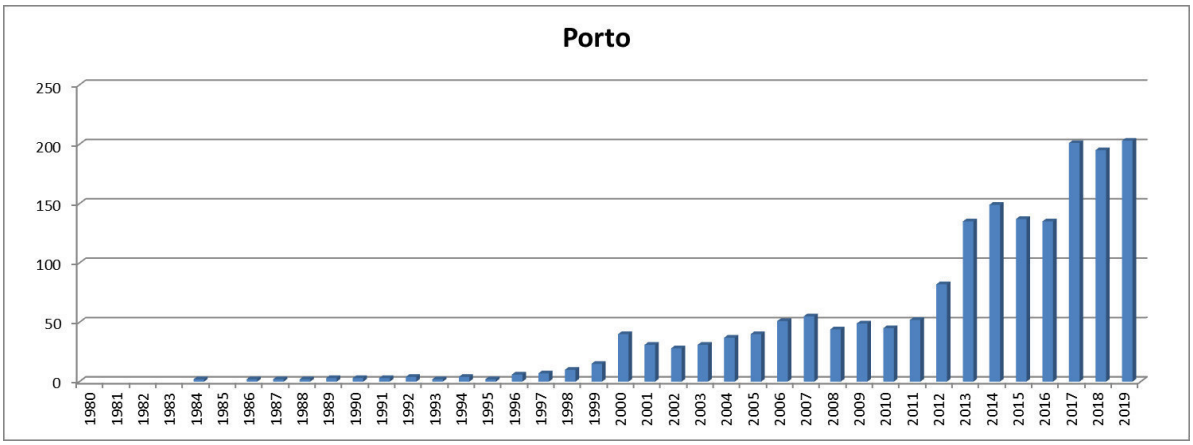


Fig. 11. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho do Porto (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

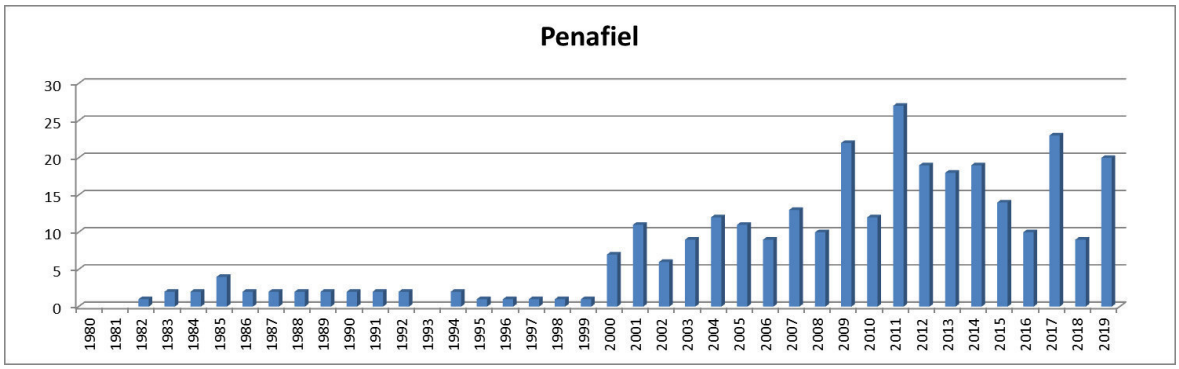


Fig. 12. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Penafiel (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

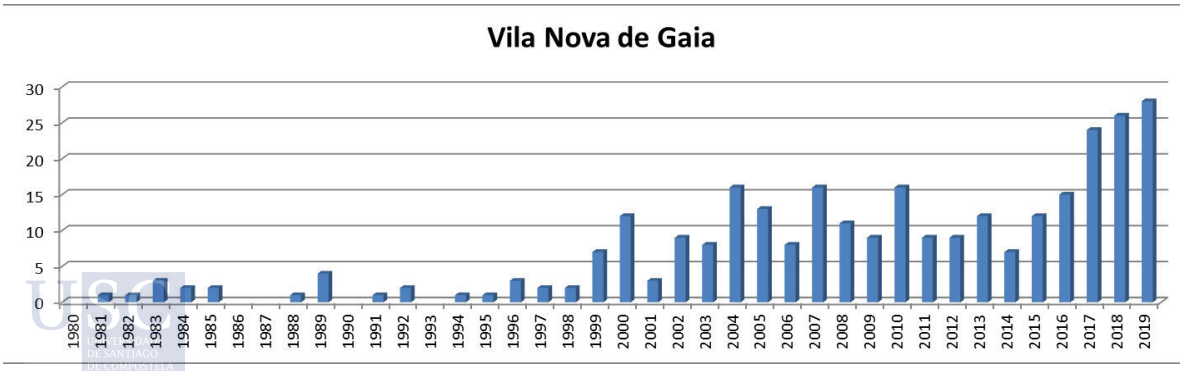


Fig. 13. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Vila Nova de Gaia (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

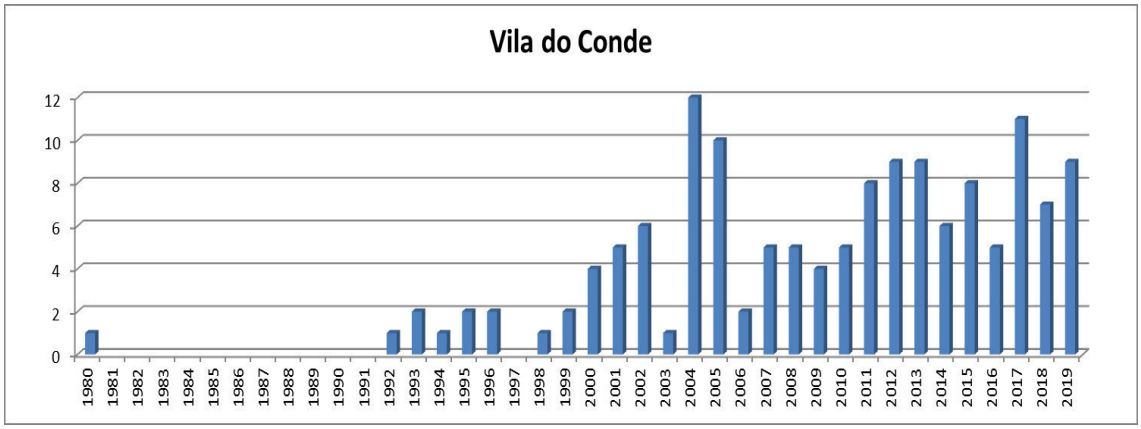


Fig. 14. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Vila do Conde (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

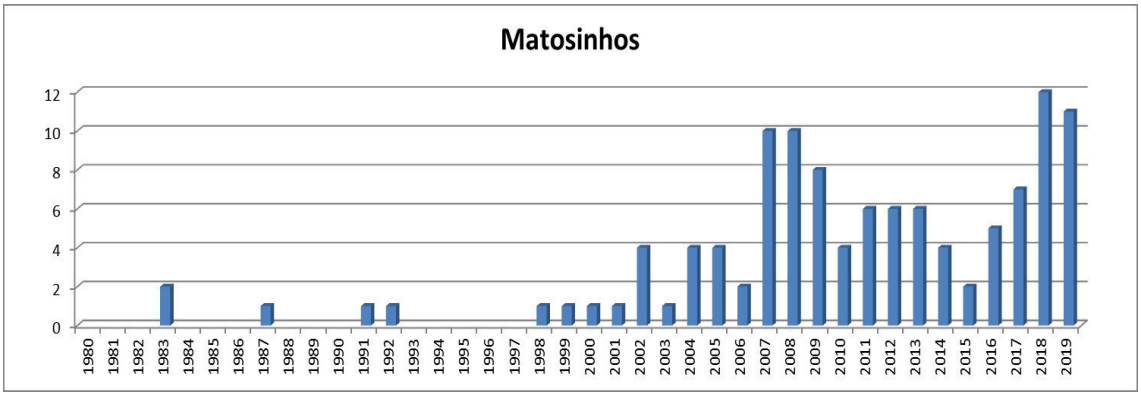


Fig. 15. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Matosinhos (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

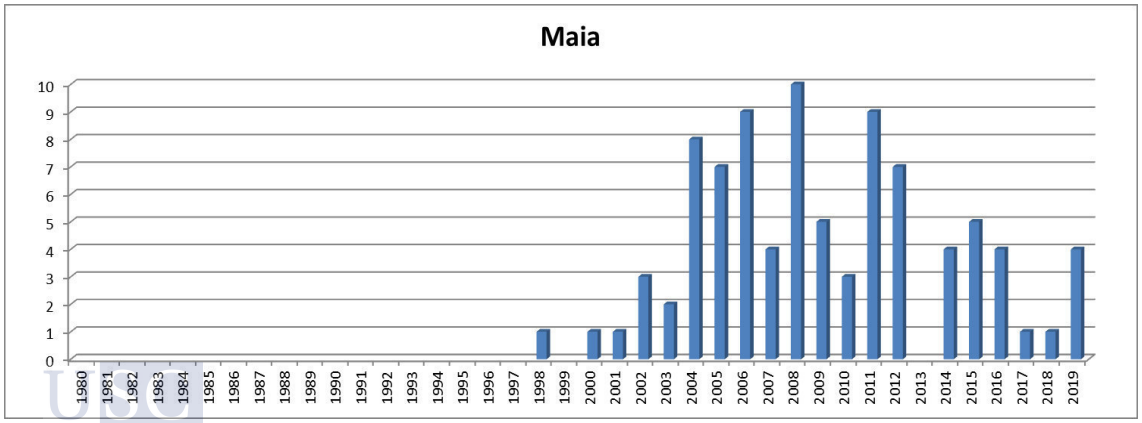


Fig. 16. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho da Maia (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

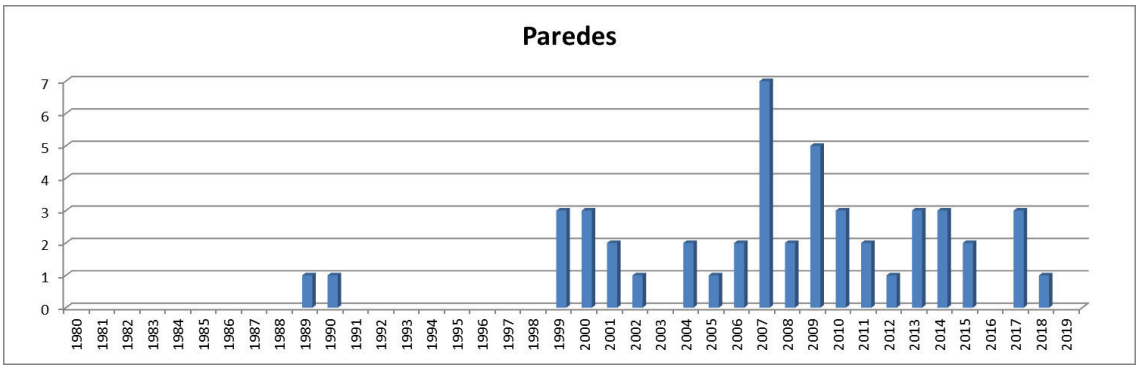


Fig. 17. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Paredes (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

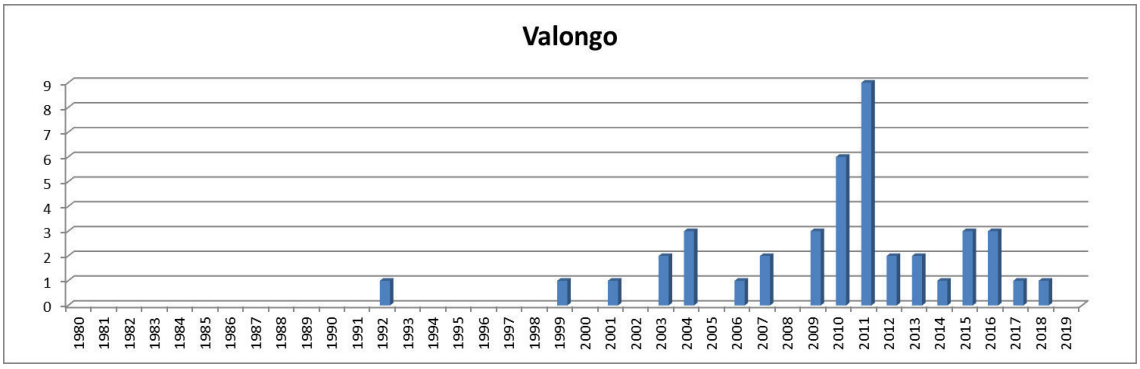


Fig. 18. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Valongo (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

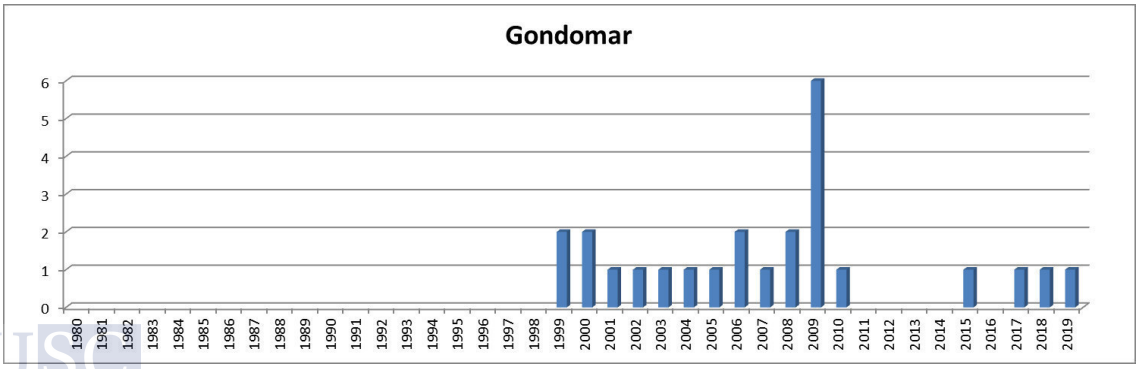


Fig. 19. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho de Gondomar (1980-2019). Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

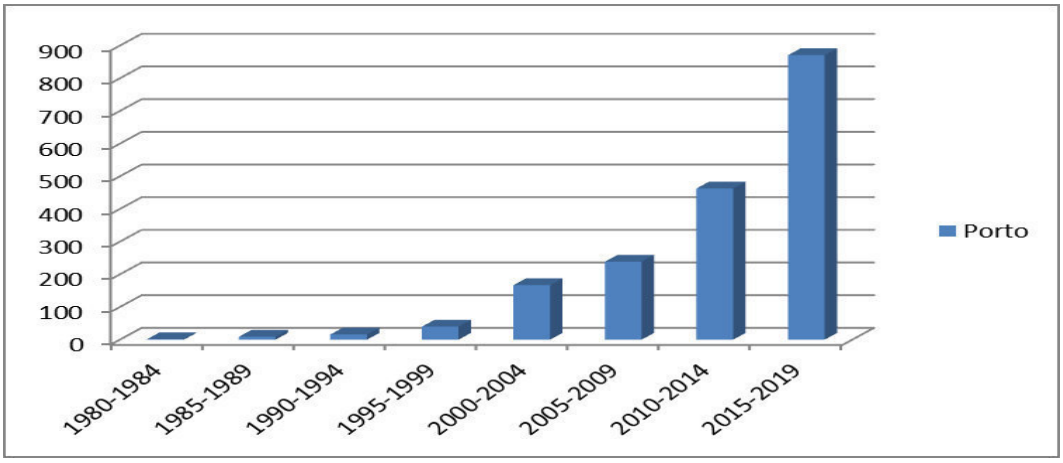


Fig. 20. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para o concelho do Porto (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

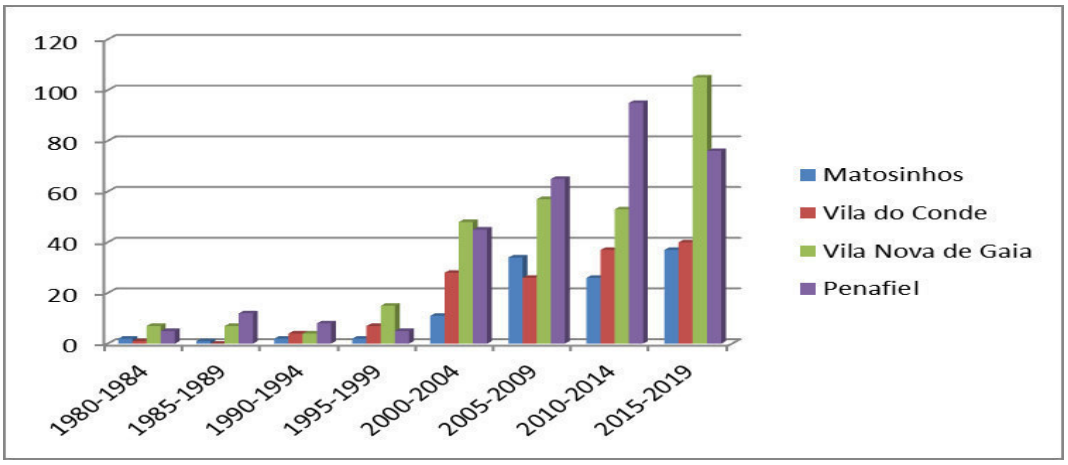


Fig. 21. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para os concelhos de Matosinhos, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Penafiel (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

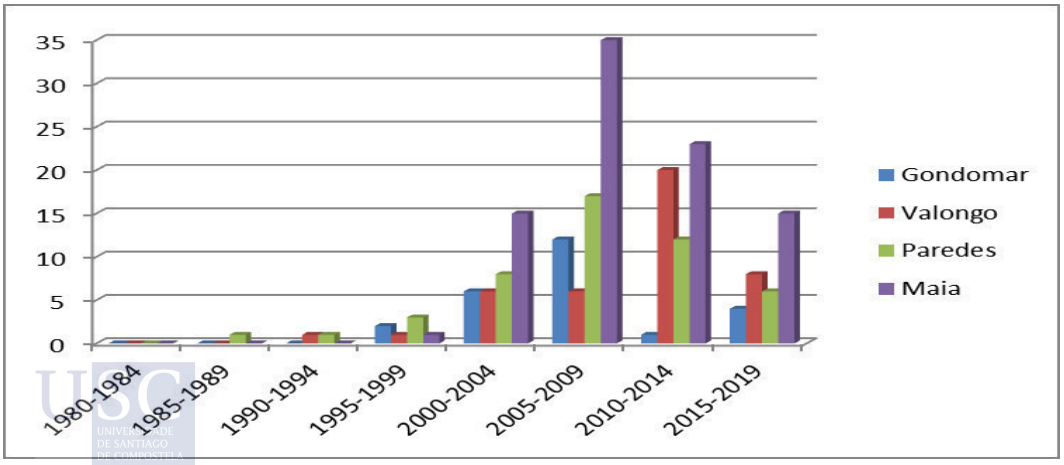


Fig. 22. Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos aprovados para os concelhos de Gondomar, Valongo, Paredes e Maia (1980-2019), agrupados por quinquénios. Fonte: Direção Geral do Património Cultural.

3. ANTES DE ROMA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

3.1. COMUNIDADES PROTO-HISTÓRICAS

Não é nosso propósito nesta dissertação, nem absolutamente indispensável para o seu desenvolvimento, traçarmos um completo e exaustivo quadro histórico-arqueológico das características sociais, sociopolíticas, religiosas, ou mesmo da cultura material das populações que habitaram o noroeste ibérico durante o primeiro milénio antes da nossa era e, de forma particular, nos séculos mais imediatos à chegada dos invasores romanos. Muitas sínteses – várias delas defendidas como teses doutorais (TRANOY, 1981; SILVA, AF, 1986, 2007[2]; MARTINS, 1990; QUEIROGA, 2003 [1992]; LEMOS 1993; BETTENCOURT, 2000a; ALMEIDA, CB, 2003a; SILVA, MF, 2006; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007a; CARVALHO, 2008a; CURRÁS REFOJOS, 2014; FONTE, 2015) – e outras importantes análises de fundo, com pontos de partida e perspetivas diversas (ALMEID A, CF, 1983a; 1986b; ALARCÃO, 1992b; 2003a; FABIÃO, 1992; CALO LOURIDO, 1993; SILVA, AF, 1995a; GONZÁLEZ GARCÍA, 2007; LEMOS, 2009a, entre outros)[248] desenharam, com larga perspetiva temporal e geográfica, essa realidade a que uns chamam «cultura castreja», outros designam como comunidades indígenas proto-históricas, e ainda outros, tão só, como a terra e história dos galaicos. A tais estudos monográficos pouco poderíamos nós acrescentar, além de algumas pontualizações locais, ou opiniões necessariamente limitadas no escopo.

Não obstante, não deixaremos de fazer, ao longo deste ponto, breves apontamentos sobre alguns aspetos em particular, pela razão primordial de que interessam à perspetiva de ocupação do território a que recorremos neste trabalho, nomeadamente nas dimensões mais rápida ou profundamente alteradas pelo processo muitas vezes designado como «romanização», conceito que discutimos no capítulo anterior deste trabalho. Tais domínios respeitam, mais propriamente, às formas de povoamento, tal como as temos materializadas no registo arqueológico, e à própria estrutura social e organização sociopolítica das comunidades, elementos que serviram de fundo à (re)organização administrativa dos tempos romanos[249].

Por outro lado, a indagação sobre os *Callaeci* que nos orientou nesta pesquisa deveria até, no plano teórico, privilegiar os ambientes e comunidades proto-históricos sobre os romanizados. Porém, como ao longo deste trabalho vai ficando cada vez mais claro, a voz e o olhar sobre esses pristinos galaicos é, tão só, a voz de Roma[250], sendo ainda muito débeis os indícios que deles pretendamos rastrear na herança material que nos ficou dos *populi* pré-romanos do Baixo-Douro. Naturalmente, não deixaremos de evocar mais adiante, a partir de textos bem conhecidos, esse mosaico de povos cujos nomes os autores antigos nos legaram. Apenas etnónimos, cujo cruzamento com outras fontes, nomeadamente as epigráficas,

[248] Centrámo-nos, nesta breve resenha, nos trabalhos mais gerais ou que, diretamente, interessam à área portuguesa, sendo ainda mais ampla a respeitante ao território da atual Galiza.

[249] De que tratamos no capítulo seguinte deste trabalho. Vejam-se os pontos 4.2. e 4.2.1.

[250] Há mesmo Autores, que diríamos, talvez, mais essencialistas, os quais, alegando a natureza, naturalmente, indireta e instrumental dos textos clássicos, propõem mesmo o seu abandono, e bem assim das fontes epigráficas, como meio de conhecimento das realidades indígenas proto-históricas (SASTRE, 1998: 18-19, *passim*; SASTRE, CURRÁS, ALONSO, 2010: 170).

raramente coincide e nos permite progredir se não no seu conhecimento, pelo menos no seu mapeamento mais rigoroso

3.1.1. A ocupação do território

O povoamento da Idade do Ferro no norte e centro-norte de Portugal continua a ser, praticamente em exclusivo, um povoamento de altura, distribuído pelos numerosos *castros* – seguramente mais de um milhar[251] – que pontuam o território. As origens desse modelo de aldeamento sedentário, que privilegia os esporões ou altos dos montes, com bom controlo visual sobre o território envolvente e claras preocupações de segurança – resultantes da própria topografia dos sítios e, normalmente, complementadas com defesas artificiais como taludes, fossos ou muralhas, elementos que aqui não cabe especificar (SILVA, AF, 2007b; SILVA, PEREIRA, 2020) – remontam aos finais da Idade do Bronze, como desde há muito ficou provado, com datações radiométricas, correspondentes a momentos entre os séculos XII e X a.C. em povoados como o Côto da Pena, Caminha (SILVA, AF, 2007a: 34, n. 185; 88)[252], ou São Julião, Vila Verde, no mesmo intervalo temporal[253], a que se seguiram, entretanto datações similares para outros povoados de altura fortificados do Noroeste (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007a: 90-95)

Não obstante, importa recordar, que, se em muitos castros, a raiz e o modelo formal do povoamento emergem, de facto, nos alvores do primeiro milénio a.C.; há igualmente numerosos povoados e outros sítios coevos, queremos dizer, datados do Bronze Final, que em pouco, ou nada, se assemelham a castros, evidenciando-se nessa época uma rede de povoamento ou de utilização e frequentação do território, aparentemente, mais diversificada (BETTENCOURT, 2000b; 2013) que no período médio, ou mesmo final, da «cultura castreja» convencional[254].

Já nos inícios da «romanização», provavelmente a partir do século I a.C., ou um pouco antes, emerge um tipo de povoados que C. A. Ferreira de ALMEIDA (1983a: 73-74; 1984: 38; 1986b: 161-163) e Brochado de ALMEIDA (1990: 277ss.; 2003a: 165-178) popularizaram entre a comunidade científica com a designação de «castros agrícolas»[255]. Correspondem a pequenos castros instalados em pequenas elevações em áreas de vale, dominando agras de cultivo, fundados já sob domínio romano e dotados de defesas pouco expressivas, simples fossos ou muralhas pouco potentes (ALMEIDA, CB, 2016: 117). Estes castros, muitos deles abandonados em poucas gerações, correspondem, provavelmente, às novas estratégias de povoamento e exploração de recursos que, por desenvolvimento

[251] Armando Coelho Ferreira da SILVA (2007a), que registou mais de 900 povoados, e Francisco QUEIROGA (2003 [1992]), com cerca de 450 castros, apresentam os levantamentos mais atualizados; mas a área de levantamento de ambos não coincide totalmente, e Armando Coelho não integra zonas da Beira Interior e Nordeste Alentejano que Jorge de Alarcão entende, por razões não estritamente arqueológicas mas também culturais e linguísticas, deverem, igualmente, ser incluídas no mundo castrejo (ALARCÃO, 1992b: 39-40).

[252] Respetivamente, UGRA 200 (1293±975 cal BC 1δ) e UGRA 220 (1293±936 cal BC 1δ), segundo SILVA, AF, 2007a: 88.

[253] Estação com uma extensa série de datações, as mais antigas calibradas estatisticamente para 1080±927 cal BC 2δ (BETTENCOURT, 2000b: 100)

[254] Desta realidade temos experiência direta pela escavação de dois sítios distanciados pouco quilómetros, o povoado de São Julião (Albergaria-a-Velha), habitado em torno ao século X. a.C. e o castro de Salreu, em Estarreja, com uma ocupação que poderá remontar ao século IV a.C. (SILVA *et al*., 2019; 2020, ambos com bibliografia completa daquelas estações arqueológicas).

[255] Modelo que não é totalmente consensual. A principal crítica feita à proposta de C. A. Brochado de Almeida (*op. cit*.) tem a ver com a assunção de que os «castros agrícolas» eram votados, particularmente, à exploração agrária, o que não está de todo comprovado; e com a questão da sua cronologia, pois alguns desses povoados têm a sua fundação muito antes do período augustano, do que é exemplo o castro da Suvidade de Recezinhos, em Penafiel (SOEIRO, 1986b), de que adiante se falará. Cfr. QUEIROGA, 2003 [1992]: 36-37.

endógeno ou pressão das autoridades romanas, fizeram com que muitas comunidades abandonassem os antigos povoados dominantes às cotas mais altas.

Certamente, o «castro» não esgotava o espaço humanizado da Idade do Ferro. As zonas de vale, estuarinas ou costeiras eram, seguramente, utilizadas como áreas de captação e exploração de recursos, não só como terras de cultivo ou pastagens, como também para recoleção de alimentos, pesca ou mariscagem, caça, obtenção de lenha, pedra ou de outras matérias-primas, ações que deixam poucos traços materiais que a arqueologia possa documentar. Trata-se, por fim, da construção de novas paisagens antropizadas, reconhecíveis nos vestígios de frequentação ou, mesmo, de assentamento estável da Idade do Ferro, em espaços exteriores às muralhas dos castros, que restam grandemente por explorar, mas vão ganhando espaço e visibilidade nas agendas de investigação (PARCERO *et al*., 2007: 168-195; PARCERO; AYÁN, 2016: 197-201, 215-223).

A estas dinâmicas, essencialmente económicas e de relações de produção, acresce naturalmente uma maior perceção dos espaços e lugares com funções de carácter simbólico ou ritual, atestados por sítios com gravação de petróglifos, depósitos votivos ou outras expressões, que vêm sendo categorizados, territorialmente, como «lugares conspícuos» (GARCÍA-QUINTELA, 2007: 362); em outros planos traduzidos por «arquiteturas ambíguas» (GARCÍA-QUINTELA; GONZÁLEZ GARCÍA, 2016), locais cujo rasto mítico, por vezes, chega ainda, cristianizado ou não, aos dias de hoje (LIMA, 2020b)[256].

Deve-se, sobretudo, a Carlos A. Brochado de Almeida e Francisco Queiroga – em território português – a revelação de diversos casos que podem atestar modalidades de ocupação humana «fora dos castros» nesse período da proto-história. Brochado de Almeida localizou, na franja litoral compreendida entre os rios Cávado e Minho, mais de centena e meia de assentamentos «castrejos», dos quais cerca de 20% são «castros agrícolas» e dezassete correspondem a locais onde se detetaram cerâmicas típicas da Idade do Ferro, e em alguns dos casos construções de planta curvilínea, em espaços não delimitados por povoados proto-históricos (ALMEIDA, CB, 2003a: 303ss.)[257]. Num deles, o sítio do Paço/Facha (Ponte de Lima), uma zona de vale entre os rios Lima e o seu afluente rio Tinto, foi encontrada uma habitação castreja oblonga, claramente isolada, com piso de barro, três lareiras e buracos de poste para sustentar a cobertura, estrutura que foi datada, pelas cerâmicas associadas, quase todas de tradição sidérica, salvo alguns fragmentos de ânfora ao nível do piso, da época de Augusto (ALMEIDA, CB, 1990: 58-62). Segundo este mesmo autor – que acrescenta ainda outros exemplos (2016: 121) – estas habitações isoladas terão sido resultantes, eventualmente, de um processo similar à da fundação dos castros agrícolas, no quadro das profundas transformações dos modelos de exploração da terra que acompanharam a romanização: os grupos organizados que abandonaram os castros tradicionais de altura estabeleceram povoados menores no vale; por sua vez, as habitações isoladas poderiam corresponder à deslocação de núcleos familiares (ALMEIDA, CB, 1990: 282-283; 2003a: 307ss.), verificando-se igualmente que, em muitas destas casas agrícolas galaico-romanas, a ocupação do local estabilizou-se nos tempos romanos, prolongando-se pelos séculos seguintes (ALMEIDA, CB, 2003a: *ibidem;* 2016: 121)[258].

[256] Do que poderão constituir eventual exemplo, na nossa região de estudo, os sítios de Mecos e de Esposade, em Matosinhos, a que adiante se fará referência.

[257] A quantificação dos sítios castrejos atinge 153 «castros tradicionais» confirmados (ALMEIDA, 2003: 95-97, fig. 15), 31 «castros agrícolas» (*Idem*: 173, fig. 43) e 17 locais de «habitat castrejo disperso» (*Idem*: 306, fig. 68).

[258] Provavelmente mais comuns – e não se encontrarão mais porque, habitualmente, não se escavam esses locais, serão as construções de planta curvilínea, de tradição castreja, próximas, mas pelo exterior, das últimas muralhas castrejas. Tal sucedeu, como mais à frente neste capítulo se verá, no Castro de Guifões, em Matosinhos; e também, muito provavelmente, no Castelo de Gaia (*vd. infra*, pontos 3.2.1, 4.3.2.1 e 5.3.4.1).

Dados similares para a possibilidade de ocupação «castreja», mais assumidamente, fora dos castros foram também obtidos para a zona do vale do Ave – aqui envolvendo apenas prospeção arqueológica de superfície e mapeamentos geofísicos – pela equipa de Martin Millet e Francisco Queiroga, no quadro de um projeto de investigação desenvolvido entre 1994 e 1998. Aqueles trabalhos comprovaram a ocorrência de concentrações de cerâmicas da Idade do Ferro em numerosos locais distantes de castros, sendo que desses 27 novos sítios, 24 estão situados em encostas de vales (MILLET *et al*., 2001)[259].

Outro sítio que pode ainda considerar-se ilustrativo de «povoamento disperso» durante a Idade do Ferro foi localizado nos dois núcleos do Frijão (Frijão 1 e Frijão 2), perto do rio Este, em Braga (BARBOSA, AZEVEDO, 2005; SILVA, V, 2014). A estação arqueológica situava-se numa plataforma de vale, não muito longe de um povoado com ocupação do Bronze Final[260] e revelou um significativo conjunto cerâmico, exclusivamente da Idade do Ferro, juntamente com fragmentos de um caldeiro de rebites, em bronze, amortizado numa estrutura negativa longitudinal, de tipo valado. A natureza do sítio, objeto apenas de uma escavação arqueológica de emergência, não é totalmente clara, sendo evidente, todavia, que não se trata de um local de habitação mas, de acordo com a interpretação de um estudo académico, «um lugar de frequência ocasional, associado a ritos excecionais de comensalidade», sendo igualmente relevante a sua cronologia, talvez situável entre os séculos IV e II a.C. (SILVA, V, 2014: 117, 128).

Também no território galego têm vindo a ser identificados diversos sítios que divergem da «paisagem fortificada» característica da Idade do Ferro, representando a construção de outras paisagens «*mais aló dos castros*» (PARCERO-OUBIÑA; AYÁN VILA, 2016), sejam sítios mineiros pré-romanos, locais com arquiteturas negativas, paleossolos agrícolas ou outras evidências, do que constituem exemplo estações como Pena Redonda, O Coto ou Agro de Ouzande, todos eles de cronologia claramente anterior à romanização (PARCERO-OUBIÑA; AYÁN VILA, *idem*, e também estampas finais), fenómeno que outros autores, acrescentando diversos outros exemplos de «*assentiamentos abertos*», interpretam no sentido de que «*la lógica social del castro há dejado de funcionar* (…) *hacia el final del s. I a.C.*» (CURRÁS; SASTRE; OREJAS, 2016: 128).

Se estes últimos sítios convocam uma adscrição cronológica seguramente anterior à ocupação romana do nosso território, já os «castros agrícolas», e em especial as numerosas ocorrências registadas por C. A. Brochado de ALMEIDA (1990; 2003a) sustentam fundadas questões sobre o seu efetivo enquadramento cultural ou, se quisermos, sobre o próprio conceito de «cultura castreja». Não por acaso, este autor inclui o estudo destes sítios não no capítulo do povoamento proto-histórico, mas no do povoamento romano (ALMEIDA, CB, 2003a), uma vez que a simples utilização de cerâmicas de tradição castreja (que surgem ainda em *Bracara Augusta*, por exemplo, em ambientes da primeira metade do século I[261]) ou até a perpetuação de construções de planta curvilínea podem indiciar contextos, na verdade, já muito distantes dos castrejos tradicionais. Mas estas dificuldades de interpretação e contextualização são próprias das aproximações arqueo-antropológicas às sociedades de transição. Interessa mais relevar, em nosso entender, o grande potencial para a investigação que oferecem estas modalidades de povoamento «castrejo» disperso, quanto mais não seja

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[259] A publicação destes dados, exclusivamente eletrónica mas metodologicamente modelar, inclui a totalidade dos resultados das prospeções geofísicas (estas, infelizmente, menos conclusivas) e de superfície, além das bases de dados das cerâmicas e muitos outros elementos.

[260] Aliás, nas proximidades existem importantes vestígios de ocupação da Idade do Bronze, designadamente no sítio do Pego, com uma necrópole e um complexo de estruturas negativas, com valados e fossas (SAMPAIO, 2014: 227ss.).

[261] *Vd. infra*, ponto 4.4.1.2.

para iluminar novas perspetivas e ultrapassar paradigmas de análise que desde há muito pareciam tomados como estáveis e adquiridos.

3.2. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Avançando para um primeiro ensaio de análise dos territórios e comunidades na foz do rio Douro – conceito que alargamos, convencionalmente, à nossa área de estudo – voltamo-nos, então, para os *castros*, evidência, praticamente, exclusiva da ocupação desta região durante a Idade do Ferro, se bem que ainda lhes juntemos, a seu tempo, outra classe de sítios arqueológicos. Ensaiámos uma distribuição destes povoados em duas grandes classes: os castros indígenas que não indiciam qualquer traço de existência após a conquista romana; e aqueles que, com maior ou menor segurança, poderemos entender como «romanizados». Os primeiros constam do Inventário regional (II) numerados com a sigla 'C' e os segundos com o prefixo 'CR', códigos pelos quais vão também legendados na cartografia (Figuras 23 e 24).

Importa que fique bem claro – e em outras passagens deste trabalho repetimo-lo mais que uma vez – o quanto esta distinção é artificial e, em pouco, pode ser tomada como indicador cultural. Na verdade, o que «distingue» para efeitos de inventário um castro «romanizado» daquele que, supostamente, o não foi é apenas, e quase sempre, a ocorrência superficial de fragmentos de *tegula* ou algum fragmento de louça mais clara de feição romana[262]. Ou nem isso. Na verdade, como poderá apreciar-se pela consulta das fichas de inventário, a maior parte dos sítios registados entram nos recenseamentos arqueológicos essencialmente pela toponímia, pela topografia, por vezes alguma vaga informação de achados antigos[263]. Dos 25 povoados classificados como de habitação apenas pré-romana» (quase no mesmo número, 27, são os «romanizados» por mera coincidência) apenas três registam escavações arqueológicas que, de algum modo, confirmam essa natureza. Mas esmiucemos um pouco os dados.

A observação do cartograma «pré-romano» (Fig. 23) mostra-nos uma distribuição que só podemos tomar como aleatória. Ou seja, poderá resultar mais das diferentes «tradições» de investigação ou critérios de levantamento regionais (basicamente municipais) do que da efetiva ocupação do território, que esperaríamos mais homogénea. Mas, naturalmente, uma mais correta reconstituição da paisagem «castreja» exige que se incluam no mapa e na análise os castros que sobreviveram à conquista romana (Fig. 24).

Analisando os sítios cartografados, de norte para sul, começamos, junto ao Ave, pelo «castro» da Olaia (C22)[264], sobre o qual não há registo de qualquer achado ou evidência significativa. Bem mais interessante é o pequenino castro litoral de São Paio (C23), que constitui o único castro verdadeiramente «marítimo» conhecido neste âmbito (Fig. 25). Foi objeto de escavações, em 1993, que permanecem globalmente inéditas, sendo conhecidos poucos dados. Além das suas defesas, constituídas por fosso e talude do lado «de terra» (nascente) (DINIS, 1993: 101-102), veio a público que ali foram exumadas diversas construções circulares, lareiras e pisos em argila (SILVA, 2005c), indiciando uma ocupação de plena matriz sidérica, devendo o lugar ter sido abandonado pelo câmbio de era, uma vez que não terá revelado elementos de «cultura material» tipicamente romanos (PINTO, 2000: 149; MOREIRA, 2009: 321, n.º 71).

[262] Com as limitações que esta abordagem apresenta, não deixa, todavia, de ser o método comum de classificação na generalidade dos inventários e cartas arqueológicas.

[263] Mais uma vez, perante as dúvidas que as informações sobre alguns sítios nos ofereciam, eliminámos alguns do nosso inventário, mas respeitámos, na maior parte dos casos, os levantamentos municipais disponíveis, afinal os que contam, legalmente, para que alguns desses sítios possam, no futuro, ser anulados ou confirmados, com base em trabalhos arqueológicos adequados.

[264] Naturalmente, estes códigos remetem para as fichas de inventário, onde se encontra, de um modo geral, a informação mais substancial de cada sítio, que aqui, por norma, não repetiremos.

Entendidos como «castros romanizados», contabilizam-se, nesta região, o pequeno castro «agrícola» de Farilhe (CR22), sobre o qual escasseiam os dados (MOREIRA, 2009: 315, n.º 64); o castro da Retorta (CR23), de vocação agrícola igualmente patente, do qual se conhecem bastantes materiais de superfície, levando C. A. Brochado de Almeida a considerá-lo como o único castro «verdadeiramente romanizado» da margem esquerda do curso final do rio Ave (ALMEIDA, CB, 1995b: 55); e, por fim, o importante, pelo menos enquanto referência topográfica medieval, Castro de Boi (CR24), cuja relevância na proto-histórica é igualmente apontada (ALARCÃO, 2000: 48) e que conta com informações sobre vestígios arquitetónicos (ALMEIDA, CF, 1969: 34) e abundante cerâmica romana superficial (MOREIRA, id.: 325, n.º 78)), mas que, todavia, nunca foi objeto de escavações, à semelhança dos sítios anteriores.

Avançando um pouco mais para sul, ao longo da franja litoral, encontramos um conjunto de referências a povoados nos municípios da Maia e de Matosinhos. Nas terras da Maia, anda descrito na bibliografia o pequeno castro de Santa Cruz, registando-se, de mais palpável, a recolha de um dormente de mó de rebolo e fragmentos cerâmicos atribuíveis à Idade do Bronze (RIBEIRO, 2014: 37-38), indiciando porventura sítio antigo[265], sendo em maior número os povoados nos quais o achado de tégulas e cerâmica comum romana tem levado os investigadores a assumir a sua contemporaneidade, pelo menos parcial, com a colonização romana, como ocorre com o descaracterizado castro de Pedras Rubras (CR02; MOREIRA, 2009: 213), ou o Monte de Santo Ovídeo (CR04), que viu recentemente confirmada, por escavação, a sua ocupação em tempos medievais[266], ficando a aguardar melhor sorte outras informações, sobre o achado de *tegulae* e moedas (ALMEIDA, 1988: 115; ALMEIDA, CF, 1969: 33). Um povoado inédito foi recentemente descoberto no sítio do Barroso (CR03), na vertente do Monte da Senhora da Hora, onde algumas sondagens, ainda não publicadas, revelaram estruturas negativas da Idade do Bronze, e num outro ponto, uma área de ocupação romana e da Idade do Ferro, atribuindo-se à época romana «vestígios de muros, buracos de poste, valas de fundação», associando-se a estes ambientes cerâmica castreja e fragmentos de *dolia* e de ânfora Haltern 70, o que talvez indicie contextos antigos (RIBEIRO, 2014: 68).

No concelho de Matosinhos, a maior parte das referências que recolhemos e permanecem na carta arqueológica municipal – os castros de Custóias (C05), Esposade (C06), Recarei (C08), Freixieiro (C09) e Moalde (C10) correspondem a locais profundamente descaracterizados pela indústria, pela exploração de pedra, pela urbanização, deles restando, por ora, nada mais que os topónimos, sendo até muito insegura e variável a localização que lhes é atribuída. Curiosamente, os poucos materiais de superfície aparentemente mais seguros, procedem da Quinta da Conceição (C07), um local com características menos correntes para um povoado castrejo (PIRES, 2012; 2016b; 2018). Permaneceram ocupados em tempos romanos o pequeno *monte crasto* de Angeses (CR06) e, naturalmente, o bem conhecido *Monte Castêlo*, de Guifões (CR05). O primeiro, conhecido desde há muito (RAMOS, 1992 [1943]: 17), constituiu um povoado de baixa altitude, circundado por uma única cerca defensiva, que poderá ter complementado a exploração agrícola com a dos recursos marítimos, atendendo à sua proximidade ao Atlântico, podendo a sua cronologia, a avaliar apenas pelas cerâmicas visíveis à superfície do terreno, remontar aos séculos I ou II (SILVA; MOREIRA, 2011: 106).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[265] Com efeito, os pequenos povoados da Idade do Bronze, podem constituir elementos bastante «opacos» no registo arqueológico, pois, por não possuírem, as mais das vezes, estruturas petrificadas, só o acaso de uma obra ou a abertura de um estradão podem propiciar alguns restos significativos.

[266] Como, aliás, pudemos confirmar pela observação dos materiais cerâmicos. Agradecemos esta informação verbal, uma vez que os trabalhos não foram ainda publicados, a André Tomé Ribeiro, arqueólogo dos quadros da C. M. da Maia.

De seguida, o castro de Guifões justifica que lhe dediquemos mais algumas linhas. O *Monte Castêlo* atraiu a atenção de algumas das principais figuras dos alvores da arqueologia portuguesa, nomeadamente Francisco Martins Sarmento, que em 1878 ali executou uma pequena escavação, tendo também sido feitas sondagens, posteriormente, por Rocha Peixoto e José Fortes, nos inícios do século XX, e ainda por Serpa Pinto, Mendes Correia e Russel Cortêz (CLETO, VARELA, 1999: 9-14), trabalhos cujos resultados quase nunca viram a luz do dia mas que contribuíram para que a estação ficasse assinalada entre os mais importantes castros do litoral. Por fim, com os trabalhos de Joaquim Neves dos Santos, que dirigiu diversas escavações no povoado – muitas vezes suscitadas por obras diversas – na década de 1950, o sítio entrou na bibliografia arqueológica[267], mas só na década de 1990 ali se realizaram as primeiras escavações com metodologia científica mais adequada.

Localiza-se o castro sobre uma elevação, de topo relativamente aplanado, na margem esquerda do estuário do Rio Leça, à altitude de 65 metros, o que no contexto orográfico local, assegura a que do seu cume se alcançasse extraordinário alcance visual quer sobre a foz do rio e o Atlântico, quer para relevantes castros mais interiores como a Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) ou a Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira (VARELA, 2010; 2013: 78). O seu carácter litoral, mesmo atlântico, advinha-lhe das condições do estuário do Leça na época em que o castro esteve habitado, e ainda muito depois. Ao contrário do que hoje sucede, com o assoreamento da foz do Leça, sobretudo após a construção das docas do porto de Leixões, em 1927, o rio constituía, na Antiguidade, um convidativo estuário – protegido pelos «leixões», um conjunto de penedos junto à barra – para fundeadouro de embarcações de considerável calado, mesmo junto ao povoado castrejo, situação que, aliás se manteve até às primeiras décadas do século XIX, se bem que a construção de pontes tenha, entretanto, limitado o acesso a pontos mais interiores a montante (VARELA, 2013a: 76; BLOT, 2003: 48, 61; MORAIS, 2013a: 104-105)[268]. Este aspeto é fundamental para entendermos a «identidade» do castro. Aliás, Neves dos Santos recolheu diversas poitas de ancoragem de embarcações e blocos de pedra aparelhados, de grande dimensão, compatíveis com o uso em construções portuárias, entre outros indícios (*Idem, ibid*.).

As escavações e achados de Neves dos Santos permitiram-lhe reconstituir uma «biografia» do povoado que, acertadamente, balizou entre os finais da Idade do Bronze e o ocaso do Império Romano, compreendendo, igualmente, a presença de itens importados desde época muito antiga (SANTOS, 1955; 1956: 1), realidade que a moderna reavaliação desses materiais vai paulatinamente confirmando, sublinhando o Leça como «um dos mais importantes ancoradouros do Noroeste peninsular», o que se atesta, nomeadamente, pela grande quantidade de produtos que aí chegavam em ânforas do tipo Haltern 70 (MORAIS, 2013a: 104, 107ss.), que representavam um dos principais contentores do período da transição de era, como é sabido.

Neves dos Santos registou e assinalou na planta do castro que levantou, além de três ordens de muralhas, construções de três plantas-tipo: circulares, ortogonais de ângulos retos e ortogonais de cantos arredondados (SANTOS, 1955: 25-26), se bem que seja difícil aferir, a partir dos seus escritos e apontamentos, particularidades cronológicas. As escavações

[267] Neves dos Santos foi um arqueólogo amador, local, no sentido mais nobre do termo. A sua paixão pela arqueologia e pelo Monte Castêlo levou-o a procurar formação, a apresentar comunicações em congressos e a procurar a ajuda de especialistas, constituindo um registo de intervenções e achados que, sem a sua intervenção, não ficariam, de todo, documentados (PIRES, 2006). Além de trabalhos monográficos sobre o castro de Guifões (SANTOS, 1955, 1956), publicou outros estudos, ainda hoje de interesse para o estudo do povoado (SANTOS, 1962a; 1962b; 1963a; 1963b), muitas vezes expondo as suas competências de ilustrador, decorrentes da sua formação em desenho técnico industrial, como na publicação, póstuma, de uma asa de sítula (SANTOS, 1996).

[268] Veja-se a ficha do sítio, CR05, no Inventário B, para outros detalhes que aqui omitimos para não sobrecarregar o texto.

desenvolvidas pelo gabinete municipal de arqueologia, em duas fases, entre 1993-1999 e 2009-2010, na encosta sudeste do castro, exumaram parte de dois núcleos habitacionais de construção tardia, já do século IV, se bem que em certos pontos ficasse atestado que esses edifícios haviam sido erguidos sobre as ruínas de estruturas do Alto Império, provavelmente ainda do século I (CLETO, VARELA, s.d.: 28-35; CLETO, 1993; VARELA, PIRES, CLETO, 2015). Aliás, esta fração do urbanismo do castro traduz uma realidade que já Neves dos Santos observara, ou seja, a do ordenamento das construções de acordo com um conjunto de arruamentos (SANTOS, 1955: 25-26), desconhecendo-se, porém, a génese cronológica dessa estruturação urbana.

No exterior da última muralha, no sopé poente, muito perto do Leça, Neves dos Santos escavou um edifício no «Campo da Ponte», de cronologia tardia, mas sob o qual percebeu restos de materiais do Alto Império e, até, de uma construção circular (SANTOS, 1963c: 137-139; 1996: 22; VARELA, 2013a: 79; AREZES, VARELA, 2017: 127-128), situação, aparentemente, anómala, face ao registo habitual da arquitetura castreja (Fig. 26)[269]. Ora, o projeto de investigação atualmente em curso no Castro de Guifões, vem escavando, desde 2016, uma área contígua à intervencionada nos começos da década de 1960 por Neves dos Santos, na qual, além de edifícios do Baixo-Império, começam a revelar-se níveis e estruturas do século I e dos finais da Idade do Ferro (AREZES, VARELA, 2017; AREZES, 2019: 186-187), situação do maior interesse a respeito desta problemática e para melhor contextualizar este «*uicus* portuário», ligado ao comércio e, provavelmente, também ao sal, como – com grande intuição e, julgamos, com acerto – o designa José Manuel VARELA (2013: 80).

Avancemos agora em direção ao interior, deixando para depois as margens do Douro. O vazio cartográfico» de castros «indígenas» de mais de duas dezenas de quilómetros (Fig. 23) é temperado pela presença de dois castros singulares onde os testemunhos de objetos «romanos» parecem evidentes. O destacado Monte Crasto, de Gondomar (CR01), dominando amplamente a envolvência do alto dos seus 194 metros, parece ter tido particular importância no período tardo-antigo (MENDES-PINTO, 1999b), sendo muito esparsas, por falta de escavações, as informações sobre a sua ocupação em épocas anteriores (OLIVEIRA, 1934: 18-20). Já o castro de Couce (CR21), em Valongo, onde, à superfície, se acha bastante tégula, cerâmica comum romana e *sigillata*, a par de numerosos moinhos em pedra (MENDES-PINTO, 1993: 305; TEIXEIRA, 2010, Anexo: 8), parece constituir um caso típico de povoado mineiro, instalado precisamente no coração da exploração aurífera romana (MATÍAS RODRIGUEZ *et al*., 2015: 485; MATÍAS RODRIGUEZ *et al*., 2014a: 41, 45), sendo muito oportuna a sugestão de averiguar, caso venha a confirmar-se a sua fundação pré-romana, se os seus moradores não teriam sido «os primeiros prospetores do ouro» (LIMA *et al*., 2018: 59).

Ainda nesta área, os registos de povoados sem aparentes indícios romanos localizados mais próximos do Douro, designadamente no concelho de Gondomar (C01, C02 e C03) fundam-se em imprecisos achados antigos, ou nem isso, não existindo evidência sólida que sustente quaisquer considerandos. O mesmo pode repetir-se, já em Paredes, para outro eventual povoado mineiro, o castro de Santa Iria (C11)[270] e ainda outro possível castro, o da Sobreira, também muito pouco seguro, a avaliar pelos vestígios aduzidos (C12).

Porém, precisamente no território de Paredes, referenciam-se diversos povoados da Idade do Ferro onde são por demais notáveis os traços da sua habitação em tempos imperiais. Encontram-se nesta situação o castro de São Domingos (CR08), situado numa elevação com cota máxima de 337 metros e em cujo topo, segundo as informações dos serviços municipais

[269] Como acima exemplificámos, porém, a presença de casas «castrejas» fora dos castros, vai sendo, cada vez mais, facto conhecido.

[270] Neste caso, algo estranho, pela falta de seguros indícios romanos.

de arqueologia observam-se «vestígios de exploração superficial de filões pegmatíticos, de cronologia incerta», e recolhem-se materiais cerâmicos castrejos e romanos, nomeadamente na vertente sudeste do monte (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Sbr008A); o Monte do Crasto, em Cristelo (CR09), em similar patamar altimétrico, no qual, segundo a mesma fonte, ocorrem idênticos vestígios de superfície, evidenciando-se, igualmente, traços de estruturas defensivas (*Idem*: Id Cri001A); e também, ainda a cota superior (370 metros), o Monte de Santiago (CR10), com vestígios similares no terreno (*Idem*: Reb003A).

O Castro do Muro (CR11), distribuído entre as freguesias de Baltar e de Vandoma, merece nota própria. O alto da Vandoma, com a natural dominância topográfica, à escala regional, que lhe advém dos 519 metros do seu miradouro máximo, entrou na literatura arqueológica em razão do seu impressionante circuito muralhado (SILVA, 1963; 1966), com um perímetro de quase quatro quilómetros, exibindo o «muro» uma largura, variável, entre os 3,5 e os 4 metros, se bem que a cronologia desta imponente estrutura defensiva permaneça por apurar. Os poucos trabalhos arqueológicos ali realizados não proporcionaram dados muito consistentes, mas os seus resultados, acrescidos por diversos achados superficiais, permitem uma primeira aproximação «biográfica» à diacronia longa da sua frequentação antiga, que vai da pré-história recente à Idade Média (SILVA, MA, *et al*., 2018; 2020; SILVA, MA; SILVA; FÉLIX, 2021). Entre estes achados, ocorrem, naturalmente, materiais proto-históricos e romanos, que todavia julgamos, por ora, insuficientes, para propor a interpretação do sítio, na Idade do Ferro, como claro «lugar central» (SILVA, AF, 2007: 25, 137, n.º 473), ou mesmo como centro religioso dos *Callaeci*, como propôs o mesmo investigador[271].

Muito próximo do Muro da Vandoma, a menos de dois quilómetros, situa-se o castro de São Silvestre[272] (CR07), onde se pode ainda topar o alinhamento de dois panos de muralha (PINHEIRO, 2012), além de restos pétreos de construções e olaria castreja e romana à superfície (DELINDRO, 2012: 146-148; PINHEIRO, 2012; MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Id Bal001A), sendo curioso, se para tal houver ensejo, vir a analisar-se a articulação cultural e cronológica deste povoado com o seu vizinho do Muro.

De castro em castro, chegamos ao sector mais oriental da nossa área de estudo, ao encontro dos castros das terras de Penafiel, tipo de sítios arqueológicos no qual o concelho é fértil, aliás como em outros. Iniciando o périplo pelas oito ocorrências de castros «pré-romanos» ali documentadas, vemos que as mesmas exibem materialidades diversificadas. Em cinco desses povoados, Alto do Castro (C15), Condessa (C16), Monte Áspero (C17), Quinta do Castro (C19) e Recezinhos (C20), a evidência disponível é quase nula, não se verificando achados de superfície ou outros vestígios ineludíveis. Outro tanto não pode dizer-se do castro de Abragão (C13), sítio bastante descaracterizado, mas onde Teresa Soeiro detetou traços de três linhas amuralhadas e cerâmica, exclusivamente castreja, à flor do solo (SOEIRO, 1984: 50-51); do castro de Castelões de Ordins (C14), semelhante nas cercas defensivas, a que se juntava um fosso, e também apenas com olaria sidérica à superfície (SOEIRO, *ide*m, 104-105); e, ainda, do castro de Quintela (C18), povoado de grande dominância visual entre o Tâmega e o Douro, que foi reconhecido durante os levantamentos de LANHAS e BRANDÃO (1967: 36-37) e no qual, além de claros testemunhos de muralhas e outras construções pôde ainda, muito depois, recolher-se cerâmica indígena em prospeção superficial (SOEIRO, 1984: 55). Estes últimos sítios, escusado será dizê-lo, não obstante as várias destruições a que têm sido sujeitos, apresentam um elevado potencial para a investigação das formas de ocupação indígena naquela região.

[271] *Vd. infra*, ponto 5.3.3.1.7.

[272] Segundo interpretação recente, este povoado pode ter sido designado na documentação medieval como «Castro de Sanda» (MARIANI, 2020: 948), elemento que se arquiva, pelo menos, e por enquanto, como mera curiosidade.

No que concerne aos sítios romanizados, contabilizam-se na bibliografia e nos registos dos serviços técnicos do museu municipal, sete castros. Como melhor veremos no ponto próprio, quando tratarmos das formas e modalidades da ocupação romana[273], existe em Penafiel uma especificidade, se assim podemos dizer, ainda pouco percetível – ou não detetada de todo – em regiões vizinhas, que é a da, quase sistemática, associação dos castros romanizados a povoados abertos no seu sopé ou vizinhança imediata, e destes com necrópoles igualmente contíguas. Assim se entende, que seja frequente na bibliografia mais antiga sobre a arqueologia daquela área, a referência a «tambores de coluna» ou outros restos monumentais referidos a castros, pois, por vezes, castro e povoado, tão lado a lado se estabeleceram, que quase não se distinguem na enumeração dos traços arqueológicos.

Feita esta observação «subamos» aos castros. Curiosamente, praticamente todos aparentam ter sido aglomerados de notória «importância»[274] em tempos romanos, considerando os vestígios que exibem. Talvez os mais «modestos» possam ter sido o pequeno castro de Irivo (CR15) e a *Suvidade* de São Mamede de Recezinhos (CR18). O primeiro, situado numa pequena elevação junto ao rio Cavalum, tem boas condições – desde logo pela pouca proeminência das defesas construídas – para englobar-se nos tradicionalmente designados «castros agrícolas» (SOEIRO, 1984: 100); já o sítio da Suvidade, onde foram feitas escavações (SOEIRO, 1986b), que todavia revelaram um sítio muito destruído e com escassa possança estratigráfica, observando-se, todavia, materiais indiciadores de uma longa cronologia de ocupação, enquadrável entre a pré-história recente a Idade Média. Parca herança, infelizmente, de um local, que, pela sua localização estratégica sobre vias antigas, alcançou assinalada importância simbólica, como recorda a mesma autora, ao informar que o mesmo povoado foi designado num diploma do século XIII como o «*mons qui vocatur Civitas fuit muratus et fuit castrum ex veteri*»[275].

Como provenientes do castro da Penha Grande (CR12), na freguesia de Abragão, registou o investigador local Abílio MIRANDA (1945b:1; 1957: 1-2) diversos restos arquitetónicos de natureza monumental, recenseados posteriormente como incluindo «um capitel toscano provincial em granito, alguns tambores de fustes de colunas e um outro capitel (?) com toro e escócia picada e muito desgastada por reutilizações como base ou capitel adaptado a um fuste estreito» (SOEIRO, 1984: 50)[276]. Apesar da zona estar hoje muito urbanizada, há 35 anos a mesma investigadora ainda detetou «vários circuitos de muralhas de que restam grandes blocos alinhados» e a informação de restos de construções circulares, para além de cerâmicas e outros materiais de superfície de tipo castrejo e romano (*Idem, ibidem*), para além da curiosa figuração, sobre um rochedo aflorante, de um guerreiro, com 21 cm de altura, munido de um escudo e uma arma, indistinta, que Soeiro diz apresentar algumas semelhanças com o conhecido petróglifo do Castelo de Penafiel (SOEIRO, *id., ibidem*).

Em condições bastante análogas acha-se o castro do Outeiro do Dino (CR17), em Pinheiro. O local, onde foi feita uma pequena escavação, que localizou uma construção de planta retangular (SOUSA, 1962: 128), foi caracterizado como possuindo um perímetro de muralhas de configuração elítica, dentro do qual percebiam, ainda «três socalcos sensivelmente concêntricos», provavelmente decorrentes da presença de outras muralhas ou

[273] *Vd. infra*, ponto 4.3.

[274] Ainda que a este substantivo, aqui adjetivado, não possamos atribuir, em boa verdade, qualquer conteúdo histórico preciso. Quase sempre, é apenas o nosso olhar contemporâneo que assim hierarquiza os sítios e lhes destina «predominâncias», não sabemos bem de que ordem. Veja-se, sobre o tópico, SILVA, 1994: 36.

[275] Inquirições de D. Afonso III, citadas por Teresa SOEIRO (1986b: 15).

[276] Supomos que possa constituir exemplo dos casos apontados em nota anterior deste ponto, sobre a «confusão» entre castro e urbanização do sopé.

taludes artificiais, além de restos de muros retilíneos (SOEIRO, 1984: 60). Também neste povoado encontrou T. Soeiro «tambores pertencentes a fustes de colunas lisos», noticiando igualmente o achado, numa moradia próxima, de um capitel coríntio em granito (*Idem*, 60-61). A nascente, junto ao traçado da muralha exterior, teria ainda sido localizada uma necrópole de incineração (*Id, ibid*.), evidências que provocaram à mesma investigadora alguma apreensão na tipificação do sítio, que designa como «povoado» fortificado, não no sentido em que por vezes se aplica aos castros «comuns», mas precisamente para cruzar a sua matriz, aparentemente, urbana e monumental, com a presença das cercas defensivas. Com efeito, como aliás assinalámos na ficha respetiva, esta estação parece aproximar-se muito, pelos dados disponíveis, do aspeto do Monte Mozinho, podendo questionar-se se o Outeiro do Dino não terá, acaso, feito parte de uma mesma leva de fundação de «castros romanos» na região.

O Monte Mozinho (CR16) e o castro da Abujefa (CR14) reclamam tratamento paralelo. Sobre o Mozinho, ao qual, além da ficha descritiva própria no Inventário II.B, dedicámos ponto monográfico[277], nada mais acrescentaremos por ora. Sobre o vizinho povoado castrejo da Abujefa, que quase só o fosso defensivo separa do primeiro, temos, necessariamente, de evocar o testemunho de quem, melhor que ninguém, conhece a realidade da Idade do Ferro e Romana da região, que incluiu a Abujefa entre os «quatro grandes povoados fortificados» do Entre Douro e Tâmega durante a primeira metade do século I, a par da Cividade de Eja, do castro de Quires (Marco de Canaveses) e do Monte Mozinho (SOEIRO, 1984: 24). Em visão menos abrangente, mas sem menor perspicácia, Gerardo Pereira reconheceu a dificuldade de «entender» o Mozinho sem ser em associação com a Abujefa, mas a Abujefa, como expressou, «*é um niño de dificultades*», mostrando-se perplexo com a coetaneidade de dois grandes castros (a Abujefa ocupará uns 28 hectares) e com as estratégias e articulações que tal circunstância poderá ter representado (PEREIRA-MENAUT, 1998a: 38)[278]. Disto isto, são aqui redundantes outros detalhes descritivos deste largo povoado, que poderão consultar-se na ficha própria do Inventário.

Por fim, descendo às margens do Douro, deparamo-nos com outro dos «grandes povoados» de impacte ou influência regional, de acordo com a visão de Teresa Soeiro acima reproduzida. O Côto da Cividade (CR13), na freguesia da Eja, estrategicamente implantado no encontro do Tâmega com o rio Douro, instalou-se sobre um cabeço em esporão, de pequenas dimensões, caracterizado por duas áreas a cotas bastante distintas: na parte mais elevada, o *Côto* propriamente dito; em plataforma inferior, onde modernamente se erigiu capela votada à Senhora da Cividade, é o que os habitantes locais designam, mais diretamente como «*Subidade*» (ALMEIDA; LOPES, 1982: 132)[279]. O castro, na parte superior, tinha configuração ovalada e era protegido por duas ordens de muralhas, englobando-se a plataforma inferior dentro da externa, vendo-se ainda restos de um fosso, pelo menos, a noroeste (Idem, ibidem; SOEIRO, 1984: 77-78).

---

[277] *Vd. infra*, ponto 4.6.

[278] Esta constatação é útil, por exemplo, à hora de analisarmos o Mozinho como «lugar central» ou povoado-capital de um qualquer povo, fossem os *Anaeci*, os *Callaeci*, ou outros. O que irmanava, ou separava, a comunidade da Abujefa dos habitantes do Mozinho?. Será o primeiro de fundação pré-romana (o que parece desmentido pelos achados de superfície) e, o último, uma cisão ou desmembramento desse aglomerado? Questões que nem a eventual escavação da Abujefa responderá, mas que poderão ser pertinentes como agenda de investigação, pelo menos, precavendo-nos contra visões por vezes anacrónicas, ou «a preto e branco» desse passado remoto.

[279] Provavelmente, corresponde ao fenómeno toponímico corrente, de deslocação do topónimo antigo para o local mais recentemente habitado, como sucede com tantos lugares do «castro» no sopé dos antigos castros. Aqui, a força simbólica da invocação religiosa faria o mesmo papel.

Os restos arqueológicos «móveis» que se ligam a este povoado são bastante heteróclitos, como é próprio do noticiário antigo, mas incluem, além de materiais pré-históricos, um fuste de coluna, uma inscrição com o nome *Camali* e outros objetos entretanto desaparecidos (ALMEIDA; LOPES, 1982: 132; SOEIRO, 1984: 77), a par das inevitáveis *tegulae* e cerâmicas tardo-antigas, sugerindo que o sítio terá assumido especial relevância em época tardo-antiga, já que da sua fase proto-histórica e romanização inicial pouco ou nada se conhece.

Descendo o Douro até perto da sua foz, detenhamo-nos um pouco nos castros portuenses, devidamente apresentados e discutidos em ponto próprio[280], além das fichas de inventário no apartado IIB, mas que justificam breve apontamento neste conspecto geral da região. No mesmo ponto, mencionámos, mas quase descartamos, por insuficiência de dados, as referências bibliográficas a outros povoados castrejos dentro do perímetro da cidade; em contrapartida, «descobrimos» o, provavelmente, pequeno castro ribeirinho de Santa Catarina (CR19), à sombra do qual se estabeleceu, possivelmente, mais significativo núcleo de povoamento em dias romanos. Correspondentes à Idade do Ferro, propriamente, são ainda parcos os achados, mas todavia presentes; sustentando mesmo, por mera ousadia, que desse complexo tenhamos aproximado uma figuração antropomórfica, esculpida em granito, que apareceu nas redondezas[281].

Sobre a Penaventosa[282] (CR20), não acrescentamos agora outros detalhes ao que mais adiante se expõem[283]. Porém (esperando do leitor a benignidade de aceitar esta opinião com justificação que só mais tarde lerá), antecipamos já que, pela natureza dos vestígios detetados na Penaventosa, tanto da Idade do Ferro como romanos – mesmo com a vantagem de dezenas de escavações arqueológicas, ainda que, normalmente, pontuais – o castro da Penaventosa não parece exibir a densidade de achados, ou a monumentalidade de outros povoados, como é o caso do Monte Castêlo de Guifões ou dos, diversos, grandes castros de Penafiel. O que vale esta constatação? Na verdade, muito pouco, até porque os termos de comparação são desiguais por qualquer perspetiva que se escolha. Aliás, como de há muito ficou provado, a regra «*rank-size*» como avaliação hierárquica ou taxonómica de aglomerados urbanos é frequentemente desmentida pela História[284;285].

Passando, finalmente, para a margem oposta do Douro, detetámos nas terras gaienses – recuando, temporalmente, aos castros meramente indígenas – três casos *sui generis*. Num dos dois povoados mais interiores, não há evidência de escavações[286] no pequeno castro de Sandim (C25), aglomerado com alguma tradição bibliográfica, evidência de muralha e, talvez fosso, além de materiais cerâmicos de superfície (SILVA, 1994: 62-63), mas que aguarda ainda pesquisas mais formais. O Castelo de Crestuma (C23) é, sem dúvida, um caso, à parte,

[280] *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

[281] *Vd. infra*, *ibidem*.

[282] Apelativo, de base histórica documental, que propomos para uniformizar as designações de «castro do morro da Sé», «da Sé do Porto», da «Pena Ventosa» ou «do Porto» com que o sítio anda nomeado por bibliografia científica e obras de divulgação.

[283] Além da respetiva ficha de inventário, veja-se, *infra*, o ponto 5.3.2.1.

[284] O princípio, que parte da geografia humana (BRADFORD; KENT, 1987: 91-106), é por vezes usado de forma apriorística em arqueologia antiga. Sendo certo que a grande dimensão dos povoados, na Europa pré-romana, coincide frequentemente com funções de centralidade política, religiosa ou económica (ALARCÃO, 1992c), tal não constitui axioma, como igualmente nota este autor. Para uma análise atualizada sobre o assunto, no plano demográfico e estatístico, *cfr*. MARZANO, 2011.

[285] Mas fica a ressalva, para prevenir os que, por distração ou bairrismo, imaginam que a segunda cidade do país e «berço» da designação nacional, tem, fatalmente, de possuir um castro, ou urbe romana, «a condizer».

[286] Salvo a abertura de algumas valas, clandestinas, das quais nada se sabe.

pois o bom lote de olaria castreja, e outros materiais, recolhidos no sopé da encosta norte (SILVA; SOUSA; PINTO, 2018), não encontra qualquer confirmação – tanto em materiais como em eventuais estruturas – a cota superior. Por outro lado, o sítio não parece ter sido muito frequentado durante os séculos I a III[287], mas possui, em contrapartida, uma forte presença de materiais importados (*sigillata*, ânfora, vidros, etc.) produzidos entre os séculos IV e VI[288], podendo pensar-se, porventura, que essa potente ocupação – que implicou extensivos desmontes e arranjos da topografia para a implantação de numerosas estruturas, tanto em pedra, como, sobretudo, em madeira[289] – tenha elidido os traços da anterior habitação castreja. Ou seja, podemos imaginar em Crestuma um castro que foi, praticamente, destruído pelas ocupações posteriores; ou temos de pensar em eventuais modalidades de fixação humana menos «típicas» na Idade do Ferro. Regressamos ao litoral para fechar a série com o castro da Madalena (C24), cujas escavações, no marco de um programa de investigação regional que coordenamos, foram iniciadas apenas em 2020, por ora confirmando a ocupação exclusivamente pré-romana que se lhe antevê (SILVA; SÁ, 2021; SILVA *et al*., 2019).

Três povoados exibem indícios seguros – e em dois deles, seguramente, relevantes – de romanização arquitetónica e artefactual. Referimo-nos aos castros de Baiza (CR27), do Monte Murado (CR25) e ao Castelo de Gaia (CR26), que discutiremos por esta ordem. O castro de Baiza, no interior do concelho gaiense, destaca-se sobre uma elevação de baixa altitude, junto ao rio Febros. Não sendo um povoado muito extenso no quadro regional (SILVA, 1994: 60-61; 2005a), destaca-se por um sistema defensivo com três ordens de muralhas, talvez complementadas ainda com um fosso (SILVA, 1994: 60-61). Foi escavado em 1985, no quadro de um projeto de investigação (SILVA, PAIVA, SÁ, 1987; SÁ; PAIVA 1994a: 44-45) e, de novo, em 1994, agora de forma extensiva, pelo facto de ter sido afetado pela construção de uma rodovia regional (LOPES, 1996). Dois ou três elementos merecem nota entre os resultados das escavações que vieram a público. Em 1985, os trabalhos focaram-se na muralha superior, com três metros de espessura, local onde foi identificado um núcleo habitacional – que, em parte, sobrepunha-se àquele troço de muralha, indiciando, naturalmente, a anterioridade da estrutura defensiva – constituído por diversas estruturas de plano circular (Fig. 27), uma delas, pelo menos, com átrio, ou vestíbulo, ladeando o vão de acesso, e todas abrindo para um pátio lajeado comum (SILVA, PAIVA, SÁ, 1987; SÁ; PAIVA 1994a: 44-45), modelo de organização do urbanismo castrejo bem conhecido na região e que remontará, talvez, aos séculos IV-III a.C.[290]

Nos trabalhos de 1994, registados apenas em relatório (LOPES, 1996) escavaram-se diversas construções do castro, aparentemente todas – tal como sucedeu em 1985 – de planta circular (Figs. 28 e 29), algumas das quais providas de pisos decorados e lareiras feitas com fragmentos de ânfora, para além de espólio muito significativo, essencialmente indígena, estando os materiais importados representados, especialmente, por ânforas, muito em especial

[287] Se bem que se ateste a presença de materiais, se bem que escassos, datados de entre o período tardo-republicano e o século II, que mais adiante se discutirão.

[288] A bibliografia deste sítio, objeto de recente projeto de investigação, é muito extensa, como pode ver-se na ficha respetiva. Sobre estes materiais importados, vejam-se, por exemplo, SILVA, CARVALHO, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015. Sobre o sítio, em geral, SILVA, GUIMARÃES, 2011; 2013a; 2013b e SILVA, 2014).

[289] A impressionante «coleção» de entalhes e buracos de poste, com uma profusão sem paralelo, assim o indicia. Cremos que a maior parte desses negativos terão sido feitos em época tardo-antiga, altura em que ali se estabeleceu, ou mais se desenvolveu, uma área portuária de apoio a Portucale.

[290] Reportamo-nos, designadamente, aos dados das escavações no castro de Ovil, Espinho – de que fomos corresponsáveis – e onde tal tipologia apresenta essa cronologia (SILVA, 2005a; SALVADOR, SILVA, 2010; 2020).

Haltern 70, como seria de esperar, mas também outras formas precoces e menos comuns no Noroeste, como a Dressel 1C itálica (LOPES, 1996: 9-18, figs. 12-14). O resultado de ambas as intervenções, conjugado, parece apontar para uma ocupação balizada entre os séculos IV-III a.C. e os meados do século I da nossa era (SÁ; PAIVA 1994a: 46-47), reduzindo-se as importações cerâmicas, segundo parece depreender-se, aos contentores anfóricos, que aparecem em grande quantidade, nomeadamente de tipo Haltern 70, que poderão datar, a par de uma fíbula tipo Aucissa, as últimas décadas de vida do castro. Para tal concorrerão ainda, em nossa opinião, a aparente inexistência, nos sectores intervencionados em 1985 e 1994, de construções de planta ortogonal, bem como a generalizada ausência de *sigillata*[291] (LOPES, 1996: 14-15), indiciando, talvez, o que poderíamos designar como «romanização material» algo incipiente.

O importante castro do Monte Murado[292] (CR25), mais conhecido ainda pela descoberta das duas *tabulae hospitales*, datadas dos primeiros anos da nossa era (SILVA, AF, 1983), implantou-se sobre um cerro elevado da plataforma litoral, a 240 metros de altitude, e por isso bem destacado e com extensa visibilidade para o território circundante. Tal situação favoreceu condições naturais de defesa e segurança, complementadas pela construção de três linhas de muralha e um largo fosso pelo exterior da última, da qual podem ainda topar-se restos, assim como do circuito intermédio (LIMA, 1989).

Como é próprio dos grandes povoados castrejos, desde, pelo menos, o século XIX numerosos achados avulsos juntaram-se às lendas e mitos populares sobre a ocupação antiga do sítio[293], mas só nos começos da década de 1980, na sequência do achado, durante a construção de uma moradia, das referidas placas de bronze, houve oportunidade para as primeiras escavações arqueológicas, que decorreram em dois sectores: em 1983, no próprio local do achado das *tesserae*, no lugar da Idanha, encosta nascente, onde se exumaram muros correspondentes a três compartimentos de uma habitação de planta retangular[294], datada da primeira década do século primeiro da nossa era ou de pouco tempo, a avaliar pela data das *tesserae* (anos 7 e 9) que ornavam uma das paredes; e também na vertente voltada a sul, onde em 1984 se deixou à luz do dia parte de um núcleo residencial castrejo (SILVA, AF, 1983, 1984b, 1986).

Estes últimos trabalhos, que mais nos interessam neste ponto, tiveram lugar numa zona localizada entre a segunda e a terceira ordens de muralhas. Aí se escavou parte de um núcleo «castrejo», composto com duas habitações de planta circular, uma delas com átrio, voltadas para um pátio lajeado comum (Fig. 30). Não foi feita ainda a publicação monográfica desta escavação, todavia Armando Coelho concluiu, a partir da arquitetura das construções e do espólio exumado, que a ocupação deste núcleo terá sido genericamente sincrónica à da casa de Decimus Cilo (SILVA, 1984b: 43-44, 53), embora aqui o maior peso percentual da cerâmica castreja[295] pareça indiciar o carácter notoriamente indígena do núcleo (*Idem, Ibid*.).

Por fim, concluímos este percurso pelos castros da Idade do Ferro da nossa região de estudo no Castelo de Gaia (CR26), o qual, à semelhança do portuense da Penaventosa,

[291] Não obstante, regista-se o achado de alguma louça de provável proveniência meridional, não descriminada, e «cerâmica vermelha de importação» (LOPES, 1996: 14-15, 17).

[292] Também referido, por vezes, como castro de Nossa Senhora da Saúde, invocação do santuário oitocentista ali existente.

[293] A bibliografia do sítio é muito extensa, mas a mais antiga encontra-se recolhida em LIMA, 1989. Veja-se a nossa ficha de inventário para outros pormenores.

[294] Da qual, eventualmente, se terá encontrado continuidade em sondagens recentemente realizadas em parcela próxima, na Rampa de Nossa Senhora da Saúde (OLIVEIRA, 2006; 2007; 2010). *Vd*. ficha CR25 para mais detalhes.

[295] A apresentação quantificada do espólio cerâmico da Idade do Ferro deste conjunto, distribuído por sectores e estratos, consta apenas de um trabalho académico de fim de licenciatura (ARAÚJO, 2005), igualmente nunca publicado de forma mais acessível.

tratamos com detalhe em ponto próprio desta dissertação[296]. Entre as mais de duas dezenas de intervenções arqueológicas feitas na colina do castro, apenas cerca de metade revelaram estruturas datáveis da Idade do Ferro. Em duas delas apareceram tramos de um duplo fosso, cuja cronologia sidérica, não podendo confirmar-se com segurança, se admite como mais provável (QUEIROGA, 2006; NASCIMENTO *et al*., 2020), como também discutimos mais adiante. No respeitante às arquiteturas de âmbito doméstico, igualmente tratadas no ponto sobre a ocupação proto-histórica e romana da cidade gaiense[297], ocorreram construções, com planta mais ou menos reconstituível, em vários locais, constituindo caso mais notável, pela qualidade dos vestígios preservados, o conjunto de edifícios de planta circular exumados numa escavação feita numa plataforma inferior do povoado, a nascente, tanto pelos detalhes das ruínas (alçados significativos, evidência de rebocos, numerosas lareiras, testemunho da construção com tijolos de adobe, etc.), como pela aparente cronologia antiga dessas construções, que os responsáveis fazem recuar até ao século IV a.C. (RAMOS, CARVALHO, 2016, 2018, 2020), cronologia que, a confirmar-se, nomeadamente através de datações absolutas, destacará por certo este núcleo como o de maior antiguidade atestado em toda a nossa área de interesse.

3.2.1. Arquiteturas domésticas e monumentais

Em breve conclusão desta «viagem» por 52 castros, uns, provavelmente, apenas de ocupação indígena; outros (27), notoriamente «romanizados», que imagem geral obtivemos, designadamente acerca dos momentos mais antigos de ocupação, que sobretudo interessam a este ponto? Desde logo, deve apontar-se a extrema fragilidade dos dados, pois em cerca de 90% desses povoados nunca se fizeram escavações arqueológicas; e entre os que tiveram algum tipo de trabalhos, a documentação sobre arquiteturas tipicamente «castrejas» resume-se a menos de meia dúzia de casos, e não possuímos qualquer sítio escavado em extensão suficiente para podermos percecionar uma área residencial minimamente satisfatória.

Se contabilizássemos as «casas castrejas» já identificadas em todos estes castros (em boa verdade, apenas em meia dúzia deles) poderíamos chegar, talvez – excetuando o Mozinho[298] – a umas três dezenas de registos, muito menos se incluíssemos apenas as plantas completas e ainda menos se almejássemos percecionar núcleos familiares ou a inserção dessas «casas» (que algumas o não seriam) na pequena geografia do povoado. E a este pobre quadro teríamos de acrescentar a dimensão cronológica, raras vezes bem percebida e dada a público, para não corrermos o risco de comparar espaços construídos do século IV a.C., com outros do tempo da incursão de Brutus e ainda outras casas coevas de Augusto. Deste modo, não tendo feito tal análise, pelas mesmas razões, sequer a nível local, para os castros da Penaventosa ou do Castelo de Gaia, por exemplo, menos sentido faria intentá-la a uma escala maior.

Não obstante, podemos anotar alguns aspetos que julgamos de interesse. A notória sobreposição da muralha do castro da Baiza (Vila Nova de Gaia), pelo menos, por uma construção circular, lembra-nos a perenidade deste «estilo» construtivo. Na verdade, como já se comprovara no Mozinho – aqui sem grandes dúvidas na cronologia[299] – as casas de planta «castreja» continuam a usar-se, e porventura a construir-se, ao longo da primeira metade do século I, e não só pelo câmbio de era. Testemunham-no bem, além do castro penafidelense, os

USC UNIVERSIDADE DE COMPOSTELA

[296] *Vd infra*, ponto 5.3.4.1.

[297] *Idem.*

[298] Que ilustra essa singularidade de figurar como «castro» sem todavia o ser, ou talvez não, questão que em outras passagens discutimos (*vd*. pontos 4.6 e 4.6.1).

[299] *Vd. infra*, o ponto monográfico sobre este povoado (ponto 4.6).

povoados a sul do Douro: Monte Murado, Baiza e Castelo de Gaia, se bem que haja ainda muito trabalho a fazer na afinação de cronologias edilícias e de utilização.

Merecem também apontamento especial alguns dados muito recentes, como os expressivos testemunhos de construção «castreja» com tijolos de adobe no Castelo de Gaia (RAMOS, CARVALHO, 2016, 2018, 2020)[300], novidade que – reforçando outras observações nesta linha de pesquisa (LARRAZÁBAL GALARZA, 2017) – matiza um pouco, mas sem o desdizer, esse *topos* orientador lançado por Carlos A. Ferreira de Almeida, que definiu o «castrejo» como «a primeira civilização da pedra» do noroeste (ALMEIDA, CF, 1983a: 70). Ou então, este dado, mais antigo mas ainda pouco divulgado, que se reporta à identificação dos restos da prática da olaria no, também gaiense, castro da Baiza, traduzidos, segundo a descrição vinda a lume, por «uma grande concentração de barro alaranjado, bolos de barro amassado, fragmentos de cerâmica em fase de modelagem e uma placa de ardósia, subrectangular, que pode ser interpretada como um teque de oleiro.» (SÁ; PAIVA 1994a: 46).

Passando para os dispositivos monumentais de natureza pública[301] – entre os quais, preferencialmente, incluímos as muralhas (SILVA, 2005a: 174-175) – lembramos que as estruturas de delimitação física dos povoados participam da própria conceção histórico-cultural e arqueográfica do *castro*, independentemente da interpretação que possamos fazer da funcionalidade e significado desses dispositivos. Na verdade, os povoados da Idade do Ferro, no noroeste ibérico como, em geral, por toda a península e ocidente europeu, não eram, com poucas exceções, sítios «abertos» e de acesso comum: sistematicamente encontravam-se definidos espacialmente, delimitados, por um conjunto de estruturas variáveis que podiam integrar muralhas de diferentes tipologias (petrificadas, em talude de terra ou utilizando sistemas mistos), fossos de distinta profundidade e largura, desaterros ou terraplenos que servissem de defesa ou obstáculos a potenciais invasores, e ainda outros sistemas, cuja tipificação específica foi desenvolvida a par dos estudos da «cultura castreja» (CARDOZO, 1947; 1952; LÓPEZ CUEVILLAS, 1988 [1953]: 95-104; SILVA, 1986: 29-33).

Atualmente, num esforço para ultrapassar a visão tradicional, formalista sobre as muralhas proto-históricas, usualmente muito delimitada cronologicamente aos «grandes castros» e que salientava mais os aspetos comuns, definidores dessa «cultura», que a sua variabilidade formal e semântica, o tema é hoje um dos mais candentes do debate arqueológico (BERROCAL RANGEL, 2004; PARCERO, 2005; SILVA; PEREIRA, 2020: 215-216), estruturado basicamente em três correntes de opinião, que vão desde os autores que insistem na visão, mais tradicional, da funcionalidade militar dessas estruturas, aos que defendem que a maior parte desses dispositivos teriam, sobretudo, um significado simbólico, ou ritual. Entre as visões mais extremadas, um largo grupo de investigadores, entre os quais nos incluímos, admitem ambas as possibilidades e apontam, em especial, um sentido prático à maior parte desses dispositivos, que importa reconsiderar e matizar para as diferentes regiões, épocas e povoados em particular.

O surgimento destas novas perspetivas assentou, em primeira instância, em inventários progressivamente mais abrangentes, que assinalaram, em particular, a diversidade de dispositivos «defensivos» dos castros do noroeste, como o de Ana ROMERO MASIÁ (1976), mas ainda sem profundidade cronológica, devido à falta de dados estratigráficos e de datações absolutas. Uma visão mais diacrónica destas estruturas emerge, entretanto, em trabalhos

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[300] Sobre as importantes ruínas de habitações castrejas aparecidas ultimamente no Castelo de Gaia (intervenção RR.16, Inventário II.B) poderíamos, com propriedade, tratar aqui. Preferimos, contudo, por uma questão de unidade de contexto espacial, abordá-las, com o devido detalhe, no próximo ponto 5.3.4.1, para onde remetemos o leitor interessado.

[301] Não no sentido de cidadania que lhe davam os romanos, mas enquanto obras que convocam, necessariamente, o esforço de um efetivo importante da comunidade e cuja execução requer organização, planeamento e liderança técnica e «política».

posteriores, como os de Alain TRANOY (1981:83-9) e A. C. Ferreira da SILVA, o qual, pela primeira vez, propôs uma seriação cronológica para as muralhas pétreas dos castros do norte de Portugal, numa sequência longa compreendida entre os finais da Idade do Bronze e a romanização (SILVA, 1984c: 123; 2007a [1986]: 32-33; 2007b: 106), perspetivas entretanto complementadas, a uma escala mais fina, por Manuela MARTINS (1990:121-55) e outros autores, se bem que, por vezes, evitando, por compreensível falta de dados seguros, a utilização de esquemas tipológicos mais rígidos (QUEIROGA (2003 [1992]: 44-47). Os estudos dedicados ao norte português foram acompanhados por interessantes visões espaciais e diacrónicas dirigidas ao noroeste (CARBALLO, 1996; PARCERO, 2005) ou mesmo ao quadro peninsular (BERROCAL-RANGEL, 2004), abrindo-se a porta, igualmente, a interpretações que ultrapassavam o paradigma militar-funcionalista na interpretação das cercas dos povoados (CALO, 1993: 90-93; 2005: 100; QUEIROGA (2003 [1992]: 45-47; SILVA, 2005a), muito na linha, aliás, do avanço da reflexão sobre o tema em outros países europeus (*vg*. ADAM, 2007).

Enquadrado o tema, teórica e historiograficamente, observemos agora a realidade arqueológica da região de que nos ocupámos. Referências a hipotéticos fossos, percebidos em depressões do terreno ou topografias aparentemente anómalas, encontramo-las em muitos povoados castrejos, bastando folhear as fichas do nosso inventário para rastreá-las; mas arqueologicamente comprovados por escavação, com medidas e detalhes construtivos, apenas puderam ser observados, por ora, no Castelo de Gaia, neste caso um fosso duplo, em disposição concêntrica, detetado já em dois locais distintos (QUEIROGA, 2006; NASCIMENTO *et al*., 2020) e que em ponto próprio se descrevem[302].

O mesmo, poderemos dizer sobre as muralhas pétreas. Faz parte da *check-list* da prospeção arqueológica, perante um possível povoado de altura de feição proto-histórica, procurar taludes, alinhamentos de pedras ou desníveis de terreno sob os quais se ocultem as inevitáveis muralhas (e, não temos dúvida, que em grande parte dos casos, a observação ou intuição dos arqueólogos será certeira, se aferida por escavação). Mas de casos concretos e inquestionáveis, pelo menos na forma e na função, apenas podemos apontar o tramo da Bainharia no castro da Penaventosa e a, já mencionada, muralha superior do castro da Baiza[303], num, como noutro caso, com cronologia precisa ainda em aberto. No que se reporta ao último dos povoados, a circunstância da muralha se encontrar sobreposta por uma casa circular (SÁ; PAIVA 1994a: 44-45) constitui um interessante indício, não, necessariamente, da antiguidade da cerca defensiva, mas da perduração, até época muito avançada, dos planos circulares como matriz construtiva corrente, como atrás se diz.

3.2.2. «Santuários» castrejos, elementos votivos e vestígios «atípicos»

Importa, por fim, expressar alguma coisa sobre uma terceira categoria de elementos inventariados e que designámos, sumariamente, como «Outros vestígios» da Idade do Ferro. Três dos casos registados, correspondendo a sítios arqueológicos, situam-se em Matosinhos, localizando-se em Paredes o último elemento, que diz respeito a um depósito votivo de dois objetos em bronze.

Dos locais de Matosinhos que enquadrámos nesta classe de vestígios, apenas um decorreu de sondagens arqueológicas, o estranho sítio de Gatões (OF02), achado que demonstra bem, no plano da metodologia de salvaguarda, uma classe de testemunhos arqueológicos que são, praticamente, impossíveis de identificar ou prever sem ser pela monitorização de

[302] *Vd. infra*, ponto 5.3.4.1.

[303] Considerando datar já dos começos ou meados do século I o extenso tramo de cerca pétrea descoberto no Castelo de Gaia (CARVALHO, FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003, NASCIMENTO *et al*., 2020). *Vd*. ficha CR26.

revolvimentos de solo de grande monta. Na realidade, em local para o qual nunca se reunira informação sobre particular potencial arqueológico, apareceu, em extensão de vários hectares, um vastíssimo complexo de estruturas negativas (fossas, valados, etc.) com cerâmicas, utensílios líticos e outros objetos compreendidos entre o neolítico e a Alta Idade Média, para além dos mais recentes, bem entendido (BARBOSA; DÂMASO; RODRIGUES, 2015). Sítios «de fossas» são, cada vez mais, comuns como contextos da Idade do Bronze um pouco por todo o território português, não interessando ao nosso tema o debate sobre a sua função e significado; mas a circunstância da eventual abertura, reutilização, ou uso, destes dispositivos na Idade do Ferro e em tempos tardo-romanos, como bem se comprovou por espólio cerâmico adequado, abre uma frente de pesquisa sobre a qual nada pode dizer-se por enquanto. Os responsáveis pela escavação avisam da proximidade do sítio ao castro do Monte Castêlo, em Guifões, e sugerem que as fossas possam ter sido utilizadas no âmbito de qualquer atividade produtiva ou de armazenamento (BARBOSA; DÂMASO; RODRIGUES, 2015: 46-54).

Os outros dois sítios, Esposade, em Custóias (OF01), e Mecos, em Guifões (OF03), foram classificados pelos arqueólogos municipais, com reconhecida prudência, como «santuários rupestres». Em Esposade (Fig. 19), em área que se acredita ter correspondido, ao castro do mesmo nome (C06), ao qual já nos referimos, estação muito destruída e descaracterizada, detetou-se, sobre um conjunto de afloramentos graníticos da parte superior do que resta do Castro um entalhe regular, de clara origem antrópica, de contorno quadrangular com cerca de 40 cm de lado, e uns 10 cm de profundidade (PIRES, 2016b: Cod Inv. 1108; 2018: 116).

Apenas a cerca de dois quilómetros a sul, mora o «santuário» ou «altar rupestre» de Mecos (OF03), na expressão dos descobridores (PIRES, 2016b: Cod. Inv. 1136). Sobre um grande afloramento granítico, pouco destacado do solo, registou-se um entalhe ou cavidade de plano subretangular, com cerca de 25-30 cm de lado por c. de 10 cm de profundidade, pontuada por um pequeno rebordo ou moldura com cerca de 10 cm de espessura, segmentado transversalmente por um pequeno sulco em cada um dos quatro lados (Figs. 20 e 21). Esta concavidade parece situar-se no extremo ou ponto mais elevado, do lado nascente do afloramento rochoso, um bloco de aparente orientação geral este-oeste, pouco destacado em relação ao solo envolvente atual. Observa-se ainda um entalhe, ou rebaixamento transversal, que, de algum modo, parece isolar ou destacar a concavidade do resto do penedo, enquanto de outro lado (aparentemente a sul) parece também notar-se nas imagens disponíveis outro pequeno entalhe, ou espécie de degrau.

Num como noutro caso, não se realizaram quaisquer trabalhos arqueológicos intrusivos. A maior parte dos arqueólogos, entre os quais nos incluímos, denotam sempre um certo ceticismo acerca dos vestígios desta natureza, cuja cronologia dificilmente pode ser aferida sem qualquer achado excecional ou datações específicas. De mais positivo, podemos notar que ambos os achados possuem algum contexto cultural proto-histórico, o primeiro o que restará do próprio castro de Esposade; o último, a proximidade (rondando os 500 metros) aos castros de Custóias (C05) e Guifões (CR05)[304]. Não obstante, uma posição científica de prudência factual não deve reduzir-nos a perspetiva, igualmente científica, de continuar a procurar os traços da ocupação proto-histórica fora dos muros dos castros. Nesta área, o

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[304] Tratando do santuário de Endovélico (São Miguel da Mota, Alandroal), José Leite de Vasconcelos ilustrou, sem medidas, uma pia, com rebaixamento retangular escavado em bloco de pedra isento, que indicava corresponder à base ou encaixe de uma estátua (VASCONCELOS, 1905a: 142), o que, na verdade, parece adaptar-se às peanhas de alguma estatuária do mesmo santuário (GONÇALVES, 2013: 30-32, 36). Todavia, aquele importante santuário romano não revelou qualquer evidência da localização, naquele outeiro, de um eventual santuário pré-romano (GUERRA *et al*., 2003: 470-471; SCHATTNER, FABIÃO, GUERRA, 2013: 74).

mundo simbólico e ritual é um campo privilegiado; e, do mesmo modo que, progressivamente, se reconhece e valoriza a «arte rupestre» atlântica da Idade do Ferro, igualmente começamos a aproximar-nos dos santuários e outros espaços simbólicos dessas comunidades, umas vezes, com arquiteturas mais expressivas (SANTOS, 2010), outras vezes com traços menos evidentes, mas ainda assim detetáveis – nomeadamente por abordagens fundadas na arqueologia da paisagem (GARCÍA QUINTELA, 2007: 362) – e que contam já com significativo número de estudos (por exemplo, MACIEL, 2007; SANTOS, 2010; SEOANE-VEIGA; GARCÍA QUINTELA; GÜIMIL FARIÑA, 2013 ou GARCÍA QUINTELA; GONZÁLEZ-GARCÍA, 2016).

Por fim, exige menção neste apartado, o importante achado de Vilela, Paredes (OF04). Os objetos – um carro votivo e um longo espeto para carne, fundidos em bronze – foram encontrados por volta do ano de 1920, em condições pouco esclarecidas, numa bouça da elevação designada como Costa Figueira (FREITAS, 1923: 9-11), relevo considerado por A. C. Ferreira da Silva (SILVA, AF, 1986: 85, n.º 379; 2007a: 137, n.º 470), F. QUEIROGA (2003: 170, n.º 213) e ainda pelo inventário arqueológico do município de Paredes (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Id. Vil001A) como uma estação castreja. Na primeira notícia publicada sobre o achado, E. Freitas, depois de indicar que o monte de Costa Figueira lhe fazia «lembrar o local de um pequeno castro», acrescentou que nele «nada descobrimos que nos pudesse indicar ter sido habitado», especulando, em contrapartida, acerca da possibilidade da Pena, lugar situado no sopé da Costa Figueira, ter constituído uma «fortificação luso-romana» (FREITAS, 1923: 10-11)[305].

De depósito votivo faziam parte dois objetos, ambos conservados (FREITAS, 1923): um longo espeto para carne e um carro com figurações humanas e animais, representando um cortejo sacrificial. O espeto, é constituído por três elementos fundidos de modo solidário: a lâmina, as guardas e o punho, medindo todo o conjunto 87,5 cm; estes elementos encontram-se ligados por um esferóide maciço, igualmente em bronze, com 4 cm de diâmetro (SILVA, AF, 1986: 183, 210, Est. XCVII, 1). André Coffyn aproximou esta peça dos espetos articulados, como o de Baião, propondo a sua integração no Bronze Final (COFFYN, 1983: 184; 1985: 55, 395), datação pouco admissível face às características do objeto e à presença do carro, sendo por isso mais plausível uma cronologia da Idade do Ferro, como recomenda Armando Coelho (SILVA, AF, *idem, ibid*.).

Bem mais importante, pelo simbolismo e riqueza iconográfica, é o veículo ritual (Fig. 34) que acompanhava o espeto e que presente se expõe no museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães. Com 38,5 cm de extensão (medida máxima do eixo do carro, que estrutura a composição), por 8 cm de largura e 12,4 cm de altura, o carro possuía quatro rodas, das quais se conservaram duas, com diâmetro de 6 cm por uma espessura entre 0,2 e 0,4 cm. O veículo votivo (Fig. 35) é constituído por um longo eixo central, do qual saem, para ambos os lados, sete braços, dois destinados ao encaixe dos eixos e das rodas, e outros cinco para suporte de figuras antropomórficas e outros elementos. A peça foi encontrada em diversos fragmentos e a sua reconstituição levanta algumas dúvidas. Tal como se encontra atualmente, o carro está atrelado a uma junta de bois, de dimensão reduzida em relação às figuras humanas, apresentando na parte posterior, com orientação inversa, outro par de bovídeos; mas A. C. Ferreira da Silva propôs, de forma mais lógica, que as duas juntas de bois estariam originalmente do mesmo lado, puxando o carro (SILVA, AF, 1986: 183, 208, Est. XCVII, 2).

[305] Dadas estas imprecisões, e uma vez que o local se acha hoje «completamente descaracterizado pelo avanço de urbanização e indústria» (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Id. Vil001A), optámos por não inclui-lo no nosso inventário de povoados castrejos.

A cena representada parece corresponder a uma rara procissão sacrificial (Fig. 35), vendo-se o animal destinado a ser imolado, rodeado por sacerdotes, mulheres e guerreiros, de acordo com a detalhada interpretação do mesmo autor (*Idem*, 208), podendo ainda observar-se outros objetos da panóplia ritual da sociedade castreja, como um caldeiro, um machado e um torques (CORRAL, 2009: 166). Tem sido proposta para este objeto – de excecional capacidade ilustrativa sobre as práticas religiosas da Idade do Ferro – uma cronologia entre os séculos V e II a.C. (SILVA, AF, 1986: 208, n.º 306; 210, n.º 315; CORRAL, *ibidem*), na linha, aliás, da proposta de M. CARDOSO (1946 [1994: 507-508]) e concordante com a opinião de outros autores modernos (ARMADA; VILAÇA, 2016).

Não estava nos nossos propósitos, no âmbito desta dissertação, qualquer ensaio interpretativo, ou sequer mera exposição sobre as práticas sacras, o panteão de divindades ou as conceções cosmogónicas dos povos indígenas, aspetos para os quais, aliás, as aproximações a partir da trifuncionalidade dumeziliana continuam a ser ferramenta de grande operatividade (BERMEJO BARRERA, 2008: 85-93). Todavia, perante estes elementos da nossa região de estudo, evocativos tanto da espacialidade mágica dessas comunidades, como dos seus ritos sacrificiais, não podíamos deixar de apresentá-los e tecer algumas considerações a propósito.

Ou seja, e agora para rematar este apartado, se procurássemos identificar o hipotético território dos *Callaeci* através de qualquer forma arquitetónica particular dos seus aldeamentos, estruturas defensivas ou construções domésticas, o registo arqueológico, mesmo débil, contraria qualquer possibilidade distintiva. Outro tanto podemos dizer, sem grande risco, dos objetos que utilizavam no seu dia-a-dia, nomeadamente as cerâmicas, que finalmente começam a apreciar-se em estudos de conjunto de diversos povoados, e privilegiando, como faz sentido, os contextos de produção mais antigos e tradicionais[306].

3.3. AS FONTES ESCRITAS: UM MOSAICO DE *POVOS*

Na bibliografia «social» e «política» do noroeste peninsular entre a Idade do Ferro e os primórdios da dominação romana, são muito frequentes os ensaios cartográficos de distribuição e arrumação dos «povos», com base, principalmente, nos textos de Plínio-o-Velho, Estrabão, aqui e ali temperados com Ptolemeu, Pompónio Mela e mais um ou outro autor ocasional. Já discutimos[307] a dificuldade de delimitar, do ponto de vista étnico, estas antigas aglomerações populacionais; e no capítulo 6 desta dissertação resumimos os contributos textuais para este repertório de comunidades, que só por raro e feliz acaso têm, por vezes, encontrado arrimo na epigrafia. Mas são poucas as coincidências, o que não surpreende, pois os próprios autores greco-latinos indicam que as suas listagens são resumidas e que, por essa circunstância, muitas populações, «de pequena dimensão e falta de renome» (*Strab*., III, 3, 3) ficaram, inapelavelmente, na sombra da história.

A preocupação de identificar as entidades étnico-políticas, bem como de ensaiar o seu mapeamento, é natural, e não pode deixar de estar à cabeça de qualquer estudo histórico ou antropológico. Afinal, não existem história nem antropologia sem que o seu objeto, as comunidades, sejam minimamente nomeadas e configuradas no espaço geográfico. Deste truísmo – saber de quem falamos – nasce a prioridade dos povos como objeto da indagação

[306] Vejam-se, na sequência de um *workshop* dinamizado por Teresa Soeiro no Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições» (Santa Maria da Feira, 2018), o estudo de síntese daquela investigadora (SOEIRO, 2020) e o importante conjunto de estudos reunidos no volume 2 das respetivas atas (CENTENO *et al*., 2020: 199-403).

[307] *Vd. supra*, em especial o ponto 2.4.1.

das ciências humanas, indispensável para qualquer perspetiva de largo âmbito temporal e para responder à, também humana, curiosidade sobre as raízes étnicas, ou genética[308], das populações atuais.

A observação dos numerosos cartogramas que propõem a implantação desses *populi* sobre o território do quadrante noroeste peninsular – buscando, quase sempre, referir-se ao quadro étnico indígena, primordial – amiúde revela substanciais diferenças, mesmo contradições. Se a localização de alguns desses povos antigos é relativamente consensual, a de outros, como os *Callaeci*, levanta dúvidas e suscita propostas divergentes. Alguns aspetos merecem ser considerados a respeito, que justificarão, pelo menos em parte, a desconformidade desse *puzzle* étnico.

Uma primeira distinção tem a ver, como se entende, com a própria natureza e diversidade das fontes textuais. Esta questão é assinalada em diversos pontos deste nosso trabalho. Além do enquadramento, das fontes utilizadas e da especificidade de cada autor, e do indispensável esforço hermenêutico para a sua leitura contextual (MORET, 2004), temos hoje bem clara a diferença de estilo e propósitos de cada um. Por exemplo, enquanto Plínio o Velho, figura na qual o funcionário e o enciclopedista se sobrepõem ao «geógrafo», nos fornece listas escorreitas, pragmáticas, de comunidades políticas contribuintes do Estado Romano, que era o seu tema principal; o ponto de partida de Estrabão é diverso, nomeadamente pela atenção aos *mores* e à sua espantosa diversidade e contraste com o mundo mediterrânico que era o seu; como também por alguma densidade histórica, ou seja, a consciência de um tempo em mudança, que o levou a distinguir um «antes» e um «agora», a opinião dos antigos e dos seus contemporâneos, em várias passagens da *Geografia* (CRUZ ANDREOTTI, 2017)[309].

Outra questão relaciona-se com a frequente brevidade e carácter incompleto desses repertórios de povos, para a qual os próprios escritores nos alertam em vários pontos, por um lado porque pretendiam agradar e suscitar a curiosidade dos seus leitores e não maçá-los de *fastidium* (*NH*, III, 3, 28); por outro, pelas próprias «*ignobilia ac barbarae appellationes*» (*Geog*., III, 3, 7) de muitos grupos de população autóctones, que levantavam problemas aos inquirentes e teriam o mesmo efeito nos seus públicos. Por estas razões, Estrabão, Plínio, Mela, Ptolemeu e outras das nossas fontes, não pretenderam – nem poderiam – registar para o futuro um dicionário exaustivo de *ethne* ou *populi*; mas obrigaram-se a uma seleção, cujos critérios nos cabe indagar e debater. Outros autores, especialmente interessados nos sucessos políticos e militares, são ainda mais distantes e lacónicos, em pouco iluminando o quadro étnico que nos interessa.

Ligado a este tópico, devemos ainda considerar o do estatuto ou hierarquia dos povos citados nos autores greco-latinos (SILVA, 1999), questão que os ensaios cartográficos por vezes omitem; ou iludem pela representação dos diversos étnicos legendados com fontes tipográficas de diferentes tamanhos. Na verdade, desconhece-se qual o significado exato da circunstância de alguns povos serem mais recorrentes nos escritos (supondo-se, talvez, a sua «importância» ou volume demográfico); ou por que razão Mela atribui apenas aos Gróvios o território costeiro pelo qual, na mesma época, Plínio espalha várias comunidades; ou a relação exata entre *Bracari*, *Callaeci* e *Callaeci bracari* (COUTINHAS, 2011: 44-51); ou ainda, por exemplo, por que razão o achado de uma ara, dedicada pelos *tongobrigenses* ao génio do lugar, fatalmente erigiu os habitantes em *populus*, e este em *ciuitas* (ALARCÃO, 1996a: 26;

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[308] Aspeto apaixonante (CAVALLI-SFORZA, CAVALLI-SFORZA 1997; CAVALLI-SFORZA, 1999) mas que, pela sua especificidade, não abordaremos; não deixando de recordar a abertura de interessantes linhas de pesquisa sobre os povos do Noroeste ibérico (CARRACEDO; PEREIRA-MENAUT, 2005; PEREIRA-MENAUT, 2005b).

[309] Para alguns autores, esta circunstância poderá decorrer da possibilidade da obra de Estrabão ter tido duas «edições», distanciadas cerca de 25 anos (CAVADA NIETO, 2005: 170, n. 14).

2017: 219), ora sujeitos aos *Callaeci* (LE ROUX, 1999: 233), ou aos *Callaeci Bracari* (DIAS, 2016: 47), ora eliminando os (apenas) *Callaeci* do Baixo Douro (*Idem*: 76)[310].

Por fim, é essencial ter-se bem presente o marco cronológico no qual estes textos foram produzidos. O espaço temporal de uma geração, que medeia entre a redação da *Geografia* e a obra de Plínio ou de Mela, e mais uma para a geografia ptolemaica, é crucial – mesmo considerando que todos estes autores terão manejado fontes mais antigas, daí ser imprescindível escalpelizar e «biografar» o seu próprio percurso heurístico[311]. Mas esse tempo, além do mais, era um tempo de profunda mudança. E nessas décadas de progressiva, mas segura, revolução, também os povos, que são sempre sujeitos, vítimas ou agentes de mudança (PEREIRA-MENAUT, 1998b: 305-308), se transformaram no nome ou adscrição étnico-territorial. Salvo casos pontuais, como os documentados na *tabula* de El Bierzo, não sabemos quais nem em que extensão. Assim, a variabilidade das fontes reflete, como não podia deixar de ser, a própria fluidez da História.

Ao manuseio e interpretação geográfica dos textos clássicos, alguns autores acalentaram a esperança, para uma mais consistente cartografia dos povos antigos, de juntar-lhes dados arqueológicos; fossem o aspeto dos recipientes cerâmicos domésticos ou o estilo dos adornos metálicos que usavam (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007a: 419ss.); fosse a dispersão dos seus povoados «lugares-centrais» e a presença de elementos emblemáticos, como as estátuas de guerreiros «galaico-lusitanos» ou a presença de saunas castrejos (ALARCÃO, 1998b; SILVA, 1999; COUTINHAS, 2011: Est. 25); sendo, naturalmente, a epigrafia, coincidindo ou não com os textos[312], um recurso a que não pode deixar de lançar-se mão (por exemplo, entre muitos outros, SILVA, AF, 1980b, 1982, 1983, 1986; 2007a; 2011a; 2013a; ou RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a; 1997d; 2000, 2004, 2012).

3.3.1. Ensaios cartográficos

Não sendo o primeiro, naturalmente, a tratar o tema da distribuição étnica pré-romana[313], talvez se deva ao historiador português Torquato de Sousa SOARES (1957)[314] o primeiro ensaio cartográfico, consistente, de representação, na fachada atlântica peninsular, das entidades étnicas mencionadas nos textos dos autores greco-latinos. Em obra intitulada *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, já atrás citada, o medievista apresentou cartogramas respeitantes ao «Ocidente da Hispânia», segundo Estrabão, Pompónio Mela, Plínio e Ptolemeu (Fig. 22, 1 a 3), além de muitos outros mapas, temáticos ou mais gerais, incluindo um com proposta de localização dos Gróvios, com base em referências

[310] Para C. A. Ferreira de Almeida os *Bracari* seriam uma entidade étnica maior, na qual estariam «abrangidos os povos da região» entre Douro e Ave (ALMEIDA, CF, 1970: 3).

[311] Se bem que Domingo Plácido – que, aliás, defende que a configuração étnica do noroeste basicamente se estrutura por intervenção direta de Roma (PLÁCIDO SUÁREZ, 2002, 2004, 2009b) – argumente que «*la cronologia de los textos no es determinante, pues cada uno relata no sólo su propria experiencia, sino los resultados de múltiplas lecturas que constituían el bagaje cultural de los clássicos*» (PLÁCIDO, 2004: 19). Tal, só em pequena parte nos parece admissível, pois, para além de um eventual «*pack*» de conhecimento geográfico e etnográfico, porventura, bebido nas mesmas fontes, a exegese e a hermenêutica dos especialistas têm vindo a reconhecer vozes autorais distintas nos autores habitualmente manejados para o conhecimento das sociedades peninsulares.

[312] Não obstante, como foi salientado, o carácter instrumental e elitista do hábito epigráfico (SASTRE, 2007: 375-377), que certamente distorce e filtra consideravelmente a realidade social que às vezes, por desprecavida ingenuidade, julgamos refletida nas inscrições.

[313] Leite de Vasconcelos, por exemplo, fez acompanhar a sua apreciação dos grupos étnicos de um «Mappa da Lusitania Protohistorica», mas no qual, basicamente, fez representar os rios e outros acidentes geográficos e núcleos populacionais, sendo escassas e esquemáticas as localizações étnicas (VASCONCELOS, 1905a: 46-47, extratexto).

[314] Torquato de Sousa Soares (1903-1988), reconhecido medievista, foi docente nas Universidades do Porto, de Coimbra e de Luanda (Angola).

toponímicas[315], e ainda um outro com a «Indicação do movimento dos povos que predominaram no nosso território até à chegada dos Romanos» (SOARES, 1957: 209, 212, 219, 233, 255, 273, 300-301). O princípio de implantação cartográfica cinge-se, naturalmente, à ordem e relação de contiguidade com que os diversos povos surgem nas fontes, não havendo aproximação a dados epigráficos ou arqueológicos[316].

Após este ensaio, com exceção de representações pedagógicas, muito esquemáticas, em manuais ou obras de divulgação, as seguintes cartas de povos pré-romanos devem-se ao estudo tutelar de Alain TRANOY, que incluiu no apartado cartográfico da sua *Galice Romaine* mapas sobre o Noroeste, segundo Ptolemeu (Fig. 23) e, em especial, a sua proposta geral, muito abrangente (Fig. 24), para a implantação dos *populi* indígenas (TRANOY, 1981: *Cartes* II e III). Entre os autores portugueses, tal esforço teve continuidade no cartograma de Armando Coelho, integrante da sua tese doutoral (SILVA, AF, 1986: Est. X), mas limitado à área da «cultura castreja»; e, para a totalidade do país, ao mapa de conjunto no referencial estudo de Jorge de ALARCÃO (1988a) sobre *O domínio romano em Portugal* (Fig. 25). Curiosamente, desde então, continuam a ser estes dois autores, praticamente, os únicos, portugueses, com a preocupação de cartografar os povos antigos, limitando-se outros a reproduzir as suas cartas, com adaptações pontuais[317].

Nesta linha, importará acompanhar a evolução da cartografia temática daqueles dois estudiosos desde aqueles primeiros ensaios, convocando também, de modo especial, os seus critérios de abordagem e análise. O primeiro cartograma de ALARCÃO (1988a: 32), inserido em obra de grande divulgação, é, compreensivelmente, muito geral, e apenas inclui – para a região que nos interessa – 15 entidades étnicas, referidas pelas fontes clássicas ou pela inscrição flaviense da ponte de Trajano, bem como a da ponte de Alcântara no concernente às comunidades autóctones da Lusitânia. Não obstante, Jorge de Alarcão, não deixa de convocar o contributo dos testemunhos epigráficos e até, pontualmente, de ordem arqueológico, lamentando a impossibilidade de localizar povos como os *Aobigrenses*, os *Equaesi*, os *Nemetati* e vários outros (ALARCÃO, 1988a: 54-57), e refletindo sobre o modo como os territórios étnicos indígenas poderão ter concorrido para a configuração das *ciuitates* do noroeste, que entendia apenas como de fundação flávia (*Idem*: 57)[318]. Em trabalho pouco tempo posterior (ALARCÃO, 1990a), continuando a justificar o atraso na criação daquelas circunscrições administrativas a norte do Douro com «o atraso cultural da área, a diversidade étnica, a falta de integração sócio-política e de hierarquização dos povoados», opta, mesmo, por cartografar apenas as *ciuitates/populi* da Lusitania (*Idem*: 371, 367).

Num colóquio que, em 1995, foi realizado em Braga, Jorge de Alarcão, avançou então para um primeiro desenho territorial das *ciuitates* bracaraugustanas (ALARCÃO, 1996a). Cruzando os dados do *Naturalista*, com os de Ptolemeu e do padrão de Chaves, o professor de Coimbra chegou à identificação de 21 *ciuitates*, cuja distribuição justificou – lançando mão de dados epigráficos ou de eventual estátua de guerreiro, em algum caso[319] – propondo também

[315] Na linha do que já ensaiara Leite de VASCONCELOS (1905b) para a mesma entidade étnica.

[316] Parte destes mapas seriam ainda reproduzidos, sem modificações visíveis, em obra posterior do mesmo autor (SOARES, 1970).

[317] Não incluímos nesta análise, de forma sistemática, as numerosas obras editadas em Espanha que incluem cartografia sobre este tema, do que constitui exemplo o *Atlas* de BELTRÁN e MARCO (1987), limitando-nos a referir alguns trabalhos quando, e se, for oportuno.

[318] Opinião que, aliás, aquele douto investigador continua a defender (*cfr*. ALARCÃO, 2017: 205).

[319] A tese de Jorge de Alarcão, explicando a tardia criação de *ciuitates* a norte do Douro, é a de que o poder romano teria chegado a acordo com os chefes étnicos locais, *principes* ou *magistri* – representados nas estátuas de guerreiros – para a gestão desses territórios e respetiva execução fiscal, sob a égide de *Bracara Augusta* (ALARCÃO, 1988a: 56-57; 1998b: 51).

diversas capitais: *Aquae Flauiae* (*Aquiflauienses*) e *Bracara Augusta* (*Bracari*), *Cale* (*Callaeci*), as mais óbvias, mas também *Merua* (*Luanci*), *Cambaetum* (*Lubaeni*) e, como sede dos *Nemetati*, *Valobriga* ou *Valabriga* (*Idem*: 26). Mencionou também, como possíveis *ciuitates*, localidades não mencionadas em qualquer das fontes utilizadas, como *Tongobriga* ou *Oculis* (Caldas de Vizela, de onde procede importante conjunto epigráfico) (*Idem*: 26-28). Com natural prudência, imaginou uma distribuição dos territórios de cada *populus* relativamente homogénea, representando cada *ciuitas*, convencionalmente, por círculos de dimensão similar, correspondente a cerca de 30 km de diâmetro, ou seja, numa envolvente de 15 km a partir do povoado sede (Fig. 26). No cômputo final, porém, verificando que das 24 *ciuitates* elencadas por Plínio, dez localizam-se, segundo a sua distribuição, em território presentemente espanhol (*Amphilochi, Bibali, Coelerni, Grouui, Heleni, Interamici, Limici, Narbasi, Quarquerni* e *Tamagani*) e o mapa registava 15 em terra portuguesa, conclui interrogando: «Ter-se-á Plínio enganado? Teremos nós criado alguma *ciuitas* que nunca existiu?» (*Ibidem*: 29)[320].

Em comunicação científica apresentada no ano seguinte em Lugo, Jorge de ALARCÃO (1998a) regressa ao tema das *ciuitates*, com pequenas variações de abordagem, reproduzindo a mesma cartografia mas continuando, especialmente, a enfatizar as dúvidas e os questionamentos que lhe perpassavam a mente acerca do assunto. Mas no mesmo ano em vieram a lume as atas deste congresso, em distinta publicação (ALARCÃO, 1998b), o autor aperfeiçoa o seu modelo cartográfico (Fig. 27), reposicionando alguns *populi*, retirando ou acrescentando outros e mantendo algumas potenciais *ciuitates* em desconhecimento da sua adscrição étnica (*Idem*: mapa final, não numerado). Por outro lado, Alarcão abandona a representação convencional dos círculos de raio idêntico, tentando adaptar mais os hipotéticos territórios étnicos ao relevo e à rede hidrográfica, destacando a maior dimensão de algumas *ciuitates* (*Callaeci, Bracari*) em relação a comunidades eventualmente mais circunscritas no espaço (os *Leuni* ou os *Seurbi*, por exemplo). Como chegou Alarcão a esta nova configuração cartográfica? Perseguindo pistas anteriores, Jorge de Alarcão decidiu, então, construir sob o modelo teórico de que

> «as famosas estátuas de guerreiros galaicos representam príncipes e que os sítios onde se têm encontrado correspondem às capitais dos *populi* (…) onde esses príncipes habitavam» (ALARCÃO, 1998b: 52).

Assim, a partir do repertório de 25 estátuas de guerreiros «galaicos», colhido em Francisco CALO (1994), Jorge de Alarcão revisitou povos e territórios, agora guiado pelos seus «príncipes», se bem que tal estatuária não esteja representada em todos os *populi*, enquanto em outros se mostra excessiva para o efeito. Nesta ótica, por exemplo, o guerreiro de São Julião (Vila Verde) assinalaria a residência do príncipe dos *Bracari*; os guerreiros de Sanfins outra residência principesca[321] e o Monte Mozinho, onde apareceram dois guerreiros, a morada principal do povo que habitava *Tongobriga* (ALARCÃO, 1998b: 53-55). Entre outros problemas suscitados por esta metodologia, Alarcão deparou-se com um maior: «um *populus* com dois guerreiros em dois sítios distintos», o que o levou a propor três explicações

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[320] Como se compreende, não poderíamos – nem interessa ao nosso propósito – discutir, ou, sequer, comentar, as diferentes propostas de localização de *populi*, adiante sintetizadas em tabela própria. Mas parece-nos relevante entender o processo de investigação e a argumentação geral que foi sendo aduzida pelos autores em presença.

[321] Que Alarcão considera capital não dos *Fiduenae* ali evocados em *saxum scriptum*, que entende simples nome dos habitantes do castro, mas, talvez temporariamente, dos *Callaeci* (*Ibidem*: 54).

alternativas, engenhosas mas admissíveis: a mudança de residência do príncipe, uma alteração de liderança ou a emulação do seu suserano por parte de um chefe vassalo (*Ibidem*: 56).

Após este ensaio cartográfico, sustentado ainda em trabalho de âmbito mais vasto (ALARCÃO, 1999b), novos e interessantes desenvolvimentos se observaram em estudo subsequente do mesmo autor, desta vez sem cartograma de apoio, mas que importa resumir porque iluminarão algumas questões que mais adiante abordaremos. Neste trabalho (ALARCÃO, 2000), o autor debruça-se sobre uma área menor, a do vale do Ave, para refletir sobre a hipotética organização sociopolítica e territorial dos povos indígenas[322]. Dissertando sobre a designação e adscrição étnica do castro de Alvarelhos, em cujas proximidades decorria animado colóquio[323], Jorge de Alarcão analisa várias possibilidades, fundadas, umas na toponímia, outras na epigrafia, outras ainda na documentação medieval. Surgiram assim as hipóteses de *castellum albarelio*, *Madequis* e ainda *Tureia ou Turaia* para o povoado (considerado por Alarcão como não possuindo estatuto de capital de *ciuitas*) que o mesmo autor alicerçava em argumentos de epigrafia local e regional, essencialmente votiva, que aqui nos abstemos de detalhar ou discutir, por não interessarem ao nosso escopo. O essencial da proposta alarconiana – que agora pretendemos sublinhar – era a ideia de que o território de cada *populus* (o mesmo será dizer, o próprio *populus*) poderia, na Antiguidade ter estado subdividido em «cantões», como já explicaremos.

Com base na invocação de uma ara, aparecida em S. Martinho do Bougado (Santo Tirso) dedicada ao deus indígena *Neneoecus*, que na região é epíteto da divindade indígena *Cosus*, Alarcão – com argumentação que aqui nos dispensaremos de reproduzir – chegou à proposta de que, por ali, deveria ter existido um *castellum Nene*, ou *Nenia*, que seria um dos «cantões» ali representados; outro seria *Labrencio*, nome de um *pagus* do *Parochiale* dos suevos; outro *Madia*, como já Armando Coelho havia sugerido (SILVA, AF, 1986: Est. X), e ainda um quarto, *Tureia* ou *Turaia* (ALARCÃO, 2000: 47-49) Outros exemplos são ainda invocados pelo autor, defendendo a proposta de que «Em cada cantão haveria vários castros, cada um com seu nome; e, naturalmente, um castro principal» (*Ibid*., 48). Mais adiante veremos outras articulações e correspondências desta proposta.

Durante bastante tempo, Jorge de Alarcão, deixou a amadurecer o seu mapa das *ciuitates*, embora pontualmente, em diversos trabalhos, tenha pormenorizado diversos aspetos de interesse para regiões concretas[324]. Mais recentemente, porém, em importante síntese sobre a Lusitânia e a Galécia (ALARCÃO, 2017), o tema foi retomado com atualização de várias localizações étnicas e debate a propósito. A partir dos repertórios de Plínio, Ptolemeu e Estrabão[325], acrescidos da listagem do padrão da ponte de Chaves, Alarcão enumera 22 étnicos, propondo capitais para 12 deles (*Idem*: 214), ficando. Assim, a faltar apenas dois, podendo um deles corresponder aos moradores de *Tongobriga* e sua região[326] (Fig. 28). Em

[322] A questão cronológica exige, de novo, alguma clarificação. Raramente é claro, neste como em outros trabalhos, de que momento temporal está a tratar-se. Pelo recurso às fontes epigráficas, estaremos perante realidades sociais do século I, embora se admita a possibilidade de que não fossem muito distintas em momentos anteriores à conquista, assunto que, aliás, debatemos em outros pontos desta dissertação.

[323] À época, no município de Santo Tirso. Após a criação do concelho da Trofa, a estação arqueológica ficou incluída no território do novo município.

[324] Nomeadamente através da série «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia», que a partir de 2004 publicou regularmente na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, de Lisboa.

[325] Que aliás, às outras fontes, praticamente só acrescenta os *Amphilochi*, que Alarcão considera mera forma grega de um nome indígena ignorado, quase propondo a sua eliminação *(Idem*: 213).

[326] Num outro cartograma (ALARCÃO, 2017: 210), pormenoriza-se a cartografia da região a norte de Chaves, respeitante às zonas de residência de *Aquiflauienses, Bibali, Coelerni, Equaesi, Interamici, Limici, Quarquerni e Tamagani*. Fica a nota para os interessados.

relação à localização dos *Callaeci* e de *Cale* (Porto) como seu lugar-capital, nada de novo acrescentou o autor, que, porém, assume grandes dúvidas em relação à atribuição dos territórios vizinhos deste *populus*: os *Nemetati* (?) além do Ave e os *Luanci* (?), talvez na atual região de Paredes-Penafiel; em contrapartida, ao contrário da hesitação de trabalhos anteriores, assume agora os *Tongobrigenses* como a entidade estabelecida no troço do Douro além-Tâmega, porventura limitados a norte pelos *Aulobrigenses* (*Idem*: 209-216).

Armando Coelho F. Silva tem sido o principal investigador a «acompanhar» Alarcão neste intuito de propor a geo-etnografia das comunidades proto-históricas do norte de Portugal, com pontos de contacto e divergência, como veremos, e, talvez, sem expressar particular preocupação em completar, de modo sistemático, o quadro das 24 *ciuitate*s plinianas. O cartograma-base deste autor faz parte d'*A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, a sua obra maior (SILVA, AF, 1986: Est. X). Ali se representam cerca de uma quinzena de étnicos maiores, a que se juntam, a sul do Douro, *Turduli Veteres* e *Paesuri* (Fig. 29). Neste cartograma, importa destacar alguns detalhes. Incluídos todos estes povos na grande *regio* galaica (como se compreende, dada a cronologia das fontes), Armando Coelho distingue, com diferentes tamanhos de fontes gráficas, dois níveis de comunidades étnicas (Fig. 30), incluindo entre os *Bracari*, que ocupariam todo o quadrante sudoeste, as «subregiões» de *Madia*, *Callaecia* e *Anaecia*.

Este mapa foi sendo objeto de ajustes pontuais, a par dos avanços da investigação e da reflexão do autor, vindo a público uma versão revista na segunda edição da obra citada (SILVA, AF, 2007a: Est. XI). Neste cartograma (Fig. 31), a região é distribuída, de sul para norte, numa perspetiva costeira, entre *Turduli*, *Bracari* e *Grouii*; na zona que em 1986 Armando Coelho atribuía aos *Naebisoci* aparecem agora os *Nemetati*, «empurrando» os primeiros mais para norte; enquanto que os *Tamagani*, em 1986 a norte de *Aquaeflauiae*, «desceram o rio», entretanto, para se aproximar do Douro (Fig. 32), alterações cartográficas que o autor detalhadamente justifica no texto da mesma obra (*Idem*: 389-397). Vejamos, mais em pormenor, a zona do Baixo Douro (Fig. 32), para notar que os *Callaeci* surgem agora como étnico «principal» da margem norte, englobando um conjunto de étnicos menores como os *Madequisenses*, os *Fidueneae* e os *Danigi/(D)aneici*, limitando pelo Tâmega com o povo do nome do rio, os *Tamagani*. Entretanto, A. C. Ferreira da Silva tem vindo a explorar e a aprofundar este mapeamento étnico, com apoio da epigrafia, da toponímia e da linguística, sobretudo, a nível de diferentes regiões (SILVA, AF, 2010; 2011a; 2013a; 2015), nível de análise que melhor comentamos em outros pontos desta dissertação[327].

As diferenças destas sugestões de cartografia dos *populi* ou *ciuitates* com as propostas de Alarcão, atrás mencionadas, são evidentes – bastando comparar os respetivos cartogramas – e não vamos, sequer, explorá-las, até porque não possuímos, propriamente, dados novos para acrescentar ao debate. O interessado que observe, com cuidado todas estas cartas (a que, de seguida, acrescentaremos ainda outras) facilmente ficará com a imagem da volubilidade deste «*puzzle*» étnico, segundo a análise e reflexão de apenas dois investigadores. Mas na verdade, este campo de estudo é, por natureza, muito incerto, movediço, bastando a «revisão», ou diferente leitura, de uma epígrafe para que um povo, proposto para um dado lugar, «viaje» para outras paragens. Sendo, por isso, fácil e tentadora a crítica das naturais fragilidades destes modelos; mais difícil e ousado é o seu desenho, que novos documentos epigráficos, ou arqueológicos, poderão no futuro iluminar e corrigir.

O mapeamento dos povos galaicos requer, ainda, que consideremos outras propostas, nomeadamente aquelas com que, desde há muitos anos, vem contribuindo para o debate, em

[327] *Vd. infra*, nomeadamente os pontos 5.3.3.1.7 e o capítulo 6.

numerosos textos, com e sem suporte cartográfico, António RODRIGUEZ COLMENERO (1972, 1977, 1979, 1996a, 1997a, etc.). Utilizando, no geral, as mesmas fontes de Alarcão e Ferreira da Silva – os escritos greco-latinos, o «padrão dos povos» flaviense e o dossiê epigráfico –, Rodríguez Colmenero chegou a uma formulação (RODRIGUEZ COLMENERO, 1996a, 1997a, 1997b; RODRIGUEZ COLMENERO, FERRER, 1914b) significativamente distinta da dos autores anteriormente citados, a qual, pelas razões já aduzidas não nos importa comentar circunstanciadamente. Porém, como pode observar-se pelo cartograma da Fig. 33[328], destaca-se na opinião deste A., ao contrário dos restantes citados, a localização mais interior dos *Callaeci*, a leste do Tâmega e dos *Tongobrigenses*, ficando a orla litoral entre o Douro e o Cávado para os *Bracari*, lindando pelo nascente com as comunidades dos *Narbasoi* (?). Deixaremos, igualmente, para outras passagens do texto, a discussão mais adequada a esta proposta, a qual, certamente, o autor justifica a seu critério (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 14-31).

O recurso a diferentes tipos de fontes – literárias, epigráficas e arqueológicas – cada qual com a sua especificidade e que certos autores, inclusive, recusam utilizar ou pôr no mesmo plano, como vimos, pretende, como se compreende, complementar as lacunas de umas com as informações de outras. Para a missão da reconstituição etnogeográfica, é muda a arqueologia, bem entendido; mas podemos perguntar-nos até onde iríamos na interpretação das epígrafes se não tivéssemos o arrimo de Plínio, Ptolemeu e outros. Mas os escritos antigos trazem consigo, como é claro, as fragilidades próprias e dificuldades hermenêuticas de quem as usa, desde os problemas de localização de Ptolemeu (GARCÍA ALONSO, 2003), à necessidade de complementar, criticamente, os dados do livro III do Naturalista com os do livro IV para «completar» a cartografia étnica dos dois *conuentus* do noroeste, como bem observou Dolores DOPICO (2017) e julgamos útil também reproduzir (Fig. 34) para fechar este apartado cartográfico.

Na Tabela 6 listámos as entidades étnicas da área correspondente ao *conuentus bracaraugustanus*, com a indicação das principais fontes literárias e epigráficas que se lhes referem, resumindo-se, igualmente, as propostas dos principais autores (e nomeadamente os que aqui vimos referindo) quanto à implantação geográfica desses *populi*. Como já ficou dito, não vamos comentar ou pronunciar-nos sobre tais atribuições espaciais, salvo sobre a questão concreta dos *Callaeci*, bem entendido, de que tratamos em pontos próprios[329].

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[328] Optámos pela reprodução da última versão publicada apenas por critério gráfico e de facilidade de leitura, sendo o mapa em tudo idêntico aos anteriormente publicados por Rodríguez Colmenero (1996a, 1997a e 1997b).

[329] Designadamente os pontos 5.3.1 e 6.4 desta dissertação, além de outros comentários mais dispersos pelo texto.

POPVLI	FONTES						LOCALIZAÇÃO PROPOSTA
	Estrabão	Plínio, o Velho	Ptolemeu	Mela	OUTROS	EPIG	
Albini							(Étnico proposto por SILVA, AF, 1983: 86-9; 1986: 308 e 2007a: 396; ALARCÃO, 1998b: 54-55; contra REDENTOR, 2017a: 76). Terras de Basto (ALARCÃO, 1996a: 27; 1998b: 55).
Amphilochi	III, 4, 3						Comarca de Ambía (?) (COLMENERO, 1972: 225-6).
Aquiflauienses/Turodi			II, 6, 39			CIL, II, 2477= IIS, 5616	Região de Chaves ou de San Cibrán de Lás (COLMENERO, 1972: 227-31; Chaves em 1997a: 14); da região de Chaves (TRANOY, 1981: 62; SILVA, AF, 2007a [1986]: 392) ao curso do Rabaçal (ALARCÃO, 1996a: 28, Est. I; 1998b: 55; 1998b: 55).
Auobrigenses/ Aulobrigenses		IV, 112		III, 3		CIL, II, 2477= IIS, 5616	Margem direita do Tâmega, na zona de Chaves (COLMENERO, 1972: 236-7); vales do Rabaçal e do Tuela (ALARCÃO, 1996a: 28, Est. I; 1998b: 55)
Bibali			II, 6, 42			CIL, II, 2477= IIS, 5616	Contrafortes da serra do Larouco e bacia do Búbal (COLMENERO, 1972: 220-2 = REDENTOR, 2017a: 77; COLMENERO, 1997a: 21-2; TRANOY, 1981: 64; SILVA, AF, 2007a [1986]: 395; DOPICO, 2017: 258); a ocidente dos Tamagani, que estariam no Alto Tâmega (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I); no Barroso (MARTINS, 2008: 262).
Bracari		III, 28; IV, 112 (aceção geral?)	II, 6 (Calaicos Brácaros)		App., *Iber* ., 72		Entre a região de Braga e o Minho (COLMENERO, 1972: 225); entre o Douro e o Tâmega (COLMENERO, 1997a: 28); centrados na região de Braga, estendendo-se ao mar e ao Douro (TRANOY, 1981: 64-5); Terras do Bouro, sem chegar ao Lima nem ao mar; bacia média do Cávado (ALARCÃO, 1996a: 27, Est. I); entre o Lima e o Ave (ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I); entre a bacia do Cávado, o Douro e o Marão ((SILVA, AF, 2007a [1986]: 391); a norte do Minho, região de San Cibrán (MARTINS et al., 2005: 262); entre o Ave, o Cávado e a serra da Cabreira (MARTINS, 2008: 273); entre o Ave e o Cávado, limitando pelo oriente com os Callaeci (ALBALADEJO, 2012: 49); entre Douro e Minho, a N dos *Callaeci* (DOPICO, 2017: 258).
Caladuni			II, 6, 38		*Itin. Ant* ., 422, 5	*EE* , VIII, 20, 125a, 125b	Comarca do Barroso, desde a fronteira até à serra do Alvão, de norte a sul, e desde o curso do rio Beça à serra da Cabreira, de leste a oeste (COLMENERO, 1997a: 30); a Oeste da Serra do Larouco (ALARCÃO, 2004b = REDENTOR, 2017a: 78).
CALLAECI	III, 3, 2-3; III, 4,3 e 20	III, 28	II, 6 (Calaicos Brácaros)		App., Iber., 70; Livio, *Per,* 56; Plut., *Vidas, César* , 12; Floro, I, 33,12		Imediatamente a norte do Douro, com a capital em *Cale* (ALARCÃO, 1996a: 26; TRANOY, 1981: 65-66); a norte do Douro, com limites pelo Ave, a norte, e o Sousa, a nascente (ALARCÃO, 1998b: 54, Est. I; DOPICO, 2017: 258); a nascente dos Bracari, atingindo o vale médio do Douro (COLMENERO, 1997a: 28-29); a nascente dos Lusitanos, segundo Estrabão e outras fontes (CAVADA, 2005).
Coelerni		III, 28				CIL, II, 2477= IIS, 5616	Na região de Celanova, Castromao (COLMENERO, 1972: 222; 1997a: 20; 1997b: 90; TRANOY, 1981: 66; ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017a: 78; SILVA, AF, 2007a [1986]: 395; MARTINS et al., 2005: 262; DOPICO, 2017: 258).
Danici/ Daneci/ Aneci						SILVA, AF, 2007a: 434; n. 653; 2011a: 22; 2013a: 42-6	Margem esquerda do Sousa, na área de Penafiel (ALARCÃO, 2000: 48); região de Penafiel (SILVA, 2011a: 22; 2013a: 42-6).
Equaesi		III, 28				CIL, II, 2477= IIS, 5616	«entre o curso alto do Navea e a serra de San Mamede, e até Vinhais, compreendendo as terras de Camba, Conso, A Gudiña e parte do vale de Viana e Mezquita» (COLMENERO, 1997a: 22-3; 1997b: 91); Serra da Queija, Orense (TRANOY, 1981: 67); para oeste dos *Aquiflauienses* , no Alto Rabagão (ALARCÃO, 1996a: 28, Est. I; SILVA, AF, 1986: 283-4). A O. dos Aquiflavienses, na serra do Barroso (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017a: 78); imediações das serras do Gerês e do Larouco (SILVA, AF, 2007a [1986]: 394; MARTINS et al., 2005: 263).

Tabela 7 – Principais entidades étnicas mencionadas nas fontes escritas, ou com registo epigráfico, na área do *conuentus bracaraugustanus* (1 de 3)

POPVLI	FONTES						LOCALIZAÇÃO PROPOSTA
	Estrabão	Plínio, o Velho	Ptolemeu	Mela	OUTROS	EPIG	
Fidueneae						SILVA, AF, 1980b: 80-3; 1986: 288; 2007a: 437, n.º 680; 2011a: 22; 2013a: 42-64	No castro de Sanfins (concordando com SILVA, AF, 1986), mas nome dos habitantes apenas, pois o castro pertenceria aos Callaeci (ALARCÃO, 1998b: 54).
Grouii		IV, 112	II, 6, 44	III, 10	Silio Itálico, *Pun .*, I, 235-6		Orla costeira entre o Lima e o Minho (VASCONCELOS, 1905b; COLMENERO, 1972: 223-4; 1997a: 27-8; 1997b: 89; DOPICO, 2017: 258); vale inferior do Minho (TRANOY, 1981: 67); margem esquerda de troço mais interior do Minho, com capital em Tui, *Castellum Tyde* (ALARCÃO, 1996a: 27, Est. I; PÉREZ, 2002: 61-6; MARTINS et al., 2005: 262); no baixo Minho, sobretudo na margem direita (ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I); faixa costeira até ao Minho (SILVA, AF, 2007a [1986]: 389).
Heleni	III, 4, 3	IV, 112					«No lejos del curso del rio Verdugo (COLMENERO, 1972: 224); do Lerez à ria de Vigo (COLMENERO, 1997a: 27; 1997b: 89); região da ria de Vigo (TRANOY, 1981: 69; DOPICO, 2017: 258); da foz da ria de Vigo à Serra do Suído (ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I); faixa litoral até ao Minho (SILVA, AF, 2007a [1986]: 389); ria de Vigo, a norte dos Grouii (Pérez, 2002: 265-6; MARTINS et al., 2005: 262).
Interamici						CIL, II, 2477= IIS, 5616	Zona de Entrimo (COLMENERO, 1972: 234; TRANOY, 1981: 70, que também sugere perto de Chaves); a S do vale médio do Minho e do Sil, e a E dos Coelerni e a N dos Limici (COLMENERO, 1997a: 20-1); comarca de Maceda (COLMENERO, 1997b: 90; MARTINS et al., 2005: 262); a N. da bacia superior do Lima e a O. da serra de São Mamede (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = REDENTOR, 2017a: 79).
Lapitae						CIL, II, 2395b	«Em torno de Vila Real» (?) (ALARCÃO, 1996a: 28); «entre o rio Douro e os primeiros contrafortes da serra da Falperra» (MARTINS et al., 2005: 263).
Leuni		IV, 112					Entre o Minho e o Lima (COLMENERO, 1997a: 28; TRANOY, 1981: 70); Idem, mais no interior (COLMENERO, 1972: 224; SILVA, AF, 1986: 280; ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I; DOPICO, 2017: 258).
Limici		III, 28	II, 6, 43			CIL, II, 2477= IIS, 5616	Comarca de A Limia (COLMENERO, 1972: 213-5; 1997b: 90); separados dos Tamagani pela Serra do Larouco (COLMENERO, 1997a: 18); zona de Xinzo de Lima (TRANOY, 1981: 71); bacia superior do Lima (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I; SILVA, AF, 2007a [1986]: 394; PÉREZ, 2002: 224-7; MARTINS et al., 2005: 262; DOPICO, 2017: 258).
Luanci			II, 6, 45				Bacia do Neiva ou terras de Basto (?) ALARCÃO, 1996a: 27, Est. I).
Lubaeni			II, 6, 47				Bacia do Neiva ou terras de Basto (?) ou «perto de Chaves» ALARCÃO, 1996a: 27-8, Est. I).
Madequisenses/ Madequinenses						*AE*, 1977, 451; SILVA, AF, 1980: 84; 2007a: 431, n.624	Habitantes do Castro de Alvarelhos (ALARCÃO, 2000: 47;); região entre os rios Leça e Ave, até ao castro de Alvarelhos (MOREIRA, 2009).
(N)aebisoci						CIL, II, 2477= IIS, 5616	Bacia do Neiva (SILVA, AF, 1986: 283); vale do Càvado, entre as serras do Gerês e da Cabreira, perto de Chaves (ALARCÃO, 1996a: 27-8, Est. I; 1998b: 53, Est. I).
Narbasi			II, 6, 48				No médio Minho, a nascente dos Leuni (?) (ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I).

Tabela 7 - Principais entidades étnicas mencionadas nas fontes escritas, ou com registo epigráfico, na área do *conuentus bracaraugustanus* (2 de 3)

POPVLI	FONTES						LOCALIZAÇÃO PROPOSTA
	Estrabão	Plínio, o Velho	Ptolemeu	Mela	OUTROS	EPIG	
Nemetati			II, 6, 40				Zona litoral entre Ave e Cávado (ALARCÃO, 1996a: 27; 1998b: 54, Est. I; 2000: 46, eventualmente abrangendo Alvarelhos); a sudoeste dos Limici (ALBALADEJO, 2012: 117).
Que(a)rquerni		III, 28	II, 6, 46		Itin. Ant., 428	CIL, II, 2477= IIS, 5616; *AE* , 1972, 282;	Região de Bande/Lovios/Entrimo (COLMENERO, 1972: 215-6; 1997a: 19-20; 1997b: 89); No médio Lima (ALARCÃO, 1998b: 55, Est. I = região de Bande, Baixa Limia, seg. REDENTOR, 2017a: 80; SILVA, AF, 2007a [1986]: 395); PÉREZ, 2002: 195-198; MARTINS et al., 2005: 262; DOPICO, 2017: 258).
Seurbi		IV, 112					Entre o Minho e o Lima (TRANOY, 1981: 73; COLMENERO, 1997a: 28; ALARCÃO, 1996a: 27); *Idem* , junto ao mar (SILVA, AF, 1986: 280; ALARCÃO, 1998b: 53, Est. I); idem, mas mais no interior (COLMENERO, 1972: 224; DOPICO, 2017: 258); entre o Lima e o Cávado (ALBALADEJO, 2012: 138).
Tamagani						CIL, II, 2477= IIS, 5616	Vale de Verín (COLMENERO, 1972: 216-8; 1997a: 16; 1997b: 91); confluência do Tâmega com o Douro (?) (TRANOY, 1981: 73); a norte dos Aquiflavienses, no Alto Tâmega (ALARCÃO, 1998b: 55; 2004b = «vale de Verín e área envolvente, seg. REDENTOR, 2017a:); vale de Monterrei, depressão de Verín (PÉREZ, 2002: 237-8; MARTINS et al., 2005: 262); curso inferior do Tâmega, até ao Marão (SILVA, AF, 2007a [1986]: 396).
Tongobrigenses			II, 6, 38 (*Tuntobriga*)			CIL, II, 5564	Na margem norte do Douro, entre Bracari (litoral) e Callaeci (COLMENERO, 1997a: 31); com sede em Tongobriga (ALARCÃO, 1996a: 26 = «entre o Sousa e a Serra do Marão, a S de Amarante», REDENTOR, 2017a: 80). Em 1998b: 54, ALARCÃO não reconhece o nome do *populus* , cuja *ciuitas* limita entre o Sousa e Nascente.

ALARCÃO, Jorge de (1996a) – As *Civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia [Actas do Colóquio "A rede viária na Callaecia"].* 12-13 (1995-1996). Braga, p. 25-30
ALARCÃO, Jorge de(1998b) – Ainda sobre a localização dos populi do Conventus Bracaraugustanus. *Anales de Arqueologia Cordobesa* . 9 (1998). Córdoba, p. 51-57
ALARCÃO, Jorge de (2000) - – Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico* . 2ª Série. 2-3. Santo Tirso, p. 46-50
ALARCÃO, Jorge de (2004b) - Sobre *Caladunum* e a via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flauiae* . In AULIARD, C.; BODIOU, L. (dir.) - *Au jardin des Hespérides: histoire, societé et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy* . Rennes:
ALBALADEJO VIVERO, Manuel (2012) – *Léxico de Topónimos y Etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica en la Antigüedad* (...). Madrid: Polifemo
CAVADA NIETO, M.ª Milagros (2005) – El território prerromano de Gallaecia. In REBOREDA MORILLO, Susana (ed.) – *Homenaxe á profesora Lola F. Ferro. Estudios de Historia, Arte e Xeografía* . Vigo: Universidad, p. 161-199
DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores (2017) – Los conuentus juridici: la aportación de la Naturalis Historia de Plinio el Viejo. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz:
MARTINS, Manuela, LEMOS, Francisco Sande; PÉREZ LOSADA, Fermín (2005) – O Povoamento Romano no território dos Galaicos Bracarenses. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén; GARCÍA DÍAZ, Paloma (eds.) – Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico
MARTINS ESTÊVEZ, Higino (2008) – *As Tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos* . Sant Cugat des Vallès: Edições da Galiza
MOREIRA, Álvaro Brito (2009) – Castellum Madiae: Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à
PÉREZ LOSADA, Fermín (2002) – *Entre a Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico dos «aglomerados secundários» romanos en Galicia* . [Brigantium, 13]. A Coruña: Museo Arqueolóxico
REDENTOR, Armando (2017a) – A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade [Tese de doutoramento em História-
RODRÍGUEZ COLMENERO, António [COLMENERO] (1972) – Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia. Boletín Avriense, 2. Orense, p. 193-240
RODRÍGUEZ COLMENERO, António [COLMENERO] (1997b) – A organización sociopolítica do espácio: etnias e território. In VV.AA. – Galicia Terra única: Galicia castrexa e romana. S.l.: Xunta de Galicia, p. 85-91
RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio [COLMENERO] (1997a) – Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional interior. 2ª ed. Chaves: Câmara Municipal [1ª ed., 1988]
TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité* . Paris: Diffusion de Boccard
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (1980b) – Organizações gentilícias entre Leça e Ave. *Portugalia* . Nova série. 1. Porto, p. 79-90
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (1981-1982) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia* . Nova Série. Vol. 2-3. Porto, p. 83-96
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (1986) – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (2007a) – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. 2ª ed. [revista e actualizada] Paços de Ferreira: Câmara Municipal/MACS/CACEC [ed. orig. 1986]
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (2011a) – Museu Municipal de Penafiel. Memória e Identidade. A fonte. Fonte de estímulo intelectual, 6. Porto, p. 20-25
SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da Silva (2013a) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal. Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos, 13 (2). São Luís [Maranhão], p. 22-51. Disponível em
VASCONCELOS, José Leite de (1905b) – Os Grovios. *O Archeologo Português* , 1.ª série. 10: 10-12. Lisboa, p. 287-294

Tabela 7 - Principais entidades étnicas mencionadas nas fontes escritas, ou com registo epigráfico, na área do *conuentus bracaraugustanus* (3 de 3)

3.4. CASTROS E *CASTELLA*

A implementação do sistema de administração romano às comunidades autóctones organizou-se – naquilo que diretamente interessava a Roma – em três níveis: o plano provincial, com o respetivo governador; o dos *conuentus*, que não tendo direção formal personalizada, seriam sede de diversos legados e procuradores provinciais, conforme as necessidades; e como forma de rede administrativa básica de articulação com o poder colonial, as *ciuitates*, que, aparentemente, surgem, em Plínio, o Velho, equiparadas a *populi* para efeitos de ordenamento e gestão territorial (CAPALVO, 1986: 51-53, 56; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996a: 132; FERNÁNDEZ CALO, 2015: 179-180; DOPICO; SANTOS, 2012: 588-589). Como unidade mínima para efeitos censuais, de arrecadação de impostos ou recrutamento militar (SASTRE; ÁRBOL MORO; PLÁCIDO, 1999: 41; SASTRE, 2001: 97), a *ciuitas* seria, provavelmente, o ponto máximo onde as autoridades romanas intervieram no sistema organizativo indígena.

Sendo discutível a possibilidade de retrotrair este modelo organizativo augústeo ao ordenamento social e político das comunidades autóctones antes da sua transformação pelo poder imperial, muitos autores, nomeadamente os que admitem alguma hierarquização das estruturas indígenas prévias à conquista (GARCÍA-QUINTELA, 2007: 354-355)[330], entendem-no como possível. Ou seja, que, antes da chegada de Roma, as comunidades locais estariam já organizadas e dotadas de uma estrutura étnica e outra de liderança hierárquica, independentemente da possibilidade dos primeiros enfrentamentos sérios com os adventícios, designadamente a incursão militar de Decimus Iunius Brutus, ter modificado ou acelerado essas estruturas e processos, do que apenas temos eventuais reflexos indiretos, como a refortificação de alguns povoados ou a sua transformação em *oppida*. Certamente, é claro que a ocorrência, em contexto epigráfico, da designação *prínceps*, bem como a de *castellum*, respeitam apenas à latinização de realidades pré-existentes.

Cada *populus*, independentemente do respetivo grau de adscrição, individualidade ou coesão étnica, distribuía-se por um território perfeitamente delimitado (DOPICO; SANTOS, 2012: 588-589) e sinalizado, como está documentado pelo achado de diversas inscrições de *termini* (CORTÉS BÁRCENA, 2018) e teria, necessariamente, um interlocutor com as autoridades romanas, personalizado, certamente, nos tais *principes*. Na Tabela 6 ensaiámos a distribuição dos *populi/ciuitates* registados nas fontes ou evocados pelas inscrições, independentemente do seu estatuto no quadro social e organizativo da região. Plínio (*NH*, III, 28) menciona a existência de 24 *ciuitates*. Este número corresponde apenas à realidade da época em que o registou; e é bem possível que o número destas entidades/circunscrições tenha variado, mas não cremos que muito. Não interessava às autoridades romanas uma estrutura territorial demasiado atomizada, pois tal dificultaria a gestão que era feita ao nível conventual, podendo também potenciar a concorrência interna, conflitos regionais, ou até atos de rebeldia local.

Estes *populi* – e agora podemos falar, com segurança, dos *Bibili*, dos *Bracari*, dos *Limici* ou dos *Callaeci* – continuavam a ocupar os seus castros, mas agora (falamos do século I da nossa era) complementados por numerosos povoados abertos[331], de vale e outras formas de habitação e exploração do meio dispersas pelo território, fossem casais, granjas, ou de outra natureza[332]. Não obstante, mantinham os vínculos étnicos e as tradições, nomeadamente no

[330] Sobre o assunto, ver também, por exemplo, a síntese de SASTRE, CURRÁS e ALONSO (2010).

[331] Assim o documenta bem a região de Penafiel, e, provavelmente, já em época precoce, como ficou patente. *Vd*. pontos 3.2 e 4.3 deste trabalho.

[332] Provavelmente, as estruturas tipo *uilla* terão sido exclusivas, numa primeira fase, de possessores de origem latina; mas com o progresso da integração, pelo menos, a partir do período flaviano, nada impediria que indivíduos de origem autóctone, enriquecidos e promovidos socialmente, detivessem propriedades fundiárias e complexos residenciais dessa natureza.

tocante aos cultos religiosos, permanecendo o *castro*, provavelmente, como lugar simbólico de referência étnica. A questão cronológica é fundamental para nos aproximarmos destas questões, pois a realidade das últimas décadas do século I a.C. era possivelmente muito diferente da do tempo de Tibério, por exemplo, e esta, da conjuntura de finais do mesmo século. Muita coisa deve ter mudado num século.

Por outro lado, é fundamental analisarmos, com precisão, a cronologia de abandono dos castros e a data de fundação de outros. Ou seja: existem muitos castros abandonados pela mudança de era ou, digamos, até ao final da primeira década da primeira centúria; outros resistem mais algumas décadas; outros persistem, com eventuais fases de retração ou crescimento, ao longo de todo o Império[333]. Como articular estas dinâmicas – talvez tanto endógenas, como impostas – com o processo de integração no sistema provincial romano?

Os abandonos mais precoces, ainda antes da implementação do efetivo domínio romano ou já depois da conquista do Noroeste – do que, aparentemente, temos exemplos na nossa região – poderão decorrer dos processos habitualmente designados por sinecismo, da concentração das populações em povoados maiores ou «mais centrais», fosse por interesse das próprias comunidades, fosse já por interesse romano ou como reflexo das exigências do novo poder[334]; os abandonos mais tardios podem ter justificação apenas em razões económicas, como o desenvolvimento da agricultura de vale das explorações mineiras e muitas outras atividades produtivas, que certamente reclamavam muita mão-de-obra.

É opinião corrente, e decorre do bom senso, que no processo de criação de *ciuitates*[335], Roma terá, tanto quanto possível, tentado respeitar a estruturação étnico-territorial pré-existente. Só teria vantagens em fazê-lo, desde que abafadas eventuais resistências pontuais e, provavelmente, reagrupando entidades étnicas menores, para evitar a pulverização de circunscrições e poderes minúsculos. Talvez nem tudo tenha corrido de forma pacífica e consensual entre os povos «reestruturados», obrigando a intervenções mais musculadas por parte dos novos senhores. Quem sabe se a «estranha» fundação do Monte Mozinho não terá resultado da imposição externa de um novo «lugar central», eventualmente capital de *ciuitas*, para dirimir questiúnculas entre os castros e os étnicos menores da região?

Ao longo de todo século I, com raras sinalizações posteriores, numerosos testemunhos epigráficos, em especial inscrições funerárias, vulgarizaram o 'C' invertido (Ↄ) como menção de origem dos indivíduos ali evocados, podendo ainda constar menção à unidade étnica superior. Estabelecido, desde há muito, o desdobramento dessa sigla como *castellum,* ou *castrum* (ALBERTOS, 1975; 1977; PEREIRA-MENAUT, 1978; 1982; PEREIRA-MENAUT, SANTOS, 1980: 118), pode ainda discutir-se se qualquer *castro* – independentemente da sua localização, tamanho ou «categoria» – podia ser assim designado, ou seja, teria um topónimo próprio, que identificava também os seus habitantes (Fig. 47, Hipótese A), como pode sugerir uma interpretação, mais de passagem, de alguns trabalhos que se referem ao assunto (PEREIRA-MENAUT, SANTOS, 1980: 118; PEREIRA-MENAUT, 1983b: 203; QUEIROGA, 2003: 76), assim reconhecendo a perpetuação de uma profunda autarcia da rede de povoamento indígena e usando, até, tal menção de *origo*, como

[333] E já nem falamos, porque de outro processo se trata, daqueles que, aparentemente, foram abandonados e, depois, reocupados no Baixo-Império ou período tardo-antigo.

[334] Por exemplo – mas são meras hipóteses – as exigências fiscais de Roma podem ter exaurido de meios os castros pequenos; ou o recrutamento forçado, para o exército ou o trabalho mineiro, poderão ter deixado os pequenos povoados escoados de homens em idade laboral. Para além de que a, natural, ambição de melhoria das condições de vida e promoção social seriam bem mais difíceis – então, como agora – em meios pequenos e afastados dos centros de decisão.

[335] E bem assim, em certa medida, em relação aos *conuentus iuridici* (ver discussão atualizada em DOPICO; SANTOS, 2012).

relíquia «cultural» de auto-identificação étnica[336]. Logo, por exemplo, a estela funerária, encontrada em Braga, de Albura, filha de Caturo, dita Ↄ LETI/OBRI, seria natural do castro/*castellum* de *Letiobre* e, por extensão, *letiobrense*; tal como nascido no castro de *Cantia* (?) o *cantiense* (aqui sem o Ↄ) Coruno, a quem o pai, Medamo, dedicou outro epitáfio em Paredes de Coura; e talvez pudéssemos aplicar o mesmo critério, ou não, aos diversos *uicani* lembrados em inscrições: *Cabricenses*, *Labricenses*, *Liburnicenses*, *Vacornicenses*[337], etc., que representam clãs, «étnicos menores» ou, porventura, apenas linhagens familiares (*domus*?) estabelecidas em povoados determinados.

Da admissão desta possibilidade, decorreria que todos os mais de 900 castros do norte de Portugal (SILVA, AF, 2007a: 104-168) teriam um nome próprio, que já ocorreu ou pode vir ainda a surgir em qualquer monumento epigráfico, mencionado pelo Ↄ ou, em extenso, por *castellum*, ou *castellani*, se invocação coletiva, como também sucede. Todavia, não é esta, exatamente, a opinião da maior parte dos autores, incluindo os acima citados, não parecendo, de facto, que qualquer povoado conferisse, na prática epigráfica, adscrição étnica própria, mesmo tópica, aos seus residentes. Tal pode intuir-se nos trabalhos de Gerardo Pereira, quando referia os «castros-capitais» ou «principais» (PEREIRA-MENAUT, 1997a: 239; 2015: 17), explicitando também Francisco QUEIROGA, sem lugar a dúvida, que:

> «*The castellum is then **a castro, or group of castros**, composed of a variable number of familial units linked by blood-relationship and connected to a territory (...) under the authority of a chieftain, or magistrate*» (QUEIROGA, 2003: 77, negrito nosso).

Ou seja, tal como sustentado por outros estudiosos (SASTRE, 2001: 186-198;[338] GARCÍA-QUINTELA, 2002; 2007: 370-373), dentro de cada *populus*, haveria um número variável de castros «principais» (*castella*), à sombra ou na órbita dos quais se agregavam outros, por vezes, atendendo às suas dimensões, de natureza pouco mais que familiar (Fig. 47, Hipótese B). Dentro de essa pequena «confederação» de 3, 4, 6 ou mais castros (impossível sabê-lo), todos os habitantes se auto-identificariam, para os efeitos necessários, como *castellani* 'X'. Julgamos que este modelo, hipotético, melhor poderá responder aos milhares de castros dos dois *conuentus* galaicos, refletidos na prática epigráfica por um número de menções a *castella*, com ou sem 'C' invertido, e outras menções tópicas, de apenas algumas dezenas de exemplares[339].

---

[336] Tal menção seria apenas de utilidade a nível regional, endo-étnico, pois para Roma, a partir do século I, basicamente, seriam *Galaicos* todos os naturais desta região.

[337] Os exemplos, meramente ilustrativos, foram colhidos da listagem epigráfica de Armando Coelho F. SILVA (2007a: 427-444).

[338] Em diversos trabalhos, Inés Sastre e outros autores, sublinham o carácter rural, não urbano, das *ciuitates* do Noroeste, acentuando, sobretudo, a natureza operativa dos *castella* no quadro dos processos de implementação das estruturas de exploração romana do território. Os lugares-centrais que, durante o século I, assumiriam a capitalidade das *ciuitates* (não necessariamente castros tradicionais), serviriam, igualmente, de centros de poder da aristocracia dominante. *Vd*. SASTRE, 1998: 78ss.; 2001: 186-198; 2004: 106).

[339] Tal como se recolhe no trabalho seminal de PEREIRA-MENAUT e SANTOS (1980), ou na listagem, mais atualizada, de Armando Coelho (SILVA, AF, 2007a: 445-449, Qd. 2). O mesmo princípio adotou, entre outros critérios, M. GARCÍA QUINTELA (2007: 370-372).

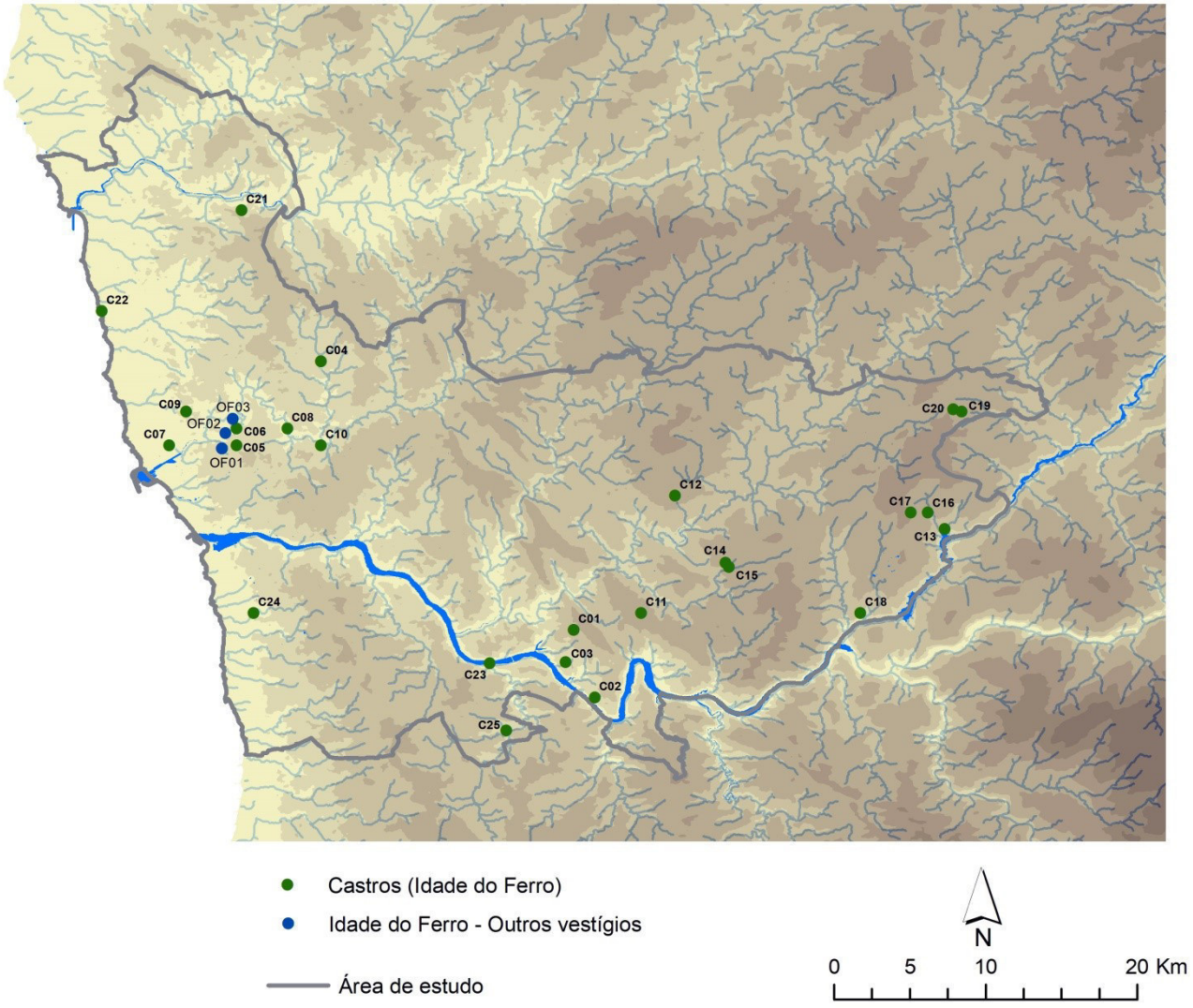


Fig. 23 – Castros e outros vestígios da Idade do Ferro na região de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

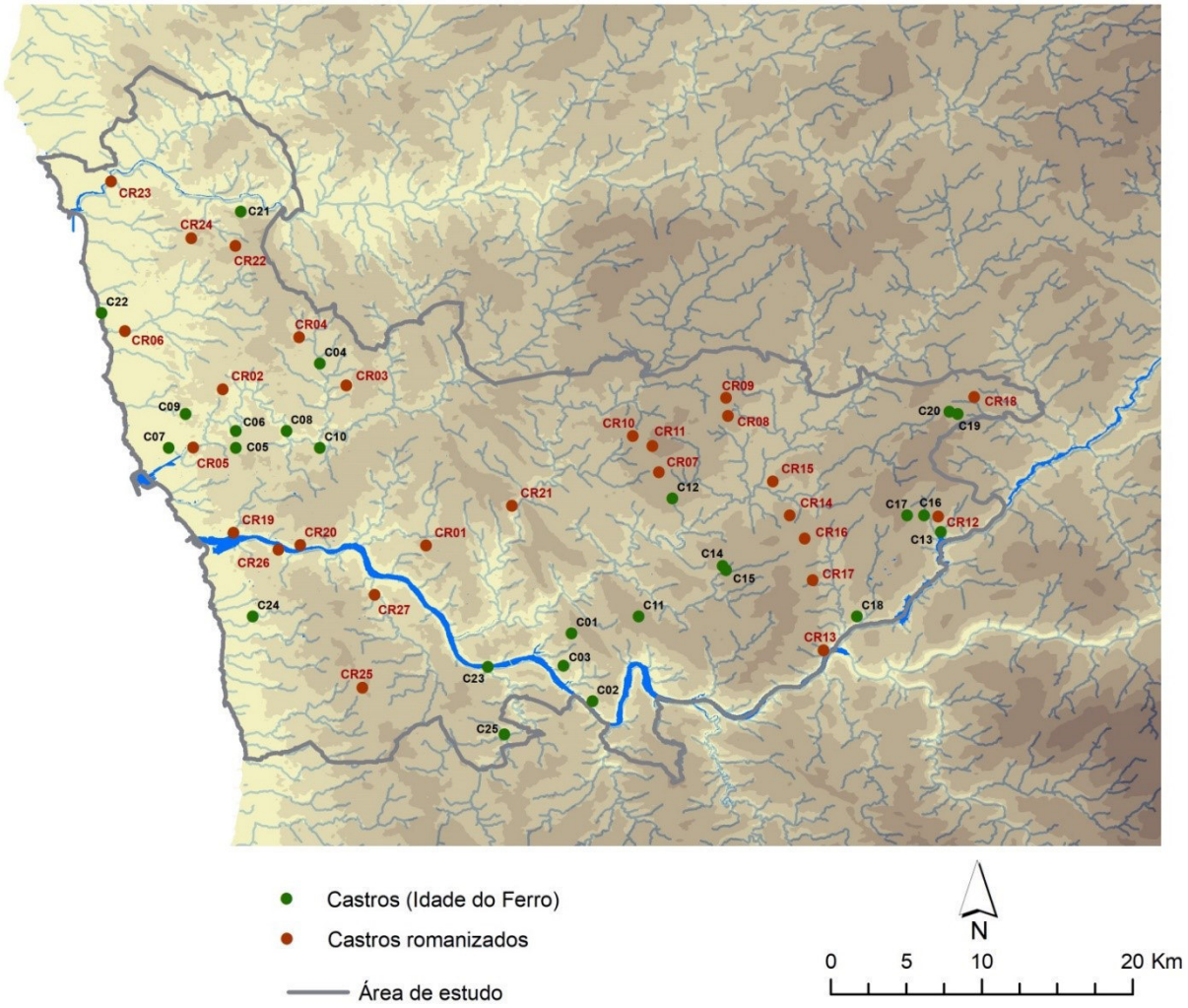


Fig. 24 – Castros da Idade do Ferro e ocupados em época romana na região de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 25 – Castro de São Paio (Vila do Conde), visto aproximadamente de sudeste. (Foto: *Google Earth*).

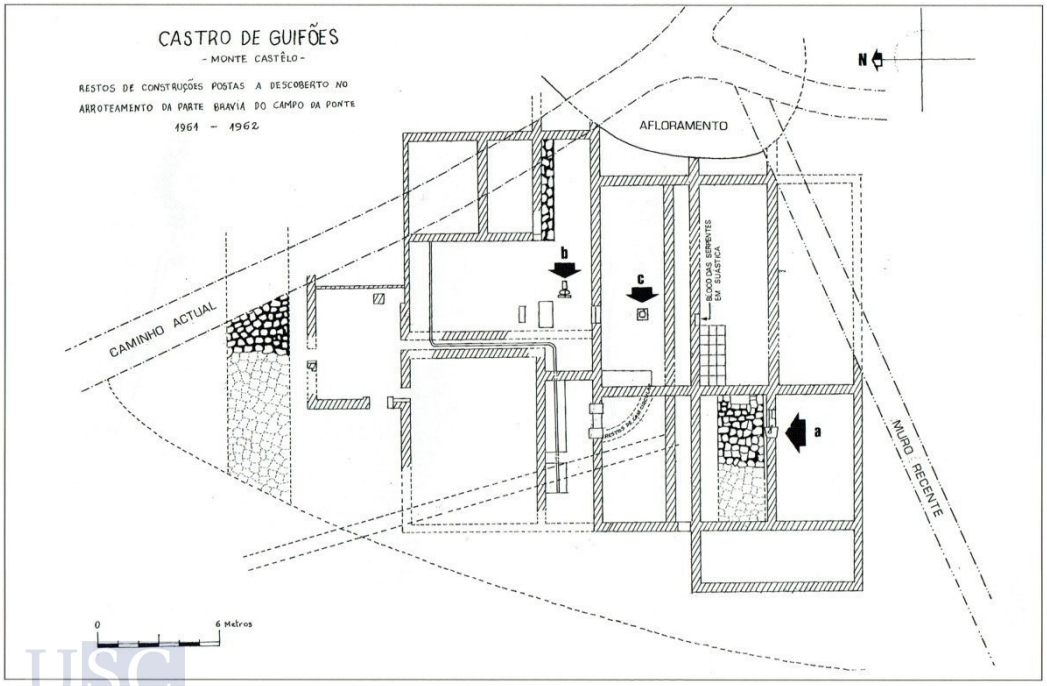


Fig. 26 – Castro do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos). Planta de Joaquim Neves dos Santos do edifício tardo-romano do Campo da Fonte. O arco de círculo, sensivelmente a meio, corresponde a uma casa circular castreja pré-existente. (Reproduzido de SANTOS, 1996).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

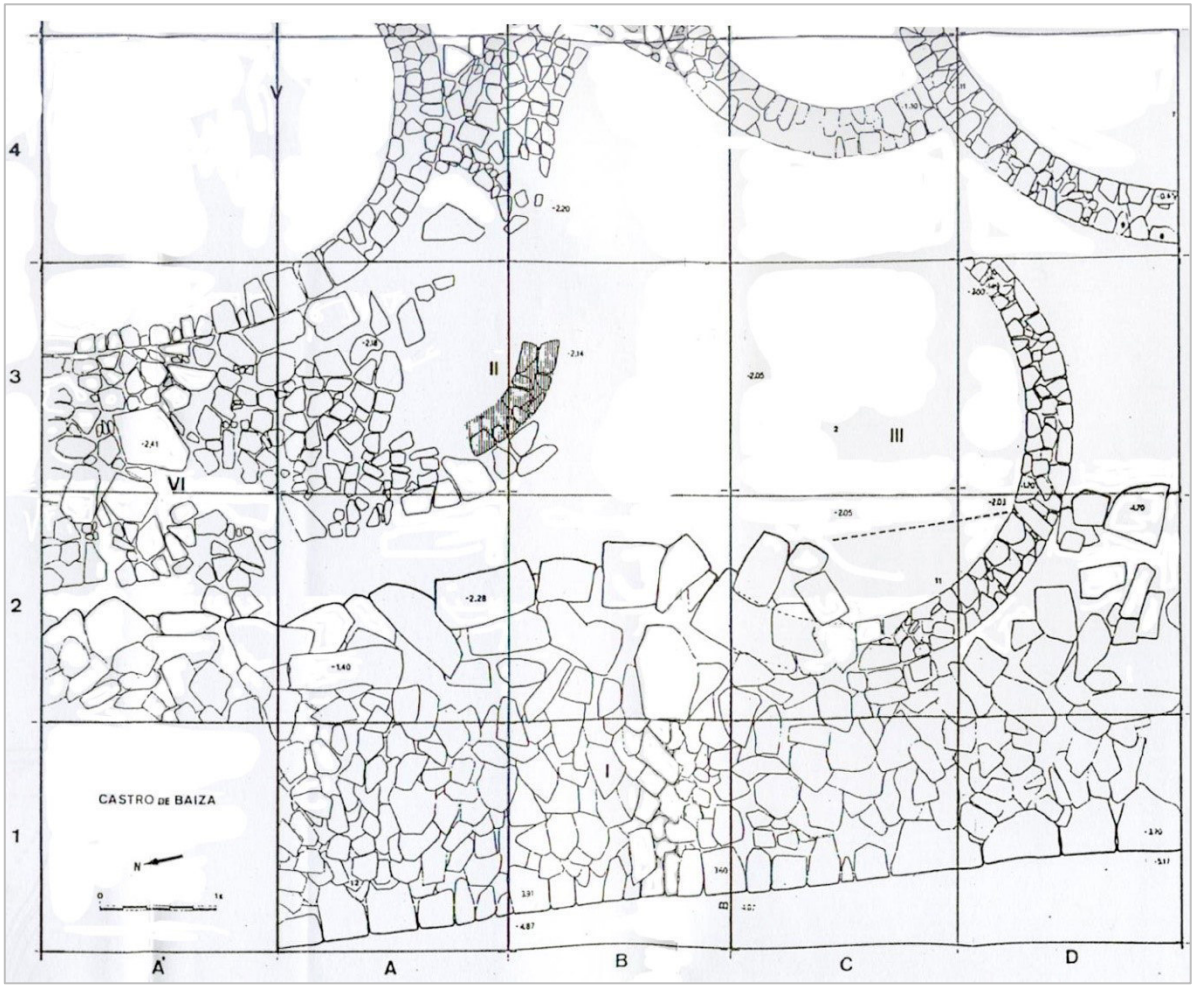


Fig. 27 – Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta das estruturas descobertas na escavação de 1985.
(Reproduzido de SÁ; PAIVA 1994a, a partir de LOPES, 1996).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

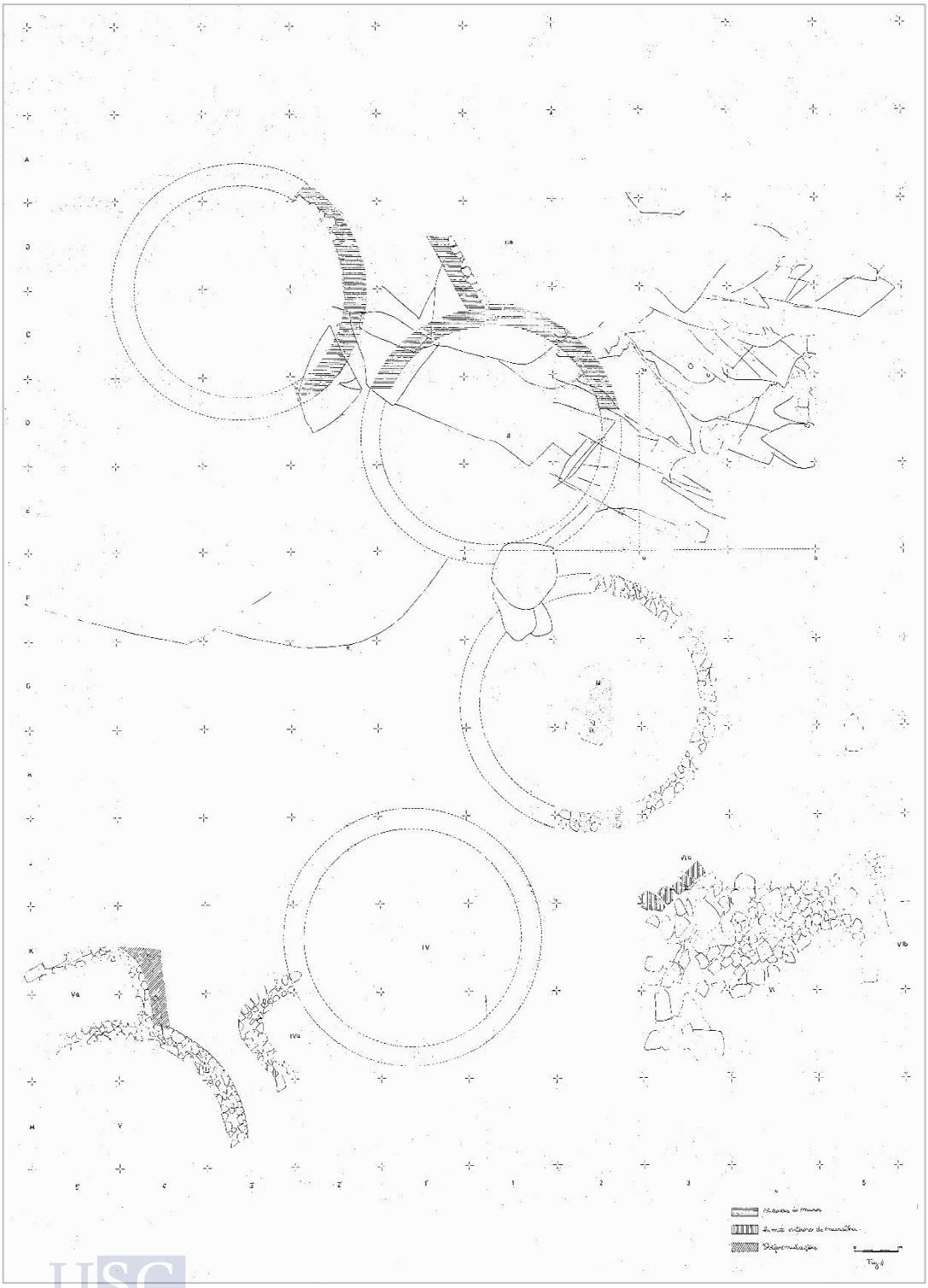


Fig. 28 – Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta parcial da área escavada em 1994. (Reproduzido de LOPES, 1996).

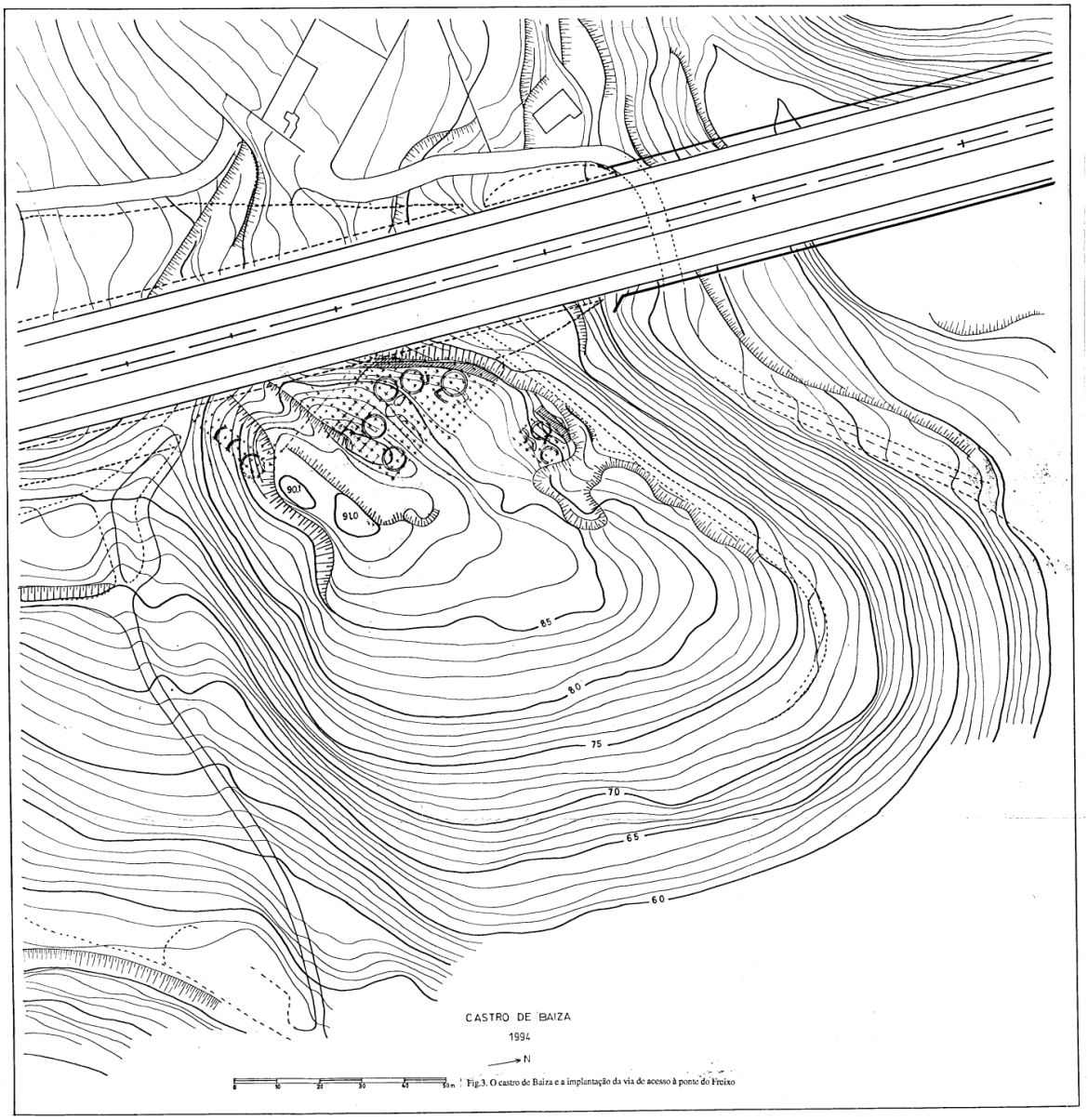


Fig. 29 – Castro da Baiza (Vila Nova de Gaia). Planta parcial da área escavada em 1994, com a afetação da auto-estrada. (Reproduzido de LOPES, 1996).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

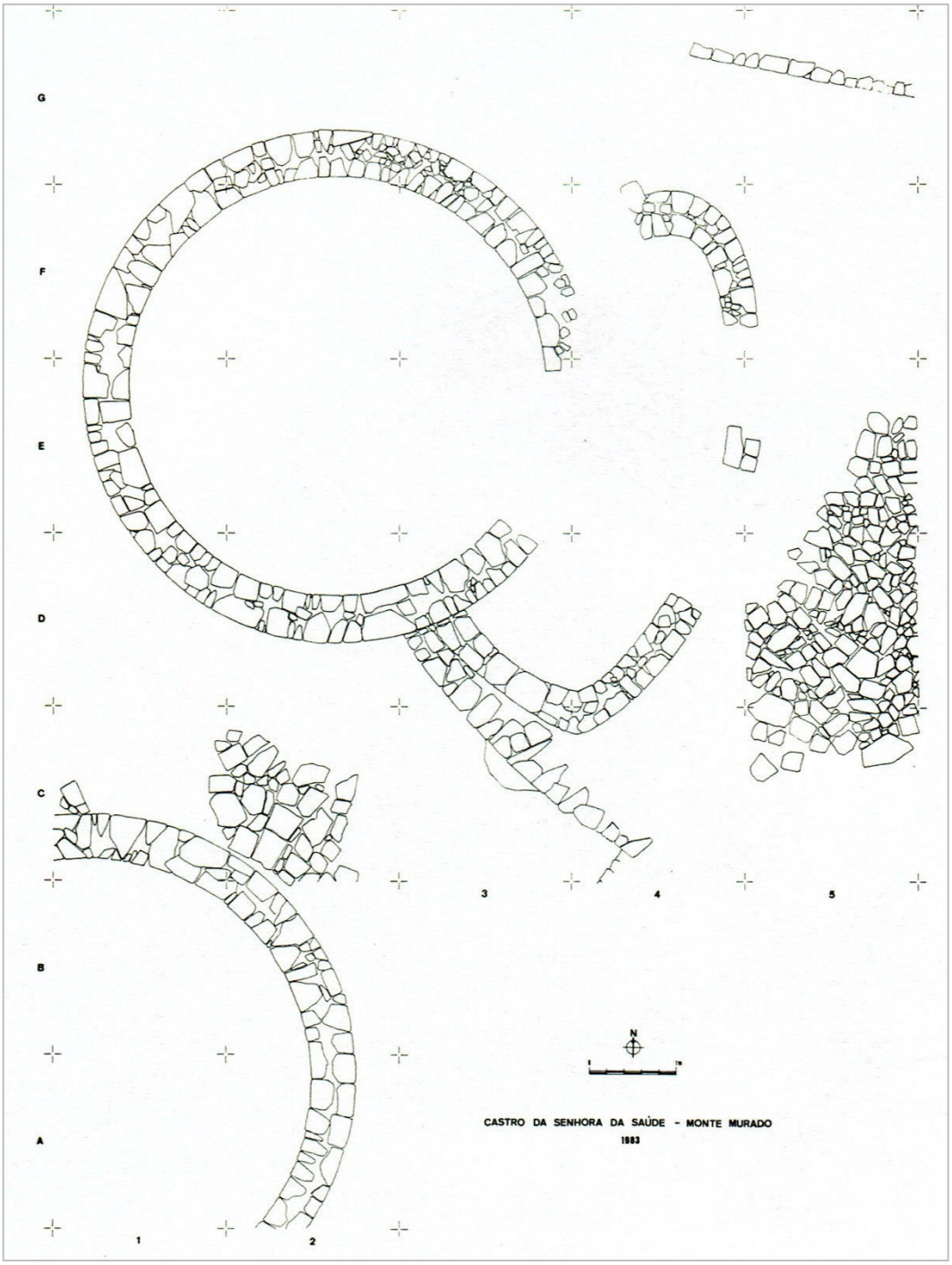


Fig. 30 – Castro do Monte Murado (Vila Nova de Gaia). Planta do núcleo «castrejo» escavado em 1983-1984. (Reproduzido de SILVA, AF, 1984b).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figuras 31 a 33 - «Santuários» rupestres da Idade do Ferro (?) de Matosinhos. Em cima, o do castro de Esposade, Custóias (OF01); nas fotografias inferiores, o sítio de Mecos, Guifões (OF03) (Imagens: Conceição Pires © Gab. Arqueologia e História da C. M. Matosinhos).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

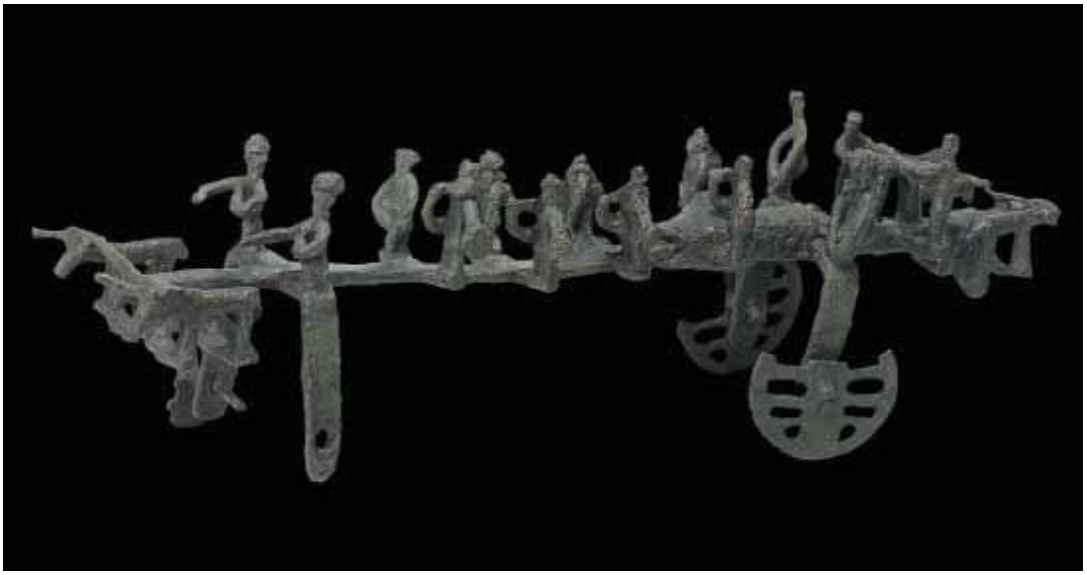


Fig. 34 – Carro votivo em bronze de Vilela, Paredes (reproduzido de LOPES, 2008).

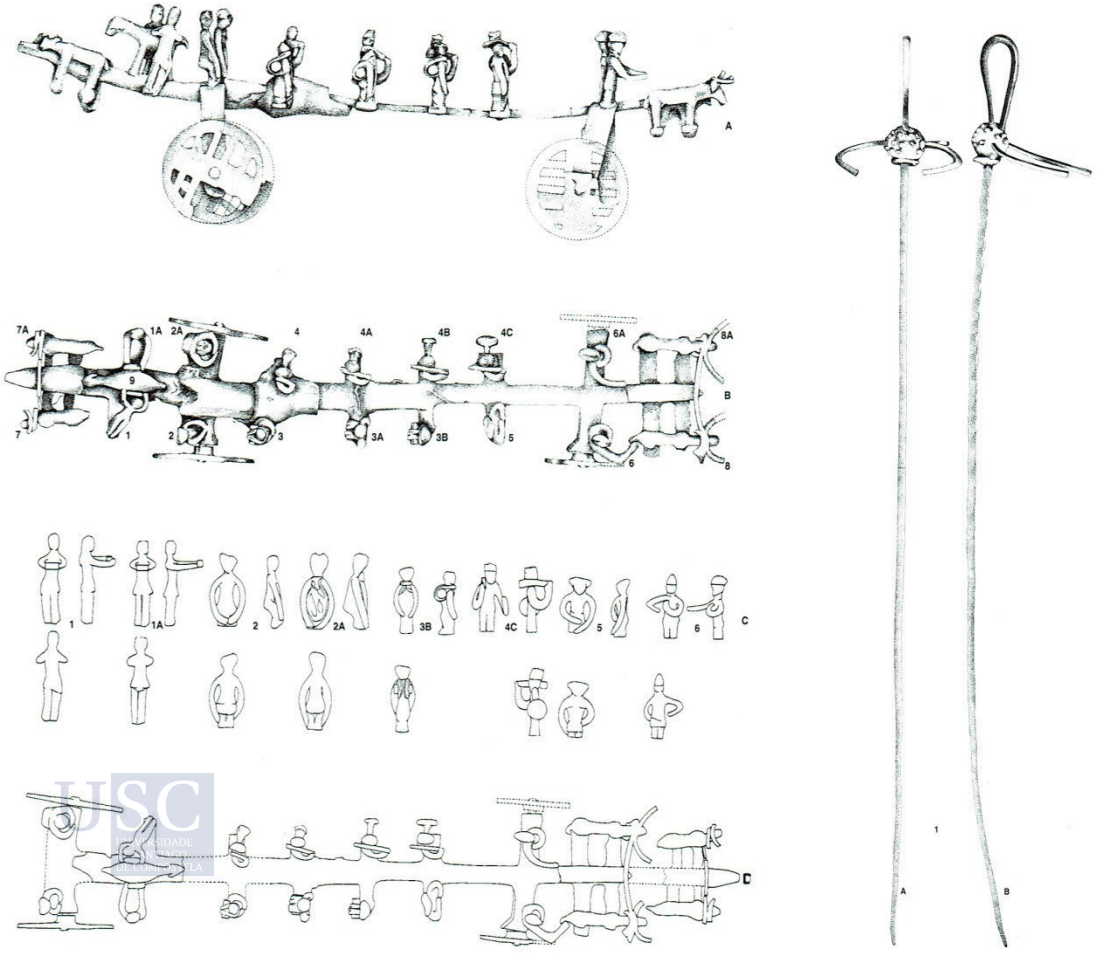


Fig. 35 – Carro votivo em bronze de Vilela, Paredes. Desenho interpretativo de A. C. Ferreira da Silva (reproduzido de SILVA, AF, 1986).

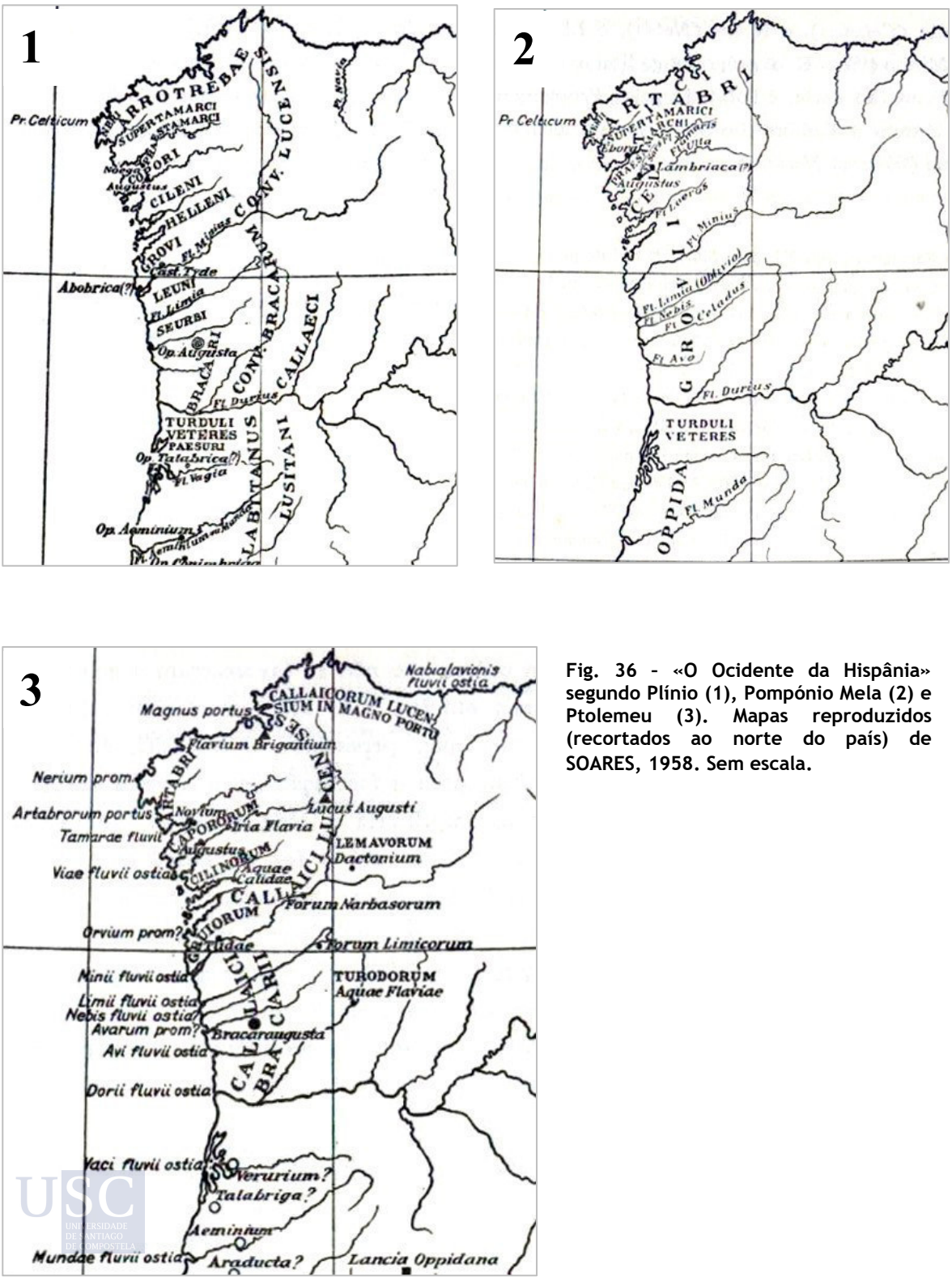


Fig. 36 – «O Ocidente da Hispânia» segundo Plínio (1), Pompónio Mela (2) e Ptolemeu (3). Mapas reproduzidos (recortados ao norte do país) de SOARES, 1958. Sem escala.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

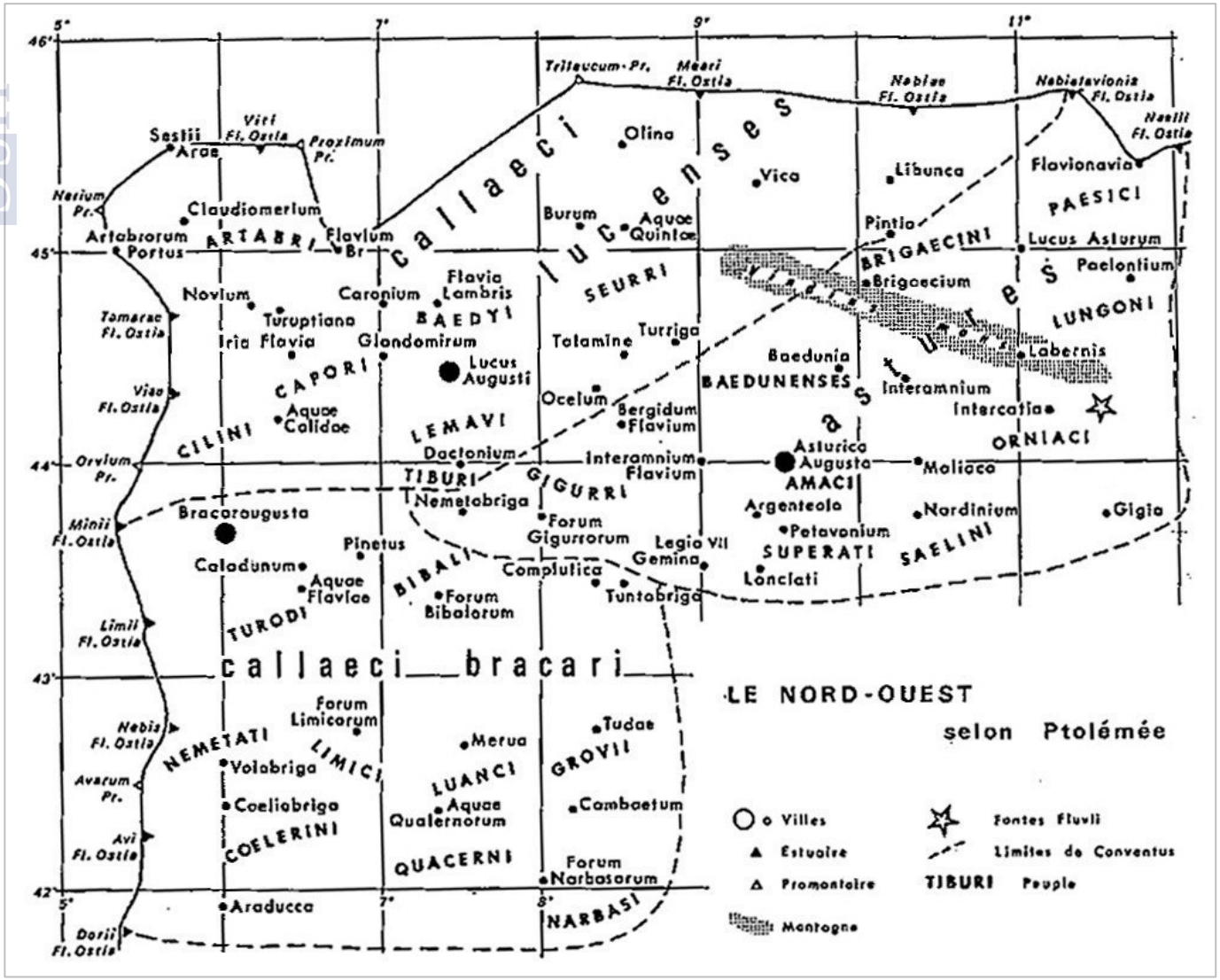


Fig. 37 – O Noroeste, segundo Ptolemeu. Reproduzido de TRANOY, 1981.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

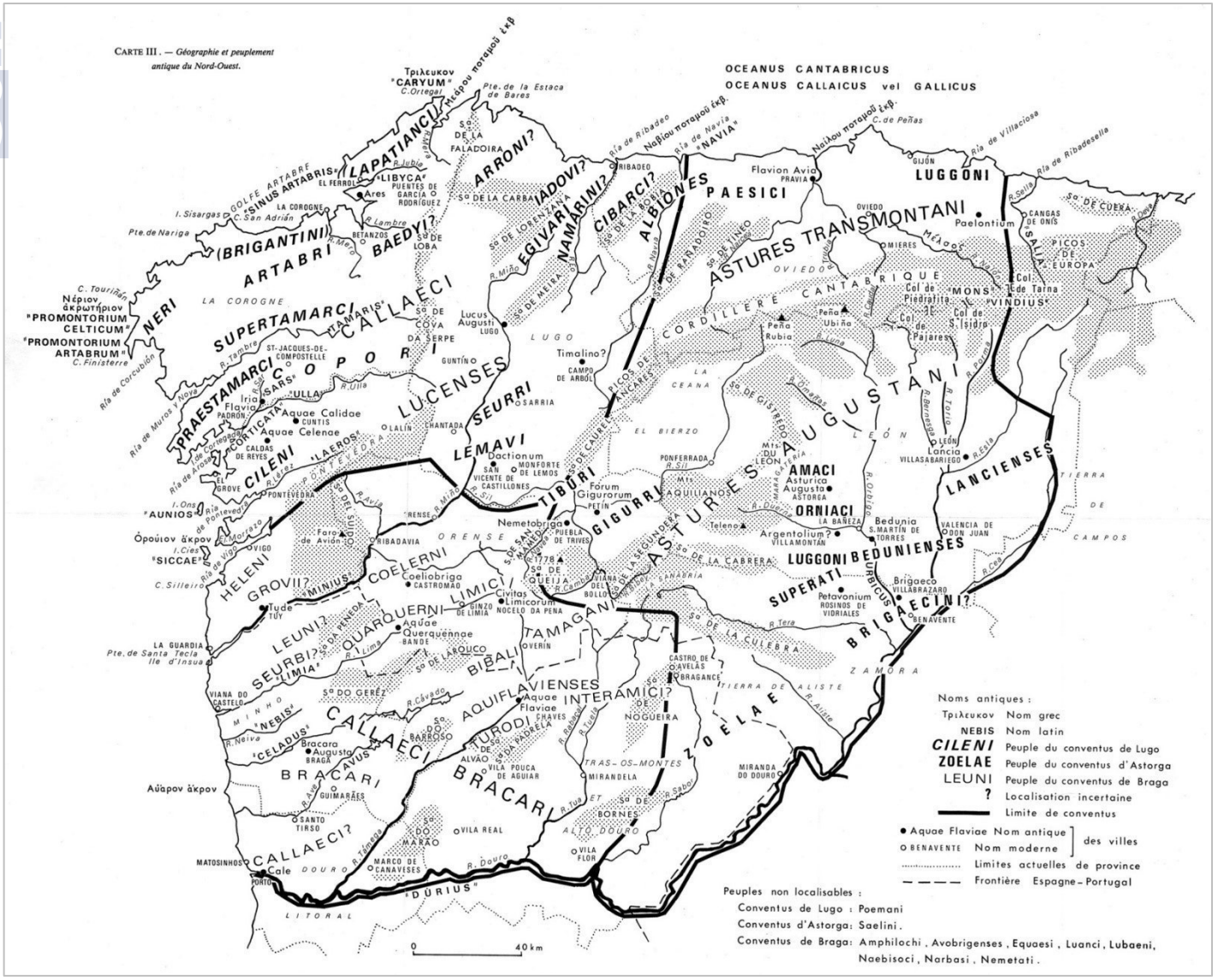


Fig. 38- «*Géographie et peuplement antique du Nord-Ouest*». Reproduzido de TRANOY, 1981.

Fig. 39 – «Os *populi* pré-romanos e as atuais províncias de Portugal». Mapa reproduzido (recortado só à zona norte) de ALARCÃO, 1988.

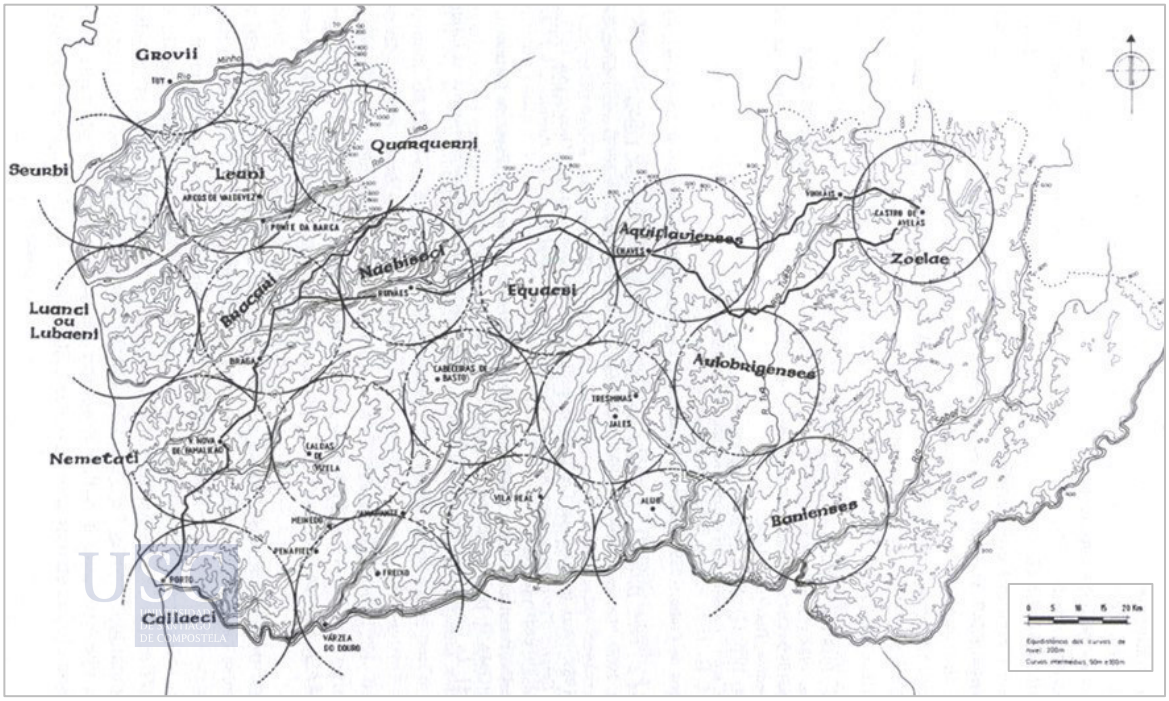


Fig. 40 – Primeiro ensaio cartográfico de distribuição das *ciuitates* do Norte de Portugal, segundo Jorge de ALARCÃO (1995-1996, adaptado).

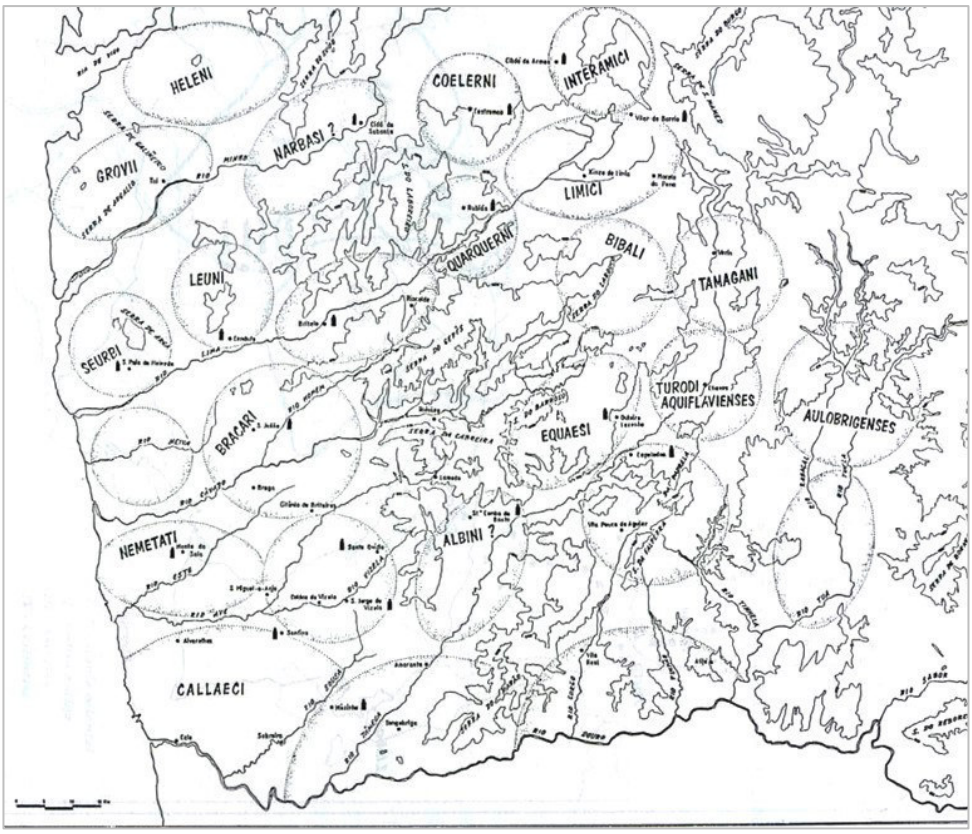


Fig. 41 – Proposta de localização das *ciuitates* e *populi* indígenas do Norte de Portugal (reproduzido de ALARCÃO, 1998b = 1999b).

Fig. 42 – Proposta mais recente de J. Alarcão sobre a localização dos principais povos indígenas do noroeste ibérico (reproduzido, recortado, de ALARCÃO, 2017).

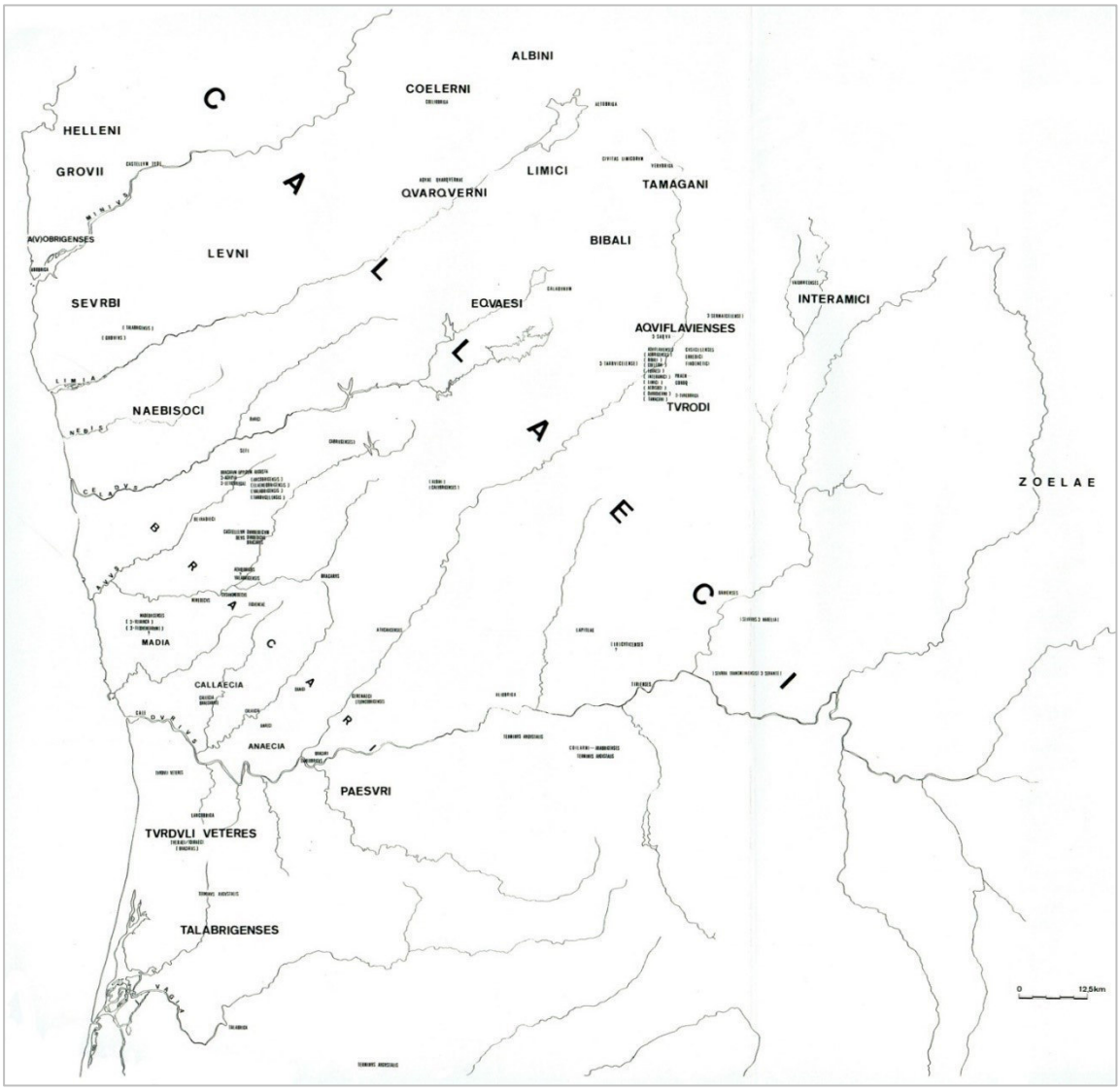


Fig. 43 – «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 1986).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

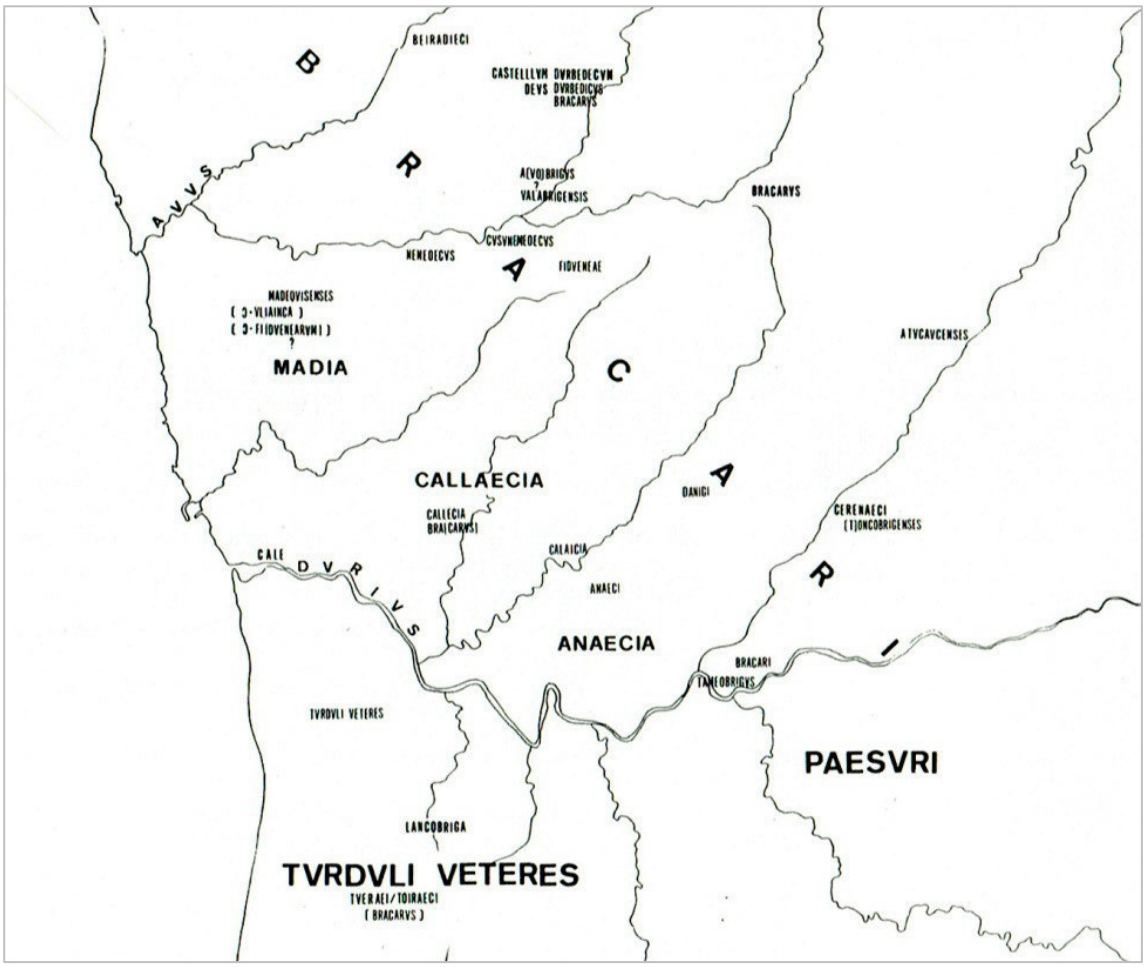


Fig. 44 – «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 1986). Recorte da região entre Douro, Ave e Tâmega.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

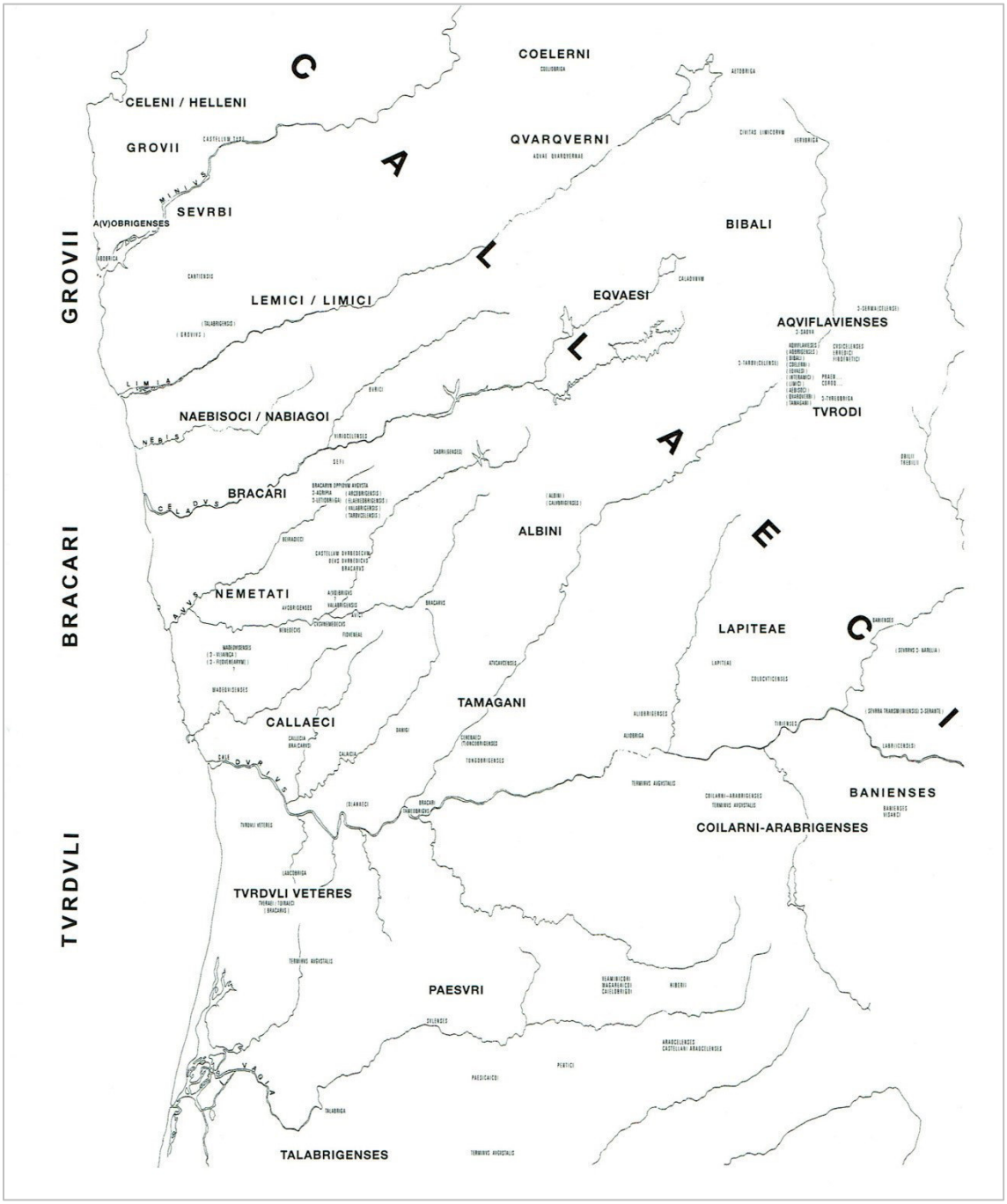


Fig. 45 – Versão revista do mapa «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 2007a).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

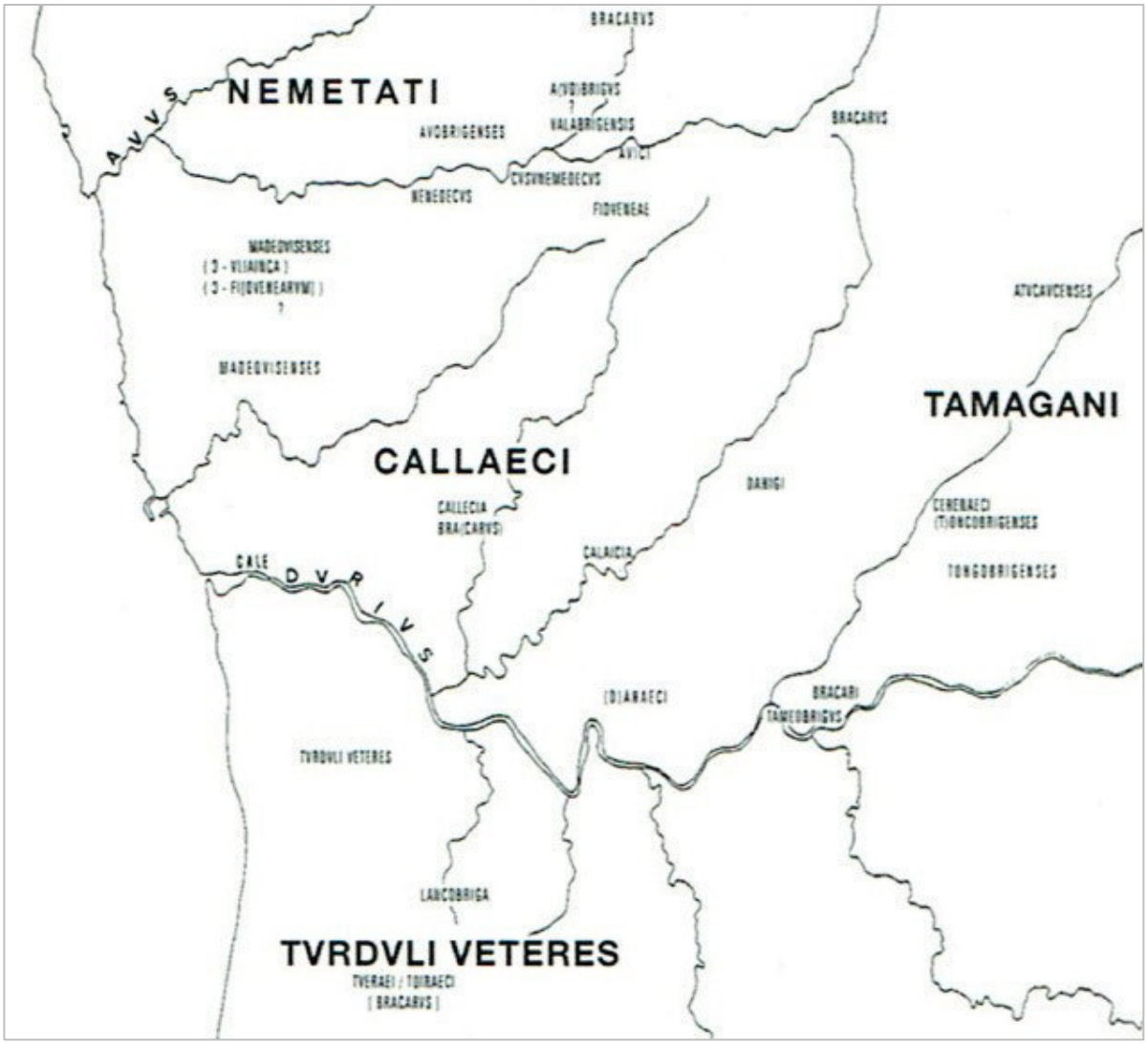


Fig. 46 – Versão revista do mapa «Referências de povoamento proto-histórico no Norte de Portugal» (reproduzido de SILVA, AF, 2007a). Recorte da região entre Douro, Ave e Tâmega.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

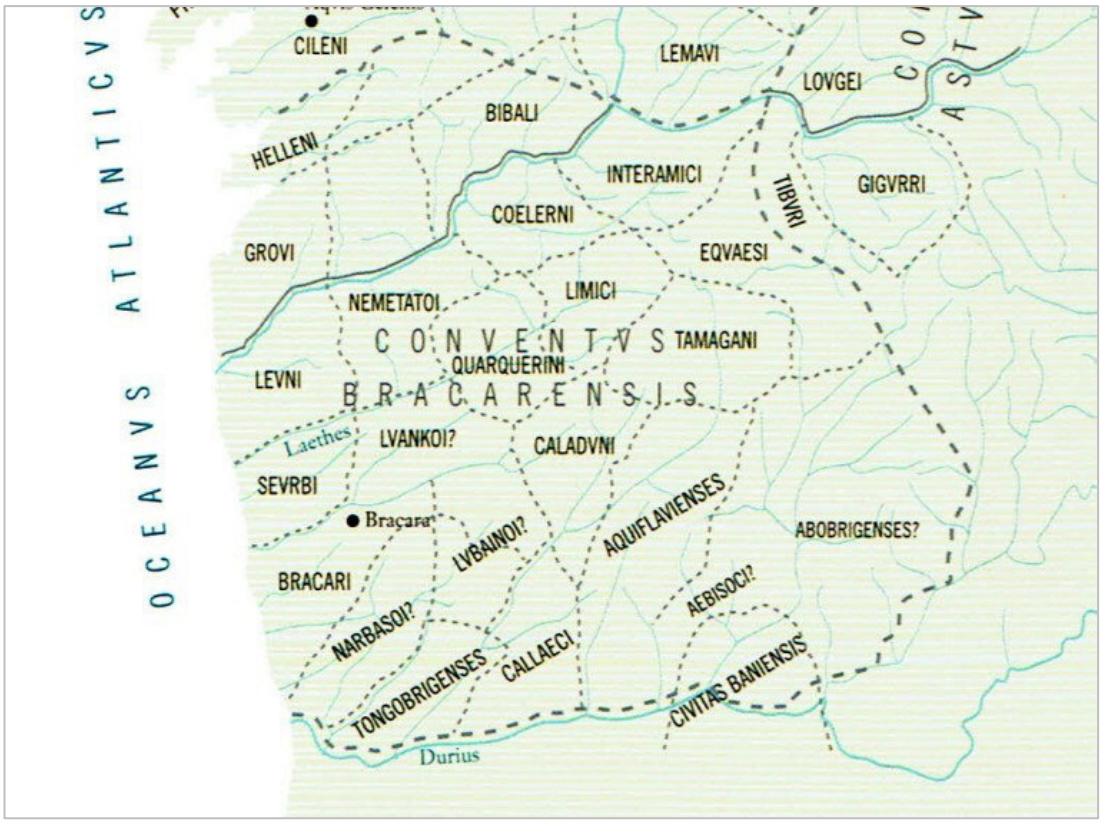
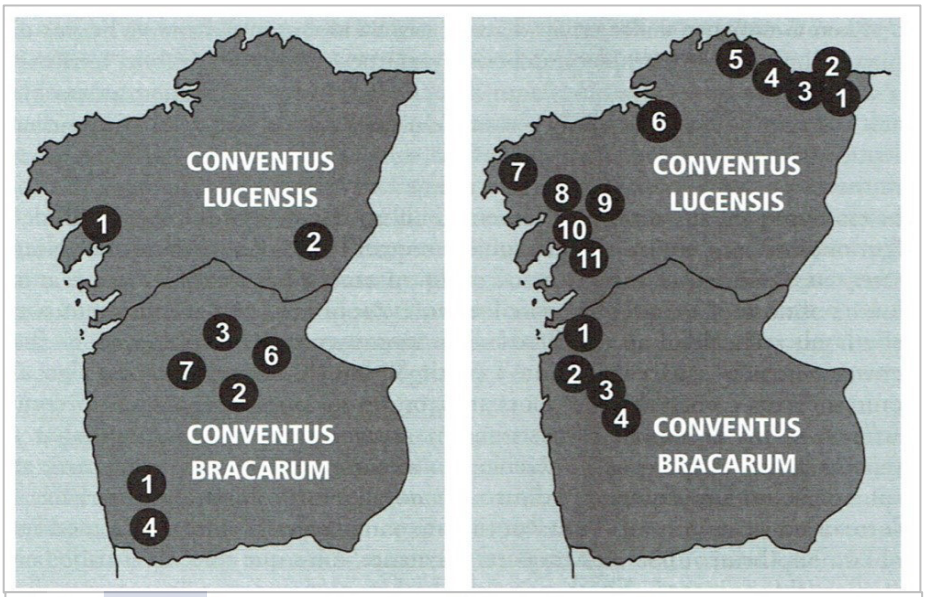


Fig. 47 – Distribuição dos *populi* indígenas do noroeste peninsular (reproduzido de RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996a = 1997a, 1997b, recortado).



Izqda. Libro III: *Conventus Lucensis:* 1. *Celtici* 2. *Lemavi. Conventus Bracarensis:* 1. *Bracari*, 2. *Bibali*, 3. *Coelerni*, 4. *Callaeci*, 5. *Equaesi?* 6. *Limici*, 7. *Querquerni.*

Dcha. libro IV: *Conventus Lucensis:*1. *Albiones*, 2. *Cibarci*, 3. *Egi Varri Namarini*, 4. *Adovi*, 5. *Arroni*, 6. *Arrotrebae*, 7. *Neri*, 8. *super Tamarci*, 9. *Copori*, 10. *Praestamarci*, 11. *Cileni. Conventus Bracarensis:* 1. *Helleni?*, 2. *Grovi*, 3. *Leuni?* 4. *Seurbi?*

Fig. 48 – Povos dos dois *conuentus* do NO. mencionados por Plínio nos livros III e IV da *NH* (reproduzido de DOPICO CAÍNZOS, 2017).

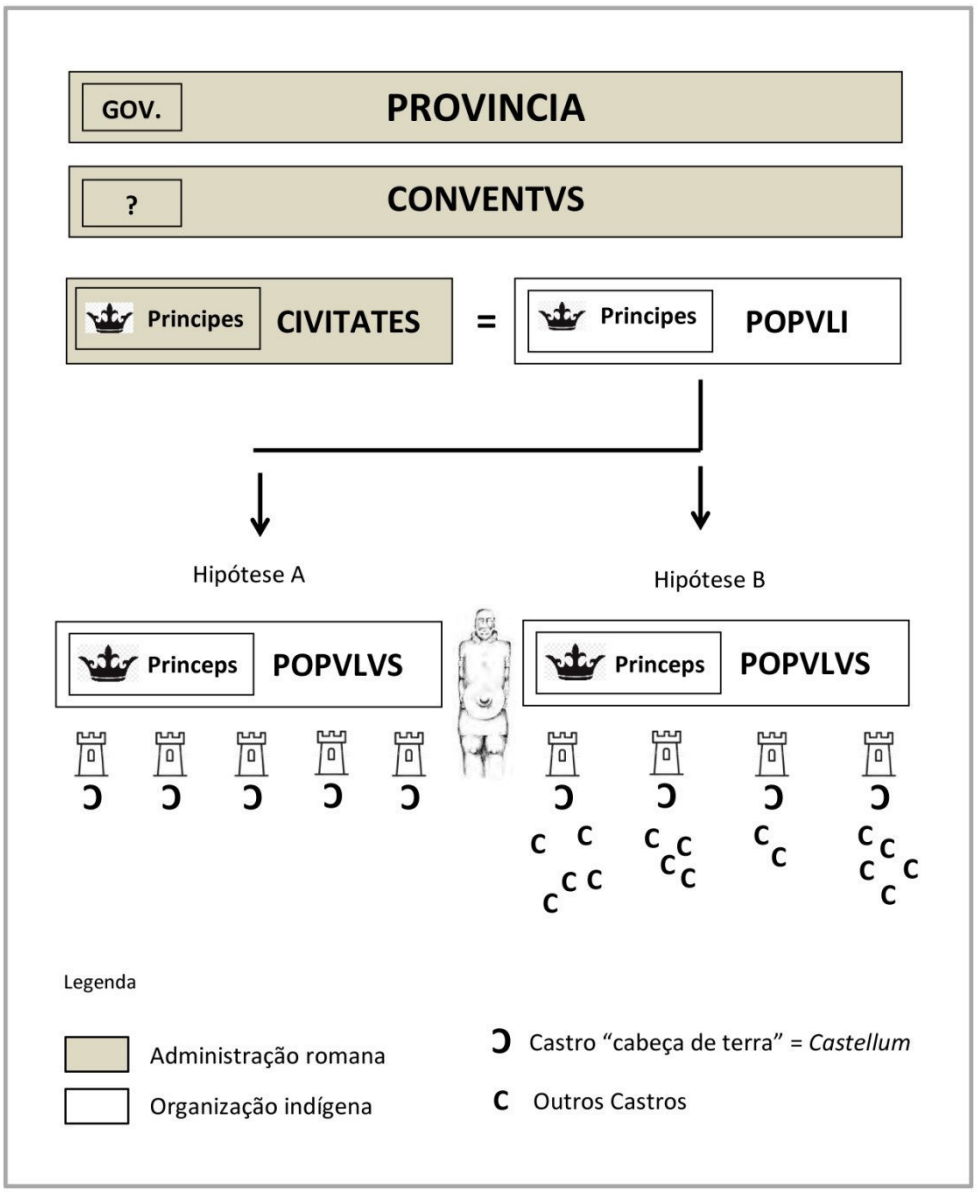


Fig. 49 - Esquema da organização administrativa romana no *conuentus bracaraugustanus* e correspondente organização sociopolítica indígena.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

4. O ENCONTRO COM ROMA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

4.1. CONTACTO, CONFLITO E CONQUISTA

> «*La période de la conquête romaine de la péninsule ibérique (218 – 16/13 a.C.) a sans nul doute correspondu à une reconstruction progressive des territoires qui la constituaient en même temps qu'elle vit s'opérer leur pacification, dont les rythmes locaux, examinés un à un, nous échappent*.» (LE ROUX, 2003 : 13).

Escolhemos esta frase, com que o historiador francês abre um dos seus numerosos estudos sobre a península, porque a mesma sintetiza vários aspetos essenciais que pretendemos destacar neste capítulo. A longa duração da conquista – com o gritante desfasamento cronológico entre a conquista das regiões mediterrânicas e as extremas do norte atlântico e cantábrico –; a progressiva *reconstrução* (geográfica, mental e administrativa) dos territórios que iam sendo incorporados, primeiro ao conhecimento, e depois ao domínio de Roma; a pacificação que se seguiu, nem sempre de imediato, à submissão militar; e por fim, a serena mas ineludível constatação de que o simples alinhamento de datas e batalhas deixa na penumbra os desenvolvimentos e particularidades de cada uma das regiões e povos submetidos (SANTOS YANGUAS, 1982a: 5).

É, por isso, razoavelmente difícil escapar a essa mais ou menos seca enumeração de datas e eventos militares, aqui e ali enriquecida com alguma observação pouco exploradas das fontes históricas; talvez pontualmente em articulação com dados arqueológicos recentes ou menos conhecidos. Não obstante, esse percurso cronológico-territorial é indispensável, porque vertebra e dá sentido à aproximação possível às comunidades indígenas e à sociedade hispano-romana que emergiu após a conquista e pacificação da Ibéria, ou a construção da própria *Hispania*, novidade e projeto tanto para os invasores como para os autóctones.

Nesta breve resenha da conquista peninsular, em que temos os galaicos e o seu encontro com Roma como mote principal, não necessitaremos, por certo, de regressar ao momento em que, no quadro das guerras, acesas e continuadas, com a potência cartaginesa, o primeiro exército romano, sob o mando de *Cn. Cornelius Scipio Caluus*, pisou solo peninsular, em 218 a.C. E sendo precoce – logo em 194, em *Ilipa* – o primeiro confronto das legiões com os Lusitanos, deixaremos igualmente na sombra a narração factual do longo período das guerras lusitanas, se bem que nos interessem mais na sua fase final, e a esses conflitos façamos menção em outras passagens deste texto.

Aliás, a extraordinária duração e dificuldade das guerras lusitanas deixou importantes traços, tanto nas fontes históricas como no aproveitamento nacionalista da figura de Viriato[333] e da gesta lusitana, que remonta, no caso português, ao século XVI[334], com larga perduração na memória e no imaginário coletivo até à contemporaneidade. Não obstante, para o tema da conquista e romanização do quadrante noroeste peninsular, a evolução do conflito com as

[333] Sobre a figura de Viriato e a sua receção na história, na etnografia e, em geral, no imaginário português, vejam-se, entre muitos outros estudos, GUERRA, FABIÃO, 1992; FABIÃO, 1992; PASTOR MUÑOZ, 2003 e LEAL, 2000. A clássica biografia de SCHULTEN teve, também, tradução precoce em língua portuguesa (1927).

[334] Vejam-se, sobre este assunto, entre vastíssima bibliografia, RAMALHO, 1985; MAYER, 2009 ou TARRÍO, 2010. Mas a alegada ligação de Viriato aos «Montes Hermínios» (serra da Estrela), e o mito do seu nascimento nessa zona portuguesa, devem-se à difusão do poema heróico *Viriato Trágico*, da autoria de Braz Garcia de Mascarenhas (1596-1656), um militar com pretensões literárias, que veio a público, postumamente, em 1699.

entidades étnicas agrupadas sob a designação geral de «lusitanos» terá, porventura, maior interesse do que aquele sugerido por algum afastamento geográfico.

Por um lado pela razão, sobejamente conhecida, de serem difusos e variáveis – como é próprio de uma geografia de guerra, e, até, do próprio conceito de *prouincia*, à época, os contornos e limites dessa Lusitânia; aliás, as comunidades étnicas e a espacialidade dos seus solares variaram significativamente entre os primeiros contactos e descrições deste extremo europeu, e a construção de um território «domesticado» à medida que as legiões avançavam para norte, do que são eloquentes testemunhos os escritos de Estrabão[335].

Por outro lado, os registos históricos de alguns episódios bélicos das «guerras lusitanas» sugerem, plausivelmente, que os mesmos podem ter afetado algumas regiões posteriormente relacionadas com outros conjuntos étnicos, designadamente do noroeste galaico. Ainda, certamente que o eco e a proximidade desses conflitos, ainda que mais meridionais, não podem deixar de ter interferido, de algum modo, com a vida e as expectativas dos povos do norte. Na realidade, se bem que alguns dos autores greco-latinos tenham sublinhado a atomização e o isolamento dos «bárbaros» montanheses das regiões mais setentrionais, do que o geógrafo da Amásia volta a ser expoente maior (III, 3, 5-6, *passim*), não só essas vozes devem ser escutadas criticamente; como sabemos bem, a partir da arqueologia da Idade do Ferro, que muito antes dos romanos dominarem a região, já o noroeste peninsular estava integrado numa ampla rede de contactos culturais e comerciais, tanto com regiões mais meridionais, como com as costas e ilhas do atlântico norte[336].

Na sequência destas considerações prévias, importa muito em especial, como observa Manuel Villanueva, que, a par dos ritmos da conquista, se tente apreender as dinâmicas do próprio processo de organização e reestruturação territorial, numa primeira fase analisadas a partir da documentação mais «fria» de origem oficial ou literária mas que, nos últimos tempos, descobertas como a do Bronze de Bembibre vieram abalar significativamente (PITILLAS SALAÑER, 2010a: 11-12), lembrando-nos, afinal, que a realidade do passado foi, certamente, bem mais complexa e diversificada do que por vezes convém aos nossos estabilizados quadros racionais (VILLANUEVA ACUÑA, 2016b: 59-60).

Na verdade, ainda que possamos suspeitar – julgo que legitimamente – que a futura *Callaecia*, ou, pelo menos, alguns (futuros?) *Callaeci* tenham, de alguma forma estado envolvidos nas guerras que se travavam mais a sul[337], temos de cingir-nos aos textos conservados, e estes, registam como primeira menção à conflitualidade com as comunidades mais setentrionais, a lacónica indicação de Apiano (*Iber*., 70), expressando que Quinto Servilio Cipião, no ano de 139 a.C., rompido o acordo de paz, resultante da *deditio* dos lusitanos, que, pouco tempo antes, Roma estabelecera com aqueles grupos, «arrasou os

[335] *Vd*. III, 1, 6; III, 3, 1-3, III, 4,20. Para uma síntese prática, entre muitas outras, consulte-se CRUZ ANDREOTTI; GARCÍA-QUINTELA, 2015.

[336] O estudo seminal sobre o tema é o, bem conhecido de NAVEIRO (1991), merecendo destaque, mais recentemente, contributos como os de ALMAGRO-GORBEA, 1995; GONZÁLEZ-RUIBAL (2004, 2006, 2007a); GONZÁLEZ-RUIBAL, RODRÍGUEZ MARTÍNEZ e AYÁN (2010); GARCÍA FERNÁNDEZ, SAEZ, RODRÍGUEZ-CORRAL e ALBUQUERQUE (2019) ou FERRER-ALBELDA e ALBUQUERQUE (2020).

[337] Quanto mais não fosse, talvez participando como mercenários, ou cativos, nos efetivos militares, tanto «lusitanos», como até, porventura, romanos. Como qualquer força militar em território estrangeiro, os exércitos romanos não podiam prescindir de elementos locais, designadamente para servirem como guias e intérpretes no contacto com as populações autóctones (PITILLAS, 2010a: 40ss.; COSTA GARCÍA, 2010: 105ss,; SANTOS YANGUAS, 2016: 66-68). Todavia, Apiano de Alexandria, por exemplo, registou que «o exemplo de Viriato servia para que outras moitas bandas percorreran e devastaran a Lusitania» (*Iber*., 73-74, segundo ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 53), não havendo razão para excluir os galaicos destas «outras moitas bandas» com que Apiano pluraliza os grupos indígenas em contenda.

campos» de Vetões e Galaicos[338], em missão de simples «reconocimiento e intimidación» (ALONSO TRONCOSO, 1996: 56), ou talvez em perseguição de Viriato (TRANOY, 1981: 126; FRANCISCO MARTIN, 1989: 70), uma vez que esta menção surge no contexto conclusivo das guerras lusitanas, sendo interpretada por Ana Romero e X. M. Pose como «*mais bem vinganza, ó non poder derrotar a Viriato nin sabe-lo perseguir*» (ROMERO; POSE, 1987: 52)[339].

4.1.1. *Decimus Iunius Brutus*

Logo no ano seguinte, regista-se a importante – e para muitos autores, decisiva – investida do consul *Decimus Iunius Brutus* contra os povos além-Douro, mas julgamos importante prestar alguma atenção à singular e detalhada descrição feita por Apiano (que não refere a celebrada «batalha do Douro») sobre o contexto e desenvolvimento das ações militares de Bruto. Trata-se, na verdade, de uma narrativa única e particularmente expressiva entre as fontes que temos ao dispor para este período, o que entendemos justificar a extensão da citação, tomada de GÓMEZ ESPELOSÍN (2016: 157-158):

> «*Y en emulación de las hazañas de Viriato otras muchas partidas de bandidos recorrían la Lusitania y la saqueaban. Sexto [Décimo] Junio Bruto, que había sido enviado contra éstos, renunció a perseguirlos a causa de la extensión del território, que abarcaban los ríos Tajo, Letes, Duero y Benis, todos eles navegables, ya que consideraba dificultoso el intentar capturarles pues cambiaban de lugar com rapidez como bandidos que eran, y vergonzoso en cambio para él si no los capturaba, pues ni siquiera en el caso de vencerlos se trataba de una hazaña gloriosa. Se volvió contra sus ciudades com la esperanza de que se tomaría venganza y de que obtendría además para sus tropas una ganancia abundante y que los bandidos se disolverían acudiendo cada uno a sua pátria en un momento de peligro. Ciertamente, com esto en mente saqueaba todo lo que se hallaba a su paso, mientras las mujeres combatían al lado de los hombres, perecían com ellos y no dejaban escapar ni un solo grito ni siquiera en el momento de la muerte. Algunos hubo, incluso, que se lanzaron hacia las montañas com lo que pudieron. Y cuando se lo pidieron Bruto les perdonó y dividió sus pertenencias*». (Ap., *Iber*., 71).

Como introdução a este excurso particularmente descritivo, Romero e Pose Mesura recolhem uma expressão de Apiano que traduzem como «*este foi o final da guerra de Viriato*» (1987: 53 = *Iber*., 69), esclarecendo que, a partir desse momento, os lusitanos passam a preocupação secundária e as forças romanas, agora comandadas pelo recém-chegado procônsul da Ulterior, se voltaram para outras «partidas de bandidos», ou seja, o próprio Apiano, terá, de certo modo imposto um «fim de secção» na sua estrutura narrativa[340].

---

[338] Martín FERNÁNDEZ CALO (2018: 52, n. 1) considera que esta expedição não terá ultrapassado o rio Lima, pela circunstância de Apiano e outros autores registarem que terá sido Décimo Júnio Bruto o primeiro romano a atravessá-lo, mas não é forçoso que se entenda que o ataque de Cipião terá corrido pelas regiões a poente dos montes ourensanos do Talariño, onde nasce aquele curso de água, considerando mesmo o envolvimento dos Vetões no episódio, se é que se tratou de um único ataque conjunto (SANTOS YANGUAS, 1982a: 11; 1982b: 78).

[339] Parece que estes autores, cuja obra segue sendo um indispensável e precioso *vademecum* para as fontes antigas do noroeste, se terão inspirado, para este comentário, nas considerações que, logo de seguida, Apiano fez sobre o enfrentamento de Júnio Bruto com os lusitanos.

[340] M. A. RODRÍGUEZ HORRILLO (2018: 215) sublinha a importância destas formas conclusivas na estrutura discursiva de Apiano; todavia, este excurso antropológico do alexandrino, aliás raro na sua obra, constitui uma interpolação cronológica (provavelmente colhida de Políbio), uma vez que, logo adiante, continua a tratar-se de Viriato (GARCIA MORENO, 2002: 142). A este propósito, deve notar-se que, certamente em resultado das edições de Apiano utilizadas

Assim o entendendo, devemos tomar o texto transcrito como relativo não já aos lusitanos – ou, pelo menos, não tão especificamente a esse grupo – mas referido igualmente aos povos originários das paragens mais setentrionais, tese aliás sustentada por Luis GARCIA MORENO, que diz ser aplicável aos *Bracari* esta descrição de carácter etnográfico (2002: 142).

A narrativa começa com a justificação legal, o *casus belli*, da posterior investida de *Iunius Brutus* contra os territórios além-Douro: a atividade de «bandos»[341] que percorriam as regiões da Lusitânia, atacando comunidades já submetidas pelos romanos, com o fim de as saquear. Este *topos* etnográfico, bem conhecido através de Estrabão (III, 3, 5 e 8)[342], tem sido geralmente admitido pelos estudiosos modernos, que aliás consideram que razões idênticas podem ter estado, ainda, na origem de campanhas militares posteriores, como a de César[343]. Segue-se uma nota sobre as dificuldades do procônsul da Ulterior em controlar aqueles grupos armados, já pela vasta extensão do território pelo qual se distribuíam, compreendido entre o Tejo e o Minho[344]; já, sobretudo pela atomização e grande mobilidade que detinham, circunstâncias que suscitaram a Apiano um comentário que diríamos algo jocoso, acerca do embaraço resultante da incapacidade de um exército bem treinado e equipado controlar tais grupos de «bandidos»; enquanto, por outro lado, a sua captura pouca glória acrescentaria ao comandante romano. Com estes considerandos, pretendia Apiano, afinal, justificar a estratégia militar seguida por Bruto, de atacar os povoados dessas comunidades, com o fim de desmoralizar e dividir os «guerrilheiros» indígenas. «*Com esto en mente*» – conjeturava Apiano – Brutus «*saqueaba todo lo que se hallaba a su paso*» (*Iber*., 71), sem, todavia, deixar de evidenciar gestos magnânimos, perdoando e deixando parte dos bens àqueles que se rendiam[345]. Estas ações, difíceis de situar espacialmente, poderão corresponder a uma primeira fase da intervenção militar de Brutus, ainda no ano de 138 a.C. e circunscritas aos territórios a sul do Douro.

Não são de todo claras as razões que terão levado o procônsul da Ulterior a atacar as regiões do norte. A explicação mais comum relaciona-se com a necessidade de estabilizar e pacificar a região (TRANOY, 1981: 126; FERNÁNDEZ URIEL, 2006: 42), impedindo que grupos militares galaicos acorressem às regiões mais meridionais, juntando-se aos Vaceus – contra os quais estava em marcha outra campanha militar (MARTÍNEZ MERA, 2001: 304) – ou atuando em paralelo com os «bandos» lusitanos ainda por submeter, sem que destas circunstâncias deva forçosamente admitir-se qualquer «coligação» mais ou menos institucionalizada, tão só, provavelmente, o aproveitamento de um cenário de guerra e de um território algo desestruturado por essas condições, para ações pontuais de saque ou

---

pelos diferentes autores, GÓMEZ ESPELOSÍN coloca esta expressão (ὁ μὲν δὴ Οὐριάθου πόλεμος ἐς τοῦτο ἐτελεύτα) mais adiante, no § 76, e não no § 73, como fazem Romero e Pose Mesura e resulta menos compreensível.

[341] Que poderiam incluir vários grupos étnicos, inclusivamente galaicos.

[342] *Cfr*. sobre as relações entre o bandoleirismo, ou banditismo, e os povos «bárbaros», na conceção de Estrabão, o estudo de António BALBOA SALGADO (1996: 103).

[343] Vejam-se, entre outros, RODRÍGUES COLMENERO, 1977: 33; TRANOY, 1981: 125-126; TORREZ RODRÍGUEZ, 1982: 23-24; SANTOS YANGUAS, 1982a: 6; 1988: 29; RICHARDSON, 1998: 64; MARTÍNEZ MERA, 2001: 303; PASTOR MUÑOZ, 2003: 32-35; PITILLAS SALIÑER, 2010a: 17; NOVILLO LÓPEZ, 2010: 210 e FERNÁNDEZ CALO, 2018: 60.

[344] Esta referência, aparentemente desnecessária, à navegabilidade destes quatro rios elencados por Apiano, pode tomar-se como alusão ao seu expressivo caudal, dificultando a travessia; ou poderá entender-se que também os autóctones os utilizavam para deslocar-se e, assim, iludir eventuais perseguições das tropas romanas?

[345] A referência à belicosidade e coragem das mulheres indígenas, na linha de comentários similares de Estrabão, pode talvez interpretar-se, por um lado, como recurso literário, destinado a provocar a surpresa nos leitores de Apiano; por outro, na linha da admiração que o alexandrino manifesta por Viriato e, por extensão, certos traços etnográficos dos lusitanos.

pilhagem[346]. Outros autores, porém, adiantam outras possíveis e plausíveis razões, como a pilhagem e a busca de glória militar (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2010: 261-262); ou a mera intenção «prospectiva» do território, para avaliação de recursos económicos e humanos (ALMEIDA, CB, 2016: 115).

Estabelecendo uma base de apoio junto ao Tejo, em *Móron* (Estrabão, *Geog*., III, 3, 1) – provavelmente o sítio arqueológico de Chões de Alpompé, em Santarém (GOMES, 2017: 61ss.)[347] – e ocupando igualmente *Olisipo*, à época já uma cidade importante como entreposto flúvio-marítimo (GOMES, 2017)[348], para garantir eventual apoio naval (Estrabão, *Geog*., III, 3,1)[349], *Decimus Iunius Brutus*, à frente de um exército de entre 15 000 e 20 000 homens[350], avançou para o norte. Apesar do silêncio das fontes sobre os detalhes da campanha, nomeadamente a eventual resistência que Bruto poderá ter encontrado na área dos *oppida turdulorum* (Mela, *Chorog*., III, 8), a maior parte dos autores sugerem que Bruto terá seguido pelo cordão litoral atlântico (SYME, 1970: 87; TRANOY, 1981: 127; SANTOS YANGUAS, 1988: 30-32; ALONSO TRONCOSO, 1996: 57; MANTAS, 2004: 434-435; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2010: 262; ALARCÃO, 2017: 83)[351]; se bem que outros admitam um percurso mais interior (Fig. 50), como António RODRÍGUEZ COLMENERO (1977: 34-36; 1979: 16), que propõe o assédio e o atravessamento do rio Douro por uma via mais oriental, quando muito desdobrando o exército em duas colunas, uma pelo litoral e outra pelo *hinterland* do território[352].

---

[346] Nesta linha, expressões como as que indicam que «os galaicos vieram em auxílio dos lusitanos» – levando à letra Orósio V, 5, 12 –, ou, mesmo, que «*los gallegos* [= *callaeci*] *instigaban a los lusitanos y a los vascos a luchar contra los romanos*» (TORRES, 1982: 26; 1952: 11) transmitem uma noção de solidariedade étnica ou espírito autonómico que as fontes disponíveis não nos parecem subscrevem.

[347] Embora existam, na região próxima ao estuário do Tejo, vários sítios com ocupação romano-republicana, o local de Chões de Alpompé, que ocupa um extenso planalto de mais de vinte hectares, apresenta as melhores condições para corresponder ao povoado de Móron, citado apenas por Estrabão. Após vários achados e intervenções arqueológicas pontuais antigas, o local tem vindo a ser objeto de um programa de investigação arqueológica desde 2015, patenteando estruturas defensivas (talude em terra e fosso) e depósitos estratigráficos compatíveis com a sua utilização ao tempo da campanha de Décimo Júnio Bruto (cfr. FABIÃO, 2004: 59-59; 2006: 110-111; PEREIRA, 2014 e, sobretudo, GOMES, 2017: 61ss., com vasta bibliografia e historiografia do sítio). Mais recentemente, em tese doutoral, foi feita completa revisão aos materiais arqueológicos exumados no local, confirmando a ocupação militar do sítio, plausivelmente, desde as campanhas de Bruto até ao período das guerras sertorianas (PEREIRA, 2018: 350ss.).

[348] Alguns autores – fundados num trecho corrompido de Estrabão (III, 3,1) que Schulten interpretou como podendo aludir à fortificação de *Olisipo* (GÓMEZ ESPELOSÍN *et al.,* 2015: 221) – admitem a possibilidade de construção de defesas na cidade por parte de Bruto, como é o caso, entre outros, de David HOURCADE (2004: 237, 243), mas talvez a informação do geógrafo possa ser tomada em sentido genérico, no sentido de ter reforçado alguns dispositivos defensivos, e não propriamente pela construção de uma cerca edificada permanente, o que, aliás exigiria consideráveis recursos de tempo e meios, entre outras condicionantes (GOMES, 2017: 59).

[349] A possibilidade da coluna de Bruto ter tido apoio, ou mesmo desdobramento, por via marítima (TORRES RODRIGUEZ, 1952: 11) parece inviável a RODRÍGUEZ COLMENERO, que todavia admite que embarcações de Gades, ou de outras cidades meridionais, o tenham acompanhado com provisões (1995a: 92-93), apoio naval igualmente apontado por Rui MORAIS (2007a: 102).

[350] As propostas variam entre cerca de 15 000 combatentes (TORRES, 1982: 28) e «uns 21 000 homens, duas legiões com aliados itálicos» (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2005: 314).

[351] A. Tranoy, na linha desta interpretação, sugere que o exército consular poderá ter transposto o Douro pela região de Cale (que localiza na atual cidade do Porto), propondo uma correção a um texto de Rufio Festo, aparentemente desenquadrado, que parece ligar a ação de Bruto à conquista romana da península «do Oceano até Gades» *(«rebellantes Lusitanos in Hispania per Decimum Brutum obtinuimos et usque Gadis ad Oceanum mare peruenimus»*, *Brev*., 5, 1), onde poderia, por lapso, ter Festo indicado *Gades* por *Cales* (TRANOY, 1981: 127), do que discorda M. CAVADA NIETO na sua exaustiva compilação das fontes históricas da campanha de Bruto (2009: 125, n. 37).

[352] O que se justifica, na ótica deste autor, pela localização geográfica que atribui aos *Callaeci*, na área do médio Douro português (*Vd*., nesta dissertação, pontos 3.3.1 e 6.4). Naturalmente, o atravessamento de um rio como o Douro por parte de um contingente militar levanta problemas particulares, que aliás discutimos em outro capítulo (*vd*. ponto 5.1.1), mas seria possível por ocasião da primavera, por exemplo, encontrar pontos onde a passagem se fizesse com segurança utilizando barcaças ou jangadas.

Passado o Douro – ou imediatamente antes do rio[353] – o exército consular teve de defrontar, segundo alguns autores clássicos, significativa oposição dos autóctones. Curiosamente, se bem que a fama militar de Bruto tenha deixado notável rasto na literatura posterior, justificando o epíteto de «Galaico» com que ficaria para a posteridade, são singulares as fontes que expressamente referem um combate em particular. Concretamente, cingem-se às informações de Apiano, que menciona confrontos entre Bruto e os Brácaros (*Iber*., 72-73) e descreve com largos detalhes o assalto a Talabriga; e à colorida pormenorização de Paulo Orósio, já no século V, acerca do que alguns autores modernos têm designado como «batalha do Douro»[354]:

> *«interea Brutus in ulteriore Hispania LX milia Gallaecorum qui Lusitanis auxilio uenerant asperrimo bello et difficili quamuis incautos circumuenisset opressit, quorum in eo proelio L milia occisa, sex milia capta referuntur, pauci fuga euaserunt»* (Orósio, (*Adv. pag*., V, 5, 12).

Esta passagem tem suscitado o acordo dos autores modernos, pelo menos, em dois aspetos. Por um lado, o exagero dos números apresentados por Orósio, não sendo crível – até pelos quantitativos demográficos do *conuentus* apresentados por Plínio dois séculos depois[355] – que as populações locais tivessem conseguido reunir um exército de perto de 60 000 combatentes, dos quais as forças romanas teriam morto 50 000 e feito, pelo menos, 6 000 cativos[356]. A celebração de um triunfo em Roma exigia, convencionalmente, o abate de 5 000 «inimigos do povo romano» (ARCE, 1986: 109), o que sustenta a ideia de um ou mais combates com baixas expressivas para os indígenas, o que alguma propaganda pode ter incrementado, mas o número de Orósio, apoiado num vago e distante «*referentur*» não deve ser levado a sério[357].

Por outro lado (mas não deixando de ter em mente, deve notar-se, o número de 60 000 combatentes avançado pelo autor do «*Adversus paganos*») tem sido sublinhado que os *Gallaeci* identificados por Orósio, não seriam só «*callaeci*» propriamente ditos, mas uma espécie de coligação informal de *povos* de além Douro, unidos conjunturalmente pelas razões suficientes de defender as suas vidas, famílias e bens perante um invasor estranho e sedento de pilhagem. Nesta mesma linha pronunciou-se Narciso Santos, escrevendo que o grupo que, mais encarniçadamente, deu combate a Bruto pode testemunhar a existência de «confederaciones de grupos gentilícios menores, constituídas precisamente com la finalidad de oponerse a un enemigo exterior» (SANTOS YANGUAS, 1982b: 79 e 1988: 30)

---

[353] Levando à letra a referência de Orósio (V, 5, 12) à circunstância dos galaicos terem vindo apoiar os lusitanos – a sul do Douro, supõe-se – defende-se também que essa batalha crucial possa ter sido travada na margem esquerda (TORRES RODRÍGUEZ, 1982: 26), o que não nos parece provável.

[354] Confronto que, a partir de uma passagem de Ovídio – *«tum sibi Callaico Brutus cognomen ab hoste fecit et Hispanam sanguine tinxit humum»* (*Fasti*, VI, 461-2), pode fixar-se em 9 de junho de 137 a.C. (SANTOS YANGUAS, 1988: 30).

[355] Segundo Plínio (*NH*, 3, 3, 28), manejando dados censuais, a população do *conuentus bracaraugustanus* cifrava-se em 285 000 pessoas, entendendo Pedro LÓPEZ BARJA (1999: 348-349) que neste número deve incorporar-se toda a comunidade, independentemente da expressão convencional «*capita libera*» usada pelo naturalista.

[356] Em continuação da nota prcedente, acrescenta-se que, bastará a divisão da cifra fornecida por Plínio pelas 24 *ciuitates* mencionadas na mesma fonte, ainda que, seguramente, fossem desiguais (menos de 12 000 pessoas) para apurar-se que, descontados mulheres, crianças e os demasiado idosos para combater, o efetivo militar de cada *populus* dificilmente poderia ultrapassar os 4 000 homens, ainda que seja muito provável, como também reconhecemos, que a força reunida para tentar deter os romanos pudesse confederar vários grupos.

[357] Comentámos até recentemente, com alguma ironia, que a tomarem-se como *callaeci* todos os membros de tão amplo contingente militar, a aparição na história desta unidade étnica teria coincidido, praticamente, com o seu genocídio (SILVA, 2020a: 458), possibilidade que, aliás, já Dolores DOPICO (1988: 61) havia colocado.

Todavia, a generalidade das fontes históricas aludem à razão do sobrenome de Brutus e à expedição que fez pelas terras do norte de uma forma bem mais genérica. Estrabão refere simplesmente a bravura dos galaicos em combate (*Geog*., III, 3, 2) e vários autores enquadram a ação do «*Gallaicus»* apenas no âmbito da conquista e submissão da Lusitânia, como Tito Lívio («*Decimus Iunius Lusitaniam expugnationibus urbium usque Oceanum perdomuit…»*, *Per*, 56); Plutarco («Era este [D. Bruto] o que, atacando a Lusitânia, foi o primeiro en atravessar cun exército o rio Lethes», *Quaestt. Rom*., 34), Rufio Festo («*Rebellantes Lusitanos in Hispania per Decimum Brutum continuimus*», *Brev*., 5, 1); ou associando ainda os galaicos à Lusitânia *(«Mox etiam D. Iunius Brutus de Callaecis et Lusitanis magna gloria triumphavit»*, Eutrópio, *Brev*. IV, 19). Certas fontes muito tardias parecem mesmo ignorar a Galécia, como o anónimo escoliasta comentador de Cícero, no século VII: *«Hic Brutus Gallaecus fuit cognomento ob res in Hispania non minus strenue quam feliciter gestas»* (*Pro Arch*, 27)[358].

O roteiro e atuação do exército de Bruto após a travessia do Douro apenas pode ser conjeturado com base em notícias muito fragmentárias quase exclusivamente de Apiano, o que tem levado diferentes estudiosos a sugerir os périplos mais extravagantes. De comum entre todos os relatos, a convicção que, depois da travessia do Douro, Décimo Júnio Bruto avançou até ao rio Lima,[359] e daí até ao Minho, seguramente o limite setentrional da sua marcha, sendo irrelevante para a nossa discussão se pontualmente chegou a fazer a travessia desta linha fluvial. Seguindo a Apiano, o trajeto entre o Douro e o Lima foi belicoso, «*combatindo* [Bruto] *moitas terras, esixindo moitos rehéns dos que se lle sometían*» (*Iber*., 72)[360] e – acrescentamos nós – não haveria razão para ser mais fácil o percurso do Lima ao Minho[361]. Atingido este rio, o alexandrino recorda que Bruto teve de voltar-se contra os Brácaros, que entretanto lhe haviam assaltado as provisões – aproveitando Apiano, não obstante o texto original possuir lacunas, para repetir, em breve excurso, a sua admiração pela valentia das mulheres indígenas (aqui supostamente as brácaras), que combatiam ao lado dos companheiros, suicidando-se e matando os seus filhos quando feitas cativas[362] – após o que informa que algumas das cidades que conquistara se haviam sublevado, obrigando Bruto a submetê-las de novo (*Iber*., 72)[363].

---

[358] Transcrições deste parágrafo feitas a partir das obras de ROMERO MASIÁ e POSE MESURA, 1987 (Plutarco), P. HILDEBRANDT (1907: 164) para os *Scholia Bobiensia* e os sítios eletrónicos *Latin Library e Lacus Curtius* para os restantes.

[359] Deixaremos para um ponto mais à frente no texto a discussão deste sucesso.

[360] Seguimos a tradução de MARTÍNEZ MERA (2001: 310), mas a numeração de GÓMEZ ESPELOSÍN (2016). A franja litoral compreendida entre os rios Douro e Lima está pejada de castros, alguns de grande dimensão, o que poderia explicar as dificuldades do trajeto. Por outro lado, esta passagem poderá dar alguma razão aos que defendem que a «batalha do Douro» ocorreu não após a travessia inicial do rio, mas no regresso da expedição de Bruto. Com efeito se os 50 000 mortos e 4 000 prisioneiros galaicos imaginados por Orósio correspondessem ao começo da campanha «transduriana», nos povoados da região não ficariam homens que pudessem obstar à caminhada das legiões.

[361] Onde também não escasseiam os povoados castrejos de apreciável dimensão e respeitáveis defesas, bastando, para tanto, examinar a cartografia dos levantamentos regionais (SILVA, 1986; ALMEIDA, CB, 2003a; CARVALHO, 2008a).

[362] Independentemente da eventual plausibilidade das mulheres indígenas combaterem conjuntamente com os homens, mormente em circunstâncias de grave ameaça às vidas e bens da comunidade, entendemos esta *enarrationes* essencialmente como recurso literário, salientando as dificuldades levantadas às tropas romanas mas sobretudo impressionando os leitores greco-itálicos de Apiano, nada afeitos a estas formas de guerrear.

[363] No processo narrativo de Apiano – ao contrário do que gostaríamos e se afeiçoaria melhor ao nosso raciocínio – a estruturação cronológica não é necessariamente importante (RODRÍGUEZ HORRILLO, 2018), pois se encadearmos estes eventos pela ordem com que os lemos, levantam-se questões complexas: se estes povoados que se revoltaram ficavam a norte do Douro, teria sido porque o primeiro ataque de Bruto não havia sido eficaz ou a batalha principal não se havia ainda travado? Ou estaria já Apiano a misturar ou a transmitir informações de outras fontes sobre eventos da Lusitânia que teriam obrigado Bruto a regressar?

Talvez neste quadro conjuntural – se pudermos tomar como cronológica a sequência narrativa de Apiano (RODRÍGUEZ HORRILLO, 2018: 210ss.), o autor da *História Romana* introduz o episódio do cerco e submissão de *Talabriga*, destinado talvez a contrabalançar com um exemplo de alguma magnanimidade, a violência, a mortandade e o saque que, naturalmente num quadro de guerra, caracterizariam a campanha militar. Este episódio, recorde-se brevemente, respeita a um povoado fortificado «*que muchas vezes se había puesto de su lado y muchas otras se había sublevado y le había causado problemas*», como seria então o caso. Talvez tendo posto cerco ao *oppidum* (Apiano não esclarece cabalmente), Bruto aceitou a *dedictio* do povoado, exigindo a entrega das armas, dos prisioneiros e desertores romanos e de reféns, após o que reunindo a população no exterior os ameaçou severamente, permitindo-lhes que ficassem no ópido a troco de conservar para si os cavalos, mantimentos e o tesouro público da cidade (*Iber*., 73).

A localização desta «Talabriga», tão coloridamente evocada por Apiano, é objeto de discussão desde há séculos, questão aqui relevante sobretudo por implicar com as movimentações do exército de Iunius Brutus. Tradicionalmente, este *oppidum* é situado na franja litoral entre os rios Douro e Vouga, tal como o mencionam Plínio (IV, 113) e o Itinerário de Antonino («via XVI»), entre outras fontes[364]; mas uma ara, achada nos inícios do séc. XX nas fundações da igreja de Estorãos, Ponte de Lima onde uma certa Camala, dita *Talabrigense*, faz um voto ao deus Tiauranceaico (PEREIRA, 1906; REDENTOR 2017a: II, 96, n.º 113), faz supor a existência de alguma localidade desse nome nas proximidades do Lima, o que sai reforçado se considerarmos o registo de, pelo menos, quatro monumentos epigráficos respeitantes a emigrantes talabrigenses, aparecidos na zona mineira de Rio Tinto, Huelva, nomeadamente um, que refere explicitamente um indivíduo proveniente do *castellum* de Talabriga, pertencente à *ciuitas* dos Límicos (LUZÓN NOGUÉ, 1975; ALBERTOS FIRMAT; 1975: 45; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997b: 274-275; GUERRA, 1998: 620). Entendemos, assim, como mais provável que se tenha desenrolado ainda no Minho o episódio narrado por Apiano, admitindo que, com nome similar, tenham coexistido ambas as povoações.

Como notámos, porém, a localização do ópido de Talábriga a par de outros elementos, tem levado a que os diferentes autores, ao analisar a expedição de Décimo Júnio Bruto, façam as conjeturas mais díspares, entendendo uns que o cerco a Talabriga teria ocorrido já no regresso do exército (TORRES, 1952: 16; SANTOS YANGUAS, 1982a: 13; 1982b: 80; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995a: 12); outros, para tentar compatibilizar a sequência dos factos descritos por Apiano, imaginando várias deslocações e retrocessos das legiões consulares (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2010: 262-263). Nesta mesma linha, também a «batalha» de 9 de junho tem sido colocada tanto à cabeça da expedição militar, imediatamente antes ou após a travessia do rio Douro (TORRES, 1952: 13; 1976: 15; 1982: 26), como na zona de Braga (BLANCO FREIJEIRO, 1971: 370), ou mesmo já após o regresso de Bruto, a sul do Douro (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2010: 262)[365].

[364] O debate sobre a hipotética localização do *oppidum* de Talabriga, no entre Douro e Vouga, tem sido objeto de animada discussão em anos recentes, dividindo-se a generalidade dos autores entre o sítio de Cristelo, Albergaria-a-Velha (PEREIRA, 1907; MANTAS, 1990b: 225-226; 1996: 630-640; 2012: 192-197) e o castro do Cabeço do Vouga, em Águeda (ALARCÃO, 1988a: 45, 223; 2004: 327; 2017: 85; LOPES, 1994; 1995; 1997; 2000a; 2000b). *Vd*., para revisão recente, GOMES, 2017: 70ss. e SILVA, 2015b.

[365] As andanças e peripécias das legiões de Júnio Bruto, interpretadas à luz da escassa documentação disponível, têm levado a numerosas propostas, algumas das quais mais ou menos extravagantes e insustentáveis, nomeadamente por parte de alguma historiografia galega do século XIX (DOPICO CAÍNZOS; SANTOS YANGUAS, 2014). Modernamente, admitindo-se a existência de algum confronto relevante que justificasse o triunfo celebrado em Roma, a maior parte dos autores opta por não fazer conjeturas sobre o local ou os pormenores dessa batalha.

A campanha contou ainda com outros «eventos» que particularmente a terão perpetuado na memória literária romana. Lúcio Floro narra o choque de Bruto quando contemplou, ao crespúsculo, o disco solar submergido pelo oceano:

> *«Decimus Brutus aliquando latius Celticos Lusitanosque et omnis Callaeciae populus formidatumque militibus flumen Oblivionis, peragratoque victor Oceani litore non prius signa convertit quam cadentem in maria solem obrutumque aquis ignem non sine quodam sacrilegii metu et horrore deprendit»* (*Epit*., I, 33, 12);

visão incomum que interpretou como sacrilégio ou mau presságio e o terá feito regressar mais cedo (MARTÍNEZ MERA, 2001: 305-306; BALBOA SALGADO, 1996: 84). Mais importante e de larga replicação, contudo, foi o episódio do atravessamento do rio Lima[366], em razão do seu nome poder confundir-se com o do mítico «rio do esquecimento» e, talvez, de alguma tradição local relacionada com antigas migrações túrdulas.

O mitema do «rio do esquecimento», é evocado com mais ou menos detalhes e em diferentes registos, por Salústio (*Hist*., 3, 44), Estrabão (III, 3, 4-5), Lívio (*Per*, 55 e *Pap. Oxy*. 137), Apiano (*Iber*., 72), Plínio (IV, 115), Sílio itálico (I, 235-6), Plutarco (*Quaestt. Rom*., 34) e Floro (I, 33,12), mas apenas Estrabão e Lívio explicitam episódios concretos relacionados com esse curso de água, referidos a tempos e contextos diferentes. Estrabão (III, 3, 5) reproduz, talvez, o mito fundador, através da informação de que um grupo de Túrdulos e Célticos, em surtida militar, ter-se-iam rebelado após a passagem do rio, após o que perderam o seu chefe «e quedaram por ali dispersos»[367], esquecidos das suas raízes[368]; Tito Lívio (*Per*, 56), por seu lado, dá força simbólica ao mito, elegendo-o como arquétipo da gesta latina *apud barbarum* e inscrevendo uma nova «estória» nos *memorabilia* da conquista, através da anedota, despudoradamente literária, de que os soldados de Bruto receavam passar o mesmo «rio do esquecimento», até que o próprio cônsul, arrebatando o estandarte ao signífero, atravessou o curso de água em primeiro lugar, convencendo assim as tropas a segui-lo (TORRES RODRÍGUEZ, 1982: 30-31)[369]. A isto se resume, praticamente, a tradição literária conservada sobre o *Lethes* limiano, sintetizada por Floro ao referir o Lima como «*formidatum militibus*», «pánico dos soldados» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA 1987: 94). Como comentam estes últimos autores, a multiplicação desta *estória* nos textos antigos significará, certamente, ter sido aquele episódio «*un feito moi comentado en Roma*» (*Ibidem*: 92) e para tal deverá ter contribuído, como suspeitamos, a proximidade de Iunius Brutus ao poeta e dramaturgo, Lucius Accius, como em outro ponto veremos[370].

Este tema fabuloso convoca questões de vária ordem, de natureza filológica; antropológica, ou mítica, se quisermos; e, pelo exposto, também de natureza literária. O primeiro âmbito de análise relaciona-se com a forma autóctone do hidrónimo (melhor dizendo, a forma como foi percebido e transcrito pelos primeiros «visitantes» mediterrânicos)

---

[366] Identificado em nosso trabalho anterior (SILVA, 2020a: 458, n. 33), por gralha não revista, com o rio Minho, o que aproveitamos para retificar.

[367] Segundo a tradução de A. ROMERO MASIÁ e X. M. POSE MESURA 1987: 33.

[368] Trata-se, sem dúvida, de um mito etnogenético, que funda numa migração mais ou menos intemporal o assentamento de uma comunidade numa dada região. O tema das migrações célticas e túrdulas para o noroeste perpassa várias fontes, como Estrabão (III, 3, 4-5) ou Pompónio Mela (III, 8) e tem dado azo a acesa discussão, que aqui não cabe retomar (PÉREZ VILATELA, 2000b: 211-218; PLÁCIDO, 2009b: 55-57; SILVA, AF, 2015).

[369] Victor Alonso, subscrevendo a plausibilidade da ocorrência efetiva do episódio, sublinha o profundo significado simbólico de Bruto, como primeiro comandante, tomar a iniciativa de empunhar um dos estandartes do exército (ALONSO TRONCOSO, 1996: 59).

[370] *Vd. infra*, ponto 6.4.

e a sua transcrição, ou adaptação, às línguas grega ou latina (GUERRA, 1996: 148; WITCZAK, 2003). Assim, os nomes *Limaia* (Λιμαιαν) em Estrabão, *Limia* (Pompónio Mela), *Limia* e *Limaeum* (Plínio) e *Limios* (Λιμιον) em Ptolemeu, têm correspondência em *Belion* (Βελιωνα) *Obliuium* (Οβλιονιωνα) e *Lethe* (Ληθη) em Estrabão, *Lethes*/Ληθηζ (Plutarco) e *Lethe*/Ληθην ou *Lethes*/Ληθηζ em Apiano, enquanto os autores de fala latina usam, geralmente, *obliuionis* (se no genitivo)[371]. Vários escritores antigos tiveram mesmo o cuidado de indicar as formas nominais original e traduzida às línguas comuns mediterrânicas, como Plínio (*«et Limaeam vocant, Oblivionis antiquis dictus multumque fabulosus»,* IV, 115), Sílio Itálico, que regista «*obliuia Lethes»* (I, 235-6), e em especial Estrabão: «el siguiente río es *Lethe* al que unos llaman *Limaia*, otros *Belio* (III, 3, 4)[372] e o papiro de Artemidoro, datável provavelmente de cerca de 100 a.C., regista igualmente aquelas três formas do hidrónimo (GUERRA, 2007: 117; ALARCÃO, 2010).

Amílcar Guerra tem vindo a sustentar a tese de que a correspondência entre o *Limaia*, *Limia*, *Limaeam* e formas aparentadas, mais ou menos latinizadas em relação à voz original assenta num equívoco entre dois rios, distantes cerca de 60 quilómetros, o Lima e, bem mais a sul, o antigo *Laetia*/*Letia*, forma atestada em documentação medieva e que evoluiu para *Leza* ou *Leça*, como se designa modernamente o curso de água pontuado, já perto da sua foz, pelo importante castro do Monte Castêlo/Guifões, em Matosinhos[373] (GUERRA, 1996; 2007). Da proximidade fonética entre *Letia* e *Lethes* – simplificando o aparato crítico filológico – teria resultado a aproximação ao mito do rio dos infernos, e do *flumen obliuionis*, por corruptela, o *belión* grego (GUERRA, 1996: 151-152; 2007: 117-120). Jorge de ALARCÃO, discordando de Guerra, insiste na identificação do «*Lethes*» com o Lima, fundado na alusão a um *castellum Letiobri* registado numa inscrição funerária aparecida em *Bracara Augusta* (2010: 116, *passim*), mas regressando à sugestão de A. Guerra, podem colocar-se duas questões emergentes da sua hipótese: ou o episódio da recusa dos soldados em atravessar para além do *Lethes* ocorreu, na verdade, no rio Leça (o que não impede que, posteriormente, a campanha avançasse até ao Minho); ou poderá ter sucedido em outro rio (o Ave, ou mesmo o Lima) e, por equívoco geográfico e linguístico, ter-se generalizado e difundido o erro de identificação.

A leitura mitográfica deste episódio, ensaiada particularmente por Marco Garcia Quintela, sugere que por detrás, da designação do rio *Lethes* (independentemente do local onde se situasse) poderá estar o termo **Letavia*, presente em muitos contextos célticos como referência religiosa ao «mais Além», podendo este mito pancéltico ter passado às narrativas de Estrabão sobre o noroeste cruzando-se com o mito grego do rio do esquecimento (GARCIA QUINTELA, 1986; 1997). Para o tema que aqui nos importa, Garcia Quintela coincide com a opinião de A. Guerra em considerar que o aparente desfasamento temporal entre a «tradição» dos túrdulos e célticos, chegados do sul da península e que haviam perdido a memória e a chefia após passarem o rio do olvido, e a campanha de Bruto pode ser erróneo. Tais túrdulos poderiam bem ter acompanhado as legiões romanas ao noroeste, como corpos auxiliares (GUERRA, 1998: 855-858; GARCIA QUINTELA, 1997: 152), trazendo o mito como «bagagem cultural», e a sua recusa em atravessar o rio pode, na verdade, ocultar uma possível rebelião que Bruto teve de suster (GARCIA QUINTELA, *ibidem*).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[371] Seguimos o útil quadro sinóptico de J. GOMES (2017: 89, tab. 3). Vejam-se, também, para a variedade de expressões hidronímicas, GUERRA, 1996 e 2007.

[372] Da tradução de Lasserre (1966), cit. por WITCZAK (2003: 357). Em outras traduções, «…Lethes, Limia… e Belión… » (ROMERO MASIÁ e POSE MESURA, 1987: 31), «…Olvido… Limea e Belión…» (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 227) ou «…Letes… Limea e Belião…» (CARDOSO, 1994: 67).

[373] *Vd. supra*, ponto 3.2.

Após a submissão de Talábriga – evento de duvidosa nobreza, se bem que elogiado como façanha por Apiano – segundo ainda o alexandrino, Bruto teria regressado a Roma. Mas assim não sucedeu – ou, se regressou à Itália, logo volveu à península – pois por alturas de 136 registamo-lo, acompanhando o cônsul do ano de 137 e seu cunhado, M. Aemilius Lepidus Porcina, a liderar o cerco à cidade vaceia de *Pallantia*, a oeste de Numância, ação militar feita contra a vontade do Senado e de más consequências, culminando com uma desonrosa derrota, que fez cair em desgraça a Emílio Lépido, destituído do comando e humilhado em Roma (Ap., *Iber*., 80-83).

A análise de estas e outras circunstâncias tem levantado algumas dúvidas sobre a cronologia da campanha de Bruto (SIMON, 1962: 160), tendo recentemente sido proposto que a celebrada batalha contra os «*Callaeci*» poderia ter tido lugar não no ano de 137 a.C., como geralmente se aceita, mas já em 136 (SAN VICENTE, 2014). Mais importante, talvez, o envolvimento de Décimo Júnio Bruto na pesada derrota de Pallantia não teria deixado de macular o seu êxito no noroeste, tornando pouco favorável o ambiente para celebrar um triunfo em Roma no imediato (CLARK, 2014 159-163). Talvez assim possa explicar-se o atraso de cerca de três anos na data com que tal triunfo é reconstituído nos perdidos *fasti triumphales*[374], se é que o triunfo foi mesmo celebrado (CLARK, *ibidem*), tema que em ponto próprio discutimos[375].

A arqueologia em pouco tem podido contribuir para um maior esclarecimento das rotas de Bruto na sua expedição ao Noroeste. M. CAVADA e A. MENÉNDEZ LLORENTE (2006) puseram em destaque a ocorrência de cerâmica campaniense A, compatível com a cronologia daquelas movimentações militares, no sítio de «O Castelo de Laias» (Cenlle, Orense), com a presença de elementos romanos de prestígio, porventura relacionados com o exército consular. Na verdade, trata-se de um dado a valorizar, atendendo a que aquele povoado é, na verdade, o local mais interior onde se conhece tais tipos cerâmicos, encontrando-se a distribuição de campaniense A, efetivamente, restrita a sítios costeiros ou do corredor atlântico mais imediato, como igualmente constatou, recentemente, J. GOMES (2017: 101; Figs. 14, 154). Na generalidade dos povoados castrejos escavados no litoral minhoto, não tem sido possível correlacionar, com segurança, eventuais níveis de destruição, com a época da campanha de Bruto, com exceção, talvez, do castro de Terroso (Póvoa de Varzim), onde uma «espessa camada de destruição» e incêndio generalizado, tem sido interpretada como coeva da passagem do «Galaico» pelo sítio, se bem que não existam datas absolutas nem indicadores materiais particularmente notórios para uma datação tão fina (GOMES; CARNEIRO, 2005: 110, 113). A estes dados, A. C. Ferreira da SILVA sugere também a ocorrência na região de algumas ocultações de tesouros de jóias de ouro como podendo relacionar-se com a instabilidade e a violência provocadas pela expedição romana (SILVA, 1984: 127-128), a que poderia somar-se o reforço das linhas defensivas de alguns castros, como o de Sabroso, Guimarães (SILVA, 2007: 30).

Recentemente, porém, foram trazidos ao conhecimento científico outros dados que podem iluminar esta questão. Em 1992, a construção de uma auto-estrada na zona do rio Mondego, entre Santa Olaia e a Figueira da Foz, permitiu a descoberta fortuita[376], no lugar de Maiorca/Arruelas, a uma profundidade de 3,5 ou 4 metros, de um conjunto de cerâmicas, maioritariamente de procedência itálica, composto por ânforas Dressel 1A, campanienses A (napolitanas) e ainda fragmentos de um *kalathos* ibérico. O achado deu entrada num museu

[374] Cfr. CIL, I^2: 176; PAIS, 1920, I: 191-192.

[375] *Vd. infra*, ponto 6.2.

[376] À época, a construção deste tipo de infraestruturas rodoviárias não era, normalmente, sujeita a medidas de salvaguarda arqueológica.

local e foi objeto de uma primeira publicação (IMPERIAL, 2010), recentemente ampliada em dissertação académica (IMPERIAL, 2017). Importa explicar que o local da ocorrência, presentemente uma planície aluvial, constituía um ponto litoral do paleoestuário flandriano do Mondego, perfeitamente acessível a embarcações durante a proto-história (IMPERIAL, 2017: 12), sendo por isso muito provável que o espólio fizesse parte da carga de uma embarcação naufragada.

A classificação do conjunto cerâmico, constituído, principalmente por fragmentos (bordo e colo) de quatro ânforas Dressel 1A, seis fragmentos de outras tantas peças itálicas de verniz negro e fragmentos de um mesmo *kalathos,* o único objeto que não faria parte da carga original, revelou um contexto perfeitamente homogéneo, do ponto de vista cronológico, podendo datar-se do período de 140-130 a.C. (*Idem*: 17). Segundo o raciocínio do mesmo Autor, a possibilidade de poder encarar-se o que foi recuperado desta carga de embarcação como mero circuito comercial parece pouco plausível; em contrapartida a coincidência temporal com a campanha de Decimus Iunius Brutus sustenta com alguma firmeza a hipótese de que «o naufrágio de Arruelas se trata de um navio de apoio militar, com um carregamento único, num único porto (se exceptuarmos o *kalathos*, embarcado durante a viagem)», à expedição do Galaico (*Ibid*.: 58).

Uma outra descoberta, aparentemente de interesse ainda mais direto para esta campanha militar, foi recentemente divulgada em diversos meios de comunicação social e redes digitais. No quadro de projetos de investigação que visam a deteção de estruturas militares romanas, nomeadamente acampamentos, com recurso a novas tecnologias digitais (nomeadamente as coberturas fotográficas *Lidar*), foi detetado e já objeto, pelo menos, de uma campanha de escavações arqueológicas, em 2020, um vasto campo militar romano, situado na Lomba do Mouro, no planalto de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, no extremo norte de Portugal.

O projeto, liderado por João Fonte, do coletivo *RomanArmy.eu* permitiu caracterizar um recinto de mais de 20 hectares, com duas ordens de muralha, uma das quais com uma espessura regular de 2,20 metros (Fig. 51). Datações absolutas por OSL permitiram datar esta construção, muito provavelmente, nos finais do século II a.C., constituindo assim, a confirmarem-se estes dados preliminares, não só o maior, como o mais antigo acampamento romano do noroeste ibérico, seguramente relacionado com a campanha de Brutus. Tal permitirá, com o avanço destas promissoras investigações – que apontam já para a possibilidade da localização de um outro acampamento, a uma dezena de quilómetros deste – não diremos, necessariamente, reescrever, mas obter, finalmente, arrimo material mais seguro aos textos literários[377].

Traçadas as principais problemáticas, uma reflexão se impõe, a de avaliar as consequências da campanha de Bruto para a conquista e assimilação do noroeste peninsular, pelo menos na sua porção compreendida entre o rio Douro e o Minho[378]. Mais uma vez, a singeleza das fontes conduz a divergentes especulações, que só a lógica e o bom senso podem delimitar. Não cremos, naturalmente, que a campanha de Bruto tenha «pacificado» ou deixado sob controlo romano aquela região. Para tal seria indispensável que o cônsul tivesse deixado no terreno uma força militar, o que pressuporia uma, mesmo incipiente, organização administrativa, inviável à época e a que nenhuma fonte alude. Opiniões mais matizadas, como

[377] O achado não foi ainda objeto, tanto quanto sabemos, de publicação científica formal. Podem, entretanto, consultar-se informações gerais no sítio eletrónico http://romanarmy.eu/pt/, com ligação para o vídeo *In the footsteps of the first war: the Roman army between Galicia and northern Portugal* (ed. e dir. de Manuel Gago, participação de J. M. Costa García e João Fonte) – https://www.youtube.com/watch?v=fXGZVPHf3Oc&t=804s

[378] Não há qualquer indicação de que a campanha de Bruto tenha afetado as regiões mais interiores, mas tal não pode também ser descartado.

a possibilidade do além-Douro ter ficado, desde então «sob a órbita romana» (VILLANUEVA ACUÑA, 2016a: 62), ou «sujeto nominalmente a la autoridade de los governadores de la Ulterior» (ALONSO TRONCOSO, 1996: 61), pouco dizem de concreto, se bem que possam admitir-se como reflexo de modificações cujas razões grandemente se desconhecem. Quando muito poderão talvez significar que nas décadas subsequentes poderão ter-se intensificado as relações comerciais das populações da região com os centros económicos mais meridionais (TRANOY, 1981: 128), mas esse processo desenvolvia-se desde há muito e a expedição de Bruto, provavelmente, em nada contribuiu para a sua aceleração.

Sem dúvida que o ataque ao entre Douro e Minho teve consequências imediatas e desestabilizadoras da sociedade e economia indígenas. Regressando, pontualmente, à sequência dos eventos, podemos imaginar que se o confronto principal ilustrado por Orósio teve lugar no começo da campanha (mesmo reduzindo para metade ou um terço o volume das baixas autóctones), a marcha das legiões até ao Minho ter-se-á feito com menor oposição, pois os povoados estariam desfalcados de defensores; se a «batalha do Douro» ocorreu já no regresso, provavelmente ter-se-ão verificado outros confrontos menores antes desse prélio maior[379].

Em qualquer dos casos, a expedição militar assentava em dois objetivos: enfraquecer ao máximo a capacidade bélica dos povos da região e reunir substancial saque com que gratificar devidamente os legionários e, bem entendido, também o seu comandante. Para o primeiro objetivo estratégico, haveria que submeter e obrigar a vassalagem as lideranças locais (o que parece altamente improvável, dadas as condições e a dificuldade de controlo posterior); ou então, eliminar, ou fazer cativos, um número significativo de combatentes. Por uma e outra razão, o avanço das legiões deve ter sido pontuado por assaltos aos povoados mais importantes, com o fim de esbater a resistência, atemorizar os habitantes e saquear os bens mais valiosos, nomeadamente adornos áureos, cuja fama provavelmente seria conhecida dos militares romanos. Neste quadro, é plausível que a destruição generalizada do castro de Terroso seja testemunho eloquente da ação de Júnio Bruto. Outra consequência imediata da campanha militar poderá ter sido a da fixação no entre Douro e Minho de elementos provenientes de outros contextos socioculturais. Admitindo ou não a proposta de Guerra e García Quintela[380], de que túrdulos e célticos poderiam ter acompanhado, como *auxilia*, as legiões de Bruto[381], provavelmente haveria corpos indígenas na expedição, inclusive lusitanos. Aliás, a exigência de entrega de desertores que Bruto, segundo Apiano, teria feito ao submeter Talabriga, não deverá referir-se, como se compreende, a militares itálicos. Estes elementos demográficos forâneos podem, deste modo, ter-se fixado em alguns dos povoados da região, a norte ou a sul do Douro[382], contribuindo para alguma miscigenação sociocultural das populações.

[379] Aliás, a única explicação que encontramos para assumir-se que Bruto terá «regressado» para sul do Douro, será a necessidade de reunir as tropas com a guarnição que teria ficado em Móron ou Olisipo; de outro modo, uma vez que o destino seguinte era *Pallantia*, que ficava a norte do Douro, nada obrigava o exército a atravessar aquele rio de novo.

[380] *Vd. supra*. GUERRA, 1996, 1998; 2007; GARCÍA QUINTELA, 1997: 152.

[381] Incluindo a sua eventual rebelião (e deserção), na hipótese deste último autor

[382] Nesta linha interpretativa – e não, necessariamente, de uma migração em massa – pode também, eventualmente, entender-se a presença dos «*Turduli Veteres*» mencionados nas *tesserae hospitales* como residentes no castro do Monte Murado, em Vila Nova de Gaia. *Vd. infra*, ponto 4.7.

4.1.2. A expedição de Públio Crasso

À semelhança da expedição de Bruto, também esta «expedição» de P. Licinius Crassus, procônsul da Ulterior entre os anos de 96 e 94 a.C., se enquadra no tipo de ações militares que «*non estaban estructuradas para organiza-lo sometemento e control definitivo das plazas tomadas, senón que mais bem se trataba de operacións de castigo ou de rapiña*» (MARTÍNEZ MERA, 2001: 297). Esta autora distingue ainda esta operação ao noroeste, bem como a seguinte, de César, pelo seu carácter de «não oficialidade», ou seja, considerando que o seu objetivo não foi essencialmente militar, de servir diretamente os interesses da República, mas obedeceu a interesses de outra ordem (*Idem*: 298-299). De modo algo distinto, TRANOY (1981: 129-130) admite que a intervenção de Crasso possa também ter tido por móbil reprimir algum levantamento lusitano e, seguindo uma indicação de Plutarco, impedir a prática ritual de sacrifícios humanos por parte dos *Bletonesii*, aparentemente um grupo étnico lusitano (Plut., *Quaest. Rom*., 83).

Estrabão é a única fonte com que contamos sobre esta iniciativa, e mesmo assim meramente telegráfica. Depois de, em vários pontos da sua obra mencionar as riquezas minerais do noroeste, designadamente o estanho, que se recolheria nas Ilhas Cassitérides (*Geog*., II, 5, 15, III, 2, 9), o geógrafo de Amasia descreve brevemente alguns costumes dos habitantes das dez ilhas *Kassitérides* (III, 5, 11), situadas «muito próximas umas das outras, a norte dos porto dos Ártabros», explicando que aí existem minas de estanho e chumbo, minerais que, juntamente com peles, os naturais trocariam por cerâmica, sal e objetos de bronze com comerciantes que aí aportavam. Acrescenta ainda Estrabão que esse comércio estaria reservado aos fenícios, que conheciam a rota marítima a partir de Gades, ocultando-a de outros interessados no trato; chegando mesmo a iludir e fazer naufragar quem os perseguia para descobrir o caminho até ao estanho. Persistindo os romanos no propósito de aceder diretamente às Cassitérides – prossegue o geógrafo – Públio Crasso

> «*chegando ata eles, coñeceu que os metais podíanse cavar a pouca profundidade e que a xente era pacífica, [e] ensinou com claridade ós interessados a navegación, ainda que era mais longa que a navegación ata Bretaña*.[383]» (*Geog*., III, 5, 11)[384].

O geógrafo de Amásia evoca aqui a importante questão da procura das fontes do estanho e dos lucros do seu comércio na Antiguidade. Sendo um mineral metálico raro no território europeu, o dióxido de estanho, ou cassiterite, ocorre com alguma frequência no noroeste peninsular, assim como na Bretanha e no sudoeste das ilhas britânicas, tanto na Cornualha como em algumas ilhas atlânticas (COMENDADOR REY *et al*., 2017: 136, fig. 2). Por isso, desconhecida com exatidão, em tempos mais antigos, a proveniência do estanho, era atribuída aos confins do Ocidente, zona liminar e eivada de mistérios, do que se faz eco, em meados do século V, Heródoto, ao reconhecer que «*sobre os países máis ocidentais de Europa non podo falar com exactitude* (…) *nin sei nada das illas Kassiterides, das que nos chega o estaño*»[385]. Estas ilhas Cassitérides, termo que não é toponímico, mas significa apenas «ilhas estaníferas», e que foram citadas, aliás, por outros autores[386], deveriam corresponder às que, quase um

[383] Quer dizer, era mais longe de Gades até às Cassitérides do que de ali até à Bretanha (ROMERO e POSE, 1987: 45), mas segundo MONTEAGUDO (1957a: 394), tal quereria dizer que as Cassitérides (que o A. situa na costa galega) distavam mais de terra do que a largura do canal da Mancha.

[384] Tradução de ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 44.

[385] Heródoto III, 115. Citado de A. M. ROMERO MASIÁ e X. M. POSE MESURA (1987: 17).

[386] Designadamente Diodoro (*Bibl. Hist*., V, 38, 1 – 5), Plinio (*Hist. Nat*., IV, 119; VII, 197), Mela (*Corog*., III, 47), Ptolemeu (*Geog*. II, 6, 73) e ainda Solino (*Colect*., IV, 12). *Vd*., para as fontes sobre o estanho e as Cassitérides, entre outros autores, os estudos de DION, 1952; MONTEAGUDO, 1957a e 1957b; PLÁCIDO SUÁREZ, 2009, ALBUQUERQUE;

milénio depois, Rufo Festo Avieno, na *Ora Marítima*, refere como «*Oestrymínias*» (Av., 80-200, em particular 113-119), designação tanto geográfica como étnica (ALVAR, 1980: 44). Notícias vagas e narrativas míticas envolvem a procura e controlo desta rota do estanho, como as da viagem de Himílcon e Hannón (Plínio, II, 169) ou, no século IV, os périplos dos massiliotas Eutímedes e Píteas e provavelmente outros periegetas e navegadores mais ou menos aventureiros (MAGNANI, 2002; PRONTERA, 2006; KEYSER, 2011; FERRER, ALBUQUERQUE, 2020).

Todavia, ao longo do primeiro milénio antes da nossa era, a fachada atlântica da Ibéria participou de rotas comerciais estáveis, tendo certamente o estanho como um dos produtos transacionados, inicialmente sob a égide fenícia mas progressivamente controladas pelas embarcações de Gades (ALVAR, 1980: 48; FERRER ALBELDA *et al*., 2019, 84), situação a que as autoridades romanas, na sua progressiva conquista e implantação na península, a partir do século II a.C., não podiam de todo ser alheias. Aliás, não só do ponto de vista económico, como também estratégico, o domínio das rotas, dos portos e do comércio atlântico nor-ocidental revelava-se essencial para a conclusão do império latino sobre a região (MORAIS, 2007a).

O tema da localização das ilhas Cassitérides mencionadas no apontamento de Estrabão, objeto de profundo e aceso debate, é essencial para esclarecer o contexto e a própria veracidade da «expedição» de Crasso, certamente a única documentada entre ensaios que devem ter sido repetidos (TRANOY, 1981: 130). Tradicionalmente, apontava-se a situação das Cassitérides em umas ilhas situadas a sudoeste da Cornualha, onde inclusivamente chegaram a realizar-se escavações arqueológicas, com o fito de descobrir evidência desta exploração, na transição do século XIX para o século XX (ALBUQUERQUE; FERRER, 2019: 218). Outros autores vieram, entretanto, a defender a sua localização nas costas galegas, num debatido arco que se estende desde a Corunha a Pontevedra e às ilhas Cíes (MONTEAGUDO, 1957a; 1957). Mais recentemente, abandonada um pouco a «arqueologia filológica», os esforços dos investigadores têm-se centrado mais, com assinalável êxito, na procura de evidências materiais desses eixos comerciais desenvolvidos ao longo de todo o primeiro milénio (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2004, 2006, 2007a; GONZÁLEZ-RUIBAL, RODRÍGUEZ, AYÁN, 2010) e, bem assim, na pesquisa de testemunhos da mineração do estanho em período pré-romano (COMENDADOR REY *et al*., 2017)

Não entrando, pela nossa parte, no debate sobre a localização das Cassitérides, devemos observar, porém, que a sua localização em espaço extra-peninsular deixaria sem sentido a informação de Estrabão, pois não poderia Crasso, naturalmente, extravasar o seu *imperium* para além da província que lhe coubera governar[387]. Tal não obsta, por hipótese, a que o procônsul tenha atingido qualquer área costeira do noroeste além Minho, com mineralizações ou mesmo explorações de estanho em curso, e que Estrabão, por equívoco com as suas fontes de informação, tenha tomado esse achado pelas referências antigas às famosas Cassitérides.

Publius Licinius Crassus Diues, cônsul em 97, governou a Hispânia Ulterior entre 96 e 94 a.C. Pertencendo a uma *gens*, os Licínios, que enriqueceu notoriamente nos finais da República[388], não se lhe registam particulares feitos no governo da província, para além do

USC

FERRER ALBELDA, 2019 e 2020; FERRER ALBELDA; ALBUQUERQUE, 2020. Compacta mas atualizada síntese na edição da *Geographia* feita por GÓMEZ ESPELOSÍN, CRUZ ANDREOTTI e GARCÍA-QUINTELA (2015: 322, n. 60).

[387] Dúvidas similares quanto à viabilidade de uma expedição tão distante e perigosa, por parte de Crasso, enuncia TRANOY (1981: 130).

[388] Houve quem especulasse, até, que nas fontes dessa grande riqueza familiar poderia estar também o estanho ibérico (TORRES RODRÍGUEZ, 1952: 96; MARTÍNEZ MERA, 2001: 307) o que não pode sustentar-se nas fontes.

mencionado por Estrabão. A pequena nota do geógrafo, aliás, revela à leitura do nosso tempo, uma aparente ingenuidade. Podendo compreender-se por alguma malevolência a alusão ao segredo comercial dos gaditanos e ao empenho com que o mantinham (III, 5, 11), já o «*ensinar ós interessados a navegación*», só pode interpretar-se como uma alegoria ao facto da progressiva conquista romana – e ainda antes da conquista o conhecimento do território e, porventura, o aprofundamento de laços comerciais com os autóctones mais empreendedores – ter efetivamente começado a ampliar as rotas atlânticas e a frequentação dos sítios costeiros mais a norte aos interesses económicos romanos. Porém, quanto ao alcance da «expedição» de Crasso para a integração dos povos do noroeste nada sabemos. Podemos conjeturar que apenas terá afetado as populações costeiras, mas desconhecemos se teve algum carácter militar, se suscitou eventuais confrontos ou se – entrando na classificação das ações «não oficiais», como sugerido por Josefa MARTÍNEZ (2001: 298-299) – poderemos considera-la motivada por mera intenção exploratória (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995a: 93) ou agenciamento económico por parte de Públio Licínio.

4.1.3. A campanha de César

Poucas décadas volvidas da suposta «descoberta» da rota do estanho pelos Romanos, conhecemos outra missão ao noroeste, esta indubitavelmente de natureza militar e com propósitos, talvez, melhor definidos, segundo as fontes disponíveis.

Na primavera do ano de 61 a.C. Júlio César regressou à península (onde estivera já em 68, desempenhando funções de questor) para exercer a propretura da Hispânia Ulterior, como lhe coubera em sorte (Suet., *Vita Diui Iuli*, 18, 1; TRANOY, 1981: 131, n. 40; FERREIRO LÓPEZ, 1988: 363). Seguindo a Suetónio (*Ibidem*), a partida de Roma terá sido algo apressada, aparentemente por dívidas pessoais pelas quais César começaria a ser questionado e que, em parte, teve de satisfazer (MARTÍNEZ MERA, 2001: 308; TRANOY, *Idem, ibid*.; NOVILLO LÓPEZ, 2010: 208). Na opinião de Josefa Martínez e outros autores, estas circunstâncias terão levado a que o principal objetivo de Júlio César durante a sua curta estada na península fosse o de arrecadar riquezas que lhe permitissem pagar os encargos que deixara em Itália, para o que contaria, à cabeça, com informações precisas de amigos gaditanos e da própria família Crasso (MARTÍNEZ MERA, *ibid.*)[389].

O principal informador sobre os atos de César na península é Díon Cássio, autor da primeira metade do século III, que numa passagem da sua *História Romana*, (XXXVII, 52-53) descreve, com certo detalhe, as atividades do governador, distribuídas em três ciclos, aparentemente cronológicos. Chegado a *Corduba*, César rapidamente preparou e aumentou um exército para a sua missão. Plutarco dedicou poucas, mas significativas, linhas à presença de César na Hispânia, resumindo que o governador não perdeu tempo e

> «em poucos dias, juntou dez coortes às vinte anteriormente existentes e, empreendendo uma campanha contra os Galaicos e os Lusitanos, conquistou-os e avançou até ao mar exterior, submetendo povos antes não sujeitos aos Romanos» (Plut. *César*, XII, 1)[390].

Este expedito acréscimo do efetivo militar – feito certamente pela contratação de mercenários ou exigência de homens aos povos *amici romani* (GARCÍA MORENO, 1988: 82) – aumentou a força romana em cerca de mais uma legião, o que, com os *auxilia* deve ter

[389] Que, aliás, o ajudara financeiramente em Roma (TRANOY, 1981: 131). *Vd*. também M. FERREIRO LÓPEZ, 1988: 365 e M. A. NOVILLO LÓPEZ, 2010: 208; 2012: 441-442.

[390] Usamos a recente tradução portuguesa de Maria de Fátima SILVA e José Luís BRANDÃO (2019).

garantido a César cerca de 20 000 homens, com os quais avançou contra os povos mais a norte, não pela ordem indicada por Plutarco.

A repressão dos grupos de «bandoleiros» que assolavam a Turdetânia e as regiões a norte do Tejo, áreas ainda grandemente fora do controlo romano (FERREIRO LÓPEZ, 1988: 365; LE ROUX, 1982: 35) constituiria a principal – ou pelo menos a primeira[391] – missão do novo propretor da Hispânia Ulterior, e, independentemente dos apelos que para tal ação lhe possam ter chegado da própria península (Suet., *Diui Iuli*, 18, 1), representou a verdadeira *causa belli*. Assim, Díon Cássio refere que, num momento inicial, César desenvolveu ações de carácter militar com aquele fim, ainda na Lusitânia, na área dos Montes Hermínios (atual Serra da Estrela). Segundo o historiador romano, embora na região se verificasse algum bandoleirismo, «*que sempre os había entre eles*» (*Hist. Rom*., XXXVII, 52-53)[392], César terá provocado os locais para satisfazer a sua ambição e justificar a violência, contando o mesmo Cassius, entre outros aspetos, que o governador terá obrigado as populações autóctones a abandonar os seus povoados de altura e a estabelecer-se nos vales, perseguindo-as de diferentes modos e atacando os núcleos principais (*Hist. Rom*., XXXVII, 52-53).

Para escapar aos ataques romanos, alguns destes bandos terão passado com as suas famílias e bens para norte do Douro[393], e, se bem que o texto de Díon Cássio não seja claro, a maior parte dos autores interpreta esta passagem no sentido de que também César, transpondo o rio, os assediou pelo território dos *callaeci*, dos *bracari* ou outros povos locais (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 110; SANTOS YANGUAS, 1988: 34; FERREIRO LÓPEZ, 1988: 368; NOVILLO LÓPEZ, 2010: 215-216; 2012: 446)[394]. Terá, depois, regressado aos territórios lusitanos a sul do Douro e, num segundo momento, terá perseguido um desses grupos de «bandoleiros» até ao litoral, refugiando-se os autóctones numa ilha perto da costa (ordinariamente identificada com Peniche[395] ou as Berlengas); não tendo César meios navais suficientes para dominar os fugitivos, teve de aguardar que de Gades, provavelmente graças ao apoio dos *Balbi* (TRANOY, 1981: 131), lhes chegassem embarcações para o efeito (*Hist. Rom*., *ibidem*).

---

[391] Para M. A. NOVILLO LÓPEZ, o verdadeiro objetivo de César era atingir a *Gallaecia*, como viria a suceder (2010: 214; 2012: 445).

[392] Seguimos, como noutros casos, a tradução do texto grego apresentada por ROMERO MASIÁ e POSE MESURA (1987: 109). O tema do «bandoleirismo lusitano» constitui um *topos* etnográfico, e bem assim, assumido depois como geopolítico, que radica, na primeira dimensão, nas informações transmitidas por Diodoro da Sicília (*Bib. Hist*., V, 34, 6-7) e Estrabão (III, 3, 5). Os autores modernos têm vindo a propor variadas interpretações para aquele fenómeno, que passam pela estrutura socioeconómica dos povos indígenas, as condições orográficas e produtivas das regiões, o desigual acesso à riqueza ou mesmo fatores de ordem cultural e simbólica, sendo relativamente comum, a partir das diferentes aproximações, a perceção da atuação disruptiva das forças conquistadoras e a criação de uma «sociedade de fronteira», ou «zona tribal» (GONZÁLEZ GARCÍA, 2011), que só uma efetiva romanização, em momento posterior, viria a estabilizar. A bibliografia sobre o tema é muito vasta, tanta à escala nacional como hispânica, podendo citar-se, no âmbito peninsular, entre os trabalhos mais referenciais ou modernos, os de António GARCIA Y BELLIDO (1986 [1945]), J. M. ROLDÁN HERVÁS (1985a: 108-109), Luis GARCÍA MORENO (1988), Juan SAYAS ABENGOCHEA (1988), Marco GARCÍA QUINTELA (2015a), Gabriel VIVES FERRER (2015) e Eduardo SÁNCHEZ MORENO (2016). *Vd*. também NOVILLO LÓPEZ (2012: 444, n. 21) com outra bibliografia recente sobre o tema.

[393] Se é que daí não eram já naturais.

[394] A relevância desta surtida cesariana a terras galaicas, a ser verídica, é a de ter representado a primeira expedição às regiões interiores nortenhas após a de Júnio Bruto, se bem que FERREIRO LÓPEZ (1988: 368, n. 47) adiante que tal penetração não terá sido muito grande, com o que estamos de acordo, a avaliar pela rapidez com que tais ações terão sido desenvolvidas.

[395] Peniche, à época, era certamente uma ilha, segundo os dados paleoambientais disponíveis (BLOT, 2003: 219; 2004: 469), formando, com a Berlenga, um importante fundeadouro, de onde são provenientes numerosas ânforas e cepos de âncora em chumbo. O povoamento de época romana estendia-se por ambas as ilhas (BUGALHÃO; LOURENÇO, 2011; v. também MORAIS, 2007a: 109-110).

O terceiro momento da narrativa do autor da *História Romana*, e que mais nos interessa de momento, menciona em breves linhas que

> *«…dende ali [a ilha]*[396] *navegando ó longo da costa, cara Brigantio, cidade da Callaecia, atemorizounos e someteunos polo ruxido da navegación xa que endexamais viran unha escuadra»* (*Hist. Rom*., 37, 53);

informação que não autoriza particulares extrapolações, podendo destacar-se a circunstância de, navegando pelo sistema de cabotagem[397] (Fig. 50), ter chegado ao golfo dos Ártabros, a *Brigantium*[398], com tropas correspondentes a cerca de três legiões (TRANOY, 1981: 131), tendo a submissão da cidade sido aparentemente facilitada pelo temor dos naturais à vista de uma esquadra[399], o que, se não lhe garantiu uma retumbante vitória, não terá impedido a aclamação do exército como *imperator* (Plut. *Caesar*, 12), para o que não terá deixado de ser relevante uma certa ousadia de, quebrando barreiras e receios tradicionais, ter levado as legiões romanas à verdadeira *finis terrae* (TRANOY, 1981: 131). Na expressão de Manuel Ferreiro, seguindo a visão algo épica de Mommsen, César partira para as costas «*de los casi desconocidos galaicos* (…) *a la conquista de un território nuevo y enclavado en lo que constituía la zona de expansión natural de su provincia, [cuja] anexión le conferiria [prestigio] ante la opinión pública romana*»[400].

Como corolário e resultado da ação de César na fachada atlântica da península e no noroeste que podemos concluir de positivo? À visão, sempre crítica, de Díon Cássio, enfatizando a revolução que o governador terá imposto ao *habitat* e formas de vida tradicionais dos lusitanos mas não deixando de aproveitar todas as ocasiões para castigar as populações e evidenciar as assimétricas relações de poder e domínio que desde aí deveriam institucionalizar-se, Manuel Ferreiro matiza a intenção pacificadora de César, expressando que este, ao obrigar as comunidades a baixar dos montes para se instalarem nos vales, teria a intenção de entregar-lhes terra suficiente para que não voltassem, pela falta desse recurso a roubar as terras vizinhas (FERREIRO LÓPEZ, 1988: 367-368)[401]. Na mesma linha, mas levando ainda mais longe esta perspetiva, M. A. Novillo interpreta a ação de César (por oposição à de D. I. Brutus), e designadamente entre os lusitanos, num plano igualmente pacificador, diplomático e administrativo, atribuindo-lhe a aplicação a esses povos dos «*modelos cívicos, urbanísticos y administrativos que implicaba la ciuitas romana*», concluindo mesmo que durante os anos de 61-60 a.C. «*estos territórios experimentaron una nueva reorganización basada ahora en el modelo de la* ciuitas *romana*» (NOVILLO, 2010: 211), o que exemplifica, aliás, com os casos de vários povoados vetões dos atuais territórios

[396] Narciso SANTOS YANGUAS (1988: 34) interpretou o texto de Díon Cassio de forma diversa, considerando que César terá aguardado pelas embarcações chegadas de Cádis a norte do Douro (o que deixaria sem efeito ou explicação a fuga para a ilha atlântica apontada pela fonte).

[397] Mais que uma necessidade incontornável do trajeto, esta opção terá obedecido à oportunidade de ataque e esbulho das povoações costeiras, como sugere também Josefa MARTÍNEZ (2001: 309).

[398] Aparentemente a atual Corunha (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 110, com bibliografia), cujo principal núcleo seria o castro de Elviña (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995a: 94).

[399] O que faz supor que a dimensão do contingente militar – e consequentemente o número de embarcações envolvidas – deveria ser impressionante, a ponto de assustar e, talvez, desincentivar uma maior resistência. Tratar-se-ia, porém, de naves comerciais, gaditanas, armadas militarmente (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995a: 93-94).

[400] FERREIRO LÓPEZ, 1988: 371, citando T., Mommsen, *Historia de Roma*, VII, Madrid, 1983, p. 294.

[401] Visão cândida, devemos reconhecer, das relações de poder entre conquistadores e «conquistandos». Naturalmente, as comunidades indígenas não tinham ainda a noção clara do conceito de *ager publicus* e do modo como Roma podia dispor livremente das terras anexadas, pelo que esta *narrativa*, lida de modo linear, significa exatamente que César *generosamente* atribuía às populações locais parte das terras que acabava de roubar-lhes.

abulense e da província toledana (Raso de Candeleda, Arroyo Manzanas, Consabura ou Caesarobriga), nos quais,

> «*durante los meses en que puso en marcha sus expediciones como propretor de la Hispania Ulterior, se documento el rápido abandono de vários poblados de alto (…) com el fin de adoptar el modelo de ciudades en llano que sirvieran de centros-cabeceras de los territórios circundantes*» (NOVILLO LÓPEZ, 2012: 445).

Não pomos em causa que estas alterações possam, mais ou menos pontualmente, ter-se verificado naquela região[402], mas duvidamos, como facto geral e generalizado, que num curto período de dois meses[403], o génio organizativo de César possa ter implementado transformações dessa ordem de grandeza, a menos que em cada um desses povoados tivesse deixado representantes legais, com poderes instituídos, e guarnições militares para impedirem os autóctones de regressarem aos seus castros de sempre, do que não há constância.

Do mesmo modo, julgamos excessivo interpretar a surtida marítima a *Brigantium* (já que a eventual transposição terrestre do Douro parece ter sido pontual)[404] como conclusiva para a submissão dos galaicos (FERREIRO LÓPEZ, 1988: 372), mesmo na sua franja mais atlântica (NOVILLO, 2010: 217). Pelo contrário, parece difícil, à face destes dados, escassos e relativamente vagos, concluir que a «*razzia* marítima» de César (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995a: 93; ALONSO TRONCOSO, 1996: 65) no noroeste tenha tido especial impacte nas populações autóctones, para além da violência – porventura nem sempre justificada – e do saque a todo o custo[405]. Atitude predatória que, certamente, não terá deixado imagem positiva da potência invasora e, igualmente, terá suscitado críticas veladas à atuação de César após o regresso a Roma, se bem que o mesmo não deixasse de, posteriormente, financiar com o pecúlio recolhido a sua carreira política[406]. Entende Tranoy, não obstante, que, como corolário da campanha de César, a Lusitânia ficou definitivamente pacificada e a *Gallaecia* finalmente acessível pelas rotas de sul, o que o mesmo historiador associa à presença de tesouros monetários republicanos na parte mais meridional da região e à própria urbanização, em novos moldes, de castros como Briteiros ou Sanfins (TRANOY, 1981: 132)[407]. Do mesmo modo, outros autores – admitindo que se desconhece por completo a situação do noroeste entre a campanha de César e o começo das guerras cântabras (AMELA

---

[402] Para a qual, aliás, o autor apresenta vasta bibliografia justificativa, que naturalmente não iremos aqui explorar (*cfr*. NOVILLO LÓPEZ, 2012: 445, nota 33).

[403] Segundo a apertada cronologia da propretura de César delineada por FERREIRO LÓPEZ (1988).

[404] Ao contrário do que parece sugerir Miguel Ángel Novillo, ao dizer que «*en estos parajes las tropas cesarianas derrotaron facilmente a los pueblos rebeldes y contrários a la gestión romana* [*sic*] *incrementando sobremaneira la captura del botín*.» (NOVILLO, 2010: 216).

[405] Nesta perspetiva, não cremos que a aparente falta de resistência das comunidades locais à expedição de César possa ser tomada, necessariamente, como índice de uma «influência romana» já bem estabelecida (VILLANUEVA ACUÑA, 2016a: 62-63), mas concordamos com este investigador quando diz (*ibidem*) que eventuais resistências autóctones posteriores, designadamente por parte de *castella* mais do interior, possam ter sido vencidas por atos militares que justificaram a celebração, em Roma, de triunfos no noroeste hispânico cujo motivo exato se ignora (cfr. TRANOY, 1981: 131-132; AMELA VALVERDE, 2014: 69-71; PEREA YÉBENES, 2017).

[406] Cfr. J. M. ROLDÁN HERVÁS, *História de Roma, I – A República Romana*, Madrid, 1991, p. 557 (cit. por MARTÍNEZ MERA, 2001: 309).

[407] No que respeita à nova urbanização, segundo planos relativamente hipodâmicos, de alguns dos castros da região, que efetivamente terá tido lugar por esta época, não nos parece razoável entendê-la como consequência direta da ação de César. Admitimos porém, com outros autores, que as mais frequentes movimentações militares romanas na área, a partir da campanha de Bruto, possam ter potenciado dinâmicas locais e influxos comerciais exógenos, cuja convergência terá contribuído para assinaláveis transformações na sociedade castreja, com reflexo na sua arquitetura e outros aspetos da ergologia material.

VALVERDE, 2014: 74) – limitam-se a apontar o contributo da expedição de 61 para uma maior abertura do noroeste à iniciativa e exploração comercial romana (TRANOY, 1981: 132[408]; ARIAS VILAS, 1992:19-20; NOVILLO, 2010: 217; 2012: 447; PALAO VICENTE, 2016: 90)[409].

Por outro lado, e aqui admitimos – a par da perspetiva de arrecadar espólio de vulto e prestígio a condizer – visão estratégica por parte de César, percebendo que, a par do controle do território, organizado pelos principais polos de povoamento e eixos de comunicação, o esforço de domínio e pacificação do noroeste galaico exigiria o controlo da frente e das rotas atlânticas (ARANEGUI, 2010: 52)[410], se bem que as fontes não esclareçam cabalmente o modo como como esta vertente geográfica foi utilizada como recurso e gradualmente apropriada pelos novos administradores do território.

4.1.4. Envolvimento galaico nas guerras cântabras

Por fim, e para concluir este apartado, não podemos deixar de fazer algumas considerações sobre um outro debate em aberto, o concernente ao maior ou menor envolvimento dos galaicos nas guerras com as quais se culminou o desenho geográfico da Hispânia. Repare-se, desde já, que só podemos falar em galaicos, não já em *Callaeci*, não porque estes, necessariamente, não existissem já fisicamente, mas porque é de todo impossível distingui-los na entretanto ampliada vasta comunidade galaica[411]. Não sendo já o que eram, nem consubstanciando ainda o que viriam a ser, os «galaicos» do tempo das guerras cântabras são, para a historiografia, uma abstração, talvez algo mais real para os contemporâneos desses acontecimentos.

Como lembrou Alain TRANOY (1981: 125), com a investida de Augusto contra os últimos bastiões autóctones da península, a conquista do noroeste abandona finalmente o polo lusitano para se focar na Cantábria, e os povos galaicos, a meio caminho pela fachada ocidental, dificilmente podem ter ficado completamente alheados ou terem sido meros espectadores passivos de uma guerra, afinal, não tão distante como isso do seu solar. Não obstante, as fontes historiográficas, se bem que confusas e muito lacunares, deixam-nos completamente na penumbra, com a exceção da tardia referência de Orósio às «*ulteriores Gallaeciae partes*» (*Hist. aduers*., VI, 21, 6), as extremas de uma Galécia vastíssima, a do seu tempo, que chegava quase a Numância (V, 7, 2)[412].

---

[408] Esta maior abertura do noroeste ao comércio terá sido acompanhada, por extensão, de outras influências culturais, exemplificando Tranoy (*ibidem*) com a introdução de formas urbanísticas de traçado hipodâmico em castros como Briteiros ou Sanfins, transformações que, entendemos, devem ser analisadas num quadro cultural e cronológico bastante mais complexo que o resultante das campanhas de César.

[409] De facto, esta maior «abertura» do noroeste funcionaria, sobretudo, na ótica do interesse dos *negotiatores* romanos. No plano das dinâmicas comerciais indígenas, o território estava, desde há muito, «permeabilizado» e aberto a contactos comerciais de procedência distante, entre os quais os bens de consumo «romanos» constituíam apenas a última novidade (ARIAS VILAS, 1992: 18-21; NAVEIRO LÓPEZ, 1991; MORAIS, 2007a). Para esse processo, a campanha de César, que não foi às extremas galaicas negociar nem estabelecer trato amigável com as populações costeiras, mas tão só rapinar e violentar os residentes, se algum efeito teve, só pode ter sido negativo.

[410] O que aliás viria a revelar-se importante no desenvolvimento das guerras cântabras, embora a participação naval romana no conflito levante dúvidas a alguns investigadores (por exemplo, a Ángel MORILLO, 2014a: 142).

[411] Em boa verdade, como melhor se discute em outros capítulos desta dissertação, mesmo à data da sua mais clara emergência na história, por alturas de 137 ou 136 a.C., desconhecemos o que eram, exatamente, os *callaeci*. Para uns, a comunidade mais numerosa, ou mais aguerrida, que se pôs ao avanço (ou à retirada) de Bruto; ou talvez apenas o nome de um dos grupos dessa frente militar, constituída apenas para o efeito, que por primeiro anúncio ou mais acessível fonética, Bruto terá eleito como adversário essencial.

[412] *Vd*., sobre esta questão, entre outros, A. RODRÍGUEZ COLMENERO (1979: 74, 1995a e 1996: 256-257) e Ángel MORILLO (2016: 61).

Deste silêncio intuiu TRANOY (1981: 136ss.), com outros autores (SYME, 1970: 88), o escasso envolvimento galaico no conflito vizinho. Em sentido contrário, as propostas de Adolf SCHULTEN (1943), que localizava um dos principais cenários de batalha, o *Mons Medullius* (Floro, *Epit*., II, 33, 50; Orósio, VI, 21, 7) junto à foz do Minho e fazia partir de *Bracara Augusta* – então suposto acampamento militar – uma das colunas legionárias do decisivo ataque de 26 a.C., ganharam muitos adeptos até finais do século XX. Em contrapartida, as distintas análises, no faseamento e localização dos cenários bélicos, feitas por Ronald SYME (1970), permitiram ensaiar narrativas alternativas, consideradas por autores recentes mais equilibradas e ajustadas à letra e ao espírito das fontes (VILLANUEVA ACUÑA, 2016A: 64ss.)[413].

Por estarem distantes do território galaico mais convencional as principais frentes de combate do decisivo assédio a ástures e cântabros, sobretudo após terem sido praticamente abandonadas as propostas de localização mais litorais do decisivo confronto do *mons Medullius*, ou de um hipotético contexto militar da fundação de *Bracara Augusta*, ao contrário das restantes capitais conventuais, como *Asturica*, cuja fundação militar está desde há muito assente (MAÑANES, 1983; GARCÍA MARCOS, VIDAL, 1995; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1996, GARCÍA MARCOS, 1996; MORILLO, 2003; NÚÑEZ, CURCHIN, 2007b), ou *Lucus Augusti*, onde tal possibilidade, muito discutida desde há décadas, após a proposta inicial de génese militar de Adolf SCHULTEN (1962 [1943]: 208-210), recolhe argumentos de vária índole e ponderação (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996b; 1998b: 31-32; RODRÍGUEZ COLMENERO, CARREÑO, 2012; FERRER, 1996; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, CARREÑO, 1998: 1173-1174; DOPICO CAÍNZOS, 2013; 2016: 262, n. 12; PALAO, 2016: 97-98; VILLANUEVA ACUÑA, 2016b: 278-279), a participação das populações do noroeste galego e o norte de Portugal tem vindo a ser considerada como marginal ou improvável (VILLANUEVA, 2016a: 64), entendendo-se, quando muito, que tal «*área galaica* (…) *quedaba a xeito de base de retaguarda e enlace coa área ocidental lusitana*» (ARIAS VILAS, 1992: 21; v. também CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ, 2016: 75).

Deste modo, se bem que, na linha da investigação histórica dos finais do século XX e começos do atual, a Galécia fique claramente fora do palco de ação das campanhas na sua dimensão estritamente bélica, com exceção da suas regiões mais orientais e a norte – provavelmente as *ulteriores Gallaeciae partes* – a proximidade ao teatro de operações e a evidente necessidade desse território ser utilizado para o abastecimento das legiões conduz a um envolvimento efetivo, ainda que, se quisermos, indireto.

Neste sentido, têm vindo a ser identificadas várias regiões que Ángel Morillo e outros autores, com base no mapa de dispersão de emissões monetais com a representação da *caetra* e outros indícios, têm vindo a designar como «zonas de frequentação militar», ou «ambientes militarizados» durante o período das guerras cântabras ou em momentos imediatamente posteriores (MORILLO, 2016: 66; MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015), o que parece observar-se claramente, no que se reporta ao território atualmente português, nos achados do castro de Alvarelhos (Santo Tirso) e suas imediações. Aí foram localizados dois tesouros monetários compostos por denários anteriores a 27 a.C. e um terceiro com moedas dos começos do século I (CENTENO, 1987: 34-41, 212-212; BARBOSA, 2002: 62-63, 69; CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ, 2016: 79-80), para além de outros numismas avulsos,

[413] Para uma síntese e balanço conjunto das posições divergentes de Schulten e Syme – que aqui não desenvolveremos – e, ao mesmo tempo, sobre os aspetos mais candentes da investigação, vejam-se, entre outros, RODRÍGUEZ COLMENERO, 1979; 1996: 251-263; TRANOY (1981: 136, *passim*); MORILLO CERDÁN, 2014a; 2016 e VILLANUEVA ACUÑA, 2016a: 63-66).

do mesmo período, encontrados no próprio castro, incluindo um *as* com a *caetra* no reverso (MOREIRA, 2016: 85-88). Um desses tesouros tardo-republicanos, o de Sobre Sá, aparecido em 1971, continha cerca de cinco milhares de moedas em prata, maioritariamente denários e nove lingotes, ou ponderais, igualmente em prata, dos quais dois ostentavam grafitado o nome *Caesar* (CENTENO, 2011a: 364-365; CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ, 2016: 79-80). A mesma palavra *CAESAR*, com o numeral XII no reverso, podia ler-se numa epígrafe, entretanto desaparecida, aparecida na mesma ocasião e local daquele tesouro (CENTENO, 2011a: 365, fig. 6). Outros achados relevantes de natureza militar respeitam a uma pátera decorada com a figura de Marte, equipado como legionário (MOREIRA, 2009: 178-180; 241-242), um umbo de escudo (MOREIRA, 2009: 944-945; 2016: 56) e arreios de cavalo (MOREIRA, 2009: 943-944, 981-982; 2016: 62)[414].

Baseados nestes achados, a que poderiam somar-se um outro tesouro monetário, aparecido em 1950 durante escavações arqueológicas na vizinha Citânia de Sanfins[415], em Paços de Ferreira, composto por mais de três centenas de moedas em prata cunhadas até ao ano de 23 a. C. (CENTENO, 1987: 50-53; BARBOSA, 2002: 69-70), Rui Centeno, Morais e Bartolomé consideraram seriamente, perante tantos testemunhos de militarização, a possibilidade de uma ocupação castrense mesmo em Alvarelhos ou a instalação de um acampamento nas proximidades do povoado (CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016: 80).

Corroborando esta proposta, também a epigrafia parece memorar a presença legionária na Galécia meridional mesmo após o final as guerras, tendo em vista o voto a uma divindade local, *Turiaco*, feito no vale do Ave por um militar da *Legio VI Victrix*, uma das sete que garantidamente participaram naquele conflito:

> L(*ucius*) • Valerius • Silvanus / Miles • Leg(*ionis*) VI(*sextae*) • Vict(*ricis*) / Turiaco / V(*otum*) • S (*oluit*) L(*ibens*) • M(*erito*)[416],

inscrição sobre a qual proposto que a dedicatória, datável dos júlio-cláudios (TRANOY, 1981: 278), possa relacionar-se com um *miles*, provavelmente hispânico, integrante de um destacamento (*uexillatio*) que tenha ficado na região para apoiar a construção de determinadas obras públicas, fosse a via *Bracara-Cale*[417], fosse mesmo a edificação de *Bracara Augusta* (LE ROUX, 1982: 182-183; RODÀ, 1998: 276, 278; 2005: 319-320; 2009: 204; MOREIRA, 2009: 93, 311-313, 342; REDENTOR, 2017a, I: 284-285; II: 47-48, n.º 37).

No que respeita à cidade de Braga, os dados arqueológicos e a historiografia moderna não têm sustentado, como dissemos – e ao contrário do que propôs SCHULTEN (1962 [1943]: 207-208) – a possibilidade de um contexto fundacional da urbe de natureza militar (MARTINS, 2004: 151; MARTINS *et al*., 2012: 32; 2017: 208; MARTINS, MAGALHÃES, BOTICA, 2018: 348), se bem que um outro estudo não fechasse completamente a porta a essa possibilidade (LEMOS, 2008: 206-207). Todavia, em revisão recente da informação arqueológica da cidade e de outros dados da região envolvente (MORAIS; MORILLO;

[414] *Vd*. ainda, sobre estes achados, CENTENO, 2011a; MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015: 120 e CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016: 79-80.

[415] Castro onde, aliás, a evidência da destruição da muralha, associada a um numisma cunhado sob o nome de P. Carisius, foi interpretada por Ch. Hawkes como um testemunho de ataque no contexto das guerras cântabras (cit. por ARIAS VILAS, 1992: 23), coincidindo A. C. Ferreira da SILVA (2007: 58) em interpretação similar.

[416] CIL, II, 2374 = 5551; EDCS-5501727; HepOL, 8191; AE 1959, 103.

[417] Nesta importante via (*Itin. Ant*. XVI), também uma ponte de indubitável fábrica romana, a ponte de Negrelos, ou de São Martinho do Campo, conserva num dos seus silhares, a marca VI «de grafia indiscutivelmente romana, que associa a sua construção com militares da *legio VI[a] Victrix»* (MOREIRA, 2009: 342, n. 435).

SOUSA, 2015) foi proposto o reagendamento desta questão arqueológica, agora numa perspetiva um pouco diversa. Estes autores, reanalisaram e evidência arqueológica das pré-existências à cidade romana, com especial enfoque nos elementos de eventual natureza militar, destacando a presença de um fosso de secção em V, na área intramuros do Baixo-Império, na zona do Fujacal (SANDE LEMOS, 2008: 207), que poderá corresponder a uma eventual estrutura defensiva anterior à fundação da cidade[418]; e a existência dos restos de um edifício, subjacente às termas romanas da Cividade, o designado complexo «pré-termal», que pode ser interpretado como um *horreum*, debatendo-se ainda a sua natureza civil ou, porventura, militar (MARTINS, 2005: 18; LEMOS, *ibidem*; MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015: 120). A estes dados, podem ainda acrescer as dimensões e localizações do *forum* da cidade, que os mesmos autores lembram estarem próximas das dimensões de um acampamento romano convencional (MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015: 121).

Do ponto de vista dos artefactos que a pesquisa e salvaguarda arqueológica tem permitido exumar em *Bracara Augusta*, Rui Morais, Ángel Morillo e M.ª José Sousa anotam cinco elementos de lança, três fragmentos de cinturão e quatro botões, aparentemente associados à indumentária militar, valorizando também o achado de, pelo menos, doze exemplares de moedas de Augusto com a representação da *caetra* no reverso, encontrados «em contextos antigos da cidade de *Bracara*», apontando similitudes entre o registo material mais antigo de Braga com o de Lugo, detetando-se nesta última cidade, na sua ótica, «uma presença militar através de elementos que circulam nas tropas como moedas ou militaria, mas não evidências materiais de um assentamento propriamente dito» (MORAIS; MORILLO; SOUSA: *ibidem*).

Seja como for, a reavaliação da geografia das guerras cântabras, levou Ángel Morillo à convicção de que, necessariamente, o território da emergente *Gallaecia*, não tendo sido, aparentemente, palco de conflito; foi, com naturalidade, a via de progressão de uma parte dos exércitos e retaguarda necessária para o abastecimento das legiões, fosse por terra, fosse pelo aproveitamento dos diversos portos marítimo-fluviais do litoral entre o Douro e as rias baixas (MORILLO, 2016: 67), como exemplificado pelo estuário do Cávado (MORAIS; GRANJA, MORILLO, 2013); devendo, assim, ser encarada com plausibilidade a hipótese de algum estabelecimento militar na zona dos brácaros:

> «*El ataque principal debió tener lugar desde la Gallaecia costera, como demuestran las evidencias cada vez más numerosas en esta zona sobre la existência de una base de operaciones en la región de Braga*». (MORILLO, 2014a: 135).

Não obstante, julgamos que se impõe alguma precisão cronológica, como também fazem, aliás, os autores que vimos seguindo. As informações que aqui coligimos, e ainda outros registos[419], deixam fora de dúvida, se bem entendemos a evidência de presença ou frequentação militar no norte de Portugal nas últimas três ou quatro décadas anteriores ao câmbio de era, mas é relevante apurar-se, na medida do possível, o quanto essa presença precedeu ou acompanhou a guerra com os cântabros e ástures[420] ou se, pelo contrário, verificou-se essencialmente após a conclusão do conflito. Nesta segunda possibilidade, tais

[418] De acordo com a pequena notícia vinda a público – uma vez que os dados originais da intervenção arqueológica se encontram ainda inéditos. Segundo Francisco Sande Lemos, justificam-se «novas intervenções no local para esclarecer melhor a (…) cronologia e extensão» desta estrutura negativa (LEMOS, 2008: 207).

[419] Por exemplo, a circulação de contentores cerâmicos tradicionalmente associados ao abastecimento do exército, como as ânforas béticas Dressel 1 e Haltern 70, abundantes em toda a fachada litoral atlântica (MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015: 119-120, com referências bibliográficas).

[420] Com o fim, por exemplo, de assegurar a segurança e agilizar os abastecimentos às legiões nas frentes de batalha.

tropas podem ter assumido tanto funções de policiamento, como sugeriu Casimiro Torres (1982)[421], como de apoio à reorganização administrativa e a programas de obras públicas de grande escala, como a abertura de vias, a exploração mineira ou, naturalmente, a edificação urbana planificada e agenciada pela administração. Esta função, representada não propriamente por «um exército de conquista mas antes um exército de ocupação, um instrumento mais ao serviço da administração romana» (MORAIS; MORILLO; SOUSA, 2015: 121-122), poderá certamente ter-se prolongado no tempo, servindo até para a instalação de tropas desmobilizadas ou de veteranos, explicando talvez as três ocorrências epigráficas em *Bracara Augusta* que referem militares, em serviço, pertencentes à *legio VII Gemina*, datando de entre os finais do século I e o século II (REDENTOR, 2017a, I: 285-292; II: n.º 78, 203 e 319, p. 73, 154 e 234-235)[422].

A falta de vestígios de acampamentos militares da época das guerras cântabras em território galaico[423] foi durante muito tempo argumento essencial para justificar o não envolvimento da região naquele conflito (VILLANUEVA ACUÑA, 2016a: 65). Porém esta aparente escassez de vestígios materiais das guerras cântabras no norte peninsular tem vindo a ser desmentida, nos últimos vinte anos, por um espetacular conjunto de descobertas arqueológicas, relacionadas particularmente com *castra aestiua*, acampamentos temporários de campanha. Combinando a utilização das tecnologias SIG com a fotografia aérea (modernamente com recurso a drones e satélite), técnicas LIDAR, detetores metálicos e outros meios (COSTA-GARCIA; FONTE, 2017; GONZÁLEZ ÁLVAREZ *et al*., 2019; MENENDEZ BLANCO *et al*., 2013; 2017), um alargado conjunto de investigadores[424] tem vindo a trazer à luz da ribalta um insuspeitado património de arqueologia militar, a ponto de a dezena de sítios conhecidos em 1990 ter sido duplicada na mudança de milénio, contabilizando-se mais de uma centena de novos achados apenas na última década (COSTA-GARCÍA; FONTE; GAGO, 2019)[425].

Embora muitos destes locais militares estejam ainda em investigação e uma datação fina seja, por vezes, difícil de obter, uma significativa parte deles pode ser datada de contextos republicanos, incluindo vários acampamentos localizados em zonas da Galiza ou do norte de Portugal para as quais a bibliografia tradicional não apontava qualquer sinal de militarização, como é o caso, por exemplo dos sítios do Alto da Cerca, Valpaços (FONTE; COSTA-GARCÍA, 2016), Campos, Vila Nova de Cerveira (BLANCO-ROTEA *et al*., 2016), Alto da Pedrada, Arcos de Valdevez e Lomba do Mouro, Melgaço e Verea, Ourense (COSTA-GARCÍA; FONTE; GAGO, 2019: 25, n. 15, *passim*), Chaira da Maza, Lobeira, Ourense (*Idem, passim*) ou O Penedo dos Lobos, Manzaneda, Ourense (COSTA-GARCÍA *et al*.,

[421] Segundo este autor, após o ano de 19 a.C., as legiões VI e X terão permanecido «en Galicia», para evitar sublevações, pelo menos de grande envergadura, como as que ocorreram em Astúrias e Cantábria (TORRES RODRÍGUEZ, 1982: 100).

[422] A que podemos acrescentar, além da dedicatória de Santo Tirso, já citada, outro soldado da *VII Gemina*, mencionado numa inscrição de Barcelos (REDENTOR, 2017a, II: n.º 218, p. 164-165) e ainda um veterano da *VI Victrix*, perenizado numa epígrafe achada em Valença (REDENTOR, 2017a, II: n.º 199, p. 151-152). *Vd*. REDENTOR, 2017a, I: 285-292 para comentário geral.

[423] Reduzidos aos bem conhecidos casos de Cidadela (Corunha) e *Aquis Querquennis* (Orense), de cronología significativamente posterior (CAAMAÑO GESTO, 1996).

[424] Boa parte dos quais agrupados no coletivo de investigação *Romanarmy* (cfr. http://romanarmy.eu/, sítio onde, entre outras informações, podem encontrar-se hiperligações para a bibliografia mais relevante produzida pelos membros do grupo). V. também BLANCO-ROTEA *et. al*., 2016b.

[425] Como notam estes autores, «*the recent history of Roman military archaeology as a discipline in the northern Iberia is characterised by a rapid and successive methodological innovation (...). The exponential increase in the number of discoveries has also made it possible to identify variables and patterns rapidly transforming the study the Roman military presence in this region and the situation (...) may well change further in a few years time*». (COSTA-GARCÍA; FONTE; GAGO, 2019: 37).

2017) e, igualmente, diversos locais até agora desconhecidos no litoral atlântico galego (COSTA-GARCÍA; FONTE; GAGO, 2019: 22, table 1)[426]. Todo este conjunto de dados abrem caminho a múltiplas e inovadoras explorações e, seguramente, a novas narrativas sobre a presença e o impacte do exército romano no noroeste, designadamente durante o período republicano e, inclusive, em eventual relação com a submissão de ástures e cântabros. Na verdade, a simples análise cartográfica, com referência à dimensão dos acampamentos, revela uma distribuição dos efetivos do exército por todo o noroeste ibérico bem mais equilibrada do que a imagem conhecida (COSTA-GARCÍA; FONTE; GAGO, 2019: 39-40), dado que suscitou a estes mesmos autores oportunas reflexões sobre os possíveis modelos de inter-relação entre esta presença militar e as sociedades indígenas, muitas vezes vistas pela historiografia, como passivas ou meros espectadores da política dos vencedores (*Idem, ibid*. 40-42), aspetos que afloramos em outras pontos desta dissertação.

Na realidade, mais importante para o nosso propósito que o grau de envolvimento, participação os «consentimento» dos povos galaicos ao ataque derradeiro de Roma para o completo desenho da Hispânia, é a inferência que pode fazer-se de tal situação, a possibilidade desse território estar já, à época, num processo de significativa aculturação e domínio romano, não ainda através de estruturas administrativas de gestão ou efetivo controlo militar – talvez segundo o modelo já descrito como o de áreas «*continuously affected by the proximity of a state, but no under state administration*» (FERGUSON; WHITEHEAD, 1992: 3) – mas, porventura, através de pactos estabelecidos com os diversos *populi*[427] após as *deditiones* dos seus povoados-capitais durante o século I a.C., talvez com maior efeito após a campanha de César e outras ações militares mais pontuais das quais se não conservou registo.

4.2. TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Como analisámos no ponto anterior, a conquista romana do território peninsular, feita a partir do litoral mediterrânico e em direção ao noroeste e às costas do Cantábrico – regiões com as quais, finalmente, se fechou o desenho da Hispânia e do seu mosaico de etnias e tradições – constituiu, ao mesmo tempo, um percurso de descoberta e reconhecimento geográfico e, do mesmo modo, um ensaio de novas formas de administração e organização espacial. A progressiva definição do conceito de província e o alcance e limites do seu *imperium*, a implementação da rede de *conuentus* ou a instalação de um modelo administrativo vertebrado pelas *ciuitates*, foram instrumentos de gestão e de afirmação do poder de Roma (DOPICO, 2020: 416) que tiveram na Ibéria um campo de experimentação duradouro (NAVARRO, 2009: 346)[428] e onde, certamente, se alternaram, na perspetiva do conquistador, os êxitos com as dificuldades[429].

Acompanhando a progressiva exploração e domínio das terras peninsulares, a estabilização de um mapeamento administrativo, dotado de uma hierarquia de legados e funcionários, permitiu implementar os sistemas censitário e fiscal, os mecanismos jurídicos e

[426] Muitos destes estudos decorrem sob a égide de um coletivo informal de investigação, o RomanArmy, já atrás referido a propósito da sensacional possibilidade da descoberta de um dos acampamentos temporários de D. I. Brutus. Uma apresentação recente deste projeto pode ser vista em http://www.man.es/man/actividades/cursos-y-conferencias/20201006-actualidad-arqueologica-3/20210112-romanarmy.html.

[427] Termo que utilizamos, no geral, na aceção do comum «povo», não no sentido de comunidade cívica que lhe atribui Plínio-o-Velho (MORET, 2004: 50).

[428] Neste processo terá sido fundamental a experiência de Agripa em outras regiões europeias, como notou Isabel RODÁ DE LLANZA (1998: 276-277).

[429] Como mais tarde testemunharia Dion Cassio, recordando não só sucessos e derrotas militares, como também a circunstância de conceder a cidadania a uns suprimindo-a a outros (*Hist*., 54, 25; segundo a versão de ROMERO e POSE, 1987: 107).

todo um conjunto de dispositivos os quais, acompanhados, numa outra rede, pela estrutura militar, produziram, em prazos mais ou menos longos, uma verdadeira sociedade provincial, culturalmente integrada, nem sempre, provavelmente, de *togati*[430], mas de cidadãos e futuros cidadãos cuja identidade, geração após geração, naturalmente mesclou as antigas raízes étnicas com os modelos e representações que a «civilização»[431] romana, de um ou outro modo, expandiu por toda a bacia mediterrânica e mais além.

Nesta linha, entendemos de interesse para a economia da presente dissertação, sintetizar o desenvolvimento da organização administrativa – apontando os aspetos de maior consenso ou de discussão em aberto – que acompanhou o passo da conquista e do conhecimento do território; recordando igualmente o que se conhece ou podemos reconstruir, a partir das fontes históricas, da antropologia cultural e da arqueologia, sobre a natureza, organização sociopolítica e modos de vida dos diferentes *populi* com os quais os invasores se foram confrontando, o que restringiremos, naturalmente aos da fachada ocidental e noroeste peninsular, uma vez que são os *Callaeci* aqueles que temos sob inquérito particular.

4.2.1. A cartografia administrativa

A divisão original do território peninsular pelas províncias da Citerior e da Ulterior, ficando o noroeste peninsular, formalmente, enquadrado na última, acompanhou praticamente todo o longo processo da conquista. Não é de mais lembrar, porém, que a representação que atualmente podemos observar em qualquer atlas histórico constituiria simples abstração, talvez com pouquíssimas exceções, para qualquer governador ou funcionário romano das primeiras décadas do século II antes da nossa era. Não só porque as conceções e visualizações geográficas eram muito diversas das nossas, naturalmente; mas também porque o território hispano, «visto» a partir das costas meridionais, mais não era que uma vastíssima extensão desconhecida, habitada por «bárbaros» de estranhos nomes e falares que só a força das armas, paulatinamente, foi trazendo ao conhecimento e à confiança dos latinos. As grandes transformações, aquelas que mais importam aos povos «pan-galaicos», ocorreram todas, praticamente, no último quarto de século antes de Cristo, já sob a tutela e impulso do primeiro imperador (DOPICO; RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 395; DOPICO, 2006; FERNÁNDEZ CALO, 2018: 83).

A tardia dominação de cántabros e ástures, indispensável, para a pacificação e reorganização do território (necessárias para o controlo da exploração mineira e de outros recursos ibéricos) e, bem assim, para a própria propaganda e legitimação política do primeiro augusto (SALINAS DE FRÍAS, 1998: 156-157), teve mais uma importância prática do que a ambição de celebrar triunfos na capital do Império. Como a seu tempo expressou António Blanco, a conquista da definitiva «Galicia» «era más una cuestión de dignidade que de vanagloria» para Roma (BLANCO FREIJEIRO, 1971: 223) após dois séculos de avanços lentos para finalmente dominar um conjunto de comunidades, as quais, salvo a vantagem que colhiam da difícil e recortada orografia do seu território, poucas possibilidades de êxito teriam em combate aberto com as legiões romanas, como aliás a história viria a comprovar.

Nesta perspetiva, observa-se, ainda muito antes da conclusão da conquista, uma firme intenção de redefinição territorial, fosse esse plano de Octávio Augusto ou porventura de Agripa, durante o breve par de anos em que esteve na Hispânia, como tem sido sugerido

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[430] Strab, *Geog*., III, 2, 15. *Cfr*. LE ROUX, 2006 [1995]: 21-26.

[431] Termo que a moderna historiografia recusou – pela sua incapacidade de traduzir, convenientemente, todas as dinâmicas do processo histórico – mas que resiste ainda na linguagem da divulgação. *Cfr*., sobre as origens e escolas do conceito, GOBERNA FALQUE, 1999.

(RODÀ, 1998: 277; 2005: 319)[432]. A divisão da província Ulterior com a extensão da Lusitânia até à finisterra, agregando os territórios galaicos e ástures ocidentais, como indicado por Dión Cássio (*Hist*., LIII, 12, 4-5), parecer-nos-ia lógica e até «historicamente» fundamentada, considerando as informações de Estrabão, mas o achado do bronze de Bembibre veio, afinal, alertar os historiadores da Antiguidade para a fragilidade das fontes que muitas vezes se têm como sólidas (VILLANUEVA ACUÑA, 2016a: 121). Fala-nos aquele documento, datado de 14 e 15 de fevereiro do ano de 15 a.C., de uma inesperada província «transduriana», conceito sobre o qual se têm vindo a esgrimir desencontrados argumentos, discutindo-se, inclusivamente, a fidedignidade arqueológica do suporte sobre o qual se acha inscrito o édito (RODRÍGUEZ COLMENERO, 2000b; GRAU; HOYAS, 2001; CANTO, 2001b, 2013; ALFOLDY, 2001; DOPICO CAÍNZOS, 2006; 2009).

4.2.1.1 - *Prouinciae*

Da análise das diferentes propostas e interpretações, entendemos, como mais provável, que a designada referida província *transduriana* terá constituído um ensaio, ou esboço de redefinição territorial, o qual, por ignorada razão, acabou, como hoje se diria, «descontinuado», relevando deste mesmo ensaio a confirmação de que o rio Douro, por razões simbólicas ou históricas, continuava a ser assumido como um *limes* fronteiriço (ROLDÁN; WULFF, 2000: 602). No marco da «*inuentio*» da *Callaecia* (ou reconhecimento de uma efetiva distinção social ou cultural) que a administração romana parece ter empreendido, por razões meramente estratégicas, ao longo do primeiro século a.n.e.[433], aquele curso de água – não estando os rios, como é sabido, entre os «demarcadores étnicos» mais evidentes (CAVADA NIETO, 2005: 164) – permanecia como uma fronteira (ainda que meramente administrativa), situação que iria prolongar-se ao longo da história do domínio romano.

É hoje ponto assente o crucial papel de Augusto nos assuntos do noroeste hispânico. Como Dolores Dopico, e outros autores, têm vindo a acentuar, o papel do Princípe, durante muito tempo algo subvalorizado pela história antiga peninsular e reduzido quase ao seu papel na tradicional reformulação dos limites provinciais e temporária participação na liderança das guerras cântabras, tem sido objeto de cuidadosa reavaliação, do que resulta uma maior compreensão da sua decisiva agência e compromisso nas profundas transformações e experiências ensaiadas entre os povos galaicos e seus vizinhos, que em poucos lustres se perceberam (ou nem tiveram tempo de perceber) integrados em, pelo menos, três diferentes enquadramentos da geografia administrativa provincial (DOPICO CAÍNZOS, 2006: 437-438, *passim;* 2009, 2020; DOPICO, SANTOS, 2017).

A conceção tradicional sobre a divisão provincial das terras hispânicas no ano de 27 a.C., e a integração na *Lusitania* do noroeste ibérico, que Eugène ALBERTINI (1923: 25-36) consagrou, na esteira, literal, de Dion Cassio (LIII, 12, 4-5), de pronto afastando a oposição de diversos autores (ALBERTINI, *ibidem*), foi, decididamente posta em causa, em especial graças ao texto do bronze de Bembibre. Na verdade, não entrando especificamente na argumentação sobre a questão, aliás esclarecedoramente apresentada em diversos trabalhos (SALINAS, 2001; PLACIDO, 2008: 26-27; ÓZCÁRIZ, 2009; VILLANUEVA, 2011, 2016),

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[432] Acrescentando a visão e desenho da futura reorganização territorial ao valor das suas informações geográficas (ARNAUD, 2008; ALBALADEJO; GÓMEZ FRAILE, 2015) e agência no comércio do chumbo peninsular para Roma (RODÀ, 2004; 2005).

[433] E certamente, ainda que uma noção muito geral sobre a *regio* pudesse ser anterior, de forma mais afirmativa e consequente sobretudo com Augusto (DOPICO, 1986: 281).

tudo sugere que o historiador romano que nos serve de fonte deve ter feito coincidir temporalmente, por simplificação literária, acontecimentos conexos mas cronologicamente distintos, como foram a repartição das províncias, entre o Senado e Augusto, e o efetivo desenho do novo mapa provincial (SALINAS, 2001: 137). Desta forma, bastar-nos-á recordar algumas precisões cronológicas como ponto de situação da investigação mais recente.

De facto, ainda que admitindo que o comando das tropas da Província Ulterior por Publio Carisio, incluindo o Noroeste, possa ter-se verificado no curto intervalo de 27-25 a.C. (CAVADA; VILLANUEVA, 2001: 129; VILLANUEVA, 2011: 71), este expediente não terá tido outro âmbito fora do militar. Como tem sido proposto, o ano de 25 a.C. parece, a este respeito, crucial, devendo corresponder à criação da nova Província Transduriana – como uma província *de jure* e *de facto*, e não mero «distrito militar»[434] – para o que contribuem outros elementos, como as alterações iconográficas nas emissões monetárias com o símbolo da *caetra* (VILLANUEVA, 2011: 71-73; 2016a: 129-130). Administrada, sucessivamente, por diversos *legati* – C. Furnio, em 25-24 a.C., L. Aelio Lamia (24-22) e L. Sestio Quirinal (22-19/16?) – segundo proposta de Manuel VILLANUEVA (2011: 81), a província acabaria por desaparecer, entre 15 e 13 a.C., «*por haber dejado de existir las causas por las cuales había sido creada: la conquista y pacificación de los pueblos cántabro y astur*», segundo o mesmo autor (*Ibidem*: 81) e em concordância – por vezes com pequenas *nuances* – com outras vozes (SALINAS, 2001: 138; RODÀ, 2005: 319; PLÁCIDO, 2008: 26-27; COSTA GARCÍA, 2010: 65-55; SANTOS YANGUAS, J., 2016: 82-83; LÓPEZ BARJA, 2017: 240). Nessa altura, pode, então, ter sido constituída a província da *Hispania Ulterior Lusitania*, integrado o Noroeste na Tarraconense e, provavelmente, ter sido erguida a própria estrutura conventual intermédia (VILLANUEVA, 2016a: 130), a que adiante nos iremos referir.

Aliás, deve notar-se, não será, talvez, muito surpreendente que estas experiências e reorganizações temporárias ou efémeras sejam testemunhadas, apenas, por documentos oficiais de actos concretos, como patenteado no feliz achado do Édito de El Bierzo, e tenham escapado à historiografia da época, compreensivelmente mais centrada «*no resultado final del processo*» administrativo-territorial, do que no «*accidentado caminho que lleva hasta él*» (VILLANUEVA, 2016a: 121).

A este propósito, é comum invocar as descrições feitas por Estrabão, tanto da organização provincial do Império (*Geog*., XVII, 3, 25), como do ordenamento administrativo e militar da Ibéria (III, 4, 19-20), aliás de uma rara clareza, mas não deixando de lembrar, a par da divisão geral nas duas grandes províncias republicanas, Citerior e Ulterior, que «*algunas veces emplean otras divisiones cambiando su administración según los tempos*»[435]. Uma das dificuldades desta passagem Estrabão, todavia, é a de não poder datar-se a obra do geógrafo com a precisão desejada; pois, num curto arco de poucas décadas, ainda sob o império de Augusto ou nos inícios do reinado de Tibério (imaginemos, por exemplo, entre 15 a.C. e 15 d.C.)[436], a situação administrativa do norte hispânico viveu, como progressivamente vamos

[434] Esta opinião, defendida essencialmente por Geza ALFÖLDY (2000; 2001) e J. ROLDÁN HERVÁS (2001a: 20-21; 2001b: 336-339), não colhe favor da maioria dos autores, como Pedro LÓPEZ DE BARJA (2001; 2010; 2017), Dolores DOPICO (2006: 438-439), ou J. M. COSTA GARCÍA (2010: 65-66). Além dos autores citados, um resumo atualizado da problemática pode ver-se em FERNÁNDEZ CALO, 2018: 89-95.

[435] III, 4, 19, na versão em castelhano de LE ROUX (2006: 100).

[436] A respeito da possível data de redação desta passagem de Estrabão, talvez o elemento mais definidor seja a sua referência à presença na península de três legiões, as quais, em outro ponto da *Geographia* (III, 3, 8), diz enviadas, ou colocadas (CARDOSO, 1994: 74, n. 146) por Tibério, seguindo a vontade de Augusto. Estas três legiões seriam certamente a III Macedonica, a VI Victrix e a X Gemina – as que permaneceram no norte após o final das guerras cântabras (LE ROUX, 1982: 84-85; SANTOS YANGUAS, 1988: 43, *passim*; ROLDÁN HERVÁS, 1989: 80-85; COSTA GARCÍA, 2010: 59), desconhecendo-se a data exata na qual as restantes deixaram a Hispânia (LE ROUX, *ibidem*). A ser assim, talvez o texto estraboniano reflita uma situação temporal mais afastada da data final do conflito, em 19 a.C. – e certamente

percebendo, desenvolvimentos substanciais. Segundo Estrabão (*ibidem*), a península estava dividida em uma província atribuída «ao povo e ao Senado», a Bética, administrada por um propretor, um questor e um legado; sendo que o resto da Ibéria «pertence a César», com a distribuição de magistrados e forças militares apresentada na Tabela 8.

Tabela 8
A administração civil e militar das províncias ibéricas imperiais, segundo Estrabão

Província	Região	Magistrados	Exército
Lusitania		1 Propretor, 1 Legado	
Tarraconense		1 Procônsul	
Tarraconense	«além do Douro»	1 Legado	2 legiões
Tarraconense	«das serras (dos ástures e cântabros) aos Pirinéus»	1 Legado	1 legião
Tarraconense	«interior» (celtiberos/*togati*)	1 Legado	
Tarraconense		Procuradores militares	

Ou seja, notoriamente, a área que exigia maior investimento na administração e controlo militar, a Tarraconense, sob governo proconsular, estava repartida, especialmente, pela zona «além do Douro»[437] galaica e das Astúrias sul-ocidentais[438], dirigida por um legado proconsular à frente de duas legiões; ficando a região das cadeias montanhosas astur-cantâbricas, até aos Pirinéus, sob mando de outro legado, com uma legião. O interior celtibérico, associado por Estrabão aos «*togati*» ou «pacíficos» e governado pelo terceiro legado, não parecia requerer grandes preocupações militares[439].

Deste modo, podemos ensaiar uma síntese do enquadramento administrativo dos *Callaeci*, durante o século e meio anterior à mudança de era, como se expõe na Tabela 9. Até à campanha de Bruto, esses galaicos originais não tinham existência histórica registada, ou seja, num tempo em que a própria Lusitânia não tinha adscrição étnica precisa, dava-se o nome de «Lusitani, *indistintamente, a los adversários a los que se enfrentaban los governadores de la Ulterior mientras progresaban hacia el noroeste de la Península*», em paralelo com a alargada nomeação de *Celtiberi* na Citerior (MORET, 2012: 444).

Não cremos que, apesar do cognome de *Calaicus* com que o cônsul se vangloriou em Roma, a mesma designação étnica tenha sido, desde logo, atribuída, como rótulo generalizante, aos diversos *populi* de além Douro; será talvez mais provável, mas não seguro, que só após a expedição de César e a progressiva abertura das terras do norte atlântico ao comércio romano, tenha começado a conceber-se, entre a administração e o exército romanos, por comodidade e necessidade de nomear um território no qual se percebia, talvez, alguma identidade geográfica ou cultural próprias, algo como uma «*regio*» *Callaecia*, ainda pouco definida. É, de facto, no último quarto de século que tudo se define, passando os Galaicos (aí, então, certamente individualizados) a pertencer a três províncias sem que de tal tenham sequer, provavelmente, sido informados.

---

posterior à criação da Lusitânia, também de data incerta –, mas esta constatação não nos permite afinar muito mais este detalhe.

[437] Continuamos a usar a tradução de J. CARDOSO (1994), que neste ponto propõe: «do outro lado do Douro» ou «mais além do Douro» (p. 97, nota 253). «Más allá del Duero» foi a opção de GÓMEZ ESPELOSÍN (2015: 291).

[438] A área onde residiam os povos que «os antigos chamavam Lusitanos e os de hoje Galaicos» (III, 4, 20), interpretando CARDOSO (*ibidem*) que Estrabão se referia aos antigos «geógrafos» ou autores.

[439] Os «procuradores de César» na Tarraconense, «de ordem equestre», em número não indicado, ocupavam-se, segundo Estrabão, de liquidar o soldo aos militares.

Tabela 9
Enquadramento administrativo (*prouinciae*) dos territórios galaicos entre o século II a.C. e o século I

Data	Integração administ. (1º nível)	Expressão etnogeográfica	Integração administ. (2º nível)
Até 138-136 a.C.	Prov. Hispânia Ulterior	*Lusitania*	
(?)			
61-60 a.C.	Prov. Hispânia Ulterior	*Callaecia*	
(?)			*«regio» Callaecia* (?)
25 a.C. – 15/13 a.C.	Prov. Hispânia Citerior Transduriana (?)	*Callaecia*	
c. 13 a.C. – … …	Prov. Hispânia Citerior Tarraconensis	*Callaecia*	*Conuentus bracaraug.*

4.2.1.2 – *Conuentus*

Naquilo que mais diretamente tocava às populações submetidas, designadamente para efeitos de cumprimento de obrigações fiscais e para os assuntos que se viram obrigadas a tratar com a nova administração, jogou papel fundamental a rede dos *conuentus iuridici* (DOPICO, 1986: 271). Além de articular a nova rede de «poderes locais» desenhada pelas autoridades romanas, esta instituição constituiu um instrumento de evidente significado no processo de aculturação, ou «romanização» das sociedades autóctones, do que é exemplo a promoção do culto imperial (*Idem*: 275-276).

Como é sabido, para além da evolução da reflexão teórica sobre o conceito, conteúdo e natureza dos *conuentus*, a perceção sobre a data em que foram instituídos nas províncias hispanas tem no ano de 1983 um marco decisivo, correspondente à «descoberta» científica da designada, e algo controversa, também[440], *Tabula Lougeiorum*, dada a conhecer por Gerardo PEREIRA-MENAUT (1984, 1986) e, de pronto, objeto de estudos referenciais, para não dizer quase definitivos, de Dolores DOPICO (1986, 1988). Naquele instrumento jurídico, datado, pela referência consular, apenas do primeiro ano da era cristã, entre outros elementos de muito interesse, atesta-se diretamente o funcionamento da rede administrativa que mais proximamente vertebrava Roma com as populações indígenas: o *conuentus* e a *ciuitas*. A esse título, o seu texto não podia ser mais claro:

> *C(aio) Caesare Aug(usti) f(ilio) L(ucio) Aemilio Paullo co(n)s(ulibus)*
> *ex gente Asturum conuentus Arae*
> *August(a)e*
> *ciuitas Lougeiorum hospitium fecit cum*
> *1. C(aio) Asinio Gallo libereis postereisque eius*
> *eumque liberos posterosque eius sibi libe-*
> *reis postereisque suis patronum cooptarunt*
> *isque eos in fidem clientelamque suam suo-*
> *rumque recepit.*
> *10. egerunt legati*
> *Siluanus Clouti*
> *Noppius Andami*[441]

Ou seja, a comunidade dos *Lougei*, identificada por três níveis de enquadramento ou pertença – a sua *ciuitas*, o seu *conuentus* (Ara Augusta) e a sua adscrição étnica (a *gens* dos

[440] Em resultado de um aceso debate sobre a sua autenticidade, que foi posta em causa por alguns estudiosos (*cfr*. OZCÁRIZ, 2006: 53-56), basicamente ultrapassado após os trabalhos de RODRÍGUEZ COLMENERO (1996a: 301-315 e 1997d).

[441] Transcrição de PEREIRA-MENAUT, 1986: 301 (=DOPICO, 1988: 11), com ligeiras correções sobre PEREIRA-MENAUT (1984: 282, n. 31).

Astures) – representada por dois *legati* (*peregrini* de onomástica já latina)[442] celebra um pacto de fidelidade e clientela com um alto representante da administração romana, talvez governador, *C. Asinio Galo* (DOPICO, 1988: 21). Restringindo agora o comentário ao assunto vertente, este documento fixa a datação augustana da instituição conventual. Na realidade, se bem que esta proposta tivesse já sido avançada, com outros argumentos, desde os começos do século XX, a tese vigente sobre a fundação dos *conuentus* hispânicos, até à notícia do pacto dos *Lougei*, fundava-se basicamente nos testemunhos de Plínio (III, 5-31), Estrabão (III, 4), nas fontes epigráficas (DOPICO, 2017: 249) e na própria autoridade de ALBERTINI (1923: 53-54), e oscilava entre os reinados de Cláudio e Vespasiano (ÉTIENNE, 1958: 187-189; ALARCÃO, 1988a: 58), percurso historiográfico devidamente analisado por Pablo OZCÁRIZ (2006: 41-52). Uma vez que no ano 1, os *Lougei* assinalam, com naturalidade, a sua inscrição no *conuentus* de *Ara Augusta*[443], tal enquadramento teria, por certo, já algum tempo de funcionamento, podendo presumir-se que a rede conventual tenha sido instituída (a) no momento, ou pouco tempo depois, do final da «experiência transduriana», por alturas de 13 a.C.; (b) coincidindo com a terceira estada de Augusto na península, no leque mais alargado de 16-13 a.C. (DOPICO, 1986: 281; 1988: 60-61; 2017: 253); ou (c) mesmo em data anterior, como resultado da agência de Marco Vipsânio Agripa, a aceitar-se a sugestão de Isabel RODÀ (1999: 278-280; 2005: 319)[444].

A natureza e função destas entidades administrativas territoriais, cuja historiografia foi sintetizada por OZCÁRIZ (2006: 63ss.), foi substancialmente clarificada a partir dos estudos de Dolores DOPICO CAINZOS (1986, 1988, 2009, 2013, 2016, 2017; DOPICO, SANTOS, 2012). Os *conuentus iuridici*, como expressamente informa Plínio o Velho (III, 18, 28; IV, 112), a principal fonte literária para o tema[445], tinham a aplicação da *iurisdictio* como principal missão, entendendo-se aquela prerrogativa em sentido bem mais amplo do que a sua tradução moderna nas línguas românicas, ou seja, «*a plena aplicación do domínio romano en todas as suas facetas*» (DOPICO, 2009: 37; 1988: 48), função sublinhada pela circunstância da aplicação da lei em cada *conuentus* ser prerrogativa do próprio governador ou de representante por ele expressamente delegado, isto é, fazia parte do seu próprio *imperium* (*Idem, ibid*.)[446]. Porém, entre as funções conventuais, contavam-se, igualmente, as religiosas, documentando-se pela epigrafia diversos sacerdotes e flâmines sedeados nos *conuentus*, discutindo-se ainda a possibilidade, muito provável, de estas circunscrições poderem ter funcionado como distritos de recrutamento ou de centralização fiscal (DOPICO, 1986: 275; 1988: 49, 53-54; OZCÁRIZ, 2006: 80-107). Em sentido próprio, etimológico, o *conuentus* constituía o ato de reunir-se uma comunidade (DOPICO, 1986: 270; OZCÁRIZ, 2006: 17-19), convocada para tal por quem de direito, como ilustra o trecho citado na nota de rodapé anterior; concretamente, a sua aplicação traduzia-se pela visita regular do governador, a partir

[442] Precocidade que PEREIRA-MENAUT não deixou de sublinhar (1986: 303).

[443] Não interessa particularmente ao nosso discurso o longo debate sobre a localização, limites, datação e outros aspetos deste *conuentus*, igualmente desconhecido até ao achado deste instrumento de patronato. Vejam-se, sobre o assunto, entre outros, DOPICO, 1988: 59-60; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996a: 279-284; OZCÁRIZ, 2006: 56-61

[444] Não obstante, alguns autores, se bem que em proporção minoritária, continuam a sugerir uma datação mais tardia para a instituição dos *conuentus*, como é o caso de LE ROUX (2006: 104), que considera «incierta» a sua origem augustana e expressa dúvidas quanto à autenticidade da *Tabula Lougeiorum*.

[445] A que podem somar-se brevíssima nota de Estrabão (III, 4, 20), sobre a aplicação da justiça em Tarraco e Carthago e uma passagem de *Martianus Minneus Felix Capella* (VI, 627-633), um autor dos séculos IV-V, que basicamente reproduz Plínio (ÓZCARIZ, 2006: 30).

[446] A autora cita, muito a propósito, uma passagem de Lívio (31, 29): «*Sic Sicolorum ciuitatibus Syracusas aut Messanam aut Lilybaeum indicitur concilium:* ***Praetor Romanus conuentus agit****:* ***eo imperio euocati conueniunt***» (Idem: 36, n. 9, negrito nosso; também em DOPICO, 1988: 47). O uso do substantivo *imperium*, por parte de Tito Lívio, não foi certamente casual, uma vez que é o termo latino que «*muestra el poder en su mayor intensidad*» (DOPICO, 2013: 92).

da capital de província a cada um dos *conuentus*, em regime anual ou bienal[447], conforme os autores, onde lhe eram apresentadas as questões a dirimir, fossem de natureza estritamente legal ou de outros âmbitos.

Naturalmente, como resultado de todas estas dinâmicas, a instituição conventual, emblematizada nas cidades que lhe serviam de capitais, assumiu um forte papel integrador, ou «romanizador» das comunidades indígenas, tanto nos aspetos jurídicos e religiosos, como no da generalização do Latim como veículo de comunicação – potenciado pela prática epigráfica e outros registos de conteúdo legal – e dos próprios *mores* romanos, que desde as capitais conventuais podiam refletir-se em outros núcleos mais urbanizados (DOPICO, 1986, 2006, 2013, 2016, 2020). Uma outra dimensão, fundamental para o nosso tema e relacionada com a anterior, tem a ver com o impacte da organização conventual no mapa étnico e distribuição territorial das comunidades autóctones, uma vez que a nova organização decorrente da política imperial levou os povos locais à perda da independência e submissão à *iurisdictio* romana, à fixação de novos limites territoriais e à criação de identidades coletivas, como bem sintetizou DOPICO (2006: 429).

Em estudo publicado em 2012, Dolores Dopico e Juan Santos debruçaram-se, precisamente, sobre a adaptação das entidades indígenas às novas realidades administrativas criadas por Roma, nomeadamente os *conuentus*. Tentaram estes autores, entre outros assuntos, discernir quais os critérios utilizados por Roma para selecionar os *populi* adscritos a cada nova unidade territorial e quais os limites entre elas (DOPICO; SANTOS, 2012: 585). Em trabalho mais recente, a primeira daqueles autores volveu às breves passagens de Plínio sobre o tema para missão, de certo modo idêntica, a de relacionar o novo mapa administrativo à cartografia étnica anterior e contemporânea da conquista romana (DOPICO, 2017). Se bem que se reconheça que, em alguns casos, as autoridades romanas teriam vantagem em admitir o agrupamento «original» de entidades étnicas culturalmente aparentadas, como parece ter sucedido com a maior parte dos *Callaeci* (DOPICO; SANTOS, 2012: 591, 597); alguns exemplos revelam-nos também o contrário, ou seja, o poder impositivo de Roma, que levou a transformações internas, incluindo «*los cambios de denominación y las traslocaciones*» de alguns povos (DOPICO, 1988), como, aliás, bem documenta o édito de Bembibre (PEREIRA-MENAUT, 2015)[448].

No desenho dos territórios conventuais, a administração latina parece ter cruzado dois critérios, um de natureza étnico-geográfica (que «respeitou» os *Callaeci*), mas primordialmente de ordem estratégica em relação a ástures e cântabros, pela óbvia razão de segurança do Estado, que «*no aconseja unir a los pueblos sublevados, por diversa que haya sido su participación, sino separarlos, fragmentarlos cuidadosamente, de modo que los que se enfrentaron al emperador (...) serán repartidos en cuatro conventos diferentes*» (DOPICO; SANTOS, 2012: 587-588), expressão paradigmática da máxima «*diuide ut imperas*», como lembram os mesmos autores (*Ibid*.). Desconhecemos se a mesma política terá sido seguida no mapeamento das cividades, tendo as autoridades romanas respeitado o assentamento histórico dos grupos humanos ou modificando-o por conveniência administrativa (DOPICO, 2017:

[447] O que não excluiria, por certo, a possibilidade de, para assuntos mais prementes, o governador poder receber em audiência, na capital provincial, delegações ou representantes de cada uma das regiões. Isto poderia suceder circunstancialmente ou aproveitando os *concilia* que regularmente atraíam às capitais os delegados dos diversos *conuentus*, para fins religiosos, nomeadamente do culto imperial, e não só (DOPICO, 1986: 276; OZCÁRIZ, 2006: 67-71).

[448] É bem possível, como assinalámos anteriormente (ponto 2.4), que no âmbito das dinâmicas étnico-políticas endógenas, tais fenómenos possam ter tido lugar em épocas anteriores à conquista, ou, em especial, por efeito direto dos primeiros contactos com os conquistadores; mas certamente que, após a conquista e pacificação do território, tais intentos, a existir e de iniciativa indígena, teriam de ser sancionados por Roma.

259), mas, mais uma vez, o bronze de El Bierzo é eloquente a esse respeito, como veremos em continuidade.

4.2.1.3 – *Ciuitates*

Já, em capítulo anterior[449], expressámos – em visão de conjunto e manifestando também a nossa posição – as principais questões emergentes da cartografia dos *populi* pré-romanos da Galécia meridional e da sua (re)distribuição segundo o novo quadro político-administrativo das *ciuitates*. Também para esta instituição, a *tabula* de El Bierzo veio contribuir com decisivo dado cronológico, como atrás fizemos referência, mostrando que, provavelmente, a definitiva repartição provincial dos tempos augustanos, a divisão do território em *conuentus* e a sua subdivisão em *ciuitates* constituíram decisões políticas e atos concretos levados a cabo num intervalo temporal de poucos anos, ficando a sua conceção, muito provavelmente, concluída antes de encerrado o século I a.C. (DOPICO; SANTOS, 2017: 713). Naturalmente, a sua implementação efetiva, considerando a escala geográfica e o volume demográfico das populações envolvidas, não terá sido tão rápida e eficiente quanto o desejaria a administração romana, sendo por isso perfeitamente razoável, estender por algumas décadas o esforço da nova demarcação territorial (DOPICO, 2020: 417), não parecendo justificável, em nosso entender, continuar a defender-se, em nome da «menor organização» endógena dos povos de além Douro, a criação flaviana das cividades do noroeste (ALARCÃO, 2017: 205ss.).

Abrimos este ponto, sublinhando a importância e a singularidade da *tabula* de El Bierzo, e com ela o encerraremos. De facto, para além da debatida e insuspeitada novidade da *transduriana prouincia*, e da não menor novidade que constituiu a notícia de um *conuentus* madrugador, aquele documento jurídico regista com quase total claridade a omnipotente intervenção de Roma junto dos povos conquistados, tanto a nível da sua adscrição territorial e deveres fiscais, e de outra natureza, para com os vencedores, como da sua própria integração étnico-política. A atuação de Augusto pode, no caso vertente, ter sido justificada pelo particular contexto das guerras cântabras e suas consequências imediatas, mas nada impede que, pela mesma época ou anteriormente, situações similares não tenham ocorrido em outras paragens peninsulares. Como já notámos, a transcrição e leitura do texto epigráfico do bronze de Bembibre (e a própria autenticidade do documento) parecem ter ficado definitivamente esclarecidas, após algumas hesitações expressas em publicações anteriores, na reunião de especialistas realizada no Museu de León em 2000 (GRAU LOBO; HOYAS, 2001), restando todavia relevantes pontos em aberto na sua tradução e interpretação, como também ficou dito (ALFÖLDY, 2001: 17, 23)[450].

Em síntese, o que podemos depreender da «manipulação dos povos» patente no duplo édito ditado por Augusto em Narbona a 14 e 15 de fevereiro do ano 15 a.n.e.[451], pode

[449] *Vd. supra*, pontos 3.3 e 3.4.

[450] Com visões, por vezes, mesmo antagónicas, para o que basta pode consultar as diversas contribuições de duas das principais publicações de referência sobre a peça, GRAU LOBO e HOYAS (2001) e SANCHEZ-PALENCIA e MANGAS (2000).

[451] Usamos a transcrição e tradução deste autor: *Imp(erator) Caesar Diui fil(ius) Aug(ustus) trib(unicia) pot(estate)/ VIII[I] et pro co(n)s(ule) dicit/ Castellanos Paimeiobrigenses ex/ gente Susarrorum desciscentibus/ ceteris permansisse in officio cog/noui ex omnibus legatis meis qui/ Transdurianae prouinciae prae/fuerunt. Itaque eos universos im/munitate perpetua dono quosq(ue)/ agros et quibus finibus possede/runt Lucio Sestio Quirinale leg(ato)/ meo eam prouinciam optinente[m]/ eos agros sine controuersia possi/dere iubeo / Castellanis Paemeiobrigensibus ex / gente Susarrorum, quibus ante ea/ immunitatem omnium rerum dederam eorum loco restituo castellanos/ Aiiobrigiaecinos ex gente Gigurro/rum uolente ipsa ciuitate; eosque/ castellanos Aiiobrigiaecinos om/ni munere fungi iubeo cum/ Susarris/ Actum Narbone Martio/ XVI et XV K/alendas) Martias/ M(arco) Druso Li/bone, Lucio Calpurnio Pisone/ co(n)s(ulibus)* (ALFÖLDY, 2001: 17).

estruturar-se, a nosso ver (e incluindo já importantes variantes interpretativas), da seguinte forma:

(a) Entre 19 e 15 a.C. – quando à frente da província transduriana estava o governador *Lucius Sestius Quirinalis*, os *Paemeiobrigenses*, da *gens* dos *Susarri*, foram expulsos do seu território original, por razões desconhecidas, sendo nessas terras estabelecidos os *Aiiobrigiaecini*, da *gens*[452] dos *Gigurri* (PEREIRA-MENAUT, 2015: 19);

(b) Entretanto, no quadro das guerras cântabras, os *Aiiobrigiaecini* integraram os povos que se rebelaram contra os romanos, enquanto os *Paemeiobrigenses* não terão aderido a este movimento e mantiveram-se fiéis a Roma;

(c) Por édito de 14 de fevereiro de 15 a.C., e de acordo com informações – e talvez conselho – de «todos» os *legati augusti* que desde então haviam governado a Transduriana, os *Paemeiobrigenses* são recompensados de duas formas: (a) com imunidade perpétua em relação às obrigações ou exigências por parte da administração romana[453] e (b) sendo-lhes restituído o território original, com os mesmos limites, que tinham ocupado até ao governo de *L. Sestius Quirinalis*[454]. A frase «*quosq(ue)/ agros et quibus finibus possede/runt Lucio Sestio Quirinale leg(ato)/ meo eam prouinciam optinente[m]/ eos agros sine controuersia possi/dere iubeo»* tem dado azo a diferentes interpretações. PEREIRA-MENAUT (2015: 19) julgava que Augusto estaria a devolver aos Paemeiobrigenses os *agri*, com os respetivos limites que possuíam até ao governo de Sestio (o que implicava que, por ação deste ou outra razão, deles teriam sido deslocados); mas segundo ALFÖLDY (2001: 18) teria já sido Sestius a premiar, antes do ano 15, a fidelidade dos *Paemeiobrigenses*, ampliando as suas terras em prejuízo dos seus vizinhos (2001: 18), o que Augusto se limitaria a confirmar.

(d) Por fim, através de um édito de 15 de fevereiro seguinte, Augusto completou a sua decisão com a correspondente penalização aos *Aiiobrigiaecini,* informando os *Paemeiobrigenses* que os primeiros passariam agora a ocupar os seus territórios (com o acordo dos próprios *Aiiobrigiaecini*)[455], cumprindo todas as suas obrigações não já com os *Gigurri* (a sua *gens* original) mas com os *Susarri*.

Ou seja, como concluiu Gerardo Pereira, esta intervenção reorganizativa de Augusto castigou os *Aiiobrigiaecini* mudando-os «*de 'pueblo', de* ciuitas*, al desgajarlos de la de los* Gigurri *e incluirlos en la de los* Susarri*, a la que pertenecem los Paemeiobrigenses que*

[452] Termo que aqui poderemos tomar, provavelmente, na aceção pliniana de *populus*, independentemente da reconhecida ambiguidade do substantivo (RODRÍGUEZ, 1996: 14, 89ss., *passim*).

[453] Por imunidade (*immunitas perpetua* e *immunitas omnium rerum*) pode entender-se as prestações que os povos conquistados normalmente tinham que prestar, tanto em serviços como em bens (PEREIRA-MENAUT, 2015: 19) ou, como particulariza Alföldy, a isenção dos principais impostos, da obrigatoriedade do serviço militar e de *munera* públicos como o trabalho nas minas, abertura de vias e outros trabalhos (ALFÖLDY, 2001: 20).

[454] ALFÖLDY propõe interpretação diversa. Segundo o autor húngaro, teria já sido Sestius a premiar, antes do ano 15, a fidelidade dos *Paemeiobrigenses*, ampliando as suas terras em prejuízo dos seus vizinhos (2001: 18), o que Augusto se limitaria a confirmar; interpretação que, salvo melhor opinião, torna pouco compreensível a «troca de territórios» com os *Aiiobrigiaecini* determinada pelo segundo édito.

[455] A expressão do acordo dos *Aiiobrigiaecini* (*uolente ipsa ciuitate*) na sua mudança de estatuto, integração étnico-política e território parece algo desajustada no âmbito de uma atitude sancionatória, mas talvez os membros daquela *ciuitas* esperassem alguma vantagem da sua submissão aos *Paemeiobrigenses* (ALFÖLDY, 2001: 21) ou, porventura, tivessem manifestado a sua «anuência» apenas para evitar males maiores.

habían sido expulsados de su solar» (PEREIRA-MENAUT, 2015: 19). A prova documental de que estas determinações foram cumpridas encontra-se, quase uma geração depois do édito narbonense, na *tabula* lucense do Caurel, gravada no ano 28, onde surge como contraente Tillegus, filho de Ambatus, susarro, pertencente ao *castellum* «*Alobrigiaecus*», segundo proposta de M. R. HERNANDO SOBRINO (2002: 580)[456].

Assim se atesta, de modo muito direto, o papel da instituição de reorganização romana que mais intensos reflexos terá tido sobre as comunidades indígenas. É ideia comum que no desenho das *ciuitates* das novas províncias, Roma, usando de prudência e calculismo, terá, na maior parte dos casos, recolhido vantagens no respeito pelos limites e organização social dos povos conquistados (MARTIN, 1999: 175-176); porém, se por vezes tal sobreposição de tutelas se fez por decalque mais ou menos regular, em outras ocasiões, houve que subverter antigos laços e pactos, que os *populi* e *castella* perpetuavam por gerações.

A *ciuitas* é agora a figura administrativa e política que gere, «*de forma mais directa la vida de los indígenas, sus propriedades, sus impuestos, su gestión cotidiana local, que se supone autónoma, y sobre todo esto actúa directamente el Estado*» (DOPICO, 2020: 417). Antigos e orgulhosos guerreiros foram convertidos em simples *peregrini*, condicionados no gesto, no espaço e, certamente, nas armas; as suas terras transformaram-se em *ager publicus* e *uectigalis*, cuja *possessio* e exploração implica a contratualização de uma renda ou imposto, a *locatio-conductio*, como epigraficamente se atestou (DOPICO; PEREIRA, 1993). Podemos imaginar – sobretudo imaginar – o conjunto de tensões e negociações que terão tido lugar neste processo, obrigatoriamente mediado pelas autoridades locais, *principes* ou *magistrati*, que tiveram a dupla e conflitiva missão de servir a Roma, servindo, ao mesmo tempo, o seu povo e a memória dos seus antepassados.

4.3. AS FORMAS DE POVOAMENTO

4.3.1. Critérios e taxonomias

Do mesmo modo como fizemos para a ocupação humana na região em época imeditamente pré-romana[457], impõe-se agora que, a partir dos sítios inventariados e cartografados[458], tracemos uma panorâmica geral, e correspondente avaliação da paisagem antropizada que podemos considerar como correspondente já a um período de «ocupação» romana, ou, dizendo melhor, à época em que a área em estudo estava já sob domínio administrativo-militar de Roma, com as decorrentes e progressivas transformações nas formas de uso e exploração do território.

Já atrás deixámos expressas as limitações no registo e aquisição dos dados arqueológicos[459]; aliás, a simples consulta do inventário final traduz bem a fragilidade da informação original respeitante a muitos sítios, a começar por dúvidas quanto à localização exata de alguns, por discrepância entre distintos inventários. Ainda assim, assumimos o risco de uma tipificação, essencialmente como instrumento operativo, cujo critério exporemos de

[456] A expressão de *origo* tem motivado leituras algo diversas, como *Aiobaigiaeco* (*IRPLugo*: 75, n.º 55; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997d); *Aiobrigiaeco* (*HepOL*, 6435; ALFÖLDY, 2001: 26, n. 23), mas parece consensual, em qualquer caso, a sua correlação com o *castellum* mencionado no bronze de Bembibre (ALFÖLDY, 2001: 18; RODRÍGUEZ COLMENERO, 2001: 70).

[457] *Vd. supra*, ponto 3.2.

[458] A cartografia geral e temática segue no final do capítulo. As fichas de sítio podem ser consultadas no Inventário 10.1, no final do volume.

[459] *Vd. supra*, igualmente, o ponto 3.2. Vejam-se também neste ponto outras considerações metodológicas gerais, que interessam a todas as épocas recenseadas.

seguida. Previamente, porém, há que fazer algumas observações, acerca do princípio geral de classificação dos sítios, que assumimos como estando em uso na época de domínio romano; e também, decorrente da anterior, sobre as questões de cronologia.

Como também registámos a propósito da classificação das estações da Idade do Ferro, respeitámos praticamente sempre – salvo nos casos em que dada atribuição ou cronologia nos pareceu inaceitável, o que justificamos em ficha[460] – a classificação, caracterização e cronologia indicada pelo autores que primariamente escreveram sobre os sítios (nomeadamente em caso de escavações arqueológicas), não deixando, como nos competia num trabalho como este, de acrescentar algumas observações, correções ou pontualizações cronológicas, fruto da nossa experiência e conhecimento de terreno. Sendo a própria caracterização das estações arqueológicas muitas vezes vaga e imprecisa, as propostas cronológicas não podem ir muito além disso, pelo que, praticamente, limitámo-nos a distinguir entre ocupações de época romana, no geral, apontando apenas as subfases de Alto e Baixo-Império[461] quando para tal existia alguma informação substantiva.

Para ambas estas tarefas – caracterização e datação dos sítios – a larguíssima maioria dos dados procede de trabalhos de prospeção arqueológica, uma vez que apenas cerca de 19% dos locais inventariados foram objeto de escavações arqueológicas minimamente publicadas[462]. As prospeções de superfície (elas próprias também raramente publicadas com reprodução de materiais ou outras evidências) produzem, as mais das vezes, fragmentos de cerâmica de construção e, quando muito, algum pedaço de louça comum de fabrico aparentemente «romano», sendo muito raros os achados de *terra sigillata*, moedas ou outros itens datantes[463].

Uma das características mais notórias deste período da ocupação do território, sob a dominação romana é, desde logo, a diversificação do registo arqueológico, traduzindo igualmente uma maior variedade das formas residenciais e, pelo menos, dos usos económicos, observando-se também, de forma contrastante com o mundo castrejo[464], rituais de enterramento de intencional visibilidade. Cientes do risco de agrupar sob uma mesma categoria, indícios que sabemos serem, ou poderem ser (desenvolvendo-se a pesquisa de campo) bem distintos; tivemos de decidir de forma pragmática, considerando sobretudo a realidade da região com que trabalhámos. Seja como for, dentro da classificação de nível mais geral – necessária, em especial, para a legendagem da cartografia – poder-se-ão consultar nas fichas de sítio e outros registos de inventário[465], os detalhes disponíveis e, em muitos casos, até alguma discussão sobre a caracterização dos vestígios arqueológicos ainda observáveis ou registados em data mais antiga.

---

[460] Os campos das fichas de inventário e alguns critérios de preenchimento foram já descritos no capítulo de metodologia geral (ponto 1.2).

[461] Consideramos, genericamente, «Alto Império» o período dos séculos I-II, e «Baixo-Império» o dos séculos III-IV, o que aliás, face à natureza dos dados em apreço, tem um valor meramente indicativo.

[462] E, nesta percentagem têm significativo peso os sítios urbanos, nos quais as escavações arqueológicas não são orientadas por princípios de investigação, como sabemos, mas, essencialmente de salvaguarda.

[463] Sobre as críticas e limitações deste método - «classificar» um sítio como «romano» pelo simples achado de um par de fragmentos de *tegula* ou *imbrex* – tecemos já algumas considerações no ponto 2.4.3. Naturalmente que é um critério redutor e pouco seguro, até porventura grosseiro; mas num levantamento regional como o que executámos é a única possibilidade de obter uma imagem geral das redes e diacronia do povoamento. Como decorre da nossa própria experiência; à medida que aproximamos a escala de análise, ao nível de cada concelho, ou menos, será possível, certamente, melhorar a cartografia e corrigir as imprecisões, mas apenas, em princípio, com recurso a sondagens arqueológicas intrusivas ou, eventualmente, com prospeções de superfície mais intensivas e com metodologia adequada.

[464] É bem possível, como já deixamos dito, que a imagem da rede de povoamento e de exploração do solo da Idade do Ferro – praticamente reduzida à entidade *castro* – decorra, em grande medida, da nossa incapacidade de ler nos vestígios arqueológicas e nas próprias paisagens outras evidências distintas. Mas o facto, incontestável, é que os sinais arqueológicos da ocupação posterior são muito mais variados e disseminados.

[465] Vol. II, Inventário II, com as diferentes subsecções.

É possível enquadrar os testemunhos da «ocupação romana» da área de análise em grandes categorias super-estruturais, consoante se relacionem com a morada das comunidades e indivíduos propriamente dita (castros romanizados, povoados, *uillae*, granjas, casais, etc.), com determinadas atividades económicas (trabalhos mineiros, fornos, cetárias, etc.), com *aedificia* especializados, de carácter religioso ou outro, cuja articulação na rede de povoamento nem sempre é clara; ainda com a circulação de pessoas e produtos (vias e pontes) e, naturalmente, com os locais de sepultura, quer ocorram sob a mais habitual forma de necrópole, quer sejam apenas, quando verificável, meros sepulcros isolados. Considerámos como grandes categorias transversais às restantes, por poderem ligar-se a vários contextos, a prática epigráfica e a circulação monetária, particularmente testemunhada através dos tesouros, que serão objeto de apresentação em pontos próprios. Por fim, não pudemos deixar de reservar a classificação de «achados dispersos» para certos sítios completamente impossíveis de tipificar ou de outra forma e de «achados avulsos» para algumas ocorrências singulares mas cujo registo nos pareceu justificável.

Recordamos a tabela geral de tipificação dos sítios (Tabela 10) para que, por ela, nos guiemos na discussão dos princípios de definição de cada uma das categorias.

Tabela 10
Classificação dos sítios com ocupação de época de domínio romano

Código	Descrição
CR	*Castro romanizado*. Povoado proto-histórico com ocupação continuada em época romana.
P	Vestígios de povoamento estável romano (*uicus*, povoado, aldeia, casal, etc.).
V	*Villa* romana.
AE	*Aedificia* e construções romanos diversos (fornos, balneários, cetárias, etc.)
N	Necrópole, sepultura(s) romanas.
VP	*Viae* e pontes romanas.
T	Trabalhos mineiros romanos.
M	Tesouros ou ocorrência significativa de moeda romana.
E	Epígrafe romana.
OR	Outros achados ou vestígios romanos.

O primeiro conjunto de categorias diz respeito, *lato sensu*, aos locais de uso predominantemente residencial, que passaremos a expor.

a) Castro «romanizado»

Excetuando raras situações, nas quais se registaram escavações arqueológicas ou a informação proveniente de achados de superfície é substancial e segura, esta classificação deve considerar-se meramente indicativa e provisória. A atribuição não foi feita com base em critérios topográficos, toponímicos ou de outra natureza; tão só com base nas notícias de achados vindas a público ou constantes de relatórios técnicos dos diversos municípios ou bases de dados oficiais. Não é certo que todos os castros «romanizados» tenham ocupação da Idade do Ferro pré-romana (salvo quando tal é notório a partir das fontes), nem geralmente pode intuir-se, a partir das ocorrências superficiais, qualquer outro dado cronológico, de extensão dos povoados ou eventuais elementos defensivos ou arquitetónicos (dificuldade com que também se têm confrontado outros investigadores, *cfr.* MARTINS, 1995: 85), a menos que aqueles elementos sejam sugeridos na bibliografia[466]. Em plano inverso, também a

[466] Não obstantes estas incertezas, a inclusão desta categoria na malha de povoamento «romano» impõe-se por razões evidentes, nomeadamente pela sua importância na análise das redes de povoamento. De não ter seguido este critério na cartografia do seu *Roman Portugal* (ALARCÃO, 1988b) lamentar-se-ia, posteriormente, o douto professor (ALARCÃO, 1995: 387).

ausência, em certos castros, de vestígios de artefactos ou materiais de construção romanos não constitui sinal seguro do seu abandono nessa época (ALARCÃO, 1990b: 412), mas temos de conjeturar com os dados disponíveis e de maior probabilidade[467]. Dos 27 sítios classificados nesta categoria, apenas 8, menos de um terço, foram objeto de trabalhos arqueológicos publicados.

b) Aglomerados secundários e «uillae»

Este grupo de vestígios de ocupação antiga está entre os mais difíceis de classificar com alguma segurança. Por duas razões: por um lado porque a sua tipificação arqueológica, como método e doutrina da disciplina, estão longe de consensuais entre os especialistas; por outro, porque a natureza da evidência observável (mais uma vez, quase na totalidade resultante de prospeções superficiais) é vaga e imprecisa, como dissemos, não passando, em quase todos os casos assinalados, de parcos fragmentos cerâmicos de superfície.

Na verdade, a consideração dos dados arqueológicos de natureza residencial suscita dificuldades quase insuperáveis quando se desce dos *castros romanizados* às veigas agrícolas, devido à falta de escavações na generalidade desses núcleos de povoamento, mais ou menos concentrado ou disperso, dificuldades que aliás se traduzem na extensa terminologia mobilizada pelos inventários municipais e cartas arqueológicas – «povoados» (*uici*?), aldeias, granjas, quintas, casais, *uillae*, *aedificia*, *tuguria*, «*habitates*», achados dispersos, vestígios superficiais, etc. – realidades em que a concetualização anda por vezes muito à frente da confirmação no terreno das hierarquias e categorias propostas na rede de povoamento.

Como distinguir, por exemplo, sem escavação (ou mesmo com alguma área de escavação arqueológica) um casal da porção de uma «aldeia» ou da *pars rustica* de uma *uilla*? Dadas estas adversidades ao conhecimento – e também para não dispersar demasiado os dados com base em informação tão frágil e inconsequente –, a tipificação que fizemos destes sítios distingue, essencialmente, os indícios que podemos, com maior ou menor segurança, atribuir a *uillae*, reservando para um grande lote mais indistinto os «vestígios de povoamento estável romano (*uicus*, povoado, aldeia, casal, etc.)», sendo duvidosos neste título, não só a «estabilidade» do povoamento como a distinção de todas as entidades agrupadas pelos parêntesis. Intentámos assim, na formulação de Jorge de Alarcão, propor – na esteira, aliás, de autores precedentes – uma «classificação premonitória dos lugares» (ALARCÃO, 1995: 391). Pese embora todo este elenco de dúvidas perante a realidade verificada no terreno, impõe-se que façamos um sucinto ponto de situação sobre estas modalidades de ocupação do território, com base, essencialmente, na literatura arqueológica moderna sobre o tema, considerando em especial a que se reporta ao norte de Portugal e regiões mais próximas.

O critério taxonómico usado pela generalidade dos autores que se têm dedicado a este tema – trabalhando quase sempre em modelos com ausência de sítios escavados, ou com sondagens muito pontuais – fundamenta-se essencialmente em dois pilares: (a) a área de dispersão dos vestígios e (b) a sua natureza, acrescentando-se pontualmente, se há bom conhecimento do terreno, (c) alguns indicadores de ordem topográfica, proximidade a rios ou vias, achados epigráficos próximos ou outros. Neste esforço destacou-se principalmente, pela sua sageza e profundo conhecimento da romanidade em Portugal, Jorge de Alarcão, que publicou um conjunto de ensaios referenciais (ALARCÃO, 1990b, 1995, 1998c; 1998d; 1999d)[468], que analisaremos em conjunto com as propostas de outros autores, nomeadamente Fermín PÉREZ LOSADA (1987, 1991, 1996, 1998, 2002).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[467] Na realidade, a observação de Alarcão parece-nos razoável, talvez em zonas talvez mais interiores, para a primeira metade do século I, mas começa a ser muito improvável, a partir dessa data. Na região do nosso estudo, de fácil circulação e com uma rede de povoamento densa, potenciada pela exploração mineira nas áreas mais montanhosas, julgamos tal hipótese muito pouco plausível, como adiante se discutirá.

[468] Para uma visão analítica dos importantes contributos de Jorge de Alarcão para esta temática, veja-se o texto de Pedro CARVALHO (2004), publicado, precisamente, num volume de homenagem àquele Autor.

Num dos primeiros trabalhos, dedicado precisamente à região do Entre-Douro-e-Minho (ALARCÃO, 1995), ensaia um modelo de rede de povoamento de época romana hierarquizado em três níveis[469]: (a) aglomerados urbanos principais, cidades; (b) secundários (*castella* e *uici*) e (c) terciários: *uillae*, quintas, casais, *mansiones* e *mutationes* (*Idem*, 388), pretendendo o texto dedicar-se particularmente ao segundo nível. Todavia, em estudos publicados algum tempo depois – considerando áreas geográficas mais amplas[470] – o autor altera sensivelmente este quadro de classificação: no segundo nível deixa apenas os *uici*, «despromovendo» os castros romanizados (*castella*) para o patamar inferior, a par das *aldeias* (nova classe) e três formas de povoamento rural disperso – *uillae*, granjas e casais (ALARCÃO, 1998c: 177ss.). Um outro trabalho vindo a público no mesmo ano (ALARCÃO, 1998d) é especificamente dedicado aquelas modalidades de ocupação rural. Passemos em revista as definições propostas por Alarcão para cada um destes tipos e, ao mesmo tempo, a procura de uma terminologia mais afinada por parte do mesmo autor, elementos que nos servirão de padrão para posterior confronto com outras sugestões.

i) Cidades

Esta categoria não oferece qualquer dúvida a Alarcão, pois apenas *Bracara Augusta*, no Entre Douro e Minho, cumpre os requisitos para tal classificação. Todavia, o autor anota que as cidades, capitais de *ciuitas*, designadas pelos Romanos como *oppida*[471] ou também *ciuitates*, neste caso coincidindo a urbe capital com a circunscrição, variavam muito em dimensão, podendo até ser «menores (…) que certos aglomerados de segundo nível a que chamaremos *uici*.» (ALARCÃO, 1998c: 177)

ii) Castella

Considerando que os castros que permaneceram habitados durante a época romana (que designa, indiscriminadamente, como *castella*) apresentam dimensões e aparato muito diverso, J. Alarcão propõe a sua divisão em duas classes: os maiores e, aparentemente, mais importantes, como o Monte Mozinho (Penafiel) ou o castro de Alvarelhos (Santo Tirso) pertenceriam ao segundo nível, baixando os restantes para a terceira classe de sítios (ALARCÃO, 1995: 388-389); no trabalho posterior porém, enquadra todos os *castella* no patamar inferior (ALARCÃO, 1998c: 177-178).

iii) Vici

Este tipo de estabelecimentos é definido por Alarcão com recurso ao testemunho de Isidoro de Sevilha, numa passagem bem conhecida e que transcrevemos segundo a tradução do mesmo autor:

> «O *uicus* denomina-se assim porque é constituído por casas, tem ruas e não tem muralhas. Carece, pois, das defesas que as muralhas proporcionam. Também se chamam *uici* as habitações de uma cidade (*isto é, os bairros*). O *uicus* deve o seu nome ao facto de fazer as vezes da cidade, ou porque tem ruas e não tem muralhas»[472].

Passando à análise do território que tinha em observação, Alarcão, exprime a sua convicção sobre a possibilidade de identificar «alguns *uici*» no Entre Douro e Minho, todavia

[469] Um pouco à semelhança da proposta de PÉREZ LOSADA (1998), embora com variações no conteúdo objetivo de cada um dos níveis.

[470] Este aspeto é bastante relevante, como veremos ao abordar as propostas de outros autores, pois sendo a «paisagem romana» da atual região portuguesa certamente diversificada, em função de fatores geográficos e de outra natureza, é normal que certos modelos regionais não se apliquem em áreas distintas. Ao arriscar uma perspetiva «nacional», Jorge de Alarcão não deixou, em várias passagens, de sublinhar tais diferenças de escala e de geografia.

[471] Citando, a propósito desta indicação, A. JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, 1993.

[472] *Etimol*., XV, 2, 12 (ALARCÃO, 1995: 388).

reconhecendo a impossibilidade, por falta de escavações, de determinar o seu perímetro, e observando que, como qualquer aglomerado urbano, a importância dos *uici* poderia resultar tanto da sua superfície como das «funções administrativas, económicas e religiosas que exerciam». Como critério arqueológico de identificação de um *uicus*, propunha Alarcão a sua localização sobre uma via principal e a «presença de um número razoável de inscrições funerárias», indiciadoras da existência «de várias famílias», indicando, como exemplo de um destes núcleos, Caldas de Vizela, de onde é proveniente um significatico conjunto epigráfico (*Idem, ibid*., 388-389, 398). Paralelamente, a dimensão poderá também ser considerada, julgando o mesmo autor uma superfície de dispersão de vestígios, pelo menos, a rondar os 30.000 m^2, para recomendar a tipificação de um sítio como eventual *uicus* (ALARCÃO, 1998d: 95-96).

iv) Aldeias

A referência às «aldeias» aparece nos trabalhos de 1998 do mesmo autor. Reconhecendo que se tratava de um «fenómeno mal estudado em qualquer parte do Império» (ALARCÃO, 1998c: 178), exemplifica o modelo com dois exemplos da Bretanha romana e indica que, em Portugal, terão existido aldeias na região oriental de Trás-os-Montes, onde terão sucedido ao abandono da maior parte dos castros, constituindo, a avaliar pelos vestígios superficiais, «povoados abertos em áreas de considerável aptidão agrícola» (*Ibid*., 181)[473]. Ensaia também, a partir de estudos publicados e por simples análise cartográfica, o reconhecimento de aldeias na região envolvente de Tongobriga[474], na zona do Mondego (*Id., ibid*., 180-185), nas imediações de Collippo, Batalha[475] (ALARCÃO, 1998d: 92) e, de modo particular, analisa os arredores de *Aquae Flaviae*[476], onde propõe a identificação de diversas aldeias, categoria que, aliás, o autor do estudo de campo (AMARAL, 1993) não utiliza. Ainda assim, a partir dos restos identificados e da área de dispersão dos vestígios de superfície, Alarcão propõe que as aldeias da época na região flaviense explorariam uma área de cerca de 150 hectares[477], correspondendo a um efetivo demográfico de entre 9 a 18 fogos, ilustrando até, sugestivamente, a hipotética recriação de um povoado com essas dimensões (ALARCÃO, 1998d: 102, Est. I). Não obstante, Jorge de Alarcão não consegue reconhecer a presença de aldeias nas imediações da cidade romana de *Vissaium* (Viseu)[478] e tão pouco crê na sua existência no Alentejo (*Idem, ibid*,, 91-92; 1996b)[479].

Como possível indicador dos traços arqueológicos de uma aldeia, Alarcão sugere a dispersão de vestígios não monumentais (isto é, excluindo «mosaicos, mármores de revestimento, sigillata ou sigillata clara, cerâmica de paredes finas, lucenas, vidros», o que indicaria uma *uilla*) por uma área, aproximadamente entre 10.000 a 30.000 m^2 (ALARCÃO, 1998d: 95-96).

Agrupámos as seguintes duas categorias, porque, do mesmo modo, surgem algo fluídas nos estudos em apreço. Enquanto as aldeias representam uma modalidade de povoamento

[473] Baseia-se Alarcão no conhecimento direto que resultou do acompanhamento dos trabalhos de doutoramento de Francisco Sande Lemos e respetivo trabalho final (LEMOS, 1993).

[474] A partir de DIAS, 1997.

[475] Sobre os dados de BERNARDES, 1996.

[476] Com base na dissertação de mestrado de Paulo AMARAL (1993).

[477] Correspondendo, no máximo, a um aro cultivado de cerca de 1 a 1,5 km de raio (ALARCÃO, 1998d: 92), mas como medida geral, podendo ser algo distinto em Trás-os-Montes.

[478] Como recentemente se apurou (CARVALHO; FERNANDES, 2009). Alarcão baseou-se, sobretudo, nos estudos de João Inês VAZ (1993).

[479] Importa observar, para que melhor se compreenda os ensaios cartográficos de Jorge de Alarcão, que, além dos dados de campo publicados ou disponíveis em trabalhos académicos, Alarcão utilizou, como era comum à época, análise espacial baseada no desenho de «polígonos de Thyssen», nos quais articulava a hierarquia de povoamento, método que, aliás, explica detalhadamente (ALARCÃO, 1995: 396ss.). Não obstante, em trabalhos coevos (ALARCÃO, 1996b), recorre também ao cálculo de áreas de exploração (*site catchment analysis*).

agrupado, em alternativa ou coexistindo com os *castella* e os núcleos urbanos, chegamos agora à propriedade particular, traduzida por estâncias dispersas pelo *ager* as quais – com exceção das *uillae* quando a sua caracterização é evidente – se distinguem apenas pela maior ou menos área de dispersão dos materiais arqueológicos (cerâmica de construção ou doméstica, pedras de construção, mós manuais, etc.).

v) Quintas e granjas

A tipificação desta forma de propriedade rural encontra as primeiras dificuldades na própria nomenclatura, pois não pode ser rastreada, com segurança, nos escritos dos agrónomos ou outros autores clássicos. Inicialmente, Alarcão prefere, inicialmente, o termo *quinta*, o habitual no Português, ao galicismo e pouco conhecido *granja*. Uma *quinta*, diz, será um estabelecimento maioi que um casal

> «isto é, com maior área de dispersão superficial dos achados; melhor construído, o que se traduzirá por silhares bem aparelhados, colunas ou capitéis; e com mais elevado nível económico e cultural do proprietário, o que se evidenciará pela presença de terra sigillata ou de outras cerâmicas finas, lucernas, vidros»,

propondo, em consequência, uma superfície de dispersão de vestígios entre 1.000 e 5.000 m^2 (ALARCÃO, 1995: 390-391). Mais tarde, acaba por preferir a palavra granja, equivalente a *uilla* rústica, acrescentando aos materiais «fósseis-diretores» «algum resto de *opus signinum*, algum tijolo de coluna, fuste tosco de pedra local ou capitel simples toscano» (*Idem*, 1998d: 96-96).

vi) Casais

Um casal poderá ser identificado pela presença de *tegulae* e *imbrices*, eventualmente acompanhadas de cerâmica comum, localizados numa área mais limitada, entre os 100 e os 1.000 m^2 (ALARCÃO, 1995: 390; 1998d: 95-96)[480], podendo estimar-se uma área mais frequente entre os 400 e os 600 m^2, advertindo, contudo, quer para especificidades regionais, quer para a presença de «anexos ou edifícios subsidiários das *uillae*», relativamente isolados e que corresponderiam a *tuguria*, ou cabanas de guardas, lenhadores pastores, etc. (*Idem*, 1998d: 95). Com base em documentação medieval, Alarcão encontrou referências a «casais» que podiam possuir terras na ordem dos três a seis hectares, podendo chegar aos 35 ha, mas certamente alguns seriam bastante reduzidos, podendo talvez – acrescenta – aplicar-se-lhes a designação utilizada por César (*Bell. Gall*., IV, 43), de *aedificia* (*Ibid*., 93-94).

vii) Mutationes e *mansiones; «habitates»*

A especificidade destes estabelecimentos viários só pode ser determinada, em nossa opinião, através de escavação e relativamente extensiva, pois mesmo o critério de proximidade às estradas principais é bastante relativo e admite diversas possibilidades, nomeadamente a sua presença isolada ou integrada num *uicus*, dificuldades que também Jorge de Alarcão reconhece, não apresentando, assim, indicadores particulares para estas estações, associando-as a categorias de vestígios indeterminados que, provisoriamente, sugere poderem ser designados como *habitat* (ALARCÃO, 1995: 391), ignorando até estas categorias nos trabalhos posteriores.

Reservamos para o final a categoria de residência e grande propriedade, que, não estando isenta de grandes dúvidas e debates, fornece aos arqueólogos a ilusão de uma mais nítida classificação, nomeadamente quando têm a felicidade de achar restos de notória excecionalidade.

[480] Em trabalho posterior afina estas dimensões para o intervalo entre 2-3 e 10 hectares (ALARCÃO, 1999d: 31).

c) Villae

Já em 1980, Alarcão se referiu às *uillae* romanas do norte do País, nomeadamente para criticar a tese de Alberto SAMPAIO (1923), que acreditava na sua sobrevivência, com o *fundus* inalterado, entre o Império e as *uillae* da chamada «Reconquista» (ALARCÃO, 1980). Definindo as primeiras, recorda que devem ser entendidas como «uma grande propriedade rústica», com um «*fundus* importante e bem cultivado», segundo o citério de Varrão (*Res Rust*., III, 2), sendo as *uillae* menores sempre residências de características muito particulares (*Idem*, 174)[481]. Não arriscando propor uma superfície mínima, tanto para a *uilla* como para os seus vestígios, em função da diversidade do território («uma propriedade de 100 hectares no Minho pode apresentar maior riqueza que uma de 1000 no Alentejo»), considera a presença de mosaicos como o elemento mais seguro para a identificação deste género de propriedade (*Ibidem*, 175)[482]. Em trabalho de maior fòlego (ALARCÃO, 1990b), o mesmo autor dedica várias páginas às *uillae* e casais de época romana, começando por contradizer a tese, tradicional, da existência de latifúndios no Alentejo, propondo, a partir de trabalhos de prospeção próprios, uma dimensão média entre os 150 e os 250 hectares para estas propriedades em certas partes daquela região, onde igualmente existiriam casais.

Admitindo a impossibilidade de «a definição rigorosa dos conceitos de villa e de casal e a delimitação clara de uma fronteira entre os dois tipos de propriedade rural» (*Id*., 422) acaba por propor outros indicadores arqueológicos além dos mosaicos, como a evidência de instalações termais ou elementos arquitetónicos mais monumentais, com as devidas reservas e, nomeadamente, o achado de uma única inscrição funerária, por poder indiciar um jazigo familiar; todavia, mostra-se bastante cético quanto ao recurso ao critério da área de dispersão dos vestígios, lembrando o impacte de fatores naturais e antrópicos posteriores, como a inclinação dos terrenos ou a atividade agrícola, que tornariam tal atribuição, sem escavação arqueológica um mero «cálculo de probabilidades» (ALARCÃO, 1990b: 419-423).

Posteriormente, este Autor, mantendo os mesmos critérios materiais de identificação – mosaicos, termas e epigrafia funerária singular (ALARCÃO, 1995: 390) – acaba por ensaiar um escalonamento de valores para o tamanho das *uillae* em Portugal, «uma propriedade de cerca de 200 hectares, sem prejuízo de, no Alentejo, poder alcançar 400 ou 600 e de, no Norte e Centro, poder descer a 75 ou 100» (ALARCÃO, 1998d: 92), acabando por sugerir, como valor referencial, em termos arqueológicos, uma área de dispersão de vestígios de 5.000 a 25.000 m2 para a possibilidade de em um dado local se encontrarem os restos de uma *uilla* (*Ibid*., 93). A par da área residencial mais concentrada, incluindo já os anexos agrícolas, o mesmo Autor analisa igualmente os hipotéticos *fundi* que estas explorações cultivariam (*Ibid*., 96-98), aspeto que ora não nos interessa de forma direta.

Das restantes categorias constantes da Tabela 10, e que usámos para categorização dos sítios recenseados, não oferece dúvidas o significado da maior parte, merecendo apenas aclaração a utilização do substantivo plural *aedificia* para enquadrar um conjunto de vestígios relativamente diversos. A maior parte dos autores modernos, interpretando o sentido que o termo assume na literatura latina, faz corresponder *aedificia* a construções, ou anexos, essencialmente, de âmbito rural (CARVALHO, 2004: 124) mas Jorge de Alarcão, lembrando a singeleza com que César descreveu a organização territorial gaulesa - «*Agros, aedificia, vicosque habebant*»[483] (ALARCÃO, 1998d: 94-95) admite o uso do substantivo para expressões não urbanas, digamos assim, do povoamento concentrado. Nesta linha, aplicámos,

[481] Na verdade, independentemente de alguma imprecisão, ou variabilidade, no conceito de *uilla*, à luz das definições dos autores clássicos (VILLANUEVA ACUÑA, 1991: 320), este tipo de instalação cobra a sua especificidade, precisamente, pelo enquadramento rural, a par da expressa romanidade da sua vivência doméstica (PÉREZ LOSADA, 1987: 85).

[482] Neste trabalho, Alarcão enumera apenas quatro sítios com mosaicos no norte do país, situação que, passadas quatro décadas – e excetuando as ocorrências urbanas de Braga e do Porto – em pouco se alterou. *Vd*. ABRAÇOS, 2019 para uma síntese recente.

[483] *De bello Gallico*, IV, 43.

com alguma liberalidade mas essencialmente por razões práticas, a um conjunto de elementos edificados que inclui um balneário (o do Pinheiro, AE5), um forno de telha (AE6), diversas estruturas «industriais», com destaque para os tanques e salinas de Matosinhos (AE1 a AE3) e outros edifícios mais ou menos «avulsos», um deles seguramente de função religiosa e sepulcral (AE8).

Ao mesmo tempo que Jorge de Alarcão desenvolvia os estudos a que acima fazemos referência, principalmente durante a década de 1990, e também em anos mais recentes, outros investigadores, muitos deles em estudos de doutoramento dirigidos pelo próprio Alarcão, têm vindo a realizar levantamentos de campo nas mais diferentes partes do país, normalmente adaptando ou revendo, à luz de outros critérios ou metodologias mais atuais, a taxonomia do professor de Coimbra, criticável em muitos aspetos, como veremos, mas que teve o método de ousar propor uma nova reflexão sobre as hierarquias e redes de povoamento do período da dominação romana na Hispania.

Numa enumeração não exaustiva, podemos lembrar os trabalhos utilizados inicialmente por Alarcão para a região de Trás-os-Montes oriental (LEMOS, 1993); a veiga de Chaves (AMARAL, 1993) ou a *ciuitas* de Viseu (VAZ, 1993; 1997), a que teremos de acrescentar os estudos desenvolvidos para a região de *Collippo*, Leiria (BERNARDES, 1996; 2000; 2007), a zona de Beja (LOPES, 2003), para a Beira Alta (VIEIRA, 2004) e Beira Interior (CARVALHO, 2007), a área do Alto Côa (OSÓRIO, 2006) e, regressando ao Entre Douro e Minho, os trabalhos de Brochado de Almeida (ALMEIDA, CB 1990; 2003a; 2003b), de Helena P. CARVALHO (2008), de Álvaro MOREIRA (2009) e outros, designadamente os correspondentes a muitas cartas arqueológicas regionais ou municipais, observando-se em todas estas publicações, de forma quase sistemática, alguma discussão ou tentativa de definição da terminologia utilizada para caracterizar os sítios arqueológicos de época romana. Um ensaio comparativo de todos estes trabalhos seria fastidioso e de pouca utilidade prática, porque cada um traduz, antes de mais, a respetiva realidade geográfica e a própria experiência de campo de cada arqueólogo, mas não deixaremos de repescar algumas observações, tomando o esquema de Jorge de Alarcão como paradigma matricial.

Aliás, se alguns estudiosos adoptam e tentar testar, no terreno, o modelo de Alarcão para os aglomerados rurais secundários, como Perestrelo e Osório na bacia do rio Côa (PERESTRELO, 2003; OSÓRIO, 2006), outros, em face da maior homogeneidade dos vestígios ou, simplesmente, da incapacidade de uma hierarquia satisfatória, preferem taxonomias mais sóbrias, como fizeram Sande Lemos, que distinguiu apenas as *uillae* dos casais rurais (LEMOS, 1993: 409, 417), Manuela Martins na bacia do Cávado, que dividiu a mancha de povoamento romano, basicamente, entre *uillae* e casais (MARTINS, 1990: 224), ou ainda Inês Vaz, que na área da *ciuitas* viseense, distribuiu este género de povoamento entre *uillae*[484] e *habitates*, que assumiu como «categoria teórica que terá de ser submetida a uma posterior radiografia para determinar as várias categorias de povoamento» (VAZ, 1997: 413), dificuldade inerente à evidência arqueológica que levou mesmo J. P. Bernardes, evitando o sentido ecológico do termo anterior[485], a criar uma categoria de «não-sítios», ou seja, *sítios* registados em consequência de qualquer forma de vestígio arqueológico, mas tão indeterminado que não admite qualquer tipificação (BERNARDES, 2007: 19).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[484] Que caracteriza, essencialmente, pela localização topográfica em bons terrenos agrícolas de meia encosta, proximidade a vias e ocorrência de *terra sigillata* (VAZ, 1997: 411-412).

[485] Veja-se, para uma crítica sobre a recorrente aplicação deste termo a contextos arqueológicos, CALO LOURIDO, 2005: 92-93 (e, para uma tentativa de singela «justificação» do facto, na mesma publicação, o nosso SILVA, 2005a: 172-173).

Normalmente, o critério de reconhecimento arqueológico das vilas romanas não levanta grandes discussões, até porque são raras as conhecidas na região centro e norte do país e as identificadas com maior claridade, exibem um conjunto de vestígios relativamente expressivos a este respeito; os problemas maiores emergem nos núcleos menores, nomeadamente na dicotomia entre o casal e a mais extensa granja/quinta, uma vez que os testemunhos que têm vindo a ser topados em prospeção não intrusiva ou exumados em escavação – muitas vezes em trabalhos de salvaguarda minimalistas ou pesquisas de modesto orçamento – quase nunca permitem uma clara perceção da mancha ocupada, inviabilizando a aplicação de qualquer avaliação espacial.

Pessoalmente, temos estado particularmente interessados nos esforços para a parametrização da modalidade do «casal», muito em especial pela circunstância de termos sido responsáveis, durante muitos anos, pela escavação de um pequeno sítio romano que assim designámos, o «casal romano» da Malafaia, no concelho de Arouca, situado a sul do Douro, a pouco mais de 50 km da cidade do Porto. Trata-se de um edifício aparentemente isolado, composto por diversos compartimentos, com diversas fases construtivas, talvez desde a segunda metade do século I, ou começos do II, até, provavelmente, ao século VI; nos vestígios exumados na escavação, contam-se raras sigillatas, um par de fíbulas em bronze, e vidro, não ocorrendo moedas nem epigrafia[486] e sendo as restantes cerâmicas comuns; no plano arquitetónico, a construção não revela quaisquer sinais de destaque, com a exceção de dois capitéis jónicos em granito, cuja funcionalidade no imóvel não pôde ainda ser aferida. Entre a área objeto de escavação e a zona de dispersão de vestígios na envolvente, o sítio não parece ter atingido, sequer, os 3000 m^2. Com base nestes indicadores e na literatura atinente, temos vindo a descrever a Malafaia como um *casal* romano e tardo-antigo (SILVA, 2004: 255-261; SILVA *et al*., 2008; SILVA, LEMOS, RIBEIRO, 2013; 2017), se bem que, pela natureza de alguns dos achados, e pelo critério de área de dispersão dos vestígios sugerido por Jorge de Alarcão (1998: 94-95), uma classificação como granja/quinta fosse, talvez, mais adequada. À falta de maiores elementos, navegamos entre um «grande casal» e uma «pequena granja»[487].

Esta métrica de J. Alarcão, que, aliás, tem sido objeto de diversas propostas de revisão regional,[488] confronta-se com as dificuldades que o próprio e outros autores (KUZNETSOVA-RESENDE, 2003) não deixaram de apontar para a caracterização da pequena propriedade agrícola romana e que só poderão começar a ser solucionadas com um número muito maior de sítios desta natureza escavados. Na verdade, são ainda muito poucos os *aedificia* romanos isolados que foram objecto de investigação no norte do país; e, seja como for, dada a natureza local, autóctone e orgânica destes estabelecimentos agrários ou, certamente, agro-pecuários, não é de esperar grandes proximidades entre o modelo planimétrico da Malafaia e construções congéneres.

Entre estas – que todavia não podemos deixar de evocar e pôr em paralelo com o sítio arouquense – contam-se, para referir aqueles situados mais a norte, a Bouça do Ouro (Boelhe,

[486] Esbora esta ocorra em lugar relativamente próximo, com uma ara dedicada a Vitória e, pelo menos, uma inscrição funerária, a cerca de 350 metros para sul (SILVA, 2004: 301).

[487] Na verdade, além dos achados epigráficos mencionados na nota anterior, também a cerca de 600 metros para noroeste, perto de uma igreja paroquial antiga, ocorreram materiais romanos (SILVA, 2004: 284), pelo que a Malafaia poderá também constituir, como também já propusemos, a parte rústica de uma uilla ou outro estabelecimento de maior escala (SILVA *et al.*, 2008: 727-728; SILVA; LEMOS; RIBEIRO, 2017: 651-652).

[488] *Cfr*. LOPES, CARVALHO, GOMES, 1998: 139-40; LOPES, 2003: 241-8; CARVALHO, 2004; VIEIRA, 2004: 30-1; OSÓRIO, 2006: 109-10; BERNARDES, 2007: 19-20; CARVALHO, 2007: 287-308, 409-12; CARVALHO, 2008: 49-50.

Penafiel)[489], uma estação arqueológica já da margem direita do Douro mas apenas a cerca de 25 km da Malafaia; aqui foram escavados um conjunto de dois edifícios utilizados entre a 2ª metade do séc. I e os séculos III-IV, com profundas reformulações no Baixo-Império (SOEIRO, 1998). Outro local com algumas semelhanças na planta e pequena dimensão das construções é o Casal do Relengo, no Sabugal, Beira Interior, sítio definido como uma unidade aparentemente familiar, de planta algo atípica, apresentando vários compartimentos e dois momentos de ocupação descontínuos, o primeiro de finais do séc. I e outro dos séculos IV-V (OSÓRIO *et al.,* 2008).

Infelizmente, não obstante alguns achados de epígrafes e outros materiais romanos feitos nas proximidades, não temos (e não vemos como poderemos vir a ter) qualquer ideia sobre o *fundus*, a área de exploração do núcleo familiar (?) que terá vivido na Malafaia[490], pelo que continua em aberto a possibilidade de interpretar este casal, ou conjunto de *aedificia*, de acordo com o pragmático enquadramento de C. A. Brochado de Almeida, referindo-se a «todas aquelas explorações agrícolas que se espalharam pelo *ager*, mas cujos *fundi* se quedaram sempre por uma mediania, a suficiente para que uma família pudesse garantir o auto-consumo e mesmo ainda vender os excedentes, em épocas de maior produção» (ALMEIDA, CB, 2003a: 367).

4.3.2. Os dados arqueológicos

Como vimos já, a diversidade das formas de ocupação do território levou-nos, em consequência das categorizações originais dos sítios – a qual, na maior parte dos casos, respeitámos – a pluralizar um pouco a taxonomia arqueológica, mais, talvez, que o desejável. No entanto, se, por um lado, estamos bem conscientes da artificialidade de algumas classificações arqueológicas; por outro, na larguíssima maioria (quase generalidade) dos casos, as informações disponíveis não permitem que se afine ou aprofunde o quadro classificativo, como se observará.

4.3.2.1. Castros «romanizados»

No essencial, já abordámos esta categoria de sítios no capítulo respeitante à ocupação da Idade do Ferro[491], tendo então destacado os principais elementos de caracterização dos principais povoados, não só no respeitante à época sidérica, como igualmente à utilização dos povoados em fases posteriores.

Na verdade, se é facto atestado que muitos desses povoados de altura foram abandonados na altura da conquista romana, ou poucas décadas depois; outros, porém, continuaram a ser ocupados durante o Alto Império, ou mesmo durante todo o tempo da dominação romana, podendo variar, isso sim, a densidade do aglomerado populacional, em consequência dos factores mais diversos[492]. Ou seja, ainda que crescentemente secundarizados, e certamente, com um efetivo demográfico reduzido em muitos casos, os castros fazem parte da paisagem «romanizada» da Galécia meridional, pelo que, necessariamente, terão de ser considerados na rede de povoamento (Inventário II.C, Fig. 50).

---

[489] *Vd*. Vol. II, Inventário, II.D, ficha P11.

[490] Aliás, apesar do local ter sido objeto de uma ação de conservação e valorização por parte do Município, a sua escavação não se encontra totalmente concluída, faltando ainda, pelo menos, tentar esclarecer a planta do conjunto a Poente.

[491] *Vd. supra*, ponto 3.2.

[492] Embora admitamos a reocupação, no Baixo-Império, ou mesmo já depois do século V, de alguns castros entretanto desabitados, estamos convencidos – mais por intuição que por informação positiva, que é de todo inexistente – que tais situações terão sido muito pontuais e fruto de circunstâncias locais.

Infelizmente, são muito escassos os povoados castrejos nos quais pode datar-se, com alguma segurança, os inícios e o final da sua habitação; ou as características dos seus ciclos de vida intermédios, quando seguiram ocupados até à queda do Império. Na região que tomámos como objeto de estudo, dos 27 castros «romanizados» que registámos, apenas de 8 possuímos dados procedentes de escavações arqueológicas, e desses, apenas 2 com estudo e publicação mais ou menos integral das escavações realizadas, que são, precisamente, a Suvidade de de S. Mamede de Recezinhos, em Penafiel (CR18), povoado no qual, apesar do estado de destruição em que se encontrava, conseguiu determinar-se uma ocupação, talvez contínua, entre o Bronze Final e o Baixo-Império (SOEIRO, 1986b); e o Monte Mozinho (CR16), «castro» de que adiante trataremos, em ponto próprio[493], mas que, pela sua atipicidade, hesitámos mesmo em integrar nesta categoria de povoamento. Dos restantes povoados da região, contamos apenas, a norte do Douro, com informações sobre o castro de Guifões (CR05), que, indiretamente e pelo espólio recolhido, sugerem uma ocupação longa, uma vez que as escavações modernas incidiram apenas em ambientes tardo-romanos (Fig. 51)[494]; e com os castros «urbanos» da cidade do Porto: o da Penaventosa (CR20) com sequência de ocupação, aparentemente, ininterrupta (Fig. 52); o de Santa Catarina (CR19), com escassos dados disponíveis, de natureza cronológica, havendo indícios, porém de uma ocupação longa[495].

Na margem sul do Douro, com exceção do Castro da Baiza (CR27), de fundação antiga mas que parece ter sido desabitado (?) pelos meados do século I (SÁ; PAIVA 1994a: 46-47), os restantes, o Castelo de Gaia (CR26) (Fig. 53) e o Monte Murado (CR25), povoado célebre pelo achado das duas *tesserae hospitales* que perenizaram o pacto entre *Decimus Iulius Cilo* e os *Turduli Veteres* ali residentes (Fig. 54)[496]. Ambos os castros terão tido residência permanente desde os começos do primeiro milénio a.C., sendo que, para este último, os dados arqueológicos provenientes de escavações são ainda escassos; enquanto para o Castelo de Gaia, o contributo de diversas intervenções recentes tem vindo a pontuar, com segurança, fases de ocupação bastante estendidas no tempo, como pode ver-se nas fichas respetivas dos Inventários II.C e IB.

4.3.2.2. Povoados (núcleos de povoamento)

Nesta categoria agrupam-se quase meia centena de sítios. A informação disponível sobre eles é muito desigual, e também a sua tipificação dependeu muito do historial e das «tradições» de investigação. Assim, por exemplo, enquanto no concelho de Penafiel desde há muito que os sítios desta cronologia são, quase liminarmente, distribuídos entre castros, povoados e necrópoles, *tout-court*[497]; tivemos maior dificuldade em encontrar «povoados» na dispersão de achados dentro do espaço urbano do Porto, optando pela mais neutra expressão de «núcleos de povoamento». Mas sobre esta questão tratámos já anteriormente.

Sendo a arqueologia o nosso principal meio de acercamento à realidade dos «povoados» – emblema maior do novo modo de vida impulsionado pelos tempos da romanidade – a

[493] *Vd. infra*, ponto 4.6.

[494] Para não sobrecarregar o texto, evitamos a repetição sistemática das referências bibliográficas de sítios, como este, já extensamente apresentados em outros capítulos e que contam também com ficha descritiva no apartado próprio do Inventário, limitando-nos a indicar o seu código de referência e indicações bibliográficas apenas respeitantes a aspetos particulares em que tal se impõe.

[495] Referimo-nos aos dados da intervenção CLO.00, que revelou um volume de material incomparavelmente maior e mais relevante do que todas as outras intervenções arqueológicas ali feitas desde então. Os dados compilados em relatório apontam para uma ocupação balizada, talvez, entre os séculos II-I a.C e o Baixo-Império (ABRANCHES, 2001).

[496] *Vd. supra*, ponto 3.

[497] Se bem que com muitas situações ambíguas, como se dá nota nas fichas de sítio respetivas (secção II.D do Inventário).

mesma arqueologia pouco pode dizer-nos ainda sobre eles. Contabilizemos. Registámos 49 sítios, dos quais, pelo menos, 17 com trabalhos arqueológicos modernos, proporção estatisticamente não despicienda, mas que, como veremos, não propicia que disponhamos de uma imagem sustentada sobre o modo como se organizavam esses povoados abertos[498]. A distribuição cartográfica destas ocorrências (Inventário II.D, Fig. 55) revela uma densidade apreciável, com particular enfoque na franja litoral e na região de Penafiel; em contrapartida, a aparente ausência deste género de evidências arqueológicas no território mais central (sensivelmente o eixo Gondomar-Valongo, aqui abrangendo ainda o concelho de Paredes), bem assim como na margem sul do Douro, deve-se, em parte, a défice de prospeção; e também ao facto de não serem habitualmente classificados como «povoados» os locais onde ocorrem achados dispersos de materiais comuns de cronologia romana, como cerâmica de construção.

Recenseemos brevemente os sítios, sobretudo os escavados, uma vez que, sobre os restantes, os dados disponíveis, registados nas fichas, são ainda mais incipientes. Do Ave para o Douro, observamos três locais onde foram feitos trabalhos de avaliação e minimização de impactes patrimoniais negativos decorrentes da construção da linha do metropolitano de superfície: Quintã (P37), Quinta da Faísca (P38) e Corgo III (P39), todos no município de Vila do Conde. Os dois últimos forneceram cerâmicas de cronologia romana, mas em depósitos secundários e descontextualizadas; na Quintã, além de abundantes materiais da mesma cronologia, uma escavação relativamente extensiva (cerca de 320 metros quadrados), resultou na identificação de três troços de muros em pedra, sem que pudesse perceber-se a sua articulação, uma vala e alguns buracos de poste, aparentando, também, a rocha natural estar intencionalmente nivelada em elgumas áreas, vestígios para os quais foi proposta uma datação tardo-romana (BARBOSA; BOTELHO, 2006). Um pouco mais a sul, já no concelho da Maia, foram sujeito a sondagens arqueológicas um sítio considerado de carácter residencial, a Agra da Portela (P03), onde as escavações, que aguardam publicação, revelaram essencialmente materiais arqueológicos e «estruturas indeterminadas», aparentemente de cronologia tardo-antiga ou alto-medieval (RIBEIRO, 2014: 63-64). Em Matosinhos, foi igualmente escavado o Montedouro, local onde, a par de uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha, parece haver um núcleo de povoamento romano; as sondagens forneceram materiais romanos, aparentemente alto-imperiais, mas nenhum sinal de estruturas (BATATA, 2009).

Avançando mais para o interior, ao encontro da zona mineira de Valongo (Santa Justa, Alto do Castelo e Serra de Pias)[499], encontramos uma importante escavação feita na Quinta da Ivanta (P36), um sítio mineiro, de laboração e, provavelmente, também de residência, associado a uma das explorações romanas mais conhecidas e monumentais, a do Fojo das Pombas, que lhe fica a, apenas, uma centena de metros de distância. As ruínas foram postas a descoberto pela erosão natural, uma vez que o sítio arqueológico localiza-se no sopé de uma vertente de declive acentuado, e deram azo a duas intervenções arqueológicas (MENDES-PINTO, 2000; BAPTISTA *et al*., 2006b). Numa primeira fase de trabalhos, foram identificadas diversas estruturas, compostas por muros feitos em xisto, de litologia local, mas incorporando também silhares graníticos, correspondentes a pelo menos, cinco compartimentos, sem que pudessem definir-se na totalidade as respetivas plantas (Figuras 56 e 58). Observaram-se, igualmente, canalizações para escoamento de águas, abertas no solo rochoso e cobertas por placas de xisto, dispositivo, aliás, indispensável dado o acentuado

[498] Deve ter-se em conta, neste como nos restantes cartogramas, a questão cronológica. Não executamos, por falta de dados, a cartografia segundo uma matriz cronológica fina, pelo que, num mapa de povoados, como de necrópoles, por exemplo, coexistem as realidades do século I com as do Baixo-Império.

[499] Respetivamente ficha T16, T15 e T17, de que trataremos mais à frente. Vejam-se as figuras 73 e seguintes.

pendente do assentamento. No próprio sítio, detetaram-se, entre outros sinais do labor do minério (Fig. 57) a boca de um poço mineiro vertical, de dimensões canónicas (quadrangular e com cerca de um metro de lado) e a entrada de uma galeria de exploração (MENDES-PINTO, 2000).

Em escavação posterior (BAPTISTA *et al*., 2005a; 2005b; 2006b), aumentou-se significativamente a área escavada e o número de estruturas, distribuídas, em patamares, pela encosta, sem que todavia possa observar-se, com a necessária clareza, a organização planimétrica do sítio (Fig. 58). Progrediu-se, por outro lado, no levantamento e caracterização da galeria mineira, que conserva mais de uma centena de metros de extensão, sendo pontuada por lucernários a cada um ou dois metros, até chegar a um filão quartzífero desmontado para obtenção de minério, e depois atulhado (BAPTISTA *et al*., 2006b: 195-6; BAPTISTA *et al*., 2006a: 587-8). Os resultados de ambas as intervenções arqueológicas apontam para a caracterização da estação, tanto como área de laboração (atendendo à contiguidade com as lavras mineiras e às numerosas mós e restos de utensílios encontrados, como uma ponta em ferro), e à identificação de alguns tanques, associados a condutas de água, interpretados como podendo estar ligados a trabalhos de lavagem e decantação do minério (BAPTISTA *et al*., 2006a: 191-2); como também habitacional, sendo, para Marcelo MENDES-PINTO (2000: 410-411) a primeira função, talvez, a principal, considerando a escassez de louça de cozinha detetada.

Resultou, assim, destes trabalhos, que não puderam ainda ser alargados[500], a descoberta de um «povoado» mineiro, que aparentemente associaria funções de oficina ou área de processamento do minério e residenciais, sendo também coincidentes as perspetivas dos responsáveis sobre o período de ocupação do local (MENDES-PINTO, 2000: 410-1; BAPTISTA *et al*., 2006b: 194), o que foi confirmado pelo estudo sistemático das ânforas provenientes da segunda intervenção, que totalizaram 62 indivíduos, com o domínio das produções Haltern 70 do Guadalquivir (48%) e Dressel 14 lusitanas (26%), seguidas pelas Dressel 20 da Bética (18%) e, ainda, de alguns exemplares de *terra sigillata* itálica e sudgálica (MORAIS, 2007c: 273-4, Est. I). Entre outras considerações feitas por este último autor, destacamos a confirmação das cronologias apontadas pelos escavadores, reforçando a utilização do local desde o «período de Augusto a inícios do século II, com especial incidência na primeira metade do século I», ao mesmo tempo que propôs que «a pouca representatividade de materiais integráveis no último quartel do século I e os inícios do século II» poderá indiciar o abandono do sítio nessa época, porventura «pelo facto da jazida ter deixado de ser economicamente rentável» (*Idem*: 274, 278-9).

Em terras de Penafiel, é indispensável dedicarmos atenção à Bouça do Ouro, sítio aqui e nos registos do inventário arqueológico municipal tipificado como «povoado»[501], mas que, também, tem vindo a ser apontado como um «casal»[502]. Identificada na década de 1960 (LANHAS; BRANDÃO, 1965: 298), esta estação arqueológica foi depois relocalizada e, finalmente, objeto de escavação, por Teresa SOEIRO (1984: 53-54; 1998b), levando à deteção de dois núcleos habitacionais, separados, entre si, cerca de uma centena de metros (Fig. 59) e designados pela Autora como Edifícios A e B (SOEIRO, 1998b).

O edifício A (Fig. 60) situa-se a uma cota superior (134 m), numa zona de encosta suave, em largos socalcos cultivados, a cerca de 250 metros do rio Tâmega. A sua escavação exumou

USAL UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[500] As intervenções foram realizadas em regime comercial e de salvaguarda, não decorrendo de qualquer projeto de investigação específico.

[501] MUNICÍPIO DE PENAFIEL, em prep., ficha 23.3.

[502] Assim o temos considerado, dado como exemplo e posto em paralelo com um sítio arqueológico que intervencionámos, o casal da Malafaia, em Arouca (SILVA, 2004: 255-261; SILVA *et al*., 2008; SILVA, LEMOS, RIBEIRO, 2013; 2017).

uma habitação de planta retangular, assimétrica, com uma área de pouco mais de 200 m^2. O edifício é aberto a ENE., a ele se acedendo através de um corredor largo (2,5 m) mas de pouca extensão, que dá acesso a uma grande sala, à direita, e a duas menores no lado oposto, ficando em frente um outro vasto compartimento, mais alongado (Fig. 60). Frente à entrada parecia haver uma espécie de pátio, delimitado a norte por um muro de sustentação de terras, havendo também indícios de um outro terreiro, talvez com alpendre, do lado oposto. Os dois compartimentos menores foram interpretados como uma área de cozinha (pela presença de uma lareira feita com *tegulae* invertidas dispostas no solo) e arrumos, não se descortinando a função das salas maiores (SOEIRO, 1998b: 6-11, 27).

O edifício B localiza-se a uma centena de metros para Este, a uma cota levemente mais baixa, igualmente implantado no rebordo de um talude voltado ao rio. Distingue-o do Edifício A uma diferente planimetria (Figuras 61 e 62) e a maior amplitude cronológica de ocupação, tendo sido encontrado, porém, em pior estado de conservação e com menor quantidade de espólio associado, circunstâncias que dificultam a sua interpretação funcional (SOEIRO, 1998b: 11-19, 44-5). Trata-se de edifício amplo, de área superior a 270 m^2 e planta alongada, medindo as ruínas conservadas cerca de 36 metros por apenas 7,5 metros de largura. A entrada far-se-ia pela banda sudeste, dando acesso a um corredor de 25 x 4 metros, com dois compartimentos alongados a norte (Fig. 61). As alterações posteriores e a má conservação das ruínas não permitem perceber bem a compartimentação interna, mas atendendo à localização de um significativo conjunto de bases, fustes e capitéis toscanos (curiosamente, todos distintos e encontrados amortizados, como material de construção e aterro), T. Soeiro sugere que a planta original poderia incluir uma galeria porticada voltada ao Tâmega (Fig. 62), aproximando o imóvel do tipo definido por J-G. Gorges como dos mais comuns na Hispânia e descrito no grupo das «*villas linéaires a galeries et tours d'angle*» (GORGES, 1979: 123-124; SOEIRO, 1998b: 12).

No plano cronológico, Teresa Soeiro propôs, pela avaliação do espólio[503] e das características construtivas, que ambos os edifícios, A e B, remontem a um período balizado entre as décadas de 60 e 90 do primeiro século da nossa era (SOEIRO, 1998b: 12-13). A casa «A» não terá sido habitada, segundo a mesma autora, por muito mais que uma geração, certamente entre a segunda metade do século I e os primeiros anos do século II, sublinhando até a coincidência temporal entre o início do abandono de castros como o do Mozinho com a ocupação das terras de baixas altitude como esta (SOEIRO, 1998b: 6-7, 11). Já o edifício B, abandonado pela mesma altura, foi reconstruído e ampliado nas últimas décadas do século III, sendo ocupado, pelo menos, até «data avançada do século V» (*Idem*: 12-13). Esta reformulação parece ter estado relacionada com a utilização oficinal do espaço, uma vez que se encontrou, no extremo poente do edifício, uma área oficinal dedicada ao trabalho do ferro, testemunhada por uma mancha de detritos de forja, vizinha de uma grande sala pontuada por uma grande lareira no vértice sudeste, além de outras áreas de combustão e uma aparente zona de fundição metalúrgica (SOEIRO, 1998b: 14-15).

Deixando outros detalhes arqueológicos para consulta na ficha própria (P11), detenhamo-nos um pouco na «qualificação» deste complexo. Analisando a Bouça do Ouro no marco da ocupação romana da região, que conhece como ninguém, Teresa Soeiro sublinha as excelentes condições da Bouça do Ouro para a prática agrícola e a exploração de outros recursos, como a pesca (1998b: 5-6, 20-1). Perante as ruínas e espólios exumados, admite perplexidade em «hierarquizar ou ver como complementares» os dois edifícios, colocando a

[503] Sobretudo o do edifício A, que inclui cerâmicas domésticas de tradição castreja, comuns romanas e alguma louça mais requintada, como louça bracarense, de paredes finas e *terra sigillata* hispânica e sudgálica (CARVALHO, 1998).

hipótese de serem «duas explorações equivalentes», descrevendo-as mais adiante como «duas casas isoladas» (*Idem*: 21-2) mas mais assertivamente, já em outra publicação, como um casal, eventualmente dois (SOEIRO, 2010: 70), posição com a qual concordamos, tendo em vista diversos outros paralelos arqueológicos, em vários pontos do país e, nomeadamente, o sítio da Malafaia (Arouca, Aveiro), a que já nos referimos (SILVA; LEMOS; RIBEIRO, 2017, com bibliografia anterior).

E assim, descendo o Tâmega até ao Douro, e daqui com rumo ao Atlântico, chegamos ao Porto. Dos núcleos de povoamento que ali identificámos – especialmente, de nascente para poente, seguindo o eixo fluvial, Cividade (P31), Vila Baixa (P32), Vitória (P33), Miragaia (P30), Campo do Rou/Cristelo (P29), Santa Catarina/Ouro (P28), Mouteira/Serralves (P27), a que se junta, um pouco mais no interior, o aglomerado de Cedofeita (P26) – tratamos, detalhadamente, em ponto próprio[504]. Quase todos constituem núcleos de povoamento sinalizados, quase exclusivamente, por materiais arqueológicos relativamente dispersos, sendo raros os traços de estruturas, devendo-se destacar-se dois casos, o que designámos como, da sua nomeação medieva, como *Vila Baixa* (P32), que interpretamos como um *uicus*[505]; e o sítio das Condominhas, junto à igreja matriz de Lordelo do Ouro (P27, ILD.04, ILD.07)[506], onde as escavações revelaram uma área de construção extensa, com diversas construções de época tardo-romana, cujas plantas não puderam ainda ser reconstituídas mas que tanto podem ser interpretadas como um amplo complexo agrícola ou, quiçá, como aglomerado de outra natureza, talvez uma «aldeia», categoria de ocupação dos tempos romanos várias vezes invocada, como acima explicitámos, mas jamais registada em materialidade arqueológica.

Passando à margem sul do Douro, para concluir este ponto, chegamos ao sítio do Castelo de Crestuma, em cuja exumação e «complexificação» científica temos tido alguma responsabilidade[507]. Crestuma constitui um sítio complexo (SILVA, 2014), a vários títulos, e integrámo-lo entre os povoados porque também parece sê-lo mas, sobretudo, à falta de melhor ou mais preciso enquadramento classificativo (Fig. 63). Tal complexidade decorre, em síntese, de várias circunstâncias muito específicas, que elencámos para as desenvolvermos de forma mais clara:

(a) A sua localização, natureza e cronologia – o «castelo» de Crestuma, fazendo jus à toponímia, assenta sobre uma elevação fronteira ao Douro (Fig. 63), bem destacada e defendida por um fosso e, provavelmente, por uma muralha, sem que um ou outro possam datar-se. O sítio teve ocupação da Idade do Ferro (de que apenas se encontraram cerâmicas e metais, tão pouco estruturas); aparentemente, a sua ocupação terá sido menos expressiva durante o Alto Império (se bem que se registem materiais cerâmicos tardo-republicanos) e regista uma intensa atividade construtiva no período tardo-antigo (séculos V-VI), sendo, posteriormente, um castelo «roqueiro» dos séculos X-XI[508] (SILVA; GUIMARÃES, 2011; 2013a; 2013b), podendo ter tido outros usos, designadamente de natureza religiosa, considerando, entre outros indícios, a presença de uma sepultura escavada na rocha;

[504] *Vd. infra*, 5.3.2.2.

[505] *Idem*, 5.3.2.8 para detalhes e discussão sobre esta opção.

[506] Os acrónimos remetem para as fichas de intervenção arqueológica, no Inventário IA.

[507] Decorre este *mea culpa* de termos sido corresponsáveis do projeto de investigação quem entre 2010 e 2015 tomou o complexo arqueológico de Crestuma como alvo (SILVA *et al*., 2017b), podendo ver-se na ficha respetiva (P48) as principais publicações resultantes dessa pesquisa.

[508] Nesta qualidade foi o sítio, inicialmente, tipificado. Vejam-se ALMEIDA, CF 1978b: 11, 36, 51; 1989: 43; 1992: 374; SILVA, 1994: 66; 2007: ficha 24 e GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2001.

(b) As arquiteturas e a função do sítio – sobre os dispositivos construtivos, como dissemos, carecemos de elementos cronológicos. No restante, a característica principal do Castelo é a extraordinária densidade de estruturas negativas (Fig. 64). Se bem que se detetem raros tramos murários, em granito, e numerosos entalhes destinados a receber construções pétreas[509], todas elididas pelo tempo e pelo saque, o que salta à vista é a ingente quantidade de «buracos de poste», entalhes, degraus, aplanamentos e outras obras feitas sobre o xisto basal, denunciando a presença de uma multímoda e disseminada arquitetura em madeira (SILVA; GUIMARÃES, 2013b; GUIMARÃES *et al*., 2013). Estas construções seriam omnipresentes (não existindo, praticamente, um metro de rocha, exposto ou escavado, que as não evidencie), distribuindo-se entre o topo da elevação até á cota do rio, onde surgiram testemunhos de um cais de atracagem (Figs. 65 e 66) e se observam entalhes para guindastes e outros dispositivos indiciadores de uma «frente portuária».

(c) A envolvente imediata, que integra este sítio numa malha de povoamento bem mais ampla, desde logo que insuspeitada importância e extensão da função portuária, mas também em resultado de outros vestígios, nomeadamente necrópoles de várias épocas e a provável ocupação antiga de uma colina muito próxima, a do Outeiro ou Vessada, imediatamente a sul, condições que nos levaram, desde há muito, a designar o sítio como «complexo arqueológico de Crestuma» (SILVA, 2007a, n.º 24).

Quanto ao primeiro ponto desta enumeração, o «modelo» geral não é incomum. Poderia tratar-se de um castro abandonado pela mudança de era, ou antes (SILVA; SOUSA; PINTO, 2018), que foi reocupado – talvez como ponto fortificado de apoio às estruturas portuárias – no período tardo-antigo (SILVA; SOUSA, 2014), desconhecendo-se sob que tutela ou à ordem de quem, estando em aberto a hipótese dessa ocupação ter continuado ao longo dos séculos subsequentes, ou ter sido interrompida e retomada mais tarde no âmbito da fortificação da linha do Douro durante os tempos da «reconquista cristã». Não obstante, deve registar-se a presença de alguns fragmentos de *terra sigillata* hispânica do Alto Império, que não puderam ser classificados (SILVA *et al*., 2015: 156); e a revisão do material anfórico, atendendo sobretudo a peças recolhidas mais recentemente e que não haviam sido objeto de observação nos estudos publicados (SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015), proporcionou a identificação de dois bordos de ânfora vinária, itálica, Dressel 1A[510], presença que, não obstante a sua escassa quantidade, deverá ser valorizada, como em outro ponto discutiremos[511].

A exacta natureza e as arquiteturas do sítio levantam problemas de outra ordem. Facilmente aceitamos que não fosse petrificado o castro pré-romano, podendo corresponder-lhe uma parte dos interfaces negativos observáveis. A disseminação de arquiteturas em madeira durante a Alta Idade Média – bem documentada (REAL, 2012) mas arqueologicamente pouco estudada no norte de Portugal – poderá ter em Crestuma exemplo maior; e outro tanto poderá dizer-se da arquitetura defensiva do período da expansão militar astur-leonesa, onde cercas e, mais tarde, torres pétreas coexistiam correntemente com

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[509] Designadamente em granito, rocha alheia à litologia local.

[510] Um dos fragmentos, proveniente de recolha de superfície, tem a referência de inventário FA12; o segundo, provém do sector N, localizado junto ao rio Douro (CRT13.NM13.803).

[511] *Vd. infra*.

construções em madeira[512]. Não obstante, a extrema disseminação das estruturas não petrificadas – as quais, na sua maioria, cremos serem de cronologia tardo-antiga – obriga a que nos questionemos sobre a natureza dessas construções: armazéns, habitações, estruturas de algum centro de poder político local ignorado? A grande representatividade de materiais importados, encontrados sobretudo perto do rio Douro, onde também se encontraram alguns restos de construções, designadamente ânforas provenientes de ambientes mediterrânicos e do Próximo Oriente, *sigillata* tardia norte-africana e focense, abundantes vidros, cerâmica cinzenta tardia e outros itens (SILVA, CARVALHO; 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015), notoriamente relevam o período entre os meados do século V e os meados do século VI, como de verdadeiramente *floruit* comercial do fundeadouro e «porto» de Crestuma[513], provavelmente também ligado a um ponto de atravessamento do rio, com via antiga. Como sugerimos (SILVA; REAL, no prelo), talvez Crestuma fosse um porto secundário, mais interior e protegido, de Portuscale, ligado a uma particular dinâmica económica dos aglomerados das duas margens da foz do Douro, como tem sido notado (SILVA *et al*., 2017: 74-76)[514].

Não podemos, para concluir este ponto, deixar sem reparo a particularidade do território penafidelense, responsável por quase um terço dos «povoados» da nossa região. Por um lado, como dissemos, tal decorre de particularismos e conceções da própria investigação, que simplifica sob aquela designação, em Penafiel, ocorrências que outros arqueólogos, designadamente pertencentes aos serviços municipais, desdobram como *uillae*, casais, granjas, *habitats*, achados dispersos, etc., bastando percorrer o nosso Inventário II para que se detete essa variabilidade de nomenclaturas, que na maior parte das vezes preservámos[515].

Por outro, observa-se em Penafiel – sem precisarmos de dar exemplos, bastará consultar as fichas de mesmo inventário – um modelo de ocupação que, sistematicamente, associa a cada povoado aberto à sua necrópole, muitas vezes localizada em sítio muito próximo ou mesmo contíguo. Por que razão não se deteta (ou não se interpreta do mesmo modo) a ocupação romana das regiões mais litorais (neste caso, os territórios de Vila do Conde, Maia, Matosinhos e o próprio Porto e Vila Nova de Gaia)? É certo que, podemos ressalvar, grande parte dessas associações povoado-necrópole (a que por vezes se ligam, também, tesouros monetários) são de época baixo-romana (SOEIRO, 2018), mas tal facto não contorna a questão essencial. Ainda – mesmo admitindo que alguns dos «povoados» assim designados pelos arqueólogos que trabalham sobre Penafiel, possam, se um dia escavados, vir a renomear-se como *uillae* ou casais – é também notável a frequência com que ali se detetam bases ou fustes de colunas e outras pedras trabalhadas, denunciando o carácter residencial dessas áreas arqueológicas, como ocorre em Passinhos (P12), Montes Novos (P16), Outeiro (P19), Santa Luzia (P21) ou Codes (P24).

[512] Sobre a questão funerária, e a possibilidade de ter sido erguida no local uma igreja alto-medieval (a que poderiam corresponder uma base de colunelo e outras pedras de granito lavradas, ali aparecidas), veja-se SILVA *et al*., no prelo.

[513] Época demasiado tardia, aparentemente, para que possa ligar-se o sítio ao escoamento do ouro proveniente das minas de Valongo, mas a hipótese não nos parece despicienda.

[514] Não obstante a evidente pujança de Crestuma, como entreposto comercial, no período tardo-antigo, a presença de alguns materiais importados precoces, nomeadamente ânfora Dressel 1A, como acima se explicita, recomenda que se considere a possibilidade de que essa função possa ter sido assumida em tempos bem mais antigos, para o que concorrem, igualmente, outros achados ainda não devidamente contextualizados, nomeadamente os de carácter epigráfico (*vd. infra*, ponto 5.2.).

[515] Em alternativa, metodológica, a tentar «normalizar» vestígios arqueológicos sobre os quais o nosso conhecimento é, na maior parte dos casos, ainda menor que o dos respetivos arqueólogos municipais.

4.3.2.3. *Villae*

Registámos no nosso levantamento apenas três locais de ocupação romana cuja tipificação como *uillae* – atentas as questões e problemáticas a que já fizemos referência – não parece levantar grandes dúvidas (Inventário II.E, Fig. 67). Trata-se das vilas do Fontão de Antela, Matosinhos (V01), Parada de Todeia, Paredes (V02) e Paiço/Vila Boa (V03), em Vila do Conde. Nenhum destes sítios beneficiou de escavações arqueológicas modernas, pelo que a informação disponível é escassa e pouco segura, mesmo acerca da própria localização das ruínas.

No Fontão de Antela, o sítio mais litoral, descobertas ocasionais e pesquisas amadoras, na transição do século XIX para o século XX trouxeram à luz do dia restos arquitetónicos de vulto, como capiteís e fustes de coluna, e fragmentos de pavimentos musivos (PEIXOTO, 1908: 288; GRAVE, 1911; RAMOS, 1992 [1943]: 23; ALMEIDA, CF, 1969: 36; LANHAS, BRANDÃO, 1969: 14-23; MOREIRA, SILVA, 2011: 167). Mas tudo se cobriu de novo, não foi levantada qualquer planta ou obtido *cliché* fotográfico e pouco restou, à parte os mosaicos, de cronologia tardia (ABRAÇOS, 2019: 204), que nos informem sobre esta residência excecional. Tradicionalmente, considerava-se, em função dos mosaicos policromos, que se trataria de uma *uilla* tardo-romana (GORGES, 1979: 456), mas recentemente, em revisão da informação disponível, foi sugerida a possibilidade desta propriedade, certamente ligada à exploração do sal e dos preparados de peixe no vizinho complexo industrial romano de Angeiras[516] – constituindo uma verdadeira *uilla* marítimo-pesqueira (VILLANUEVA ACUÑA, 1994: 128-129) – resultar de fundação alto-imperial (MOREIRA; SILVA, 2011: 135-136), proposta cronológica que parece confirmada por recentíssimos achados, respeitantes a uma necrópole dos primeiros séculos da nossa era nas proximidades[517].

Um pouco mais a norte, em Vila do Conde situa-se a *uilla* do Paiço, ou Vila Boa (V03), sítio de onde procedem achados avulsos e se fizeram pesquisas amadoras, nunca devidamente noticiadas. A uma larga tradição bibliográfica, juntam-se, assim, numerosas, e desencontradas, informações, umas inseguras, outras contraditórias e, na prática, de muito pouca utilidade até que um dia, porventura, se desenvolvam escavações arqueológicas, cientificamente conduzidas, no local. Da soma de tudo isto – de cuja complexidade, cremos, dá bem nota a nossa ficha descritiva – resulta a descoberta de duas aras anepígrafas e uma funerária[518], a referência a restos arquitetónicos de relevo, estatuária, achados monetários e contextos funerários, com particular destaque para a provável descoberta de um *columbarium*[519] (ALMEIDA, CF, 1969: 36), estrutura sepulcral de grande raridade nos contextos romanizados do noroeste. Não obstante as lacunas de informação – que inclusivamente tornam incerta a localização do sítio de muitos dos achados antigos – Álvaro B. Moreira não teve dúvidas em categorizar o Paiço como um «amplo complexo de fundação alto-imperial» (MOREIRA, 2009: 118).

Por fim, também Parada de Todeia, em Paredes (V02), sofreu de vicissitudes idênticas aos casos anteriores: escavações antigas, amadoras, e não documentadas, em 1921, tendo sido pouco conclusivas algumas sondagens feitas nas imediações, em 1999, pelos serviços municipais de arqueologia (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: ficha PAT001A). Aliás, a maior parte das informações sobre esta estação relacionam-se com a necrópole aí também

[516] Vejam-se as fichas AE01, AE02 e AE03, no Inventário II.F.

[517] Ainda em escavação à data em que redigimos estas linhas. Veja-se a ficha N05 no Inventário II.I.

[518] Consulte-se a ficha E31 no Inventário II.K.

[519] Veja-se a ficha N50 no Inventário II.I.

aparecida (CORREIA, 1924b; SOEIRO, 1986a), tendo sido apenas Mendes Correia, que visitou as pesquisas arqueológicas, a registar que, a «poucos metros» do primeiro núcleo de sepulturas da necrópole, se haviam detetado alguns «restos de paredes, ocorrendo tratar-se de restos de uma habitação, que era de planta quadrangular» (CORREIA, 1924b: 7) de onde recolheu «carvões, fragmentos de cerâmica doméstica, escórias, pedaços de telha de rebordo, amoladores de pedra», registando também dormentes e moventes de mós giratórias (*Id., ibid*.). A sul deste conjunto de necrópole e habitação teriam sido noutra altura descobertos, segundo informações recolhidas pelo mesmo autor, «um mosaico e muros» (*Id., ibid*.).

A localização de *uillae*, com a devida confirmação arqueológica, é bastante rara no norte do país, constituindo os casos mais próximos, também no litoral, a *uilla* do Alto de Martim Vaz, situada, atualmente, no espaço urbano da Póvoa de Varzim, e a designada «Vila Mendo», na freguesia da Estela, no mesmo município da Póvoa de Varzim. A primeira foi escavada por José Fortes, que publicou os resultados de forma monográfica. Foram encontrados três conjuntos de construções, ainda com soleiras de porta e canalizações, bem como alguns tanques para preparados piscícolas, com 2,40 metros de lado por outro tanto de fundo, indiciando a vocação económica da propriedade, que terá sido estabelecida em finais do século I (FORTES, 1905; GOMES, CARNEIRO, 2005: 212). Infelizmente, a área foi urbanizada e todo o espólio das escavações se dispersou, com exceção de um fragmento de mosaico, aparentemente tardio (ABRAÇOS, 2019: 206), que se conserva no museu municipal mas cuja proveniência é incerta (GOMES, CARNEIRO, 2005: 212-213).

A suposta *Villa Menendi*, menção documental medieva, foi reconhecida a partir do achado, fortuito de um tesouro metálico (duas arrecadas, um colar articulado, uma cabeça de torques, em ouro, e um «bolo» de prata, materiais de contexto da Idade do Ferro) a que se associaram outros achados, desta vez de *tegulae* e cerâmicas romanas nas décadas seguintes (GOMES; CARNEIRO, 2005: 222). O tesouro, mais que as louças romanas, haviam «construído» o sítio. Em 1992, uma intervenção arqueológica de emergência feita na área atribuída aos achados precedentes pôde ainda resgatar uma construção de planta retangular, aparentemente de origem alto-imperial, considerando a ocorrência de alguma cerâmica de filiação castreja, a par de louça romana do século I (GOMES; CARNEIRO, 2005: 222-229).

Sem termos, neste contexto, a preocupação de inventariar todos os vestígios ou sugestões de uillae no norte do país, registámos apenas – porque se encontra estudada e publicada –, a *uilla* romana de Sendim, situada em região mais interior, no concelho de Felgueiras. Desta vila foi escavada uma extensa parte, verificando-se que era dotada de pavimentos com mosaicos, instalações termais e outros cómodos próprios deste género de residências; tendo sido a sua ocupação balizada pelo responsável pelas escavações entre a segunda metade do século I e o século VI (MENDES-PINTO, 2008), arqueólogo que igualmente aponta a possível existência de outras *uillae* no mesmo território concelhio (*Idem*: 44).

4.3.2.4. *Aedificia*

Usámos este termo latino[520], como já explicámos, para agrupar um conjunto de restos arquitetónicos, de natureza muito diversa, que não se enquadravas nas restantes categorias (Inventário II.F; Fig. 68). Mas aqui podemos reclassificar essas ocorrências, apenas oito, em três subcategorias: a maior parte respeita a instalações de ordem produtiva, (a) ligadas à exploração do sal ou dos preparados de peixe, como é o caso do «complexo industrial da Lavra», em Matosinhos (AE1, AE2, AE3), à produção cerâmica, exemplificada pelo forno

[520] Não obstante parecer aplicar-se, com maior precisão, aos contextos eminentemente rurais (VILLANUEVA, 1991: 320; PÉREZ LOSADA, 1991: 430), a neutralidade vocabular do substantivo autoriza-nos alguma flexibilidade, sem necessidade de teorizar sobre o assunto.

gaiense do Paranho (AE6) ou por uma possível «oficina» de contexto mineiro, a de Santa Comba, em Paredes (AE4), a que se junta (b) um edifício balnear e termal, o do Pinheiro, em Penafiel (AE5), um templo (c), conservado na Quinta de Santo António, Vila Nova de Gaia (AE8)[521] e, por fim, outro edifício de função indefinida, mas na qual a religiosa não pode excluir-se, escavado sob a medieva igreja gaiense do Bom Jesus (AE7)[522]. Mais uma vez, remetendo o leitor para as fichas próprias do Inventário II.F, para maior detalhe e bibliografia completa, importa resumir o essencial destes registos, por aquilo que necessariamente representam na ocupação da época romana na região.

O que designámos como «complexo industrial» da Lavra – mais em atenção à quantidade e extensão dos vestígios do que à sua forma de exploração, que de todo desconhecemos – tem a relevância de alertar-nos para atividades económicas que deviam ser recorrentes por toda a costa atlântica em tempos romanos, se não mesmo, em certos casos, anteriores: a salicultura, a produção de conservas de peixe em salmoura e o próprio fabrico do *garum* e outros preparados piscícolas, tão ao gosto das populações latinizadas. Trata-se, essencialmente, de um vasto conjunto de tanques (cetárias) e de recintos empedrados para a produção de sal por evaporação natural (Figuras 69 a 71), que constituem o maior complexo de cetárias romanas (também associadas a salinas) do norte de Portugal (CLETO, 1996).

Na maior parte dos casos, tem sido a erosão natural e os movimentos de marés a expor, mais ou menos periodicamente, estas estruturas, como sucedeu nos anos de 1965, 1979 e 2003, levando a que sejam registadas e, pontualmente, também objeto de escavações arqueológicas. O número de tanques descobertos excede já as três dezenas, não contando com outros, nas vizinhanças, cuja destruição é documentada por algumas notícias. A par destes tanques, ou cetárias, regista-se também a presença de recintos, ou pavimentos delimitados, pavimentados com seixos (Fig. 71), certamente para produção do sal por evaporação, um dos quais foi alvo de escavação arqueológica (PEREIRA DA SILVA; FIGUEIRAL, 1986).

As principais questões em aberto sobre este complexo arqueológico dizem respeito à sua datação e finalidade. Considerando os vestígios detetados, entendemos, com outros autores, que os tanques, vizinhos das salinas, melhor se adequam à conservação de peixe em salmoura, sentido em que costuma ser interpretada a função dos tanques de maior dimensão (EDMONSON, 1987: 124), alimento também muito difundido entre a população romana ou aculturada e que era comercializado a longas distâncias (BUGALHÃO, 2001: 46); pelo contrário, a preparação do *garum* e outros molhos de peixe, como os *liquaminis*, *salsamenta*, exigiria maiores requisitos técnicos, por vezes mesmo o aquecimento artificial para acelerar a maceração do sangue e vísceras de peixe (FABIÃO; GUERRA, 1993: 1000-1001).

Acerca da questão cronológica, diversos autores alertaram a importância da questão das variações eustáticas durante o período da dominação romana (PEREIRA DA SILVA; FIGUEIRAL, 1986: 17-18; CLETO, 1996: 40). A sugestão de uma datação tardo-romana, utilizando, precisamente, dados sobre a variação do nível do mar, feita por Pereira da Silva e Isabel Figueiral (*Id, ibid*.) poderá ser revista, se admitirmos que a cronologia da necrópole de Morouços (N05), em curso de escavação, possa implicar a datação da *uilla* do Fontão, certamente relacionada com estas explorações litorâneas, das quais, aliás, fica muito próxima. Se bem que J. Edmonson tenha proposto (para a Lusitânia mas certamente com aplicabilidade na nossa região) que, ao contrário das unidades industriais urbanas, estes complexos, sempre associados a *uilla*e, trabalhariam apenas para apenas para autoconsumo e distribuição local

[521] Sobre este sítio, veja-se, igualmente a ficha QSA.07 do Inventário I.B, e o ponto 5.3.2.

[522] Igualmente descrito na ficha BJES.88 do Inventário I.B, e o ponto 5.3.2.

(EDMONSON, 1987: 189-190; MOREIRA; SILVA, 2011: 136), a grande escala deste conjunto produtivo parece admitir, de algum modo, um plano de circulação económica intermédio (BUGALHÃO, 2001: 43), mera especulação, todavia, em função dos dados disponíveis.

Sobre a possível oficina «mineira» de Santa Comba, na serra das Banjas, Paredes (AE4), os informes coletados, sendo interessantes – regista-se «uma estrutura construída em granito, associada a «uma vala escavada na rocha com cavidades quadrangulares laterais» (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Sbr006A) – são insuficientes para maiores interpretações funcionais ou cronológicas. Mais poderá dizer-se do forno cerâmico do Paranho, em Vila Nova de Gaia (AE6), vestígio muito comum entre a panóplia das ruínas romanas, mas cuja escavação permitiu determinar que constituía um *fornax tegularium,* datável, por outros fragmentos cerâmicos que ali ocorreram, de meados do século I (SILVA; LOPES; LOBATO, 1984: 63-64), se bem que se desconheça, por ora, qualquer núcleo populacional da época nas proximidades. Sobre as ruínas paleocristãs da Quinta de Santo António e da Igreja do Bom Jesus, no Castelo de Gaia (AE8, AE7), tratamos já em ponto próprio[523], não importando agora acrescentar outros dados, considerando, até, que os vestígios tardo-antigos, embora registados, são os que menos nos interessam quanto à problemática dos *Callaeci* e da sua configuração no trânsito entre as comunidades indígenas pré-romanas e o «novo mundo» inaugurado por Roma.

Digamos algo, por fim, sobre outro conjunto arqueológico notável – o balneário, ou termas, do Pinheiro, Penafiel (AE5) –, que parece, após mais de um século de quase esquecimento, ou tranquila espera, ter voltado, recentemente, à ribalta da investigação[524]. Descobertas no começo do século XX, as ruínas do edifício balnear foram escavadas por José Fortes (Fig. 72), que nos legou monografia modelar para a época (FORTES, 1902). Posteriormente, Teresa SOEIRO (1984: 67-75) procedeu ao estudo dos materiais que se haviam preservado e à reinterpretação das estruturas arquitetónicas.

Seguindo a descrição e interpretação daqueles autores, o conjunto mineromedicinal, de planta genericamente retangular, ocupa uma área de 250 m^2 e possui duas entradas, ambas voltadas a Nascente, uma permitindo o acesso à área de banhos, e a segunda de serventia técnica, independência que permitiu a José Fortes sustentar o carácter público do balneário (FORTES, 1902: 8-10). Duas salas, no lado norte, serviriam por certo de receção e *apodyteria* dos aquistas; de aí acedia-se a um pátio central, com cerca de 7,5 metros de eixo maior, que servia como espaço de redistribuição para vários compartimentos com piscinas de fundo revestido a *opus signinum* e bancos laterais; duas delas, sensivelmente simétricas, para banhos frios e as restantes com águas aquecidas, devendo uma sala mais interior ter servido de *laconicum*. As áreas técnicas, enquadrando o hipocausto, situavam-se da banda do sul. No exterior, localizaram-se tanto as canalizações de condução das águas, a partir da nascente, como o respetivo esgoto de escoamento, convenientemente direcionado à ribeira (SOEIRO, 1984: 67-75).

Datado, pelo espólio exumado nas escavações, dos finais do século I ou inícios do II, este balneário, localizado junto a uma via romana que passava pelo Mozinho, em direção ao atravessamento do Douro, não estava, contudo, isolado. De facto, nas proximidades registam-se achados que parecem corresponder a uma necrópole (FORTES, 1902: 10)[525], podendo o complexo, porventura, ter estado associado a uma *uilla* próxima (FRADE, 1993: 882) ou

[523] *Vd. infra*, ponto 5.3.2, e também as fichas BJES.88 e QSA.07 no Inventário I.B.

[524] Referimo-nos à notícia, recente, de que novos trabalhos arqueológicos foram ali desenvolvidos em 2021, sob responsabilidade de Silvia González Soutelo, com o que muito nos congratulamos.

[525] Eventualmente a que se regista na ficha N37.

mesmo, visando aglomerado de maior envergadura, um «*uicus* termal», como alvitrou Álvaro B. MOREIRA (1989: 89).

4.3.2.5. Trabalhos mineiros

Não podendo, neste contexto, tratar o tema com a profundidade que o mesmo admitiria, tendo em conta, nomeadamente, o volume de informação científica arqueológica que, sobre o tema da mineração romana, vem sendo produzido, importará que dediquemos algum espaço aos complexos mineiros das serras de Santa Justa, Pias, Banjas, Santa Iria e outras, que marcam a «paisagem romana» numa área axial da nossa região de estudo (distribuem-se pelos municípios de Penafiel, Paredes e Gondomar) e constituem, aliás, um dos maiores complexos de mineração aurífera das províncias ocidentais, se não mesmo de todo o Império (MATÍAS, 2014: 34) (Inventário II.G, Figuras 73 e 74), esperando-se que desta circunstância possam resultar programas de investigação arqueológica sustentados e consequentes que tragam a público, ainda de forma mais notória, todo o potencial científico e cultural desta região mineira[526].

Uma pequena nota metodológica para enquadrar a consulta das fichas respetivas. A natureza dos vestígios arqueológicos das atividades extrativas minerais é muito diversificada, envolvendo tanto trabalhos subterrâneos (fojos e galerias) como a céu aberto (poços, cortas, trincheiras, condutas de água, escombreiras, etc.), a que devemos acrescentar as evidências tecnológicas de processamento e transporte dos minerais e os locais de povoamento. Por outro lado, estes testemunhos – ora impactantes na paisagem, ora perigosamente ocultos pela vegetação e movimentações de solos recentes – estendem-se habitualmente por áreas muito extensas, o que decorre quer do próprio processo tecnológico, quer da estratigrafia espacial das próprias explorações, nomeadamente do abandono ou início de atividade de novas frentes de desmonte ou filões.

Desta forma, o inventário, caracterização individual e cartografia de todas as ocorrências de trabalhos mineiros conhecidas, já em número de muitas centenas de registos[527], seria, não só praticamente inviável, como redundante e de pouca utilidade num estudo que não visa este tema monograficamente. Assim, optámos por agrupar ou concentrar os vestígios conhecidos em grandes núcleos, material e geograficamente coerentes, seguindo, aliás, o método utilizado para efeitos de salvaguarda patrimonial por parte dos serviços técnicos de arqueologia dos municípios e outros especialistas (TEIXEIRA, 2010; MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014; MUNICÍPIO DE VALONGO, 2014). Na verdade, constitui propósito destes instrumentos de ordenamento e salvaguarda, sejam os de âmbito municipal,[528] como os de natureza

[526] Nomeadamente através do projeto agregador do «Parque das Serras do Porto», que abrange grande parte dos trabalhos mineiros aqui recenseados (ANDRESEN *et al*., 2018).

[527] Apenas no que respeita ao concelho de Valongo, o rigoroso inventário que uma associação de espeleologia local, a Alto Relevo – Clube de Montanhismo, vem realizando desde há vários anos contabiliza já mais de meio milhar de ocorrências mineiras, em larga maioria de génese romana (GANDRA; MOUTINHO, 2014: p. 3, fig. 1) e informação pessoal de V. Gandra, que agradecemos. O contributo particular desta associação, que deve ser realçado, passa também pela organização de três congressos sobre mineração romana (2014, 2016 e 2018), que têm levado a Valongo reputados especialistas nacionais e estrangeiros.

[528] Assim sucede, designadamente, nos relatórios setoriais e cartas temáticas dos Planos Diretores Municipais dos concelhos de Valongo e Paredes, que elencam entre os bens imóveis arqueológicos a salvaguardar, respetivamente 54 sítios de interesse mineiro entre 79 ocorrências arqueológicas (MUNICÍPIO DE VALONGO, 2014; TEIXEIRA, 2010) e 22 sítios mineiros num total de 91 arqueológicos (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014). Infelizmente, no concelho vizinho de Gondomar, onde igualmente existem vestígios de mineração romana, o Plano Diretor Municipal encontra-se em processo de revisão (à semelhança dos anteriores, aliás) e desconhecemos se irá acolher alguma ocorrência patrimonial daquele tipo.

intermunicipal,[529] o registo rigoroso dos vestígios mineiros entre os elementos a proteger e, tanto quanto possível, a requalificar e valorizar patrimonialmente. Ainda assim, no caso de Valongo, tendo considerado, para efeitos de registo geral três grandes complexos (Alto do Castelo, Santa Justa e Pias, respetivamente T15, T16 e T17), não deixámos de cartografar as 54 observações que os configuram (Figs. 75 e 83), aliás bastante monótonas, por repetitivas, no plano arqueológico.

O contexto geomorfológico que propiciou este particular enclave de mineralizações, essencialmente auríferas, nas «Serras de Valongo» e relevos adjacentes (Fig. 74), encontra-se bem descrito pelos especialistas e já, em ponto próprio sintetizámos os seus principais aspetos, tanto no campo orográfico, como litológico e metalográfico[530]. Reservamos, igualmente, para as fichas próprias os detalhes sobre explorações antigas pós-romanas e da historiografia sobre estes complexos. No plano arqueológico, aliás, o estudo deste conjunto mineiro encontra-se ainda numa fase muito incipiente, sem prejuízo de relevantes estudos vindos a público, mormente nos últimos anos, e que mencionaremos em continuidade.

Depois de vários achados e notícias mais antigas (CABRAL, 1883; CABRAL; MONTEIRO; BARATA, 1889: 256-60), as minas de ouro romanas de Santa Justa, «entraram» na arqueologia portuguesa, essencialmente, como consequência do achado, feito em 1961, no Fojo das Pombas, onde se encontraram, durante a desobstrução de um poço, a 42 metros de profundidade, uma lucerna, ainda depositada em nicho original, outros fragmentos cerâmicos e, muito em particular, o excecional conjunto de doze recipientes metálicos, feitos em cobre, latão e bronze, incluindo especialmente caldeiros e recipientes de transporte, mas também uma *patera*, uma *patina*, uma *lagoena* e dois notáveis *oinochoai* (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1961; 1962; MARTINS, 2008: II, Catálog., 270-4, figs. 24-32)[531].

Esta descoberta fez com que a arqueologia centrasse, de algum modo, naquela galeria, o complexo mineiro da vertente norte de Santa Justa (LIMA *et al*., 2018: 34ss.), mas por toda a área ocorrem numerosos vestígios de lavras antigas, em larga medida, mas não exclusivamente, de ascendência romana (Figs. 76 e 83). Atendendo à morfologia subvertical dos principais depósitos mineralizados, a exploração depressa esgotou os desmontes mais superficiais (cortas ou fojos), sendo necessário escavar galerias subterrâneas (Figs. 77 e 78), com os devidos poços de acesso e ventilação (*Idem*: 25). Os fojos podem apresentar largura entre os três metros (fojos das Talhadas ou da Confraria, junto à capela de Santa Justa) até aos 8-10 metros (Fojo das Pombas) ou mesmo 60 metros (Fojo da Pirâmide), chegando a atingir dezenas de metros, quer a sua extensão, quer a profundidade (MENDES-PINTO, 1993: 292). Destes fojos partem muitas vezes longas galerias, por vezes bifurcadas ou estratificadas em diversos níveis, com centenas de metros de extensão, utilizadas quer para escoamento de águas, quer para acesso aos filões; muitos poços verticais, normalmente quadrangulares com 1,50-2,00 metros de lado, ligavam as galerias à superfície, servindo quer para ventilação quer para acesso às minas e escoamento das rochas provenientes do desmonte (*Idem, ibid*.; LIMA *et al*., 2018: 25). A topografia destas lavras subterrâneas, registada pelos serviços da administração mineira (MENDES-PINTO, 1993: figs. 3-4; MARTINS, 2008: II, Ficha n.º 29, plantas 1 a 8) tem recentemente beneficiado de levantamentos mais precisos e completos, com

[529] A este propósito é justo referir o contributo que vem sendo dado pela estrutura intermunicipal Parque das Serras do Porto, criada em 2016 para gerir e valorizar uma área de paisagem protegida regional, constituída pelas serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores, Santa Iria e Banjas (municípios de Gondomar, Paredes e Valongo) e cujos estudos prévios e relatórios de caracterização têm vindo a promover importantes contributos para o estudo da mineração romana na região (*cfr*., como síntese de autoria coletiva, LIMA *et al*., 2018).

[530] *Vd supra*, ponto 1.4.1.1., e também as fichas respetivas do Inventário II.G.

[531] Vejam-se também, sobre o tema, os trabalhos referenciais de Fernando de ALMEIDA (1970a; 1970b), numa época em que a arqueologia mineira dava ainda os seus primeiros passos em Portugal.

resultados verdadeiramente impressionantes, graças ao trabalho de associações de espeleologia (MERGULHO *et al*., 2001; BAPTISTA *et al*., 2006a; GANDRA; MOUTINHO, 2014; AGUIAR *et al*., 2015).

Desenvolvendo-se imediatamente a sudeste da Serra de Santa Justa, o conjunto orográfico de Pias, com cota máxima de 384 metros no vértice geográfico do mesmo nome e que separa os rios Ferreira e Sousa, exibe igualmente relevantes vestígios de labores mineiros, menos conhecidos dos especialistas (DOMERGUE, 1987) ou, simplesmente, não diferenciados dos que ocorrem em Santa Justa (MARTINS, 2008, II, Catálog.: 265ss.). Todavia, uma clara distinção entre os dois complexos mineiros encontra-se já atestada, por exemplo, mas «Memórias Paroquiais» de 1758, onde se especificava que na 'Serra da Pia' existiam «sete fojos grandes», enquanto na serra de Santa Justa viam-se trinta, «e tanto nesta como na Serra da Pia se achão princípios de muitos mais» (AZEVEDO, 1897: 236).

É assim conveniente, a nosso ver, distinguir, descritivamente, ambos os núcleos, tanto mais que o de Pias (T17) apresenta particularidades próprias (LIMA *et al*., 2018: 40ss., 49, fig. 2.53). Segundo antigos relatórios mineiros, citados por Marcelo MENDES-PINTO (1993), registam-se, pelo menos, 23 filões auríferos, explorados pelos romanos em Pias, tendo sido observado que os trabalhos mineiros subterrâneos neste complexo nunca se aproximaram do nível hidroestático, atingindo profundidades muito menores que os de Santa Justa (MENDES-PINTO, 1993: 299-300). O número de depósitos filonianos explorado em Pias nos tempos romanos alcança, hoje, números muito superiores, graças a levantamentos modernos (LIMA *et al*., 2018: 49, fig. 2.53), mas neste complexo deve ser sublinhada, essencialmente, a diversidade de técnicas empregues para a recuperação do ouro, que fazem da Serra de Pias um caso singular na região. De facto, do ponto de vista espacial, os vestígios de trabalhos de mineração primária concentram-se sobretudo nos cumes e nas encostas a nascente da serra, enquanto as evidências de exploração secundária se distribuem pela vertente oposta, numa e outra margem do rio Ferreira (LIMA *et al*., 2018: 40, fig. 2.31).

Entre os primeiros, destacam-se muitas *cortas*, ainda «em ótimo estado de conservação» (*Id., ibidem*) e a impressionante Corta do Castelo, a poente do rio, onde igualmente se detetam indícios de um açude e uma eventual oficina de lavagem do minério, obras que terão implicado o próprio desvio daquele curso fluvial; porém, há igualmente notáveis testemunhos de exploração subterrânea, como a emblemática Mina das Moiramas (*Id*.: 42-8). Nos últimos anos, porém, a investigação a tem vindo a revelar inéditos e importantes vestígios de mineração secundária antiga, traduzidos pela evidência da lavagem de grandes massas coluvionares, suscitando complexos sistemas de abastecimento de água, designadamente através de um aqueduto, com vários quilómetros de extensão, atividade da qual resultaram enormes acumulações de rochas estéreis (conheiras) na base das explorações (MATÍAS RODRÍGUEZ *et al*., 2015; LIMA *et al*., 2014 ; 2018: 49-50).

Por fim, os trabalhos mineiros no Alto do Castelo (T15) têm recebido menos atenção por parte dos investigadores, mas levantamentos recentes recensearam 7 locais de clara mineração antiga, alguns dos quais aparentemente em muito bom estado de preservação, incluindo cortas a céu aberto, poços verticais quadrangulares e galerias subterrâneas (TEIXEIRA, 2010, Anexo fichas de caracterização, p. 18ss; MUNICÍPIO DE VALONGO, 2014), como exemplificamos nas Figuras 79 e 80. Segundo um dos investigadores que tem trabalhado sobre a mineração em Valongo, no Alto do Castelo, terão aparecido fragmentos de tégula e cerâmica comum romana, achados que relaciona mesmo, com a hipótese de ali poder ter estado sedeada a administração mineira ou qualquer corpo militar de controlo da exploração (MENDES-PINTO, 2000: 404).

No vizinho município de Paredes são similares[532] os vestígios das explorações antigas, merecendo talvez algum destaque o complexo das minas de Castromil (T09), não só pela regular investigação científica que tem suscitado, como ainda pelo facto, que é sempre de aplaudir, de ter dado azo à abertura de um centro de interpretação para acolhimento de visitantes (LIMA, 2013). Do ponto de vista geológico, a área é assinalada pelo contacto entre o granito e metassedimentos xistosos, se bem que as mineralizações auríferas ocorram apenas nas rochas ígneas, sendo essencialmente de tipo filoniano, com ganga quartzosa (LIMA; MENDONÇA; FÉLIX, 2008: 237-42; LIMA *et al*., 2011a: 465). A evidência de trabalhos mineiros antigos foi inicialmente sinalizada por J. ALLAN (1965), merecendo depois a atenção de T. SOEIRO (1984: 117-8; 1986: 107-10), a que se seguiram outros estudiosos.

Os testemunhos das lavras romanas patenteiam-se aqui, quer por imponentes vestígios de desmonte a céu aberto (Fig. 81), nomeadamente um conjunto de cortas, trincheiras (localmente designadas por «covas») paralelas entre si; quer, também, por explorações subterrâneas, com poços (Fig. 82) e galerias (FÉLIX, 2008: 78-82; MARTINS, 2008, Catálogo: 294; LIMA; MENDONÇA; FÉLIX, 2008) estendendo-se todo o conjunto, que inclui ainda escoriais e escombreiras, por cerca de 1600 metros. Os vestígios de dispositivos técnicos relacionados com o processamento do minério parecem pouco notórios (SILVA; FÉLIX, 2008: 77), mas Teresa SOEIRO (1984: 118) discerniu áreas de trabalho com aquela finalidade junto ao rio Sousa, do lado de Castromil.

Por fim, os traços de mineração antiga detetados por Teresa SOEIRO (1984: 112-116) nas serras de Gondomar – Alto do Castelo (T01), Alto do Sobrido (T02) e as minas da Vargem da Raposa (T03) – não têm suscitado muitos estudos de continuidade, salvo os de Carla B. Martins que descreve trincheiras, cortas, poços, galerias e escombreiras nas minas do Alto do Sobrido (MARTINS, 2008: Catálogo, 297-298, n.º 31). Não obstante, a sua importância no quadro regional é, por vezes, sublinhada em trabalhos de especialidade, como foi referido, por exemplo, em relação às minas da Vargem da Raposa (COUTO; SOEIRO, 2006: 471-472).

A cronologia dos trabalhos mineiros antigos nesta região constitui tema ainda em aberto, até porque nas explorações propriamente ditas, os achados dos quais se conservaram os objetos ou notícias seguras, foram casuais, e nunca ali se realizaram escavações arqueológicas dirigidas, concretamente, às áreas das lavras. Certamente, escavações que tenham lugar em povoados – como as acima referidas, na Quinta da Ivanta – contribuirão muito mais para esclarecer este problema do que aquelas que possam fazer-se, porventura, nas cortas ou galerias, além do mais bastante perturbadas pelos trabalhos mineiros dos séculos XIX e XX.

Com base nos aspetos tecnológicos da mineração e nos objetos que têm sido exumados, nomeadamente no Fojo das Pombas, a generalidade dos autores admite a exploração regular de Santa Justa (e provavelmente, com pequena diferença, das explorações vizinhas) entre os tempos de Augusto e, pelo menos, o século II (DOMERGUE, 1970: 156-157; ALARCÃO, 1988a: 128; MENDES-PINTO, 1993: 288, 297; MORAIS, 2007c). Mais discutida continua a ser, nesta como em outras minas do noroeste ibérico, a datação e a explicação, económica e social, das razões do seu abandono (DOMERGUE, 1970: 279; PELLETIER *et al*., 1985: 475; ALARCÃO, 1988a: 126; SÁNCHEZ-PALENCIA, 1995: 148; MARTINS, 2008: 119-125; MATÍAS RODRÍGUEZ, 2014a: 13; 2014b: 58-59; REDENTOR, 2017a: I, 498).

A consideração dos testemunhos de mineração romana, e designadamente a aurífera, na região que tomámos como objeto de estudo é fundamental para compreender as estratégias e

[532] Dependendo da preservação dos terrenos, profundamente alterados pela plantação industrial do eucalipto, que tem vindo a destruir a paisagem, a natureza e os testemunhos arqueológicos, nomeadamente os de mineração, em todos os três concelhos abrangidos pelo «distrito» mineiro romano.

modalidades da ocupação e exploração do território durante o período do domínio de Roma. Não sendo possível, pelo pouco investimento no seu estudo arqueológico, compor uma paisagem mais equilibrada, lancemos, ainda assim, um olhar breve sobre os vestígios de povoamento mais imediatos aos complexos mineiros. Em ampliação cartográfica respeitante aos principais elementos de povoamento (castros romanizados, povoados e necrópoles) da zona mineira de Santa Justa-Pias (Fig. 84), observamos a localização de quatro povoados (Quinta da Ivanta, Castros de Couce e de Pias e povoado da Corredoura, este associado a uma necrópole)[533] perfeitamente «embebidos» nas zonas de exploração, ou a distância inferior a um quilómetro destas, sendo de esperar que, a avaliar pelo exemplo do povoado da Corredoura, outras necrópoles possam existir na proximidade dos restantes povoados.

Ou seja, os mineiros viviam, literalmente, junto ao posto de trabalho, sendo também muito provável, face ao que foi documentado nas escavações da Quinta da Ivanta, e ao frequente achado de mós e pilões nestes povoados, que os mesmos assumissem a dupla condição de espaço residencial e laboral, neste caso para o processamento do minério. Aliás, os trabalhadores indígenas das minas, ainda que formalmente livres, eram, no plano jurídico, simples *peregrini dediticii* (DOMERGUE, 1990: 348, n. 61; RODRÍGUEZ-ENNES, 2004: 56;), havendo toda a vantagem, pelo menos por parte da administração, em que residissem o mais próximo possível das minas (SILVA, AF, 1994: 95). Seriam aqueles povoados – que não parecem particularmente extensos – suficientes para a elevada massa de mão-de-obra requerida pelas explorações (SÁNCHEZ-PALENCIA; OREJAS; FERNÁNDEZ-POSSE, 1994: 250)? Infelizmente, o dossiê epigráfico da região (REDENTOR, 2017a: I, 499ss.) é escasso para nos permitir uma aproximação mais segura ao tecido social, nomeadamente quanto à origem dos trabalhadores ou à, muito provável, presença de efetivos militares, exigidos por razões de segurança e apoio técnico aos trabalhos (RODRÍGUEZ-ENNES, 2004: 59-60).

Outras perguntas, para as quais não temos resposta, podem colocar-se, nomeadamente sobre a administração mineira. Integrariam os mesmos *metalla* todos os conjuntos mineiros da nossa região de estudo? Sendo trabalhos de administração estatal (DOMERGUE, 1990: 301-303), onde residiria o *procurator metallorum*? Partindo da lista de administradores fornecida pelo mesmo Claude DOMERGUE (1990: 296), onde se contam vários libertos, Armando Redentor especula mesmo sobre se um tal *C. Iulius Pylades*, supostamente mencionado numa perdida epígrafe portuense[534], não poderia, pela onomástica libertina, ter tido aquelas funções (REDENTOR, 2017a: I, 492). Por onde seria escoado o ouro processado a caminho de Roma? Pela via fluvial, através de *Cale*, como parece mais natural (SOEIRO, 1984: 111) ou por vias alternativas terrestres (SILVA, AF, 1994: 95-96)?

4.3.2.6. Vias e pontes

O nosso levantamento de vias e pontes foi bastante circunstancial, uma vez que constitui um trabalho que exige recursos e conhecimento direto do terreno que ultrapassavam de largo o escopo desta dissertação. Não obstante, não deixámos de registar alguns testemunhos pontuais e ensaiar a cartografia, pelo menos, de algumas das *viae* que cruzavam, em tempos romanos, o nosso território de estudo (Inventário II.H, Fig. 85).

Na verdade, os dados disponíveis registam dois planos de conhecimento. O traçado da via oficial, a do *cursus publicus*, que ligava, pelo litoral atlântico, *Bracara Augusta* e *Olisipo* encontra-se, desde há muito estabilizado, a partir dos estudos fundamentais de Vasco

[533] Não obstante, recorde-se, a datação da necrópole da Corredoura (N46), pelo menos na parte intervencionada, é tardia, o que torna improvável a sua relação com os contextos mineiros.

[534] Inventário II.K, E23.

MANTAS (1996, 2012, 2015a, 2016), restando, sobretudo, discutir questões de pormenor, ou pequenas variantes de traçado, que resultam irrelevantes à escala cartográfica em que trabalhámos[535]. Por outro lado, para as regiões mais interiores, são praticamente inexistentes as representações cartográficas, fiáveis, dos traçados viários de eventual ascendência romana, contando-se, quando muito, com descrições textuais, a verificar no terreno. Deste modo, a região de Penafiel, por exemplo, com o denso povoamento ilustrado pela cartografia, fica claramente desfavorecida, do ponto de vista viário, nos nossos mapas. Mas tal reconstituição, não poderíamos nós fazê-la no âmbito deste trabalho.

Já à escala urbana, em especial para o caso da cidade do Porto, pudemos discutir com maior detalhe algumas hipóteses e soluções de traçados, sempre hipotéticos na ausência de miliários ou outros dados arqueológicos seguros, como em devido ponto se assinala[536]. Mas, desde já, deixamos dito que – não podendo deixar de representar os principais eixos viários nos cartogramas, atenta a função vertebradora das vias, a todos os títulos, ponto sobre o qual não precisamos de insistir (MANTAS, 1999) – não constatámos particular influência ou fator de atratividade do povoamento resultante das vias. Mas ressalvamos, também a este propósito, que a escala de análise assumida, e a geral fragilidade dos dados arqueológicos manipulados, terão, porventura, grande responsabilidade nesta verificação, que não devemos assumir como definitiva.

Em relação à «via XVI» do Itinerário de Antonino, há um detalhe, nem sempre recordado em cartografia mais geral, que tem a ver com a proposta de Vasco MANTAS da retificação do tramo entre *Cale* e *Bracara Augusta* (aliás, em largo troço, reformulação completa) do traçado-padrão, demarcado por miliários e que deverá datar, segundo aquele investigador do reinado de Adriano, de acordo com a titulatura de um bom número de marcos (MANTAS, 1996: 903ss.; 2015a; 2016: 143). A via original, augustana, e muito pior documentada, divergia significativamente à saída de *Cale* e só por alturas do castro de Alvarelhos, por variante menos evidente, retomava o traçado mais conhecido[537]. Outras vias teriam sido abertas, nomeadamente pelo litoral (CUNHA E FREITAS, 1950; ALMEIDA, CB, 1980), o que nos levou a esboçar, basicamente na região portuense, outro traçado, designado por alguns autores, como *Via Veteris*, mas que, todavia, não arriscámos, pelas razões apontadas, prolongar até à linha do Ave[538].

No que respeita aos casos que registámos em ficha, é mais ou menos pacífica a raiz romana das cinco pontes elencadas, a ponte da Pedra e a de Ronfes, em Matosinhos; as de São Lázaro e Luriz, em Valongo; talvez menos a de Santa Marta, em Penafiel (ALMEIDA, CB, ALMEIDA, GONÇALVES, 2008: 56). Já os troços de caminhos, teriam de ser discutidos à escala local, o que em pouco contribuiria para o nosso tema.

---

[535] Com efeito, não considerámos de particular relevância, pela razão indicada, discutir tais variações ou alternativas viárias, aliás quase sempre desacompanhadas de quaisquer testemunhos arqueológicos firmes. A sul do Douro, por exemplo, temos algumas propostas pontualmente divergentes, com base em indícios no terreno, para o traçado da via na área do Monte Murado. É também muito de considerar, a nosso ver, a sugestão de um ramal alternativo que propiciaria o acesso ao Douro não, diretamente, pela antiga Rua Direita (o traçado de V. Mantas e o mais «canónico») mas por caminho mais a nascente, levando à zona de Quebrantões (ALMEIDA, L. 1984, 1985), aproveitando depois a corrente descendente para que a barca de passagem transpusesse mais facilmente o rio. São aspetos muito específicos que, face aos dados disponíveis, não parecem afetar ou condicionar a rede de povoamento romano, pelo que os reservamos para ulteriores estudos.

[536] *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

[537] Desconhecemos se tal reformulação do percurso pode ser proposta apenas para este troço ou se, porventura, será observável em outros pontos do *traiectus*.

[538] Para a representação dos traçados, designadamente da via XVI, baseámo-nos ns trabalhos, citados, de Vasco Mantas, recorrendo, como apoio pontual, à reconstituição de Pedro Soutinho (que, no geral, reproduz V. Mantas) em https://www.viasromanas.pt/.

Ultrapassando o âmbito do nosso inventário, mas de interesse para a caracterização regional que lhe serve de fundamento, queremos ainda deixar uma nota sobre uma possibilidade de centuriação nos arredores da urbe portuense. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com a sensibilidade e perspicácia que o caracterizavam, entendeu que a significativa coincidência do traçado da via XVI, entre o território maiato a norte de *Cale*, e vários limites territoriais de freguesia, «só pode derivar da centuriação romana» (ALMEIDA, CF, 1969: 16), ideia que mais tarde reforçaria, apontando os «nítidos vestígios divisórios de centuriação», tanto na terra da Maia como, aliás, na região envolvente a *Bracara Augusta* (ALMEIDA, CF, 1978a: 38).

A verificação desta proposta de leitura retrospetiva da paisagem, no que se refere à região situada a norte do Porto (já que para *Bracara Augusta* tem vindo a comprovar-se com indiscutível solidez, como noutro ponto registámos)[539] requer uma linha de investigação própria que terá de ultrapassar os condicionalismos da moderna destruição da paisagem tradicional, devido à intensa urbanização da área metropolitana do Porto, pela mobilização dos recursos cartográficos e aerofotográficos mais antigos disponíveis e a sua análise estrutural e seriada com as atuais ferramentas digitais. Só desse modo, poderão perceber-se eventuais regularidades e permanências do parcelário agrícola pré-contemporâneo, ou detetar eixos viários fossilizados, que, por um lado, apoiem a reconstituição da rede de circulação antiga; e por outro, validem qualquer lógica de *limitatio* e organização do *ager* que possam remontar-se ao período romano, mesmo considerando o conhecimento bastante lacunar e fragmentário que ainda temos das materialidades e modelos da ocupação do território nessa época.

Porém, a admitir-se que os dados empíricos venham um dia a validar a intuição de Ferreira de Almeida e que a abertura de uma via imperial de grande importância como a XVI tenha, a par das funções que lhe eram próprias, agenciado ou servido de *kardo* principal, pelo menos em certos trechos, à reorganização dos terrenos lavradios da fachada atlântica mais meridional do *conuentus bracaraugustanus*, levantam-se questões da maior importância. Talvez a primeira seja perceber a que *ciuitas* ou centro urbano caberia a efetiva tutela administrativa e fiscal desse *ager centuriatus*. O núcleo de *Cale* parece a resposta mais natural, porém, a possibilidade da planificação ou regularidade do seu desenho urbano, pelo menos no Alto Império, é uma especulação que os dados arqueológicos de todo não autorizam, como em ponto próprio discutimos[540].

4.3.2.7. Necrópoles

A presença de ambientes funerários revela-se, no nosso levantamento (Inventário II.I, Fig. 86), bastante expressiva (55 ocorrências), com a singularidade – que não sabemos explicar a não ser por tradições de investigação[541] – de 54,5% das necrópoles estarem localizadas no território de Penafiel, densidade que, aliás, se aproxima dos povoados e castros registados no mesmo concelho.

Não teria grande utilidade para este trabalho um comentário exaustivo a todos estes contextos sepulcrais, tanto mais que, em cômputo geral, e como pode apreciar-se pela consulta das respetivas fichas individuais, pelo menos um terço das necrópoles contabilizadas foram utilizadas durante o Baixo-Império, e para cerca de metade do conjunto não existem, sequer, informações cronológicas, sendo provável que sejam, igualmente, na sua maioria

[539] *Vd. infra*, ponto 4.4.1.9.

[540] *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

[541] Ou, talvez, podemos acrescentar, de menor densidade de urbanização em relação a outras áreas?

tardias. Umas e outras em nada contribuem, desta forma, para a avaliação do impacte da «primeira romanização», questão que particularmente nos importa. Assim, destacaremos apenas os casos melhor documentados, em especial por escavações modernas, e com referência aos contextos mais antigos.

Concluindo a análise «formal» do nosso registo funerário, verifica-se que são muito poucas, apenas umas oito, entre o lote de 55 casos recenseados, as necrópoles que beneficiaram de escavações arqueológicas modernas, minimamente conclusivas. Referimo-nos às necrópoles de Monteiras (N17), Montes Novos (N21), Eirô (N23) e As Campas (N33), todas em Penafiel, a da Corredoura (N45), no concelho de Valongo, e a da Vessada (N51), em Vila Nova de Gaia, sendo que as quatro últimas revelaram apenas contextos do Baixo-Império[542]. Do caso particular das necrópoles do castro de Monte Mozinho trataremos em capítulo próprio[543]. Desta forma, privilegiaremos os casos de Monteiras e Montes Novos em breve síntese recapitulativa dos dados recolhidos.

Objeto de escavação entre 1993 e 1995 e modelarmente publicada (SOEIRO, 2010), a necrópole de Monteiras (N17) providenciou um total de 111 sepulturas, de ambos os ritos funerários, observando-se 73 casos de incineração e 38 inumações. Não obstante, quer em resultado de obras modernas, quer pela própria dinâmica de sobreposição e perturbação das sepulturas de incineração pelos enterramentos mais recentes, aquele número não traduz a totalidade das deposições funerárias (SOEIRO, 2010: 12-31; SOEIRO, 2015). As sepulturas de cronologia mais antiga são, como seria de esperar, aquelas nas quais foi seguido o ritual da incineração. Traduzem-se, espacialmente, por uma mancha de deposições, com orientação geral Este-Oeste, aparentemente estruturada em função de um grande *ustrinum* mais ou menos central, com cerca de 7 por 5 metros, e assinalado pelo nivelamento e preparação do solo com uma camada de barro, fortemente tisnada pelas combustões, o que deverá resultar, também, da sua sobreposição por outras sepulturas de incineração, parecendo observar-se um um possível segundo *ustrinum* a poente (SOEIRO, 2010: 19, 65). Como nota a mesma autora, estes sepulcros mais precoces encontravam-se dispostos a cotas muito superficiais, por vezes a escassos dez centímetros do topo do solo atual, dispostos diretamente sobre o saibro natural ou mesmo em terra, podendo apresentar ou não covacho percetível e tendo por vezes ao lado os restos da cremação (*Idem*: 18).

O estudo do mobiliário funerário das sepulturas revelou, como elemento que deve destacar-se, a perduração de formas e pastas de clara tradição da Idade do Ferro na cerâmica dos grupos mais antigos, como também se observou numa necrópole antiga de *Bracara Augusta* (MORAIS; SOEIRO; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 1014). A análise fina do espólio votivo permitiu classificar a vida da grande necrópole em vários ciclos cronológicos, estando os mais antigos compreendidos entre os meados do 3º quartel do século I e o 3º quartel do século III (SOEIRO, 2010: 20; CARVALHO, 2010).

Já nos finais da década de 1980 havia sido escavada, também em área, outra necrópole penafidelense, a de Montes Novos (PINTO, 1996, 1998), que entretanto se percebeu estar associada a um povoado contíguo. Apresentando perto de centena e meia de sepulturas, de ambos os ritos sepulcrais, por vezes sobrepondo-se e intersectando-se, a necrópole revelou sobretudo, enterramentos do século IV, podendo os enterramentos mais antigos ser datados

[542] A este cômputo teremos de somar a necrópole de Morouços (Matosinhos), com escavações ainda em curso e, por essa razão, praticamente inéditas, salvo as notícias de imprensa; a escavação da sepultura de Sobreiros, Paredes (N13), achado singular e, todavia por datar; a escavação da sepultura do Largo do Colégio, no Porto (N45), sepulcro isolado e tardio; algumas sondagens na área da necrópole da Forca, Maia (N02), que foram inconclusivas; e as sondagens de 1979 no Alto da Véla (V. N. Gaia) que proporcionaram apenas o achado de uma sepultura, irrelevante face à dimensão daquele cemitério tardio.

[543] *Vd. infra*, ponto 4.6.

dos séculos II ou III (PINTO, 1996; 1998: 191-192). As sepulturas de incineração, certamente as mais antigas, foram feitas em covacho simples, não estruturado, não permitindo o seu espólio, estudado ainda de forma preliminar (PINTO, 1998: 194-227), uma maior afinação cronológica.

Avaliando o enquadramento e significado da necrópole de Montes Novos no contexto das redes de povoamento local e regional, Gilda Pinto sugeriu que a sua proximidade a uma importante via que ligava *Bracara Augusta* à travessia do Douro (talvez perto do balneário de São Vicente do Pinheiro), a par de certas particularidades do espólio e os vestígios de um povoado, com alguns elementos de relevo arquitetónico, nas vizinhanças, sustentam a possibilidade de naquela área ter existido um aglomerado concentrado, talvez um *uicus* (PINTO, 1998: 188, 192).

Constituindo o ritual funerário, em praticamente todas as sociedades humanas, um elemento fundamental da vida social e das conceções religiosas, entre outras dimensões, seria muito interessante poder avaliar o confronto, ou diálogo, entre as práticas ancestrais indígenas e a ritualização da morte na cultura romana. Infelizmente, não só são escassos os elementos sobre o modo como os *Callaeci* e seus vizinhos encaravam esta vertente, como raros os contextos funerários «romanos» verdadeiramente antigos, ou de eventual «transição» no processo de aculturação ou «*criolização*». A perduração de louça «castreja» em sepulturas «romanas», bem entrada a primeira centúria, poderá ser mais ou menos significativa do ponto de vista cultural, quer se considere a possibilidade de emblematizar algum sentido de «tradição», quer, de forma mais pragmática, constitua a simples continuidade do fabrico e uso de recipientes cuja função predominava sobre a semântica.

4.3.2.8. Outros sítios e achados romanos

Em todos os inventários são registados eventos ou ocorrências, de necessária consideração, cuja tipificação teima em escapar à grelha de classificação pré-definida, caindo fatalmente no apartado restante. Na verdade, incluímos nesta secção um conjunto de sítios e achados, de importância intrínseca, cujo inventário não podia deixar de fazer-se (Inventário II.J, Fig. 87).

Os locais que assim categorizámos respeitam a um conjunto de observações, correspondentes, no geral, a achados dispersos de materiais romanos difíceis de caracterizar, distribuídos pelos concelhos da Maia, de Matosinhos, de Vila do Conde e de Vila Nova de Gaia, os quais, não obstante tal imprecisão, mereceram inventário, e correspondentes medidas de proteção das respetivas áreas, nos instrumentos de salvaguarda patrimonial desses municípios, opção que decidimos respeitar[544]. Estão nesta condição 14 sítios, onde a deteção de objetos arqueológicos esparsos, ou pouco característicos, não permite sustentar com a segurança desejada, uma proposta sobre a sua natureza.

Numa outra classe, registámos diversos achados avulsos, sem contexto arqueológico, mas de evidente importância para o povoamento regional. Tal é o caso dos dois cepos de âncora, em chumbo (Figs. 88 e 89), recolhidos, respetivamente, no rio Douro (OR15) e na frente atlântica vila-condense (OR17), testemunhos relativamente comuns em águas portuguesas mais meridionais, mas bastante mais raros no norte (ALVES *et al*. 1989), testemunhando o

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[544] Da experiência que nós próprios temos de inventário arqueológico para efeitos de salvaguarda, sabemos bem que um achado modesto, um «quase-sítio», pode vir, por vezes, a revelar-se como estação relevante, se lhe for dada a oportunidade de algumas sondagens arqueológicas antes que qualquer projeto construtivo o silencie para sempre. Por esta razão, mesmo com algum ceticismo, em certos casos, respeitámos quase sempre a opinião dos nossos colegas dos diversos municípios.

trânsito de embarcações, provavelmente de época romana[545], devidamente atestado já, aliás, por achados mais robustos (BLOT, 2003; MORAIS, GRANJA, MORILLO, 2013). A pequena dimensão e peso dos dois cepos sugerem poderão ter pertencido a uma embarcação de pequeno calado e tonelagem, talvez, inferior a 25 toneladas, mais adequada à navegação de cabotagem ou fluvial, mas a relação entre este equipamento e a tonelagem ou tipo de navio de que fez parte é problemática, tanto mais que a maior parte das embarcações possuíam diversas âncoras, muitas vezes de calibre diverso (BLOT, 2003; MANTAS, 1995: 25-29).

Na mesma linha, devemos evidenciar outros achados igualmente incomuns, como o da estatueta, em bronze, figurando Júpiter, descoberta em Vila do Conde (OR16), em finais do século XIX, devidamente publicada e ilustrada (SEVERO, 1899-1903: 129-30), mas à qual entretanto, se perdeu o rasto (Fig. 90). Provavelmente relacionada com algum povoado ou lugar de habitação[546], tanto mais que no sítio do achado, desconhecido, se topavam outros vestígios, a pequena figura (de apenas 15 cm) representa o pai dos deuses, com a «pedra do raio» na mão dextra (*Iupiter Fulgur*), correspondendo, certamente, a uma peça de torêutica de produção alto-imperial (PINTO, 2002: 123; MUSEU NACIONAL…, 2002: 415). Pela mesma época (1886) foi achado o Marte do Monte Sameiro, em Penafiel (OR13), pequena estatueta em bronze, de boa fábrica (MIRANDA, 1940; SOEIRO, 1984: 89; PINTO, 2002: 126-129), objeto de contexto ignorado, mas que não deixa de assinalar a presença do culto a Marte, o *Mars Ultor* da iconografia-padrão, na nossa região de estudo.

Por fim, «reservámos lugar» para a única estátua romana encontrada no Porto (OR14), representação em granito de uma personagem masculina, togada, de fábrica romana mas reutilização renascentista, como se dirá. Recolhida a estátua das águas do Douro em 1868, juntamente com quatro colunas e uma inscrição do templete onde originalmente se acharia (FERREIRA, 1926: 101; COUTINHO, 1965; CRUZ, 1983: 15-16) foi levada por Joaquim Possidónio da Silva para o Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, onde ainda se encontra (Fig. 91). Escultura de vulto, ainda que de proporções apoucadas (1,27 metros de altura), o *togado*, como usualmente é nomeado, figura uma personalidade masculina, em pose, com a perna esquerda levemente avançada e a cabeça um pouco voltada à direita. Apresenta-se vestido com túnica curta e *toga*, apertada por um cinto, cujas dobras estão representadas de forma esquemática. Talvez não propriamente, uma toga, mas – segundo proposta de Alicia CANTO (2001a) – uma *stola*, tipo de veste indígena que, de certo modo, pretenderia emular a toga romana[547].

A estátua, de aspeto rude e pouco curado, talvez porque se destinasse a ser revestida a estuque policromo (NOGALES BASARRATE, 2015a: 342-343) terá estado instalada num templete que D. Miguel da Silva, um bispo-mecenas renascentista, de longas estadas em Roma, mandou erguer no rio Douro, sobre uns penedos, em 1527, para servir de orientação e signo de boas-vindas às embarcações que entrassem na barra (FERREIRA, 1926: 101; OSÓRIO, 1994b), utilização que levou, mesmo a que fosse tomada como réplica renascentista (BARROCA, 2001: 45, n. 43)[548]. Não obstante, a fábrica romana do togado não é contestada por nenhum dos outros autores que se lhe referem (GARCIA BELLIDO 1949: 192; MATOS 1966; 2005; SOUZA 1990; CANTO, 2001a; SCHATTNER 2003; 2004; NOGALES BASARRATE, 2015a: 342-343 e, inclusivamente, BARROCA, 2012: 289). A hipótese que

[545] Se bem que a sua tipologia, dita de «de cavilha mediana» (tipo IIIc de KAPITAN, 1984), admita uma cronologia mais ampla.

[546] Talvez Soutelo (P40) ou Quinta de Vilas Boas (P41).

[547] Detalhe que poderá, porventura, justificar alguma incongruência iconográfica que tem sido apontada por certos autores (GARCIA BELLIDO 1949: 192).

[548] Opinião que tivemos ocasião de rebater (SILVA, 2010c: 220-221, 247, n. 8), aparentemente de forma conclusiva.

colocamos, apesar de tudo, é a de que a escultura possa não ser proveniente do território portuense, mas da zona de Viseu, de cuja diocese D. Miguel foi ordinário, o que requer eventual caracterização da variedade de granito em que foi talhada.

Para concluir este ponto, remetemos o leitor para um último cartograma geral, o da Fig. 92, que representa a prática totalidade dos vestígios de povoamento romano na região. Simples *dots on a map*, dir-se-á, mas que não deixam de revelar, a nosso ver, mais que a densidade de ocupação do território, as lacunas de investigação, que mostram desertas de romanidade consideráveis extensões. Talvez um dia, com maior volume de informação arqueológica, possamos replicar este mapa por sucessivas fases cronológicas. Por ora, seria tarefa incerta e pouco consequente. No conhecimento histórico, por vezes, é melhor silenciar do que fantasiar.

4.4. A novidade urbana: *Bracara* e *Aquae Flauiae*

A política de organização administrativa[549] do noroeste peninsular empreendida por Augusto poderá ter tido, a nosso ver, dois grandes eixos de intervenção, de verdadeira rutura nos padrões de povoamento autóctones. Por um lado, pela criação de cidades verdadeiramente *ex nouo*; por outro, pela fundação ou promoção de certos *castella* indígenas – a «*romanización 'selectiva' del hábitat castreño*», como a designou Fermín PÉREZ LOSADA (1991:405) –, atribuindo-lhes (se bem que se desconheça em que modalidades e condições, mas seguramente sob a égide e controlo de Roma) funções de capitalidade e tutela «política» e fiscal de determinados territórios envolventes (DOPICO, 2006: 431).

São exemplos da primeira modalidade, *maxime*, *Bracara Augusta*, criada expressamente para servir de capital conventual, independentemente de na sua fundação se ter optado pela seleção de um espaço já dotado de alguma centralidade ou, pelo contrário, de um território «neutro» onde precisamente a nova cidade fosse mais marcante e alheia a eventuais disputas ou competição das comunidades locais, como mais adiante discutiremos; e do mesmo modo, quiçá com a vocação de apoiar e replicar, de certa maneira, as funções da capital regional, *Aquae Flauiae* (PÉREZ LOSADA, 1998: 162), cuja gestação augustana parece assumir-se, cada vez mais, como provável, como também se porá a debate em ponto próprio. Na verdade, estas fundações urbanas destacam-se pela sua singularidade em todo o espaço do *conuentus*, independentemente do desenvolvimento de outros aglomerados que certamente terão atingido algum grau de urbanização, quer tenham emergido de núcleos populacionais pré-existentes, crescido organicamente a partir da sua localização junto a eixos viários ou portos flúvio-marítimos ou mesmo, eventualmente, resultado de novas fundações também no tempo do primeiro imperador (PÉREZ LOSADA, 2002).

Todavia, a par da criação das novas cidades, observamos a fundação de alguns povoados «castrejos»[550], em cronologia em tudo idêntica às urbes de *Bracara* e, eventualmente, de *Aquae Flauiae*. É o caso, verdadeiramente paradigmático, do Monte Mòzinho, igualmente erguido de raiz, em momento em que outros povoados, ou se abandonavam, ou viam remodelado o seu espaço construído, tanto público como doméstico, sob outros modelos planimétricos, melhor adaptados a usos e funções requeridos pela nova administração. A

[549] E não tanto, como normalmente se diz, de «reorganização administrativa», atendendo a que, na ótica da administração romana, as dinâmicas de hierarquia e articulação das comunidades indígenas nada tinham a ver com o modelo de cidadania que Roma pretendeu implementar nas províncias, ainda que este pudesse estar sujeito a particularismos e adaptações pontuais, naturalmente.

[550] Termo que aqui se usa em sentido mais arquitetónico que cultural, independentemente de considerar-se que a «cultura castreja» se dilui a partir dos primeiros contactos com o conquistador romano ou que, porventura, terá o seu *floruit* precisamente no século I, como defenderam vários autores.

diferença dos processos poderá residir no facto do Mozinho, ter resultado, expressamente, da intenção e promoção direta das autoridades romanas; enquanto as alterações em outros povoados poderão ter tido origem, essencialmente, em dinâmicas regionais de crescimento ou emulação por parte das comunidades e lideranças indígenas, em articulação, e porventura com o apoio, da nova administração.

4.4.1. *Bracara Augusta*

A urbanização é, muitas vezes, considerada como um dos elementos distintivos do alargamento da «civilização» romana a vastas áreas europeias, nomeadamente nas províncias ocidentais (GRIMAL, 2003: 10). Não porque se deva aos romanos a invenção das cidades (PELLETIER, 1982: 5), aliás bem conhecidas na península ibérica bem antes da conquista (GARCÍA Y BELLIDO, 1966: 159-176), mas porque o espírito e a lei romanas as imbuíu de particulares características, nomeadamente o sentido cívico, associando à noção de cidade o papel do Estado (PELLETIER, *ibidem*)[551]. Percorrendo todas as vertentes e funções das novas urbes criadas por Roma no Noroeste ibérico, A. Tranoy referiu-se às cidades, de forma emblemática, como «*foyers de romanisation*» (TRANOY, 1983: 199). Na verdade, mais que a concentração populacional, a diversidade de funções «urbanas» ou mesmo o eventual papel de liderança económica ou sociopolítica sobre o território envolvente, características que alguns *oppida* indígenas do norte de Portugal, como os de Sanfins ou Briteiros, porventura já deteriam (LE ROUX; TRANOY, 1984: 202; SILVA, AF, 1993), a fundação de novas cidades por parte das autoridades romanas trouxe outras novidades radicais às comunidades indígenas (TRANOY, 1983; DOPICO CAÍNZOS, 2016: 266, *passim*).

Tais iniciativas, aparentemente materializadas apenas nas capitais dos *conuentus* do noroeste peninsular (*Bracara* e *Lucus Augusti*) e *Aquae Flauiae* – se bem que possam ter sido, em parte, salvo as funções políticas, replicadas a diferentes escalas e estatutos em alguns *uici* (PÉREZ LOSADA, 2002: 26) – foram limitadas à agência do primeiro imperador[552]. Para além de novas formas arquitetónicas e do desenho urbano original, as novas cidades, como espaços de representação e gritante afirmação dos novos poderes, trouxeram aos povos locais não apenas diferentes cenografias, mas, em especial, o peso das novas instituições que a *ciuitas* desde há muito traduzia no mundo da romanidade, e das quais a materialidade urbana constituía veículo essencial. Como resumiu Manuela Martins,

> «as cidades fundadas por Augusto no NO. peninsular desempenharam um papel fundamental na consolidação da política imperial, pois constituíram os pólos agregadores das restantes iniciativas, actuando como centros administrativos, como elos da rede viária e como locais de residência das elites, cujo papel foi fundamental na criação de uma nova ordem social, económica e cultural» (MARTINS, 2009: 181).

Deste modo, podemos dizer, a *imago urbi* refletia também uma nova *imago orbis*. Não só uma nova paisagem, mas sobretudo uma nova sociedade, a qual – não sendo necessariamente

[551] Não obstante, estamos cientes – se bem que não o desenvolvamos em particular – do moderno debate, histórico e arqueológico, que tem vindo a reposicionar o fenómeno urbano provincial no quadro de uma malha de povoamento bem mais rica e diversificada do que tradicionalmente se percecionava, tanto na sua raiz autóctone como no quadro colonial. Vejam-se a este respeito, por exemplo, Pierre GROS (1994) e M. BENDALA GALÁN (1994).

[552] É curiosa esta circunstância, das novas cidades terem sido devidas – no que a este recanto ibérico importa – à iniciativa de Augusto. Tal apenas, sublinha, do nosso ponto de vista, a intencionalidade essencialmente política dessas fundações. Cumprido este propósito, o território foi, de certo modo, abandonado ao seu próprio destino, implicasse ou não a emergência de novos centros urbanos.

o propósito prioritário dos conquistadores – fatalmente acabaria por resultar do longo tempo colonial.

Nesta linha, impõe-se que nesta micro-história marquem presença as cidades. Acompanhando breve síntese da informação disponível de algumas reflexões sobre a urbe (espaço físico) a urbanidade (características dos seus habitantes e clientes) e a progressiva «urbanização» das mentalidades autóctones, potenciada pela capilaridade das vias entretanto rasgadas para ligar e dinamizar povoados e interesses.

4.4.1.1. História da investigação

As antiguidades arqueológicas de Braga mereceram a atenção de importantes humanistas e antiquários, que desde o século XVI compilaram notícias e achados feitos na cidade. Destacam-se a coleção de miliários e lápides romanas reunida pelo arcebispo bracarense D. Diogo de Sousa, renovador do urbanismo da cidade (BANDEIRA, 2000), no Campo de Sant'Ana; e os trabalhos corográficos de João de BARROS (1548; 1549). Nos finais deste século, a publicação da primeira planta da cidade na *Ciuitatis Orbis Terrarum*, de Braunio (MARTINS, 2000a: 10; MORAIS, 2009: 200; MORAIS, BANDEIRA, PINHO, 2013: 21) permite verificar a fossilização no plano urbano seiscentista de elementos da cidade romana como o *forum* (Fig. 93) ou alguns eixos viários estruturantes. Mais tarde, outro titular da arquidiocese, D. Rodrigo da CUNHA (1634), elaborou a primeira síntese da história da cidade, retomada e atualizada, com maior fôlego e documentação, por Jerónimo Contador de ARGOTE (1732), um dos autores setecentistas particularmente interessados na história da cidade.[553]

Ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX numerosos estudos e notícias versaram sobre o passado romano de Braga, com largo destaque para os achados epigráficos e, entre estes, os miliários (Martins CAPELA, 1895), podendo referir-se, em especial, os trabalhos de José Leite de VASCONCELOS (1903; 1905a: 239-265; 1918; 1924) e Albano BELINO (1895a; 1895b; 1896; 1903a; 1903b; 1905; 1909), investigador que igualmente colecionou na sua residência um importante acervo lapidar proveniente de Braga e locais próximos (SEVERO, 1903).

Durante o século passado, os estudos sobre a arqueologia romana de Braga – que levantámos, essencialmente, a partir dos exaustivos índices de Eduardo P. de OLIVEIRA (1984, 1985, 1993) – convocaram diversos investigadores, se bem que parte substancial dos seus trabalhos se reportem a epígrafes romanas ou objetos arqueológicos singulares, ou constituam pequenos apontamentos na imprensa local. Permitimo-nos destacar as publicações de Carlos Teixeira sobre o Castro Máximo (TEIXEIRA, 1936), a Fonte do Ídolo (1938) ou *Bracara Augusta* (1956); os apelos de Alberto Feio, já na década de 1950, contra a destruição dos vestígios da cidade romana (FEIO, 1956); o *Roteiro* da exposição sobre a cidade de Braga «desde o Paleolítico à reconquista cristã» (ROTEIRO, 1954) ou o ensaio de Rosa C. SAMPAIO (1963) sobre a história e arqueologia de Braga. Entre 1947 e 1976, merecem nota as dezenas de textos de Arlindo Ribeiro da Cunha na imprensa local (CUNHA, 1988; NUNES, 1988), e desde a década de 1960 sobressaem os trabalhos de José João Rigaud de Sousa, sobre materiais e outros elementos romanos de Braga (SOUSA, 1966a, 1966b, 1966c, 1967, 1968, 1969, 1970, 1973; SOUSA; PONTE, 1970)[554].

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[553] *Vd*., sobre o relevante papel destes humanistas e antiquários no registo histórico das antiguidades bracarenses, DELGADO; MARTINS e LEMOS (1989: 4-5) e MORAIS; BANDEIRA e PINHO (2013: 17-31).

[554] Entre estes estudos são praticamente relevantes, se bem que pouco publicados, os das escavações que este investigador conduziu no povoado da Idade do Ferro e importante complexo palatino suevo de Santa Marta das Cortiças, na Falperra, cerca de quatro quilómetros a sudoeste da área urbana de Braga, estação alvo de várias campanhas arqueológicas desde

Mais recentemente, a exumação da história de *Bracara Augusta* está indissoluvelmente intrincada com as séries ameaças à conservação dos seus vestígios arqueológicos, nos começos da década de 1970, e a um amplo movimento cívico que sustentou esse desígnio de salvaguarda. Nesta linha, o «projeto de salvamento de *Bracara Augusta*» constituiu um marco na história da arqueologia urbana portuguesa e, simultaneamente, um sinal das virtualidades da ação popular na caminhada democrática instaurada pela revolução política de 25 de abril de 1974.

Este processo, que terá aqui de contar-se brevemente, ainda que justifique já um estudo mais aturado[555], decorre do natural desenvolvimento económico e urbanístico que a cidade de Braga protagonizou ao longo do século XX, com particular incidência no último quartel dessa centúria. Ora, se a destruição de vestígios arqueológicos se noticiava em Braga (como em outras cidades portuguesas de ascendência romana) desde há muito, nos inícios dos anos '70 juntou-se à evidência dessa depredação uma crescente consciência cívica e patrimonial que logrou, à custa de iniciativas que traduziram, a par do voluntarismo e algum radicalismo próprios da época, atitudes de grande coragem, risco e generosidade.

A partir de meados do século XX iam-se sucedendo os alertas, nomeadamente na imprensa local de Braga sobre as ameaças e destruições de património arqueológico, distinguindo-se nestas denúncias eruditos locais como o, já citado, cónego Arlindo Ribeiro da Cunha[556] (CUNHA, 1988; ALVES *et al*., 1977: 418; NUNES, 1988; DELGADO; MARTINS; LEMOS, 1989: 5), mas só em 1974, poucos dias antes do golpe militar que implantou o regime democrático, J. J. Rigaud de Sousa, diretor-adjunto do Museu D. Diogo de Sousa, propôs às autoridades governamentais a criação de uma zona de proteção na cidade (ALVES *et al*., 1977: 420). Aprovada esta medida, a mesma não foi suficiente para travar as destruições decorrentes da intensa e apressada urbanização, especialmente na colina de Maximinos, área correspondente à zona sudoeste da cidade romana (DELGADO; MARTINS; LEMOS, 1989: 5)[557], levando a sucessivas tomadas de posição por parte de várias individualidades, políticas e académicas, envolvendo, designadamente, a recém-criada (1973) Universidade do Minho, a organização de uma «comissão de defesa», a sensibilização das entidades locais e nacionais através de sessões de esclarecimento, colóquios, intervenções na imprensa e outras ações, logrando-se mesmo a realização de uma curta campanha de escavações arqueológicas na colina de Maximinos, dirigida por Jorge de Alarcão, em abril de 1976 (*Idem, ibidem;* ALARCÃO, 1976a).

Esse ano de '76 e o seguinte foram de intensa atividade, prosseguindo os trabalhos arqueológicos de campo, agora ao abrigo de estrutura de intervenção, constituída por decisão do Governo, sob a forma de «Campo Arqueológico da Universidade do Minho» (CAUM).

---

os finais do século XIX (BELINO, 1909) e, depois, entre os meados da década de 1950 e 1970 (cfr. resenha atual em BARROCA; AREZES; MORAIS, 2018).

[555] Na verdade, entre a vastíssima bibliografia sobre *Bracara Augusta* contam-se meritórios estudos e reflexões sobre os começos e desenvolvimentos iniciais do «projeto de salvamento» – aqui globalmente citados, e, na sua maior parte, devidos à pena de alguns dos seus principais agentes e protagonistas – mas entendemos que a relevância deste processo para a história da arqueologia em Portugal reclama já, com o distanciamento de meio século e, talvez, com um olhar historiográfico menos «comprometido» com esses eventos e, por essa razão, mais interrogante e desconstrutivo, investigação mais aprofundada.

[556] O cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (1906-1976), linguista e latinista, foi uma importante figura da historiografia bracarense, sendo particularmente significativa a sua regular colaboração na imprensa local, entre 1947 e 1976, através de estudos e notícia de achados diversos, textos de divulgação e, muitas vezes, com apelos e chamadas de atenção para a defesa do património arqueológico de Braga (*vd*. OLIVEIRA, 1984; 1985 para listagem bibliográfica; e CUNHA, 1988 como recolha de alguns textos mais significativos deste autor).

[557] Como comentou, na ocasião, um dos intervenientes, «a arqueologia fazia-se em Braga correndo atrás dos *bulldozers*» (NUNES, 1978: 229).

Emblemática desse período difícil, mas, de certo modo «heróico», da arqueologia bracarense foi a expressão do ex-presidente da República Portuguesa, então primeiro-ministro, Mário Soares, em 20 de novembro de 1976: «– *Não se construirá mais em Braga sobre ruínas romanas*», mas mais consequente foi a definição de uma nova zona de proteção, por decreto legal, em julho de 1977 (ALVES *et al*., 1977: 420-423; NUNES, 1978: 229-230; DELGADO; MARTINS; LEMOS, 1989: 6-8). Sem surpresa, o subsolo ajudou sempre os esforços dos arqueólogos e outros defensores do património, pois nesse mesmo ano de 1977 foram descobertas em Maximinos as ruínas do edifício termal (DELGADO; MARTINS; LEMOS, 1989: 8; MARTINS, 2005), que viria a converter-se num dos ícones de *Bracara Augusta*.

Valerá a pena recordar um pouco, antes de prosseguirmos, qual era o conhecimento «consolidado» sobre *Bracara Augusta* no verdadeiro momento em que a arqueologia urbana finalmente se impôs na cidade. Dicionários e obras de referência costumam ser, para esse efeito, marcos referenciais, até pelo ensaio de síntese a que sempre obrigam. Ora, pouco tempo antes ou mesmo nesse ano de 1976, o professor Jorge de Alarcão redigiu um verbete sobre a urbe romana para a *Princeton Encyclopedia of Classical Sites*, que nessa altura saíu dos prelos. Na necessária concisão de meio milhar de palavras, Alarcão, baseado na menção de Plínio ao «*Bracarum oppidum*» (*Hist. Nat*., 4, 20) sugeria que a cidade foi fundada na sequência de um povoado indígena anterior, se bem que notando serem quase inexistentes os vestígios de ocupação anteriores ao século I; acentua também a importância económica de *Bracara* na primeira metade do século I, exemplificando com a produção de lucernas e de imitaçõeso de *terra sigillata* (a cerâmica «bracarense»); destaca ainda o potencial arqueológico da colina da Cividade e alguns restos da muralha romana – que sugere ser tardia – dispersos pela cidade, apontando uma possível porta na zona do Hospital de São Marcos; alude também a alguns monumentos epigráficos e às ruínas ao tempo visíveis, como a Fonte do Ídolo e o tanque com mosaicos do Seminário de Santiago; por fim, refere três áreas cemiteriais (na rua do Raio e a Este da avenida Marechal Gomes da Costa, a norte, perto da rua Alferes Alfredo Ferreira; e a sudoeste, em São Pedro de Maximinos; no respeitante ao plano urbano, sem outras informações, limita-se a propor a localização do *cardo* máximo na rua de Santa Maria e do *decumanus* na rua dos Falcões/Hospital (ALARCÃO, 1976b: 162)[558].

Passadas quatro décadas e meia daqueles eventos, o estudo de *Bracara Augusta*, objeto de numerosas dissertações e teses doutorais nos últimos anos, terá aqui de resumir-se a sucinto capítulo. Aliás, a amplíssima produção científica e de divulgação sobre a cidade romana, nas suas múltiplas vertentes, que atinge centenas de títulos, é já quase impossível de compulsar na sua totalidade, considerando até o elevado número de relatórios técnico-científicos das intervenções que, desde há anos, com grande regularidade e a habitual competência fornal, são disponibilizados no repositório digital da Universidade do Minho[559].

Não obstante, a nossa tarefa de reconstituição do desenvolvimento da prática e das descobertas arqueológicas em Braga sai um pouco mais facilitada, graças à preocupação que os membros da equipa do CAUM, que rapidamente (1977) evoluiria para a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sempre tiveram de, regularmente, e sem prejuízo da

[558] Significativamente, como bibliografia sumária, Alarcão apenas indicava Jerónimo Contador de Argote e o pequeno estudo de R. SAMPAIO (1963). É curioso comparar este «retrato» da cidade romana com o que foi realizado, uma década depois, pelo mesmo autor. Em ficha mais extensa, Alarcão compila maior quantidade de dados, mas o único elemento arqueológico que refere proveniente de escavações modernas é o complexo termal de Maximinos (ALARCÃO, 1988b: 10-11). Passadas mais de três décadas sobre o início do Projecto de *Bracara Augusta*, outro dicionário para divulgação pública pôde apresentar uma imagem bem mais completa da cidade romana (MORAIS, 2012).

[559] À data em que encerramos este capítulo, registavam-se nas coleções digitais da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho mais de três centenas de títulos (mas nem todos, talvez, estarão já neste formato), incluindo mais de uma centena de «Memórias» de intervenções arqueológicas. Veja-se http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10126

divulgação dos resultados científicos, historiar a sua atividade, do que resultaram, além dos trabalhos já citados, que cobrem o período até 1989, numerosos estudos, com perspetivas abrangentes, diversificadas e, muitas vezes, igualmente problematizantes (MARTINS, DELGADO, 1990a; MARTINS, 1992; MARTINS *et al*., 1994; MARTINS, LEMOS, 1998a, 1998b; MARTINS, 2004, 2009; MARTINS, FONTES, 2010; LEMOS, 2014; MARTINS, 2014; FONTES, 2021).

Assim, não obstante o óbvio interesse pontual de uma longa tradição historiográfica para a reconstituição do passado romano de Braga é à arqueologia que se deve, nos últimos quarenta e cinco anos, a exumação e a «decifração» de *Bracara Augusta*. Neste breve ensaio de conjunto privilegiámos a cidade, mais nas suas construções e desenho de plano do que nos objetos do quotidiano ou dos momentos excecionais, que não deixarão, pontualmente, de ser convocados caso interessem à economia do discurso ou iluminem qualquer assunto. Nas sumárias notas que compilámos interessaram-nos, especialmente, os aspetos relacionados com os tempos fundacionais e, digamos, a primeira geração dos seus habitantes e desenvolvimento urbano; não nos espraiaremos sobre a reformulação da urbe em época flávia ou na excecional importância e brilho – *Bracara diues*, chamou-lhe o poeta burgalês Ausónio[560] durante um périplo pelo Império em finais do século IV (LEMOS, 1998) – que terá tido nos séculos seguintes, já como capital da nova província da *Gallaecia*, e durante a tardo-antiguidade.

4.4.1.2. Fundação e cronologia

A cronologia e circunstâncias da fundação de *Bracara Augusta* têm vindo a ser discutidas, essencialmente, em função de dois aspetos, naturalmente interligados. À busca de uma data o mais possível precisa, junta-se o debate sobre eventuais pré-existências indígenas, no próprio local ou suas proximidades e às razões que poderão explicar a escolha do local e o contexto do estabelecimento da urbe, seja político-administrativo, militar ou conjugando várias razões, como já veremos.

Depois de algumas propostas, essencialmente fundadas nos registos epigráficos, que apontavam a data da fundação da cidade para um momento próximo da mudança de era, pelos anos 4 ou 3 a.C. (MARTINS; DELGADO, 1990a: 14), é hoje posição praticamente consensual antecipar um pouco tal cronologia e situar o estabelecimento de *Bracara Augusta* no contexto da última visita de Augusto à península, entre os anos de 16/15 e 13 (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996a: 292-293; 2000: 108; MARTINS; CARVALHO, 2017: 726), precisando-se, mais comumente, o intervalo de 16-15 a.C. (LE ROUX, 1994b: 231; MORAIS, 2010: 7)[561], constituindo, com quase total verosimilhança, a única fundação augústea em território presentemente português a norte do Douro (MARTINS; DELGADO, 1990a: 129)[562]. É lícito imaginar (pois as fontes ocultam-no) o ritual fundacional que antecedeu o trabalho aturado dos agrimensores, eventualmente presidido pelo *legatus* de

[560] *«Corduba non, non arce potens tibi Tarraco/ certat quaeque sinu pelagi iactat se Bracara diues*» (Ausonius, *Ordo Urbium Nobilium,* 14), sublinhando a proximidade de *Bracara* ao oceano, afirmação perfeitamente aceitável, mesmo em registo literário, considerando a comprovada navegabilidade dos rios Cávado e Ave na Antiguidade (CARRERAS; MORAIS, 2012: 424) e os escassos 21 quilómetros, em linha reta, que atualmente distanciam a cidade do Atlântico (LEMOS, 1998: 3-4).

[561] A pequena *nuance* de distinguir dois momentos, em torno do ano 16 a.C. como o da fundação formal ou simbólica e depois, por volta de 4-2 a.C., a data do pedestal honorífico erigido a Augusto pelos *bracaraugustani*, como o tempo que poderá «aproximar-nos do momento em que terá sido materializado o plano urbano da cidade» (RIBEIRO, 2008: 221, com referência para MARTINS, 2000a, o que não pudemos confirmar por falta de página na citação), parece-nos desnecessária e até difícil de compreender.

[562] Acreditamos que o estabelecimento de *Aquae Flauiae* possa andar cronologicamente perto da fundação de Bracara, considerando diversos achados arqueológicos recentes, mas nada documenta a agência direta do primeiro imperador nesse processo. Cfr., *infra*, ponto 4.3.1.2.2.

Augusto, *Paullus Fabius Maximus*, como foi reconstituído, aliás com fino recorte literário, por Rui MORAIS (2010: 7-8)[563]. Parece também muito provável que nestas ações tenham tido intervenção direta corpos militares, quer no âmbito da engenharia e planificação urbanística[564]; quer para organizar e disciplinar os contingentes de operariado indígena encarregados da construção dos arruamentos, das infraestruturas de saneamento e abastecimento de água e dos primeiros bairros residenciais (MARTINS, 2006: 215; RIBEIRO, 2008: 223)[565]. A estas tarefas, podemos bem dedicar, talvez, a primeira década de *Bracara*. Mas onde viveriam, então, os construtores da cidade?

Nesta perspetiva, a discussão do quanto *ex-nouo* seria o ato fundacional, ou seja, da eventual pré-existência de habitação autóctone no local selecionado para o assento da cidade, parece-nos um pouco circular e até retórica. Naturalmente, parece evidente que a cidade não foi plantada sobre as ruínas de qualquer grande castro arrasado para o efeito[566]. Porém, de modo diferente, também não foi pensada a urbe no meio de qualquer deserto nem, certamente, deslocadas populações de paragens distantes para realizar a obra e ocupar as primeiras *domus*. Ainda, seria muito improvável que, nas dezenas de hectares[567] que viria a ocupar a cidade romana, não existissem traços de qualquer ocupação ou frequentação proto-histórica. Entre outros vestígios, recorda-se que o castro Máximo está a apenas quilómetro e meio do centro da cidade, e a distância pouco maior marcam presença outros assentamentos da Idade do Ferro. Do mesmo modo, o balneário «castrejo» há anos aparecido durante as obras da estação – poucas centenas de metros a oeste da cidade planificada – tem mais a ver com as imediações de um povoado da Idade do Ferro do que com a nova cidade romana.

As teses mais indigenistas – se assim as podemos, sem preconceito, qualificar – sublinham a centralidade, não acidental, do local eleito para a fundação de *Bracara* no território que se atribui aos *Bracari*, a proximidade de castros como o Máximo (o qual, sendo coevo da construção da cidade, com ela teve de interagir, quer financiando as obras construtivas (MARTINS; DELGADO, 1990a: 16)[568]; quer contribuindo com mão-de-obra para a missão edilícia); e a evidência de ocupações dos finais da Idade do Bronze, não se sabe se temporárias, se mais estáveis, como a detetada no Alto da Cividade, com fossas, buracos de poste e cerâmicas (BETTENCOURT, 2000a: 23-30, est. I-XIII) ou, a pouca distância, a deposição funerária de quatro vasos nos Granjinhos (*Idem*: 221-224, est. I-VIII), contextos que esta autora data do primeiro quartel do primeiro milénio a.C. (*Idem, ibid*.)[569].

A este respeito, Manuela Martins e Manuela Delgado concluíram que a cidade «teria assim perpetuado, na época romana, a centralidade que já possuiria na Proto-história, tornando-se um dos epicentros fundamentais da rede viária do Noroeste» (MARTINS; DELGADO, 1990a: 16); e a primeira daquelas autoras enfatizou, em particular, o eventual

[563] Veja-se, também, reconstituição histórica análoga em MORAIS; BANDEIRA; PINHO, 2013: 49-52.

[564] Ações que, pelo menos em parte, poderão ter coincidido com o lançamento do traçado das principais vias de acesso à cidade (MARTINS, 2009: 182).

[565] Na verdade, o povoado mais próximo da urbe romana, o designado Castro Máximo, parece não ter sobrevivido muito tempo à fundação de *Bracara*, a avaliar pelos seus materiais arqueológicos (informação pessoal de Teresa Soeiro, que agradecemos), o que leva a pensar que, por ato voluntário ou imposto, a sua população ter-se-á deslocado para o terreno da nova cidade. *Vd*. também, sobre os materiais do Castro Máximo, MORAIS, 2005b: 127.

[566] Aliás, a topografia e a cota a que se acha a cidade primitiva (188 metros), não recomendavam o local para a instalação de um povoado da Idade do Ferro, como os que se distribuem pelos arredores da cidade, implantados sobre elevações a rondar os 300 metros de altitude (MARTINS, 2009: 185).

[567] A dimensão total de 48 hectares, correntemente citada, é uma estimativa que diz respeito à extensão máxima da cidade no século II, após a renovação flávia, desconhecendo-se a área do núcleo inicial (MARTINS; DELGADO, 1990a: 22).

[568] Outros povoados da Idade do Ferro localizam-se a distância não muito maior de *Bracara* (CARVALHO, 2008a: 290-292).

[569] *Vd*. também, a este propósito, MORAIS; MORILLO CERDÁN; SOUSA, 2015: 116-117.

papel que podem ter assumido na sacralização do local da futura *Bracara* os cultos ligados à fertilidade e às águas, considerando os diversos cursos de água que rodeiam a colina do Alto da Cividade, a presença de um santuário como o da «Fonte do Ídolo», ou mesmo do balneário indígena há anos encontrado no sítio da atual estação ferroviária (MARTINS, 2009: 186-187).

Na verdade, alargando o ângulo de observação a uma panorâmica regional, notamos que o *sítio* de *Bracara* beneficia de uma particular e central geografia no coração de uma área de ocupação particularmente dinâmica desde os finais do século II a.C. (LEMOS, 1999; 2002; MARTINS, 1990; 2009: 185), evidenciando-se nas largas de centenas de castros então ativos ou de criação recente, sinais que apontam para assinalável produção de excedentes e crescimento económico – testemunhado, por exemplo, pelo aumento de circulação de itens metálicos e maior presença de artefactos importados de áreas meridionais –; pela especialização e hierarquização dos povoados, indiciada quer pelas complexas obras defensivas de alguns, quer pelas profundas remodelações urbanísticas de outros, com a assunção dos traçados tendencialmente hipodâmicos nos grandes *oppida*; elementos que não podem deixar de sugerir importantes dinâmicas nas sociedades e estruturas de poder indígenas, porventura simbolizados tanto no emergir de um «grande estilo» de decoração arquitetónica como na emblemática estatuária guerreira (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 383-401; 2007b: 306-308). O desenvolvimento deste processo histórico, talvez acompanhado de uma maior integração cultural e abertura ao exterior dos povos autóctones na sequência das campanhas de Decimus Iunius Brutus, no último terço do século II a.C., terá criado, entre os *Bracari*, as condições para que o seu território fosse selecionado para a instalação do pólo urbano que haveria de presidir à reestruturação político-administrativa da Galécia meridional castreja, função para a qual as promovidas elites locais terão tido, certamente, papel de destaque (MARTINS, 2009: 183-185)[570].

A importância política local e territorial da fundação de *Bracara Augusta* vai muito além da criação de um novo centro urbano para assumir, com a devida dignidade arquitetónica e urbanística, a capitalidade conventual. Paralelamente ao desenho do *cardo* e do *decumanus*, instituíam-se novas simbólicas e divindades tutelares[571], mas fundava-se também, como sublinhou R. Morais, a nova «consciência cívica colectiva dos *Bracaraugustani*»[572], que, provavelmente poucos anos depois da emergência da «sua» cidade, honravam Augusto evocando na dedicatória de uma ara[573] o aniversário natalício de Paulo Fábio Máximo, «fundador», em representação do imperador, de *Bracara* e de *Lucus Augusti* (MORAIS, 2010: 8-10; REDENTOR, 2017a, I: 107). Aliás, apenas uma década após a criação da cidade, novo ato cívico e religioso terá assinalado perante indígenas e imigrados a sacralidade do solo urbano, considerando a inscrição bidental da parede da Sé de Braga[574], reconstituída como solenizando o «enterro» de um raio cuja queda teria, de algum modo, profanado algum local sacro que se impunha reconsagrar (MORAIS, 2010: 10-13; REDENTOR, 2017a, I: 732-736).

[570] Com remissão para vasta bibliografia sobre o assunto, entre estudos desta mesma Autora (MARTINS, 1990; 1996; 2004) e de outros investigadores, como SILVA, 1986, 1995 e 1999b; ALARCÃO, 1999b; MARTINS, LEMOS, PÉREZ LOSADA, 2005 ou GONZÁLEZ RUIBAL, 2007; a que poderíamos acrescentar, sem exaustividade, SOEIRO, 1997; ALMEIDA, CB, 2003b; QUEIROGA, 2003; 2007 e LEMOS, 2009a e 2009b.

[571] A proposta de que a cidade bracarense estivesse simbolicamente figurada em duas representações bronzíneas de *Tyche*, ou *Cibele*, encontradas na Colina da Cividade é, sem dúvida, aliciante e bem fundamentada (MORAIS, 2008; 2010: 15-19), mas requer que a diligência das escavações ou o acaso dos achados confirmem tal intuição.

[572] Entendidos como os habitantes da urbe, pois a par dos próprios *Bracari*, certamente que a cidade, enquanto capital de *ciuitas*, tutelaria outros dos *populi* da região (MORAIS, 2012: 62).

[573] EE, VIII, 280; ILS, 8895; ILER, 1028; REDENTOR, 2017a, II: 122-123, n.º 152.

[574] CIL, II, 2421. Cfr. REDENTOR, 2017a, II: 130, n.º 163, que todavia admite uma cronologia mais ampla para a inscrição, entre 2 a.C. e 14. d.C.

Nesta mesma linha das liturgias que associam os aspetos religiosos aos cívico-políticos, e também de cronologia afim, podemos também lembrar a desaparecida dedicatória erigida pela *Callaecia* a um dos netos de Augusto, não obstante a discussão suscitada por este monumento epigráfico (REDENTOR, 2017a, II: 123-124, n.º 153)[575].

A possibilidade da pré-existência de um acampamento militar como razão do estabelecimento urbano, em seu tempo sugerida por SCHULTEN (1943: 176-177) – como sucedeu com outras capitais conventuais, como *Asturica* e, eventualmente, *Lucus Augusti*[576] – não tem já defensores, por evidente falta de evidência histórica e arqueológica. Não obstante, a afirmação da fundação civil da cidade, atualmente assumida com unanimidade (MARTINS, DELGADO, 1990a: 15; MARTINS, 2009: 182) não desmente, de todo, a eventual participação do exército na sua planificação, como referimos, nem a sua frequência circunstancial por corpos militares, com funções de polícia, escoltas oficiais ou de outra natureza, o que poderá justificar o achado de alguns itens correlacionáveis com «ambientes militarizados» (MORILLO; MORAIS; SOUSA 2015), designadamente o já apreciável conjunto de emissões monetárias com a representação da *caetra* no reverso[577].

Entre os achados que apontam para alguma forma de «ocupação», ou pelo menos frequentação, do espaço eleito para a construção da cidade em momento anterior à decisão e implementação do projeto urbano contam-se – além dos já referidos – abundantes cerâmicas de tradição «castreja», algumas fíbulas arcaicas e moldes de fundição de sítulas em bronze (MORAIS, 2016: 157-158) e outros elementos, designadamente alguns exemplares de estatuária «castreja», em granito, e a inesperada descoberta de um balneário-sauna do tipo dos que ocorrem em diversos povoados castrejos. Referem-se os primeiros a duas estátuas sedentes, de contexto arqueológico impreciso mas similares a outras da região, e a uma cabeça avulsa, com analogia formal na estatuária dos «guerreiros galaicos» (BETTENCOURT; CARVALHO, 1994; MORAIS, 2016: 156), peças que – não obstante outras e abalizadas opiniões[578] – inserimos na Idade do Ferro, ainda que de um momento avançado.

A estrutura de banhos e sauna, completamente inusitada, foi identificada em 2003, durante as obras de remodelação da principal estação ferroviária da cidade, situada no sector sudoeste de *Bracara Augusta*, próxima da área onde foi sugerida a localização do anfiteatro (MORAIS, 2001), em área já exterior à cidade romana e junto a uma linha de água (Fig. 94). A escavação do monumento evidenciou uma organização espacial e arquitetónica em tudo idêntica às dezenas de construções congéneres associadas a povoados da Idade do Ferro no Norte de Portugal e Galiza (SILVA, 2007a: 74-75; 2007c), sendo composta por (a) um átrio pavimentado com grandes blocos de granito (que, neste caso, não apresentava, como outros, qualquer tanque mas, tão só, duas pequenas pias cavadas no lajedo de base); (b) a antecâmara, retangular, com bancos laterais no interior e uma entrada ampla, encimada por lintel com encaixe para o travejamento; e (c) a câmara para os banhos de vapor, cujo acesso se fazia por uma «pedra formosa» anicónica e bastante singela, não se tendo conservado parte substancial

[575] EDCS-05501786; CIL II, 2422; HEp 2010, 466; HepOL 8250. *Vd. infra*, ponto 7.2, para uma súmula de algumas vertentes do debate sobre esta epígrafe.

[576] Não levanta dúvidas a origem campamental de Astorga (SEVILLANO FUERTES; VIDAL ENCINAS, 2002); mais controverso e ainda sem resposta definitiva, como é sabido, é o caso de Lugo (RODRÍGUEZ COLMENERO; COVADONGA CARREÑO, 1999; DOPICO CAÍNZOS, 2016: 263-265).

[577] *Vd*. ponto 4.8.

[578] Nomeadamente, como é bem conhecido, as defendidas por Francisco CALO LOURIDO (1983: 173-184; 1993: 137-141; 1994: 668ss.; 1998: 135).

da câmara e a área terminal destinada a combustão e ao aquecimento da água (LEMOS *et al*., 2003; LEMOS, 2008: 216-221; LEMOS; CRUZ; FONTE, 2008).

Não interessa particularmente a este texto a discussão de fundo acerca da cronologia destes edifícios para banhos, um pouco extremada entre os autores que sustentam a sua origem indígena e função, prioritariamente, simbólica e ritual[579]; e aqueles que praticamente reduzem as saunas a réplicas, mais ou menos rústicas, das construções termais romanas, acentuando a sua datação tardia[580]. Ainda que cientes deste debate e dos seus fundamentos, os investigadores mais diretamente ligados à escavação e ao estudo do balneário bracarense de Maximinos não têm tido dúvidas em sublinhar a sua clara cronologia pré-romana, partindo, aliás, da evidência arqueológica direta (LEMOS *et al*., 2003; LEMOS, 2008: 216-222; BETTENCOURT, 2003: 140; MARTINS, 2009: 186-187). Tal evidência, pode ser sintetizada, desde logo, numa certa rusticidade da construção (LEMOS, 2008: 218) e do próprio elemento septal que ligava as duas câmaras, a designada, por convencional analogia, «pedra formosa»[581]; mas também com base em elementos simbólicos particulares, como os monólitos alongados dispostos no átrio, um deles de configuração faliforme (*Idem*, p. 217); nos materiais arqueológicos encontrados na zona do átrio – com bastante evidência de produção de fogo – e nos níveis de abandono, exclusivamente da Idade do Ferro e onde predominavam os potinhos para beber, além de outros objetos mais arcaicos, como um machadinho votivo e uma conta oculada em pasta vítrea (BETTENCOURT, 2003: 140, 148). Mais interessante, porém, detetou-se na área do monumento uma «fossa de deposição ritual», estruturada na base e no topo com pedras, que continha cerâmicas que podem ser datadas de uma fase antiga da Idade do Ferro (LEMOS *et al*., 2003: 46; LEMOS, 2008: 220), se bem que a proposta mais recente destes autores não recue tanto a construção da sauna (LEMOS, 2008: 220), optando por um intervalo entre os séculos II-I antes da nossa era (MARTINS, 2009: 186), em momento, contudo, pelo menos algumas décadas anterior à fundação de *Bracara Augusta*[582].

A explicação deste monumento em relação com a centralidade sacral que o local da futura *Bracara* teria assumido para as populações autóctones tem sido defendida por boa parte dos autores que vimos citando (LEMOS, 2008: 221; 2009b: 127; LEMOS; CRUZ; FONTE, 2008; MARTINS, 2009: 186-187; MORAIS, 2010: 72-73), mas também a eventual relação do complexo de banhos com algum castro próximo foi sugerida. Concordamos com Sande LEMOS (2008: 221), que considerou excessiva a distância (1,5 km) ao Castro Máximo para que possa filiar-se naquele povoado tal estrutura, como foi proposto (MORAIS, 2005b: 127);

---

[579] Por exemplo, e sem pretendermos ser exaustivos, vejam-se SILVA, 1986: 53-60; 1995: 522-523; 2007c: 66-75; SILVA, MACHADO, 2007; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 570-578; LEMOS, CRUZ, FONTE, 2008; LEMOS, 2009a: 155; VILLA VALDÉS, 2012, 2014; SILVA, MF 2019; GARCÍA QUINTELA, SANTOS ESTEVEZ, 2015 e GARCÍA QUINTELA, 2016.

[580] Por exemplo, ALMEIDA, CF, 1986b: 166; CALO LOURIDO, 1993: 150-151 e em especial, entre os autores mais modernos, Sérgio RÍOS GONZÁLEZ (2000; 2002; 2017a; 2017b: 107ss.). Outros autores matizam um pouco a perspetiva, admitindo o uso tardio dos banhos «castrejos» mas sugerindo uma fase antecedente com construções em madeira (QUEIROGA, 2003: 24-25). Pela nossa parte, não vemos nestas estruturas qualquer influência romana ou motivos para uma datação fundacional tardia, explicando-se a sua pervivência em tempos dos júlio-cláudios pela mesma razão pela qual encontramos ainda nessa época casas redondas ou jóias e cerâmica tipicamente castrejas – simples perduração cultural, que agradava aos autóctones sem, em nada, incomodar os conquistadores.

[581] Este elemento arquitetónico, na sua singela rusticidade, apresenta bastantes semelhanças com a peça congénere do balneário de Sardoura, concelho de Castelo de Paiva, já a sul do rio Douro; por sinal associado a um castro que nunca foi objeto de escavações, mas que parece revelar – pelos achados de superfície e outras notícias – uma ocupação essencialmente sidérica (SILVA, 1994: 52).

[582] Mais taxativo, Rui Morais sugere que este monumento poderá ser «provavelmente (…) um dos mais antigos edifícios do género até à data descobertos entre as bacias dos rios Minho e Douro» (MORAIS, 2016: 155), posição com a qual concordamos.

todavía, nada obsta à existência de um outro povoado pré-romano nas proximidades, como foi admitido (DINIS, 1993: 36-37; LEMOS *et al*., 2003: 44)[583]. Menos plausível, em contrapartida, julgamos a recente proposta de Luís Fontes, o qual, assentindo em que as caraterísticas formais do balneário remetem «para uma tradição construtiva autóctone», manifesta que

> «o arcaísmo que evidencia, mais do que 'sinais de antiguidade', revela um caráter temporário ou provisório, compreensível no contexto de servir durante a fase inicial de construção da cidade, devendo portanto datar desse período» (FONTES, 2021: 18).

Questão fundamental e que aqui podemos já abordar, respeita ao estatuto jurídico da cidade, recorrentemente discutida, em especial por ausência de fontes, pois são poucos os autores coevos ou próximos da data da fundação da cidade que se referem a *Bracara Augusta*, com exceção, praticamente, de Plínio, o Velho (*Nat. Hist*., IV, 112), que a descreve como *oppidum* peregrino entre as *ciuitates* da Galécia meridional. O próprio termo selecionado pelo naturalista serve de vestíbulo ao debate.

Começando por estranhar a designação *Augusta Bracarum* atribuída ao núcleo urbano, muito singular[584] e, porventura, devida apenas à fonte a que Plínio recorreu, Amílcar Guerra, apoiando-se em Álvaro Capalvo, entende a utilização do vocábulo *oppidum* apenas na aceção de sede de *ciuitas*, não indicando, nem excluindo, qualquer estatuto de privilégio (GUERRA, 1995: 75), preferindo assim a sua interpretação apenas como «término por excelencia para referirse a asentamientos urbanos» (CAPALVO LIESA, 1986: 55), sentido acolhido igualmente Juan Santos, fundado em outras passagens de Plínio (*NH*, III, 118), como na expressão de Tito Lívio acerca da suposta instalação em Valentia dos ex-combatentes de Viriato (SANTOS YANGUAS, 1985: 35 e n. 126)[585]. Concretizando um pouco mais, Elena Castillo, sugere que, aparentemente, Plínio, descrevendo uma realidade mais de meio século anterior, utilizaria *oppidum* para significar um centro urbano destacado e já monumentalizado, enquanto os aglomerados que descreve como *ciuitates* não teriam atingido esse grau de *urbanitas* até à época flávia (CASTILLO RAMIREZ, 2008: 33).

Com independência da *forma urbis*, e na ausência de outras fontes, o estatuto da nova *Bracara* parece ter sido, na sua origem, o de cidade peregrina, cabeça de uma *ciuitas* estipendiária. Seguindo de perto a F. BELTRÁN LLORIS (1992: 31-33), Rui Morais lembra, a este propósito, que o hábito de dar às novas fundações urbanas o nome do seu principal promotor político, vulgarizado a partir de César, não deixa de enfatizar a agência de Augusto e o papel estruturador da nova urbe; ao mesmo tempo que a criação de cidades privilegiadas era uma prerrogativa do senado romano, escapando por isso, formalmente, à decisão do *princeps* (MORAIS, 2005: 30). Desta maneira, a generalidade dos autores têm vindo a admitir, ainda que com relativamente escassa confirmação documental, que o estatuto

[583] Têm-se obstado a esta possibilidade com a circunstância de nunca terem aparecido na área da cidade romana vestígios consistentes, nomeadamente estruturas, claramente datáveis da Idade do Ferro. Porém, se pode justificar-se a ausência de restos construtivos da primeira metade do século I com o efeito destrutivo das profundas reformas urbanísticas flavianas (MARTINS; DELGADO, 1990a: 19; MARTINS; FONTES, 2010: 113), pelas mesmas e maioria de razões poderão ter sido por completo elididos os vestígios de um povoado castrejo pré-existente.

[584] Todavia, uma fonte antiga, o Anónimo de Ravenna, cita *Augusta Bracaria* (307,6; 319,18). *Vd. infra*, ponto 5.1.3.

[585] «*Iunius Brutus cônsul in Hispania is, qui sub Viriatho militauerunt, agros et oppidum dedit, quod uocatum est Valentia*…» (*Per., lib*. LV). Equivocando-se na remissão para a mesma passagem do livro de Santos Yanguas, Javier Solana acentua as funções político-administrativas do *oppidum*, que praticamente equipara à *ciuitas* (SOLANA SAINZ, 1998: 65).

municipal tenha chegado a *Bracara* apenas em fase flaviana, já no contexto da extensão do *ius Latii* à Hispânia.

A fragilidade do dossiê epigráfico para iluminar esta questão, em parte compreensível (ANDREU PINTADO, 2004: 141), não obsta ao reconhecimento de diversos residentes como inscritos na tribo Quirina, tradicionalmente vinculada à dinastia flávia (ALARCÃO, 1988a: 54; ANDREU PINTADO, 2004: 128), o que poderá constituir um indicador indireto, a par do registo de alguns magistrados no âmbito da cidade. Em minuciosa revisão das fontes que podem sustentar a promoção municipal de *Bracara Augusta* nesta época[586], Javier Andreu elenca, a par dos elementos citados, a profunda renovação urbanística de que *Bracara* foi objeto desde o último quartel do século I, certamente com a extensão do direito latino pelos anos de 72-73, como sustenta o mesmo autor, e perfil onomástico da sua população, onde abundam os *Flauii*, levando-o a considerar como completamente segura a atribuição do estatuto de município à cidade (ANDREU PINTADO, 2004: III, 119, 147-149). Em subscrição desta tese, Rui Morais acrescentou um inesperado mas significativo argumento, ao interpretar o desdobramento epigráfico das marcas de fabrico de algumas lucernas, de produção local, aparecidas em Braga, como expressando a gestão do município sobre as *figlinae* dos *Lucretii*, fabricantes daqueles artefactos (MORAIS, 2004b; 2005: 368-369; 2006).

Sendo de maioritário consenso que apenas após Vespasiano terá sido reconhecido a *Bracara* o estatuto municipal, não deixa de surpreender um pouco que o contexto da sua fundação – tanto de representação política, como de reorganização administrativa e até sacral (TRANOY, 1980)[587] – e o forte investimento feito na construção, *ex-nouo*, da cidade, com a ordenação cuidadosa, quer do solo urbano, quer do *ager* envolvente, além de uma evidente monumentalização[588] e a presença de uma população diversificada e especializada[589], não tenham requerido alguma forma de estatuto diferenciado que melhor dinamizasse o aglomerado e a ela atraísse cidadãos e peregrinos de outras partes[590]. Nesta linha, Patrick LE ROUX propôs (1994b; 1996; 2006 [1995]: 119-120, 127) que *Bracara* poderá ter usufruído, à hora da sua fundação, de um estatuto de algum modo intermédio entre o de mero núcleo peregrino e o da municipalização. Considerando anacrónica e de má fonte a informação pliniana sobre o «*oppidum*» (não adjetivado, como outros da mesma obra, e por isso, supostamente, peregrino), Le Roux entende que *Bracara Augusta* poderá ter sido, hipoteticamente, uma «cidade de direito latino», a meio caminho entre as aglomerações peregrinas e os municípios, já que outras possibilidades, como a de colónia, cidade livre ou federada não se colocam de todo (LE ROUX, 1994b: 231-236; 1996). Admitido este estatuto privilegiado – sem dúvida bastante singular e de questionável enquadramento jurídico no

[586] Como defendido, aliás, por numerosos estudiosos, citados também por ANDREU PINTADO (2004: 204, n. 246).

[587] Aliás, o *cognomen* augústeo atribuído à cidade adequava-se perfeitamente a todas aquelas funções (LE ROUX, 1996: 366).

[588] Como é o caso da precocidade do *forum*, como adiante referimos. Le Roux expressa mesmo a sua certeza (numa fase ainda mais incipiente das descobertas arqueológicas) de que em *Bracara* existiam magistrados e uma *ordo decurionum*, a par de estátuas do imperador e de outras personagens importantes a exibir numa praça pública (LE ROUX, 1996: 369).

[589] Num balanço talvez já algo desatualizado, Le Roux contabilizou, a partir da onomástica dos monumentos epigráficos de Braga uma percentagem, não despicienda, de 23% de cidadãos romanos, a par de 51% peregrinos e 26% pessoas de origem servil, 19% das quais libertas (LE ROUX, 1996: 373); além de outras personalidades de destaque também evidenciadas pela epigrafia, como é bem conhecido

[590] Alain Tranoy, não obstante, reconheceu que o precoce desenvolvimento urbano de *Bracara Augusta* é independente do seu estatuto jurídico (TRANOY, 1975: 158), o que, do nosso ponto de vista, podendo ser verdadeiro, deixa sem resposta outras questões.

urbanismo romano[591] – ainda em tempo de Augusto, *Bracara* não chegaria, sequer, segundo o mesmo Le Roux, a obter o título municipal por parte dos imperadores flávios.

4.4.1.3. O desenho urbano

O desenvolvimento do projeto de «salvamento» e investigação de *Bracara Augusta* sempre foi norteado pelo intuito de uma aproximação progressiva ao plano e organização da cidade romana, pelo que, cada uma das escavações ou achados eventuais representa, desde 1976, uma peça de um grande mosaico cujo desenho e colorido são, ano após ano, mais percetíveis (MARTINS; CARVALHO, 2017: 724). Nesta linha, mais do que ninguém, os principais responsáveis por este processo de pesquisa a longo termo – dando continuidade a trabalhos anteriores feitos com muito menor volume de dados (MARTINS; DELGADO, 1990a: 13, nota 4) – têm vindo a apontar, com regularidade, etapas fundamentais nesse percurso de descoberta da urbe imperial – como acima já fizemos referência – nomeadamente no que se refere ao urbanismo e imagem da cidade (Fig. 95).

Acompanhando a primeira publicação de fundo sobre as necrópoles da cidade romana, Manuela Martins e Manuela Delgado trouxeram a lume, em 1990, minucioso ponto de situação sobre os testemunhos da arquitetura pública e privada, eixos viários e outros elementos da urbe romana, do que resultou o primeiro ensaio cartográfico sobre os limites e organização planimétrica de *Bracara Augusta* (MARTINS; DELGADO, 1990a: 39, Fig. 96). A quase absoluta falta de restos construtivos atribuíveis à primeira metade do século I não permitiu aquelas autoras propor qualquer elemento sobre o desenho urbano primitivo, para além da eventual localização do centro urbano monumental mais próximo da área da Sé catedral, como já observámos (MARTINS; DELGADO, 1990a: 17-20). Não obstante, como entretanto viria a concluir-se, tudo indica que o plano urbano manteve o mesmo rigor e coesão, nomeadamente em termos de módulo construtivo, desde a época augustana, se bem que a cidade devesse ter, então, uma extensão significativamente menor que após as reformas flavianas (MARTINS, 2006: 217; RIBEIRO, 2008: 222). Os começos da urbanização do aglomerado foram precoces, datando ainda da transição do milénio (MARTINS *et al*., 2017a: 269), mas segundo uma proposta recente (Fig. 100), no tempo de Augusto, a cidade poderia estar ainda limitada a «algumas raras construções em pedra, limitadas à área do *forum*» (MARTINS; CARVALHO, 2016: 226), podendo mesmo a generalização da construção em pedra em *Bracara Augusta* ter tido lugar apenas no século II, segundo as mesmas autoras (*Idem*, 229).

Já a partir do último quartel da primeira centúria, a informação arrolada à entrada da última década do século XX contribuía para uma imagem significativamente mais nítida, pela constância de vários locais com ruínas de habitações, a zona termal da Cividade – que se encontrava em escavação – e, sobretudo, a identificação de dois cruzamentos viários (nas Carvalheiras e na Rua dos Bombeiros Voluntários) que autorizavam a materialização gráfica dos eixos ordenadores, NO./SE. – SO./NE., e uma primeira hipótese, naturalmente ainda incipiente, da modulação urbana (MARTINS; DELGADO, 1990a: 20ss.) (Fig. 96). Como principal alteração resultante do reordenamento flávio da urbe, assinalava-se a deslocação do centro urbano para a zona do Largo Paulo Orósio, mas, no geral, esta primeira cartografia da cidade romana tem vindo a ser confirmada pelos dados arqueológicos mais recentes, se bem com necessárias revisões e atualizações periódicas (MARTINS, 2004; 2006).

[591] Contra esta tese de Le Roux manifestou-se veemente e fundadamente Estela García Fernández, considerando o conceito de «*oppidum latinum*» uma construção moderna, decorrente de uma inadequada leitura de Plínio e totalmente alheia ao quadro jurídico e ao urbanismo da época (GARCÍA FERNÁNDEZ: 2001: 104ss).

Todavia, o desenvolvimento de novas escavações e o aprofundamento teórico dos temas da urbanística romana, conduziram a sínteses progressivamente mais informadas e detalhadas, constituindo outra etapa relevante para o conhecimento da Braga romana o estudo doutoral de Maria do Carmo RIBEIRO (2008). Já entretanto, porém, se havia definido, com base na análise planimétrica das termas da Cividade, da casa das Carvalheiras – cuja escavação se alargou à totalidade da *insula* – e de numerosos vestígios de canalizações e cloacas, arruamentos e pórticos, que a cidade fôra desenhada de acordo com uma «modulação quadrada com 150 pés de lado (cerca de 44,33 m entre o eixo das ruas), com uma área construída de 1 *actus*, equivalente a 120 pés (aproximadamente 35,52 m)» (MARTINS, 2000a: 14), modelo desde então confirmado por muitos outros dados e que tem presidido á reconstituição gráfica e digital de *Bracara Augusta* (Fig. 98), se bem que, progressivamente, acumulando mais informação arqueológica. No que toca aos arruamentos, verifica-se que o cardo máximo teria uma largura de 24 pés (7,24 metros), desenvolvendo-se a nascente do *forum* pelas atuais ruas de São Sebastião e do Falcão; as ruas secundárias, por sua vez, apresentariam, em média, 12 pés de largura (MARTINS, 2004; 2006; RIBEIRO, 2008: 224ss.; MARTINS; CARVALHO, 2016: 227-228).

Esta cuidadosa planificação, de direta promoção do Príncipe e dos seus mais próximos, feita em rigorosa malha ortogonal, canonicamente alinhada com a maioria das fundações urbanas de Roma nas províncias (RIBEIRO, 2008: 250) e que não esqueceu, sequer, a atempada preparação das zonas funerárias (BRAGA, 2010: 96; 2019: 129), presidiu ao desenvolvimento urbano de *Bracara Augusta* durante cerca de trezentos anos. Várias informações confluem para sugerir a colina do Alto da Cividade, como o núcleo de ocupação mais antiga, considerando a presença do «edifício pré-termal», interpretado como *horreum* (MARTINS, 2005: 18; MORAIS; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2013) e um dos mais antigos da cidade, de fundação júlio-cláudia, a que mais adiante nos referiremos mais em detalhe, e outros materiais arqueológicos romanos mais arcaicos, tanto cerâmicos (MORAIS, 1998) como numismáticos (ZABALETA ESTÉVEZ, 2000), para além de vestígios que remontarão a um povoado da Idade do Bronze (BETTENCOURT, 2000a: 23-30, 221-224). A planificação urbana original apenas começou a ser desrespeitada, e depois alterada, com a construção da muralha nos finais do século III, período após o qual a urbe entrou em distintas lógicas e dinâmicas construtivas (RIBEIRO, 2008: 224, 261ss.), que têm vindo, igualmente, a ser cada vez mais melhores conhecidas graças aos estudos arqueológicos (FONTES *et al*., 2010; MARTINS *et al*., 2017; BARROCA, AREZES, MORAIS, 2018; MACHADO *et al*., 2020 e em particular, pela informação cartográfica, MARTINS *et al*., 2018), tema, porém, cuja discussão não nos interessa particularmente neste ponto da dissertação.

4.4.1.4. O centro cívico – *forum*

A memória da localização do centro urbano romano perdurou nos registos humanistas, nomeadamente na já citada planta de Georgius Braun, publicada em 1594 (Fig. 93), que ilustra, numa área aberta fora da muralha medieval, uma capela dedicada a São Sebastião, localizada «*ubi forum Romanorum fuisse creditur*» (MORAIS, 2010: 22-23). Com esta indicação relativamente precisa – e devidamente identificados os eixos viários estruturantes que aí se encontravam, os «redescobridores» de *Bracara Augusta* têm, nas últimas décadas, porfiado na indagação de vestígios materiais da praça monumental, mas os dados recolhidos são ainda escassos.

Uma primeira hipótese para a localização do foro augustano apontava para a zona da sé catedral, considerando os achados epigráficos ali verificados e uma mancha de ocupação relativamente extensa, aferida pela localização de cerâmicas e outros objetos (MARTINS;

DELGADO, 1990a: 17-20). Esta possibilidade, ainda recolhida em alguma bibliografia moderna (NÚÑEZ HERNÁNDEZ, 2007c: 460), tem vindo, entretanto, a ser abandonada, entendendo-se, atualmente, que a localização da zona foral se manteve inalterada desde o período de Augusto (MARTINS; CARVALHO, 2017: 732). O centro monumental, aliás, deverá ter sido o primeiro núcleo de construção na cidade, pois a ocorrência de importantes monumentos de epigrafia pública honorífica, datados de entre 5 a.C. e 4 d.C.[592], permite supor que o *forum*, principal palco da representação de poder e consciência cívica já estivesse em uso nessas datas (MARTINS; CARVALHO, 2016: 224, 226).

Situado na plataforma mais elevada da cidade, no atual Largo Paulo Orósio, mas evidentemente excedendo-o, o *forum* – de que não se conhecem vestígios arqueológicos para além de alguns elementos avulsos de decoração arquitetónica, teria uma orientação N/NE-S/SO, de acordo com o ordenamento urbano, mas não puderem ainda ser apreendidos os seus limites. Talvez compreendesse uma área equivalente à de seis *insulae* – 455 x 320 pés ou, no nosso sistema métrico, cerca de 135 por 87 a 95 metros de eixo menor, no respeito pela proporção vitruviana de 3:2, mas também podia, em relação com as termas, ser mais alongado, chegando sensivelmente aos 179 metros (MARTINS *et al*., 2017a: 253-254; MORAIS, 2009; 2010: 24).

Vários elementos de decoração arquitetónica, com expressão monumental têm sido encontrados nas imediações, designadamente no próprio Largo Paulo Orósio, como capitéis, bases de coluna e algumas inscrições honoríficas, uma delas dedicada ao imperador Constantino Magno e outras com as epígrafes *Bracara Augusta* e *Callaecia*; noutros pontos da cidade encontraram-se ainda outros restos notáveis, como a pata dianteira, folheada a ouro, de uma estátua equestre, e parte do pedestal, em granito (Fig. 99, n.º 1), de uma outra estátua, provavelmente também equestre, com uma dedicatória dos *Bracaraugustani* ao neto de Augusto *Agrippa Postumus* (MORAIS, 2010: 24-30).

Este último autor, com base nos restos de colunas já mencionados e em dois fragmentos de taças em vidro, de produção local, que representam as fachadas de um templo, propõe mesmo que o principal templo bracarense, predominando no espaço foral, sobre um *podium*, fosse constituído por um edifício octástilo (Fig. 99, n.º 3), para o qual aponta paralelos, designadamente na capital provincial, *Tarraco*, desenvolvendo mesmo sugestiva e fundamentada reconstituição gráfica, com colunata jónica e colunas com cerca de oito metros e meio de altura (MORAIS, 2009; 2010: 30-37, 163-169), proposta que, naturalmente, continua a aguardar por novos dados arqueológicos.

4.4.1.5. Termas

A identificação das primeiras termas de *Bracara*, em 1977, sobre a colina do Alto da Cividade, constituiu, para além da sua importância científica e patrimonial, um dado de grande relevância para a afirmação pública dos vestígios romanos conservados no subsolo da urbe moderna, numa altura em que a expansão imobiliária representava uma ameaça séria para os restos arqueológicos e a luta pela salvaguarda do memória física da Braga romana agitava consciências e exaltava os ânimos, como atrás se explicita.

Ocupando, inicialmente, a área de uma *insula* do quadrante sudoeste da cidade romana, o complexo termal, construído nos inícios do século II e objeto de diversas remodelações até ao século IV, assentou, porém, sobre os escombros de uma anterior construção, datada do tempo

[592] Trata-se da aparente inscrição respeitante a um bidental e das epígrafes das estátuas erguidas a Augusto e a Agrippa Postumus (Fig. 99, n.º 1), noutros pontos deste capítulo mencionadas.

de Augusto ou de Tibério, que os escavadores designaram, convencionalmente, como «edifício pré-termal» (MARTINS, 2000b: 13-14; 2005: 10-18) (Fig. 100).

O projetista inicial das termas, em começos do século II (Fase I), desenhou um edifício de planta retangular, de orientação NO.-SE., com cerca de 150 pés de comprimento (43,5 metros) por 40 pés de largura (perto de 12 metros), erigido em granito aparelhado em *opus uittatum,* com abóbodas, *suspensurae* e outras partes em material cerâmico, como é de norma nestes equipamentos (MARTINS, 2000b: 17-19). Não importa muito ao nosso propósito a descrição de particulares aspetos construtivos ou da compartimentação interna e do circuito, convenientemente interpretados em trabalhos monográficos (MARTINS, 2000b: 17ss.; 2005; SILVA, 2002), além de que as termas foram um dos primeiros edifícios públicos a beneficiar de sugestiva reconstituição tridimensional, em ambiente digital[593]. O complexo balnear[594], que, como viria a determinar-se, estaria diretamente associado ao vizinho teatro, teve várias remodelações, em finais do século II-inícios séc. III (Fase II); finais do séc. III-inícios séc. IV (Fase III) e posterior aos meados do mesmo século IV (Fase IV), todas elas com alterações dos espaços e das dimensões do imóvel, que tão pouco abordaremos, acabando por ser adaptado a outras funções em inícios do século V (*Idem, idem*)[595].

Mas estas termas eram apenas uma entre as várias que existiam em *Bracara Augusta*, reconhecendo-se, até à data, a par de uma dezena de *balnea* privados (MARTINS; RIBEIRO, 2012: 39-42), quatro complexos termais públicos, encontrando-se escavado, além das termas da Cividade, apenas o balneário das Carvalheiras (MARTINS; RIBEIRO; BAPTISTA, 2011: 3-4). Este último, foi edificado no âmbito da remodelação de uma *domus*, datada do último quartel do século I, feita em data posterior ao reinado de Trajano (MARTINS, 1998; MARTINS; RIBEIRO; BAPTISTA, 2011: 22). Com uma área útil de 190 m^2, dimensões não comparáveis com as das termas da Cividade (400 m^2), este pequeno balneário era composto por quatro compartimentos, frios e aquecidos, e servido por duas áreas de apoio (MARTINS; RIBEIRO; BAPTISTA, 2011: 21-25).

Em comentário de conjunto, estes autores, discutem o significado e a inserção urbana das termas públicas de *Bracara Augusta*. A iniciativa de construções de complexos termais públicos era sempre oficial e objeto de cuidada planificação e organização do financiamento, tendo por isso uma relação direta tanto com as elites locais como com o efetivo demográfico da cidade. Os mesmos investigadores salientam, a propósito das do Alto da Cividade, as suas dimensões relativamente modestas mas também uma particular relação com o *forum* e o teatro vizinho, sendo possível que a área reduzida das salas para banhos fosse compensada pela bem mais ampla *palaestra*. Por outro lado, não só uma cidade como *Bracara* deveria ter maior número de instalações termais, como a datação tardia dos conjuntos do Alto da Cividade e das Carvalheiras obriga, praticamente, à existência de *balnea*, tanto públicos, como privados, mais antigos e próximos da data fundacional da cidade, podendo responder a esta questão os banhos da Rua de Afonso Henriques, também próximos do *forum*, ainda não escavados em extensão (MARTINS; RIBEIRO; BAPTISTA, 2011: 21-25; MARTINS *et al*, 2014; SOUSA, 2012: 41-52)[596].

[593] Prática que, aliás, se tornou comum nos estudos sobre *Bracara Augusta*, com vantagens evidentes para a investigação e para a divulgação e valorização dos monumentos arqueológicos. Cfr., por exemplo, BERNARDES, 2002.

[594] Não fazemos distinção prática, neste ponto, entre termas (*thermae*) e banhos (*balnea*), como usam alguns autores, em função de tratar-se de complexos públicos ou privados, higiénicos ou medicinais (REIS, 2014: 15-17; MATILLA SÉIQUER; GONZÁLEZ SOUTELO, 2017).

[595] Veja-se também MARTINS; RIBEIRO; BAPTISTA, 2011: 4-21, para importante atualização do tema, com sugestivas reconstituições axonométricas e particular enfoque nos sistemas de abastecimento e drenagem de águas.

[596] Se bem que, contrariamente, pela divergência de orientação e módulo, M. C. Ribeiro sugira que estes banhos possam ser de época tardia (RIBEIRO, 2008: 270).

Maior interesse nos suscita, porém, o «edifício pré-termal» do Alto da Cividade (MARTINS, 2005: 10-17), certamente um dos edifícios mais antigos documentados na cidade romana, embora os seus vestígios aportem relativamente escassa informação, por estarem muito destruídos ou terem sido incorporados no complexo termal flaviano. Respeitando a orientação e o plano ordenador da urbe, a construção terá tido várias fases de edificação ao longo do século I, com progressiva ampliação da mancha construída, podendo descrever-se a planta reconstituída (Fig. 100) como traduzindo um edifício sensivelmente de plano quadrangular, com cerca de 150 pés (43,5 metros) de lado, composto por vários corpos construídos em torno de um aparente pátio aberto. A planta apresentada pode ser enganadora, pois traduz o palimpsesto de vários momentos edilícios e não evidencia a altura do imóvel, que teria, pelo menos a oeste, mais do que um piso. As diferentes fases construtivas, ao longo do século I, são difíceis de datar, pela ausência de espólio e de valas de fundação, variando, sobretudo, a delimitação poente do imóvel; não obstante, os alicerces preservados revelam tanto espaços alongados em corredor, como bastante compartimentados, como *cellae* (a nascente), ou amplos, com coberturas sustentadas por colunas ou pilares (a sul).

Ensaiando a interpretação deste «edifício pré-termal», Manuela MARTINS (2005: 14-18) – que maioritariamente temos seguido nesta descrição – admite a multifuncionalidade do complexo arquitetónico, aproximando-o, com reservas, de uma utilização comercial e de armazenamento, como *horreum* (*Idem*, p. 18; RIBEIRO, 2008: 226-228), função que, mais recentemente R. Morais e J. Salido não tiveram dúvidas em confirmar, aduzindo aos exemplos de *horrea* organizados em redor de um pátio documentados em Ostia (RICKMAN, 1971), aliás, também apontados por M. MARTINS (*Idem, ibid*.), outros paralelos documentados na península itálica e nas províncias ocidentais (MORAIS; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2013).

4.4.1.6. Edifícios lúdicos

Como em qualquer cidade romana, também os habitantes de *Bracara Augusta* não podia deixar de interessar-se pelas atividades mais diretamente ligadas aos divertimentos ou práticas atléticas públicas, como aliás se documenta, simbolicamente, num pequeno *calculus*, ou ficha de jogo, em cerâmica, encontrada em escavações feitas em Braga e que ostenta o grafito SAECULA/RES, aludindo certamente aos jogos com tal nome que Augusto promoveu em Roma no ano de 17 a.C. (MORAIS, 2018b: 39; 2010: 57).

Para dar resposta a estas necessidades – elas próprias também um ornamento da urbanidade (MARTINS; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2006: 14) e dependentes de decisão política e cuidadosos projetos de construção (MARTINS *et al*. 2013: 58-68) – *Bracara* ostentou recintos destinados a espetáculos e ao lazer, entre os quais, aliás, podíamos também contar os edifícios termais, tratados no ponto anterior. A memória dessa arquitetura pública, nomeadamente do anfiteatro, resistia ainda nos eruditos renascentistas, como D. Rodrigo da Cunha (1634), Jerónimo Contador de Argote (1732) e autores posteriores (MARTINS; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2006: 14-15). Todavia, o teatro – o único por ora identificado no noroeste ibérico e do qual não subsistiu qualquer notícia escrita – apenas foi descoberto no ano de 1999, no âmbito do alargamento das escavações na envolvente das termas do Alto da Cividade, enquanto o anfiteatro da cidade, adivinhado no parcelário antigo (MORAIS, 2001), aguarda ainda definitiva confirmação através de sondagens arqueológicas.

Foi, na verdade, nessas escavações arqueológicas, feitas em 1999 junto ao limite noroeste do complexo termal do Alto da Cividade, que viria a detetar-se o espaço de um arruamento calcetado que separava, precisamente, os banhos da estrutura destinada aos espetáculos, a qual se apresentou em apreciável estado de preservação, não obstante ter sido utilizada como

pedreira da cidade após o seu abandono (MARTINS, 2000b: 11-12). Reconheceram-se, assim, após esse grande muro perimetral do teatro, com cerca de 15 metros de extensão por quatro metros de espessura, dotado de contrafortes, os principais elementos da morfologia arquitetónica deste género de edifícios, designadamente a bancada da *cauea*, com 13,2 metros de altura, porticada na sua parte superior e que apresentava um diâmetro de 65,2 metros, sendo o diâmetro máximo do edifício de 74,6 metros (MARTINS *et al*., 2012: 48; MARTINS *et al*., 2013: 48). A prossecução dos trabalhos tem vindo a permitir que paulatinamente se reconstitua com segurança a sua integral planimetria (Fig. 101), tendo já sido identificados, entre outros elementos arquitetónicos, o *praecinctio* que separava a *ima cauea* da *orchaestra*, larga porção desta última, parte da *scaena* do teatro (o *parascaneum* norte), o *pulpitum* e o *aditus*, tendo também sido encontrados fustes de coluna, capitéis e outras peças de decoração arquitetónica (MARTINS, 2004: 161-162; MARTINS, FONTES, 2010: 114-115; MORAIS, 2010: 58-59; MARTINS *et al*., 2012: 48-49; MARTINS *et al*., 2013; 2014; 2015; RIBEIRO, 2013: 440-459; MARTINS *et al*., 2017a: 255-257).

Trata-se, assim, de um teatro com uma capacidade estimada entre 4 000 e 5 000 lugares para espectadores (MARTINS *et al*., 2013: 59)[597], voltado a poente, no remate NNE. da ampla plataforma do *forum* (*Idem*: 43) e aproveitando, como é uso, o desnível do terreno, o que facilitava a construção e permitia o acesso à *cauea* a partir de diferentes cotas. Apurou-se, igualmente, que foi construído na mesma época das termas vizinhas, no reinado de Trajano, em princípios do século II (MARTINS, 2005: 69), tendo começado a ser abandonado, aparentemente, entre os finais do século III e os começos da centúria seguinte, tendo parte da pedra da sua construção sido utilizada para a construção da muralha da cidade (MARTINS, 2004: 162)

Em relação ao anfiteatro, a análise de plantas e da ortofotogrametria mais antiga da cidade de Braga, para além de outros elementos históricos, permitiram a Rui Morais propor a sua localização na malha atual da cidade. Recordando os testemunhos de Rodrigo da CUNHA (1634: 11), que explicitamente menciona as ruínas do «amfitheatro em que os Bracharenses ao modo Romano celebrauão suas festas», e, um século mais tarde, de Jerónimo Contador de Argote, que já não podendo observar tais ruínas tão claramente, apoia-se no seu predecessor (ARGOTE, 1732: 34, 233), a par de testemunhos posteriores, R. Morais ensaiou uma análise estereoscópica de fotogramas com vistas aéreas da cidade de Braga, obtidos em 1964, observando, na zona apontada pelos antigos eruditos, uma mancha de terreno deprimido, de plano subcircular, com toda a probabilidade relacionável com a presença das ruínas do anfiteatro (MORAIS, 2001: 56-58).

4.4.1.7. Arquitetura doméstica e outras construções

A designada *domus* das Carvalheiras, delimitada por quatro arruamentos e que ocupa, deste modo, a totalidade de uma *insula* da cidade romana, permanece como a única residência de *Bracara Augusta* integralmente escavada e estudada (MARTINS, 1998; 2000c), se bem que outros restos importantes de arquitetura doméstica tenham sido trazidos à luz do dia e numerosos estudos feitos nos últimos anos[598] contribuam para iluminar de modo muito significativo este aspeto essencial do urbanismo da cidade romana, a qual não podia reduzir-se, bem entendido, aos ornamentos da sua arquitetura monumental.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[597] Número provavelmente mais próximo da capacidade original que a sugestão de 10 000 espectadores apontada por Rui MORAIS (2010: 59), que terá talvez recorrido a uma estimativa anterior dos responsáveis pelos trabalhos.

[598] Vejam-se, entre outros trabalhos já citados, RIBEIRO, 2008; MAGALHÃES, 2010; 2013a; 2013b; 2014; 2015; 2016; MARTINS *et al*., 2012; MARTINS *et al*, 2014; SILVA; MARTINS, 2015; MAGALHÃES; RIBEIRO; MARTINS, 2015; MAGALHÃES; MARTINS, 2017 e FERNANDES; MARTINS, 2020.

A casa romana das Carvalheiras, aliás, ilustra bem o modelo arquitetónico mais representado nas residências de *Bracara Augusta*, traduzindo a adaptação das plantas itálicas de *domus* com átrio e peristilo (MÜLLER; VOGEL, 1984: 222-223; ALARCÃO, 1985: 13-17), normalmente com pórticos exteriores para acesso a *tabernae* de arrendamento, generalizando-se também, logo a partir do século II, a presença de banhos privados (MARTINS; FONTES, 2010: 116; MAGALHÃES; RIBEIRO; MARTINS, 2015; MARTINS *et al*., 2017a: 260-263).

Descoberta em 1983, a escavação da *domus* das Carvalheiras revelou-se essencial, também, para a compreensão do módulo urbanístico da cidade (MARTINS, 2000c: 2, 4). Se bem que na área tenham sido identificados materiais arqueológicos anteriores, ligados a uma construção anterior que não pôde ser definida, a edificação da casa data do último quartel do século I (*Idem*, p. 6); tendo sido usado o modelo de átrio e peristilo. Tratava-se de uma vasta residência, com uma área útil de 1156m^2, disposta em dois planos altimétricos, funcionalmente distintos, para se ajustar à topografia. A entrada fazia-se pelo lado sul, através de um pequeno *fauces* que dava acesso a um pátio relativamente modesto, com 45 m^2, rodeado por compartimentos que deviam constituir uma área mais externalizada, ou semi-privada da casa, usada talvez para os negócios do proprietário; através de uma sala-de-estar passava-se à parte superior do imóvel, abrindo-se então ao visitante o amplo e nobre peristilo de 237 m^2, que tinha também um acesso direto a partir da fachada voltada a norte. Como era de uso, à volta deste espaço aberto e bem iluminado dispunham-se as salas de receção, o *triclinium*, a *culina* e outros espaços domésticos. Não obstante o rigor da modulação e a notória qualidade da construção, poucas décadas depois a residência foi alvo de uma remodelação em todo o seu lado oeste, motivada precisamente pela instalação de uma área de banhos no quadrante noroeste da habitação, que ocupou 190 m^2 da área da *insula*; seguiram-se, certamente outras modificações arquitetónicas, até que foi abandonada, provavelmente nos finais do século V (MARTINS, 2000c: 7, 9ss.; MAGALHÃES, 2010: 22, 35-48).

Após um primeiro trabalho de síntese sobre a arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, com desenvolvimentos posteriores, Fernanda MAGALHÃES (2010, 2013a, 2013b, 2014) tem vindo a sintetizar os principais elementos construtivos, planimétricos e ornamentais dos núcleos domésticos então identificados. Além da *domus* das Carvalheiras, a autora descreve, no seu trabalho seminal (2010) as seguintes construções[599]:

(a) a casa da *Escola Velha da Sé*, situada na metade norte da urbe romana, imóvel cuja planta não pôde ser reconstituída de forma significativa mas que deverá ter origem ainda na primeira metade século I, considerando, nomeadamente, a presença nos depósitos de ânfora Haltern 70 (MAGALHÃES, 2010: 49-58; 2013a: 23-24);

(b) a casa situada entre as *ruas Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas* (próxima da anterior), também apenas pôde ser recuperada parcialmente, talvez em um terço das suas dimensões originais; deverá datar, igualmente, na sua primeira fase, do período de Augusto ou Tibério, tendo sido arrasada, aparentemente, pela construção de um edifício público de funções indeterminadas (MAGALHÃES, 2010: 58-67; 2013a: 24-26);

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[599] Remetemos para o trabalho de F. Magalhães, de um modo geral, as referências às fontes bibliográficas originais. Poupamos o leitor, tanto quanto possível, a pormenores de localização na cidade atual, que facilmente se encontram na literatura de divulgação sobre *Bracara Augusta*.

(c) a casa do *Ex-Albergue Distrital* (um pouco a sul das anteriores) foi definida pelo reconhecimento de restos de pórticos e outras estruturas, datando a sua construção; à semelhança das anteriores, dos reinados de Augusto ou Tibério (MAGALHÃES, 2010: 67-78; 2013a: 22-23);

(d) a casa do *Cardoso da Saudade* (um pouco a sul das anteriores) foi escavada em várias fases e por diferentes arqueólogos, não sendo por isso possível reconstituir uma planta coerente das ruínas, que sugerem a existência de uma *domus* do Baixo Império (MAGALHÃES, 2010: 78-85);

(e) a casa do *Claustro do Seminário de Santiago*, situada na área Nascente da cidade romana foi também objeto de trabalhos antigos e modernos, revelando parte de um peristilo com um tanque revestido a mosaicos; aparentemente, a fase mais antiga de ocupação datará da segunda metade do século I (MAGALHÃES, 2010: 85-91);

(f) a casa da rua de Gualdim Pais, na parte norte da cidade, revelou-se pelos restos de uma zona de banhos e outras estruturas, como uma calçada, para a qual se apontou uma cronologia dos começos do século I (MAGALHÃES, 2010: 91-96).

Em análise conjunta destes dados, F. Magalhães discute as arquiteturas e os espaços destes seis núcleos residenciais, não deixando de sublinhar – mau grado as lacunas dos dados e das plantas – a variabilidade das soluções selecionadas, em *Bracara* como noutras urbes romanas, que resulta da «negociação entre os modelos emanados da capital do Império e as variadas condicionantes que interferiam no processo construtivo» (MAGALHÃES, 2010: 121; 2016).

Trabalhos mais recentes têm trazido a público outras áreas domésticas, que foram escavadas ou estudadas em tempos mais próximos. Um desses casos é o da *domus* da zona das Cavalariças, localizada a sul da área do *forum*, onde foi exumada uma casa de átrio e peristilo, ocupando todo um quarteirão, e que datará da época flávia (SILVA; MARTINS, 2015). Outra situação observou-se em terrenos da Santa Casa da Misericórdia, no quadrante sudeste da cidade romana, onde se identificaram os silhares que limitavam o quarteirão e parte da estrutura porticada de mais uma *domus*, que remontará ao século I (FERNANDES; MARTINS, 2020). Um terceiro exemplo, por fim, é constituído pela publicação dos resultados dos trabalhos feitos na zona arqueológica da Rua Afonso Henriques, 42-56, onde se identificou uma *domus* que ocupava um dos quarteirões do sector sudeste da cidade (MARTINS *et al*., 2014). Aqui foram observadas várias fases construtivas de uma moradia, com as plantas relativamente completas, entretanto sobreposta por uma área termal pública. Sem que possamos, ou interesse, destacar muitos pormenores arquitetónicos, notamos que a urbanização da *insula*, com a construção da residência, datará de meados do século II, observando-se, mais uma vez, uma casa de átrio e peristilo com fachadas porticadas; no período dos Antoninos (fase III) parte da construção é sacrificada para o estabelecimento termal (MARTINS *et al*., 2014: 114-120).

Mais importante, para o nosso propósito, foi o reconhecimento, quer de silhares, quer de valas de fundação para sapatas pétreas (entretanto saqueadas), que os autores fazem remontar a finais do século I antes da nossa era (fase I) e que dizem poder ter constituído os alinhamentos cadastrais – ou os loteamentos, como diríamos hoje – feitos em data muito próxima da criação da cidade (MARTINS *et al*., 2014: 114, 125; MARTINS; CARVALHO,

2016: 225)[600]. Não parecem já tão esparsos, deste modo, os testemunhos da ocupação da cidade durante a primeira metade do século I, se bem que ainda estejamos longe, de facto, da desejada caracterização do primitivo núcleo urbano (MARTINS, 2004: 150; MARTINS *et al*., 2012: 39ss.; MARTINS *et al*., 2017a).

No geral, a *domus* é, por ora, a tipologia exclusiva das casas reconhecidas em *Bracara Augusta*, sejam de átrio e peristilo ou dominando este último na planta das habitações (MAGALHÃES, 2013a: 26; 2013b: 45; 2015: 76), ou seja os espaços de representação, poder e controlo social (MAGALHÃES, 2013b: 41ss.), sendo relativamente comuns, como signo de bom gosto e prosperidade, os pavimentos musivos (ACUÑA, 1974; ABRAÇOS, 2019: 47-178), registados com grande destaque em comparação com a restante área do *conuentus*. Não foram ainda encontradas residências mais modestas, designadamente do tipo de *insulae* urbanas de mais que um piso, onde deveriam morar artesãos, certos libertos e, na generalidade, a população bracaraugustana mais comum, designadamente aquela que, nas primeiras décadas da cidade para ela imigrou ou foi deslocada dos castros vizinhos[601].

Resulta impossível, nesta síntese limitada, discutir – ou, tão só, mencionar – as importantes informações arquitetónicas e urbanísticas que a continuada e cada vez mais alargada investigação sobre *Bracara Augusta* tem vindo a produzir. Ainda assim, não podemos deixar sem mínima referência alguns dados sobre os espaços comerciais e artesanais, bem como acerca dos cenários e arquiteturas religiosas.

No primeiro grupo de equipamentos, cumpre recordar que a generalidade dos estudiosos, a par da missão e centralidade administrativa da cidade, sublinha a sua importância como centro económico, servindo como centro recetor e redistribuidor em largo âmbito regional dos mais variados artigos e produtos, como decorre da sua posição geográfica e abertura relativamente fácil ao Atlântico através do curso dos rios mais próximos, nomeadamente os paleo-estuários do Cávado ou do próprio Ave (MORAIS, 2010: 89-97; CARRERAS; MORAIS, 2012: 424).

Tanto o registo arqueológico móvel de *Bracara* (MORAIS, 2005; 2016), como o dossiê epigráfico testemunham estas dinâmicas, informando-nos, nomeadamente, que em meados do século primeiro laboravam na cidade mercadores de grosso trato, armadores de navios ou encarregados de outros negócios de peso, suficientemente estáveis, representativos e, provavelmente, prósperos, organizados em *conuentus* corporativo, os «*ciues romani qui negotiantur Bracar(a) Augusta*» da conhecida epígrafe honorífica que, em tempos do imperador Cláudio, dedicaram ao seu patrono e protetor, o pretor Caius Caetronius Miccius (ALFÖLDY, 1966: 367; MORAIS, 2005: 70-72; 2010: 99-100; 2018: 46-47)[602].

Além do eventual *horreum* sob as termas da Cividade, a que já fizemos menção, poderá ter existido um espaço central de comércio, um *macellum*, na área da atual catedral da cidade, do qual não se conhecem, com segurança, quaisquer ruínas (FONTES, LEMOS, CRUZ, 1998: 140; MARTINS, FONTES, 2010: 115) mas que está testemunhado pela desaparecida

[600] M. Martins e H. Carvalho, sugerem, a propósito destes silhares orientadores, uma datação «no período de Augusto, num momento posterior à planificação da cidade, mas anterior ao processo de urbanização dos quarteirões» (MARTINS; CARVALHO, 2016: 225).

[601] À questão que nos colocamos no início deste ponto – onde viveriam os primeiros construtores da cidade – podemos propor como resposta que talvez se mantivessem, pelo menos durante a primeira ou segunda década da edificação de *Bracara*, nos seus castros de origem, para onde regressariam ao final do dia, quiçá, após o trabalho na cidade. Mas também não é impossível que dispusessem de cómodos temporários junto ao local das obras, alojamentos que dificilmente terão deixado rasto arqueológico.

[602] Epígrafe registada em CIL II, 2423. *Vd*. REDENTOR, 2017a: II, 56-57, n.º 50

inscrição com o voto feito por um tal Flávio Urbício ao *Genio Macelli*[603], talvez na crença dos favores da deidade para as vendas que ali faria (MORAIS, 2005: 69; 2016: 158-159). Como exemplo das atividades artesanais – a par dos elementos indiretos relacionados com a produção cerâmica ou de artefactos metálicos (MARTINS *et al*., 2012: 45-46; MORAIS, 2004b; 2005: 83-99; 2016) – devemos notar, até por ser incomum, a identificação de uma oficina de produção de objetos em vidro, fora de portas, localizada a sul via XVII e composta por um edifício de plano retangular com pátio central rodeado de áreas oficinais, onde se encontraram fornos correspondentes a duas fases de laboração, datadas de entre os séculos IV e V (MARTINS *et al*., 2012: 59-60)[604].

A vivência religiosa dos habitantes de *Bracara Augusta* está bem documentada pela identificação de pequena estatuária votiva, em bronze, e numerosas aras, dedicadas tanto a divindades locais como latinas e mesmo orientais, registando-se, igualmente, uma epígrafe dedicada à deusa egípcia Ísis (*Isis Augusta*), durante o século I; por uma sacerdotisa de *Bracara*, Lucretia Fida[605] (REDENTOR, 2017a, II: 129-130, n.º 162; MORAIS, 2010: 141-152). Sobre os edifícios sacros, que poderiam – de acordo com a compilação das diversas notícias disponíveis – ultrapassar a dezena[606], conhecem-se tanto sugestões indiretas, como os elementos arquitetónicos provavelmente relacionados com o templo da área foral, como já mencionámos (MORAIS, 2010: 21-37 e Apêndice I), ou o altar encontrado junto à via XIX, com a singela evocação *Sacrum* e associado a vestígios de um pavimento, que poderá indiciar um pequeno *fanum* rural (*Idem*: 13; CARVALHO, 2008a: 289-290); como ainda o importante e muito noticiado santuário da Fonte do Ídolo, recentemente reabilitado para visita pública após a devida escavação arqueológica da envolvente (LEMOS, 2002b).

Conhecido desde, pelo menos, o século XVIII (REDENTOR, 2016: 191-192, este último *locus* sagrado, especificamente associado ao culto das águas (MARTINS; RIBEIRO, 2012: 42), nasceu certamente como santuário indígena[607] e poderá estar mesmo relacionado com as razões da escolha do sítio para a fundação da cidade. O local foi monumentalizado nas primeiras décadas da vida do aglomerado, graças ao patrocínio de um imigrante em *Bracara*, proveniente de Arcobriga, Celico Fronto, ação benemérita aliás continuada pelos seus descendentes. Destas ações resultou a regularização do afloramento rochoso e a construção de um tanque e de toda uma cenografia arquitetónica envolvente, a par do relevante conjunto de epígrafes votivas, uma delas mencionando a deidade autóctone *Tongoe Nabiagoi* (em dativo), ocorrendo também *Nabia,* deusa dos vales e das águas, na face de uma árula aparecida no local (GARRIDO ELENA; MAR; MARTINS, 2008; MORAIS, 2010: 69-72; RODRÍGUEZ COLMENERO, 2012; REDENTOR, 2016: 197-202; 2017a, II: 49-40, n.º 40).

---

[603] A epígrafe foi noticiada, no século XVIII, por D. Jerónimo Contador de ARGOTE (1732: 227) e reza *Genio/Macelli/Flauius/Vrbicio/exuoto/posuit/sacrum* (CIL II, 2413 = ILER, 547). *Vd*. REDENTOR, 2017a: II, 56-57, n.º 50 e MORAIS, 2010: 103-104.

[604] A importância das produções locais da cidade, quer para consumo local, quer para abastecimento regional – aliás bem comprovado pela arqueologia – tem vindo a ser destacado por Rui MORAIS (2005; 2016b). Em muitas destas atividades estariam envolvidos além dos próprios fabricantes, importantes contingentes da população servil, como notavelmente é ilustrada na bela estela funerária dos dois escravos gregos de Titus Satrius, Agathopous e Zethus, encontrada no século XVIII, e que reproduzia instrumentos de trabalho (*CIL*, II, 2431, MORAIS, 2018: 68-69; REDENTOR, 2017a, II: 147-148, n.º 192).

[605] CIL II, 2416; ILER, 352.

[606] Informação de Henrique Barreto Nunes, registada por R. MORAIS (2010: 142 n. 2).

[607] Não obstante alguns investigadores assinalarem a falta de confirmação desta hipótese (GARRIDO ELENA; MAR; MARTINS, 2008: 52, n. 2), a maior parte dos autores assume-a sem grandes reservas.

4.4.1.8. Os limites: necrópoles e muralhas

A cidade romana limitava-se pelo *pomerium*, idealmente assinalado fisicamente por um *murus* ou, quando era ausente a muralha, pelas zonas de necrópole situadas após as últimas construções do aglomerado e vertebradas pelas vias de acesso. Não existindo qualquer evidência de uma cerca alto-imperial em *Bracara Augusta*, os seus limites procurar-se-ão, primeiro, talvez pelo desaparecimento dos arruamentos regulares mas, mais seguramente, pelos terrenos reservados aos mortos (MARTINS; DELGADO, 1990b: 175). Posteriormente, esquecida já a *pax romana*, a muralha do século III rasura, pontualmente, o urbanismo da cidade flaviana – sem que tal signifique, necessariamente, uma especial contração do povoamento (*Idem*, p. 176) – e oferece aos seus habitantes um novo horizonte.

Em estudo ainda referencial, Manuela Martins e Manuela Delgado reuniram e sistematizaram em 1990, com modelar estudo arqueológico, as informações sobre as principais necrópoles de *Bracara Augusta,* articulando os resultados de escavações com achados antigos ou fortuitos. Apresentaram, assim, a necrópole da Via XVII (situada a Nascente), a de Maximinos (a sudoeste) e as do Campo da Vinha (a norte) e, na parte sul da cidade, a designada como da Rodovia. Estes espaços funerários evidenciam diversos rituais e variada tipologia sepulcral, que não precisamos de resumir, concluindo aquelas autoras a larga diacronia de todas elas, com incinerações ou inumações realizadas, de acordo com a análise do mobiliário respetivo, entre o século I e os séculos VI-VII (MARTINS; DELGADO, 1990b: 175-178; BRAGA, 2010, 2015, 2019). O complementar estudo epigráfico de algumas dezenas de monumentos epigráficos (TRANOY; LE ROUX, 1990), com resultados assaz interessantes a vários títulos, pouco adiantou em termos de cronologia concreta dos cemitérios, como era de esperar.

Posteriormente, após novos trabalhos e achados, o número de necrópoles em *Bracara* subiu para seis, juntando-se às citadas as chamadas necrópole da Via Nova, na parte noroeste da Avenida Central, talvez ligada à Via XVIII do Itinerário de Antonino; e a insuspeitada necrópole de São Lázaro, eventualmente associada a uma estrada que ligava a cidade a *Emerita Augusta,* e que revelou espólio da primeira metade do século I, ou seja, correspondendo a incinerações das primeiras gerações dos habitantes (MARTINS, 2000a: 47-51), situação análoga, aliás, às tumulações de um novo núcleo entretanto escavado na necrópole da Via XVII, com cerâmicas e outros elementos que as fazem remontar à época da transição de era[608], ou seja, praticamente aos inícios da construção e ocupação da cidade (BRAGA, 2010: 95-96, *passim*; MORAIS, SOEIRO, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014).

A cerca defensiva da cidade aparece referenciada em diversos escritos medievais, anteriores ao século XIII e ao início da edificação da muralha tardo-medieva, sendo até comparada por um cronista muçulmano, pela sua solidez e imponência, à de Mérida; a estrutura foi depois mencionada pelos eruditos renascentistas e ainda por diversos autores nos séculos XIX e XX, a partir de vestígios, naturalmente, cada vez menos notórios[609], acabando por ficar praticamente quase totalmente ausente do discurso arqueológico (LEMOS *et al.,*

[608] Com base no raro contentor funerário do enterramento 199 da necrópole da Via XVII, uma urna ovóide, em granito, que continha um *Aes* de Augusto datado de 5-3 a.C., Cristina BRAGA (*ibid*.) recua a deposição funerária para essa época, mas outros autores chamam a atenção para o desgaste do numisma, que torna mais recomendável uma cronologia próxima da transição dos reinados de Augusto e Tibério (MORAIS, SOEIRO, FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014: 1259).

[609] Devendo ainda acrescentar-se a fácil observação do seu traçado em fotografias aéreas de meados do século XX, como também notam os mesmos Autores (LEMOS *et al.,*1998*, ibidem;* LEMOS *et al.,* 2002: 611, fig. 2).

1998: 11-12; LEMOS *et al.,* 2002: 610)[610]. Constituindo esta estrutura um dos tópicos da agenda de investigação do «Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*», foi necessário aguardar que as oportunidades ocorressem e que a muralha de novo visse a luz do dia, o que sucedeu, finalmente, no ano de 1998, em vários pontos da cidade mas sobretudo, com maior destaque e volumetria, na zona da Quinta do Fujacal (LEMOS *et al.,* 1998: 13).

Devolvido ao estudo científico o dispositivo defensivo, rapidamente se reuniram elementos para a sua datação, fixada no último quartel do século III – coincidindo com a promoção de *Bracara* a capital da nova província da Galécia[611] – e reconstituição do perímetro, estimado entre os 2 200 e os 2 400 metros, compreendendo uma área interna que viria a afinar-se nos 48 hectares, ou seja, correspondendo a uma das mais vastas urbes muralhadas da Hispânia, talvez só suplantada por *Emerita* (100 ha), *Corduba* (78) ou *Tarraco*, com 60 hectares (RIBEIRO, 2008: 250).

Ocorrendo em estado de conservação diferenciado conforme os tramos, tanto mais que a silharia de vulto da face externa, por vezes em *opus quadratum*, foi correntemente saqueada e deslocada para outras construções, a muralha apresentava, nos alicerces como nos panos melhor preservados, que chegam a atingir um alçado de quatro metros, como no Fujacal e na rua de Paio Mendes, técnicas construtivas diferenciadas. A sua espessura varia entre os 5 e os 6 metros, e a solidez do miolo é, em alguns casos, garantida por grandes blocos de pedra colocados transversalmente, com os intervalos preenchidos por aparelho de menor calibre; os muros, tanto podem ser de uma como de dupla face, e destaca-se também, à semelhança de outras muralhas tardo-romanas da península, como Lugo ou Astorga, a presença de torreões de recorte semicircular ritmando o pano externo, os quais, no Fujacal, distam cerca de 18 metros entre si, tal como ocorre, por exemplo, na muralha de Gijón (FERNÁNDEZ OCHOA; MORILLO CERDÁN, 1992; 2002).[612]

Os trabalhos dos últimos anos não parecem ter acrescentado maiores dados ao esclarecimento da muralha bracarense, mantendo-se em aberto várias questões, desde logo as das suas portas, pelo menos em número de quatro, aferidas pelas necrópoles e vias principais que cruzavam a cidade, a que poderiam acrescer outras entradas secundárias (LEMOS *et al.,* 2002: 623; RIBEIRO, 2008: 278-281). Restos de um desses vãos poderão ter sido identificados num imóvel da Rua Frei Caetano Brandão, mas os informes não parecem muito claros (RIBEIRO, 2008: 276-277; PEREIRA, 2018: 50). A natureza da arqueologia urbana que se pratica em Braga – aliás à semelhança da generalidade das outras cidades portuguesas – reduzindo as pesquisas à atividade de salvaguarda tem vindo a atrasar a resposta a este e outros problemas da compreensão de *Bracara Augusta*, uma vez que estão identificados os locais onde as respostas a estas questões poderão, muito provavelmente, ser ativadas (LEMOS; LEITE; CUNHA, 2007: 338).

[610] Estes autores (LEMOS *et al.,* 1998) demonstram até estranheza, perante tanta evidência, que autores conceituados tenham descrido da própria existência de uma muralha romana em *Bracara Augusta*, exemplificando com A. TRANOY (1981: carte XXXV).

[611] Ou, como se afirma em trabalhos mais recentes, «nos finais do século III» (LEMOS; LEITE; FONTES, 2001: 125), datação confirmada por materiais recolhidos na vala de fundação da cerca na área do Fujacal (LEMOS; LEITE; CUNHA, 2007: 331). Todavia, em dissertação monográfica com recurso aos dados e espólio arqueológicos da zona do Fujacal, incluindo de valas de fundação, Felipe PEREIRA (2018: 47, 86) admite uma cronologia construtiva entre os finais do século III e os começos do século IV.

[612] Vejam-se, sobre a muralha de *Bracara Augusta*, principalmente RIBEIRO, 2008: 271-281; LEMOS *et al.,* 1998: 14-15; figs. 4 a 8; LEMOS *et al.,* 2002: 615-623; LEMOS; LEITE; FONTES, 2001: 123-128; LEMOS; LEITE; CUNHA, 2007 e PEREIRA, 2018.

4.4.1.9. O *territorium* centuriado

A fundação de *Bracara Augusta* não representou um simples ato simbólico ou de ostentação de poder por parte dos novos donos do território. O estabelecimento da urbe visou a criação de um pólo de centralização e organização do território da Galécia meridional, desde logo como sede conventual, concentrando assim funções políticas, administrativas, jurídicas, religiosas e de outra natureza; mas também a muitos outros níveis, impactando o território envolvente de maneiras que apenas gradualmente vamos percebendo em maior detalhe.

Já não subsistiam quaisquer dúvidas quanto ao intencional e rigoroso agenciamento e planificação do espaço urbano, quase diariamente reiterada pelos achados arqueológicos. Importava, no entanto, confirmar o quanto essa nova ordem topológica e mental foi imposta ao território mais imediatamente vizinho da nova cidade. Quase com pouca surpresa – poderíamos agora dizer,[613] se bem que esta novidade constitua para já um *unicum* na administração espacial do noroeste peninsular – tal informação decorre dos estudos e trabalhos dos últimos anos, comprovando-se, por análise cartográfica e outros elementos arqueológicos, a plena centuriação dos terrenos que rodeavam *Bracara Augusta* (CARVALHO, 2008a: 292-325; 2008b; 2012; 2016a: 103-115; 2017; CARVALHO, MENDES, 2011).

A possibilidade de alguma organização cadastral dos solos periurbanos, com base em algumas regularidades de alinhamento em relação às vias romanas de acesso á cidade, observadas em fotografias aéreas, tinha sido já aventada por Manuela Martins em 1995, com adequada prudência e sugerindo mais um cadastro municipal que, propriamente, uma centuriação de larga escala (MARTINS, 1995: 106-107), mas tornou-se necessário um estudo mais aturado, que foi iniciado ainda na década de 1990 (CARVALHO, 2000), envolvendo trabalho com ortofotografias, cartografia de várias épocas, documentação de arquivo e prospeção de campo, a par de novas ferramentas de análise, designadamente *software* SIG, para que se lograssem evidências mais incontestáveis (CARVALHO, 2008a: 295-299; 2008b: 155, n. 101).

Como resultado desta metodologia, aplicada às planícies aluviais do Cávado situadas a norte e nordeste da cidade, detetou-se, inicialmente, a fossilização nos atuais limites agrários, caminhos vicinais e outros acidentes de alinhamentos regulares, com uma orientação constante, a cerca de 16º NNO. (CARVALHO, 2008a: *ibid*.; 2008b). De seguida, decorrente de trabalhos de reconhecimento no terreno, o esforço dos investigadores viria a ser contemplado com a localização, ainda *in situ*, de dois inquestionáveis *cippi* gromáticos, nos locais de Felgueiras e Pinhel[614]. Os marcos de granito estão dispostos a uma distância alinhada e exata de 20 *actus* e correspondem a dois blocos paralelepipédicos, anepígrafos mas com duas linhas cruzadas em ângulo reto, no topo descoberto, marcando sem dúvida a orientação do *cardo* e do *decumanus* do parcelamento, estruturado por aquela medida. O de Felgueiras, objeto de escavação arqueológica tinha cerca de 0,50 metros de comprimento exposto e outro tanto enterrado, parecendo similar o segundo. Complementarmente, viria a detetar-se nas proximidades outro dos *termini* do cadastro rural, uma fonte, designada na documentação histórica como «arca petrínea», na qual foi rasgado um tanque retangular que incorporava uma ara dedicada a Marte, vendo-se ainda tijolaria romana nas terrenos vizinhos

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[613] Sem com isso retirarmos qualquer mérito, bem entendido, aos estudos de Helena P. Carvalho, M. Martins e outros investigadores, cujas pesquisas conduziram ao que, agora, parece evidente a todos.

[614] A extrema raridade de terem sido preservados no local original, passados dois milhares de anos, estes excecionais monumentos, deve-se a terem servido, primeiro como limites paroquiais, desde o período suevo-visigótico, e, mais recentemente, como termos de freguesias civis, como aliás é explicado nos estudos citados.

(CARVALHO, 2008a: ibidem; 2008b; 2012; 2016a: 103-115; 2017; CARVALHO; MENDES, 2011).

A evidência desta centuriação, traduzida por uma malha de 20 x 20 *actus* (uma centúria) regista-se numa área de cerca de 320 km^2, (Fig. 102) ordenando todo o *ager* em torno a *Bracara Augusta*, no setor indicado, situado a cotas inferiores aos 200 ou 300 metros, de acordo com a topografia (CARVALHO, 2008b: 155; MARTINS; CARVALHO, 2016: 239). A identificação deste trabalho de ordenamento, valorizada pelos excecionais achados dos *termini* que plenamente o comprovam, veio lançar nova luz e pistas de análise sobre a região reorganizada a partir dos próprios eixos ordenadores da cidade, tanto mais que tal estruturação do solo agrícola parece ter sido contemporânea da fundação da cidade e do lançamento dos principais eixos viários (CARVALHO, 2008b: 160)[615]. Tal tem vindo a refletir-se em novos estudos e abordagens distintas do território de *Bracara Augusta* (CARVALHO, 2010; 2016b; 2017; CARVALHO, CRUZ, 2014; MARTINS; CARVALHO, 2010; 2016), que todavia escapam ao nosso escopo[616].

4.4.2 *Aquae Flauiae*

4.4.2.1. História da investigação

Não obstante o mérito de muitos estudos antigos, na senda de uma arreigada tradição sobre as origens romanas da cidade (ARGOTE, 1732; MONTALVÃO, 1972; CARNEIRO, 1986; MACHADO, 1989), tendo a ponte de Trajano e as suas duas epígrafes comemorativas como emblemas mais icónicos (RODRIGUEZ COLMENERO, 1997a: 418-428), só em meados da década de 1980 é que a arqueologia fez a sua aparição na cidade de Chaves, devendo-se a António Rodríguez Colmenero as primeiras intervenções na área do centro histórico, realizadas no ano de 1985 (RODRIGUEZ COLMENERO, 1998c: 21-40). Seguiram-se entretanto novos trabalhos arqueológicos na barragem romana da Abobeleira, muito próxima da cidade (RODRIGUEZ COLMENERO, 1998c: 42-49; ALFENIM, 1992), e diversas intervenções arqueológicas feitas em regime comercial a partir da década de 1990, tendo entretanto o Município de Chaves começado a contar com um gabinete de arqueologia próprio, que se responsabilizou por muitos dos trabalhos feitos desde então (GIPP, 2015b).

Não obstante – e como acontece na generalidade dos centros históricos das cidades portuguesas, sendo Braga talvez a única exceção – as intervenções arqueológicas em Chaves não obedecem a intuitos de investigação ou a qualquer programa pré-definido, como aliás foi observado recentemente por uma autora não relacionada com a prática arqueológica, ao expressar que «na sua maioria, as poucas escavações elaboradas até aos dias de hoje [2015], cerca de duas dezenas[617], foram levadas a cabo por motivos de demolições, construções de raiz ou recuperação de estruturas existentes na cidade» (ALVES, 2015: 49). Ainda assim,

[615] Uma das questões que, entendemos, pode lançar-se é da própria lógica ou razão da centuriação precoce do território afeto à cidade. Não se tratando, por certo, de *ager diuisus et adsignatus*, a simples funcionalidade fiscal talvez não justificasse o empreendimento, pois, tratando-se sempre de *agri publici*, Roma poderia bem taxar a *ciuitas* pelo método do «*ager est mensura comprehensus*» (Frontino, *Gromat*., 7; cfr. MANGAS MANJARRÉS, 2008: 83-85). Representará este parcelamento a outorga aos bracaraugustanos de alguma forma de *locatio-conductio* do território da urbe?

[616] Ao mesmo tempo, deve registar-se, as metodologias utilizadas nestes estudos têm vindo a ser aprofundadas e ensaiadas em outros contextos, com resultados igualmente promissores (MELO, 2013; XAVIER, CARVALHO, LOUREIRO, 2013).

[617] Na realidade, uma consulta aos trabalhos arqueológicos registados no Portal do Arqueólogo (https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/) com o filtro «Chaves» devolveu-nos (setembro 2020) 46 autorizações entre 1985 e 2014, incluindo sondagens, escavações e acompanhamentos arqueológicos, contabilizando-se um primeiro trabalho em 1985, uma atividade arqueológica regular entre 1997 e 2010, com uma média anual superior a três trabalhos e, por fim, apenas um trabalho 2014; porém, como já observámos (*cfr*. ponto 2.3.1), a base de dados daquele Portal encontra-se bastante desatualizada, pelo que estes valores são meramente indicativos.

compilando dados para uma proposta de reconstituição da organização urbana de *Aquae Flaviae*, Margarida Alves compilou a partir das intervenções arqueológicas realizadas na cidade até 2015 um total de 24 estruturas romanas com maior ou menor expressão (ALVES, 2015: 51ss.), a que adiante nos referiremos.

4.4.2.2. Fundação e cronologia

Instalada na margem direita do rio Cávado, junto à via que ligava *Bracara* a *Asturica Augusta*, a urbe ter-se-á desenvolvido a partir da *mansio* de *Ad Aquas*, um dos pontos de apoio à via XVII do Itinerário de Antonino (CUNTZ; WIRTH, 1990: 65; ROLDÁN HERVÁS, 1975: 69-70; RODRIGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA, ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 105, 125). Vários autores destacam a coincidência entre um local com excelentes águas termais e a travessia do Tâmega por uma via de primeira importância (MANTAS, 2017: 343), para a urbanização do local.

Na verdade, a via XVII, a mais meridional e antiga do noroeste ibérico (RODRIGUEZ; FERRER; ÁLVAREZ, *idem:* 105), é datável ainda do tempo de Augusto, podendo, até, ter sido usada por Carísio no âmbito da conquista final do noroeste, segundo a opinião de MORILLO CERDÁN (2009: 246), o que parece confirmar-se por alguns dos miliários que a balizam[618], e destinada, por certo, ao *cursus publicus*, terá sido fator fundamental na promoção da *statio* viária a cidade de considerável expressão. Sande Lemos e Carla Martins sintetizam ainda outras valências da região que terão porventura atraído para ali a estrada e, a partir da sua construção, criado novas dinâmicas sociais e económicas, passando pela fertilidade dos solos da veiga flaviense, uma

> «posição estratégica relativamente a diversos *territoria mettalorum*[619] (…), ponto mais lógico para assentamento dos engenheiros romanos e pessoal responsáveis pela construção da Via XVII entre Chaves e Codeçoso (para Oeste) e para Leste até ao Rio Tuela» (LEMOS; MARTINS, 2010: 91),

a que acrescentam, na senda dos trabalhos de João FONTE (2009), a circunstância de *Aquae Flaviae* beneficiar de uma posição estratégica, ligando diversos corredores naturais e ser mesmo já um lugar simbólico na proto-história (LEMOS; MARTINS, *ibid*.)[620].

Entre todos aqueles fatores propícios à instalação de uma cidade e ao desenho territorial de uma *ciuitas*, os mesmos autores destacam o da exploração mineira. Na linha de desenvolvimentos recentes sobre a organização socio-administrativa dos territórios de mineração (OREJAS *et al*., 2000; OREJAS, SANCHEZ-PALENCIA, 2002), considerando, nomeadamente, a autonomia ou dependência de certos *territoria metalla* em relação às *ciuitates* augustanas, Lemos e Martins propuseram que *Aquae Flaviae* poderá ter sido «um núcleo urbano mineiro, fundado de raiz», em função do qual – e não com relação a um

[618] Manuel DURÁN FUENTES (2004a: 135) indica mesmo que mais de 31% dos miliários desta via são de Augusto e Cláudio, cálculo que todavia não coincide com o cômputo dos miliários atribuídos a Augusto, Tibério e Cláudio na principal obra de síntese sobre a viação romana do Noroeste ibérico, onde tal proporção é apenas de 15% - ou 22% descontando os marcos anepígrafos ou referidos a imperadores indeterminados (RODRIGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA, ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 156-209). Seja como for, é indubitável a cronologia da via, pelo menos no tramo entre Chaves e Astorga (REDENTOR, 2002: 178-179). O governador da Citerior Caio Calpetano Rantio Quirinal Valerio Festo, evocado no «padrão dos Povos» (CIL II, 2477) da ponte flaviense terá sido, se não o promotor, pelo menos a individualidade que presidiu à sua inauguração (RODRIGUEZ COLMENERO, 1997a: 418ss.; RODRIGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA, ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 17 e nota 18).

[619] Sobre a riqueza das mineralizações da região, designadamente auríferas e estaníferas, e sua exploração em época romana, ver, por exemplo, WHAL, 1988; MARTINS, 2008; 2009a; 2009b; 2010; LEMOS; MARTINS, 2011; BATATA, 2017.

[620] Em relação ao último aspeto, cfr. FONTE, 2009: 79-82 e 2015: 290-292.

populus específico – teria sido delimitada a *ciuitas* respetiva (LEMOS; MARTINS, 2011: 504). Para tal justificação concorre a intensa atividade extrativa verificada na região envolvente à cidade (MARTINS, 2009a; 2009b; 2010); relevando também aqueles investigadores, em favor da mesma tese, indícios significativos de «prosperidade urbana» nos resultados da atividade arqueológica em Chaves, a par da presença de diversificados cultos latinos e antroponímia exógena no registo epigráfico da urbe (LEMOS; MARTINS, *idem, ibid*.). As próprias *ciuitates* que contribuíram para a obra da ponte de Trajano, de acordo com a lição da coluna granítica que celebra o ato, poderiam também «estar obrigadas a fornecer mão-de-obra» para a exploração mineira, como avançam ainda os mesmos autores (*Idem, ibid*.).

Estas análises, independentemente da maior valoração do elemento vial, da componente mineira ou da riqueza em águas termomedicinais da área flaviense, reabrem a discussão sobre a cronologia fundacional da cidade. Foi já ultrapassado o paradigma convencional da emergência da cidade romana a partir de um povoado proto-histórico pré-existente (ALARCÃO, 1988b:1/16), por absoluta falta de elementos materiais (AMARAL, 1993: 115; FONTE, 2015: 292), uma vez que os achados daquela época registados dentro da cidade se reduzem a um par de jóias proto-históricas (CARDOSO, 1944; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 16; SILVA, 1986: 256, com bibliografia), eventualmente interpretáveis como um depósito do Bronze Final (FONTE, 2015: 292-293).

Assim, a localização estratégica como nó viário natural (MANTAS, 2017: 351), a abertura da via XVII e a instalação da estação viária de *Ad Aquas*, mencionada no Itinerário antoniniano,[621] como vimos, e de igual modo nas tábuas de barro de Astorga[622], emergem como principais motores do núcleo de povoamento concentrado inicial, cuja dimensão e contornos estamos ainda longe de entender, mas que a arqueologia vem documentando progressivamente com novas e surpreendentes informações.

Na verdade, embora sejam de época flávia, ou posteriores, a maior parte das ruínas e depósitos exumados nas escavações feitas na cidade, registam-se algumas situações que atestam a sua ocupação e urbanização em data anterior. Tal sucedeu, por exemplo, na escavação do edifício nº 25 da Rua do Poço (2003), onde foram descritas estruturas indiciadoras de dois níveis de ocupação, o mais antigo da primeira metade do séc. I e o posterior de finais dessa centúria ou começos da seguinte (RIBEIRO, 2010: 57). Também na Rua do Bispo Idácio (Arquivo Histórico) foram detetados, em trabalhos de 2007, muros de uma *insula* com vestígios de ocupação que recuam ao tempo de Augusto, tendo sido exumados objetos de equipamento militar romano, como um *pugio* (GUEDES, 2012: 190), e material numismático e anfórico balizável entre os finais do século I a.C e os começos do século I da nossa era, se bem que as estruturas mais antigas se encontrassem muito mal preservadas (GUEDES, 2012), podendo estes prováveis restos de uma *insula* ser postos em paralelo com vários achados próximos, essenciais para a definição do traçado hipodâmico da cidade e de um quarteirão onde as *insulae* «estariam construídas em socalcos com ruas retilíneas entre elas» (LOPES, 2016: 65, 67).

Por fim, a par das estruturas, também o espólio arqueológico revela a precocidade de alguns contextos domésticos. Assim, está documentado «espólio de inícios do século I d.C.» na intervenção feita na Rua Direita, n.º 57 (RIBEIRO, 2010: Anexo I, nº 6), «espólio de

[621] WESSELING, 1735: 422, 6; CUNTZ; WIRTH, 1990: 65.

[622] *Tab.* IV, 8. Este documento suscitou longo debate acerca da sua autencidade (BLÁZQUEZ, 1920; ROLDÁN HERVÁS, 1973; 1975: 163-175; GARCÍA Y BELLIDO, 1975), finalmente resolvido pela positiva, confirmando-se a datação das *tabulae*, provavelmente, em finais do século III (FERNÁNDEZ OCHOA; MORILLO CERDÁN; GIL SENDINO, 2012).

cronologia romana e de tradição indígena (castreja)» no Largo da Lapa (*Idem*, nº 32) e, mais recentemente, na escavação feita nas traseiras da Adega Faustino, onde, de acordo com a imprensa local e uma reportagem televisiva, terão aparecido uma moeda de *caetra* e uma ânfora Gauloise 1, datáveis da mudança de era, levando J. Fonte – na linha de declarações feitas na altura por Sérgio Carneiro, arqueólogo municipal, à imprensa[623] – a sugerir, com algumas reservas, «a instalação em *Aquae Flaviae* de uma base militar temporal possivelmente relacionada com a construção da via no período imediatamente posterior ao fim das guerras de conquista do Norte Peninsular» (FONTE, 2015: 288-289).

De facto, não obstante estes relevantes indícios de uma ocupação mais antiga, a fundação da cidade tem sido tradicionalmente situada no último terço do século I, em tempo da dinastia flaviana, na linha do que foi proposto por P. LE ROUX e A. TRANOY (1973) e retomado na obra fundamental deste último autor (TRANOY, 1981: 62, 199-202) e outros investigadores (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 16). Em síntese, tem vindo a considerar-se, com razoável consenso, que a ascensão da urbe à categoria municipal terá coincidido com a extensão do *ius Latii* à Hispânia, com Vespasiano, entre 74 e 79 d.C., numa segunda vaga de urbanização do noroeste peninsular[624]. Esta tese foi defendida, com fundamento, então, apenas na interpretação dos monumentos epigráficos, a partir da interpretação de duas dedicatórias aparecidas na área provavelmente correspondente ao *forum* da cidade, estando a primeira registada numa base de estátua dedicada a CONCORDIA pelos MVNICIPI AQVIFLAVIENS(is), de provável cronologia flávia, que incitou os autores «*à voir dans cette inscription en quelque sorte l'acte de fondation du municipe*» (LE ROUX, TRANOY, 1973: 196-197); enquanto o segundo monumento, encontrado nas proximidades do anterior, é uma ara dedicada a Júpiter, sob a fórmula I. O. M. pelos Munícipes (*Idem*: 197-198), comentando depois Tranoy, acerca do eventual significado desta epígrafe no contexto urbano, que «*Jupiter incarne ici la puissance de l'État romain dans une ville qui vient de recevoir sa promotion juridique*» (TRANOY, 1981: 200; LE ROUX, TRANOY, 1973: 221).

No quadro destas propostas, desenvolveu-se um modelo da fundação da cidade assente nas seguintes premissas:

(a) A abertura da via *Bracaram-Asturicam*, no ponto de cruzamento do rio Tâmega, originou a construção da *mansio* de *Ad Aquas* mencionada nos itinerários, ainda em período augustano; a região seria habitada pelos *Turodi*, referidos por Ptolemeu (II, 6, 39) e que terão tido como lugar central um povoado mais ou menos próximo[625];

(b) A primitiva estação viária (e, porventura, também as próprias águas termais) terão atraído população e suscitado um processo de urbanização *ex nouo* (planificado ou orgânico);

(c) Já na dinastia flávia, provavelmente durante o reinado de Vespasiano – e na sequência da extensão do *Latium* a toda a Hispânia (Plínio, *Nat*., III, 30), talvez

[623] *Vd*. Sandra Pereira – Encontrados materiais anteriores à fundação da *Aquae Flaviae* nas traseiras da Adega do Faustino (*Diário Atual*, 03.06.2011). Disponível em https://diarioatual.com/encontrados-materiais-anteriores-a-fundacao-da-aquae-flaviae-nas-traseiras-da-adega-do-faustino/.

[624] Sarah NÚÑEZ e Leonard CURCHIN (2007: 438) ainda admitem que a cidade possa ter sido fundada «*a finales del s. I y princípios del s. II*», mas os dados arqueológicos, incluindo os resultantes da escavação das termas, não autorizam datação tão tardia.

[625] Têm sido apontados para esta função – mas ainda sem confirmação arqueológica – quer o imponente castro do Outeiro Lesenho, em Boticas (AMARAL, 1993: 94), quer o castro de Santiago do Monte, ou Crastas de Santiago, na freguesia de Nogueira da Montanha, alguns quilómetros a sul da cidade de Chaves (SILVA, 1986: 275; FONTE: 2006: VI.4).

> já no ano de 70 d.C. (ANDREU PINTADO, 2004: 17) – o estatuto municipal terá sido atribuído à cidade, a qual, nesse contexto, foi objeto de significativa renovação urbanística, com a construção de equipamentos públicos, designadamente as termas medicinais e, mais tarde, da própria ponte sobre o Tâmega, em 104 d.C.[626].

Este esquema de desenvolvimento urbano de *Aquae Flaviae*, sendo certamente o mais consensual entre os investigadores modernos, merece breve comentário, considerando especialmente algumas propostas alternativas e os resultados de trabalhos arqueológicos recentes.

Após uma primeira aproximação de Rodríguez Colmenero à localização do *populus* dos *Turodi* às imediações do grande *oppidum* de San Cibrán de Lás (Orense), recusando que a referência de Ptolemeu (II, 6, 39) à designação de *Hydata Laia*, como povoado-capital daquela entidade étnica, tivesse correspondência com os aquiflavienses (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1972: 227-230; 1977: 29), este mesmo investigador mudou de opinião, aceitando agora aquela identificação e a localização dos *Turodi* entre a veiga de Chaves e o rio Douro (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 14-16), posição defendida, com pequenas *nuances*, pela generalidade dos autores, entendendo como erróneo, aliás na esteira de Hübner (CIL, II, p. 331), o registo toponímico ptolemaico (TRANOY, 1981: 61-62; SILVA, 1986: 275; TOVAR, 1989: 128; 302; ALARCÃO, 1996a; GARCÍA ALONSO, 2003: 242; MARTINS; LEMOS; PÉREZ LOSADA, 2005: 286)[627].

Ainda problemática, todavia, é a questão do modo e cronologia da fundação da cidade ou, se quisermos, da relação com a *statio* viária de *Ad Aquas* com o processo de urbanização que terá suscitado, fosse esse processo orgânico e pouco ordenado, como pode ter sucedido com alguns *uici* e outros aglomerados secundários (PEREZ LOSADA, 2002: 31-32, 39, *passim*), fosse desde o início sujeito a planeamento.

Todavia, alguns autores, talvez por ligeireza de escrita, parecem fazer coincidir, praticamente, a atribuição do estatuto municipal com o desenho e construção da própria urbe (NÚÑEZ; CURCHIN, 2007: 438) ou levantam dúvidas a uma urbanização pré-flávia (FONSECA SORRIBAS, 2012: 522, 525), o que não parece razoável, pois o *edictum* de municipalização não poderia ter como objeto um núcleo que não tivesse os requisitos mínimos em termos de equipamentos destinados à vida pública, entre outros aspetos (ANDREU PINTADO, 2004: 117). Como bem expressam Rodriguez Colmenero, Santiago Ferrer e Rúben Álvarez (2004: 16):

> «*algúns destes núcleos* [mansiones]*, tales como a mansión de* Ad Aquas*, van percorrer con urxencia, durante a primeira centuria da era, as etapas de achegamento ó urbanismo, tanto xurídico coma material, imprescindibles para a súa promoción xurídica, de tal maneira que a dinastía Flavia non terá inconveniente en convertelos en municipios romanos de pleno dereito durante a década dos anos setenta*».

[626] Alguns autores interpretaram a referência à *Legio VII Gemina Felix* na inscrição do «Padrão dos Povos» (CIL, II, 2477) como um voto de gratidão pela construção da ponte, o que dataria a obra do reinado de Vespasiano (LE ROUX, 1982: 143; DURÁN FUENTES, 2004b: 140). Tendo em vista a leitura conjunta desta epígrafe com a cópia do simétrico «Padrão dos Aquiflavienses» (CIL, II, 2478), que claramente os responsabiliza pela edificação da *pons lapideus*, parece claro o desfasamento cronológico dos dois monumentos, datando-se assim a construção da ponte, como é habitual, do ano de 104, de acordo com as magistraturas de Trajano (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 418-428).

[627] Jorge de Alarcão, porém, continua a exprimir algumas dúvidas quanto à correspondência de *Aquae Laiae* com *Aquae Flaviae*, como se atesta em obra recente (ALARCÃO, 2017: 205).

Na mesma linha, Sarah Nuñez clarifica que «*donde más tarde se ubicaria* Aquae Flauiae *se derrolló durante el reinado de Augusto, un* oppidum *que venía a coincidir com la* mansio *de* Ad Aquas» (NUÑEZ HERNÁNDEZ, 2007: 100), posição que igualmente defendem Sande Lemos e C. Martins, entendendo que a cidade deverá ter sido «projectada logo na fase inicial da organização política administrativa, após a conquista» (LEMOS; MARTINS, 2010: 91) e colocando-a mesmo em paralelismo com *Bracara Augusta*, apontando mesmo diversos indicadores «que sugerem que o programa construtivo de *Aquae Flaviae* poderá ter obedecido a um planeamento estrito, datável da dinastia júlio-claudiana» (LEMOS; MARTINS, 2011: 504), devendo naturalmente tal promoção urbana coincidir com a outorga do estatuto de *ciuitas*.

Por fim, a questão da municipalização de *Aquae Flaviae* não parece suscitar problemas de maior, salvo questões pontuais de ordem cronológica ou relacionadas com o conjunto epigráfico da cidade e da região, que pouco interessam por ora ao nosso propósito.

4.4.2.3. Fontes arqueológicas

O contributo dos trabalhos arqueológicos, realizados na cidade desde as décadas de 1980 e 1990, tem vindo a revelar-se essencial para a exumação de progressivas evidências da urbe romana, seu plano e principais edifícios públicos, não obstante a maior parte das intervenções não terem ainda sido objeto de publicação.

As pesquisas de António Rodríguez Colmenero em 1985, pese embora o seu pioneirismo e voluntarismo, limitaram-se, praticamente, a confirmar as origens romanas da cidade. Foram sondados três locais no centro histórico, e em dois deles apareceram estruturas e, aparentemente, depósitos preservados de cronologia romana, nomeadamente na sondagem feita no Jardim do Castelo, a sul da Torre de Menagem, onde foi detetado um tramo de muro romano, classificado como «sem significado especial» (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 36); e também na que foi realizada na Praça da República, onde, sob um pavimento de *opus signinum*, aparentemente tardio, foi identificado outro troço de muro romano (*Idem*: 36-38). A avaliar pelos materiais datados, designadamente os fragmentos de terra sigillata, a cronologia destes vestígios não parece anterior à segunda metade do século I (*Idem*: 23-40).

Mais recentemente vieram a lume diversos estudos, designadamente da autoria dos arqueólogos do município de Chaves, apresentando os dados de diversas intervenções arqueológicas (CARNEIRO, 2003; 2005a; 2005b; 2005c; 2005d; CARNEIRO, LOPES, 2005; LOPES, 2009; 2017), para além de uma ampla bibliografia relacionada com o complexo termal, como se verá. Outros estudos, entretanto, têm vindo a compilar informações resultantes de intervenções arqueológicas feitas na cidade e a propor esquemas e modelos de desenvolvimento urbano (RIBEIRO, 2010; 2012; ALVES, 2015; DOMINGOS, 2016)[628].

Em 2005, Sérgio Carneiro deu a lume os resultados de diversas intervenções feitas no centro histórico de Chaves, destacando-se, no que toca a estruturas, a descoberta de um troço de calçada urbana na Rua da Misericórdia e de restos de um edifício monumental, com grandes blocos de aparelho almofadado, na Rua dos Gatos, que o autor relaciona com a proximidade à área do *forum* (CARNEIRO, 2005b: 62-63). A datação desses contextos arqueológicos, aferida essencialmente pela presença de *terra sigillata* hispânica e sudgálica, não parece recuar, todavia para lá da segunda metade do século I (CARNEIRO; LOPES, 2005; CARNEIRO, 2005c). Como conclusão particularmente relevante destes e de outros trabalhos posteriores, Carneiro regista que

[628] Omitimos neste elenco bibliográfico, por não interessarem a este estudo, as publicações de resultados arqueológicos que apenas apresentam informações para épocas pós-romanas.

> «houve, em inícios do século II d.C., importantes obras de reformulação urbana na cidade. Estas obras teriam tido como motor a construção da ponte, no último quartel do séc. I d.C., e a necessidade de alterar os principais eixos viários daí decorrente.» (CARNEIRO, 2005b: 59).

Porém, não obstante a datação flaviana destes contextos, outras intervenções proporcionaram ruínas e materiais arqueológicos de cronologia anterior, como atrás se explicita.

Também no que respeita à ocupação tardo-romana de *Aquae Flauiae* têm vindo a ser reunidos elementos arqueológicos de grande interesse. Uma escavação feita no Largo das Freiras (Largo General Silveira) em 2000 permitiu identificar três sepulturas de inumação de uma necrópole baixo imperial (uma das duas necrópoles identificadas com segurança na cidade) abertas em níveis de abandono que sugerem uma contração da superfície urbana no século III – situação com paralelos em inúmeras urbes do ocidente do Império e bem assim na Hispânia (GÓMEZ FERNÁNDEZ, 2006) – datando a ocupação anterior do último quartel do século I (CARNEIRO, 2009: 382-383; LOPES, 2009).

A par dos curtos relatórios respeitantes aos trabalhos arqueológicos de 1985 (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 21-40) e outros estudos pontuais, estas intervenções são praticamente as únicas que foram, até à data, objeto de publicação, integrando catálogo de materiais exumados e cronologias. Os repositórios mais completos da atividade arqueológica na cidade devem-se a J. Ribeiro que identificou um total de 62 intervenções ou observações, das quais cerca de 40 evidenciaram estruturas ou espólio de cronologia romana (RIBEIRO, 2010: Anexo I) e, mais recentemente, a M. Alves, que cartografou 70 ocorrências de estruturas de datação romana descobertas em Chaves (Fig. 103), das quais analisa brevemente cerca de duas dezenas (ALVES, 2015: 48ss.).

4.4.2.4. Principais edifícios e urbanismo

A presença em *Aquae Flaviae* dos principais equipamentos públicos que constituem a marca do urbanismo romano foi reconhecida – muito antes do mais recente incremento de escavações arqueológicas – com base em alguns traços de ordenamento e disposição de construções antigas fossilizados no edificado atual ou na dispersão e conteúdo de várias epígrafes (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a; 1998c), admitindo-se desde cedo a identificação da área presumivelmente correspondente à praça foral, e a evidência de templos, termas e recintos para espetáculos, para além de um traçado urbanístico regular delimitado por duas cercas defensivas, uma alto-imperial e outra tardia (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a; 1998c; RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998; NUÑEZ HERNÁNDEZ, 2007: 122-124). Passaremos estes aspetos em revista nos pontos seguintes.

4.4.2.4.1. O centro cívico - forum

A zona onde teria estado situado o *forum* da cidade tem sido habitualmente localizada na Praça Camões, na zona mais elevada da cidade, segundo propostas iniciais de A. Rodríguez Colmenero, baseado essencialmente na identificação nas proximidades de três grandes tambores de coluna e duas conhecidas inscrições votivas, uma dedicada a Júpiter pela *Ordo* ou *Urbs Municipalis* e outra – talvez uma base de estátua – dedicada por um particular à *Concordia* dos munícipes do Município Aquiflaviense (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 69-70). A estes argumentos epigráficos, P. Amaral acrescentou ainda outro monumento, este constituído por uma dedicatória ao imperador Antonino Pio, aparecido na própria Praça de Camões (AMARAL, 1993: 124; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 428-429).

Maiores são as dúvidas, porém, acerca das dimensões e limites do *forum*, não coincidindo a esse respeito as opiniões destes e outros autores, como tem sido observado (RIBEIRO, 2010: 46-47; DOMINGOS, 2016: 31). Algumas descobertas arqueológicas recentes vieram ajudar, não ainda a dilucidar esta questão mas, pelo menos, a confirmar a existência de edifícios monumentais nesta área, como o foi o caso de uma intervenção na Torre de Menagem, onde se detetaram «blocos paralelepipédicos almofadados que teriam pertencido primitivamente a um arco, provavelmente, do pórtico do *forum*» e ainda muros de um conjunto verdadeiramente excecional de um edifício de finais do século I, caracterizado como «extremamente importante», até por estar provido de janelas com vidraças (CARVALHO; BARBOSA, 2007: 67-69) que integraria provavelmente o núcleo foral. A este achado somam-se outras estruturas feitas com silhares almofadados e ainda restos de calçadas, igualmente encontrados nas proximidades da Praça de Camões (RIBEIRO, 2010: 48).

Este conjunto de dados levou J. Ribeiro a propor a hipotética extensão da área foral tendo como centro a referida praça e como limites aproximados o enfiamento da Rua da Trindade (a sudeste), uma linha um pouco a nordeste da Rua Direita (a nordeste), uma linha entre a Rua da Tulha e a Travessa do Município (noroeste) e por fim, a sudoeste um eixo mais ou menos no prolongamento da Rua da Muralha que passaria na retaguarda do edifício onde está instalado o Museu da Região Flaviense, correspondendo a escala de 3:2 módulos[629], como adiante se verá (RIBEIRO, 2010: 79, fig. 16; 2012: 109-110). Margarida Alves, por sua vez, analisou várias possibilidades de modelação do *forum*, concordando com a sua localização na área da atual Praça Camões, mas reconhece não existirem elementos arqueológicos seguros para propor os seus limites (ALVES, 2015: 156-159).

4.4.2.4.2. Edifícios lúdicos

A proposta da existência de um teatro e de um eventual anfiteatro em *Aquae Flaviae*, sendo totalmente plausível em face do estatuto da cidade, assenta basicamente em dois elementos, assinalados por Rodríguez Colmenero e com os quais outros autores têm, no geral, concordado. Aquele investigador começou por chamar a atenção para a ara conservada numa capela de Outeiro Seco, a poucos quilómetros de Chaves, dedicada a Hermes com um epíteto indígena (ERMAE EIDE/VORI, *Erma Eideuor*) por um magistrado de *Aquae Flaviae* que foi flâmine na Citerior, *C. Ceraecius (uel Cexaucus) Fuscus* (CIL, II, 2472; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 107-109; 1998c: 73), personagem evocado também, já como *flamen* provincial, numa dedicatória de Tarragona (CIL, II, 4204; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 270; 1998c: *ibid*.).

A excecionalidade da ara de Outeiro Seco reside no motivo da sua consagração, pois o magistrado aquiflaviense agradece a Hermes o êxito obtido num espetáculo de gladiadores que tinha promovido, evento que naturalmente remete para o contexto urbano (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 180), ainda que possamos admitir que tais espetáculos pudessem, mais ocasionalmente, decorrer em espaços improvisados ou construídos em madeira (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 74; RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998: 787-788). Na verdade, não se reconhece na topografia urbana evidência clara de tal estrutura, nem a investigação arqueológica pôde ainda aportar outros elementos a este respeito.

No que concerne ao teatro, não se conhecem quaisquer elementos documentais, tão só o sugestivo contorno de um quarteirão da cidade, delimitado pela Rua da Muralha, Rua dos

[629] Valor semelhante à proporção do *forum* de Bracara Augusta (RIBEIRO, 2008: 247) ou do flaviano de Conimbriga (ALARCÃO, 2009: II, desenho 209), como lembra M. ALVES (2015: 157).

Açougues, Largo 8 de Julho e a Rua Verde, e situado a cerca de 150 metros para noroeste da Praça de Camões e do suposto *forum*. Tal mancha edificada, singularmente de contorno subcircular e de construção historicamente consolidada, posicionada numa área de encosta propícia à instalação de uma *cauea* (desnível de oito metros entre a Rua da Muralha e o Largo 8 de Julho, a nordeste) tem levado vários investigadores a localizar aí o hipotético teatro (VÁZQUEZ VARELA; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1993: 73; AMARAL, 1993:125). Margarida ALVES, que acrescenta a estas condições favoráveis para a instalação de um teatro naquele local, a própria concordância com os preceitos de Vitrúvio (ALVES, 2015: 159)[630], compara até as medidas do eixo sudeste-noroeste daquele quarteirão com as dimensões do teatro de *Bracara Augusta* (66 e 68,6 metros, respetivamente), mas não deixa de formular algumas dúvidas, apresentando mesmo uma hipótese de localização alternativa, igualmente em um local de topografia conchóidal, situado um pouco a nascente da Praça Camões (ALVES, 2015: 159-161). Mais uma vez, a este propósito, será necessário aguardar que a arqueologia valide ou infirme qualquer das possibilidades de localização desta estrutura que vêm sendo aventadas.

4.4.2.4.3. Termas

A localização do balneário termal romano de Chaves foi desconhecida até aos começos do século XX, se bem que algumas notícias do primeiro terço do século XVIII tenham aludido, com bastante detalhe, à descoberta de tanques e condutas de água quando se procedia à abertura de alicerces para novas construções, designadamente um manuscrito de 1721 – *Notícias geographicas e históricas da província de Trás os Montes*, de autoria de Tomé de Távora e Abreu e do Padre Pedro da Fontoura Carneiro (MACHADO, 1989) – texto de onde Contador de Argote transcreveu passagens acerca das antiguidades romanas de *Aquae Flaviae* (ARGOTE, 1732: 281).

Helena Frade, que pela primeira vez terá valorizado, no plano arqueológico, estas informações setecentistas, lamentava a sua provável destruição (FRADE, 1993: 878); mas, curiosamente, as mesmas não suscitaram a mesma atenção aos arqueólogos responsáveis pela descoberta e estudo do complexo hidrotermal. A equipa liderada por Armando Coelho Ferreira da Silva, que efetivamente descobriu as primeiras ruínas das termas medicinais no Largo do Arrabalde, em 2005, localizou os achados do século XVIII na área do antigo convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição, poucas centenas de metros a Noroeste (SILVA *et al*., 2007: 555); e o arqueólogo municipal Sérgio Carneiro, que prosseguiu as escavações a partir de 2006, indica que aqueles achados terão sido feitos noutros pontos da cidade (CARNEIRO, 2013: 793), nomeadamente junto ao local das termas modernas (CARNEIRO, 2017a: 29). Todavia, como já foi observado (ALVES, 2015: 193-194), as informações de Távora e Abreu e Argote ajustam-se com muita precisão às estruturas arqueológicas entretanto exumadas, como adiante se verá.

Os primeiros vestígios do balneário mineromedicinal foram localizados, a cerca de seis metros de profundidade da cota de circulação atual, em sondagens arqueológicas feitas em 2005 no Largo do Arrabalde (SILVA *et al*., 2007). Resumiam-se, então, a

> «grandes lajes de granito bastante bem faceadas e esquadriadas, com marcas de entalhes para possível suporte de estruturas, em perfeita conexão; quantidades significativas de tijoleiras tombadas, evidenciando uma clara disposição que teria um aspecto funcional dentro do complexo, que ainda não está definido pela escassa área posta a descoberto; algumas tijoleiras assentes sobre *opus signinum* junto às

[630] «Providenciar-se-á também que [o teatro] não receba o ímpeto do sul. Com efeito, quando o sol enche a cávea, o ar fechado dentro, sem ter possibilidade de se renovar, inflama-se, movendo-se sobre si próprio, cresta e queima, ardente, esvaindo a humidade dos corpos. Por essa razão devem ser evitados ao máximo, face a estas coisas, as exposições doentias, e se escolherão as salubres» *(De Architectura,* V, III, 2 – MACIEL, 2006: 48).

> lajes graníticas; pedras que perfaziam alinhamentos; e, ainda, uma nascente de água quente» (*Idem*: 556);

achados traduzidos por «um conjunto de testemunhos que nos permite concluir, com certeza absoluta, que se trata de um complexo termal romano» (*Idem, ibid*.), antevendo mesmo os autores que a importância do achado «talvez nunca tenha sido até agora ultrapassada por qualquer outra intervenção arqueológica, se se vier a confirmar com a escavação em área a importância do complexo termal descoberto» (*Idem*: 555).

Os trabalhos subsequentes, desenvolvidos entre 2006-2008 e 2012-2015, foram liderados por Sérgio Carneiro, que tem vindo a estudar as diferentes dimensões do complexo termal (CARNEIRO, 2013, 2016, 2017a, 2017b, 2017c), um dos mais notáveis e melhor conservados de toda a Hispânia (Fig. 104), presentemente em curso de musealização. Em linhas gerais, as termas medicinais, edificadas junto a uma nascente de águas hidrotermais, ainda ativa, que brotam a 73º, apresentam estruturas arquitetónicas correspondentes a duas fases construtivas principais: uma do século I, representada por alguns pavimentos em *opus signinum* e o alicerce de um muro destruído na segunda fase, esta correspondendo a uma significativa remodelação dos espaços e datada, pelos achados e pelo radiocarbono, de entre finais do século II e começos do III (CARNEIRO, 2016: 289; 2017a: 29). Na última década do século IV, em resultado, certamente, de um terremoto, o edifício colapsou e as altas abóbadas de tijolo sepultaram alguns aquistas que se encontravam na piscina A, mas parte do complexo viria a ser reutilizado entre os séculos V e IX, altura em que foi definitivamente abandonado e até saqueado para reaproveitamento de pedra lavrada (CARNEIRO, 2017b: 65, 67).

O complexo de piscinas alimentadas pelas águas silicatadas é composto por duas grandes piscinas (referenciadas por Sérgio Carneiro pelas letras A e B) rodeadas por oito piscinas de menores dimensões, para além de outros compartimentos, um espaço amplo designado como *palaestra* e um ninfeu (Figs. 105 e 106). Numa descrição muito geral, podemos sintetizar a estrutura do edifício da seguinte maneira. A nascente, foi identificada uma grande sala retangular, com 35 metros de extensão por cinco metros de largura, pavimentada a *opus signinum*, que servia igualmente como entrada para as termas, através de uma escadaria localizada a sul que dava acesso ao arruamento exterior, situado a uma cota três metros superior; embora nomeando este espaço como *palaestra*, Carneiro reconhece as críticas a idêntica interpretação feita para um dos compartimentos do balneário de Lugo (GONZÁLEZ SOUTELO, 2012: 178), admitindo também que aquele espaço pudesse estar ligado a tratamentos mais específicos, considerando o sistema de drenagem que ali foi encontrado (CARNEIRO, 2017b: 70-71).

Avançando para oeste, uma segunda sala (2), com 10 x 15 metros, dava acesso às piscinas A e C (Fig. 105), sendo a piscina A uma das duas maiores, medindo 13,22 x 7,98 metros, com 1,63 metros de profundidade, com seis degraus do lado norte e delimitada por paramentos aparelhados a *opus caementicium* e cantaria de *opus quadratum* nas paredes sul e oeste (CARNEIRO, 2017b: 77-73)[631]. A piscina C, já num terceiro corpo edificado, é constituída por um espaço menor (2,90 x 2,41 m) ao qual se acede por um estreito corredor a partir da piscina A, devendo ter sido usado para banhos de pé (*Idem*: 73-74).

A piscina B – a maior e, no plano estratigráfico, aparentemente a mais antiga do conjunto (CARNEIRO, 2013: 795) – mede 13,98 x 9,02 metros e apresenta duas características

[631] Estas características estão, notavelmente, em conformidade, com as descritas por Contador de Argote, seguindo outras registos da época, que refere o achado de *«hum tanque de sessenta palmos de comprido* [13,2 metros]*, fabricado de cantaria lavrada de huma, e outra parte à escoda com sua escada de seis degraus, ao qual tanque vinha água morna, o que tudo se descobrio na fabrica de diversas obras modernas, e mostra evidentemente, que alli erão os banhos, e que estes erão magníficos»* (ARGOTE, 1732: 281), elementos em tudo coincidentes com a piscina A, como bem observou Margarida ALVES (2015: 189-194).

particulares: é rodeada, por todos os lados, por seis degraus de granito, servindo tanto de acesso como de bancos; e com uma profundidade máxima de 2,05 metros, excessiva para o uso medicinal, revelou um conjunto de suportes de granito, dispostos regularmente na sua base, que suportariam um pavimento – elevando a cota da base para cerca de 1,60 metros (similar à piscina A) e evitando que os pés dos aquistas se queimassem com a água demasiado quente, uma vez que a piscina se encontra imediatamente por cima das nascentes (CARNEIRO, 2017b: 74-75)[632]. Pelo exterior das paredes maiores desta piscina dispõem-se quatro pequenas piscinas individuais com cerca de 4 m^2 cada (D, E, F, G), também com degraus/bancos de um dos lados (*Idem*: 75-6), e a norte mais um conjunto de tanques de pequenas dimensões, os designados pelas letras H e I com quatro metros de extensão e apenas 0,50 m de profundidade (considerados pelo responsável pelas escavações como uma adição posterior à fase II das termas), e a piscina J, de dimensões um pouco maiores e com a particularidade de ostentar uma planta em exedra (*Ibidem*: 76-79).

Do complexo hidrotermal faziam parte ainda outros compartimentos, incluindo um hipocausto (CARNEIRO, 2017a: 36-37; 2017b: 81-84), que nos abstemos de descrever para não alongar demasiado este capítulo, encontrando-se igualmente estudado o sistema de abastecimento e circulação de águas (ainda, em parte, funcional) – centralizado num *castellum aquae* de 4 x 5,90 metros para distribuição da água termomedicinal – e, bem assim, a rede de *cloacae* que drenavam o complexo (CARNEIRO, 2016). Interessa, todavia, fazer referência a uma importante estrutura identificada no conjunto termal, o *nymphaeum* localizado a oeste, junto a outras piscinas que não foram totalmente escavadas (Figuras 105 e 106).

O *nymphaeum* data ainda da fase I (século I), mas foi monumentalizado já na fase construtiva II (finais séc. II – começos séc. III). Ainda que adossado ao complexo termal, constituía um monumento independente, sem acesso por aquele, mas voltado a sul, no sentido da ponte romano e da entrada principal na cidade, visando claramente distinguir as diferentes utilizações, religiosa e medicinal, das águas (CARNEIRO, 2017a: 37, 39). O compartimento, semienterrado (o pavimento envolvente foi levantado num momento posterior) e de planta hemisférica, alberga uma fonte de águas termais monumentalizada, enquadrada por um grande laje granítica, com frontão triangular contendo a representação de uma roseta ou roda solar, que Sérgio Carneiro aproxima, estética e simbolicamente – de modo que nos parece plausível – das «pedras formosas» de muitos balneários castrejos, subentendendo-se as naturais diferenças de contexto nesta eventual *reinterpretatio* (CARNEIRO, 2017a: 37-38; 2017b: 84-87, 90; 2017c: 289-290)[633]. A atribuição da dedicação às Ninfas, entidades tutelares das águas, foi confirmada pela localização no exterior do ninfeu – já em contexto de reuso e desamortização de época tardo-antiga – de duas aras, uma claramente dedicada (NYMPHIS / VAL(erius) SERVATV(s) / VOTVM / SOLVIT / [libens mérito]) e a segunda truncada, mas que S. CARNEIRO (2017b: 88-89) acredita ter a mesma invocação[634].

---

[632] Os mesmos autores setecentistas descrevem um segundo tanque, feito em *«tijollos de argamaça, de quarenta palmos em quadro, tudo muy perfeito, e os tijollos de tal grandeza que passavão de ter dous palmos em coadro»* (ARGOTE, 1732: 281), características que M. ALVES (2015: 193) aproxima das da piscina B, que mede 9,2 metros de largo (menos de 42 palmos), embora os relatos dos achados não permitam interpretar com clareza a contiguidade dos dois tanques (ver nota anterior).

[633] O Autor aproxima mesmo esta laje de frontão triangular de uma outra peça, relativamente similar, reutilizada na capela românica da Granjinha (Valdanta), próxima da cidade de Chaves e da via *Bracara-Asturica*, onde desde há muito foi localizada e escavada uma *uilla* romana (LEMOS, 1988; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 40-42), recentemente objeto de nova intervenção (LOPES, 2017).

[634] Na cidade de Chaves conhecem-se, pelo menos, mais dois monumentos epigráficos dedicados às Ninfas (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 101-103), o que certamente pode relacionar-se com a riqueza aquífera da urbe romana. Aliás, o

Cumpre notar, por fim, que, além da excecionalidade desta estrutura arqueológica, as condições que os contextos arqueológicos foram preservados – em meio húmido e, em parte, selados pelo derrube das abóbodas – possibilitaram a preservação de um igualmente excecional conjunto de amostras botânicas e objetos feitos em madeira e em outros materiais que, noutras circunstâncias não teriam sido conservados (VAZ *et al*., 2016). Correspondendo a área escavada do complexo termal talvez apenas a cerca de metade do edifício original, segundo estimativa do responsável pelas escavações, a sua superfície tem sido avaliada como equivalente a uma proporção entre um terço[635] e um quarto da cidade de *Aquae Flaviae* (CARNEIRO, 2017a: 31), o que à primeira vista pode parecer algo desproporcionado mas expressa bem a importância medicinal e religiosa deste equipamento à escala regional.

4.4.2.4.4. Outras construções, eixos viários e infraestruturas

A par dos edifícios públicos, a arqueologia tem resgatado numerosas ruínas de muros e pavimentos de construções diversas, que aqui não cumpre detalhar, mas que têm servido a vários autores recentes para ensaiarem a orientação e o módulo da planificação urbana de *Aquae Flaviae* (RIBEIRO, 2010; ALVES, 2015), sobretudo quando os trabalhos abrangem superfícies relativamente significativas, como sucedeu nos terrenos das traseiras da Adega Faustino, atrás referidos, situados a pouco mais de uma centena de metros das termas romanas, onde terá sido possível determinar pontualmente «a largura e divisão das ruas, bem como as distâncias a que estavam as casas»[636].

A exiguidade das áreas normalmente intervencionadas não permite ainda aferir, entre o elenco das escavações referenciadas, tipologias residenciais, apontando-se aparentemente algumas zonas urbanas ocupadas por *insulae*, como foi proposto para as ruínas encontradas na Rua do Bispo Idácio (Arquivo Histórico), que atrás referimos (GUEDES, 2012), ou, por exemplo, numa intervenção efetuada num imóvel situado no gaveto entre a Rua Direita e a Ladeira da Brecha, onde apareceu o cunhal de uma construção, de excelente aparelho e pedra de cunhal almofadada, apresentando ainda restos de compartimentação interna, enquanto no exterior se observaram restos de calçada, apontando-se uma ocupação datada do século II para este edifício (SILVA; BARBOSA; CENTENO, 1997)[637]. Mas estamos ainda longe de poder determinar a relação entre este modelo urbano de edificação em altura, mais «popular» e as *domus* de plano itálico, tão comuns, por exemplo, em *Bracara Augusta* (MAGALHÃES, 2010; 2013a; 2013b; 2014)[638]. Não obstante, a observação de bons aparelhos construtivos em *opus quadratum*, não raro com utilização do almofadado, a identificação de fustes de coluna (RIBEIRO, 2010: 57), a evidência pontual de pavimentos em mosaico (CARNEIRO, 2009: 382), a ainda, segundo descoberta recente mas não surpreendente, a ocorrência de *domus* com pinturas murais e termas privadas ou, pelo menos, sistemas próprios de aquecimento de águas, como observado na rua General Sousa Machado, n.º 51 (CARVALHO, 2020), indicam-nos que, a par da arquitetura pública, também a residência privada contaria por certo com exemplares de grande qualidade em *Aquae Flaviae*. Uma intervenção muito recente, num terreno situado entre as ruas da Trindade e de Santo António, revelou o que parece ser uma

culto a estas divindades aquáticas é um dos mais representados no termalismo terapêutico do noroeste em época romana (REDENTOR, 2017b: 472-475).

635 ALVES, 2015: 168, nota 64, citando CARNEIRO, 2008.

636 Sérgio Carneiro, arqueólogo responsável pelos trabalhos, citado por um jornal.

637 Dados recolhidos em ALVES, 2015: 249, nº 3. Uma excelente foto das ruínas deste edifício romano foi publicada, com a devida menção de autoria dos trabalhos, por António RODRÍGUEZ COLMENERO (1998c: 103).

638 *Vd. supra*, ponto 4.3.3.1.7.

área comercial, com compartimentos provavelmente relacionados com *tabernae*, além de importante espólio de época romana (Fig. 107)[639].

O traçado viário da cidade romana tem sido identificado em várias intervenções arqueológicas, como é o caso da Rua da Misericórdia (CARNEIRO, 2005a: 63), na mesma Ladeira da Brecha, na Rua de Cândido Sotto Maior ou, com uma expressão particularmente significativa, na Rua 1º de Dezembro, neste ponto de datação tardo-romana (Fig. 108), um eixo viário de datação antiga mas que poderá ter correspondido à delimitação da cidade no Baixo-Império (RIBEIRO 2010: 61-62, Anexo I, n.^{os} 23 e 56). Em vários casos, a identificação do traçado viário tem também sido feita a partir da localização de restos de estruturas porticadas (*Idem*: 61) e do sistema de abastecimento e escoamento de águas, uma vez que há registo arqueológico da observação de coletores de época antiga em vários pontos da cidade (*Idem:* 61,77; ALVES, 2015: 53, 125, 135), complementando, aliás, relevantes informações de autores antigos (RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998: 791-795).

4.4.2.5. Os limites: necrópoles e muralhas

São diversas as referências a espaços sepulcrais no perímetro urbano de *Aquae Flaviae*, mas apenas duas obtiveram até à data confirmação arqueológica: a situada no Largo General Silveira (Largo das Freiras e aquela que é conhecida como da Pensão Jaime (Rua de Joaquim José Delgado), correspondendo as restantes informações, quer a locais de enterramento aferidos a partir da proximidade de epígrafes funerárias (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 60, 62, *passim*), quer a sepulturas isoladas ou ocasionais (CARNEIRO, 2009: 380-381). A escavação da necrópole da antiga Pensão Jaime[640], cujos resultados se encontram inéditos, era constituída por sepulturas de inumação e incineração, pelo menos em número de sete, aparentemente datáveis do Alto Império, segundo dados disponíveis numa base de dados oficial[641]; a do Largo das Freiras, a que já nos referimos, reduzia-se a três inumações do período tardo-romano (CARNEIRO, 2009). Desta forma, o eventual contributo dos espaços sepulcrais para a definição dos limites da cidade romana é ainda reduzido, não obstante as considerações de Sérgio CARNEIRO (*ibidem*) acerca da retração da área urbana indiciada pela localização da necrópole que escavou.

Os limites alto-imperiais da cidade, objeto de uma primeira proposta de delimitação (RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998: 780), entretanto um pouco afinada em função das descobertas arqueológicas (RIBEIRO, 2010; 2012; ALVES, 2015) não terão sido fortificados, como era comum em muitas cidades da *pax augusta* (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995b: 159) e a total inexistência de vestígios arqueológicos parece confirmar.

Pelo contrário, algumas observações feitas nos paramentos da muralha medieval, cuja construção datará da segunda metade do século XIII (DIAS, 1990: 29), permitiram detetar na base do pano da cerca na Rua das Manas, silhares almofadados, alguns com marcas de *forfex* que RODRÍGUEZ COLMENERO (1998c: 60-62) interpretou como a eventual fundação de uma estrutura defensiva da segunda metade do séc. III. Do mesmo modo, numa intervenção arqueológica feita no Baluarte do Castelo apareceu um muro espesso, com 2,80 metros de largura máxima, igualmente provido de silhares almofadados e com as mesmas marcas

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

639 Intervenção dirigida por João Ribeiro (Archeo3D). Informações obtidas na imprensa local. Veja-se https://www.facebook.com/watch/?v=627205531567730.

640 Atual Hotel AJ, na Rua Joaquim José Delgado.

641 Portal do Arqueólogo: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=58305. Cfr.também RIBEIRO, 2010: Anexo I, n.º 47.

construtivas, que os autores da escavação dataram de finais do séc. III ou inícios do seguinte, relacionando também a estrutura com a muralha baixo imperial (CARVALHO; BARBOSA, 2007: 77). Estes elementos, reavaliados, em concordância, por outros estudos (ALVES, 2015: 103, 109), sugerem, assim, que a excecionalidade do traçado da cerca defensiva medieva possa resultar do reaproveitamento das fundações do muro do Baixo Império (DOMINGOS, 2016: 79).

4.4.2.6. O desenho urbano

Os vestígios de um traçado regular, hipodâmico, de origem romana, fossilizados no urbanismo mais antigo de Chaves foram desde há muito notados por diversos estudiosos (MONTALVÃO, 1972; ALARCÃO, 1983: 103; 1988: 6, 1/116), e o urbanismo da cidade começa, finalmente, a deixar de ser totalmente desconhecido, como há menos de duas décadas afirmava J. ALARCÃO (1993: 219) – sendo, porventura, necessário, nessa época, recorrer à «imaginação» para a sua reconstrução (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 137) – para autorizar-nos, pelo menos, uma visão de conjunto em termos de ordenamento urbano, graças em particular, ultimamente, ao desenvolvimento de diversos trabalhos académicos (RIBEIRO, 2010; 2012; ALVES, 2015; DOMINGOS, 2016).

Na verdade, os planos arquitetónicos decorrentes de algumas intervenções arqueológicas efetuadas nos últimos anos, apesar de ainda escassos, possibilitam – em especial quando correspondem a ângulos de edifícios romanos ou identificam eixos viários – ensaiar algumas hipóteses de alinhamentos principais e modulação da cidade antiga, esforço iniciado ainda nas últimas décadas do século passado por alguns autores (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c; AMARAL, 1993) mas sem os dados arqueográficos e as ferramentas de desenho de que agora se dispõe (Fig. 109).

No que respeita aos principais eixos orientadores da planificação urbana, todos os autores que temos vindo a citar concordam em atribui-los à Rua da Trindade e à Rua Direita, as mais largas (RIBEIRO, 2010: 78; 2012: 108) e, ainda hoje, estruturantes do centro histórico de Chaves, correspondendo a primeira ao *cardo* e a segunda ao *decumanus* máximos. Estabelecida assim a orientação sudoeste-nordeste de *Aquae Flaviae*, teríamos o *cardo maximus* pontuado, em cada um dos seus extremos, pelas únicas necrópoles identificadas com segurança na cidade e o *decumanu*s principal com acesso direto à ponte de Trajano (*Idem, ibid*.) e à via para *Asturica Augusta*.

A partir destes eixos maiores, que contornariam o *forum* pelos lados sudeste e nordeste, o mesmo autor, a partir da implantação das ruínas romanas e dos seus principais alinhamentos, propõe a distribuição do espaço urbano em *insulae* de 127 por 120 *pes* (37 x 30 metros, considerando a medida do *pes* como 0,296 m), como pode ver-se na Figura 110; tendo mesmo sido possível a João Ribeiro identificar um quarteirão moderno da cidade – delimitado pela Rua de Santa Maria[642], Travessa General Sousa Machado, Rua General Sousa Machado e Postigo das Caldas – perfeitamente coincidente com o módulo proposto e que assim interpreta como uma «*insula* fossilizada» no plano atual (RIBEIRO, 2010: 77-78; Apêndices I-2 e I-9; RIBEIRO, 2012: 108).

A proposta de malha urbana apresentada por João Domingos (2016), assente igualmente na implantação de determinadas ruínas romanas mas não fundamentada nos critérios métricos, segue aparentemente o módulo de J. Ribeiro (DOMINGOS, 2016: 30-31, Anexo II.A.1). Margarida Alves, porém, aprofundando a análise do tema de acordo com princípios e métodos da arquitetura, parte do mesmo sistema axial – mas agora articulado com a topografia da

[642] E não Santa Catarina, como por gralha se diz em RIBEIRO, 2012: 108.

cidade e a orientação das ruínas mais expressivas (ALVES, 2015: 81-84) – para chegar a um resultado à primeira vista semelhante ao de Ribeiro, mas com a diferença, essencial a nosso ver, de incluir na proposta de ordenamento as larguras das vias. Calculando o *pes* utilizado a partir das medidas da piscina A do balneário do Arrabalde (do que resultou um valor de 0,2963 metros)[643], a autora testou a mesma métrica num conjunto de ruínas romanas exumadas nas escavações (*Idem*: 117ss.), ensaiando várias possibilidades, calibrando coincidências e desfasamentos, até chegar a uma proposta de modulação (Fig. 111) pelo recurso a uma

> «grelha hipodâmica constante de 120 *pes* – um *actus* – ao eixo das vias, excepcionado na pendente Norte da colina do centro histórico, por uma faixa de dois módulos de 130 ou 135 *pes* internos, 152,5 ou 147,5 *pes* ao eixo, respectivamente. Esta excepção seria balizada, a Norte e a Sul, pelo *decumanus maximus* e por um *decumanus minoris*, ambos de quatro *passus* de largura» (ALVES, 2015: 143)[644].

A alteração pontual do módulo ou da sua orientação, resultante da necessidade de adaptações topográficas (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1995: 158), observa-se com frequência em outras cidades romanas, como é o caso bem conhecido de Conimbriga (CORREIA; ALARCÃO, 2008: Est. VIII a X), não surpreendendo por isso que possa verificar-se em *Aquae Flaviae*. M. Alves analisa ainda outras aparentes adaptações pontuais, porventura conservadas em alguns dos edifícios históricos da cidade (*Idem*: 149ss), sendo todavia o caso mais notório o das próprias termas mineromedicinais do Arrabalde, de orientação e escala divergentes do módulo comum, considerando a mesma autora que na verdade este equipamento seria exterior à zona planificada da cidade, estando a sua localização relacionada quer com a ponte de Trajano, quer com eventuais condicionantes relacionadas com as nascentes hidrotermais ou mesmo de ordem sagrada (ALVES, 2015: 171-175).

Como corolário desta análise do sítio e da cidade de *Aquae Flaviae*, M. Alves estima entre 20 e 25 hectares a área da urbe durante o Alto Império, superfície equivalente à de *Tongobriga*, por exemplo[645], ou de cidades da Lusitânia como Conimbriga, com 22 ha (CORREIA, 2010: 245), ou Ammaia, com 21 ha (SANTOS, 2019: 62)[646], mas naturalmente inferior em dimensão às capitais conventuais.

4.4.2.7. O *territorium* aquiflaviense

O conhecimento da região envolvente mais imediata à cidade romana, nomeadamente a fértil veiga agrícola do Tâmega, tem beneficiado do estudo de numerosos achados epigráficos (AMARAL, 1993; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a), mas menos de carácter mais especificamente arqueológico (TEIXEIRA, 1996; AMARAL; TEIXEIRA, 1999), reduzindo-se as escavações praticamente à *uilla* localizada na Granjinha (LEMOS,

[643] Poderíamos questionar este método, considerando a diferença cronológica do balneário em relação a outras ruínas de *Aquae Flaviae*. A regularidade observada na maior parte dos casos, tanto em *pes* como em *passus*, sugere, porém, que a mesma métrica terá sido usada na cidade romana ao longo da sua existência.

[644] Medida-padrão similar à malha urbana de Bracara Augusta, embora aqui o módulo seja de 150 *pes* ao eixo da via, do que resulta um *actus* (120 *pes*) por *insula* (CARVALHO, 2016b: 292, nota 2).

[645] Núcleo urbano que, todavia, tem as suas particularidades, como se verá em capítulo próprio.

[646] Ou entre 22 e 30 hectares, segundo nos informa uma base de dados oficial (http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69711), consultada a 15.08.2020.

1988; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 40-42; LOPES, 2017) e à barragem romana da Abobeleira.

A importante estrutura de captação de água da Abobeleira, situada sobre o ribeiro de Sanjurge ou Rivelas, a apenas 2,5 quilómetros a noroeste de Chaves – cidade que abastecia em época romana – foi descoberta nos inícios do século XX (VASCONCELOS, 1917), mas só na década de 1980 seria objeto de escavações arqueológicas (ALFENIM, 1992; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 42-49; RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998).

A estrutura é constituída por um dique de contenção das águas, composto por seis muros paralelos em *opus incertum*, cortados transversalmente por outros muros, com os vãos preenchidos por pedra argamassada, que atinge os 11 metros de espessura na sua base (ALFENIM, 1992: 93-94). O paredão, de que só restam atualmente os encontros em ambas as margens, teria durante a sua utilização 78,5 metros de extensão por cerca de 16 metros de altura. Vêem-se ainda, a jusante, vestígios do aqueduto que conduzia a água até à cidade romana e cujo traçado foi mesmo prospetado, com dois traçados alternativos na aproximação ao núcleo urbano (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 78-90; RODRÍGUEZ COLMENERO; ALCORTA IRASTORZA, 1998: 800-806). Sendo uma das mais imponentes barragens romanas do território português, esta obra de engenharia hidráulica datará ainda do século I, considerando alguns detalhes construtivos observados nas escavações (ALFENIM, 1992: 94, 97).

Por fim, merecem nota as propostas de ordenamento do território da *ciuitas* envolvente à cidade. Rodríguez Colmenero foi o primeiro a detetar um conjunto de regularidades cadastrais que interpretou como vestígios de *centuriato*, adotando o *actus* de 35,52 metros (120 *pes monetalis*), mas com alguma variabilidade de modulação em certas áreas (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c: 125-133). Retomando esta pesquisa, M. Alves analisou a cartografia regional e ortofotos, assinalando acidentes topográficos, linhas de água, caminhos e núcleos habitados antigos e outras evidências mas, sobretudo, munida do exercício de modulação que produzira para a cidade romana. Assim, estabeleceu uma malha de centuriação de 711,120 metros de lado[647] e prolongou os eixos da cidade para a região, logrando obter uma coincidência notável entre esta grelha e a rede de caminhos mais arcaicos (ALVES, 2015: 208-220), ensaio que também aprofundou para alguns dos povoados da veiga flaviense, com resultados igualmente promissores (*Idem*: 221-227). Desta forma, julgamos que o trabalho desta autora (Fig. 112) confirmou plenamente a proposta de um ordenamento territorial romano que se presumia apenas bem documentado na área de *Bracara Augusta* (CARVALHO, 2017)[648].

4.5. A «ROMANIZAÇÃO» DE UM CASTRO: *TONGOBRIGA*

O sítio de *Tongobriga* apresenta particular importância para o estudo das dinâmicas de ocupação e reorganização da rede de povoamento da Galécia meridional. Desde logo, pela sua singularidade. *Tongobriga* não foi uma cidade fundada *ex nihilo* como *Bracara* ou *Aquae Flauiae*, nem um povoado «castrejo» estabelecido igualmente de raiz, já em época romana, como Monte Mozinho. Trata-se de um castro autóctone, fortificado, de maior antiguidade que a que lhe era tradicionalmente atribuída e com algumas características particulares, que foi objeto de um significativo processo de reordenamento urbanístico, que incluiu que o aglomerado fosse dotado de equipamentos urbanos inusuais, como termas públicas.

[647] Medida equivalente aos 20 *actus quadratus* convencionais, considerando a medida do *actus* como 35,556 metros, segundo os cálculos efetuados para a cidade pela mesma autora.

[648] *Vd. supra*, ponto 4.3.3.1.9.

Quarenta anos de trabalhos arqueológicos permitiram reunir volumosa informação arqueológica e construir uma *narrativa* essencial sobre a natureza do sítio arqueológico (DIAS, 1997; 1999a; 2011a; 2013a; 2015b; 2018; ROCHA, DIAS, ALARCÃO, 2015). Mas, como sucede com muitas narrativas, e é próprio do processo científico, o exame crítico e reavaliação dos dados arqueológicos trouxe à discussão os fundamentos de algumas das teses tidas como seguras, equacionando aspetos nucleares do povoado de *Tongobriga* e propondo novos modelos interpretativos (LIMA, 2015; 2017c; 2020a; LIMA, MENCHON I BES, 2018; LIMA *et al.*, 2020), como aliás se dá conta em recente publicação de síntese (SEBASTIAN; LIMA, 2020)[649].

4.5.1. História da investigação

Remontam ao século XVIII as primeiras notícias que reconhecem o interesse arqueológico das ruínas e outros vestígios existentes na pequena aldeia do Freixo, em Marco de Canaveses (DIAS, 1997: 25-28; DIAS; SOARES, 1999: 9-11[650]). Todavia, foi apenas nas últimas décadas do século XIX, acompanhando o próprio estabelecimento da ciência arqueológica no norte do País, que começaram a ser valorizados alguns desses achados, designadamente as epígrafes, bem como as ruínas, então ainda bastante visíveis, do que restava do edifício das termas, cuja memória a população local conservava pela designação de «mesquita» ou «capela dos mouros».

Martins Sarmento[651], responsável pelas primeiras escavações em castros e citânias, integrou o lugar de Freixo no roteiro das visitas de prospeção e reconhecimento que fez na região do Entre-Douro-e-Minho, tendo sido o primeiro a noticiar – agora à luz de maior preparação e aparato científico – diversos achados arqueológicos, entre os quais algumas inscrições, designadamente uma ara em granito, que em 1882 encontrou reutilizada num poço do lugar, monumento dedicado a uma deidade identificada como *[G]enio [T]ongobr[i]censium* (SARMENTO, 1884a: 70, 105; 1999: 246)[652], desvendando assim o nome da antiga povoação[653]. Entre outras ruínas identificaram-se então tramos da muralha do povoado e diversos objetos romanos da Idade do Ferro, não levantando dúvidas a Martins Sarmento a caracterização do sítio como um castro ou citânia, onde sobrevivia então a aldeia do Freixo, ocupando «o primeiro recinto de muralha d'uma briga, egual a centenas de outras, que coroavam os altos do nosso paíz» (SARMENTO 1887: 236), posição assumida também por José Leite de Vasconcelos e outros arqueólogos e estudiosos que desde então e ao longo do século XX se referiram às antiguidades do Freixo (DIAS; SOARES, 1999: 14-62).

---

[649] Publicação na qual, aliás, tivemos ensejo de participar (SILVA, 2020c), desenvolvendo então uma estrutura discursiva em parte replicada neste capítulo. Pode igualmente consultar-se, para uma perspetiva crítica mais abrangente, SILVA, 2020d.

[650] Para não multiplicar, desnecessariamente, as referências bibliográficas, remetemos para esta compilação a indicação de muitas notícias respeitantes à historiografia e aos avanços das escavações no sítio arqueológico.

[651] Francisco Martins Sarmento (1833-1899) foi um dos fundadores da arqueologia portuguesa. Com as suas escavações na citânia de Briteiros (desde 1875) e posteriormente no castro de Sabroso (1878), ambos no concelho de Guimarães, acompanhadas de numerosos estudos, inaugurou os estudos da "cultura castreja" da Idade do Ferro no norte de Portugal (cfr. SAMPAIO *et al*., 1998).

[652] *HAE, ILER*, 567. Reproduzimos a leitura de Armando Redentor, que resenha as fontes e leituras anteriores (REDENTOR, 2017a, II: 97-98, n.º 114).

[653] Com o mesmo local poderá relacionar-se talvez o topónimo *Tuntobriga* mencionado por Claudio Ptolemeu (*Geog*., II, 6,8), não obstante as imprecisões de localização inerentes àquela obra; já a aproximação com a cidade de *Tonobrica/Tenobrica* que consta da listagem do Anónimo de Ravena (*Rav. Cosm*., IV, 43, 14, cfr. ROLDÁN HERVÁS, 1975: 124), sugerida por J. Leite de VASCONCELOS (1905a: 196, nota 3) e mais recentemente admitida por OLIVARES PEDREÑO (1999: 331; 2000: 226), será certamente equívoca – não discutindo sequer a questão linguística (cfr. REDENTOR, 2017a, I: 81) – atendendo à sua comum localização em território cântabro, *iuxta Oceanum*, segundo aquele mesmo itinerário (CURCHIN, 2007: 15).

Porém, só no ano de 1980 tiveram lugar as primeiras escavações, dirigidas por Lino Tavares Dias, arqueólogo que desde essa data até 2013 conduziu o projeto de pesquisa sedeado naquele sítio arqueológico[654]. O programa de investigação foi rapidamente acompanhado por ações de salvaguarda e valorização, com uma equipa permanente de investigação, tendo o sítio sido classificado como Monumento Nacional, definindo-se, por diploma legal, a "Área Arqueológica do Freixo" em 1986. Entretanto, foram preparados espaços para estudo, depósitos para os materiais arqueológicos e áreas de acolhimento de visitantes; posteriormente (1990), ali foi instalada uma escola profissional de arqueologia (DIAS, 2000; 2007; 2008; 2020), se bem que apenas mais recentemente, no ano de 2016, tenha sido inaugurada a exposição permanente (LIMA; ARAÚJO, 2019) e acrescentada significativamente a oferta pedagógica e promocional da estação arqueológica (LIMA, 2015; 2016, LIMA, MENCHON I BES, 2018)[655].

Os trabalhos de arqueologia iniciaram-se pela área das termas e, rapidamente, as notícias de imprensa e os primeiros artigos científicos deram conta da monumentalidade das ruínas (DIAS, 1984a), levando a que, logo em 1984, viesse a público a primeira planta, naturalmente ainda esquemática, das construções termais (DIAS, 1984b). Nesses primeiros tempos, não se percebia ainda se esse complexo balnear se articulava com qualquer *uilla* romana ou se, pelo contrário, fazia parte de uma «maior povoação» (DIAS; SOARES, 1999: 79-80), mas logo em 1983, tendo-se entretanto alargado as escavações às áreas habitacionais e à zona da necrópole, identificava-se no Freixo uma «cidade romana», nascida de um «castro romanizado» e distribuída por uma área superior a 30 ha (*Idem*: 91, 96-7, 101-2, 104). Em 1985 noticia-se a realização de sondagens num espaço aberto e amplo, então qualificado com a expressão «praça pública», mas que já em 1988 seria identificado como um *forum* (*Ibidem*: 129, 140); no ano seguinte, com base na análise de elementos topográficos e de fotografias aéreas, sugere-se a existência de um teatro (DIAS, 1989: 144), métodos que conduziriam Lino Dias, anos volvidos, a identificar a possível localização de um circo nas proximidades do aglomerado urbano (DIAS, 1997: 32; DIAS; SOARES, 1999: 191).

Os resultados e conclusões desta primeira década e meia de investigação arqueológica em *Tongobriga* foram sintetizados na tese de doutoramento de Lino T. Dias, apresentada à Universidade do Porto em 1995 e publicada dois anos depois (DIAS, 1997), tendo fundamentado uma sólida imagem do sítio arqueológico, divulgada em largas dezenas de publicações e conferências[656], que só nos últimos anos começou a ser cientificamente questionada. Nos finais da década de 1990, cristalizou-se, assim, uma particular *imago urbi* – cujos contornos melhor se perceberão nos pontos seguintes – naturalmente acolhida como narrativa perene em diversos estudos de conjunto (NUÑEZ HERNÁNDEZ; CURCHIN, 2007d).

De um segundo ciclo de investigações em *Tongobriga* (1997-2013), ainda sob direção de Lino Tavares Dias, não resultou praticamente qualquer publicação com novos dados arqueológicos, exceção feita aos resultados das escavações feitas no interior e na envolvente da igreja de Santa Maria do Freixo, que expuseram restos de um edifício tardo-antigo, provavelmente adaptado a basílica, com importantes restos de pavimentos com mosaicos

[654] Cfr. DIAS, 1997; DIAS; SOARES, 1999; LIMA, 2013 e LIMA; MENCHON I BES, 2018 para uma bibliografia exaustiva do sítio arqueológico; e LIMA, 2013 para uma cronologia das principais descobertas, interpretações e fases da investigação sobre *Tongobriga*.

[655] Consulte-se, para uma perspetiva geral das várias dimensões do projeto e dos aspetos de formação e mediação cultural, a recente obra coletiva SEBASTIAN; LIMA, 2020.

[656] *Vd*. SEBASTIAN; LIMA, 2020 para completa compilação bibliográfica. Não abordaremos aqui, por não interessarem ao estudo, as publicações respeitantes a aspetos de gestão, salvaguarda, valorização ou aos serviços entretanto instalados na Área Arqueológica do Freixo, sobre o que poderão consultar-se alguns trabalhos de Lino DIAS (2003, 2008 e 2020).

policromos (LIMA, 2012). Porém, diversos trabalhos de Lino Dias continuam a enfatizar a dimensão e o estatuto urbano da cidade – com natural destaque para o *forum* (DIAS, 1999d) – mas também analisada no âmbito das novas fundações urbanas no norte da Tarraconense (DIAS, 1999a: 102; 2010; 2012) e, em particular no tecido do povoamento da região duriense (DIAS, 1996a; 2006; 2013a; 2013b).

Sob a liderança científica de Lino Tavares Dias (1980-2013), realizaram-se escavações arqueológicas em *Tongobriga*, pelo menos, nos anos de 1980 a 1986, 1988 e 1997 a 2003, para além de trabalhos de conservação e valorização. Entre 2004 e 2009, os trabalhos de campo foram executados no âmbito de um projeto de investigação desenvolvido em colaboração com a Brown University (Rhode Island, EUA) e outras entidades, que implicou escavações entre 2004 e 2007, cujos resultados se encontram parcialmente publicados (WINKES; THOMAS; URBANUS, s.d.; WINKES, 2020; WINKES, DEREE, URBANUS, 2020)[657]. Por fim, mais recentemente, a coordenação da Estação Arqueológica do Freixo esteve a cargo de António M. C. Lima entre 2014 e 2019, tendo-se desenvolvido novo programa de investigação (LIMA, 2013) e executado campanhas de escavação em 2014 e 2015, para além da publicação de estudos de grande relevância para a discussão e conhecimento do sítio, como adiante veremos (LIMA, 2015; 2016; 2017a; 2017b; 2017c; 2020a; 2020b; LIMA *et al*., 2020)[658].

Desta maneira, os tópicos apresentados nos pontos seguintes, assentam principalmente nos estudos de L. Dias (1997 e posteriores), confrontados ou discutidos à luz dos novos contributos já mencionados. Contrariamente ao que fizemos em pontos similares, deixaremos para a parte final as questões relacionadas com as origens e cronologia do núcleo urbanizado.

4.5.2. O complexo termal

Tratando-se do edifício pelo qual começou a moderna pesquisa arqueológica em *Tongobriga*, sustentando, desde logo, as primeiras propostas sobre a natureza e monumentalidade do sítio, damos-lhe também prioridade neste roteiro expositivo.

No primeiro estudo de fundo sobre a estação arqueológica (DIAS, 1997) apresenta-se, igualmente pela primeira vez, o registo integral, com planimetria, cortes e alçados, decorrente da escavação do edifício para banhos (Figuras 113 e 117), interpretado funcional e cronologicamente; incluindo a construção semi-hipogeia da «sauna» castreja, do tipo corrente em castros da região, estrutura que fora exumada em 1984 (Fig. 116). Não interessando, por ora, outros detalhes descritivos, L. Dias informava então não poder precisar a época em que terá sido construído o dispositivo balnear indígena, que teria sido utilizado, na sua perspetiva, «até ao último quartel do séc. I d.C.» (DIAS, 1997: 33-34, *passim*).

No que toca, mais propriamente, às termas (Figs. 117 e 118), cuja planta geral Lino Dias sugere mesmo estar próxima de alguns modelos pré-augustanos (DIAS, 1997: 35), o autor estrutura o seu desenvolvimento de acordo com três fases edilícias. Num primeiro momento construtivo (*Termas I*), datado do período dos imperadores flávios, pós-Vespasiano, o complexo para banhos ocuparia uma superfície total de 911 m^2, dos quais 317m^2 cobertos, integrando áreas funcionais distribuídas pelo *apodyterium*, *frigidarium*, *tepidarium* e *caldarium*, a que acrescia uma *palestra* e as competentes áreas técnicas; numa fase seguinte (*Termas II*), balizada pelo mesmo investigador entre meados e a segunda metade do século II, ter-se-ão verificado significativas ampliações e modificações no complexo termal,

[657] Pode também consultar-se, em linha, um relatório bastante ilustrado destes trabalhos em https://www.brown.edu/Departments/Joukowsky_Institute/fieldwork/tongobrigaexcavations.

[658] Veja-se também SILVA, 2020d para uma perspetiva abrangente do processo de investigação em Tongobriga nestas últimas quatro décadas.

nomeadamente pelo arranjo de um espaço aberto, provido de uma *natatio*; finalmente, já na segunda metade do século IV, uma fase construtiva final (*Termas III*) seria assinalada pela edificação de um segundo *caldarium*, a par de alterações arquitetónicas de menor expressão (DIAS, 1997: 35-43; 1999c: 762).

O complexo termal de *Tongobriga* não voltou a ser objeto de escavações arqueológicas após os trabalhos de Lino Dias. Não obstante, a revisão dos dados desses trabalhos, a par de outras escavações, estudos e levantamentos[659] realizados entretanto, suscitaram a António Lima oportunidade para importantes atualizações e propostas alternativas. Para além de algumas divergências com a interpretação anterior respeitantes à organização e faseamento das termas, o contributo de A. Lima que entendemos como mais relevante tem a ver com a própria inserção do complexo de banhos na estrutura urbana de *Tongobriga* e a relação dessa mesma estrutura com o balneário castrejo que lhe está adossado e o *forum* adjacente (LIMA, 2020a).

Em relação, especificamente, ao edifício das termas, A. Lima não tem informações que coloquem em causa a cronologia flávia da sua edificação, mas discorda de Lino Dias na perceção do faseamento construtivo posterior, entendendo que, não obstante observarem-se alterações arquitetónicas em dados momentos, o corpo construído manteve-se mais homogéneo do que o proposto por Dias ao longo da vida do Império (LIMA, 2020a: 539-541)[660]; ao mesmo tempo, detetou que o encerramento das funções balneares no século IV, em resultado do abatimento parcial da cobertura abobadada, não significou o abandono do imóvel, provavelmente utililizado depois, ao longo da Idade Média, como templo cristão (*Idem*: 541-542).

Mais importantes, para o nosso propósito, são as considerações deste autor sobre a relação do edifício termal com a sauna castreja, defendendo Lima – ao contrário de Lino Dias, que propôs que os banhos indígenas não teriam sobrevivido à edificação das termas «romanas», tendo sido mesmo entaipados (DIAS, 1997: 33-34) – não só a sua perduração como, *inclusive*, a sua utilização, certamente com finalidade diversa, na tardo-antiguidade, se bem que o registo arqueológico seja avaro de indícios a esse respeito (LIMA, 2020a: 541).

No que respeita à articulação e relativa coetaneidade entre as termas e o *forum* (Fig. 118), A. Lima inverte o sentido da posição defendida por Lino Dias, que sempre sustentou que a construção balnear seria um pouco anterior à da praça foral (DIAS, 1999b: 283; 2003: 17); por sua vez, Lima determinou, por um lado, que ambos os equipamentos urbanos se encontram em posição exterior à muralha perimetral que rodeava o povoado castrejo; e que a grande praça, entendida agora como um *forum pecuário* de raízes pré-romanas, antecederá – não necessariamente na forma arquitetónica atual – o complexo termal de estrutura clássica (LIMA, 2020a: 532, 534).

4.5.3. O *forum* e outros edifícios do «centro cívico»

No mesmo trabalho que vimos compulsando (DIAS, 1997) descreve-se, pela primeira vez na totalidade, a ampla área aberta interpretada como um *forum*, (Fig. 119) desenhando um retângulo com 139 metros de eixo maior por 68,5 metros de largura, de acordo com o modelo

[659] Entre estes levantamentos deve incluir-se, pelo detalhado esforço de reconstituição tridimensional que implicou, com natural vantagem para a interpretação arqueológica, o trabalho relacionado com a produção de conteúdos de divulgação sobre o sítio, que implicou reconstituições axonométricas dos principais edifícios, a recriação gráfica do próprio povoado (LIMA, 2015; LIMA E MENCHON I BES, 2018) e uma produção cinematográfica documental, realizado pela produtora espanhola Digiavision, em 2018, *Tongobriga: o espírito do lugar* (*Trailer* disponível em https://www.youtube.com/watch?v=y2PHFV6fDQ4)

[660] Dispensamo-nos de entrar em detalhes sobre este assunto, devidamente exposto na bibliografia citada e que em nada interessa ao nosso estudo.

de Vitrúvio, localizando-se a estrutura em espaço definido como «algo periférico dos núcleos habitacionais» (DIAS, 1997: 65).

Em análise mais circunstanciada, Dias refere que a praça foral (Fig. 118) seria atravessada transversalmente (sensivelmente de sul-sudeste para nor-noroeste) por uma das vias de entrada na cidade, correspondendo ao *cardo maximus* (*Idem, ibid.*). Pelo menos um dos lados maiores, a sul, teria sido – seguindo o autor – provido de um pórtico, com a colunata espaçada 15 pés romanos (4,40 metros), mencionando-se ainda outros equipamentos públicos, designadamente uma «basílica» e, do lado poente do *forum*, apoiado sobre um *podium*, um templo de ordem clássica (*Idem, ibidem*). Entre outros pormenores, que não importa por ora citar, o mesmo autor sublinha a evidência, ao longo do muro que limita o *forum* pela banda norte, de três anexos de tipo absidal, sensivelmente equidistantes, um central de planta retangular e dois laterais, de recorte semicircular, destacando-se a eventual razão religiosa de um deles, uma vez que aí se descobriu uma ara granítica, inscrita nas suas quatro faces e dedicada às Madres (*Matribus Diuis*), ainda com restos de turíbulo de prata encastoado no topo[661], em contexto arqueológico assinalado pela presença de cinzas, sugerindo assim a prática de algum tipo de ritual religioso (*Ibidem*: 28, n.º 4 e 66).

Os traços da existência de um templo foram reconhecidos, no mesmo trabalho que vimos citando, graças à localização de um conjunto de pedras molduradas (Fig. 120) – que foram encontradas nas proximidades, sem contexto arqueológico, em consequência dos trabalhos agrícolas a que o terreno foi dedicado por muito tempo – que fariam parte de um *podium* ou embasamento lavrado, com cinco metros por quatro metros de lado. A este monumento poderiam ainda ter pertencido, segundo Lino Tavares Dias, diversos fragmentos de fustes canelados e capitéis jónicos, achados também sem contexto por toda a área arqueológica e imediações (DIAS, 1997: 67). Tendo entretanto sido objeto de escavação a área onde se presumia ter sido fundado o templo, o mesmo autor informa que esses trabalhos terão evidenciado sinais da «implantação do grande *podium* [não o anteriormente referido] desmontado pelo lavrador em 1977», testemunhos que, todavia, não ilustra por desenho ou fotografia (*Idem, ibidem*).

Por fim, no atinente ao espaço considerado como uma hipotética basílica, que está localizado a nascente, como se fora uma espécie de antecâmara do *forum* (Fig. 118), Lino Dias sempre manifestou dúvidas de interpretação substanciais, bem apercebidas pelas diversas menções aquela área: «apesar das reduzidas evidências arqueológicas que provem que as estruturas (…) escavadas sejam de uma basílica, julgamos que esta limitaria o *forum* no lado Este» (DIAS, 1997: 65); referindo, na mesma passagem, a «probabilidade» do «edifício que identificámos como eventual basílica, ou como espaço comercial (…) ter sido um espaço de 36,25m de comprimento e 26 de largura», definido interiormente por «nave central com 18 metros de largura e duas laterais de cerca de 6m», reconhecendo ainda, no mesmo texto, que pusera em paralelo esse edifício, pela sua irregularidade, com a planta de uma construção «identificado em *Clunia* como basílica, depois como *domus* e mais recentemente como *macellum*» (*Idem*: 66[662]). Mais à frente, ao descrever a estratigrafia arqueológica daquela área, volta a indicar o «edifício que poderá ter sido uma basílica ou, em alternativa, um espaço com fins comerciais», cuja construção, não obstante, datou no século II, correspondente à sua fase 4 de ocupação do sítio arqueológico, como veremos (*Idem*: 75)[663].

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[661] *Hep*, 7, 1195; 10, 741. REDENTOR, 2017a, II: 89, n.º 101.

[662] Citando, a propósito do edifício de *Clunia*, PALOL, 1990.

[663] Em abono desta interpretação, Lino Tavares Dias sugere mesmo que possam estar relacionadas com este espaço um conjunto de *tegulae* ostentando a marca *ST*, que considera como eventual abreviatura de um *senatus* de Tongobriga, (DIAS, 2016: 66-67) colocando assim a hipótese do edifício que poderá ter existido naquele local ter servido,

O ideal de centro cívico de uma cidade romana terá sido concretizado em *Tongobriga*, segundo Dias, pelo complexo foral, devidamente equipado, de acordo com os modelos mais canónicos, com um templo e uma basílica, não obstante as dúvidas expressas em relação à última. A completar o quadro, sugeriu-se ainda a existência de um teatro, a cujos restos poderia atribuir-se uma certa descontinuidade topográfica no alinhamento para NO. do *cardo maximus* que atravessava o *fórum*; e, do mesmo modo, a observação topográfica e de fotografia aérea antiga permitiu ao mesmo autor propor a possibilidade de *Tongobriga* ter também sido dotada com um circo (DIAS, 1999c: 766, *passim*).

A perceção, por parte de Lino Dias, de elementos de proporcionalidade arquitetónica e, eventualmente, da aplicação de princípios de ordenamento urbano regular, observáveis, em especial na área do *forum* (DIAS, 1999d), mas também em outras áreas do povoado, como explicitaremos mais adiante, ganhou excecional aprofundamento de análise através da colaboração interdisciplinar com especialistas em arquitetura[664], designadamente Charles Rocha. Deste modo, voltando-se para o centro cívico da cidade, cuja reconstituição conjetural, aliás, esteve na raiz da «especulação fundamentada» (ROCHA, 2015: 32) que constitui a sua dissertação académica (ROCHA, 2011), este autor pôs em discussão, principalmente a arquitetura do *forum*, uma vez que o complexo termal lhe suscitou menores dúvidas de reconstituição, de acordo com os dados arqueológicos apercebidos.

Para interpretar aquele vasto espaço aberto (com 149 por 68,5 metros), delimitado por muros em todo o seu perímetro mas com escassa evidência arqueológica que fundamente uma reconstituição consensual, Charles Rocha apoiou-se num conjunto de sapatas ou entalhes, dispostos de forma mais ou menos equidistante, que assumiu como bases de colunas[665], encarando a possibilidade de terem tido similar função estrutural outros entalhes, mais alongados e irregulares identificados em vários pontos do mesmo recinto (*Idem*: 100-106)[666]. Testando várias hipóteses de elevação e intercolúnio e, ao mesmo tempo, tentando solucionar limitações resultantes de diferenças de cota e evidente desfasamento cronológico entre as construções do lado norte e sul do *fórum*[667], Rocha, obrigado a cruzar a lógica arquitetónica com os dados arqueográficos recebidos, propõe um faseamento construtivo do *forum* de *Tongobriga* em dois momentos: num primeiro momento, posterior a Cláudio-Nero, o *forum* poderia ter recebido um duplo pórtico simétrico; enquanto numa etapa seguinte, entre os reinados de Trajano e Adriano, o pórtico sul teria sido reformulado com a criação de uma «plataforma comercial» sobreelevada (ROCHA, 2015: 102-106)[668]. Nos extremos nascente e a poente do recinto, o Autor «imagina»[669] a eventual existência, também, de pórticos simétricos e com o mesmo intercolúnio, se bem que admita, com Lino Dias (1999a: 88) a falta

igualmente, como Cúria. Porém, em publicação anterior, o mesmo autor indica uma cronologia tardia (dos séculos IV-V) para aquela mesma marca cerâmica, que, aliás, parece ocorrer também em telhas aparecidas no núcleo habitacional poente e em outros locais distintos do da atribuída basílica ou cúria (DIAS, 1997: 131).

[664] Referimo-nos, concretamente, à colaboração de Lino Dias com os arquitetos Pedro Alarcão e Charles Rocha, da Universidade do Porto, nomeadamente a partir de um trabalho académico deste último (ROCHA, 2011).

[665] Estes elementos, deve notar-se, resumem-se a cinco entalhes junto à parede norte do *fórum*, e a apenas três junto à plataforma sul.

[666] Parte desses entalhes (LIMA, 2017c: 355, figs. 10 e 11) parecem-nos até mais adequados a servir de base a *horrea* – como também sugere A. Lima (*Idem*, 356) – instalações que fariam bastante sentido num espaço comercial, como parece ter sido a função inicial do recinto.

[667] Detalhes que aqui não importa discutir, como se compreenderá,

[668] Esta cronologia difere bastante, todavia, daquela que foi proposta por Lino Dias, que dá como de fase flaviana apenas «um dos muros que limitava o lado Este do *forum*», acrescentando que «o projecto que conhecemos do *fórum*, como conjunto arquitectónico, só foi construído em meados do séc. II (> 118 d.C.» (DIAS, 1999b: 283).

[669] Verbo que, curiosamente, usa por três vezes no mesmo parágrafo.

de evidência arqueológica que os justifique (ROCHA, 2015: 106). Insatisfeito ainda com esta solução, que deixava a nú algumas incongruências na ligação das colunatas dos lados maiores com os menores, Rocha revisitou a métrica vitruviana, refez cálculos e chegou a uma segunda hipótese, propondo agora duplicar a linha porticada interior, possibilidade para a qual dá como paralelos os *fora* de César, em Roma, e o de Smyrne, na Turquia,[670] o que, como consequência, reduziria a área da praça central para a proporção de um *actus* por 1,5 *actus* (*Idem*: 114-118) (Fig. 121, n.º 1).

Por fim – escreve o mesmo Charles Rocha – «resta-nos especular sobre uma lógica de ocupação no espaço religioso», pelo que, aceitando a sugestão de Lino Dias de que teriam pertencerido ao *podium* de um templo um conjunto de pedras trabalhadas encontradas nas redondezas (DIAS, 1997: 67), limitou-se, na verdade, a especular sobre as suas dimensões e área de implantação, por analogia com outros *fora* imperiais (ROCHA, 2015: 120-121).

Em síntese, e como conclusão deste Autor, «o desenho do *forum* resulta assim num amplo espaço, porticado por quatro pórticos de três colunas, em que o seu corpo central se divide em dois; o espaço da praça e o espaço do templo» (ROCHA, 2015: 122), mas Rocha não deixa de advertir – como o faz, aliás, noutros pontos do trabalho, deve notar-se – que a hipótese apresentada, sendo «a que melhor se fundamenta a partir da interpretação dos vestígios (…), não deixa de estar dependente de confirmação a nível arqueológico» (*Id., ibidem*).

Rematando a reconstituição do programa canónico dos equipamentos de sociabilidade e lazer de uma urbe clássica – como devia supor-se *Tongobriga* –, Charles Rocha dedica-se ainda aos edifícios do teatro e do anfiteatro (Fig. 121, 1).

Como foi dito, a hipótese da existência de um teatro em *Tongobriga*, desde há muito lançada por Lino Dias (1989: 144), funda-se, quase exclusivamente na morfologia atual dos terrenos, interpretando um local de topografia mais deprimida, como que em concha, localizado cerca de 50 metros a noroeste do *fórum*, e onde a presença de alguns muretes de sustentação de terras parecem mostrar uma disposição radial ou ligeiramente concêntrica, sugerindo talvez, com alguma abertura de espírito, a configuração de uma *cauea* (ROCHA, 2015: 126-127). Importa registar que o sítio foi alvo de sondagens arqueológicas, conduzidas por Lino Dias, ainda não publicadas monograficamente, mas que segundo informações reunidas por Charles Rocha, proporcionaram, tão só, alguns entalhes no afloramento rochoso nativo, interpretados, basicamente, como regos de drenagem de águas (*Idem*: 126). Porém, não obstante admitir que «a partir dos dados existentes, é difícil visualizar a presença deste equipamento em *Tongobriga*» (*Ibid*.), Rocha ensaiou a sobreposição de vários modelos geométricos nas curvas de nível daquele local, congeminando, laboriosamente, medidas, proporções e enquadramentos, esforço académico do qual resultou o desenho (naturalmente hipotético) de um teatro (Fig. 121, 1), dotado de uma *cauea* com o diâmetro de 68 metros (*Idem*: 132ss.), por curiosidade bastante similar às medidas do teatro de *Bracara Augusta*, aparentemente coevo do equipamento cénico presumido para *Tongobriga*, segundo estudos recentes (MARTINS *et al*., 2013; 2015)[671].

[670] O primeiro segundo a reconstituição de Ch. Morselli e E. Tortorici (reproduzida de Pierre Gros, *L'Architecture Romaine du début du IIIe siècle av. J.C. à la fin du Haut-Empire – Les Monuments Publiques*, vol 1., Paris, Picard, 1996, p. 213; o segundo caso a partir de uma reconstituição de J.-B. Ward Perkins reproduzida na mesma obra, p. 247 (cit. por ROCHA, 2015, p. 183-184).

[671] *Vd. supra*, ponto 4.3.3.1.6. Quando muito, uma possibilidade de articular a razão de tais descontinuidades topográficas, efetivamente curiosas (ROCHA, 2015: 143, fig. 186) mas, aparentemente, sem outros vestígios arqueológicos, com a implantação de de um teatro, seria a hipótese deste não ter passado de um projeto arquitetónico para o qual se começara, apenas, a preparar o terreno. Naturalmente, só a arqueologia poderá esclarecer esta possibilidade.

Após a presumida identificação dos locais do teatro e do circo, cuja altimetria estaria fossilizada no terreno atual, «só restaria a presença de um anfiteatro nesta cidade para complementar o trio de equipamentos romanos dedicados ao entretenimento» (ROCHA, 2015: 148). E, na verdade, Charles Rocha avança mesmo uma proposta de identificação do sítio onde poderá ter morado um anfiteatro. Situar-se-ia, segundo este autor, a uma distância aproximadamente idêntica, no mesmo sentido Noroeste, à que medeia entre o *forum* e o teatro, e, tal como este último, igualmente numa depressão de terreno onde afloram alguns muros curvilíneos assimiláveis porventura a restos de uma *cavea*, com a substancial diferença de que, nesse ponto, nunca foram realizadas quaisquer escavações arqueológicas (*Idem*). Confirmando-se esta intuição – se assim podemos chamar-lhe – o anfiteatro, com cerca de 100 metros de eixo maior, estaria em implantação análoga, por exemplo, à relação entre o teatro e o anfiteatro de *Emerita Augusta*, como não deixa de lembrar Rocha, o qual, porém, não avança maiores detalhes por evidente falta de fundamentação, admitindo até, com base no modelado orográfico atual, que a posição relativa do teatro e do anfiteatro poderia mesmo inverter-se no desenho do centro cívico (*Ibidem*: 148-154), o que não deixa de ser surpreendente (Fig. 121, 1).

Estas hipóteses (assim foram assumidas) de reconstituição gráfica tridimensional do centro cívico de *Tongobriga*, foram recebidas por Lino T. Dias e, naturalmente, incorporadas na narrativa histórico-arqueológica sobre aquele núcleo urbano romano. Mereceram, até, sugestiva ilustração gráfica (DIAS, 2016: 88-89), bastante fantasiosa no que se refere à área habitada (o que se compreende pela natureza pedagógica da figura), mas próxima das restituições de Rocha no que se refere ao complexo monumental *forum*-termas-teatro, se bem que com variações no respeitante à arquitetura dos muros que delimitam o *fórum*[672] (Fig. 121, n.º 2).

A reconstituição do *forum*, mesmo hipotética, feita por ROCHA (2015) não colheu favor de J. Alarcão, que admite, quando muito, que o que resta do recinto tenha sido «um projeto abortado», ou seja, que não passou da concretização inicial, exprimindo este autor idêntica perplexidade acerca do teatro e dos restantes monumentos públicos sugeridos, anfiteatro e circo (ALARCÃO, 2017: 219). Porém, a realização de novas escavações em pontos estratégicos da praça foral, com datações radiométricas, a reavaliação dos dados das anteriores intervenções e ainda outros elementos, que também enunciaremos, levaram a que este modelo arquitetónico e urbanístico fosse também posto em causa – radicalmente e, a nosso ver. com fundadas razões – ultimamente, mais uma vez graças a trabalhos de António M. C. Lima (2017c; 2020a; LIMA *et al*., 2020).

Reabrindo o debate sobre a configuração da «praça» foral e respetivos acessos, a possibilidade da existência de estruturas porticadas e a própria cronologia e faseamento construtivos daquele espaço (LIMA, 2017c: 351), o autor começa por recordar a especial topografia do terreiro, que apresenta um perfil notoriamente abaulado no seu eixo menor (norte-sul) e, pelo contrário, um desnível de perto de oito metros no eixo perpendicular, circunstâncias que podem facilitar a drenagem mas, por outro lado, parecem pouco adequadas para a edificação de um complexo monumental de rigor clássico (*Idem*: 353). Ainda, observa este autor que o único acesso evidente é o localizado a nascente, sendo meramente conjeturais outras aberturas no recinto, o que sugere tratar-se de um espaço essencialmente cerrado, provido de um único vão de acesso, o que, convenhamos, parece situação pouco consentânea com o carácter público e aberto de um *forum* urbano convencional (*Idem*, *ibid*.).

[672] Na mesma ilustração, e texto alusivo, não ocorre o anfiteatro, nem tão pouco a linha de muralha, talvez, podemos admitir, por carência de elementos para a sua plausível reconstituição gráfica (DIAS, 2016: 88-89).

Nesta linha, António Lima traz também a debate a proposta de reconstituição gráfica do *fórum*, com as duas ou três linhas de colunatas sugeridas (ROCHA, 2011; 2015; DIAS, 2013a: 2016: 80), chamando a atenção para a quase absoluta inexistência de vestígios arquitetónicos de natureza monumental (como elementos de coluna ou outras pedras lavradas) e, bem assim, para a estranha ausência, no registo arqueológico das escavações na área foral, de vestígios de telhados cerâmicos; pondo ainda em causa a evidência e interpretação, como sapatas de coluna, dos entalhes marcados no solo natural, onde aliás apenas reconhece um alinhamento mais ou menos nítido (LIMA, 2017c: 355-356). Por fim, trabalhando graficamente os silhares moldurados dados como testemunho de um eventual *podium* de templo (para o qual, em boa verdade, Lima não vê outros indícios arqueológicos documentados), este autor ensaiou uma reconstituição hipotética da sua possível função original, chegando à conclusão de que poderiam, tão só, constituir a base de um altar, com cerca de 4,30 metros de lado, com paralelos de época augustana em outros *fora* peninsulares, ou mesmo no próximo castro romano do Monte Mozinho (LIMA, 2017c: 355)[673].

Sintetizando, esta reinterpretação do *forum* dos tongobrigenses, sustentada em dados arqueológicos mas à luz de um novo paradigma interpretativo, levou António Lima a um modelo que pode ser descrito da seguinte maneira. Tratar-se-ia, pelo menos originalmente, de um recinto fechado, provido de um acesso, com porta, a Nascente (embora pudesse ter tido outras aberturas, o que não está confirmado), talvez possuindo uma colunata em todo o seu perímetro, mas assente sobre postes de madeira, com eventual cobertura em materiais perecíveis; madeira que poderá também ter servido para a compartimentação de outros espaços internos, talvez para armazenamento de géneros alimentares (LIMA, 2017c: 356, *passim*)[674]. Ou seja (Fig. 121, n.º 3), nada mais, na sua origem, que

> «um *forum pecuarium*, um tipo de estrutura polifuncional que tem vindo a ser identificada um pouco por toda a *Hispania* e que tem, por norma, uma localização excêntrica face aos centros urbanos em que se localiza, tal como sucede em *Tongobriga*» (LIMA, 2020a: 532-533).

Isto é, não falamos de um *forum* político-administrativo, com a sua panóplia de equipamentos-tipo, mas de um recinto comercial, de feira, o qual

> «mais do que servir a população residente, destina-se a acolher uma população flutuante que aí se desloque para frequentar as *feriae* e *nundinae* que, periodicamente, aí tenham lugar.» (LIMA, 2020a: 533).

Trata-se assim, segundo esta proposta, de uma estrutura não monumental (se bem que Lima admita a possibilidade de, em época flávia, poderem ter existido projetos de valorização arquitetónica do *forum*)[675], que datará da primeira metade do século I, constituindo, então, um *forum pecuarium*, ou seja a sede de uma importante feira de gado e outros produtos (LIMA, 2017c: 359-361), recintos que começam ultimamente a ser melhor conhecidos na Hispânia, nomeadamente em cidades do vale do Douro como Tiermes e *Confloenta*/Duratón (*Idem*:

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[673] *Vd. infra*, ponto 4.3.3.3.

[674] O que poderá justificar a presença de numerosos entalhes alongados no solo natural, visíveis em vários pontos, inclusive no espaço central da praça (*Idem*: 356, *passim*).

[675] Eventualmente em articulação com a renovação urbana flávia e a eventual promoção municipal da cidade (LIMA, 2017c: 358-359), podendo questionar-se, se assim foi, se terá mantido a sua função estritamente comercial ou, acrescidas ou não a esta, as funções mais próprias de um *forum* clássico.

361)[676]. Este local de reunião pode eventualmente ter sido formalizado na sequência de práticas anteriores, mas viria a ter grande perduração, pois na mesma aldeia do Freixo teve lugar, até ao século XIX, um mui concorrido evento – a feira da Quaresma –, de âmbito regional mas à qual acorriam vendedores e compradores vindos de longe; ora, tal feira, segundo alguns registos, durante a Idade Média ocuparia ainda o espaço do antigo *forum* (*Idem, ibid*.; LIMA, 2017a; 2017b).

Não obstante, a par da função económica, este tipo de estruturas acabavam, certamente, por acumular outras valências, designadamente de natureza religiosa, parecendo também provável a António Lima que a própria construção das termas visasse, em primeira linha, servir a estes visitantes mais ou menos ocasionais de *Tongobriga*[677]. De facto, o estabelecimento da orientação do recinto (e das termas que se lhe acoplaram) nada teve de casual. Como Lima verificou, a orientação do eixo maior do conjunto foral obedece ao alinhamento do pôr-do-sol nos começos do mês de Fevereiro; e, extraordinariamente, ainda hoje a população local celebra na data de 2 de fevereiro, data aparentemente inusitada e da qual ninguém já sabe a razão, a festa anual da sua padroeira, com uma procissão que liga a igreja do lugar ao *forum* (LIMA, 2017a; 2017b; 2020b).

Como se vê, a «complexa e extraordinária estrutura que é o *forum* de *Tongobriga*» (LIMA, 2017c: 356) oferece, após quarenta anos de pesquisas, novos e estimulantes cenários interpretativos. A imagem do «novo» *forum pecuarium* marca, sem qualquer dúvida, uma assinalável rutura com o modelo e a narrativa anteriores, especialmente se observarmos as reconstituições tridimensionais usadas como recurso pedagógico e auxiliar de investigação[678]. Todavia, estas duas interpretações não deixam de coincidir em alguns aspetos, pois a aparente vocação comercial de *Tongobriga* como polo de atração regional, potenciada pela construção da via que ligava *Emerita* a *Bracara*, tem sido desde há muito sublinhada por Lino Dias, ainda que o faça num contexto histórico essencialmente da época flaviana, ao descrever a nova cidade como «um organismo socioeconómico que concentra não só elementos «residenciais», mas também uma produção artesanal especializada e, certamente, atividades sistemáticas de troca que justificavam a construção do *forum*» (DIAS, 1997: 29, 333; 2008: 83), pelo que a hipótese de esse centro de troca ter origens indígenas, potenciadas sob o domínio romano pela edificação de um *forum pecuarium*, surge na discussão, de acordo com António Lima (2017c: 347), como elemento perfeitamente razoável e, só por si, razão suficiente para a urbanização e posterior monumentalização do povoado, talvez não tão impactantes como se chegou a supor.

4.5.4. O plano urbano

A perspetiva de Lino Dias sobre a organização urbanística de *Tongobriga* não podia ser mais clara. Não sendo, o núcleo, certamente, uma criação absolutamente *ex nouo*, considerando os vestígios estruturais e artefactos relacionados com uma ocupação prévia, a «cidade» de *Tongobriga* ganhou os seus mais notórios contornos materiais entre os finais do século I e o século II, enquanto povoado planificado, com a intervenção de agrimensores e arquitetos romanos, os quais, reconhecendo as limitações topográficas da colina onde se havia

[676] Cidades que, aliás, Lino Dias menciona em vários trabalhos como podendo fazer parte de um plano integrado de afirmação do domínio romano no norte peninsular após a extensão do *ius Latii* (DIAS, 2013a: 114-5; 2016: 78-79).

[677] Talvez assim se compreenda melhor a relativa modéstia decorativa do complexo termal, feito integralmente com matérias-primas locais e cujos ornamentos parecem reduzir-se aos estuques que revestiam as paredes do *frigidarium*, do *tepidarium* e do *caldarium* (LIMA, 2020a: 535).

[678] O modelo vitruviano sugerido por Ch. Rocha e Lino Tavares Dias pode ser apreciado na reconstituição, prudentemente esquemática, de Rocha (2015: 153) ou, num desenho mais livre, do ilustrador César Figueiredo (DIAS, 2016: 89); a proposta de A. Lima apresenta-se em vários recursos pedagógicos recentes, nomeadamente um guia do sítio arqueológico (LIMA; MENCHON I BES, 2018: 33).

instalado o núcleo castrejo, bem como outras pré-existências indígenas, ensaiaram, tanto quanto puderam, o traçado hipodâmico e os preceitos vitruvianos à nova urbe, visando o «princípio da racionalidade dos arruamentos» quando a «ortogonalidade perfeita não pudesse ser aplicada» (DIAS, 1997: 29-30; 1999c: 761-763; 1999e: 123-124), princípio orientador que L. Dias, aliás, tenta aplicar, esquematicamente, para o conjunto da zona habitacional romana (DIAS, 1997: 236-237; 1999c: 766). Todavia, como o autor não deixa de lembrar, citando Jorge de Alarcão, o desenho urbanístico mediterrânico requeria, para devidamente ser completo, a presença de «edifícios públicos como sedes da vida religiosa, administrativa e cultural» (ALARCÃO, 1988a: 65), ou seja, de um centro cívico, do qual seriam constituintes, como vimos nos pontos anteriores, *forum*, templo, termas, uma putativa basílica, um teatro e, mais distante um pouco, um circo.

Estes princípios de planificação e ordenamento regular, aparentemente também percetíveis na tendência ortogonal do plano dos núcleos habitacionais (DIAS, 1997: 32-33, 236-237; 1999c: 766), e da própria proporcionalidade do desenho do *forum* (DIAS, 1999d), como vimos, depois de analisados com as ferramentas do desenho e análise arquitetónicos, suscitaram a Lino Dias a conclusão de que

> «No *territorium de Tongobriga*, está comprovado que os arquitetos e os planeadores usaram as medidas romanas relacionadas com o corpo, especificamente o *Digitus* e o *Palmus* nas dimensões dos tijolos, o *Pes* de 0,296m na construção das paredes, o *Passus* de 147,9 na escala dos edifícios, o *Actus* de 35,52m e o *Actus quadratus* de 1261,44 m^2 no urbanismo, o *Jugerum* de 2522,88m^2 e a *Centuria* de 504576m^2 nos espaços de intervenção, ambos como resposta pragmática à organização do território mas também, certamente, servindo como suporte ao cadastro e ao registo fiscal.» (DIAS, 2012).

Neste novo enquadramento, depois de um primeiro ensaio gráfico de uma modulação mais regular da área residencial do povoado, usando uma malha de *actus quadratus*, ou seja, uma quadrícula de 120 pés romanos de lado, cerca de 35,5 x 35,5 metros (DIAS, 1999a: 103), notou-se que

> «todos os vestígios de estruturas romanas (*forum*, termas, habitações, muros soltos, a própria topografia) têm a mesma orientação, uma tendência direcional que ronda os 24º em relação ao eixo E/O (N/S), o que corresponde aos preceitos de Vitrúvio» (ROCHA, 2015: 50),

critério de regularidade que se articula bem com o *cardo maximus* do povoado, como descrito por L. DIAS (1997: 30-31), se bem que não tenha ainda sido possível localizar o *decumanus maximus* (ROCHA, 2015: 50). A par desta aparente uniformidade do traçado urbano, verificou-se a utilização, mais ou menos recorrente, do módulo do *passus* (1,479m) e em conformidade, por analogia com o módulo urbano da construção de *Bracara Augusta* (MARTINS; DELGADO, 1990: 22-23; MARTINS, 1999a: 59, 70; 2004b: 22), propôs-se que *Tongobriga* teria idêntica modulação-base, com quarteirões de 120 por 120 pés romanos, ou seja, cerca de 35,5 x 35,5m, um *actus quadratus* (ROCHA, 2015: 80-82).

Observaram-se similares regularidades nas construções do centro monumental, designadamente nas dimensões do *forum*, que apresenta quatro *actus* de extensão por dois *actus* de largura; tal como no complexo termal, cujo bloco ocupa um *actus quadratus* (DIAS, 2011a; ROCHA, 2015: 86-87). Alguns obstáculos ocorreram, porém, na exata sobreposição da implantação da designada *domus*, uma possível *insula*, do núcleo habitacional Poente com

a malha-tipo desenhada, levando Charles Rocha a propor, como engenhosa hipótese de trabalho, que a retícula supostamente lançada pelos agrimensores romanos terá tido, por dificuldades emergentes da irregularidade topográfica, um duplo ponto gerador, justapondo-se, assim, duas malhas levemente desfasadas, e utilizando-se como «elemento adaptador», quando requerido, o alinhamento diagonal a 45º do *actus quadratus* (ROCHA, 2015: 88-99) (Fig. 113).

Esta mesma irregularidade topográfica, própria do *sítio* do aglomerado urbano, é também evocada por A. Lima como óbice muito significativo à implantação de um urbanismo geométrico e planificado próprio de uma cidade *romana* (LIMA, 2017c: 345). Quando muito, Lima admite a possibilidade da «criação dos bairros habitacionais e dos edifícios públicos monumentais ter sido antecedida da planificação de um urbanismo tão regular quanto a topografia o permitisse», mas não à escala da cidade, tão só através de «planos menores de ordenamento para cada uma das áreas urbanizáveis ou já anteriormente urbanizáveis» (*Idem, ibid*.). Porém, não deixa de pôr em causa os fundamentos do ordenamento urbano traduzidos pela dupla grelha, desfasada, proposta por Charles ROCHA (2015: 92-95), cuja fragilidade exemplifica na interpretação planimétrica do núcleo habitacional poente, explicitando que o entendimento das quatro construções como constituindo um bloco modular resultante de planeamento ordenado (*Idem*: 89), só poderia aceitar-se, talvez, no século IV, considerando que esses quatro edifícios apresentam ampla diacronia construtiva (DIAS, 1997: 186-187) e os muros interpretados como de cronologia flávia não autorizam, praticamente, qualquer leitura de ordenamento conjunto (LIMA, 2017c: 345, Fig. 4) (Fig. 122).

4.5.5. As áreas residenciais

No que respeita às áreas habitacionais, Lino T. Dias apresenta os diversos núcleos que até então haviam sido objeto de escavação, observando que, nuns casos, as habitações foram construídas talhando os alicerces no afloramento granítico natural[679], durante o período flaviano e inícios do século II; noutros levando mesmo ao desmonte de anteriores construções de planta circular, para sobre elas se assentarem edifícios de plano ortogonal, como em alguns pontos de *Tongobriga* terá sucedido durante o mesmo século II (DIAS, 1997: 77-78). O autor detalha, especialmente, o caso de um «bairro» ou «conjunto construído limitado por ruas», situado na encosta poente do sítio arqueológico (a área habitacional I, como depois foi designada), tal como se apresentava, pelo menos, no século IV, e onde eram visíveis três construções de habitação, com plantas relativamente complexas, patenteando ruínas correspondentes a, praticamente, todas as fases construtivas de *Tongobriga*, dos Flávios à tardo-antiguidade (*Idem*: 78-80; 186-187).

Analisando o tema à luz dos dados mais atualizados, devemos distinguir, antes de mais, os traços de construções de tradição indígena dos núcleos de habitações que denunciam, na sua planimetria, o modelo itálico da *domus*, uma delas até provida de implúvio, sendo que a relativamente escassa superfície das áreas residenciais escavadas dificulta, sobremaneira, uma perspetiva de conjunto.

No que respeita à fase essencialmente castreja do povoado, observou-se desde os primeiros anos de escavação, um pouco por todo o monte (Fig. 124), a presença de alicerces de construções de plano circular, por vezes, mas não sempre, sobrepostos por edifícios de época romana. Mas apenas em 2004-2005, no quadro dos trabalhos feitos em colaboração com a Brown University, foi possível isolar um núcleo e proceder à sua escavação mais

[679] Técnica que, aliás, aproxima de outros assentamentos romanos do vale do Douro como *Tiermes*, *Uxama*, *Valeria* ou *Clunia.*

extensiva, verificando-se que se tratava de um conjunto de duas construções circulares, uma delas com vestíbulo (Figs. 114 e 115), aparentemente rodeadas por um muro delimitador do conjunto familiar (LIMA, 2017c: 343, 346; LIMA, MENCHON I BES, 2018: 19; WINKES, DEREE, URBANUS, 2020: 71-74).

Os edifícios de planta ortogonal aparecem também por todo o povoado (Fig. 125), usualmente truncados na sua planimetria, distinguindo-se usualmente duas zonas residenciais onde podem ser vistos de forma mais completa, a já citada «Área habitacional I», a norte/poente do lugar do Freixo, perto da igreja, e a área II, ou Nascente, situada entre o aglomerado atual e o *forum.* Nesta última pode apreciar-se a conjugação de moradias indígenas, de planta curvilínea com outros de plano ortogonal, nomeadamente uma *domus*, que parece ter coexistido com o núcleo mais tradicional (LIMA; ARAÚJO, 2020: 322).

Na Área Habitacional I, localizada na parte mais elevada do povoado, encontra-se um núcleo de melhor traça arquitetónica, escavado desde uma fase mais inicial dos trabalhos na estação, como vimos acima (DIAS, 1997: 77-118), e composto, basicamente por quatro unidades residenciais, designadas convencionalmente como a «Casa do Poço», a «Casa das Escadas» e a «Casa do *Impluuium*» (Fig. 123), não tendo apelativo particular a última *domus* (Fig. 122). Nestas frações urbanas, que apresentam variação fundacional e alterações desde os finais do século I, ou começos do seguinte, e a quarta centúria, está bem patente a orientação (ou, pelo menos, a inspiração) da *domus* urbana romana, com naturais adaptações ao espaço, à topografia e, bem assim, ao gosto e meios dos proprietários. A vasta *domus* situada a noroeste e a «Casa das Escadas», imediatamente a sul, não parecem permitir – a avaliar pelos desenhos publicados (ROCHA, 2015: 73 – B e des. 1.05) – uma reconstituição planimétrica muito completa, mas as casas do Poço e do Implúvio, a Nascente, constituem exemplos de *domus* de pátio, singelas mas bem ordenadas, com acesso direto a este espaço aberto, por sua vez rodeado pelos restantes compartimentos domésticos (LIMA; MENCHON I BES, 2018: 46-47), como é bem ilustrado pela «Casa do Implúvio», cujo *compluuium* era suportado por seis colunas de ordem dórica (ROCHA, 2015: 74-76). Não há referência a outras estruturas porticadas nem a eventuais *tabernae*, próprias dos ambientes urbanos mais formais[680].

Deste modo, pese embora a exiguidade da amostra[681], o desenho arquitetónico destas *domus* não se afasta muito de algumas das casas, designadamente flavianas, da cidade de Conimbriga (CORREIA, 2010: 25-123) ou, mais próximo, de algumas *domus* de *Bracara Augusta* (MAGALHÃES, 2010; 2015), mas com um programa de raiz indígena (CORREIA, 2010: 169-171), mais singelo e, por certo, mais contido nos materiais, como nos aspetos cenográficos e ornamentais, do que também não faltam exemplos em outras cidades da Hispânia (URIBE AGUDO, 2019)

4.5.6. Os limites: muralha e necrópoles

Pese embora fossem conhecidas numerosas referências, históricas e documentais, à memória e a restos físicos de uma muralha antiga rodeando a aldeia do Freixo (LIMA *et al*., 2020: 129-130), tardou bastante a sua assunção e reconhecimento arqueológicos. Em 2003, Lino Dias expressa a sua convicção de que

> «A existência de uma muralha que envolvia o espaço urbano parece-nos ser cada vez mais confirmado pelo traçado de estruturas de muros articulados com

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[680] Como é o caso, por exemplo, de *Bracara Augusta*. *Vid., supra*, ponto 4.3.3.1.7.

[681] Lino Tavares Dias apresenta um quadro mais diversificado da arquitetura doméstica da cidade, apontando, além das casas de pátio, os modelos de casa de corredor e de circulação sequencial (DIAS, 2016: 84-86).

> afloramentos graníticos naturais que criariam o limite honorífico da cidade» (DIAS, 2003: 18);
>
> mas só mais tarde (DIAS, 2012: 79), o muro defensivo começou a incorporar mais regularmente o discurso científico sobre a cidade, esboçando-se, por fim, na sequência do trabalho de Charles ROCHA (2011), o desenho de um primeiro circuito, datado dos finais do século I a.C./inícios do séc. I, ao qual se teria acoplado, posteriormente, um circuito menor, envolvendo as termas e o complexo foral (DIAS, 2013a: 121, 123).

A par da análise cartográfica e da topografia, o contributo fundamental para o reconhecimento da muralha de *Tongobriga* foi a descoberta, por parte de A. Lima, em 2005, de um extenso tramo na parte localizada a sudeste do seu perímetro, seguidamente objeto de cuidadosa escavação, registo e consolidação (LIMA, 2005; 2006; LIMA *et al*., 2020). Na sequência desta descoberta, desenvolveu-se uma análise sistemática sobre o seu traçado, acumulando-se as evidências, tanto da muralha como de fosso que provavelmente a acompanharia pelo exterior, pelo menos em alguns pontos (Figs. 124 e 127), sendo este autor de opinião que poderiam ter existido não apenas um, mas talvez dois ou três circuitos amuralhados, o que requer ainda comprovação arqueológica (LIMA, 2013: 21; LIMA *et al*., 2020: 132-133, *passim*).

Conforme a interpretação de Charles Rocha, em parte concordante com a de Lima, a muralha revelada tinha uma extensão de 1 400 metros, rodeando uma área de 13,5 hectares; porém, nos finais do século I, dado que as termas e o *forum* haviam sido construídos no exterior da cerca, a muralha teria sido alargada com uma espécie de bolsa, a sul, para englobar o novo centro cívico, passando então a rodear um espaço de cerca de 20 hectares, ou até mais, atendendo à possibilidade, também aventada mas difícil de aferir sem escavação, como reconhece Rocha, da sua ampliação ter sido mais extensa pela banda do poente (ROCHA, 2015: 54-56, 156). Como se compreende, com a eventual extensão da área monumental da cidade para oeste, graças à localização do teatro e do suposto anfiteatro, Rocha vê-se na necessidade de admitir mais assertivamente a última daquelas hipóteses (*Idem*: 156), com o que, confirmando-se a possibilidade, apenas quedaria fora de muros o presumido circo.

Fora de portas ficavam também os espaços cemiteriais (Fig. 126). Deve-se a Lino Dias a primeira síntese sobre a necrópole sul de *Tongobriga*, a única então conhecida (DIAS, 1994; 1997). Apresenta, assim, os dados resultantes da escavação de 15 sepulturas feitas em covacho, correspondentes ao ritual de incineração, para as quais propõe uma datação, com base na análise do espólio cerâmico, de entre o século III e os começos do século V (DIAS, 1994: 121-134; 1997: 119-126; 221). Desde então, foram reconhecidas e escavadas outras áreas de enterramento, todas localizadas a nascente, nas imediações da muralha, e cobrindo um espectro cronológico que vai desde as primeiras décadas, ou anos, do século I até, pelo menos, o século V (LIMA, *et al.*, 2020: 124; LIMA; ARAÚJO, 2020: 322, 325; WINKES, DEREE, URBANUS, 2020: 74-77; SILVA; SANTOS, 2020: 103ss.).

4.5.7. Fundação, faseamento e estatuto da povoação

Voltando-se para a questão da fundação e ordenamento urbanístico de *Tongobriga*, pontos que se articulavam diretamente no seu pensamento, a perspetiva de Lino Dias, já atrás resumida, propõe que a planificação e remodelação do espaço construído, com a construção de novos equipamentos na área monumental tenha sido iniciada nas últimas décadas do século I, com os imperadores flávios, prosseguindo na centúria seguinte.

No seu apogeu e máxima extensão, *Tongobriga* teria, assim, alcançado uma superfície de cerca de 30 hectares[682], correspondendo a uma cidade «de médias dimensões» na rede urbana romana peninsular (DIAS, 1997: 30; 1996a; 2017). Atendendo, por outro lado, ao «conjunto de edifícios públicos e a vastidão das áreas habitacionais», ou mesmo à alusão de Ptolemeu a uma cidade *Tuntobriga*, Lino Dias manifesta a sua opinião de que *Tongobriga* possui características que a adequam a «uma capital de um território (*ciuitas*)» (DIAS, 1997: 283). Para lograr uma mais clara perceção do enquadramento regional da cidade, uma vez que se ignora o quadro administrativo de média escala decorrente da conquista romana, e designadamente os limites das *ciuitates* vizinhas, Dias ensaiou aprofundada análise da região envolvente da aldeia de Freixo, tanto a nível histórico, como no tocante aos traços viários e outros elementos da ocupação antiga indígena e romana (DIAS, 1997: 289-324). Estribado neste estudo regional, Lino Dias propôs, como possíveis limites da *ciuitas* tongobrigense, o rio Douro, a sul, e a serra do Marão, pelos sectores Este e Nordeste; para norte e oeste admitem-se maiores dúvidas na delimitação territorial, sugerindo o mesmo autor, uma hipotética extrema assinalada «pela via que ligava aquela serra [Marão] ao rio Tâmega, pelo vale do rio até à foz do Odres e daqui por uma distância de trinta milhas[683] ao longo das estradas que ligavam a ponte sobre o rio Tâmega (atualmente Canaveses) a *Bracara Augusta*» (*Idem*: 287, 346), sugerindo como eventuais pontos-limite do território vários locais aparentemente caracterizáveis, pela evidência arqueológica recolhida, como *uici* (*Idem*: 346)[684].

Nesta linha – e continuamos ainda a seguir Lino Tavares Dias – o estabelecimento de *Tongobriga* poderia constituir exemplo de uma «estratégia romanizadora» que descreve como «efeito de gradualidade»: através da «instalação de um novo povoado com estrutura de castro, possivelmente sob a política de Augusto, o qual foi favorecido e privilegiado pelo poder romano», de forma que «amadurecesse política, administrativa e economicamente, resultando daí a instalação de uma urbe, como consequência da estratégia flaviana» (DIAS, 1997: 325). Por outras palavras, à luz dos dados então disponíveis e da sua própria interpretação, o castro de *Tongobriga* teria sido uma fundação agenciada pelas autoridades romanas, ainda em tempo de Augusto (em notório paralelo com Monte Mózinho, Penafiel); após algumas décadas de «amadurecimento»[685], teria o povoado sido beneficiado pelos imperadores flávios, sendo então «elevado» à condição urbana, com os competentes equipamentos públicos e, presume-se, direitos de cidadania acrescidos.

A estratégia política das autoridades romanas poderia mesmo ter passado, de acordo com o mesmo Autor, por «retirar capitalidade a alguns *castella*» indígenas (DIAS, 1999e: 127), instalando um novo «centro político, administrativo e comercial num espaço "neutro" de influências anteriores» (*Idem*, 1997: 325-326). Neutralidade que não minimiza a oportuna localização de *Tongobriga* no enquadramento das vias fluviais (o eixo Douro-Tâmega) e certamente dos eixos terrestres, atribuindo o mesmo autor aos finais do século I ou a inícios do séc. II, senão a construção, pelo menos a revalorização e ligação a *Tongobriga* do troço

[682] Medida que, entretanto, o mesmo autor tem vindo a afinar, em função das informações resultantes do reconhecimento do perímetro da muralha, para superfícies entre 14 e 21 hectares, considerando a muralha original e o seu eventual alargamento a sudoeste (DIAS, 2020:16).

[683] Estimativa de cerca de um dia ou dia e meio de viagem na época romana, segundo Lino DIAS (1997: 286; COSTA *et al*., 2014).

[684] Ver também, para os limites da *ciuitas*, DIAS, 1989; 2010; 2015b; 2016; 2017; 2018 e COSTA *et al*., 2014).

[685] E acrescentamos nós, tentando alinhar-nos com o raciocínio do autor, provas de fidelidade e de execução da «missão» a que foi destinado.

regional da via Mérida-Braga, do que a edificação da ponte sobre o Tâmega em Canaveses, entendida como iniciativa de Trajano, seria testemunho (*Idem, ibid*.).

Deste modo, a fundação de *Tongobriga*, que Lino Dias, na esteira da proposta de Alain Tranoy para *Aquae Flaviae* (TRANOY, 1993: 34) admite decorrer também de uma decisão de Vespasiano (DIAS, 1997: 327-328), teria tido idênticas função e missão estruturantes do território regional, independentemente do seu efetivo estatuto jurídico, mas inserida no próprio processo de criação de *ciuitates*, assim alavancando a aculturação das populações indígenas (*Idem, passim*)[686].

Finalmente, neste balanço de finais da década de 1990, Lino Dias estabelece, igualmente, uma proposta de faseamento geral da ocupação do sítio arqueológico em oito fases (DIAS, 1997: 21-22; 1999c: 767-768). Assim, a fase I (compreendida entre o final do séc. I a.C./início séc. I até aos flávios) corresponderá às construções de planta circular e ao uso do balneário "castrejo"; à fase II («contemporânea dos Flávios, predominantemente depois do governo do Imperador Vespasiano, até Trajano») são atribuídas algumas «casas com salas exclusivamente de planta rectangular (…) coexistindo com as construções de planta circular», bem como a primeira fase edilícia das Termas; a fase III (ao tempo dos imperadores Trajano e Adriano) está representada pela construção do *forum*; na segunda metade do século II foi fixada a fase IV, coincidindo com uma «grande remodelação das zonas habitacionais» e à segunda fase construtivas das Termas. Da fase V (séc. III – meados séc. IV) não se haviam identificado, segundo Dias, evidências estratigráficas ou construtivas em *Tongobriga*, sendo sobretudo esse período assinalado pela delimitação, com miliários, do troço da via Mérida/Braga que servia o povoado; à fase VI, do século IV, atribuíam-se algumas construções em *Tongobriga* e à fase VII (2ª met. Séc. IV/inícios séc. V) remodelações observadas «nas termas, no *forum* e em construções das zonas habitacionais»; por fim, acrescia aquele Autor uma fase VIII, «de declínio», fixada, com poucos elementos, nos séculos VII e posteriores (DIAS, 1997: *Ibidem*; 1999c: *Ibid*.).

Nos pontos anteriores vincámos já a novidade, e os planos de rutura, das propostas de António Lima em relação à imagem de *Tongobriga* desenvolvida por Lino T. Dias, nomeadamente no que se refere ao complexo arquitetónico *forum-termas*, mas também acerca do ordenamento urbano geral e da questão da muralha. Um dos pontos essenciais da divergência de opinião entre ambos os autores, porém, diz respeito à própria cronologia fundacional do castro de *Tongobriga*, ao que não podem ser alheias as circunstâncias de tal evento.

No quadro de cuidadosa revisão dos vestígios proto-históricos em *Tongobriga*, vêm a debate os resultados das escavações de 2004-2005, feitas em conjunto com a Brown University, que possibilitaram o registo de de um conjunto de construções de planta circular, aparentemente organizadas em núcleo familiar (LIMA, 2005; 2006; WINKES, DEREE, URBANUS, 2020: 71-74), sugerindo fortemente o cenário de que o povoado indígena tenha desenvolvido traços «proto-urbanos» em tudo idênticos aos de outros povoados dos finais da Idade do Ferro no norte do país, isto é, a «organização das unidades domésticas em bairros subdivididos em núcleos familiares dispostos ao longo dos principais eixos de circulação que atravessam os grandes castros» (LIMA, 2017c: 345). Na verdade, apesar de serem muito limitadas as escavações nas áreas residenciais «castrejas», constata-se que as construções de planta circular se espalhariam por toda a área do povoado (LIMA, 2013: mapa 3.1; LIMA *et*

[686] Em nosso entender, a questão do estatuto jurídico não é de somenos para um centro urbano que se pretende cabeça e estruturador de um território. Por outro lado, não só o estabelecimento da cronologia fundacional de *Aquae Flaviae* está a passar por uma profunda revisão científica, como se viu no ponto 4.5.2.2, como a própria divisão de *ciuitates* deve datar já dos tempos do primeiro imperador, como já discutimos no ponto 4.2.1.

al., 2020: 124, il.), agrupando-se por vezes em núcleos familiares, como notado (Figs. 114 e 115).

Esta evidência é também reconhecida por Lino Dias, que abandonou as propostas iniciais de uma urbe romana fundada sob um forte projeto urbano e político, quase *ex-nihilo* (DIAS, 1996a: 32; 1997: 21; 1999a: 82), para, em progressivo matiz, enfatizar, em trabalhos mais recentes (2013a: 117) que *Tongobriga* teve o seu berço num «castro romano» dos tempos augustanos, fundado «em torno do ano zero (…) [e] que resultou certamente da deslocação de populações dos *oppida* vizinhos" (DIAS, 2016: 79). situação, que, compreensivelmente, aproxima do caso de Monte Mozinho, (*Ibidem*: 67), talvez na sequência da sugestão de Jorge de Alarcão, que observara já a aparente coetaneidade dos dois castros e, talvez, algum paralelismo nas respetivas circunstâncias fundacionais (ALARCÃO, 1999c: 253).

No mesmo âmbito, outros dados concorrem para que se admita maior anterioridade ao estabelecimento do povoado pré-romano – que Lino Dias, como dissemos, sempre sustentou ser de época de Augusto (DIAS, 1996a: 32; 1997: 21; 1999a: 82). Referem-se, nomeadamente, vasos cerâmicos e objetos de ourivesaria atribuíveis aos séculos II ou III a.C. (LIMA, 2016: 13-15; 2017c: 348); a par de diversas datações por ^{14}C, como as obtidas a partir de sementes recolhidas na lareira de uma construção circular da acrópole do povoado, que aponta para a sua utilização entre os século III e I a.C.; ou de materiais orgânicos do interior da muralha, que sugerem que a sua ereção poderá datar de entre a 2ª metade do século II a.C. e a 1ª metade do século I a.C. (LIMA, 2017c: 348; LIMA *et al*., 2020: 149-154)[687], Desta forma, Lima propõe, face às datações radiométricas e à evidência arqueológica, que Tongobriga possa remontar aos finais do século II a.C., podendo o seu nascimento estar até articulado com a campanha de Décimo Júnio Bruto, o *Galaico* (LIMA, 2017c: 359; 2020a: 534; LIMA et al., 2020: 150), se bem que existam outros indícios da ocupação do local nos finais da Idade do Bronze (LIMA, 2017c: 359; TERESO *et al*., 2016).

Ainda com respeito a uma fase mais antiga do povoado, mas já em período do domínio romano, A. LIMA (2017c: 347) discute a sua importância estratégica como ponto nodal no eixo de uma via que tem sido proposta como ligação de *Bracara* a *Emerita Augusta*, propondo que esta estrada seja interpretada como do século I e não do século II, como foi defendido por L. DIAS (1997: 321), que interpreta tal via como rasgada apenas na época de Trajano, com base na datação da ponte sobre o Tâmega e de um miliário de Trajano, encontrado na mesma via, mais a norte, mas que serviria de início à posterior demarcação deste troço dessa estrada (RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER; ÁLVAREZ, 2004: 635-639). Na mesma linha, pronunciou-se também V. Mantas, que relaciona tal rota com a fundação de *Bracara Augusta* e aponta para a época do primeiro imperador o seu traçado (MANTAS, 2012: 235, 246; 2017: 350-351).

Deste modo, em quadro muito simplificado (Tabela 11), esboçámos os pontos de convergência e desacordo entre as recentes propostas de A. Lima e as teses de há muito sustentadas por L. Dias e alguns colaboradores. Em síntese – dispensamo-nos de voltar a citar a bibliografia já referida – Lino Dias imagina um castro romano, de matriz planificada desde a origem (um pouco à maneira do Mozinho), monumentalizado a partir dos Flávios com um conjunto de equipamentos públicos, iniciados com as termas e prosseguidos por um *forum* clássico, com templo, basílica e, pelo menos, um teatro anexo[688]. António Lima vê em

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[687] Está disponível para análise um significativo lote de datações radiométricas feitas com amostras de *Tongobriga*. Os resultados e calibrações são apresentados em LÓPEZ-DÓRIGA, 2020: 87 e em LIMA *et al*., 2020: 149-154 e TERESO *et al*., 2016, nestes últimos trabalhos com alguns comentários de enquadramento.

[688] Projeto que apenas teria paralelo, por ora, na capital conventual, *Bracara Augusta*, não se conhecendo tais monumentos, sequer, em *Aquae Flauiae*.

Tongobriga um castro indígena, rodeado por uma muralha e seu fosso, o qual, como muitos outros, passou por um processo de proto-urbanismo parcial, talvez em data próxima ou já na época de Augusto; de seguida, Lima propõe que o *forum pecuarium*, enquanto estrutura orientada astronomicamente e concebida com métrica clássica, possa datar de um momento dentro do século I[689]. Acerca da cronologia da construção das termas concordam ambos os autores; mas Lima mostra notório ceticismo acerca da possibilidade da existência de um teatro ou outros edifícios lúdicos[690]. Tanto Dias como Lima parecem assentir na evidência de que *Tongobriga* foi ocupada durante todo o Império e tardo-antiguidade, sendo naturalmente muito difícil entender o seu eventual ocaso, persistência ou transformação em época tardia.

Tabela 11
Duas visões sobre o nascimento e vida de *Tongobriga*

	antes séc. I aC	finais I aC – inic. I dC	Século I	*post* 80 – séc. II
DIAS		Fundação povoado; muralha	Estrutura indígena	Urbanização planificada; Termas; *Forum*; Teatro; Anfiteatro (?); Circo (?)
LIMA	Fundação povoado; muralha		*Forum pecuarium* (?)	Termas; 2.ª fase do *forum* (?)

Cada um destes modelos e narrativas sobre *Tongobriga* propõe – mas não esclarece cabalmente – o sentido, identidade e estatuto da cidade na sua origem ou desenvolvimento. Ambas as visões interpretativas sobre o sítio que temos vindo a analisar – a de Lino Dias e a de António Lima (Tabela 11) – concordam que na raiz do sítio esteve um castro, totalmente indígena e «orgânico» para o último; mais recente e já de intenção e promoção romana (ao modo do Mozinho) para Lino Dias. Ao longo do primeiro século (ou talvez já na transição para o segundo) ordena-se e re-urbaniza-se o povoado – de forma integral e sistemática para Dias, enquanto A. Lima admite apenas reordenamentos pontuais, talvez mais ligados à renovação das habitações. E, entretanto, chegamos às *termas* e ao *forum* (por ordem inversa segundo Lima) – para Lino Dias projeto integrado de monumentalização da cidade após a concessão da cidadania aos hispanos; para Lima, eventualmente *resumido* à requalificação arquitetónica de uma antiga feira de gado e outros géneros (*forum pecuarium*), de tal forma concorrida que justificou a construção de umas termas anexas. Deixemos agora em silêncio os pontos de menor divergência e a continuidade da vida da cidade após o tempo dos flávios.

Podemos, desde logo, questionar o uso do substantivo *cidade*. Lino Dias não tem dúvidas em afirmá-lo; todavia, em todo o noroeste ibérico não existe qualquer cidade romana «fundada» na sequência de um castro indígena; mas se elegermos a opção «castro romanizado», descobrimos que também não há paralelos de um povoado autóctone ser «romanizado» a tal ponto que se lhe anexassem termas ao gosto clássico e porventura um «*forum*», ou mesmo um teatro e outros equipamentos, mais próprios das urbes capitais[691].

[689] A «citânia» de Tongobriga (LIMA *et al*., 2020: 127), terá, talvez, atingido especial centralidade comercial durante a dinastia júlio-cláudia, levando à edificação do *forum pecuarium* e mostrando outros sinais de renovação e, porventura, alguma monumentalização, que levarão, décadas depois, à construção do complexo termal e de várias residências urbanas com plantas de gosto itálico, exemplo indiscutível destes desenvolvimentos.

[690] Uma imagem sugestiva desta reconstituição (essencialmente mental, por escassez de dados no terreno) é dada pelo desdobrável com um desenho, pedagógico, da cidade nos finais do século I, acolhendo dentro da muralha não só uma área de urbanismo relativamente ordenado com edifícios de tipo romano, como também um «bairro indígena», com construções circulares organizadas em núcleos familiares. Fora de portas, ficavam o complexo termal, as necrópoles e o *forum*, representando-se ainda o edifício do teatro, ambos ainda em construção (LIMA, 2015).

[691] Se bem que possam também marcar presença em alguns grandes *uici* (PÉREZ LOSADA, 2002: 40-57), o que não parece ser aqui o caso.

Ultrapassando, por agora, a discussão em torno dos vários conceitos, históricos e arqueológicos, de «cidade» (SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020: 28-31), assentimos no nome, quanto mais não seja, na mesma perspetiva em que aceitamos tal designação para os grandes castros de Briteiros, Sanfins ou Mozinho.

Todavia, talvez não seja despiciendo recordar, a propósito do estatuto do sítio, como faz LIMA (2017c: 343), a ara dedicada a Júpiter, aparecida em Brozas, Cáceres, antigo território do *conuentus emeritensis*, e que terá sido dedicada em nome dos «*uicani tongobrigenses*»[692]. Boa parte dos autores que se lhe referem, talvez intimidados com a distância entre o Freixo e Brozas, optam por considerar a existência de uma segunda *Tongobriga* naquelas paragens (GUERRA, 1998: II: 637-639, com bibliografia), o que nem está demonstrado, nem parece, em nossa opinião, muito provável. António Lima alvitra até que, correspondendo à *Tongobriga* duriense este altar, poderia, porventura, «datar de um momento anterior à sua promoção a capital de *ciuitas*» (LIMA, *ibidem*), mas não vemos razão para tal *nuance*, pois nada impedirá, certamente, que um *uicus*, com as prerrogativas exigidas, pudesse liderar uma *ciuitas*[693].

Na verdade, se bem que as fontes epigráficas sejam pouco claras acerca dos *uici* (CURCHIN, 1985) e a literatura jurídica romana os secundarize (MORENO MARTIN, 1997), não lhes concedendo funções políticas (LE ROUX, 1994c: 155); ou, ainda, que estes núcleos possam corresponder, essencialmente, a aglomerados rurais ou suburbanos (PÉREZ LOSADA, 2002: 27-28), estes e outros autores assinalam a diversidade de experiências e circunstâncias que podem matizar esta realidade (LE ROUX, 1994c: 155-156; MORENO MARTÍN, 1997: 297-299), sublinhando, designadamente, a condição «minimamente *urbana*» de alguns *uici*, com arruamentos ordenados, jurisdição e magistrados próprios, podendo, naturalmente, contar com edifícios termais ou mesmo *fora* (PÉREZ LOSADA, 2002: 28, 40-57; ALARCÃO, 2003b: 270), ao mesmo tempo que poderiam assumir funções não só económicas, como religiosas e administrativas (ALARCÃO, 1995: 388). Sintetizando este conjunto de contributos para a província da Lusitânia, que certamente podemos extrapolar para a Tarraconense, afirmou-se que

> «A análise das fontes clássicas sugere que o *vicus*, como aglomerado rural dependente da capital da *civitas*, é entendido como uma porção de espaço urbanizado destacado do centro urbano topograficamente mas não estruturalmente, como salientou Le Roux (1994c: 156); ou seja, na realidade, o *vicus* apresenta, ainda que no espaço rural, alguns dos edifícios e funcionalidades típicas da capital de que depende.» (FERNANDES *et al*., 2006: 176);

cenário que talvez possamos, de algum modo, hipotetizar para a relação entre *Tongobriga* e *Bracara Augusta*

Cidade, *oppidum* ou *uicus* importante, a singularidade de *Tongobriga* – mais pela presença dos equipamentos coletivos mencionados, que pela existência de habitação privilegiada ao gosto romano, que também encontramos, se bem que menos comum, em outros castros, como o do Monte Padrão (MOREIRA, 2020) – desde cedo levou diversos

[692] CIL, II, 743; HEP*ol*, 21721. *Vd*. também CURCHIN, 1985: 330, n.º 6; LE ROUX, 1994c: 153, n.º 5 e GUERRA, 1998: II: 637-639.

[693] Aliás, se um estatuto formal de «cidade» fosse indispensável para o efeito, seria impossível encontrar sede para as 24 *ciuitates* e *populi* apontados por Plínio para o convento bracaraugustano, pelo que muitos *oppida* ou *castella* indígenas teriam de assumir tal função. É certo que ALARCÃO (1998c: 177) hierarquiza os *uic*i como aglomerados de segundo nível, atrás das cidades e *oppida* cabeça de *ciuitates*, mas também nota que alguns destes podiam ser menores que certos *uici*.

autores a propor um estatuto de distinção para *Tongobriga*, nomeadamente a de sede político-administrativa de uma *ciuitas*, talvez a dos *tongobrigenses*[694], sobre a qual, todavia não existe qualquer outra notícia.

Com a autoridade que lhe assiste, Jorge de Alarcão opinava, num colóquio em 1995, que *Tongobriga* (que aproxima da *Tuntobriga* ptolemaica) «com um *forum* de consideráveis dimensões, e possivelmente também um teatro, foi seguramente capital de *civitas*» (ALARCÃO, 1996: 26), seguindo a proposta de Lino Dias, na sua tese doutoral, entretanto divulgada em diversos trabalhos (DIAS, 1996b: 758; 1997, 283:ss.) e que não tem suscitado particulares críticas, sendo também aceite por António LIMA (2017c: 358) e outros autores, mantendo J. Alarcão a opinião já expressada (ALARCÃO, 2017: 219). Para além destas funções de *caput ciuitatis*, é por vezes sugerido que a renovação flávio-antonina da cidade poderá ter correspondido, igualmente, à sua promoção a município (LIMA, 2017c: 360), possibilidade sobre a qual o seu principal escavador manifesta muita prudência (DIAS, 1999a: 101) e para a qual não se conhece, de facto, qualquer testemunho (ANDREU PINTADO, 2004: 146-149).

Desta forma, a evidente importância, e aparente centralidade, da cidade à escala regional (DIAS, 2010; 2013b; 2015b; 2018; COSTA *et al*., 2014), quer se tomem como princípio os eixos viários, a relevância do sítio como lugar de trocas – justificação necessária do *forum pecuarium* –, a presença de elites possidentes, mesmo que locais, com a capacidade de agenciar a construção de várias *domus*, ou, tão só, a razão do significativo investimento público que representaram termas e praça foral, aguardam ainda mais dados e maior investigação para que o seu lugar no mapa sociopolítico da bacia do Douro seja melhor conhecido.

Assim, e em conclusão, temos agora sujeitos à avaliação científica, dois modelos interpretativos da génese e evolução de *Tongobriga*, certamente distintos na sua conceção e significado. As teses de Lino Tavares Dias foram ultimamente potenciadas pela força, sugestiva e imagética, do desenho de reconstituição arquitetónica (ROCHA, 2015)[695], mas – como reconhecem os próprios autores – fundam-se em dados arqueológicos de solidez muito variável, correspondendo, por vezes, a «hipóteses formuladas entre a razão e a intuição» (ALARCÃO, P, 2015: 28). Tal não lhes retira mérito, porquanto tais ensaios reconstitutivos, expondo claramente as potencialidades do desenho arquitetónico como «instrumento de análise e concepção» (ALARCÃO, P, 2015: 27), requerem detalhado esforço de análise prévia, convocando o arqueólogo, no final, a «formular novas questões, esclarecer antigas dúvidas e arriscar novas hipóteses» (ALARCÃO, P, 2009: 389). Neste âmbito, tal metodologia assume-se como potente ferramenta interpretativa de investigação, reconhecendo-se na modelação gráfica «uma interpretação da arquitetura, elaborada a partir de hipóteses desenvolvidas até ao limite do que a investigação arqueológica pode confirmar» (DIAS, 2015a: 19), não deixando de advertir o mesmo Lino Dias que a restituição em desenho, possibilitando «multiplicar as hipóteses e defender as que são mais admissíveis», é demasiado arriscada como base, por exemplo, de uma eventual reconstrução física (DIAS, 2011b: 130). O grande risco, acrescentamos nós, é o de que a ilusão dos sentidos venha

[694] Ou, em alternativa, poderiam os *tongobrigenses* – étnico extrapolado a partir do altar ali encontrado – ser apenas os habitantes deste povoado – *forum tongobrigensis* (?) – ostentando outro nome, relativo a etnónimo mais amplo, a suposta *ciuitas*.

[695] O trabalho deste autor, deve dizer-se com justiça, sempre foi assumido como um ensaio académico, e Charles Rocha não tem quaisquer dúvidas em documentar os diferentes passos do seu processo reflexivo e mesmo as hipóteses alternativas que acaba por abandonar (ROCHA, 2015: 163-4).

sobrepor-se à razão garantida (SILVA, 2020c: 197), devendo regressar-se sempre à ruína, para nela valorizar a presença e respeitar a ausência, num diálogo em que o convite à reconstituição não seja a única via para a sua inteligibilidade (DIAS; ALARCÃO, 2011: 7).

Como recentemente comentámos, «a resposta a estas propostas interpretativas estará inegavelmente no chão de *Tongobriga*» (SILVA, 2020c: 198). Só com o lançamento de novos projetos de investigação, com escavações em áreas cirúrgicas, poderá no futuro sopesar-se o peso de cada uma das narrativas para o melhor conhecimento do sítio arqueológico.

4.6. NOVOS CASTROS PARA NOVOS TEMPOS: O MOZINHO

O processo que levou à fundação do Monte Mozinho deve distinguir-se daquele outro que, incidindo em povoados normalmente com raízes anteriores, representou a criação dos designados *oppida*. Na verdade, se bem que muitos autores chegassem a considerar que todos os grandes castros do norte de Portugal e sudoeste da Galiza que, pela grande extensão, aparato defensivo e outras funções tipicamente urbanas, entravam naquela categoria, seriam já fundados em época romana ou devessem tal desenvolvimento ao estímulo dos conquistadores[696], é hoje entendido, por muitos outros, que tal processo é, na maior parte dos casos, anterior ao efetivo domínio de Roma sobre o noroeste ibérico (ALARCÃO, 1992b: 65; PARCERO-OUBIÑA; COBAS, 2004; PARCERO-OUBIÑA *et al.*, 2007; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 328-349; LEMOS, 2009: 132; GONZÁLEZ GARCÍA, 2011; FONTE, 2015: 51-61).

Na verdade – sem, naturalmente, desmentir-se a influência dos novos donos da terra para o crescimento (ou redução) de algumas dessas grandes citânias[697] – o processo de «*oppidização*» verificado na península tem notórios paralelos e é, na generalidade, contemporâneo da emergência dos grandes centros fortificados da Europa temperada (COLLIS, 1984; 1989: 223-236; FICHTL, 2005; 2013; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2013b; FERNÁNDEZ-GÖTZ; WENDLING; WINGER, 2014). No tocante à área da «cultura castreja», esta urbanização acelerada – cronologicamente situável, globalmente, talvez, no trânsito do século II para o século I a.C., como parece ter sucedido em Sanfins – parece traduzir, sobretudo, dinâmicas endógenas, sem que o papel das «periferias romanizadas» possa ser devidamente avaliado, ilustrando, como tem sido salientado, situações de sinecismo, ou seja, o abandono de povoados menores, favorecendo a concentração das populações em «citânias» de maior envergadura e suposta centralidade (SILVA, 1986: 43; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 328-338). Não obstante, a desertificação de castros mais excêntricos prosseguirá ao longo do século I a.C. e imediatamente a seguir ao câmbio de era; ao mesmo tempo que, nas últimas décadas do século I a.n.e. – porventura após o final das guerras cântabras, mas não necessariamente – novos aglomerados eram estabelecidos, tanto os designados «castros agrícolas», como outras fundações *ex nouo*, aqui notavelmente exemplificadas no Monte Mozinho[698]. Em síntese, fenómenos que são, em muitos casos,

[696] São particularmente exemplificativos desta posição, no tocante ao Noroeste, os trabalhos decorrentes da «escola» de C. A. Ferreira de ALMEIDA (1983a; 1983b), como os de F. ACUÑA CASTROVIEJO (1994; 1996), F. CALO LOURIDO (1993: 102-118), F. QUEIROGA (2003 [1992]: 22ss) ou T. SOEIRO (1997). Esta perspetiva, com pontuais divergências de análise e interpretação, é ainda sustentada por alguns deles, como pode ver-se em estudos mais recentes de CALO LOURIDO (2005: 100-103) ou F. QUEIROGA (2007: 172).

[697] Como bem nota Francisco Calo, esta designação, tal como «*cividade*», por exemplo, é um topónimo, não um «tipo de castro» (CALO LOURIDO, 2005: 100; 1993: 17-21), mas também *castro*, *anta* ou *mamoa* o são; ou, quando muito, correspondem a terminologia arqueológica que os usos científico e popular consagraram, pelo que não vemos qualquer óbice à utilização do termo, que todos sabem a que se refere.

[698] Na verdade, embora se designe, desde sempre, o sítio arqueológico como «castro», e com eles partilhe muitas características, poderíamos também classificar o Mozinho como um «povoado» romano; mas será sempre, entre os sítios escavados na região que estudámos, um caso muito singular: ou um «castro romanizado» sem antecedentes «castrejos»,

notoriamente anteriores ao domínio romano, como o do crescimento exponencial e «urbanização» de alguns castros, povoados estabelecidos de raiz, como o Mozinho, e a emergência de cidades como *Bracara Augusta*, *Aquae Flauia*e ou, mais ao norte, *Lucus Augusti*, conviveram, em tempos augustanos, numa nova paisagem «urbana» do Noroeste peninsular, traduzindo novas dinâmicas socio-políticas e expressões de poder e territorialidade de que, a pouco e pouco, vamos tendo maior consciência.

Nesta perspetiva, devemos sublinhar que, entre os grandes castros escavados no norte de Portugal, o Mozinho parece ser o de fundação mais tardia. Instalado numa elevação planáltica à cota máxima de 408 metros e numa posição estratégica na parte meridional do *conuentus* bracaraugustano, distando cerca de 30 km do mar, 45 km da sede conventual e 7,5 km da desembocadura do Tâmega no rio Douro (SOEIRO, 2018: 211), este povoado fortificado terá sido fundado, de acordo com as sínteses mais recentes – quase indubitavelmente de raiz – nas últimas décadas do século I a.C., certamente durante o reinado do primeiro imperador romano «muito perto da mudança de era» (SOEIRO, 1998a: 13; 2019: 21-22)[699], muito depois de Sanfins, Briteiros, Bagunte ou até, muito provavelmente, de Tongobriga, considerando a recente revisão cronológica do povoado[700]. Desta forma, o particular interesse deste aglomerado urbano dos finais da Idade do Ferro reside, precisamente, no seu contexto fundacional e correspondentes ambiente socio-cultural e de organização política (Fig. 128).

Se bem que alguns achados fortuitos, designadamente monetários, provenientes do Mozinho ou do vizinho castro da Abujefa[701], tenham sido noticiados desde meados do século XIX, foi só nas primeiras décadas da centúria seguinte que a «cidade morta», como então foi designada, entrou no debate científico (MACHADO, 1920), a que se seguiram novos estudos (PINHO, 1931; MENEZES, 1937) e escavações arqueológicas regulares entre 1943 e 1958, sob a égide da Comissão e Museu de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral, passando entretanto pelo sítio destacados arqueológos portugueses da época, o que levou à sua classificação como imóvel de interesse público em 1948 (SOEIRO, 1998a: 12). Os trabalhos arqueológicos no Monte Mozinho apenas viriam a ser retomados em 1974, agora sob direção de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, autor de trabalhos de referência (ALMEIDA, 1974; 1975; 1977; 1980), de supina importância, pela astuta leitura estratigráfica, erudita interpretação dos materiais e constante inquérito etnográfico que eram apanágio daquele investigador, tornando-se, rapidamente, esta estação num local referencial para o estudo da cultura castreja nas suas fases mais recentes e de acordo com novos paradigmas de análise (SOEIRO; CALO LOURIDO, 2014). Seguidamente, desde 1982, dirigiu a investigação no Mozinho Teresa Soeiro, a muitos títulos herdeira da lúcida e crítica pedagogia de Ferreira de Almeida (SOEIRO, 1984; 1998a; 1998d; 2001; 2018; 2019) e, já na primeira década do nosso século, entre 2000 e 2012, Teresa Pires de Carvalho, arqueóloga particularmente dedicada aos estudos de cerâmica fina romana (CARVALHO, 1994; 1998a; 2002; 2008a; 2008b; 2009; 2019; CARVALHO; QUEIROGA, 2005).

O contexto fundacional do povoado requer, como atrás se disse, algumas reflexões. Todos os autores concordam em situar no reinado de Augusto as origens do castro, mas as propostas de situar esse momento nas três dezenas de anos que antecedem o câmbio de era (SOEIRO, 2019: 21-22) assentam mais em conjeturas e materiais esparsos do que em

ou um povoado cerrado por muros e distinto de todos os congéneres. Optámos, convencionalmente (e sem total satisfação) pela designação consagrada pela historiografia.

[699] SOEIRO, 2019, constitui a segunda edição, revista e atualizada, do trabalho anterior da mesma autora (1998a). Citaremos, regularmente, a primeira edição, e apenas a de 2019 quando divergir ou atualizar a primitiva.

[700] *Vd*. *supra*, ponto 4.3.2.1.7.

[701] Cfr. Vol. II, Inventário II.C, ficha CR14 e Inventário II.L, M08 e M09.

depósitos de ocupação claramente datados, pelo que alguns autores sugerem fixar as suas raízes em momento posterior ao final das guerras cântabras (PEREIRA-MENAUT, 1998a: 38) ou mesmo já nos inícios da primeira centúria (ALARCÃO, 1988b: 27), dúvidas compreensíveis, uma vez que os materiais arqueológicos mais antigos ali exumados são, por ora, incapazes de refletir com precisão esse intervalo de poucas décadas[702]. De facto, se bem que as escavações tenham revelado, em diversos pontos do povoado, estratos cujo conteúdo artefactual era constituído integralmente por cerâmica de formas e decorações castrejas (ALMEIDA, CF, 1974; 1975, *passim*; SOEIRO, 1984, *passim*), cremos que tal circunstância terá maior significado cultural que cronológico, uma vez que, como é sabido, a tradição morfológica da olaria da Idade do Ferro adentrou-se pelas primeiras décadas da nossa era nos aglomerados indígenas[703]. Já a análise à *terra sigillata* itálica, que ocorre em escassa quantidade[704], revela, muito pontualmente, algumas formas que poderão remontar a 15 ou 20 a.C. (CARVALHO, 1998a: 22), como já Ferreira de Almeida tinha anotado (ALMEIDA, CF, 1977: 27), dado que, todavia, pouco adiante ao esclarecimento da datação fundacional do sítio.

4.6.1. Cronologia de ocupação

A ocupação do povoado castrejo foi fixada, desde há muito – se bem que com pequenas pontualizações cronológicas, em função dos resultados dos novos trabalhos de campo que vão sendo realizados – em seis grandes «tempos» (SOEIRO, 1998a: 13-16; 2019: 21-25), cujas características mais notáveis observaremos em linhas muito gerais. O primeiro desses momentos, é, como vimos, o fundacional e das primeiras décadas do povoado, até cerca de meados do século primeiro da nossa era; nesta primeira geração do castro terão sido erguidas as principais muralhas delimitadoras do sítio, incluindo a mais externa[705], e a urbanização abrangeria já amplas áreas do castro (Fig. 134), considerando a presença de construções de planta circular dispersas um pouco por todo o perímetro de cerca de 20 hectares (SOEIRO, 1998a: 15; 2018: 211-212; CARVALHO; QUEIROGA, 2005; CARVALHO, 2019).

Um segundo tempo, revelado em especial pelo aumento dos itens importados e por uma maior generalização do uso da língua latina foi situado entre as décadas de 40 e 60; esta época, simultaneamente, parece também marcada por uma aparente perda de população – que mais tarde se acentuará –, se bem que se desconheçam as causas e dinâmicas internas que a justifiquem (SOEIRO, 2019: 23). Uma terceira fase corresponde à dinastia flávia e primeiros imperadores antoninos. Datam deste período – onde todavia parece continuar a assinalar-se alguma retração demográfica (SOEIRO, 1984: 127) – a construção do recinto superior e importantes reformulações urbanísticas, incluindo diversas iniciativas de monumentalização do aglomerado urbano, levando Teresa Soeiro a resumir, expressivamente que, naquela época do Mozinho, «o castrejo acabara, de tal forma se impõe a romanidade» (SOEIRO, 1998a: 15).

[702] Com a expressão «Monte Mozinho é (…) durante a primeira metade do século I d.C. un enorme castro, *non sabemos se novo*» (itálico nosso), Teresa Soeiro expressava ainda, em finais do século passado (1997: 222), algumas dúvidas sobre eventuais origens anteriores do povoado, questão para a qual, todavia, os trabalhos realizados desde então nada acrescentaram de realce.

[703] E não só em contextos rurais; também em áreas de plena urbanização romana, como se observou na análise comparativa do espólio das necrópoles de Monteiras (Penafiel) e da via XVII (*Bracara Augusta*), onde estão presentes cerâmicas de tradição indígena em épocas bem adiantadas do século I (MORAIS; SOEIRO; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014).

[704] No estudo global mais completo, se bem que desatualizado pela continuidade das escavações, Teresa Pires de Carvalho quantificou apenas 67 fragmentos, tão só uns 3% da *sigillata* até então recolhida (CARVALHO, 1998 [1994]: 21). A reescavação do sector B, fora da acrópole, feita em 1995-1997, produziu, apenas, 2,2% de produções itálicas, centradas no período tiberiano (CARVALHO, 2002: 121), embora se desconheça o resultado exato das escavações de 1940-1950 nesta área do castro (SOEIRO, 2001).

[705] Se bem que, porventura, concluídas já após o reinado de Augusto, como também sugere Teresa SOEIRO (1998a: 19).

O quarto período da vida do castro corresponde, ao que parece, a um momento de abandono ou «interregno» (designadamente da área habitacional superior), compreendido entre os meados do século II e as últimas décadas da terceira centúria (SOEIRO, 1998a: 15-16) ou, com maior precisão, entre a dinastia dos Severos e o período de anarquia militar, (SOEIRO, 2019: 24). Reanimando-se o povoado a partir desta altura – se bem que a acrópole continuasse desabitada, e em simultâneo com uma intensa ocupação do *ager* circundante (SOEIRO, 2018: 212) – o quinto tempo do Mozinho chegará, pelo menos, até ao século V, atendendo, em especial, aos resultados das escavações de 2002-2004 junto à muralha exterior (*Idem*, 25), tendo mesmo sido encontrados restos de edifícios tardios fora daquele muro (SOEIRO, 2019: 64). Por fim, abandonado o povoado em data incerta, o sexto momento histórico é já o da sua parcial «reocupação» em plena Idade Média, não como espaço habitacional mas, provavelmente, com a sacralização do seu topo através da construção de um edifício religioso.

Naturalmente, como comentário pessoal, devemos recordar que esta cronologia de ocupação assenta exclusivamente em dados arqueológicos, ou seja, os períodos de eventual retração do povoamento ou mesmo de abandono ao longo do século III, justificam-se, tão só, pela ausência no registo arqueológico de moedas ou artefactos datáveis daquela época do domínio romano. Todavia, como também não têm deixado de notar os responsáveis pelas escavações e continuado estudo do Mozinho, dos vinte hectares do povoado, encontra-se escavada apenas uma área correspondente a uns 10% do sítio, e desses trabalhos, os mais antigos – por deficiente metodologia e registo – são pouco aproveitáveis, para além dos materiais arqueológicos que possam ter chegado ao museu municipal (SOEIRO, 1984: 125-126).

4.6.2. Muralhas e fosso defensivo

Tanto a data em que foram erguidas como a sua estrutura edilícia não podem deixar de conferir às cercas que delimitam a área habitada do Mozinho uma função essencialmente simbólica. E se as designamos ainda, convencionalmente, como «defensivas», não será tanto no sentido militar, mas no sentido abrangente, tanto prático como simbólico, como já foram descritas, salientando ainda uma eventual utilidade em tempo de conflito «mas sobretudo no dia-a-dia, controlando a passagem e protegendo os habitantes e a sua fazenda de estranhos, feras e medos» (SOEIRO, 1998a: 19)[706].

Melhor conhecida no seu traçado e composição é a cerca superior – que pode designar-se como Muralha I[707] – de plano ovalado e compreendendo uma superfície na ordem de um hectare e meio (Figuras 128, 129 e 134). Este terá sido o núcleo fundador do castro, tendo também esta muralha uma clara função estrutural, para criação de uma plataforma nivelada sobre a qual assentam as construções (SOEIRO, 1998a: 36); não obstante, como já notámos, a ocupação inicial poderá ter-se estendido, num momento inicial ou nos anos seguintes, a uma área muito maior do monte. Este muro superior, com uma largura média de um metro, é constituído por duas faces verticais de aparelho granítico trabalhado a pico, irregular, com miolo também de pedra de diferentes calibres (Figs. 129 e 130). Desconhecendo-se a sua altura original, «embora se estime pouco elevada» (SOEIRO, 2019: 28), destacam-se nela,

[706] *Vd*., a propósito, CALO LOURIDO, 2005: 100; SILVA, 2005a: 175.

[707] Importa clarificar que nos primeiros trabalhos sobre as escavações modernas, designadamente as dirigidas por C. A. Ferreira de ALMEIDA (1974; 1975; 1977) o recinto superior era designado como Muralha I, desdobrando-se a seguinte, com o seu realinhamento de reforço, em II e III, nomenclatura ainda usada, inicialmente, por Teresa SOEIRO (1984). Posteriormente (SOEIRO, 1998a) passou a distinguir-se o recinto superior da Muralha I, que rodeia a acrópole habitada durante o século I e em começos do II.

tanto a presença de rampas interiores de acesso, embutidas ou adossadas ao muro, como a de aberturas inferiores para escoamento das águas pluviais, cuja pressão, de outro modo, poderia fazer perigar a estabilidade da estrutura (SOEIRO, 1998a: 19)[708]. Esta cerca estava provida de um acesso monumental a nordeste, pontuando a larga «avenida» (como é habitualmente referida nas publicações) lajeada que parece vertebrar o urbanismo do castro. Esta entrada, com uma largura de 2,07 m, correspondente a 7 pés romanos (MACHADO; CARPETUDO, 2019: 132) e cerrada por uma porta em madeira de que se conservam ainda os encaixes laterais, situava-se entre dois torreões, de plano retangular o mais meridional e desenho trapezóidal o situado a norte, este depois absorvido pelo alargamento do muro sobre um penedo aí existente. T. Soeiro, que admite a possibilidade de outras aberturas nesta muralha superior, eventualmente no sector sul, sugere ainda que as duas estátuas de guerreiros «galaicos», cujas bases se encontraram nas escavações da plataforma inferior, pudessem estar originalmente implantadas sobre os torreões que ladeiam a entrada principal (SOEIRO, 2019: 29), à semelhança do que sucedia na citânia de Sanfins (SILVA, 1999a: 16) e, provavelmente, em outros *oppida* (SILVA, 2008: 12; 2013a: 40).

Entre esta cerca superior (Muralha I) e a mais externa, as plantas levantadas em diferentes épocas revelam um ou dois alinhamentos murários, excêntricos e porventura não fechados, situados a nascente e a sul, que poderão corresponder a muralhas parciais (Fig. 134), o que não pôde ainda esclarecer-se através de escavações arqueológicas[709]. Todavia, como muito bem nota T. Soeiro, as muralhas, por vezes, partilham com muros simples de talude e plataforma, funções de estabilização de terrenos e preparação de superfícies de construção, não sendo por isso possível perceber em qual destas categorias poderão vir a classificar-se aquelas estruturas e, muito menos, a época da sua construção (SOEIRO, 1998a: 19-20).

Por fim, a citânia é encerrada por um extenso muro, com um perímetro de cerca de dois quilómetros de extensão, que constitui a segunda ou terceira muralha do povoado, consoante se considere nesta qualidade algum alinhamento intermédio. As características desta muralha exterior, visível em largos troços e, por vezes, assente em penedos de granito aflorantes, são similares às da muralha da acrópole, se bem que em alguns pontos mais espessa, não se conhecendo, com precisão, os vãos de acesso, se bem que possa, justamente, interrogar-se se nela teria nascença o grande eixo de pavimento empedrado, ou avenida, que parece cruzar o castro de sudoeste para nordeste (SOEIRO, 1998a: 19-20), podendo também existir um outro acesso a noroeste, coincidindo com a principal área de necrópole. Nas campanhas arqueológicas que melhor permitiram caracterizar este muro exterior (2002-2003), foi também determinada a sua cronologia augustana (CARVALHO; QUEIROGA, 2005), o que subscreve a proposta de idêntica temporalidade para as construções de planta redonda distribuídas pelas plataformas intermédias do castro (SOEIRO, 2019: 30-31). Por fim – e como única estrutura verdadeiramente defensiva – deve assinalar-se a presença de um fosso, situado a noroeste, que praticamente separa o Mozinho do vizinho castro da Abujefa, mas sobre a cronologia deste fosso, por falta de trabalhos arqueológicos, nada pode adiantar-se de mais concreto (SOEIRO, 1998a: 20; 2019: 31).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[708] Se bem que esta autora assinale que estes escoadouros, relativamente mais amplos que o habitual, poderiam comprometer a estabilidade da estrutura (*Idem, ibidem*), parece-nos maior o risco da sua não existência.

[709] C. A. Ferreira de ALMEIDA (1977: 31-32) julgou ver entre a malha urbana da acrópole eventuais vestígios de alinhamentos defensivos anteriores – porventura ligados a estes trechos aparentemente sem sequência – mas essa possibilidade não foi confirmada por trabalhos subsequentes.

4.6.3. Malha urbana e arquiteturas

Duas questões primordiais emergem ao sintetizarmos alguns elementos sobre a malha urbana do Monte Mozinho. Por um lado, a sua natureza indubitavelmente planificada, pré-definida; a segunda, o carácter claramente indígena da prática arquitetónica. Ou seja, o estabelecimento e construção do povoado obedeceram a uma intencionalidade que foi traduzida num plano mas, ao mesmo tempo, os que o edificaram e, por certo, os seus primeiros habitantes, se alguns hábitos adotaram já dos romanos, não os refletiram na forma do lar e na espacialidade familiar (ALMEIDA, CF, 1977: 32-34; SOEIRO, 2019: 27-38)[710].

Como observa Teresa Soeiro, na análise da morfologia urbana da citânia impõe-se a avenida, o grande eixo de circulação lajeado de orientação NE-SO, estendido, pelo menos, ao longo das principais plataformas intermédias e superiores do aglomerado. Esta autora admite a dificuldade em datar este traçado viário de um momento puramente pristino do sítio, mas não deixa de considera-lo indispensável, não só enquanto alinhamento estruturante, pois dele arrancam as ligações aos diferentes núcleos residenciais; como também para a articulação de dois núcleos construtivos situados a cotas distintas, de um e outro lado do arruamento (SOEIRO, 1998a: 20). Talvez possamos imaginar, numa fórmula de compromisso, que seja original o desenho da via e, talvez, um pouco posterior o seu calcetamento, mas esta possibilidade não conta, aparentemente, com dados arqueológicos que a sustentem.

Ao afirmarmos, em concordância com ALMEIDA, CF (1977)[711], SOEIRO (1984: 127) e outros estudiosos que têm escrito sobre o Mozinho, o reconhecimento de uma planificação, pelo menos concetual, a partir da extensa avenida ordenadora, importará retirar algumas ilações deste pressuposto. Certamente, não temos razões para crer que tenha sido, diretamente, o exército ou alguma autoridade romana a esboçar o princípio ordenador do povoado, nem o Mozinho tem qualquer semelhança com um acampamento ou cidade romana original. Assim, sendo, a *ideia* de urbanizar o aglomerado através de um grande eixo estruturante, retilíneo, com valetas laterais para escoamento das águas pluviais e de apreciável largura[712], a partir do qual nascem outros arruamentos, mais ou menos ortogonais, sendo autóctone, poderá bem ter resultado de alguma emulação de modelos regionais, ou seja, de outras citânias, como a de Sanfins (SILVA, 1986: 46-48; 1999a: 18), cujo urbanismo poderá ter sido reorganizado, segundo esquemas de tendência hipodâmica bem mais evidentes[713], em momento eventualmente um pouco anterior à fundação do Mozinho. Naturalmente, compreende-se bem que esta *imitação* – se assim puder ser reconstituída a história – não traduzirá apenas a conveniência prática de «arrumar» as casas-pátio de uma forma mais organizada, facilitando os acessos; acrescidamente, reflete, porventura, um conceito significativamente distinto da vida em comunidade e de articulação dos seus diversos espaços funcionais e simbólicos.

A planta da generalidade das construções no interior do recinto que circunda a acrópole, que se encontra escavado em proporção um pouco superior a 50% (Figs. 129 e 131), revela uma paisagem urbana constituída maioritariamente por «casas-pátio», como têm sido designadas, ou seja, núcleos residenciais, entendidos como «unidades familiares de produção

[710] Em boa verdade, a predominância da tradição construtiva segundo plantas curvilíneas mesmo depois das reformas urbanísticas dos grandes castros, não é exclusiva do Mozinho. De igual modo, na citânia de Sanfins os edifícios redondos pós-reforma representam 65% das construções (SILVA, 1999a: 18).

[711] Ferreira de Almeida, porém, pareceu sugerir, se bem entendemos, que tal planificação urbana poderia não ter sido original mas apenas fruto das remodelações do último terço do século I (ALMEIDA, CF, 1977: 32).

[712] Todavia, para trânsito exclusivamente pedonal, não havendo qualquer indício da circulação de veículos com rodados dentro do perímetro do castro.

[713] Para o que poderá ter contribuído a distinta topografia deste povoado, deve observar-se.

e consumo» (ALMEIDA, CF, 1984: 38-39; SOEIRO, 1998: 21), constituídos por conjuntos de construções delimitadas por um muro externo, normalmente provido de cancela, integrando, em número variável, tanto edifícios de planta circular, como de plano ortogonal, quase invariavelmente dispostos em torno de um pátio empedrado, logradouro doméstico cuja utilização quotidiana está amiúde marcada pela presença, no pavimento, de pias, bebedouros para animais ou dormentes de mós para moagem de cereais (SOEIRO, 1998a: 21ss.).

Esta modalidade de organização socio-espacial, que alguns autores, enfatizando a aculturação romana, designam por vezes como *domus* (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 597), é muito comum nos grandes castros coevos do Mozinho, como Briteiros (LEMOS, 2009: 156-158), Sanfins (SILVA, 1986: 46-48; 1999a: 17-21), Terroso (GOMES, 2005; GOMES; CARNEIRO, 1999: 42-50; 2005: 113-132) ou Bagunte (ALMEIDA; ALMEIDA, 2015; ALMEIDA, 2020). Deverá refletir, como hipótese explicativa mais corrente, a expressão arquitetónica de sociedades autóctones nas quais a família tinha particular importância como unidade básica de estruturação social (PARCERO OUBIÑA *et al*., 2007: 226-231), representando-se a hierarquia ou relações de poder intercomunitárias pela iconografia escultórica que ornamentava algumas construções, um investimento simbólico cuja semiótica seria culturalmente reconhecida e partilhada. Falamos de ombreiras ou padieiras lavradas, trísceles e outras pedras decoradas (SOEIRO, 1998a: 21-22; 2019: 34), cuja distribuição pelos núcleos habitados provavelmente não seria aleatória. Uma das grandes lições da continuada escavação do Mozinho é, a nosso ver, a perceção nítida da evolução da arquitetura doméstica ao longo da primeira centúria, com aspetos surpreendentes há quase meio século, como a seu tempo era reconhecido (ALMEIDA, CF, 1977: 5), mas que permanecem pouco replicados em outros povoados – dada a falta de escavações extensivas – nomeadamente a permanência do *habitus* da construção com plantas circulares durante, (e eventualmente após) os júlio-cláudios, generalizando-se nas primeiras décadas os anexos em vestíbulo ladeando a entrada, para depois as casas os perderem, ao mesmo tempo que, em ritmo progressivo, coabitavam ou eram substituídas pelo gosto dos planos ortogonais (ALMEIDA, CF, 1974; 1977; SOEIRO, 1984; 1998a; 2019). Todavia, não nos importa particularmente a descrição ou análise detalhada de aspetos construtivos, cuja evolução seguirá, no Mozinho, o ocorrido em outros grandes povoados da região meridional castreja (QUEIROGA, 2005)[714], mas interessa-nos abordar alguns elementos da arquitetura pública do aglomerado, que não se resume à construção e manutenção das muralhas.

Dois locais se evidenciam a este respeito, o recinto ovalado que coroa a acrópole e o designado «monumento» romano. O recinto elíptico superior, envolvido por uma «muralha» idêntica às restantes com 85,5 metros de perímetro, com uma única porta, sem clausura, de acesso direto à rua lajeada, levanta importantes questões a respeito da sua cronologia e função (Figs. 129, 131 e 134). Segundo Soeiro, datará esta construção, que, «sob a forma actual» delimita uma área de 509 m^2, de um momento posterior a meados do século I, ao mesmo tempo que a escavação parcial do seu interior e total da envolvente não revelaram qualquer construção pré-existente (SOEIRO, 1998a: 20)[715]. No plano funcional, a circunstância do muro delimitador se encontrar internamente escalonado – como que prefigurando um assento ou bancada perimetral – e rematado por lajetas, a par dos dois lanços de escadas, adossadas

[714] Não obstante, graças à finura de observação e registo de Ferreira de Almeida e Teresa Soeiro, o Monte Mozinho permanece como exemplo e caso de estudo praticamente singular no que respeita ao desenvolvimento das técnicas edilícias, devidamente acompanhadas pelo registo artefactual, no período das primeiras duas dinastias de imperadores romanos.

[715] Se bem que em redor deste cercado tenha sido deixada uma área relativamente desafogada, não se lhe adossando praticamente outras construções, sobretudo a poente, onde assenta sobre rochedos; e a sul e sudeste, lados pelos quais confina com a «avenida».

pelo lado norte, que permitem a ascensão ao topo do muro a partir do exterior, sugeriram francamente a natureza pública deste espaço, interpretado até como uma espécie de arena «multiusos» (SOEIRO, 1998a: 27), sentido mais modernamente exemplificado com a realização de reuniões administrativas ou judiciais, mercados, espetáculos ou jogos, o que se ilustra até graficamente (SOEIRO, 2019: 40). Corroborando o possível uso comunitário, cívico, deste recinto, deve sublinhar-se que a sua escavação proporcionou grande quantidade de restos de ânfora, *terra sigillata* hispânica e ossos queimados, eventuais testemunhos de basquetes coletivos ou rituais (ALMEIDA, CF, 1977: 23).

Espaços similares a este recinto culminante do Mozinho ocorrem em outros *oppida*, em certos casos com configuração bastante similar, como nas citânias de Santa Luzia, Viana do Castelo (VIANA; OLIVEIRA, 1954: 46; VIANA, 1955: 68; ALMEIDA, CB, 2003a: 223-224; LEMOS, 2009: 149) ou Sán Cibrao de Las (GONZÁLEZ RUIBAL *et al*., 2014: 96-99; ÁLVAREZ GONZÁLEZ *et al*., 2017a: 357); por vezes com planimetria algo diversa, como em Sanfins, onde parece ter sido «reproduzida» em duas construções retangulares, amplas, com conteúdo arqueológico meramente votivo (SILVA, 1999a: 21), deixando-se adivinhar mesmo em castros onde alterações modernas descaracterizam as áreas superiores, como sucede em Briteiros (LEMOS, 2009: 149; CRUZ, 2015: 410-411; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 570).

Não contradizendo as propostas interpretativas de Ferreira de Almeida e Soeiro, González Ruibal, classifica estes «espacios de agregación social» como «santuários urbanos», valorizando a identificação de inscrições e estatuária em alguns daqueles espaços, em oposição à total ausência de construções ou artefactos domésticos, chegando mesmo a propor que tais espaços – que, em plano, têm alguma semelhança, na verdade, com o plano de muitos castros – pudessem, de alguma forma, ilustrar, metaforicamente, o próprio povoado[716], quer como representação simbólica coletiva, de forte carga identitária, quer como dispositivo de exibição e negociação dos poderes e hierarquias comunitárias (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 569-570), o que na citânia de Briteiros poderia sair reforçado com a proximidade deste espaço de tipo foral ao grande edifício tradicionalmente entendido como possível «casa do conselho», que lhe fica muito próxima (LEMOS, 2009: 149-150; CRUZ, 2015: 411). Outros autores têm recentemente enfatizando a componente religiosa e ritual destas acrópoles muradas, tomando como caso paradigmático o *oppidum* de San Cibrán de Las, que põem em paralelo com outros casos de *croas* sem construções e com conteúdo ou inscrições votivas, como se regista em Santa Luzia e, com menor evidência, também no Mozinho (ÁLVAREZ GONZÁLEZ *et al*., 2017a: 365-368; 2017b: 224-235). Em relação a este castro, os mesmos estudiosos sugerem que – não obstante a datação dentro do século I da construção do muro de delimitação do recinto –, o mesmo topo pudesse já ter sido objeto de frequentação ritual e reunião de comunidades durante a Idade do Ferro, como parece ter sucedido em Las, podendo, pelo menos em parte, justificar-se desta forma a posterior seleção do local para o estabelecimento do povoado sedentário (ÁLVAREZ GONZÁLEZ *et al*., 2017b: 229).

Outra construção notável do Monte Mozinho é a que foi designada, desde a sua descoberta, como «monumento» (ALMEIDA, CF, 1975: 61, 81-82). A estrutura, exumada em

[716] Admitindo a proposta de González Ruibal, não queremos deixar de observar que a analogia entre a «mancha-tipo» de um castro e a planta de alguns destes recintos coletivos, porventura evidente aos nossos olhos, não o seria tanto para os castrejos do câmbio de era, ainda distantes da prática de concetualização e representação cartográficas que só muito tempo depois seria comum. Na mesma linha, algumas leituras semióticas do símbolo da *caetra*, patente nos escudos de alguns «guerreiros galaicos», como nas emissões monetárias da conquista, como uma espécie de «planta» simplificada de *oppida* como Mozinho ou Las parecem-nos, certamente, sugestivas mas a considerar com muita prudência (RODRÍGUEZ CORRAL, 2012: 91-92; MAGARIÑOS IGLESIAS, 2017: 63), se bem que a proximidade formal entre as plantas daqueles dois povoados seja evidente e, a todos os títulos, desafiante.

escavações de 1943, foi reavaliada no recomeço dos trabalhos arqueológicos, em 1974. Trata-se da base de um edifício, com 3 x 2,6 metros, constituído por um embasamento de boa cantaria rematado por pedras molduradas de secção escalonada (Fig. 132). O achado, nas proximidades, de outros blocos lavrados, uma base e restos de fustes de coluna canelados, bem como de numerosos restos de estatuária, uma parte dos quais relacionados por aquele autor com o referido monumento, que datou da transição do século I para o II e considerou de natureza funerária e feição turriforme (*Idem, ibid*.). Entretanto, a continuidade da investigação sobre a organização e a plástica do Mozinho foram descartando a função funerária do conjunto arquitetónico – além do mais incompatível com diversas moradias coevas nas proximidades (SOEIRO, 1984: 261, 266; 1998a: 36; 2019: 40-41). Desta forma, esta construção monumental, «de romanidade indiscutível, embora de sabor provinciano» (SOEIRO, 1998a: 36), erigida na segunda metade do século I, com adequada cenografia, em local desafogado junto à entrada da muralha da acrópole, impondo-se à atenção do visitante, foi ultimamente reinterpretada como «monumento dedicado à glorificação do poder de Roma ou de algum personagem relevante», ensaiando-se até uma sugestiva reconstituição de um personagem a cavalo (Fig. 133)[717] a partir de fragmentos encontrados nas imediações (SOEIRO, 2012; 2019: 41)[718].

A singularidade de um conjunto arquitetónico, com vários compartimentos e arruamentos de acesso, situado a sul da avenida e junto à coroa superior (Sector c), escavado entre 1977 e 1978, levou C. A. Ferreira de Almeida, com boa e erudita fundamentação, a interpretá-lo como um complexo religioso (ALMEIDA, CF, 1980a). Baseou-se aquele autor em elementos de planimetria arquitetural, na sua boa qualidade edilícia e no resultado artefactual da escavação do conjunto. Nomeadamente, ressalta ali uma pequena construção retangular, de 5,8 x 3,4 metros, de paredes grossas e bastante sobrelevada em relação a uma espécie de pátio envolvente, murado e de pavimento lajeado, que Almeida considerou como *cella* no interior de um *naos*, sugerindo até paralelos formais. Neste conjunto urbanístico, datado do início dos imperadores flávios, Ferreira de Almeida destacou ainda outros elementos em apoio à sua interpretação como espaço público e religioso, nomeadamente a quase total ausência de espólio cerâmico doméstico e a existência de lareiras exteriores, chegando a sugerir que fosse votado a Júpiter o lugar sacral, considerando a ara encontrada no povoado (ALMEIDA, CF, 1980a: 55)[719].

Esta proposta interpretativa, aceite sem objeções por diversos investigadores (SOEIRO, 1984: 227-232; ALARCÃO, 1988b: 27; CALO LOURIDO, 1994: 347, n. 3), seria, por fim, posta em causa com os resultados da escavação do designado «Sector D», entre 1985 e 1992 (SOEIRO, 1998a). Ali se descobriu um conjunto residencial com notória similitude com o quarteirão do «templo», com idêntica qualidade arquitetónica e curiosas coincidências ao nível do plano, designadamente pela presença de compartimentos a cotas desniveladas, suscitando a Teresa Soeiro a obrigação de pôr em causa a interpretação religiosa do complexo precedente, optando por considerar ambos os complexos flavianos como «casas de qualidade, com lugar para homens e animais, que demonstram a vontade e a capacidade económica e

[717] A reconstituição virtual deste monumento, assim como de outros aspetos arquitetónicos do povoado, foi ensaiada, de forma assaz sugestiva, na «Maratona de Arqueologia Virtual» que tomou o Mozinho como tema em 2019 (MACHADO; CARPETUDO, 2019), do que resultaram produtos gráficos e animações 3D de grande qualidade, disponíveis nas redes sociais digitais.

[718] Não obstante, devemos notar, a aproximação a este monumento – a par da figura equestre – de outra, e muito diversa, estatuária de vulto em granito, aparecida em vários pontos do castro, parece-nos talvez excessiva, face às dimensões do edifício monumental, se bem que a impossibilidade da sua reconstituição em alçado deixe esta questão em aberto.

[719] *Vd*. ponto 4.7.

cultural de alguns daqueles que permaneceram em Mozinho nas últimas décadas do século I dC para viver segundo os novos padrões (SOEIRO, 1998a: 86-87)[720].

O espaço funerário é mais um dos indicadores claros (se outros não existissem) da «romanidade» da citânia (Fig. 134). Extra-muros e, provavelmente, no alinhamento das vias, localizam-se as áreas de necrópole já identificadas, estando em aberto a questão de saber se se tratava de uma mancha sepulcral contínua, ou de vários núcleos cronologicamente distintos (CARVALHO, 2008: 102, 105). O espaço funerário conhecido há mais tempo, situado a norte, foi intervencionado sob direção de Carlos A. Ferreira de Almeida, que aí detetou quatro sepulturas de inumação, baixo-imperiais, estruturadas com pedras e lousas de xisto; indicando a existência de outras áreas sepulcrais e aproveitando a ocasião para estudar materiais dispersos dessas necrópoles provenientes de achados, saques e escavações antigas, de cronologia variada (ALMEIDA, CF, 1975: 88-103); posteriormente, o mesmo investigador escavou ainda nas proximidades duas sepulturas de cremação, certamente, um pouco anteriores, e publicou uma estela funerária, em granito, ali encontrada (ALMEIDA, CF, 1977: 29-30). Mais tarde, Teresa Soeiro, sintetizando estes e outros dados e materiais antigos, estimou em cerca de 250 metros a extensão da necrópole norte, que terá estado em utilização numa amplitude cronológica de mais de três séculos, desde os começos do povoado até ao seu abandono no ocaso do Império, lamentando que apenas cinco sepulturas pudessem, até então, ser conveniente escavadas e estudadas (SOEIRO, 1984: 293, 299; 1998a: 31-32). Trabalhos arqueológicos posteriores, realizados entre 2002 (CARVALHO, 2005: 132, 146) e 2004 (CARVALHO, 2008), exumaram, em área a cerca de 150 metros para nordeste, sempre pelo exterior da muralha, duas necrópoles, cujo espólio ultrapassa as 500 peças (*Idem, ibid*.: 84). Na necrópole de inumação identificaram-se uma dezena de sepulturas, datadas do século IV[721], e numa área próxima, de cerca de 50m^2, em sobreposição parcial, cerca de 59 cinzeiros, de diversa planimetria, e uma sepultura em caixa pétrea quadrangular, correspondentes ao rito incineratório, aparentemente todas atribuíveis ao período dos flávios (CARVALHO, 2008: 89ss.). Alargou-se, assim, a diacronia da necrópole desde a primeira centúria até aos começos do século V, se bem que continuem por descobrir os espaços funerários da primeira metade do século I (CARVALHO, 2008: 105; 2019: 53; SOEIRO, 2019: 47; 51), correspondentes à primeira geração de moradores do castro.

À singularidade da «cidade morta» do Monte Mozinho, povoação estabelecida já em tempos claramente romanos mas que, todavia, nunca se urbanizou totalmente ao modo romano; junta-se a sua excecionalidade e elementos de prestígio que exibe, tanto nos objetos de luxo usados pelos seus habitantes, como na qualidade de algumas construções residenciais, e, bem assim, nos edifícios monumentais, que, cremos, não se terão restringido àquele que foi identificado, e que poderão justificar o extraordinário volume de peças escultóricas e arquitetónicas, que fariam do Mozinho, na primeira parte do século I, «um povoado magnífico», na expressão de C. A. Ferreira de ALMEIDA (1977: 37), representando, na verdade, o segundo povoado de todo o noroeste «castrejo» no tocante aos elementos escultóricos e de decoração arquitetónica, neste aspeto só suplantado por Santa Tecla, em La Guardia (CALO LOURIDO, 1994: 310-357; 1998: 140; SOEIRO, 2012). A este respeito, não

[720] Não obstante esta reinterpretação, seguida já em outros trabalhos (PEREIRA-MENAUT, 1998: 42; SOEIRO, 2019: 60) e que não pretendemos questionar – até pela autoridade, derivada do profundo e íntimo conhecimento da estação, seus materiais e estratigrafias por parte de T. Soeiro – notámos que outros aspetos da fundamentação de C. A. Ferreira de ALMEIDA (1980) para o «templo» do Mozinho, como a espacialidade geral ou a distribuição do espólio, não foram discutidos.

[721] Próximo das quais se detetaram, também, as paredes de uma construção com, pelo menos, dois compartimentos, cuja eventual ligação à necrópole é admitida, todavia sem que lhe proponha qualquer função (CARVALHO, 2008: 87-88, fig. 10).

podem deixar de referir-se a estátua equestre – para já sem paralelo no mundo castrejo «romanizado» – o significativo número de cabeças humanas «avulsas», o importante relevo das três *Matres* (SOEIRO, 2012) e as duas estátuas de guerreiros ali encontradas, que, com toda a probabilidade, atentos os paralelos já citados, coroariam a porta monumental da muralha da acrópole, uma destacando-se pela elevada qualidade plástica do torneado (PAÇO, 1966); a outra pela presença de uma inscrição no suporte, infelizmente de leitura pouco segura[722]. Não conhecemos as razões que terão levado a este notável florescimento do povoado, fossem económicas, políticas, ou, provavelmente, de ambas as naturezas. Tem sido normalmente apontada uma eventual ligação à exploração aurífera de Valongo e Paredes como explicação para a riqueza da citânia (SOEIRO, 1997; LEMOS, 2009: 132), o que nos parece plausível, mas carece ainda de mais fundada sustentação arqueológica[723].

Todavia – e justificando «saudáveis» dúvidas que Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA (1974; 1977) bem previu, o grande investimento de escavação feito no Mozinho, mesmo nas últimas décadas, tem vindo a fornecer informações do maior interesse para a compreensão do «*floruit*» e fase final do mundo castrejo; ao mesmo tempo que levanta novas questões, mesmo para a própria evolução «interna» do povoado. Não só ao nível da agência, decisão, plano e execução fundacional; também ao nível das ainda mal percebidas oscilações da sua ocupação. Na segunda metade do século I, «cando Monte Mozinho se reformulaba (…) tamén se baleiraba» (SOEIRO, 1997: 223), pelo que o povoado posterior à reforma flávia

> «*é unha outra realidade. Reducido ó perímetro da primeira muralla, nin esse espacio vai ocupar plenamente. Un grande número de habitantes abandonou este lugar que parece ter gañado um significado diferente, monumentalizado, como o centro simbólico da poboación centrifugada*» (*Idem, ibid*.),

abandono parcial que se manterá por várias gerações, levando a autora a questionar «e, ó final, quen partiu, para onde foi?» (*Idem, ibid*.). Os numerosos trabalhos que esta investigadora têm realizado no concelho de Penafiel respondem, em parte, em nosso entender, àquela pergunta; quase preferimos inverter a questão: quem ficou, por que ficou no Mozinho?

À intencionalidade da sua fundação não podem ter sido alheias as autoridades do novo poder romano (SOEIRO, 1984: 127; 2019: 29), se bem que possa discutir-se a razão específica para esta decisão quando já *Bracara Augusta* estava em construção (LEMOS, 2009: 132)[724]. Francisco Queiroga aponta razões estratégicas, de controlo fiscal e outras, para considerar que «*the Romans induced, or forced, the local peoples to built large cities according to their own patterns, with defensive structures and indigenous circular houses*» (QUEIROGA, 2007: 175-176), mas acrescenta-lhe uma nova interpretação. Com base nos seus próprios trabalhos no Mozinho, que documentaram uma ocupação residencial de época augustana nas plataformas intermédias do castro, até à muralha externa (CARVALHO; QUEIROGA, 2005), entende que tal poderá traduzir que o Mozinho «*was designed for a given number of people, and effectively filled by them*», o que implicaria a trasladação de habitantes de outros castros (QUEIROGA, 2007: 176). Retomando o testemunho de Estrabão,

[722] *Vd*. ponto 4.7. Para um conspecto, e ilustrações, do notável conjunto plástico do Mozinho, vejam-se ALMEIDA, CF, 1974; SOEIRO, 1974; 1998a; 2019; CALO LOURIDO, 1994: 310-357; 2005 ou belas fotografias em VV.AA., 2010. Para o «*pack* monumental» ficar completo falta apenas – arriscaríamos – localizar-se o edifício da sauna castreja, mas a eventual comprovação da sua inexistência também não deixaria de ser significativa em termos culturais.

[723] Curiosamente, a par de uma prática epigráfica não muito expressiva (se excetuarmos os grafitos na cerâmica), não se conhecem no Mozinho particulares achados de jóias que pudessem, por esta via, atestar a riqueza individual dos habitantes do castro.

[724] E, provavelmente, também a iniciar-se a urbanização de *Aquae Flauiae* (*cfr. infra*, ponto 4.4.2).

acerca da estratégia pela qual Roma teria controlado o «banditismo» lusitano, ou seja, forçando os povos a descer dos altos, reduzindo a aldeias as suas cidades e melhorando estas pela adição de «colónias» (*Geog*., III, 3, 5), Queiroga propõe que tais «colónias» possam, afinal, constituir «*the large oppida created during, or after the conquest*» (*Ibidem*, p. 175), correspondentes às *ciuitates* e de que o Mozinho poderia ser um dos expoentes (*Ibid*., p. 176).

Esta sugestão suscita-nos muitas dúvidas, tanto no plano da interpretação do texto estraboniano, que exigirá talvez uma leitura mais crítica; como ao nível dos eventuais reflexos dessa prática no registo documental e arqueológico desses grandes povoados. A passagem de Estrabão (provavelmente, em grande parte, «co-autorada» com Posidónio), tomada por Queiroga, constitui um dos textos fundamentais disponíveis para a análise das estruturas sociopolíticas das comunidades indígenas luso-galaicas e do modo como com elas interagiu o novo poder romano (GARCÍA QUINTELA, 2002: 16-53). Não cabendo neste ponto a sua análise detalhada[725], importa, porém, que a crítica e a hermenêutica amparem a análise e obviem à, talvez, menos ponderada utilização da fonte, cujas dificuldades começam logo na tradução do texto grego do geógrafo. Na verdade, após explicar a estratégia de deslocação de populações autóctones, transformando muitas das suas cidades (*póleis*) em aldeias (*komai*)[726], Estrabão usou um verbo – συνοικιζω – cuja tradução exige aturada análise contextual, pois tanto pode significar a fundação de *colónias* ou a instalação de *colonos* em núcleos populacionais pré-existentes[727], como, igualmente, o ato de *reconstruir*, *associar* ou *reformar* um ou mais aglomerados[728], ocorrendo com frequência, em outras passagens da *Geografia*, com o sentido de sinecismo. É nesta aceção, que García Quintela interpreta esta informação de Estrabão, considerando até tal sinecismo mais de ordem político-territorial do que, propriamente, a fusão de povoados, o que também poderia ocorrer (GARCÍA QUINTELA, 2002: 16-53, *passim*). Não obstante, mesmo admitindo a opção de F. Queiroga pela tradução em favor do estabelecimento de colónias, ou a inclusão de colonos nas comunidades pré-existentes, temos muita dificuldade, face ao silêncio das fontes e à opacidade do registo arqueológico, em imaginar o Monte Mozinho nesse estatuto ou com largo contingente de colonos devidamente latinizados, tal como, pelo contrário. se documenta em outros contextos, especialmente mais meridionais (CANTO, 2001a).

Não obstante as dúvidas quanto ao contexto fundacional e estatuto do Monte Mozinho (nomeadamente enquanto hipotético *caput ciuitatis*), este povoado de mais de vinte hectares é sempre entendido como «lugar central», a par de outros *oppida*, pela maior parte dos autores que se debruçam sobre a Idade do Ferro do noroeste (SILVA, AF, 1998: 4; 1999a: 6). Nesta qualidade, porém, ignora-se qual o território/*ciuitas* sobre o qual superintenderia, e

[725] Aliás, magistralmente ensaiada na obra atrás citada. Veja-se, também, o ponto 3.1 desta dissertação.

[726] Expressão com sentido mais político que físico, que reflecte, também a perspetiva etnocêntrica de Estrabão e do pensamento grego em geral, que associava a *polis* à civilização e a *kome* à falta de organização cívica, ou seja, a barbárie (cfr. GARCÍA QUINTELA, 2002: 23ss.).

[727] Esta foi a opção de JONES (1923: 71), transcrita por F. Queiroga: «they [*Romanos*] improved some of their cities [*indígenas*] by adding colonies thereto»; como também, por exemplo, de GOMÉZ ESPELOSÍN (2015: 230): «*algunas de ellas [ciudades] las fundaron en mejores condiciones com el añadido de colonos*»; ou ainda a tradução portuguesa mais recente: «e associando também colonos a algumas delas [cidades], para melhor resultado» (DESERTO; PEREIRA, 2016: 62), especificando em nota de pé de página estes últimos autores que se trata de «núcleos em que cidadãos romanos se misturam com a população autóctone, não de fundações *ex nouo*» pondo em paralelo III, 2, 15 e citando ainda, a propósito, Alicia CANTO, 2001a (*Ibidem*, n. 225).

[728] Assim interpretaram Marco GARCÍA QUINTELA (2002: 16): «división de la mayor parte de sus ciudades (*póleis*) en aldeas (*komai*), o mediante la mejor organización (= fundación, sinecización) de algunas de ellas»; e bem assim a tradução portuguesa clássica de J. CARDOSO (1994: 68): «…e até reagrupando melhor a algumas [cidades]», registando em nota o tradutor que o verbo usado por Estrabão, «além de outras acepções, comporta a de "reconstruir uma cidade; associar, unir". Daí que se possa entender no duplo sentido de "associar de novo algumas aldeias ou cidades, reformando-as". Parece ser este o sentido do passo.» (*Ibidem*, n. 68).

desconhece-se de todo o nome do sítio ou dos seus habitantes, que apenas podemos presumir, sem certezas, englobarem-se no étnico maior dos *Callaeci*, havendo até sugestões de que poderia ser o Mozinho a sua «capital» (ALARCÃO, 1992b: 64; SOEIRO, 1997: 222).

Nesta linha, e ensaiando, com base no cruzamento de diversas fontes, a etnogeografia antiga da região sobre a qual incide esta dissertação, Armando Coelho Ferreira da Silva tem vindo a propor a organização de entidades étnicas segundo um esquema simbólico, de fundo indo-europeu e transmissão céltica, assente em cinco elementos, uma «quadripartição em cinco secções», na sua própria expressão (SILVA, AF, 2011a: 22)[729]. Segundo esta arrojada proposta, o «complexo arqueológico do Castro da Abujefa/Monte Mozinho» representaria, à época, o lugar central de um território ocupado pelas gentes de *Anegia*, ou *Danegia*, cuja tradição A. Coelho fundamenta na epigrafia romana regional e a perduração do nome na «*civitas*» medieval dos tempos da Reconquista (*Idem, ibid*.). A par dos *Danaeci* (*Ana/Dana* + *Eja*) cujo radical Coelho, ainda fundado na linguística indo-europeia, crê poder relacionar-se com a ligação ao rio, viveriam nesta região os *Callaeci* (com sede no morro da Sé do Porto), os *Madequisenses* (lugar central no *castellum Madiae*, Alvarelhos) e os *Fidueneae* (citânia de Sanfins), todos articulados, do ponto de vista religioso, num «santuário» geograficamente central neste «espaço regional galaico» que seria o Castro do Muro, em Paredes (*Idem*, p. 22-23; SILVA, AF, 2013a: 42-46).

Não é este o local para um comentário alargado a esta proposta, que deixámos para outro ponto[730], mas impõem-se algumas notas no que ao Monte Mozinho e aos «*Danegi*» diz respeito. Desde logo, não nos parece existir qualquer fundamento para objetivar o «complexo arqueológico do Castro da Abujefa/Monte Mozinho». Se bem que a investigação sobre o castro da Abujefa, um povoado de grandes dimensões que dista cerca de quilómetro e meio do Mozinho e do qual é, pelo menos em parte, coevo (SOEIRO, 1997: 222)[731], seja, muito provavelmente, fundamental para a compreensão das dinâmicas e estratégias que levaram à fundação da citânia, como expressivamente sublinhou Gerardo PEREIRA-MENAUT (1998: 38), nunca ali foram feitas, que se saiba, quaisquer escavações, pelo que a Abujefa «é un niño de dificultades» (*Idem, ibid*.) muito desafiante mas que, todavia, não podemos, sem mais, equiparar ou ligar, por qualquer forma, a Monte Mozinho.

Como raiz dos *Danaegi*, vê A. Coelho as menções constantes de duas aras de Penafiel. Na ara politeia de Marecos, Penafiel, entende que em uma das dedicatórias ali presentes, a que foi votada às Ninfas *«Danigom»*, o determinativo poderia resultar de *Danaecorum* > *Danigorum* (SILVA, 2011a: 22), étnico que aproxima da leitura que ele próprio fizera de outro importante altar romano penafidelense, a ara da igreja de Lagares. Nesta, o mesmo autor interpretara as duas primeiras regras como LARIBV[S] ANAECI[S] (SILVA, AF, 1984b: 47, n. 21). Se bem que a grande degradação do suporte granítico torne praticamente impossível qualquer leitura satisfatória (SOEIRO, 1984: 104), esta interpretação, recentemente respaldada por Armando REDENTOR (2017a: II, 103-104, n.º 123), foi absolutamente negada, com argumentação consistente, por Gerardo Pereira, que apenas conseguiu ler um N no começo da segunda linha da epígrafe, se bem que exista espaço para outras duas letras, totalmente elididas (PEREIRA-MENAUT, 1998a: 45-46)[732]. De igual modo, este autor

[729] Ferreira da Silva segue, sobretudo, o especialista em estudos célticos Claude STERCKX (2005), o qual sublinha o simbolismo, entre as comunidades célticas, do número cinco, patente, por exemplo, nos quatro reinos ou condados tradicionais irlandeses, dispostos em torno de um quinto, mais simbólico que efetivamente poderoso (Meath), situação que se replica no País de Gales (STERCKX, 2005: 241-247; v. também STERCKX, 2009: 55-56).

[730] *Vd*. ponto 3.3.

[731] *Vd*. Vol. II, Inventário II.C, ficha CR14.

[732] *Vd*., sobre a leitura crítica de ambas as inscrições, o ponto 4.7.

questionou também, aqui por razões essencialmente linguísticas, a aproximação deste suposto etnónimo à designação da *ciuitas* de Anegia, cuja primeira referência aparece na crónica *rotensis* de Afonso III (PEREIRA-MENAUT, *Idem, ibid*.), devendo, desta forma, aguardar-se pelo surgimento de outros testemunhos epigráficos que validem, ou infirmem de vez, a atribuição do Mozinho ou sua região à residência de quaisquer *Anaeci*, *Danaeci* ou étnicos aparentados.

4.7. LÍNGUA E CULTO: O HÁBITO EPIGRÁFICO

O dossiê epigráfico da região de estudo providencia-nos as primeiras fontes históricas fidedignas sobre algumas das modalidades e configurações da ocupação humana durante os tempos romanos. Ilumina-nos um pouco dos seus cultos e práticas religiosas, fornece-nos alguns nomes pessoais e parte das suas estruturas familiares, regista, por vezes pela primeira e única vez; em outros casos confirmando outras fontes, designações étnicas e de lugares, desafiando-nos ao ensaio do seu cruzamento. Naturalmente, os monumentos epigráficos – a par das dificuldades de leitura e interpretação que amiúde os caracterizam – constituem uma fonte muito seletiva, uma prerrogativa das elites latinizadas. Mas desta natureza, comparte grande parte do registo arqueológico, como é sabido.

Analisaremos os testemunhos epigráficos, essencialmente, no quadro da rede de povoamento regional. Por isso não lhes dedicámos um inventário muito detalhado, com o aparato crítico que é comum nas publicações sobre epigrafia. Tal esforço, além de pôr à prova competências e especialidades que não possuímos, seria, aliás, em grande medida redundante, uma vez que um recente estudo de doutoramento (REDENTOR, 2017a [2011]), recenseou, analisou e discutiu quase toda a epigrafia romana da fachada ocidental do *conuentus bracaraugustanus*, de forma mais competente e com uma visão territorial que não poderíamos ultrapassar. No que respeita ao recanto noroeste da *Lusitania* que ainda integra o nosso campo de trabalho, também os registos epigráficos mais relevantes encontram-se proficientemente estudados e amplamente publicados; e algumas novidades que aqui trazemos, quase valem, sobretudo, pelo seu ineditismo e pelo acréscimo de informação que oferecem aos sítios dos achados, pois, infelizmente, fornecem-nos evidência textual muito escassa e de problemática valoração histórica.

Desta forma, recordaremos, uns; e apresentaremos outros dos monumentos epigráficos deste hipotético *territorium callaecorum* segundo dois princípios: o primeito, de natureza geográfica e administrativa, distinguindo a Tarraconense da Lusitânia; dentro de cada um dos blocos territoriais, alinhando as epígrafes de acordo com a sua natureza, votiva, funerária, viária ou de outro tipo. Apesar de dedicarmos capítulos próprios às fontes literárias e arqueológicas sobre as cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia[733], preferimos abordar aqui a sua epigrafia, para valorizar mais o aspeto territorial que o meramente tópico.

As inscrições e monumentos respeitantes à vida religiosa contam, nesta região da margem direita do Douro, com um número de testemunhos aparentemente não muito avultado, mas valioso pela sua diversidade. Na verdade, elencámos – entre as epígrafes com informação bastante para serem integradas neste âmbito, o que, como veremos, não é pacífico – 13 monumentos, distribuídos pelos modernos concelhos da Maia (1 inscrição), Matosinhos (1), Paredes (1), Penafiel (4 inscrições), Porto (4), Valongo (1) e uma outra, de proveniência indeterminada, dos «arredores» do Porto (Tabela 12; Fig. 135). Não se conhece qualquer voto ou epígrafe de carácter religioso procedente de Vila Nova de Gaia.

[733] *Vd. infra*, pontos 5.3.1 e 5.3.2.

A deidade mais invocada, talvez sem surpresa, é *Iupiter*, o pai dos deuses do panteão romano, com quatro menções, a que se segue a divindade local *Nabia*, com duas dedicatórias, sendo que os três votos dedicados aos Lares se adjetivam pelo povo, *Lares Anaeci* (E16)[734], pela ancestralidade do sangue e, talvez, do lugar, *Lares Patri* (E15) e expressando o respeito e devoção pelas potestades atlânticas, nos *Lares marini* portuenses (E24). Outros monumentos trazem-nos ainda os nomes de invocações indígenas e até, eventualmente, uma de origem oriental, como se verá em continuação.

Uma das aras dedicadas a *Iupiter* (E08) provém do concelho de Matosinhos. Foi localizada originalmente por Armando de MATOS (1946), na Quinta do Alão, destacando-se, desde logo, pelas suas inusitadas dimensões (1,20x0,28x0,20 metros), o que justificava que estivesse reutilizada, ao que parece, como esteio (GARCÍA-MARTÍNEZ, 1996: 1943, n.º 161). A epígrafe foi, depois, referenciada por outros estudiosos (ALMEIDA, CF, 1969: 24-25), com correção da leitura inicial, aliás escorreita, e finalmente estabilizada como *Ioui / O(ptimo) M(aximo) / Flaus / Rufi f(ilius) / l(ibens) a(animo) u(otum s(oluit)*, segundo REDENTOR (2017a: II, 62, n.º 74), que data a ara do século II[735].

Do Monte Mozinho e da freguesia de Marecos, em Penafiel, são procedentes outros monumentos da mesma invocação. No castro do Mozinho, regista-se o achado de diversos monumentos epigráficos – a sublinhar a importância do povoado, também, como centro religioso e de prática epigráfica – nomeadamente quatro aras, das quais uma é anepígrafa, de outras duas conservam-se apenas pequenos fragmentos, sendo a última é consagrada a Júpiter (SOEIRO, 1984: 266), além de uma inscrição funerária, que apresentaremos mais adiante. Destes altares dá notícia Ferreira de Almeida, interpretando a inscrita (E18), muito truncada e com o texto distribuído por duas faces, como a dedicatória de um indígena: *Medamu(s) Iou(i) L(ibens) U(otum) S(oluit)* (ALMEIDA, CF, 1975: 87; 1980: 55), leitura coincidente, com variações pouco relevantes para a lição do texto, por Armando REDENTOR (2017a: II, 60, n.º 56). Sendo a única epígrafe diretamente relacionada com a área habitacional do povoado (PEREIRA-MENAUT, 1998: 43), Almeida relaciona-a mesmo com as estruturas identificadas como um possível templo flaviano, eventualmente também dedicado a Júpiter (ALMEIDA, CF, 1980a: 55), hipótese que, aliás, a cronologia da inscrição admite perfeitamente (PEREIRA-MENAUT: *ibidem*; REDENTOR, *ibid*.), se bem que a conotação de um dos núcleos do castro como eventual espaço sacral foi, entretando, abandonada, como em devido ponto demos nota[736].

A conhecida ara de Marecos (E17, Fig. 136) tem, justificadamente, feito correr rios de tinta e esgrimir a erudição dos especialistas. E não é por menos, porque, efetivamente, o monumento constitui um exemplo extraordinário dentro das inscrições politeias, aliás pouco frequentes no ocidente hispânico (LE ROUX; TRANOY, 1974: 253; MAYER, 2002). Aparecido na capela de Nossa Senhora do Desterro (lugar da Póvoa, freguesia de Marecos), onde tinha sido reutilizada como pia de água-benta (PINHO, 1928)[737], este altar tem sido objeto de numerosos estudos, especialmente a partir da sua primeira abordagem científica por

[734] Os códigos remetem para a identificação individual constante da tabela-síntese (Tabela 12) e para a respetiva cartografia (Fig. 135), reproduzindo-se a mesma tabela no Vol. II, de Anexos, Inventário II.K.

[735] Em trabalho académico, entretanto vertido em livro, Conceição PIRES (2012: 93; 2018: 86) alude ao suposto achado de uma «ara votiva» durante as obras para a construção do Centro Social da freguesia matosinhense da Lavra, nas imediações da igreja paroquial, citando o testemunho do antigo pároco e do arqueólogo Manuel Real. Confirmada a notícia com este último, verifica-se que houve um equívoco de redação; trata-se, na verdade de um fragmento arquitetónico bastante interessante, porventura alto-medieval, mas não de qualquer ara romana.

[736] *Vd. supra*, ponto 4.3.3.

[737] Aliás o primeiro estudioso a divulgar o monumento, através de um extenso estudo e esforçada transcrição da epígrafe (PINHO, 1928), embora com naturais deficiências, tanto na transcrição como na respetiva interpretação.

LE ROUX e TRANOY (1974; cfr. REDENTOR, 2017a: II, 40 para bibliografia exaustiva). Exemplar em granito[738], de bom recorte estilístico, ainda que danificada em resultado da reutilização, a ara apresenta a particularidade de possuir a epígrafe distribuída pelas faces laterais e anterior do fuste, devendo a leitura fazer-se, linearmente, pelas nove regras, da esquerda para a direita. A sua excecionalidade justifica que aqui reproduzamos uma das transcrições mais recentes (RIBEIRO; FERNANDES, 2002: 371):

O(*ptimae*) • V(*irgini*) • CO(*nservatrici*) • ET • NIM(*phae*) DANIGO
M • NABIAE • CORONAE • VA
CCA(*m*) • BOVEM • NABIAE • AGNV(*m*)
IOVI • AGNVM BOVE(*m*) • LA
[5]CT(*entem*) […]VRGO AGNVL(*um*) IDAE COR(*nigeram*)
ANN(o) ET DOM(o) ACTVM V ID(*us*) APR(*iles*) LA
RGO ET ME(*s*)SALLINO CO(*n*) S(*ulibus*) CVRATOR(*ibus*)
LVCRETIO VITVLINO LVCRETIO SAB
INO POSTVM(*i*)O PEREGRINO

Independentemente, de algumas variações de transcrição ou desdobramento, a que já nos referiremos, este monumento, com datação consular de 9 de abril do ano de 147, assinala um sacrifício ritual múltiplo de vários animais a diversas divindades, cultuadas por uma população que se identifica pelo genitivo *Danigom* (por *Danigorum*) (SILVA, AF, 2011a: 22). Entre outros aspetos, a ara de Marecos ilumina e traz a debate dois temas fundamentais: o que se relaciona com as crenças e práticas religiosas de uma comunidade local, em ambiente plenamente romanizado mas com evidente perduração, ou sincretismo, entre os panteões indígena e latino; e o contexto cultural e étnico-político perenizado pelo monumento pétreo.

Entre as múltiplas variantes e desdobramentos possíveis das siglas e abreviaturas da extensa epígrafe propostas pelos autores que sobre ela se têm debruçado[739], é mais ou menos consensual a menção a quatro divindades, divergindo mais os especialistas quanto ao número de animais sacrificados. O elenco religioso é encimado por *Nabia Corona*, adjetivada pluralmente como *Optimae Virgini Conservatrici* e ninfa dos Danigos (RIBEIRO; FERNANDES, 2002: 371; SILVA, AF, 2007: 442, n.º 720; REDENTOR, 2017a: I, 705; II: 40)[740], a que se segue, de novo, NABIA, sem qualquer qualificativo[741] e, apenas em terceiro lugar, *Iupiter*. Referem-se ainda, na quinta linha, duas outras divindades aparentemente desconhecidas no panteão autóctone: uma da qual apenas pode ler-se a terminação […]*urgus*, e logo adiante outra entidade transcrita por *Ida* ou *Lida* consoante os autores. Não deixa de ser interessante verificar-se, em pleno reinado de Antonino, a forte permanência e densidade de tantas deidades indígenas num ato de culto com claro enquadramento num ambiente profundamente romanizado, como abaixo se dirá (TRANOY, 1981: 422), remetendo *Iupiter*,

[738] Matéria-prima, aliás, de praticamente, todas as epígrafes destas região, embora se registem exceções, como veremos.

[739] Ver detalhada listagem em REDENTOR, 2017a: II, 40, a que devem acrescentar-se, pelo menos, TOVAR, 1985 e BÚA CARBALLO, 2000.

[740] Le Roux e Tranoy aventaram, na linha 1, *Corniferae* como alternativa a *Conservatrici* (1974: 253; TRANOY, 1981: 282) e posteriormente Patrick LE ROUX (1994a: 562; 2009: 281) avançou com outras hipóteses que não tiveram grande acolhimento (REDENTOR, 2017a: I, 706); outros autores preferem não desdobrar as abreviaturas O.V.CO (BÚA CARBALLO, 2000: 385).

[741] A. Redentor destaca esta dupla menção a Nabia como «verdadeiramente significativa no campo religioso, pela demonstração da coexistência de diferentes invocações para um mesmo nume» (REDENTOR, 2017a: I: 705). Explicitando esta dupla qualidade, já Tranoy propusera que, enquanto na menção inicial Nabia terá sido invocada enquanto deidade tópica dos Danigos, na referência seguinte poderá corresponder à «*la grande divinité* Nabia*, au rôle cosmique débordant le cadre regional et citée*» (TRANOY, 1981: 282).

sem qualquer apelativo, para um modesto terceiro lugar na hierarquia dos numes[742]. Um sinal, talvez, de que o sincretismo e a coabitação dos panteões latino e galaico-lusitano (FREÁN CAMPO, 2018: 551) constituíam o cerne da vida religiosa neste momento avançado da romanidade.

Os animais cujo sacrifício constituiu o voto aos distintos *numina* terão sido – segundo os autores de quem transcrevemos a epígrafe – uma vaca e um boi para *Nabia Corona*; à «segunda» *Nabia* um cordeiro; um cordeiro, também, e um vitelo para *Iupiter*; um pequeno cordeiro (*agnulum*) para *...urgus*; e finalmente um animal «cornudo» (cerva ou cabra) para a deusa *Ida* (RIBEIRO; FERNANDES, 2002: 371). Dispensamo-nos de anotar as variantes interpretativas de outros autores acerca dos animais ofertados a cada um dos deuses, sendo claro, todavia, que esta listagem sacrificial, certamente na linha de uma longa tradição local, não obstante os nomes latinizados dos responsáveis pelo ato de culto, não corresponde à «*secuencia de víctimas prescrita en los suovetaurilia, en los que deben estar inevitablemente presentes las tres especies animales*» (SANTOS, 2007: 179; cfr. também TOVAR, 1985: 246-247).

Passando ao contexto cultural, sem de todo abandonar o religioso, relevam do altar outras informações de grande interesse, designadamente as indicações de que o ritual cumpria um costume de periodicidade anual – certamente ligado com o ciclo agrário (LE ROUX; TRANOY, 1974: 255; REDENTOR, 2017a: I, 707-708) – e teve lugar num espaço designado como *domus*, eventualmente correspondente a um local de reunião, ou mesmo, provavelmente, um santuário (LE ROUX; TRANOY, 1974: 253, n. 22; TRANOY, 1981: 283; RIBEIRO; FERNANDES, 2002: 371), porventura relacionado com a propriedade dos *Lucretii* que se responsabilizaram pelo ato de culto propiciatório da atividade agrícola e ganadeira (TRANOY, *ibid*, 422)[743].

Por fim, analisando o enquadramento étnico-político da produção deste monumento, ressalta desde logo a alusão aos *Danigi*. Pereira Menaut entendia que o carácter oficial do altar – utilizando a datação consular e refletindo um culto comunitário organizado e regular, administrado por dois *curatores* e num espaço próprio para o efeito – só tem explicação entendendo-se os Danigos como os habitantes de uma *ciuitas*, podendo até a citânia do Monte Mòzinho, a escassos quilómetros de Marecos ter sido o seu solar primordial (PEREIRA-MENAUT, 1998: 43-45). Como entretanto, em meados do século II, o Mòzinho fora já abandonado, os Danigos ter-se-iam distribuído pelas terras do vale, numa nova lógica de ocupação do espaço, atuando Marecos, eventualmente, como «*centro neurálxico dunha poboación espallada polo territorio, mais carecendo dun núcleo urban*» (*Idem*: 44)[744]. Por uma linha interpretativa próxima da de Pereira Menaut seguira já T. Soeiro, lembrando a existência de vestígios de um núcleo romano na Póvoa (REDENTOR, 2017a: I, 276), talvez o «centro polifuncional de um grupo cujo nome é desconhecido da restante epigrafia»

[742] Gerardo Pereira não parece ter valorizado esta aparente secundarização do «representante do Império» (PEREIRA-MENAUT, 1998: 43); do mesmo modo, também TRANOY (1981: 282) assinala que a presença de Júpiter cauciona o ato de culto e valoriza a precedente invocação a Nabia (que aliás interpreta como singular), mas devemos também considerar a possibilidade de Iupiter figurar aqui não tanto como divindade de âmbito geral, mas associada a funções locais da comunidade, o que, mesmo sem qualquer epíteto a qualificá-lo, poderia ser claro na perceção dos dedicantes e dos conterrâneos (FREÁN CAMPO, 2018: 401).

[743] A generalidade dos editores e estudiosos da epígrafe identificam apenas duas personalidades como *curatores* do rito sacrificial, sendo o segundo polinominal. O desdobramento proposto por Cardim Ribeiro e Fernandes, todavia, distingue Lucretius Sabinus e Postumius Peregrinus como indivíduos distintos (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2002: 371).

[744] Também A. C. Ferreira da Silva entende como «lugar central» dos *Danigi* o «complexo arqueológico» do Castro Abujefa/Monte Mozinho», associando o etnónimo da ara de Marecos com o determinativo [D?]*anaecis* da ara votiva de Lagares, também em Penafiel e com as referências medievas à Terra de Anégia (SILVA, AF, 2013a: 42-43), tese na qual PEREIRA-MENAUT (1998:45-46) não vê fundamentos epigráficos ou linguísticos.

(SOEIRO, 1984: 96). Em contraponto, LE ROUX (1994a: 562) interpreta como privado o sacrifício da ara de Marecos e Armando Redentor, ainda que admitindo eventual ligação dos Danigos a Mozinho, não vê razão para atribuir-lhes direito de cidade, podendo tal designação coletiva corresponder apenas ao conjunto de habitantes de um núcleo ou região dentro de uma outra *ciuitas* (REDENTOR, 2017a: I, 275-277)[745].

Uma árula noticiada como proveniente «dos arredores do Porto» (ALMEIDA, F, 1968) foi ultimamente resgatada e estudada por Armando Redentor numa coleção particular (REDENTOR, 2017a: II, 95, n.º 111, Est. VIII). O pequeno monumento (E28, Fig. 136), com apenas 15,5 cm de altura e feito sobre xisto anfibolítico[746], apresenta epígrafe distribuída por quatro regras, com o texto, reconstituído por Redentor – na linha da interpretação original de Fernando de Almeida (1968) – do seguinte modo: «*I(oui) O(ptimo) M(aximo) / Conser/ uatori / B(almarcodi?) / Atheneu(s)*» (REDENTOR, *Idem, ibid*.).

Comentando esta peça, que situa cronologicamente entre os anos de 201 e 270, o mesmo autor salienta a associação sincrética de Júpiter com uma divindade oriental, *B*(*almarcodes*), correspondente ao deus fenício Baal Marquod, culto que se coaduna com o dedicante, identificado apenas como *Atheneus* e provavelmente um escravo de origem oriental (REDENTOR, 2017a: I, 495). José d'Encarnação, porém, admitindo a interpretação da onomástica grega do ofertante, *Atheneus*, como indiciadora de provável liberto, considera algo forçado o desdobramento da sigla B – que aparece, bem grafado, na quarta linha, imediatamente após as duas últimas sílabas do epíteto *Conservator* – como aludindo à divindade fenícia (ENCARNAÇÃO, 2019b: 118-120), uma vez que tal referência seria, muito provavelmente, pouco inteligível no contexto sociocultural do Baixo Douro, o que contradiz o princípio da comunicação epigráfica, propondo, em alternativa o desdobramento da referida sigla, ainda, em relação a Júpiter (como o comum *benemerenti*, por exemplo), ou mesmo aludindo ao nome do dedicante (*Idem*: 119-120).

A deusa *Nabia* surge de seguida no topo das preferências dos devotos que a epigrafia testemunha. Como já mencionámos a dedicatória politeia de Marecos, topamos o segundo exemplo nas imediações do Castro do Muro de Vandoma, em Paredes. A ara (E12) – a que, entretanto, se perdeu o rasto – foi consagrada aquela divindade por um indivíduo de nome Caturo, filho de Pintamus: *Caturo / Pintam[i] / Nabiae / l(ibens) / […],* restando do texto apenas este singelo registo. Como acontece com muitos achados antigos, ignora-se o local e as condições precisas em que foi descoberta (CIL, II, 2378; VASCONCELLOS 1905: 277; ENCARNAÇÃO, 1975: 240-243; REDENTOR, 2017a: II, 36-37, n.º 21).

Os «multifuncionais» e omnipresentes *Lares* mostraram-se também em pedras inscritas de Penafiel. Na ara da Ermida (Irivo, E15) conserva-se uma dedicatória aos Lares Pátrios (*Lari patrio*), adjetivação que deve ser tomada em sentido restrito, familiar, dos ancestrais, como advertem Le Roux e Tranoy no primeiro estudo do monumento (1974: 250-251, n. 10) desde que deu entrada no Museu de Penafiel (MIRANDA, 1944). A ara procede da capela da Ermida (Irivo), e embora aqueles investigadores tenham sugerido a ligação do altar ao Monte Mòzinho (LE ROUX; TRANOY, 1974: 250; TRANOY, 1981: 235, 322; LE ROUX, 2009: 281, n.º 5), tal é categoricamente desmentido por outros autores (SOEIRO, 1984: 98; PEREIRA-MENAUT, 1998: 43). Nos planos formal e iconográfico, destaca-se o monumento

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[745] A qual, na ótica deste autor, seria naquela região do Sousa, a dos *Callaeci* (*Idem, ibid*.). *Vd. supra*, ponto 3.3.

[746] J. M. GARCIA (1991: 396, n.º 316) indica a proveniência desta peça como «a norte do Douro», mas poderíamos propor, com base na matéria-prima de que é feita, uma região a leste da cidade do Porto, talvez Gondomar ou Valongo, por exemplo. Não obstante, José de Encarnação classifica a litologia do suporte como «uma espécie de basalto» (ENCARNAÇÃO, 2019b: 118).

por apresentar cuidadosa execução, proporções e formulário clássicos[747] e a gravação em baixo-relevo, numa das faces, da figura de um bOvídio de chifres destacados, interpretando A. Tranoy tal representação como a do objeto do sacrifício e, simultaneamente, símbolo da atividade ganadeira que caracterizaria então *Ladronus*, o dedicante indígena, e uma boa parte da população da região (TRANOY, 1981: 235). O texto, de leitura clara, reza *Lari Patrio / Ladronus / Auitis filius / uotum solu / it propitius / sis rogo*, segundo a transcrição de Redentor, que data o monumento da primeira metade do século II (REDENTOR, 2017a: II, 84-85, n.º 94).

Outra importante ara de Penafiel foi descoberta na década de 1980, em obras realizadas na antiga igreja paroquial de Lagares, por ocasião da sua adaptação a centro social. O monumento (E16), encontrado em estado de assinalável degradação, com desgaste e dificuldades de leitura do campo epigráfico, foi dado a conhecer primeiramente por A. C. Ferreira da Silva, que além da notícia das circunstâncias do achado, apresentou apenas transcrição de quatro das oito linhas da inscrição, destacando-se a invocação inicial aos LARIBV[s] ANAECI[s] (SILVA, AF, 1984b: 47, n. 21). Pouco tempo depois, Teresa SOEIRO (1984: 104) confirmava as dificuldades de leitura e informava que escavações arqueológicas feitas no local do achado não haviam revelado vestígios romanos, pelo que a ara poderia ter sido deslocada para a igreja de Lagares vinda de outro local.

Por falta de exame direto ou pela má conservação do campo epigráfico, a maior parte dos autores que, depois destes, se referiram à ara pouco acrescentaram à sua transcrição e leitura, por vezes propondo a identificação de algumas letras soltas (GARCIA, 1991: 360, n.º 214), como também confirmando com segurança a leitura de A. Coelho para as primeiras três regras (GUERRA, 1998: 114), se bem que Gerardo Pereira afiançasse que no início da segunda linha só pode ler-se um N (em vez de um A), antes do qual, segundo o mesmo autor, há espaço para mais duas letras (PEREIRA-MENAUT, 1998: 46)[748]. A transcrição e reconstituição mais completas da lição epigráfica devem-se atualmente a Armando Redentor, que assim as apresenta: *Larib[u(s)] / Anaeci[s] / [P]riscus / Hieron / [I]mp(eratoris) • Do[mi]-/ [t]iani Au[g(usti)] / disp(ensatores) • u[er(nae)] / u(otum) • s(oluenrunt) • l(ibentes) • m(erito)* (REDENTOR, 2017a: II, 103-104, n.º 123).

Para além da inédita adjetivação tópica dos Lares aqui referenciados, destaca Redentor neste altar a presença de dois escravos de Domiciano, nascidos na sua própria casa (um deles de idiónimo grego), presentes na região como despenseiros do imperador, função que apenas concebe como ligados à administração mineira da região nessas últimas décadas do primeiro século, fosse no quadro de alguma missão pontual, fosse como membros da *officina* oficial responsável pela gestão dos *metalla* (REDENTOR, 2017a: I, 506-511)[749].

Das quatro aras referenciadas na cidade do Porto, três delas podem estar relacionadas com as divindades aquáticas. A mais pacífica, em termos de interpretação, provém do topo do morro da Sé, a que preferimos chamar da Penaventosa, à semelhança de outros documentos do *habitus* epigráfico romano na cidade. Trata-se da bem conhecida ara dedicada aos Lares

[747] Observando-se mesmo, como notam Le Roux e Tranoy (1974: 256-257, n. 37; TRANOY, 1981: 235, n. 298), influência erudita na expressão de súplica final «*propitius sis rogo*», porventura inspirada na oração a Jano recomendada por Catão, o Velho: «*uti sies volens propitius mihi liberisque meis domo familiaeque meae*» (*De Re Rustica*, CXXVI-CXXXIV, 134).

[748] O que, convenhamos, não inviabiliza DANAECI, embora seja especulativo se a leitura for de todo impossível. Opinião diversa tem Redentor face à autópsia da epígrafe, admitindo a proposta de A. Coelho (REDENTOR, 2017a: I, 506, n. 29).

[749] Cumpre comentar que a circunstância de Priscus e Hieron aparecerem aqui como promotores de uma dedicatória a uma divindade local, certamente alheia à sua própria tradição religiosa, recomenda supor que a sua estância na região não terá sido apenas passageira.

Marinhos (E24) (Fig. 138, n.º 2). Noticiada originalmente por Mendes CORREIA (1940: 187-189), foi descoberta em fevereiro de 1940, durante as demolições de um imóvel na envolvente da Sé do Porto para a urbanização do local. Conhece-se com alguma precisão o local de achado (Fig. 138, n.º 1), onde também apareceram dois fustes de coluna em calcário[750] e outros materiais de época romana[751].

A ara, em granito, apresenta-se bastante degradada, em especial na área do capitel, devido à sua reutilização como material de construção. A epígrafe, exposta na parte anterior do fuste, suscitou abundante historiografia, com pequenas diferenças de transcrição e desdobramento (*ARA*, 1945; AZEVEDO, 1960: 113; BOUZA-BREY, 1953: 435-436; CRUZ, 1983: 13-16)[752], mas levanta poucas dúvidas de leitura e interpretação a partir da revisão de LE ROUX e TRANOY (1973: 205-206, n.º 15), tendo sido depois objeto de ficha descritiva em J. M. GARCIA (1991: 421, n.º 382) e Manuel REAL (1998) e ultimamente revista, com bibliografia exaustiva, por A. REDENTOR (2017a: II, 84, n.º 93), o qual concorda com a datação do século II proposta por Le Roux e Tranoy (*Idem: ibid*.)[753] e de quem transcrevemos a leitura: *Larebus / Marini-/s (hedera) Ulpiu-/s Flaus l(ibens) / uotum / solui(t).*

Considerando a singularidade desta evocação religiosa no marco hispânico, diversos autores têm salientado o seu significado em relação com a «vocação marítima do Porto» (CORREIA, 1940: 188), a relevância que o comércio flúvio-marítimo terá tido para o núcleo urbano da atual cidade do Porto em época romana (LE ROUX; TRANOY, 1973: 205; BLOT, 2003: 189), ou, como expressa Ferreira da SILVA (1994: 97), «a importância do mar no imaginário da cidade». Sendo evidente a importância portuária da foz do rio Douro durante o período da dominação romana, como já tivemos ocasião de salientar (SILVA, 2010c: 232) e neste trabalho se aborda em ponto próprio[754], parece-nos muito oportuna a sugestão de Redentor – na linha, também, de Vasco MANTAS (2002: 161) – de que o consagrante da ara, fosse liberto ou novo cidadão, poderá ter sido um dos *negotiatores* da cidade (REDENTOR, 2017a: I, 490-491), estatuto que certamente lhe concederia motivo e cabedais adequados à realização do voto.

Fora do centro urbano principal em época romana há também registo da prática epigráfica, nomeadamente no extremo ocidental da urbe atual, na Foz do Douro. Na verdade, dos alicerces da ermida pré-românica de São João, situada sob o templo renascentista do lugar, é proveniente uma outra ara (E21, Fig. 138, n.º 4), aparecida em contexto de escavação arqueológica (SILVA, 2010c: 249, n.º 25)[755], que levanta sérios problemas de interpretação epigráfica, em consequência do seu mau estado de conservação geral e profunda degradação do campo epigráfico (OSÓRIO, 1993b: 27; 1994b: 75).

---

[750] *Vd. infra*, ponto 5.3.1. Com maior segurança, regista-se apenas um dos fustes, mas António CRUZ (1983: 16-17, ilust.) sugere que a segunda coluna terá sido achada nas proximidades da primeira.

[751] «Nas escavações a que no local se procedeu na mesma ocasião apareceram, entre moedas medievais e modernas, uma de Constantino Magno e fragmentos de mós manuais.» (CORREIA, 1940: 188).

[752] Veja-se, ainda GARCÍA-MARTINEZ (1996: 1976, n.º 211), cuja ficha, juntamente com a de A. REDENTOR (2017a: II, 84, n.º 093), compila a bibliografia geral da epígrafe, a que podemos juntar outros contributos ali não mencionados, nomeadamente REAL, 1998.

[753] Sónia GARCÍA-MARTÍNEZ, todavia, após exame da peça, propõe uma datação um tanto mais tardia, dos séculos II-III (1996: 1976).

[754] *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

[755] Sobre os resultados da intervenção arqueológica, praticamente ainda inéditos, embora aparentemente não tenham ocorrido outros vestígios de ocupação de época romana, podem ver-se DIAS *et al*., 1988; REAL *et al*., 1989; 1990 e REAL; TEIXEIRA; OSÓRIO, 1991 e 1992. Também, para um conspecto geral dos achados, veja-se OSÓRIO, 1993b e 1994b.

O primeiro ensaio de leitura da inscrição, ainda sem edição do texto, deve-se a A. Coelho Ferreira da Silva, que detetou no granito rude da face frontal do monumento uma dedicatória às

> «*Aquis* [/] *Magaudiis* (?), que poderemos traduzir, segundo a análise do radical e do sufixo do epíteto do teónimo no âmbito das línguas indo-europeias, como (…) um altar dedicado às «águas imensas», seguramente, o mar, o oceano Atlântico, ali em frente» (SILVA, AF, 1994: 97);

interpretação entretanto acolhida por Amílcar GUERRA, sem comentário (1998: 189, E. 118), e que Armando Coelho manteve posteriormente, todavia não arriscando o desdobramento da epígrafe após a terceira linha (SILVA, AF, 2007: 441, n.º 713), embora já tivesse sido sugerida a presença da fórmula *l(ibens) u(otum) s(oluit)* (GABINETE, 1993: 4, n.º 87). Recente autópsia do monumento epigráfico possibilitou a proposta de texto diverso por parte de Redentor, que interpreta as primeiras duas linhas como a identificação de um dedicante peregrino, *Aquila Gandi*, a que se seguiria a fórmula votiva e só no final, a consagração – que o próprio autor admite como algo insólita – *Ae*(*ternis*) (?) *D*(*i*)*u*(*is*), as «Eternas Deidades», segundo traduz na ficha respetiva (REDENTOR, 2017a: I, 272; II, 110-111, n.º 132), como segue: *Aquil-/a Gandi / a(nimo) s(oluit) l(ibens) • po[s(uit)] / Ae(ternis?) • D(i)u(is)* •. Trata-se de uma inscrição tardia, datada dos séculos II-III (OSÓRIO, 1993b: 27; GABINETE, 1993: 4, n.º 87) e que REDENTOR precisa entre os anos de 151-230 (2017a, II, *ibidem*).

Se podemos aparentar este monumento votivo à ara dedicada aos Lares Marinhos, ambos como expressão da particular relação de *Cale* com o Atlântico, é questão que segue na mão dos especialistas, mas uma outra epígrafe parece, de forma mais consensual, ter sido oferecida ao divinizado rio Douro.

Descendo do morro da Sé ao antigo arrabalde de Miragaia, também núcleo de povoamento romano, como se verá[756], podemos considerar no quadro das inscrições votivas, não obstante as dúvidas que levanta, a referência, recolhida por Hübner (CIL II, 2370) nos registos do erudito quinhentista Benedetto Ramberti (1503-1547), acerca de uma epígrafe (E23), entretanto desaparecida, que teria sido localizada *«in suburbano eiusdem oppidi Portus Portugallensis in aede D. Petri a fronte»* (*CIL* II, 2370), ou seja, nos arredores da cidade do Porto e na frontaria de um templo referenciado como «*D. Petri*». Nas mesmas condições a informação foi recolhida por Dessau, que a localizou «*prope Portum*» (ILS, 3904) e, pouco tempo depois, por Leite de Vasconcelos, que nas *Religiões da Lusitânia*, a deu como proveniente «dos arredores do Porto» (VASCONCELOS, 1905: 234).

Seria Mendes Correia a sugerir a que a igreja de *D. Petri* poderia corresponder a São Pedro de Miragaia ou a São Pedro da Cova, no vizinho concelho de Gondomar (CORREIA, 1940: 184). Na bibliografia subsequente, a maior parte dos autores segue as dúvidas de localização de Hübner e Vasconcelos (ALMEIDA, CF, 1958: 873; ENCARNAÇÃO, 1975: 179; TRANOY, 1981: 275; SILVA, AF, 1986: 297; GARCIA FERNANDEZ-ALBALAT, 1995 [1986]: 156), mas entretanto J. M. GARCIA (1991: 309) atribuiu a inscrição a São Pedro de Miragaia, e assim tem vindo a ser comentada em trabalhos mais recentes (REDENTOR, 2017a: II, 114-115, n.º 138), ainda que a incerta proveniência do monumento – ou mesmo a sua confusão com outra epígrafe atribuída à Sé do Porto[757] – sejam por vezes assinaladas (SILVA, 2010c: 225-226, 247; CORREIA, 1940: 186).

A transcrição recuperada pelos editores originais – DVRI / C • IVLIVS / PYLADES (CIL, II, 2370) – suscitou debate particular a propósito do caso gramatical do suposto teónimo

[756] *Vd. infra*, ponto 5.3.1.

[757] *Vd. infra.*

Durius/Duris, pois, optando-se pelo primeiro e mais corrente hidrónimo *Durius*[758], seria anómalo o dativo *Duri*, levando Vasconcelos a sugerir que, por erro de cópia, estivesse em falta a letra final de DVRI[O] (VASCONCELOS, *ibid*.); enquanto Tovar sugeriu a presença de um eventual dativo pré-céltico em *–i* (TOVAR; NAVASCUÉS, 1950: 189), possibilidade aceite por Ferreira da SILVA (1986: 297, n. 442)[759]. Para além desta questão, outros estudiosos, evocando a ausência de fórmula votiva (ENCARNAÇÃO, 1975: 180; TRANOY, 1981: 275) duvidam do seu carácter religioso, alvitrando mesmo a possibilidade de *Durius* corresponder aqui a um antropónimo (GARCIA FERNANDEZ-ALBALAT, 1995 [1986]: 173)[760], não muito comum, mas registado no onomástico hispânico (MOREIRA, 1995: 179; NAVARRO CABALLERO; RAMÍREZ SÁDABA, 2003: 163).

Lembrando que o texto da epígrafe em discussão pode não estar completo, Redentor – propondo a sua eventual datação dentro do século I – aceita a natureza religiosa da inscrição, mas dá-a como consagrada a «divindade(s) desconhecida(s) relacionada(s) com o Douro» (porventura as Ninfas, sendo assim o *Duri* da l. 2 determinativo ou abreviatura de epíteto), discutindo também, a partir da análise onomástica, a própria figura do dedicante (REDENTOR, 2017a: II, 114-115, n.º 138; I, 491-493).

Por fim, e para encerrar o ponto da epigrafia portuense, regressamos à Sé Catedral, onde foi identificada, em 1983, a parte inferior de uma árula, infelizmente sem dedicação observável, pelo facto da peça se achar fragmentada (E25). O achado resultou, provavelmente, de obras realizadas na catedral, como noticiado por Domingos P. BRANDÃO (1983: 69-71; 1984: 15), que deu leitura cabal das quatro linhas conservadas no monumento: *[---] Ual(eria) / Mater-/ na uot(um) / sol(uit) l(ibens) m(erito)*. Esta interpretação foi revista recentemente (REDENTOR, 2017a: II, 119-120, n.º 147), discordando os dois epigrafistas essencialmente na datação, pois enquanto Brandão propôs os séculos III-IV (1983: 71), Redentor antecipa para 151-250 a cronologia do altar ao nume ignorado.

Regressando às deidades locais, importa ainda referir outros dois monumentos, provenientes dos concelhos da Maia e de Valongo. À igreja paroquial maiata de São Pedro de Avioso é atribuído o achado de uma outra ara (ALMEIDA, CF, 1969: 26-27). O monumento (E07) encontra-se incompleto e muito degradado ao nível do campo epigráfico, dificultando a sua conveniente leitura, se bem que tanto LE ROUX e TRANOY (1973: 214) como REDENTOR (2017a: II, 50-51) concordem em situar na primeira linha a identificação do dedicante, Caio Semprónio (ou Sulpício) Flávio (ou Fronto) para os primeiros; enquanto Redentor apenas arrisca o desdobramento do *praenomen*. Idêntico problema, acrescido pela presença de nexos entre as letras, levanta o nome da divindade a quem o altar foi consagrado, admitindo os epigrafistas franceses, como opções, os dativos *Valmu/(i)* ou *Valan/i*, enquanto Armando Redentor decifra *Valmu/lu*, transcrevendo a epígrafe, que data entre os anos de 131 e 230, como *C(aius) S(---) F(---) / Valmu-/ lu l(ibens) s(oluit?) p(osuitque?)* (REDENTOR, 2017a: II, 51). Seja como, interpretando-se o teónimo como *Valmus*, *Valanus* (GARCÍA-MARTÍNEZ, 1996: 970, 1877, n.º 73) ou algo similar, será sempre um *unicum*, levando o mesmo Redentor a reconhecer perplexidade e prudente reserva ao encarar esta estranha consagração (*Idem*: I, 630).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[758] Cuja relação com o rio Douro pareceu evidente desde os primeiros *corpora* epigráficos (ILS, 3904: «*significatur sine dubio Durius fluvius*»).

[759] Uma proposta de desdobramento de J. S. GOMES (1952) da linha inicial como D(*e*)V(*Mat*)RI é, naturalmente, inconsistente.

[760] Que todavia analisa também a epígrafe no âmbito dos cultos tradicionais aos rios e às águas, situação adequada à eventual presença de um dedicante de origem grega (GARCIA FERNANDEZ-ALBALAT, 1995, *passim*).

Por fim, foi localizada numa parede da capela de São Bartolomeu, em Susão, Valongo, onde ainda se encontra, uma última ara (E29). Trata-se de um monumento votivo consagrado por dois indígenas, Rufus e Apilus, provavelmente dedicante e executante, a uma divindade pré-romana, *Alboco*, que A. C. F. Silva identifica como relacionada com a Serra de Valongo e a mineração aurífera: *Alboco / e(x) u(oto) / d(e) p(ecunia) / [s(ua)] Rufus / Apilus / fecit* (SILVA, AF, 2007: 399; 434, n.º 649), proposta que não merece reparo a Armando REDENTOR (2017a: I, 499-500; II, 22-23, n.º 3). Não obstante, a inclusão de *Alboco* entre os teónimos indígenas suscita muitas dúvidas a ENCARNAÇÃO e A. GUERRA (2010: 98); enquanto Sónia García, por mero exame fotográfico da inscrição sugere um único dedicante, *Rufus Apilus*, indígena romanizado, e, em especial, descrê do proposto relacionamento da divindade *Albocus* com a atividade mineira, considerando improvável que um particular (para Redentor, dois, de condição servil), se preocupasse com o sucesso de explorações cuja administração cabia diretamente ao fisco romano (GARCÍA-MARTINEZ, 1996: 957-958; 1815, n.º 4)[761].

Voltemo-nos agora para outras duas aras que tem suscitado múltiplas e contraditórias interpretações, desde logo quanto à sua natureza votiva ou meramente funerária. O par de altares, em granito, de feitura e aspeto idênticos, conserva-se, pelo menos, desde o século XIX na capela de Santa Comba, na freguesia de Sobreira, concelho de Paredes, devendo-se a sua primeira leitura científica a Leite de VASCONCELOS (1922). Uma delas (E11) é considerada por vários autores como anepígrafa ou ilegível, distinguindo outros apenas algumas letras[762]; a segunda (E10, Fig. 137), de epígrafe completa, admite uma leitura, partilhada pelos autores modernos, com algumas variantes, que é a seguinte: *Cala[e]t[uel c]iae / Rufus Fl-/ aui F(ilius) / S(ororι) F(aciendum) C(urauit).*

As maiores dúvidas na interpretação do texto estão no S inicial da última regra, que tanto pode ser lido como *sororι, serua* ou *sacrum/sacra* (em alusão aos dois monumentos), admitindo-se, em alternativa, a inscrição como votiva ou funerária; e, em especial, na primeira linha, onde a maioria dos estudiosos interpreta CALAETIA/CALAECIAE como dedicatória a uma divindade indígena, *numen* tutelar da região (TRANOY, 1977: 229-32; MAIA, 1980; SOEIRO, 1984: 116-7; SILVA, AF, 1986: 277, GARCÍA-MARTINEZ, 1996: 912-913, 1831-1832, n.º 21; entre outros); enquanto Redentor, mais recentemente, considerou CALAETIA como um simples antropónimo comum, entendendo como funerárias ambas as epígrafes[763], cuja execução data entre os anos de 131 e 200 (REDENTOR, 2017a: II, 170, n.º 226)[764].

E com a dúvida em relação à interpretação destas aras da Sobreira, se bem que partilhemos da opinião do último autor citado, avançamos para o maior lote de epígrafes romanas da região, as de natureza funerária, sobre as quais nos limitaremos, no essencial, a uma apresentação geral e a breves comentários onomásticos ou sociais, uma vez que o seu estudo global foi proficientemente realizado no estudo que, muito de próximo, vimos seguindo (REDENTOR, 2017a).

---

[761] Também podíamos interpretar, seguindo o pensamento da autora, que a dedicatória a Alboco, admitindo que fosse uma divindade «mineira», não se destinasse a propiciar o sucesso da exploração aurífera; mas, porventura, a própria segurança dos ofertantes, se imaginarmos que pudessem ser mineiros ou, de algum modo, estar ligados àqueles trabalhos, tão perigosos na antiguidade como ainda hoje.

[762] E assim mesmo a vimos nós próprios, de leitura quase, se não mesmo, impossível.

[763] Na linha, aliás, da interpretação de J. VIVES (1971, ILER 5083b) e J. MANGAS MANJARRÉS (*Esclavos y libertos en la España Romana*, Salamanca, p. 175; cit. por GARCÍA-MARTINEZ, 1996: 1832).

[764] Igualmente, do mesmo Autor, *apud* LIMA, 2013: 13, com fotografia. Abordamos esta epígrafe e a sua problemática em outros pontos desta dissertação, nomeadamente no ponto 7.2). Considerando as dificuldades de transcrição e interpretação desta epígrafe, foi desaconselhada, a menos que novos documentos o contradigam, a leitura de *Callaecia* entendida como eventual divindade indígena (ENCARNAÇÃO; GUERRA, 2010: 98).

Seguindo convencionalmente, como temos feito, uma ordem alfabética dos territórios concelhios, abrimos com o importante núcleo epigráfico de Gondomar. O achado mais antigo verificou-se na necrópole tardia do Penouço (N01)[765], onde se verificou que três das cinco pedras reutilizadas como lajes de cobertura de uma sepultura, eram lápides funerárias reaproveitadas (E02, E03 e E04). As estelas apresentam cabeceira triangular, ornada de estrela e crescente, estilo epigráfico similar e evidente contemporaneidade, pertencendo a elementos de uma mesma família, com a particularidade de uma delas mostrar as letras avivadas a corante vermelho (SEVERO, 1905b). A sua anterioridade em relação à sepultura que encerravam, já observada por R. Severo (1905a: 112), foi recentemente evidenciada por Armando Redentor, que datou os monumentos epigráficos de entre os anos de 151 e 230 (REDENTOR, 2017a, II: 157-9, números 208 e 210; e p. 220-1, n.º 298)[766]:

> Estela 1: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Aproniae / Rufae / an(orum) XIII / Apronius / Rufus / p(ius) fil(iae) p(osuit)*
>
> Estela 2: *D(is) M(anibus) s(acrum) / M(arco) Apronio Rufo / Nemori an(norum) / XVIII p(ius) f(ecit) p(ater) / Apronius / Rufus*
>
> Estela 3: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Rufoniae / Rufinae / an(norum) XXXV / Apronius / Rufus / maritus pi(us) p(osuit).*

Mais recentemente, em 1990, apareceu enterrada a dois metros de profundidade, durante as obras realizadas na igreja paroquial de Melres, uma ara, talhada em granito e bastante mutilada. O monumento (E01) foi dedicado por indivíduos de estrato indígena, embora com nomes latinizados, exibindo o texto: *D(is) M(anibus) / Camalae / Maxumi f(iliae) / Proclus / [F]usci f(ilius) / uxori pie-/ ntissimae f(aciendum) c(urauit)* (REDENTOR, 2009; REDENTOR, 2017a: II, 170-1, n.º 227).

Todas estas inscrições evidenciam a tradicional invocação aos deuses Manes, e assim mesmo sucede com outra estela funerária, esta já de Penafiel e recentemente identificada na freguesia da Capela (E13). A singular estela figurada foi noticiada por Teresa SOEIRO (2013). O monumento foi descoberto, casualmente, como resultado de obras de regularização e alargamento de um arruamento público na freguesia de Capela, embora se lhe adivinhe provável contexto arqueológico numa necrópole registada nas proximidades (*Idem*: 313). Com uma altura total perto dos dois metros de altura por 0,52m de largura máxima, a rudeza do granito local não impediu que na peça se figurasse a curiosa representação de uma figura feminina, desnudada superiormente, com os braços cruzados em redor do torso: a mão direita repuxando o seio esquerdo e a esquerda pousada na anca, como que a segurar o saiote, sobre o qual se dispõe o epitáfio (SOEIRO, 2013: 314-315; CORREIA; PIRES, 2014).

Neste incomum (que não único, *vg*. o caso de certas estátuas de «guerreiros galaicos») campo epigráfico leu Soeiro, sem dificuldade, as primeiras três linhas, mas foi necessário a recorrer às novas tecnologias digitais (um modelo residual morfológico obtido a partir de fotogrametria) para reconhecer as duas regras finais, possibilitando a M. J. Santos e H. Pires avançar a seguinte leitura: D(*iis*) I(*nferis*) M(*anibus*) / PATERN/AE PO(*suit*) • STA(*tuam*) / MEMORIA(*m*) / AN(*norum*) LX (*sexaginta*) R(*equiescit*) H(*ic*) (CORREIA; PIRES, 2014). Mais recentemente, e também com o apoio de idênticas ferramentas digitais, A. Redentor

[765] Referenciamos, em alguns dos sítios arqueológicos, o número de ficha constante do Inventário Regional II (Vol. II) e respetiva cartografia.

[766] A ordenação das estelas segue a sequência de Redentor (*cit*.), de quem se colhem igualmente as leituras epigráficas.

propôs leitura um pouco diversa, nomeadamente na terceira linha, onde sugere AE P(- - -) Q(- - -) e na última, na qual lê apenas ANNORUM, por extenso, e o numeral LV (*apud* GUTIÉRREZ ALONSO *et al*., no prelo)[767]. No que respeita à figura feminina deste monumento epigráfico, foi interpretada por T. Soeiro como uma adaptação local do tema clássico da Vénus pudica (2013: 315, 319), tendo também sido sugerido, em alternativa, que possa representar a falecida como uma *nutrix*, ama de leite, podendo datar-se a peça, por critérios paleográficos, entre os séculos III e IV (CORREIA; PIRES, 2014).

Também de Penafiel, mas agora do Monte Mozinho, é originária outra estela funerária. Desta epígrafe (E19), aberta sobre granito, como os restantes monumentos da região, conhece-se bem o contexto arqueológico de procedência, uma necrópole situada no exterior da última muralha, a norte do povoado (ALMEIDA, CF, 1977: 30; SOEIRO, 1984: 297-298). Do mesmo modo, o texto nem oferece dificuldades de maior, nem particular conteúdo informativo: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Pater- / n(a)e Cel- / si • na(norum) LXV*, segundo a interpretação de Redentor, que data o epitáfio do primeiro terço do século III (REDENTOR, 2017a: II, 207-208, n.º 280)[768].

Regressamos à cidade do Porto para evocar outros dois textos sobre os quais apenas há constância literária, o que não as torna menos dignas de consideração. São da Penaventosa, esses dois desaparecidos registos de epigrafia funerária (E26, E27). Segundo Hübner (CIL II, 2371 e 2372), reproduzindo informes do humanista Benedetto Ramberti (1503-1547), terão estado visíveis numa parede da capela-mor da catedral portuense até às obras realizadas entre 1606 e 1610[769], duas inscrições funerárias, cujo texto transmite do seguinte modo:

CIL II, 2371 – CASSIA M I / DVTIA / H • S • E
CIL II, 2372 – IVLIA • M • F • AVITA / H • S • E

As lições do *Corpus* foram depois reproduzidas em CORREIA (1940: 186-187) e Pinho BRANDÃO (1963: 241), que sugeriu pequenas correções e desenvolveu as abreviaturas, oferecendo, respetivamente, *Cassia M(arci) f(ilia) / Dutia / h(ic) s(ita) e(st)* e *Iulia M(arci) f(ilia) Auita / h(ic) s(ita) e(st)*, epitáfios que repetiu em escritos posteriores (BRANDÃO, 1983: 71-72; 1984: 15-16) e que, face à ausência dos originais, não admitem contestação ou variante, salvo a interpretação das primeiras duas linhas da memória de Cassia (CIL II, 2371), nas quais Vives admite o singular ideónimo *Midutia* (ILER, 2411), proposta para a qual não teve seguidores. Por fim, reportando-nos ao inventário mais atualizado da epigrafia da fachada ocidental do *Conventus Bracaraugustanus,* Redentor apenas acrescenta uma proposta cronológica para as duas inscrições funerárias, dentro do século I (REDENTOR, 2017a: II, 173, n.º 231; 191, nº 256).

Ainda no Porto, falta referir uma outra estela, menos conhecida, e que apenas recentemente viu confirmada a sua natureza (E22). No ano de 1995, arqueólogos do Gabinete de Arqueologia Urbana do Município do Porto registaram e recolheram algumas pedras trabalhadas numa obra de construção civil – feita sem qualquer acompanhamento arqueológico – junto à igreja paroquial de Miragaia (SILVA, 2009: 41, figs. 63-64). Entre alguns fragmentos arquitetónicos, recuperou-se um fragmento de estela em granito,

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[767] Agradecemos ao Autor a disponibilização do texto antes da sua edição.

[768] À data em que fechávamos este texto, chegou ao nosso conhecimento – e foi alvo de notícias nas redes sociais digitais – que uma outra estela (?) funerária havia sido localizada no Mosteiro de Bustelo, em Penafiel, encontrando-se em estudo por Teresa Soeiro e Armando Redentor para publicação na revista *Portugalia* (Porto).

[769] Que reconstituíram a cabeceira do templo praticamente desde os fundamentos (BRANDÃO, 1963a: 240; DIAS, 2002: 374).

infelizmente muito mutilada, mas onde é possível observar restos de uma inscrição (Fig. 138, n.º 3).

A peça, com as medidas máximas de 78 x 59,5 x 31 cm, apresenta decoração arquitetónica em relevo, traduzida por duas arcarias paralelas, separadas por linha incisa vertical, sobre o campo epigráfico rebaixado[770]. Neste, reduzido a cerca de 3 cm de altura pela fratura da parte inferior do monumento, percebem-se ainda algumas letras da primeira linha, nomeadamente uma de desenho circular (O ou Q), seguida de outra, impercetível[771] (Fig. 138, n.º 3). Pela tipologia do monumento, de evidente romanidade, é plausível interpretá-la como correspondente a uma inscrição funerária (REDENTOR, 2017a: I, 488, n. 19), mas o reduzido campo epigráfico conservado não permite ir mais além desta sugestão. Não obstante, a poucos metros do local do achado foi, na mesma época, realizada uma intervenção arqueológica, na Rua de Miragaia, 75-76, que proporcionou a identificação de materiais cerâmicos de época romana (OSÓRIO; SILVA, 1996), a que, entretanto se juntaram outros achados de espólio e estruturas romanas[772].

De Valongo, provavelmente da área dos trabalhos mineiros da serra de Santa Justa, provém uma estela (E30), esta feita em ardósia, principal litologia da região, com o singelo epitáfio de Flaus, filho de Bracarus, que morreu com 40 anos e cujos familiares não deixaram de recomendá-lo aos Manes: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Flaus B-/ racari f(ilius) an(norum) / XXXX (quadraginta) / h(ic) s(itus) est*, diz o texto. Desconhece-se as circunstâncias do achado desta estela, revelada nos começos do século passado por José FORTES (1905-1908: 25), e que tem vindo a integrar vários *corpora* epigráficos (SILVA, AF, 2007: 428, n.º 599; REDENTOR, 2017a: II, 188-9, n.º 252).

Por fim, voltamo-nos para o município de Vila do Conde. Reaproveitada na parede de uma casa, em Modivas, foi encontrada em meados do século XX uma estela funerária, em granito (E32), invocando os deuses Manes pela fórmula tradicional. O epitáfio memora Severo, filho de Flávio, falecido com 30 anos: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Seuero / Flaui f-/ ilio an(norum) / XXX (triginta) Seu[e]-/ inus [.]? / [---*. A parte final da inscrição, truncada, deveria mencionar o dedicante, talvez Severino. Pode dar-se o epitáfio de entre 131 e 230, segundo A. Redentor, de quem se recolhe a leitura (REDENTOR, 2017a: II, 223-224, n.º 303).

Ao plantar uma oliveira num campo de Vila Boa, junto à necrópole de Guilhabreu, apareceram em 1893 três aras. Duas delas são anepígrafas, mas a terceira (E31, Fig. 137) revelou-se, na expressão de Leite de Vasconcelos, «paleográfica e etnologicamente muito importante» (VASCONCELOS, 1906: 371). A ara, ou estela, claramente de natureza funerária, apresenta um texto complexo e de difícil leitura, tanto pelas suas características paleográficas, com *ordinatio* muito irregular e mistura de letras cursivas unciais e capitais, como pela antroponímia e etnonímia nela representada, possuindo vasta historiografia (HÜBNER, 1899: 398-399, n.º 110; GUIMARÃES, 1901: 67-68; VASCONCELOS, 1906: 371-373; ALMEIDA, CF, 1969: 23-24; ALBERTOS, 1975: 33; PEREIRA-MENAUT; SANTOS YANGUAS, 1980: Qd. A-3; SILVA, AF, 1980b: 82-84; 1986: 274 e 2007: 432, n.º 635; TRANOY, 1981: 373, 383; CARDOSO, 1985: 107; GUERRA, 1998: 155-156; MOREIRA, 2009: 173 e REDENTOR, 2017a: 188-189, n.º 266, que recolhe a restante bibliografia).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[770] Decoração com paralelos em algumas epígrafes portuguesas da região transmontana ou, de forma ainda mais evidente, em algumas estelas funerárias depositadas no Museu Quiñones de León, em Vigo (NAVEIRO LÓPEZ, 2012).

[771] Agradecemos a Armando Redentor a oportuna colaboração na observação do parco texto conservado nesta estela.

[772] Veja-se, *infra*, o ponto 5.3.1.

A leitura de A. C. Ferreira da SILVA (1980b: 83), afinando transcrição anterior de M.ª Lourdes ALBERTOS-FIRMAT (1975: 33), interpreta deste modo o texto: *Ex ɔ (castro/castello) U / liain / ca(rum ?) • Lan / asus / Mebdi / ex ɔ (castro/castello) Fi(duenearum ?) / An(norum) LXX (septuaginta)*. Ou seja, o monumento assinalaria a sepultura de um indígena de nome Lanasus, filho de Mebdi, falecido com 70 anos e que pertenceria a um *castellum* cuja designação começaria por FI, sugerindo A. Coelho que poderia tratar-se do castro dos *Fidueneae*, correspondente à citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira (SILVA, AF, 1980b: 83)[773].

Em revisão recente, A. Redentor propõe pequenas variações, lendo o nome do defunto como *Lauacus* e percebendo um S a seguir às letras FI que lhe assinalavam a *origo* (REDENTOR, 2017a: II, 197, n.º 266), deste modo inviabilizando, se estiver certa a sua leitura, a eventual ligação aos habitantes do castro de Sanfins. Como elemento de particular interesse, deve mencionar-se que o monumento memorial foi erigido pelos moradores do *castellum* de Uliainca, de ignota localização, mostrando a inscrição esta curiosidade de apresentar duas menções de origem com C invertido (PEREIRA; SANTOS, 1980: Qd. A-3) e levando mesmo a colocar-se a hipótese da ara, de algum modo, traduzir um pacto de *hospitium* entre comunidades próximas (TRANOY, 1981: 373, 383). No que respeita à cronologia deste singular epitáfio, Mário CARDOSO (1985 [1935]: 107) e Ferreira da SILVA (1980b: 84) datam-no do século IV; enquanto REDENTOR (2017a: II, 197) avança um intervalo entre 71 e 130, o que – não discutindo critérios paleográficos – nos parece mais plausível face à presença do duplo C invertido, dificilmente admissível no Baixo-Império.

Passamos agora – mantendo-nos, ainda, a norte do Douro – a um conjunto de inscrições de mais difícil tipificação, começando pelo território penafidelense. Numa desaparecida pedra (E14), dada como proveniente da Cividade de Eja (AGUIAR, 1943a: 13; 1945: 91; ALMEIDA; LOPES, 1982: 132; CALO LOURIDO, 1994: 177), poderia ler-se CAMALI (SOEIRO, 1984: 77; REDENTOR, 2017a: II, 248, n.º 344), antropónimo que, de tão comum no noroeste ibérico, pouca informação acrescenta. Também, no pedestal de uma das estátuas de «guerreiros galaicos» exumadas do Monte Mòzinho, vêem-se restos de uma inscrição (E20) que C. A. Ferreira de ALMEIDA (1975: 80, n. 45; Est. XXIII, 4), com dúvidas, interpretou como I DEO C ou DEO C aventando a hipótese de poder aludir ao deus Coso, leitura que Armando Coelho subscreve (SILVA, AF, 1986: 294; SOEIRO, 1984: 265-266, Fig. CXXVII). A peça apareceu reutilizada como material de construção num lajeado tardo-romano, mas atendendo à datação atualmente mais corrente para este género de estatuária (CALO LOURIDO, 1994: 685ss), e à própria cronologia fundacional do povoado[774], o guerreiro – e por certo também a respetiva epígrafe – poderão, talvez, corresponder a uma iniciativa comunitária do século I, provavelmente pré-flávia.

Por último, é habitual acrescentar-se ao *corpus* epigráfico portuense uma notícia do erudito quinhentista João de Barros, já de si vaga, mas que citações imprecisas ou acriticamente reproduzidas têm confundido ainda mais. O equívoco terá tido origem em Mendes Correia, que no seu afã de elencar fontes para as origens «romanas» do Porto, atribui a Barros, na sua *Geographia d'Entre Douro e Minho* (1548), a informação de que «nas traseiras da capela-mor da Sé do Porto teria existido uma inscrição que ele próprio [Barros] leu: C. IVLIVS», questionando até se não existiria neste informe confusão com outra epígrafe dada como de Miragaia – a que atrás nos referimos – onde se facto se identificaria um *C. Iulius* (CORREIA, 1940: 186).

[773] Sobre a questão étnica, veja-se o ponto 3.3.

[774] *Cfr*. ponto 4.6.

Todavia, não é exatamente expressa naqueles termos a notícia de antiguidades epigráficas transmitida por João de Barros. Da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* conhecem-se, nada mais, nada menos, do que seis manuscritos[775]. A primeira edição impressa desta obra histórico-corográfica data de 1919 (BARROS, 1919) e reproduz o principal manuscrito da Biblioteca do Porto; recentemente veio a lume completa edição crítica da obra, comparando os manuscritos conservados no Porto e transcrevendo igualmente o que se acha depositado na Biblioteca Nacional, em Lisboa (BARROS, 2019). Compulsando a edição mais moderna[776], verificamos que as informações de João de Barros respeitantes à antiguidade do Porto constam, com ligeiras variantes, tanto do principal manuscrito do Porto (*Ms*. 1109), datado de 1548, como do de Lisboa (*COD*. 216), fixado em 1549. No primeiro, escreve Barros acerca do Porto:

> «Não achei qual fosse o fundador desta cidade, mas parece que he muito antiga e do tempo dos Romanos (…) que também eu vi algumas pedras nesta cidade que tem estas letras, IVLIVS.» (BARROS, 2019 [1548-1549]: 285).

No manuscrito de Lisboa (1549)[777], que parece completar o do Porto, o cronista, aludindo à antiguidade do «morro velho onde esta a See», menciona, tão só, que «Alguns letreiros estão em paredes que ali estão que dizem *Julius* do tempo dos Romanos» (BARROS, 2019 [1548-1549]: 142). Portanto, como pode observar-se, João de Barros não se referiu expressamente a uma dada inscrição, antes menciona, pluralmente, a ocorrência do nome *Iulius* em paredes, ou em «algumas pedras» da urbe portuense[778]. Foi Pereira de Novais, historiógrafo e monge em São Martinho de Compostela, em finais do século XVII, quem – referindo-se às notícias epigráficas de Barros – acrescenta que as letras IVLIVS estariam «en una piedra» localizada «en las espaldas de la Capilla de esta Santa Iglesia» (NOVAIS, 1912: I, 46).

Estabelecido o equívoco, observamos que a «inscrição» C. IVLIVS da capela-mor da catedral tem feito longa viagem, desde BRANDÃO (1963: 240; 1983: 71; 1984: 15) até autores mais modernos (ALARCÃO, 1988b: 26, n.º 1/450; CARVALHO, 2008: II, 79; REDENTOR, 2017a: II, 118, n.º 144; *Idem*, I: 300, n. 128)[779], chegando este último autor a considerar a «inscrição» como votiva, aproximando o dedicante do *C. Iulius Pylades* da epígrafe apontada a Miragaia. Pela comprovada imprecisão da fonte matricial, entendemos que esta vaga referência epigráfica não deve ser entendida como ocorrência singular e material.

Resta-nos, para completar o elenco da epigrafia do território galaico mais imediato ao Douro, aludir a alguns testemunhos de monumentos viários, todos eles, igualmente, já acuradamente estudados e publicados. Dois deles ocorrem no concelho da Maia. Na continuidade da demarcação miliária da via *ex Olisipo Bracaram* – conhecida como Via XVI

---

[775] Cinco deles conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto e um na Biblioteca Nacional, em Lisboa (LENCART, 2019: 20-21).

[776] Que todavia, para o caso que nos interessa, não difere da de 2019, apenas lhe acrescenta a informação do manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal.

[777] *Libro das Antiguidades e Cousas Notaveis de Antre Douro e Minho e de Outras Muitas de España e Portugal*, *apud* BARROS, 2019 [1548-1549].

[778] E curiosamente – aspeto que noutro ponto abordaremos – sempre na perspetiva de que teriam sido pedras trazidas do Castelo de Gaia, que Barros afirmava ter sido fundado por Caius Iulius Caesar, admitindo que pudesse preceder, em antiguidade, a cidade do Porto (BARROS, 2019: 142, 284).

[779] Também nós, mas aqui igualmente por lapso de redação, incorremos em erro similar, com a agravante de atribuir a Hübner a informação sobre esta epígrafe, que a bibliografia equivocadamente localiza em Barros (SILVA, 2010c: 226).

do *Itinerário* antoniniano – preserva-se atualmente, se bem que em muito mau estado de conservação, o marco de Ferronho (E06), inventariado por Martins Capela que, com muitas dúvidas, interpretou parcialmente três linhas do texto (CAPELA, 1895: 251, n.º 99; *EE*, VIII, 205), todavia o suficiente para que Vasco Mantas, vislumbrando ainda um pequeno grupo de letras, ensaiasse a reconstituição do letreiro, que atribuiu ao imperador Caro (ano de 283 por datação consular), como segue: *[Imp(eratori) Caesari] / [M(arco) Aur(elio)] Car[o] P(io) [F(elici)] / [Invicto] Aug(usto) P(ontifici) M(aximo) / [Trib(unicia) Potest(ate) II Co(n)s(uli) [TT…]* (MANTAS, 1996: IA, 345-348).

De localização mais recente é o miliário (E05) aparecido numa residência particular na freguesia de Barca (Castêlo da Maia), dado a público por André Tomé RIBEIRO (2016). Fraturado na parte superior, e por isso com lacuna no texto, o marco tem 1,56 m de altura, transmitindo-se a sua transcrição:

> TRIB(unicia) (hedera) POTEST(ate) (hedera) XV […]
> CO(n)S […] […] P(atri) P(atriae)
> A BRA[..]RA AVG(usta)
> M(ilia) P(assuum) XXVII[780]

Trata-se, assim, de um dos marcos da balizagem da Via XVI, entre *Bracara* e *Cale*, embora tenha aparecido um pouco deslocado do seu sítio original, que pôde reconstituir-se com alguma segurança (RIBEIRO, 2016: 12). Este autor, aliás, não deixa se assinalar as semelhanças deste miliário com o da Quinta do Paiço, aparecido mais a norte, em Alvarelhos[781] (*Idem, ibid*.), sendo assim muito de admitir que remonte ao tempo do imperador Adriano, assim confirmando a balizagem da via, com o reajuste do seu traçado, naquela época (MANTAS, 2015a: 233).

O último dos marcos viários encontrava-se em São Mamede de Infesta (Matosinhos), sinalizando a mesma via XVI do *Itin. Anton*. (E09). Deslocado da sua implantação primitiva e objeto de reutilizações várias, perdeu, primeiro, a inscrição e, depois, a própria forma física, restando do texto apenas as cópias de antiquaristas do século XIX, registadas por Hübner (CIL II, 4735; ILER, 1846), e que permitem atribuir o marco ao imperador Adriano, tal como sucede com outros miliários do mesmo troço de via (MANTAS, 1996: IA, 343-345; 2015a: 240).

Passando, finalmente, à margem esquerda do rio Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, podemos agrupar as ocorrências epigráficas por grandes núcleos de proveniência, o que diretamente relaciona este tipo de documentos com os sítios arqueológicos certamente mais relevantes no povoamento local, como visto. Começamos, assim, pela ribeirinha colina do Castelo de Gaia, em cujo sopé, a nor-nordeste, junto ao rio Douro, apareceu em começos do século XX uma inscrição bastante conhecida. O monumento (E42), localizado nas Escadas da Boa Passagem, é constituído por uma inscrição sobre suporte granítico bastante irregular, fragmentado na parte inferior e de secção vertical troncocónica, podendo designar-se pelo qualificativo de *cipo*, com que originalmente foi nomeado.

A pedra epigrafada foi inicialmente publicada por Armando de MATOS (1937: 17-19; GUIMARÃES, 1993a: 35; ILER, 6317) e depois revista por Patrick Le Roux, que pôde examinar diretamente o monumento e propôs a seguinte leitura: *L(ucius) Lauius L(uci) F(ilius) / Aemilia Tri(bu) / Tuscus / Felicitis Iul(iae) / Miles Leg(ionis) X / Gem(inae) Vics[it /*

[780] Reproduzido de RIBEIRO, 2016: 11. Com traço horizontal sobre os numerais.

[781] CIL, II, 4736. MANTAS, 1996, n.º 25; 2015a: 240.

ann(is) .../...] (LE ROUX, 1982: 179)[782]. Trata-se do epitáfio de um militar da legião *X Gemina*, natural de *Felicitas Iulia* (Lisboa), falecido neste extremo noroeste da Lusitania, fosse em viagem de licença, fosse em serviço durante qualquer destacamento, desconhecendo-se, por se encontrar mutilado o epitáfio, com que idade ocorreu o óbito e quem lhe dedicou a memória funerária, propondo ainda LE ROUX (1982: 119, n. 193) e Vasco MANTAS (2013: 104) que possa datar-se o singular cipo entre os últimos anos de Tibério e a época claudiana, seja como for, em data anterior a 63 d.C., ano em que a legião se deslocou para a Panónia ou, no máximo, entre 68-69, período em que, pela última vez, a *X Gemina* regressou à Hispânia (PITILLAS SALAÑER, 2010a: 30).

Revisitando esta epígrafe, a propósito da cartografia das *ciuitates* da região e dos indícios da presença militar no Baixo Douro durante o século I, Jorge de ALARCÃO (2005a) evoca outros testemunhos arqueológicos de evidência militar, designadamente a notícia do achado de um «emblema da décima legião romana» no castro de Santa Maria de Sardoura (PINHO, 1947: 51; SILVA, 1994: 52), povoado localizado uns 30 quilómetros a nascente de Vila Nova de Gaia, e até, mais a leste, já em Resende, uma ara a Júpiter dedicada por um *miles da cohors Prima Inturaiorum* (CORREIA; ENCARNAÇÃO; PINHO, 1998). A atividade de tropas legionárias na bacia terminal do Douro, naquela época, deverá entender-se não em função de quaisquer ações bélicas, mas com responsabilidades de escolta e vigilância (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1998: 40), ou, seguindo ainda a Alarcão, com tarefas de organização do território e apoio às comunidades locais, como a abertura de vias (MANTAS, 2013: 104), a construção de pontes de barcas para a travessia do rio, o controle de explorações mineiras ou mesmo a delimitação com *termini* dos territórios das *ciuitates* (ALARCÃO, 2005a: 79).

Registam-se no Castelo de Gaia outros testemunhos epigráficos, por ora ainda pouco eloquentes mas que vão sublinhando, por esta via particular, a importância deste núcleo habitacional na Antiguidade. Na importante escavação do *horreum* augustano atrás referido (RAMOS; CARVALHO, 2020; RAMOS, 2020) foi identificado um grande silhar granítico com duas faces almofadadas e o resto de uma inscrição numa das faces (E39). O bloco encontrou-se reaproveitado como material de construção, na base de um muro tardo-antigo[783] (Figs. 139 e 140), que os responsáveis dataram, pelo espólio cerâmico associado, de entre os séculos IV e VI, situado no limite Este da intervenção arqueológica (RAMOS; CARVALHO, 2016: 11; 2020: 69).

Trata-se de um bloco paralelipipédico com as dimensões máximas de 78,9 por 51,2 cm, e uma espessura na ordem dos 30 cm. Orientando o bloco de acordo com a letra epigrafada (Fig. 140), que se acha na face mais polida, verifica-se que nas faces inferior e direita o bloco exibe um almofadado rude, feito certamente após o bloco ter sido fraturado para reutilização. Na parte superior da mesma face principal vêem-se restos de uma moldura relevada, com uma altura entre os 11,8 e os 16,5, separada por um profundo sulco da parte superior do bloco, provavelmente vestígios de tentativa de partir a pedra por aquele lado. A inscrição, reduzida a um, simples C, em caracter capital, com um ponto junto à sua base, encontra-se a 18,7 da moldura superior, a 14,6 da atual base do bloco e a 7,9 cm da lateral direita da pedra. As dimensões da letra são 10,7 (alt.) por 7,9 cm[784].

Pouco haverá a dizer quanto à singela sigla, que pode abreviar qualquer nome ou outra palavra iniciada pela terceira letra do alfabeto, mas deve recordar-se, mais uma vez, o

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[782] Exaustiva bibliografia da peça, com oportunos comentários, foi publicada num texto de síntese de Gonçalves GUIMARÃES (2010: 9-11, notas 12 a 14).

[783] Identificado pela UE 1006 no contexto da escavação (RAMOS; CARVALHO, 2016).

[784] Muito agradecemos aos responsáveis pela intervenção, realizada pela Era, Arqueologia, SA, Rui Ramos e José Carvalho, a possibilidade de estudar e publicar esta epígrafe inédita.

testemunho do Doutor João de Barros. Mencionando as epígrafes arcaicas da cidade do Porto, o erudito quinhentista sublinha, repetidamente, a maior antiguidade do Castelo de Gaia, que cria fundado por Caio Júlio César, e de onde disse terem sido transportadas para o Porto algumas inscrições, nomeadamente contendo o nome do primeiro imperador (BARROS, 2019 [1548-1549]: 142, 284)[785].

Quanto à natureza e possível cronologia da gravação, devemos observar que o bloco parece ter tido duas reutilizações como material de construção, pois anteriormente à sua aplicação na base do muro tardo-antigo onde foi localizada, teria já sido quebrada e trabalhada em duas das faces laterais para aplicação do almofadado rústico, devendo então ter servido como pedra de cunhal. Esta possibilidade sugere uma cronologia provavelmente alto-imperial para a epígrafe, o que o tipo de letra não desmente. A fragmentação do suporte não permite intuir o carácter da inscrição, podendo até corresponder a uma peça inacabada, mas considerando o tamanho da letra e o espaçamento das linhas, se outras houvesse, arriscaríamos sugerir que a pedra poderá ter pertencido, ou ter estado destinada, a uma inscrição monumental, de carácter arquitetónico, como um *podium*, entablamento, base de estátua ou similar, hipótese que só o acaso de novos achados arqueológicos poderá um dia vir a iluminar[786].

Também relacionadas com o Castelo de Gaia, mas desta vez provenientes dos contextos religiosos e sepulcral da Quinta de Santo António, na encosta poente da elevação, podemos ainda mencionar duas outras epígrafes. Uma é constituída pelo fragmento de uma placa (E40), em mármore, moldurada superiormente, com c. de 29,6 x 23,9 cm e parte de quatro linhas, da qual foi apresentada uma primeira reconstituição do texto como [C *uel* T]INAEV / MODES[TVS *uel* TA] / […]ORIS/[H]ONOR (NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008: 8; NASCIMENTO; SOUSA, e.v.p.), podendo talvez corresponder a uma inscrição funerária, certamente dos séculos I-II, pelo tipo de letra, capital quadrada de muito bom recorte. Na base de uma sepultura da necrópole tardo-antiga ou alto-medieval (sep. 4, UE 106) localizou-se também uma *tegula*, ou placa cerâmica (E41) com uma inscrição em duas linhas, feita antes da cozedura, que ainda não foi objeto de leitura, interpretação ou proposta cronológica, a ensaiar em função de critérios paleográficos e arqueológicos (NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008: 7-8; NASCIMENTO; SOUSA, e.v.p.)[787].

Subindo o rio Douro chegamos rapidamente ao Castelo de Crestuma, sítio ao qual a investigação recente tem acrescentado notória importância regional, ainda que, por ora, sublinhada apenas para o período tardo-antigo, como atrás observámos. Proveniente das necrópoles desta estação arqueológica conhece-se um fragmento de estela funerária (E33), sem indicação mais precisa e bastante mutilada na parte superior, peça que foi originalmente noticiada por Arlindo de SOUSA (1957: 17), com leitura imperfeita revista por nós próprios a partir da transcrição original (SILVA, 1994: 121).

Todavia, após o seu achado, a epígrafe foi acidentalmente ocultada e só quando relocalizada foi objeto da primeira edição adequada (GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2001),

[785] Uma destas epígrafes, supostamente ostentando a inscrição IVLIVS, terá sido vista por António Cerqueira Pinto – editor e prefaciador da segunda edição do *Catalogo dos Bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha – «quasi apagada, em hum pedaço ou fragmento de columna avulso, que se achava no páteo das casas de huma quinta, chamada de Campo Bello, na fralda do monte em cuja eminencia esteve o Castelo de Gaya» (PINTO, 1742: § 29).

[786] A este propósito, deve recordar-se a «exumação de pedras almofadadas de grandes proporções, associadas a aduelas de arco, capitéis e colunas» (NASCIMENTO *et al*., 2020: 291) num trabalho arqueológico feito no Castelo de Gaia (embora na encosta oposta), o do Gaveto de Entre-Quintas/São Marcos (ficha EQ-SM.05; QUEIROGA, 2006), indiciando a presença de arquiteturas monumentais naquele povoado, o que, aliás, discutimos no ponto 5.3.2.

[787] Agradecemos aos responsáveis pela intervenção arqueológica a autorização para utilizar a informação sobre estas epígrafes, cujo estudo estão a realizar.

reconstituindo-se a sua lição como segue: *[...] / XIIII (quattuordecim) • pat-/ er (hedera) et mater • t(ibi) • car- / a(e) f(aciendum) • c(urauerunt) • H(ic) S(itus) E(st) • S(it) T(ibi) • T(erra) L(euis)*[788]. Trata-se, assim, de um epitáfio dedicado pelos pais a uma menina, falecida aos 14 anos. Os editores propõem ainda [DMS / … / ANNORVM] nas primeiras linhas, o que é plausível, sugerindo uma datação para o monumento entre a época flaviana e a primeira metade da segunda centúria (GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2001: 45-46).

O recente projeto de investigação dirigido ao Castelo de Crestuma permitiu recuperar outros testemunhos epigráficos, ainda que lacunares e mal conservados nas suas lições, aparecidos muito em especial na área do areal de Favais, junto ao Douro, por efeito da ação das marés sobre os terrenos marginais (Fig. 141). Em resultado de prospeções, detetou-se em 2013 (GUIMARÃES *et al*., 2014: 36-37; Fig. 171) o fragmento de uma possível estela (E34), que julgamos de natureza funerária.

A peça, feita em granito de grão fino, de tom acinzentado, litologia alheia ao local, encontra-se muito mutilada, sobretudo nas faces laterais e inferior. A parte inferior encontra-se alisada, provavelmente, em resultado do reaproveitamento do bloco como material de construção; o mesmo sucede no topo, aqui aparentemente correspondendo ao estado original do monumento. Observam-se vestígios de uma moldura relevada sobre o campo epigráfico no qual permanecem restos de duas linhas da epígrafe: na primeira, um D, claramente desenhado, em capital de bom estilo, seguido de um *punctus*, também bem marcado; da segunda linha, percebe-se um A, a que se segue uma letra curva, provavelmente um O ou Q (a curvatura superior parece excessiva para um C). A fotografia sugere um P (?) imediatamente antes do A, o que o exame direto da pedra não confirma. A regularidade e simetria que parece presidir à *ordinatio* do texto sugerem que a primeira linha (hipoteticamente DMS) estaria centrada em relação às demais, pelo que a estela teria originalmente cerca de 45 cm de largura[789]. O que pode ler-se desta inscrição, para a qual propomos uma datação dentro do século II, resume-se, deste modo, a D • [M • S ?] / A O (*uel* Q) [---].

A poucos metros deste achado localizou-se em 2019 outro possível fragmento de estela ou placa, em granito levemente rosado, com 23 x 24 x 16,5 cm. A área do presumido campo epigráfico, enquadrado por moldura bastante pronunciada, mostra ainda vestígios de alisamento, mas por degradação natural ou mesmo em resultado de picagem, a eventual epígrafe parece ilegível. Mais importante, também encontrada na mesma zona e em data próxima, resulta a identificação de uma ara (E35), de bom recorte clássico (Fig. 141), apesar de degradada, que de novo vem questionar a cronologia de ocupação do sítio arqueológico.

A peça, esculpida em granito de grão grosseiro e com as medidas de 36 x 34,5 x 24,5 cm, apresenta na verdade as superfícies muito deterioradas, certamente por ação mecânica dos depósitos coluvionares ribeirinhos onde terá estado depositada. Trata-se do fragmento da parte superior de uma ara, conservando-se parte do fuste e o capitel, separado daquele por uma gola relevada com duplo filete, presente na face anterior e nas laterais. No topo está ainda presente o *foculus*, sobre fastígio central, ladeado por dois toros, bastante desgastados. Com base, essencialmente, nestas características morfológicas, entendemos poder atribuir o monumento aos primeiros dois séculos da nossa era.

A má conservação da superfície do campo epigráfico dificulta sobremaneira qualquer tentame de leitura, chegando a admitir-se até o seu carácter anepígrafo. Todavia, após vários

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[788] Pequenas imprecisões, que em nada afetam a interpretação, como, *situs* por *sita*, na quarta linha, resultam de gralha, entretanto corrigida por um dos autores (GUIMARÃES, 2010).

[789] Outras medidas da peça: dimensões gerais: 29x29,5x18 cm; campo epigráfico conservado: 21x13 cm; moldura superior: cerca de 10 cm de largura e altura de c. de 1 cm; altura das letras: l. 1: 4; l. 2: 4; l. 1: 1; l. 2: 2.

ensaios de iluminação do campo epigráfico e com o recurso a técnicas de análise digital[790], foi possível determinar a presença de, pelo menos, um O, o que confirma a presença de uma inscrição, ainda que, provavelmente, ilegível na atualidade, podendo reconstituir-se apenas [---] O / [-----].

O último documento epigráfico do Castelo de Crestuma é um extenso – todavia muito parcial – texto gravado sobre uma *tegula* (E36). A telha de rebordo (Fig. 141), descoberta em escavação arqueológica mas em contexto secundário (GUIMARÃES *et al.*, 2014: 23, fig. 172), exibe parte de diversas linhas de um longo texto latino gravado *ante coctem* em caracteres cursivos. De clara ambiência tardo-antiga, a inscrição foi datada da primeira metade do século VI por Isabel Velázquez, que igualmente procedeu à leitura da epígrafe, sem todavia poder interpretar o seu sentido exato (talvez mágico, ou religioso) dado o carácter fragmentário do texto, uma vez que a telha se acha reduzida a cerca de um quarto e, presumivelmente, o enunciado ocuparia toda a sua superfície, vendo-se nos fragmentos conservados apenas a parte final das últimas oito linhas. Segundo a transcrição da mencionada especialista, o que pode ler-se é apenas: *----------] / [- - -]co te / [- - -]ta / [- - -] + [- - -]ico / [- - -] humor iam / [- - -] abeat / [- - -] sanum / [- - -]us uerset / [- - - ma]nibus tuis* (VELÁZQUEZ SORIANO, 2017).

Um terceiro local de povoamento antigo de excecional relevância é o castro do Monte Murado/Senhora da Saúde, onde esperaríamos também encontrar um «polo epigráfico» equivalente à natureza do sítio, o que o acaso e as vicissitudes da investigação não permitiram ainda confirmar. Deste sítio procedem aquelas que são, certamente, as epígrafes romanas mais conhecidas de Vila Nova de Gaia: as duas *tabulae* ou *tesserae*[791] *hospitales* em bronze (SILVA, AF, 1983; 1986: 310-312) que se encontravam afixadas na parede de uma casa de tipo romanizado (SILVA, AF, 1984b: 42, Estampas II a IV) cujo texto recordamos a partir do mesmo autor (SILVA, AF, 1983):

> *Tessera hospitalis* 1, ano 7 d.C. (E37)
>
> *Q(uinto) Caecilio Metello A(ulo) Licinio co(n)s(ulibus) / D(ecimus) Iulius D(ecimi) f(ilius) Gal(eria tribu) Cilo hospitium fecit / sibi liberis posterisque suis cum Nigro / et Rufo et Prisco Turdulis Veteribus / liberis posterisque eorum*
>
> *Tessera hospitalis* 2, ano 9 d.C. (E38)

[790] Nomeadamente a realização de histogramas de cor com recurso ao *plugin* DStretch – Rock Art Digital Enhancement (https://www.dstretch.com/). Agradecemos ao nosso colega Pedro Pereira (CITCEM, UP) o apoio no uso destas tecnologias.

[791] Não obstante a lição clarificadora de Dolores DOPICO (1988: 13-16) sobre a distinção entre estes dois tipos de suportes, pela sua forma e função; e constituindo os documentos do Monte Murado perfeitos exemplos de *tabulae*, usaremos também o termo com que foram apresentados à comunidade científica e com o qual são geralmente identificados. Aliás, a bibliografia posterior continua a estabelecer outro tipo de distinções entre *tesserae* e *tabulae*, para além do suporte, como por exemplo a natureza privada ou pública dos pactos (BELTRÁN LLORIS, 2001: 39, n. 17, *passim*); além do que – talvez com a extensão do uso em épocas mais tardias – algumas peças as quais, pela forma e conteúdo poderiam ser classificadas como *tabulae*, na interpretação de Dopico Caínzos, expressam no próprio texto epigrafado a sua condição de *tesserae*. Tal sucede, pelo menos, com os exemplares de Paredes de Nava, Palencia, datado da primeira metade do século I, e que exibe o texto «*M(arcus) Titius Fronto. Turiasso/ ninsis, sibi liberis posteris/ que Tisseram Hospitale[m]/ fecit cum populo Interca/ tiense, eodem iure eadem/ lege qua Intercatienses*» (MAÑANES: 2014: 21), ou, de forma talvez ainda mais nítida, no de Montealegre de Campos, Valladolid, registado em 134, que reza «*L(ucio) Iulio Urso Seruiano III Publio /Vivio Varo co(n)s(ulibus) V Nonas Octobres/ Granius Silo et Aemilius Sapienus et /Iulius Proculus tesseram hospita/lem pro meritis Elaesi Ottae Aii /filii nomine cognationis Magi/lancum Amallobrigenses Cab/rumuria et Paligo renouarunt/ cum senatu populoque Caucen/sium in perpetuum sibi liberis/ posterisque omnibus eorum/ per legatos /M(arcum) Valerium Lentulum IIvirum /et Lucium Sempronium Quadratum*» (BALIL, MARTIN VALLS, 1988; VELAZA, 1989; ROJO RINCÓN, 1997: 520).

Q(uinto) Sulpicio Camerino C(aio) Poppaeo / Sabino co(n)s(ulibus) / D(ecimus) Iulius M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Cilo hospitium fecit / cum Lugario Septanii f(ilio) ex Turduleis / Veteribus eumque et leiberos posteros/que eius in fidem clientelam que / suam recepit leiberorum posterorum / que suorum egit / Lugarius Septanii

A importância deste par de *tabulae* de *hospitium*[792], releva de vários elementos, já devidamente destacados na bibliografia que se lhes refere, mas que importa sintetizar. Por um lado, pelo significado destes documentos para o conhecimento do quadro étnico da margem sul do Baixo Douro e suas dinâmicas; por outro, pelo contributo que trouxeram para uma melhor compreensão dos processos de integração e assimilação entre as comunidades indígenas e os dominadores latinos.

Constituindo-se como os primeiros registos epigráficos da presença dos *Turduli Veteres* na fachada atlântica a norte do Tejo e, em particular, nesta região limítrofe do Douro, assim confirmando as informações de Mela (*Chorog*., 3, 8) e Plínio (*Nat. Hist*., 4, 112-113), o local de achado destas inscrições identifica também no Monte Murado um dos seus povoados, porventura o principal, como noutro ponto discutimos. A adjetivação do etnónimo *Turduli*, já registada por Plínio, tem suscitado longa discussão, baseada sobretudo na cronologia das migrações que terão trazido tais túrdulos, ou parte deles, do sul peninsular para as paragens nortenhas, como transmitido por Estrabão (3. 3. 4-5). Armando Coelho – a par de ALMAGRO-GORBEA e TORRES (2009: 122; ALMAGRO-GORBEA, 2011: 300) e outros autores – defende a antiguidade de tais migrações, com base em fontes literárias e arqueológicas, sugerindo os meados do primeiro milénio a.C. (SILVA, AF, 2015: 70); outros autores, porém, propõem uma data mais recente para tais movimentações (GARCÍA Y BELLIDO, 1952: 233-235; BERROCAL-RANGEL, 1998: 25-26)[793], e um terceiro grupo defende mesmo que grupos de túrdulos podem ter acompanhado Decimus Iunius Brutus, como tropas auxiliares, na sua campanha contra Lusitanos e Calaicos (SCHULTEN, 1937: 138; GUERRA, 1998: 856)[794].

Esta discussão é importante porque interfere diretamente com o significado do etnónimo *Turduli Veteres* e o percurso histórico dos correspondentes grupos étnicos, traduzidos como Túrdulos «Velhos» pelo primeiro conjunto de autores[795] e como «Veteranos» (no sentido militar, mesmo de eventuais corpos militares desmobilizados) pelos últimos, cuja posição parece ter ganho adeptos em recente publicação daquelas *tabulae* (FABIÃO; GUIMARÃES, 2015; 2016).

As *tabulae* bronzíneas do Monte Murado são, assim, dois exemplares de epigrafia jurídica, oficializados pela menção à autoridade consular e pelo próprio material e forma em que foram perpetuados. O curto intervalo temporal entre os dois documentos parece, no entanto, traduzir uma significativa alteração de estatuto e posicionamento entre os

[792] Veja-se, para a distinção formal, M. D. DOPICO (1988: 15-16), como observámos na nota anterior.

[793] Acresce ainda a possibilidade, poucas vezes referida, de esta trasladação populacional não ter decorrido de qualquer migração, mais ou menos voluntária, mas ter sido imposta pelas autoridades romanas, como a *tabula* de El Bierzo bem documenta (GRAU LOBO; HOYAS, 2001; DOPICO, 2009; PEREIRA-MENAUT, 2015)

[794] V. sínteses recentes das diversas correntes e propostas em A. M. ARRUDA (2013: 216-217); OLIVARES PEDREÑO (2013) e Ferreira da SILVA (2015: 68-70).

[795] Ainda que interpretando o adjetivo à luz de uma eventual dupla migração, a de meados do primeiro milénio a.n.e., e uma possível segunda movimentação demográfica posterior, sendo, nesta perspetiva, aos imigrantes mais antigos que se refeririam os pactos de hospitalidade do Monte Murado (SILVA, AF, 2015: 70; MANTAS, 2018: 11), posição que nos parece mais admissível que a da forçada incorporação de combatentes da *Baeturia* na expedição do cônsul romano em 138-137 a.C.

intervenientes, como já foi sublinhado (SILVA, AF, 1983: 22; SILVA, 1994: 111): na *tabula* 1 (ano 7), o cidadão *D(ecimus) Iulius Cilo* parece instalar-se como hóspede no povoado, assegurando a proteção de personalidades porventura ligadas às lideranças locais, como seriam os túrdulos, de onomástica já latinizada, Niger, Rufus e Priscus; um par de anos depois, a situação como que se altera, pois, aparentemente, a mesma personalidade[796] não só estabelece novo pacto, como se torna patrono, recebendo na sua clientela um outro indígena, *Lugarius*, filho de *Septanius* (SILVA, AF, 1983: 13, 17, 22).

Na verdade, estas duas *tabulae* enquadram-se claramente, a nosso ver, no primeiro grupo definido por Dolores Dopico, ou seja os pactos realizados «*entre un individuo romano, que desempeñaba generalmente un cargo oficial, y una parte indígena, que podía ser tanto una comunidade como un conjunto de indivíduos*» (DOPICO, 1988: 38), constituindo relativa exceção, nas peças da Senhora da Saúde, a falta de menção ao estatuto, cargo ou delegação de poderes de Decimus Iulius Cilo, se bem que o principal editor destes documentos epigráficos admita, tanto a oficialidade do *hospitium* e patronato da personalidade romana, como a posição, necessariamente correlativa, dos indígenas, enquanto representantes da comunidade e nela investidos de determinados poderes de magistratura local (SILVA, AF, 1983: 20-22). O mesmo autor sugere, até, que tal acordo estaria inserido numa estratégia de reordenamento territorial e intervenção de Augusto neste extremo setentrional da Lusitânia, do que é outro possível exemplo um *terminus* territorial, de época afim, localizado a poucos quilómetros a sul do Monte Murado, em Santa Maria de Ul, em Oliveira de Azeméis (*Idem*, 20, n. 21). Não podemos deixar de comentar, concordando com esta possibilidade, a data algo tardia, a nosso ver, em que foram celebrados os pactos, estando este povoado dos *Turduli Veteres* situado numa área de há muito pacificada e integrada no sistema socio-económico romano. Mas talvez fosse antiga a *deditio* do castro e lhe tivesse sido consentida – porventura por assumir funções de capitalidade étnica – relativa autonomia, a qual, nos começos da primeira centúria, Roma terá decidido «normalizar», eventualmente coincidindo com a regulamentação do seu estatuto como *ciuitas peregrina*.

Para concluir, resta-nos recensear na epigrafia romana gaiense o fragmento de miliário que foi encontrado, certamente deslocado, numa ribeira de Valadares, em Vila Nova de Gaia (SILVA, AF, 2010: 46, 52; LEITE; BEITES; COELHO, 2013). Reduzido a uma secção do corpo cilíndrico com apenas 28 cm de altura, apresenta apenas duas linhas da inscrição, suficientes todavia para a sua atribuição ao imperador Caracalla: [DIV]I • ANTONINI • PI[I PRONEPOTI] / [DIVI H]ADRIANI • ABN[E]P[OTI] (LEITE; BEITES; COELHO, 2013: 52), propondo os mesmos autores uma datação entre os anos de 213-214 (*Idem*: 56).

No desenvolvido estudo que dedicam ao monumento, Leite, Beites e Armando Coelho relacionam este miliário, na senda de A. MATOS (1937), com uma eventual via secundária litoral – neste ponto praticamente paralela à via XVI do *Itiner. Anton*., com a qual provavelmente viria a entroncar mais a norte – e com o grande esforço de promoção viária efetuado por Caracalla por noroeste ibérico, incluindo o melhoramento de vias secundárias (LEITE; BEITES; COELHO, 2013: 57). Não obstante, pela nossa parte, cremos inverosímil que tal «via secundária», cuja existência é admissível, tivesse sido balizada por miliários, pelo que a mobilização do marco, como reutilização, a partir do traçado da via XVI, apesar da distância considerável, parece-nos a hipótese mais provável.

Desta forma, estes pouco mais de quatro dezenas de testemunhos epigráficos na área de estudo que pre-definimos para o «*territorium callaecorum*» (Tabela 12, Fig. 135), não

[796] Interpretando-se como erro do gravador a diferença de patronímico de Decimus Iulius Cilo nas duas *tabulae* (SILVA, AF, 1983: 17).

constituindo um acervo excecional, do ponto de vista quantitativo, não deixam de incluir documentos notáveis, sobre a sociedade, as formas de relacionamento, os cultos e, provavelmente, outros aspetos que o estado lacunar dos textos ou a má conservação dos suportes não nos deixam antever. Trata-se, de um modo geral, de um conjunto epigráfico tardio, a assinalar consistentes ambientes romanizados, mas não deixando de oferecer-nos monumentos precoces – como as *tabulae* do Monte Murado – e algumas inscrições ainda pré-flávias, como garantidamente sucede com o cipo funerário das Escadas da Boa Passagem, em Gaia, como se regista na tabela de síntese[797] que acompanha este capítulo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[797] Substituindo, aqui, a inventariação tradicional por fichas individuais, como se explica no ponto da metodologia geral (ponto 1.2).

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Tipologia	Natureza	Matéria-prima	Idiónimos	Teónimos	Topónimos/ etnónimos	Autoridades e outras entidades	Datação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
E01	Melres	Gondomar	Melres	Ara	Funerária	Granito	Camala; [F]uscus; Maxumus. Proculus	Manes			171-230	REDENTOR, 2009
E02	Penouço 1	Gondomar	Rio Tinto	Estela	Funerária	Granito	Apronius; Apronia; Rufus; Rufa	Manes			151-230	REDENTOR, 2017a, II: 157-8, n.º 208
E03	Penouço 2	Gondomar	Rio Tinto	Estela	Funerária	Granito	Apronius Rufus; M(arcus) Apronius Rufus Nemori	Manes			151-230	REDENTOR, 2017a, II: 158-9, n.º 210
E04	Penouço 3	Gondomar	Rio Tinto	Estela	Funerária	Granito	Apronius Rufus; Rufonia Rufina	Manes			151-230	REDENTOR, 2017a, II: 220-1, n.º 298
E05	Barca	Maia	Barca	Miliário	Viária	Granito				[Hadrianus] ? (imperador)	133-134	RIBEIRO, 2016
E06	Ferronho	Maia	Santa Maria de Avioso	Miliário	Viária	Granito				[Marcus Aurelius] Car[us] (imperador)	283	MANTAS, 1996: IA, 345-348
E07	São Pedro de Avioso	Maia	São Pedro de Avioso	Ara	Votiva	Granito	C(aius) S(empronius) *uel* S(ulpicius) F(laus) *uel* F(ronto)	Valmui *uel* Valani *uel* Valmulu (?) [em dativo]			131-230	LE ROUX; TRANOY, 1973: 214, n.º 21; REDENTOR, 2017a: II, 50-1, n.º 41
E08	Quinta do Alão	Matosinhos	Leça do Balio	Ara	Votiva	Granito	Flaus; Rufus	Iupiter			101-200	ALMEIDA, 1969: 24-25; REDENTOR, 2017a: II, 70-1, n.º 74
E09	São Mamede de Infesta [desaparecido]	Matosinhos	São Mamede de Infesta	Miliário	Viária	Granito				[Caesar Traianus Hadrianus] (imperador)	133-134	CIL II, 4735; MANTAS, 1996: IA, 343-345
E10	Sobreira	Paredes	Sobreira	Ara	Funerária/Votiva	Granito	Calaetia/Calaecia (?); Flauus; Rufus	Calaetia/Calaecia (?)			131-200	TRANOY, 1977: 229-32; SILVA, 1986: 277; REDENTOR, 2017a: II, 170, n.º 226
E11	Sobreira	Paredes	Sobreira	Ara	Funerária/Votiva	Granito	Ca [---]				131-200	REDENTOR, 2017a: II, 244-5, n.º 337
E12	Castro do Muro	Paredes	Vandoma	Ara	Votiva	Indet.	Caturus; Pintamus	Nabia			51-150	CIL II, 2378; REDENTOR, 2017a: II, 36-7, n.º 21
E13	Capela	Penafiel	Capela	Estela	Funerária	Granito	Paterna	Manes			201-400	SOEIRO, 2013: 314-315; CORREIA; PIRES, 2014
E14	Cividade	Penafiel	Eja	Indet.	Marca de posse ?	Granito ?	Camalus				1-270	REDENTOR, 2017a: II, 248, n.º 344
E15	Ermida	Penafiel	Irivo	Ara	Votiva	Granito	Auitus; Ladronus	Lares Patri			101-150	LE ROUX; TRANOY, 1974: 250-251; REDENTOR, 2017a: II, 84-5, n.º 94
E16	Lagares	Penafiel	Lagares	Ara	Votiva	Granito	Hieron, Priscus	Lares Anaeci		Domitianus Augustus (imperador)	81-96	REDENTOR, 2017a: II, 103-4, n.º 123
E17	Póvoa	Penafiel	Marecos	Ara	Votiva	Granito	Lucretius Uitulinus; Lucretius Sabinus; Postumius Peregrinus *(uel* Lucretius Sabinus Postumius Peregrinus)	Ida; Iupiter; Nabia Corona; [---]urgo	Danigi	[L. Annius] Largus (cônsul), [C. Ulpius Pacatus Prastina] Messalinus (cônsul)	147	RIBEIRO; FERNANDES, 2002; REDENTOR, 2017a: II: 39-40, n.º 27
E18	Monte Mòzinho	Penafiel	Oldrões	Ara	Votiva	Granito	Medamus	Iupiter			31-130	ALMEIDA, 1975: 87; REDENTOR (2017a: II, 60-1, n.º 56

Tabela 12 – Documentação epigráfica da área de estudo (parte 1 de 3)

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Tipologia	Natureza	Matéria-prima	Idiónimos	Teónimos	Topónimos/ etnónimos	Autoridades e outras entidades	Datação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
E19	Monte Mòzinho	Penafiel	Oldrões	Estela	Funerária	Granito	Celsus; Paterna				201-230	ALMEIDA, 1977: 30; REDENTOR, 2017a: II, 207-8, n.º 280
E20	Monte Mòzinho	Penafiel	Oldrões	Base/pedestal	Indet.	Granito		C[osus] (?)			1-70	ALMEIDA, 1975: 80, n. 45; SILVA, 1986: 294
E21	Castelo da Foz	Porto	Foz do Douro	Ara	Votiva	Granito	Aquila Gandi (?)	Aquis Magaudiis (?); Aeternis Diuis (?)			151-230	SILVA, 1994: 97; REDENTOR, 2017a: I, 272; II, 110-1, n.º 132
E22	Miragaia 2	Porto	Miragaia	Estela	Funerária	Granito					1-200	SILVA, 2009: 41, figs. 63-64
E23	Miragaia 1	Porto	Miragaia (?)	Indet.	Votiva ?	Indet.	C. Iulius Pylades; Durius (?)	Durius (?)			1-100	CIL II, 2370; REDENTOR, 2017a: II, 114-5, n.º 138
E24	Morro da Sé	Porto	Sé	Ara	Votiva	Granito	Ulpius Flaus	Lares Marini			101-200	LE ROUX; TRANOY, 1973: 205-206, n.º 15; REDENTOR, 2017a: II, 84, n.º 93
E25	Sé do Porto 1	Porto	Sé	Ara	Votiva	Granito	Val(eria) Materna				151-250	BRANDÃO, 1983: 69-71; REDENTOR, 2017a: II, 119-20, n.º 147
E26	Sé do Porto 2 [desaparecida]	Porto	Sé	Indet.	Funerária	Indet.	Cassia Dutia (?), M(arcus) (?)				1-100	CIL II, 2371; BRANDÃO, 1983: 71-72; REDENTOR, 2017a: II, 173, n.º 231
E27	Sé do Porto 3 [desaparecida]	Porto	Sé	Indet.	Funerária	Indet.	Iulia Auita (?), M(arcus) (?)				1-100	CIL II, 2372; BRANDÃO, 1983: 71-72; REDENTOR, 2017a: II, 191, nº 256
E28	Porto, arredores	Indet.	Indet.	Ara	Votiva	Xisto	Atheneus	Balmarcodes; Iupiter			201-270	ALMEIDA, 1968; REDENTOR, 2017a: II, 95, n.º 111, Est. VIII
E29	Susão	Valongo	Susão	Ara	Votiva	Granito	Apilus; Rufus	Alboco			101-200	SILVA, 2007: 399, 434, n.º 649; REDENTOR, 2017a: II, 22-3, n.º 3
E30	Santa Justa	Valongo	Valongo	Estela	Funerária	Ardósia	Bracarus; Flaus	Manes			101-150	SILVA, 2007: 428, n.º 599; REDENTOR, 2017a: II, 188-9, n.º 252
E31	Vila Boa	Vila do Conde	Guilhabreu	Ara	Funerária		Lauacus (Lanasus?); Mebdus;		Ↄ Uliainca; Ↄ Fi(dueneae ?, *uel* Fis[.....])		71-130	SILVA, 1980b: 83; REDENTOR, 2017a: II, 197, n.º 266
E32	Modivas	Vila do Conde	Modivas	Estela	Funerária	Granito	Flauus; Seuerinus (?); Seuerus	Manes			131-230	REDENTOR, 2017a: II, 223-4, n.º 303
E33	Crestuma 1	Vila Nova de Gaia	Crestuma	Estela	Funerária	Granito					69-150	GUIMARÃES, GUIMARÃES, 2001: 45-46
E34	Crestuma 2	Vila Nova de Gaia	Crestuma	Estela (?)	Funerária?	Granito		[Manes] (?)			1-200	GUIMARÃES et al., 2014: 36-37
E35	Crestuma 3	Vila Nova de Gaia	Crestuma	Ara	Indet.	Granito					1-200	Inédita
E36	Crestuma 4	Vila Nova de Gaia	Crestuma	*Instrumentum*	Indet.	Cerâmica					501-550	VELÁZQUEZ SORIANO, 2017

Tabela 12 – Documentação epigráfica da área de estudo (parte 2 de 3)

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Tipologia	Natureza	Matéria-prima	Idiónimos	Teónimos	Topónimos/ etnónimos	Autoridades e outras entidades	Datação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
E37	Monte Murado 1	Vila Nova de Gaia	Pedroso	Tessera	Hospitium	Bronze	D(ecimus) Iulius Cilo; Nigrus; Priscus; Rufus		Turduli Veteres	A(ulus) Licinius; Q(uintus) Caecilius Metellus (cônsules); Galeria (tribo)	7	SILVA, 1983; FABIÃO; GUIMARÃES, 2016
E38	Monte Murado 2	Vila Nova de Gaia	Pedroso	Tessera	Hospitium	Bronze	D(ecimus) Iulius Cilo; Lugarius; Marcus; Septanius		Turduli Veteres	C(aius) Poppaeus Sabinus; Q(uintus) Sulpicius Camerinus (cônsules); Galeria (tribo)	9	SILVA, 1983; FABIÃO; GUIMARÃES, 2016
E39	Castelo de Gaia 1	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Arquitetónica ?	Monumental ?	Granito					1-200	Inédita
E40	Castelo de Gaia 2	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Placa	Funerária ?	Mármore	Modes[tus] *uel* Modes[ta]				1-200	NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008: 8; NASCIMENTO; SOUSA, e.v.p.
E41	Castelo de Gaia 3	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Placa	Funerária	Cerâmica						NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008: 8; NASCIMENTO; SOUSA, e.v.p.
E42	Castelo de Gaia 4	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Cipo	Funerária	Granito	L(ucius) Lauius Tuscus			Aemilia (tribo); Legio X Gemina	30-60 (?)	LE ROUX, 1982: 179
E43	Valadares	Vila Nova de Gaia	Valadares	Miliário	Viária	Granito				M. Aurelius Antoninus (Caracalla)	213-214	LEITE; BEITES; COELHO, 2013

Notas: Col. 4 - Localização de acordo com as freguesias anteriores à reorganização administrativa de 2013 (Lei n.º 11-A/2013, de 28/01); cols. 3 a 6 - Indet.: Indeterminado(a); cols. 8 a 12 - informações de acordo com as principais referências bibliográficas (col. 13) ou segundo o Autor.

Tabela **12** – Documentação epigráfica da área de estudo (parte 3 de 3)

4.8. CIRCULAÇÃO MONETÁRIA

É desnecessário recordar a importância do uso da moeda, e da sua posterior circulação corrente, como meio de troca e satisfação fiscal, no quadro da implementação dos novos sistemas administrativos e económicos decorrentes da colonização romana; e, concomitantemente, da adaptação e inserção das populações indígenas neste «novo mundo» em que viram-se obrigadas a integrar-se. Outros o fizeram já e, seguramente, com mais competência do que poderia representar o nosso modesto contributo.

Não obstante, sendo sinal seguro, sobretudo quando ocorre em quantidade notável, desse processo, longo, a que, por conveniência, seguimos designando por «romanização», importa sempre recordar, a abrir este ponto, o duplo papel desempenhado pela numária: aquele que podemos considerar como estritamente económico, cuja novidade decorre essencialmente da morfologia e do carácter mais prático dos objetos monetários, pois o uso dos metais nobres, em peso pré-definido, como elemento de troca, encontra-se já seguramente atestado entre as comunidades dos finais da Idade do Ferro da nossa região (CENTENO, 1987; 1999; 2011a; 2013, 2020; VILA FRANCO, 2012). Mas por outro lado – e este é o aspeto que mais deve ser assinalado – o papel propagandístico dos numismas romanos terá porventura ultrapassado, nas primeiras gerações «galaico-romanas», a sua função económica. A circulação da efígie imperial, em especial fora do âmbito urbano, onde os monumentos, as estátuas ou as inscrições desempenhavam função similar, ensinava a uns, e recordava a outros, que, agora, o mando e o poder personificavam-se num único homem, ao qual servia uma bem estruturada rede de mandos intermédios.

Estruturámos o nosso levantamento, neste domínio, meramente à escala regional, e mesmo aqui com algumas restrições. Na verdade, na consideração das ocorrências monetárias romanas na região em estudo não registámos os achados avulsos de numismas isolados, difíceis de compulsar com alguma sistematicidade e cuja representação e significado certamente seriam de avaliação pouco rentável[798]. Uma simples moeda romana encontrada num campo não ilustra necessariamente um traço de ocupação antiga, mas eventualmente o extravio singular e ocasional ou, até, o resultado de aterros ou movimentações de solos em qualquer época. Pelo contrário, os achados dispersos provenientes de intervenções arqueológicas feitos nos poucos castros escavados, ou em outros locais, encontram-se quase na totalidade inéditos (salvo alguns tesouros) e os numismas em causa, umas vezes perdidos ou por inventariar ou, quando assim não sucede, por tratar e classificar.

Desta forma, optámos por recensear apenas os tesouros monetários ou outras ocorrências particularmente significativas colhidas na bibliografia (Tabelas 13 e 14 e Fig. 142), pois aqueles, não só correspondem a um ato humano concreto, que pode ser avaliado nas suas circunstâncias e motivações, como podem dar-nos um retrato pontual do numerário em circulação e do abastecimento de moeda à vida económica corrente, como abundantemente é atestado por numerosos estudos da especialidade.

Felizmente para o nosso propósito, os tesouros de moeda romana nesta área geográfica foram objeto de inventários exaustivos ainda não há muitos anos, tanto para a época republicana e alto-imperial (CENTENO, 1987; BARBOSA, 2002), como para as ocultações tardo-romanas (MENDES-PINTO, 2007), sendo relativamente esporádicas as ocorrências

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[798] Na verdade, seria tarefa fora do âmbito deste estudo, e de grande dificuldade em comparação com os resultados expectáveis, registar sistematicamente os numismas provenientes das intervenções urbanas no Porto e em Vila Nova de Gaia, na generalidade não tratados e nem sempre referenciados nos relatórios disponíveis. Ainda assim – e fica já dito, ainda que depois se retome o assunto – a ocorrência de moeda romana nas escavações destas cidades parece, pelos dados consultados, constituir um facto relativamente raro, e quando tal não sucede, trata-se, quase sempre, de numária do Baixo-Império.

posteriores aqueles levantamentos que interessem ao nosso estudo (FERREIRA, 2008). Deste modo, importou-nos, particularmente, rastrear na região em estudo o processo de monetização decorrente da intensificação dos contactos com os conquistadores e a generalização do uso da moeda na sociedade galaico-romana.

O singular achado de duas tetradracmas gregas, em prata, na área da Serra do Pilar[799], em Vila Nova de Gaia tem motivado opiniões contraditórias. As moedas – uma proveniente de Atenas, datada de finais do século V a.C., e outra de Alexandre III, cunhada em Miriandro por volta de 326-323 a.C. (HIPÓLITO, 1983; CENTENO, 1987: 190-192; 2020: 94; ALARCÃO; SANTOS, 1996: 282, nrs. 30-31) – terão aparecido, *ante* 1928, «numas escavações» (CORREIA, 1928: 204-205, n. 2; 1932a: 15) ou, conforme precisou mais recentemente Rui Centeno, com base em apontamentos relacionados com a doação das numismas a um museu portuense, na abertura das fundações para uma construção «perto da Serra do Pilar» (CENTENO, 1987: 190). Castro Hipólito, analisando as características particulares das peças, considerou que a sua circulação seria exclusiva do Mediterrâneo oriental, duvidando da possibilidade da sua ocorrência em Vila Nova de Gaia (HIPÓLITO, 1983), do que discordou Centeno, sugerindo a sua proveniência egípcia e considerando que as moedas poderão ter chegado ao litoral duriense por via das redes comerciais púnicas, entre os finais do século IV ou inícios do III a.C. (CENTENO, 1987: 190-192).

O mesmo investigador, em posse de informações que indicam que o achado poderia incluir não apenas duas, mas entre seis a oito moedas[800] (o que já permite enquadrá-las como um eventual ato de entesouramento) faz notar, todavia, que podendo admitir-se que estes numismas, a par de outros exemplares esparsos aparecidos por todo o Noroeste (CENTENO, 1987: 188ss.), representem um dos primeiros contactos das populações do noroeste com espécies monetárias, a sua receção não terá certamente sido feita nessa qualidade, mas tão só como objetos exóticos ou de prestígio (*Idem*: 192, n. 44; 281)[801]. Não obstante, em trabalho muito recente, Centeno enquadra o achado da Serra do Pilar, como o de um duplo estátero referenciado em Bouçós (Sabrosa, Vila Real), e ainda alguma cerâmica grega aparecida no vale do Douro (FERREIRA, 2019; 2020), no âmbito de contactos comerciais do século IV que tinham o rio Douro como via privilegiada, sugerindo que fosse já o ouro o motivo desses circuitos (CENTENO, 2020: 99).

Com exceção destes achados singulares, aparentemente de escassa relevância do ponto de vista da economia monetária na região, a moeda romana chega tardiamente a esta área, como aliás a todo o noroeste ibérico. Até finais do período republicano, estas populações praticavam uma economia pré-monetária, utilizando os metais nobres em razão do seu peso e valor intrínseco, como aliás testemunha Estrabão (*Geog*. III, 3, 7), se bem que não haja evidência arqueológica das folhas de prata mencionadas pelo geógrafo, tão só de peças de ouro ou prata, por vezes com fragmentos de moedas, aparentemente amortizadas e entesouradas (CENTENO, 2011a: 358-365; 2013: 213-216; VILA FRANCO, 2012: 100-102)[802].

Um primeiro contacto das comunidades ocidentais com a moeda resulta das emissões militares, nomeadamente no quadro dos conflitos de que a península ibérica foi palco durante

[799] Um destacado morro granítico da marginal do Douro, localizado frente à cidade do Porto.

[800] Muito recentemente, este autor publicou os moldes de mais dois desses exemplares de moedas gregas, o que naturalmente reforça esta perspetiva (CENTENO, 2020).

[801] Sendo escassos os objetos oriundos das costas egeias na região portuense, não podemos deixar de aproximar estas moedas, pela similitude cronológica, com os fragmentos de cerâmica grega e de um anforisco em pasta de vidro recolhidos nas escavações da Rua D. Hugo, n.º 5, na cidade do Porto, como se dá nota no ponto 5.3.1.

[802] O entesouramento de moeda pelo seu valor metálico e não facial está bem ilustrado, no norte de Portugal, pelos denários em prata cortados do conhecido tesouro de Montedor, Viana do Castelo (CENTENO, 1999).

o século I a.C. A presença de um volume assinalável de tropas, a quem se impunha garantir, não só a *vestimenta* e o *frumentum* como também, naturalmente, o *stipendium* (GARCÍA-BELLIDO, 2006b: 11) levou à circulação e cunhagem local de uma massa significativa de denários, tanto romanos como ibéricos, que se encontram atestados particularmente por ações de entesouramento, tanto os relacionados com a guerra sertoriana (80-72 a.C.) como, numa segunda fase, com as campanhas militares de César e os conflitos entre os seus partidários e os de Pompeu na década de 40 (RODRÍGUEZ CASANOVA, 2009; 2011; AMELA VALVERDE, 1990; 2010; BLÁZQUEZ CERRATO, 2014).

Na realidade, não obstante os registos de tesouros republicanos terem alguma expressão no território português (BARBOSA, 2002), tanto na região centro (BLÁZQUEZ CERRATO, 2014: 420, fig. 5) como a norte do rio Douro (AMELA VALVERDE: 2010: 9, mapa 1; CENTENO, 2011a; 362, fig. 3)[803], é geralmente considerado que a moeda teria uma utilização restrita aos corpos militares e não seria utilizada pelas comunidades autóctones[804], o que é sublinhado pelo facto de alguns dos tesouros mais tardios (mesmo já de época imperial) continuarem a incluir objetos em prata ou ouro (CENTENO, 1977; 1999; 2011a: 364; 2013: 214), podendo mesmo, em certos casos, corresponder ao produto de saques feitos em surtidas a regiões próximas (ALARCÃO, 1999a: 9).

Como acentua Rui Centeno, foi apenas a partir dos tempos de *Augustus*, a partir da pacificação do Noroeste ou, quando muito, desde 29 a.C., no começo da guerra contra astures e cântabros, que a moeda, trazida pelas legiões, começou a afluir mais regularmente às regiões mais setentrionais da península (CENTENO, 1987: 194; 2011a; 2013: 212). Na região que observámos mais diretamente para este trabalho, o único tesouro com numismas datadas deste período apareceu junto à terceira muralha do castro do Monte Mózinho, Penafiel, sendo constituído, apenas, por quatro denários em prata (*RRC* 405/2, 442/1b, 443/1 e 544/35) com a data mais recente de 32-31 a.C. (CENTENO, 1987: 50, 193-195). Considerando os claros vestígios de circulação das quatro moedas (*Ibid*., 195) e a própria cronologia fundacional do povoado[805], haverá que situar-se a ocultação do pequeno conjunto monetal talvez na primeira ou segunda década do século I.

A difusão da moeda fez-se principalmente através dos acampamentos e circuitos militares (GARCÍA-BELLIDO, 2006a), embora a evidência de tais ocorrências seja rara em Portugal, e quase inexistente no norte do país, por falta de trabalhos arqueológicos, como tem sido acentuado (FABIÃO, 2006; 2014a; CENTENO, 2011a: 356-358). A partir dos acampamentos, e com base no necessário trato da soldadesca com a população vizinha, a moeda passava às *cannabae*, e daí aos *uici* mais próximos (VILA FRANCO, 2012: 104), iniciando um processo de monetização civil que, pouco depois, as vias entretanto rasgadas levavam mais e mais longe (CAAMAÑO GESTO, 1999; VILA FRANCO, 2012: 105), incrementando e socializando assim a circulação monetária regular.

Nesta linha, como acentua também CENTENO (1987: 281), o aprovisionamento regular de moeda – descontando as emissões militares com a representação da *caetra* no reverso – dá-se apenas com Augusto, após a pacificação do noroeste, e a sua utilização regular e continuada por parte das comunidades locais não se terá verificado, de acordo com a

[803] De um modo geral, nestes tesouros predominam as emissões itálicas, ou batidas pelos generais em campanha, sobre a moeda produzida em cecas ibéricas (CENTENO, 1987: 197), o que José Ruivo explica, no que toca às ocultações ditas sertorianas, pela ausência de circulação da moeda hispânica na região mais ocidental da península (RUIVO, 1997: 97).

[804] Discutindo um contexto geográfico diverso, M. P. GARCÍA-BELLIDO (2004: 68-69) esclareceu que o entesouramento da moeda argêntea poderia ter como contraponto a circulação mais corrente de numerário em bronze, mas esse, porém, é bastante raro, nesta época, e nomeadamente nos tesouros, dentro da região de que estamos a tratar (CENTENO, 1987: 176-177).

[805] *Vd. supra*, ponto 4.3.3.

evidência conservada, em data anterior a meados do século primeiro da nossa era. De facto, a primeira moeda que pode dizer-se em circulação no Noroeste é aquela moeda militar, produzida num período muito curto[806], como é sabido, mas em quantidade suficiente para abastecer não só os círculos castrenses como também penetrar na sociedade civil (VILA FRANCO, 2012: 109). Deste tipo numismático, particularmente bem representado no norte de Portugal (PÉREZ; ILLAREGUI; MORILLO, 1995: 204, figs. 4 e 5), registam-se pelo menos três exemplares na citânia do Monte Mózinho, dois provenientes da campanha de escavações arqueológicas de 1974 e o terceiro aparecido posteriormente (ALMEIDA, 1975: 65, 70-71; CENTENO, 1987: 126)[807], merecendo nota, igualmente, os achados de moedas da *caetra* nos contextos militarizados do importante povoado de Alvarelhos, Trofa, já mencionado neste capítulo.

Em estudo citado, Centeno reforça a ideia, obtida através dos tesouros com numária mais antiga e já avançada em trabalhos anteriores, de que «a monetização na região tem lugar a partir dos finais do período republicano e, sobretudo, durante o governo de Augusto», mas acrescenta, com base na boa representação dos denários da série *Caius et Lucius Caesares* na maioria dos tesouros, «a chegada de grandes quantidades de moeda a esta região, abastecimento que parece reforçar-se no câmbio de Era» (CENTENO, 2020: 101-103). Esta imagem, resultante da análise dos atos de entesouramento, não parece refletir-se muito nos achados monetários provenientes das escavações, mesmo naquelas feitas nos castros, mas esse estudo, como vimos, está ainda por realizar.

Os dados numismáticos disponíveis para a região considerada neste trabalho, e inclusivamente, para os atuais centros históricos do Porto ou Vila Nova de Gaia, são ainda insuficientes, a nosso ver, para um estudo mais consistente da circulação monetária, em sentido abrangente e com alguma segurança histórica[808], o que não impede, porém, que ensaiemos algumas considerações de caráter geral, a tomar com as devidas reservas. De facto, para além dos tesouros, na sua larga maioria publicados (quando não perdidos, naturalmente), os estudos monográficos são praticamente inexistentes e as análises de conjunto muito esparsas, praticamente reduzidas aos ensaios de Marcelo MENDES-PINTO (1999a; 2004) para a região de *Cale* e área envolvente, mas incidindo, essencialmente na circulação monetária tardia.

Listámos os tesouros conhecidos na região na Tabela 13, ensaiando, igualmente, a sua cartografia (Fig. 142). Como pode ver-se na tabela, que sintetiza os dados principais de cada uma das duas dezenas de ocorrências, sem mais pormenores quanto aos espécimes numismáticos. Da análise desta tabela decorrem, desde logo, duas constatações. A primeira, de ordem cronológica: com exceção do achado das moedas gregas na Serra do Pilar, que acima resenhámos; todas as ocultações monetárias[809] correspondem a entesouramentos do período do Baixo-Império. A segunda, de âmbito geográfico, é igualmente notória, pois

[806] Recentemente, Rui Centeno, sugere, por razões iconográficas, que a datação das emissões de moeda com a *caetra*, convencionalmente fixadas a partir de 27 a.C., possa baixar, um pouco, para os anos de 19-18 a.C. (CENTENO, 2020: 104).

[807] Não se encontra publicado o espólio numismático desta estação exumado após 1985, com exceção dos tesouros, de que acima se trata (LIRA, 1985; MENDES-PINTO, 2007; FERREIRA, 2008).

[808] Na aceção, digamos, em que é interpretado por M.ª Isabel Vila Franco, e que nos permitimos reproduzir: «*Entendemos por circulación monetaria el estudio del comportamento de la moneda en una zona o territorio determinado, con el objetivo de conocer su uso según los diferentes valores, la velocidad con que se desplaza desde su lugar de origen a otras zonas y el ritmo de monetización de la economía de los diferentes pueblos. Por ello, aspectos como cronología, metrología, epigrafía y tipología de la moneda, son esenciales para el estudio de la circulación monetaria de un territorio*.» (VILA FRANCO, 2012: 343).

[809] Há um ou outro caso, onde tal não pode atestar-se com certeza, por falta de dados, mas sendo também a situação mais provável.

desses 19 tesouros, 13 tiveram lugar no território de Penafiel (Fig. 142), o que, entendemos, não pode ser meramente casual, mas terá de estar ligado a dinâmicas de povoamento próprias e, porventura, com especificidades regionais que ainda não antevemos com a clareza que desejaríamos.

Nos aspetos cronológicos, pouco podemos acrescentar ao que já foi expresso em estudo de fundo (MENDES-PINTO, 2007: 179-290), coincidindo territorialmente quase na totalidade, aliás, com a nossa área de estudo. Da análise de 26 tesouros[810], Marcelo MENDES-PINTO concluiu que são poucos os tesouros do período da Tretarquia, constituídos até finais da primeira década do século IV, bem como os constantinianos, sendo muito mais numerosos os apelidados de

> «tardios, com cronologias de ocultamento a apontarem os últimos anos do século IV e o século V, e com uma estrutura composta maioritariamente por numerário constantiniano, com razoáveis percentagens de material valentiniano e teodosiano» (MENDES-PINTO, 2007: 291-292),

num padrão, aliás, relativamente comum a outras zonas do Império, como assinala o mesmo autor (*Idem, ibid*.), sendo muito raro o aparecimento, entre os tesouros, de numária emitida já no século V. Naturalmente, esse é o padrão, em termos cronológicos e de composição numismática, dos tesouros da «nossa» região, sendo muito variável a quantidade dos conjuntos monetários e os contentores cerâmicos, quando conhecida essa informação, a forma vulgar de ocultamento.

Na Tabela 14 registámos também algumas ocorrências monetais mais dispersas, com a consciência do registo ser, aqui, muito menos controlável e, certamente, mais lacunar, pela própria natureza da informação disponível, pelo que optámos por não fazer a sua cartografia[811]. Não obstante, em alguns casos, tais achados são preciosos, por fornecer um «retrato» da circulação monetária mais fidedigno que o proporcionado pelos tesouros, salvo os reunidos de urgência (MENDES-PINTO, 2014: 21), nomeadamente quando há oportunidade de levar a cabo estudos abrangentes para os povoados[812]; ou, simplesmente, por poderem indiciar, ou substantivar, a identificação de uma área de ocupação pouco documentada. Nesta linha, este inventário, mesmo sumário, poderá servir, eventualmente, de base a futuros estudos mais dedicados.

Da análise dos elementos que ali constam – sublinhando, de novo, que o nosso escopo não é o estudo económico ou estritamente numismático – o carácter relativamente esparso das ocorrências de moeda. Das 24 entradas da tabela, mais de metade dizem respeito a achados de necrópoles, o que é normal, destacando-se, nos restantes casos, os sítios escavados, nomeadamente o castro de Guifões, Matosinhos (mais de 90 unidades)[813] e, de forma particular, o casal, ou «povoado», da Bouça do Ouro, Penafiel, onde se exumaram 13 exemplares. Número idêntico de numismas é o conhecido do castro gaiense do Monte Murado (Vila Nova de Gaia), mas todos eles, ao que parece, provenientes de achados isolados ou pesquisas de curiosos, não havendo notícia de que tenham fornecido moedas as escavações ali

[810] Número um pouco superior ao que registámos, uma vez que MENDES-PINTO inclui algumas áreas não abrangidas na nossa dissertação.

[811] Tanto que mais que ocorrem, todas, em sítios arqueológicos inventariados.

[812] O que, na nossa área de estudo, apenas foi executado, com validade estatística, para o castro de Guifões, Matosinhos (MENDES-PINTO, 2014).

[813] Para não nos repetirmos, remetemos o leitor para as referências bibliográficas constantes da Tabela, para as ocorrências monetárias; podendo ver-se os Inventários finais acerca dos sítios.

realizadas[814]. No que respeita aos grandes povoados castrejos, permanecem por estudar globalmente, tanto quanto sabemos, os achados das escavações do Monte Mozinho (Penafiel); e o importante conjunto classificado e analisado do Monte Castêlo de Guifões, Matosinhos (MENDES-PINTO), aguarda agora que os dados numismáticos e económicos sejam melhor contextualizados com os resultados das escavações, nomeadamente as estruturas e estratigrafias observadas nos trabalhos da década de 1990 (CLETO; VARELA, s.d.; FONSECA *et al*., 2011).

No que respeita aos contextos de necrópoles, registamos em Penafiel as ocorrências mais significativas, não só pelo elevado número de cemitérios romanos que detém, mas pelo facto de em diversas delas terem sido feitas escavações modernas. Além do impressionante acervo de Montes Novos, com mais de um milhar de unidades, contabilizam-se mais de meia centena na necrópole de Monteiras, e número semelhante nas duas necrópoles vizinhas de Duas Igrejas. Por vezes, como dissemos, o singelo achado de um par de moedas, com outros elementos, pode indiciar ocupação antiga; tal é o que supomos suceder no Monte de Santa Bárbara (Coimbrões, Vila Nova de Gaia), se bem que seja prematuro, sem mais informações, antecipar a natureza do sítio.

Exposto o quadro dos achados monetários romanos da região, encerrando a panorâmica que propusemos neste ponto, estamos agora em melhor condições de avançar algumas perspetivas de síntese, o que faremos no ponto seguinte.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[814] *Vd*. *supra*, ponto 4.3.2. e ficha CR20 no Inventário II.B.

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Lugar	Data achado	Composição	Qtd. numismas	Contentor	Data de ocultação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
M01	Monte Crasto	Gondomar	São Cosme	Monte Crasto	Princípios séc. XX ?	Um conjunto de achados monetários traduzidos por 173 numismas de bronze e 3 de prata (OLIVEIRA, 1934: 7, 33-4; HIPÓLITO, 1961: 48, n.º 58) foram completados com outras moedas da mesma proveniência e interpretados como um tesouro, de perto de 600 moedas, o qual, pela datação dos espécimes mais recentes, terá sido ocultado já na segunda metade do século V, «provavelmente na sequência das guerras civis e dos raides suévicos de 465-468» (MENDES-PINTO, 1999b: 66; 1999a: 413; 2007: 110). De acordo com a reconstituição feita por J. MENDES-PINTO (2007: 107-137), o tesouro numismático, do qual classificou 412 exemplares, tem representação dominante de numária do século IV, encerrando a série uma moeda de Valentiniano III, denunciando o caráter bastante tardio do tesouro (MENDES-PINTO, 1999b: 65; 2007: 110). Trata-se de uma moeda grega e dois denários republicanos, ilustrados por C. OLIVEIRA (1934: 34-35, nrs. 1 a 3) a par de moedas do tesouro do século V, mas com a indicação de que «devem pertencer a uma deposição diferente» (Ibid., 35). Confirmando observação anterior de Rui de Serpa Pinto, R. CENTENO registou que a suposta moeda grega constitui uma falsificação (1987: 190; CENTENO, 2020).	c. 600	Desconhecido	450 - 500	OLIVEIRA, 1934; HIPÓLITO, 1961; MENDES-PINTO, 1999a; 199b; 2007; CENTENO, 2020
M02	Vilar d'Alen	Gondomar	Valbom	Quinta de Vilar d'Allen. perto de Fonte Pedrinha	Finais séc. XIX	Domingos P. BRANDÃO (1969; 1984) noticiou um conjunto de 9 *nummi* , datadas de meados do século IV, que terão aparecido na Quinta de Vilar d'Allen em finais do século XIX. J. M. MENDES-PINTO (1999a: 406) não admitiu esta proveniência para o conjunto numismático, indicando que o pequeno tesouro (?) seria oriundo do castro da Abujefa, em Penafiel. Todavia, o mesmo autor, em publicação posterior, não repetiu a dúvida, classificando e datando as nove moedas (MENDES-PINTO, 2007: 159-161).	9	Desconhecido	375-400	BRANDÃO, 1969; 1984; MENDES-PINTO, 1999a; 2007
M03	Monte Castelo	Matosinhos	Guifões	Castro de Guifões	Década de 1950	Com base numa «Planta Geral do Castro de Guifões», elaborada por Joaquim Neves dos Santos, em 1955 (PIRES, 2006: 37), e em notas deixadas no espólio deste investigador local, Conceição Pires elencou algumas ocorrências de numária romana, nomeadamente junto à «Estrutura M», onde terá aparecido «um conjunto de moedas», e na «Estrutura U», onde terá sido descoberto o tesouro monetário tardio (PIRES, 2012: 76) estudado por J. M. MENDES-PINTO, a partir de fotografias do espólio de Neves dos Santos (2007: 73-88).	217	Desconhecido	Inícios séc. V	PIRES, 2006; MENDES-PINTO, 2007
M04	Monteiras	Penafiel	Bustelo	Lugar Novo	1985	O tesouro numismático apareceu em 1985, por ocasião de trabalhos agrícolas e constava de cerca de 250 moedas, guardadas num contentor cerâmico que se quebrou. As moedas, que foram dispersas, datariam, segundo testemunho de Teresa Soeiro, que as viu nessa altura, todas da época da Tetrarquia, o que parece confirmado pela classificação de 13 moedas, datadas efetivamente de entre finais do século III e começos do IV (MENDES-PINTO, 2007: 34-36).	c. 250	Contentor cerâmico	250 - 350	MENDES-PINTO, 2007
M05	São Julião	Penafiel	Capela	?	?	As referências a este tesouro, cartografado em SOEIRO, 2018: 216, são vagas. Desconhecemos a sua localização exata e outros detalhes, sendo que se trata de um tesouro tardio, como a generalidade dos restantes em Penafiel.	?	?	?	SOEIRO, 2018
M06	Boavista	Penafiel	Galegos	Boavista	Finais séc. XIX	J. MENDES-PINTO (2007: 33) transcreve notícias oitocentistas (VASCONCELOS, 1895: 16) que aludem ao aparecimento de «panelas de moedas romanas», na ocasião «vendidas a peso» e dispersas. O mesmo autor relaciona este tesouro - que propõe datar do século IV, pela quantidade de numismas - com o castro da Abujefa e outros tesouros monetários da região (Ibidem).	«panelas de moedas»	«panelas» ?	301 - 400	VASCONCELOS, 1895; MENDES-PINTO, 2007
M07	Quinta do Bairro	Penafiel	Galegos	Quinta do Bairro	1930	Grande tesouro, encontrado durante uma plantação de vides, em 1930. Estava depositado num dolium que continha cerca de «35 kg de moedas de bronze» e se achava «pousado sobre uma lousa e coberto por outra» (AGUIAR, 1945: 223-225; MENDES-PINTO, 2007: 161). Do conjunto monetal, estimado entre 20 e 25 000 moedas, só puderam ser observados por MENDES-PINTO 35 exemplares, que forneceram uma cronologia essencialmente do século IV (MENDES-PINTO, 2007: 161-9), podendo o seu ocultamento ter ocorrido, pela datação das peças mais recentes, já nos começos do século V. Teresa SOEIRO (1984: 98), que desenhou o vaso que lhe serviu de contentor, relaciona também este tesouro com o castro da Abujefa, em cujo sopé se localiza o local do achado.	c. 20.000 - 25.000	*Dolium*	401-425	AGUIAR, 1945; SOEIRO, 1984; MENDES-PINTO, 2007

Tabela 13 - Documentação numismática da área de estudo - Tesouros (parte 1 de 3)

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Lugar	Data achado	Composição	Qtd. numismas	Contentor	Data de ocultação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
M08	Abujefa 1	Penafiel	Galegos	Castro da Abujefa	2ª met. séc. XIX (?)	Segundo um manuscrito oitocentista do investigador local Simão Rodrigues Ferreira, terão aparecido neste castro «uma colher de prata e uma moeda de ouro que foram para o Museu Alen no Porto e mais 15 quilos de moedas de cobre que foram vendidas a um latoeiro e fundidas. Conservo algumas destas moedas em cobre, a maior parte do reinado de Constantino». Teresa Soeiro, que recolheu esta notícia, individualiza a colher em prata e a moeda em ouro do tesouro, que diz ter aparecido noutra encosta do castro (Soeiro, 1984: 98). J. MENDES-PINTO (2007: 47-8) classifica este tesouro com a designação de Abujefa 1 e sugere que alguns dos numismas possam ainda conservar-se (sem registo ou identificação) no Gabinete de Numismática do Município do Porto.	c. 15 kg	Desconhecido	475 - 500 (?)	AGUIAR, 1945; SOEIRO, 1984; MENDES-PINTO, 2007
M09	Abujefa 2	Penafiel	Galegos	Castro da Abujefa	1891	De acordo com Monteiro de Aguiar (1945: 143), em 1891, ao arrancar uma árvore, terá aparecido «uma talha cheia de moedas», que foram dispersadas sem classificação, sendo todavia provável que se tratasse de um tesouro do século IV (Mendes-Pinto, 2007: 48).	«uma talha cheia de moedas»	*Dolium*	450 - 500 (?)	AGUIAR, 1945; MENDES-PINTO, 2007
M10	Marecos	Penafiel	Marecos		Finais séc. XIX	A fonte para este tesouro é a mesma da do tesouro da Boavista, Galegos, o estudioso local Simão Rodrigues Ferreira, citado por Leite de Vasconcelos (1895: 16). Refere-se, assim, apenas a um conjunto grande de moedas, aparentemente acondicionado em «panelas», que terá sido vendido a peso (Soeiro, 1984: 96; Mendes-Pinto, 2007: 105-106).	«panelas»	«panelas» (?)	Desconhecida	VASCONCELOS, 1895; SOEIRO, 1984; MENDES-PINTO, 2007
M11	Mòzinho 1	Penafiel	Oldrões/Galegos /Valpedre	Monte Mòzinho	c. 1918-1919	Com exceção da ocorrência ocasional de moedas romana em achados fortuitos ou durante as escavações feitas no povoado, o principal registo de moeda republicana parece relacionar-se com um conjunto de quatro denários, que R. Centeno interpreta como resultado de entesouramento, aparecidos «pouco antes de 1920 na zona residencial da Citânia, junto à terceira muralha», datados entre 69 e 32-31 a.C. (CENTENO, 1987: 50; BARBOSA, 2002: 63).	4	Desconhecido	1 - 50 (?)	CENTENO, 1987; BARBOSA, 2002
M12	Mòzinho 2	Penafiel	Oldrões/Galegos /Valpedre	Monte Mòzinho	?	O tesouro 2, aparecido em data desconhecida, aparentemente dentro de «um copo de cerâmica de cor rosada» foi reconstituído por Mendes-Pinto como integrando 24 moedas da primeira metade do século IV, propondo o autor que a sua proveniência poderá não ter sido exatamente o castro mas sim resultarem de deposição votiva numa das necrópoles das proximidades (MENDES-PINTO, 2007: 140-147).	24	«um copo de cerâmica de cor rosada»	350 - 400 (?)	MENDES-PINTO, 2007
M13	Mòzinho 3	Penafiel	Oldrões/Galegos /Valpedre	Monte Mòzinho	?	Do designado tesouro 3, aparentemente localizado num vaso que se fragmentou encontrado numa habitação do povoado, registaram-se 125 moedas, que poderão não ser a totalidade do conjunto, correspondendo por certo a um tesouro ocultado nos finais do século IV ou começos da centúria seguinte (MENDES-PINTO, 2007: 147-157).	mín. 125	vaso cerâmico	375 - 425	LIRA, 1985; CENTENO, 1987; BARBOSA, 2002; MENDES-PINTO, 2007;
M14	Mòzinho 4	Penafiel	Oldrões/Galegos /Valpedre	Monte Mòzinho	1948	O tesouro 4, aparecido provavelmente em 1948, dentro de um jarro cerâmico de bocal trilobulado, foi localizado numa coleção particular e seria composto por cerca de 300 moedas, das quais foram estudadas 236 (LIRA, 1985), datando-se da época da Tetrarquia (MENDES-PINTO, 2007: 157-158).	c. 300	jarro cerâmico de bocal trilobulado	300 - 350	MENDES-PINTO, 2007
M15	Mòzinho 5	Penafiel	Oldrões/Galegos /Valpedre	Monte Mòzinho	2004	Totalizando 1498 moedas, este tesouro inclui ainda alguns antoniani do século III mas é sobretudo composto por emissões do século IV, concluindo o responsável pelo estudo (FERREIRA, 2018) que o seu ocultamento deverá datar de entre o segundo quartel e meados do século V (Idem: 65). O aspeto talvez mais interessante deste tesouro é a circunstância de ter sido descoberto, em 2004, em contexto de escavação arqueológica, dentro de um pote cerâmico (Idem: 50-52).	1498	pote cerâmico	425 - 450	FERREIRA, 2018
M16	Peroselo	Penafiel	Peroselo	?	?	As referências a este tesouro, cartografado em SOEIRO, 2018: 216, são vagas. Desconhecemos a sua localização exata e outros detalhes, sendo que se trata de um tesouro tardio, como a generalidade dos restantes em Penafiel.	?	?	?	SOEIRO, 2018

Tabela 13 - Documentação numismática da área de estudo - Tesouros (parte 2 de 3)

Nº	Local	Concelho	Freguesia	Lugar	Data achado	Composição	Qtd. numismas	Contentor	Data de ocultação	Referências principais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
M17	Miragaia	Porto	Miragaia	Miragaia	Princípios séc. XX	M. Castro Hipólito registou, por informação oral, que nos inícios do século XX terá aparecido um tesouro de «uns milhares de pequenos bronzes» em Miragaia, numismas que se terão perdido ou dispersado, sem mais detalhes (HIPÓLITO, 1961: 47; SILVA, 2010: 247, n.º 4). Reavaliando estes dados, J. MENDES-PINTO (2007: 106) considera que se trataria de um tesouro tardo-romano, datável entre o século IV e os meados do século V.	«uns milhares»	Desconhecido	350 - 450	HIPÓLITO, 1961; MENDES-PINTO, 1999a; 2004; 2007; SILVA, 2010
M18	Paiço/Vila Boa	Vila do Conde	Guilhabreu	Paiço/Vila Boa; Milreus	Meados séc. XX (?)	C. A. F. ALMEIDA (1969: 35-6), seguindo notícia da imprensa, refere o achado neste local, onde existe uma *uilla* e uma necrópole romanas, de um tesouro monetário do século IV, com centenas de moedas, que se dispersaram, das quais «grande parte eram de Constantino» (ALMEIDA, *ibid* .). J. MENDES-PINTO classificou 13 moedas deste tesouro, correspondentes, de facto, a pequenos bronzes do século IV (2007: 101-5)	«Centenas de moedas»	Desconhecido	Desconhecida	ALMEIDA, 1969: 35-6; MENDES-PINTO, 2007: 101-5
M19	Soutelo	Vila do Conde	Fornelo	Soutelo	Inícios de 2002	O tesouro apareceu num sítio com ocupação romana (talvez um casal), onde no século XIX foi encontrada uma estatuela em bronze figurando Júpiter. Álvaro B. Moreira (2009), que recolhe a notícia do achado da imprensa geral, aponta a possibilidade de tratar-se de um tesouro tardo-romano, o que parece plausível, atendendo à quantidade de numismas.	c. 500	Desconhecido	Desconhecida	MOREIRA, 2009: 315-6, n.º 66; Jornal *Público* . Porto, 5.5.2002
M20	Serra do Pilar	Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Serra do Pilar		O tesouro original conteria entre 6 a 8 moedas. Às duas tetradracmas gregas, em prata, já conhecidas (CENTENO, 1987: 190-191) junta-se agora a divulgação de outras duas (CENTENO, 2020), podendo datar-se o ocultamento no séc. IV a.C.	entre 6 e 8	Desconhecido	séc. IV aC (?)	CENTENO, 1987; 2020

Tabela 13 – Documentação numismática da área de estudo - Tesouros (parte 3 de 3)

Concelho	Freguesia	Sítio	Tipo de sítio	Tipo_achado	Pré-imperiais	Augusto	Séc. I	Séc. II	Séc. III	Séc. III-IV	Séc. IV	Séc. IV-V	Séc. V	Indet.	Descrição	Referências
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Maia	Santa Maria de Avioso	Santo Ovídeo	Castro romanizado (?)	Achados avulsos										Referência não quantificada	A referência ao achado de moedas no local, sem maior detalhe, é feita por C. A. F. ALMEIDA (1969: 33).	ALMEIDA, 1969
Maia	Gemunde	Forca	Necrópole	Espólio votivo					2		2			Moedas em nº desconhecido	No espólio desta necrópole, disperso por várias instituições e particulares (ALMEIDA, 1988: 116), regista-se uma moeda de Constantino (ALMEIDA, 1969: 43), tendo sido mais recentemente classificados dois exemplares de Gallienus e um de Constans (MOREIRA, 2009: 209).	ALMEIDA, 1969; ALMEIDA, 1988; MOREIRA, 2009
Matosinhos	Guifões	Monte Castêlo	Castro romanizado	Escavação arqueológica		3			3		87				Na análise feita por J. M. Mendes-Pinto a fotografias do espólio numismático das escavações de Neves dos Santos no Castro de Guifões, de que este investigador mencionou raros exemplares (SANTOS, 1955: 55), o numismata encontrou ilustrações de 70 moedas com a legenda de «Moedas diversas», provenientes, por certo de recolhas avulsas no castro (MENDES-PINTO, 2007: 73-74). O estudo posterior desses exemplares, acrescidos dos que apareceram nas escavações de 1993-1999, totalizando 93 numismas (MENDES-PINTO, 2014) permitiu ao mesmo tempo observar a circulação de emissões essencialmente tardias, ainda que com raros exemplares do século I, dois *asses* e um *aureus* de Nero, já publicado por Neves dos SANTOS (*Ibidem*).	SANTOS, 1955; MENDES-PINTO, 2007; 2014
Matosinhos	Lavra	Fontão	*Uilla*	Achados avulsos										Moedas em nº desconhecido	Citando o testemunho de um escritor dos começos do século (GRAVE, 1911), Neves dos SANTOS (1963: 11-13) refere-se ao achado de moedas, sem descriminação, na área desta *uilla* romana.	
Paredes	Parada de Todeia	Igreja	Necrópole	Espólio votivo							3			2	Desta necrópole, datada de meados do século IV, são provenientes cinco moedas, duas atribuídas a Constante, uma a Constantino I e as restantes ilegíveis (SOEIRO, 1986: 114).	SOEIRO, 1986
Paredes	Rebordosa	Rebordosa	Necrópole	Espólio votivo							1			«Várias moedas romanas»	«Várias moedas romanas, a maioria muito gasta e danificada» terão aparecido, segundo notícia antiga recolhida por HIPÓLITO acondicionadas entre dois pratos cerâmicos. Numa delas pôde ainda s ler-se, na legenda, IMP CONSTANTINVS» (1961: 47, n.º 56). J. MENDES-PINTO (2007: 174-5), considera este achado como «uma deposição votiva em contexto funerário».	HIPÓLITO, 1961; MENDES-PINTO, 2007.
Penafiel	Boelhe	Bouça do Ouro	Povoado	Achados avulsos		1				12					Há referência a um asse de Augusto (*caetra*), mas sobretudo, uma dúzia de moedas dos séculos III-IV (SOEIRO, 1998b: 14-15)	SOEIRO, 1988b
Penafiel	Bustelo	Monteiras	Necrópole	Espólio votivo			3	2		47					Na monografia da escavação desta necrópole contabilizam-se, contadas pelas fichas de inventário das sepulturas, c. de 49 moedas, algumas do século I, mas a maior parte dos séculos III-IV (SOEIRO, 2010: 72ss.).	SOEIRO, 2010
Penafiel	Canelas	Póvoa	Povoado	Achados avulsos											Abílio Miranda noticia o achado de uma moeda em ouro neste sítio arqueológico, entretanto desaparecida (MIRANDA, 1943a)	MIRANDA, 1943a

Tabela 14 – Documentação numismática da área de estudo – Ocorrências diversas (parte 1 de 3)

Concelho	Freguesia	Sítio	Tipo de sítio	Tipo_achado	Pré-imperiais	Augusto	Séc. I	Séc. II	Séc. III	Séc. III-IV	Séc. IV	Séc. IV-V	Séc. V	Indet.	Descrição	Referências
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Penafiel	Canelas	Belavista	Necrópole	Espólio votivo											Referência a moedas, que não se conservaram (MIRANDA, 1943a; 1943b; SOEIRO, 1984: 77)	MIRANDA, 1943a; 1943b, SOEIRO, 1984
Penafiel	Capela	Igreja	Necrópole	Espólio votivo											Referência, vaga, ao achado de moedas nesta necrópole (SOEIRO, 1984: 104), em número e tipo indeterminados (ANDRADE, 1918: 75; 1920: 277).	ANDRADE, 1918; 1920; SOEIRO, 1984
Penafiel	Croca	Montes Novos	Necrópole	Espólio votivo	1		3	1	c. 83		c. 923				Na escavação desta necrópole, com cronologia entre os séculos II-III e o século IV, exumaram-se mais de um milhar de numismas romanos, classificados sumariamente (PINTO, 1996; 1998). Por contagem direta a partir das fichas de sepultura (PINTO, 1998: 194-227), contabilizámos 1011 exemplares, dos quais cerca de 91% são exemplares do século IV. No total, as emissões dos séculos III-IV registam 99,5% das ocorrências, observando-se apenas um exemplar hispânico e 4 moedas do Alto Império. Devem tomar-se os valores das colunas à esquerda como meramente indicativos, uma vez que o inventário normalmente não individualiza os exemplares dos séculos III e IV.	PINTO, 1996; 1998
Penafiel	Duas Igrejas	Antas	Necrópole	Espólio votivo							41				Referenciaram-se nesta necrópole 41 moedas «do século IV» (MIRANDA, 1942; PEREIRA, 1975; SOEIRO, 1984: 89-90).	MIRANDA, 1942; PEREIRA, 1975; SOEIRO, 1984
Penafiel	Duas Igrejas	Eirô	Necrópole	Espólio votivo							13				Apareceram neste cemitério romano 13 moedas (SOUSA; SOEIRO, 2020: 1443).	SOUSA; SOEIRO, 2020
Penafiel	Oldrões	Monte Mozinho	Castro romanizado	Escavação arqueológica										Quantidade e tipo desconhecidos	Nas escavações do Monte Mozinho, quer as da primeira fase (1943-1958), quer as mais modernas (desde 1974) tem aparecido significativo número de moedas. Tanto quanto sabemos, com exceção dos tesouros, não existe estudo de conjunto desse material numismático.	ALMEIDA, CF, 1974, 1975, 1977; SOEIRO, 1984, 1998d, 2001; CARVALHO, 2008a; CARVALHO, QUEIROGA, 2005
Penafiel	Rio de Moinhos	Codes	Necrópole	Espólio votivo											Referência a moedas, perdidas e em número indeterminado (SOEIRO, 1984: 54-55).	SOEIRO, 1984: 54-55
Penafiel	Santiago de Subarrifana	Outeiro	Necrópole	Espólio votivo							1				Noticia-se a identificação de uma moeda de Constantino (SOEIRO, 1987: 235-236).	SOEIRO, 1987
Valongo	Campo	Corredoura	Necrópole	Espólio votivo					5						Nesta necrópole apareceram cinco moedas, datadas de entre Galiennus e Tetricus (MENDES-PINTO, 1991: 153)	MENDES-PINTO, 1991
Vila do Conde	Guilhabreu	Paiço/Vila Boa; Milreus	Habitat romano	Achados avulsos		1		1							Entre um conjunto de moedas conservadas nos serviços de arqueologia da C. M. V. Conde encontra-se um denário de Augusto, em prata, que J. M. MENDES-PINTO considerou, pelo desfasamento cronológico, alheio ao tesouro do século IV procedente do mesmo local (2007: 101-105), podendo aquela moeda resultar, assim, de um achado avulso relacionado com a área habitacional romana. No mesmo sentido poderá talvez interpretar-se a notícia do achado, em 1894, de um bronze, talvez de Commodus, «num campo a que chamão Villa Bôa» (LIMA, 1940: 209-210; CENTENO, 1987: 136).	LIMA, 1940; CENTENO, 1987; MENDES-PINTO, 2007

Tabela 14 – Documentação numismática da área de estudo - Ocorrências diversas (parte 2 de 3)

Concelho	Freguesia	Sítio	Tipo de sítio	Tipo_achado	Pré-imperiais	Augusto	Séc. I	Séc. II	Séc. III	Séc. III-IV	Séc. IV	Séc. IV-V	Séc. V	Indet.	Descrição	Referências
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	Alto da Vela	Necrópole	Escavação arqueológica							7				A descrição, imprecisa, refere 7 moedas de bronze (FORTES, 1908; 1909:18), aparentemente todas tardias. M. J. LOBATO (1995:68) classificou 2 *nummus* , de Constantino I e Constante (SILVA, 1997: 222, n.º 18)	FORTES, 1908, 1909; LOBATO, 1995; SILVA, 1997
Vila Nova de Gaia	Pedroso/Perosinho	Monte Murado	Castro romanizado	Achados avulsos		1		3	1		8			Registo de moedas, sem detalhe	Provenientes de coleções particulares, Lima (1989) classifica um conjunto de numismas que se iniciam com um asse de Augusto e dois de Cláudio, encerrando a série um nummus de Valentiniano I. ARAÚJO (1920: 33, 36) refere o achado frequente de moedas romanas, sem outros detalhes (SILVA, 1997: 222, n.º 19).	ARAÚJO, 1920; LIMA, 1989; SILVA, 1997
Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Bom Jesus de Gaia	*Edificiae*	Escavação arqueológica							3				Três pequenos bronzes do século IV apareceram nestas escavações, segundo Gonçalves GUIMARÃES 1995: 71 (SILVA, 1997: 223-4, n.º 22)	GUIMARÃES, 1995a;
Vila Nova de Gaia	Santa Marinha	Monte de Sta. Bárbara	Indeterminado	Achados avulsos				1	1					1	Referências, pouco precisas, a achados de moedas, entretanto perdidas (DUARTE, 1987)	DUARTE, 1987; SILVA, 1997: 223, n.º 20
Vila Nova de Gaia	Valadares	Sameiro	Necrópole	Escavação arqueológica		1								1	Vasconcelos (1895b: 24) faz referência a uma moeda de Augusto, enquanto Correia (1924: 292) menciona outra, não descriminada, podendo até corresponder à mesma numisma (SILVA, 1997: 224, n.º 23).	VASCONCELOS, 1895b; CORREIA, 1924; SILVA, 1997
Vila Nova de Gaia	Crestuma	Castelo de Crestuma	Habitat romano	Escavação arqueológica							1				Deste sítio é proveniente, pelo menos, uma moeda do século IV (SILVA; GUIMARÃES, 2013a: 7), existindo, provavelmente, uma segunda.	SILVA; GUIMARÃES, 2013a

Tabela 14 – Documentação numismática da área de estudo - Ocorrências diversas (parte 3 de 3)

4.9. O MUNDO GALAICO-ROMANO: ECONOMIA E SOCIEDADE

O termo «galaico-romano», talvez mais que o seu paralelo, entretanto caído em desuso, «lusitano-romano», traduz, por um lado, alguma dificuldade de nomeação das sociedades de transição produzidas como efeito da conquista e domínio colonial romano. Mas também, deve sublinhar-se, uma visão historiográfica e arqueológica da «romanização», que, desde há muito, deixou de sublinhar o papel «civilizador» de Roma para valorizar a agência e protagonismo das comunidades indígenas – entendidos, numa fase inicial, como de dicotomia «*indigenismo versus romanización*» (VÁZQUEZ VARELA; ACUÑA, 1976: 79-80 – e a natureza mesclada, ou criolizada, entre outros modelos e modalidades debatidas pelos historiadores (SUÁREZ PIÑEIRO, 2009: 19-48), como já vimos[815], do novo quadro social, económico, religioso e cultural, em sentido amplo.

Nesta linha, julgamos oportuno encerrar este capítulo do «Encontro com Roma» com algumas notas sobre as dinâmicas económicas e sociais que resultaram do processo de troca cultural que vimos apresentando, não porque tenhamos dados particularmente inéditos a esse respeito, mas porque, desta reflexão, podem emergir tópicos e questões nem sempre considerados nas agendas de investigação.

A arqueologia evidencia-nos os grandes povoados desta área – Penaventosa, Castelo de Gaia, o Castro de Guifões, etc. – e outros núcleos de povoamento como centros recetores de artigos manufaturados, especialmente a cerâmica, mas também recipientes em vidro, utensílios e adornos metálicos e outros items, desde meados do primeiro milénio a.C. até à tardo-antiguidade. A par desses artefactos, chegavam às costas atlânticas desta região produtos alimentares estranhos, ou menos comuns, no noroeste, como o *garum*, as *salsamenta* e outros preparados piscícolas, o azeite bético ou o vinho, em parte destinados ao abastecimento militar, mas também à população urbana – grandemente improdutiva, tal como a militar – na qual se incluía certa franja da população imigrante e, certamente, a crescente número de comunidades autóctones progressivamente latinizadas.

Mas o comércio, pela sua própria natureza, é bilateral. Os bens e produtos só podem ser trocados por moeda – e a economia, nesta região, terá sido tardia[816] e durante muito tempo alheia às comunidades indígenas – pelo que se oferece a questão: que levavam os comerciantes mediterrânicos de *Cale* e do seu território? Alarguemos, primeiro, a paisagem hispana, para depois recentrarmos a vista nesta região.

Enaltecendo as riquezas da Turdetânia, Estrabão começa por elencar a tríade mediterrânica, que de ali se exportava com generosidade, o cereal (trigo), vinho e azeite, referindo-se, logo de seguida a produtos aos quais, hoje em dia, não seríamos, talvez, propensos a atribuir particular valor económico: a cera e o mel das abelhas, e corantes para a tinturaria dos tecidos, o vermelhão, ou quermes, da cochonilha, o *minio*[817] e o cinábrio, ocres vermelhos utilizados na decoração arquitetónica; menciona também, entre outros produtos, os tecidos delicados, as lãs negras, a abundância de gado, o sal, tanto de mina como marinho, e, a propósito deste, a importante «salga de peixe, não apenas local, mas também de todo o outro litoral para lá das Colunas [de Hércules]» (III, 2, 6)[818], expressão que alguns autores

[815] *Vd. supra*, ponto 2.4.3.

[816] *Vd. supra*, ponto 4.8.

[817] Também referido por Plínio, *Nat. Hist*., 33: 36-37, 118. *Vd*., sobre estes importantes recursos minerais, Adolf SCHULTEN (1963: 341-345) e António MATEO (2001: 49-55).

[818] Usámos a tradução de DESERTO e PEREIRA (2016: 47).

interpretam como aludindo à indústria de salga de peixe arqueologicamente documentada na fachada atlântica da Lusitânia (FABIÃO, 2009: 556ss.).

Numa outra passagem, muito citada, da sua obra geográfica, o mesmo Estrabão, descrevendo os autóctones das ilhas Cassitérides, arquipélago de localização incerta mas, provavelmente, relacionável com o noroeste ibérico[819], informa-nos que os mesmos dedicavam-se essencialmente à criação de gado, não deixando, porém, de trocar o estanho e o chumbo que extraíam das minas aí existentes[820], bem como peles, por cerâmica, sal e artigos de bronze que lhes faziam chegar os comerciantes gaditanos (III, 5, 11; DESERTO; PEREIRA, 2016: 93-94).

Plínio, o Velho, por sua vez, menciona os produtos ibéricos em várias passagens da sua *História Natural*, ainda que, geralmente, com menor detalhe em relação a regiões concretas da Península. Como é sabido, o Naturalista valoriza particularmente os metais, referindo, em várias passagens, a ocorrência, muito disseminada «por quase toda a Hispânia», do ouro, da prata, do estanho, do chumbo, do ferro e do cobre (III, 30; IV, 112; XXXIII, 78; XXXIV, 156-157), a que acrescenta as pedreiras (III, 30), descriminando, em área atlântica, também a obsidiana (XXXVI, 97). Entre as fibras, alude ainda, à semelhança de Estrabão, às lãs de tonalidade escura (VIII, 191), destacando o linho produzido entre os Zoelas (XIX, 10).

Poderemos rastrear, ou, pelo menos, inquirir sobre a presença de algum destes produtos no registo arqueológico? Naturalmente, as importações de artefactos, pela sua própria materialidade, deixam maiores traços arqueológicos que a circulação de géneros alimentares, mais perecíveis, tanto na sua natureza essencial, como nos contentores que os transportariam entre as comunidades do noroeste ou de aqui para outras paragens, feitos certamente em madeira, couro ou materiais têxteis (MORILLO, MORAIS, 2019: 175-180; MORILLO, MORAIS, 2020: 171-177; MORAIS, e.v.p.).

Numa sociedade em progressiva monetarização, a generalidade da população não-urbana, em larguíssima maioria, e praticando, essencialmente, uma economia de subsistência teria de recorrer a intermediários para poder aceder, por troca direta, a determinado números de artefactos ou outros bens importados, devendo assumir particular relevância a função comercial dos diversos *fora* distribuídos pelo território (NAVEIRO, 1991: 156-160)[821].

Como acentuou Juan Naveiro, considerando ainda as dificuldades de determinar, materialmente, os padrões de intercâmbio e os produtos objeto de exportação (1991: 75, 161), as matérias-primas representariam um papel fundamental entre os interesses dos comerciantes e nas cargas de regresso dos navios que demandavam as costas atlânticas. A recorrente alusão aos metais por parte dos autores que, na altura, escreveram sobre a Hispânia, bem como a grande procura de metais nobres suscitada pela intensa amoedação augustana e dos seus

[819] *Vd*. pontos 4.1.2 e 6.1.1 desta dissertação.

[820] O tema da mineração pré-romana é controverso, mas o próprio Estrabão indica, de pronto, que a extração dos minerais seria feita a pouca profundidade, facilidade que, associada ao carácter pacífico dos habitantes das ilhas, terá levado Públio Crasso a incentivar a exploração comercial daquelas paragens por parte dos comerciantes romanos, agora que se desvendara o segredo das rotas que os mercadores fenícios ciosamente teriam ocultado (*Idem, Idem, ibid*.). Todavia, ao encerrar o seu relato sobre as guerras contra cântabros e ástures, Floro parece sugerir que os indígenas desconheciam as possibilidades de exploração mineira intrusiva: *«itaque [Augustus] exerceri solum iussit. Sic Astures nitentes in profundo opes suas atque divitias, dum aliis, nosse coeperunt»* (Floro, 2, 33, cit. em MATEO, 2001: 175). Provavelmente, as explorações a céu aberto, não obstante a inversão de mão-de-obra exigida, seriam mais acessíveis às comunidades autóctones, considerando, designadamente, a evidência de cortas mineiras na ambiência direta de alguns castros, por vezes, mesmo, confundindo-se com fossos defensivos (PAZOS, 2018: 104-115, *passim*).

[821] Cabe aqui sublinhar o importante contributo recente de António Lima na reinterpretação do *forum* de Tongobriga na sua dimensão essencialmente comercial (LIMA, 2017c; LIMA; MENCHON I BES, 2018), com a singularidade do espaço ter perpetuado essa função até à contemporaneidade (LIMA, 2017a; 2017b), vocação comercial que, naturalmente, poderá ter atraído funções religiosas, administrativas e de outros âmbitos, levando ao eventual projeto de monumentalização do complexo (*vd. supra*, ponto 4.5).

sucessores (CHIC GARCÍA, 2009: 426-429; WILSON, 2012a: 133-135), colocam este recurso na linha da frente, até como eventual causa de destaque e alguma individualização da *Gallaecia* entre os territórios hispanos (PAZOS RODRÍGUEZ, 2018).

Aparentemente, tenderíamos a deixar a exploração do ouro e da prata fora dos circuitos comerciais correntes, pelo controlo mui direto das autoridades e do exército romano sobre a produção; todavia, a discussão sobre as modalidades jurídico-económicas da exploração desses *metalla*, permanece em discussão, nomeadamente no que se refere às possibilidades de arrendamento, ao papel das *societates publicanorum* no período tardo-republicano (DOMERGUE, 1990: 229ss.; MATEO, 2001: 31-41) e à forma de exploração que, de imediato, se sucedeu à conclusão da conquista do noroeste, atendendo à rapidez que Augusto impôs ao começo das explorações auríferas (*Idem*: 175-176), submetidas à supervisão de *procuratores* provinciais ou *metallorum* (RODRÍGUEZ-ENNES, 2004: 71-75).

Não obstante, mesmo considerando a sua especificidade no quadro das tramas comerciais, cabe evocar o impacte indireto das explorações no tecido económico, pelo relevante efetivo de mão-de-obra que exigiam e o necessário abastecimento de alimentos e produtos mais diversos, quer no âmbito dos próprios complexos mineiros, quer nos povoados vizinhos, aspeto que estamos ainda longe de compreender satisfatoriamente, quer em relação às zonas mineiras da nossa região[822], quer, mesmo, no tocante a outros importantes conjuntos mineiros mais interiores, como o de Jales/Tresminas (REDENTOR, 2017a: I: 504ss.; BATATA, 2017). Por outro lado, por mais apertado que fosse o controlo fiscal, ao tempo como em épocas posteriores, é de crer que pequenas e discretas lavras privadas criassem um circuito paralelo, certamente de muito menor expressão, mas ainda assim capaz de gerar redes de intercâmbio e gerar mais-valias significativas para alguns privados.

No que respeita aos restantes *metalla*, as modalidades de exploração seriam mais diversificadas e menor o controlo estatal, dependendo, talvez, da natureza e rentabilidade das jazidas, como propõe ainda António MATEO (2001: 43-65). Importa, assim, considerar a potenciação de recursos metálicos desde há muito utilizados pelas populações autóctones (NAVEIRO, 1991: 78-83; TORRES MARTÍNEZ, 2005: 155-184), mas agora integrados em novas redes de procura e redistribuição, como é o caso do estanho, muito disseminado pelo centro e noroeste de Portugal, com registos, por exemplo, em Viana do Castelo e Vinhais (ALARCÃO, 1988a: 132)[823], e essencial, também, para a amoedação e a metalurgia bronzíneas; do ferro que poderá ter sido explorado em Moncorvo, na região transmontana (*Idem*: 133) ou do chumbo, bem documentado, com poços e lucernas do Alto Império, nas minas do Braçal, em Sever do Vouga (*Idem*: 132), lavra na margem sul do Douro mas a pouca distância da nossa região de interesse.

Seguindo ainda a Estrabão e a Plínio, devemos incluir entre as matérias-primas potencialmente objeto de exportação a partir do noroeste ibérico, as fibras vegetais como o linho zoela, sempre cultivado (SCHULTEN, 1963: 441-444), que Plínio (XIX, 10) diz ter procura para o fabrico de redes de caça; os tecidos de linho – de que seriam feitas as couraças do vestuário militar dos lusitanos (Strab., III, 3, 6) – tiveram grande utilização na Europa proto-histórica, se bem que, na Hispània, os seus testemunhos arqueológicos mais diretos provenham, sobretudo, das regiões mais meridionais (TORRES MARTÍNEZ, 2005: 121-122).

Também a lã de ovelha é citada por Plínio (VIII, 191) entre os produtos economicamente mais interessantes, deneficiando de especial preferência a lã de tonalidade escura, aludindo

[822] *Vd. supra*, ponto 4.3.2.5.

[823] No entender de SCHULTEN (1963: 291), interpretando Plínio, o estanho teria sido, principalmente, explorado na *Gallaecia*.

ainda o Naturalista às propriedades medicinais que a própria gordura das lãs possuiria (GUERRA: 1995: 121). Dessa lã dos carneiros e ovelhas montanheses, negros, se fazia o *sagum* utilizado por alguns povos indígenas (*Strab*., III, 3,7; TORRES MARTÍNEZ, 2005: 136-138) e outros tecidos grossos, por várias vezes mencionados como requisito do abastecimento militar durante a conquista da Península (SCHULTEN, 1963: 507-512). A abundância de cossoiros, ou fusaiolas, e de pesos de tear, feitos nos mais diversos materiais, encontrados nos castros e outros estabelecimentos, testemunha bem a importância da fiação e da tecelagem do linho e da lã nos ambientes domésticos (NAVEIRO, 1991: 110-113), podendo até, em certos casos, gerar excedentes disponíveis para o comércio (ALARCÃO, 1988a: 147); neste mesmo sentido, interpreta Juan Naveiro a aparente rarefação dos cossoiros nos contextos temporalmente mais avançados da vida da província romana, admitindo que o linho ou a lã pudessem já disponibilizar-se no mercado como fio acabado (*Idem*: 113)[824].

Outro produto de muito provável relevância comercial, igualmente apontado à Hispânia por diversos autores antigos, é o mel (SCHULTEN, 1963: 525-527; TORRES MARTÍNEZ, 2005: 66-67), de larga utilização como alimento e adoçante (num mundo que, naturalmente, não conhecia o açúcar) e ainda como conservante e ingrediente na farmácia e na cosmética; a apicultura, porém, deixa poucos traços arqueológicos, e os testemunhos de colmeias e potes meleiros, em ambientes já bem romanizados como *Bracara Augusta* (MORAIS, 2006b; 2018b: 44-45)[825], são ainda escassos para proporcionar-nos uma imagem mais nítida da real importância desta atividade, designadamente no marco comercial.

Da mesma quase invisibilidade arqueológica sofre todo o trabalho relacionado com o tratamento das peles e a produção de curtumes, artesanato corrente entre povos caçadores e ganadeiros[826] e que Estrabão, como recordámos, ressalta entre a oferta comercial dos sisudos habitantes das Cassitérides. Estes artigos, de que se conhecem raros exemplos de instrumental (TORRES MARTÍNEZ, 2005: 103-111), teriam ainda, como vantagem suplementar, a facilidade de transporte e de conservação, mesmo em viagens mais longas[827].

Com maior documentação conta a atividade dos preparados de peixe, para o qual constituía requisito indispensável o sal, outro dos bens essenciais à vida humana desde a antiguidade mais remota. A discreta menção do geógrafo de Amásia às conservas piscícolas do «outro litoral para lá das Colunas» (III, 2, 6) não faz justiça à efetiva importância desta atividade no cordão atlântico da *Lusitania*, bem atestada por vastas unidades industriais, como as do litoral algarvio, de Tróia ou Lisboa, pela produção de séries próprias de contentores anfóricos e, com menor evidência material, do complementar trabalho da salicultura (FABIÃO, 2009).

---

[824] Rui Centeno lembra, a este propósito, a identificação, em Conimbriga, de possíveis oficinas de tecelagem e tinturaria, registadas igualmente em Vipasca, cuja atividade poderia visar mercados locais (CENTENO, 1984: 190), ou, acrescentamos, mesmo supralocais.

[825] Rui MORAIS (2006b: 149) estranha um pouco a atenção prestada pelos arqueólogos aos vestígios da atividade que girava em torno dos *mellaria*. É bem possível que, entre o espólio de muitas escavações, nomeadamente de estações romanas, existam restos de potes meleiros ou colmeias sem identificação como tal, sendo por isso a divulgação desse género de *instrumenta*, como tem feito o autor, para que a investigação fique mais atenta a este tipo de artefactos cerâmicos, ou outros para finalidade idêntica.

[826] A que poderíamos acrescer, porque se relacionam com esta atividade, a preparação de carnes secas e fumadas, de impossível deteção pela arqueologia (TORRES MARTÍNEZ, 2005: 54-57).

[827] Com a identificação de instrumental relacionado com o tratamento das peles e o fabrico dos curtumes no registo arqueológico, poderá dar-se a mesma dificuldade que na nota anterior apontámos ao processamento, conservação e transporte do mel: o desconhecimento dos arqueólogos perante equipamentos de artesanato hoje praticamente desaparecido. Mas permitimo-nos questionar: não poderão os restos de lâminas e outros utensílios cortantes em sílex, recorrentes nos povoados castrejos, ter sido reutilizados para esta atividade?

Para além do ouro galaico, também as riquezas, em peixe e moluscos, do *Callaicum Oceanum* justificaram ao poeta Marcial (X, 37)[828] o tema de um epigrama dedicado a um magistrado, menção que devemos tomar por rigorosa, ainda que o poeta exaltasse terra pátria. Da tríade elencada por Carlos Fabião (*Ibidem*) para o desenvolvimento desta manufatura alimentar e respetivo comércio – fábricas com as condições adequadas, condições para a produção de sal e manufatura de contentores cerâmicos próprios, só esta última falta nos territórios galaicos, não se registando mesmo no importante *uicus* salineiro e conserveiro de Vigo, sendo bem mais tardia a produção local de ânforas, conhecidas como do tipo de San Martiño de Bueu (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2016b; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ; BARCIELA, 2016b: 38).

O complexo industrial da Lavra, tal como aqui o designámos[829], constitui um conjunto de dezenas de tanques, com plantas e dimensões diferentes, associados a algumas salinas, distribuídos por cerca de três quilómetros no litoral matosinhense (CLETO, 1996). Não tendo sido muito conclusivos alguns trabalhos arqueológicos ali efetuados[830], discute-se ainda a exata funcionalidade das cetárias – aparentemente destinadas à conservação do peixe em salmoura, como detalhámos nos pontos em que tratamos destas construções – e a sua cronologia, bem como das salinas que claramente lhe estão ligadas, apontando uma das propostas mais recentes para o século III (COSTA; CLETO, 2008: 67), datação que julgamos poder vir a ser recuada, talvez mesmo para o século I[831]. Com toda a probabilidade, o complexo seria explorado pelos possessores da vizinha *uilla* do Fontão de Antela, observando-se indícios de atividades económicas similares em outras *uillae* do litoral entre os concelhos de Matosinhos e da Póvoa de Varzim (MOREIRA; SILVA, 2011: 136), o que parece confirmar, de algum modo, o modelo sugerido por J. Edmonson para a Lusitânia, segundo o qual a produção de *garum* e produtos afins estaria organizada por núcleos urbanos, suburbanos especializados e através de *uillae* costeiras (EDMONSON, 1987: 122-136, *passim*). Na linha do pensamento deste último autor, como observamos em ponto próprio, os complexos de salga e preparados piscícolas associados a *uillae* funcionariam, primordialmente, para autoconsumo e distribuição local (EDMONSON, 1987: 189-190; MOREIRA; SILVA, 2011: 136), o que a escala deste núcleo parece desmentir, podendo talvez encarar-se a possibilidade desta instalação produtiva visar mercados mais amplos (BUGALHÃO, 2001: 43).

Porém, se bem que estes núcleos lavrenses (Angeiras, Forcada e Agudela) constituam a única evidência de exploração de época romana, atentas, apenas, a tipologia e enquadramento das estruturas; outros indícios ocorrem, por ora ténues e carecendo de confirmação, acerca de eventuais cetárias no *uicus* romano portuense[832]. Em contrapartida a produção e comércio do sal deixaram traço histórico indelevelmente marcado. As salinas da foz do Leça, e de outros

[828] Cit. em ROMERO e POSE (1987: 90-91). O trecho, algo gongórico, elogia, na interpretação de NAVEIRO (1991: 101), o tamanho dos salmonetes, a qualidade das ostras e, em geral, a abundância das pescarias.

[829] *Vd. supra*, ponto 4.3.2.4 e Vol. II, Inventário II.F, fichas AE01, 02 e 03.

[830] Por exemplo, PEREIRA DA SILVA; FIGUEIRAL, 1986. Esta circunstância é comum, pois quer os tanques, quer os talhos de sal, situados em áreas de marés, encontram-se, usualmente, esvaziados e preenchidos por depósitos modernos que o mar, periodicamente, tanto limpa, como repõe.

[831] Como em ponto próprio discutimos, a eventual revisão da cronologia da vizinha *uilla* do Fontão de Antela, certamente relacionada com estas estruturas, em função de achados recentes na necrópole contígua de Morouços (Inventário II.I, N05), poderá levar a uma reapreciação da datação do complexo de salga e salicultura. O estudo das variações eustáticas – já ensaiado para os tanques e salinas da Lavra (PEREIRA DA SILVA; FIGUEIRAL, 1986: 17-18; CLETO, 1996: 40) e que sustenta a proposta da sua datação tardia – poderá contribuir decisivamente para a questão da datação destas estruturas e do seu abandono, tal como poderá ter-se verificado com o complexo salineiro de Vigo (FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ, 2016a: 27-28).

[832] *Vd. infra*, ponto 5.3.2.2 e Vol. II, Inventário II.A, fichas de intervenção FTA14.13 e RIB17.21.

pontos do litoral de Matosinhos, com basta documentação entre os séculos XI e XV estiveram ativas até ao século XIX (COSTA; CLETO, 2008: 69, *passim*). Mas também no curso terminal do Douro os registos históricos aludem à produção e a negócios de sal em vários pontos da margem norte do rio, nomeadamente em Massarelos e Miragaia, onde se documentam marinhas no século XIII (RAU, 1984: 56-57). Segundo esta historiadora, a salicultura nestes locais terá tido, em época medieval, curta duração (*Id, ibidem*; LOSA, 1996: 277-280), o que é subscrito por Amândio Barros, que sublinha que as salinas portuenses terão servido essencialmente para consumo local, uma vez que o abastecimento de sal à cidade, feito essencialmente a partir de Aveiro, assumiu particular relevância nos séculos XIII e XIV, ocasionando até importante conflitualidade de natureza fiscal (BARROS, 2008: 33-34, n. 28) que não interessa ao nosso estudo.

Não obstante, parece-nos significativa a coincidência destes núcleos salineiros em Massarelos e Miragaia, bem assim como o seu comércio, atestado também em Lordelo do Ouro nas Inquirições de 1258 (LOSA, 1996: 277-280, 285), com locais de arcaica fixação de comunidades piscatórias e mercantis, originários de aglomerados romanos e, no caso de Lordelo, de uma via de comunicação e travessia do rio dessa época[833]. Naturalmente, não podemos extrapolar para tempos romanos a aparente insuficiência produtiva destas marinhas nos séculos medievos, porque distintos eram os contextos e os efetivos demográficos. Ainda que, como dissemos, possam encontrar-se indícios de produção salineira em vários pontos do litoral mais imediatamente a norte da foz do Douro, só voltamos a encontrar concentração muito expressiva no litoral do Alto Minho, nomeadamente nos concelhos de Viana do Castelo e de Esposende, aí, tanto em tanques rupestres como através de pias salineiras móveis, se bem que esteja em discussão a cronologia destes dispositivos, tida, usualmente, como de origem pré-romana (ALMEIDA, CB, 2005; COSTA *et al*., 2012; BETTENCOURT *et al*., 2020)[834].

Entre as matérias-primas e artigos elencados, talvez o sal não tivesse, na nossa região de estudo, escala de produção suficiente para abastecer circuitos comerciais de larga escala (ALMEIDA, CB, 2005: 146), o que não obsta a que pudesse ser transacionado para regiões mais interiores ou, em processos de navegação de cabotagem, embarcado pontualmente para fornecimento de outras localidades. Porém, de forma particular, a salicultura, mesmo com produção reduzida ou de baixa qualidade em tempos medievos (BARROS, 2008), seria essencial, em época romana, para o consumo local e para as fábricas de salmoura e preparados de peixe (CURRÁS, 2017), não sendo de estranhar que também no *uicus* portuense da «Vila Baixa»[835], em função das necessidades decorrentes da concentração de população e estruturas portuárias, existissem instalações congéneres, ainda que de menor extensão.

Passando, agora, a uma visão de conjunto, mais emarcada na longa-duração, interessará refletir um pouco sobre os «sistemas económicos» e do modo como poderá ter-se processado a integração da economia indígena no prototipo de economia «*world-system*» que a partir da *pax romana* – ou talvez já um pouco antes – se ofereceu aos povos do noroeste. Seguindo a análise clássica de Karl Polanyi, as formas de integração económica podem variar entre a reciprocidade, a redistribuição e a troca comercial (*exchange*)[836], sem que estas modalidades

[833] *Vd. infra*, pontos 5.3.2.5 a 5.3.2.7.

[834] O que parece plausível, pela natureza das estruturas localizadas. Mesmo que, eventualmente, a sua utilização venha a confirmar-se durante os tempos da dominação romana, a tipologia destes dispositivos não tem qualquer semelhança com a produção organizada e industrialmente estruturada das *salinae* viguesas do Areal (CURRÁS, 2017), por exemplo, das quais melhor aproximamos o complexo da Lavra, ainda que, aparentemente, de muito menor dimensão.

[835] Sobre este núcleo de povoamento, *vd. infra*, ponto 5.3.2.2.

[836] A semântica do substantivo *exchange*, em inglês, excede a sua tradução em português como *troca*, obrigando-nos a qualificar o termo, para evitar que se confunda com as práticas de reciprocidade.

impliquem qualquer faseamento, estádio ou se inter-excluam (POLANYI, 1977: 35-37). Todos estes mecanismos poderiam já estar presentes nas sociedades autóctones da Idade do Ferro, assentes em sistemas minimamente integrados e «estruturas de suporte»[837]: a *reciprocidade*, certamente, até porque corresponde a formas de relacionamento entre grupos e indivíduos que largamente excedem – à luz dos paralelos antropológicos – a esfera do económico (*Idem*: 38-39); a *redistribuição*, é também muito provável, se não como processo tradicional de gestão e alocução de recursos, pelo menos como resposta à rutura que terá constituído, ao longo da proto-história, o influxo de produtos exógenos, tanto meridionais como de outras fontes, que, de algum modo, poderão ter estimulado a criação de redes, simbólicas ou clientelares, de redireccionamento desses bens, proporcionando, porventura, a emersão de certos «lugares-centrais». Mesmo as dinâmicas de *troca*, interessada e interesseira – o comércio – não podem, de todo, excluir-se, como possibilidade, na vida económica das comunidades pré-romanas, ainda que a escala e enquadramento em nada comparáveis ao que se avizinhava, está bem de ver.

Com a acelerada integração do noroeste ibérico, no espaço, apenas, de um par de gerações, nos mecanismos da economia romana, subvertem-se ou modificam-se os princípios reitores daquelas modalidades. A simetria entre grupos e comunidades, requerida pela *reciprocidade*, é abalada pelos novos sistemas de circulação de produtos[838]; a mono ou pluricentricidade *redistributiva*, obedece agora a diferentes critérios e hierarquias de «*householding*»; o Mercado, por fim, expande-se como paradigma maior das trocas e da vida económica[839].

Peter TEMÍN (2012: 47-48) recorda-nos as diferentes aceções em que a palavra «mercado» pode ser usada, desde a popular, como simples local de troca comercial; passando pelo puro conceito económico, abstrato, espaço quase virtual mas composto de inumeráveis materialidades quotidianas; até à economia de mercado como sistema económico, no qual hoje vive larga maioria da população mundial e que Roma, em muitos aspetos, inaugurou. Entre estes dois últimos «níveis» de interpretação situa-se a maiúscula com que, no parágrafo anterior, evocámos este conceito.

Todavia – regressando ao significado diferencial da palavra «mercado» – não reside no sistema económico ou na sua abstração académica, a nossa maior dificuldade de aproximação à economia galaico-romana. Começa mesmo, modestamente, nos locais onde a atividade diariamente se exercia e seus agentes mais diretos. A singela referência epigráfica a um *macellum* em *Bracara Augusta* (ALFÖLDY, 1966: 367; MORAIS, 2005: 70-72), ou aos «*ciues romani qui negotiantur*» na mesma urbe (MORAIS, 2005: 69; 2018: 46-47) só pode surpreender-nos por serem testemunhos quase únicos[840], pois seriam, certamente, mui diversos os *macella*, genéricos ou especializados, e abundantes aqueles, forâneos ou de progénie autóctone, que se dedicavam aos negócios, fosse no comércio de grosso trato, ou como intermediários e redistribuidores, dentro ou para o exterior do *conuentus*. Naturalmente, o que dizemos da capital conventual, aplica-se, do mesmo modo, a *Aquae Flauiae*, sendo nesta cidade ainda menos evidente a documentação epigráfica ou arqueológica alusiva à vida comercial.

---

[837] Sem os quais não poderíamos considerá-los como formas de integração, pois ficariam reduzidos à agência individual (POLANYI, *idem*: 36-37).

[838] Ou talvez tenha sobrevivido, como resistência cultural, em «estratos» da vida social mais ritualizados e menos dependentes de certos bens ou artefactos.

[839] *Vd*. ainda POLANYI (1977: 38-43), apenas para a concetualização teórica, cuja aplicação aqui ensaiamos ao trânsito das sociedades sidéricas para as romanizadas. Para uma explanação mais detalhada destes conceitos de Polanyi e sua interpretação à luz da economia romana, veja-se, por exemplo, o estudo de Peter TEMÍN (2012: 46-50).

[840] *Vd. supra*, ponto 4.4.1.7.

Também os diversos *fora* identificados no noroeste como aglomerados populacionais, teriam o mercado, as *nundinae*, a troca de bens e a, complementar, troca de serviços como funções essenciais, sendo talvez os principais centros de escoamento de produções locais, como as acima mencionadas, e de redistribuição de muitos géneros e artigos manufaturados. Lembra o *Oxford English Dictionary* que alguns escritores medievais traduziam por «mercado» o termo latino *forum* (cit. por TEMÍN, 2012: 47), aceção também presente em dicionários portugueses[841]. Como atrás observámos[842], a reinterpretação, neste sentido, do *forum* de Tongobriga, constitui um contributo de particular relevância para a compreensão dos locais que serviam de palco à atividade económica, neste período transacional entre as práticas indígenas tradicionais e a economia de mercado, monetária, chegada com os colonizadores, e, certamente, em qualquer das três modalidades apontadas por Polanyi, como vimos.

A consideração de alguns dos espaços onde tinha lugar o comércio leva-nos à correlativa questão dos meios e veículos de transporte. Como é geralmente reconhecido, o elevado custo e morosidade da circulação por produtos por via terrestre, desaconselharia esta prática para o transporte de bens e artigos de maior peso, volume ou fragilidade, preferindo-se, sempre que possível, o recurso à navegação marítima e fluvial (MORAIS, 2004a: 47; MANTAS, 2013b: 338-339). Todavia, ainda que o curso do Douro, e os estuários mais abertos dos rios Leça, Ave, Cávado, Lima e outros (SCHULTEN, 1963: 84-86) permitissem o acesso de navios – progressivamente substituídos por embarcações de menor calado (MORAIS, 2018a: 30; MORAIS, e.v.p.)[843] ou pelo recurso à sirga com a ajuda de *helciari*, como ilustrado num mosaico de Mérida (MANTAS, 1998: 206-207, n. 30) – até áreas mais adentradas no território, acrescendo a esta rede de vias de comunicação outros grandes rios interiores, como o Tâmega; a partir de certo ponto, o trânsito teria de ser, forçosamente, terrestre. Mas aí, as cargas, transportadas sobre o dorso de animais, em *plaustra* e outros veículos, ou mesmo por carrego humano, eram já menores e servindo pontos e necessidades localizadas (MORAIS, e.v.p.).

Praticamente, ao longo de todo o primeiro milénio antes da nossa era, por agência dos comerciantes púnicos e, posteriormente, do círculo do Estreito, a navegação atlântica incrementou-se – do que restaram ecos no conhecido périplo poético transmitido por Avieno[844] – e as populações litorais começaram a ser regularmente visitadas por embarcações e comerciantes que mercadejavam alguns dos produtos que atrás referimos (MORAIS, 2004a: 47-48; 2007a: 123-125, *passim*). As particulares dificuldades da navegação neste mar «exterior», bem diversas das condições do Mediterrânio (ARRUDA, 2000: 23-25, 28; MANTAS, 2016b: 52), foram sendo ultrapassadas pela experiência e pela progressiva capacidade dos *hippoi* e melhoria das técnicas de navegação e orientação, sendo a cabotagem um princípio comum, mas não, seguramente, exclusivo ou desincentivador de rotas de alto mar que encurtassem os tempos de viagem (ARRUDA, 2000: 27; TORRES MARTÍNEZ, 2005: 232-242). A polaridade de *Gades* como elemento nodal entre a navegação mediterrânica e atlântica (CHIC GARCÍA, 2009: 421ss.), revelou esta cidade e as suas naves

[841] Por exemplo, o *Magum Lexicon* de Pina Cabral, obra de referência com várias edições ao longo do século XIX, explica *forum* como praça onde se realizavam as diversas funções cívicas, políticas e legais, mas também «o lugar da feira», dando como exemplos, na própria cidade de Roma, os *fora Boarium*, *Piscatorium*, *Olitorium* e *Vinarium* (PINA CABRAL, 1802: 257).

[842] *Vd.* no geral, os pontos 4.5.3 e 4.5.7 desta dissertação.

[843] Como as *claudicariae* ou outros *navigia*, designação aplicada a estas embarcações de menor porte e maior agilidade em águas baixas (MANTAS, 1995: 56-57; 2016b: 42).

[844] Avieno, *Ora Maritima*, 80-416 (= FERREIRA, 1985).

como base fundamental para apoio à conquista e conhecimento dos territórios peninsulares mais setentrionais – servindo tanto a Brutus como a César, pelo menos – e origem do trato comercial com os futuros portos lusitanos e galaicos, como foi assinalado por Estrabão (III, 5, 3 e 11) e, modernamente, muitos autores (MORAIS, 2007a; 2021: 110; ARRUDA, 2000)[845].

Com a participação mais direta da marinha mercante de Roma nestes circuitos, aumentou a capacidade tecnológica dos navios, a sua capacidade e velocidade, aliás só superada pelas embarcações dos finais da Idade Moderna (MANTAS, 2017b: 188; 2013b: 338-342). Permanecem raros e restritos à Lusitânia os testemunhos diretos sobre *nauicularii* e os *codicarii* (EDMONSON, 1987: 154-155)[846] que armavam as diferentes classes de navios, mas têm vindo a aumentar substancialmente as evidências sobre as próprias embarcações e respetivos carregamentos, quer pelo acréscimo de achados de cepos de chumbo das respetivas âncoras (ALVES *et al*., 1989)[847], aliás com representação na nossa região de estudo, através dos achados do rio Douro e de Vila do Conde[848]; quer pela identificação de cargas de embarcações, provavelmente perdidas em naufrágios. Ocorrências como estas foram atestadas há poucos anos. em Rio de Moinhos e na praia do Belinho, no litoral do concelho de Esposende, correspondendo a naves com cargas provenientes da Bética e acondicionadas, nomeadamente, em Ânforas Haltern 70, Dressel 7-11 e outros tipos, podendo datar-se, o primeiro naufrágio, da época de Augusto; e o de Belinho, de meados do século I (MORAIS, 2013b; 2021: 111-114). Estes elementos vieram reforçar sobremaneira o nosso conhecimento sobre as dinâmicas comerciais desenvolvidas durante o reinado do primeiro imperador, conforme se verifica, igualmente, em outros contextos do norte de Portugal (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2013a: 82-84; 2013b; MORAIS, 2013b: 319-322). Como Rui Morais tem vindo a sublinhar, o conteúdo destes naufrágios, a par de outros indicadores, revelam, de forma cada vez mais consistente, uma imagem de um «comércio segmentado» (MORAIS, no prelo: 162; MORAIS, e.v.p.; MORILLO, MORAIS, 2019), tanto pela circunstância dos navios privilegiarem o contacto com diversos portos intermédios de cabotagem – carregando e, provavelmente, deixando mercadorias – em vez de efetuarem percursos de mais longa distância[849]; como pelo facto de, também por essa razão, serem diversas e complementares as cargas de artigos manufaturados e bens alimentares[850].

Os achados de embarcações naufragadas na costa ou rios portugueses são ainda muito escassas para que possam determinar-se os principais aspetos de tecnologia naval, os tipos de naves ou os sistemas de navegação, que podiam variar entre a navegação de longa distância, a de altura e as rotas de grande e pequena cabotagem, de acordo com a hierarquia de NAVEIRO

---

[845] Talvez menos conhecidas, mas igualmente importantes, seguramente já desde a Idade do Bronze, foram as navegações e o comércio desenvolvidos para norte do Cantâbrico, ligando a península a outros pontos atlânticos (CUNLIFFE, 2001: 227-247; TORRES MARTÍNEZ, 2005: 231-259; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 134ss.; MANTAS, 2007: 187-189).

[846] Das duas epígrafes evocadas por J. Edmonson (*op. cit*.) como testemunho da presença de *caudicarii* na Lusitania, a revisão da leitura de uma delas, a aparecida em Sintra, levou a diferente interpretação do seu texto; mas já a segunda, proveniente de Mirobriga, não levanta suspeita a este propósito (MANTAS, 1998: 203).

[847] A cronologia destes ferros levanta algumas dúvidas, tanto mais que o tipo mais recorrente nos achados das nossas costas marítimas, designado por Mantas, como «etrusco», ou seja, de braços em V (MANTAS, 1995: 26-27), admite uma utilização, em contextos mediterrânicos, entre os séculos IV-III a.C. e, pelo menos, o século II da nossa era (ALVES *et al*., 1989: 131); porém, a maior parte dos especialistas admite a datação romana da maior parte dos cepos de âncora identificados no atlântico português (MANTAS, *Ibidem*; 2016b: 53, n. 18).

[848] *Vd. supra*, ponto 4.3.2.8 e Vol. II, Inventário II.J, fichas OR14 e OR16.

[849] O que, a par de estratégia comercial, poderia, por outro lado, aumentar os níveis de segurança das viagens.

[850] Na verdade, como sublinha Andrew Wilson «*mixed cargoes are the norm*»; por outro lado, a progressiva substituição de contentores anfóricos por barris em madeira, a partir do século I, leva a uma maior invisibilidade de certos produtos no registo arqueológico (WILSON, 2012b: 288), aspeto a que já nos referimos (MORILLO; MORAIS, 2019: 175-180; 2020: 171-177).

(1991: 125-137), ou privilegiando o último sistema, como melhor parece admitir Vasco Mantas para o caso da Lusitânia atlântica (MANTAS, 1998: 210-211), questão na qual não nos adentraremos, mas de relevante importância, tanto mais que influem diretamente nos custos de transporte e na rentabilidade do trato comercial (DE SOTO, 2013). Do que não restam dúvidas, em síntese, é da grande expressão que o comércio, designadamente por via marítima e tendo Cádis e a província bética como interlocutores fundamentais, assumiu a partir destes tempos, acelerando a monetarização da sociedade galaica (CENTENO, 2013)[851] e a transformação da paisagem social.

A sociedade e o modo como a teia de relações humanas foi transformada por esta «primeira romanização» do noroeste, se assim podemos dizer, constitui, igualmente, aspeto de não fácil aproximação, uma vez que estamos reduzidos aos dados indiretos dos artefactos e outras materialidades ou às informações, não necessariamente mais neutras ou objetivas, dos monumentos epigráficos (SUÁREZ PIÑEIRO, 2009: 87-106). Mas estes últimos, todavia, oferecem-nos testemunhos bem claros, tanto da nova organização socio-política e territorial que abalou os *populi* (DOPICO CAÍNZOS, 2009), como de precoce latinização onomástica e cultural[852], traduzida, designadamente, pela inserção de indivíduos de nascimento indígena nos dispositivos jurídico-administrativos romanos, do que constituem exemplo notório alguns dos intervenientes nesses documentos, como os dois *legati* da *Tabula Lougeiorum* (PEREIRA-MENAUT, 1986: 301; DOPICO, 1988: 11). Na mesma linha, podemos interpretar a grande disseminação do culto a Júpiter no convento bracaraugustano (DOPICO; REDENTOR; SANTOS, 2018: 320-327) – por vezes, tendo as próprias comunidades locais como dedicantes (PEREIRA-MENAUT, 1983b: 206), o que é bastante sognificativo – ou a idêntica precocidade com que, na capital conventual da Galécia meridional, se honravam o imperador e a sua família (MORAIS, 2010: 8-10; REDENTOR, 2017a, I: 107, II: 123-124)[853].

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[851] Veja-se, a este propósito, o ponto 4.8. deste trabalho.

[852] Na verdade, após a estranheza do contacto inicial com uma nova língua, o Latim, por parte dos povos indígenas, uma segunda fase, de assimilação, muito provavelmente faria acompanhar a latinização onomástica, de similar apropriação, reinterpretada, das instituições, cultos e outros hábitos romanos (DÍAZ Y DÍAZ, 1983: 286).

[853] *Vd. supra*, ponto 4.4.1.2.

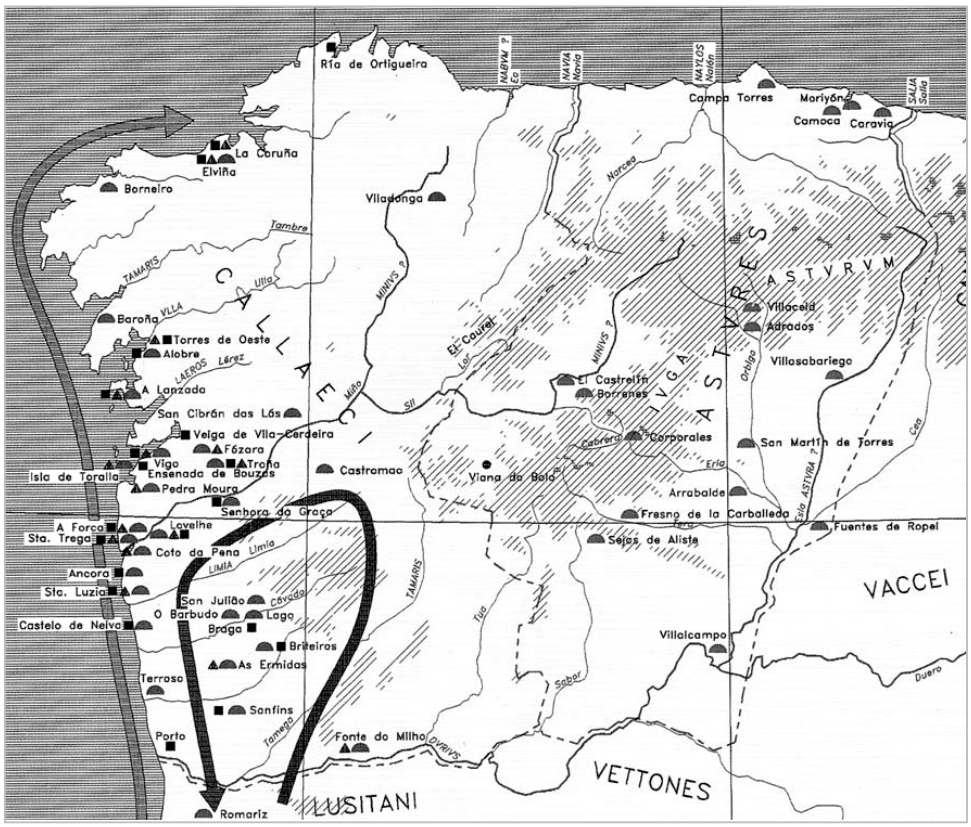


Fig. 50 – Esquema tradicional das principais incursões romanas ao Noroeste antes das guerras cântabras. Com traço negro, a campanha de *Brutus*; e a cinza a expedição de César (seg. OREJAS, SÁNCHEZ-PALENCIA; PLÁCIDO, 2000; reprod. de MORILLO, 2016).

Fig. 51 – Secção de uma das linhas de muralha do acampamento romano (de D. I. Brutus) da Lomba do Mouro, Melgaço. Foto: © Era Arqueologia, reprod. de http://romanarmy.eu/pt/.

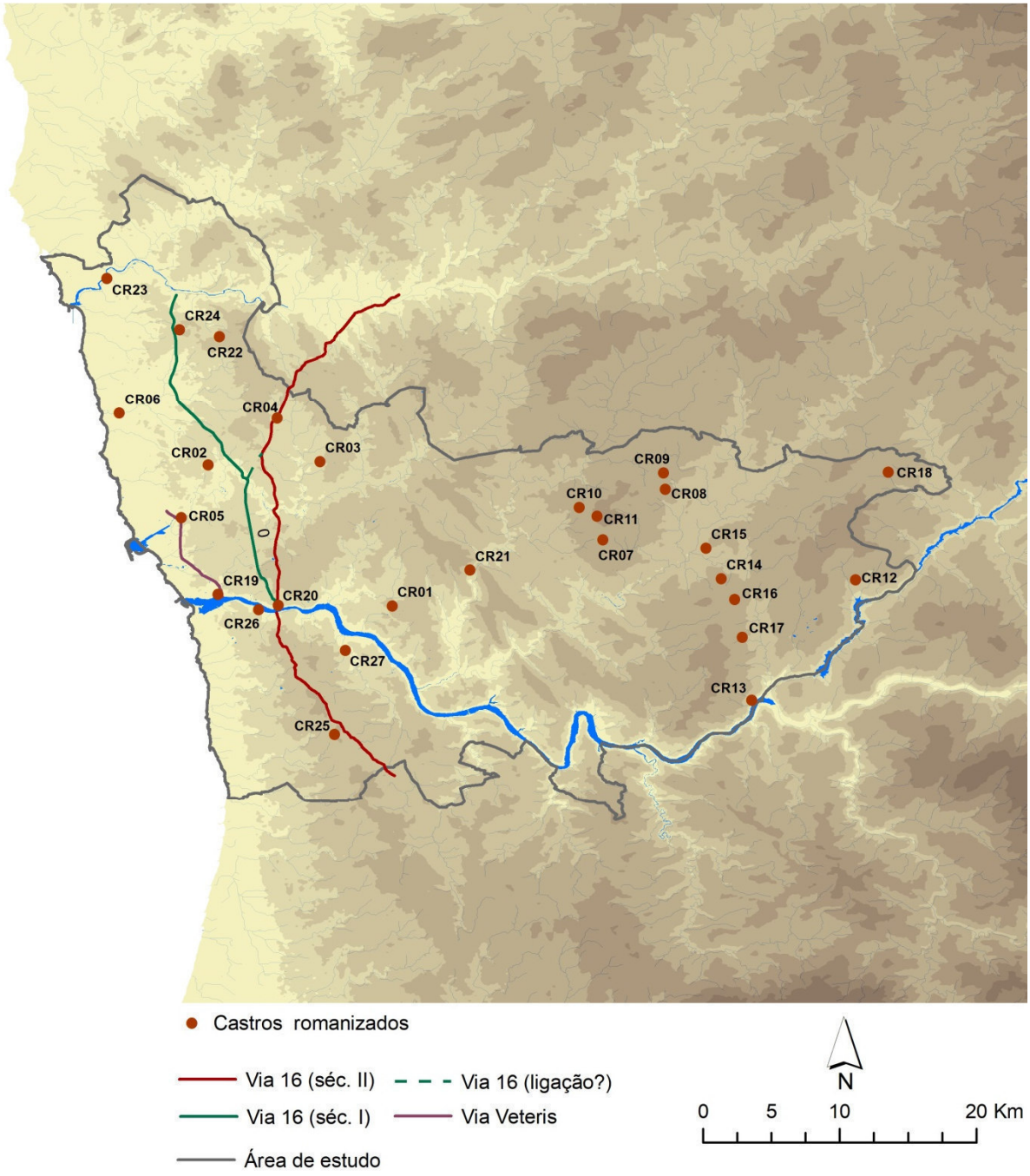


Fig. 52 – Distribuição dos «castros romanizados» na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 53 – Planta das estruturas habitacionais, datadas do Baixo-Império, escavadas no Castro de Guifões, Matosinhos, entre 1993 e 2010. Reprod. de CLETO; VARELA, s.d. [c. 2014]; Levantamento: Arqueologia e Património/Gabinete de Arqueologia e História da C. M. Matosinhos

Fig. 54 – O Castro da Penaventosa, Porto, visto a partir de sul. Junto ao rio, distribuía-se o *uicus* que designamos como «Vila Baixa» (foto do A.).

Fig. 55 – O castro do «Castelo de Gaia», visto da margem fronteira. Para nascente (à esquerda da imagem) distribuía-se o núcleo de povoamento que designamos como «Vila Nova» (foto do A.).

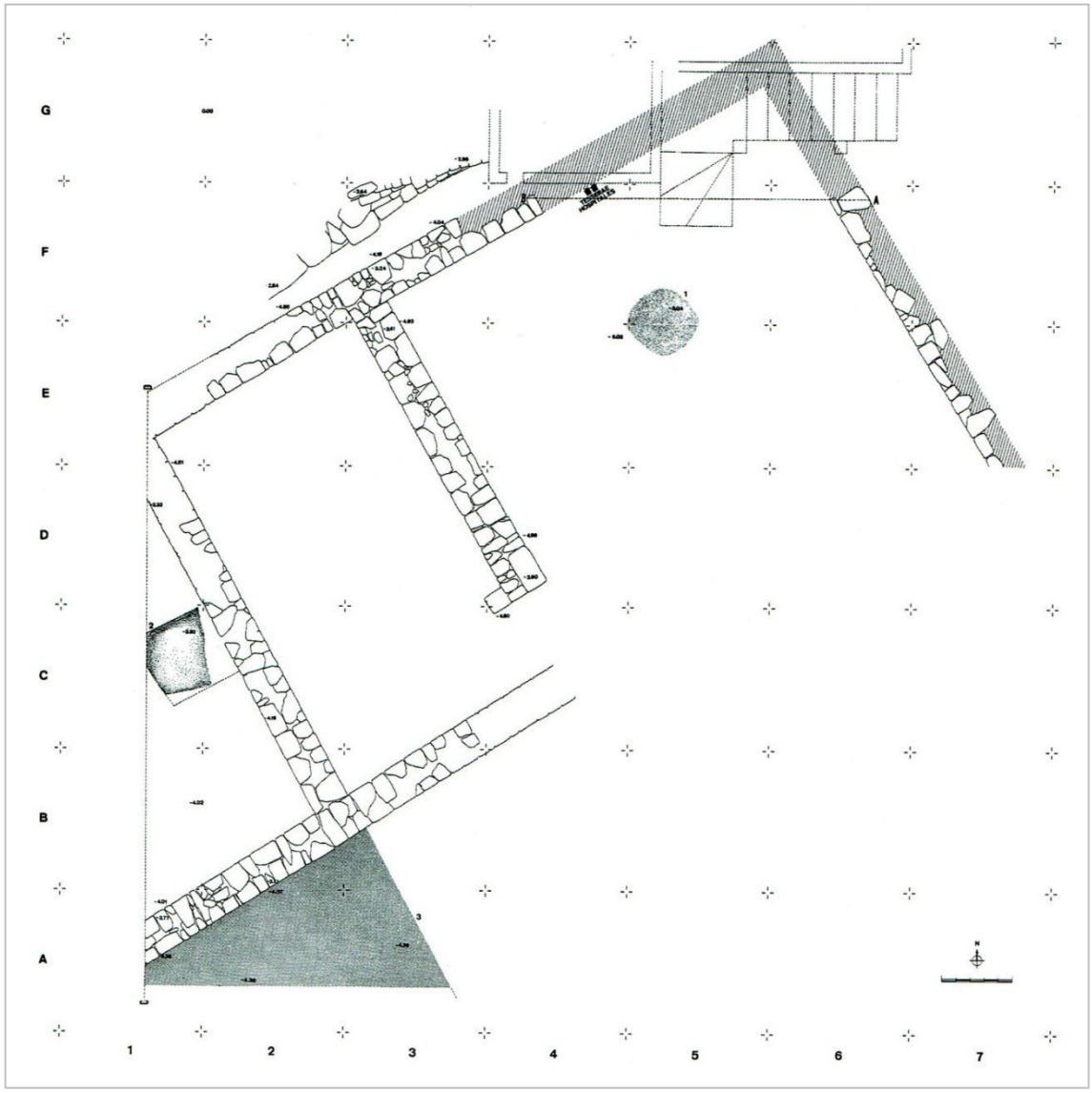


Fig. 56 – Castro do Monte Murado, Vila Nova de Gaia. Habitação de *Decimus Iulius Cilo*, onde apareceram as *tesserae hospitales* dos inícios do século I (sinalizadas). Reprod. de SILVA, AF, 2007a.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

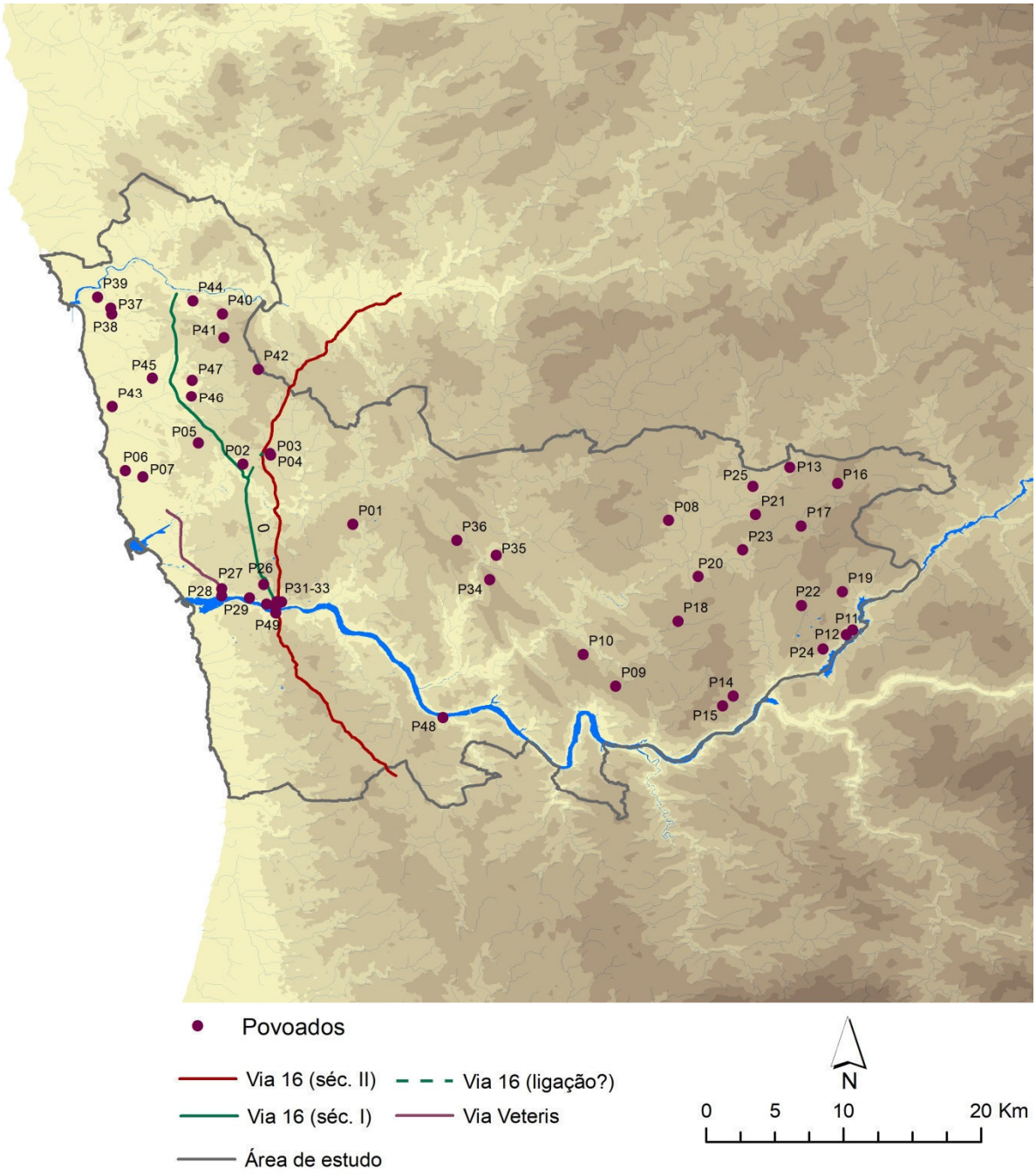


Fig. 57 - Distribuição dos povoados (núcleos de povoamento) na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 58 – Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Pormenor das construções, vendo-se também um tanque (foto do A.)

Fig. 59 – Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Pormenor de um apiloador, entre as ruínas (foto do A.)

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

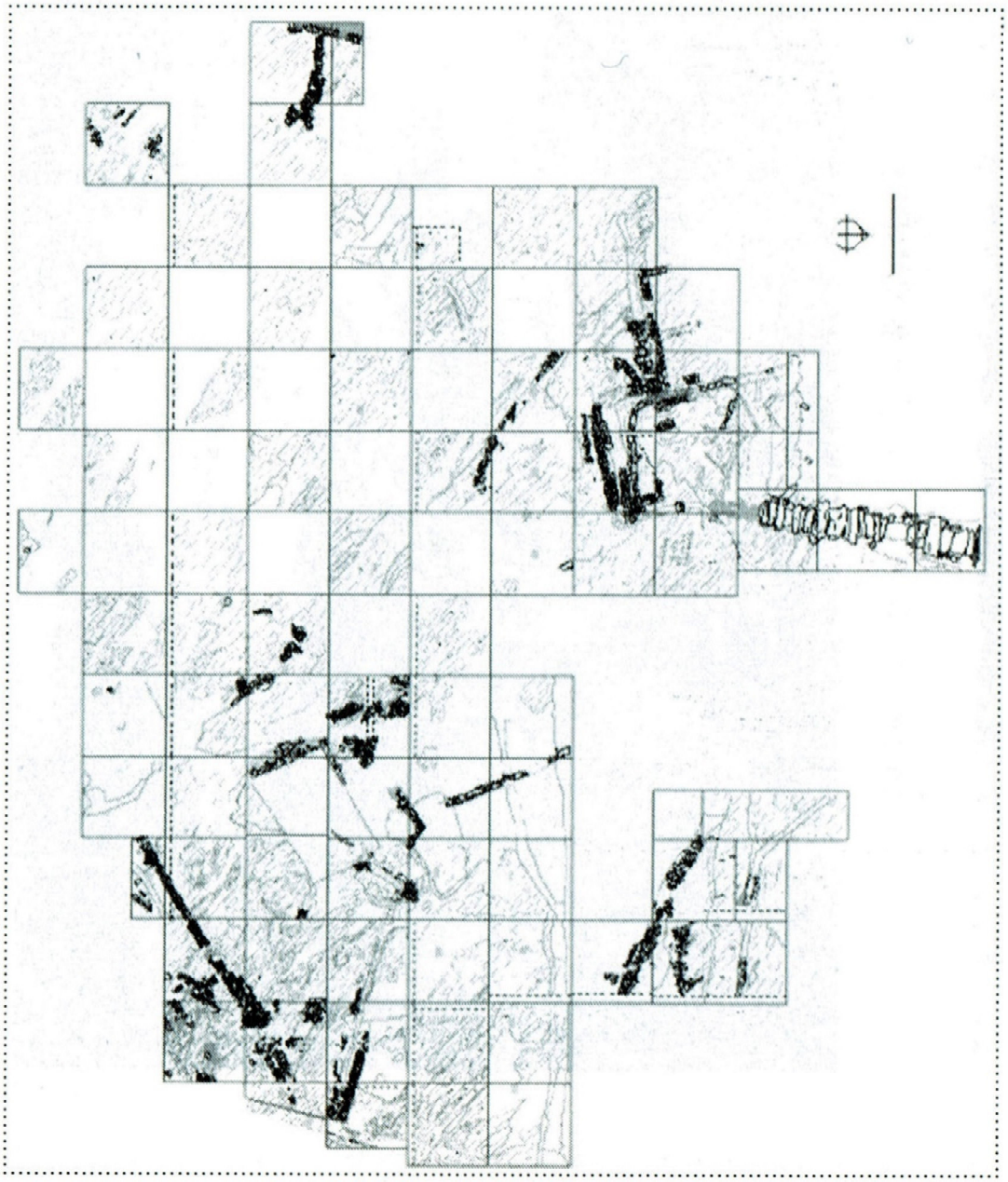
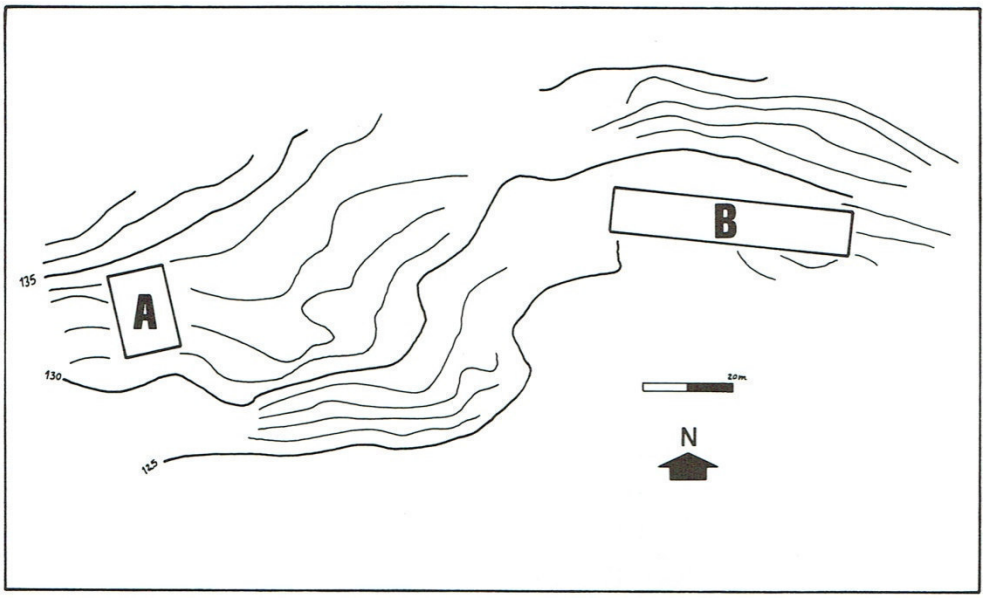
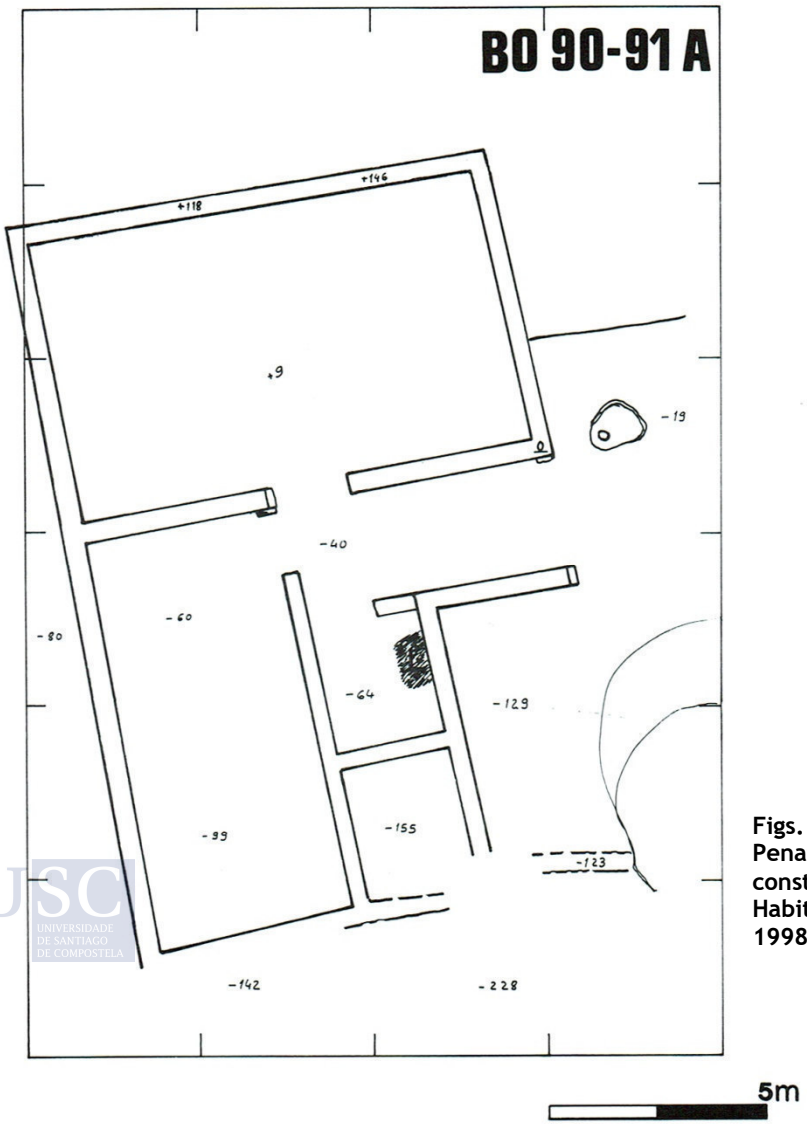


Fig. 60 - Povoado mineiro da Quinta da Ivanta, Valongo. Planta geral das estruturas escavadas. Reprod. de BAPTISTA *et al.*,2006b.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA





Figs. 61-62 - Bouça do Ouro, Penafiel. Implantação das construções A e B. Planta da Habitação A. Reprod. de SOEIRO, 1998b.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

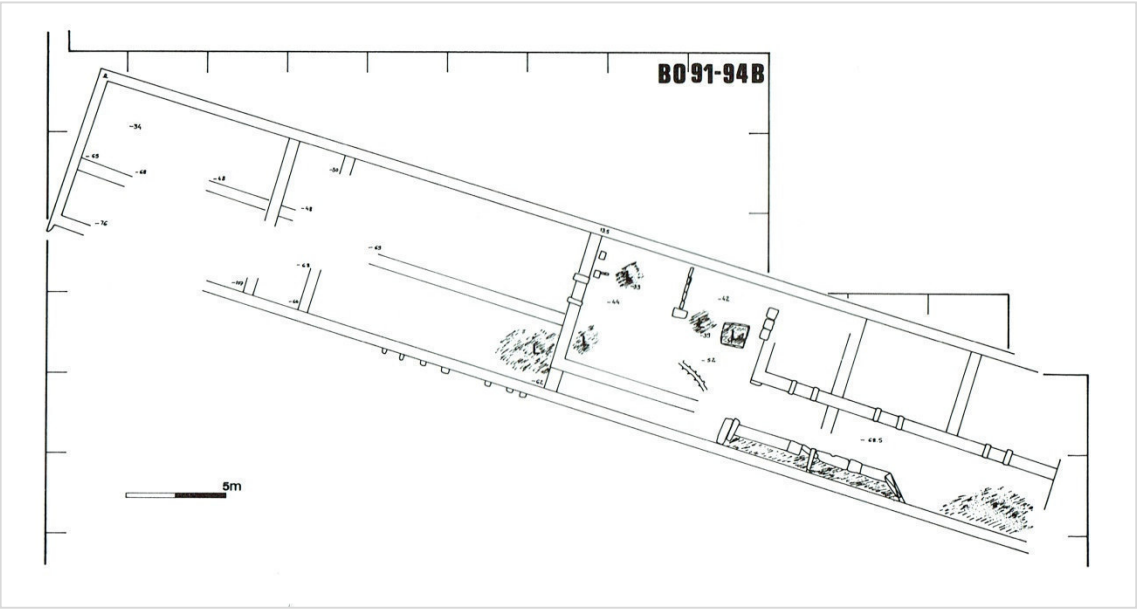


Fig. 63 – Bouça do Ouro, Penafiel. Planta da Habitação B, após a ampliação do Baixo-Império Reprod. de SOEIRO, 1998b.

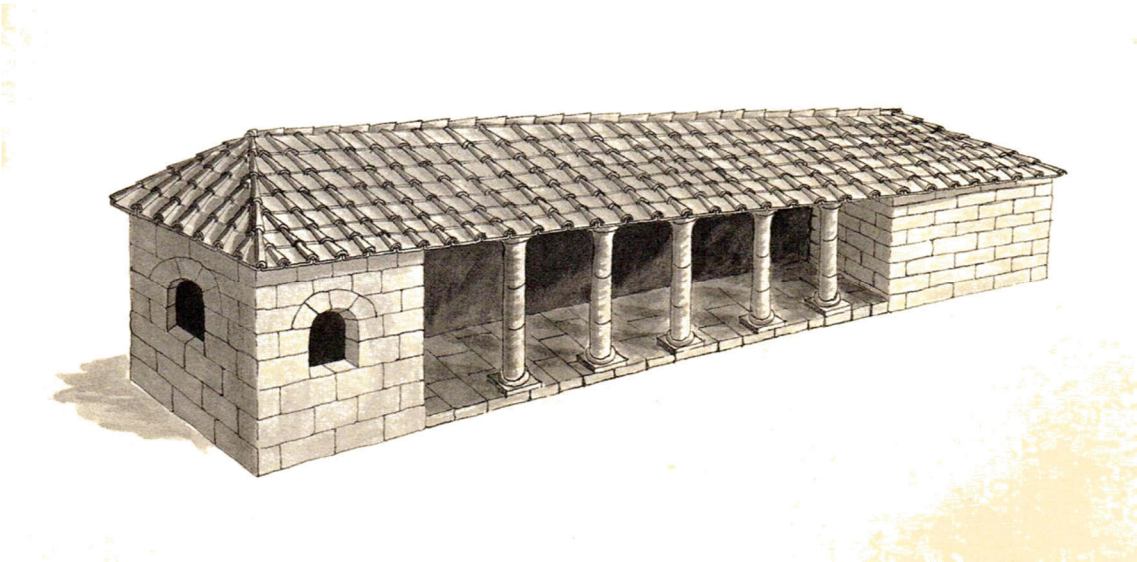


Fig. 64 – Bouça do Ouro, Penafiel. Proposta de reconstituição do conjunto habitacional/oficinal B. Reprod.de SOEIRO,1998b.

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 65 – O «Castelo» de Crestuma, Vila Nova de Gaia, visto da margem norte do Douro. Por toda a frente de rio distribuía-se uma área portuária, da qual se encontraram restos de um cais no areal de Favais, a poente (à direita). Foto do A.

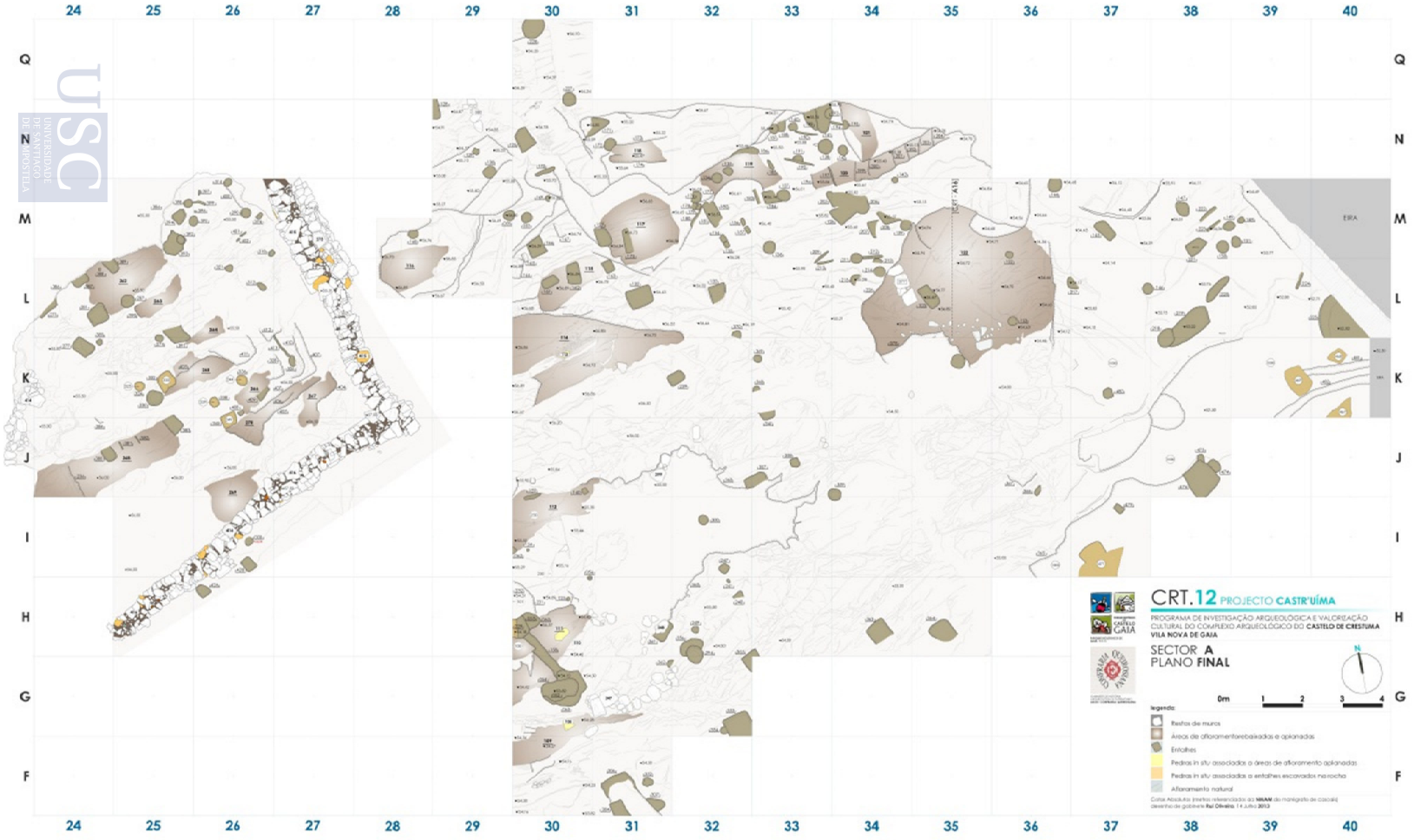


Fig. 66 - Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Planta das estruturas escavadas na parte superior do povoado, podendo observar-se a profusão de entalhes, buracos de poste e outras estruturas negativas. Levantamento: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).

Fig. 67 – Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Ruínas do cais tardo-antigo, no areal de Favais. Foto: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).

Fig. 68 – Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia. Detalhe construtivo do cais tardo-antigo, no areal de Favais, vendo-se um bloco de granito de aparelho almofadado. Foto: *Projeto Castr'Uíma* (GHAP-CQ, V. N. Gaia).

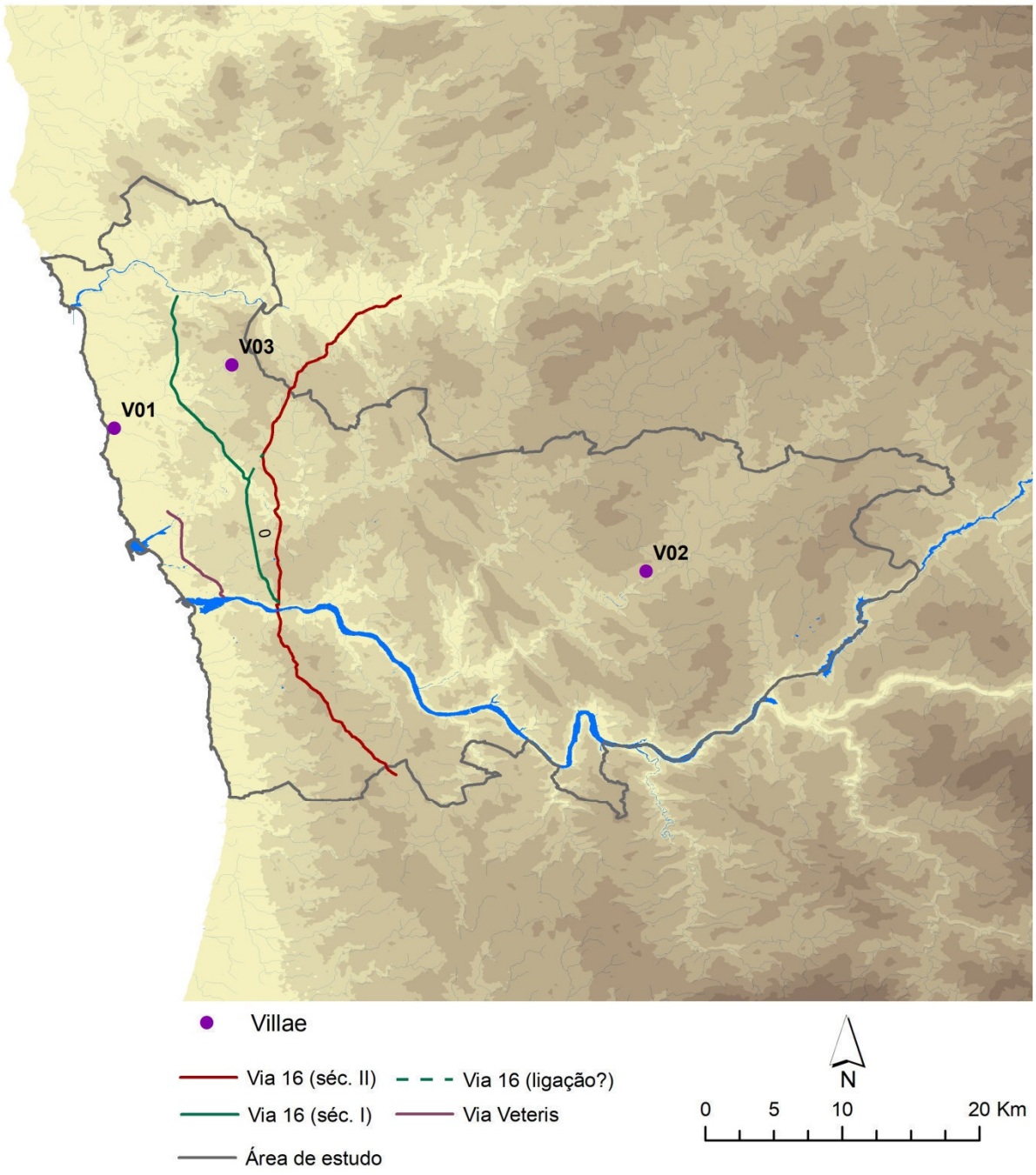


Fig. 69 – Distribuição das *Villae* na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

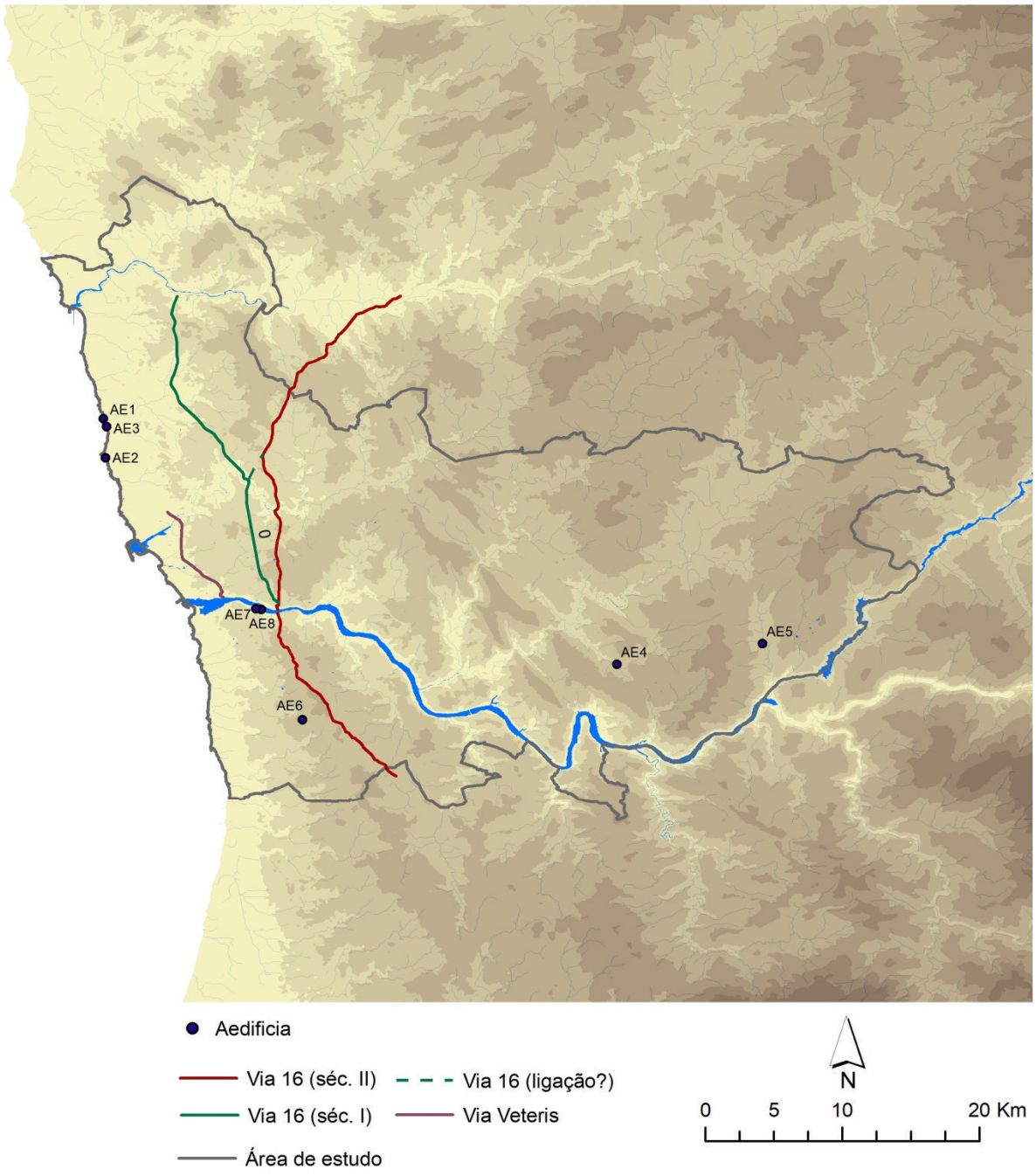


Fig. 70 – Distribuição dos *Aedificiae* na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

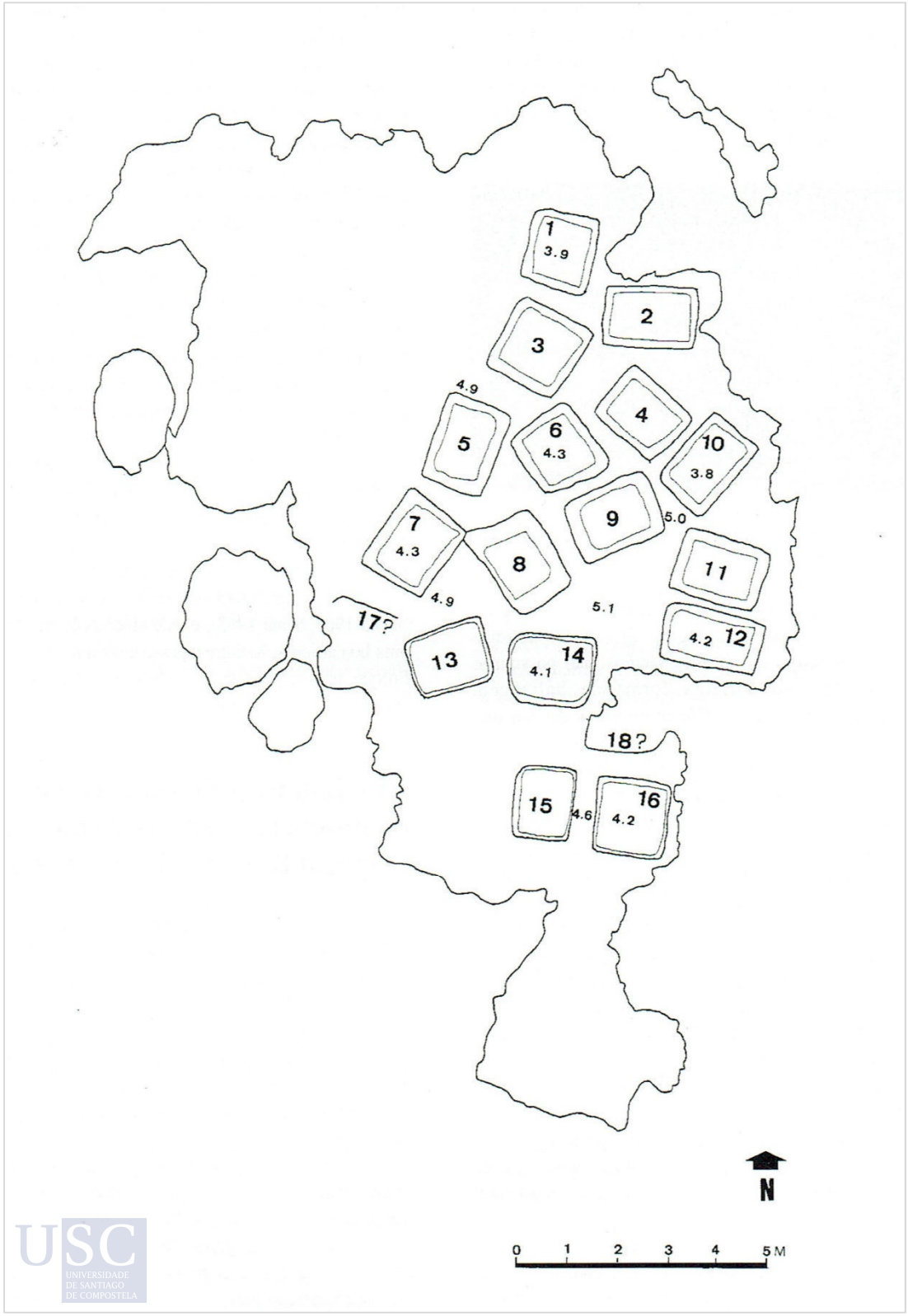


Fig. 71 – Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Levantamento de um conjunto de tanques do núcleo de Angeiras. Reprod. de CLETO, 1996.

Fig. 72 - Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Núcleo de tanques de Angeiras. Reprod. de SILVA, AF, 1994 (foto: Gab. Arq. Hist. da C. M. Matosinhos).

Fig. 73 - Complexo industrial da Lavra, Matosinhos. Salinas de Angeiras. Reprod. de SILVA, AF, 1994 (foto: Gab. Arq. Hist. da C. M. Matosinhos).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

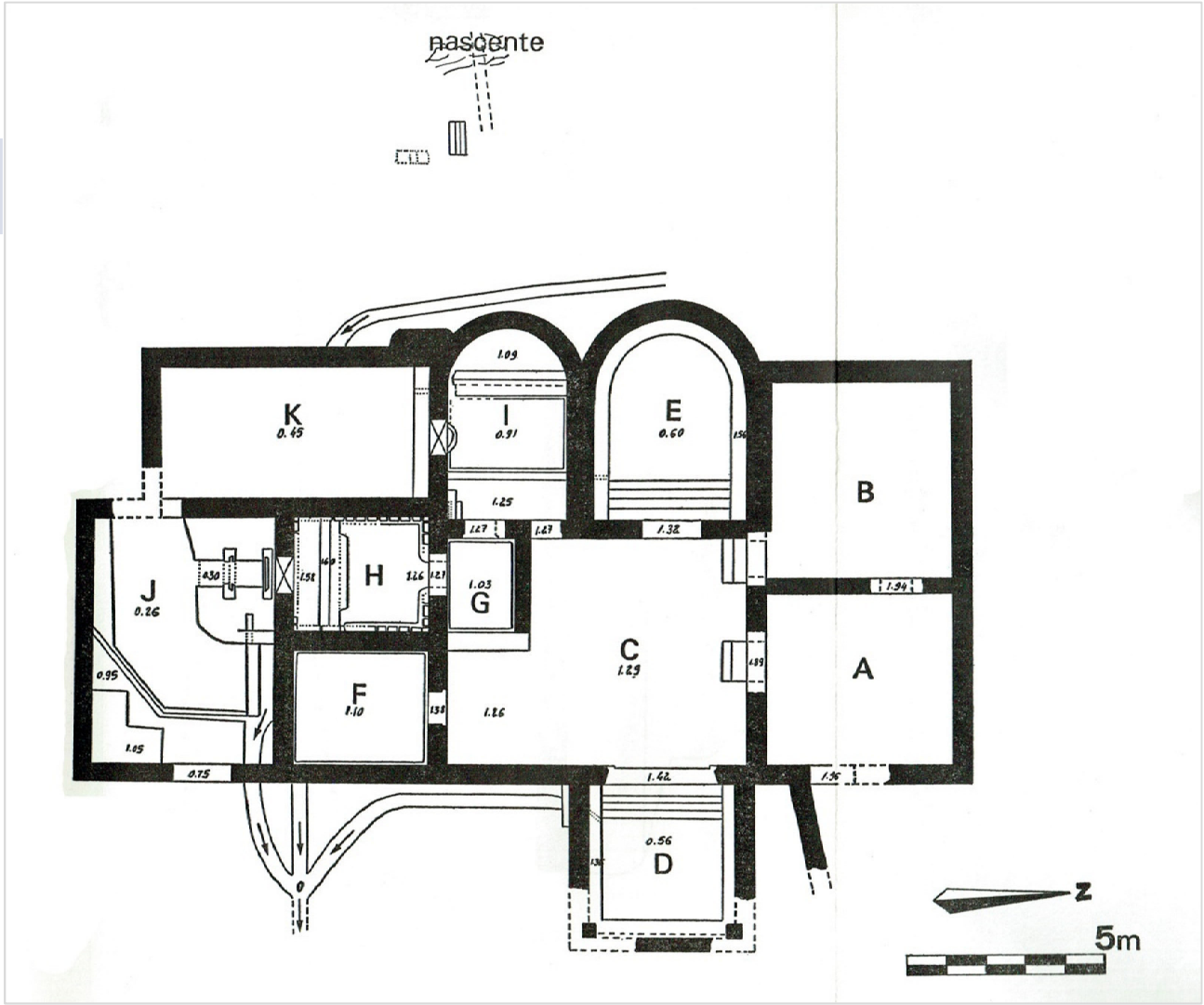


Fig. 74 – Planta do balneário termal de São Vicente de Pinheiro, Penafiel. Reprod. de FORTES, 1902.

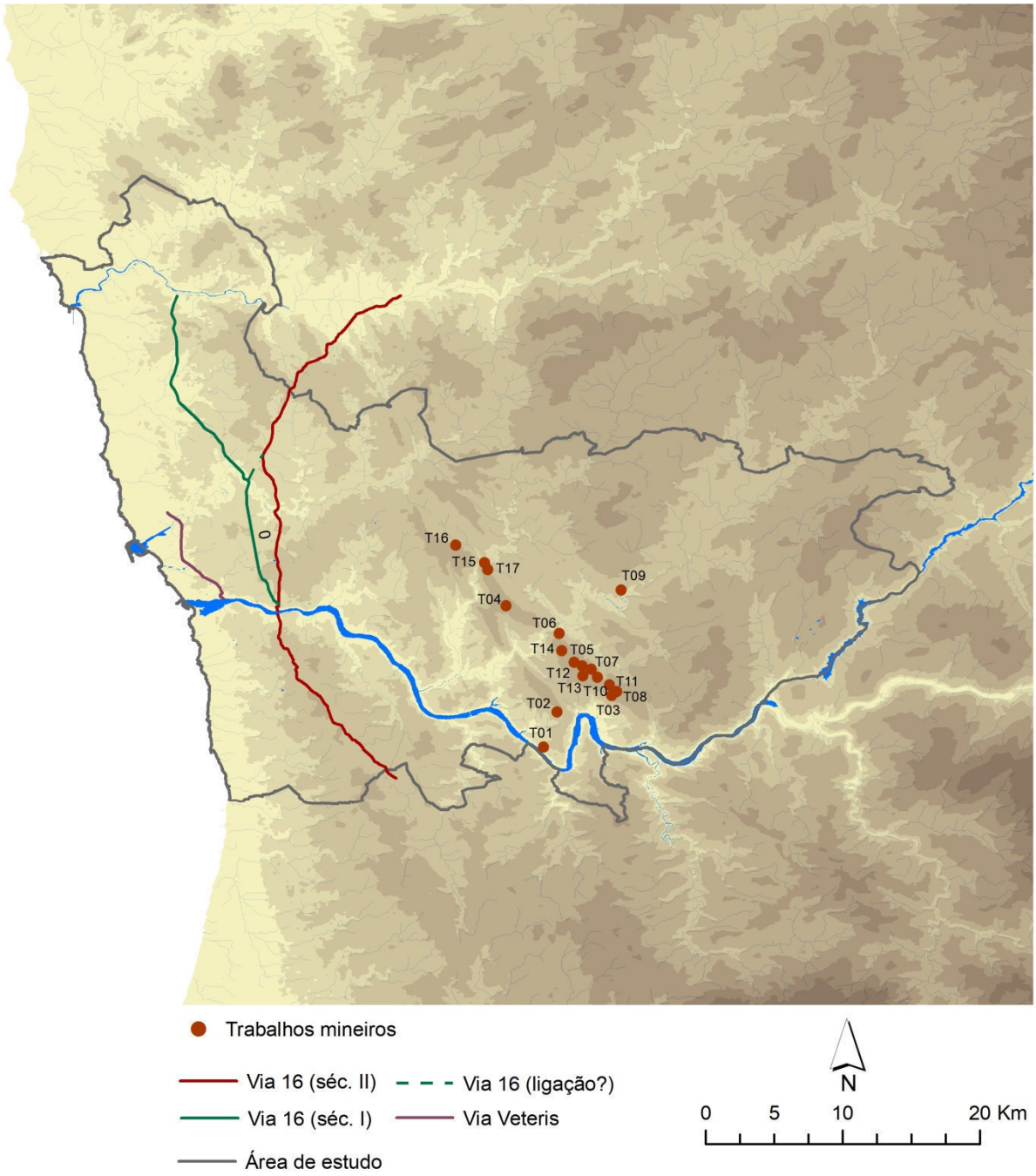


Fig. 75 – Distribuição dos Trabalhos Mineiros na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

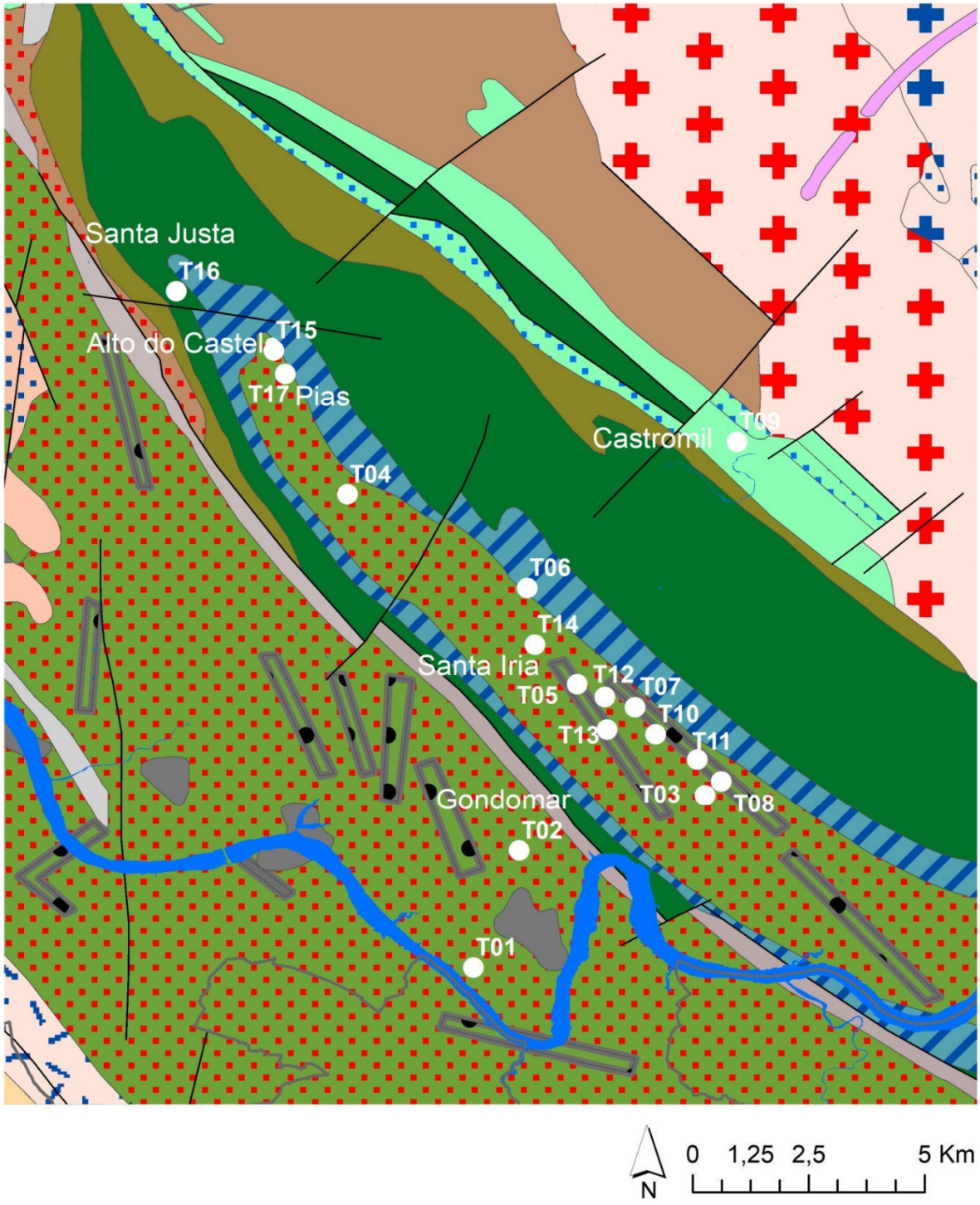


Fig. 76 – Distribuição dos Trabalhos Mineiros inventariados sobre a Carta Geológica (veja-se a Fig. 4 para a legenda). Base: Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000 (Serviços Geológicos de Portugal, 1992).

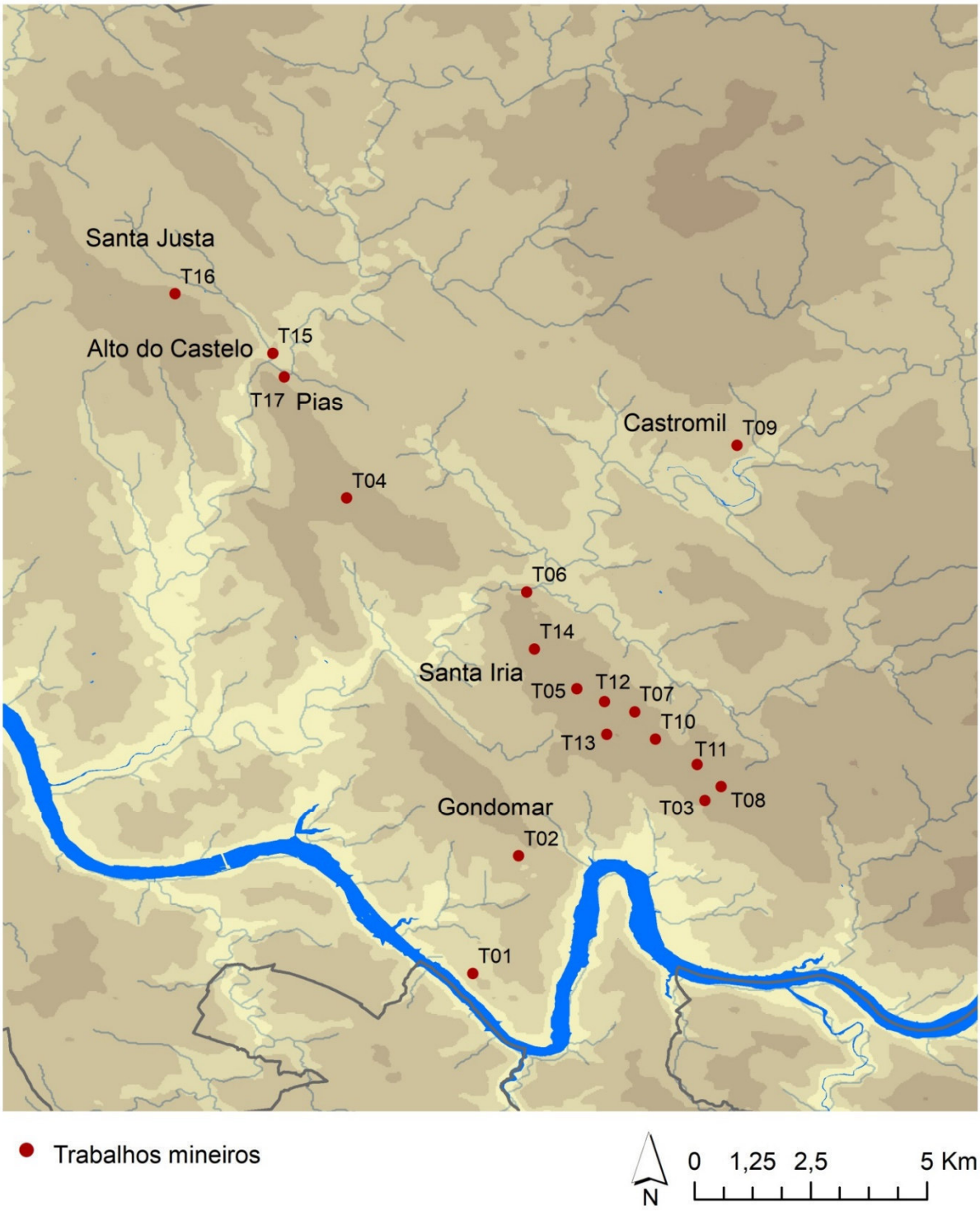


Fig. 77 - Distribuição dos Trabalhos Mineiros na área de estudo. Ampliação, destacando os principais complexos mineiros (Gondomar, Paredes e Penafiel).

Fig. 78 – Minas da Serra de Santa Justa e da Serra de Pias. Localização dos Fojos. Reprod. de C. B. MARTINS, 2008 (Anexos cartográficos)

Fig. 79 – Minas de Santa Justa, Valongo. Boca de fojo. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).

Fig. 80 – Minas de Santa Justa, Valongo. Galeria de acesso ao Fojo das Pombas (foto do A.)

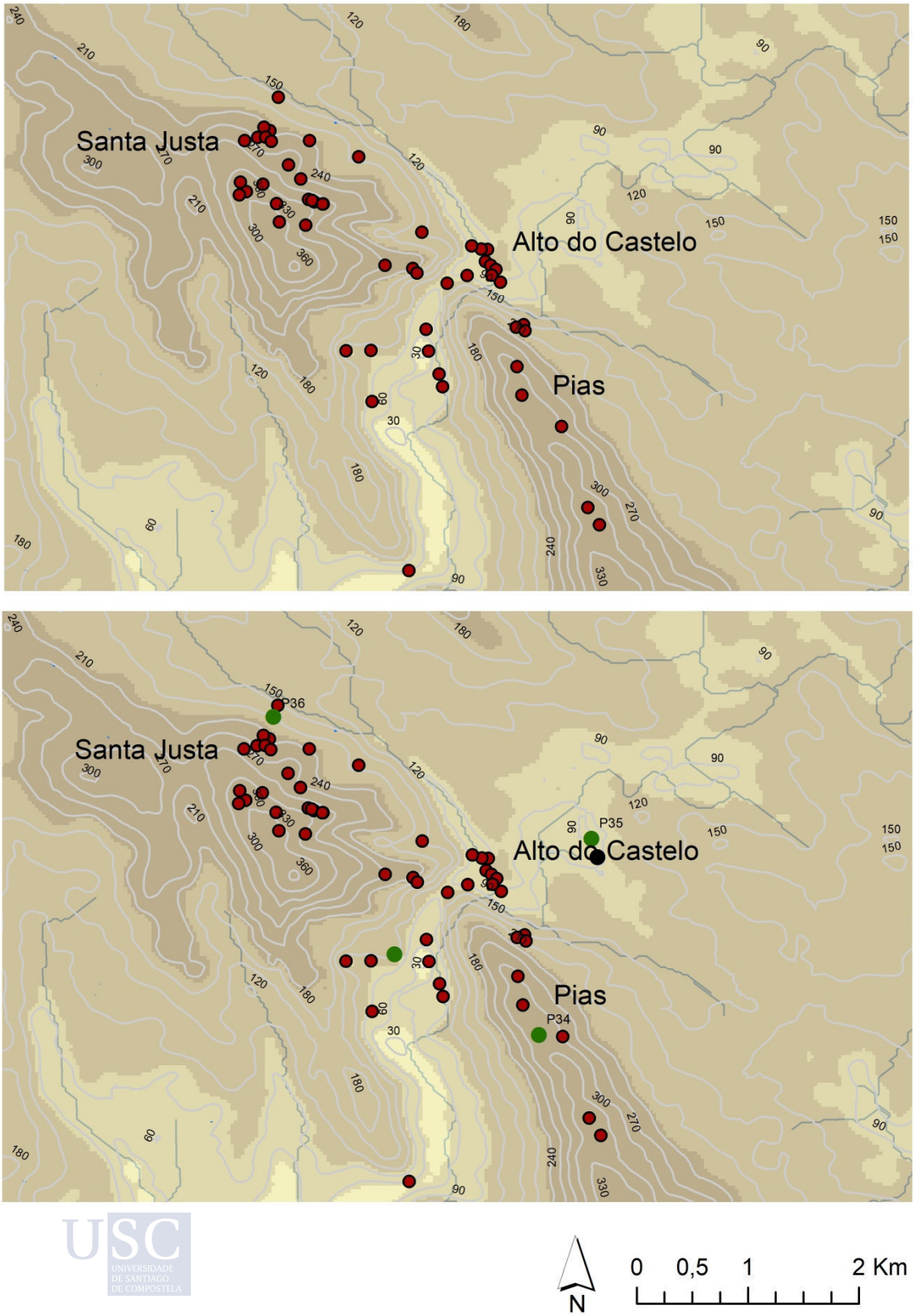
USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 81 – Minas do Alto do Castelo, Valongo. Galerias mineiras. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).

Fig. 82 – Minas do Alto do Castelo, Valongo. Poços e entradas de galerias mineiras. Reprod. de TEIXEIRA, 2010 (Anexo de Fichas).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Figs. 83-84 – Minas das Banjas, Paredes. Corta (exploração a céu aberto) e poço, de secção quadrangular. Reprod. de SILVA, MA; FÉLIX, 2008.



Figs. 85-86 - Localização dos principais trabalhos mineiros dos conjuntos de Santa Justa, Alto do Castelo e Pias (Valongo). No cartograma inferior, implantação de povoados (a verde) e necrópoles (preto) na mesma área mineira.

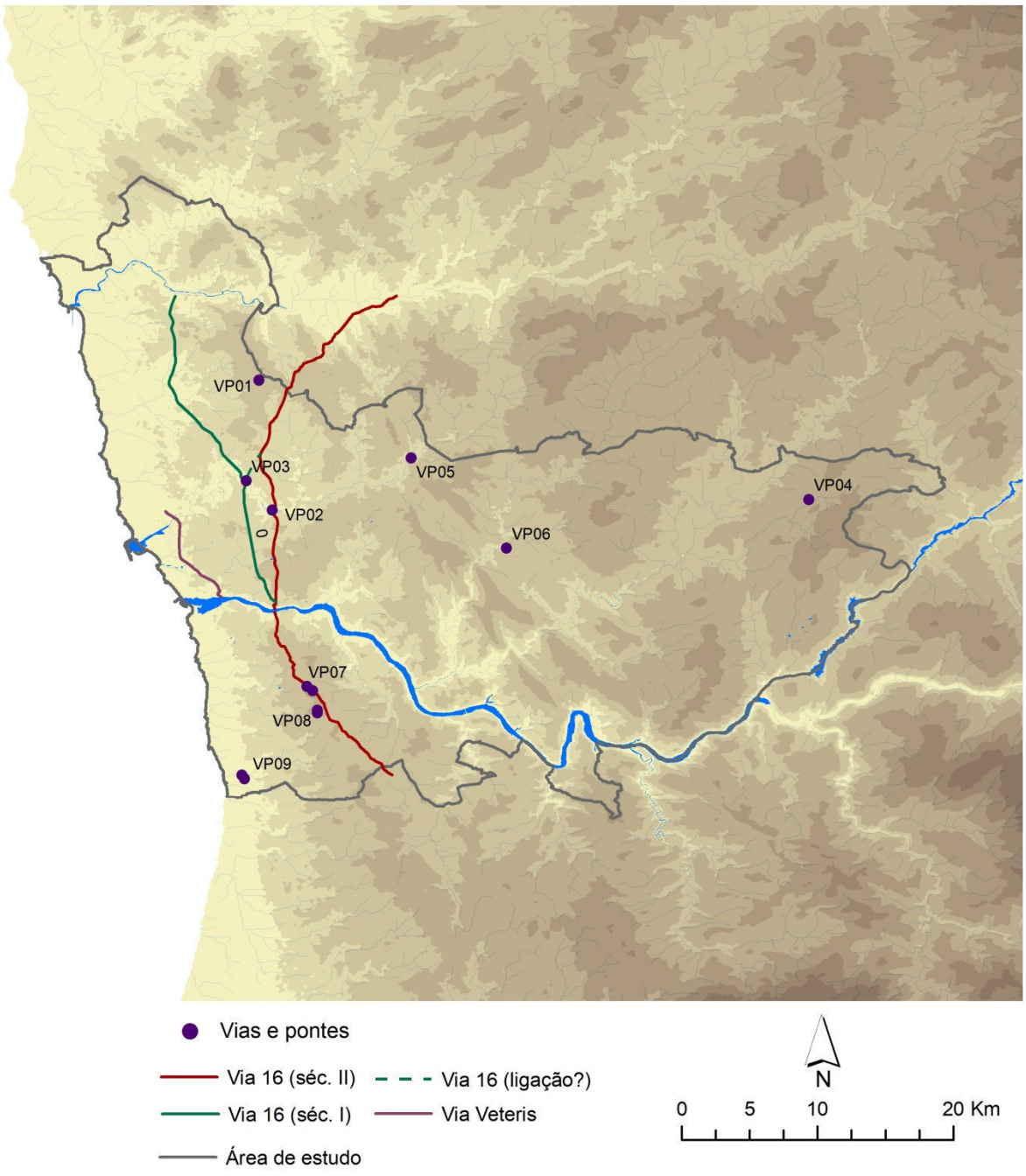


Fig. 87 – Implantação de alguns troços de vias e pontes de ascendência romana na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

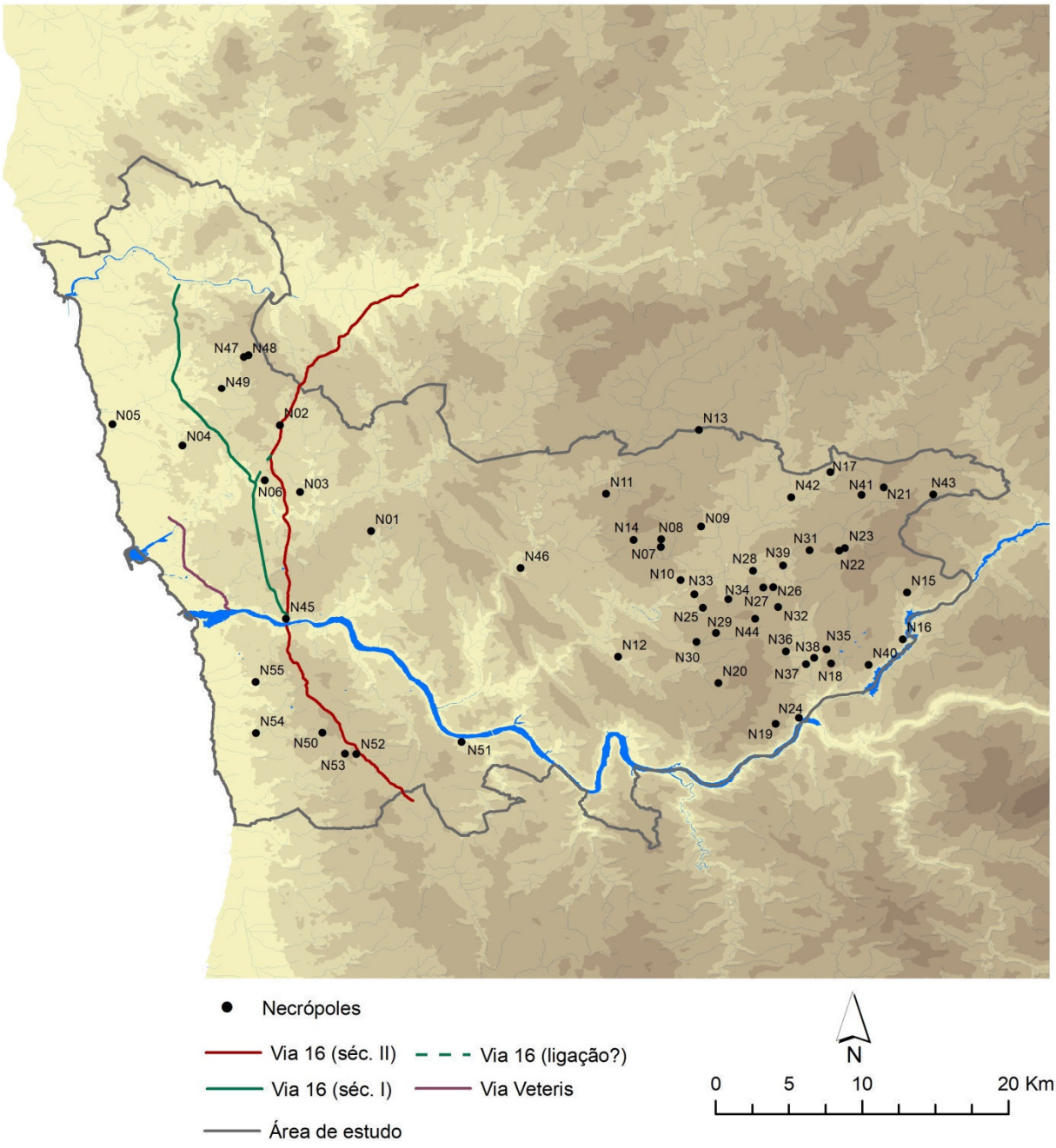


Fig. 88 – Distribuição das necrópoles (e sepulturas isoladas) na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

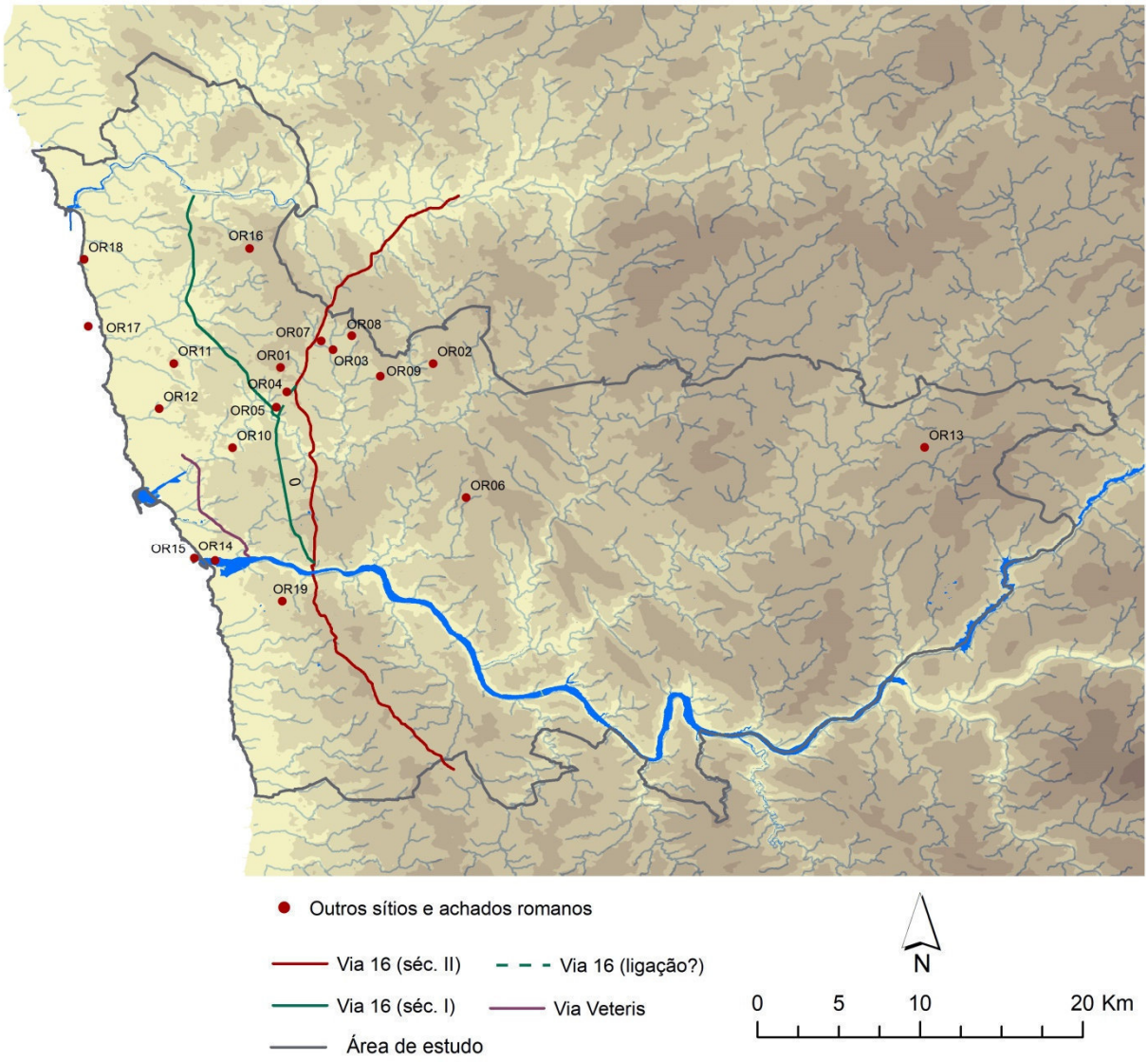
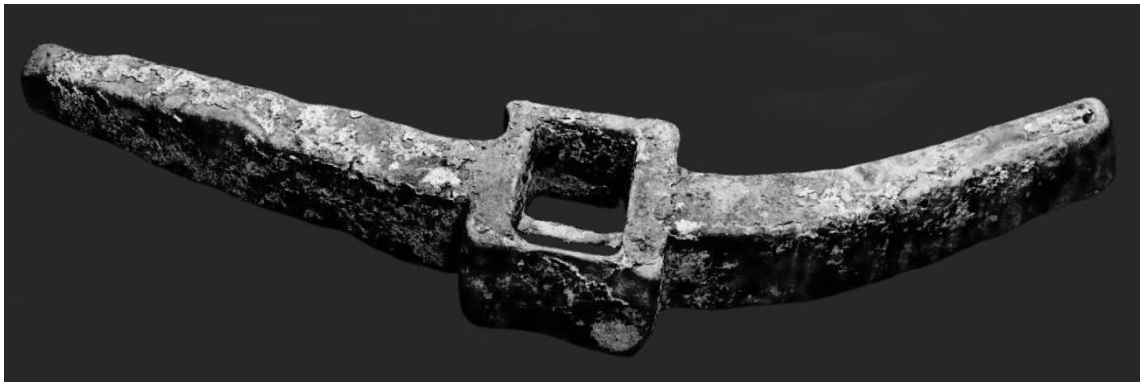


Fig. 89 – Distribuição de «Outros sítios e achados romanos» na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



Figs. 90-91 – Cepos de âncora de embarcação, em chumbo, recolhidos em águas atlânticas de Vila do Conde (em cima) e no Rio Douro, junto ao Porto (imagens: O CEPO DE ÂNCORA…, 2011 e Serviço de Arqueologia/DMPC da C. M Porto).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

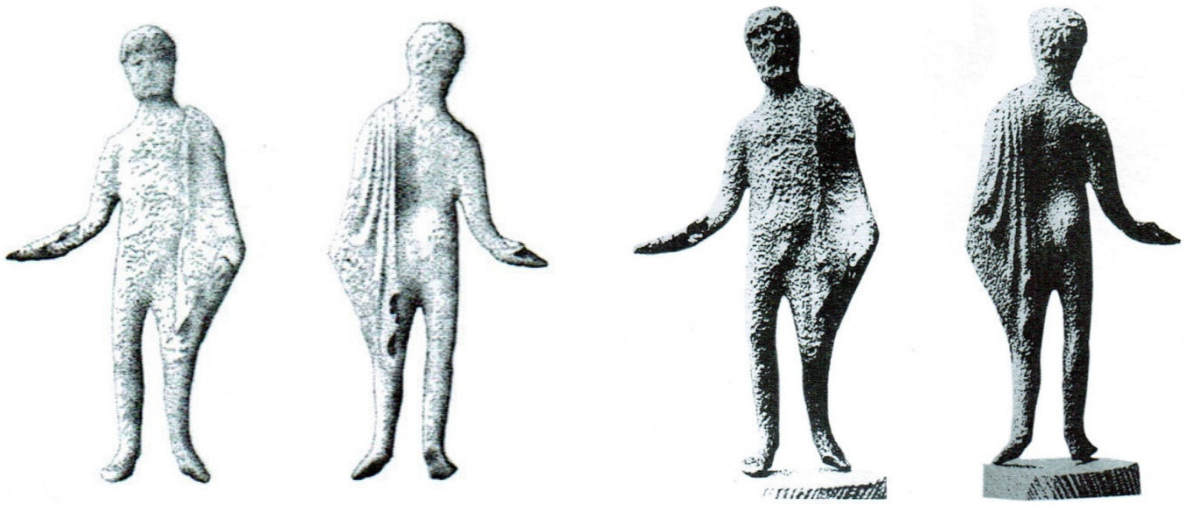


Fig. 92 – Estatueta de Júpiter, em bronze, de Soutelo, Vila do Conde. Reprod. de SEVERO, 1899-1903.

Fig. 93 – Estátua de Marte, em bronze, aparecida em Penafiel (foto: ACUÑA, 1975, reprod. de BRANDÃO, 1961).

Fig. 94 – Estátua de figura togada, em granito, recolhida no rio Douro (foto: Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

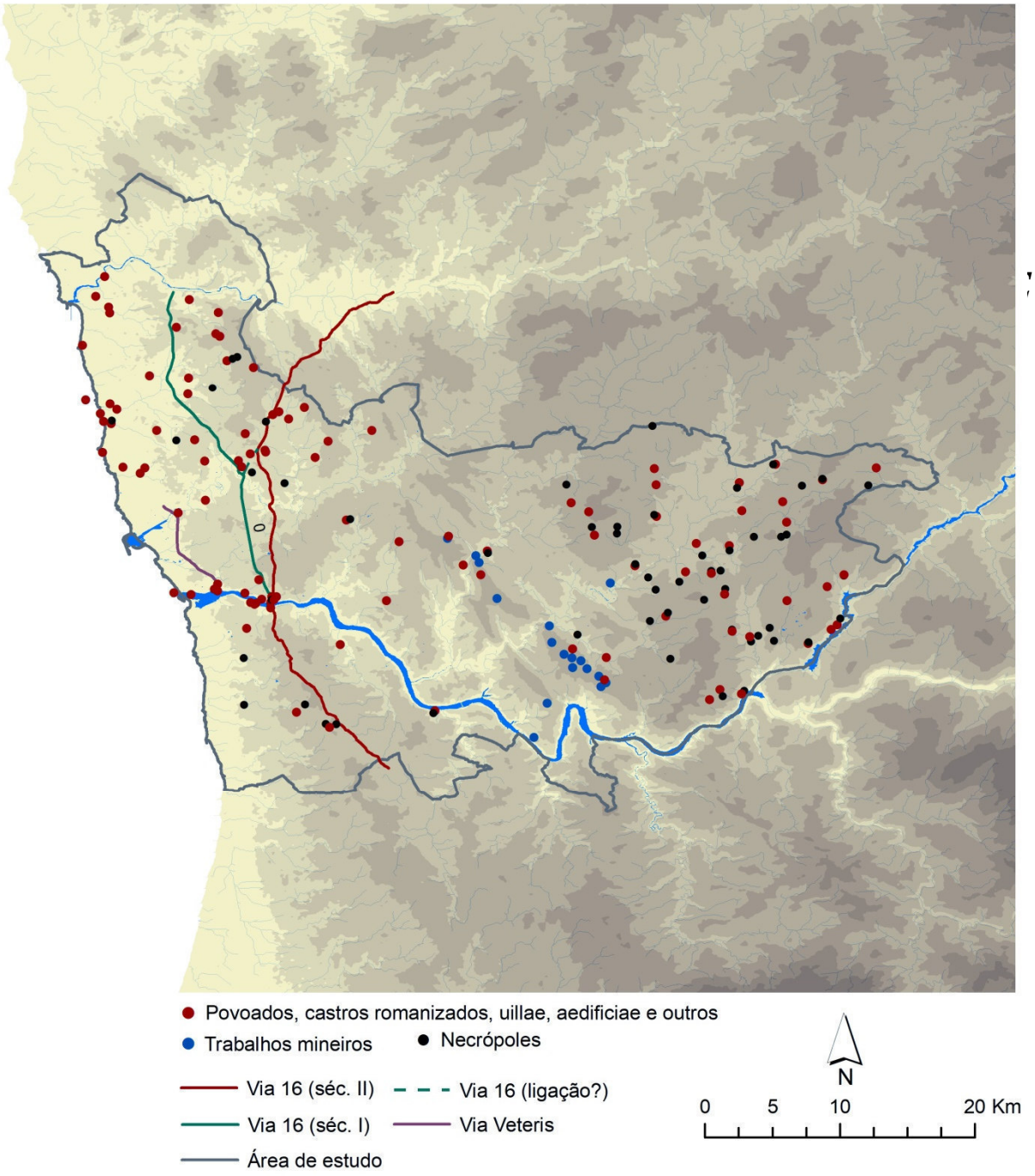


Fig. 95 - Distribuição geral do povoamento romano (séculos I-IV) na área de estudo.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

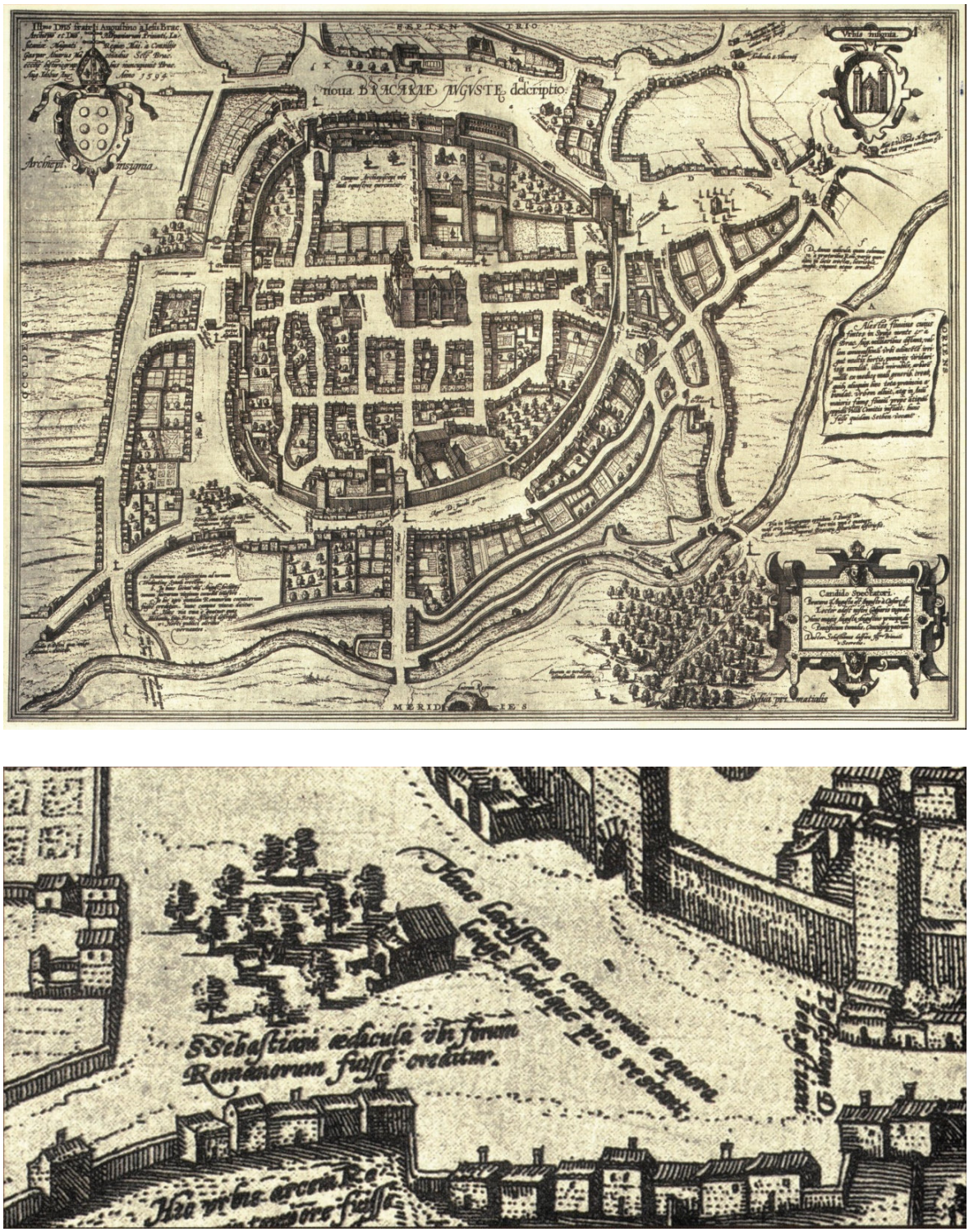
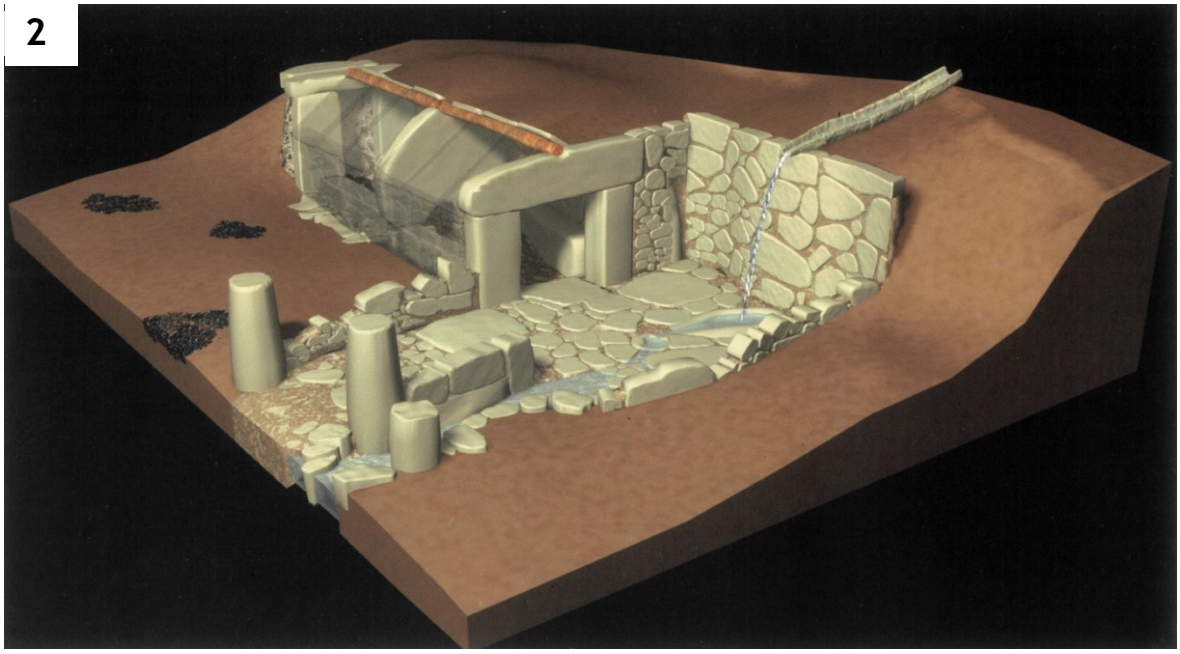
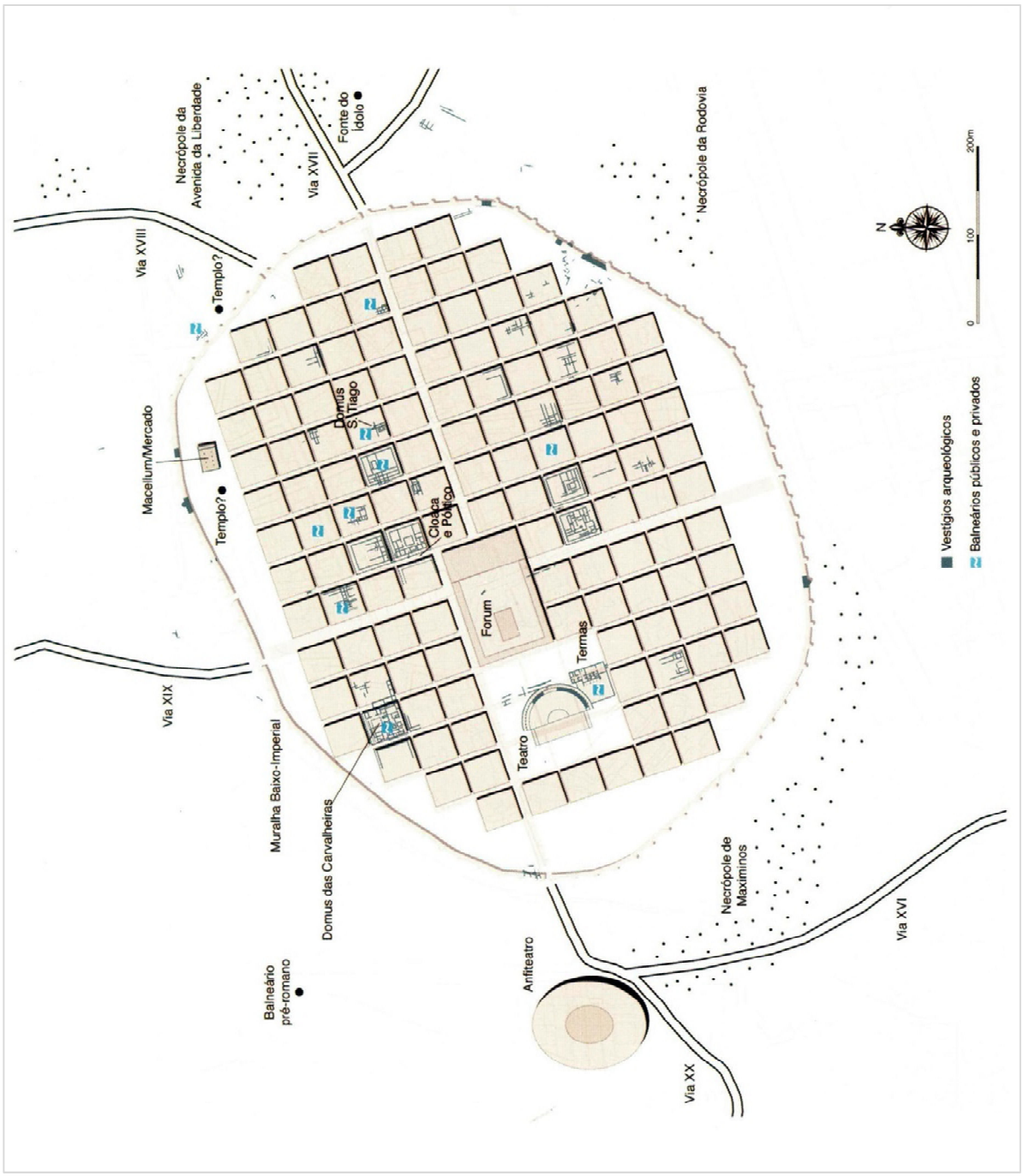


Fig. 96 – Planta da cidade de Braga publicada por Georgius Braun (1594) e pormenor com a possível indicação do local do *forum* romano. (Reproduzido de MORAIS, 2010).



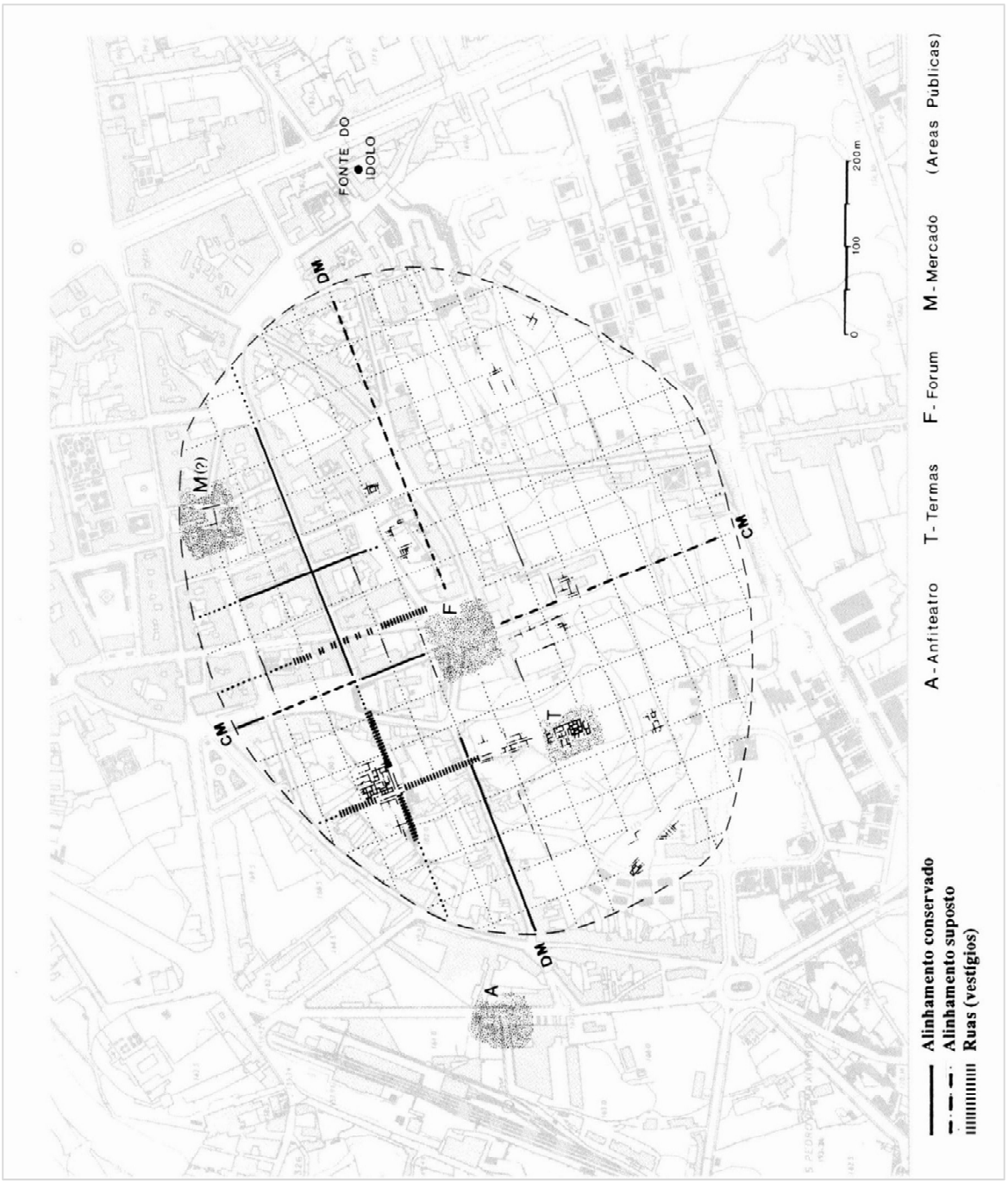
USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 97 – *Bracara Augusta*. Balneário pré-romano de Maximinos (Estação de caminhos-de-ferro). 1. Vista geral no momento da escavação; 3. Grande plano da «pedra formosa»; 2. Proposta de reconstituição tridimensional do monumento (1 e 3 reproduzidos de MORAIS, 2005b; 2 – reconstituição elaborada pelo laboratório multimédia da UAUM – Paulo Bernardes; reproduzido de MORAIS, 2010, a partir de LEMOS, 2008).



USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 98 – Planta, simplificada, de Bracara Augusta, com representação das principais ruínas e edifícios públicos, necrópoles e muralha Baixo Imperial (Reproduzido de MORAIS, 2010).



USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Fig. 99 – «Planta de Braga com implantação da malha urbana teórica da cidade romana e alinhamento dos principais edifícios». (Reproduzido de MARTINS; DELGADO, 1990a).

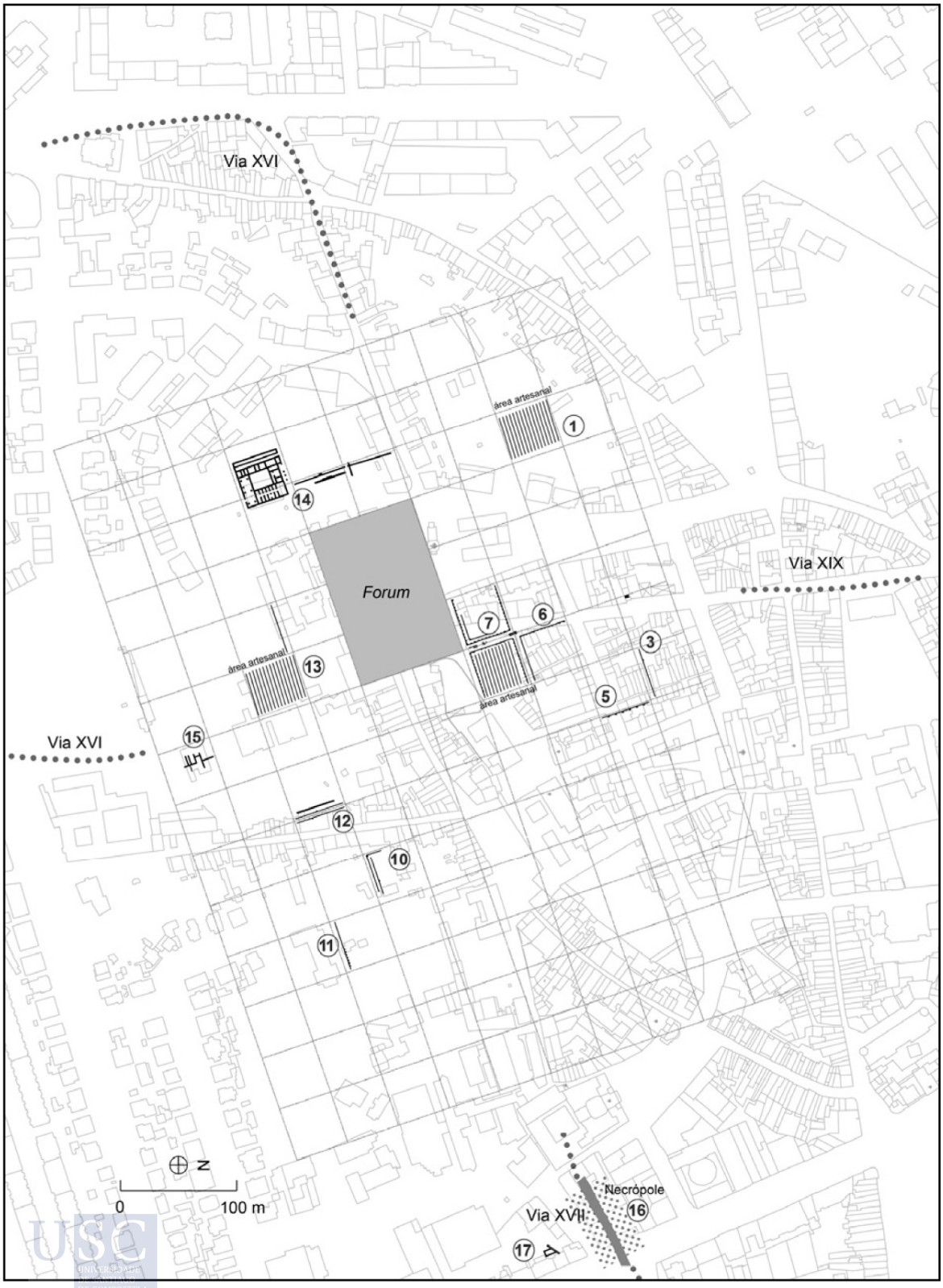


Fig. 100 – *Bracara Augusta*. «Proposta da malha urbana com vestígios da época de Augusto. 1. Carvalheiras; 3. R. Gualdim Pais; 5. Rua Afonso Henriques; 6. Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas; 7. Ex-albergue distrital; 10. S. Geraldo 27-31; 11. Misericórdia; 12. S. Geraldo 34; 13. Antigas Cavalariças; 14. Edifício pré-termal; 15. *Domus* do mosaico; 16, 17. Necrópole da Via XVII». (Reproduzido de MARTINS; CARVALHO, 2017).

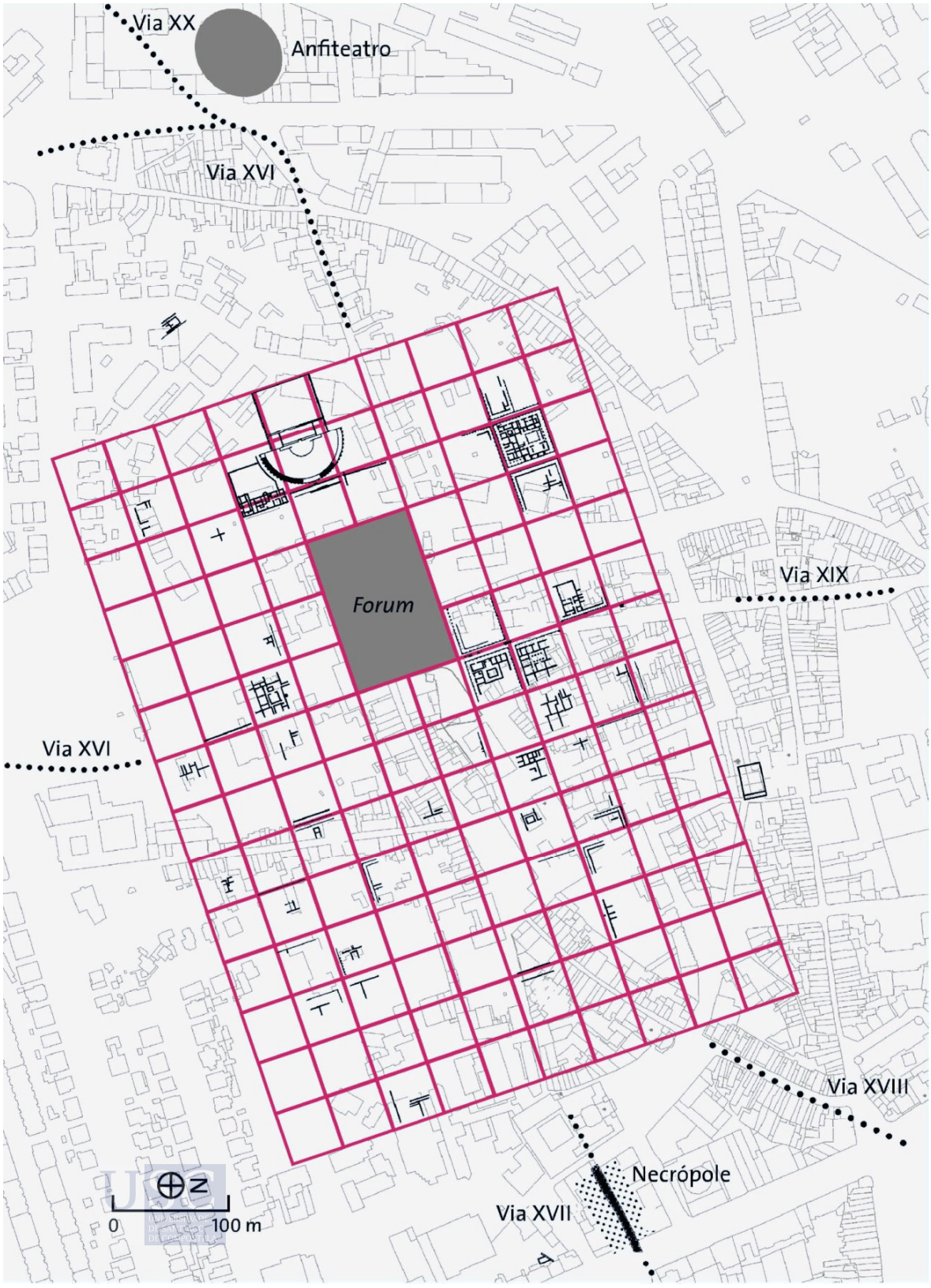
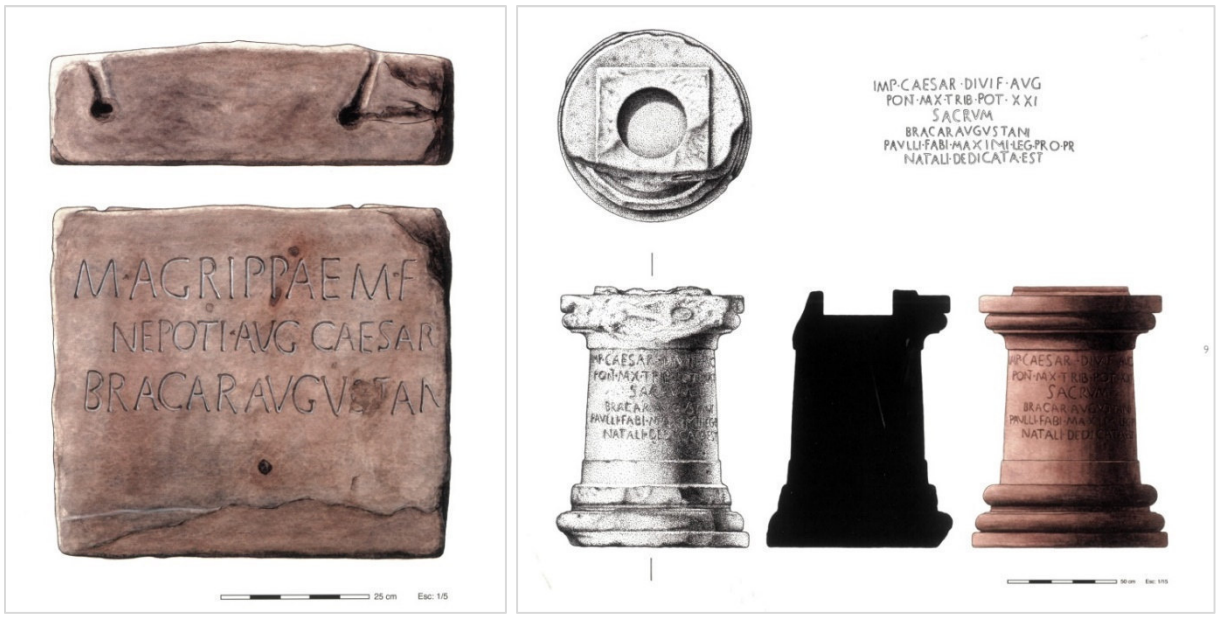


Fig. 101 – *Bracara Augusta*. «Reconstituição da malha urbana e do sistema viário (Reproduzido de MARTINS; MAGALHÃES; BOTICA, 2018).



USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

Fig. 102 - 1. Detalhe do pedestal de estátua em honra de Agrippa Postumus; 2. Altar dedicado a Augusto, comemorando o dia do aniversário de Paullus Fabius Maximus; 3. Ensaio de visualização do hipotético templo octástilo de *Bracara Augusta* (Desenhos de César Figueiredo, reproduzidos de MORAIS, 2010).

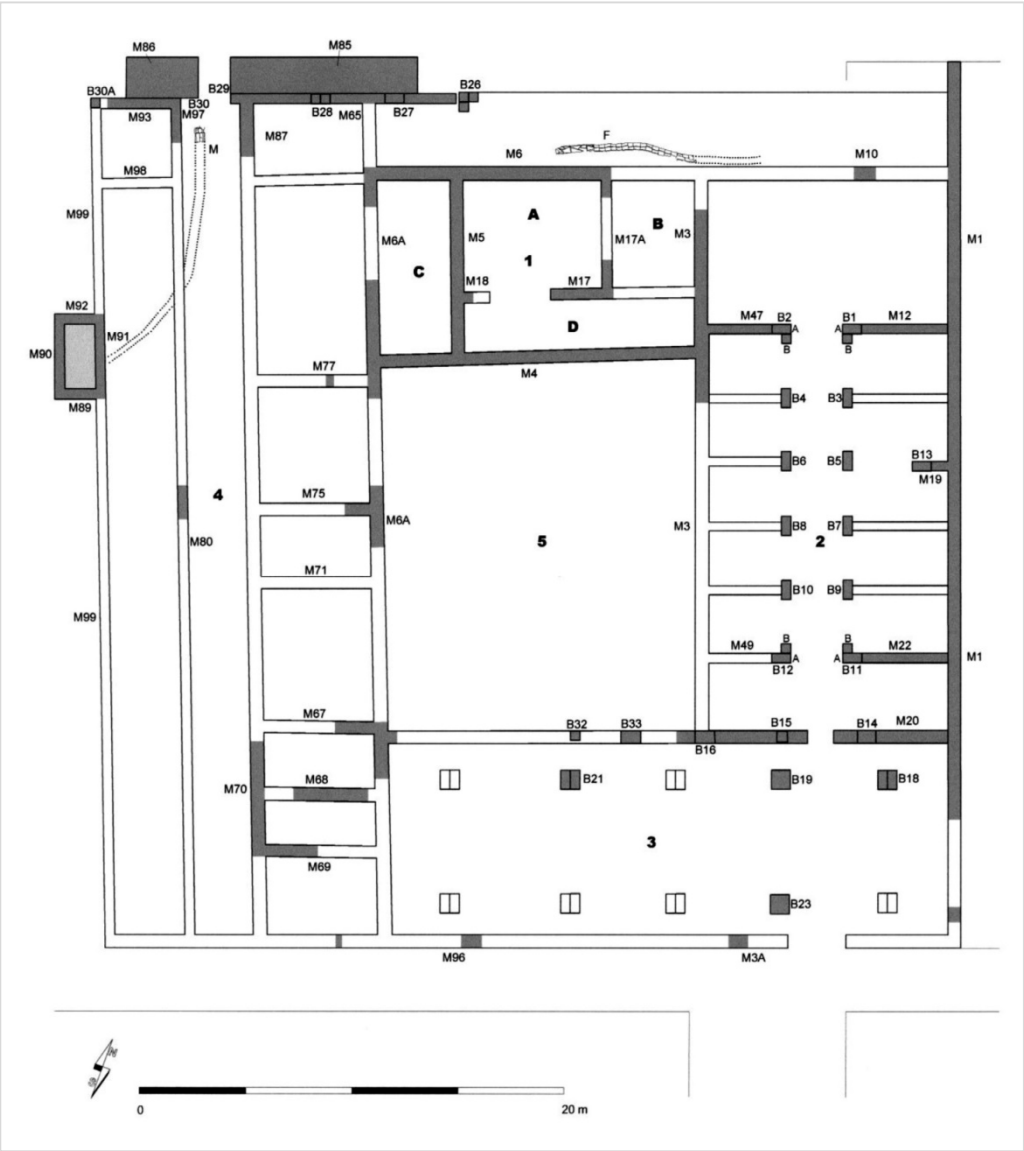


Fig. 103 – «Planta das estruturas atribuídas ao edifício pré-termal», com várias fases construtivas, localizado sob as termas do Alto da Cividade. (Reproduzido de MARTINS, 2005).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

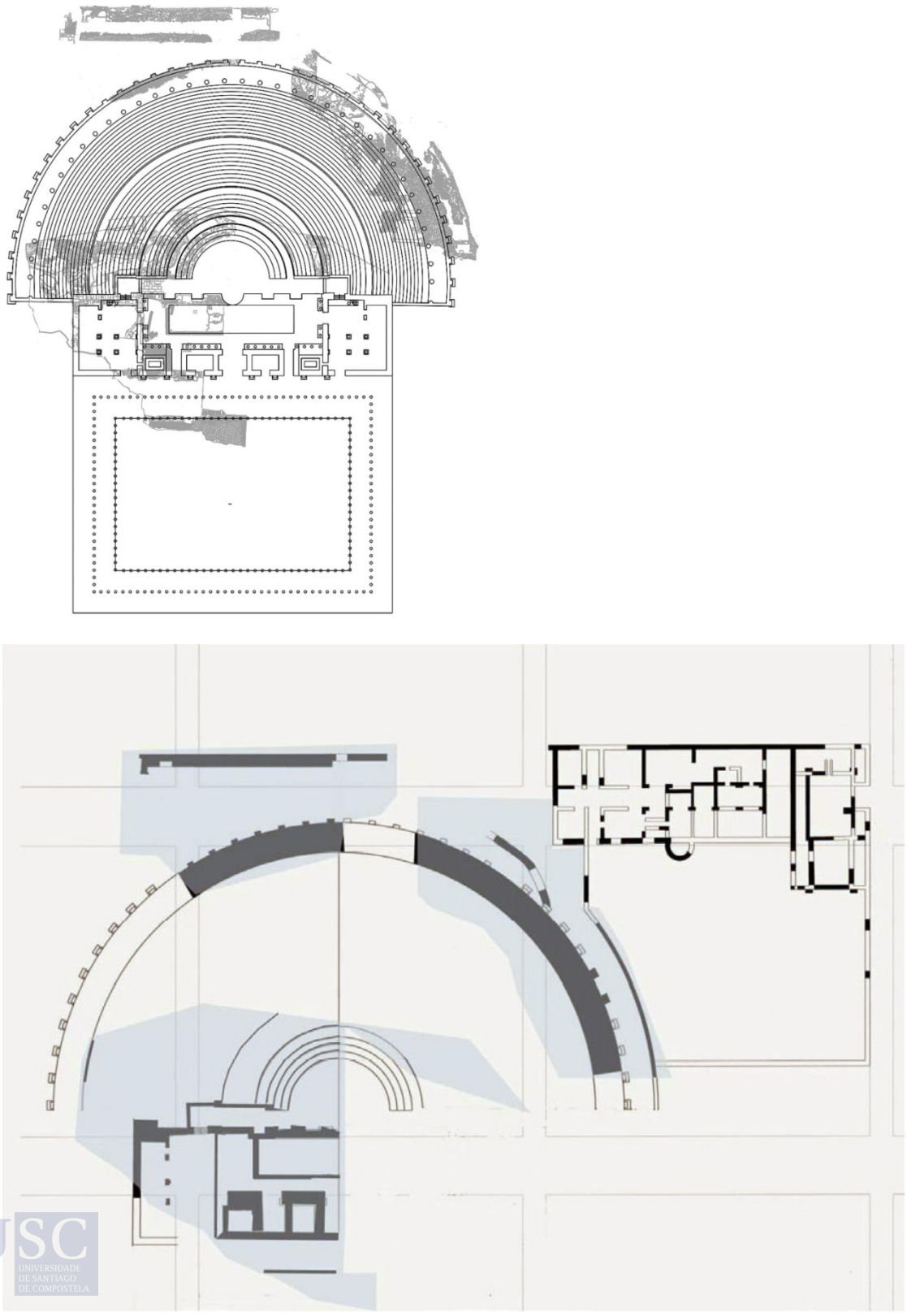


Fig. 104 – 1. Proposta de reconstituição do teatro de *Bracara Augusta* e planta dos edifícios públicos do Alto da Cividade, termas e teatro (Reproduzidos de MARTINS *et al.*, 2013 e RIBEIRO, 2017, desenhos UAUM).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

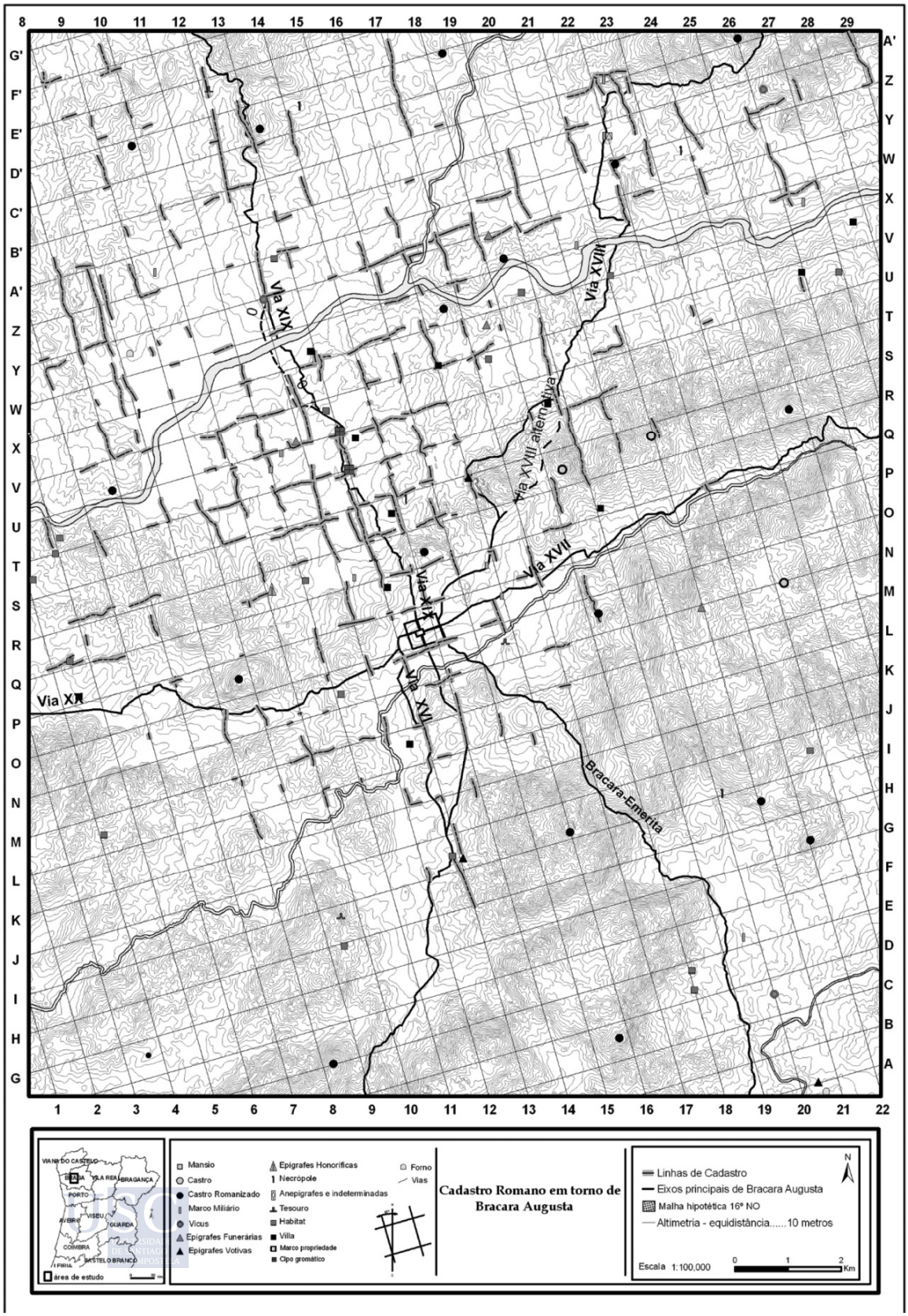


Fig. 105 – 1. «Malha do cadastro romano e vestígios arqueológicos em torno a *Bracara Augusta*». (Reproduzidos de CARVALHO, 2012).

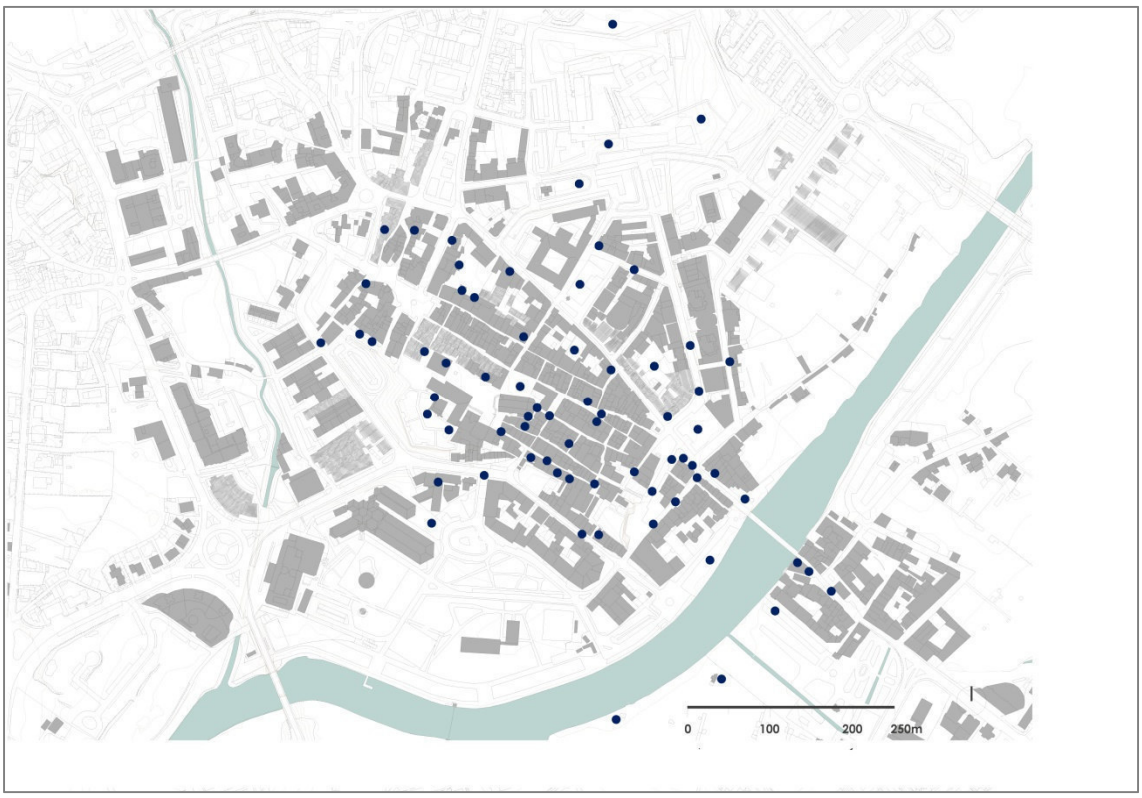


Fig. 106 – Estruturas de época romana descobertas em escavações arqueológicas de Chaves (reprod. de ALVES, 2015).

Fig. 107 – Um aspeto do balneário termal de *Aquae Flaviae*, durante as escavações arqueológicas (foto: S. Carneiro/Gab. Arqueologia Chaves).

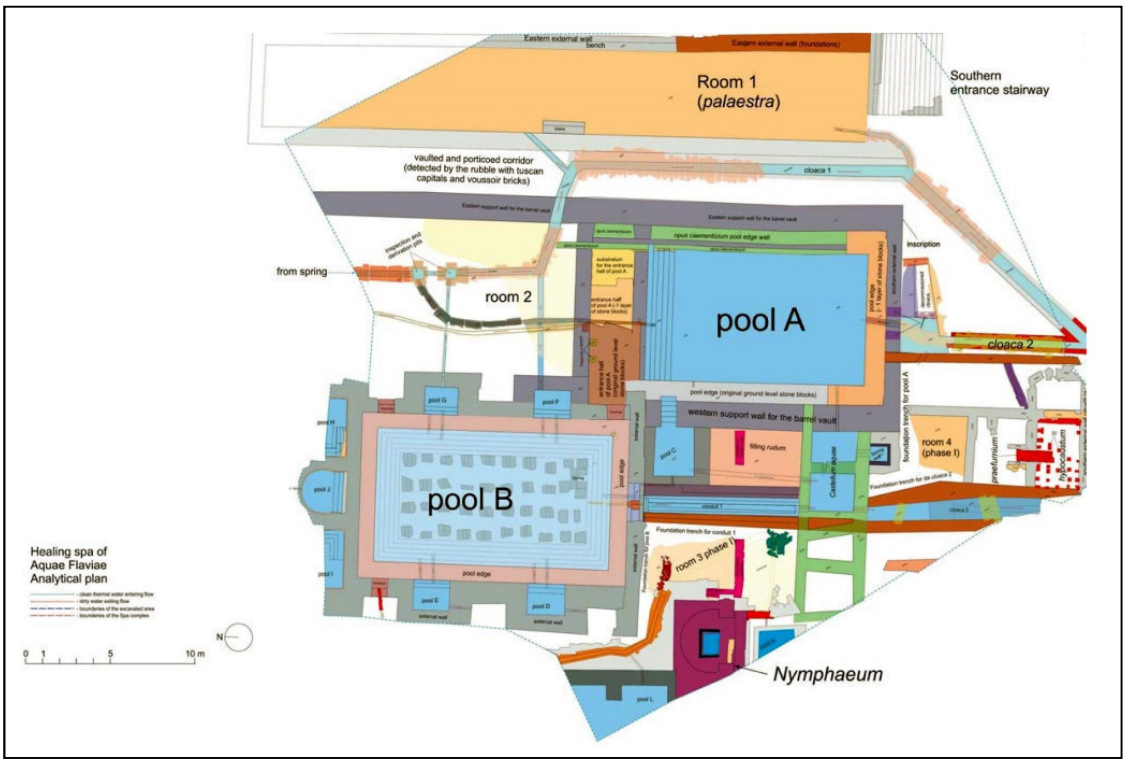


Fig. 108 – Planta analítica do complexo hidrotermal de Chaves (a azul, os tanques e piscinas). Reproduzida de CARNEIRO, 2018.

Fig. 109 - Um aspeto do ninfeu das termas do Arrabalde (reprod. de httpschavesandaround.files.wordpress.com).

Fig. 110 – Uma panorâmica de escavações arqueológicas recentes na Rua de Santo António, centro histórico de Chaves, onde apareceram importantes ruínas romanas. (foto: *Di@rio atual*, 6 de agosto de 2020).

Fig. 111 – Troço de calçada romana encontrada na Rua 1º de Dezembro (reprod. de RIBEIRO, 2010).

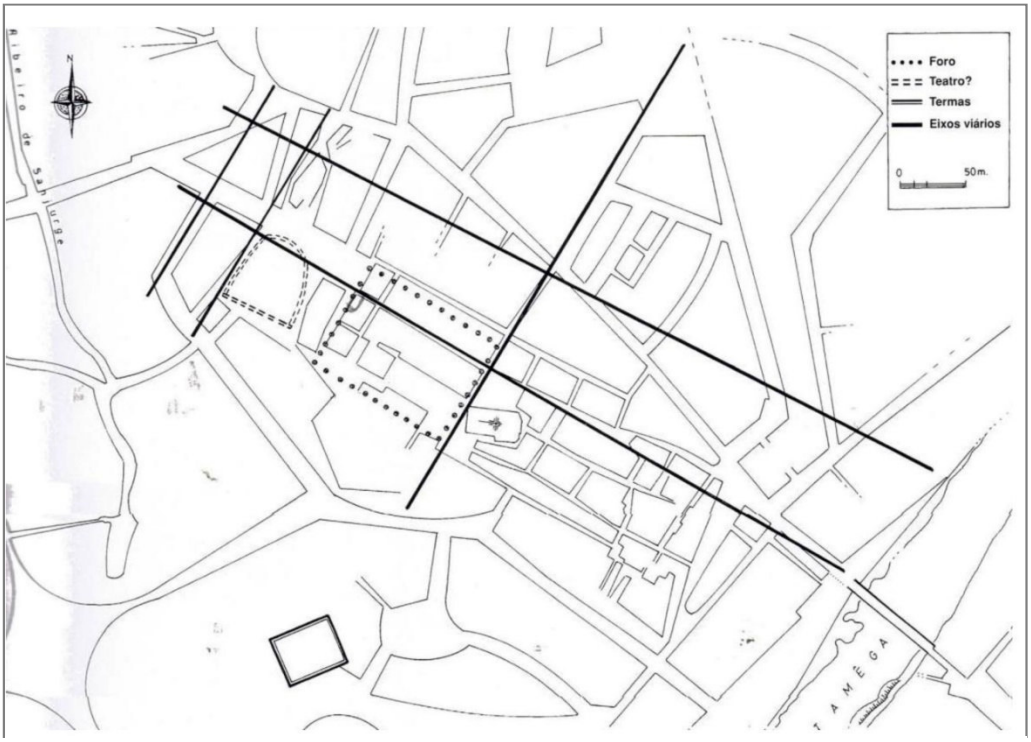


Fig. 112 – Proposta de A. Rodríguez Colmenero (1988) dos principais eixos e edifícios do centro cívico de *Aquae Flaviae* (reprod. de RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998c).

Fig. 113 – Proposta de modulação urbana de *Aquae Flaviae* de J. RIBEIRO (2010).

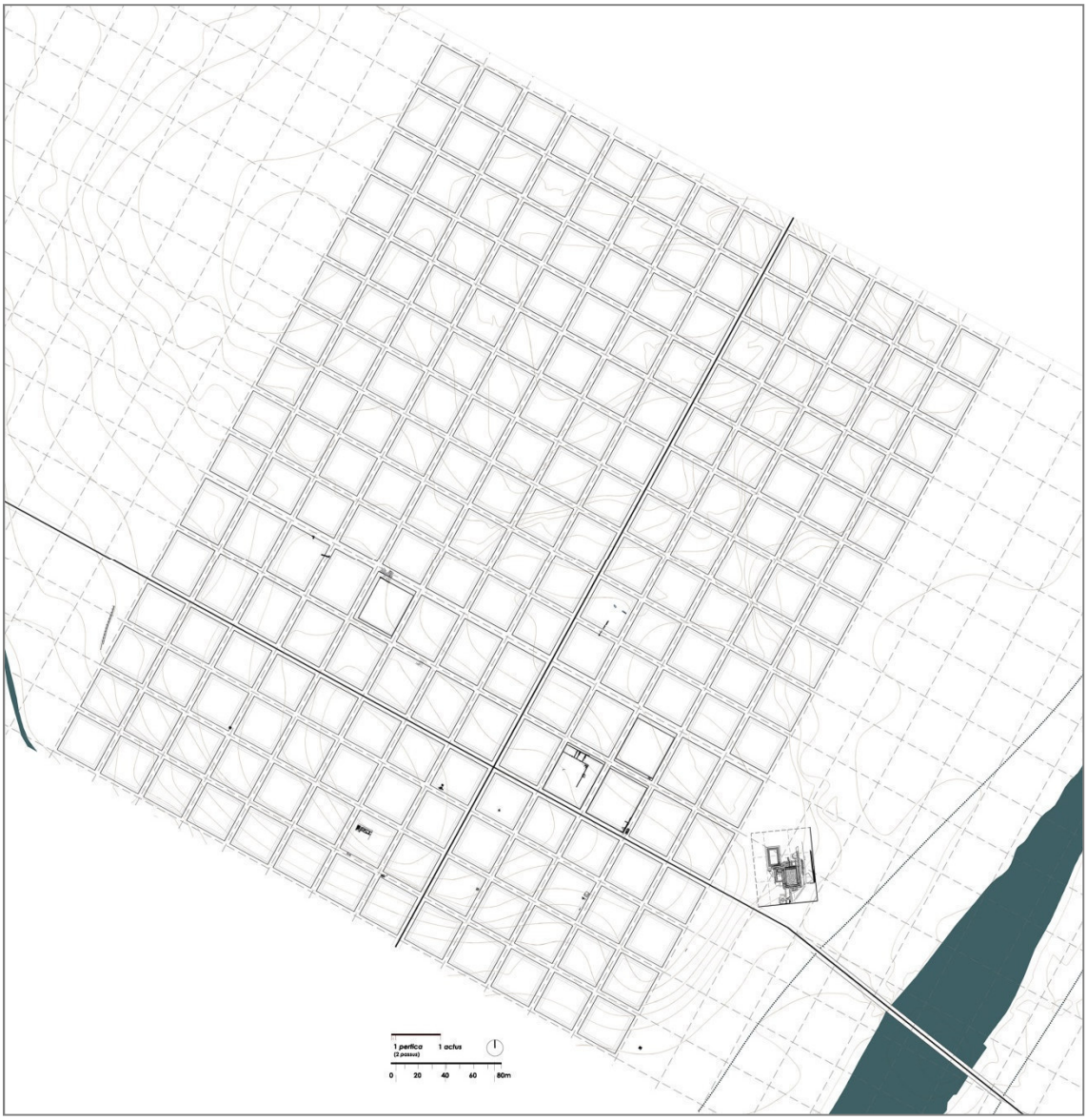


Fig. 114 – Proposta de modulação urbana de *Aquae Flaviae* de M. ALVES (2015); planta adaptada e reorientada a norte).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

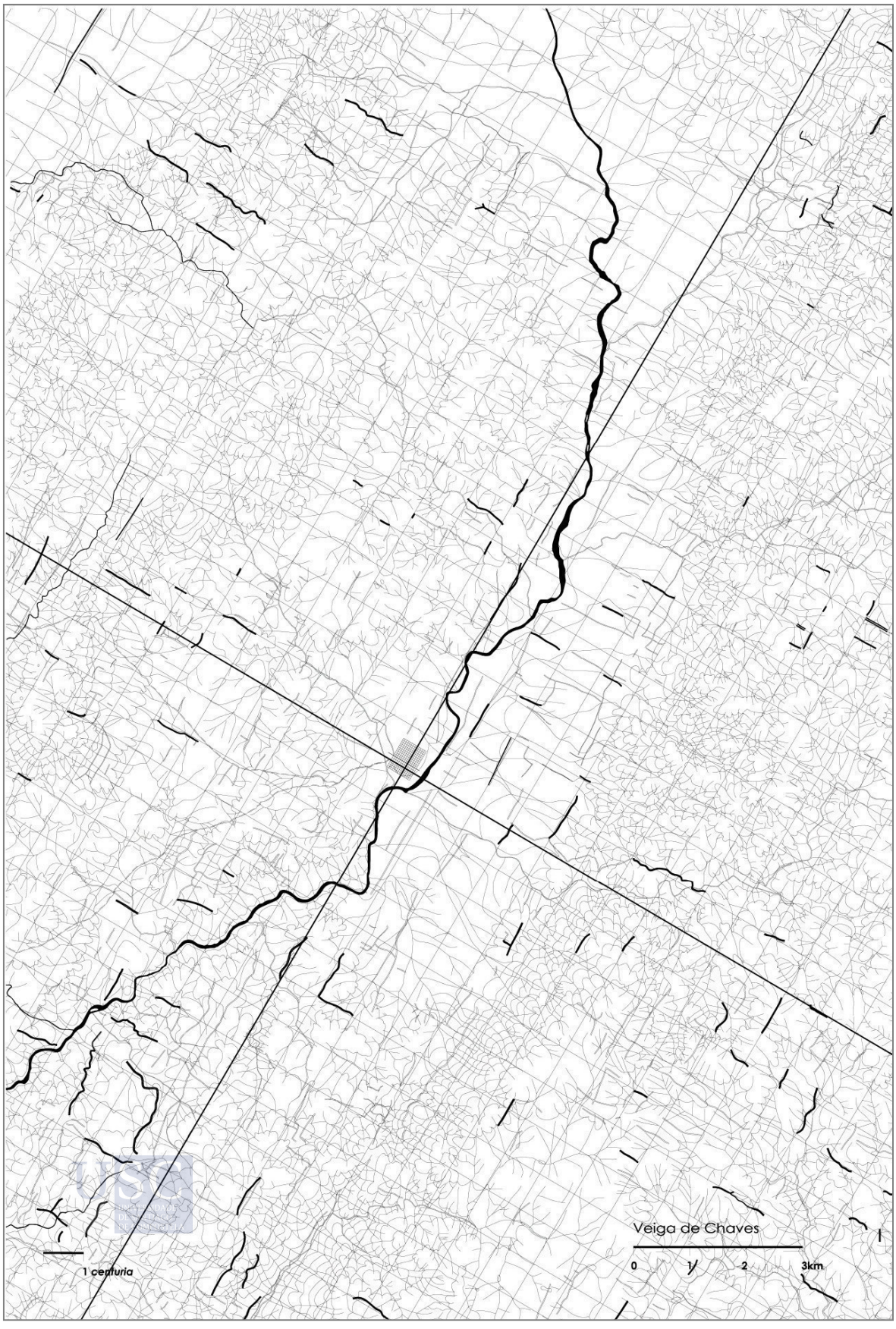


Fig. 115 – Proposta de traçado de centuriação romana da veiga de Chaves (ALVES (2015).

Fig. 116 – Planta da aldeia e Área Arqueológica do Freixo, com implantação dos principais núcleos arqueológicos e da malha de ordenamento urbano. Legenda: malha urbana (1); *forum* (2); templo (2a); basílica (2b); termas (3); anfiteatro 4); teatro (5). (Fonte: 2017, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de António Freitas; reproduzido de SILVA, 2020c).

Fig. 117 – «Área habitacional 3». Núcleo castrejo, vendo-se negativos do assentamento de duas construções circulares e outros vestígios *Tongobriga* (Fonte: 2007, Brown University Excavation©, foto de Jason Urbanus; reproduzido de WINKES *et al.*, 2020)

Fig. 118 – «Área habitacional 3». Núcleo castrejo. Reconstituição do núcleo familiar (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de Digivision; reproduzido de LIMA; MENCHON I BES, 2018).

Fig. 119 – Balneário *castrejo* de *Tongobriga* (Fonte: 2005, fotografia de Manuela Ribeiro; reproduzido de SILVA, 2020c).

Fig. 120 – Vista geral das ruínas do complexo termal. (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, fotografia de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).

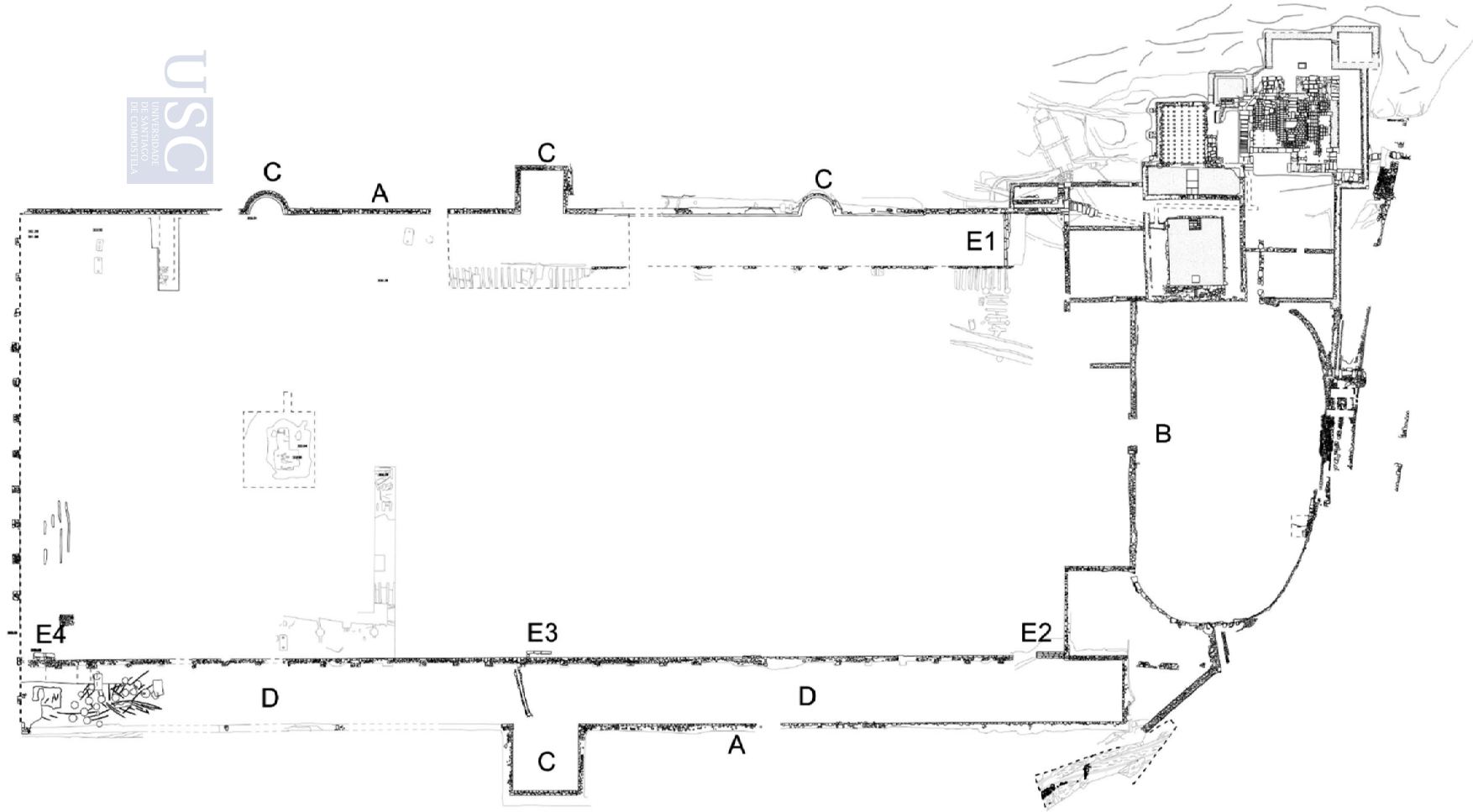
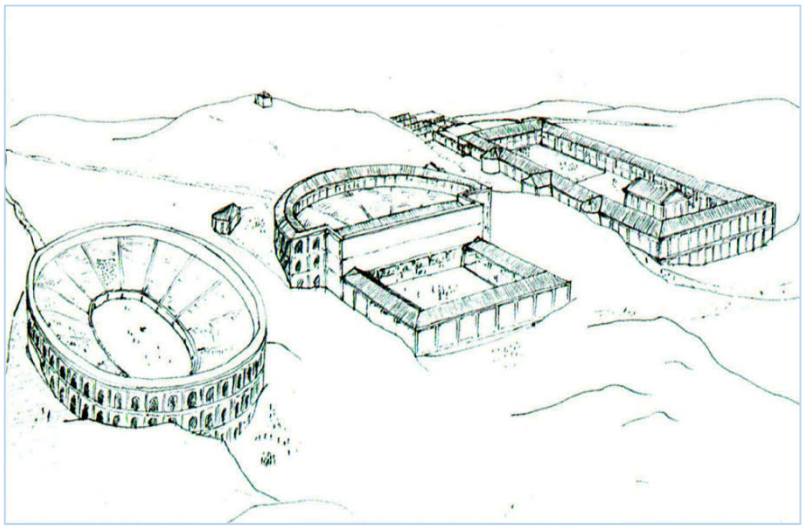
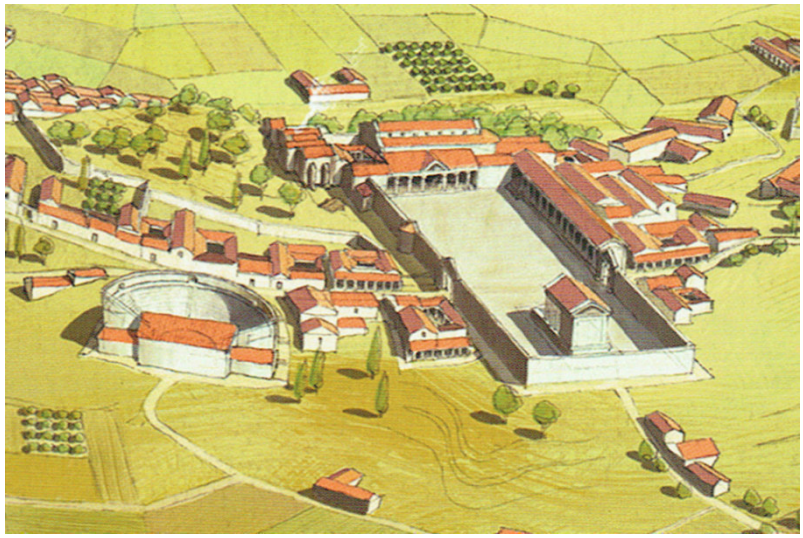


Fig. 121- *Forum* de Tongobriga. Configuração correspondente às ruínas atualmente visíveis: A - Muro perimetral; B - Entrada Nascente; C - Ábsides; D - Plataforma elevada; E - Escadas de acesso às termas (E1) e à plataforma elevada (E2, E3, E4). (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de António Freitas; reproduzido de SILVA, 2020c).

Fig. 122 – Vista aérea das ruínas do *forum* e termas de *Tongobriga* (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, ilustração de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).

Fig. 123 – Panorâmica do terreiro do *forum*, visto de Poente. Em primeiro plano, silhares moldurados, atribuídos à base de um templo ou de um altar (2005, fotografia de Manuela Ribeiro©; reproduzido de SILVA, 2020c).





USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 124 – Reconstituições hipotéticas do *forum* e do centro monumental de Tongobriga, segundo Charles Rocha (2015: 153); Lino Dias, (Dias, 2016: 89) e António Lima (Lima; Menchon i Bes, 2018: 33). Ilustrações de Charles Rocha, César Figueiredo Javier Torres, Ángel Veloso e Álex Salmerón sobre fotografia de José António Muñiz.

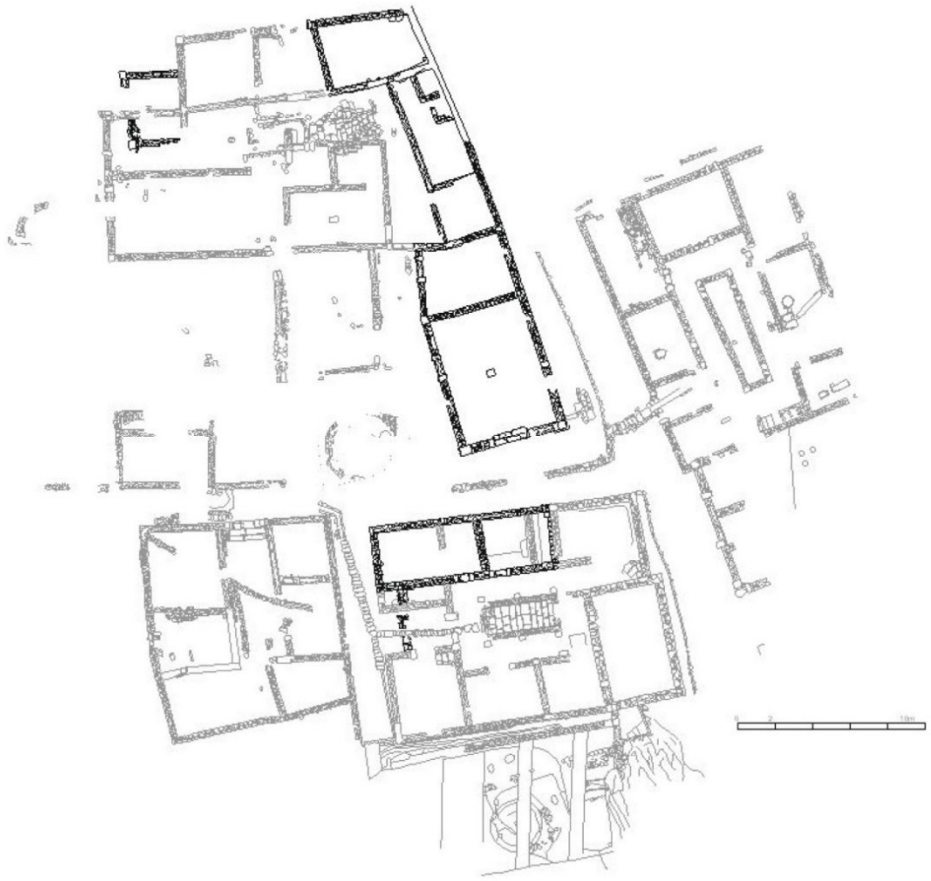


Fig. 125 – Área habitacional romana I, com quatro *domus*. Assinalam-se a escuro os muros datáveis de época flávia (Reproduzido de LIMA, 2017c).

Fig. 126 – Ruínas da «Casa do *Impluvium*» (Fonte: 2018, DRCN-Estação Arqueológica do Freixo©, fotografia de José António Muñiz; reproduzido de SILVA, 2020c).

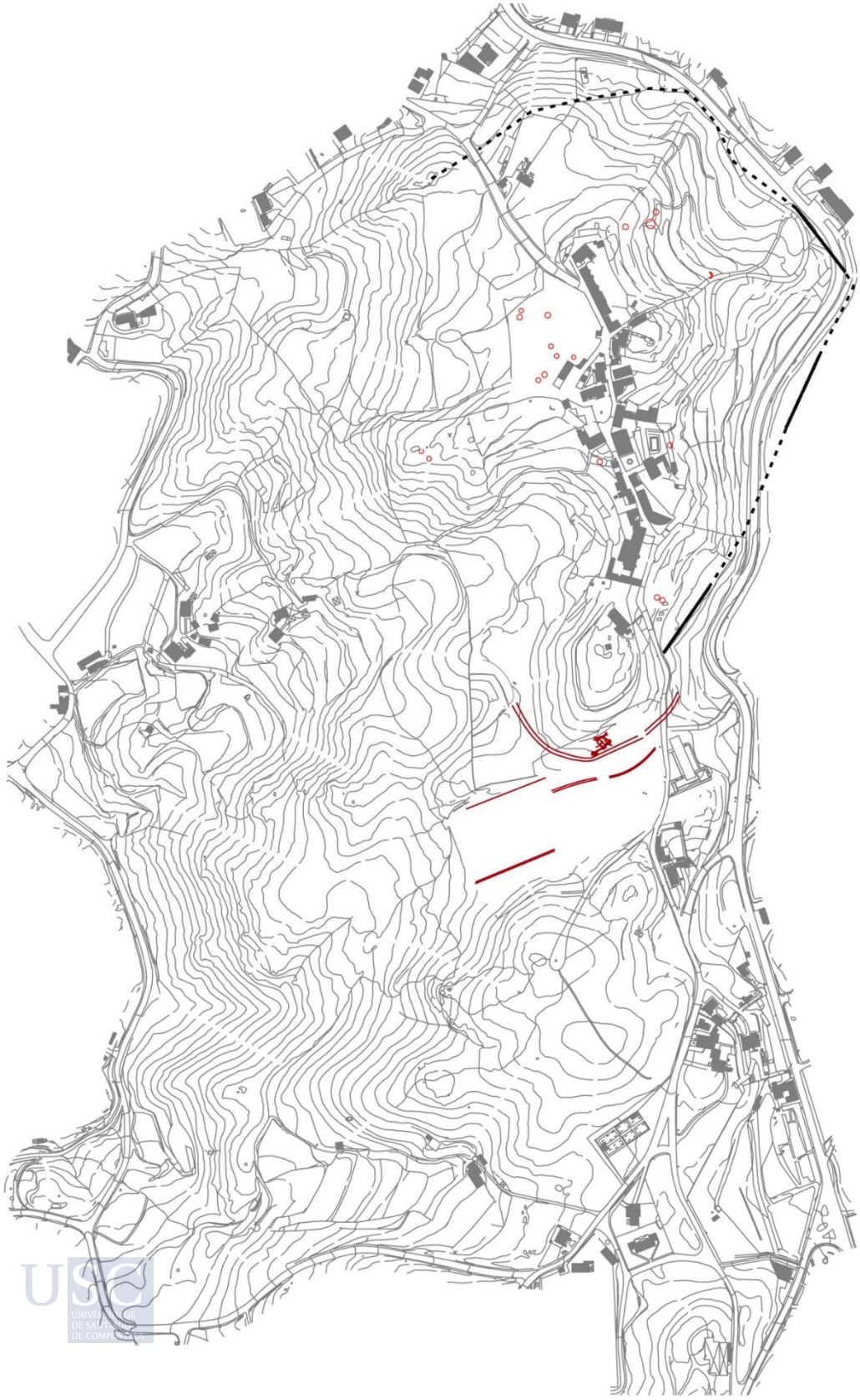


Fig. 127 – Vestígios correspondentes à ocupação «castreja» em *Tongobriga* (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)

Fig. 128 – Vestígios correspondentes à ocupação de época romana em *Tongobriga* (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

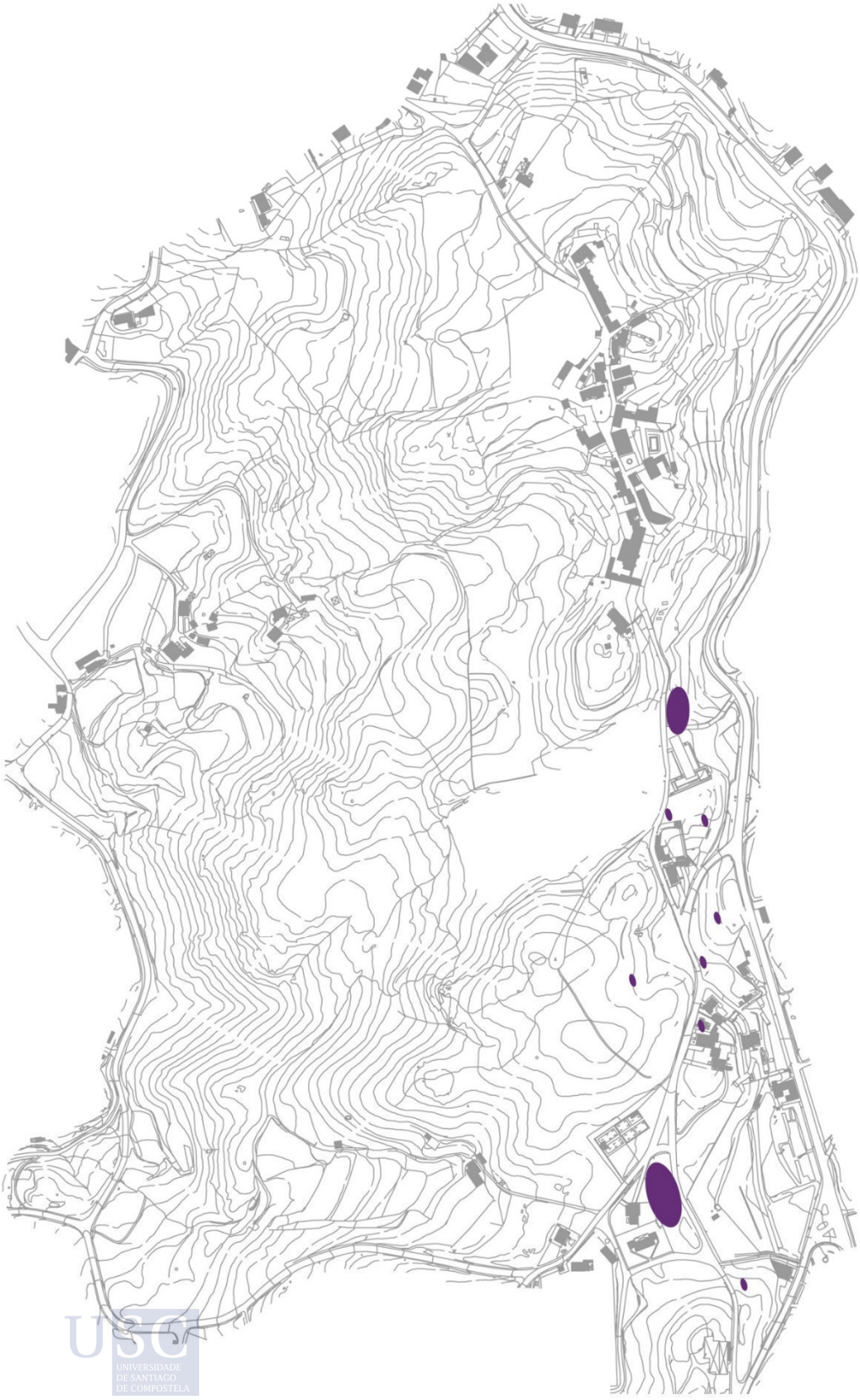
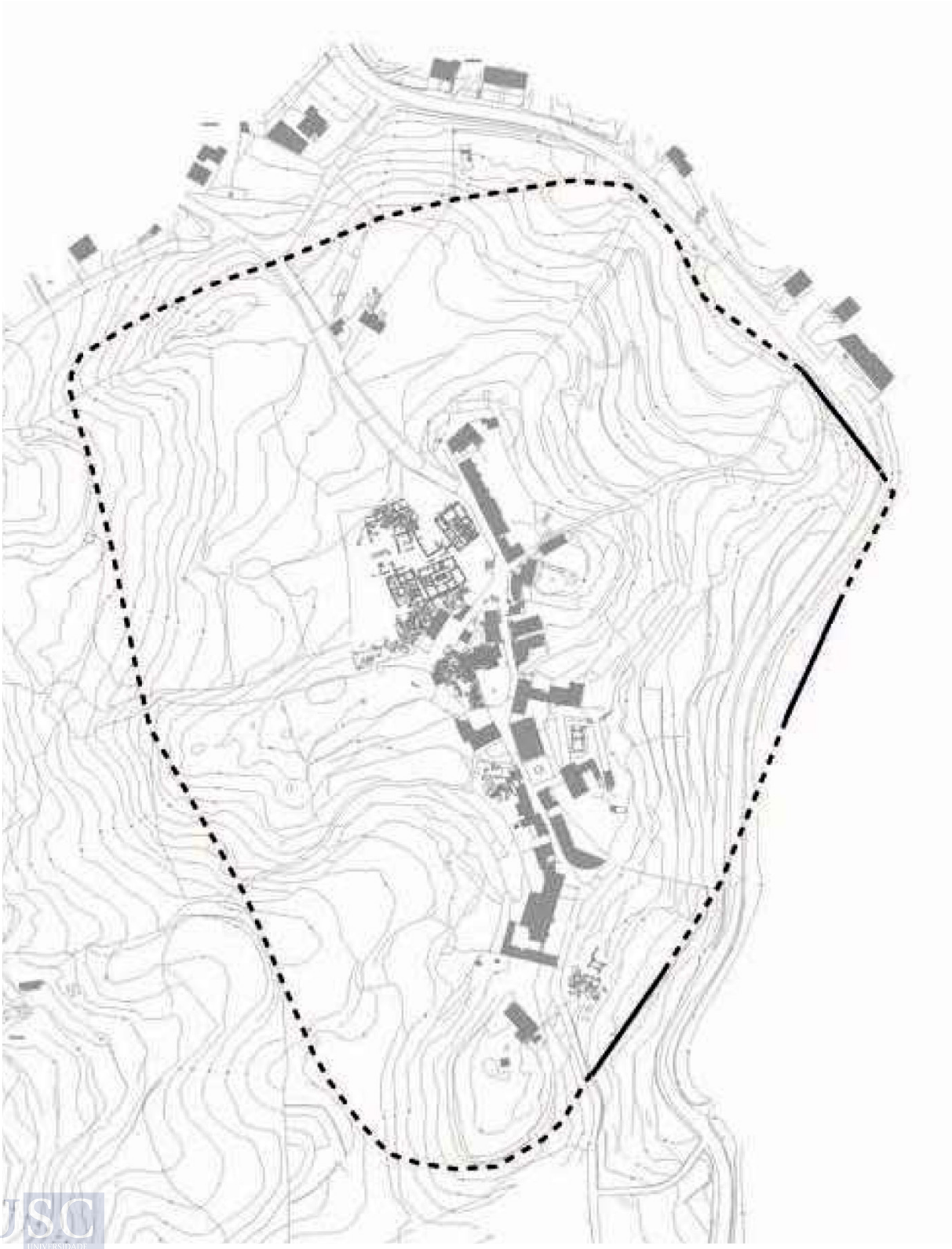


Fig. 129 – Localização de espaços cemiteriais romanos em *Tongobriga*: sepulturas isoladas e necrópoles (símbolos maiores) (Fonte: 2015, DRCN©, ilustração de António Freitas; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)



USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Fig. 130 – Primeira proposta cartográfica do perímetro amuralhado e habitado de *Tongobriga* (Fonte: 2006, DRCN©, ilustração de António Freitas sob proposta de António Lima; reproduzido de LIMA *et al.*, 2020, sem escala no original)

Fig. 131 – Vista aérea do Monte Mozinho, desde nordeste. (Imagem: Penaguião & Burnay/Câmara Municipal de Penafiel; reprod. de www.cm.penafiel.pt).

Fig. 132 – Vista aérea do Monte Mozinho. Grande plano do recinto superior e da parte urbanizada a norte (Reproduzido de SOEIRO, 2019).

Fig. 133 – Monte Mozinho. Perspetiva da entrada monumental da primeira muralha, vendo-se o acesso ao recinto superior ao fundo (Reproduzido de SOEIRO, 2019).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 134 – Monte Mozinho. Porta monumental da muralha I e «Avenida» principal, ladeada por *domus* (Reproduzido de SOEIRO, 2019).

Fig. 135 – Monte Mozinho. Embasamento do «Monumento» localizado no exterior da Muralha I. (Imagem: Henrique Matos, CC BY-SA 3.0, reproduzida de https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=8721743).

Fig. 136 – Monte Mozinho. Proposta de reconstituição do «Monumento» honorífico no exterior da Muralha I (Infografia produzida no âmbito da 5.ª Maratona de Arqueologia Virtual, em maio de 2019, por Abel Martín, Belén Blazquez Simón, Carlos Carpetudo, Gonçalo Lopes, Gustavo Val-Flores, João Ribeiro, Marta Martínez, Néstor Marqués, Pablo Aparicio Resco, Patrícia Machado, Sérgio Eliseu e Teresa Soeiro. Reproduzida de MACHADO; CARPETUDO, 2019).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

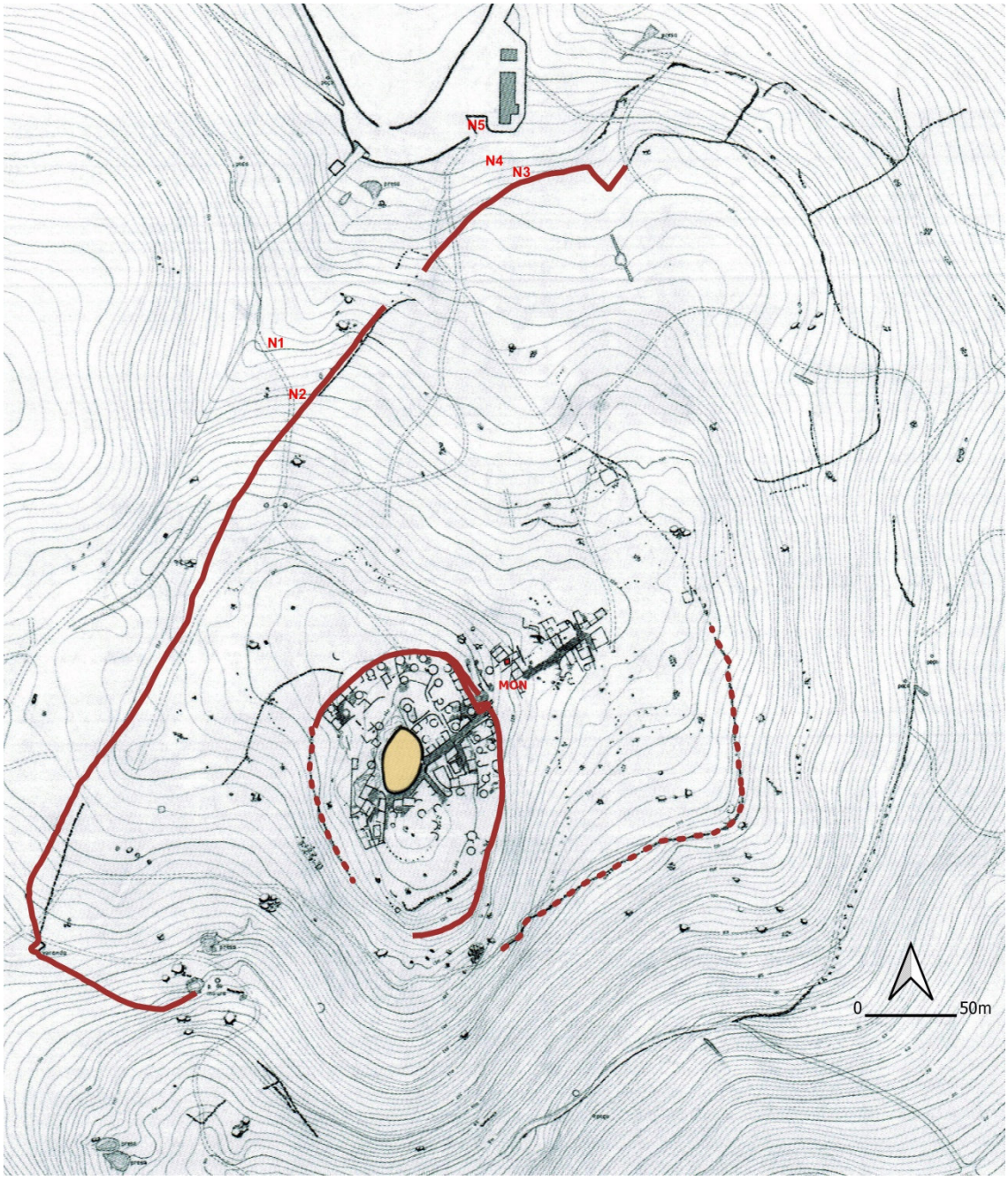


Fig. 137 – Planta do Monte Mozinho, assinalando-se o recinto superior, as linhas de muralhas I, intermédia (?) e exterior, o «monumento» (MON) e as áreas de necrópole identificadas (N1 a N4 inumações; N5 necrópole de incineração). Fontes: SOEIRO, 2019 (planta geral) e CARVALHO, 2008 (necrópoles). Infografia do A.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

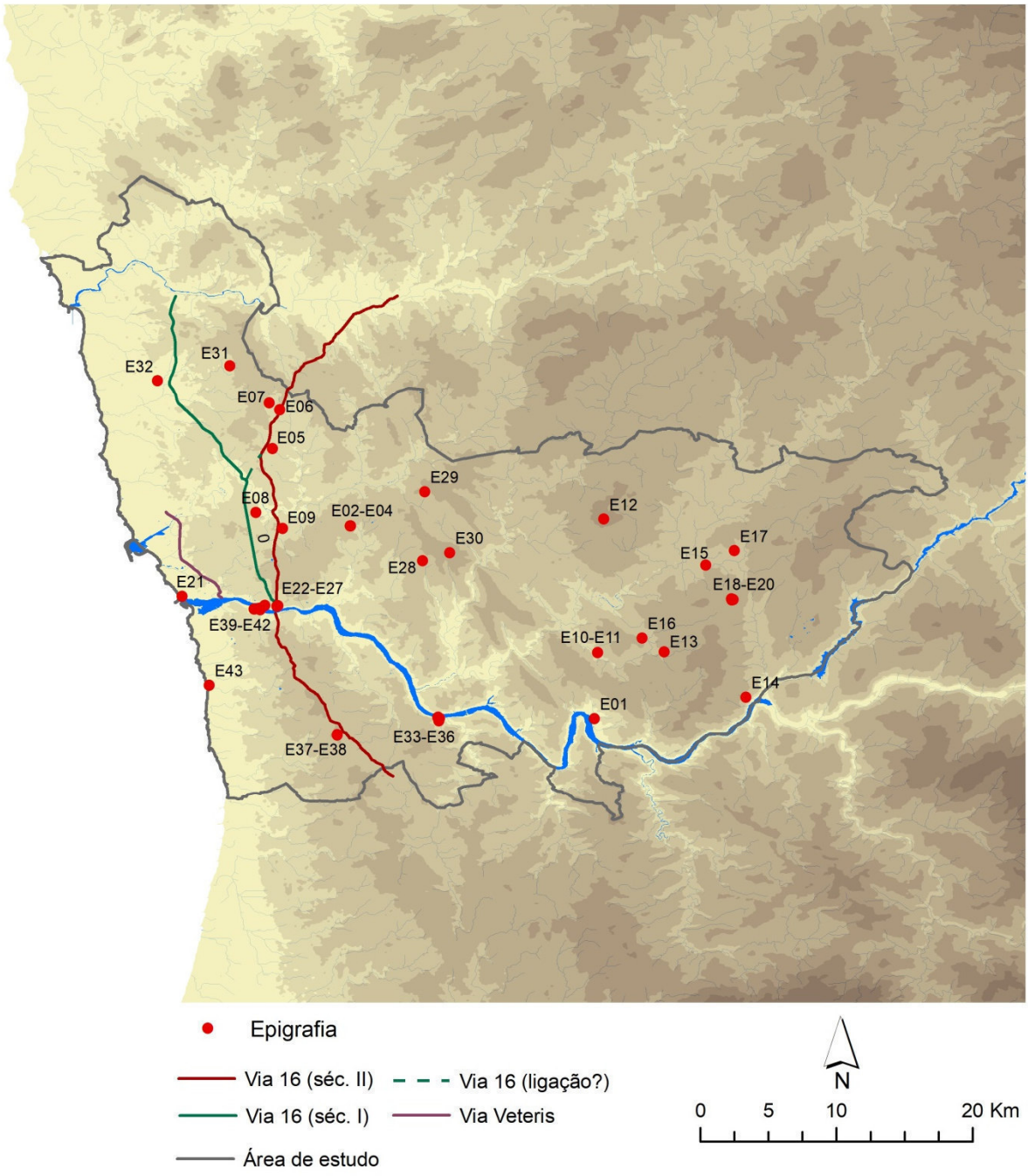
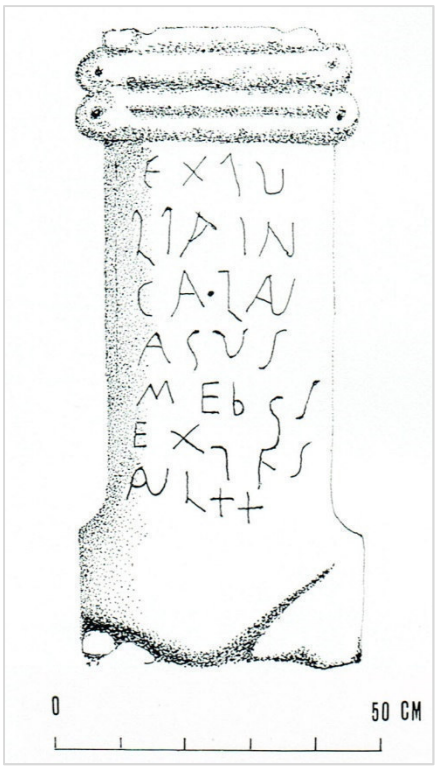


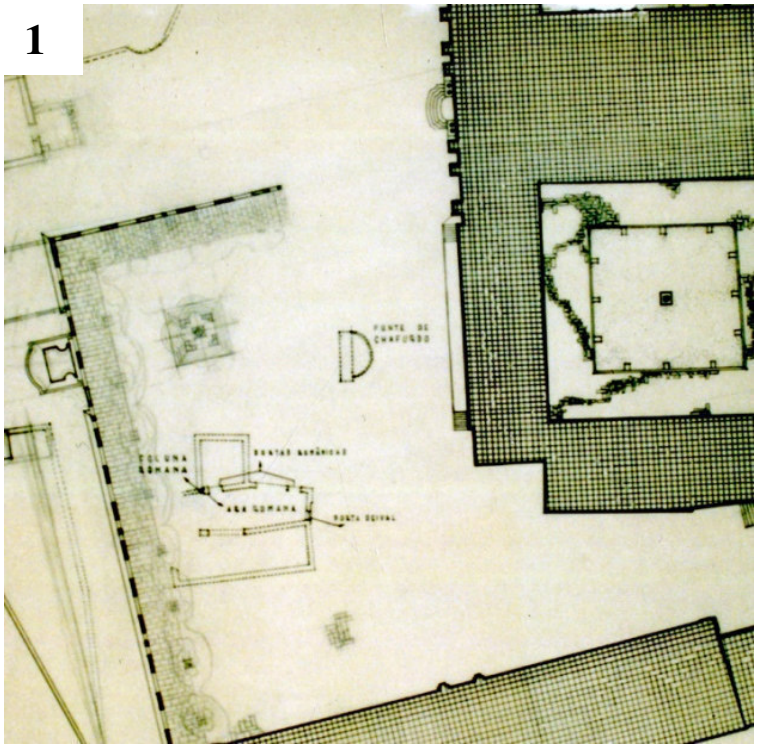
Fig. 138 - Distribuição das epígrafes na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 139-140 – Ara de Marecos, Penafiel (reprod. de RIBEIRO, 2002) e ara a Júpiter «dos arredores do Porto (reprod. de ENCARNAÇÃO, 2019).



Figs. 141-142 – Ara de Sobreira, Penafiel (foto do A.) e Ara de Guilhabreu, Vila do Conde (reprod. de SILVA, AF, 1980b).



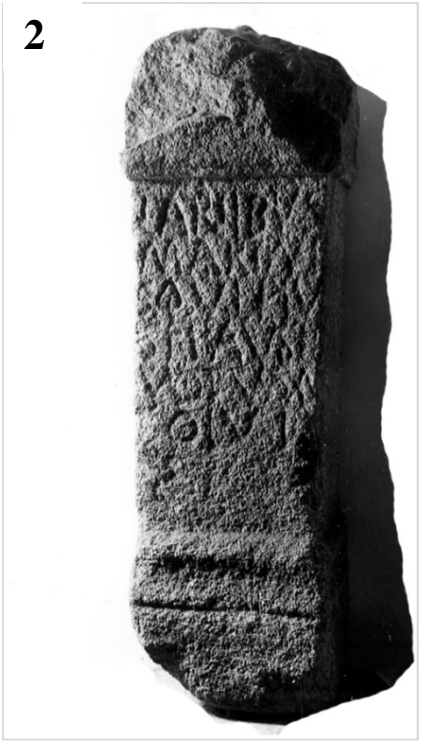


Fig. 143 – Porto. Epigrafia. 1. Terreiro da Sé. Planta indicativa do local de achado da ara aos Lares, em 1940 (Arq. Hist. Municipal do Porto, Id. 368995). 2. Ara aos Lares Marinhos (reprod. *Bol. Cultural C. M. Porto*, 23 (1-2), 1960, com trat. digital). 3. Estela funerária de Miragaia (Foto: F. Noronha/CMP). 4. Ara do Castelo da Foz (Foto: G. Sarsfield/CMP).

Fig. 144 – Castelo de Gaia. Intervenção RR.16. Pormenor da inserção do bloco epigrafado (vendo-se, igualmente, o aparelho almofadado, num muro de construção tardo-romana; à direita, foto obtida no momento da sua exumação, observando-se o caractere gravado. Imagens: Rui Ramos © Era Arqueologia, usadas com permissão.

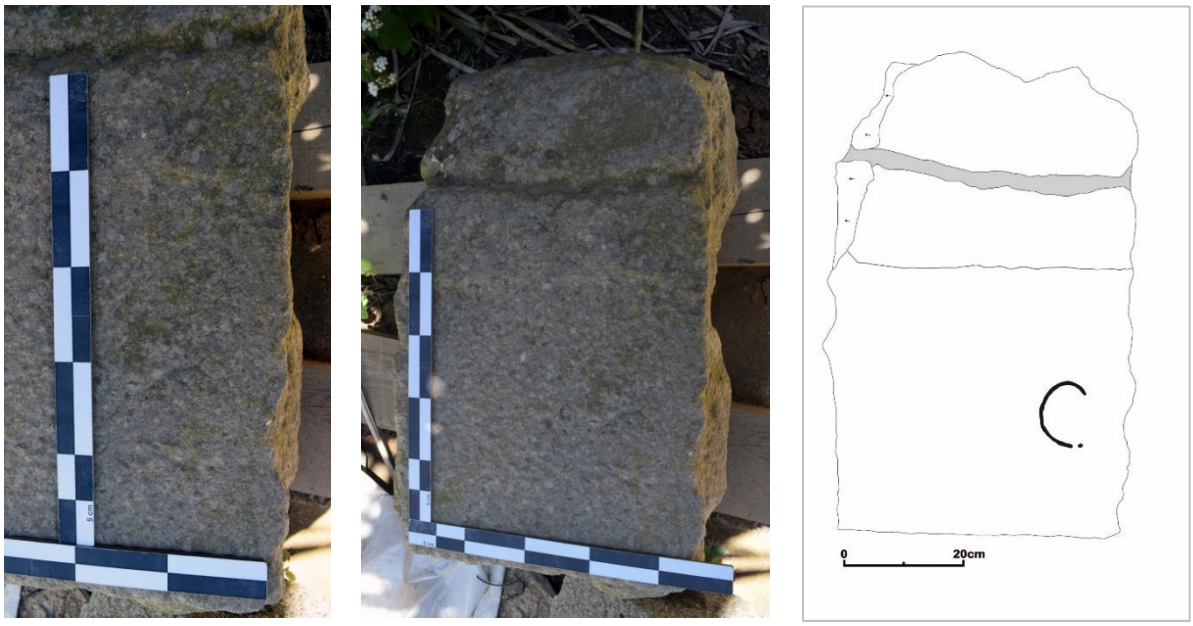


Fig. 145 – Castelo de Gaia. Intervenção RR.16. Grandes planos, e desenho do caractere maiúsculo epigrafado. Fotos do Autor. Vetorização de Paulo Lemos sobre decalque do Autor.

USC UNIVERSIDADE DE COMPOSTELA

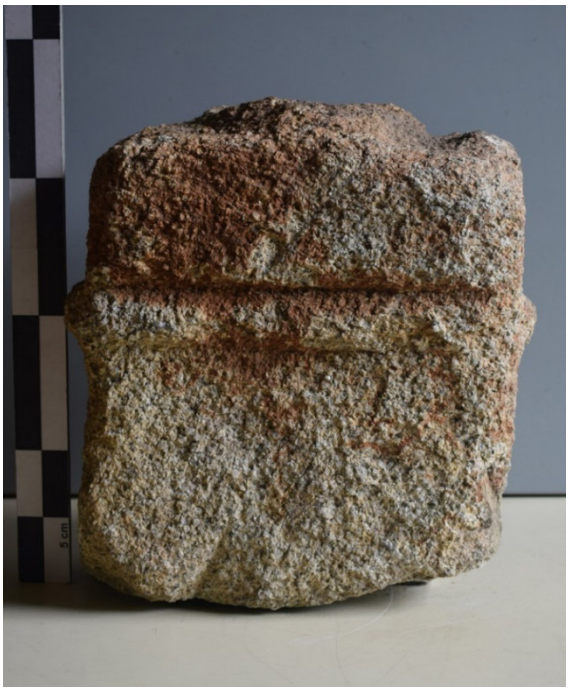


Fig. 146 – Castelo de Crestuma, V. N. Gaia. Ara e estela (?). Fotos do Autor; tratamento digital de Pedro Pereira. *Tegula* com inscrição ante coctem. Foto: © M. Santos/Museu D. Diogo de Sousa. Usada com permissão.

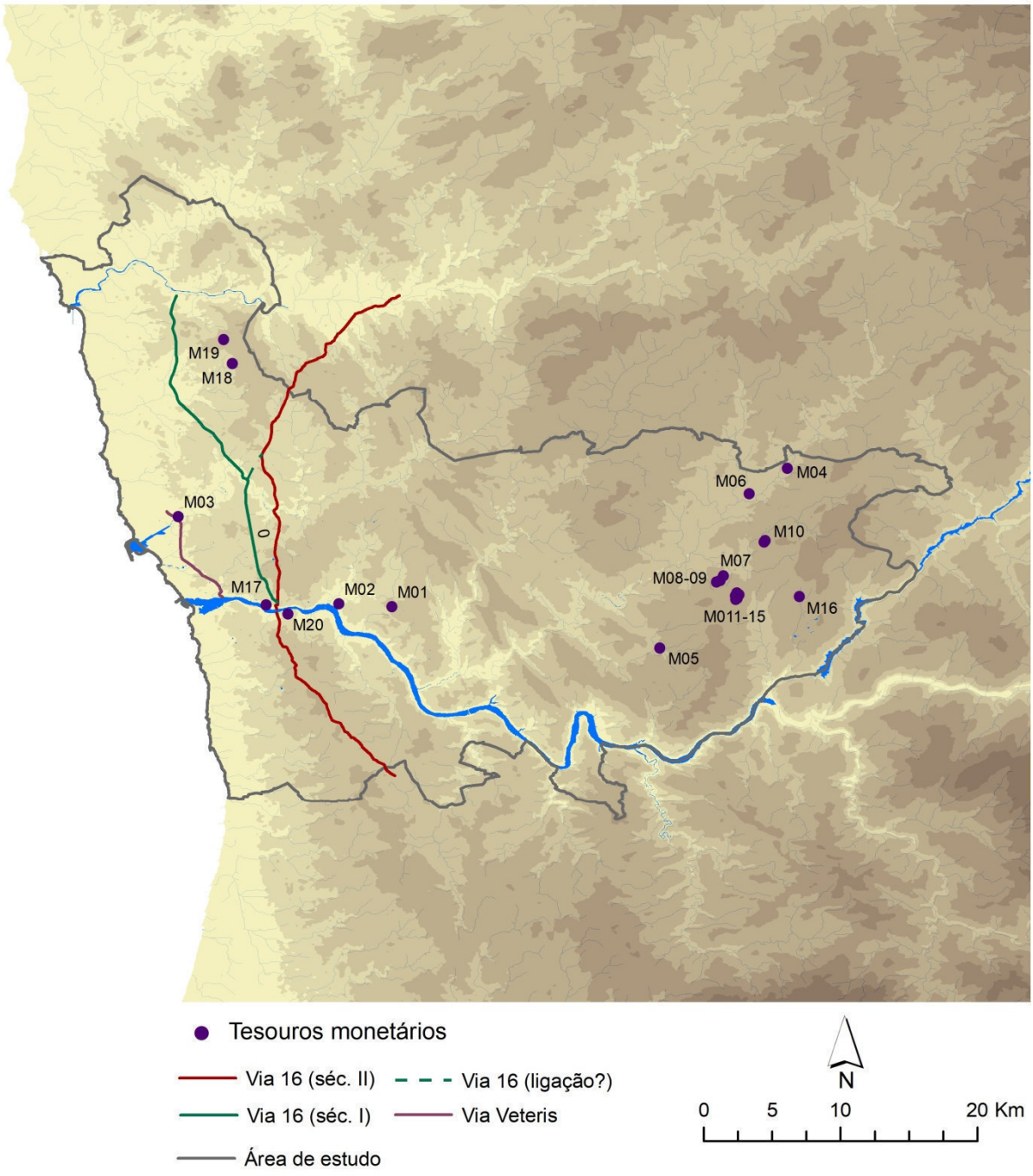


Fig. 147 - Distribuição das ocorrências monetárias (tesouros) na área de estudo.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

5. *CALE*

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

5.1. FONTES LITERÁRIAS

Sendo inexistentes os registos epigráficos expressamente respeitantes a *Cale*, e não podendo a arqueologia, pela sua própria natureza, elucidar-nos muito sobre o nome da terra ou de quem nela habitava, o debate em torno do topónimo polarizou-se sempre nas fontes documentais. Mas, se os restos arqueológicos nos dão o sítio e remetem quase ao silêncio as gentes; os textos, muitas vezes, perenizam o nome dos sítios, deixando-nos em herança a charada de os localizar.

Na verdade, são breves as fontes literárias que expressamente mencionam o *sítio* de *Cale*. Basicamente, se nos ativermos à sua expressão vocabular mais «pura» (*Cales, Calem*), reduzem-se à breve menção – apenas um nome numa lista, se bem que geograficamente ordenada – do Itinerário de Antonino, sobre o qual trataremos já de seguida; e à referência – ainda mais vaga, porque reconstituída em segunda, ou terceira, mãos – que lhe terá feito Salústio ao narrar a gesta romana na Hispânia. Já sob forma compósita, o lugar é, muito mais tarde, evocado por Idácio – *locum qui Portum Cale appellatur* – como se tivesse sido renomeado o lugar; ou o *Portus* tivesse sobrepujado a antiga *Cale*. Deturpado, surge o nome no *ravennate – Calo –*, corrompido pelo Baixo Latim, mas certamente aludindo, na mesma, à povoação duriense (UNTERMANN *et al*., 2018: 299; GUERRA, 1998: 369-370).

Tudo isto será posto em debate nos pontos seguintes. Mas justifica-se ainda, neste breve prólogo, que deixemos algumas notas sobre o topónimo que dá título a este capítulo.

O acusativo *Calem* do Itinerário admite, na língua latina de boa época, uma declinação de tema em *–o*, cujo nominativo seria *Calis*; como também poderia declinar-se como tema em *–e* da quinta declinação, agora com *Cales* em caso nominativo. Os dicionários de referência, porém, registam *Cale, Cales*, entendendo-se aqui o genitivo como um arcaísmo, observado em inscrições antigas e no poeta Quinto Énio, que viveu nos séculos III e II a.C.[854]. Ora, sendo a palavra do género feminino, como indicam os mesmos dicionários, naturalmente seria *Calem* a forma do seu caso acusativo. Logo, ao que tudo indica, *Cale* seria, de facto o nome da terra e *Calem* o seu uso acusativo. Sobre o eventual significado do termo nas línguas antigas, têm sido apresentadas as mais díspares propostas, desde o, mais comum, «pedra», «rochedo», «duro» (SILVA, AF, 1994: 90, com referências), até versões mais ousadas ou insustentadas (OLIVEIRA, 1945; AZEVEDO, 1959: 32ss.)[855].

Seja como for, o topónimo é comum. O mesmo Torrinha, lembra que, além de *Cale* na Gália, que teria sido mencionada por Salústio e da sua homónima, corrigida, na Hispânia, terá existido outra *Cale* na Mísia, Ásia Menor. No território português, contabilizam-se, pelo menos em registo cartográfico, 5 locais designados como *Cale* e outros 9 sob forma composta (Cale da Vila, Cale de Areia, Cale do Ouro, etc.), bem como 11 *Cales*, não contabilizando as formas compostas, a que poderíamos, ainda, somar mais 8 *Gale* e, pelo menos, 3 *Gale,*

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[854] Assim o diz Frederico Lourenço, um dos maiores latinistas portugueses (*Nova Gramática do Latim*, Lisboa, Quetzal, 2019, p. 95).

[855] Do nome *Cale*, como raiz do gentilício *Callaeci* (MORALEJO, 2002: 93) trataremos nos capítulos seguintes desta dissertação.

distribuídos um pouco por todo o país[856] e com o sentido, corrente, de «calha», «sulco», «canal», seja na aceção comum de linha de água, seja, também, como via, ou lugar de trânsito de pessoas ou animais, como o apresentam os principais dicionários[857], sem precisarmos de entrar em maiores elocubrações etimológicas que não são, de todo, de nossa competência.

Se procurarmos nas fontes antigas ou no dossiê epigráfico, são também frequentes os topónimos que exibem *Cale-*, ou similar, como radical (*Caladunum*, *Calantica, Calubriga*, etc.)[858], tema periodicamente revisitado por linguistas e epigrafistas e sobre o qual, pelas mesmas razões, não nos adentraremos.

5.1.1. Itinerário de Antonino

A generalidade das fontes documentais que podem dar-nos informação sobre a designação dos locais habitados na secção terminal do Douro, entre os finais da Idade do Ferro e a estabilização do domínio romano, é de cronologia muito tardia, como neste ponto se explicitará. Com exceção da referência, pouco pacífica, atribuída por Sérvio Honorato, um autor dos séculos IV ou V, às *Historiae* de Salústio, escritor do século I a.C., onde poderia ler-se a indicação de que uma cidade conhecida como *Cale* terá sido conquistada por Marco Perperna, no quadro da guerra peninsular entre Sertório e Pompeio[859], só nos finais do século III parece surgir a primeira menção a uma localidade nesta área, representada como *Calem*.

Consta tal indicação do *Itinerarium Prouinciarum Antonini Augusti*, ou *Imperatoris Antonini Augusti Itineraria duo, Provinciarum et Maritimum*, pois compõe-se de um conjunto de duas compilações de rotas, uma terrestre e outra marítima, cuja datação é mais ou menos consensual poder fixar-se no reinado de Diocleciano, precisando alguns autores um intervalo entre 286 e 310 (REED, 1978: 229-230), enquanto outros sugerem apenas as últimas décadas do século III ou mesmo o ano de 300 como data convencional (ROLDAN HERVÁS, 1975: 21; CAAMAÑO GESTO, 1984: 17; MANTAS, 1996: 209; 2012: 79; SALWAY, 2001: 39-40; ARNAUD, 2004: 3; TALBERT, 2007: 256).

Tratando-se de uma coletânea feita a partir de várias fontes ou «mini-itinerários» (SALWAY, 2001: 42), algumas informações do Itinerário poderão ser anteriores, nomeadamente das viagens de Caracalla, nos começos do século III (ROLDÁN HERVAS, 1975: 22; RODRÍGUEZ MORALES, 2012: 45) especulando-se, mesmo, que possa ecoar alguma informação do mapa de Agripa (SALWAY, 2001: 28-29). O texto dos itinerários sobreviveu em vários códices tardo-medievais e teve uma primeira publicação impressa em Paris em 1512, com edição de Geoffroy Tory, após o que foi editada por Peter Wesseling (1735) e posteriormente por diversos autores modernos[860].

Não estando no nosso propósito ou competência a heurística ou exegese de uma fonte tão complexa como o Itinerário de Antonino, não podemos deixar de recordar a evidência de que

---

[856] Assim o regista o *Reportório Toponímico de Portugal. Vol. 03 – Continente* (Lisboa, Ministério do Exército, 1967), que apresenta a listagem alfabética de todos os nomes constantes das Cartas Militares, à escala 1: 25 000, da cobertura nacional. Se procurarmos formas derivadas, como *Galegos*, e afins, o número aproxima-se da centena de ocorrências.

[857] Vejam-se, por exemplo, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, *s.v. cale*) ou o, igualmente tradicional, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (Lisboa, Livros Horizonte, 3ª ed., 1977, *s.v. cal, cale*, etc.). Mas o termo poderá ter outras significações, como o sugere o nome de *Caaes*, aplicado em 1258, a uma ermida-santuário, em Cinfães, no baixo Douro, hoje conhecida como de Nossa Senhora de *Cales*, ou *Caliz* (RESENDE, 2015: 363, n. 34).

[858] Veja-se, por exemplo, o TIR, K-29 (PEREIRA-MENAUT, 1991), ALARCÃO, 2004b, ou, os, acima citados, trabalhos de Amílcar Guerra e Üntermann e a sua equipa.

[859] *Vd. infra*, ponto 5.1.2.

[860] *Vd.* ROLDÁN HERVAS (1975: 27-29) para uma detalhada exposição sobre a transmissão documental e edições do Itinerário prévias à de Wesseling.

a natureza das fontes não pode ser alheia ao uso que delas se faz. Na verdade, a insistência na medição, mais ou menos rigorosa, das distâncias entre os pontos assinalados no roteiro, a distribuição dos miliários, ou a discussão entre as *stationes*[861] que parecem redundantes ou em falta em função dos intervalos em milhas ou horas de jornada – debate alimentado pela circunstância, muito comum, dos dados arqueológicos, muitas vezes, não subscreverem, ou até contradizerem, a «teoria viária» –, parece assentar, por vezes, na conceção de que o *Itinerári*o constitui um documento mais ou menos unitário, com uma lógica e critério definidos, fossem estes princípios originais ou normalizados por um ignorado compilador. Nesta linha se inserem, de certo modo, os estudos que justificam a organização do Itinerário em resultado de necessidades militares ou fiscais, como a recoleção da *annona militaris* (VAN BERCHEM, 1937; REED, 1978: 244-247; CHEVALLIER, 1997: 278-280; ARIAS, 2008; RODRÍGUEZ MORALES, 2012)[862], ou que o atribuem, de uma ou outra forma, a um projeto administrativo de um ou mais imperadores ou altos funcionários do Estado (REED, 1978: 247-250; SALWAY, 2001: 58)[863].

Outros autores, pelo contrário, observando a pouca uniformidade, ou mesmo incoerências, no texto, que pode ser descrito como «multiestratificado»[864], propõem para os «itinerários» de Antonino uma origem bastante mais orgânica (ROLDÁN HERVAS, 1975: 23; SALWAY, 2001: 40-58; 2007: 182ss., 203-205;), ou seja, como tendo resultado de compilações diversas de fontes igualmente distintas, fossem roteiros, mais ou menos normalizados, de comerciantes; fossem notas de viajantes particulares (TALBERT, 2007: 263ss.) ou os *tabellaria* que se exibiriam em locais públicos[865] para orientação dos que precisassem de deslocar-se[866], sem prejuízo das compilações ou cópias feitas durante a Idade Média poderem ter convergido para um conjunto de manuscritos paralelos, ou mesmo relativamente homogéneos, reproduzidos talvez a partir de uma matriz comum.

Regressando ao texto do Itinerário para o tema que nos interessa, devemos notar que todas as edições críticas (WESSELING, 1735; PARTHEY; PINDER, 1848 e CUNTZ; WIRTH, 1990 [1929]), bem como a mais antiga versão impressa (TORY, 1512), coincidem na ordem, grafia[867] e distância das estações viárias que importam ao nosso trabalho, correspondentes a um troço da via designada como *ab Olisippone Bracaram Augustam*, conhecida na bibliografia portuguesa como via XVI[868]. Os três últimos pontos do roteiro são ali listados de sul para norte, como segue: «*Langobriga, m.p. XVIII – Calem, m.p. XIII – Bracara m.p. XXXV*»[869], ou seja, 18 milhas de distância da estação anterior (*Talabriga*) a

[861] Termo que usamos aqui em sentido neutro, de «estação» ou ponto viário, sem o sentido preciso, designadamente de função militar em época tardia, que se lhe pode aplicar (CHEVALLIER, 1997: 282; MANTAS, 2014: 244).

[862] Tese que, todavia, é posta em causa por muitos autores, como Pascal ARNAUD (1993) ou B. SALWAY (2007: 182-188).

[863] E esta era, também, a opinião de alguns dos editores modernos do Itinerário, como Wesseling, Parthey e Pinder (ROLDÁN HERVAS, 1975: 21).

[864] Sendo, todavia, a secção do Itinerário respeitante à Hispânia uma daquelas onde se regista uma estrutura mais coerente, como nota TALBERT (2007: 261-262).

[865] Benet SALWAY (2001, 2005, 2007), com base em alguma evidência epigráfica, propôs a existência, à entrada de cada cidade servida por uma via importante, de inscrições – *tabellaria* – com indicações das distâncias até aos locais seguintes, informação que eventualmente poderia estar na base de roteiros escritos como o de Antonino (v. ALMEIDA, 2017: 229-230).

[866] Devendo acrescentar-se, ainda, que o Itinerário parece também organizar-se, em muitos casos, segundo uma lógica pragmática, nodal, topológica (SALWAY, 2001: 28-32; ALMEIDA: 2017: 218-228).

[867] Apenas com pequenas variantes, irrelevantes, na grafia de *Lancobriga/Langobrica* ou *Bracara/Bragara.*

[868] Na bibliografia espanhola, A16, de acordo com a ordenação convencional de Saavedra e Arias (ROLDÁN HERVÁS; CABALLERO CASADO, 2014: 8).

[869] Respetivamente, TORY, 1512: 71; WESSELING, 1735: 421-422; PARTHEY; PINDER, 1848: 200, e CUNTZ; WIRTH, 1990 [1929]: 65.

Lancobriga, 13 milhas desta até *Calem* e, finalmente, 35 milhas a percorrer de *Calem* a *Bracara Augusta*.

A estação viária de *Lancobriga* é usualmente situada no castro de Fiães (Santa Maria da Feira), um povoado castrejo de aparente importância regional e local de entroncamento de vias[870], se bem que os resultados das escavações arqueológicas ali realizadas tenham atestado essa relevância, em especial, para o período do Baixo Império (MANTAS, 1996: 640-645; SILVA, 1994: 54, 95)[871]. De *Lancobriga* até *Calem* distariam, segundo o Itinerário, 13 milhas romanas. Se bem que possa discutir-se o valor da milha a aplicar[872], não há grande razão para discordarmos da proposta de Vasco MANTAS (1996: 429-435; 2008: 249), que utiliza a medida da milha-padrão romana (1481,5 metros), do que resulta uma distância de pouco mais de 19 quilómetros até ao ponto onde deveria achar-se a estação viária identificada como *Calem*.

Bastante atenção tem sido dada à circunstância da menção à *statio* se encontrar com desinência de acusativo, podendo subentender-se a preposição *ad*, como sucede em muitas outras estações do Itinerário. Tratar-se-ia, assim, de mais um caso de «acusativo de proximidade», como foi proposto, porventura pela primeira vez, por Torquato de Sousa Soares, que sublinhou «a forma acusativa de *Calem,* a denunciar que a estrada passava, não pela povoação, mas próximo dela» (SOARES, 1957: 310)[873], interpretação à qual depois chegaram também Gonzalo ARIAS (1963) e RÓLDAN HERVAS (1966; 1975: 31-32) e que, com poucas exceções (RODRÍGUEZ MORALES, 2011), tem sido bem acolhida nos estudos viários posteriores, independentemente da maior ou menor proximidade entre a *mansio* e a localidade vizinha ou do afastamento a admitir em relação ao eventual *diuerticulum* ou «empalme» da estrada[874] (ARIAS, 1963; MANTAS, 1996: 201-203; CHEVALLIER, 1997:

---

[870] Além da via XVI do Itinerário, que aqui entroncava nesta estrada principal, uma outra importante via, que ligava *Vissaium* (Viseu) ao corredor litoral. O traçado desta via não está ainda suficientemente reconhecido, mas identifica-se, por exemplo, na serra da Freita e em outros pontos do vizinho concelho de Arouca (SILVA, 2004a: 273-279), tendo mesmo sido objeto de trabalhos de escavação arqueológica (LEMOS; SILVA, 2006).

[871] O castro de Fiães foi objeto de escavações antigas deficientemente publicadas (CORREIA, 1925) e de novos trabalhos na década de 1970, estes com maior documentação mas feitos em áreas limitadas, pondo à vista uma parte da muralha e de uma área residencial (ALMEIDA; SANTOS, 1971; 1972). Não havendo dados para sublinhar uma particular importância regional do povoado, integrado na região dos *Turduli Veteres*, durante a Idade do Ferro (SILVA, 1994; 1999; 2005a), parece ter ficado melhor atestado o seu desenvolvimento no Baixo-Império, como foi testemunhado pelas cerâmicas (ALMEIDA, CF, 1972a; 1972b) e por dois tesouros monetários ocultados em meados do século V (CENTENO, 1976: 174; SILVA, 219-220). A identificação do povoado com a *Lancobriga* do Itinerário, com alguma tradição e generalizada aceitação entre os estudiosos da região, decorre do cômputo das distâncias e da leitura da última linha de uma ara dedicada a *Iuppite*r como: *IOVI/O(ptimo) M)aximo)/P(osuit* vel *uerunt) L(ancobrica* vel *ancobrigenses) L(ibens)*, interpretação proposta por ALMEIDA e SANTOS (1971: 158-159) e aceite por GARCIA (1991: 395), se bem que MANTAS (1996: 641) coloque dúvidas a esta leitura, mesmo admitindo a identificação nominal do sítio. Em contrapartida, a localização da estação anterior (*Talabriga*), mencionada tanto por Plínio (IV, 35, 113), como no Itinerário, tem sido objeto de ampla controvérsia (PEREIRA, 1907; ALARCÃO, 2004a; SILVA, 2015b com revisão da bibliografia). A questão não nos importa diretamente neste trabalho, mas o sítio de *Talabriga* implica, naturalmente, o de *Lancobriga*, em função das distâncias do roteiro.

[872] O que, por vezes, parece feito em função da conveniência de localizar as estações, como lastima MANTAS (2014: 235). Não obstante, dada a distância relativamente curta entre *Lancobriga* e *Calem*, pequenas divergências no cálculo da medida miliária não afetam sensivelmente a localização de ambas as estações.

[873] Sousa Soares apoia-se na opinião do filólogo Joaquim da Silva (*ibid*., nota 41).

[874] A «teoria de los empalmes» (ARIAS, 1963), aplicada precisamente às designações do Itinerário sob a forma acusativa (com ou sem a preposição *ad*) «permite trabajar con la hipótesis de que no todas los enclaves incluídos en los recorridos antoninianos se hallaban al paso de la ruta, sino que algunas ciudades se identificaban por la *mansio* (lo que Arias denomina empalme), mientras que la ciudad se hallaba, en realidad, a cierta distancia del caminho» (ROLDÁN HERVÁS; CABALLERO CASADO, 2014: 7), ou seja, que a distância medida em milhas se deve contabilizar não em relação a um determinado aglomerado populacional, mas sim ao entroncamento da via principal que lhe dá acesso. Alguns estudiosos, porém, mostram-se céticos sobre este critério, designadamente nos casos de acusativo sem *ad* (MANTAS, 2009: 246; 2014: 238-239). Curiosamente, em estudos feitos sobre a antiga *Cale* da região italiana da

283; ROLDÁN HERVÁS; CABALLERO CASADO, 2014: 7; ALMEIDA, MJ, 2017: 225). Nesta linha, parece ser admissível que a forma *Calem* presente no itinerário antoniniano possa significar que a distância de *XIII milia passuum* medida desde *Lancobriga* não apontasse exatamente ao local de *Cale* (MANTAS, 1996: 648-649; 2009: 246; 2012: 81; SILVA, 2018: 46), mas a um sítio preciso nas suas imediações[875].

Não tendo ainda sido possível à arqueologia ou à epigrafia darem contributo decisivo para a localização da estação viária, o debate foi sempre iniciado pela medição das distâncias, por vários processos e recorrendo aos traçados melhor documentados ou mais plausíveis. Porém, e na sequência do que anteriormente explicitámos, é nosso entendimento que, na utilização desta fonte escrita, tanto a seleção dos pontos elencados neste género de roteiros, como a própria distância entre eles, devem ser interpretados com alguma tolerância. A excessiva discussão sobre o valor métrico da milha utilizada ou a medição rigorosa dos intervalos por forma a que os *milia passuum* coincidam, com precisão, com as *mansiones* ou *mutationes* principais, quase permite imaginar que a medição viária era feita entre a porta de uma *mansio* e a entrada da outra, o que obviamente não era o caso. Não só o sítio exato dos *capita viarum* dentro das localidades é, na maior parte dos casos, desconhecido, como as circunstâncias orográficas ou a presença de cursos de água influenciaria o cômputo das distâncias, para além destas serem também fornecidas por arredondamento[876].

Em conformidade com este ponto de vista – e regressando ao nosso fio condutor – chegamos à questão essencial: em que margem do rio situar *Cale*? Muitos autores, não atendendo ao referido acusativo de proximidade, confundem a localização do ponto viário com a do próprio núcleo urbano, o que não é necessariamente a mesma coisa.

A consideração das 13 milhas que medeiam entre *Lancobriga*[877] e *Calem* permite avaliar – se admitirmos uma margem de uma milha e meia (seja por erro de medição ou por conveniência de implantação da *mansio*) – uma área potencial de localização daquela estrutura viária que corresponde, na atualidade, a uma significativa parte da zona urbana central de Vila Nova de Gaia a sul do Douro, seguindo o presumido traçado da via[878]; como

---

Úmbria, atual Cagli (*vd. infra*, ponto 5.1.2.5), mencionada no mesmo Itinerário de Antonino como *«Ad Calem»*, admite-se também que a proposição latina tenha, igualmente, o sentido de «perto de» (AGNATI, 1999: 516). Contra esta interpretação manifestam-se Ferrer e Colmenero, citando ARNAUD (1993: 34), os quais julgam que a preposição *ad* se limita a assinalar, de um forma geral, o ponto de chegada da rota, ao contrário de *ab* com ablativo, que naturalmente indica a origem (FERRER SIERRA; RODRÍGUEZ COLMENERO, 2004: 125, n. 58).

875 Aspeto que, convenhamos, em nada facilita a tarefa da identificação ou localização de *Cale* se nos guiarmos pelas distâncias do Itinerário.

876 Pelo que uma variação de meia milha, parece-nos, terá sempre de ser admitida, como aliás propôs Raymond CHEVALLIER (1997: 283). Na mesma linha, quer admitamos a «teoria de los empalmes» de Gonzalo Arias, quer aceitemos que algumas *mansiones*, porventura as indicadas com o nome em acusativo, ficavam junto da via, enquanto a localidade principal se situava a maior distância (como sugerido também por CHEVALLIER, *idem, ibid*., independentemente da forma da designação da *mansio*), obrigamo-nos a tolerar nas distâncias do Itinerário uma variabilidade não despicienda.

877 Seja a partir da área central do povoado ou da *mansio* que talvez lhe ficasse no sopé, mas não há qualquer evidência a respeito deste elemento, salvo a própria existência de um castro, ao que parece, bastante romanizado.

878 Embora tenhamos inventariado diversos troços de vias antigas cuja cronologia romana nos pareceu mais plausível (Veja-se nos *Anexos*, o ponto 9.2), não ensaiámos qualquer reconstituição do seu traçado, com exceção de algumas considerações sobre o percurso na cidade do Porto. Todavia, as variantes de traçado que são admissíveis para o troço último da via XVI na sua aproximação ao Douro não nos parecem muito significativas para a avaliação da localização hipotética da *mansio* de Cale. A variante mais divergente, proposta por Mário SAA (1960: 104, 169-170) e adotada, talvez com menor conhecimento da realidade local por Gonzalo ARIAS (2004: 295-296, 304) e o estudioso da região A. MESQUITA (2009: 36, 53ss.), é a que «desvia», a partir de Lancobriga, a mesma via XVI alguns quilómetros para montante do rio, fazendo o seu atravessamento pela área do Castelo de Crestuma. Esta hipótese não é sustentável, se bem que Crestuma fosse, de facto, um ponto de passagem do rio e, como tal, servido por vias de época romana, mas certamente de segunda ordem. Todavia, a partir da Idade Média, este trajeto terá ganho importância, nomeadamente como caminho de peregrinação a Santiago de Compostela (MAGALHÃES, 1992: 8).

também não inviabiliza, neste raciocínio, que a *mansio* se situasse já na margem norte do rio Douro.

Na verdade, não sendo o traçado da via totalmente seguro[879] e sem existir qualquer evidência material de eventuais estações viárias, tudo o que possamos fazer resume-se a conjeturas, mas a implantação da *mansio*[880] de Cale teve certamente em conta um elemento fundamental, se bem que aparentemente ignorado neste roteiro – a presença de um rio de grande expressão, por vezes agitado pela influência das marés, sujeito a cheias cíclicas devastadoras[881], e de caudal muito irregular nas estações chuvosas, não só «rio de mau navegar» (PEREIRA, 2005: 22ss.; MORAIS, 2018: 26), como atesta a tradição[882], mas também, muitas vezes, rio «de mau atravessar».

A travessia do Douro seria feita certamente por barca, conforme se atesta até tempos modernos (DUARTE; BARROS, 1997: 97-108),[883] não necessariamente através de um percurso perpendicular ao rio mas – dependendo da embarcação e da capacidade e experiência dos remadores – com pontos de contacto algo desencontrados, por forma a aproveitar a força da corrente na passagem desde o sul (PONTE, 1987: 216), e poder mais facilmente vencê-la aproveitando a praia-mar no sentido inverso[884]. Esta circunstância, a que nem sempre se presta atenção, pode ter implicações na análise que se faça, quer dos pontos de atravessamento e acostagem ou desembarque numa e outra margem, que poderiam ser múltiplos[885]; quer do próprio traçado da via na sua parte de encontro com o rio, quer, naturalmente do local onde possa ter estado instalada a *mansio.* A arqueologia não pôde ainda contribuir com dados esclarecedores para a análise destas questões, com exceção dos traçados viários, que discutimos em ponto próprio[886], o que não inviabiliza que sobre a *mansio* de Calem possamos adiantar algumas sugestões ou linhas de pesquisa.

Parece-nos ser de admitir, à luz da linguística, dos estudos feitos sobre o Itinerário e da própria realidade histórica e arqueológica, a flexão *Calem* como, efetivamente, um acusativo latino de proximidade. Não podendo discutir-se a eventual existência de qualquer «empalme»

---

[879] Em especial, no que interessa a esta discussão, nas últimas duas milhas deste tramo, desde a parte alta de Gaia (Rechousa – Santo Ovídio) até ao rio.

[880] O Itinerário não distingue, para a península e a maior parte das regiões descritas, a natureza ou tipologia das estações viárias. Mas as *mansiones* predominavam nos itinerários lusitanos (MANTAS, 2014: 233-234) é praticamente seguro que, pelo menos nesta via, todos os pontos indicados seriam *mansiones*, ou seja uma das categorias mais completas das estações, que além de estações de muda de cavalos, possuíam instalações para alojamento dos viajantes e, porventura, termas ou outras comodidades. Também nesta mesma via, as estações de paragem entre *Olisipo* e *Bracara*, corresponderiam todas a núcleos que podemos descrever como urbanos, fossem cidades, *uici* ou castros romanizados.

[881] Vejam-se, entre outros, TATO, 1966; PEREIRA, 2005; MESQUITA, 2009: 44; BARROS, 2016: 39-40; AMORIM; SILVA; GARCIA, 2017 e LOPES, 2018.

[882] Tendo em atenção não só as tradicionais dificuldades da entrada na barra como, também, a navegação em alguns troços superiores do rio (vejam-se, por exemplo, DUARTE; BARROS, 1997 e MORAIS, 2018).

[883] A travessia do rio com o recurso a «barcas de passagem» era o único recurso na Antiguidade, pois o Douro só teve pontes permanentes a partir do século XIX (PONTE, 1987; DUARTE; BARROS, 1997; SEIXAS, 2005; CAMPOS, 2017; MORAIS, 2018), o que não obsta a que, em circunstâncias excecionais, como por exemplo a travessia de um exército, se pudessem instalar pontes provisórias, assentes sobre barcaças (ALARCÃO, 2005b: 304), como aliás foi a primeira ponte permanente entre o Porto e Vila Nova de Gaia, montada em 1806 (CAMPOS, 2017).

[884] Devo preciosas informações sobre estas questões – que se aprendem mais na experiência que na bibliografia – ao atual «barqueiro» do Porto, Gastão Teixeira (PEREIRA, 2018) e ao crestumense Álvaro Meireles, a quem cumpre prestar pontual nota de agradecimento. Sobre a experiência de navegação tradicional no Baixo Douro ver também a história de vida de um barqueiro contemporâneo em SEIXAS, 2005.

[885] Obrigando até, porventura, a procurar vaus em época estival ou pontos de atravessamento mais favoráveis a montante, por exemplo na zona de Crestuma, onde, antes da construção da barragem, se podia atravessar o rio a pé durante o Verão ou períodos de seca, como confirmamos junto de habitantes locais e se encontra registado por diversos autores (SAA, 1960: 170).

[886] *Vd. infra*, ponto 5.3.3.1.5.

ou sequer a distância a que, hipoteticamente, a estação viária estaria do núcleo de Cale, entendemos como mais provável que a *mansio*[887] se situasse na margem sul, independentemente de a sua designação referir a sua proximidade com o povoado fronteiro de Cale.[888] Fundamentamos esta proposta, não tanto na contagem da distância miliária (para a qual seria despiciendo o acréscimo da travessia do rio), mas nas características orográficas do território da margem sul, que apresenta um declive mais acentuado, algumas escarpas pronunciadas, e conta com poucos cursos de água afluentes do Douro, tornando mais custoso o acesso ao rio, como se documentou até à época moderna (SILVA, 2018: 46)[889]. O viajante que chegasse às proximidades do Douro, vindo do sul, neste caso, em época de Inverno, teria muitas possibilidades de deparar-se ou com um período de cheias (OLIVEIRA, 1973: 121 ss.; MORAIS, 2018: 25-26) ou, mais regularmente, com um rio engrossado, torrentoso e pouco propício ao atravessamento de pessoas, mercadorias ou animais. Teria, por isso, obrigatoriamente, de acomodar-se e esperar algum tempo até que um barqueiro o levasse em segurança, o que naturalmente recomenda a instalação da *mansio* de Calem na margem esquerda do Douro (*Idem, ibid*.)[890].

O viajante que chegasse a *Cale,* proveniente de *Bracara* ou de regiões mais setentrionais, para atravessar o rio, teria certamente problema idêntico, mas nada impede que na margem norte existisse outra *mansio* ou acomodações similares onde pudesse instalar-se (ALARCÃO, 2005b: 304). Se assim foi, o facto do Itinerário mencionar apenas a estação viária da margem gaiense, decorre da mera estruturação do roteiro, desenhado de sul para norte, parecendo redundante ao compilador mencionar outro ponto de apoio tão próximo do anterior. No que se refere à localização destas estruturas de apoio aos viajantes, tanto a da margem esquerda como a supostamente simétrica da margem oposta, podemos supor que não deveriam estar situadas muito próximo do rio, para evitar o risco e o temor das cheias periódicas (OLIVEIRA, 1973: 121 ss.; MORAIS, 2018: 26), mas bastaria um afastamento de escassas centenas de metros para afastar esse incómodo, pelo que talvez possamos considerar *Calem* como uma verdadeira *mansio* fluvial, associada às instalações portuárias (CHEVALLIER, 1997: 284) relacionadas com este importante enclave atlântico (MORAIS, 2018: 29), servindo, assim, tanto os viajantes terrestres, como aqueles que chegassem por via marítima e pretendessem subir o rio[891].

Na margem esquerda do troço terminal do Douro, os únicos núcleos de povoamento antigo conhecidos são os do Castelo de Gaia, um povoado castrejo com origens proto-históricas e, a escassa distância para sudeste, o *uicus* que designámos convencionalmente

---

[887] MANTAS sugeriu que a estação da margem esquerda do rio, pela proximidade à cidade, seria mera *statio* ou *mutatio* (1996: 651). Não é o que pensamos, pelo que aqui se expõe, nem vemos qualquer inconveniente em que pudessem existir duas *mansiones* sucessivas, até porque é a referência a esta classe de sítios que o Itinerário parece privilegiar, como já notámos.

[888] Que assim constituiria, à data de compilação do itinerário ou das suas fontes, núcleo de importância superior, por qualquer razão, ao povoado que igualmente existia na margem sul; ou doutro modo não se compreenderia a designação da *mansio*. No mesmo sentido, o da localização da *mansio* na margem esquerda, parece apontar a opinião de Vasco MANTAS (2009: 246; 2012: 81).

[889] Entre diversos testemunhos, podemos citar a narrativa da chegada ao Porto, em pleno inverno de 1789, do arquiteto irlandês James Murphy, o qual, em posterior crónica da viagem, alarga-se sobre as proverbiais dificuldades e perigos da entrada na barra, não deixando de referir também a custosa viagem empreendida desde a ribeira do Douro até aos Carvalhos, alguns quilómetros mais a sul, deplorando a falta de estradas («*there is not a perch of what we should call a road*»), substituídas por caminhos lamacentos e irregulares, que obrigavam a grande esforço braçal para desatolar e fazer avançar a carruagem (MURPHY, 1795: 2, 18).

[890] Em alternativa, naturalmente, poderia sempre aguardar na *mansio* de *Lancobriga* pela melhoria das condições, considerando a distância relativamente curta até *Cale*.

[891] V. Mantas relaciona mesmo a própria construção da via XVI, durante os primeiros júlio-cláudios, com o interesse de ligar o importante enclave portuário da foz do Douro ao de *Aeminium*, Coimbra (MANTAS, 2004: 441-442).

como Vila Nova[892]. Para montante do rio, descartado o ignorado «castro» de Mafamude[893], apenas em Crestuma, uma dúzia de quilómetros a nascente, a pouco tempo de viagem mesmo numa embarcação pequena, tem assento um importante apoio portuário tardo-antigo[894], pelo que, não sendo razoável atrair para aqui a Via XVI antonina[895], deveremos apontar o sítio da hospedaria e muda de cavalos de *Calem* para a zona de Vila Nova[896], ou mais no sopé do Castelo, locais onde, infelizmente, a continuada e plurissecular urbanização dificilmente possibilitará que vejam a luz do dia quaisquer relíquias dessas instalações[897].

Queremos ainda acrescentar uma última observação, que não temos visto discutida, e que se relaciona diretamente com a datação do próprio Itinerário de Antonino, compilação que, como atrás dissemos, parece remontar a cerca do ano 300, podendo incorporar, segundo alguns autores, informação de começos desse século ou mesmo – com menos defensores – do período de Augusto. Na verdade, a referência a *Calem* neste documento é a última que se observa em documentos da Antiguidade[898] e, mesmo admitindo que o nome proviesse de um «estrato» mais antigo do Itinerário, seria improvável que o seu compilador não procedesse à devida atualização toponímica se nos finais do século III *Cale* já não fosse conhecida como tal[899]. Assim, surgindo a cidade designada já como «*Portumcale*» na Crónica de Idácio, composta por volta de 469, poderá ter sido entre os séculos IV e V que o nome *Cale* terá caído em desuso ou foi gradualmente substituído pelo composto *Portumcale*. Pelo menos, assim justifica Jorge de Alarcão a expressão com que o bispo flaviense descreve o local da prisão de Requiário: «*locum qui portumcale appellatur*» (TRANOY, 1974, I: 156-7, § 175), parecendo querer dizer que aquela nomeação do sítio não tinha sido ainda muito sedimentada pelo tempo e pelo uso (ALARCÃO, 2019a: 11-12).

5.1.2. Salústio [Sérvio Honorato – I. Vossius] e a suposta tomada de *Cale*

Uma das fontes tradicionalmente mencionada como constituindo a primeira referência cronológica a Cale, indica ter sido, alegadamente, conquistada por Perperna, no ano de 74 ou 73 a.C., no contexto das guerras sertorianas. Esta informação é atribuída a Salústio (86-34 a.C.) – «el primero y el último gran historiador de la República Romana» (SCHULTEN, 1949: 17) – mas cuja obra maioritariamente se perdeu, pelo gramático Sérvio Honorato, um dos comentadores de Vergílio[900], já nos finais do século IV.

---

[892] *Vd. infra,* ponto 5.3.2 e 5.3.4.2.

[893] *Vd. supra*, ponto 3.2.1.

[894] *Vd. supra*, ponto 4.3.2.2.

[895] *Vd. supra*, ponto 4.3.2.6.

[896] Também Alarcão sugere que aí poderia situar-se o encontro da estrada romana com o Douro, «sensivelmente num ponto ligeiramente a ocidente da igreja de Santa Marinha» (ALARCÃO, 2019a: 9).

[897] Com efeito uma *mansio* de certa importância, a avaliar pelos restos arqueológicos conservados de algumas e reconstituições planimétricas ensaiadas (CHEVALLIER, 1997: 285-291; MANTAS, 2014: 245-246) ocupava uma área considerável, exigindo, similarmente, uma escavação extensiva de alguma expressão para que eventuais ruínas arqueológicas possam vir a ser identificadas com aquela classe de estruturas. Tal parece dificilmente exequível na área baixa da freguesia gaiense de Santa Marinha, pela densidade e consolidação histórica do tecido urbano existente desde, pelo menos, a Idade Média.

[898] Não considerando a de Sérvio Honorato (v. ponto seguinte 5.1.2), por estar referida a uma citação de um autor do século I a.C. e não, necessariamente, a uma realidade do seu tempo.

[899] A menos que não conhecesse a região, naturalmente.

[900] A obra de Virgílio teve grande repercussão e impacto ainda no seu tempo e nos séculos subsequentes (ZIOLKOWSKI; PUTNAM, 2008). Três dos mais importantes comentários ao poeta datam de entre meados do século IV e começos do século V, e devem-se a *Maurus Servius Honoratus*, *Aelius Donatus* e *Tiberius Claudius Donatus,* sendo o primeiro o mais usado, enquanto a obra de Aelio Donato se perdeu (LANDIS, 2009: 1-2).

Se bem que muito controversa, esta alusão documental possui a sua importância, pois, a admitir-se a sua veracidade e interpretação, não só representará a mais antiga referência ao povoado de *Cale*, com lhe atribui mesmo um preciso sucesso histórico, que pode datar-se num âmbito cronológico não muito alargado. Assim, a aceitação desta fonte, não só confirma a designação do local, alguns séculos antes do relativamente vago *Ad Calem* com que a localidade ocorre no «Itinerário de Antonino», como nos traz ao conhecimento que o sítio já era assim nomeado na década de 70 a.C.

Não obstante, o modo passageiro com que os autores modernos, na sua generalidade, se referem a esta fonte – seja para a admitir, acriticamente; seja para manifestar dúvidas, igualmente pouco fundamentadas – justifica que nos detenhamos sobre a génese e percurso historiográfico desta menção a Cale, iluminando um pouco e trazendo a debate a opinião daqueles que, de forma mais alicerçada, a puseram em questão.

5.1.2.1. Salústio, as *Historiae* e Perperna

Gaius Sallustius Crispus terá nascido, no ano de 86 a.C., na cidade sabina de *Amiternum*, praticamente no centro da península itálica. A sua vida decorreu num século de profunda agitação social e política e nela também Salústio se envolveu, tomando partido pelas facções populares; o seu *cursus honorum* levou-o, talvez, de questor (55) a tribuno da plebe (52), pretor e, mais tarde, após outros percalços e algumas mal sucedidas campanhas militares, a governador de uma província do norte de África; retirado da vida pública a seguir ao assassínio de César (44), dedicou os últimos anos da sua vida aos escritos históricos. Na sua obra, para além de duas cartas e um discurso contra Cícero, avultam duas grandes monografias – *Conjuração de Catilina* e *Guerra de Jugurta*[901] – e as *Historiae*, compostas entre 39 e o ano da sua morte (35 a.C.) e destinadas a ser a sua obra maior, que todavia ficou incompleta e, em grande medida, se perdeu[902].

Na verdade, o último códice, talvez integral, das «Historias» de Salústio desapareceu no século VII, e os únicos testemunhos diretos da obra resumem-se a três papiros e a um códice do século IX[903], o mais importante, mas que transcreve apenas quatro discursos e duas cartas da obra (MARTOS, 2016: 228). Tudo o resto, tem vindo a ser pacientemente compilado, desde os finais da Idade Média, a partir de mais de meio milhar de citações e referências indiretas que se encontram nas obras de muitos autores latinos e gregos, sobretudo gramáticos e escoliastas de época tardo-antiga e medieval (MAURENBRECHER, 1893: VIII-XV; REYNOLDS, 1991: V-XX; OSMOND; ULERY, 2003: 301-315; BARTOLOMÉ SEGURA, 1997: 32). Parte dessas citações contêm referências à sua localização na obra original, mas muitas não as apresentam, sendo que a larga maioria se resume a um par de linhas ou simples sequências de palavras que dificilmente permitem perceber o contexto ou enquadramento original (MARTOS, 2016: 228).

Assim, se bem que a estrutura original das *Historiae*, como as redigiu Salústio, fosse já constituída por informações relativamente atomizadas, embora cronologicamente ordenadas, muito distinta da organização das anteriores monografias do autor ou mesmo do género analístico mais convencional (FRASSINETTI, 1963: 23; POSADAS, 2006: 23), o trabalho de

[901] Que constituem, a par dos comentários de César sobre a guerra civil e a das Gálias, as únicas obras da historiografia romana que chegaram completas aos nossos dias (MARTOS FÉRNANDEZ, 2016: 27; 2018: 9).

[902] Vejam-se, entre outros, FRASSINETTI, 1963: 23-4; McGUSHIN, 1994: 1-3; BARTOLOMÉ SEGURA, 1997: 7-15, 30-33; POSADAS, 2006: 11-22; LA PENNA, 2013: 263-278; FRASSINETTI; DI SALVO, 2013; LA PENNA; FUNARI, 2015: 45-46 e MARTOS FERNÁNDEZ, 2018: 10-27 e GERRISH, 2019 para o conjunto da obra salustiana.

[903] O códice identificado como *Vaticanus Latinus,* n.º 3864, conservado na Biblioteca Apostólica Vaticana (https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3864).

várias gerações de filólogos, ao longo dos últimos séculos, tem sido o de compor o verdadeiro *«puzzle»* das histórias salustianas, mais consensual para alguns fragmentos, controverso para outros, restando uma parte das frases e expressões atribuídas a Salústio naquela obra em *incerta sedes*, sendo por isso corrente que muitas das edições dos cinco livros de que se compõe as «Histórias» se titulem *«fragmenta»* ou *«reliquae historiarum»*, sendo, por essas circunstâncias, «*un texto escurridizo tanto para filólogos como para historiadores*» (RODRÍGUEZ HORRILLO, 2012: 109). Nesta linha, há, entre os editores modernos de Salústio, duas escolas, uma mais historicista, que visa integrar os fragmentos das *Historiae* salustianas num quadro histórico evolutivo global[904]; outra, mais cética desta possibilidade de «*ricomporre sulla base di frammenti esigui e spesso incerti un'opera perduta*», como expressou Funari,[905] e que valoriza mais os aspetos contextuais dos fragmentos na sua origem[906].

E deparamo-nos, assim, com a figura, relativamente mal conhecida, de M. Perperna Veiento (c. 122-72 a.C.). Proveniente de uma família com seguras origens na Etrúria, ou mesmo no *ager veientanus*, o que explicará o uso do *cognomen* (HALL, 1996: 165, 184, n. 105) os Perperna[907] ascenderam, ao longo de várias gerações, a importantes magistraturas da República. Perperna Veientão foi, provavelmente, neto e filho de cônsules com o mesmo nome, designadamente M. Perperna (147-49 a.C.), que exerceu a função no ano de 92 e foi censor em 86 (MONTERO HERRERO, 2008: 289). De ascendência patrícia, Perperna Veientão envolveu-se, com naturalidade, na vida política, tornando-se amigo de Mário e ficando ligado aos *populares*; nomeado pretor e governador da Sicília (82), foi um dos proscritos de Sula e teve de fugir da ilha à chegada da armada de Gneus Pompeius, refugiando-se na Mauritânia (ALBUQUERQUE, 1962: 4) ou, mais provavelmente, na Ligúria (MONTERO HERRERO, *Ibidem;* GAGGERO, 2003: 971; AMELA VALVERDE, 2003: 53, n. 15). Em circunstâncias que desconhecemos ter-se-á juntado a Emílio Lépido no ano de 78 a.C. e após a derrota e morte do ex-cônsul, no ano seguinte, juntou-se a Sertório na *bellum hispaniense* ou *sertoriana*, a luta que, em terras hispanas, aquele travava contra os *optimates* que governavam Roma[908].

Como interveniente na vida política e militar da época, Marco Perperna Veientão é uma das personalidades que ocorre – se bem que esparsamente e com escasso protagonismo – nas *Historiae.* Naturalmente, desconhecemos quais seriam as referências feitas ao pretor na versão original desta obra de Salústio, mas pelo que pode observar-se na reconstituição literária de que dispomos, dela constam apenas quatro passagens que fazem menção àquela personalidade, todas elas provenientes de citações ou evocações de autores posteriores, designadamente *M. Seruius Honoratus*, um gramático da transição do século IV para o V.

---

[904] Do que é exemplo a compilação referencial de Bertold MAURENBRECHER (1891-1893), com as sistemáticas *enarrationes* a introduzir cada secção.

[905] Rodolfo Funari – *Historiarum Fragmenta. C. Sallusti Crispi; edidit commentarique instruxit Rodolphus Funari*. Amsterdam: A. M. Hakkert, 1996, vol I., p. III (cit. por JURADO *et al*., 2011: 182).

[906] Esta observação é relevante pois, como se verá de seguida, alguns autores modernos, por desatenção, tomam as referências de Salústio, designadamente sua alegada menção à «*Gallaecia*», como original, desconsiderando a natureza das *Historiae* e, sobretudo, as questões da transmissão literária. Ver, sobre este aspeto, os interessantes comentários de JURADO *et al*. (2011) às «Histórias», propondo precisamente novas edições, com recurso às ferramentas de hipertexto, como forma de agilizar e rentabilizar o acesso ao aparato crítico de textos desta natureza.

[907] O gentilício surge também, por vezes, grafado como *Perpenna* e como tal é usado por diversos autores. Parece ser preferível, porém, a forma *Perperna*, tal como se encontra registada nos *Fasti consulares capitolini*, em Roma.

[908] A cronologia e detalhes militares e estratégicos deste conflito só pontualmente nos interessarão aqui, e bem assim a figura de Sertório, sobre a qual existe ampla bibliografia, com destaque para as obras de SCHULTEN (1926; 1949), GARCÍA-MORÁ (1991a; 1991b) e SPANN (1976; 1987).

A primeira referência, incluída no livro II pelos editores de Salústio, poderia inserir-se na descrição dos eventos bélicos de 75, ano que Perperna, então na Hispânia, quase é derrotado por Pompeio em Valencia, e resume-se a uma lacónica frase – «*Perpernae tam paucis prospectis uera est aestimanda...»* (II, 55)[909] – ainda para mais truncada, especulando os editores sobre qual poderia ser o substantivo que desse sentido à frase, traduzida numa versão em castelhano como «*La* […] *de Perperna, aunque tomara tan pocas precauciones, ha de considerarse digna de estima*» (MARTOS, 2018: 466),[910] variando as sugestões entre *fortitude*, *uirtus* (MAURENBRECHER, 1893: 83), *ratio* (FRASSINETTI, 1963: 284 ; POSADAS, 2006: 115) ou ainda outras opções (MARTOS, 2018: 466, n. 1345).

As duas últimas referências, interessantes mas igualmente irrelevantes para o nosso propósito, constam do livro III (§ 83 e 85) e informam-nos, a primeira, da disposição física de Perperna e dos restantes convivas nos sofás do *triclinium* durante o banquete no qual Sertório foi assassinado (MARTOS, 2018: 532, n. 1582)[911]; enquanto a derradeira menção explicita que após o assassínio do líder, Perperna entrou em fuga[912] e terá sido reconhecido pelo condutor das mulas de um comerciante.

Chegamos, deste modo, à última referência das *Historiae* a Perperna (Livro III, § 43), atribuída ao historiador latino por *M. Seruius Honoratus*[913] e que surge em diferentes edições com diversas variantes, quer na versão latina, quer nas suas traduções nas línguas modernas. MAURENBRECHER (1893: 125), seguido por outros editores modernos (FRASSINETTI; DI SALVO, 2013), transcreve essa passagem, a partir dos comentários de Vossius[914] da seguinte forma:

> *«Cales, civitas est Campaniae .... est et in Gallaecia, quam Sallustius captam a Perperna commemorat»*

e bem assim, igualmente truncada na transcrição, a apresenta, por exemplo, Juan Luis POSADAS (2006: 150):

> *«Cales, ciuitas est... in Gallaecia, quam captam a Perperna».*

Desde logo, com base nesta deficiente transcrição do texto de Vossio, resulta também a confusão toponímica de *Cales* com *Cale*, em que incorrem a maior parte das traduções que vimos manejando[915]:

> «*Cales, in Gallaecia, fu presa da Perperna*» (FRASSINETTI, 1963: 299);

---

[909] Seguimos, como a maior parte dos autores, a ordenação dos trechos de Salústio feita por MAURENBRECHER (1893).

[910] Não existe ainda qualquer tradução das *Historiae* de Salústio para português, ao contrário do que sucede com a *Conjuração de Catilina*, a *Guerra de Jugurta* e outros textos do autor, traduzidos tanto em Portugal (FEIO, 1850; SILVA, 1974) como em várias edições feitas no Brasil.

[911] *«Igitur discubuere: Sertorius inferior in medio, super eum L. Fabius Hispaniensis senator ex proscriptis, in summo Antonius et infra scriba Sertorii Uersius, et alter scriba Maecenas in imo medius inter Tarquitium et dominum Perpernam»* (III, 83).

[912] Provavelmente, num primeiro momento, podemos imaginar – porque as fontes não o dizem – para escapar à perseguição da guarda pessoal e das tropas fiéis a Sertório. O texto em causa diz: *«Perpernam forte cognoscit mulio redemptoris»* (III, 85).

[913] *Vd.,* a seguir, ponto 5.1.2.2.

[914] De forma truncada, como adiante se verá. *Vd. infra*, ponto 5.1.2.3.

[915] Para além da tradução, algo insólita, em duas delas, de *Gallaecia* por «Galicia», anacronismo que nada fundamenta.

«*Cales, ciudada situada en Galicia, fue conquistada por Perperna*» (POSADAS, 2006: 150);

«*Cales es una ciudad de Campania… Hay outra en Galicia de la que cuenta Salustio que fue tomada por Perperna*» (MARTOS, 2018: 510)[916].

Importa por isso que deixemos temporariamente Salústio, cujo texto original, a propósito de Perperna e de Cale, provavelmente nunca viremos a conhecer, para nos focarmos na fonte secundária onde foi recolhido este extrato, os comentários à *Eneida* da autoria de Sérvio Honorato.

5.1.2.2. Sérvio, comentador da *Eneida*

Maurus, ou *Marius Seruius Honoratus*, personalidade da qual apenas o *nomen* é seguro, variando os restantes antropónimos nos diversos manuscritos e referências terceiras, é uma figura muito mal conhecida, que terá vivido, aproximadamente, entre os anos de 360 e 430 da nossa era (HARRISON, 2013; KASTER, 2014). Considerado como um dos homens mais eruditos do seu tempo, pode caracterizar-se como professor, gramático e comentarista ou exegeta, sendo que estas últimas funções andavam à época extremamente interligadas, pois era nas obras dos maiores mestres da literatura greco-latina que se colhiam os exemplos para o ensino da gramática, a interpretação dos poetas ou a elucidação das palavras, dos mitos ou das etimologias (KASTER, 1978; CAMPANHOLO, 2008:11, 15-25).

Para além de outros trabalhos mais breves, a sua obra *In tria Virgilii Opera Expositio*, redigida provavelmente por volta de 400 e que, aliás, constitui o único tratado completo de um autor clássico que nos chegou da Antiguidade, atingiu grande notoriedade e foi utilizada nos *scholia* de numerosos estudiosos durante os tempos medievais. Todavia, a transmissão documental desta obra – e nomeadamente, na parte que agora nos interessa, a *In Vergilii Aeneidem commentarii* – tem levantado muitas dificuldades aos especialistas (LANDIS, 2009: 1), pois existem numerosos manuscritos, os mais antigos recuando ao século VIII, mas a maioria dos séculos X e XI (RAMIRES, 2003: LXXXI-LXXXIV), que refletem, pelo menos, duas tradições codicológicas (RAMIRES, 2003: XVss.). O texto mais curto, designado habitualmente como *Servius* ou *Servius minor* (S) e cuja autoria não parece levantar dúvidas constitui uma espécie de vulgata; a que se juntam o texto conhecido como *Servius Danielis ou Servius Auctus* (SD), sem menção de autoria e publicado pela primeira vez em 1600 e ainda uma versão menor, com muitas interpolações, do século XV (STOCKER, 1941: 55-56; CAMPANHOLO, 2008: 42ss.; KASTER, 2014; FOWLER, 2019). Há ainda dúvidas na relação do texto de Sérvio com outro importante gramático sensivelmente da mesma época, Donato[917], e alguma confusão, que parece datar já da Idade

[916] Constitui exceção a tradução de Mc Gushin: «*Cales is a town in Campania; again, the town which is in Flaminia is called Cale. The town of this name which Sallust records as captured by Perperna is in Callaecia*» (Mc GUSHIN, 1994: 26). Aliás, a mesma confusão onomástica entre *Cales* e *Cale* (não só a da foz do Douro como a italiana da Úmbria) ocorre em numerosas publicações e cartografia digital em linha, como, por exemplo, o *Digital Atlas of the Roman Empire* (http://imperium.ahlfeldt.se/places/17231.html) ou o projeto *Pleiades* (https://pleiades.stoa.org/places/413058). Poderemos talvez admitir que, em alguns casos, a grafia *Cales* não decorra de um erro, mas da interpretação das referências documentais a ambos os locais deste nome com o acusativo *Calem*, do que poderia flexionar-se, entendendo-se a palavra como de tema em –e, o nominativo *Cales* – como, aliás, quis interpretar Leite de VASCONCELOS (1931: 51) – mas a este assunto voltaremos mais adiante.

[917] *Aelius Donatus* foi um importante gramático e professor de retórica em Roma, no século IV, autor de várias obras, designadamente *Ars maior* e *Ars minor,* que estiveram em uso até à Idade Média. Comentou também as obras de Virgílio é recorrentemente citado por Sérvio (https://www.britannica.com/biography/Aelius-Donatus).

Média, com outro comentador coevo de Virgílio, Tiberius Claudius Donatus, autor das *Interpretationes Vergilianae* (LANDIS, 2009: 2)[918].

Todas estas circunstâncias têm levado alguns estudiosos a discutir a efetiva autoria original dos comentários de Sérvio Honorato (GIOSEFFI, 2011: 88; KASTER, 2014) levando até Priscila Campanholo, que analisou os comentários de Sérvio ao Canto VI da *Eneida*, a colocar a hipótese de que «esse autor que denominamos "Sérvio" seja a reunião de um provável Sérvio e de seus leitores» (CAMPANHOLO, 2008: 44). Não existe ainda edição crítica moderna integral da obra de Sérvio (CAMPANHOLO, 2008: 44; GIOSEFFI, 2011: 88) contando-se apenas, no que respeita ao Livro VII da *Eneida*, com o estudo clássico de Georg THILO e Hermann HAGEN (1884) e a mais moderna edição de Giuseppe de RAMIRES (2003)[919].

As 119 referências ou citações das *Historiae* de Salústio que Seruius apresenta nos seus comentários a Vergílio, ainda que, na sua maior parte, de apenas uma linha, fazem do gramático uma das principais fontes primárias para a reconstituição daquela obra historiográfica (McGUSHIN, 1994: 8). Assim, anotando uma passagem do Livro VII da *Eneida*, na ocasião em que Eneias, após ter descido aos infernos, chega, com os seus companheiros, ao Lácio e, na disputa pela mão de Lavínia, o seu opositor, Turno, arrastou consigo «mil povos ferozes» contra Eneias, entre os quais aqueles que *Cales linquunt*[920], Sérvio Honorato sentiu-se na necessidade de explicitar aos seus alunos e leitores que

> *«Cales ciuitas est Campaniae; nam in Flaminia quae est Cale dicitur. Est et in Gallia hoc nomine, quam Sallustius captam a Perperna commemorat».*

Ou seja, em tradução relativamente livre,

> A cidade de CALES é da Campânia; com efeito, é na Flamínia a que é chamada CALE; também há na Gália este nome, [CALE] que Salústio recorda que foi conquistada por Perperna.

Esta versão, transmitida por um dos editores modernos de Sérvio (THILO, 1884: 188) coincide, com pequenas variações, com a lição da generalidade dos numerosos editores da *Eneida* – desde os finais da Idade Média mas, sobretudo, renascentistas e modernos – que expressamente reproduziram os comentários do gramático[921]; e bem assim, dos editores das próprias *Historiae* de Salústio, incorporando já o mesmo passo das notas de Sérvio. Daremos apenas alguns exemplos, apresentados por ordem cronológica de edição:

> *«Ciuitas est Campaniae. Nam in Flaminia est quae Cale dicitur & in Gallia hoc nomine quam Salustius captam a Perpenna comemorat»*

---

[918] Que todavia, para o assunto que nos interessa, nada acrescenta de relevante ao verso de Virgílio, VII, 728 (cfr. GEORGES, 1906: 103).

[919] Naturalmente, não estando na nossa área de especialidade a discussão filológica ou exegética das fontes, utilizámos as versões correntes do comentário de Sérvio, que aliás não apresentam qualquer variação no ponto particular que nos interessa.

[920] «(…) *et quos de collibus altis Aurunci misere patres Sidicinaque iuxta aequora,* ***quique Cales linquunt*** *amnisque uadosi accola Volturni* (…)» (Verg., *Aeneis*, VII, 728, segundo CONTE, 2009: 225, negrito nosso), passagem sem particulares variações ou comentários nos editores modernos da obra (CONINGTON, 1871: 74; MYNORS, 1969: 279; CARENA, 2013); ou seja, «os que deixam ou afastam-se de Cales», ou ainda, segundo a tradução portuguesa mais autorizada, os povos «que deixaram Cales» (CERQUEIRA; GUERREIRO; SOUSA, 2020: 205).

[921] As primeiras edições dos comentários de Sérvio à Eneida datam de 1471 e 1532, tornando-se mais numerosas nos séculos seguintes (RAMIRES, 2003: LXXXV).

RICCHIERI (1450-1520), ed. (Veneza, 1566, p. 282; 2ª ed., Veneza, 1572, p. 282);

«In Flaminia est civitas, quae Cale dicitur, & in Gallia hoc nomine, quam Sallustius a Perperna captam commemorat»
PALMIER (1575-1599), ed. (Leiden/Roterdão, 1677, p. 530);

«In Flaminia est civitas, quae Cale dicitur, & in Gallia hoc nomine, quam Sallustius a Perperna captam commemorat»
HAVERKAMP, Sigebert (1684-1742), ed. (Amsterdão, 1742, p. 149);

«Civitas est Campaniae. Nam in Flaminia quae est, Cale dicitur. Est et in Gallia hoc nomine, quam Sallustius captam a Perpenna commemorat»
LION, Heinrich (1796-1867), ed. (Göttingen, 1826).

Deste conjunto de transcrições, quase totalmente idênticas, fica claro que, a propósito da passagem vergiliana em que se refere a cidade de Cales, Sérvio Honorato explicita e fornece as seguintes indicações: (1) a cidade de CALES ficava na Campânia; (2) havia, na Flamínia outra cidade, chamada CALE e (3) havia ainda outra cidade chamada CALE na Gália, cuja conquista por parte de Perperna teria sido registada por Salústio. Pontualmente, ocorrem também versões em que os editores, talvez com o afã de ornamentar a obra com alusões mais eruditas, divergem substancialmente do texto pristino, como na edição de Fabrício (1575):

«Cales in Campania oppidum, appelatum ab Calai conditore, qui fuit filius Borea et Orithya. Et est Cales prope Pelignos aliud, et in Flaminia aliud, et in Gallia quartum: quod captum fuisse a Perpenna, Salustius scribit»
FABRICIUS, Georg (1516-1571), ed. (Basileia, 1575, p. 1244).

Nesta edição, o poeta e estudioso das antiguidades de Roma começa por enobrecer mitologicamente a Cales campana, dizendo-a fundada por Calais, filho de Bóreas e Orítia, e cita também a cidade da Flamínia, que nomeia também como Cales, assim identificando igualmente a quarta «Cales» na Gália. Pelo meio, refere outra Cales, entre os Pelignos, povo pré-romano dos Apeninos, com *Sulmo* e *Corfinium* como cidades principais, mas onde não consta nas fontes ou nos dicionários da antiguidade ter existido qualquer sítio antigo designado como *Cales*. Assim, difere este testemunho dos anteriores, e de muitos que lhes poderíamos juntar, pelo acrescento de um desconhecido *oppidum* peligno e pela circunstância de designar todas as cidades do texto como *Cales*, equívoco em que aliás incorrem também muitos autores modernos, como vimos.

5.1.2.3. Vossius, revisor de Sérvio

Em 1658, um extraordinário académico holandês, Isaac Vossius (1616-1689), bibliófilo, filólogo e um erudito de múltiplos interesses, concretizava a sua curiosidade pela corografia antiga fazendo sair dos prelos as *Observationes* ao livro III da Corografia de Pompónio Mela, *De Situ Orbis*, obra que teve apreciável receção, com edições pelo menos em 1658, 1686 e 1700[922], sendo também as anotações de Vossius incorporadas em outras edições

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[922] Sobre a biografia e obras de Isaac Vossius vejam-se SECCOMBE (1899) e THOMANN (1998), e acerca da natureza e relevância do seu trabalho os estudos de DIJKSTERHUIS (2012), DAVIDS (2012) e, no geral, JORINK e VAN MIERT (2012). Em trabalho anterior (SILVA, 2010: 216), por gralha, confundimos Isaac Vossius com o seu pai – igualmente um académico de grande renome no seu tempo – Gerhard Johann Vossius (1577-1649), lapso que aqui se retifica.

da *Corographia*[923]. Analisando, na senda de Mela, o quadro histórico-geográfico da Hispânia Citerior, Vossius defronta-se com o assunto do «*portus ille Calle vel Cale, qui Portugalliae nomen dedit*» e, entre outras considerações interessantes, que mais adiante comentaremos, refere-se a Portucale,

> «*Hujus oppidi* Cale *primus, quod sciam, meminit Sallustius apud Servium ad VII* Aeneid*. cum ait,* ***Cale esse etiam in Gallaecia oppidum, quod captum sit a Perperna****: male vulgo* in Gallia*.»* (VOSSIUS, 1658: 186, negrito nosso);

ou seja, Vóssio, desconhecendo a existência de qualquer cidade designada como *Cale* na Gália considerou errónea a explicitação de Seruius Honoratus na sua nota sobre a *Aeneid*. VII, 728 e permitiu-se corrigir *Gallia* por *Gallaecia* na obra do gramático romano, correção que granjeou grande aceitação na maior parte dos autores subsequentes, como veremos.

Em resumo, cruzando as informações de Sérvio, incluindo aquela que atribui a Salústio, com a revisão ou correção de Vossius, ficamos com a referência a três povoações: (a) *Cale*s na Campânia; (b) *Cale* na Flamínia e (c) *Cale* na Gália (Sérvio) ou *Gallaecia* (Vóssio). A suposta *Cale* dos Pelignos, como pretendia Fabricius, deve ser descartada por falta de fundamentação histórica ou corográfica. Passemos em revista, de seguida, os dados e a problemática destas atribuições.

Sobre a *Cales* da Campânia, aquela a que precisamente se refere Vergílio na passagem anotada por Sérvio, não ficam dúvidas nem se justificam muitos detalhes, pois trata-se de uma conhecida colónia latina, abundantemente documentada histórica e arqueologicamente (SMITH, 1854: I, 479-480; GRANT, 1986: 139) e que corresponde nos nossos dias à cidade de Calvi Risorta. A *Cale* seguinte na ordenação serviana não tem, igualmente, grande mistério, pois refere-se à antiga *mutatio* da Via Flamínia que o Itinerário de Antonino designa por *Ad Calem*, que deu depois origem ao *uicus* e, posteriormente, urbe de Cale (AGNATI, 1999: 510-530; REALI, 2014)[924], atualmente a cidade de Cagli, e que, sendo atravessada pelo importante eixo da Via Flamínia, construída, por alturas de 220 a.C. para unir Roma a Ariminum, constituindo assim um importante eixo da romanização da Úmbria (COARELLI, 1996: 65), estava integrada, ao tempo de Sérvio, na mesma Província Flamínia (e Piceno), como, de forma abreviada, escreveu o gramático.

A localização de uma segunda localidade designada como Cale, na *Gallia* ou na *Gallaecia* – segundo a correção vossiana – constitui assim a questão fundamental, a analisar em função da sua suposta conquista por parte de M. Perperna, evento que Salústio teria registado, segundo as fontes de M. Sérvio Honorato.

Entre as obras antigas editadas posteriormente à proposta de correção *Gallia* > *Gallaecia* feita por Vóssio, encontramos algumas que, mantendo a versão original do gramático, registam em nota a revisão de Vóssio, como sucede, entre as edições que temos manipulado, na edição de Salústio da responsabilidade de HAVERKAMP (1742) e na obra referencial de THILO (1884) sobre os comentários de Sérvio. Outras, porém, ignoram a correção proposta por Vossio, como a coletânea da obra salustiana de PALMIER (1677) ou a edição de Sérvio de LION (1826), não sendo talvez crível que o tenham feito por mero desconhecimento. Entre

[923] Do que é exemplo, entre muitos outros, a edição feita por Abraham Gronovius (1748), onde as notas de Vossius são reunidas às de muitos outros comentadores, reproduzindo-se, sobre Cale, o mesmo texto (GRONOVIUS, 1748: 743).

[924] É muito curioso – não pode deixar de observar-se – o paralelismo toponímico e histórico desta *Cale* da Úmbria com a da região portuense, também com raízes numa *mansio* ou *mutatio* de uma via de primeira ordem. Na verdade, o sítio italiano terá evoluído de uma *mutatio* da Via Flamínia para *uicus*, aparentemente de pouca expressão, mas o núcleo urbano cresceu e ganhou notoriedade em época tardo-antiga (AGNATI, 1999: 510-530), pelo que é natural que Sérvio o conhecesse e designasse como cidade.

estes autores, Palmier e Haverkamp procuraram uma explicação para a localização da cidade de Cale que Sérvio Honorato apontara à Gália:

> «*Ex Sallustio Calem in Gallia, & Calensem villam, ab urbe Parisiorum quasi centum stadiis distantem, habet Greg. Turonensis. Haud procul a Matrona flumine, ut Gaguinus ait. Ortel*.» (HAVERKAMP, 1742: 149)[925];

reproduzindo uma informação da segunda edição (1596) da popular obra de Ortelius, *Thesaurus Geographicus*[926], segundo o qual, nos arredores de Paris, não longe do Marne, teria existido, na Antiguidade, uma localidade identificada igualmente como *Calem* ou *Calense uillam* (ORTELIUS, 1596: s.v. *Cale*)[927].

A emenda de Isaac Vossius ao texto de Sérvio, corrigindo de *Gallia* para *Gallaecia* o suposto equívoco do gramático, tem sido aceite pela maioria dos estudiosos antigos e modernos, se bem que, de um modo geral, de forma acrítica e transcrevendo de forma lacunar ou corrompida o texto original serviano, confundindo até, muitas vezes – como acima sublinhámos – as formas toponímicas *Cale* e *Cales*, cuja clara distinção notadamente preocupou Sérvio. Entre os autores induzidos em erro pela transmissão lacunar desta referência, conta-se J. Leite de Vasconcelos[928], que aceitou a proposta de Vossio, que considerou «luminosa correção» e como «absolutamente certa, e já assim foi também, sem hesitação, aceita pelos filólogos modernos» (VASCONCELOS, 1905: 29, n. 7; 1931: 56, n. 6), mas confundiu-se com as formas toponomásticas *Cales* e *Cale*, sugerindo que a primeira constituísse «uma forma mais antiga» da segunda (VASCONCELOS, 1913: 140; 1931: 51; 1935: 315; MACHADO, 1956: 20; 1980: 19). Na senda de Vasconcelos, outros estudiosos, particularmente aqueles mais dedicados à história da região portuense, incorreram em equívoco similar em relação à forma do nome de lugar[929].

O mais recente e atualizado editor de Sérvio, Giuseppe Ramires, assume a correção, de *Gallia* para *Gallaecia*, feita por Vóssio ao comentário do gramático, mas não deixa de anotar que quase todos os manuscritos que transmitiram a obra serviana transcrevem, de facto, a palavra *gallia* (RAMIRES, 2003: 106);[930] por outro lado, não deixa de ser interessante observar que, no que se refere à passagem «*in Flaminia quae est Cale dicitur»,* dois dos manuscritos mais antigos transcrevem o nome da cidade ou *uicus* apenino com ligeiras variantes, como *calae*[931] e *calli*[932], o que tanto pode ser entendido como gralha de leitura ou interpretado em função de uma certa variabilidade no registo toponímico tardo-antigo da *Cale* italiana (AGNATI, 1999: 510-516; REALI, 2014: 102ss.), mas não é irrelevante, pois foi com

[925] O texto de PALMIER (1677: 530) é exatamente igual, com irrelevantes variações de forma.

[926] Abraham Ortel (latinizado Ortelius) viveu entre 1527 e 1598. Do seu interesse pela geografia e corografia do orbe terrestre nasceu a obra *Synonymia Geographica* (1578), ampliada e refundida nas seguintes edições do seu *Thesaurus Geographicus* (1587, 1596, 1611). Sobre a popularidade deste género de obras à época, cfr. BESSE, 2009: 142-144.

[927] Informação alegadamente colhida pelo cartógrafo nos escritos de Gregório de Tours (538-594) e do humanista Roberto Gaguino (1433-1501), como regista.

[928] Neste caso precisamente a partir do texto de Maurenbrecher, como refere o próprio Leite de Vasconcelos (1913: 140, n. 5).

[929] Cfr. MACHADO (1956: 19-20; 1980: 19-20), com exemplos até meados do século XX. Entre os autores mais recentes, o tema não tem suscitado particular debate.

[930] Com exceção do manuscrito *Mediolanensis Lat. C*, do século X, o qual, por evidente gralha, copiou o termo como *galilea* (RAMIRES, *ibidem*).

[931] Manuscrito *Leidensis*, o mais antigo, datado dos séculos VIII-IX (RAMIRES, *ibid.* e LXVIII).

[932] Manuscrito *Neapolitanus*, do séc. X (RAMIRES, *ibid.* e LXXII, LXXXI).

o nome desta cidade que Sérvio comparou a da «*Gallia*» ou da «*Gallaecia*», no entendimento de Vóssio[933].

5.1.2.4. Dúvidas e propostas acerca da «correção» de *Vossius*

Terá sido Jerónimo Contador de ARGOTE (1732) o primeiro autor a denunciar os «muitos e intoleráveis erros» de Vossio na passagem onde, entre diversas outras «correções» emenda também *Gallia* para *Gallaecia* no texto serviano[934], mas tardou mais de dois séculos até esta crítica encontrar eco entre aqueles particularmente dedicados à história do Porto. Na verdade, foi António de Sousa MACHADO (1955: 345ss.) o principal estudioso, entre os modernos, a colocar em dúvida a revisão de Isaac Vossius e, em consequência, a suposta tomada de Cale por Perperna no âmbito das guerras sertorianas. Este autor começa por criticar, precisamente, a lacunar citação do comentário de Sérvio, feita em muitos estudos, e – como acabamos de ver – a consequente não distinção entre os topónimos *Cale* e *Cales*, assentando a sua tese, posteriormente desenvolvida (MACHADO, 1956; 1980), nos seguintes argumentos:

(a) a fundamentação literária invocada por *Vossius* para a correção para *Gallaecia* do texto serviano;

(b) o cuidado posto por Sérvio na distinção entre *Cale* e *Cales*, que não parece admitir que o gramático se tenha equivocado na menção à *Cale* da Gália;

(c) a possibilidade da atividade militar de Perperna ter efetivamente ter tido lugar na Gália;

(d) a escassa evidência, ou probabilidade, da guerra sertoriana ter alastrado ao noroeste da Península.

Seguindo esta ordem de ideias, justificam-se algumas notas às críticas de Machado. Na verdade, nos seus comentários a Mela, Vossius justifica a correção efetuada a Sérvio invocando também Vitrúvio e Plínio o Velho. A propósito da referência do primeiro acerca do fabrico, tanto na cidade de Pitane, na Ásia, como nas de Maxílua e Callet, na Hispânia Ulterior (TOVAR, 1974: 85, 130), de um tipo de tijolos que flutuavam quando lançados à água (*De Arch*., II, 3, 4), Vóssio afirma ser totalmente corrupta («*profligatissima est lectio*») a referência a Callet (*Calentum*), devendo ali ler-se, segundo fontes inéditas («*quamvis id in editis non compareat libris*») *Cale*, em vez de *Callet*. E em abono desta versão recorre também a Plínio, o qual, com base em Vitrúvio, mencionou igualmente os ditos *lateres* insubmersíveis que seriam produzidos naquelas três cidades (*Nat. Hist*., XXXV, 171)[935]; todavia Vóssio substitui no texto pliniano *Callet* por *Cale,* fundamentando-se na excelência

[933] Não nos abalançamos a discutir matéria tão especializada e alheia à nossa formação, mas quer-nos parecer que, não constando o termo *gallaecia* de qualquer dos numerosos manuscritos medievais, certamente que Vóssio atribuiu o erro ao texto original de Sérvio e não a qualquer dos seus copistas nos séculos subsequentes. Ora, tratando-se, assim, de uma correção «intelectual» e não formal, parece-nos algo discutível a interpolação de *Gallaecia*, ainda que com nota, na reconstituição do texto do gramático, como entendeu fazer Ramires.

[934] A argumentação do historiador teatino (1676-1749) decorre, essencialmente, da sua tese, que localizava *Calle* (habitada pelos *Callentes*), na margem esquerda do Douro (atual Gaia), não podendo, por isso, estar na Galécia, sempre a norte daquele rio, como pretendia Vossius.

[935] «*Pitanae in Asia et in ulteriore Hispania civitatibus Maxilua et Callet fiunt lateres, qui siccati non erguntur in aqua*» (*Nat. Hist*., XXXV, 171). Num outro ponto (*Nat. Hist*., III, 15), Plínio refere também Callet entre as cidades estipendiárias da Ulterior (MACIEL, 2006: 76).

de certos pergaminhos («*ex optimis Serenissimae Reginae menbranis*»)[936] e acusando de erros e deturpações as edições correntes («*Pessime autem haec in editis concipiuntur exemplaribus*»)[937]. Ou seja, de uma assentada, Isaac Vossius *corrigiu* Sérvio, Vitrúvio e Plínio. Explorando estas incoerências, A. Machado descredibiliza as correções de Vóssio, aprofundando mesmo a composição e fabrico dos tijolos em causa, cuja matéria-prima geológica (o tripoli, ou diatomite) não pode encontrar-se na região duriense (MACHADO, 1955; 353-355; 1956: 42-46; 1980: 38-41).

O segundo argumento, referido ao rigor da escrita de Sérvio e à implausibilidade de um eventual equívoco entre *Gallia* e *Gallaecia* (MACHADO, 1955: 346; 1956: 36) parece pouco admissível, pois não tendo sido conservado qualquer texto original do gramático, teriam de analisar-se o processo de transmissão documental e os aspetos paleográficos dos diferentes manuscritos medievais que recolheram a obra serviana; não obstante, a circunstância de Vóssio ter sido o primeiro e único autor a apontar tal correção – como desde há muito se regista em obras de referência (THILO, 1884) – sugere que o seu fundamento nada terá a ver com critérios paleográficos ou codicológicos.

Resta-nos, assim, alargar o debate às condições históricas que poderão explicar a atuação militar de Perperna – e concretamente a conquista de uma cidade ou povoado chamado *Cale* – fosse na Gália ou na Galécia, admitindo, naturalmente, que apenas é discutível o local da ação, não a referência atribuída a Salústio. Começaremos ainda por seguir as críticas de Sousa Machado para depois ampliar a discussão a estudos mais modernos e melhor fundamentados no plano histórico.

Antes do espaço, podemos questionar o tempo e os atores. Sendo, indubitavelmente, a evocação de Sérvio Honorato respeitante às *Historiae* de Salústio, o âmbito cronológico (que teria, provavelmente, sido esclarecido por Salústio no igualmente perdido proémio da obra), encontra-se claramente definido: o cronista propôs-se registar nesta narrativa, composta certamente entre os anos de 39 e 35 a.C. e que ficou inacabada pela sua morte, os episódios da história romana a partir da morte de Sula e da insurreição de Lépido, no ano 78 a.C., estendendo-se os eventos descritos ao longo dos cerca de doze anos seguintes, até ao ano de 67 (BARTOLOMÉ, 1997: 30; MARTOS, 2016; 2018: 369-370, n. 1000). Desta forma, a menos que admitíssemos que, por qualquer recurso estilístico, Salústio tivesse rememorado qualquer conquista de Perperna mais antiga, terá de ser no âmbito dos conflitos da revolta de Lépido ou no envolvimento de Perperna no conflito sertoriano que a alegada vitória em Cale teria tido lugar.[938]

5.1.2.5. *Cale* na *Gallia* Cisalpina

As objeções de Sousa Machado (1955, 1956, 1980) à correção de Vóssio não suscitaram particulares reações, para além de ampliarem as dúvidas de diversos autores acerca da alegada campanha de Perperna ao Baixo Douro[939]. Poucos anos volvidos, porém,

[936] Isaac Vos era, à época, bibliotecário da corte da rainha Cristina da Suécia, e nessa qualidade obteve importantes coleções documentais e bibliográficas.

[937] O texto de Vossius é, todavia, algo confuso a este respeito, pois o filólogo conclui a sua argumentação escrevendo que nos pergaminhos a que terá tido acesso pode ser lido «*Maxilua & Canlet* [sic]».

[938] Não têm, assim, razão de ser as dúvidas de Sousa MACHADO (1956: 38) quanto ao âmbito cronológico no qual pudesse ser situada a ação de Perperna, no âmbito das *Historiae* de Salústio. Por outro lado, a personalidade evocada apenas pode relacionar-se, neste contexto histórico, com Marcus Perperna Veiento, não obstante a circunstância da *gens Perperna* ser fértil em homens com o mesmo *praenomen* e a família contar com vários cônsules e outros magistrados (MOMIGLIANO, 1949; BROUGHTON, 1952: 67-68, *passim*; PRAG, 2007: 299, 303; MONTERO HERRERO, 2008; BADIAN, 2012).

[939] Talvez, em parte, porque a história particular da República Romana não constitui tema muito comum entre os investigadores portugueses.

importante contributo[940] foi dado à questão de Salústio, Cale e Perperna por J. A. Manique e Albuquerque, através de uma comunicação apresentada a dois congressos de referência[941] (ALBUQUERQUE, 1962; 1965)[942].

Partindo da tese de Machado de que a versão original de Sérvio não mereceria correção, Albuquerque propôs-se esclarecer a principal dúvida que permanecia, a de saber em que locais e circunstâncias teria porventura Perperna tomado qualquer cidade designada como Cale na *Gallia*, ponto em que as sugestões de Sousa Machado apresentavam menor consistência, como vimos. Nesta linha, Albuquerque desenvolveu uma teoria engenhosa e bem urdida, contextualizando a referida ação militar de M. Perperna Veientão no quadro da insurreição do cônsul M. Aemilius Lepidus, em especial após a morte do ditador Sula, entre os anos de 78 e 77 a.C.

A exata sequência cronológica, e mesmo a localização espacial dos eventos militares desse curto período são ainda muito controversas, devido ao laconismo das fontes documentais e à falta de evidência arqueológica, o que, a nosso ver, não retira alguma plausibilidade à proposta de Albuquerque, que de seguida resumimos. Recordemos, em breve enquadramento e sem entrar em juízos de natureza social, institucional ou do próprio carácter dos intervenientes, os principais factos político-militares em Roma e na península itálica nesse biénio de 78-77.

M. Aemilius Lepidus e Q. Lutatius Catulus, eleitos no ano anterior para o consulado, desentenderam-se, talvez em meados de 78, entre outros motivos, quanto à forma como haviam de ocorrer as exéquias de Sula, entretanto falecido. Pouco depois, porém são enviados a *Faesulae* (mod. Fiesole), na Etrúria, com os respetivos exércitos, para sufocar uma rebelião de camponeses expropriados, aparentemente com ligação a núcleos de partidários dos *populares*, que aí permaneciam ativos. Resolvida a questão, Catulo regressou a Roma, mas Lépido – a quem entretanto tinha sido confiado o governo da Gália Transalpina e, aparentemente, também da Cisalpina – terá ficado na Etrúria, mas a tensão entre os cônsules manteve-se, a ponto do Senado ter praticamente exigido de ambos um compromisso para evitar que pegassem em armas um contra o outro.

Em começos do ano de 77 Lépido apresenta-se, com o seu exército, à entrada de Roma (onde entretanto, por falta de eleições consulares se vivia um período de *interregnum*) e exige a nomeação para um segundo consulado; após uma acesa troca de discursos com o *princeps senatus,* L. Marcius Philippus (*cos*. 91), Lépido retira-se e os senadores emitem um *senatus consultum ultimum* contra ele, abrindo, de certo modo, um caminho de não retorno ao conflito emergente[943]. A guerra estava iminente. Catulo, do lado do Senado, toma posições para defender a cidade e Gnaeus Pompeius Magnus – general jovem mas já de grande prestígio – foi chamado e posto ao comando de um exército posicionado no Piceno. No regresso a Roma, Lépido foi derrotado no Campo de Marte e obrigado a retirar para a Etrúria; entretanto,

[940] Entendido por A. de Sousa Machado mesmo como definitivo, tal como expressou na segunda edição do seu livro (1980: 41-42).

[941] O 26º Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962) e o 3º Colóquio Portuense de Arqueologia (Porto, 1965).

[942] Em boa verdade, tendo sido este autor o primeiro a desenvolver, de forma fundamentada, como se verá, a tese de que a cidade de Cale mencionada por Sérvio «na Gália» poderia, afinal, situar-se na península itálica; deve observar-se que Torquato da Sousa Soares, em trabalho publicado alguns anos antes, agradece, em nota de rodapé, a informação de Joaquim da Silveira (filólogo e linguista português, 1879-1972) de que essa cidade seria a *«Cale* situada na antiga Úmbria, perto de *Sena Gallica,* para o interior do *Ager Gallicus,* que o *Itinerário* de Antonino menciona» (SOARES, 1957: 306, n. 27).

[943] Na verdade, discute-se não só a cronologia destes eventos mas, mesmo, se houve uma ou duas marchas de Lépido sobre Roma (BURTON, 2014: 420-421, com bibliografia pertinente), questão que todavia é marginal ao nosso tema.

Pompeios avançou para a Cisalpina para submeter outro bastião de Lépido, a cidade de *Mutina* (mod. Modena), derrotando o legado do ex-cônsul (entretanto declarado *hosti*s à República), M. Iunius Brutus[944], que depois fez assassinar. Dirigindo-se de seguida à Etrúria, Pompeio derrotou Lépido na cidade costeira de Cosa, obrigando a escapar para a Sardenha, com os seus partidários, onde pouco tempo depois acabou por falecer. Com ele foi M. Perperna Veientão, um dos seus principais apoiantes[945].

Regressemos agora ao contributo de J. ALBUQUERQUE (1962; 1965) para situar nestes eventos a ação de Perperna e a tomada de Cale «*in Gallia*», conforme a lição de Sérvio Honorato. Segundo aquele autor[946], o ataque a Roma liderado pelo cônsul Lépido não teria sido feito em coluna única mas por dois exércitos: um comandado por Lépido, a partir da Etrúria, dirigindo-se à sede da República provavelmente através da *Via Cassia*; o segundo, proveniente da Gália Cisalpina, seria liderado por M. Perperna (que deixara Bruto a defender Mutina) e em vez de tomar a mesma *Via Cassia*, onde poderia ficar mais exposto a eventuais ataques (ALBUQUERQUE, 1962: 8-9), teria seguido a *Via Emilia* até *Fanum Fortunae* (mod. Fano), daí tomando a *Via Flaminia*, que atravessa os Apeninos em sentido norte-sul e liga o Adriático a Roma (Fig. 148). Esta opção teria sido tomada por razões estratégicas mas também para arregimentar mais apoios na Cisalpina, onde o marianista Carbo estivera instalado durante a guerra civil, e existiriam núcleos importantes dos democratas, como *Sena Gallica* (modernamente Senigallia), naquela ocasião saqueada por Gneus Pompeius (*Idem, ibid*.: 8). Em vez de, hipoteticamente, aguardar pelo exército de Pompeio – estabelecido mais a sul, no Picenum – defendendo a linha do rio Aesis, Perperna avançou pela Flamínia, atravessando a Úmbria, em direção a Roma, encontrando-se com Lépido para a batalha, e derrota, no Campo de Marte (*Idem, ibid*.: 9), tendo ambos os capitães regressando juntos à base da Etrúria. Entretanto, acrescenta Albuquerque, um filho de Lépido, provavelmente L. Cornelius Scipio, o primogénito (AMELA VALVERDE, 2008: 30), teria tentado sublevar a região sabina e estabelecera-se em Alba[947], um pouco a sudeste de Roma, onde entretanto foi batido e morto pelo exército de Pompeio (*Idem, ibid*.: 6, 10).

A proposta nuclear de Albuquerque obriga-nos a voltar um pouco atrás na descrição conjetural dos eventos, como o próprio o fez no texto que vimos seguindo. Quando, em *Fanum Fortunae*, na costa adriática, M. Perperna avançou pela Via Flamínia em direção a

---

[944] M. Iunius Brutus, pai do futuro cesaricida do mesmo nome, foi tribuno da plebe no ano de 83 a.C., conhecendo-se ainda outros detalhes desta figura antes de aparecer como lugar-tenente de Lépido em 78-77 (AGUILAR FERNÁNDEZ; PÉREZ VILATELA, 2004: 142, n. 64).

[945] V., entre outros, CRINITI, 1969a; 1969b; GRUEN, 1995: 6-22; GUSSO, 2001: 53-62; PINA POLO, 2010: 139-142; MOMIGLIANO, 2011: 109-116; BURTON, 2014; ROSENBLITT, 2019: 45-62). Tratando-se de uma síntese genérica, para mero enquadramento do que a seguir vamos expor, omitimos a referência às fontes históricas destes eventos, cujas notícias se colhem, essencialmente, em Salústio, Apiano, Plutarco, Lívio ou em autores mais tardios como Floro, Orósio ou Exuperâncio, entre outros.

[946] Daremos nota apenas dos aspetos mais inovadores ou divergentes das narrativas mais correntes, que comentaremos no final. Seguimos a paginação do texto do primeiro estudo publicado (ALBUQUERQUE, 1962), que todavia é exatamente idêntico ao estudo do mesmo autor publicado em 1965. Infelizmente, Albuquerque não indica fontes ou bibliografia que nos permitam verificar os fundamentos do seu estudo, informações que remeteu para trabalho mais desenvolvido que tinha em preparação (ALBUQUERQUE, 1962: 11, n. 1) mas não chegou a ser publicado.

[947] Esta notícia, transmitida por Orósio (*Hist. Adv. Pag*., V, 22, 17) e outras fontes, é citada por muitos autores modernos. O pormenor distintivo de Albuquerque é situar a «*Albanorum ciuitas*» referida por Orósio na zona da atual Castel Gandolfo e lago Albano, onde a tradição localiza o assento da lendária cidade de Alba Longa, a primeira fundada no Lácio, por Ascânio, filho de Eneias, segundo a narrativa mítica, posição de alguns autores antigos (por ex. Ettore Pais – «Intorno alla conquista ed alla romanizzazione della Liguria e della Transpadana occidentale, Piemonte» na sua obra *Dalle Guerre Puniche a Cesare Augusto*…, Roma, vol. 2, p. 539ss., cit. por CRINITI, 1969b: 872, n. 25) mas naturalmente posta de parte. Não tendo este ponto do ensaio de J. Albuquerque (aliás marginal para a questão que o interessava) qualquer viabilidade histórica, veremos de seguida, porém, como o episódio poderá ter certa relevância para re-situar alguns aspetos espaciais do levantamento militar de Lépido.

Roma, não o terá feito sem resistência de forças leais ao Senado ou aos herdeiros dos *optimates*. Na encosta norte dos Apeninos, junto ao Metauro, na zona onde em 207 a.C. o irmão de Aníbal, Asdrúbal foi derrotado e morto pelos exércitos romanos combinados dos cônsules Marco Livio Salinator e Caio Cláudio Nero, na primeira e única vitória de campo dos romanos sobre os cartagineses em solo italiano e que decidiu o destino da segunda Guerra Púnica – como lembra Albuquerque – e também num ponto particularmente estratégico e de cruzamento de rotas desde época antiga, Perperna terá sido obrigado, como conjetura o mesmo autor, a ultrapassar, pelo menos, um ponto fortificado, estivesse defendido por tropas de Pompeio ou por outras forças leais ao Senado: a cidade de *Cale* (ALBUQUERQUE, 1962: 10), que este autor, evocando o texto serviano, qualifica da seguinte forma:

> «*CALE in Gallia* não era apenas mansão na Via Flamínia, que Antonino registou: *ad Calem*; ao invés da sua homónima duriense, era povoação de categoria, *CALE Civitas* de Salústio, e numa posição estratégica, donde podia vigiar-se o Apenino; desta circunstância lhe provinha sua importância militar, nos confins da *Gallia Togata* desde os tempos de Sila, que antes fôra o *Ager Gallicus romanos*, antigo território dos Galo-Senónios.» (*Id., ibid*.).

Por fim, Albuquerque, justifica também, com apoio cartográfico (Fig. 148), a evolução coronímica e administrativa da região que explicariam a expressão de Sérvio *«Est et in Gallia hoc nomine»,* entendendo que a referência à Flamínia aludiria à província do mesmo nome, contemporânea de Sérvio, que o gramático teria posto em paralelo com a designação *Gallia*, aplicada em tempos de Salústio à região (ALBUQUERQUE, *ibidem*). Em conformidade, propunha este autor que o texto original de Salústio, evocado por Sérvio, não informaria apenas sobre a tomada de Cale por Perperna nas expressamente a localizaria geograficamente nessa região então ainda conhecida por *Gallia*.

Esta proposta de reconstituição histórica de J. Albuquerque, que em apoio de Sousa Machado (1956; 1980), pretende afastar, definitivamente, a ação de Perperna da «*Gallaecia*», como queria o revisor seiscentista de Sérvio[948], merece agora alguns comentários, que, para maior clareza, distribuiremos pelos pontos que consideramos nucleares para a sua devida avaliação[949], nomeadamente os seguintes:

(a) Viabilidade histórica de participação militar direta de *M. Perperna Veiento* na insurreição de Lépido;

(b) Geoestratégia das movimentações propostas por Albuquerque e possibilidade da tomada de *Cale* «*in Gallia*».

Em ponto anterior referimo-nos já a M. Perperna[950], cuja biografia agora teremos de retomar. Vendo o seu nome listado nas proscrições de Sula enquanto governava a Sicília, como pretor (82 a.C.), Perperna foi obrigado a fugir da ilha, para evitar males maiores, enquanto o legado Gn. Pompeius Magnus derrotava Carbo e os restos das suas tropas em

[948] Proposta que não tem recebido, a nosso ver, devida atenção dos investigadores, talvez por ter sido formulada fora dos meios académicos e publicada apenas em português.

[949] Cingindo-nos apenas às propostas de atuação militar de Perperna na península itálica, já que no que se refere à restante argumentação que contradiz a possibilidade do pretor ter conquistado a Cale duriense, Albuquerque pouco aduz de inovador em relação aos argumentos de Machado.

[950] *Vd. supra*, 5.1.2.1.

Cossura (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2005: 159-160). Os anos seguintes da sua vida são desconhecidos, podendo ter estado escondido na Ligúria (GAGGERO, 2003: 971; MONTERO HERRERO, 2008: 289); mas quando o cônsul Emílio Lépido, entretanto desavindo com Cátulo, reagrupa forças na Etrúria para tentar mudar o rumo da política de Roma (78), Perperna é dos chamados a reunir-se-lhe. Importa, pois, tentar rastrear ou, pelo menos, conjeturar os seus passos nesse curto período, de menos de um ano, que mediou entre o confronto da ponte *Miluius* e a derrota das forças de Lépido em Cosa (77), de acordo com o breve sumário da insurreição democrata que acima traçámos.

Numa passagem de Orósio (*Hist. Adv. Pag*., V, 22, 16)[951] alude-se à rápida surtida do *pro praetore* Pompeios à Gália Cisalpina, numa estratégia para dividir as forças de Lépido (CRINITI, 1969b: 871), onde sitiou, venceu e matou M. Iunius Brutus, o legado de Lépido encarregado de defender Mutina. Aparentemente após a tomada desta cidade, terá atacado «*Albanorum ciuitas*», onde se tinha refugiado o filho do cônsul revoltoso, L. Cornelius Scipio Aemilianus, aí mesmo derrotado e condenado à morte. Discute-se desde há muito onde localizar tal «*Albanorum ciuitas*», se na lígure *Alba Pompeia* (atual Alba, no Piemonte italiano), se em *Alba Fucens* (presentemente na zona de Abruzzo, na Itália central), já que a mítica *Alba Longa* está descartada e onde cidade antiga deste nome não se conhece. Nicola CRINITI (1969b: 872-873), e a maioria dos autores que se têm debruçado sobre o assunto[952], apontam, por razões históricas e linguísticas, para Alba Pompeia; mas Luis AMELA VALVERDE (2002: 71, n. 89; 2008) tem defendido, a nosso ver fundadamente, posição diversa. Partindo do estudo de uma inscrição com uma dedicatória a Hércules (CIL I^2, 1815), que interpreta como testemunho da instalação naquela *ciuitas* de veteranos de Metelo Pio combatentes das guerras sertorianas (AMELA VALVERDE, 2008) retoma a referência de Orósio à *«Albanorum ciuitas»* e ao *«Scipio, Lepidi filius»* aí mencionados para tentar dirimir a questão a favor de *Alba Fucens*, apresentando interessante argumentário, que apenas resumiremos.

Começa este autor por evocar outra passagem de Orósio (V, 24, 16) onde o apologeta bracaraugustano narra nestes termos os acontecimentos de 77:

> *«nam Lepidus et Scipio in Italia, Brutus in Gallia, Domitius Cinnae gener in Africa, Carbo in Cossura et Sicilia, Perpenna in Liguria et post cum Sertorio in Hispania, omniumque atrocissimus Sertorius in eadem Hispania haec tunc ciuilia, uel quo alio dicenda sunt nomine, bella excitantes, de uno multa, de magno magna fecerunt».*

A Luis Amela importou neste trecho, em particular, a informação de que «*Lepidus et Scipio in Italia, Brutus in Gallia (...) bella excitantes»*, confirmando a atividade bélica de Bruto na Cisalpina e de Lépido e seu filho em área necessariamente a sul das planícies do Pó, o que parece excluir Alba Pompeia dos sucessos em causa (COARELLI, 1998: 473; AMELA VALVERDE, 2008: 34)[953]. Por outro lado, sustentando a ação militar de Cn. Pompeius na

[951] Complementada, aliás, com mais pormenores por outras fontes tardias, como Paulo Diácono e Landolfo, o Sagaz (cfr. CRINITI, 1969b: 871, n. 21-23 e AMELA VALVERDE, 2008: 30). A passagem orosiana é a seguinte: *«Albanorum civitas, obsidione oppugnata atque excruciata fame ultima, miserabilium reliquarium deditione servata est; ubi tunc Scipio, Lepidi filius, captus atque occisus est. Brutus in Cisalpinam Galliam fugiens persequente Pompeio apud Regium interfectus est»* (*Hist*., V, 22).

[952] Cfr. L. AMELA VALVERDE (2008: 31, n. 35) para vasta bibliografia sobre a questão.

[953] Acrescenta ainda Luis AMELA (2008: 35-36), baseado em Filippo COARELLI (1998), relevantes argumentos arqueológicos em favor da sua tese de localização do conflito em *Alba Fucens*, nomeadamente a muito provável identificação do mausoléu do filho de Lépido, elementos que todavia não interessam ao nosso propósito.

Itália central antes de avançar para a Cisalpina, Amela traz à colação o testemunho de Plutarco (*Pomp*., 16, 3-4), cuja transcrição aqui ampliamos um pouco:

> «*Pompeyo (…) fue nombrado general del ejército que se dirigía contra Lépido,* ***quien ya había levantado a muchas regiones de Italia*** *y dominaba la Galia cisalpina com un ejército mediante Bruto.* ***Las demás las dominó facilmente Pompeyo*** (…)» (AGUILAR FERNÁNDEZ; PERÉZ VILATELA, 2004: 142, negritos nossos).

Narra o historiador, pelo exposto, que não só Lépido «tinha levantado muitas regiões da Itália», além da Etrúria, como sugere que Pompeio, certamente antes de avançar contra Bruto, dominou, subentende-se, muitas cidades na mesma Itália, colocando Amela a hipótese do legado de Q. Lutácio Catulo ter eventualmente dividido as suas forças para realizar estas ações no centro italiano, enquanto outra coluna avançaria para Mutina (AMELA VALVERDE, 2008: 35)[954].

Estes elementos históricos, acrescidos da provável confirmação de *Alba Fucens* como teatro de operações militares neste período parecem, definitivamente, sustentar a presença de forças leais a Lépido na região da Itália central[955], o que poderia eventualmente ter constituído base de apoio para a opção de Perperna de atravessar os Apeninos – segundo a proposta de ALBUQUERQUE (1962; 1965) atrás exposta – ou, noutra perspetiva, ter impedido Cn. Pompeio de sair «*velocemente coi suoi veterani*», rumo à Cisalpina (CRINITI, 1969b: 871), assim se evitando – se for correta a tese de Albuquerque – que o seu exército pudesse, porventura, intercetar o de Perperna, que a partir de *Fanum* ascendia os Apeninos[956].

Por outro lado, o trecho de Osório (V, 24, 16), acima transcrito, refere-se expressamente a Perperna como agitador ou líder de combates *«in Liguria*[957] *et post cum Sertorio in Hispania*[958], pelo que não faria sentido que – travando-se em Roma a batalha decisiva – Perperna não viesse, atempadamente, ao encontro de Lépido[959], porventura, pelo trajeto sugerido por Albuquerque. Outros autores reconhecem igualmente M. Perperna como um dos principais lugar-tenentes de Lépido (CRINITI, 1969a: 423ss.; 1972: 96; GRUEN, 1995: 15) ou, mesmo, «o segundo homem na hierarquia» (PINTO, 2017: 270).

Os aspetos geoestratégicos das movimentações de M. Perperna, conforme propostos por Albuquerque, não poderão ser convenientemente avaliados – mesmo na ótica estritamente militar – com tão escassa e incerta informação disponível, nomeadamente quanto à

---

954 N. Criniti, todavia, mantém que estes eventos terão tido lugar já na Gália Cisalpina (CRINITI, 1972: 96).

955 Não obstante as objeções de Nicola Criniti, atendíveis, de que tal opção teria dividido e fragilizado as forças do ex-cônsul (CRINITI, 1969b: 872-873). Todavia, haveria que contar também, a nosso ver, com eventuais levantamentos locais de apoio a Lépido, eventualmente importantes numa estratégia político-militar mais ampla de granjear simpatias entre os itálicos, e que aquele poderia ter incentivado com o envio de um legado (neste caso o seu próprio filho) e algum corpo militar.

956 A circunstância de Pompeio ter avançado pela Cisalpina, em direção a Mutina, aparentemente sem grande oposição, pode ser resultado, segundo Albuquerque, das eventuais forças hostis da região se terem reunido a Perperna na sua marcha ao encontro de Lépido, ficando «a região cispadana (…) praticamente esvaziada de tropas» (ALBUQUERQUE, 1962: 8). Luis Amela, todavia, relaciona as mesmas circunstâncias com os apoios e clientelas que Pompeio reunira na região cisalpina, e que mais tarde o ajudaram também na guerra hispânica contra Sertório (AMELA VALVERDE, 2002: 71 e n. 88).

957 Porventura capitalizando apoios ou clientelas angariados na eventual estada na região entre 82 e 78 a.C.

958 O que não deixa dúvidas acerca da personagem em causa. Ver também, sobre este assunto, a proposta de GAGGERO, 2003: 971.

959 Mesmo atendendo à dificuldade de situar cronologicamente – para mais num período de tempo tão curto como o aqui tratado – as escassas informações históricas disponíveis, é evidente que a panorâmica pintada por Orósio terá de referir-se a momento anterior ao confronto do Campo de Marte, talvez em finais de 78 ou começos do ano de 77.

composição dos exércitos e cronologia dos desenvolvimentos, mas teremos, sem dúvida, de discutir aquele que é o ponto nuclear da tese daquele autor: o de que a tomada de Cale por Perperna, colocada por Sérvio na pena de Salústio, se deu nesse seu trajeto para Roma e não, mais tarde, na foz do rio Douro.

Não oferece qualquer dúvida a localização da *Cale* italiana. Curiosamente, como já salientámos, o lugar surge na história já tardiamente e pela mesma forma como surge a Cale galaica, através dos itinerários viários. Assim, a menção mais antiga à Cale da *uia flaminia* deverá ser, certamente, a do itinerário *Gades Romam* inscrito sobre os vasos de Vicarello (CIL, XI, 3281-3284) – datados inicialmente do tempo de Augusto (HEURGON, 1952), mas ultimamente, talvez com maiores argumentos, do século IV (RODRÍGUEZ MORALES, 2012: 50) – e onde a estação viária se apresenta como AD CALEM; com a mesma designação se apresenta no Itinerário de Antonino Augusto (§ 316), mas num outro ponto do mesmo itinerário, respeitante a um traçado variante da mesma via, regista-se como «*Calle uicus*» (§ 125-126). Na documentação mais tardia, o local é referenciado igualmente como *«Ad Calem»* no mapa de Peutinger (segm. 5.2), como *«mutatio Ad Cale»* no roteiro Hierosolimitano e, por fim, com a forma, certamente já deturpada, *«Gallis»* no Anónimo de Ravena (4.33). A menção literária mais antiga é a de Sérvio «*in Flaminia quae est Cale dicitur»,* e a epigrafia local, aliás pouco abundante, nada acrescenta de substancial (TREVISIOL, 1999: 189-193).

Temos, assim, diversas menções em contexto viário que tanto referem a *mutatio* de *Ad Calem*, como o *uicus* de Cale. Conjeturando, sem maiores fontes de informação, sobre a Cale romana da Úmbria, Albuquerque imaginou-a «povoação de categoria» (1962: 10), mas não é essa, propriamente, a imagem que nos transmitem os investigadores que se têm debruçado sobre a região.

Pelo testemunho dos itinerários, é certa a existência da *mutatio* de *Ad Calem,* cuja localização precisa ainda não foi identificada arqueologicamente, e do *uicus* de *Cale*, cujo assento e limites estão ainda em estudo[960]; tão pouco se sabe se o *uicus* evoluiu diretamente da *mutatio*, no mesmo ou em diferente lugar, ou que expressão urbana poderá ter atingido o *uicus* de Cale, administrativamente sujeito à cidade próxima de *Pitinum Mergens* (AGNATI, 1999: 510-511). No entanto, a generalidade dos estudiosos reconhece a grande importância estratégica do local, e certamente da *mutatio* romana, enquanto entroncamento e cruzamento de vias sobre dois cursos de água, o Bosso e o Burano (REALI, 2014: 21), tratando-se de um sítio muito frequentado desde épocas pré-históricas, certamente com ligação aos percursos de transumância com o litoral adriático (AGNATI, 1999: 510ss.)[961].

Marco Reali, com base em testemunhos históricos e os resultados de pesquisas arqueológicas, aponta vários vestígios do *uicus* de Cale, incluindo uma possível área forense, mas afirma que o desenvolvimento do núcleo urbano terá tido lugar, sobretudo, a partir do último quartel do século I (REALI, 2014: 24-31), logo, aparentemente, sem grande expressão na altura do levantamento de Lépido. De modo mais assertivo, Ulrico Agnati reconhece que «*Cale*-Cagli *è una realtà forse di modeste dimensioni in epoca romana – certo di modesto rilievo nelle fonti letterarie*», admitindo mesmo que «*è difficile immaginare che, oltre al vicus vi fosse una vera e propria città di Cale, estesa e murata*» (AGNATI, 1999: 510-511). Não obstante, a importância de Cale aumentou significativamente na tardo-antiguidade, tendo-se

[960] Não obstante, há propostas de localização para a *mutatio* e o *uicus*, que todavia carecem de comprovação material, como pode ver-se em M. REALI (2014: 24ss.) e explicitou, também, o arqueólogo Mário Luni, numa página digital da organização *Flaminia Nextone – Progetto di Distretto Cultural Evoluto della via Flaminia*: «la *Flaminia* scende sulla riva del Burano fino al punto di più favorevole attraversamento, con la *statio* (*Ad Calem*) nei pressi del colle dove sorgeva l'abitato romano (*Cale Vicus*)» (https://www.flaminianextone.eu/it/scheda-punto-di-interesse/poi/ad-calem-cagli-118/).

[961] Ver, sobre este mesmo assunto, a referência da nota anterior.

tornado mesmo sede episcopal, justificando-se assim que Sérvio dela tivesse notícia e a citasse nos seus comentários (*Idem, ibid*.).

Não sendo, aparentemente, um centro urbano de especial relevo à época da insurreição de Lépido, tal não significa que Cale não pudesse constituir um ponto estratégico no plano militar, pelo que a eventual modéstia da urbe ou a falta de notícias históricas ou literárias sobre o seu devir não poderão constituir, *per se*, argumento para contraditar a proposta de Albuquerque quanto à possibilidade da sua tomada por M. Perperna na sua deslocação para Roma. Aliás, com estas mesmas razões e o conhecimento que possuímos da Cale duriense, tão pouco justificaria que a sua conquista merecesse nota a Salústio.

Um último aspeto merece nota – e este, talvez, em maior desfavor da proposta de Albuquerque. É verdade que uma eventual identificação da região onde se situa Cale como *Gallia*, por parte de Salústio, é aceitável, pois, efetivamente, à sua época (admitindo a redação das *Historiae* na primeira metade da década de 30 antes da nossa era), embora a Província Cisalpina tivesse sido oficialmente abolida pouco tempo antes, é muito provável que esta designação continuasse a usar-se[962]. Na altura em que Sérvio redigiu os seus comentários à obra de Vergílio, a região de Cale estava inserida numa província identificada como *Flaminia e Picenum Annonarium* (GRANT, 1986: 262), designação que provavelmente o gramático abreviou. Todavia, ao fazer corresponder a *Cale* da Flamínia à *Cale* da *Gallia*, J. ALBUQUERQUE (1962; 1965) reinterpretou uma parte expressão de Sérvio «*…nam in Flaminia quae est Cale dicitur. Est et in Gallia hoc nomine…*» de modo gramaticalmente controverso e ao contrário da generalidade dos autores.

5.1.2.6. *Cale* na *Gallia* Transalpina

Resta-nos, pois, considerar as outras duas aceções em que «*Cale… in… Gallia*» pode ser entendida: a da Gália propriamente dita, ou seja, a transalpina; e a que admite a correção de Vóssio de *Gallia* para *Gallaecia*. No que respeita à primeira possibilidade – a de Perperna poder, hipoteticamente, ter conquistado qualquer localidade, designada como *Cale*, na Gália transalpina, importará, antes de mais, considerar em que contexto cronológico tal poderia ter sucedido: antes ou depois de Perperna ter chegado à Hispânia, o que terá sucedido, aparentemente, nos começos do outono do ano de 77 a.C., como foi proposto por Ph. SPANN (1977).

Após a debandada do Campo de Marte, as tropas de Lépido e Perperna, reorganizadas na Etrúria, foram derrotadas na cidade costeira de Cosa, pelas forças de Catulo, eventualmente reforçadas com as de Pompeio, entretanto regressado da Cisalpina (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2005: 159). Como única saída, restou aos insurgentes a travessia do Tirreno, rumo à Sardenha, onde, apesar da ilha ser governada pelo propretor sulano Gaio Valério Triário, Lépido teria talvez alguns apoios e poderia organizar alguma resistência. Como é sabido, o ex-cônsul faleceu pouco tempo depois e coube, a Perperna, como segunda figura da revolta, assumir o comando da maioria das suas tropas (App., *BC*, 1: 107-8), que levaria para a Hispânia.

Assumindo que Perperna acompanhou Lépido de Cosa para a Sardenha, coloca-se agora a questão de saber como fez para conduzir um exército numeroso, constituído – segundo a interpretação de alguns autores – pelas 53 coortes (cerca de 20.000 infantes e 1.500

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[962] Ou que Salústio pretendesse respeitar o quadro administrativo dos eventos de 78-77, a admitirmos a tese de Albuquerque. A província cisalpina terá sido formalmente desmantelada, com a extensão plena dos direitos de cidadania à região (se tal não sucedeu em data anterior) com as leis *Rubia* e *Roscia*, por alturas de 41 a.C. (SARTORI, 1994: 20), portanto sensivelmente na altura em que Salústio escrevia as *Historiae*.

cavaleiros)[963], mencionadas por Plutarco (*Sert*., 15, 5), daquela ilha para a Hispânia. Reunir embarcações para um exército desta dimensão não parece fácil, e John Leach especulou mesmo que os barcos que levaram o exército para a Sardenha e, eventualmente, daí para a península ibérica, tivessem sido proporcionados por Sertório ou pelos piratas cilícios seus aliados (LEACH, 1978: 43)[964], mas parece-nos possível, simplesmente, que em Cosa, cidade portuária[965], Lépido tivesse confiscado para o seu serviço os barcos aí atracados[966].

Após a morte de Lépido, não sendo sustentável a manutenção na Sardenha, Perperna levou as tropas para Hispânia. As fontes históricas são pouco claras acerca dos pormenores, mas enquanto alguns autores (SCHULTEN, 2013 [1949]: 148, n. 413; PINTO, 2017: 270; ROSENBLITT, 2019: 7) acreditam que Perperna navegou mais ou menos diretamente da ilha para as costas ibérica – como sugere Exusperantius (7, 42): «*Perpenna (...) ex Sardinia in Hispaniam transuectus est*»[967] – muitos outros sugerem um regresso ou passagem pela Ligúria[968], após o que a deslocação para a Hispânia poderia ter sido feita (1) exclusivamente por terra (MAURENBRECHER, 1891: 24), atravessando os Pirenéus, (2) por barco, navegando junto à costa (KONRAD, 2014: 147-148) ou mesmo, hipoteticamente, (3) dividindo as tropas por cada uma das vias (SPANN, 1976: 93).

A presença de Perperna nas costas lígures ou a eventual passagem à península através da Ocitânia poderia ter permitido que o exército *popular* fosse reforçado com contingentes de tropas gálicas, como propõem LEACH (1978: 44), espelhado em AMELA VALVERDE (2003: 71-72; v. também 2019: 15). Nesta linha – e agora regressando ao trecho de Sérvio sobre *«Cales… ciuitas in Gallia»* – se admitirmos alguma conflitualidade durante este período de Perperna na região, poderia pensar-se na possibilidade do seu exército ter dominado qualquer localidade porventura designada por *Cale*[969].

---

[963] Número avançado por diferentes autores (SCHULTEN, 2013 [1949]: 148; GABBA, 1976: 110; AMELA VALVERDE 2003: 77; PINTO, 2017: 290), mas Gabba considerava tal volume de tropas manifestamente exagerado (*Idem, ibid.*). Por outro lado, Plutarco escreveu apenas que foi com essas forças que Perperna se apresentou perante Sertório, não, necessariamente, que correspondessem na íntegra às transportadas desde a Sardenha, como também recorda GABBA (*Idem, ibid*.).

[964] A possibilidade de colaboração direta de Sertório nesta empresa, sugerida por LEACH (1978: 43) e subscrita por AMELA (2003: 71), não parece coabitar bem, todavia, com a informação de Plutarco (*Sert*., 15: 2-3) de que Perperna não tencionava reunir-se a Sertório, e só o teria feito constrangido pelos seus soldados, perante a iminente chegada de Pompeio.

[965] Nessa qualidade é citada, por exemplo, por Estrabão (5, 2, 8).

[966] Ideia reproduzida, aliás precisamente da mesma forma, por Luis AMELA VALVERDE (2003: 71).

[967] Esta passagem é, por vezes, posta em paralelo com o texto de um dos papiros de Oxyrhynchus, análogo a um outro comentário de Sérvio baseado em Salústio, que Bertrand HEMMERDINGER (1993: 66) interpreta como *«perrexere in Hispaniam a Sardinia»*, referindo-se ao trânsito direto de Perperna daquela ilha para a península; Mc Gushin, porém, baseado em argumentos contextuais do texto salustiano, rejeita essa possibilidade (Mc GUSHIN, 1994: 220).

[968] Vejam-se, por exemplo, MAURENBRECHER (1891: 24), Th. MOMMSEN (1905, III: 20), SPANN (1976: 92-93), AMELA VALVERDE (2003: 71) e Eleonora GAGGERO (2003: 971 e n. 128), com vasta bibliografia contra e a favor desta possibilidade. Philip Spann sugere mesmo que Perperna poderá ter ficado algum tempo na região alpina, e que a invasão da Itália, eventualmente em articulação com forças de Sertório, poderia ter sido equacionada (SPANN 1976: 264, n. 84; AMELA VALVERDE, 2019: 11).

[969] Uma cidade ou *oppidum* com tal designação não se conhece na região, nem outra fonte se lhe refere; mas a aplicar-se a indicação de Salústio/Sérvio à *Cale* galaica ou mesmo, como pretendia Albuquerque (*vd. supra*), à *Cale*/Cagli da Úmbria, constituirão, do mesmo modo, referências absolutamente singulares. Não obstante, deve notar-se, o radical **Cal*-, do substrato linguístico pré-indo-europeu, que se encontra regularmente distribuído na toponímia de todo o atual território francês, ocorre também nas proximidades dos Pirenéus orientais (MANZANO, 2008: 234-235); a que pode acrescentar-se a tradição toponomástica que filia o nome da cidade de Perpignan/Perpinya (*uilla perpiniani/perpiniano* em documentos do século X) no nome de um *fundus* de um hipotético *Perpenius* < *Perpena* (AEBISCHER, 1926: 177, 241). Porém, o gentilício *Perperna* > *Perpena* vulgarizou-se bastante no arco mediterrânico entre as penínsulas itálica e ibérica, como testemunha a epigrafia romana, e uma hipotética relação concreta com M. Perperna Veientão não parece ainda ter sido aventada com a devida base histórico-linguística (AEBISCHER, 1932).

Aliás, segundo Luis Amela, a principal razão para Pompeio ter empreendido por terra a expedição à Hispânia, «*es que vários de los pueblos de esta provincia se encontraban en abierta rebelión contra Roma, fuese porque Perperna los había instigado o porque intentaban aprovechar la situación creada por Sertorio*» (AMELA VALVERDE, 2003: 75). O mesmo autor, apoiado em ampla bibliografia, levanta mesmo a possibilidade de uma «*alianza de tribus hispanas y galas aprovechando la rebelión de Sertorio*» (AMELA, 2019: 13, n. 18), circunstâncias que levam a considerar-se que as cinco ou seis legiões comandadas por Cn. Gneus Pompeius procederam ao «*sometimiento* de la Galia Transalpina» (*Ibidem*, p. 9), justificando um pouco, descontando-se algum exagero, os 866 *oppida* que Pompeio teria submetido entre os Alpes e a Hispânia Ulterior, na expressão de Plínio o Velho[970].

Desta forma, sendo a possibilidade de Perperna ter conquistado qualquer *oppidum* chamado Cale na Gália transalpina ou na futura narbonense, durante o seu trânsito para a Hispânia, no ano de 77 a.C., meramente especulativa, parece-nos, ainda assim, mais viável do que imaginarmos tal ataque após a chegada do pretor à península, se bem que a circunstância de uma parte significativa da atividade militar do *bellum sertorianum* ter ocorrido nas proximidades dos Pirenéus não deixe de admitir uma eventual surtida ao território transpirenaico, porventura em articulação com o apoio de *populi* gálicos[971].

5.1.2.7. *Cale* na *Gallaecia*

A admissão da correção de Isaac Vossius ao texto de Seruius Honoratus em que este alude à referência de Salústio à conquista de Cale por Perperna implica uma precisão prévia, que nos parece evidente mas que, todavia, raramente está presente, quer nos autores modernos que mencionam este assunto, quer – o que mais estranhamos – em muitos editores e tradutores das *Historiae*. Na verdade, a expressão original de Salústio (cujo texto Sérvio certamente teria ao lado enquanto redigia os seus comentários à *Eneida*) poderia ser, talvez, «… *Cale a Perperna capta*…», ou algo similar; e se o mesmo Salústio acrescentasse alguma localização clarificadora, não seria certamente a *Callaecia*, corónimo totalmente anacrónico à data em que tal escrevia, no princípio da década de 30 antes da nossa era[972]. A precisão de que a *Cale* salustiana ficava na Galécia[973] deve-se atribuir-se somente a Sérvio (MACHADO, 1956: 19), cujo objetivo não era, de todo, identificar esta cidade, mas, apenas, o de evitar a sua confusão onomástica com a *Cales* da Campânia perpetuada na epopeia de Vergílio.

Mas se ficava na Galécia do século V, ao tempo de Sérvio, a urbe ou *oppidum* de Cale[974] tomada por Perperna, teremos de procurar nessa província – então, já a *Diocesis hispaniarum* – o sítio em causa. Como, com algum humor, sublinhou Sousa Machado,

---

970 *«Pompeius Magnus tropaeis suis, quae statuebat in Pyrenaeo, DCCCLXVI oppida ab Alpibus ad fines Hispaniae ulterioris»* (*NH*, 3,18; *simile* 7, 96).

971 A análise conjetural destas possibilidades faz-se – devemos recordar – ainda na avaliação da expressão de Sérvio de que a Cale conquistada por Perperna ficaria *«in Gallia»*, se não atendermos à correção de Vóssio; já a suposta *Cales* parisiense, sugerida por autores renascentistas e admitida por Sousa Machado na primeira edição do seu livro *Origens da Cidade do Porto* (MACHADO, 1956: 31-33) está bastante afastada, geograficamente, para ser considerada.

972 Ou, em alternativa, teríamos de admitir uma conceção da *regio Callaecia*, mesmo sem definição administrativa, extremamente precoce em relação ao período normalmente considerado para a *inventio* romana desta região, na recorrente expressão de PEREIRA-MENAUT (1997: 244; 1992: 38-39; 2016).

973 Aceitando que nos manuscritos medievais que transmitem a sua obra se copiou, erradamente, a palavra *Gallia*, quando o gramático quereria dizer *Gallaecia*, no entender de Vossius.

974 O termo *ciuitas*, utilizado por Sérvio, alcançara, na sua época, um sentido genérico de «cidade» que não permite, recuando ao século I a.C., aferir qualquer informação sobre o estatuto administrativo ou grau de urbanização da localidade de Cale. Podemos talvez depreender, para tal conquista merecer registo por parte de Salústio, que se tratasse de um ponto fortificado de particular relevo, importância estratégica ou que a sua conquista tivesse envolvido especiais dificuldades. Embora por vezes se admita, hipoteticamente, outra localização no noroeste peninsular (sempre incerta), a generalidade

> «não faz sentido que os eruditos portugueses aceitem, como luminosa, a correção de Vóssio e depois se entretenham a discutir se Cale ficava na margem direita ou na margem esquerda [do Douro]» (MACHADO, 1956: 34).

Por outro lado, admitindo-se tal ação militar por parte de Perperna, torna-se necessário ponderar o seu enquadramento cronológico e estratégico no quadro da guerra sertoriana, o que igualmente tem levantado opiniões muito díspares.

Como já observámos, a maior parte dos autores que se referem à conquista de Cale por Perperna, incluindo os portugueses[975], mencionam-na normalmente de passagem e de forma acrítica, se bem que, por vezes, manifestando incerteza quanto à sua efetiva factualidade. Neste, como noutros campos da arqueologia e história antiga portuguesas, Leite de Vasconcelos foi percursor, e terá sido o primeiro – após os comentários historicistas dos eruditos dos séculos XVII e XVIII[976] – a valorizar a correção de Vóssio ao texto serviano (VASCONCELOS, 1905: 29, n. 7; 1931: 56, n. 6), mas este autor – que se baseou em MAURENBRECHER (1891; 1893) e BIENKOWSKI (1891) transcreveu, como se notou, a frase de Sérvio truncada, originando o equívoco entre Cale e Cales replicado durante décadas pela maior parte dos estudiosos que leram as *Religiões da Lusitânia*.

Pouco tempo depois (1907-1908), o escritor portuense Pereira de Sampaio (Bruno) compilou com notável atualização científica as principais fontes históricas da antiguidade de Cale, não deixando de incluir o texto revisto de Sérvio (BRUNO, 2003: 17-22), referência histórico-literária que rapidamente se vulgarizou, em breve chegando a obras escolares e de divulgação, como as *Histórias de Portugal* de Fortunato de Almeida (1922) e Damião Peres (1928)[977]. Constituiu obra referencial, neste período o *Sertorius* de Adolf Schulten (1926, com edição em castelhano de 1949)[978] que veio fornecer um consistente quadro histórico para a análise da possibilidade de Perperna ter conquistado Cale no âmbito da guerra sertoriana:

> «*Parece ser que en el mismo año [74 a.C.] Perperna (...) emprendió una expedición, bajando el Duero, hacia Callaecia (...). Parece que el objetivo que se propuso Perperna fue instigar a la insurrección a las valientes tribus montañesas. Ocupó Cale, hoy Gaia, suburbio de Oporto, situado en la orilla izquierda del Duero, tocando asimismo el río Limia*.» (SCHULTEN, 2013 [1949]: 218-219; 1926: 129).

---

dos autores localiza a Cale de Salústio (Sérvio) na moderna cidade do Porto ou na cidade fronteira da margem sul do rio Douro, (Vila Nova de) Gaia.

[975] Por exemplo, entre outros, ROLDÁN HERVÁS (1985: 137), SANTOS YANGUAS (1988: 33) ou, mais recentemente, Manuel VILLANUEVA ACUÑA (2016a: 124; 2016b: 62) e Pedro PINTO (2017: 332, n. 1387; 379).

[976] FLOREZ (1797: 2-3) aceita a correção de Vóssio, mas já antes ARGOTE (1732), embora por razão diversa, a contestara.

[977] Fortunato de Almeida, ecoando ainda o mito fundador da nacionalidade portuguesa que Viriato, Sertório e a Lusitânia protagonizaram na historiografia romântica do século XIX, afirmava assertivamente que «entre 74 e 72 Perperna avançava para a Lusitânia setentrional, tomava a cidade de Cale e fazia uma incursão libertadora pela Galécia» (ALMEIDA, FR, 2018 [1922]: 59); mais contido, o autor do capítulo sobre o domínio romano na seguinte «História de Portugal», limitava-se a expressar que «alguns autores mencionam, neste período (74-73) uma expedição de Perpena à Galiza» (CORREIA, 1928: 225).

[978] Não está ainda estudado o impacte da obra de Schulten nos estudos de história antiga em Portugal, mas o professor alemão – correspondente de Leite de Vasconcelos (CARDOSO, 2018: 584-594) – gozava de grande prestígio nos meios académicos portugueses. A publicação original de *Sertorius* foi objeto de uma extensa recensão-resumo n'*O Arqueólogo Português* (VEIGA, 1929), encarregando-se Mário Cardozo de apresentar a primeira edição espanhola na igualmente prestigiada *Revista de Guimarães* (CARDOSO, 1949).

Manifestando naturais dúvidas, Schulten conjeturava que Perperna tivesse feito uma surtida ao noroeste ibérico, chegando inclusivamente ao rio Lima,[979] com a finalidade de sublevar as «valentes tribos montanhesas». Todavia, em trabalho um pouco posterior ao seu *Sertorius*, Schulten parece ter mudado de opinião: não só identifica agora *Cales* (sic) com o Porto, como admite que «*no se conoce el móvil estratégico*» para a sua alegada tomada por Perperna (SCHÜLTEN, 1931: 233).

Ainda neste período, a referência a Cale atribuída a Salústio constituiu elemento fundador para a teoria de A. A. Mendes Correia, de largo alcance historiográfico, que defendia a localização desse antigo povoado na margem boreal do rio Douro, precisamente num dos pontos elevados da urbe, o morro da Cividade, muito próximo, pelo norte, da elevação da Sé (CORREIA 1932; 1934; 1935; 1936; 1938; 1940; 1950)[980]. Os estudos de António de Sousa MACHADO (1955; 1956), cuja argumentação acima recordámos, marcaram certamente um ponto de viragem na interpretação da passagem salustiana sobre Cale, levando a que autores melhor informados[981] começassem a encarar a expedição de Perperna com maior ceticismo, aliás não exclusivo da historiografia portuguesa, pois também Florentino LÓPEZ-CUEVILLAS, por exemplo, limitara-se já a registar, com prudência, que Perperna terá estado «*en el interior de la Galécia*» (1989 [1953]: 336).

Dúvida similar manifestou Patrick LE ROUX (1982: 52), mas já A. Tranoy, pela mesma época (1981), foi bastante assertivo. Segundo este investigador, as tropas sertorianas podem ter incluído efetivos galaicos, justificando-se a expedição de Perperna pela necessidade de novos recrutamentos mas também, «*peut-être même à soulever les tribus de Galice contre Rome, à partir de la base de* Cales [sic][982] *qu'il avait contrôlée*» (TRANOY, 1981: 130), tese defendida igualmente por ROLDAN HERVÁS (1985b: 137). À mesma «*Cales*» alude, ainda nessa altura, A. RODRÍGUEZ COLMENERO, justificando a conquista da cidade pela circunstância de, hipoteticamente, esta se ter colocado ao lado das forças senatoriais (1979: 17); em trabalhos posteriores, o mesmo autor, corrigindo o nome do sítio, insiste na «reconquista» de Cale, após a qual Perperna teria sido «*obligado (...) a huir hacia los orillas del Limia*» (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 248). N. Santos sugeriu que a tomada da cidade poderia ter tido um carácter, de algum modo, punitivo, uma vez que «*las poblaciones indígenas galaicas habrían ido olvidando los castigos que, por general, imponia Roma a los vencidos*» (SANTOS YANGUAS, 1988: 33). Mais recentemente, Philip Matyszak especula, mesmo, que a captura de Cale terá sido rápida devido a que a cidade «*was lightly defended enough to be vulnerable*» (MATYSZAK, 2013: 161).

A possibilidade da expedição galaica de Perperna ter tido como móbil instigar os *populi* aí instalados à insurreição (SCHULTEN, 2013 [1949]: 218-219; 1926: 129; TRANOY, 1981:130) não anda muito longe da proposta algo epopeica da sua «libertação» (ALMEIDA, FR, 2018 [1922]: 59), muito datada ideologicamente[983] e que assenta numa conceção algo

[979] Como sugerem, na sua maioria, os editores de Salústio, colocando imediatamente a seguir à passagem sobre Cale o fragmento III, 44 – «*cui nomen obliuionis condiderant*» - interpretado como podendo aludir ao rio Lima, tido como o «rio do esquecimento». William Bennett, porém, propõe que esta passagem das *Historiae* poderia ser reposicionada num momento cronológico posterior à morte de Sertório, e neste caso, a expressão não aludiria aquele curso de água mas exatamente a Perperna, execrado após o traiçoeiro assassinato de Sertório (BENNETT, 1961).

[980] Em boa verdade, como notou Machado, com simplicidade, as duas realidades são distintas: «o facto de se encontrarem vestígios arqueológicos de população, não é bastante para lhe assentarmos um nome histórico» (1956: 14).

[981] A publicação em edição de autor (1956) e o facto de Machado não integrar os circuitos académicos terá diminuído um pouco o alcance dos seus estudos, todavia bem conhecidos entre os autores portuenses.

[982] Também Tranoy não escapou à citação truncada de Leite de Vasconcelos e Maurenbrecher (*vd. supra*), que parece pôr em paralelo *Cales* da Campânia com uma cidade do mesmo nome na Gallaecia (1981: 130, n. 39).

[983] O mito fundador, histórico-genealógico, dos lusitanos como o *povo* matricial da identidade e futura nacionalidade portuguesa, de largas raízes históricas, tem sido bastante analisado, nomeadamente em relação à historiografia e

maniqueísta, ao pressupor que os autóctones de Cale precisariam de ser «libertados» ou que teriam razões para se insurgir, não se percebe claramente contra quem[984].

Na realidade, a historiografia portuguesa mais recente divide-se, ao avaliar e contextualizar esta referência literária. Alguns autores aceitam-na sem muitos comentários, como V. MANTAS (1996: 640)[985] ou A. C. Ferreira da SILVA (1994: 82; 2000: 98); outros insistiram no carácter «punitivo» da expedição (MARTINS, 1999: 106) ou entendem-na com o objetivo de «a pressionar as populações da faixa litoral a Norte do Tejo no sentido de se manterem fiéis ao partido sertoriano» (RUIVO, 1997: 94). Mário Barroca entende que a menção de Salústio «certamente não se refere ao espaço ibérico» (BARROCA, 2012: 288), enquanto, por outro lado, Carlos Fabião considerou pouco provável que Perperna, numa fase já de aperto e declínio militar das forças rebeldes, se deslocasse à fachada atlântica, com os riscos inerentes e desprotegendo outras frentes de combate, devendo reconsiderar-se, segundo o mesmo autor, a interpretação das fontes ou equacionar-se a possibilidade da referida cidade de Cale corresponder a outro local, algures na Citerior (FABIÃO, 1992: 221-222), posição, no essencial, seguida por Ana ARRUDA (1993:169).

É curiosa, a este propósito, a evolução da opinião de Jorge de Alarcão. Omitindo o episódio na sua primeira obra de referência (1973), classificou-o depois como «duvidosa referência de Salústio», lembrando que nada assegura que fosse na foz do Douro a cidade indicada (ALARCÃO, 1988a: 24)[986]; e uma «notícia literária muito controversa», se bem que, em função do tesouro monetário «sertoriano» do castro de Romariz (Santa Maria da Feira), admitisse a evidência de movimentações militares na região (ALARCÃO, 1990a: 349). Posteriormente, Alarcão decidiu-se a aceitar como digna de crédito a referência de Salústio (ALARCÃO, 1992b; 62; 1999a; 5 e 2019: 8), afirmando mesmo que «não temos razão séria para duvidar nem dessa conquista nem da identificação dessa *Cale* com a atual cidade do Porto» (*Idem*, 2017: 90).

Como observa Manuel Salinas, a disparidade de opiniões acerca da conquista de Cale depende substancialmente do modo como se valore o protagonismo da fachada mais ocidental da Lusitânia na economia do conflito sertoriano (SALINAS DE FRÍAS, 2006: 165-166). De um modo geral, os autores que colocam em dúvida a expedição de Perperna aos galaicos recordam que as abundantes fontes sobre a guerra sertoriana, sobretudo as respeitantes ao período até ao ano de 74, praticamente omitem quaisquer locais ou sucessos militares na fachada atlântica (SALINAS, *idem*, 166)[987], que aliás, no plano estratégico, interessava pouco aos sertorianos, pois aí ficariam encurralados em caso de derrota, enquanto nas proximidades

---

etnografia oitocentistas (LEAL, 2000: 63-82). Com este mito relaciona-se o de Sertório como uma espécie de sucessor de Viriato (GUERRA, 1993; ENCARNAÇÃO, 2009a), agente de um qualquer desígnio emancipador dos *lusitanos* em relação à conquista e posterior domínio romano da península. Não nos interessando aqui esta questão, importa apenas observar o quanto a circunstância de Sertório ter sido «convidado» pelos «lusitanos» a assumir a sua liderança (Plut., *Sert*., 10) parece bem mais um *topos* literário que uma circunstância real, a menos que esses «lusitanos» fossem – como muito bem sugere Jorge de Alarcão – cidadãos romanos estabelecidos na Lusitânia, alguns porventura fugidos às perseguições de Sula (ALARCÃO, 2017: 87).

[984] Na verdade, a interpretação do *bellum sertorianum* como uma espécie de «movimento independentista» lusitano ou celtibero ao qual teria aderido, de alma e coração, Sertório (bem como, supostamente, Hirtuleio, Perperna, outros lugares-tenentes e as demais personalidades proscritas que se lhe juntaram) foi há muito abandonado pela historiografia, em favor de uma rede de motivações e interesses muito mais complexa, mas que nunca deixou de estar enquadrada nos conflitos e ambições da política romana, de que a Hispânia terá sido, para Sertório, mero elemento instrumental GUERRA, 1993; ENCARNAÇÃO, 2009a).

[985] Em trabalho mais recente, este autor coloca a hipótese de Perperna pretender «abrir uma nova frente e recrutar forças entre os *Callaeci*» (MANTAS, 2015b: 356).

[986] Parece notar-se aqui a influência da proposta de J. ALBUQUERQUE (1965), que Alarcão, aliás, cita em nota de rodapé.

[987] Sendo também escassas, aliás, as referências das fontes aos próprios lusitanos (SALINAS DE FRÍAS, 2006: 156).

dos Pirenéus ou na costa mediterrânica seria maior a possibilidade de fuga ou receção de apoios (SALINAS, *idem*, 156).

Não obstante, Amílcar GUERRA (1993: 187) considerou que grande parte da península, desde o extremo ocidental até à cordilheira pirenaica esteve «associada» às guerras de Sertório, pelo que se impõe recordar que elementos poderão permitir sustentar esta opinião. Sendo muito escassa, praticamente nula, a evidência documental, são os testemunhos indiretos, tanto de ordem numismática como arqueológica, aqueles que podem fornecer a base sobre a qual assentar alguma análise.

Nesta linha, talvez o mais sustentável testemunho, ainda que indireto, da eventual presença de Perperna na fachada atlântica esteja relacionado com a identificação de diversos tesouros monetários tradicionalmente conectados com as guerras sertorianas (RUIVO, 1997; BARBOSA, 1999; 2002; ALARCÃO, 1999a), mas o tema é complexo e suscita mais dúvidas que afirmações seguras. José Ruivo foi o primeiro a inventariar um conjunto de nove tesouros, constituídos por numismas republicanas e cunhagens ibéricas, encontrados na franja litoral portuguesa, essencialmente entre os rios Tejo e Mondego, sendo que apenas dois se situam a norte deste rio, sendo o descoberto no Castro de Romariz, no concelho de Santa Maria da Feira (CENTENO, 1977; 2011b: 122-127), aquele localizado mais próximo do Douro (RUIVO, 1997: 91-92)[988].

Analisando a composição destes tesouros, nomeadamente em função dos exemplares numismáticos mais recentes, J. Alarcão propôs distinguir dois eventuais ciclos de entesouramento, o primeiro com os cinco tesouros com moeda emitida até 80 a.C.; o seguinte com as cunhagens até 76-74 a.C. (ALARCÃO, 1999a: 4ss.). Relacionar-se-ia o mais antigo – que não interessa diretamente à nossa questão – com um hipotético cenário de confrontos entre Metelo e Sertório, ocorridos pelos anos de 79-78 a.C., ou, considerando a fachada oceânica como «reduto das tropas de Sertório», com o produto de saques das tropas do caudilho popular feitos em outras regiões; já o mais recente, segundo o mesmo autor, poderia articular-se não com a suposta tomada de Cale por Perpena, em resultado da difícil compatibilização com a cronologia revista dos depósitos, mas sim com a perseguição de Pompeu a Perpena após o assassínio de Sertório por este, eventos que poderiam ter tido lugar no mesmo cordão atlântico da Hispânia (ALARCÃO, 1999a: 5-6)[989].

O relacionamento cronológico dos tesouros sertorianos localizados em área mais setentrional com a suposta tomada de Cale por Perpena é, todavia, bastante menos seguro – como lembram José RUIVO (1997: 94-95) e Benedita BARBOSA (1999: 300; 2002: 106) – em resultado da revisão da datação de algumas espécies numismáticas, nomeadamente os exemplares mais recentes de alguns desses tesouros, como o do castro de Romariz, que poderá ser fechado em 72 e não em 74 a.C., segundo a proposta de HERSH e WALKER (1984: 103-134); e também da cronologia apontada por C. KONRAD, que sugere que a expedição de Perpena a Cale poderá ter tido lugar não no ano de 74, como habitualmente se entende, na primavera de 75 a.C. (1995: 187), cronologias que, a serem admitidas, inviabilizam a eventual relação entre os dois factos. Aliás, a eventual relação entre os atos de

[988] A este lote acrescenta Benedita Barbosa outro registo, o de tesouro de Chões de Alpompé, em Santarém, entretanto desaparecido, com emissões datadas entre 121 e 85 a.C. (BARBOSA, 2002: 35).

[989] Com base nos nomes dos conjurados que, com Perpena, perpetraram o assassínio de Sertório – *Aufidius*, *Manlius* e *Antonius* (Plut., *Sertorio*, 26) – J. Alarcão especula mesmo acerca da possibilidade da conjura poder não ter tido lugar em Osca (Huesca), segundo a versão mais canónica, mas ter «sido organizada na fachada atlântica», lembrando que elementos com esses *nomina* estão representados na epigrafia da região (ALARCÃO, 1999a: 5-6). Em favor da captura de Perperna algures na fachada ocidental peninsular, porventura nas imediações de Cale, pronunciou-se William BENNETT (1961), mas a ideia foi também defendida por Peter Rempis, na sua análise comparativa das cronologias de Bienkowski e Konrad sobre o *bellum hispaniense* (REMPIS, 1993: 125, n. 1065).

entesouramento e o sobressalto causado pela passagem das tropas de Perpena no cordão litoral entre o Tejo e o Douro levanta também problemas complexos acerca da própria origem do numerário e dos autores das ocultações, sabendo-se que nessa época a circulação da moeda era muito restrita, limitando-se praticamente aos núcleos litorais ligados ao comércio (RUIVO, 1997: 98); a possibilidade, aventada por este autor (*Ibid*., 95), dos tesouros – em certos casos aparentemente até reunidos em outros locais da Península – poderem ter sido efetuados por militares, compreende-se mal, dadas as evidentes dificuldades da sua recuperação posterior.

No que respeita à evidência arqueológica sobre eventual atividade militar datável da guerra sertoriana na fachada atlântica peninsular, foi corrente a proposta de relacionar um conjunto de sítios, por vezes turriformes e com aparência de fortins, designados como *castella* (MAIA, 1986; FABIÃO, 2002) e localizados, sobretudo, no Alto e no Baixo Alentejo, com este período, apontando-se, mesmo que poderiam ligar-se à defesa de regiões mineiras (ARRUDA, 1993: 184). Não obstante, os resultados de escavações arqueológicas, que não evidenciaram qualquer utilização militar, e a recente revisão da cronologia dos espólios de uma boa parte desses sítios torna tal hipótese insustentável (GONÇALVES; CARVALHO, 2004; MATALOTO, 2004; 2010; MORET, 2010; ALARCÃO; CARVALHO; GONÇALVES, 2010; ALVES, 2014).

Por outro lado, dispomos de informação mais segura sobre conflitualidade no primeiro quartel do século I a.C. mas circunscrita, principalmente, ao vale do rio Tejo, considerando, nomeadamente, os elementos de armamento, como glandes, e outros objetos deste período localizados no acampamento de Cabeço de Vaiamonte, Monforte (FABIÃO, 2006: 121; PEREIRA 2014), em Cáceres Viejo (HERAS MORA 2014), acrescentando Morillo os acampamentos da Lomba do Canho, ou mesmo de Antanhol[990], já na bacia do rio Mondego (MORILLO CERDÁN, 2014b)[991].

As escassas referências documentais restringem-se, praticamente, à alegada conquista de Cale e à discussão aberta sobre a tradução e localização de Λαγγοβριτασ cujo assédio é descrito por Plutarco *(Sert.,* 13, 7-12) para ilustrar a astúcia de Sertório. Tradicionalmente, o lugar é identificado com a *Lacobriga* dos Cónios, atual Lagos ou Monte Molião, no sul de Portugal, como interpretam SCHULTEN (2013 [1949]: 139-140[992]) ou TOVAR (1976: 208, 257); mas a circunstância de haver referências de outras fontes, como Ptolemeu (*Geog*., II, 5, 5) e Mela (3, 7), a cidades de nome similar e, por outro lado, algumas variações na transliteração do NL, têm levado vários autores a propor outras localizações. Tal é o caso de F. García Morá, o qual, a partir da interpretação do nome da cidade como *Laggovritas* > *Langobritas*, aproximou o local da estação viária de nome similar (*Lanc(g)obriga*) que o Itinerário de Antonino situa imediatamente antes de *Calem* (GARCÍA MORÁ, 1991b: 89, 101-102), a duas dezenas de quilómetros do Porto, localização já antes defendida, aliás, com argumentação diversa, por Philip SPANN (1981; 1987: 71), propondo assim estes autores que o ataque de procônsul Metelo a Sertório, entre 79 e 78 a.C., se tivesse aproximado das margens do Douro[993]. A utilidade deste debate para o tema que particularmente nos interessa

[990] José RUIVO (1997: 94) coloca a possibilidade de também este sítio – a par de outros, mais a sul – poder ter tal cronologia, se bem que Morillo se limite a cartografa-lo, com a indicação de não há confirmação arqueológica para essa atribuição temporal (MORILLO, 2014b: 44).

[991] Este autor, reconhecido especialista em arqueologia militar romana, levanta dúvidas, inclusive, à interpretação exclusivamente civil da utilização do Castelo da Lousa (Mourão) e sítios congéneres (MORILLO, 2014b: 47-48).

[992] Ver também as respetivas notas de rodapé, números 367 a 369.

[993] Sobre este ponto, aliás algo marginal ao nosso tema, vejam-se, por exemplo, BIENKOWSKI, 1891: 156; RUIVO, 1997: 94; GUERRA, 1998: 484-486; ALARCÃO, 1999a: 4-5 ou SALINAS, 2006: 157-158. De modo pragmático, Amílcar GUERRA (1998: 485) conclui que «é perfeitamente natural que existissem várias Langóbrigas por todo o ocidente

é, essencialmente, o de relançar a possibilidade da guerra sertoriana ter abrangido a fachada ocidental peninsular (PINTO, 2017: 212-213), embora o âmbito cronológico do cerco a *Lacobriga/Lancobriga* não coincida sequer com o da tomada de Cale.

Admitindo-se a viabilidade e o interesse da longa expedição de Perperna à região galaica do Entre Douro e Minho, datada de entre 74 e 73 a.C. pela maior parte dos autores[994], ou na primavera de 71 segundo Bennet[995], importa tecer algumas considerações finais a este respeito. Aquela área, que desde a campanha de Decimus Iunius Brutus, em 138-137 a.C. «apenas si fue visitada por ningún otro ejército romano» (SCHULTEN, 2013 [1949]: 219), estaria, provavelmente, bastante desmilitarizada, se bem que, no espaço de um geração, pudesse ter recuperado uma parte do efetivo de guerreiros dizimados nos confrontos com aquele cônsul; e se assim foi, a sua afamada animosidade e táticas de guerrilha não augurariam facilidades às tropas de Perperna, provavelmente cansadas e desmotivadas de um conflito que se arrastava há anos.

E porquê *Cale*, a ponto de justificar a particular menção de Salústio? Se o ataque do antigo líder *popular* tivesse sido feito «baixando o Douro», como propunha Schulten e parece fazer algum sentido, a importância estratégica de Cale, no final da viagem, seria diminuta, a menos que a imaginemos como um *oppidum* fortíssimo a capitalizar uma vasta região envolvente; mas para chegar a Cale, por esta via, certamente que Perperna se cruzaria com os *castellani* de numerosos povoados de idêntica ou maior dimensão[996]. Em alternativa, se as tropas romano-indígenas insurretas tivessem avançado desde o sul, porventura pelo eixo atlântico litoral, a tradicional e plurissecular via de circulação desde as regiões meridionais, aí o valor estratégico de Cale – controlando a travessia do Douro – seria bem mais relevante; mas igualmente deveria acrescentar-se à distância e logística da deslocação, a possível hostilidade de numerosos *oppida*, incluindo alguns, nas proximidades de Cale, cuja importância, atestada pelas dimensões, condições de defesa e suposto valor estratégico, os dados arqueológicos parecem subscrever[997].

Perante estas dificuldades – a vencer por um comandante cuja capacidade militar e de liderança não parecem muito atestadas pelos eventos dos anos anteriores (SALINAS, 2006; MONTERO HERRERO, 2008: 289) – só poderemos, talvez, explicar uma surtida ao noroeste quase como um ato desesperado de quem via a balança a pender, perigosamente, para o campo adversário. Com que objetivo? Eventualmente para obter mantimentos e arregimentar

---

peninsular e que esta pudesse corresponder a uma homónima das duas já conhecidas, mas cuja localização não seria possível determinar», se bem que este mesmo investigador aponte mesmo outra possibilidade de localização, um pouco mais interior português, a do sítio de Longroiva, na Meda (GUERRA, 2004: 218-219).

[994] Segundo a revisão cronológica de Konrad, poderia ter ocorrido no inverno de 76-75 ou, mais provavelmente, na primavera de 75 (KONRAD, 1995: 187). F. Garcia-Morá, na sua análise dos eventos militares, propõe que a tomada de Cale pudesse ter ocorrido no período entre 77 e 75 a.C. (GARCIA-MORÁ, 1991a; 1991b: 101-105, 323ss.).

[995] William Bennett, propôs antecipar a data da morte de Sertório para o ano de 73 a.C., sugerindo que a perseguição de Pompeio a Perperna não terá sido tão curta quanto expressam as fontes filosertorianas (como App, *BC*, I, 115, que indica que Perperna foi capturado e morto apenas dez dias após o assassinato de Sertório) e terá durado cerca de ano e meio, morrendo em 71, como também propusera Bienkowski (BENNETT, 1961: 464ss.; BIENKOWSKI, 1891; 228). Segundo Bennett, que propõe reposicionar cronologicamente os fragmentos de Sal., *Hist*., III, 43-44 após a morte de Sertório, teria sido nessa ocasião que Perperna escapou para as regiões mais ocidentais da Hispânia, tendo-se então dado a conquista de Cale por Perperna e a derrota deste às mãos de Pompeio (BENNETT, 1961: 465ss.), associação de factos que todavia não merece a concordância de Philip SPANN (1976: 119; 1987: 210, n. 68).

[996] Cingindo-nos à margem esquerda do Douro na área mais próxima de Cale, poderíamos exemplificar, entre muitos outros, com os castros do Muro, Paredes (cfr. inventário Anexo, II.C, ficha CR11) ou, já na região do Tâmega, os castros de Arados ou Tongobriga (cfr. DIAS, 1997: 303-304, para o primeiro e o ponto 4.5, *supra*, para o segundo).

[997] Como é o caso, por exemplo, dos castros da Baiza e do Monte Murado, em Vila Nova de Gaia (cfr. inventário anexo, II.C, fichas CR27 e CR25) ou Fiães e Romariz (Santa Maria da Feira), Ul e Ossela (Oliveira de Azeméis) ou ainda do Cabeço do Vouga, em Águeda. (SILVA, 1994; 1999; 2005).

mercenários[998] que suprissem as baixas e deserções[999], pagando-lhes com o produto do saque da cidade, porventura próspera em resultado de uma crescente dinâmica económica com o exterior[1000], e da rapina dos povoados vizinhos.

Por fim, admitindo como válido o texto atribuído a Salústio e a correção de Vóssio sobre a localização de Cale, que novas informações nos acrescentam esses dados? Para além dos aspetos relacionados com a sequência dos movimentos militares do conflito hispânico, essencialmente as que agora destacamos:

(a) o povoado ou cidade mencionado por Salústio ficaria situado na margem direita do Douro (ou não seria «*in Gallaecia*» ao tempo de Sérvio);

(b) por alturas dos anos de 75 ou 74 a.C. esse povoado, provavelmente o castro indígena do morro da Sé do Porto, designava-se já por *Cale*, notícia que antecipa talvez em um século a referência a *Calem* do Itinerário de Antonino, se aceitarmos que este roteiro utilizou fontes do século I;

(c) o referido castro deveria ter alguma importância regional, ou estar dotado de particulares condições ou dispositivos de defesa, por forma a entender-se a sua menção particular por parte de Salústio[1001].

5.1.3. *Cosmographia* de Ravena

A obra designada como *Cosmographia*, de autor anónimo mas seguramente sedeado em Ravena – pelo que é geralmente identificada como «Anónimo de Ravena» constitui uma compilação de roteiros e fontes geográficas reunida no século VII, ou eventualmente já no século VIII[1002], transmitida por alguns códices medievais, datados de entre os séculos XIII e XIV-XV. As primeiras edições tipográficas foram realizadas em finais do século XVII, devendo-se as edições críticas de referência a PINDER e PARTHEY (1860) e SCHNETZ (1940). Considera-se, habitualmente, que o autor da *Cosmographia* terá utilizado, entre outras fontes, um documento cartográfico latino produzido por alturas do século III, reconhecendo-se também elementos dos séculos V e VI (ROLDÁN HERVAS, 1975: 111-115; MANTAS, 1996: 213-217). No que respeita à península ibérica, o cosmógrafo de Ravena cita como

[998] Fosse entre os *Callaeci*, ou, a caminho, junto dos povos lusitanos mais setentrionais, como lembra AMELA VALDERDE (2003: 85).

[999] Aqui concordamos com a posição de Alain TRANOY (1981:130). Cfr. App. *BC*, 1, 112 sobre as deserções do exército sertoriano.

[1000] Jorge de Alarcão interroga-se igualmente sobre a importância ou eventual riqueza de Cale que justificasse a sua conquista por Perperna, apontando o comércio e a eventual prosperidade decorrente da função de escoamento do ouro proveniente das minas da região de Vila Pouca de Aguiar (ALARCÃO, 1992b: 62) – hipótese também colocada por LÓPEZ FERNÁNDEZ (2014: 86) – mas uma cronologia tão precoce para a exploração organizada dos filões auríferos não é ainda sustentada por dados arqueológicos, designadamente em Tresminas e Jales, onde a mineração romana não parece iniciar-se antes do período de Tibério-Cláudio (BATATA, 2017: 148).

[1001] No que, aliás, parece constituir o único êxito militar documentado de Perperna durante a sua participação no conflito ibérico (cfr., entre outros, SCHULTEN, 2013 [1949]; GARCIA MORÁ, 1991b; REMPIS, 1993; SALINAS DE FRÍAS, 2006; LÓPEZ FERNÁNDEZ, 2014; MATYSZAK, 2017; PINHO, 2017).

[1002] A cronologia do texto fundador tem sido indicada como correspondendo a uma data próxima do ano 670 (ROMERO MASIA; POSE MESURA, 1988: 150), entre 662 e 673 (MANTAS, 1996: 213) ou dentro do século VII, ainda que algumas informações não possam ser anteriores ao século IX, se bem que possam resultar de interpolações de copistas posteriores (ROLDÁN HERVAS, 1975: 111). Todavia, Enrique LLOBREGAT, estudando o roteiro do Anónimo para algumas regiões do País Valenciano, encontrou segura evidência toponímica de fontes árabes, o que o levou a propor uma cronologia um pouco mais baixa para a composição da *Cosmographia* (LLOBREGAT, 1983), afinal na linha de SCHNETZ, que propunha já as primeiras décadas do século VIII para o perdido autógrafo original (1940: V, n. 2).

fontes, entre diversos nones desconhecidos, um suposto geógrafo romano, desconhecido de outros escritos, de nome *Castorius*.

A *Corographia*, distribuída por cinco livros, constitui obra medíocre, confusa e pouco segura, como acentua Vasco MANTAS (*Idem, ibid*.; 2014: 240-241) e resume-se, salvo alguns excursos com invocações religiosas e diversas alusões míticas e históricas, de nula utilidade e confiança, a um mero catálogo ou listagem de localidades e rios[1003], que correspondem a várias centenas entre os mais de cinco milhares de topónimos coletados. Como a obra constitui um mero ensaio de compilação erudita e não tem objetivos práticos, como os roteiros de viagens, não é indicada a distância entre os pontos assinalados[1004] e observam-se nítidas divergências com outros itinerários antigos, nomeadamente o de Antonino. Porém, o compilador registou que teve a preocupação de anotar os nomes de lugar não como se escreviam na Antiguidade mas como era de uso no seu tempo (MANTAS, 1996: 214, n. 141), ou seja, provavelmente, entre os séculos VII e VIII, o que poderá ter alguma utilidade para relacionar esses sítios com as localidades atuais; todavia, fosse por deficiências de cópia original, da tradução da versão original (que se crê fosse em grego) ao latim ou por erros de copistas posteriores, muitos NL surgem em ordem aleatória ou com expressão aberrante, impossibilitando qualquer tentativa de localização moderna (ROLDÁN HERVAS, 1975: 112: MANTAS, *Idem, ibid*.)

Na parte que interessa à nossa região de estudo, o Anónimo enumera os pontos porventura mais relevantes de uma longa via com início na antiga cidade bética de *Baesippo* (Vejer de la Frontera, Cádiz) até à bem conhecida *Augusta Bracaria*, resultando de uma «*amalgama abreviada*» de quatro vias do Itinerário de Antonino (ROLDAN, 1975: 122) com outros pontos que dele não constam. Reproduzindo a listagem corográfica apenas a partir de *Olisipona* (Lisboa), elencam-se, por esta ordem, as cidades de «*Terebrica, Langobrica, Ceno Opido, Calo e Augusta Bracaria»* (PINDER; PARTHEY, 1860: IV, 48, 1-6, p. 307; SCHNETZ, 1940, *idem*, p. 79; ROLDÁN HERVAS, 1975: 123). Como variantes maiores nos diferentes manuscritos, praticamente uniformes em todos os editores, contam-se *lingo brica* por Langobrica[1005] e, no que se refere às duas localidades seguintes, as designações *Ceno Opido* e *Calo*, transcrição da responsabilidade dos editores, que anotam que os três manuscritos utilizados registam *«ita coniungunt* ***cenoopi docalo****»* (negrita nossa).

Todavia, os primeiros editores dos códices que preservaram a obra geográfica do *ravennate* foram – como lembram tanto PINDER e PARTHEY (1860: V), como SCHNETZ (1940: IX) – o beneditino francês Placidus Porcheronus (1688)[1006] e os holandeses Jacobus e Abrahamo Gronovius, pai e filho[1007], respetivamente em 1696 e 1722. Porcheronus fez publicar em Paris o seu *Anonymi Ravennatis qui circa sæculum VII vixit De Geographia libri quinque,* com base num códice que disse pertencer à biblioteca régia. Na parte do texto do geógrafo que ora nos importa, transcreve exatamente «*Terebrica, Langobrica, Cenoopi,*

[1003] O que poderia ser interessante, pois a travessia dos cursos de água constitui sempre um elemento de referência em qualquer trajeto, não fosse o caso de muitos desses supostos rios se apresentarem com designação incompreensível (MANTAS, 1996: 214).

[1004] Com exceção do livro V, mas de forma genérica, só para os percursos maiores, e pouco clara.

[1005] A sul do Douro, aparentemente o castro de Fiães, Santa Maria da Feira (*vd. supra*, nota 871).

[1006] Placidus Porcheronus, grafia latinizada do francês Dom David Placide (1652-1694), monge beneditino, parece ter sido bibliotecário e prefeito da biblioteca de Saint-German des Prés, em Paris. Grande conhecedor de línguas, história e geografia, foi autor de diversas obras eruditas.

[1007] Jacobus ou James Gronovius, ou Jacob Gronow (1645-1716) foi um conhecido filólogo holandês, que, entre outras obras, publicou um *Thesaurus antiquitatum Graecarum* em 13 volumes. Um dos seus filhos, Abraham Gronovius (1695-1775) destacou-se igualmente como filólogo e exerceu as funções de bibliotecário na Universidade de Leiden.

Docalo, *Augusta Bracaria»* (PORCHERONUS, 1688: 237). Na mesma página, em nota a «*Cenoopi, Docalo»,* faz o seguinte comentário:

> *«Incognitis urbibus accense* Cenoopi *&* Docalo*, si locus mendo caret nam forsan scribi debet* Ceno opido *&* Cale *pro* Calo*,* Caenum oppidum *tamen, quod urbem novam sonat, his is partibus extitisse non memoratur» (Id., ibid.).*

Traduzindo livremente, Plácido Porcheron estranha a referência às desconhecidas ciudades de *Cenoopi* e *Docalo,* acrescentando que, se não houver erro na fonte que utilizou, talvez se devesse escrever *Ceno opido* e *Cale* em vez de *Calo*; se bem que, observa ainda, *Caenum oppidum* «soa a cidade nova», de cuja existência naquela região não há memoria. Nas edições posteriores, tanto Jacob como Abraham GRONOVIUS (1748), inserem a publicação do Anónimo em compêndios que incluem o libro terceiro do *De situ orbis*, de Pompónio Mela, e outros textos geográficos antigos. No que respeita à obra de Ravena, Jacob utiliza um manuscrito de Lyon e o filho outro, de Leiden, embora ambos, como afirmam, conhecessem bem a publicação de Porcheron. A passagem que intrigou o beneditino é transcrita por ambos os Gronow do mesmo modo, incluindo maiúsculas e pontuação: «*Cenoopi, Docalo»*, mas, infelizmente, nenhum anota o texto.

É curioso que de três diferentes cópias manuscritas, aqueles eruditos seiscentistas tenham colhido lição tão idêntica, que parece respeitar a forma como aquelas palavras ocorrem ligadas em todos os manuscritos medievais, «*cenoopi docalo*»**.** Talvez pela singularidade dos topónimos, esta referência não terá suscitado particulares considerações aos estudiosos mais antigos da região, até que Vasco MANTAS (1993: 224), na senda de HÜBNER (1871: 67-68), sugeriu diferente transcrição daqueles nomes – *Ceno/Caeno oppido* e *Calo* – e propôs que *Calo* respeitaria ao povoado antigo da atual cidade do Porto e o *oppidum* de *Ceno* a Vila Nova de Gaia, na margem fronteira do rio.

A partir de uma cuidadosa análise daquele troço da via *ex Olisipo Bracaram* do Itinerário de Antonino e da singela listagem do Anónimo de Ravena, certamente decalcada de um roteiro viário sensivelmente da mesma época, *Ceno Oppido* ficaria entre duas *mansiones* que V. Mantas entende de localização segura, *Lancobriga* (Fiães, Santa Maria da Feira) – também elencada, com pequena variação, no Anónimo – e *Cale*, na atual cidade do Porto (MANTAS, 1996: 645-651; 2012: 198-199). Após discutir duas localizações possíveis para o assento de *Ceno*, os castros gaienses do Monte Murado/Senhora da Saúde[1008] e de Mafamude,[1009] V. Mantas opta pelo Castelo de Gaia (MANTAS, 1996: 645-651)[1010], efetivamente um povoado indígena de larga e temporalmente extensa ocupação e cuja importância regional não oferece dúvidas.

Em relação à designação nominativa do sítio, este autor opta pela variante *Caeno*, como aliás já retificara PORCHERON (1688), recusando a proposta de A. Tovar, de facto desnecessária, da possibilidade *Cenum oppidum* (TOVAR, 1976: 258) ou mesmo a interpretação de Hübner, o qual, imaginando a versão grega original da obra do *ravennate* supôs que a transliteração *Ceno* poderia corresponder a καινόσ, com o sentido de considerar esse núcleo como «novo» em relação ao portuense de *Cale* (HÜBNER, 1871: 67), o que

[1008] SILVA, 1983; 1984b; 1986; LIMA, 1989; SILVA, 1994: 61-2, 99-100; 2007, ficha A007.

[1009] Hipótese totalmente inviável. Nós próprios, com base em dados toponímicos, chegamos a admitir a existência de um castro em Mafamude (SILVA, 1994: 61), mas tal atribuição não se confirmou; do mesmo modo, não existe na área da freguesia de Mafamude qualquer evidência arqueológica, seja de um povoado da Idade do Ferro, seja de eventual sítio romano que pudesse corresponder a uma hipotética estação viária.

[1010] Designado por V. Mantas (1996, 2012) como Castelo «Velho» de Gaia, expressão que não tem uso na bibliografia ou na toponímia.

naturalmente nem as fontes nem a arqueologia sustentam (MANTAS, 1996: 650-651). Em favor desta identificação de *Caeno* como o sítio antigo do Castelo de Gaia têm-se pronunciado diversos estudiosos, como Ferreira da SILVA (2015: 72) ou Jorge de ALARCÃO (2019: 10)[1011].

Este último autor, todavia, expressou algumas dúvidas acerca do desdobramento da expressão *«cenoopi docalo»* que surge nos três códices medievais estabilizados como fontes matriciais para o texto de Ravena. Não parecendo fazer sentido a opção literalista dos eruditos seiscentistas atrás citados, ALARCÃO (2005: 305) questiona-se sobre se, em vez de interpretar-se a passagem, certamente errónea pela transmissão documental, como [*Ceno oppidum* + *Calo*], não poderia ser, também, [*Ceno* + *Oppidum Calo*]. A questão tem, como já anotámos (SILVA, 2018: 47), alguma relevância, em especial se admitirmos que a qualificação semântica de um dos locais como *«oppidum»* poderá talvez denunciar alguma diferenciação ou hierarquia entre os dois sítios, atendendo ao uso do substantivo *oppidum*, mesmo na época tardia em que foi elaborado o texto em apreço[1012]. Em relação à forma *Calo* (que Porcheron entendeu como corrupção gráfica de *Cale*), poderia eventualmente corresponder a um nome latino de tema em –o, de acordo com a opinião de Amílcar GUERRA (1998: 369)[1013].

Um último aspeto, porém, merece-nos comentário. É próprio autor da *Geografia* que informa, como dissemos, que tentou registar os topónimos e hidrónimos não necessariamente na sua forma mais clássica mas de acordo com o modo como se diziam e escreviam na sua época, digamos, a transição do século VII para o século VIII. Porém, as designações *Ceno*/*Caenum* e *Calo* não tem qualquer correspondência documental nas fontes tardo-antigas; e se transpostas para o século III, datação das fontes mais antigas propostas, a suposta identificação de *Ceno* com o povoado do Castelo de Gaia não levanta objeções, porque outro nome não temos para o sítio; mas já a grafia *Calo* parece incompatível com *Cale*, pelo que admitimos, mais facilmente, que tenha havido equívoco na transcrição de Ravena.

Discute-se, por vezes, se algumas das fontes do Anónimo de Ravena, nomeadamente uma carta itinerária romana do século III, não terão servido, igualmente, para o desenho da tabula peutingeriana ou mapa de *Castorius*, o que parece plausível (ROLDÁN HERVAS, 1975: 112; MANTAS, 1996: 214; SALWAY, 2005). Infelizmente, como a secção desse mapa respeitante à quase totalidade da península foi perdida (ROLDÁN HERVAS, 1975: 106-110; ROMERO MASIA; POSE MESURA, 1988: 155; MANTAS, 1996: 222-224), com base nas informações da *Cosmographia* de Ravena, K. MILLER (1887; 1916) ensaiou a reconstituição da folha perdida da Tabula de Peutinger, elemento sugestivo do ponto de vista gráfico ou pedagógico mas que não constitui verdadeira fonte histórica nem acrescenta nada de relevante em relação ao *ravenate*, pelo que em nada interessa ao nosso estudo.

[1011] O assunto tem também relevância para a discussão da origem do próprio topónimo «Gaia», como notaram ALARCÃO (2019:10), que além de *Caenum* admite uma variante *Cainum*; MANTAS (1996: 650) e Armando Coelho, que lança a hipótese de a partir de *Caeno* ter surgido uma eventual *ciuitas caena*, que poderia ter evoluído para **can-(ia)*, radical com reflexos na toponímia local, e fazendo sobre o tema interessantes considerações etnolinguísticas (SILVA, 2015: 72-73).

[1012] Sendo utilizado na literatura arqueológica numa aceção muitas vezes genérica, ou tipificando em particular os grandes povoados do final da Idade do Ferro, nos textos jurídicos latinos o termo *oppidum* é usado como «*un identificador genérico de ciudades (…) pero que tiene en cuenta su importancia simbólica y jurídica, pues nunca se asoció a poblaciones menores o poco importantes*» (FUMADÓ 2013: 181).

[1013] Sobre este assunto, ver o ponto 5.1.

5.1.4. Crónica de Idácio

O recurso a fontes mais tardias, neste caso a Crónica do bispo flaviense Idácio e, no ponto seguinte, como veremos, também o *Parochiale* suevo, afasta-nos, aparentemente, não só do âmbito cronológico, como também dos contextos sociais, culturais e políticos que principalmente enformam a nossa pesquisa. Todavia, se a *romanitas* dos meados do século V naturalmente pouco tem que ver com a da época de Augusto, é ainda na plena assunção da sua condição de *ciues*, defensor do seu mundo e tradições[1014], que o límico Idácio lastima os tempos terríveis em que lhe foi dado viver. Por outro lado, ao rastrear nas suas origens mais profundas o nome de um sítio, *Cale*, importou-nos biografar o topónimo – tanto quanto a parca documentação o possibilita – e levar a observação até ao momento em que o nome desaparece, (ou permanece)[1015] ou, melhor dizendo, se transmuta em outras formas e modalidades, certamente traduzindo novas realidades e territórios em mutação.

Da personalidade que conhecemos pelo nome singular de Idácio[1016], há também pouca informação biográfica após o seu nascimento, por alturas do ano 400[1017], na *ciuitas limicorum* (Xinzo de Limia), tal como ele próprio se identifica (BURGESS, 1993: 3), mas interessa sobretudo para o apresentarmos, dizer que foi homem da Igreja, à qual serviu como titular da diocese flaviense a partir de 427. Contemporâneo das convulsões sociais e dos conflitos relacionados com a chegada dos suevos ao noroeste peninsular, redigiu a sua obra, conhecida singelamente como *Crónica*, até ao ano de 469, ou pouco tempo depois dessa data, que deverá ter coincidido com a sua morte (TRANOY, 1974, I: 9-17; MUHLBERGER, 1990:196-199; BURGESS, 1993: 3-10; BERNÁRDEZ VILAR, 2003: 123-143; 2004: 23-32; CANDELAS COLODRÓN, 2004; 2006).

Ao contrário de outras obras que nos chegaram desde a Antiguidade, da Crónica de Idácio conservaram-se, além de vários epítomes mais ou menos parciais, um códice do século IX bastante completo[1018], designado abreviadamente como «texto B» (BURGESS, 1988: 5-18; MUHLBERGER, 1990: 200-204) e que constitui a base dos principais editores de Idácio, como MOMMSEN (1894). A edição crítica mais recente da *Crónica*, da responsabilidade de Richard BURGESS (1988; 1993), todavia, não se baseia quase exclusivamente no «texto B», como as Mommsen (1894), Tranoy (1974) e outras, mas utilizou todos os manuscritos conhecidos, razão pela qual a seguimos prioritariamente[1019].

O enquadramento histórico das diversas alusões de Idácio a *Portumcale*, sob esta ou outras formas nominais, é o dos eventos posteriores à derrota do rei Requiário na batalha travada, próximo do rio Orbigo, com o monarca godo Teodorico e a conflitualidade ligada às guerras civis que se desencadearam nos anos subsequentes no reino suevo, ou seja, num período de poucos anos que medeia entre 456 e 459, no máximo (SILVA; REAL, no prelo). Ou seja, o registo toponímico de Idácio, que escreve pouco tempo depois destes sucessos, traduz certamente a realidade territorial de meados do século V.

[1014] Com oportunidade, César Candelas, chama a Idácio, no título de um pequeno mas valioso estudo, «o último romano da *Gallaecia*» (CANDELAS COLODRÓN, 2006).

[1015] É esta a perspetiva linguística de Amílcar Guerra, por exemplo, que ao estudar os nomes e lugares pré-romanos do ocidente peninsular, não se coíbe de recorrer às fontes mais tardias (GUERRA, 1998: 369).

[1016] Identificado muitas vezes sob a forma *Hidácio*, a grafia do antropónimo latino, aparentemente de origem grega, que sobreviveu na maior parte das línguas românicas (cfr. CARDOSO, 1982: IX-X).

[1017] Ou talvez, com maior probabilidade, entre os anos de 390 e 395, segundo Pio SOUSA (2001: 65, com ampla bibliografia sobre Idácio e a sua obra), admitindo CANDELAS COLODRÓN o ano de 388 (2004: 20).

[1018] Identificado como Berlin Staatsbibliothek Phillipps 1829.

[1019] Embora, na verdade, sem que, para as passagens da *Crónica* que nos interessam, se verifiquem variações substanciais entre as diferentes edições.

Assim, para dar o devido enquadramento semântico e contextual às expressões do bispo de Chaves, reproduzimo-las precisamente no quadro dos eventos político-militares que Idácio narrou. Relatando os eventos ano de 456, registou o clérigo que na sequência imediata da derrota com Teodorico II, nas proximidades de Astorga, o rei suevo *«Rechiarius, ad locum qui Portum Cale appellatur profugus»* (BURGESS, 1993: 106, § 168), de pouco lhe tendo servido o refúgio na cidade do Douro, pois aí acabou por ser capturado e levado a Teodorico, que o aprisionou e matou[1020]. O desaparecimento de Requiário lançou vários candidatos à disputa do trono, e em meados do ano de 457, segundo Idácio, um dos pretendentes, *«Aioulfus dum regnum sueuorum spirat, Portu Cale moritur mense Iunio»* (BURGESS, 1993: 110, § 180). Por fim, entre 458 e 459, às ordens de Maldras, *«Sueui (...) uersi regionem Galliciae adherentem flumine Durio depredantur»*, e na sequência desta devastação das margens galaicas do Douro, *«Maldras germanum suum interfecit et Portocale castrum idem hostis inuadit.»* (BURGESS, 1993: 110, 112, § 183 e 190).

Na edição da crónica idaciana realizada por Richard Burgess, com recurso a todos os manuscritos conhecidos, recolhe-se o nome da cidade sob três formas: *Portum Cale* (*Idem*, § 168), *Portu Cale* (§ 180) e *Portocale* (§ 190), mas ocorrem variantes em outros manuscritos que o mesmo Burgess, como os restantes principais editores de Idácio (MOMMSEN, 1894 e TRANOY, 1974) registam e que importa anotar[1021]. Na primeira passagem, a única diferença na transcrição destes últimos autores é grafar *Portumcale* como uma única palavra, mas ambos anotam a variante *Portugale*, que surge num dos manuscritos (MOMMSEN, 1894: 29, § 175; TRANOY, 1974, I: 156-7, § 175) e que Burgess não valorizou. Na indicação do local da morte de Agiulfo, todos os editores concordam com a grafia *Portucale* (que Burgess, mais uma vez, prefere separar em duas palavras), ocorrendo também a variante *Portugale* (MOMMSEN, 1894: 30, § 187; TRANOY, 1974; I, 160-1, § 187). Por fim, na informação sobre a invasão de Maldras, é bastante maior a diversidade do NL transcrito pelos copistas: Mommsen e Tranoy optaram por *Portumcale* e Burgess escolheu *Portocale*, mas todos apresentam as versões de outros códices, onde também pode ler-se *Portucale* e *portugali castro* (MOMMSEN, 1894: 31, § 195; TRANOY, 1974, I: 160-3,§ 195; BURGESS, 1993: 112, § 190).

Independentemente das diferentes formas nominais com que o nome do lugar surge escrito nos diversos manuscritos – questão eminentemente linguística e decorrente da própria estratigrafia documental da transmissão do texto, que não abordaremos[1022] – parece claro que o termo constitui um substantivo composto com flexão apenas do primeiro elemento; ocorrendo, designadamente nos casos acusativo e ablativo. Claramente, o novo nome do lugar fossilizou o topónimo original, de certo modo subalternizando-o em relação ao elemento inicial *portus/um*. Não precisaremos de entrar em maiores detalhes da história política e militar deste período, que aliás já resenhámos algures (REAL; SILVA, 2018; SILVA; REAL, no prelo), mas a identificação e localização do sítio permanece em discussão e interessa pontuar alguns contributos recentes.

[1020] Este facto marcante levou a pena de Idácio à muito citada expressão, que se segue no seu texto, *«regnum destructum et finitum est Sueuorum»* (BURGESS, *idem, ibidem*). CANDELAS COLODRÓN (2004: 88, n. 51) estranha esta afirmação de Idácio, uma vez que a narrativa histórica do reino suevo prossegue, e BERNÁRDEZ VILAR (2004: 140, n. 230; 156-157) interpreta a mesma expressão – que normalmente se considera meramente enfática e, de certo modo, testemunho da capacidade do bispo de Chaves de ler os «sinais da história» e o significado da morte de Requiário – para pôr em causa a cronologia da redação da obra, entendendo – pelo facto do reino suevo não ter, na verdade, acabado nessa data – que a conclusão da *Chronica* será posterior a 469, argumentação que não nos parece sustentável.

[1021] Dispensámo-nos de indicar os diferentes manuscritos onde surgem as variantes, devidamente identificadas nas edições citadas.

[1022] A variabilidade do nome observa-se também em edições da *Crónica* com menor aparato crítico, como a espanhola de M. MACÍAS (1906), que transcreve o topónimo sempre como *Portucale* nas três passagens citadas.

Uma primeira questão tem a ver com a indicação de Idácio segundo a qual, após a derrota com Teodorico, o rei suevo Teodorico teria retirado «*ad extremas sedes Gallaeciae*» (BURGESS, 1993: 106, § 166), expressão que por vezes se relaciona com a do seu refúgio em *Portum Calem*, que se menciona alguns parágrafos a seguir. Na realidade, esse ponto «mais extremo» da *Gallaecia* poderia representar, no texto idaciano, a cidade de *Bracara*, como parece evidente da leitura do parágrafo § 167 da mesma Crónica, segundo a numeração de Burgess, e tem sido salientado por diversos autores (DÍAZ, 2011: 130; ALARCÃO, 2005b: 304-5; 2019a: 11-2). Só depois, escapado de Braga, Requiário teria avançado para sul e procurado abrigo na foz do Douro. O modo como o bispo flaviense expressa o destino do rei suevo, retirando-se *«ad locum qui Portum Cale appellatur»* (BURGESS, 1993: 106, § 168)[1023], suscitou a Jorge de Alarcão oportunas observações, sugerindo que o substantivo relativamente vago «*locum*» não parece propriamente referir-se a um centro urbano de alguma dimensão e que parece, também, muito plausível que Requiário se tenha refugiado na margem esquerda do Douro, de onde uma eventual fuga poderia ser facilitada (ALARCÃO, 2005b: 304-5; 2019a: 11-2)[1024]. Por outro lado, se Portucale não era um lugar menor, ignorado por muitos dos leitores de Idácio, poderia porventura constituir «uma designação recente para um lugar que todos (ou quase todos) conheceriam por outro nome: o de *Cale*.» (ALARCÃO, 2019a: 12).

5.1.5. *Parochiale Sueuorum*

Por fim, avançando mais um século mas substancialmente na linha, quer-nos parecer, da imagem que podemos reter da antiga Cale a partir da *Chronica* do bispo de Chaves, importa destacar alguns aspetos de uma fonte do último quartel do século VI, o bem conhecido rol das dioceses e «paróquias» da igreja sueva, titulado como *Diuisio Theodemiri seu Concilium Lucense* ou, como é geralmente mais conhecido, apenas como *Parochiale Sueuorum*[1025].

Não temos contributos de particular relevo para a heurística ou exegese de tão debatido documento, que conta, aliás, com vastíssima historiografia, chamando a atenção, nomeadamente para a datação do *Parochiale* e a prudência com que deve ser interpretado, à luz dos diversos manuscritos que transmitiram o texto (RENZI; MARIANI, 2020). Na verdade, parecendo relativamente seguro que a cartografia administrativa e eclesiástica exposta no *Parochiale* não reflete exatamente a situação vigente em 569, sob o reinado de Teodomiro, a questão fundamental será a de averiguar que data crítica posterior atribuir ao documento, admitindo-se, porventura, que não se afaste muito da proposta mais recente de Pierre DAVID (1947: 68-69), ou seja, ao intervalo compreendido entre os anos de 572 e 582 (RENZI; MARIANI, 2020: 101-102).

O texto do *Parochiale* foi conservado em diversos manuscritos e transcrições, de um modo geral tardios, seja em versão singular ou incorporado noutros *corpora* (DAVID, 1947; GEYER *et al*., 2005: 411-420), alertando LÓPEZ ALSINA (2013) que existem ainda outras versões, para além das compulsadas por aqueles editores (RENZI; MARIANI, 2020: 92-93). Não obstante algumas diferenças nas diferentes versões, tanto no prefácio como na lista de

[1023] E que, aliás, contrasta fortemente – se aplicada ao mesmo lugar – com o «*Portocale castrum»* a que se refere Idácio poucas linhas abaixo (BURGESS, 1993: 112, § 190).

[1024] No mesmo sentido se havia pronunciado José MATTOSO (1985: 130), expressando que «uma leitura atenta de Idácio permite verificar que este autor distingue *Portucale castrum* de *Portucale locum*, um situado na Lusitânia, ao sul do Douro, outro na Galécia, ao norte».

[1025] A realização do Concilio, em Lugo, do qual teria resultado o documento, é posta em causa por muitos autores, bem assim como a designação de *Parochiale*, popularizada a partir da edição de David, por aludir a uma circunscrição eclesiástica (a paróquia) sem efetiva correspondência com as *ecclesiae* listadas no mesmo documento (v., por exemplo, CAMANIEL, 2013: 565, n. 2507, DÍAZ, 1998: 37 e DAVID, 1947: 7-18).

templos, a generalidade dos autores não duvida da autenticidade do documento original, independentemente das questões cronológicas apontadas (DÍAZ, 2011: 192-193; LÓPEZ ALSINA, 2013: 128). Seguindo a mais conhecida edição do texto do *Parochiale* de Pierre DAVID (1947), uma vez que a edição mais recente, feita por F. Glorie (*apud* GEYER *et al*., 2005), praticamente sem aparato crítico, nela se baseia quase exclusivamente, apresentemos os elementos que mais diretamente interessam ao nosso trabalho.

O compilador da lista simples de *ecclesiae*, agrupadas por dioceses e sem qualquer outra informação, que constitui o *Parochiale*, refere-se a uma das sete «paróquias» da diocese «*conimbricensem»* designando-a como *«Portucale castrum antiquum*» (DAVID, 1947: 36), enquanto o rol de templos da diocese da região portuense é introduzido pelo cabeçalho «*Ad sedem Portugalensem in castro nouo ecclesias que in uicino sunt*» (DAVID, 1947: 34). De forma singela, a informação deste repertório distingue claramente, em dioceses separadas pela linha do Douro uma «paróquia» nomeada como *Portucale castrum antiquum*, a sul; enquanto a sede episcopal que tutelava a cristandade da margem fronteira situava-se *in castro nouo* e era designada como *portugalensem.*

Curiosamente, os diferentes manuscritos e edições não apresentam variações particulares nas listagens de igrejas destas duas dioceses, com exceção da referência a uma tradução feita pelo cisterciense Frei Bernardo de Brito (1569-1617) a partir de um «volume antigo» que incluiria as «obras de Santo Isidoro», que existiria na livraria do mosteiro de Alcobaça (BRITO, 1690: 269). Segundo tal edição, infelizmente perdida, Bernardo de Brito explicita que «a Igreja Catedral do Porto (…) está edificada no Castelo novo dos Suevos», enquanto na jurisdição da «Igreja Conimbriense» se achava «Portugal, o Castelo antigo dos Romanos» (Brito, 1690: 270), ou respetivamente, segundo a reconstituição hipotética de Pierre David, *«in castro nouo sueuorum»* e *«Portucale castrum antiquum Romanorum»* (DAVID, 1947: 34, 37).

Esta versão, ou interpretação do monge cisterciense – que não deixou na tradição historiográfica portuguesa particular rasto pelo rigor ou credibilidade[1026] – é tanto mais suspeita quanto não aparece em qualquer outro manuscrito e escapa em absoluto à depuração pragmática ou jurídica com que são apresentadas todas as restantes dioceses. Julgamos tratar-se de uma fantasia para servir a tese que Brito defende nas páginas seguintes da *Monarquia Lusitana*, a da maior antiguidade de Gaia, o «antigo Portugal que floresceu em tempo de Romanos», em contraponto a uma eventual «refundação» sueva da cidade do Porto (BRITO, 1690: 270-274), o «novo Portugal», proposição insustentável mas popularizada por vários seguidores de Brito, quase até aos tempos contemporâneos[1027].

Do texto do *Parochiale* recolhem-se, de positivo, apenas duas informações: a de que o povoado da margem sul se chamava *Portucale,* adjetivado como *castrum antiquum*; e que do outro lado do rio assentava a sé *portugalensem.* Não sendo possível, à luz do *Parochiale*, que esta diocese abrangesse a margem esquerda do rio, não resta alternativa senão depreender que o título episcopal tivesse como explicação um outro *Portucale*. O núcleo episcopal da futura

[1026] Bom cultor da língua portuguesa, imbuído de um exacerbado espírito nacionalista e preocupado em enaltecer os méritos e a primazia lusitana, Brito, que produziu a sua obra durante o período da união ibérica, foi bastante popular no seu tempo, mas rapidamente a historiografia mais rigorosa e metódica o descartou como fonte fiável. Cultor das lendas fundacionais das cidades portuguesas por heróis mitológicos (DIAS, 2016), inventor de epígrafes romanas (ENCARNAÇÃO, 2019a), as obras do cisterciense foram descritas como «acervo de fábulas no estilo dos romances de cavalaria» (SARAIVA, 1985: 385), e a prestigiada enciclopédia *Treccani* caracteriza os dois volumes da *Monarquia Lusitana*, a sua principal obra, como «*letterariamente pregevole e pervasa di sentimento patriottico, ma piena di audaci falsificazioni*» (https://www.treccani.it/enciclopedia/fra-bernardo-de-brito).

[1027] Uma das consequências desta fantasia, foi a circunstância de ter sido considerada pelos historiadores e publicistas portuenses, durante muito tempo, a primitiva cerca medieval da cidade como «sueva», naturalmente sem qualquer fundamento (SILVA, 2011).

cidade do Porto é singelamente identificado como *castro nouo,* como que em oposição ao fronteiro, e a interpretação desta expressão tem consumido gerações de investigadores.

Na nossa opinião, tendo, obviamente, o núcleo de *Cale* origens cronológicas afins do povoado gaiense e um desenvolvimento urbano, em grande medida, paralelo ou simétrico, a expressão *castro nouo* apenas poderá explicar-se por duas razões: (1) referindo-se a uma eventual reedificação, pelo menos parcial, da cerca muralhada nessa época, o que não está atestado mas não é inverosímil (sem que tenha algo a ver com os suevos, bem entendido); (2) aludindo a uma certa dinamização da cidade (DIAZ, 2011: 131), traduzida ou impulsionada pela restauração da diocese eclesiástica[1028]. Em favor da segunda explicação, deve notar-se que, entre as treze dioceses elencadas na *Diuisio Teodemiri*, a portucalense é a única sobre a qual foi registada a localização («*castro nouo*»), como se o redator quisesse dar nota de alguma novidade (neste caso a restauração ou fundação diocesana)[1029], o que não se repetiu para as sés de Braga, Lamego, Coimbra, Viseu e todas as outras, de há muito radicadas nessas cidades[1030].

Em conclusão, o texto do *Parochiale* documenta – como igualmente já o fizera a Crónica do bispo de Chaves[1031] – uma época de mudança a todos os títulos, e designadamente na nomenclatura dos núcleos populacionais. Do urbanismo e aspeto do antigo núcleo de *Cale*, agora com novo nome que gradualmente apagara – mas não fizera esquecer – a antiga toponímia, pouco sabemos pelas fontes escritas ou pelos dados arqueológicos (REAL; SILVA, 2018), mas é bem possível que a nova designação traduzisse, num processo de larga diacronia, alterações muito substantivas. A *Portucale*, ou aos *Portucale* de ambas as margens, tratamos também em outros pontos desta dissertação ainda, mas o novo registo toponímico implantou-se definitivamente. Poucos anos volvidos sobre a redação daquela lista de igrejas, já sob domínio visigótico, a cidade foi também centro emissor de moeda, sendo conhecidos, pelo menos, onze exemplares de trientes, cunhados entre os reinados de Leovigildo (576-586) e Suintila (621-631), em cujo cunho surge ainda, numa emissão deste último rei, a marca *Portucale*, sendo todavia a mais comum *Portocale* (GARCIA, 1947; PLIEGO VÁZQUEZ, 2012: 75; CORREA RODRÍGUEZ, 2006: 230; BARBOSA; MIRANDA, 2006: 188-9).

5.2. FONTES EPIGRÁFICAS

O único registo epigráfico conhecido de *Cale*, a que podemos atribuir alguma segurança, constaria de um miliário do tempo de Adriano, infelizmente perdido, que marcaria o início das XXXV milhas da estrada entre *Bracara Augusta* e o Douro. A primeira notícia desta inscrição viária deve-se ao arcebispo bracarense D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), que na primeira parte da sua história do Arcebispado de Braga, publicada em 1636, informa sobre a existência de uma «pedra com letras» «dentro da cerca do Colégio de S. Paulo dos Padres da Companhia desta cidade de Braga», do qual dá a devida transcrição e leitura, com exceção da palavra truncada antes da distância miliária: IMP CAESARI/ TRAIANO ADRIANO/ AVG/

[1028] As duas hipóteses não são exclusivas, pois a procura de maior nobilitação da cidade episcopal poderia também traduzir-se por obras no circuito defensivo.

[1029] Sobre este assunto, de larga historiografia e que não interessa a este texto vejam-se as considerações que fizemos em trabalho recente (SILVA; REAL, no prelo) e também, entre outros, o estudo já citado de RENZI e MARIANI (2020).

[1030] Levando ainda mais longe esta observação, notamos igualmente que também na sé portucalense apenas se mencionam as «*ecclesias que in uicino sunt*», enquanto nos registos de outras dioceses se apresenta, à cabeça, a «paróquia» central: *ad Lamecum ipsa Lamecum; ad Conimbricensem, Conembrica; ad Visensem, Viseo*, etc. Sinal, igualmente, de uma fase transitória ou de instalação diocesana?

[1031] *Vd. supra*, ponto 5.1.4.

PONTIF MAX/ TRIB POTEST XIX/ COS III PP/ A BRACAR AVG/ I….. ALE M P XXXV (CUNHA, 1636: 19).

A partir da obra de Rodrigo da Cunha a notícia circulou por outros autores antigos, até que Emil Hübner a recolheu e integrou a epígrafe no seu *Corpus* (CIL, II, p. 634, n.º 4748; HÜBNER, 1871: 68), com a mesma transcrição. Vasco MANTAS (1996: 411-414), que aceita este monumento como genuíno, desdobra a última linha como [A]D [C]ALE[M], hipótese que, salvo na preposição[1032], não suscita dúvidas, e salienta a sua importância como marco inicial da *caput uiae*, se bem que a indicação dos locais de termo da contagem seja muito rara nos miliários[1033]. Desta forma, este exemplar de inscrição vial, a par da sua singularidade enquanto fonte epigráfica, constituirá talvez o testemunho material mais antigo do nome *Cale*[1034], apenas antecedido, no plano literário, pela referência atribuída por Sérvio Honorato a Salústio[1035].

Não obstante, entre a sua lista de *castella* dos *conuentus* do noroeste, assinalados nas inscrições pelo «C» invertido (Ↄ), Tranoy inclui entre os castros bracarenses assim referenciados a menção, constante numa epígrafe funerária métrica encontrada em *Arucci* (Aroche, Huelva), a um cidadão romano, inscrito na tribo Galéria, e que considera, sem dúvida, «*un* Interamicus *émigré dans le sud de la Péninsule*», se bem que não arrisque o desdobramento da origem, que transcreve como Ↄ *Ga* [...] (TRANOY, 1981: 373: n.º 16). O texto da epígrafe, cujo suporte se encontra bastante degradado (CANTO, 1997: 141, foto 97*bis*) é transcrito, pela maior parte dos *corpora* e autores da seguinte forma:

> *P(ublius) Plotius P(ubli) / f(ilius) Gal(eria) · Reburr/us* ***Intera(m)n/icus ex Ↄ (castello) Cal/[lae]c(o)*** *ann(orum) XXI / h(ic) · s(itus) · e(st) · / [fraterna]e pietatis opu/[s sed]emque videtis / [extrem]am quae Plotio / [saeva] in morte fuit / [tunc cum] fratris Vegeti / [inde di]cavit cura sep/[ulchr]um et pietate / [sua] iustum persolvit / amorem*[1036]

Neste epitáfio, dedicado pelo irmão, Vegecio, a Publio Plocio Reburro, filho de Publio, da tribo Galeria, que morreu «de morte cruel», não parecem oferecer dúvidas à maior parte dos editores o uso da fórmula «ex Ↄ», a origem étnica referida a *Interamnia* e o desdobramento *Cal/[lae]c(o)*[1037] (RAMÍREZ SÁDABA, 2009: 220; PÉREZ MACÍAS, 2009: 293-294, *passim*). Trata-se, assim, de um indíviduo já plenamente aculturado no plano onomástico e jurídico que se identifica pelas duas formas usuais para os epitáfios registados fora da região de origem: pelo nome do povoado (*castellum*) e pelo da entidade étnica (agora *ciuitas*), como desde há muito foi comprovado (PEREIRA-MENAUT; SANTOS YANGUAS, 1980: 125-126; PEREIRA-MENAUT, 1982: 261; 2015: 22). Todos estes, e

---

[1032] Na verdade, Colmenero, Ferrer e Álvarez propõem a reconstituição dos caracteres da última linha que Cunha não pôde ler como *i(n) (C)ale(m),* com uso, raro, do acusativo de direção (RODRIGUEZ COLMENERO; FERRER SIERRA; ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 616), interpretação acolhida também pela base de dados EDCS (n.º 05600114).

[1033] Existe, porém, um paralelo, igualmente de Braga, num outro miliário, este conservado, que indica a distâncias desta cidade a *Asturica* (CIL, II, 4747; MANTAS, id., 413-414).

[1034] Podendo datar-se do ano 134 ou 135, atentas algumas dúvidas no registo da datação consular (MANTAS, *ibid*., 413).

[1035] *Vd. supra*, ponto 5.1.2.

[1036] EDCS-11701257; ERBC-164; CILA01-6; HEpol-5197 (de onde recolhemos a transcrição, negrita nossa). Nas referências ao inventário das epígrafes nas bases de dados eletrónicas indicaremos, primeiro, a fonte primordial de onde foi recolhida a informação, seguida da referência a outros *corpora*, bases de dados ou bibliografia específica, sem preocupação de exaustividade. Cfr. lista de fontes, no final, para as siglas utilizadas.

[1037] António RODRÍGUEZ COLMENERO, sem discutir o *populus* de origem do falecido, transcreve apenas, com base no exame de uma fotografia *Ga [...]* (1997a: 274, n.º 324). Do mesmo modo interpretam M.ª de Lourdes ALBERTOS (1975: 33, n.º 24) e PEREIRA-MENAUT com SANTOS YANGUAS (1980: 122, n. 5; Quad. B, n.º 6).

outros autores, concordam, deve sublinhar-se, em uma datação bastante precoce para esta epígrafe, nos inícios do século I ou mesmo dos começos do principado[1038].

Deste modo, Publio Plocio Reburro terá sido originário da *ciuitas* de *Interamica*, uma das mencionadas no «Padrão dos Povos» (CIL, II, 2477)[1039] e situada talvez nas zonas orensã ou flaviense (TRANOY, 1981: 69-70; TOVAR, 1989: 333; TIR-K-29: 61; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 274; ALBALADEJO VIVERO, 2012: 91) ou da de *Interamnium flauium,* documentada como *mansio* e cidade sobre a Via XVIII (*uia noua*) do Itinerário de Antonino, na área de Chana de Arriba, Congosto, Léon[1040] (TOVAR, 1989: 333; PEREIRA-MENAUT, 1991: 61; ALBALADEJO VIVERO, 2012: 91-92). Em uma ou outra deveria localizar-se o povoado castrejo que viu nascer Plocio Reburro, perpetuado naquela memória lapidar por designação agora reconstituída como *Cal/[lae]c(o),* de onde poderemos talvez inferir, se a terra se nomeasse se nominativo, *Callaecus*, ou porventura, como nome neutro, *Callaecum*[1041]. Apelativo porventura algo estranho para um povoado indígena, ou, se assim fosse, teríamos quase forçosamente de o considerar como solar do *populus* epónimo. Poderá ser este nome uma forma adjetivada e remeter para *Cale*, ou algum NL parecido?[1042]

Em oposição a esta interpretação sobre a origem de Plocio, M.ª Alicia Canto defendeu – quanto a nós com argumentação pouco plausível – a naturalidade bética do falecido, sustentada, principalmente, nas condições do local onde se encontrou a epígrafe, que fica perto da confluência de duas linhas de água, as ribeiras de Alcalaboza e Ciries (o que, aparentemente justificaria a implantação de *Interamnia* na região[1043]) e numa referência de André de Resende (século XVI) à existência de um «*pagus Callaecus*» talvez nas proximidades (CANTO, 1997: 141-143).[1044]

Analisando a significativa presença de indivíduos lusitanos e galaicos na epigrafia da região de Huelva, Pérez Macías, distingue dois ciclos imigratórios: um, mais tardio e melhor conhecido, a partir da segunda metade do século I, relacionado habitualmente com o trabalho nas minas da região; outro, mais precoce, datado entre o período tardorrepublicano e os começos da primeira centúria, sem relação com a atividade mineira, ocorrendo frequentemente as inscrições em vilas rústicas (precisamente o que sucedeu com o epitáfio de Plocio Reburro). Este autor interpreta esta última vaga, procedente em especial da zona dos

[1038] Para a datação mais antiga, proposta para «*finales del período republicano o principios del Principado por el tipo de letra y la ausencia de la fórmula D.M.S.*», cfr. CVB, *s.v. Arucci* (http://cvb.vrbanitas.es/mostrar_epigrafia_n2/16/ARVCCI); os restantes autores datam o monumento de começos do século I, ou, no máximo, de meados dessa centúria (CANTO, 1997: 141).

[1039] Registada como *Res publica interamica* ou *interamicorum*, a evidenciar a sua condição jurídica como *ciuitas* (fontes e bibliografia em TRANOY, 1981: 69-70 e PEREIRA-MENAUT, 1991 (TIR, K-29): 61).

[1040] E. W. Haley, R. Talbert, Sean Gillies, Tom Elliott, and Jeffrey Becker, 'Interamnium Flavium: a Pleiades place resource', *Pleiades: A Gazetteer of Past Places,* 2020 <https://pleiades.stoa.org/places/236488>

[1041] Não oferecendo dúvida, no contexto do formulário epigráfico, que o nome não está, aqui, como corónimo, mas sim como *topos* preciso.

[1042] Como é norma corrente, aliás, na formação dos nomes étnicos (GUERRA, 2005: 808). E talvez, de certa forma, em paralelo com a interpretação da dedicatória de Verín, Orense, a *Bandue Calaico*, que Lourdes Albertos entende como provável divindade tópica, ou pelo menos referida ao étnico menor (M. L. ALBERTOS FIRMAT, 1975: 44, n.º 28; 57, n.º 21).

[1043] Povoado que, antes, a mesma autora considerara situar-se na zona mas «*sin hipótesis de localización*» (CANTO, 1993: 183).

[1044] Esta posição foi reafirmada, mais recentemente, pela Autora (*Hp*, n.º 20, 2011 [2014], p. 178-179). Todavia, restaria ainda por explicar, para admitir-se esta possibilidade, o uso do signo Ↄ como menção de *origo*, totalmente desusado nos formulários epigráficos alheios ao noroeste (PEREIRA-MENAUT; SANTOS YANGUAS, 1980: 119-120). Sobre este *pagus* e o contexto de achado da epígrafe, ver ainda PÉREZ MACÍAS, 2009: 289.

brácaros e da foz do Tejo[1045], como resultante de uma ação intencional por parte das autoridades romanas de colonização de certas regiões do sudoeste peninsular, aproveitando até, porventura, algumas tropas auxiliares desmobilizadas após as guerras cântabras (PÉREZ MACÍAS, 2009: 288ss.)[1046].

Para além da indicação daquele desaparecido miliário e esta última, porventura hipotética, alusão a um *castellum* «*Callaecus*» (?), não existem outros registos epigráficos que mencionem – na região que estamos a analisar – qualquer local designado como *Cale*, ou mesmo eventuais formas aparentadas, seja em expressão nominativa, seja mesmo como étnico ou adjetivo determinativo de lugar, uma vez que as menções epigráficas a alguns *callaeci* ocorrem em contextos cronológicos relativamente tardios e não é possível perceber se respeitam a uma proveniência precisa ou apenas a uma atribuição regional mais ampla, como normalmente parece ser o caso[1047].

Em contrapartida, *Cale* é relativamente comum como antropónimo feminino, não tanto propriamente no noroeste peninsular, como veremos, mas um pouco por todo o Império, ocorrendo quer como nome único ou cognome feminino, considerado como de ascendência grega (ÉTIENNE *et. al*., 1976: 54), quer latinizado em diversas formas compósitas. Sem que possamos ser exaustivos – o que aliás não acrescentaria nada de substancial para o nosso objetivo – podemos elencar diversos e variados exemplos, colhidos em bases de dados disponíveis em linha e outros *corpora* epigráficos. Assim, em breve compilação, vemos que *Cale* aparece mencionado, quase sempre identificando libertas, em epitáfios de diversas partes do Império. Começando por Itália, notamos que, numa inscrição do século I, conservada em Ravena (*Forum Livi*), nomeiam-se Cale e Saturnina, *liberti,* como dedicantes de um monumento funerário[1048]; em *Ariminium*, na antiga província *Aemilia*, já no século II, identifica-se como responsável de outro epitáfio uma mulher com o mesmo cognome de Cale[1049]; uma tal Pomponia Cale surge noutra lápide de *Beneuentum,* na província de Apúlia e Calabria[1050]. Numa estela de *Canusium* (Canosa) datada do século I, Cale surge-nos como esposa de um liberto[1051]; em *Callipolis* (Gallipoli), na mesma região calabresa, Leuuius e Cale, escravos, dedicam um epitáfio ao filho, Musicus, falecido em criança, entre os séculos primeiro e segundo da nossa era[1052]; e, para não alongar mais a listagem, por desnecessário, outra lápide funerária, de Pisa, celebra uma Ummidia Cale, filha de Felicio e Cale[1053] em Roma, em outro epitáfio, aparecem-nos Cale e Successus a homenagear os seus parentes falecidos[1054].

Passando a outras províncias do Império, encontramos na antiga *Narona*, atual Vid, na Dalmácia, o registo sepulcral de Papia Cale, falecida no século II[1055]; e, na mesma província, em *Salona* (Salin) a lápide que no século I foi levantada a Pontiena Cale, igualmente numa

---

[1045] Os indivíduos *limici* e *olisiponensis* são particularmente frequentes neste *corpus* epigráfico regional (PÉREZ MACÍAS, 2009: 294).

[1046] Na mesma linha, J. L. RAMÍREZ SÁDABA (2009: 219-221) destaca a circunstância de muitos destes imigrantes, como foi o caso de Plocio, manterem os seus *cognomina* indígenas.

[1047] *Vd, infra*, ponto 6.2.

[1048] EDCS-19800595; CIL, 11, 42; EDR109599.

[1049] EDCS-12800351; CIL, 11, 6796; AE, 1964, 216; HD016105.

[1050] EDCS-12401200; CIL 09, 01694.

[1051] EDCS-09401025 AE 1974, 00287; AE 1977, 00236; EDR076771; HD006728.

[1052] EDCS-08200708; EDR151014; CIL, 9, 0009.

[1053] EDCS-20402978; CIL 11, 01504.

[1054] EDCS-13801663; CIL, 06, 25411.

[1055] EDCS-27500167; HD053578; CIL, 03, 01869.

família de libertos[1056]. Na Dácia Superior (*Germisara*, hoje Geoagiu), a liberta Licinia Cale, no século II ou III, por epígrafe numa delicada *lamella* em ouro, oferece o seu voto às Ninfas[1057]; e na *Gallia Narbonense* (*Narbo*), topa-se outra menção a Cale, esta sobre uma estela sepulcral muito truncada[1058]. Por fim, na África proconsular, conservaram-se em *Carthago* dois epitáfios, talvez do século II, em que a liberta Cale, aparentemente, surge numa, como dedicante, e na segunda, como falecida[1059].

O antropónimo é bastante menos comum na Hispânia, aparecendo, por exemplo, como *cognomen*, numa placa sepulcral de *Urso* (Osuna), Bética, muito truncada, datando do século II ou III[1060]. Juan Manuel Abascal regista apenas duas ocorrências, uma delas de Conimbriga (ABASCAL PALAZÓN, 1994: 310), que todavia o *Atlas Antroponímico da Lusitânia Romana* aparentemente não recolhe, tão só o nome, do gentílico *Calaetus*/*Caletus* (ALBERTOS FIRMAT, 1975: 30; 1985: 274; UNTERMANN, 1965: 84), marcado também em dois tijolos de Conimbriga (*ATLAS*, 2003: 127). O cognome *Cale* aparece ainda em Conimbriga, gravado sobre uma *cupa*, como dedicatória a um liberto do imperador Adriano, Publius Aelius Ianuarius, pelo seu filho e esposa, Tiberia Claudia Cale (ÉTIENNE *et. al*., 1976: 53-54, n.º 26). No que se reporta ao Noroeste, o nome não parece estar atestado. Maria de Lourdes Albertos recorda apenas, como *unicum*, o genitivo que identifica um filho de um mineiro galaico das minas de Rio Tinto: *Sutrio / Calei f(ilius) / [T]alabrig(ensis)*[1061], mas que, todavia, pode admitir um nome diverso (ALBERTOS FIRMAT, 1985: 274)[1062].

Não deixa de ser curioso que, mesmo como determinativo de *origo* tópico, quer dizer, respeitante ao *castellum* de Cale e não necessariamente ao *populi* epónimo, não se tenha preservado qualquer inscrição, mas a prática epigráfica foi seletiva e seletivamente se conservou, naturalmente. O mesmo sucede aliás, diga-se a propósito, com o *uicus* de Cale da região italiana da Úmbria, como vimos[1063], onde igualmente os registos epigráficos são raros e restringidos, no que ao nome da terra diz respeito, apenas às inscrições de natureza viária (TREVISIOL, 1999: 189-193).

5.3. FONTES ARQUEOLÓGICAS

Enumeradas as fontes literárias que, de uma forma ou outra, se referem a *Cale* e discutida a respetiva historiografia, cabe agora lugar à arqueologia. A partir do inventário de sítios intervencionados e outros achados feitos na cidade do Porto, que totalizou 163 registos[1064], traçaremos o quadro possível da ocupação da Idade do Ferro e da época romana neste espaço urbano.

As deficiências dos dados arqueológicos para esta pesquisa foram já abordadas[1065], mas não é demais repetir que – além das limitações inerentes às próprias fontes arqueológicas – a falta de qualquer estratégia de investigação de arqueologia urbana e o modelo de arqueologia de salvaguarda em vigor em Portugal, condenando à «conservação pelo registo» inúmeros vestígios pouco explorados e, em consequência, mal caracterizados, reduz substancialmente

[1056] EDCS-28000016; HD062678; CIL, 03, 02483.

[1057] EDCS-04900914; HD043781; AE 1992, 1482=AE 2010, 01356.

[1058] EDCS-09301788; CIL 12, 04625.

[1059] Respetivamente, EDCS-25001927; CIL 08, 12926 e EDCS-25001974; CIL 08, 12973.

[1060] EDCS-08701127; HD031601; CIL 02-05, 01049 = HEp-08, 00448.

[1061] EDCS-33200027.

[1062] Talvez como *Caleus*, *Caleius* ou similar (SALIN; SALOMIES, 1994: 42).

[1063] *Vd. supra*, ponto 5.1.2.5.

[1064] *Vd*. Volume II, Inventário IA.

[1065] *Vd. supra*, ponto 2.3.

os ganhos potenciais de uma fase da vida do Porto em que a grande dinâmica construtiva e de renovação urbana (sobretudo no centro histórico) deixarão muito pouco património arqueológico que possa ser investigado no futuro. Ou seja, para utilizar a metáfora clássica da escavação arqueológica, deixamos queimar as páginas do livro tão depressa que mal temos tempo de as ler.

5.3.1. Ocupação proto-histórica e romana do Porto

Como já ficou dito no capítulo da metodologia desta dissertação[1066], organizámos o nosso levantamento em dois grandes blocos histórico-culturais, Idade do Ferro e Época Romana[1067]; e dentro destes em duas classes: a respeitante às «estruturas» (construções, pavimentos, valas ou buracos de poste e outras materialidades fruto da agência humana) e aos depósitos estratigráficos relativamente homogéneos, indiciando seguramente ocupação antiga e a sua proximidade; e outra, mais fluída, relativa aos achados avulsos (aqui incluindo a epigrafia e os tesouros monetários) e aos vestígios mais dispersos ou descontextualizados, por exemplo, a ocorrência de fragmentos de *tegula* em camadas de épocas mais recentes ou com grande mistura de materiais.

A «descoberta» científica do Porto romano e pré-romano não completou ainda – salvo algumas notícias e achados pontuais ao longo so século XX – meio século, desde que em 1980 Armando Coelho Ferreira da Silva encontrou cerâmicas romanas e castrejas na Praça da Ribeira e, em 1984 se iniciava a emblemática escavação na casa número 5 da Rua de D. Hugo, que por isso mesmo classificámos, em tempos, como uma arqueossítio fundador, tanto da cidade como da arqueologia urbana portuense (SILVA, 2000b)[1068]. Mas nestas quatro décadas acumularam-se materiais e informações que nos permitem traçar um primeiro quadro, ainda muito incipiente, da ocupação do atual espaço urbano durante os últimos séculos proto-históricos e o período do domínio de Roma nesta região. Começaremos, como se impõe, pelas comunidades indígenas aqui estabelecidas, que reproduziram o modelo de assentamento em sítios altos e destacados na paisagem envolvente, típico da «cultura castreja» do noroeste peninsular.

Como é habitual, os elementos arqueológicos correspondentes à Idade do Ferro apresentam-se de forma concentrada nas elevações onde se instalaram povoados castrejos, sendo mais difusos e de complexa interpretação outros achados mais dispersos. Alguma tradição historiográfica e as sugestões toponímicas têm levado a apontar a existência de diversos castros na área urbana do Porto, mas como rapidamente se explicará, a consideração da sua materialidade arqueológica reduz amplamente esse panorama.

5.3.1.1. Da *Cividade* à *Penaventosa*

Já atrás expusemos a polémica, mais historiográfica que arqueológica, sobre a *Cividade* portuense, no alto do antigo Corpo da Guarda[1069], então ainda apenas sobre a Cividade, já que a Penaventosa não se colocava ainda como alternativa ou hipótese discutível como berço do urbanismo portuense[1070]. Voltaremos, agora com outros olhos, à Cividade,

---

[1066] *Vd. supra*, ponto 1.2.

[1067] Entenda-se neste sentido geral – como vestígios do tempo da ocupação romana, ou seja, meramente temporal – o uso do adjetivo *romano* em diferentes fichas e contextos textuais. Por exemplo, quando falamos, *lato sensu*, de «cerâmica comum romana», muitas vezes referimo-nos apenas a louça comum, produzida por autóctones (ainda que, mais ou menos, ao gosto romano) durante o tempo do Império.

[1068] *Vd. supra*, ponto 2.2.5.

[1069] *Vd. supra*, ponto 2.2.4

[1070] Na verdade, Mendes Correia admitiu que a Penaventosa tivesse tido «defesas castrejas», e chegou a sugerir uma certa complementaridade entre estas duas elevações, podendo a Penaventosa servir de «refúgio temporário aos habitantes da

mas assente o castro fundador no morro da Sé do Porto, por este encetamos a viagem. O povoado anda na literatura com vários nomes, como castro «do morro da Sé», «da Sé do Porto», «do Porto» ou da «Penaventosa». Optámos por esta última designação, atribuída à elevação em documentos medievos e por isso mais próxima temporalmente, se assim podemos dizer, do topónimo de *Cale*, ou afim, com os que os naturais o referiam à chegada do invasor romano.

Discutiremos os aspetos gerais da «apresentação» e organização do povoado e da sua arquitetura, com alguns elementos cronológicos, deixando para um ponto final a questão das suas defesas construídas, pois, ao falar de muralhas, entramos necessariamente já em ambiência romana.

Tomemos o *sítio*. Uma elevação relativamente destacada orograficamente, não muito extensa, com cotas máximas na ordem dos 75 metros, perfeitamente dominante sobre o Douro e os areais das suas margens, se bem que algo afastada da foz do rio e das embarcações que, porventura, o demandassem. O morro destaca-se claramente, visto de poente como para quem vem de sul e atravessa a moderna ponte Luís I, alcantilado, com encostas íngremes, sobretudo pelo sector nascente, mostrando os afloramentos do «granito do Porto» onde a vertente se acha mais escalpelizada (Fig. 150). Encaixado entre o vale do rio da Vila, ainda bem percetível (OLIVEIRA, 1973: 18-19), e uma outra linha de água, hoje invisível, que lhe corria pelo lado Este, o castro tinha na encosta abrupta, a nascente, no Douro, a sul; e no rio da Vila, que o delimitava por poente, as suas defesas naturais, sendo que a nordeste, uma depressão proveniente da mesma linha de água dos Guindais, deveria criar notória separação topográfica da Cividade, como pode ver-se, aliás em levantamentos mais antigos (Figuras 5 a 8). O morro deveria ser, originalmente, muito pedregoso, como ainda se vê em alguns pontos da encosta, como na rua da Penaventosa, e é possível que, à semelhança de outros castros do norte português, as construções sidéricas alternassem e se articulassem com a penedia[1071], bem assim como eventuais muralhas.

Os vestígios detetados nas últimas quatro décadas respeitantes, exclusivamente, à ocupação da Idade do Ferro (Figuras 149 e 150)[1072] [1073] evidenciam, em primeira apreciação, pouca densidade, a que podemos acrescentar outro dado que nos parece muito relevante. São muito raras as situações em que os vestígios castrejos aparecem sem estar associados aos romanos ou com uma assinalável diferença estratigráfica entre ambos os ambientes. Mesmo considerando a falta de estudos e publicações sobre a generalidade dos trabalhos arqueológicos – que aqui não nos parece explicação cabal – apenas em duas situações são notórios os traços de ocupação claramente pré-romana: na estratigrafia da rua de D. Hugo, 5 (HUG.84)[1074], que continua a ser a mais completa, diacronicamente, do morro da

Cividade», mas abandonou essa opinião quando compreendeu que o verdadeiro lugar da Cividade não era na encosta ocidental da elevação da Batalha – como julgava inicialmente – mas sim no alto do Corpo da Guarda (CORREIA, 1932a: 42, n. 1).

[1071] Costumamos ilustrar esta possibilidade com o exemplo do castro de São Lourenço, em Esposende, mas muitos outros existem com condições similares. Naturalmente, não obstante o uso da pedra para as muralhas e construções domésticas, em fase mais avançada e já com o recurso a picos em ferro, não seria fácil para as populações da Idade do Ferro o desmonte das penedias, pelo que resultava mais prática a sua incorporação nas arquiteturas. *Cfr*. SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020: 27.

[1072] No cartograma representamos a muralha do povoado, essencialmente romana, como se verá, e apenas num ponto identificada como indígena, questão que abordaremos mais adiante neste texto.

[1073] Neste local de ocupação antiga da cidade, como nos seguintes, apresentaremos a implantação cartográfica das intervenções e achados em dupla base cartográfica: a do edificado atual (que permite a mais fácil identificação dos locais) e a topográfica.

[1074] Para simplificar, referir-nos-emos às intervenções pela respetiva sigla ou acrónimo, pelo qual podem ser consultadas outras informações nas fichas de inventário do volume 2.

Penaventosa; e em uma outra sondagem na mesma rua, onde ocorrem depósitos exclusivamente dos finais da Idade do Bronze, bem distintos dos romanos que igualmente surgiram na mesma parcela.

À parte a casualidade das intervenções e achados, elemento que a estatística vai permitindo ultrapassar, duas possibilidades explicativas decorrem desta constatação: ou o povoado indígena[1075] tinha expressão relativamente modesta e, eventualmente, poucas construções em pedra, sendo por isso facilmente elidido pelas novas construções do ambiente «romanizado»; ou – mesmo tendo o castro alguma dimensão e expressão arquitetónica, as renovações do câmbio de era foram de tal modo profundas que conduziram ao mesmo resultado. Não temos – nem teremos tão cedo – resposta para esta questão histórica, mas há que lembrar que, apenas em D. Hugo, n.º 5, os níveis pré-romanos, traduzidos em arquiteturas, não parecem recuar para além do século II a.C., remontando aos séculos IV-III a.C. alguns pisos em argila associados a buracos de poste e a materiais importados (REAL *et al*., 1986: 26-28, *passim*; REAL; OSÓRIO, 1993: 23; SILVA, 1994: 40). Estes são, para já, os ambientes mais arcaicos do castro da Penaventosa na Idade do Ferro.

No tocante às arquiteturas a informação é igualmente escassa. Tomando como elemento distintivo as construções de planta circular, conhecem-se apenas, em toda a área do castro, oito pontos onde tais vestígios são mais claros, mas em cinco desses casos, os restos observados limitam-se a pequenos muretes em arco de círculo, e nos restantes três, as casas – aparentemente coexistindo com restos romanos – conservaram-se, no máximo, em metade da sua planta. Quase todas estas ruínas situam-se na rua de D. Hugo, detetando-se as restantes no topo do castro (SPT.03) e na encosta poente (SNT12.98).

Nos restos arquitetónicos castrejos observados nas plataformas a nascente, elencam-se a «casa»[1076] da rua D. Hugo, 5 (HUG.84-92), a do n.º 37 do mesmo arruamento (HUG37.14) e a que apareceu no meio da mesma artéria, poucas dezenas de metros a sudoeste (HPC.09-3). Seguindo a ordem cronológica dos achados, em HUG.84 ficou visível, apenas cerca de um metro da parede curvilínea, a que se adossava parte de um vestíbulo externo «em caranguejo» (Figs. 151 e 152), informação suficiente para percebermos que a abertura estaria voltada a ENE. e que o diâmetro da construção, medido pela face exterior dos muros, rondaria os 4,5 metros, sendo este edifício, datado, pelo espólio associado, do século I a.C., em época «coeva dos primeiros contactos do povoado com a civilização romana» (REAL *et al*., 1986: 23). Na mesma intervenção, surgiu no ângulo oposto do imóvel (Fig. 151) um pequeno tramo de outra construção circular, a qual poderia ser, pelo aparelho e espólio associado, de fase mais antiga que a anterior, eventualmente do século II a.C., mas a área teve de ser consolidada por razões de segurança estrutural e os seus vestígios não puderam ser alargados nem conservados visíveis (REAL *et al*., 1986: 22).

Um pouco mais a sul na mesma rua, trabalhos arqueológicos prévios à requalificação dos pavimentos e infra-estruturas (HPC.09-3) deixaram à vista o que parece ser parte de um núcleo residencial castrejo, composto por perto de metade de uma construção circular associada a um empedrado exterior, sobre o qual se conservaram arranques de vários muros romanos (Figs. 154 e 155). O edifício de plano redondo (UE 2182) tinha alicerces, fundados no saibro natural, ainda com duas fiadas de alçado, com 0,50 m de espessura, exibindo

[1075] Para clarificar o sentido cronológico das expressões «indígena», ou «pré-romano», que usaremos amiúde – tanto mais que a região parece ter ficado sob efetivo domínio romano algum tempo antes ainda da total conquista da Cantábria – queremos significar os ambientes e arquiteturas anteriores ao século I a.C. ou, quando muito, das primeiras décadas daquela centúria.

[1076] Chamemos-lhe assim para simplificar, pois na generalidade destas ruínas não há lareiras ou outros indícios que nos permitam aferir a sua funcionalidade.

aparelho de duas faces, de corte tendencialmente poligonal, ligadas no miolo por argamssa de saibro amarelada, devendo o diâmetro original da hipotética habitação ultrapassar os cinco metros pela face externas da parede[1077]; no interior, dois níveis de pavimento em terra batida, muito finos, e três buracos de poste, em posição aparentemente excêntrica, certamente para suporte da cobertura (MARÇAL, 2013: 83; MARÇAL, PEREIRA, 2013: 50-52). As autoras colocam ainda a possibilidade de um pequeno murete, que arranca da estrutura a norte, poder corresponder a restos de um vestíbulo «em caranguejo» (MARÇAL, PEREIRA, 2013: 50), o que parece plausível.

A segura articulação estratigráfica desta construção com o lajeado [2145], feito com pedras de granito visível a sul e nascente e que foi, cortado, no eixo da via, por uma canalização moderna (Fig. 154), tanto pode representar um «pátio» de núcleo castrejo (o que a possível integração de uma mó circular pode apoiar)[1078], como – atendendo às dimensões aparentemente generosas do mesmo lajeado, uma eventual via de circulação interior, pública, do povoado, questão a que não pode responder-se. Outro aspeto interessante deste ambiente indígena – que cremos pertencer, aparentemente, aos finais da Idade do Ferro, uma vez que não é especificamente datado nas publicações citadas – tem que ver com a sua relação com dois muros, seccionados, de orientação aproximada este-oeste, que emergem do talude fronteiro do arruamento (UE 2138 e 2143), ambos posteriores à casa castreja, uma vez que assentam em pisos de terra argilosa feitos sobre o lajeado da habitação do Ferro, admitindo, porém, H. Marçal, que um desses muros possa, ainda, ser coevo da construção circular (MARÇAL, PEREIRA, 2013: 46-47). Seja como for, temos aqui uma pequena janela temporal que parece marcar uma fase de abandono (?) de uma casa castreja, algum tempo depois sobreposta (?) por construções romanas, o que futuras datações radiocarbónicas ou o estudo dos contextos artefatuais[1079] poderão iluminar.

No interior do imóvel, da mesma rua, com os números 37-39 (HUG37.14)[1080], apareceram mais três «casas» castrejas, duas meramente vestigiais e que só importam pelo acréscimo cartográfico, mas uma terceira, descoberta a dois metros de profundidade sob uma das salas da residência moderna, apresenta-se bastante completa, estando visível em pouco mais de metade da sua planta (Figs. 156 e 158). Exibe um diâmetro máximo de 5,50 metros, incluindo os muros, com 0,45 m de espessura, e de aparelho «helicóidal» (BARBOSA, 2015: 3). Esta casa, a que se associam pisos em argila e empedrados exteriores, tinha no seu interior um «piso [1038] formado por saibro compactado integrando restos cerâmicos e pequenos fragmentos de materiais de construção» (*Id, ibid*.) e, ao centro, uma laje aplanada sobre a qual assentaria o poste de sustentação da cobertura, parecendo talvez ter abertura voltada a Oeste, onde se situa uma das áreas de pavimento lajeado (*Idem*, 4). Um dos pontos que merece destaque nesta descrição é a circunstância do pavimento interno da construção incorporar «pequenos fragmentos de materiais de construção», o que, se não constitui indício de

[1077] A medida publicada é de 3m de diâmetro (MARÇAL, 2013: 83), porém, a menos que haja lapso na escala da planta publicada (Idem: 86 e MARÇAL; PEREIRA, 2013: Anexos), a medida a que chegamos, mesmo contabilizando apenas cerca de 40% da planta visível, oscila entre os 4,30 m (interior) e os 5,45 metros pelo exterior, mas a questão não é particularmente relevante para aqui.

[1078] *Cfr*. MARÇAL, PEREIRA, 2013: 51. Todavia, a ser assim, teríamos, talvez, de avançar a cronologia do empedrado – e da casa redonda associada – algumas décadas (?), caindo já dentro do período da mudança de era, pelo menos.

[1079] Infelizmente, muito escasso nas unidades estratigráficas mais relevantes para a datação daqueles importantes contextos.

[1080] Projeto entretanto interrompido, inserindo-se as escavações em programa mais amplo, pelo que deve ver-se, igualmente, a ficha de APH.19.

construção tardia, denota, pelo menos, a continuidade do uso desta habitação em ambiente já plenamente romanizado, certamente bem entrado já o século I[1081].

E com este exemplo, quase «esgotamos» a crónica hodierna da arquitetura castreja do Porto. Numa escavação no «pátio pequeno da sacristia da Sé» (SPT.03) detetaram-se alguns tramos de construções de planta circular (Fig. 219), sem que se conheçam outros elementos[1082]. Na encosta poente do morro castrejo (SNT12.98), uma outra escavação revelou, em tempos, vestígio similar (CLETO, VARELA, 2000: 133; VARELA, CLETO, 2001), igualmente mal caracterizado e de pouco uso científico.

Neste quadro, se é certo que possuímos hoje muito mais informação do que há meio século sobre a Penaventosa, pouco podemos ainda avançar sobre a organização ou, sequer, a extensão do povoado da Idade do Ferro. Se o delimitarmos pela muralha – para já única – a que vamos referir-nos de imediato, e cujo traçado coincide, em grande medida, com a cerca medieval (Figs. 149 e 150), obteríamos uma superfície máxima de 3,5 hectares, não sabemos se «urbanizada» na sua totalidade[1083] (SILVA, 2018: 58), a que poderia corresponder – em ensaio meramente especulativo – uma população a rondar o milhar de habitantes (SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020: 28), ou provavelmente menos. Nesta linha – e antecipando mesmo a discussão da muralha, da qual só se conhece um tramo «castrejo», o do Quarteirão da Bainharia (BAI.09), datado do século I a.C. – podemos já enumerar algumas questões, se não ao modo de conclusão, pelo menos como agenda de investigação futura sobre o castro da Penaventosa.

A questão cronológica permanece, grandemente, em aberto. Se tomarmos como axioma a ideia muito generalizada, tanto na arqueologia da Idade do Ferro portuguesa (SILVA, 1986), como galega (PEÑA SANTOS, 1996; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007a), de que as origens do «castrejo» estão no Bronze Final (CALO LOURIDO; SIERRA RODRÍGUEZ, 1983), sem com isto admitir-se uma sequência linear ou uniforme, mas tão só a opção por um particular modelo de assentamento em altura consentâneo com uma maior sedentarização das comunidades, temos, é certo, tal «berço» já documentado na Penaventosa. Primeiro, de uma forma ainda tímida, na Rua de D. Hugo, 5, a partir de uns poucos e pequenos fragmentos cerâmicos da última camada estratigráfica, a 20, primeiro ainda vistos como possíveis «escorrências» da Cividade (REAL *et al*., 1986: 24) e mais tarde, entendidos já como ilustrando as raízes da ocupação da Penaventosa (SILVA, 1994: 70-71); ultimamente, apareceu numa sondagem no mesmo arruamento (HUG33.10) um depósito homogéneo, «sobre um piso em argila alaranjado», com boas cerâmicas correspondentes a este período em (FONSECA, 2011: 15)[1084].

Dos períodos subsequentes, que poderíamos classificar da Idade do Ferro plena, pouco se conhece, talvez por falta de estudos mas também, seguramente, por ausência de contextos preservados. Com exceção dos estratos da Rua D. Hugo, 5, atribuídos, talvez aos séculos IV

[1081] Infelizmente, por circunstâncias pessoais e empresariais várias, o registo desta escavação é bastante lacunar, impedindo (ou, pelo menos, dificultando substancialmente, uma mais precisa sequenciação destes ambientes arqueológicos, onde também se reconhecem, como seria expectável, diversos muros de época romana).

[1082] Por circunstâncias análogas ao caso anterior; e bem assim o caso seguinte da lista, de que apenas se dispõe de um relatório parcial.

[1083] Observando os mapas citados, verifica-se uma aparente maior densidade de vestígios na plataforma nascente, pontuada pelo eixo da Rua de D. Hugo, mas esta cartografia depende do acaso e do ritmo e implantação das obras de construção. O «vazio» que parece detetar-se na encosta sudoeste, por exemplo, corresponde, em grande medida, a terrenos eclesiásticos, onde no século XVI se instalou um colégio jesuítico e depois o Seminário Maior. Para aquela área está atualmente prevista uma intervenção de vulto que poderá trazer a este debate da ocupação antiga da Penaventosa dados de grande importância.

[1084] Aguarda-se com expectativa o estudo deste contexto, que parece ser, por ora, o melhor conjunto artefactual do Bronze Final da cidade do Porto.

ou III a.C., aparentemente relacionados com um piso e buracos de poste (REAL *et al*., 1986: 23-24), não existe qualquer outra escavação na qual os autores tenham apontado tal antiguidade para quaisquer vestígios castrejos, e todos os restantes casos, mais geração menos geração, parecem já apontar para ocupações entre o século I a.C e o primeiro da nossa era.

Mas regressemos a D. Hugo, 5 para uma pontualização que entendemos oportuna. A identificação, naquela intervenção, de alguns itens de importação mediterrânica tem sido bastante relevada e, quiçá, algo sobrevalorizada. Embora, se registe que A. C. Ferreira da Silva terá identificado entre os materiais da mesma intervenção, «fragmentos de ânfora e de pequenos vasos (…) como sendo de origem mediterrânica» (REAL *et al*., REAL *et al*., 1986: 23-24, 28), tais cerâmicas não voltaram a ser individualizadas ou mencionadas em qualquer estudo[1085]. As peças que têm sido amplamente divulgadas correspondem, tão só, a um pequeníssimo fragmento de anforisco em pasta de vidro azul-cobalto, com bandas e decoração em zigue-zague a amarelo, sobre núcleo de argila (REAL; OSÓRIO, 1993: 23); e a dois fragmentos de cerâmicas de imitação grega (GABINETE, 1993: 1, n.os 1, 3-4)[1086]. A primeira peça (Fig. 160), com paralelo, por exemplo, em vaso similar da necrópole do Gaio, em Sines, Alentejo litoral (SILVA; SOARES, 1981: 30-31), poderá ser proveniente de Rodes e foi classificado como integrável no Grupo I de Harden, com cronologia entre os finais do século VI e os inícios do séc. IV a.C. (ALARCÃO; SANTOS, 1996: 212, n.º 20; SILVA; MENDES-PINTO, 2001: 234). Dos pequenos fragmentos de cerâmica (Fig. 159), de aspeto ático (ALARCÃO; SANTOS, 1996: 212, n.os 19, 21; ARRUDA, 1997: 83), um deles parece corresponder ao pé de um *kratêr* de figuras vermelhas (FERREIRA, 2019: 243-244), enquanto o segundo, de difícil classificação, poderá talvez corresponder a uma imitação deste género de cerâmica.

Este tipo de achados, que, à época, eram relativamente raros em povoados da Idade do Ferro, são atualmente muito mais comuns, contabilizando-se já em perto de uma dezena os povoados do norte de Portugal com cerâmicas áticas (FERREIRA, 2019: 238ss.), de um modo geral evidenciando até maior qualidade que as da Penaventosa; já os *amphoriskos* são menos comuns, registando-se apenas dois exemplares no Castro das Ermidas, Famalicão (SILVA; MENDES-PINTO, 2001: 234). Não obstante, ainda que sublinhando a sua escassez, sobretudo por comparação com as cerâmicas púnicas, estas ocorrências no Porto têm sido valorizadas como ilustração das dinâmicas comerciais regionais entre a segunda metade do século IV e o século III (SILVA, 1994: 76; 2000: 96), aliás, no quadro de processos de intercâmbios de média e longa distância atualmente bem documentados em toda a fachada norte-atlântica (GÓNZÁLEZ-RUIBAL, 2004; 2006; GONZÁLEZ-RUIBAL, RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, AYÁN VILA, 2010; PEREIRA, 2019). De qualquer modo, julgamos pouco sustentável, face aos dados disponíveis, continuar a assinalar o castro portuense como um verdadeiro «*port of trade*» regional (SILVA, 1999: 45), ou mesmo um «importante empório» (GONZÁLEZ-RUIBAL, RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, AYÁN VILA, 2010: 580). Curiosamente, deve notar-se, após o achado da Rua D. Hugo, 5, em 1984, realizaram-se mais

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1085] Deve dizer-se, em abono da verdade, que praticamente não foram ainda estudados os materiais desta importante intervenção, com exceção das cerâmicas tardo-antigas, objetos de um recente trabalho académico (VELOSO, 2020; 2021).

[1086] Por lapso, no catálogo de uma exposição onde estas peças figuraram (ALARCÃO; SANTOS, 1996: 212, n.os 19, 21), as mesmas foram referenciadas como sendo quatro fragmentos, informação depois repetida pela autora da ficha de catálogo (ARRUDA, 1997: 83) e que pode gerar equívocos. São apenas dois os fragmentos, por ora, classificados nesta categoria de cerâmicas (GABINETE, 1993: 1, n.os 3 e 4).

de uma centena de outras intervenções na Penaventosa, sem que se detetassem itens similares[1087].

Desta forma, um ensaio de valoração do castro da Penaventosa defronta-se com sinais, de algum modo, contraditórios. Por um lado, salienta-se a sua posição estratégica e as condições favoráveis como ancoradouro atlântico, valorizando-se, a propósito elementos importados como os que acima mencionámos; por outro, a relativa modéstia dos achados da Idade do Ferro não parece destacar o castro da Penaventosa entre a generalidade dos seus congéneres. Não possuindo qualquer sistema defensivo particularmente complexo (por ora, apenas registo de uma muralha, aparentemente tardia), nem exibindo, por exemplo, materiais escultóricos ou arquitetónicos de relevo, parece-nos difícil sustentar o papel de «lugar central» proposto para o povoado por alguns autores (SILVA, AF, 1999a: 6, mapa; 2007: 141, n.º 519), se bem que este mesmo Autor admita que o castro não tivesse exercido funções de centralidade durante uma eventual fase proto-urbana proto-histórica[1088], mas tão só a partir do século I, no âmbito da reorganização das *ciuitates*, como capital da *ciuitas* dos Calaicos, beneficiando da sua particular implantação estratégica no cruzamento dos eixos do Douro e da estrada de *Olisipo* a *Bracara Augusta* (SILVA, AF, 1994: 87-89). Por outro lado, esta hipotética menor «monumentalidade» do povoado da Penaventosa não inviabiliza, *per se*, que o castro constituísse o núcleo epónimo dos *Callaeci*, questão que discutimos em outro ponto.

5.3.1.2. Cividade

Dediquemos agora alguma atenção à *Cividade* portuense, cujo papel na historiografia arqueológica do Porto ficou já demonstrado. A tese de A. A. Mendes Correia, que aí situava o berço da urbe (CORREIA, 1932a; 1934a; 1935; 1950, 1954, etc.), fez escola durante meio século, com algumas vozes discordantes mas sem apresentarem interpretações alternativas. Ainda em começos da década de 1980, quando se realizou a escavação da Rua D. Hugo, n.º 5 e, pela primeira vez, se encontraram, sem lugar a dúvidas, ruínas romanas e da Idade do Ferro, permanecia a «sombra» da Cividade, levando a que alguns dos achados mais antigos fossem considerados, numa primeira leitura, como secundários, ou «escorrências» do morro da Cividade (REAL *et al*., 1986: 35). Naturalmente, a prossecução das investigações e a acumulação de novos achados deixaram sem discussão a localização na Penaventosa do pristino povoado portucalense.

Esclarecida a polémica historiográfica, coube à investigação arqueológica, num primeiro momento; e à arqueologia de salvaguarda, mais recentemente, iluminar um pouco do passado mais arcaico dessa elevação. O alto do antigo Largo do Corpo da Guarda, onde Mendes Correia descortinou em velhos documentos o topónimo *Cividade*, como ficou descrito, constituía originalmente uma elevação um pouco mais alta que a da Penaventosa, a NNO. desta e, igualmente, com boas condições orográficas, pelo menos no plano teórico, para a implantação de um assentamento proto-histórico.

Como já vimos também, não foram particularmente frutíferas as escavações ali empreendidas por Mendes Correia em abril de 1932, se bem que este investigador chegue a referir a identificação de «restos duma parede de pedra solta», sobrepostos por um muro «medieval» e encontrados a quatro metros de profundidade, com a «disposição dum arco de

[1087] Naturalmente, voltamos a recordar, o fragmento de anforisco da Rua D. Hugo mede menos de dois centímetros, o que torna este tipo de objetos praticamente impossíveis de detetar sem crivagem sistemática de sedimentos, prática que foi abandonada na arqueologia de salvaguarda, pelo menos no Porto.

[1088] Se é que a evolução autóctone do castro a isso conduziu, o que nos oferece algumas dúvidas, partilhadas, aliás, por A. C. Ferreira da Silva, que hesita também, face à modéstia dos vestígios em aceitar alguma proto-urbanização pré-romana do povoado (SILVA, 2000: 100).

círculo, com o raio de cêrca de 2,5 metros» sugerindo os alicerces de uma «cabana circular citaniense», interpretação que não sustentou pelo facto de ter considerado todos os objetos encontrados como medievais ou mais recentes (CORREIA, 1932a: 52, 45; 1935: 53-54)[1089]. A posterior publicação de algumas notas de campo de Mendes Correia (GONÇALVES, 1984a) e a revisão dos materiais então recolhidos (BARROCA, 1984) permitiu reavaliar os resultados deste trabalho, concluindo M. J. Barroca que, da quase centena de fragmentos cerâmicos recolhidos pelo professor da Faculdade de Ciências, apenas dez poderiam ser de época romana e uns cinco, com dúvidas, proto-históricos, contabilização a que haveria que somar um *acus crinalis* e alguma *tegula* (*Idem*: 23-25; GONÇALVES, 1984a: 20-21). Curiosamente, idêntica reavaliação de algum espólio coletado em 1950 e 1953, aquando das obras para a abertura da Avenida Afonso Henriques, que destruiu por completo a área do Corpo da Guarda (MARÇAL, 1969; BRAGA, 2001; FERREIRA, 1959), produziu, entre 272 fragmentos cerâmicos, apenas uns 6% de cerâmica romana, e nenhuma claramente proto-histórica (BARROCA, 1984: 24-25).

Em 1990-1991, uma colaboração entre a Câmara Municipal do Porto e a Faculdade de Letras da cidade, permitiu a realização de novas sondagens arqueológicas, realizadas em terrenos a poente da Travessa do Loureiro, numa plataforma sobre a Av. D. Afonso Henriques (CIV.90). Destas escavações, que totalizaram uma superfície na ordem dos 50 m^2, com uma profundidade máxima perto dos 2,5 metros, não resultou a identificação de qualquer estrutura de época romana ou anterior, mas apenas alguns muros datados como medievais (OSÓRIO *et al.*, 2008); no que respeita ao espólio, recolhido agora de forma sistemática e com metodologia científica, entre os 3461 objetos contabilizam-se, apenas, 1,2% de cerâmica proto-histórica e 4,7% de romana, a que há que somar uma moeda do século IV e quatro fragmentos de vidro romano (*Idem*: 26, tabela IX).

Os trabalhos mais recentes realizados na área não têm sido mais animadores, tanto em materiais proto-históricos como romanos (Figs. 161 e 162), registando-se apenas um fragmento cerâmico de possível produção proto-histórica e alguns mais romanos na Rua do Cativo, 22 (CAT.22; PRIETO; BARBOSA, 2011) e *tegulae*, a par de uma possível estrutura, em CHA109.17, sondagens que atingiram a cota mais alta, próxima dos terrenos escavados em 1990-1991, (SOARES; GONÇALVES, 2018)[1090].

Apenas com os resultados dos trabalhos de Mendes Correia e das recolhas da década de 1950, não conhecendo, naturalmente, os dados que acabámos de sumariar, Mário J. Barroca, reconhecendo «a pobreza e escassez de materiais» mostrava-se cético quanto à densidade da ocupação antiga, interrogando-se, mesmo, se teria havido ocupação «urbana» no Porto de época romana (BARROCA, 1984: 24). A esta questão voltaremos, pois estamos ainda na Idade do Ferro, e desta, no tocante à Cividade, temos de admitir que sendo os indícios muito vestigiais, não deixam de estar presentes. Aliás, a referência à «cabana citaniense» encontrada por Mendes Correia a grande profundidade[1091], desvalorizada pelo próprio e por M. BARROCA (*Idem*: 23), não deixa de apresentar grandes semelhanças, pela descrição e dimensões, com uma construção da Idade do Ferro e não vemos por que não admitir a sua antiguidade. Quanto à escassez de espólio, considerando que nesses trabalhos, feitos por

[1089] Não obstante, como nota Mário BARROCA (1984: 23), em trabalho posterior Mendes Correia, talvez sustentado na opinião de outros estudiosos, reconhece possível maior antiguidade a alguns desses materiais (CORREIA, 1950: 229).

[1090] Os resultados estão ainda em apreciação, aguardando-se o relatório final da intervenção arqueológica.

[1091] Talvez os quatro metros sejam um pouco exagerados, considerando as notas de campo de Mendes Correia (GONÇALVES, 1984a) e a própria estabilidade dos terrenos para uma vala de tal profundidade, mas todavia, segundo Correia, tal estrutura terá sido encontrada sobre um muro grosso, que diz medieval e que, pela foto exibida, estaria já a mais de 1,5 metros de profundidade (CORREIA, 1932a: 45, fotografia).

escavação convencional a pico e enxada, não seriam, por norma, recolhidos os fragmentos mais pequenos; este resultado em nada difere das sondagens feitas modernamente[1092].

Desta forma, o papel da Cividade na rede de povoamento antigo do Porto pode reequacionar-se em função de algumas hipóteses de trabalho, qualquer delas aguardando novos dados arqueológicos que possam sustentá-las. Antes de mais, tentando reconstituir um pouco a paisagem de antanho, recorde-se que Cividade e Penaventosa eram duas colinas vizinhas, mas todavia separadas, provavelmente até por uma pequena linha de água (Figs. 6 e 7), de onde resulta que eventuais «escorrências» de materiais de um para o outro relevo não podem, topograficamente, admitir-se. Outro tanto não pode dizer-se da «contaminação» da ocupação humana; ou seja, estando uma das elevações habitada, plausível seria que a comunidade alastrasse ou se distribuísse por ambas as colinas.

Posto isto, as hipóteses que poderemos colocar têm um cenário cronológico que é o seguinte:

> Hipótese (a) – a ocupação concentrada mais antiga (Bronze Final) teria começado no relevo mais interior (Cividade), instalando-se, depois, na elevação mais próxima do Douro (Penaventosa) o povoado da Idade do Ferro. Esta possibilidade é contraditada pela circunstância de terem sido encontrados já na Penaventosa materiais e níveis de ocupação do Bronze Final, de forma vestigial na Rua D. Hugo, 5 (HUG.84); de forma mais expressiva, a poucas dezenas de metros, em HUG33.10.
>
> Hipótese (b) – a ocupação mais antiga é a da Penaventosa, tendo o povoamento alastrado para a Cividade já em tempos da romanização (OSÓRIO *et al*., 2008: 26). Por ora, nada contradiz esta possibilidade, se bem que se desconheça a intensidade ou modalidades dessa «colonização».

Seja como for, a Penaventosa terá sempre constituído, pelos vestígios patentes, o núcleo «principal», até pela sua ligação ao rio, mesmo em época tardo-antiga. Em contrapartida, talvez o povoamento da Cividade se tenha expandido, porventura em época mais avançada do domínio romano, para sul e poente, sensivelmente a área da atual Praça de Almeida Garrett, atendendo aos vestígios que aí têm sido descobertos, tanto de materiais dispersos (SBT.01-05, COSME, 2003a), como mesmo de estruturas a grande profundidade, como a «canalização» encontrada em FLO326.07 (CAPELA; ARGÜELLO MENÉNDEZ; REIS, 2007).

5.3.1.3. Os outros *castros* do Porto. Noeda

A cartografia da Idade do Ferro regional acrescenta normalmente, com escassa informação, outros povoados desta época na área da cidade (Fig. 163). Percorrendo-a de nascente para poente, começamos com o «castro» de Noeda, na freguesia de Campanhã, a mais oriental. Este local, registado desde a *Carta do Porto Pré- e Proto-histórico* elaborada por Mendes CORREIA (1932a, 1935, 1938) cartograma de larga perduração, assinalou-se aí, como a maior parte dos restantes, apenas como referência documental ou toponímica. Na verdade, tal sugestão decorre da alusão ao «*Castrum quod a vulgo dicitur luneta*», que consta, como elemento de demarcação, na carta de couto outorgada pela rainha D. Teresa ao bispo do Porto, D. Hugo, em 1120 (*CCOD*: 17-18). Como Mendes Correia verificou, a evolução do

[1092] Uma vez que o topónimo «Cividade» se aplicou igualmente, em tempos medievais e modernos, à zona baixa do vale do rio da Vila, na área da atual Praça de Almeida Garrett (CORREIA, 1932a: 36-41), incluímos os trabalhos desta área neste grupo, mas ali apenas se reconhecem, sem surpresa, vestígios romanos.

topónimo *Lunetam* para *Lueda* e, depois, *Noeda*, nome ainda aplicado a um pequeno lugar da freguesia, atesta-se com grande segurança documental, propondo aquele autor a localização de um antigo castro proto-histórica em alguma das elevações daquela área, sem que descortinasse outros indícios além da conveniência topográfica de alguns relevos (CORREIA, 1936: 10-11).

Armando Coelho regista este hipotético povoado proto-histórico como «castro de Nicola» (SILVA, 1986: 87, n.º 425; 2007: 141, n.º 520), sem que se entenda a origem da designação[1093]; informação que foi acolhida por F. QUEIROGA (2003: 171, n.º 233), que todavia não localiza o castro. Na verdade, existem naquela parte da cidade, algumas elevações com eventual potencial topográfico para a instalação de um povoado castrejo, mas diversas ações de prospeção realizadas por arqueólogos municipais, complementadas por outras observações extensivas (LOPES, 1996)[1094], e, em anos mais recentes, por diversas sondagens arqueológicas, não revelaram quaisquer indícios de ocupação da Idade do Ferro[1095].

5.3.1.4. *Cristelo, Crastelo*

É ainda Mendes Correia quem nos chama a atenção para o sítio de Cristelo. Localiza-se em Massarelos, próximo da confluência da ribeira de Vilar com o Douro, no sopé da destacada elevação da antiga Torre da Marca, conhecida dos portuenses como do Palácio de Cristal, embora este tenha sido demolido há bem mais de meio século. Este esporão rochoso, à cota máxima de 70 metros e em simetria regular com o Castelo de Gaia, na margem fronteira, destaca-se bem na margem do rio, nomeadamente se o acesso se fizer desde a sua foz. O lugar moderno situa-se, seguindo o mesmo autor, entre a Rua de Sobre o Douro e o Largo do Adro, próximo, portanto, da igreja paroquial (CORREIA, 1932a: 22; 1935: 68). Num documento de 1237, uma carta de foro dada aos povoadores de Cedofeita, encontra-se a expressão «*in aqua dorii in portum de Crastello*», referência que poderá aludir ao mesmo local, e a um porto ou zona de costagem, talvez coincidente com o Cais das Pedras (*Idem*: 68-69).

O suposto castro consta dos inventários tradicionais (SILVA, AF, 1986: 87, n.º 423; 2007: 141, n.º 518; QUEIROGA, 2003: 172: 235), mas também aqui não se regista qualquer evidência relevante de ocupação proto-histórica. Se assumirmos a deslocação do topónimo para o povoamento do sopé, como é comum, o povoado original seria, certamente, no alto do «Palácio de Cristal», mas nunca ali – onde ocorreram mesmo alguns trabalhos arqueológicos – se observou o que quer que fosse de relevante. Como o local foi sujeito a profundas transformações topográficas nos séculos XIX e XX, para a construção de diversos equipamentos, é possível que os vestígios de um pequeno povoado da Idade do Bronze ou do

[1093] O Autor cita vários trabalhos de Mendes Correia, que todavia não usa esta designação. Igualmente, as coordenadas geográficas indicadas por Ferreira da Silva não parecem conduzir a qualquer local significativo.

[1094] No âmbito dos trabalhos de acompanhamento da abertura dos acessos à Ponte do Freixo, não se detetaram quaisquer vestígios, mas também, como assinala o respetivo relatório, «o sítio assinalado pelo responsável da J.A.E. como sendo o castro de Noeda, estava já então revolvido por *caterpillers*, situação embaraçosa a dificultar o início das prospeções. Nessa altura não parecia total a ausência de vestígios materiais na superfície revolvida.» (LOPES, 1996: 29), sugerindo que «apenas a zona habitada, na parte mais eminente do monte [Noeda], terá sido eventualmente ocupada nos tempos proto-históricos», indicando-se, até, a presença de eventuais pedras reaproveitadas «dispersas pelos muros dos quintais e paredes das casas» (*Idem*: 30).

[1095] Nós próprios nos referimos, por várias vezes, a uma eventual ocupação proto-histórica naquela área, mas a falta de evidências não o permite afirmar atualmente. Julgamos que a área de maior potencial a este respeito situar-se-á entre os rios Tinto e Torto, próximo da sua confluência nas imediações do Douro. Uma vaga notícia sobre um possível achado de mosaicos romanos na zona onde está instalada uma fábrica de moagens carece de fundamentação sólida, e a própria designação da freguesia – Campanhã – poderá remeter para uma hipotética *uilla campaniana*, mas possivelmente a sugerir, tão só uma ascendência da Alta Idade Média.

Ferro (como parece sugerir o diminutivo «Cristelo», ou «Crastelo») tenham sido por completo elididos por essas intervenções. Em contrapartida, uns 300 metros a sudoeste situa-se o núcleo de povoamento romano do Campo do Rou – de qual trataremos mais adiante – e que hipoteticamente relacionámos com o de Cristelo, mas é uma mera hipótese de organização espacial para trabalho.

5.3.1.5. Santa Catarina

Próxima de uma pequena póvoa piscatória onde, desde o século XVI, se instalou importante núcleo de estaleiros, a humilde ermida de Santa Catarina foi erguida por marinheiros no alto da colina ribeirinha que lhe absorveu o nome, em finais do século XIV, para sinalizar no Douro tal devoção e, simultaneamente, servir de baliza visual às embarcações que demandavam o Douro, função em que teve destacado papel até ao século XIX (BARROS, 2016: 76-77, 218-219). Instalada a capela sobre uma elevação à cota de um pouco mais de 40 metros, correndo-lhe a poente a ribeira da Granja, cujo encontro com o Douro criou pouco extensa mas convidativa enseada, desse ponto elevado se disfruta de ampla visibilidade sobre a entrada da barra, posição que lhe granjeou sucesso moderno e, porventura, razão de ocupação antiga. Aliás, no sopé, a nascente, pelo vale de outra linha de água, corria caminho antigo, porventura de raiz romana e ligado talvez a um dos pontos de travessia do Douro.

O interesse arqueológico do local ou eventuais achados não foram apontados até que, em começos do presente século, o gabinete municipal de arqueologia urbana condicionou aos resultados de uma sondagem arqueológica a instalação de algumas infraestruturas, no começo da Calçada do Ouro. Dessa intervenção – CLO.01 – de pequena extensão (tão só oito metros quadrados), resultou a exumação, a menos de metro e meio de profundidade, de significativo espólio romano e da Idade do Ferro, incluindo cerâmica micácea, *terra sigillata*, ânfora e outros elementos, que constituíam indícios de ocupação bastante alargada no tempo – talvez entre os finais da Idade do Ferro e o Baixo-Império – provavelmente centrada no monte de Santa Catarina, de onde tais materiais proviriam, por efeito de fenómenos coluvionares (ABRANCHES, 2001: 13).

Desde que nós próprios sublinhámos essa possibilidade (SILVA, 2010c: 233), o desenvolvimento da arqueologia urbana acrescentou outros achados, de um modo geral pouco expressivos mas cuja recorrência e dispersão cartográfica nos dão a certeza de tal núcleo de povoamento antigo (Figs. 164 e 165). Em 2002, cerca de 500 metros mais a norte, outra sondagem (CAL.02) revelou novo lote de cerâmica comum e de construção romana (ALMEIDA, 2002a; 2003b)[1096]. Mais recentemente, um achado isolado de cerâmica comum romana, na antiga Central Termoelétrica do Ouro (CTO.09), marca, por ora, o limite nascente desta área de dispersão de vestígios (MARÇAL; SAMPAIO; FONSECA, 2013). No topo da elevação, em terrenos contíguos à capela, três outras intervenções não identificaram estruturas antigas mas acrescentaram novos materiais: fragmentos de *tegulae* e de louça comum romana em uma delas (SCT1.17; COUTO, 2017; 2019); o mesmo material, com um *pondus* e um bordo de vaso castrejo noutro local do topo do monte (TLC130.19; PEREIRA, 2019), e, ainda, pequenos fragmentos de olaria romana ou proto-histórica na terceira (SBM59.18). Por fim, outros trabalhos arqueológicos realizados a meia encosta, exumaram mais alguma tégula e louça corrente romana e talvez uma mó de *vai-vém* (LCR143.17; COUTO; RODRIGUES, 2017).

[1096] Infelizmente, os desaterros da obra, que afetaram mais de hectare e meio, anteciparam-se aos arqueólogos, perdendo-se assim, talvez, uma oportunidade de obter informação arqueológica muito relevante para o local.

Neste último local foi observada, por ocasião das sondagens realizadas no imóvel, uma peça, sem contexto arqueológico direto, que merece breve nota (ACH-18). Trata-se de uma escultura em granito que se achava no logradouro da moradia, oportunisticamente decorando uma churrasqueira doméstica, sem que os atuais proprietários lhe soubessem a origem ou antiguidade. O objeto chamou a atenção dos arqueólogos, pela sua patine e aparência arcaica, os quais que informaram do «achado» os técnicos de arqueologia do município[1097].

Segundo as imagens a que tivemos acesso (Fig. 166), tratava-se de uma cabeça humana, masculina, sensivelmente em tamanho natural, representando uma figura barbada (com a barba aparada, limitada ao queixo e parte inferior das faces), de olhos salientes, arcadas supraciliares bem marcadas e orelhas ainda mais destacadas, com o cabelo curto, preso ou rapado na testa, podendo ter pequena concavidade no topo da cabeça, o que não pode confirmar-se pelas fotografias)[1098].

A proximidade do local ao monte de Santa Catarina – eventualmente um pequeno castro romanizado (?), como já discutiremos – e o facto de no próprio terreno objeto de sondagens terem ocorrido alguns materiais indicados como proto-históricos e romanos, ainda que esparsos e descontextualizados, autoriza-nos, com muita prudência, a colocar a possibilidade da origem proto-histórica da escultura. Todavia, apresentando a mesma, atributos formais com paralelos mais ou menos similares nas dezenas de «cabeças castrejas» conhecidas, como a face pouco relevada, o tratamento do penteado, os olhos exolftálmicos, as orelhas destacadas, como as de alguns guerreiros[1099], e outros traços (CALO LOURIDO, 1994: 703-707, *passim*), a própria variabilidade e carácter, amiúde tosco, destas representações humanas desaconselha qualquer aproximação mais segura, podendo a obra, simplesmente, resultar de uma escultura de qualquer época, mesmo recente[1100].

Regressando ao *sítio* – bem mais seguro que esta eventual «cabeça castreja» – como poderemos tipificar o local? Ainda que em pouca quantidade, as cerâmicas romanas e proto-históricas são seguras; e podendo as primeiras estar relacionadas, apenas, com o cais e um provável ponto de atravessamento do Douro, já a olaria «castreja» de algum modo requisita outro contexto[1101], mas os dados são ainda incipientes para maiores avanços, pelo que a tipificação deste novo sítio como «castro romanizado» deverá ser tomada com toda a prudência.

5.3.1.6. *Monte Crasto*

Em Nevogilde, já na fachada atlântica da cidade moderna, localiza-se a última referência a eventual povoamento da Idade do Ferro na área do Porto. Mais uma vez, inferido apenas com base no topónimo (conservado atualmente na «rua *do Crasto*»), desde há muito assinalado como ponto de possível interesse arqueológico (PINTO, 1927; CORREIA, 1932a:

[1097] Designadamente a nossa colega arqueóloga Laura Sousa (DMPC/Arqueologia, C. M. Porto), a quem agradecemos a informação e a autorização para uso das fotografias que reproduzimos, uma vez que não observámos diretamente o elemento escultórico. Do mesmo modo, agradecemos a Marcos Couto (Império, Arqueologia) a permissão para o uso, em primeira mão, desta descoberta.

[1098] Entretanto, segundo informações do proprietário – tal como nos foram transmitidas – a peça terá desaparecido ou sido furtada.

[1099] Por exemplo, os provenientes do Castro do Lezenho, em Boticas (SILVA, AF, 2012: 34-35).

[1100] Disto mesmo, parecer temperado com sábia prudência e muitas décadas de experiência, nos deu nota – enfatizando o que escreve na obra citada – o reputado especialista em plástica «castreja», Francisco Calo Lourido, por amável comunicação, via correio eletrónico, em 3 de abril de 2019.

[1101] Os exemplares de cerâmica à qual se atribui cronologia proto-histórica são muito poucos e ainda não estão publicados, ou, sequer, reunidos para que possam observar-se em conjunto. Hipoteticamente, se se tratar de produções indígenas tardias, poderiam «conviver» com louças romanas, como se documenta em muitos contextos, tanto castrejos como urbanos.

22), e não por qualquer achado ou outra notícia expressiva, nada acrescentando de informação a sua inclusão nos inventários tradicionais (SILVA, AF, 1986: 87, n.º 422; 2007: 141, n.º 517; QUEIROGA, 2003: 172: 234).

O local, uma elevação de baixa altitude, na ordem dos 40 metros, mas destacada por tratar-se de um sítio costeiro, distando, atualmente, cerca de 400 metros do Atlântico (Figs. 167 e 168), foi bastante descaracterizado desde o século XIX, primeiro com a construção de um forte do período do cerco do Porto (1833-1834) e, depois, com a urbanização da zona, que implicou a abertura de uma série de novos arruamentos; na mesma elevação funcionou também uma exploração de pedra. Várias intervenções arqueológicas feitas na área, incluindo mesmo a que se poderia atribuir à localização do povoado castrejo, foram inconclusivas, fornecendo apenas muito esparsos fragmentos de louça romana (ESL.10), incluindo um fragmento de ânfora (MCR.89). Cerâmicas de aspeto proto-histórico ocorrem cerca de 800 metros a nascente, nos terrenos da Ervilha (ERV.06), mas em contexto topográfico que não nos parece relacionável com o *Monte Crasto* de Nevogilde[1102].

Desta forma, a tipificação do local como «castro romanizado» parece-nos excessiva, pelo que preferimos utilizar o mais neutro «núcleo de povoamento». Poderá, porventura, ter existido, na verdade, um pequeno povoado proto-histórico, potenciando o desenvolvimento da ocupação das zonas envolventes a partir da época romana, do que poderão ser testemunho os achados, mais distantes, do lugar de Passos (ACH14), a ara do Castelo da Foz (E21), ou mesmo a *tegula* perdida nos aterros da praça de Gonçalves Zarco (MPC.00), mas teremos de aguardar que novos achados possam clarificar a natureza do sítio arqueológico.

5.1.3.7. Achados dispersos da Idade do Ferro

Algumas ocorrências ocasionais de cerâmicas da Idade do Ferro fora dos recintos castrejos reconhecidos – Penaventosa e Santa Catarina – como se registou na Praça da Ribeira (PRI.80), na área do Espaldão militar da Ervilha (ERV.06), ou na Rua das Flores, n.º 137 (FLO137.13), de acordo com relatórios e outras informações disponíveis, deverão ser contextualizadas em face dos materiais respetivos, uma vez que as cerâmicas assim identificadas podem corresponder a olaria de tradição castreja utilizada já em contextos «romanizados», como tem sido observado em outros locais[1103]; ou, em alternativa, terem sido classificadas como da Idade do Ferro, fragmentos de louça proto-histórica, sim, mas de cronologia mais antiga, ainda da Idade do Bronze, cujo aspeto (fabrico manual, pastas micáceas, etc.) não raro se confunde com os de cerâmica do Ferro, circunstância de que, pessoalmente, temos experiência.

Mais interessante, talvez, e a justificar que dele façamos breve nota, é o achado recente de uma pequena placa gravada, ostentando iconografia náutica (Fig. 169). O pequeno objeto, em xisto, medindo apenas 5,2 x 4,5 cm, com cerca de 1 cm de espessura, apareceu durante sondagens preventivas realizadas no âmbito do projeto de reabilitação urbana «Eixo Mouzinho-Flores» (NASCIMENTO; LOUREIRO; PEREIRA, 2012) no Largo dos Lóios, na margem direita do rio de Vila e na área do núcleo de povoamento romano que designamos como da Vitória (MSF. 12; Figuras 244 e 245). Trata-se de uma pequena lâmina de xisto verde acinzentado (Fig. 169), que evidencia alguma preparação da superfície e acabamento das margens. Numa das faces, observa-se, claramente, um conjunto de embarcações, de

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1102] Do mesmo modo, a menos de 200 metros para norte situa-se o importante sítio com fossas das Areias Altas, mas trata-se de um povoado (?) do Bronze Médio, de contexto cultural dificilmente aproximável da ocupação expectável para o Monte Crasto.

[1103] Por exemplo, para citar situações aqui já mencionadas, no caso de necrópoles de Braga e de Penafiel (MORAIS; SOEIRO; FERNÁNDEZ, 2014).

menor dimensão, aparentemente rodeando outra de maior destaque (PEREIRA; ARRUDA, 2017: 199-201).

O contexto arqueológico da peça constitui um depósito secundário de provável datação tardo-romana; porém, pela análise estilística dos motivos gravados e sua analogia com diversos petróglifos do litoral atlântico norte da Península, bem assim como de prováveis representações de *hippoi*, embarcações fenícias, gravadas sobre algumas cerâmicas da costa portuguesa mais meridional, Gabriel Pereira e Ana Margarida Arruda, avançam a hipótese de poder datar-se dentro da Idade do Ferro – no quadro da intensificação do comércio mediterrânico-atlântico em meados do primeiro milénio a.C. – a placa do Largo dos Lóios (PEREIRA; ARRUDA, 2017: 201-202). Esta possibilidade, com alguma correspondência em outros achados da cidade, mormente os materiais importados da Rua D. Hugo, n.º 5 (HUG.84-92), vem acrescer novo contributo a um conjunto de objetos, tanto da Idade do Ferro como de época romana, que apontam para a importância do povoado de Cale no quadro de transações comerciais de largo espectro entre a proto-história e a tardo-antiguidade, como em outros pontos desta dissertação se dá nota.

5.3.1.8. A delimitação do povoado castrejo

Regressamos à Penaventosa para tratar de uma outra questão que, de certa maneira, nos permite fazer a transição para os tempos do domínio romano: a da delimitação física e construída do aglomerado da Idade do Ferro. Uma vez que não há qualquer vestígio de fossos ou outros dispositivos, falamos de muralhas.

Mas, a primeira constatação que devemos fazer acerca das estruturas que delimitavam fisicamente o castro da Penaventosa, é o quase total desconhecimento que temos sobre as mesmas. A evidência disponível revela-nos uma linha de muralha, aparentemente tardia, mas ignoramos, não só as suas antecedentes, como se chegaram a existir outras cercas, hipotéticos fossos ou outras obras[1104]. Parece-nos que as particulares condicionantes topográficas do relevo – uma colina pedregosa, bastante escarpada em certas áreas, como as encostas sul e nascente – terão condicionado significativamente não só a organização urbana como o sistema defensivo do castro, tendo-se registando, provavelmente, uma significativa destruição da sua acrópole desde o século XII, com a construção da catedral e posterior paço episcopal, que levaram certamente ao arrasamento de largas superfícies culminantes. Por outro lado, as mesmas condicionantes topográficas[1105] devem ter originado a sobreposição, sobre as curvas de nível mais acentuadas, tanto da linha de muralha castreja como da romana[1106] e, em muitos sectores, também da muralha românica[1107], cada uma tomando como alicerce o muro precedente, o que dificulta a identificação cronológica de cada uma das cercas. Podemos especular, assim, que, a somar aos vestígios detetados, talvez existisse uma primeira linha

[1104] Num outro ponto desta dissertação (3.1) discutimos os aspetos funcionais e simbólicos das «muralhas» castrejas. Aqui assumimos essas estruturas de forma neutra, ou «defensivas» num plano meramente convencional.

[1105] Que apenas poderão ter constituído constrangimento negativo do ponto de vista da eventual estabilidade estrutural da cerca, pois no plano estratégico e de monumentalização, tal implantação representaria, em qualquer época, uma óbvia mais-valia (HOURCADE, 2003: 300).

[1106] No caso da Penaventosa, a preferência das muralhas tardo-imperiais pela adequação e utilização do relevo como recurso defensivo (DE MAN, 2011: 153) não deverá ter representado qualquer descontinuidade em relação ao muro perimetral do Alto Império, como os dados arqueológicos parecem demonstrar.

[1107] A primitiva cerca medieval, cuja construção foi estimulada pelo renascimento económico e estabilização política decorrentes da doação da cidade ao bispo D. Hugo por D. Teresa (1120) e pela posterior carta de couto daquele prelado (1123) terá sido reconstruída no século XII (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 120-123; DUARTE; BARROCA, 1990; OSÓRIO, 1994), podendo remontar, segundo diversos Autores, pelo menos ao século IX (VARIA, 1939; CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA: *ibid*.), talvez coincidindo com a presúria da urbe no reinado de Afonso III das Astúrias (866-910).

fortificada à cota alta, rodeando a acrópole, e uma última inferior, próxima do rio da Vila pela parte poente, mas nenhum vestígio o indicou até à data.

Desta forma, o único troço de muralha conservado para o qual se aponta uma cronologia pré-romana é o que foi localizado em 2009 em trabalhos arqueológicos, ainda por completar[1108] no designado Quarteirão da Bainharia, situado entre a rua de São Sebastião, a rua Escura e a da Bainharia, na encosta OSO. do morro da Penaventosa (BAI.09). Nesta intervenção, bastante extensiva[1109], detetou-se, a par de outras ruínas e estruturas antigas, uma secção, com, pelo menos, cerca de sete metros de comprimento e orientação sudoeste-nordeste (Figs. 170 a 173), de uma imponente linha de muralha[1110], que constitui o troço mais antigo do sistema defensivo do castro, datado pelos responsáveis da escavação de entre os séculos II e I a.C. (FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA 2009a; 2009b; TEIXEIRA, 2011b).

Esta muralha, localizada nas sondagens 01, 24 e, sobretudo 03, situadas nos logradouros posteriores das parcelas com os números 51 a 59 da Rua de S. Sebastião (Fig. 174), onde foi escavada em maior superfície e, em conformidade, caracterizada com maior nitidez, apresenta ainda um alçado máximo conservado na ordem dos 2,7 metros. A estrutura é escalonada em degrau, provavelmente por razões de estabilidade, apresentando um reforço estrutural do lado externo, onde é maior a pendente do terreno, medindo cerca de 2,5 metros de espessura na sua base e 1,9 metros no topo conservado (TEIXEIRA, 2011b). Quer o paramento do pano principal, quer o do reforço exterior apresentam o característico aparelho granítico de desenho poligonal, de tendência helicoidal (Fig. 173), bem conhecido das construções castrejas dos últimos dois séculos a.n.e. (ROMERO MASIÁ, 1976: 77; SILVA, 1986: 33), o que contribuiu, a par do espólio associado, para a datação da construção (FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA 2009b: 5). Na base da construção, imediatamente pelo lado exterior, foi localizado um pavimento em terra pisada que forneceu materiais romanos e da Idade do Ferro, sobre o qual foi assente um lajeado em granito, porventura igualmente de época antiga e outras construções (*Idem*: 26-27), indicando, como é natural, que a área extramuros, estaria igualmente urbanizada em época romana (Figs. 170 e 171)[1111].

Na mesma intervenção foi descoberto, num edifício de gaveto entre as ruas Escura e da Bainharia (sondagem 18), o tramo de um muro bastante largo (c. de 1,75 m) classificado como «provavelmente de Época Medieval, cujas dimensões poderão indiciar estarmos perante uma estrutura de características defensivas» (*Idem*: 40). Não existindo notícia de qualquer outra cerca medieval no morro da Sé do Porto, além da superior, julgamos que se aquele muro – a esclarecer na continuidade dos trabalhos arqueológicos – for de facto medievo, deverá pertencer a uma estrutura civil de grandes dimensões, uma eventual casa-torre, com muros de

[1108] Na verdade, os trabalhos de arqueologia e a implementação do projeto de arquitetura foram interrompidos algum tempo depois deste achado e ainda não foram retomados, desconhecendo-se, assim, qual será a prossecução da intervenção e o destino das ruínas. Pela mesma razão, apenas foram divulgados relatórios preliminares da intervenção (FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA 2009a; 2009b), para além de breves apontamentos de divulgação (TEIXEIRA, 2011b), elementos a que já recorremos noutros trabalhos (SILVA, 2010c; 2011; 2018). Não obstante, impõe-se registar que esta intervenção arqueológica, competentemente conduzida, constitui já, mesmo por concluir, uma das mais relevantes para a arqueologia portuense, podendo dar origem a um projeto modelar de investigação e salvaguarda patrimonial. Aproveitamos para agradecer aos responsáveis pela intervenção e à firma Arqueologia e Património, a cedência de imagens e a permissão para a utilização destes dados.

[1109] Estende-se, de facto, por mais de 300 m^2, envolvendo cerca de cinco dezenas de sondagens, situação rara no Porto e que, como se compreende, aumenta a probabilidade de achados arqueológicos excecionais como este.

[1110] Esta medida diz respeito à extensão dos trechos mais próximos (TEIXEIRA, 2011b), mas se considerarmos a sua aparente continuidade para poente, até, pelo menos, à sondagem 16, poderemos contabilizar perto de 34 metros de linha de muralha.

[1111] Na sequência do que acima expressámos, parece-nos que a cota a que se encontra esta muralha admite teoricamente, não só uma eventual cerca superior, rodeando a acrópole em época castreja, como uma outra linha (proto-histórica ou romana) a altitude inferior.

grande espessura, de que se conhecem várias na cidade e, aliás, há notícias para este local (BARROCA, 1998: 58; OSÓRIO, 1994a: 159; CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 155-156); mas se, pelo contrário puder admitir-se uma cronologia anterior, mesmo ao nível fundacional, tal estrutura, que distará, seguindo um eventual alinhamento, uns quinze ou dezasseis metros da muralha castreja superior (Fig. 174), poderá bem corresponder a uma segunda cerca pré-medieval, porventura romana ou anterior.

Esta importante intervenção arqueológica veio ainda revelar outra informação de crucial significado, no que se refere à implantação da muralha românica e das cercas anteriores. Com efeito, verifica-se pelos dados publicados (FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA, 2009a; 2009b) que, ao longo de cerca de 50 metros, e com um alinhamento sensivelmente coincidente com o tardoz das casas voltadas à rua de São Sebastião (*Idem*, 2009b: 39), a muralha medieval foi localizada um pouco a sul, se bem que a curta distância, da muralha castreja, podendo talvez começar a coincidir as fundações de ambas por alturas das casas com os números 77-79 da rua da Penaventosa, uma vez que os resultados preliminares sugerem que, nesse ponto, a muralha românica (sondagem 23) poderá estar fundada na cerca castreja, identificada na sondagem 31 (*Idem*: 23-24, 32, 39) e Fig. 174[1112].

Um aspeto curioso nos achados do Quarteirão da Bainharia é a circunstância de não ter sido identificada, pelo menos por enquanto, qualquer fase construtiva de época romana sobre a muralha castreja ou, porventura, nos alicerces da cerca medieval, mas deveremos, talvez, aguardar pela continuidade daqueles trabalhos para que esta questão melhor se esclareça. Avançando para poente pela mesma rua da Penaventosa, até ao Largo do mesmo nome, encontramos do lado norte, outras casas, entretanto reabilitadas, onde escavações arqueológicas, preventivas ou de emergência, detetaram também vestígios do paramento e fundações de antigas cercas defensivas da cidade. Ao contrário do observado no Quarteirão do Largo do Colégio, aqui não pôde identificar-se o muro medieval e os pequenos tramos identificados parecem, pelos dados disponíveis, remontar todos ao período imperial, mas uma circunstância topográfica impediu, na maior parte dos casos, a recolha de elementos mais precisos, pois nos últimos dois terços deste arruamento (avançando de nascente para poente) e no seguinte Largo da Penaventosa, a muralha foi quase sempre localizada servindo de fundação às paredes posteriores dos imóveis atuais, sobre um acentuado desnível para as habitações situadas a norte e voltadas para a rua da Bainharia.

Entre o largo e a rua da Penaventosa o gabinete municipal de arqueologia urbana intervencionou, nos anos de 2002 e 2003, três parcelas, situadas nos números 17-21, 23-27 do largo e 25-27 da rua da Penaventosa, e em todas elas foram detetados, precisamente sob a parede posterior dos imóveis tramos da cerca antiga, com uma cronologia, porém, que apresenta variação em relação à muralha do Quarteirão da Bainharia (SILVA, 2010: 224; 2011: 46).

Na casa n.º 21, situada precisamente no ângulo poente daquele largo (PNV21.02), a fase mais antiga detetada, apresentava dois horizontes de ocupação, o primeiro constituído por uma vala aberta no saibro natural em direção à escarpa, talvez para drenagem de águas (Figs.

[1112] A cronologia de alguns tramos da muralha «românica», neste ponto, poderá talvez vir ainda a ser objeto de alguma revisão, como aliás admitem os próprios responsáveis pela escavação, atendendo a que, por razões de segurança e logística diversas áreas em escavação não puderam, na ocasião, ser aprofundadas ou alargadas. Os troços do muro detetados, nomeadamente, nas sondagens 30 e 34, implantadas de encontro à parede posterior dos imóveis com os números de polícia 51, 73 e 77 da Rua da Penaventosa (FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA 2009b: 31, 32, 36), apresentam um paramento cujo aspeto parece similar aos troços de muralha alto-imperial detetados nas intervenções do Largo de Penaventosa 21 e 25 ou da Rua do mesmo nome nº 25-27, como aliás já observámos (SILVA, 2011: 48), mas estas observações requerem prudência, tanto mais que perante níveis de construção fundamental a análise dos aparelhos construtivos sai, de ordinário, bastante fragilizada.

175 e 178)[1113], preenchida por depósitos cujo conteúdo artefactual, que incluía olaria da Idade do Ferro tardia, fragmentos de *tegula* e de ânfora, permitiu propor uma datação entre os meados e a segunda metade do século I (SILVA *et al.*, 2006: 25); sobre esta vala, aparentemente não muito tempo depois, foi assente um muro grosso, do qual se encontrou um tramo (visível apenas pela face interna, pois a exterior, se conservada, incorpora a parede do imóvel moderno), com orientação NE./SO., com cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima, na sua parte visível, de 0,70 metros, conservando-se o seu alçado interno em 1,20 metros (Figs. 175 a 178). Este alicerce (UE 63), conservou-se apenas em três fiadas, feitas com pedras de granito de médio e grande calibre, grosseiramente afeiçoadas a pico na face externa (Fig. 176) e assentes com auxílio de uma terra argilosa, de coloração avermelhada, com as juntas colmatadas com rachão miúdo também de granito; e assentava numa espécie de sapata saliente, de uma só fiada (UE 98), marcada por grandes blocos graníticos implantados com o eixo maior na vertical, alternados com pedras de diferentes tamanhos. A análise do espólio da vala de fundação deste muro, apesar de escasso, e depósitos associados permitiu datar a sua construção de entre a 2ª metade do século I e a 1ª metade do séc. II (SILVA *et al.*, 2006: 25-26).

Na parcela imediatamente contígua, a nascente, com os números 23 a 27, outra intervenção (PNV25.02) proporcionou resultados idênticos, se bem que os restos da muralha se encontrassem em pior estado de conservação, por efeito de obras de épocas posteriores. Assim, a par de outras estruturas (e igualmente uma vala aberta do saibro natural), muito desmanteladas mas aparentemente da mesma época, encontrou-se o muro adossado à parede tardoz do imóvel – que o aproveita também como fundação. Era aqui composto por dois alinhamentos (UE 112 e 129) com aparelho algo distinto. O muro principal (UE 129), se assim pode dizer-se, era formado por um alinhamento de blocos graníticos de tamanho grande, com aparelhamento e uma face mais alisada voltada ao interior, assente a seco em pedras graníticas de tamanho pequeno e médio; adossava-se-lhe pelo interior, mas provavelmente sem desfasamento temporal, uma espécie de muro de reforço (UE 112) resumido essencialmente a um grande bloco granítico, com a forma de um paralelipípedo achatado, sobre o qual se dispunham três blocos menores, todos com marcas de pico e faceamento pelo lado externo (Figs. 179 a 181). Estas duas fiadas, construídas sem qualquer vestígio de argamassa, assentavam sobre uma sapata irregular (UE 120), com pedras de diferentes dimensões e fragmentos de *tegulae*, sobretudo na base, sobre o saibro original (SILVA *et al*., 2003: 24-25). No seu conjunto, o tramo de muralha [112, 129] apresenta uma extensão de dois metros, com orientação Sudoeste-Nordeste, e uma espessura máxima entre 1,60 m e 1,85 m, considerando a sapata de fundação [120], devendo ter-se em conta que a estrutura foi claramente cortada a Noroeste por uma vala e outros muros posteriores, nos quais assenta a atual parede da habitação, pelo que não é possível determinar a espessura original da muralha, que podemos certamente estimar em mais de dois metros. O alçado máximo preservado, medido a partir da base das fundações era de cerca de um metro. Pelos materiais associados a esta estrutura murária, apesar de muito parcos, propôs-se datar a sua construção de meados ou 2ª metade do século I da nossa era (SILVA *et al.*, 2003: *ibid*.).

Por fim, também o imóvel situado a nascente dos dois agora mencionados foi igualmente intervencionado, na mesma época, pelos serviços municipais de arqueologia (PNV27.03; SILVA *et al*., 2008). A muralha, encontrada no alinhamento dos tramos descobertos nas casas vizinhas, apresentava cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima de 1,30

[1113] Valas similares, que interpretamos terem servido para drenagem dos terrenos na direção da encosta, apareceram também na escavação de algumas das casas contíguas para norte. Poderão ter sido abertas para evitar que as águas, acumulando-se junto ao paredão da muralha pusessem em risco a estabilidade da estrutura.

metros entre o pano interno e a parede da construção atual (Figs. 182 a 185). Destaca-se, em particular, a circunstância do seu alçado, que atinge os 1,75 metros, mostrar, o que interpretámos como duas fases construtivas, percetíveis quer pelo aparelho, quer até por divergência sensível na orientação dos muros (Figs. 183 e 185). Com efeito, as três fiadas superiores (UE 34) do muro, de tendência para uma disposição horizontal, mobilizaram pedras de granito de tamanho médio e grande, mais ou menos paralelipipédicas, apresentando pedras menores e fragmentos de *tegula* e ânfora a colmatar as juntas; as três fiadas inferiores, de módulo mais irregular (UE 53) e a respetiva sapata (UE 54) apresentavam, em plano, notório desalinhamento em relação ao tramo superior (Figs. 182 e 184), indiciando assim duas fases construtivas (SILVA *et al*., 2008: 17). Estas observações, relacionadas com a análise do espólio, apesar de escasso, permitiram-nos propor uma cronologia entre a 2ª metade do séc. I e a 1ª metade do séc. II para a primeira fase da muralha; a segunda, talvez associada a um grande derrube que preenchia o espaço entre o muro e um penedo próximo, e em cujos depósitos superiores não aparece já cerâmica castreja mas ocorre alguma *sigillata* tardo-imperial, poderá talvez situar-se nos séculos III-IV (SILVA *et al*., 2008: 18-19; *ALICERCES*… 2003). Deve notar-se, em relação aos muros defensivos detetados nestas três parcelas urbanas, que as estruturas identificadas constituem, com toda a evidência, construção de raiz, não existindo sinais de qualquer estrutura anterior.

Um pouco mais a nascente, na mesma rua da Penaventosa, outras casas haviam também sido intervencionadas arqueologicamente entre os anos de 1997 e 1999, estas em piores condições, pois, em alguns casos, as escavações minimizaram afetações negativas não acauteladas, encontrando-se também os espólios e dados arqueológicos ainda grandemente por estudar e publicar. Não obstante, se bem que a precisão cronológica seja, por aquelas razões, menor que a das casas precedentes, os vestígios encontrados parecem significativamente análogos aos que acabamos de apresentar. Na casa número 39-43 do mesmo arruamento, uma escavação de emergência (PNV39.98) permitiu detetar diversas estruturas de época romana, bastante truncadas, com destaque para um muro espesso, que apresentava aparelho um pouco irregular mas com tendência para a isodomia, exposto em cerca de três metros de extensão, não podendo definir-se a sua largura pelo facto da sua face externa, mais uma vez, se achar sob um dos muros do edifício moderno (Figs. 186 e 187). Os materiais arqueológicos relacionados com este ambiente, como o dormente, completo, de uma mó circular em granito, depositado junto ao seu pano interno, ou as cerâmicas que preenchiam uma profunda vala, provavelmente também para drenagem, que integravam tanto materiais castrejos como alto-imperiais, permitiram-nos sugerir, com a devida prudência, um contexto augustano, ou talvez um pouco posterior, para a edificação deste tramo da muralha (SILVA 1998; SILVA; BARBOSA 1998).

Nas parcelas contíguas, avançando para Noroeste, foram também realizadas sondagens na casa com os números 45-47 (PNV45.98), onde, na fase final dos trabalhos, foi também identificado um muro espesso, também de orientação sensivelmente nordeste-sudoeste, com cerca de 2 metros de extensão, com um alçado preservado na ordem dos 1,20 m, sendo a sua espessura visível de pouco mais de um metro (Figs. 188 e 189). A estrutura era composta por pedras de granito de calibre diverso, predominando as de médio e grande tamanho, ligadas por terra argilosa alaranjada, sedimento muito comum nos depósitos arqueológicos de época romana no morro da Penaventosa. Pelo facto do espólio da intervenção não ter sido ainda estudado, não é possível datar a estrutura, mas a grande similitude construtiva com os tramos

localizados nas restantes parcelas a oeste, permitem-nos, talvez, admitir uma cronologia também dentro do século I da nossa era[1114].

Também a parcela com os números de polícia 49 e 51 (PNV51.97), foi igualmente sondada como medida de mitigação, após a escavação de valas de obra sem avaliação arqueológica prévia, ocorreram vestígios de uma cerca antiga, na ocasião identificada como eventualmente tardo-romana (SILVA, 1998; SILVA, BARBOSA, 1998: 4) mas a requerer ainda estudo mais completo após a revisão do espólio exumado na intervenção. De facto, embora infraestruturas modernas e contemporâneas, na parede tardoz da casa, sob um muro moderno, apareceu uma larga sapata, de orientação este-oeste (acompanhando a reorientação da rua e da escarpa), com cerca de dois metros de extensão visível por 1,4 metros de espessura e um alçado próximo dos 0,60 metros (Figs. 190 e 191). Como singularidade, deve notar-se o facto deste muro, composto por pedras de apreciável dimensão, se encontrar fortemente argamassado com ligante amarelado, composição desconhecida nos restantes tramos tanto da muralha romana, como da românica ou da interpretada como castreja[1115]. Não obstante, os depósitos associados parecem, pelo espólio na altura observado, sugerir uma datação romana para esta estrutura (SILVA; BARBOSA, 1998).

A muralha mais antiga da cidade está assim, neste ponto da Penaventosa, localizada sobre uma curva de nível de rutura topográfica (Fig. 208), o que limita muito a sua observação (como poderá, porventura, ter condicionado a sua conservação e manutenção ao tempo em que era funcional). É possível que nas décadas de 1980-1990 pudessem ainda observar-se muros de reforço, ou outros paramentos romanos ou medievais, na escarpa voltada à Rua da Bainharia, como parece perceber-se de imagens dessa época (Fig. 192), mas as intervenções de reabilitação arquitetónica, na altura feitas sem condicionamento arqueológico, destruíram ou ocultaram tais vestígios.

Outras janelas de observação sobre as muralhas mais antigas da cidade têm vindo a abrir-se na colina da Penaventosa, designadamente no setor nascente do monte, área circuitada pela antiga rua de D. Hugo. Aliás, deve recordar-se, foi aqui que, nos começos da década de 1980, foi pela primeira vez apontada a presença de uma linha fortificada anterior à muralha medieval, até então correntemente designada como «suévica»[1116]. A intervenção (HUG.84-92), realizada na parcela n.º 5 deste arruamento, propiciou importantes achados – à data completamente inovadores e insuspeitados – que trouxeram a primeira confirmação arqueológica da existência do povoado proto-histórico no designado morro da Sé ou da Penaventosa, traduzidos por ruínas de construções circulares da Idade do Ferro, muros

[1114] As informações e imagens sobre esta intervenção, para a qual não foram ainda concluídos os relatórios finais, foram colhidas nos registos originais conservados nos serviços de arqueologia do Município, a quem cumpre agradecer as facilidades concedidas.

[1115] Com efeito, os alicerces de muralha com argamassas visualmente similares apenas foram encontrados, até à data, em casos da rua D. Hugo, aliás de datação problemática, que iremos referir de seguida.

[1116] A atribuição aos suevos da primitiva muralha medieva tem longa tradição historiográfica, parecendo remontar, pelo menos a D. Rodrigo da Cunha, no século XVII, que justificava a edificação do castelo de «*Portucale Nouum*» no quadro dos conflitos militares entre Alanos e Suevos (CUNHA, 1623: 12-13), e assenta documentalmente na distinção feita nas *Divisio Theodemiri*, ou *Parochiale* dos suevos, entre as duas povoações separadas pelo Douro: o *Portucale castrum antiquum*, de obediência ao bispado de Conimbriga, e, já como sede episcopal, o *castro nouo* situado na margem Norte (ver Ponto 5.1.5), referências que num dos manuscritos do *Parochiale* surgiriam adjetivadas – segundo informação duvidosa de Fr. Bernardo de BRITO (1690: 269) classificando o núcleo localizado a Norte como *castro nouo Sueuorum*, indicação que levou numerosos autores a atribuir aos Suevos a fundação do *Portucale* da margem direita e a deduzir que tal «fundação» tivesse sido acompanhada pela fortificação do lugar.

romanos e outras evidências (REAL *et al.* 1986)[1117], que abordamos, com maior detalhe, em outros pontos desta dissertação.

A escavação de uma vala de sondagem perpendicular à parede posterior do imóvel, voltado a nordeste (Fig. 151), revelou a presença de contextos estratigráficos tardo-romanos em associação com as últimas três fiadas do alicerce do muro, que, aliás, apresentavam um aspeto algo diverso do restante paramento[1118], embora evidenciando arranjos e alterações da época da construção do edifício (Figs. 193 e 194)[1119]. Essa parte da construção, ainda hoje visível, não obstante os trabalhos de consolidação estrutural que tiveram de ser realizados (Fig. 195)[1120], era composta por um conjunto de blocos de granito, na sua maior parte, de apreciáveis dimensões, em fiadas horizontais de isodomia pouco regular e ligados por uma argamassa aparentemente distinta da que envolvia a parede moderna, patenteando uma robustez que desde logo sugeriu aos responsáveis pela escavação arqueológica a sua interpretação como pano interno de um muro defensivo (REAL *et al*., 1986: 19-20, 26; REAL; OSÓRIO, 1993: 20)[1121]. Esta construção sobrepunha-se – ou terá mesmo condenado – um edifício de planta ortogonal com esquinas arredondadas (arquitetura que, no norte de Portugal é, muitas vezes, considerada como típica da fase de transição entre a tradição edilícia castreja e os novos gostos da romanização) com pavimento interno empedrado, datada dos começos do século I[1122] (Figs. 153 e 195). A partir da análise do conteúdo artefactual dos depósitos associados a este paramento, considerando sobretudo a *sigillata* clara, a estrutura foi interpretada pelos responsáveis pela escavação como o alinhamento de uma muralha do Baixo Império, erigida entre os séculos III e IV, eventualmente no quadro de instabilidade que fez com que diversas cidades do noroeste peninsular erguessem ou reforçassem cercas defensivas nesse período (REAL *et. al*., 1986: 19-20, 30-31, fig. 23; REAL; OSÓRIO, 1993; VELOSO, 2020)[1123].

[1117] Os trabalhos arqueológicos desenvolveram-se essencialmente entre 1984 e 1987, sob direção principal de Luís M. Real, e constituíram também um momento fundador da própria arqueologia urbana na cidade do Porto (SILVA; OSÓRIO, 1993; SILVA, 2000b; 2003). O arqueossítio acabaria por ser musealizado e continua aberto ao público.

[1118] A construção atual datará talvez do século XIX, com antecedentes nos séculos XVII ou XVIII. O espaço interno do imóvel constituía até então, um pequeno arruamento, ladeado por duas casas medievais, que dava acesso a um caminho interior à muralha do século XII; na época moderna, essa área tornou-se privada e um novo edifício uniu os pré-existentes (REAL *et al*., 1986: 14-15ss.).

[1119] A construção atual datará talvez do século XIX, com antecedentes nos séculos XVII ou XVIII. O espaço interno do imóvel constituía até então, um pequeno arruamento, ladeado por duas casas medievais, que dava acesso a um caminho interior à muralha do século XII; na época moderna, essa área tornou-se privada e um novo edifício uniu os pré-existentes (REAL *et al*., 1986: 14-15ss.).

[1120] A necessidade de estabilização estrutural do edifício e de uma chaminé de tijolo, de uso industrial moderno, implicou o reforço dos alicerces com a colocação de uma sapata com novas fiadas de pedras e betão, para além do refechamento de juntas e a consolidação geral do paramento.

[1121] Com efeito, o desenho do alçado vindo à luz na publicação referencial do sítio (REAL *et. al*., 1986: fig. 23) não patenteia com clareza a parte do muro do imóvel que corresponde à muralha tardo-romana, devendo observar-se, para o efeito, a versão colorida do mesmo desenho dada à estampa posteriormente (REAL; OSÓRIO, 1993: 20).

[1122] A leitura da estratigrafia construtiva não parece totalmente clara, pois os autores tanto admitem a edificação da muralha após o abandono da casa augustana, como a destruição desta por efeito daquela (REAL *et. al*., 1986: 19-20), embora em outras publicações privilegiem a última hipótese (REAL; OSÓRIO, 1993: 20), aliás de acordo com outros exemplos em cercas urbanas tardias, de que Conimbriga é exemplo paradigmático (DE MAN, 2011: 185-186) e no que foram reproduzidos por outros autores (SILVA, 1994: 85). A observação do perfil estratigráfico parece indiciar a presença de, pelo menos, uma camada, entre o topo da construção alto-imperial e a base da muralha, que podem sugerir que a cerca assentou em um nível já sedimentado (REAL; OSÓRIO, 1993: 20, ilust.), mas há certamente observações contextuais que não foram publicadas que não foram publicadas e impedem maior segurança nesta interpretação, aliás de importância algo relativa no contexto da sequência ocupacional do sítio.

[1123] A datação proposta para a construção da muralha varia, na principal publicação de referência, entre o século III (REAL *et al*., 1986: 19-20) e os séculos III-IV (*Idem*: 30-31, fig. 23), intervalo cronológico que nos parece mais prudente e consentâneo com os materiais arqueológicos associados à construção (*Ibidem*, 30-31).

No mesmo arruamento, trechos do muro defensivo têm vindo a ser localizados em outras parcelas do lado nascente, nomeadamente nas casas com os números 19, 23 e 29[1124], se bem que, infelizmente, sujeitas a condicionalismos topográficos idênticos aos verificados na maior parte das parcelas da Penaventosa, ou seja, localizadas em pontos de declive acentuado e servindo de fundação à parede posterior de casas modernas. Na primeira (DHG19.10), a poucas dezenas de metros do arqueossítio musealizado, foi identificada uma estrutura correspondente a um muro espesso, feito com pedras de granito, de orientação aproximada nordeste-sudoeste, com cerca de dois metros de extensão[1125] e um alçado conservado próximo dos 1,20 metros (Figs. 196 e 197), tendo uma espessura visível entre os 1,38 e os 1,56 metros (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010; 2012)[1126]. No aparelho do muro alinham-se pedras de tamanho médio, em fiadas relativamente regulares, com as juntas preenchidas por «argamassa de tom branco-amarelado que envolve as pedras da muralha» (*Idem*: 6). Após a escavação de um conjunto de sondagens, em 2010, que revelaram a face interna do amuralhamento (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010), em 2011 e 2012 a equipa de arqueologia acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos de construção civil, nomeadamente o desaterro e rebaixamento da área que confronta com a muralha, procedendo-se no final à proteção das estruturas arqueológicas identificadas. Estes trabalhos alargaram-se ao logradouro posterior do edifício e num dos dias de trabalho, segundo o respetivo relatório, «removeu-se uma estrutura que se encontrava adossada à parede, deixando a descoberto o intradorso exterior [*sic*] da muralha da Idade do Ferro» (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2012: 5), se bem que mais adiante, na mesma página, se acrescente, nas conclusões, que «a face exterior da muralha da Idade do Ferro foi desmontada por uma estrutura que foi erguida no logradouro do edifício e adossada à parede traseira do edifício intervencionado» (*Idem, ibid*.)[1127].

Os autores desta intervenção arqueológica, lembrando que a escavação não atingiu os níveis basais do muro – o que condiciona qualquer interpretação cronológica – admitem a origem pré-romana da estrutura, expressando que «o seu modo construtivo parece idêntico a outros exemplares encontrados nos castros» e sugerindo mesmo eventuais semelhanças com o trecho da muralha descoberto no Quarteirão da Bainharia (*Idem*: 6, 12-13), resumindo que «esta estrutura, embora mais antiga, foi sendo aproveitada e reformulada durante o Mundo Romano» (*Idem, ibid.*: 12). Embora os resultados deste trabalho arqueológico não tenham ainda sido publicados, salvo nos relatórios técnicos que citámos, importará fazer algumas observações à cronologia apontada e seus fundamentos. Na verdade, os arqueólogos responsáveis pela intervenção interpretam como níveis de aterro relacionados com a utilização do «espaço interior da muralha (...) principalmente durante o Mundo Romano» (*Ibidem*: 6), a maior parte dos depósitos que se adossam à face interna da muralha, até à profundidade escavada de 1,20 m; todavia, esses níveis não proporcionaram espólio arqueológico, e a última camada que o forneceu (camada 7) revestia já o topo do muro e incluía, de facto,

[1124] E, eventualmente, também na casa n.º 17 (HUG17.18; COUTO, 2018 e 2019), mas aguarda-se o relatório final para uma opinião mais consistente. Vejam-se as considerações que fazemos na respetiva ficha de intervenção.

[1125] A extensão dos panos de muralha, que aqui registamos como elemento indicativo, correspondem apenas, na maior parte dos casos, ao limite das sondagens arqueológicas efetuadas.

[1126] Dimensões que não se referem à totalidade da estrutura, uma vez que sobre a mesma, como observámos, foi construída a parede da construção moderna, e não foram feitas sondagens no exterior que porventura permitissem a reconhecer a face externa do muro defensivo.

[1127] Esta informação – se tal estrutura correspondia, de facto, à face exterior da muralha encontrada dentro do imóvel – seria da maior relevância, por ser a primeira vez que tal se documenta nas muralhas antigas do Porto, com exceção do Quarteirão da Bainharia. Infelizmente, os trechos transcritos constituem as únicas referências àquele achado feitas no mesmo relatório final, e as duas fotografias publicadas em apêndice, são imprestáveis.

alguma cerâmica comum romana, ânfora e *tegula*, mas também louça diversa moderna e contemporânea, aliás em proporção superior a 80% do contexto (*Ibidem*: 10). Assim, parece-nos mais provável que aquela camada 7 estivesse mais relacionada com obras modernas do que, especificamente, com a construção ou utilização do muro defensivo, que aliás, em nosso entender, não tem qualquer semelhança, arquitetónica ou estrutural, com o do Quarteirão da Bainharia.

Como característica particular da estrutura de D. Hugo, 19 devemos registar a presença, como ligante, de argamassas bege-amareladas (Figs. 196 e 197), situação incomum nos tramos de muralha até agora classificados como alto-imperiais ou pré-romanos[1128]. Desta forma, admitimos em estudo anterior (SILVA, 2011) que este tramo do alicerce de muralha pudesse ser de cronologia medieval, ainda que, eventualmente, assente sobre fundações mais antigas, porventura romanas ou castrejas, o que não pôde documentar-se pelo facto da sondagem não ter chegado à rocha natural (SILVA, 2011: 49).

Reanalisando, entretanto, a questão com maior detalhe, fazemos notar, por outro lado, que existe escassa evidência do uso sistemático de argamassas como ligante nas fundações da muralha românica. As descrições dos paramentos de alguns tramos conhecidos (OSÓRIO, 1994: 77), como a face externa da cerca que se encontra visível no tardoz de algumas habitações do lado poente da Rua de Sant'Ana, não revelam esse material, que não parece ter ocorrido, igualmente, nas sondagens feitas junto ao cubelo da rua D. Hugo (REAL *et al*., 1984: 78; 1986: 32-33), se bem que, neste ponto, as escavações tenham detetado, sobretudo, um reforço estrutural do século XVI. Outras intervenções recentes permitiram observar a estrutura arquitetónica da «Cerca Velha». No miradouro junto à igreja de São Lourenço (Largo do Colégio), onde foi colocada à vista um extenso tramo de cerca de vinte metros, as três secções realizadas, apesar de terem chegado aos três metros de profundidade, não lograram atingir os níveis fundacionais, sendo as únicas evidências de argamassa as presentes num muro de reforço interno, interpretado como posterior ao muro defensivo original (MARÇAL; PEREIRA, 2013: 80-83). Em local muito próximo, foram feitas três sondagens arqueológicas na antiga viela de São Lourenço, que corre junto à face exterior da muralha medieva, parecendo verificar-se – com base apenas num relatório preliminar – a presença esporádica de argamassas amarelas no alicerce desta estrutura, estando ainda em aberto uma datação mais fina, uma vez que se detetaram níveis romanos subjacentes (FONSECA, 2015: 17, fig. 18). Nos trabalhos do Quarteirão da Bainharia, a muralha românica foi identificada em diversos locais, por vezes até ao nível basal, não parecendo, na maior parte dos casos, possuir sapata argamassada, se bem que noutras situações tal possa ocorrer[1129].

Ainda, no que respeita à possibilidade da fundação argamassada da muralha da rua D. Hugo, 19, poder corresponder a uma construção tardo-romana, deve acrescentar-se que, efetivamente, o uso do *opus caementicium*, e posteriormente de argamassas de cal menos consistentes, foi muito corrente nos alicerces de muralhas tardias do ocidente europeu (DE MAN, 2011: 106ss., 142ss.), documentando-se, na região centro e norte de Portugal, tanto nas fundações das muralhas de Braga (LEMOS; LEITE; FONTES, 2001: 126), como de Viseu

[1128] Com exceção do caso da Rua da Penaventosa, n.º 53-57, acima referido, aspeto que volveremos a comentar.

[1129] Estes dados requerem maior precisão, uma vez que os relatórios preliminares disponíveis não detalham esse pormenor e guiámo-nos, apenas, pela observação das fotografias (FONSECA, 2009b), o que não é seguro. Vejam-se, para os casos nos quais não parece observar-se ligante, as páginas 23, 24, 28 e 36 daquele relatório, e as páginas 18, 31 e 32 para a situação inversa. Também o largo embasamento aparecido no interior do prédio do gaveto da Cruz do Souto (*Idem*: 19-20) apresenta argamassas amareladas e um aspeto similar ao que se verifica na base da muralha na rua D. Hugo ou na Penaventosa, n.º 51, mas devemos certamente aguardar pela conclusão dos trabalhos no projeto da Bainharia para reapreciação do assunto.

(CARVALHO; CHENEY, 2007: 730). Desta forma, este material construtivo não deverá ser, por ora, exclusivo de uma ou outra possibilidade de datação[1130].

O mesmo alinhamento do muro defensivo apareceu em trabalhos arqueológicos executados na parcela contígua, com o número de porta 23 (HUG23.09; ARGÜELLO; TEIXEIRA, 2009). Precisamente no mesmo enfiamento da estrutura localizada na casa n.º 19, exumou-se também a base de uma estrutura pétrea de grande porte. Estava construída por blocos de granito colocados de forma irregular, envolvidas por expressiva quantidade de argamassa amarelada, tendo esta fundação sido sondada numa extensão de 1,70 metros, com espessura de cerca de 1,00 m na sua parte visível (Figs. 198 e 199). Como a sapata estava assente em sedimentos algo instáveis não pôde ser escavada para além de uma profundidade de 0,50 metros; porém, a respetiva vala de fundação seccionou depósitos caracterizados como tardo-imperiais, o que fez os que autores considerassem ter localizado uma parte do alicerce da muralha românica (*Idem*: 19), não deixando de admitir, à luz do contexto estratigráfico, que a estrutura pudesse coincidir com o traçado de anteriores alinhamentos (*Idem, ibid*: 19, 20, 25), ao que só podemos acrescentar comentário idêntico ao que fizemos para a parcela urbana precedente.

Um pouco mais a sudoeste, encontram-se presentemente em obras de reabilitação três parcelas, identificadas com o n.º de polícia 29-37 (APH.19). Após o achado de algumas estruturas romanas e da Idade do Ferro de assinalável interesse, apareceu recentemente, na casa n.º 29-31, mais um tramo do alinhamento de muro encontrado nas casas vizinhas. A sua localização é similar e a correspondência topográfica não oferece dúvidas, sendo o embasamento constituído por diversas fiadas de blocos de granito, com ligante de argamassa amarelada, oferecendo uma face interna regular (Figs. 200 e 201). Mede esta estrutura cerca de 2,4 m por 1,6 m de espessura, tendo sido escavada numa profundidade de cerca de 0,70 m (FONSECA, 2020: 16)[1131]. A observação dos materiais arqueológicos dos depósitos que subjazem a este tramo de amuralhamento revelou, essencialmente, cerâmica de plena tradição castreja (UE 3018), com muito ocasionais fragmentos de fabricos romanos e um rebordo de *tegula* (UE 3020 e 3021), elementos por ora insuficientes para uma proposta de datação, tanto mais que a construção desta estrutura tanto pode ter implicado o rebaixamento e nivelamento do solo, como eventuais aterros com sedimentos das proximidades; não obstante, considerando que a obra construtiva ter-se-á certamente alargado por algum tempo, a completa inexistência de materiais medievais parece confirmar a fundação romana do muro[1132].

Assim, e em síntese, se em publicação anterior (SILVA, 2011) expressámos algum ceticismo acerca da eventual cronologia ante-medieval dos alicerces de muro defensivo exumados nas parcelas números 19 e 23 da Rua de D. Hugo, ainda que admitindo que as estruturas ali identificadas pudessem estar sobrepostas à muralha romana (*Idem*: 49)[1133], entendemos agora, reapreciando a questão à luz de outros achados, que efetivamente os troços identificados no tardoz dos imóveis daquele arruamento, tanto nas casas com os números 19 e

[1130] Muito interessante seria – e desconhecemos se foi feito – recolher amostras de argamassa em todos os casos conhecidos para proceder à sua análise físico-química e comparação.

[1131] *Vd*. Inventário I.A, ficha APH. 19. Estes trabalhos estão ainda em curso à data da finalização deste texto, sob a direção de Jorge Fonseca (Arqueologia e Património), a quem agradecemos as informações e imagens, em primeira mão, e a autorização para o seu uso.

[1132] De novo agradecemos a Jorge Fonseca (Arqueologia e Património) a possibilidade de examinar estes materiais inéditos.

[1133] Tendo preferido, então, não representar o traçado da muralha, nesses locais, no cartograma então publicado (*Idem*: 64, Fig. 13).

23[1134], como nas parcelas 17, 29[1135] e, mais recentemente, também naquela com o número de polícia 37[1136], correspondem ao embasamento da cerca defensiva do Baixo-Império, provavelmente no mesmo alinhamento de eventuais muralhas anteriores e sobre a qual terá sido erguida a cerca medieval, entretanto desmantelada ou parcialmente aproveitada nas paredes posteriores das construções que ali se edificaram.

Nas vertentes voltadas a Este e Sudeste do morro da Penaventosa não foram encontradas, até agora, outras evidências das linhas defensivas da cidade antiga, e só perto do que seria, provavelmente, o limite sul das diversas muralhas (romana, medieval e, eventualmente, castreja) voltamos a topar com vestígios da cerca, por sinal da maior relevância. O achado deu-se no contexto de uma intervenção arqueológica, feita em 1998-1999, numa parcela situada na ligação da Rua de Sant'Ana com o Largo do Colégio, 9-12 (SNT12.98)[1137]. As escavações feitas no interior do imóvel revelaram ruínas romanas, castrejas e a única sepultura romana da cidade, para além da face interna de um largo paramento da muralha românica (CLETO; VARELA, 2000; VARELA; CLETO, 2001).

Outros achados muito relevantes, porém, estavam reservados para os logradouros no exterior do imóvel, a sudoeste. Nesse ponto, a cota um pouco inferior (cerca de 39 metros, talvez cerca de cinco metros abaixo das ruínas encontradas no interior do imóvel) e em zona de significativo pendente, surgiu um potente derrube de pedras, de grandes dimensões (Fig. 202), com espólio romano, sob o qual se detetou, apenas de forma marginal, por achar-se sob muros de plataforma pouco estáveis, restos de uma estrutura de grande aparelho (Figs. 203 e 204), com cinco ou seis fiadas de blocos de granito, em *opus vittatum* de boa isodomia e cerca de 5,3 metros de extensão, exibindo um plano nitidamente curvilíneo, talvez subcircular ou elítico (VARELA; CLETO, 2001: 38-40). Por razões de segurança, a escavação arqueológica não pôde ser prosseguida neste local, o que impediu o reconhecimento dos níveis basais desta construção monumental, que os responsáveis, todavia, não tiveram dúvidas em atribuir a um amuralhamento dos tempos romanos (CLETO; VARELA, 2000; VARELA; CLETO, 2001: *ibidem*; SILVA, 2011: 46-47)[1138].

A excecionalidade deste tramo decorre de exibir um pano de muralha de cota positiva (ao contrário das ocorrências da Penaventosa, todas correspondentes a níveis de alicerce), da regularidade do seu aparelho e da hipótese, aferida pelo trecho curvilíneo exposto, de poder corresponder a parte de um torreão externo, de plano curvilíneo[1139]. Não foram obtidos outros elementos arqueológicos que permitam datar a estrutura, mas propusemos já para este tramo, com a prudência que requer a completa falta de elementos datantes, uma cronologia entre os séculos III e IV (SILVA, 2011: 50-51; 2018: 56), atendendo à presença, muito corrente, de

[1134] Vejam-se, no Inventário I.A, respetivamente, as intervenções DHG19.10 (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010, 2012) e HUG23.09 (ARGÜELLO; TEIXEIRA, 2009, 2012).

[1135] Vejam-se, no Inventário I.A, respetivamente, as intervenções HUG17.18 (COUTO, 2018, 2019) e APH.19 (FONSECA, 2020).

[1136] Intervenção ainda em curso, no âmbito do projeto APH.19. Agradecemos a Jorge Fonseca (Arqueologia e Património) a informação e possibilidade de visita ao local da escavação.

[1137] Razão pela qual a intervenção tanto é designada por uma como por outras das designações toponímicas.

[1138] O texto e as imagens que apresentámos em ensaio monográfico sobre a muralha romana do Porto (SILVA, 2011) transmitem a ideia, na qual, fomos induzidos, de forma errónea, pelas plantas publicadas (VARELA; CLETO, 2001), de que a estrutura exumada seria composta por duas partes – um tramo retilíneo e o torreão talvez subcircular (SILVA, 2011: figuras 4 e 5). Com efeito, não é assim. Sob o murete de plataforma, paralelo ao imóvel, apenas apareceu um tramo curvilíneo, pelo que as duas imagens que reproduzimos no trabalho citado referem-se à mesma realidade, em perspetivas ligeiramente distintas.

[1139] Como observa Adriaan De Man, a preferência pelas torres de plano tendencialmente semicircular é uma característica muito recorrente nas cercas urbanas tardo-antigas da Galécia, tendo até «contaminado» a Lusitânia, circunstância que aquele autor liga à presença militar em León (DE MAN, 2011: 133ss.).

torreões em muralhas do Baixo Império nas províncias ocidentais do Império, como é o caso da cerca tardia de *Bracara Augusta* que apareceu no Fujacal e em outros locais da cidade, datada de finais do século III (LEMOS *et al.,* 1998; 2002; LEMOS; LEITE; FONTES, 2001; LEMOS; LEITE; CUNHA, 2007), com paralelos mais ou menos coevos em Lugo, Astorga, Gijón (FERNÁNDEZ OCHOA; MORILLO CERDÁN, 1992; 2002), Conimbriga, Idanha-a-Velha (DE MAN, 2011: 171-192) ou Viseu (CARVALHO; CHENEY, 2007; DE MAN, 2008: 429; 2011:166-171)[1140]. Por outro lado, estimando as dimensões do torreão, mesmo sem outros elementos, em, pelo menos, uns três ou quatro metros de flecha, a projeção da estrutura para nordeste implica que, praticamente, se adosse ao alinhamento da muralha românica encontrada no interior do imóvel e servindo de sustentação à sua parede tardoz. Ora este tramo de muralha, que exibe no seu paramento interior, escavado até à base, duas evidentes fases construtivas assinaláveis por distintos aparelhos – uma, com quatro fiadas em silhares de maior vulto, talvez do momento inicial da cerca (século XII?); a seguinte, com aparelho mais tardio, de pedra média e miúda, resultante de alguma reconstrução tardo-medieval ou posterior – apresentava a característica de ter como fundação uma «sapata constituída por blocos de pedra ciclópicos e ligada por uma camada de argamassa arenosa, com seixos de rio e pouco compacta» (VARELA; CLETO, 2001: 33), o que talvez permita avançarmos com a hipótese da muralha medieval poder ter também neste ponto, como alinhamento basal, a cerca tardo-romana.

Por fim, «regressemos» ainda a D. Hugo para mencionar um último achado talvez correlacionável com as muralhas ante-medievais. No pequeno espaço aberto à entrada daquele arruamento, apareceu durante obras de requalificação da via pública, cortando depósitos da Idade do Ferro, parte de uma estrutura de grandes dimensões (UE 1002), assim descrita:

> «com cerca de 2 m de largura, composta por pedras de várias dimensões ligadas por argamassa amarelada. Com orientação S-N (…) estende-se para norte, (…) para sul parece não existir. Poderá ter sido destruída pela construção da muralha medieval. Colocamos a hipótese de estar perante uma construção do período romano de grandes dimensões, como uma Muralha (?), que poderá ter coexistido com as restantes estruturas, identificadas na vala 01» (MARÇAL; PEREIRA, 2013: 44).

Infelizmente, as condições de realização deste tipo de trabalhos arqueológicos[1141] não permitiram a sua escavação e interpretação mais adequada, mas o local e as características do achado (Figuras 205, 206 e 215[1142]) admitem, como expressam as responsáveis, a possibilidade de tratar-se de um tramo da muralha – a qual, pelo alinhamento, não pode ser a medieva – que porventura ligaria os troços das ruas de Penaventosa e de São Sebastião com os aparecidos na rua D. Hugo[1143].

[1140] Vejam-se FERNÁNDEZ OCHOA e MORILLO CERDÁN (2002; 2020); RODRIGUEZ COLMENERO e RODÁ DE LLANZA (2007) e Adriaan DE MAN (2008; 2011; 2020) para um conspecto atualizado.

[1141] Nos quais, como várias vezes recordamos neste estudo, a «salvaguarda» normalmente domina sobre a investigação, ainda que aquela – não raro assumida de forma minimalista e economicista – não permita a mínima compreensão dos elementos arqueológicos postos a descoberto.

[1142] Na planta desta figura, pode observar-se que a presumível muralha (a amarelo) encontra-se adossada, sem o afetar, a um muro romano de cronologia, provavelmente, anterior.

[1143] Assim saindo reforçada, talvez de forma conclusiva, a possibilidade de este tipo de embasamento corresponder, com efeito, ao amuralhamento do Baixo-Império.

Em síntese, complementando os dados gerais apresentados na Tabela 15 e o ensaio de reconstituição perimetral da cerca defensiva (Figs. 207 e 208)[1144], podemos destacar alguns elementos conclusivos sobre este tópico.

Como já tinham apontado alguns autores (CORREIA, 1935: 31-32; VITORINO, 1946: 13, 28; REAL *et. al*., 1986: 20), há uma grande probabilidade da muralha românica do Porto assentar, em significativa parte do seu circuito, sobre cercas urbanas de época anterior (SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020: 29), o que se explicará essencialmente por razões topográficas. Mas tal nem sempre sucede, como os achados do Quarteirão da Bainharia indiciam, ao revelar um desfasamento, aliás de poucos metros, entre ambos os muros. Também aí poderão predominar razões orográficas, pois a «dupla muralha» que se observa na encosta, mais moderada, entre os atuais eixos de São Sebastião e da Bainharia, parece confluir quando – à medida que se desce a rua da Penaventosa – as curvas de nível estreitam e como que «obrigam» ambos os muros a coincidir no rebordo da plataforma.

A cronologia dos diferentes tramos revelados pela arqueologia – ainda longe de estabelecida, uma vez que há várias intervenções a publicar e outras a rever – não possibilita, de todo, perceber os circuitos integrais de cada fase do amuralhamento antigo da cidade, que propomos (Tabela 15) possa estabelecer-se (provisoriamente e como mero instrumento de trabalho) com o seguinte desdobramento:

- Fase I – Pré-romana (séculos II-I a.C.)
- Fase IIa – Romana (reinado de Augusto, até meados do sé. I)
- Fase IIb – Romana (entre meados/2ª metade do séc. I e a 1ª metade do séc. II)
- Fase III – Romana (2ª met. séc. III/1ª met. séc. IV)

Este esquema não significa que o castro da Penaventosa, depois romanizado, tenha tido, necessariamente, quatro diferentes muralhas, ou muralhas construídas em cada uma dessas fases. Como se evidenciou na rua da Penaventosa, 25-27, é muito provável que estas «janelas temporais» se refiram essencialmente a momentos de reconstrução, decorrentes talvez da instabilidade do muro em certas áreas de desnível topográfico mais acentuado. Todavia, se podemos admitir que o tramo castrejo de São Sebastião pudesse estar em uso em época romana, já na rua e largo da Penaventosa, o muro romano não evidencia qualquer precedente castrejo, o que poderá significar que a muralha romana implicou a destruição da sidérica, ou que esta teria outro alinhamento, certamente mais interior. Já a cerca do Baixo-Império não exibe – salvo o mesmo caso da Penaventosa, 27 – pré-existências, parecendo ser, no geral, obra de raiz[1145] ou ter divergido, em certos locais do povoado, dos alinhamentos pré-existentes. Todavia, a informação disponível é muito escassa, tanto para o Largo do Colégio como para D. Hugo, 5, se bem que, neste ponto, a possibilidade da muralha, eventualmente, seccionar uma construção do século I, permita subscrever a sua originalidade nesse traçado. Não obstante, no ensaio apresentado (Tabela 15) não distinguimos – por ser escassa a evidência cronológica disponível – os tramos da Idade do Ferro, alto-imperiais ou tardo-romanos, como fazemos no texto. O paradigma que mantemos como hipótese de trabalho – se bem que com as exceções apontadas – é o da geral sobreposição dos traçados das diferentes épocas.

Ainda no que respeita à muralha da Idade do Ferro, entendemos como bastante improvável que a única cerca delimitadora fosse a que apareceu no Quarteirão da Bainharia, a

[1144] Adiante se justificará o critério de representação cronológica neste cartograma dos diferentes tramos da muralha.

[1145] Situação observada em muitas cercas urbanas tardo-romanas do norte peninsular e da Lusitânia, se bem que se verifiquem situações bastante diversas (FÉRNANDEZ OCHOA; MORILLO, 1992: 355; 2020; DE MAN, 2011; 2020).

admitir-se a cronologia proposta para a sua construção. Deve encarar-se a possibilidade da origem desta cerca ser anterior, a confirmar com futuros estudos, e, bem assim, a hipótese de ter existido uma segunda linha de contenção do povoado, provavelmente a cota inferior, embora nenhum dado arqueológico o sugira por enquanto.

Do ponto de vista da estrutura arquitetónica, aparelhos ou medidas (neste caso, em particular a espessura) a informação é praticamente nula para as fases romanas, atendendo a que a maior parte dos achados dizem respeito a níveis de alicerce. Do mesmo modo, ficará por enquanto sem resposta a possibilidade de existirem, nomeadamente em contexto da Idade do Ferro, mais que um alinhamento de muralhas ou outros dispositivos defensivos, como eventuais fossos.

Devem assinalar-se, por fim, como «agenda de investigação» a grande necessidade de esclarecer-se, com recurso a uma atuação arqueológica um pouco mais invasiva e extensiva, se os diversos tramos de muralha que têm sido identificados na encosta nascente (rua D. Hugo) podem corresponder ao embasamento da muralha do Baixo-Império, como sugerimos, ou se tal processo construtivo deve atribuir-se à eventual sapata do «*muro velho*» medieval, que igualmente ali tinha o seu circuito. Do mesmo modo, há que prestar a maior atenção à possibilidade de pesquisa em zonas de menor densidade urbanística e onde o eventual achado da muralha pode proporcionar investigações mais proveitosas, como é o caso, na encosta sudoeste, da plataforma ocupada pelo Seminário Maior do Porto, atendendo a alguns achados ocasionais de espólio romano (BRANDÃO, 1984) e à possibilidade de ali se conservarem estratigrafias bem preservadas.

Como último aspeto, há que notar que todas as considerações sobre os sistemas defensivos que possam fazer-se respeitam, apenas, à colina da Penaventosa. Não há qualquer indício (nem seria de esperar, com efeito) que o alargamento do povoado para as cotas mais próximas do rio tivesse incluído qualquer dispositivo físico de delimitação ou controlo de acessos.

Com as informações de que dispomos nesta data, e designadamente as propostas de cronologia para os diferentes tramos da muralha, nos seus «andamentos» castrejo e romano, como poderíamos interpretar a sua construção no quadro socio-cultural, político e administrativo da região? Como dissemos, seria algo anómalo, talvez, que um povoado indígena da importância estratégica e comercial que se antevê para *Cale* tivesse a sua primeira cerca delimitadora apenas no século II ou I a.C. É possível que esta tenha resultado de algum arranjo ou reformulação porventura relacionados com as campanhas de Decimus Iunius Brutus ou de César, nomeadamente uma certa recomposição territorial e reorganização de defesas subsequente à expedição militar do primeiro (ALARCÃO, 1993: 208; SILVA, AF, 2007a: 76) mas tal hipótese parece-nos meramente especulativa, tanto mais que não há qualquer vestígio arqueológico que possa, direta ou indiretamente, ligar-se àqueles eventos (SILVA, 2018: 59-60).

Se um muro delimitador original da Idade do Ferro foi refeito em tempos já de Augusto, ou alguma muralha nova foi erguida também nessa época ou depois, considerando outras datações propostas (Penaventosa), tais estruturas apenas poderão entender-se no plano da monumentalização do povoado ou por razões práticas de organização do seu espaço interno que ignoramos. A este propósito, tivemos já ocasião de convocar a opinião de David HOURCADE (2003; 2004), que lembrou a clássica distinção entre *fortificação* e *cerca*, salientando nesta última mais a função urbana que a militar, privilegiando assim a *dignitas* da urbe sobre a sua *securitas.* Nesta linha, tanto nas cidades privilegiadas como nas peregrinas, o investimento na arquitetura pública (SILVA, 2005), e designadamente nas cercas petrificadas, refletiria, tão só, o esforço, implementado certamente pelas novas *iurisdictiones* locais, de

materializar a «*poliadisation*» do núcleo capital (HOURCADE, 2003: 317-321; 2004: 247-249; DOPICO CAÍNZOS, 2009: 45; 2013: 95; DOPICO; SANTOS 2012: 587, 595; SILVA, 2018: 59-61).

Seja como for, o registo lacunar da arqueologia romana do Porto deixa-nos muito longe de compreender o modo como estas novas muralhas se articularam com eventuais dinâmicas urbanísticas coevas. Aliás, o caso da Penaventosa, lança-nos também o desafio de discutir o modo como o núcleo «tradicional» castrejo se articularia com o *uicus* ribeirinho que terá emergido, talvez, ainda na época do primeiro imperador. Se a construção de novas identidades, materializada, por exemplo, nas habitações de gosto itálico como espaços de representação e negociação de *status* (MARTINS *et al*., 2020: 146ss.) teriam espaço e palco talvez mais adequado na Vila Baixa (SILVA, 2018: 61-62),[1146] é possível que o antigo castro, com as suas reminiscências simbólicas mais arcaicas, funcionasse ainda como sede de poder ou centro religioso.

Neste quadro, melhor se compreenderá – face aos numerosos paralelos conhecidos (RODRÍGUEZ COLMENERO; RODÁ DE LLANZA, 2007; DE MAN, 2011; 2020) – a refortificação do povoado no Baixo-Império[1147], não sendo inevitável interpretar-se a destruição de uma construção habitacional romana pelo novo lanço de muralha em D. Hugo, 5 como sinal de urgência na edificação defensiva (REAL *et al*., 1986: 20).[1148] Carecemos de informações para ensaiar qualquer interpretação sobre a natureza e funções desta muralha tardia de *Portucale*[1149]. Para além do estatuto e prestígio que estes dispositivos propiciavam aos centros urbanos em ascenção (como era o caso de *Portucale* no período tardo-antigo), os finais do século III foram marcados por levantamentos de grupos armados autónomos, as *bagaudae*, fenómeno que, mais que eventuais ameaças externas, terá justificado a fortificação de muitas cidades hispânicas neste período (DE MAN, 2011: 29-30; 2017: 7). É apenas uma hipótese, pois também esta «última» muralha romana do Porto precisa de aguardar por novos estudos e descobertas para que possam adiantar-se formulações e propostas melhor fundamentadas.

[1146] Situação, aliás, talvez análoga ao que pode ter sucedido no povoado fronteiro da margem sul (SILVA, 2018). *Vd*., adiante, o ponto 5.3.4.1.

[1147] Não obstante, as razões da (re)fortificação do povoado – ou, melhor dizendo, da elevação correspondente ao núcleo original – em período tetrárquico (como mera hipótese cronológica) poderão ter sido substancialmente distintas (DE MAN, 2017) das que presidiram à ereção das defesas originais no século I; sem desconsiderar, todavia, o seu aspeto honorífico (DE MAN, 2011: 100). A este propósito, o nosso desconhecimento quanto ao estatuto, importância e organização da cidade nessa época tornam nebuloso qualquer tentame interpretativo.

[1148] Todavia, a circunstância da cerca tardo-romana ter, neste local, condenado um edifício provavelmente augustano, abre a discussão sobre o traçado da primeira muralha romana, que aqui poderia divergir, ou não, da reedificação do Baixo-Império. Como regra geral, porém, a aparente sobreposição, pelo menos em grande parte do traçado, das linhas defensivas das diferentes épocas permite concluir que a área murada do povoado romanizado – se não mesmo do castro indígena – se manteve relativamente uniforme ao longo do período de administração romana.

[1149] A sugestão de que a muralha tardia do Porto poderia, de algum modo, ter sucedido, ou substituído, a muralha alto-imperial do Castelo de Gaia (HOURCADE, 2004: 230) carece de sentido, face à evidência arqueológica e histórica.

Tabela 15
Muralha romano-castreja do Porto (morro da Penaventosa)

Fase	Cronologia proposta	Extensão	Espessura	Alçado	Altitude*	Orient.	Local
I	Séculos II – I a.C.	7	2,5-1,9	2,7	64-66	ENE-OSO	Quarteirão da Bainharia (São Sebastião)
IIa	1ª met. séc. I (?)	3	1,1- 1,7**	1,3	58	NE-SO	Penaventosa, 39-43
	Século I (?)	2	1,1-1,7**	1,2	59	NE-SO	Penaventosa, 45-47
IIb	2º met. séc. I – 1ª met. II d.C.	2,3	0,70-1,30**	1,2	54	NE-SO	Penaventosa, 17-21
	Meados-2ª met. séc. I	2	1,85-2,35**	1,1	55	NE-SO	Lg. da Penaventosa, 23-27
	2º met. séc. I – 1ª met. II d.C.	2,3	1,3-1,9	0,80	56	NE-SO	R. da Penaventosa, 25-27
III	Séculos III-IV	2,3	1,3-1,9***	1,75	56	NE-SO	Penaventosa, 25-27
	Séculos III-IV	3,4	(?)	1,65	74	NO-SE	D. Hugo, 5
	Séculos III-IV (?)	5,3	(?)	1,5	42	NO-SE	Colégio, 9-12 (patamar exterior SO.)
	Desconhecida	1,8	1,4-2**	0,6	60	NE-SO	Penaventosa, 49-51
	Desconhecida	2	1,6-2,2**	1,2	69	NE-SO	D. Hugo, 19
	Desconhecida	1,7	1,20-1,60**	0,5	69	NE-SO	D. Hugo, 23
	Desconhecida	2,4	1,6 -2,2**	0,7	68	NE-SO	D. Hugo, 29-31

* Medidas e altitude indicadas em metros.
** Acrescentámos, convencionalmente, 0,60 m de espessura de parede das construções atuais à espessura medida no muro antigo.
*** Reconstrução do muro subjacente.

5.3.2. Os tempos romanos

Talvez a principal característica e inovação, do ponto de vista da ocupação e organização do território, da administração romana seja a da implementação de novas modalidades e redes de povoamento. Dizemos *implementação*, sublinhando a agência dos dominadores; mas se, em certos casos, tal intencionalidade é atestável ou muito provável; de um modo geral, foram as novas condições socio-económicas que se iam desenvolvendo (a abertura de vias, as novas formas de exploração de recursos, a animação de um comércio de base monetária ou as novas centralidades administrativas e religiosas, etc.) que terão suscitado que, no tempo de uma ou duas gerações, a região se «romanizasse», para utilizar o termo que nada diz mas tudo resume.

No espaço urbano e municipal do Porto, como noutros locais, estas circunstâncias refletem-se na crescente disseminação de núcleos de povoamento. Se até aqui falámos do castro da Penaventosa ou dos hipotéticos «castros» de Noeda, Cristelo ou Santa Catarina, entidades socio-geográficas discretas e cuja eventual interrelação não entendemos; chegados à época romana, evidenciam-se pelos achados arqueológicos duas realidades – das quais nos aproximamos ainda muito timidamente, dada a fragilidade das informações – por um lado, os «núcleos de povoamento», áreas onde os vestígios, mesmo reduzidos a pedaços de tégulas, se repetem em várias escavações numa área delimitada; havendo também lugar, certamente, para

formas de ocupação do território mais isoladas, eventuais *uillae* ou casais, que só por grande fortuna poderemos um dia vir a caracterizar[1150].

Desta forma, após o inventário e cartografia das cerca de 160 ocorrências de vestígios «romanos» (estruturas, depósitos ou achados mais esparsos) da cidade do Porto, resultou ainda mais clara a nuclearização que já havíamos assinalado (SILVA, 2010c), emergindo ou clarificando-se outros espaços de maior densidade de ocorrências. Os dez núcleos que nos servem de base de trabalho (por vezes associando os vestígios da Idade do Ferro, que raramente surgem isolados, aos Romanos) são, seguindo o Douro sensivelmente de nascente para poente, a Penaventosa e a Cividade, a área ribeirinha que designámos por «Vila Baixa», o morro da Vitória, Miragaia, Campo do Rou/Cristelo, Santa Catarina/Lordelo, Mouteira/Serralves, Monte Crasto e, um pouco mais para o interior, o de Cedofeita (Fig. 209).

A análise cartográfica desta distribuição deixa patentes duas evidências: a total ausência de vestígios romanos no terço oriental da cidade, e a sua quase nula representação à medida que nos afastamos do eixo do rio Douro. Como qualquer carta arqueológica, a que obtivemos da cartografia proto-histórica e romana do Porto tem uma vantagem e uma mentira: a utilidade de nos revelar as áreas de maior concentração de vestígios dessa secção do tempo histórico; mas, ao mesmo tempo, a sugestão de que «não há nada» de muito antigo em toda a mancha não pontuada. Esta é a mentira. Naturalmente, admitimos como facto comum a atração do Douro, junto ao qual, e beneficiando do seu trânsito e comércio, ter-se-ão instalado os prncipais núcleos romanos; tal é evidente, por exemplo, nas fozes de, praticamente, todos os maiores afluentes do Douro, como o rio de Vila, o rio Frio e as ribeiras de Vilar e da Granja (SILVA, 2010c). Mas estamos seguros que haverá muita «romanidade» por descobrir mais a norte, no atual interior da cidade, como a poente, até aos vales dos rios Tinto e Torto[1151]. Se ainda formos a tempo, naturalmente, pois a cidade cresce a um ritmo desmesurado, não só em altura mas também em profundidade, com natural prejuízo dos vestígios arqueológicos[1152]

5.3.2.1. Penaventosa

O «castro romanizado» que, entre o século I e o século IV, se repartiu entre o interior da cerca muralhada e o seu exterior, pelo menos nos sectores norte e poente, documenta-se já por numerosos vestígios arquitetónicos, a par de depósitos com cerâmicas e outros itens (Figs. 210 e 211). Numa perspetiva geral, o cartograma evidencia uma área praticamente vazia de ocorrências a nascente e a sul, o que tem explicação topográfica no primeiro caso, dado nessa encosta as vertentes serem mais abruptas; já pelo lado sul, a presença das instalações do antigo colégio jesuíta de São Lourenço, depois, e agora, Seminário Maior, tem condicionado a realização de intervenções. Os achados de elementos romanos são mais frequentes nas encostas norte e ocidental, mas não nos parece que deva relevar-se essa observação, até porque, em muitos casos, os pontos correspondem apenas a alguns fragmentos de *tegulae* que aparecem descontextualizados em outros depósitos. O que julgamos claro é que o limite

[1150] Por razões amiúde invocadas neste trabalho, designadamente a natureza circunstancial do modelo de arqueologia de salvaguarda em vigor.

[1151] Curiosamente, os maiores afluentes do Douro, a par do (antigo, agora encanado) Rio de Vila, mas em Campanhã nunca se descortinaram vestígios romanos.

[1152] As áreas de condicionamento arqueológico são mais esparsas e reduzidas fora do centro histórico ou de alguns núcleos de povoamento com atestadas origens medievas. Na recente versão do Plano Diretor Municipal registou-se assinalável ampliação dessas áreas. Ainda assim, a possibilidade de encontrar-se uma necrópole romana ou um sítio neolítico depende essencialmente do acaso. A decisão mais correta e de maior impacte positivo na salvaguarda patrimonial seria, a nosso ver, a do condicionamento integral do espaço urbano, dependendo de avaliação circunstancial a natureza das medidas a adotar.

efetivo da povoação «castreja» seria, a oeste e a noroeste, o próprio rio de Vila, à época, provavelmente, um rio com certa presença e caudal, talvez difícil de transpor durante o período de inverno.

Contabilizando os 68 pontos correspondentes aos achados romanos[1153], observamos que apenas 32 correspondem a restos de estruturas ou depósitos homogéneos (Figs. 212 e 213); os restantes dizem respeito a achados avulsos, as mais das vezes isolados e descontextualizados. Por outro lado, apenas em cerca de um terço dessas ocorrências (23) se verifica a coexistência de ambientes «romanos» com estruturas ou materiais da Idade do Ferro[1154]. As «estruturas» identificadas dizem respeito, quase na totalidade, a restos de muros. De um modo geral, são pequenos tramos, que em pouco ultrapassam um metro de extensão, sendo arriscado procurar qualquer articulação planimétrica, analogias construtivas ou, mesmo, interpretar a sua funcionalidade, em muitos casos certamente habitacional, em outros, porventura, não. Aliás, a identificação de lareiras ou outros sinais de utilização doméstica desses espaços é uma circunstância muito rara. Ainda assim, importa fazer um breve percurso, assinalando, pelo menos, os ambientes com maior potencial de investigação futura.

Os espaços que permitem uma melhor leitura espacial, ainda assim muito truncada e com possibilidades de exploração bastante desiguais, situam-se, ainda, na Rua de D. Hugo, que se vem revelando o maior alfobre da história antiga do Porto. Regressando, emblematicamente, ao n.º 5 (HUG.84-92) – de onde já referimos os restos de duas habitações castrejas e a face interma da muralha – vemos aí, com maior nitidez, elementos de duas construções de muros retilíneos (Figs. 151, 153 e 195). No extremo oeste, um pequeno tramo, truncado, que parece paralelo a outro muro, mais extenso, observado mais recentemente no acompanhamento de obras da via pública (HPC.09), que também iremos referir; na outra ponta do prédio atual, precisamente sobreposto e condenado pela face da muralha romana tardia, conservou-se o ângulo interno de uma construção, da qual se vêem um muro de 3,60 (com orientação NO-SE.) e outro de 2,10 metros de extensão, exibindo ainda o pormenor de possuir arredondado, e não completamente em ângulo de 90º, o encontro dos ditos muros, elemento que muitos especialistas entendem como uma fase de transição arquitetónica entre a tradição indígena e o gosto romano, o que não é claro[1155]. A construção deste edifício, que apresentava um pavimento interior lajeado com blocos de granito (Fig. 153), foi datada pelos responsáveis da escavação de meados do século I da nossa era, com base na *terra sigillata* e num fragmento de taça gomada em vidro *millefiori*, mas assinalam os autores, igualmente, que deve ter estado em uso «por mais de um século» (REAL *et al*., 1986: 29-30); digamos, portanto, até aos meados ou segunda metade do século II. Esta construção parece ser, por enquanto, a melhor datada de toda a arquitetura romana do Porto.

No exterior deste imóvel apareceram, em acompanhamento de obras da via pública (HPC.09), outros tramos murários, especialmente no alargamento da rua que se conhece informalmente como largo de Vandoma. Remetendo outros detalhes para as respetivas publicações (MARÇAL, 2013; MARÇAL; PEREIRA, 2013), recordamos que o maior desses muros (UE 1005), que não pôde ser datado mas parece ter orientação próxima aos de D.

[1153] Número um pouco superior ao das fichas do Inventário I.A, uma vez que algumas das fichas foram desdobradas para efeitos de cartografia.

[1154] Notamos, mais uma vez, que esta distinção é convencional. Ao assinalar num mesmo local, por exemplo, restos de uma construção circular com um muro retilíneo; ou ânfora a par de cerâmica indígena, podemos estar perante realidades perfeitamente coevas.

[1155] Depende muito, em nosso entender, do contexto de cada sítio, pois as construções da Idade do Ferro, no norte de Portugal, não são todas de planta circular; há bastantes subretangulares de cantos arredondados certamente bastante anteriores à influência romana.

Hugo, 5, foi registado numa extensão de cerca de 6 metros (Figs. 214 e 215[1156]), parecendo fazer cunhal, no seu topo noroeste, com estrutura similar (UE 1006), de que apenas se topou a nascença, pelas limitações próprias desta modalidade de intervenções[1157]. Não parece muito corrente um compartimento com mais de seis metros de lado, mas podiam existir divisões internas que as valas de obra não revelaram ou o tempo não preservou[1158].

Um pouco mais a noroeste, na Calçada de Vandoma, outro acompanhamento arqueológico (TVA.13) desvendou o ângulo de um outro muro (UE 724) que ostentava, sobre a pedra de cunhal, um grande bloco de granito almofadado em duas das faces, com cerca de 0,90m, colocado na vertical (Fig. 216); o muro maior, tinha cerca de 2,40m de extensão e orientação Sul-Norte; o menor, cerca de 1,60 metros (PEREIRA, 2016: 40-43, *passim*), conservando ambos perto de um metro de alçado. Pela análise do espólio associado, aqui, felizmente, abundante e bem estratigrafado (PEREIRA, 2016: 59) é possível que se trate de um edifício do século I. De momento anterior à estrutura, reconheceram-se ainda dois pisos em saibro compactado (UE 721 e 745). Percebendo que esta construção poderia articular-se com outro tramo de muro, aparecido nas proximidades, durante o projeto HPC.09, G. Pereira esboçou uma reconstituição planimétrica (Fig. 217), da qual resultaria um edifício com cerca de oito metros de lado, o que não deixaria de conferir-lhe alguma monumentalidade, como reconhece a autora (PEREIRA, 2016: 43-45)[1159].

Descendo a Rua de D. Hugo, no sentido sudoeste, deparámo-nos com uma intervenção arqueológica ainda em curso, razão pela qual as informações disponíveis são ainda limitadas. Na parcela n.º 37 – entretanto alargada a mais dois lotes, por alteração do projeto imobiliário, para os números 29-37[1160] – exumaram-se ruínas de um ambiente castrejo (?) ou, porventura, da sobreposição de ruínas de diferentes épocas, tanto da Idade do Ferro como do período romano (Fig. 158). Já atrás nos referimos às arquiteturas de tradição indígena deste espaço, mas nas diferentes salas vêem-se outras áreas lajeadas, aparentemente em articulação com o pavimento congénere da sala 1 (BARBOSA, 2016). Entre os diversos muros retilíneos, só a datação daquele que foi descoberto na sala 2 (Fig. 157) é seguramente romana, e tardia, uma vez que na respetiva vala de fundação surgiu uma moeda em bronze do século IV (*Idem*: 6)[1161].

No mesmo alinhamento da Rua D. Hugo, referimos já outra «janela» sobre o castro da Penaventosa, esta encontrada em plena via pública e a escassa profundidade (HPC.09). Como tivemos ocasião de observar, as estruturas «romanas» resumem-se aqui a dois pequenos

[1156] Como já notámos em nota anterior, a este muro, adossa-se (a amarelo na planta) a estrutura possante que interpretamos como um tramo da muralha tardo-romana.

[1157] Contra este muro maior, sem o destruir, se adossou outro paramento de muro, largo, que interpretámos como parte da muralha romana (*vd. supra*).

[1158] Admitindo que este muro se articulasse, em planta com o tramo aparecido em D. Hugo, 5, a construção poderia ter outros 5-6 metros de lado, mas o exercício é meramente especulativo. Na verdade, os tramos murários encontrados na Penaventosa estão tão truncados, e é tão vaga a sua datação, que não ensaiámos qualquer reconstituição planimétrica.

[1159] Não podemos deixar de lembrar que este edifício romano estaria a uns escassos 20 metros de outra, aparente, grande construção aparecida a nascente, no «Largo de Vandoma». Seriam parte de um mesmo conjunto, ou existiria ali qualquer núcleo mais monumental do castro romanizado? Meras hipóteses, que abrem conjeturas e, quem sabe, linhas de pesquisa.

[1160] Trata-se da intervenção HUG37.14 (BARBOSA, 2014c; 2014d; 2015, 2016), entretanto ampliada e inserida na intervenção APH.19 (FONSECA, 2020).

[1161] Como, entretanto, os trabalhos em curso incluíram a escavação de alguns depósitos que a primeira escavação preservara, temos esperança que possam vir a ser obtidas cronologias mais finas para estas aparentes estruturas de época romana, com diferentes alinhamentos e revelando fases construtivas diversas. Para além de outros alinhamentos, observaram-se ainda pavimentos feitos em terra pisada e diversos buracos de poste, contextos, seguramente, dos mais importantes para o estudo da Idade do Ferro e da romanização na cidade.

arranques de muros que se perdem sob as construções que marginam a rua (Figs. 154 e 155), sendo interessante, sobretudo, tentar explorar um pouco a sequência edilícia deste contexto, seja através do espólio, infelizmente escasso (MARÇAL, 2013; MARÇAL; PEREIRA, 2013), seja por via de datações radiométricas, se para isso houver amostras válidas.

No topo da Penaventosa, e ainda na Rua de D. Hugo, há outras estruturas romanas, de certo vulto, que aguardam a conclusão de estudos e a publicação dos respetivos relatórios finais (HUG9.16 e HUG17.18), para além de restos de empedrados (DHG19.10, HPC.09-1), não se sabe se pertencentes a núcleos residenciais se ligados a espaços públicos. No coração da sé episcopal, uma intervenção (SPT.03) revelou, há anos, sob denso cemitério medievo (DORDIO, 2005), outros tramos de muros, denunciando plantas circulares e, talvez, longa sobreposição de construções ortogonais (Figs. 218 e 219), algumas articuladas (RUÍNAS, 2004) mas não possuímos ainda quaisquer informações para caracterizar ou datar estas materialidades.

Descendo um pouco a encosta, para norte, foram intervencionados, no entroncamento da Rua de São Sebastião com a da Penaventosa, dois ambientes que provavelmente se articulam. Dentro de um edifício reabilitado para equipamento social (SEB55.95) localizaram-se dois muros, angulares, pertencentes a construções romanas indefinidas, com espólio associado, indicando-se a sua cronologia como do Baixo-Império, com a informação acessória de que «os materiais mais antigos (nomeadamente cerâmicas «castrejas» e romanas dos sécs. I e II) encontravam-se em níveis muito baixos, agrupados, perto do afloramento, o que parece apontar para o seu «varrimento» aquando da ocupação relacionada com o muro» (CARVALHO, 1996). Imediatamente no exterior, a nascente foi também objeto de escavação (RS.96-15), entre outros alinhamentos murários, parte de um edifício (Fig. 220) igualmente associado, pelas primeiras impressões, a materiais arqueológicos tardios dentro do mundo romano, no qual se destacava «um pequeno compartimento de planta rectangular, com cerca de 2,80 x 2,10 metros, de que se conservaram três dos muros ainda com várias fiadas de pedras, com um alçado máximo de cerca de 0,80 metros». Este compartimento apresentava a base revestida por uma camada de terra argilosa, «bordejada por blocos de pedra miúda e pedaços de *tegula*», com claras funções de impermeabilização, criando-se assim um receptáculo que escoava, aparentemente, para um pequeno vão existente na parede Este da construção, estrutura que deverá ter tido utilização para fins sanitários ou industriais (RIBEIRO, 2002: 29; 1999: 33-38).

Já na encosta poente da Penaventosa, encontramos restos de outra construção (Figs. 221 e 222), de que se conservou um ângulo interior, na Rua de Sant'Ana, n.º 25 (SNT25.99), podendo datar-se, pelo espólio, onde predominam as sigilatas e vidros tardios, dos séculos IV ou V (SILVA; RIBEIRO; BARBOSA, 2006: 22). Mais antigo é o ambiente localizado na mesma rua, em SNT12.98 (Fig. 223), onde foi identificado, além de outras estruturas de época romana, menos claras, o ângulo de um compartimento de uma construção (UE 31-32; Fig. 223, 3), com piso e lareira (achado raro nos contextos portuenses), que corta e sobrepõe-se a uma construção de planta circular (UE 33); a habitação romana foi datada dos séculos II-III e a circular do século I (VARELA, CLETO, 2001: 7, 36; CLETO, VARELA, 2000). Neste local foi também encontrado um tramo de muralha baixo-imperial, a que já aludimos, e a primeira, e única por agora, sepultura romana da cidade (Figs. 224-226), a que adiante nos referiremos. E assim, deixando, necessariamente, de lado outros vestígios menos expressivos ou para os quais temos informação pouco esclarecedora, fechamos o nosso périplo pelas ruínas castrejas e romanas da Penaventosa.

Como pode avaliar-se, sendo já bastante abundantes as localizações de restos de construções romanas no morro da Penaventosa, o seu registo é, de um modo geral bastante

truncado, não sendo possível isolar qualquer edifício minimamente completo para que possa definir-se uma planta. Do mesmo modo, os depósitos associados são, muitas vezes, de grande pobreza artefactual, limitando sobremaneira a possibilidade de datação dos respetivos contextos. Tentámos ainda descortinar algum princípio geral no ordenamento das construções, parecendo observar-se uma tendência geral de orientação norte-sul, este-oeste em boa parte dos muros, mas outros contradizem esta imagem, e seja como for, a falta de cronologias dificulta esta análise. Como ficou exposto, poucos ambientes puderam ser datados, umas vezes por falta de materiais para tal; outras por limitações de conhecimento e escassez de investimento no estudo das estratigrafias a partir dos espólios, circunstâncias que reiteradamente temos lembrado e que constituem significativo óbice aos progressos na investigação e na salvaguarda, que dela só tem a ganhar.

Deixaremos para ulterior análise e comentário outros aspetos das arquiteturas e organização do espaço urbano da Penaventosa, uma vez que devemos analisá-los em conjunto com a parte baixa do aglomerado em época romana, a «Vila Baixa», da qual trataremos no ponto seguinte.

5.3.2.2. *Vila Baixa*

Procurando uma designação que agregasse a zona ribeirinha da «cidade» romana, espaço essencialmente marginal ao Douro, compreendido entre o sopé da Penaventosa, pelo seu lado sul (entre a atual Ribeira e o quarteirão da Casa do Infante) e o antigo quarteirão «dos Banhos», junto ao mosteiro, do século XIII, de São Francisco (Fig. 227 e, também Figs. 5 e 8); encontramo-la na expressão «*Villa Baixa*», usada pelos séculos XIII e XIV para distinguir esta zona do «Castelo» do aglomerado instalado entre a «cerca velha» da Penaventosa (CORREIA, 1935: 70-72; BASTO, 1940b: 685-687; SOUSA, 1994: 134-135)[1162]. Tal como na Idade Média, a «nossa» *Vila Baixa* romana estende-se até aos Guindais, para montante do rio e acompanha o rio de Vila, debruando a encosta poente da Penaventosa até aos rossios da Cividade, depois de São Bento, hoje Praça de Almeida Garrett; para poente, depois dos Banhos aproximamo-nos de Miragaia, em tempos medievos aglomerado distinto, tal como devia ser já em dias da romanidade.

Registámos aqui um pouco mais de três dezenas de ocorrências, cuja distribuição pode observar-se nos mapas das Figuras 227 e 228. A cartografia dos achados revela essencialmente uma grande concentração junto à foz do Rio de Vila, tanto numa como em outra margem, se bem que as ocorrências da margem esquerda sejam menos consistentes e fruto, sobretudo, de achados casuais ou observações acidentais e pontuais. Curiosamente, para nascente, a presença romana desaparece, e RCR10.00 (apenas uns fragmentos de *tegula* e de uma possível lucerna, descontextualizados; BOTELHO; SÁ, 2000) constitui, praticamente, o limite oriental da «romanização» da atual cidade do Porto, o que não deixa de ser surpreendente. Para a banda do poente, à medida que nos afastamos do Rio de Vila, após o fértil quarteirão da Casa do Infante, esparsam-se igualmente os achados; para norte, decidimos considerar as ocorrências de cota superior – para lá da confluência da Rua de São João com a de Mouzinho da Silveira – como integradas na Penaventosa, por se situarem, efetivamente, no sopé da elevação[1163].

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1162] Além do mais, fazemos assim um paralelo com a cidade fronteira de Vila Nova de Gaia, onde igualmente optámos pela designação medieva – aqui *Vila Nova* – para caracterizar a ocupação de época romana na frente de rio.

[1163] Naturalmente, esta organização espacial é meramente convencional, uma forma de facililtar a aproximação à geografia da ocupação do território durante os tempos do Império, pelo que seria ocioso discutir por miúdo a inserção de alguma ocorrência num ou outro dos «núcleos» propostos.

Na Vila Baixa, como seria de esperar, os achados da Idade do Ferro são quase nulos e resumem-se a raros fragmentos cerâmicos encontrados na zona da Praça da Ribeira (ACH07 e PRI.80). A maior parte dos pontos cartografados respeitam a vestígios de material cerâmico de construção – na maior parte dos casos pouco expressivos em quantidade, senão mesmo pontuais. Estruturas, propriamente ditas, apenas numa dezena de casos, e diversos escassamente documentados.

As ruínas romanas encontradas mais a norte dentro deste núcleo de povoamento, por nós definido, situavam-se dentro de um prédio na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, onde aliás se sucederam duas intervenções arqueológicas (MZS56.02 e MZS54.09). Numa das valas da primeira escavação, a cerca de um metro de profundidade, apareceu um muro, associado a um piso, descritos como «tardo-romanos» (ALMEIDA, 2002b: 5), não havendo dúvidas, pelo espólio correlativo, na datação dos contextos, que, aliás, os responsáveis relacionam até com as evidências observadas na Casa do Infante, apenas uma centena de metros a sul (ALMEIDA, 2002c: 16; ALMEIDA, ALMEIDA, 2002: 174). Outra informação cronológica importante resultou destes trabalhos, uma vez que os Autores registam que não existem, no local, vestígios de ocupação da Idade do Ferro (o que parece normal), mas que todavia, as estruturas tardo-romanas assentam numa camada que apresentava «cerâmicas romanas que, pelo seu fabrico e tipologia, pertencem ao Alto Império. Referimo-nos, de um modo muito especial, a alguns pequenos fragmentos de terra sigillata hispânica [Drag. 24-25] e ao bordo de uma ânfora da forma Dressel 7/11» (ALMEIDA, ALMEIDA, 2002: 174), dados para cuja interpretação, porém, pedem prudência, dadas as pequenas dimensões da sondagem (*Idem, ibid*.)[1164].

O principal conjunto de ruínas desta área é, sem dúvida, o encontrado no quarteirão que podemos nomear como da Casa do Infante, compreendido entre as ruas da Fonte Taurina (a sul), de São João (este), Rua do Infante (norte) e Rua da Alfândega, a poente (Fig. 227). Este destaque releva da natureza das estruturas, bem entendido, que integram o único conjunto de pavimentos musivos da cidade; mas também da escala das intervenções, pois, após a escavação do Arquivo Histórico Municipal (Casa do Infante, CI.91), que durante a última década do século passado desvendou uma área bastante extensa; realizaram-se intervenções igualmente alargadas no âmbito da construção (INF9.09), e posterior ampliação (INF19.15), de um estabelecimento hoteleiro[1165].

A escavação da Casa do Infante, para além dos importantes vestígios da Alfândega e Casa da Moeda medievais e modernas, trouxe à luz do dia excecionais restos construtivos de época romana. A vasta bibliografia já publicada sobre a intervenção em pouco se refere às ruínas romanas, mais detalhadas apenas no quadro do estudo dos dois pavimentos revestidos com mosaicos (GOMES, 2011; 2019) ou pela caracterização do espólio numismático (MENDES-PINTO, 1999a; 2004). Embora as plantas divulgadas pareçam revelar, exclusivamente, um único edifício romano, de grandes dimensões (Fig. 229), os tramos murários descobertos autorizam outras leituras. Como acentuou um dos responsáveis pelas escavações, os vestígios de construções «correspondem a estruturas descontínuas constituídas por curtos troços de muros, ou tão só a valas de fundação (…) dispersas por uma área alargada, reconhecendo-se em planta articulações que revelam a existência de vários

[1164] A segunda intervenção realizada no mesmo local (MZS54.09), confirmou a datação tardo-romana dos contextos exumados (GARCIA; PEREIRA, 2009: 35-36), aguardando-se a disponibilização do relatório final para um estudo mais aturado e relação com os trabalhos da primeira fase.

[1165] Ou seja, nestas últimas intervenções a «salvaguarda» predominou, enquanto na primeira – ainda que fosse necessário articular os restos arqueológicos com a execução do projeto de remodelação do arquivo histórico municipal – a perspetiva foi, essencialmente, de investigação (REAL *et al*., 1995; 2009).

edifícios» (DORDIO, 2011: 838), o que aliás é patente na planta das estruturas romanas, onde se percebem algumas dificuldades na interpretação da planta das construções, parecendo ver-se, a Poente, alinhamentos algo divergentes, junto a um poço.

Porém – e como reconhece o mesmo Autor – parece fora de dúvida que o núcleo central das ruínas pertenceu a um único edifício, de orientação NO./SE., com cerca de 24 x 20 metros, definido por um pátio central, lajeado, rodeado por quatro alas sensivelmente modulares (DORDIO, 2011: 839), encontrando-se na ala norte os dois compartimentos com piso revestido a mosaicos (Figs. 230 a 232). O mosaico I, na sala do ângulo Noroeste, que se encontrava muito deteriorado, apresenta dois painéis justapostos, evidenciando uma «composição linear de arcadas de peltas em arcos geminados», na cercadura, e «composição ortogonal de rodas de peltas com nós de Salomão ao centro» (DORDIO: 2011: 841); o mosaico II é um «mosaico de tapete único de composição ortogonal e painel quadrado axial interrompendo a composição»; que mostra uma composição linear de círculos secantes e tangentes determinando fusos brancos e escamas afrontadas», na margem, sendo a zona central definida por uma «composição ortogonal de quadrilóbulos de peltas flanqueando um quadrado com quatro folhas tangentes e florzinhas em cruz nos intervalos» (DORDIO, 2011: 841). No quadro inserto, enquadrado por várias séries molduradas, não se conservou o tema central. P. DORDIO propõe para estes mosaicos uma datação dentro do séc. IV (GOMES, 2011; 2019). Na fachada do edifício voltada a sul, para vencer o forte desnível topográfico em direcção ao Rio Douro, detetaram-se elementos de contrafortagem e bases de pilar que sugerem a possibilidade da existência de diversos pisos.

Desta forma, a datação dos mosaicos parece consistente com a cronologia da generalidade das ruínas romanas, difícil de aferir estratigraficamente, pois em várias zonas os níveis fundacionais quase se misturam com os depósitos de derrube e abandono. Porém, sem prejuízo da ocupação romana mais marcante ser claramente tardia, registam-se elementos – em quantidade não despicienda – (sigilatas, moedas, etc.) que evidenciam que a área estaria já, de alguma forma, ocupada no Alto Império, em condições que não puderam ainda ser determinadas (DORDIO, 2011: 838), questão que é da maior importância para a compreensão dos ritmos de ocupação da Vila Baixa[1166].

A nascente da Casa do Infante, desenvolveram-se, a partir de 2009, sondagens e outros trabalhos arqueológicos extensivos no âmbito da construção e alargamento do Hotel Carris. A primeira dessas intervenções (INF9.09) desenrolou-se entre 2009 e 2011, e incidiu num conjunto de cinco parcelas que ocupam a esquina das ruas Infante D. Henrique e de São João e ainda uma parte do interior do quarteirão, correspondendo a uma das maiores superfícies avaliadas arqueologicamente em zona próxima do Douro. Os trabalhos integraram estudo histórico prévio (PEREIRA; ARGÜELLO MENÉNDEZ, 2009b), sondagens e acompanhamento arqueológico de obra, tendo sido escavadas 23 sondagens, que afetaram uma área superior aos 500 m^2 (ARGÜELLO MENÉNDEZ, 2009; PEREIRA, ARGÜELLO MENÉNDEZ, 2009a; TEIXEIRA, 2010a; 2010b; 2011; 2015).

Para além de numerosos vestígios de época medieval e moderna, as escavações revelaram importantes evidências da ocupação romana da zona, tanto no que se refere a espólios, como a estruturas, contabilizando-se diversos tramos de muros de construções, pisos, buracos de poste, etc. Como resultado mais relevante destaca-se a descoberta de diversos muros de um edifício (ou talvez dois, com um arruamento, de três metros de largura, a separá-los), por vezes com alçados ainda significativos, que foram encontrados nas parcelas voltadas à Rua do

[1166] A sequenciação estratigráfica completa da intervenção – indispensável para o consequente estudo de materiais e melhor datação dos contextos mais antigos – está de momento a ser finalizada, vertida num relatório de 14 volumes (DORDIO; TEIXEIRA, 2020-2021), esperando-se que esta informação possa aclarar muitos dos aspetos mais obscuros, como estes.

Infante D. Henrique, e que designámos, convencionalmente, como «Casa 1» e «Casa 2» (Figuras 233-235 e 243). Estas construções têm uma orientação geral OSO.-ENE. (70-80º), ou seja, distinta do parcelário medieval e moderno e igualmente diferente da orientação das construções encontradas mais a poente na Casa do Infante[1167].

Todos os muros são construídos com dupla face de média silharia granítica, geralmente em *opus uittatum*, com enchimento de argamassa de saibro. Apresentam uma espessura padronizada na ordem dos 0,46 metros. Identificaram-se vários tramos, traduzindo, aparentemente, alguma compartimentação. Como elementos mais curiosos, destacam-se no edifício, ou parcela do edifício, situado mais a norte a provável reutilização de um capitel de imposta, colocado a meio de um muro como base de pilastra embebida na parede[1168] (Figuras 236 e 237); já no complexo imediatamente a sul, a construção apresenta, igualmente como reaproveitamento, uma pedra de umbral, almofadada, servindo de soleira de porta.

A cronologia do complexo está em ainda em aberto, uma vez que ainda não foi inventariado o espólio recolhido. Após uma primeira impressão que apontava para a datação tardia da generalidade das construções romanas, a opinião da responsável inclinou-se, com base na análise dos aparelhos e fases construtivas, para dois momentos de ocupação, um do Alto Império, e outro dos séculos III-IV (TEIXEIRA, 2011b: 17-19; 2015: 152-153). Não obstante, a observação que fizemos de alguns materiais de valas de fundação, e outros elementos discutidos no texto, mormente a presença da base/capitel de imposta, sugerem-nos que todo o complexo será do Baixo-Império, sem prejuízo de ter sido feito com reformulação de construções anteriores, considerando, sobretudo, o significativo registo de *sigillata* e outros materiais alto-imperiais.

Passados poucos anos após a intervenção arqueológica da construção do Hotel Carris, (INF9.09), o alargamento deste equipamento hoteleiro para a área ocupada por quatro imóveis situados a poente, justificou a realização de nova intervenção arqueológica preventiva e de diagnóstico, também iniciada pelo estudo histórico do edificado existente (NOGUEIRA, 2015), a que se seguiram trabalhos arqueológicos formais (INF19.15; NOGUEIRA *et al*., 2017, 2018, 2019).

Além de importantes vestígios de outras épocas, designadamente do período medieval, encontraram-se ruínas e abundante e diversificado espólio de época romana. No que respeita a estas estruturas, destacam-se, em dois desses imóveis (os mais próximos do núcleo original do hotel), a descoberta de três tramos de muros (Figuras 238 a 242), dois deles diretamente relacionáveis com a planta dos edifícios romanos de INF9.09 (NOGUEIRA *et al*., 2017: 119). Esses tramos murários (UE 2039 e 2005), o primeiro com 1,95 metros de extensão, o segundo, conservado em 3,63 metros, apresentavam as mesmas características construtivas e espessura (0,45 metros) que aqueles que foram encontrados na «Casa 1» da vizinha intervenção INF9.09, parecendo também plausível a sua articulação planimétrica (Figuras 240 a 242)[1169], e confirmando a datação tardia dos contextos arqueológicos associados de INF19.15 aquela que apontámos para INF9.09. Nesta linha de interpretação, conjugando os

[1167] *Vd. supra* e ficha CI.91.

[1168] A presença desta imposta, de secção quadrada, com 82,5 cm de lado por uma altura total de 28,5 cm, merece breve comentário, uma vez que, pela morfologia, constitui um elemento estrutural normalmente aplicado em construções tardias (por exemplo, numa parede das termas de Mirobriga), muitas vezes, aparentemente em resultado de reutilização. Nesta peça portuense, os vestígios de madeiras, talvez de entablamento, na parte inferior, assim fazem pensar. Todavia, dado ser também do Baixo-Império, seguramente, o muro em que se integra, devem considerar-se outras possibilidades. Agradecemos a Lídia Fernandes (Museu do Teatro Romano, Lisboa), os comentários que nos transmitiu sobre esta peça.

[1169] Um ligeiro desfasamento na ortogonalidade das estruturas pode dever-se a pequenos erros de implantação cartográfica, tanto mais que a montagem dos muros de INF9.09 foi feita a partir de uma planta esquemática (por essa mesma razão, tais muros parecem levemente mais largos, quando têm a mesma espessura dos que foram descobertos em INF19.15).

achados das duas intervenções, reconstitui-se a superfície de um dos compartimentos da referida «Casa 1» (Fig. 243).

Já o muro situado mais a sul (UE 2059), com duas fiadas e cerca de três metros de extensão conservada, truncado pela espessa parede de uma casa-torre medieval, não tem ligação com a próxima «Casa 2» (Figs 238 e 239), o que faz sentido, atendendo a que na fachada poente dessa construção se rasga, talvez, a abertura principal, o que nos informa do limite da habitação. O tramo murário [2059], com efeito, exibindo características construtivas afins dos restantes – dupla face de paramento com enchimento de argamassa de saibro – possui uma maior espessura (0,90 metros) e consequente robustez, assente em notória vala de fundação rasgada no saibro e apresentando um alçado mais cuidado, a sul, com aparelho de pedras almofadadas, segundo a descrição registada (NOGUEIRA *et al*., 2019), o que faz supor uma edifício de maior solidez e altura[1170].

Para poente, os edifícios afetados pela obra de construção civil apresentavam o solo natural a uma cota mais elevada e, em consequência, escassas evidências estruturais de ocupação romana. Um pouco mais a sul, porém, entre as zonas designadas na obra como «viela» e «logradouro», encontraram-se restos de estruturas artesanais, com vestígios de combustão e, provavelmente, bases de fornos, que os responsáveis relacionam com eventuais trabalhos de metalurgia ou de produção de vidro (NOGUEIRA *et al*., 2019: 99, 184; 2017: 115-118; 2018: 435-437), elementos do maior interesse pelo seu ineditismo no «Porto romano» mas que requerem cuidada reapreciação estratigráfica e contextual, bem como o estudo arqueométrico dos elementos recolhidos, onde se incluem, aparentemente, restos de paredes de forno e outros elementos.

A cronologia de ocupação do local, aferida essencialmente pelas cerâmicas de importação, *terra sigillata*, ânforas e cerâmicas de engobe vermelho, como também pelos vidros e pelos numismas[1171], é claramente tardia, sendo muito residuais os materiais claramente atribuíveis ao Alto Império (NOGUEIRA *et al*., 2019: 99, 183-189; 2017: 118-119; 2018: 437-438). Entre as sigilatas elencam-se 102 fragmentos de produção africana e 16 focenses (praticamente todos da forma 3); entre as ânforas, dos 33 fragmentos classificados, pelo menos 12 são de formas tardias (sobretudo Bueu e LRA) e só 7 alto-imperiais (4 Halt. 70), imagem que parece reproduzir-se com a cerâmica de engobe vermelho (com 29 fragmentos, de várias formas, pelo menos 6 tardios, com produções sobretudo de Conimbriga)[1172].

Esta observação aplica-se tanto aos tramos de muro situados a norte (UE 2039 e 2005), aliás em conexão planimétrica e cronológica com o edifício detetado a nascente, como vimos; como também ao alicerce de muro mais largo e robusto [2059], embora aqui com menos

[1170] Não obstante apenas terem sido conservadas as primeiras duas fiadas, que não ficavam, por certo, visíveis, o aparelho construtivo deste tramo de muro, evidenciando solidez, não é monumental, mas até algo irregular, e mesmo o tratamento «almofadado» dos blocos parece, pelas ilustrações, algo elementar (NOGUEIRA *et al*., 2019: 72-75; *Idem*; 114, fig. 18).

[1171] Foram coletadas nos trabalhos arqueológicos oito moedas romanas, praticamente todas do século IV, sendo o exemplar mais antigo um antoniano de Cláudio II, cunhado entre os anos de 268 e 270 (NOGUEIRA *et al*., 2018: 436; 2019: 169-173).

[1172] A classificação destes materiais (NOGUEIRA *et al*., 2019, Anexo X, Tabelas I a IV) deve-se, como informa o relatório a Adolfo Fernández Fernández (Universidade de Vigo). Os totais de cada tipo correspondem, com pouca variação, às tabelas quantitativas do espólio recolhido na intervenção (*Idem*, Anexos VIII). Surpreende a escassez de TSHT, aparentemente reduzida a seis fragmentos (NOGUEIRA *et al*., 2019: 148-149) e a igual raridade de ânfora (apenas 33 fragmentos) e de outros subtipos, mesmo de material cerâmico de construção, numa intervenção tão extensiva. Julgámos que tal pode dever-se não, naturalmente, ao menor rigor da equipa de arqueologia, mas, em parte, à metodologia de salvaguarda admitida pelas entidades oficiais, com utilização de escavação mecânica, sem crivagem sistemática de sedimentos e acompanhamento de obra em proporções bastante significativas, como aliás o mesmo relatório documenta.

elementos datantes, pese embora a presença de uma vala fundacional[1173]. Também a área interpretada como de atividade artesanal ligada ao vidro ou aos metais – posta em relação com o edifício precedente (NOGUEIRA *et al*., 2017: 117), o que não entendemos como evidente – participará, pelos materiais recolhidos, de idêntica cronologia. Na verdade, os materiais cerâmicos correspondentes a produções do Alto Império parecem ser aqui, pelo menos no que se refere à louça importada, bastante residuais, contabilizando-se, além de raras ânforas Haltern 70 e, ainda mais pontuais, Dressel. 20, uma meia dúzia de pedaços de *sigillata* dos séculos I ou II, referida em relatório sem classificação (NOGUEIRA *et al*., 2019: 151).

Não obstante estas limitações – que, em parte, atribuímos à própria natureza das evidências arqueológicas, e à metodologia de salvaguarda vigente – a intervenção INF19.15, conjugada com a realizada a nascente no mesmo quarteirão (INF9.09), veio acrescentar informação muito relevante para a compreensão do urbanismo do núcleo de povoamento a que chamamos Vila Baixa[1174], começando agora a percepcionar-se um pouco mais do plano de algumas habitações, as quais se encontram em alinhamento distinto quer do posterior edificado medieval e moderno, grandemente conservado no traçado atual com a abertura da Rua Nova quinhentista, quer das próprias construções encontradas na «Casa do Infante»[1175], reforçando a nossa proposta de um desenvolvimento urbano talvez mais orgânico, ou adaptado á topografia, e menos resultante de qualquer planificação original.

No marco cronológico, estas duas intervenções no Hotel Carris têm correspondência com a cronologia tardia das construções e dos pavimentos musivos da Casa da Infante, e bem assim a datação de alguns vestígios romanos das proximidades[1176]. Não nos parece crível, todavia, face a outras evidências, como a abundância de ânfora Haltern 70 contabilizada nos depósitos do Aljube (MORAIS, 2013a), que a frente ribeirinha de *Cale*, certamente com funções portuárias, não tenha sido, minimamente, ocupada deste época precoce, queremos dizer, ainda no tempo de Augusto. Dar-se-á o caso dessa ocupação ter sido pouco densa, espacialmente descontínua[1177], e ainda não ter sido revelada pela arqueologia? Ou terão sido as insuspeitadas dinâmicas de renovação urbana no século IV, ou começos do seguinte, tão profundas que quase por completo elidiram os traços de anteriores ocupações?

Ainda neste núcleo da Vila Baixa, importa deixar algumas notas sobre a área contígua à foz do Rio da Vila e, especialmente, a situação da sua margem esquerda. Ali, a maior parte dos achados decorreu, não de trabalhos arqueológicos cientificamente conduzidos mas de observações pontuais, registadas por um arquiteto dos serviços municipais, bem informado, que na década de 1980 acompanhou diversas obras de reabilitação e infraestruturas (ACH7 a ACH13, MENDONÇA, 1984), informações preciosas nos dias de hoje e até ilustradas com úteis *croquis* da estratigrafia, mas que nos fazem lamentar o que se perdeu se, então, tivesse havido «arqueologia». São, quase exclusivamente, notícias de achados avulsos, mas em um

[1173] Entre as cerâmicas datadas da unidade estratigráfica [2058], correspondente ao derrube deste muro, identificou-se um fragmento de ânfora Haltern 70 (NOGUEIRA *et al*., 2019: 70, 73 e Tabela II do Anexo X), mas é extemporâneo fazer qualquer inferência cronológica sem uma avaliação global do espólio desse contexto e da vala de fundação do muro.

[1174] E praticamente uma das últimas oportunidades para obter conhecimento de natureza espacial mais alargada, uma vez que a maior parte dos lotes deste quarteirão foram já reabilitados e objeto de trabalhos arqueológicos desde os começos do presente século.

[1175] Ao contrário do sugerido pela equipa que realizou a intervenção de INF19.15 (NOGUEIRA *et al*., 2019: 184-185).

[1176] Nomeadamente MZS56.02 e MZS54.09, mas também em outras intervenções os responsáveis têm apontado uma cronologia tardia para os achados, como em BLS44.05 e MSF.12.

[1177] Por exemplo, apenas com armazéns e instalações de apoio à atividade fluvial, ou a eventual *mansio*, algo afastada do rio por razões de segurança. Todavia, as escavações do Porto Carlton Hotel (PCH 96-98), bem junto ao Douro, proporcionaram significativos materiais augustanos ou até anteriores (SILVA, CENTENO, LOPES, 1996; SILVA *et al*., 1998).

dos casos, na Rua de Baixo (ACH8), apareceu mesmo «um tramo de parede, em posição ortogonal ao plano de dois plintos de granito bem aparelhado assente em bases regulares» (MENDONÇA 1984: 60), descrição que, acompanhada por alguns desenhos (*Idem*: 61), faz pensar na existência de um edifício que integrava pilares em granito[1178], porventura para sustentação de coberturas.

Em trabalhos recentes, a menos de vinte metros desta última construção dotada de pilares, registou-se um outro achado curioso, ainda que seja discutível a sua função e cronologia. Em sondagens executadas num lote da Praça da Ribeira, com ligação à Rua de Trás, apareceu apenas, como indício seguro de maior antiguidade, um fragmento de *tegula*, nas na sondagem 1, no edifício da Ribeira, feita na base de um compartimento antigo, de abóboda em arco quebrado, identificaram-se dois tanques abertos no solo rochoso, preenchidos por aterros contemporâneos, com alguns materiais de época moderna. Um dos tanques, de planta quadrangular, media 0,79 x 0,80 metros, com uma profundidade de 0,53m; o segundo, parcialmente destruído por uma obra subatual, de maior dimensão, apresentava 1,18m de lado e 0,58m de profundidade (ERASUN CORTÉS, 2021: 7, 9). A profundidade e as características destes tanques não podem deixar de lembrar a possibilidade de terem sido cetárias da época romana, possibilidade que não temos forma de confirmar[1179], se bem que seja de levar em conta a sua contiguidade às próximas e singulares estruturas de ACH8, bem como outros achados feitos nas imediações e ainda não reportados[1180].

Na margem fronteira do «*Canal Maior*», ou Rio de Vila, outra importante escavação foi realizada antecedendo a construção de outro complexo hoteleiro (PCH.96-98). Não se identificaram estruturas, porventura localizadas abaixo do nível freático, que se encontrou a 3,90 metros da cota de circulação atual, mas no que se refere ao espólio arqueológico, além da disseminada presença de tégula e louça comum romana, os relatórios assinalam que no sector A, o estrato 06d apresentava «vários fragmentos de cerâmica comum romana, *tegula* e ânfora, que a datam do século I d.C.; enquanto que a última [camada] (06e) é composta por areia mais escura que a anterior, com espólio romano possivelmente do século I a.C.» (SILVA; CENTENO; LOPES 1998: 8-9). No Sector B ocorreu também espólio romano, bem como pré-romano e de importação. No Sector C (140 m^2) várias camadas (05, 06, 07, 08, 09) proporcionaram a recolha de telha e outro espólio romano, sublinhando os responsáveis «a presença de níveis claramente romanos, a documentar a ocupação desta zona nessa época» (SILVA *et al*. 1998: 20). Esta aparente pujança de vestígios móveis é muito interessante, não só pela sua cronologia antiga, como até pela localização, certamente em nível de leito de cheia em tempos romanos. Moraria por ali a *mansio* viária simétrica da gaiense?

[1178] No mesmo desenho (MENDONÇA, 1984: 61) observa-se que os referidos pilares (ou, pelo menos, um deles, o registado) possuía 1,30 de altura, com 0,42 x 0,30m de lado, para além de entalhes em duas das faces, que talvez possamos interpretar como marcas de *forfex*. Assentava, como descrito, numa base quadrangular do mesmo material, aplanada. Estas dimensões fazem imaginar ou algum edifício monumental ou, porventura, qualquer estrutura industrial, ou de uso não doméstico.

[1179] Embora o relatório preliminar (ERASUN CORTÉS, 2021) não o mencione, o arqueólogo responsável concorda connosco em que a possibilidade de tais tanques poderem corresponder a cetárias não será descabida. Infelizmente, não foi autorizado o alargamento da sondagem, pelo que se aguarda que o acompanhamento da obra a realizar possa acrescentar algum esclarecimento a esta hipótese.

[1180] Referimo-nos, concretamente, aos trabalhos de FTA14.13, onde terão sido identificados «tanques» ou estruturas aparentemente parecidas com as que descrevemos; no mesmo local fizera-se já outra intervenção (FTA87.97), de que dispomos de imagens de obra que mostram a grande profundidade atingida, a presença de níveis freáticos e, possivelmente, estacarias em madeira para apoio de qualquer estrutura. De uma e outra aguarda-se que a disponibilização de outros dados ou relatórios possa lançar luz sobre os vestígios detetados e a sua cronologia.

5.3.2.3. Cividade

O que possa dizer-se da Cividade a propósito da ocupação deste relevo durante a época romana não difere muito do que já expressámos em ponto anterior acerca da Idade do Ferro[1181] (Figuras 161 e 162). Na verdade, os vestígios ali encontrados do período em que a região esteve sob domínio romano são muito parcos, quer se considerem os das antigas escavações e recolhas de 1932 e da década de 1950 (BARROCA, 1984), quer mesmo os dos trabalhos modernos (CIV.90), ainda que tais materiais se encontrem a tal profundidade que é impossível resultarem de quaisquer aterros ou mobilizações de terras posteriores.

As intervenções dos últimos anos (CAT22.10 e CHA109.17), mais tégula, menos tégula, pouco mais acrescentaram, se bem que desta última, que proporcionou a identificação de algumas estruturas de grande porte (SOARES; GONÇALVES, 2018), sensivelmente à cota do terreno onde se efetuaram os trabalhos de 1990-1991, possam ainda, talvez, esperar-se algumas novidades, em sede de relatório final ou em trabalhos complementares.

Deste modo, é forçoso admitir a ocupação da parte mais elevada da Cividade em tempos romanos, ainda que, porventura, em regime de «baixa densidade»; se é que a urbanização medieval do sítio não destruiu a maior parte dos vestígios anteriores. Uma vez que o topónimo terá «alastrado» para a zona baixa imediatamente a Norte, como documentalmente se comprova (CORREIA, 1932a: 38-40; 1935: 52-64), inserimos esta área no mesmo núcleo, e também aí observamos traços de ocupação romana (SBT.01-05), quer ao fundo da rua do Loureiro, quer em pontos mais afastados para norte. Se no primeiro caso, ainda podemos admitir a «escorrência» de materiais da parte mais elevada da Cividade (BOTELHO; CHENEY, 2006: 70; BOTELHO, 2007: 7, 15; BOTELHO; GOMES, 2011; 2017); em locais mais afastados tal hipótese resulta inviável, até porque se terão documentado níveis de circulação. Não obstante, os arqueólogos que ali escavaram parecem concordar que a generalidade dos objetos parece traduzir uma ocupação tardia, talvez dos séculos IV-V (COSME, 2003b; 2003a: 36-37, 59-64; BOTELHO; CHENEY, 2006: 57).

Provavelmente, a Cividade, a par da Vila Baixa, da Penaventosa e da Vitória (pelo menos na parte mais próxima do Rio de Vila) integrariam, numa mancha mais contínua ou intercalada, possivelmente alastrando espacialmente desde o século I até ao Baixo-Império, o mesmo *uicus* urbano que cremos ter sido *Cale* nesses tempos, ou, se quisermos, o lugar já a caminho de *Portucale*.

5.3.2.4. Vitória

Há duas décadas apareceram as primeiras tégulas do lado da margem direita do Rio de Vila, numa intervenção na Rua da Ponte Nova (PTN50.00), onde também se toparam outras cerâmicas romanas, num depósito secundário, interpretado como coluvionar e de vertente, possivelmente associado a qualquer linha de água afluente do Rio de Vila (ALMEIDA; NEVES 2000b: 3-4; ALMEIDA; NEVES 2002: 13). Ou seja, materiais provenientes de um ponto situado a cota superior. E de facto, no mesmo ano, localizou-se outro fragmento de *tegula* no topo do morro da Vitória (BP1.00), uma elevação de algum modo simétrica e de cota mais elevada, se bem que a noroeste da anterior e, por isso, mais afastada da linha do rio (Figuras 244 e 245).

Desde então, detetaram-se vestígios da época romana – normalmente material cerâmico de construção e, mais raramente, louça doméstica – em mais uma dezena de locais, sobretudo a norte do eixo marcado pela moderna Rua das Flores.

[1181] *Vd. supra*, ponto 5.3.1.2.

Entre a Ponte Nova e Mouzinho da Silveira, a intervenção MZS157.14 revelou o alicerce de um muro em granito, apenas com uma fiada de pedras, com 0,80 m de largura, que foi escavado numa extensão de 3,80 metros, apresentando, tanto no seu miolo como na respetiva vala de fundação, fragmentos de *tegulae* e de cerâmica comum romana (BARBOSA, 2014b: 16-18). Não obstante, o arqueólogo responsável concluiu que «embora se tenham identificado matérias de construção de época romana na sua vala de fundação e entre as pedras que o constituem, observando com a atenção a sua tipologia construtiva, pensamos ser correto interpretá-lo como o alicerce de um muro de suporte de terras, paralelo ao Rio da Vila, construído na Alta Idade Média ou pouco depois» (BARBOSA, 2014b: 27), posição que, sem a devida reavaliação, devemos respeitar.

Estruturas e depósitos estratigráficos mais consolidados apareceram no gaveto entre aquele arruamento e a Rua de Mouzinho da Silveira (FLO326.07), onde, numa sondagem que ultrapassou os dois metros de profundidade, se detetou, sobre o afloramento natural, uma «canalização romana», de pequena dimensão, constituída por pedras de granito,de pequena e média dimensão, e orientação norte-sul, estrutura associada a espólio romano em razoável quantidade (CAPELA; ARGÜELLO MENÉNDEZ, 2007: 7-13). Não fôra estar, aparentemente, para além do Rio de Vila, limite convencional que adotámos para distinguir o núcleo da Vitória, esta área poderia corresponder ao da Cividade

Um pouco mais a sul, coletou-se também espólio romano relevante em FLR304.13, mais uma vez entendido como de proveniência coluvionar (BARBOSA, 2014e); alguns materiais em FLO137.13, onde aliás também se mencionam cerâmicas proto-históricas (PEREIRA, 2013; 2015); e em diversos pontos de MSF.12, trabalho do qual se aguardam ainda relatórios de síntese (EMPATIA, s.d.; NASCIMENTO, LOUREIRO, PEREIRA, 2012; *De onde se partiu*…, 2014). Já praticamente em plena Praça de Almeida Garrett, trabalhos em FLO301.17 isolaram, em diversas sondagens e a níveis seguros, materiais classificados como dos séculos IV-V, em parte em contextos aluvionares do Rio da Vila, outros entendidos como em depósitos de coluvião (ERASUN CORTÉS, 2017b: 4-9; ERASUN CORTÉS; SOUSA, 2018: 25), se bem que discordemos dos Autores quanto à sua eventual relação com o morro da Cividade.

5.3.2.5. Miragaia

O arrabalde medieval de Miragaia, fora de portas mas a pouca distância dos muros da cidade, destacou-se como núcleo de barqueiros, calafates, armadores e outras profissões ligadas ao trânsito e comércio fluviais, afamando-se os seus estaleiros e ali se sedeando importante polo de negócios, que chegou a rivalizar com o do Porto (BARROS, 2016: 31, 198, *passim*).

Vários indícios sugerem também, crescentemente, que já em época romana ali se concentrou um núcleo populacional, não sabemos ainda de que ordem ou grandeza. Às referências antigas a uma ara votiva (E23) e a um tesouro monetário tardo-romano (ACH-02), somou-se, mais recentemente, uma estela funerária (E22)[1182], e começam a ser frequentes as sinalizações de cerâmicas romanas, por vezes simples fragmentos de telha de rebordo[1183], ocasionalmente, outras louças, identificadas já em diversas intervenções arqueológicas[1184]

[1182] Tratamos, mais demoradamente, destes elementos no ponto respeitante aos achados epigráficos. *Cfr*. ponto 4.7.

[1183] A predominância da referência a *tegulae* sobre os *imbrices* nos registos consultados não deve valorizar-se, pois enquanto a telha romana plana é relativamente fácil de ser identificada, mesmo por um arqueólogo menos experiente, já o *imbrex* confunde-se mais correntemente com a telha de meia-cana posterior.

[1184] Como é o caso das que tiveram lugar na Rua de Miragaia, 75-78 (MIRG.96), no 123-124 da mesma rua (MRGA.96), na Rua de Tomás Gonzaga, 3-13 (TGN3.04), na Rua de São Pedro de Miragaia, 26-58 (SPM26.16) ou – aqui em maior quantidade – em São Pedro de Miragaia, 18-20 (SPM20.17). Vejam-se as respetivas fichas para outros detalhes.

(Figuras 246 e 247). A execução de uma construção, em meados da década de 1990, junto à igreja paroquial, permitiu a descoberta da estela funerária (E22) a que acima fazemos referência[1185] e de outros fragmentos arquitetónicos com aparência, pelo menos, alto-medieval, infelizmente não conservados nem registados adequadamente.

Recentemente, dentro de um imóvel de ascendência medieva situado em frente ao mesmo templo, detetaram-se as fundações de um edifício de grandes dimensões, que aparentemente se desenvolveria para sudeste (SOARES; GONÇALVES, 2020a: 38), de encontro ao templo atual, e que talvez possa datar-se do Baixo-Império ou do período tardo-antigo, devido ao facto de incorporar fragmentos de *tegula* no miolo dos muros de dupla face, como é costume em edifícios desta época[1186]. Um dos cunhais deste edifício incorporava, reaproveitado, um bloco de grandes dimensões, em granito, com cerca de 0,45m de lado por mais de 0,90 metros de comprimento, que poderia ter pertencido a uma cornija, considerando que a face mais polida (nessa possibilidade, a inferior) rematava num dos topos numa tripla moldura escalonada, enquanto o oposto apresentava uma saliência para provável encaixe na estrutura do entablamento. Não tendo aquele elemento arquitetónico sido conservado[1187], estas considerações fazem-se apenas pelo exame de algumas fotografias disponíveis, mas deve notar-se que, por um lado, a admitir-se uma cronologia tardo-romana ou tardo-antiga para o reaproveitamento daquele bloco, a sua romanidade é indiscutível e, dadas as suas dimensões, formaria parte, porventura, de um edifício de aparato arquitetónico, porventura público.

Curiosamente, esta ocupação antiga não se restringe à parte baixa do lugar (à época, como agora, muito sujeita às cheias cíclicas do Douro), mas ocorre igualmente a cotas superiores, como na Rua de Tomás Gonzaga, n.º 3, num ponto alto (TGN3.04, RIBEIRO; SILVA, 2008); ou, ainda a cota superior, na Rua da Bandeirinha, 78 (BAN78.04) (Fig. 247), traduzindo, porventura, uma mancha de ocupação mais ampla, desenvolvendo-se, quiçá, dos níveis inferiores para a habitação de encosta; ou, como sugerem os autores da última intervenção, resultarem, talvez, de escorrimentos de ponto a cota superior (PEREIRA; FONSECA, 2007: 35)[1188].

5.3.2.6. Campo do Rou/Cristelo

Este núcleo de povoamento de época romana – outra coisa não podemos chamar-lhe de momento – tem vindo a consubstanciar-se desde que, no ano de 2000, uma intervenção de reabilitação urbana de significativa extensão foi condicionada a acompanhamento arqueológico por parte dos serviços municipais de arqueologia (CRM.00)[1189]. A identificação de materiais cerâmicos romanos – *tegula* e olaria comum – em depósitos estratificados levou à criação de um perímetro especial de proteção arqueológica, e fez com que todas as operações urbanísticas subsequentes ficassem sujeitas a alguma medida de salvaguarda.

Em resultado desta postura proativa, têm sido observadas ocorrências de materiais romanos em vários pontos deste pequeno lugar (Figuras 248 e 249), na maior parte dos casos correspondentes a achados esparsos e descontextualizados (OTR25.01, CSP3.13, CSPE3.13,

[1185] *Vd. supra*, ponto 4.7.

[1186] Infelizmente, este é o único indicador disponível, pois a escavação da respetiva vala de fundação não revelou, na secção intervencionada, qualquer espólio que melhor pudesse datar a construção (SOARES; GONÇALVES, 2020a: 26-27).

[1187] Não obstante os arqueólogos responsáveis pela intervenção terem descrito o elemento arquitetónico reaproveitado assinalando a sua clara «tipologia romana» (SOARES; GONÇALVES, 2020a: 27), admitiram que fosse destruído.

[1188] Mas nesta possibilidade, vindos de onde? De alguma ocupação à cota alta da Vitória?

[1189] Até à data, não havia qualquer notícia ou achado que fizesse supor a ocupação do lugar em épocas tão remotas, mas entendeu o Gabinete de Arqueologia Urbana que a própria extensão dos trabalhos justificava a tomada de medidas preventivas. Só então o sítio ficou condicionado na carta patrimonial do Plano Diretor Municipal.

CPR21.17)[1190], mas em duas situações, aparentemente, em contextos relevantes. Tal sucedeu entre a Rua da Flora e a Rua do Campo do Rou, n.º 9 (ROU9.17), onde foi identificado, num pequeno espaço de um metro quadrado, um nível homogéneo, provavelmente de preparação de um piso, com espólio romano abundante e diversificado (SÁ; SOARES, 2017); e, bem assim, na Rua da Restauração, 105-117/Entrequintas, 7-11 (RST105.18), onde se encontrou um forno, talvez de cronologia tardo-antiga (SOARES; VILARINHO, 2018)[1191]. Considerando a dinâmica urbanística deste ponto da cidade, acreditamos bem que os resultados de intervenções futuras possam acrescentar informação arqueológica substancial à que já se acha disponível.

5.3.2.7. Santa Catarina/Ouro

O que acima escrevemos sobre este núcleo de povoamento[1192], aplica-se à sua «ocupação» em época romana. Considerando a presença de uma elevação com condições topográficas propícias à instalação de um povoado durante a Idade do Ferro, consideramos que essa terá sido a natureza do núcleo original, resultando natural a continuidade da sua ocupação em tempos romanos.

Aliás, os restos de material cerâmica de construção e de outras louças romanas, presentes já em sete sítios (Figuras 250 e 251), são, de um modo geral, tão modestos quanto os materiais proto-históricos, com a óbvia exceção da sondagem feita no início da subida da Calçada do Ouro (CLO.01), onde, em superfície restrita, se recolheu um fragmento de *sigillata*, outro de lucerna, cerâmica cinzenta polida, um fragmento de prato de engobe vermelho, ânfora, etc. (ABRANCHES, 2001), materiais que representariam boa colheita mesmo na maior parte das sondagens feitas na Penaventosa. É possível – mera sugestão de trabalho – que o aglomerado populacional ali reunido durante os tempos imperiais não decorresse apenas da «romanização» da pequena comunidade castreja de Santa Catarina, mas que a zona de fundeadouro de embarcações ou, porventura, de atravessamento do Douro, considerando que ali nasceria um *traiectus* antigo (ALMEIDA, CB, 1980) (Figuras 264 a 266), tenham potenciado alguma instalação mais progressiva.

5.3.2.8. Mouteira/Serralves

Situado sobre o mesmo eixo de via antiga que, partindo do Douro junto a Santa Catarina, avançava para norte, este «núcleo» de ocupação (Figuras 252 e 253), dispersa ou rural, aparentemente apenas do Baixo-Império, parece ter o seu foco nas instalações localizadas junto à igreja paroquial da freguesia. Não obstante as duas campanhas de escavação já realizadas (ILD.04 e ILD.07), permanece obscura a planimetria das ruínas, muito arrasadas como consequência dos trabalhos agrícolas realizados no terreno desde há muito (Figuras 254 e 255), verificando-se apenas que correspondem a vários edifícios ou compartimentos dispersos por uma área relativamente ampla (NASCIMENTO, DELGADO, SOUSA, 2004; *Centro Social*…, 2006; SILVA *et al*., 2007; no prelo). Podemos equacionar um simples casal rural, como também alguma forma de povoamento concentrado de nível intermédio, em ambos os casos sendo notória a modéstia do espólio romano exumado, praticamente reduzido a cerâmica comum e de cobertura.

A recente descoberta, poucas centenas de metros a nor-noroeste deste local, de um talude de terreno de onde se recolheu tégula e outros materiais tardo-romanos (MOU.21) poderá

[1190] Vejam-se as respetivas fichas para maior pormenorização.

[1191] Aguarda-se a conclusão do relatório final, no primeiro caso; e da própria intervenção arqueológica, no segundo, para uma melhor compreensão destas evidências.

[1192] *Vd. supra*, ponto 5.3.1.4.

sugerir, ou não, o alargamento até esse ponto do *sítio* da Igreja de Lordelo, mas há que aguardar que uma intervenção arqueológica com escavação valide ou aprofunde estas sugestões.

5.3.2.9. *Monte Crasto*

Diremos do Monte Crasto de Nevogilde, o mesmo que, poucas linhas atrás, escrevemos sobre o «castro romanizado» de Santa Catarina, com a exceção de que, neste, são mais representativos os materiais arqueológicos e mais fácil o contexto histórico-orográfico do local. Na verdade, do «castro» de Nevogilde, só temos, por enquanto, tégula, ânfora e uns quantos pedaços de louça comum, tudo demasiado rolado e diminuído em tamanho para qualquer caracterização tipológica ou datação. Talvez o tempo, se lhe dermos tempo, faça o seu «trabalho» e nos brinde, numa futura sondagem, com evidências menos circunspectas do passado humano no Monte Crasto.

5.3.2.10. Cedofeita

A pequena igreja de Cedofeita – a par de ser o mais notável monumento românico da cidade – acumulou grande tradição mítica e historiográfica, quanto mais não fosse pela inscrição que ostenta no tímpano do portal – moderna mas, alegadamente, cópia de epígrafe antiga – evocando o papel dos reis suevos e a suposta fundação do templo, em 559, no cumprimento de um voto, por parte do arcebispo bracarense Lucrécio; parece evidente, contudo, que a igreja é bem mais arcaica que a primeira referência documental onde consta, do ano de 1087 (REAL; SILVA, 2018: 206; SILVA; REAL, no prelo).

Em nada nos surpreende, deste modo, que tendo o templo raízes tardo-antigas, possa ter emergido no contexto de um qualquer núcleo de povoamento de ascendência romana, fosse uma *uilla* ou aglomerado de outra grandeza. Todavia, da convicção à confirmação material que sustenta a informação arqueológica vai uma grande distância, pelo que devemos valorizar os pequenos vestígios de *romanidade* que vão sendo encontrados no lugar (Figuras 256 e 257), desde logo nas próprias imediações do templo, onde apareceram, designadamente, restos de vidraria (CDF.01; CDF.02; ARGÜELLO MENÉNDEZ, 2002; 2003)[1193]; mas também nos arruamentos próximos, onde começa a ser recorrente o achado de *tegulae*, como sucedeu no Largo do Priorado, n.º 20 (PRD20.11; ALMEIDA; SOARES, 2012a); no mesmo largo, n.º 94-100 (PRD94.19; LAMEGO *et al*., 2019; ou na Rua da Igreja de Cedofeita, n.º 11 (RIC11.06; PIEDADE; LOUREIRO, 2006).

5.3.2.11. Sítios e achados dispersos

O nosso ensaio de nuclearização dos vestígios romanos do Porto não pôde englobar todas as ocorrências, pelo efetivo isolamento de algumas, todavia muito importantes porque nos abrem o olhar para um território mais vasto do que aquele pontualizado nos diferentes núcleos da frente ribeirinha. São apenas quatro locais, dois deles com trabalhos ainda em curso, pelo que apenas nos é permitido sinaliza-los. Percorramo-los de ocidente para oriente.

Nos lugares de Vila Nova e Costibela, quase nas extremas da freguesia de Aldoar, uma intervenção em curso há cerca de um ano (VNC.20) detetou, numa primeira fase, vestígios importantíssimos, mas fora do nosso escopo, de uma ocupação da Idade do Bronze (SOARES; GONÇALVES, 2019a). Mais recentemente, surgiu a notícia, de que tinham aparecido igualmente «fragmentos cerâmicos cujas características nos permitem datá-los de época romana», sugerindo-se mesmo uma cronologia tardo-romana (GONÇALVES; PINTO,

[1193] O espólio desta intervenção, contudo, encontra-se ainda por estudar, o que não permite maiores conclusões.

2020: 17, 27, 85). Com estes dados, ainda preliminares e sem que os materiais tenham sido estudados, pouco mais pode dizer-se, devendo aguardar-se por outras informações.

Igualmente em curso estão as escavações junto à igreja paroquial de Paranhos (IPA, 21), onde, em diversas sondagens, se localizaram restos cerâmicos romanos, nomeadamente abundante *tegula* e *imbrex*, mas também cerâmica comum, ânfora e alguma *sigillata*, e, numa delas, o tramo de um muro em granito (UE 107), de dupla face, com 0,40 m de espessura e cerca de três metros de extensão, com orientação norte-sul, sugerindo a autora da escavação, em apreciação prévia, que estas ruínas poderão inserir-se em horizontes tardo-romanos (SÁ, 2021). À semelhança do caso anterior, também aqui é prematuro avançar com qualquer tipificação deste novo sítio.

Regressando ao centro da cidade moderna, importa salientar o inesperado achado, num ponto alto da Rua do Almada, n.os 378-384 (AMD378.19) de um fragmento de *tegula*. No local observaram-se também, os restos de uma estrutura, talvez um muro, a grande profundidade, que não pôde ser escavada, por razões de segurança e porque não iria ser afetada pelo projeto construtivo[1194]. Este elemento, pese embora a aparente modéstia das informações, deverá ser valorado no quadro da análise da viação romana da cidade, uma vez que a Rua do Almada é, precisamente, o traçado da Via XVI do Itinerário de Antonino proposto por Vasco MANTAS (1996: 841) e aceite, geralmente, por outros autores, assunto a que voltaremos em ponto próprio[1195].

Por fim, uma última menção para aquele que é, por enquanto, o ponto mais oriental da nossa cartografia, localizado na Rua General Sousa Dias (GSD.15). A referência do relatório preliminar é lacónica: «entre o acervo cerâmico (…) registaram-se alguns fragmentos que poderão remontar ao período romano» (PINTO; LOUREIRO, 2015a: 21), mas cumpre-nos registá-la até que se apure, se for o caso, algo de mais concreto. O local destes achados dista apenas uns 250 metros, para sudeste, do núcleo da Cividade, com o qual poderia, eventualmente ser relacionado, mas, por ora, recenseámo-lo como ocorrência isolada.

5.3.3. O *uicus* romano e a sua envolvente: aspetos gerais

Exposta a evidência material do passado proto-histórico e romano da cidade moderna, pretendemos agora discutir alguns aspetos gerais da sua organização, equipamentos e, naturalmente, do seu estatuto socio-económico.

Como ponto prévio, e como já expressámos em várias passagens deste texto, não entendemos *Cale* como uma cidade, pelo menos durante os tempos de administração de Roma. Não precisamos, sequer, de entrar no debate sobre o conceito ou a morfologia da cidade no mundo romano. Parece-nos evidente – e os dados arqueológicos apresentados comprovam-no bem, em nossa opinião – que há muito pouco, quase nada, que aproxime o aglomerado romano aqui instalado de *Bracara Augusta* ou *Aquae Flauiae*, as únicas cidades romanas do norte de Portugal. Não há, no Porto, evidência de planificação urbana, de um sistema viário estruturado, de sistemas de gestão da água ou de esgotos, nem dos equipamentos monumentais que eram, obrigatoriamente, ornamento de uma cidade, quer falemos de um *forum*, de templos ou de instalações termais. Também o dossiê epigráfico é escasso, as necrópoles estão ainda por descobrir[1196] e o próprio castro indígena não revela,

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1194] Agradecemos estas informações pessoais a Lídia Baptista (Arqueologia e Património), uma vez que o relatório da intervenção não está ainda disponível.

[1195] *Vd. infra*, ponto 5.3.3.1.5.

[1196] Mas estas existirão, sem dúvida. Apenas o acaso, provavelmente, fez com que não se tenham ainda topado indícios dos territórios funerários.

sequer sinais de excecionalidade ou riqueza que o pudessem aparentar aos grandes castros da região.

Trataremos de cada um destes tópicos separadamente, mas queremos deixar claro que a negação do estatuto de cidade a *Cale* em pouco colide com a sua eventual importância económica, ou mesmo política, à escala regional. São questões diferentes. A nossa interpretação é que *Cale* era o nome de povoado da Idade do Ferro, certamente habitado pelos *Callaeci* e, provavelmente, o seu lugar principal. O sítio tornou-se depois – provavelmente acompanhando o ritmo de povoados congéneres, talvez por alturas do trânsito do milénio – num «castro romanizado», para não fugir à expressão convencional; e rapidamente (que aqui tanto pode significar 25 como 50 anos) se desenvolveu na foz do Rio de Vila e nas margens do Douro imediatas, um aglomerado de tendência urbana, que podemos designar como *uicus*[1197]. De aqui em diante a interpretação é gradativa. Como Fermín PEREZ LOSADA bem demonstrou (2002), há no mundo provincial romano, e também no noroeste peninsular, «*uici*-quase cidades», que concentraram assinalável população e se dotaram de termas públicas, mercados, templos ou até *fora*; do mesmo modo que haverá cidades «romanas» caracterizadas por relativa modéstia no aparato urbano. Cada sítio é o que é. E *Cale*, quase omissa nas fontes escritas, tem de esperar que a arqueologia lhe negue ou confirme o estatuto ou capitalidade com que, aprioristicamente, segue legendada em muita literatura. Por agora, regressemos aos factos.

5.3.3.1. Arquitetura monumental e edifícios públicos

5.3.3.1.1. Sistema defensivo e muralhas

O «problema» das muralhas do Porto vem da Idade do Ferro. Na verdade, ainda que admitindo que futuros achados nos contradigam, ou que a evolução medieval e moderna do Porto possa ter apagado por completo os traços principais do seu passado proto-histórico, do povoado castrejo, na sua fase mais antiga, não se conhece fosso nem muralhas, o que constitui uma singularidade no mundo dos castros pré-romanos.

Como atrás sintetizámos, o que se conhece da muralha indígena resume-se, por ora, ao Quarteirão da Bainharia (BAI.09), e remontará, pelos dados apurados, ao século I, quando muito ao século II a.C. Talvez estas datas estejam erradas, pois não se ainda fizeram datações absolutas, nem – tanto quanto sabemos – um estudo sistemático dos espólios, mas ainda que o muro defensivo possa, naquele ponto, recuar no tempo mais um ou dois séculos, continuará a ser apenas uma única cerca. Desculpá-lo-emos com a topografia (Fig. 208).

Sobre esta mesma muralha se ergueu, ou recompôs, o muro já dos tempos romanos, provavelmente já no século I. Com que características ou aspeto? Não sabemos, e provavelmente teremos de ficar com a imagem da muralha da Bainharia. No Baixo-Império, certamente entre o século III e o IV (mas a cronologia é incerta, e apoia-se apenas nos dados de D. Hugo, 5), sobre esta mesma linha se refez a nova cerca. Talvez com torreões, como era comum e parece adivinhar-se em Sant'Ana 12 (SNT12.98)[1198], mas não cremos que tal hipótese possa confirmar-se, ou negar-se tão cedo. Todas estas dúvidas emergem acerca de uma estrutura que, afinal, está documentada em mais de uma dezena de locais (Fig. 207);

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1197] Esta proposta tem sido avançada por outros Autores, como Jorge LÓPEZ QUIROGA (2004: 94) e, mais recentemente, por Armando REDENTOR (2014: 443), embora discordemos deste último na atribuição do povoado aos *Bracari*, e não aos *Callaeci* (*Idem*: 445).

[1198] *Vd. supra*, ponto 5.3.1.8.

porém, a particular topografia do castro do Porto não nos tem permitido grandes avanços nesta matéria[1199].

5.3.3.1.2. Edifícios públicos ou monumentais

Os únicos elementos capazes de permitir uma aproximação a alguma forma de arquitetura pública ou monumental encontraram-se não na Vila Baixa mas na Penaventosa, junto à Catedral e resumem-se a quatro fustes de coluna em calcário, eventualmente aparentados (ACH3, ACH5) (AZEVEDO, 1960: 112-113, n. 3, figs. 1-2), e a célebre ara dedicada aos Lares Marinhos (E24). Com estas quatro colunas[1200] – duas entretanto perdidas – (Figs. 258-261) se ergueram templos e imaginaram *fora* no alto da Penaventosa. Mas parece-nos escassa a evidência.

É certo que que Ulpius Flaus terá cumprido o voto às divindades atlânticas na Penaventosa, pois não é crível que o bloco, para reaproveitamento em construção posterior, tenha sido mobilizado de local distante; e a este altar podemos somar a pequena ara, mais modesta, que uma tal Valeria Materna (E25) dedicou a deidade ignorada. Abstraíndo questões cronológicas (poderão datar, ambos os votos, do século II), estes monumentos requeriam, provavelmente, um templo público, mas dele não há qualquer notícia ou registo.

Quanto às colunas, não podendo eliminar-se de todo a possibilidade de terem ornado algum edifício romano excecional, não respondem ao padrão mais usual na arquitetura monumental do Alto Império, que requeria o mármore para tais adornos. Sendo certa, pela matéria-prima, a sua proveniência meridional (pelo menos a sul do Mondego), não é segura, pela morfologia, a sua feitura romana[1201], e tem sido aventada (REAL, 2017: 51-52; SILVA, REAL, no prelo) a hipótese dos quatro fustes, ainda que podendo admitir-se a sua fábrica romana, terem sido importados para a edificação da primitiva basílica portucalense, durante a Alta Idade Média.

No logradouro do prédio com o n.º 37 da Rua de D. Hugo (HUG37.14) encontrou-se abandonado, sem contexto, um tambor de coluna em granito (BARBOSA, 2015: 13, fig. 10), medindo cerca de 0,40m por 0,45 metros de diâmetro (Fig. 261) peça que nos parece mais adequada a um eventual edifício monumental romano que as precedentes.

A par destes elementos, conhecem-se ainda outras bases ou fustes de coluna, raros, e provenientes de contextos arquitetónicos privados[1202], como é o caso da base de coluna na Casa do Infante (CI.91)[1203] ou dos diversos achados na mais recente intervenção do Hotel Carris (INF19.15)[1204].

Ainda que o apressado arrasamento do Terreiro da Sé e áreas envolventes, entre finais de 1939 e os primeiros meses de 1940 (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 94-

[1199] A este respeito, não é demais insistir, a conclusão – em boas condições e numa perspetiva que privilegie a investigação sobre a salvaguarda minimalista – do projeto arqueológico de BAI.09, há muitos anos interrompido, é verdadeiramente crucial para o devir da arqueologia antiga da cidade. Parece-nos a última oportunidade de ensaiar uma resposta a muitas das questões que acima deixamos.

[1200] A que podem juntar-se, embora de material e tipologia diversa, o tambor de coluna ultimamente localizado, também na Rua de D. Hugo (v. Inventário I.A, HUG37.14).

[1201] No mesmo sentido pronunciou-se Lídia Fernandes, do Museu do Teatro Romano de Lisboa, admitindo a similaridade das peças e uma datação entre os finais do século I e o século II, caso sejam de época romana. Agradecemos a esta investigadora, reconhecida especialista na matéria, a gentileza dos seus comentários.

[1202] Naturalmente, achando-se em edifícios tardios, não é de descartar a hipótese da sua reutilização.

[1203] A base de coluna, em granito, aparecida nas escavações mas descontextualizada, encontra-se exposta nas ruínas romanas, mas de forma meramente ilustrativa, não no seu local de achado.

[1204] Nesta intervenção registou-se o achado de um fuste (UE 2005), uma base (UE 2020) e, talvez, um fragmento de capitel, todos em granito e os primeiros em contexto romano (NOGUEIRA *et al*., 2019: 189; Anexo VI).

103)[1205], que constituiu uma verdadeira tragédia para a arqueologia do Porto, tenha elidido por completo, estamos certos, importantes vestígios romanos e castrejos[1206]; julgamos também que, se tivessem surgido outros elementos monumentais de realce, não deixariam de ser reconhecidos, tanto mais que os trabalhadores eram, muito provavelmente, gratificados pelos achados arqueológicos que traziam às chefias[1207].

Não obstante, um dos achados, feito a 22 de fevereiro de 1940, foi descrito na imprensa como uma «enorme e enigmática arcaria ou abóbada rude que estava soterrada em frente à Casa Capitular, contígua à Sé»[1208], ruína que o mesmo jornal ilustra por fotografia no dia seguinte[1209]. A estrutura, que terá aparecido a um metro de profundidade, revelou, após algumas escavações, «uma superfície lajeada em semi-círculo» onde se observaram «ossadas e moedas de várias épocas, misturadas com terra, pedra e entulho» (BASTO, 1940a), tendo sido interpretada como uma fonte de chafurdo referida em documentação medieval (*Idem*). Todavia, a observação da fotografia do *Primeiro de Janeiro* (Fig. 262), aparentemente a única documentação conservada sobre o achado, parece revelar uma espécie de abóboda, com cerca de dois metros de espessura (tomando como escala um trabalhador na parte superior), que nos parece algo excessiva para uma fonte de chafurdo, mas sem outros dados ou imagens, pouco mais pode dizer-se.

Modernamente, com muitas dezenas de intervenções arqueológicas, cientificamente conduzidas, feitas no coração da Sé e áreas adjacentes, o panorama dos achados não é mais animador: apenas uma ou outra pedra almofadada (caso raro)[1210] e nenhum outro indício de lavores arquitetónicos, resto de epígrafe ou espólio rico. Ou seja, e em conclusão deste ponto, admitimos, pela descoberta das aras, a possibilidade da existência de um templo nos altos da Penaventosa (REDENTOR, 2014: 444), mas nada que possa aproximar-se de qualquer complexo monumental[1211]. A Penaventosa era um castro, certamente remodelado em época romana, com construções de muros ortogonais, cobertas a *tegula*[1212] e, certamente, com o necessário conforto requerido por uma população romanizada, mas a «romanização urbana», em pouco deve ter passado de um ou outro arruamento mais largo e orientado a ladear as novas construções, que por muitos anos terão convivido com as cabanas castrejas.

[1205] O «Plano de Urbanização da Sé» foi posto em marcha pelo município portuense, em colaboração com a administração central, para que a Catedral ficasse «descongestionada» e avultasse «em toda a sua grandiosidade e beleza arquitetónicas» (*O Comércio do Porto*, Porto, 31.12.1939), tendo em vista a preparação de um terreiro para as comemorações nacionais dos Centenários (1140 e 1640) que haviam de ter lugar no Porto em Junho de 1940. Assim, entre Dezembro de 1939 e Maio de 1940, como os jornais da época dão conta, foram rapidamente demolidos vários quarteirões junto à Sé do Porto. Foi neste contexto, em Fevereiro de 1940, que apareceram as duas colunas e a ara aos Lares Marinhos. Curiosamente, a Câmara estava então instalada no Paço Episcopal e do seu gabinete, o presidente pôde, provavelmente, presenciar a obra. Presidia então ao executivo municipal A. A. Mendes Correia, o «descobridor» da Cividade portuense.

[1206] Entre os achados que vieram a público, principalmente através da imprensa periódica portuense, contam-se a ara e as colunas mencionadas na nota anterior e, naturalmente, diversas sepulturas medievais junto à Sé, na continuidade de achados anteriores (BASTO, 1933; CRUZ, 1940), mas também «brazões», «estelas do cemitério medieval» e «pedras trabalhadas em gótico» (*O Comércio do Porto*, 16/02/1940) e diversas moedas portuguesas e romanas, «de Constantino» (*O Comércio do Porto*, 27/02/1940, 28/02/1940; *Jornal de Notícias*, 28/02/1940), entre outras antigualhas.

[1207] Pelo menos simbolicamente, pois o simples achado de algumas moedas justificou que dois operários vissem o seu nome e fotografia num jornal (*Vd*. As obras de urbanização do largo da Sé, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 27/02/1940).

[1208] *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 23/02/1940.

[1209] *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 24/02/1940.

[1210] Lembramos o bloco utilizado no cunhal de um edifício, em TVA.13 (PEREIRA, 2016), e uma outra pedra com idêntico aparelho, reutilizada num muro dos antigos Paços do Concelho medievais.

[1211] Quando muito, como mera hipótese, podemos associar a este edifício o tambor de coluna encontrado na Rua D. Hugo, 37 (*vd. supra*).

[1212] Em boa verdade, o único «fóssil-diretor» abundante na arqueologia romana do Porto.

Mas, admitamos, o Porto romano não era, principalmente, na Penaventosa, mas no *uicus* que se espraiava ao longo do Douro e crescia para norte guiado pelo Rio da Vila. Procuremos, pois, aqui os seus monumentos urbanos.

Em várias circunstâncias, M. L. Real, grande conhecedor da história portuense, tem defendido a existência de uma praça foral na área onde, desde o século XIX, se abre a Praça do Infante D. Henrique. Durante séculos, aquele espaço foi repartido entre as cercas do mosteiro mendicantes de São Domingos, a norte, fundado em 1234, e o de São Francisco, a poente (1238) e só foi urbanizado no século XIX, após a extinção das ordens religiosas, na sequência da abertura da Rua de Mouzinho da Silveira (1875) e da construção do Mercado de Ferreira Borges (1885). Situado um ponto central do *uicus*, se assim pode dizer-se, aquele espaço teria condições teóricas para a implantação de um eventual *forum*[1213], mas na verdade, tendo sido feitas, nos últimos vinte anos, dezenas de escavações arqueológicas nos prédios envolventes, na via pública e na própria Praça do Infante (sob a qual existe hoje um parque de estacionamento), jamais se encontrou qualquer elemento que pudesse indiciar quaisquer estruturas monumentais. Quando muito, admitimos, como mera hipótese, que, em época romana, aquela área pudesse ter ficado livre de construções, eventualmente como área de uso comercial, (REAL; SILVA, 2018: 206)[1214], mas nem disto há evidência sustentável. Logo, se *Cale/Portucale* teve algum *forum* (do que descremos), não seria naquele local.

Não existe, igualmente, qualquer indício arqueológico de estabelecimentos termais, mas a esse respeito há informações históricas que devemos relevar e que, poderão, a médio prazo, contar com novos contributos. O antigo Quarteirão dos Banhos, situado um pouco a sudoeste do convento de São Francisco, junto ao Douro, foi, quase por completo, demolido em finais do século XIX para a construção, em 1872, da via de acesso à nova Alfândega da cidade. Estes banhos são documentalmente referidos, juntamente com os da Ribeira, em 1331; mas as «Memórias Paroquiais» de 1758, informando que eram de água fria, esclarece que tal equipamento se havia extinguido para no seu local se construírem casas (REAL, 1999: 2.13).

Todavia, uma tradição que remonta, pelo menos, à segunda edição do *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha (1742) evoca o local no quadro da cura milagrosa do rei suevo Ariamiro (559-561), que nesses banhos portuenses se teria livrado da lepra, sublinhando o bispo a antiguidade dessas instalações, das quais se teriam conservado, «dentro de algumas casas vestígios dos tanques em que se tomavam» os banhos (CUNHA 1742: 115; CARVALHO, 1996: 81-84; REAL; SILVA, 2018: 206). Destes banhos, que pode presumir-se terem sucedido a idêntico equipamento de época romana (REAL, 1999: 2.13), não há também indícios arqueológicos, mas não só a linha de água que os alimentava continua a correr[1215], como em uma escavação feita nessa zona (NAL16.06) apareceram, a grande profundidade, diversos fragmentos de *tegulae*, bem como restos de estruturas medievais ou anteriores (CENTENO; MENDES-PINTO; FÉLIX, 2008), o que não pôde esclarecer-se por, entretanto, escavação e obra terem sido interrompidas.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1213] Vitrúvio, I, 7.1.

[1214] À semelhança, aliás, do que vem sendo sugerido para áreas públicas de outros *uici* e espaços urbanos do Noroeste, como observou António LIMA (2017a: 10-11).

[1215] É visível, por exemplo, límpida e de bom caudal, na cave de uma antiga unidade industrial oitocentista, a fábrica de chumbos para caça, existente na Rua de São Francisco.

5.3.3.1.3. Arquitetura privada

Por fim, debrucemo-nos sobre as residências particulares. Já vimos como na Penaventosa não há, praticamente, quaisquer indícios de habitação privilegiada[1216], ainda que a área das sondagens arqueológicas seja, por norma, muito limitada e possamos conjeturar sobre as dimensões, aparentemente alargadas, de alguns edifícios cujos muros se encontraram entre a Calçada de Vandoma e a Rua D. Hugo (TVA.13 e HPC.09), todavia reduzidos aos alicerces e sem que os acompanhamentos de obra e escavações pontuais pudessem indagar outros vestígios conservados[1217].

No *uicus* ribeirinho, as escavações, abrangendo áreas mais generosas, revelaram efetivamente o que poderemos designar como uma *domus* na Casa do Infante (CI.91), com um pátio ladeado por salas decoradas com mosaicos. Pavimentos musivos que constituem, aliás, a par de uma base de coluna, o único indicador de excecionalidade da residência[1218]; e mesmo o pacote artefactual, com relativa anundância de *sigillata* tardia africana e focense e uma boa coleção de vidros, não se afasta muito do que é comum neste género de ambientes tardios. Não obstante, M. Real, coordenador do projeto de investigação que se desenvolveu durante uma década para a escavação da Casa do Infante, propôs a tipificação destas ruínas como um «palácio romano, datável do séc. IV, com um grande armazém voltado para a zona portuária», sugerindo mesmo que tal edifício pudesse ter tido «funções aduaneiras ou, pelo menos, de apoio à actividade portuária, já que possuía um grande armazém ligado à praia fluvial» (REAL 2005; REAL *et al*. 2009), hipótese que nos parece difícil de sustentar com a evidência material disponível. Porém, parece-nos seguro que na segunda metade do século V o edifício estaria em uso e constituiria, talvez, residência de prestígio, não só pela louça de mesa e coleção de vidros, entre outros itens, proporcionados pela escavação, como, muito em especial, por aí se terem recolhido duas raras *siliquae* suevas, em prata, emitidas por Requiário entre 448 e 456 (BARROCA, 2017a; SILVA, 2017b), numismas certamente de prestígio e que indiciam um espaço privilegiado.

A nascente desta *domus*, as escavações do Hotel Carris terão desvendado ruínas de mais um, ou talvez dois, edifícios de grande porte, dos quais não temos planta (Fig. 243) mas que reaproveitaram materiais arquitetónicos na sua construção, não exibindo outros sinais de riqueza ou excecionalidade. Todas estas *domus*, se assim as podemos classificar, são tardias, provavelmente do século IV, mas à questão cronológica voltaremos mais adiante.

5.3.3.1.4. Estruturas portuárias e instalações produtivas ou oficinais

O carácter portuário de *Cale* é comumente referido nos estudos sobre o povoamento romano da fachada atlântica, enfatizando-se a posição geoestratégica do aglomerado, tanto como «terminus *oceânico de flujos comerciales de la ruta atlântica*» (REDENTOR, 2014: 443; 2017a: I, 74), como em relação com o eixo «transversal» do Douro, rio navegável de longa curso[1219] (BLOT, 2003: 187-191), nesse ponto precisamente

[1216] Em intervenção feita há poucos anos na Rua de Mouzinho da Silveira, n.º 218 (MZS218.16) – infelizmente em más condições, pois a obra antecipou-se à arqueologia e impediu as escavações prévias previstas – poderá ter aparecido o primeiro testemunho de reboco parietal de um edifício romano, descrito como «um fragmento de reboco pintado de vermelho» (FERREIRA; RAIMUNDO; BARBOSA, 2017: 13, 45, foto 24), mas nada mais pôde apurar-se a respeito.

[1217] *Vd. supra*.

[1218] A par dos mosaicos da *domus* da Casa do Infante, encontraram-se em local próximo, durante as escavações arqueológicas que antecederam a construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça do Infante, duas tesselas negras (*cfr*. Inventário I.A, PIF.98-99) indiciando talvez a existência de outros pavimentos musivos em edifícios do *uicus* da Vila Baixa.

[1219] Segundo Estrabão (III, 2,3), normalmente citado a este respeito, pelo Douro podiam transitar navios de grande calado ao longo de 800 estádios, o que corresponde sensivelmente ao curso do rio em território português. Não conhecendo a cota do rio na Antiguidade, julgamos que haverá aqui, talvez, algum exagero por parte do geógrafo, mas certamente que o rio

atravessado por uma via de primeira ordem como a que ligava *Olisipo* a *Bracara* (MANTAS, 2004: 441; BLOT, 2004: 472; REDENTOR, 2017a: I, 74, 496-497; MORAIS, 2007a: 111-112; 2018a; e.v.p.).

Porém, se já na Idade do Ferro, a tradução mais expressiva desse comércio de longo curso quase se resume a um fragmento de *amphoriskos* e a um par de cerâmicas, gregas ou de imitação, exumados em D. Hugo, 5[1220]; na época romana o quadro é bastante distinto, embora com outros matizes. A este propósito, o conjunto mais representativo de materiais decorre do estudo dos aterros da antiga prisão eclesiástica do Aljube, na Penaventosa (SEB42.96; CLETO, 1997), onde Rui Morais identificou importante lote de cerâmicas correspondentes ao período da mudança de era, incluindo sigilata itálica e outros objetos, mas com grande destaque para as ânforas béticas Haltern 70 (MORAIS; CARRERAS, 2004: 93-112; MORAIS, 2013a: 105-107; 2018a; e.v.p.), notando-se idêntica representatividade deste tipo da transição em uma dezena de outras intervenções do Porto analisadas pelo mesmo autor (MORAIS; CARRERAS, 2004: 100-101). Mesmo tendo em conta que a faixa atlântica situada entre os rios Douro e Minho é o «*território per excel·lència de les ànfores Haltern 70*» (*Idem, ibid*.) a frequência deste tipo é muito de assinalar (MORAIS, e.v.p.), considerando até que o sítio do Aljube, situado no exterior da muralha castrejo-romana, deve ter sido, na antiguidade, utilizado como vazadouro dos detritos do povoado, servindo assim como modesto *testaccio* do consumo dos seus habitantes nas primeiras décadas do século I. Este depósito, verdadeiramente excecional, e que recolhe também alguns dos numismas mais antigos de Cale, asses e dupôndios de Augusto e Tibério (MENDES-PINTO, 1999a: 403; 2004), merecer-nos-á outros comentários mais adiante.

Enfatizando o entreposto comercial do aglomerado romano – em complementaridade com a margem sul – M. Real menciona «as grandes instalações portuárias», afiançando mesmo a sua «monumentalidade», que compara ao *Porticus Aemilia* de Roma (REAL, 2001: 9, n. 4), expressão que entendemos manifestamente exagerada, tanto no que se refere à evidência desse *emporium* portuário através dos materiais importados, como, em especial, no que toca aos testemunhos arqueológicos de tais estruturas. Em relação aos primeiros, parecem, de facto, bastante relevantes, quer no século I, quer no Baixo-Império, atendendo especialmente aos materiais anfóricos e a outras importações (MORAIS, 2013a; 2018a, e.v.p.); todavia, nem estas oarecem particularmente diversificadas, nem ocorrem de forma excecional nos contextos arqueológicos mais próximos do rio. No que se refere à evidência arqueológica de construções, os dados são muito parcos. Talvez Manuel Real quisesse referir-se, imaginando a estrutura porticada dos *horrea* romanos, ao limite sul das construções romanas da Casa do Infante, efetivamente assente em pilares e que poderia abrir diretamente para o areal ribeirinho, mas nem pela escala, nem pelos achados efetuados, podemos admitir, com segurança, função comercial a esse espaço[1221].

---

seria acessível até regiões bastante interiores, ainda que pudesse variar o tipo e a manobrabilidade das embarcações (MORAIS, 2018a; CARDOSO, 1998; PEREIRA, 2005).

[1220] A estes elementos devemos acrescer, provavelmente, apreciável quantidade de cerâmicas de importação púnica, registadas em PCH96-98 mas provavelmente não identificadas em outros locais. Mas, na sua totalidade, serão parcos estes elementos, até pelo facto de serem muito raros no Porto os contextos tardo-republicanos. Outro tanto não sucede, por exemplo, no Castelo de Gaia, onde este género de produtos importados é bem mais comum (cfr. RAMOS; CARVALHO, 2020: 77-78).

[1221] É verdade, que por efeito da topografia e, provavelmente, pelas cheias do Douro, os depósitos basais da estrutura romana se encontraram, nessa área, bastante reduzidos em espessura e conteúdo artefactual. Todavia, o espólio arqueológico romano recolhido na intervenção arqueológica (se bem que se encontre ainda por estudar na sua maioria) não parece evidenciar uma quantidade excecional de ânforas ou outros contentores, nem contextos que não sejam os habituais de consumo numa residência como aquela.

No que concerne a eventuais estruturas portuárias, nomeadamente para acostagem de embarcações, a evidência arqueológica é nula, sendo de lamentar a falta de registo da única escavação (FTA87.97) onde, eventualmente, se terá detetado alguma informação atinente, nomeadamente o alinhamento de um muro, paralelo ao rio, aparentemente espesso e possante, embebido em depósitos com materiais romanos, como dizemos da respetiva ficha de intervenção. Porém, como observa Rui Morais, a falta de instalações portuárias de vulto não colide, necessariamente com as dinâmicas comerciais (MORAIS, e.v.p.), exemplificando, até com o enclave portuário de *Hispalis*, dotado apenas de pequenos molhes de pedra (ORDÓÑEZ AGULLA, 2003). Na mesma linha se expressara já Vasco Mantas, lembrando o pragmatismo e simplicidade das estruturas de apoio à descarga das embarcações em muitos portos flúvio-marítimos, mesmo de notória importância (MANTAS, 2004: 437-438; 2017b: 185).

As informações sobre hipotéticas instalações de armazenamento ou oficinais são praticamente nulas. Não contabilizando os quatro silos da Rua de D. Hugo (MARÇAL, 2013: 79-80), certamente de uso doméstico, temos apenas elementos sobre o importante ambiente artesanal, com diversas estruturas de combustão, exumado no contexto da segunda fase de trabalhos no Hotel Carris (INF19.15), de época tardia e que os responsáveis sugerem poder relacionar-se com a metalurgia ou a produção de vidro, do que também surgiram testemunhos no mesmo local (NOGUEIRA et al., 2017; 2018; 2019: 78ss.), mas a análise mais detalhada daquele contexto requer estudo próprio, com meios arqueométricos, a que ainda ninguém se abalançou. Demos já nota da hipotética existência de cetárias nas imediações da foz do rio da Vila (RIB17.21 e FTA14.13) – o que em nada seria surpreendente –, mas por enquanto, nem a função nem a cronologia de tais tanques pode ser tida como segura[1222].

5.3.3.1.5. Organização urbana e sistema viário

Não possuímos elementos que nos orientem na deteção de qualquer eixo dominante ou eventual ordenamento na organização urbana da parte ribeirinha do *uicus*, pois na Penaventosa, a topografia por certo não permitiria grandes alterações de plano decorrentes da romanização, salvo, porventura, na parte superior da elevação, cuja orografia original de todo ignoramos.

Na linha da sua convicção sobre a existência de um *forum* na área da atual Praça do Infante D. Henrique, Manuel Real tem vindo a sugerir, como principais eixos estruturantes, o da Rua dos Mercadores e o da Rua do Infante D. Henrique (Fig. 200). O primeiro, tido como de ascendência romana por diversos autores, como veremos, constitui um trajeto relativamente retilíneo, com cerca de 200 metros, que arranca da Praça da Ribeira (foz do Rio da Vila) e acompanha este curso de água no sentido N-NNO. Seria, eventualmente, um dos *cardines* do espaço urbano. A Rua do Infante D. Henrique, com orientação perpendicular ao segundo tramo dos Mercadores (o que se desenvolve para norte da Rua do Infante D. Henrique, no encontro desta com a saída do túnel da Ribeira), serviria de *decumanus* (REAL, 1999; REAL; SILVA, 2018, fig. 3)[1223]. Além destes arruamentos, tidos como de matriz antiga mas da qual escasseia a documentação arqueológica[1224], reconhecem-se na cidade ribeirinha

[1222] A. C. Ferreira da Silva alude a testemunhos da prática da «salga de peixe», em época romana, em Campanhã, sem outros detalhes (SILVA, 1994: 93; 2000: 102).

[1223] Este arruamento foi aberto, com a largura atual, a partir de 1395, sendo então designado como «Rua Nova» e causando espanto pela sua amplitude, inusual numa artéria da Baixa Idade Média, e pela planificação que levou ao loteamento e construção dos terrenos que a ladeavam. Terá surgido «a partir de um antigo caminho, sucedâneo de um importante eixo viário da cidade romana» (REAL, 1999: 2.10).

[1224] Aguardamos, com expectativa, a publicação do relatório de arqueologia de MSF.12 (Requalificação do Eixo Viário Mouzinho-Flores), que deverá referir, neste arruamento, a identificação de várias cotas de pavimento antigo. Na análise

outros traçados antigos, de tendência ortogonal, na área do *uicus* (REAL; SILVA, 2018: Fig. 3), naturalmente padecendo da mesma incerteza cronológica. Mesmo com a falta de testemunhos sobre esta estruturação viária, facto que não é incomum, pois as ruas, sujeitas e repetidas obras de conservação e alteração de cotas, frequentemente deixam em silêncio os traços da sua ancestralidade, não nos custa admitir alguma tendência de ortogonalidade nos «bairros» que nesta «Vila Baixa» se desenvolveram em época romana.

Como princípio geral de pesquisa de traçados antigos, podemos identificar os arruamentos manifestamente antigos – ou seja, documentados desde os séculos XIII-XIV (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996)[1225] – que apresentem um traçado mais retilíneo, ou módulo de largura de via mais conforme a uma via romana de certa importância, mas continuaremos sempre no campo das hipóteses, pois desconhecemos até que ponto o urbanismo medievo terá preservado, ou não, os principais traçados viários de ascendência romana (OLIVEIRA, 1973: 187-188). J. M. Pereira de Oliveira, precisamente, foi o autor cuja aproximação à organização viária antiga se revela mais consistente. À falta de dados arqueológicos, este geógrafo utilizou as ferramentas da sua especialidade, nomeadamente a análise de pendentes e a relação com os cursos de água para estimar, pelo menos, a plausibilidade ou total impossibilidade de alguns eixos de circulação que cruzariam quer o *uicus* ribeirinho, quer o castro romanizado da Penaventosa. Do seu aturado estudo (OLIVEIRA, 1973), retemos, como aspetos fundamentais, a importância das linhas de água e o intervalo de pendentes admissíveis, tanto para o trânsito humano, como de veículos. No primeiro aspeto, Oliveira analisou os pontos possíveis de atravessamento do rio na margem norte e, de forma especial, o papel que os afluentes do Douro, especialmente o rio da Vila e o rio Frio, poderão ter tido na fixação do povoamento e estruturação dos eixos naturais de circulação. Em relação ao primeiro ponto, verificou que a natureza arenosa das margens do Douro, em especial a jusante dos Guindais, propiciaria várias possibilidades para varar as barcas de passagem, podendo os pequenos estuários daqueles dois afluentes facilitar essa tarefa; a questão das correntes e marés não é, no entender deste autor, particularmente relevante, ao contrário do que expressamos em outro ponto desta dissertação[1226].

O traçado do atravessamento de *Cale* pela via ordenada como XVI nas edições do Itinerário de Antonino, a estrada *ex Olisipo Bracaram*, foi há muito estudado por Vasco Gil MANTAS (1996), e a sua proposta, por falta de maior evidência ou cultores do tema, não tem suscitado particular discussão, pelo que também a seguiremos, todavia com variações pontuais em alguns pontos do trajeto, como se verá.

Vasco MANTAS (1996: 841) propõe iniciar o percurso da via, de sul para norte, junto à Sé Catedral, no alto da Penaventosa[1227]. Não descortinamos razão para tal: a via não se dirigia ao castro, e a *mansio* da margem norte (simétrica à do lado sul, que cremos a citada no

---

que efetuámos às construções aparecidas nas duas fases de escavação do Hotel Carris – que descrevemos como Casa 1 e Casa 2 (Fig. 243) – o espaço central, se constituiu alguma via pública, o que é incerto, não coincide com o alinhamento da Rua do Infante D. Henrique. Mas neste tema, como noutros, vamos tateando à medida que as materialidades do passado se nos oferecem e desafiam.

[1225] O moderno interesse, turístico e patrimonial, pelos «caminhos de Santiago» tem permitido, com maior ou menor segurança histórica, recensear traçados tradicionais destas rotas de peregrinação independentemente da valoração científica que possa fazer-se da efetiva popularidade da peregrinação ou da quantidade de viajantes que se deslocavam a Santiago de Compostela até tempos modernos (REY CASTELAO, 2006: 87-95). Não obstante, será difícil fazer recuar tais caminhos, salvo casos excecionais em meio não urbano, para além da plena Idade Média.

[1226] *Vd*. ponto 5.1.1.

[1227] Este investigador, um dos maiores especialistas internacionais na matéria, deve dizer-se, justifica esta opção com a conhecida planta da cidade de Balck, de 1813; o que não entendemos, pois a mesma planta, naturalmente, cartografa também a Rua dos Mercadores e não sugere qualquer início de via no alto da Sé.

Itinerário[1228]), situar-se-ia, com maior probabilidade no *uicus* da Vila Baixa. A quem cumpria o trajeto da via interessava o caminho mais curto e acessível, recorrendo a acessos locais caso quisesse dirigir-se a algum dos povoados ao longo do percurso. Deste modo, sendo impreciso o ponto principal de travessia do Douro mas podendo situar-se, como possibilidade mais lógica, junto à foz do Rio de Vila, o traçado mais retilíneo – conservado na trama urbana medieva – levaria o viajante vindo de Sul a subir a Rua dos Mercadores, até ao começo da Rua da Bainharia (Fig. 263).

A Rua dos Mercadores era um dos eixos principais da cidade medieval, praticamente o único, aliás, a ligar diretamente a Praça da Ribeira às sedes episcopal e municipal, no topo da Penaventosa; correndo fora de muros, constituía um arruamento nobre, calcetado, pelo menos, desde a Baixa Idade Média e com várias casas-torres, onde nobres e prelados exigiam direito de aposentadoria quando se deslocavam ao Porto (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 158-168). Não obstante estar popularizada a sua ascendência romana (FERREIRA, 2017: 695), aliás bastante plausível, não há registo de particulares descobertas arqueológicas de época romana no seu eixo, e apenas uma intervenção no número 116 (MRC116.02) proporcionou, além de alguns materiais romanos, tanques e estruturas negativas, de datação antiga mas duvidosa, apontando-se um eventual uso agrícola dessas estruturas (COSME, 2002; 2006). Atualmente, a largura da rua varia entre os 3 e os 4 metros, mas é possível que a urbanização e os realinhamentos modernos tenham alterado um pouco as suas medidas originais[1229].

No encontro com a Rua da Bainharia, já à cota dos 35 metros, a estrada infletia para nordeste, seguindo esta artéria, a cota ascendente, mas prudentemente afastada do leito do Rio de Vila, sempre fora de muros, até à Cruz do Souto (Figuras 212 e 263). A Bainharia, documentada desde o século XIII – mas então designada como Rua das Ferrarias, concentrava na Idade Média os oficiais dos metais, ferreiros e bainheiros, e constituía um eixo de trânsito obrigatório, uma verdadeira circunvalação até à Cruz do Souto, aos 55 metros de altitude, ponto nodal que redistribuía os viajantes para os diferentes destinos do norte do país, sendo também apontada a origem romana do seu traçado (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 143-150). Na atualidade, a sua largura é muito irregular, na maior parte do traçado oscilando entre os 3 e os 4 metros, mas com apenas 2,60 m nos trechos mais estreitos, chegando quase aos seis metros no topo nordeste, o que deve atribuir-se à urbanização e a trabalhos de regularização feitos no século XIX *(Idem*: 150). A «Cruz do Souto», designação deste entroncamento de caminhos que remonta já ao séc. XIV[1230], se bem que, então, mais estreito, era essencial em tempos medievais (OSÓRIO, 1994: 101, 112; CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 224-226) e, porventura, igualmente já em época romana, pois, a partir daí, o acesso podia divergir para sudeste (Rua Escura), ligando a estrada ao alto da Penaventosa; para norte, pela Rua dos Pelames, que depois infletia para nascente e dava caminho para o Corpo da Guarda e Cividade (Figuras 161 e 162); ou pela Rua do Souto, no sentido nor-noroeste, para o atravessamento do Rio de Vila, uma centena de metros adiante – onde devia existir uma ponte, mesmo em madeira – para depois, na margem oposta, seguir o eixo Caldeireiros-Lóios. Por toda esta área, ocorrem vestígios arqueológicos de época

[1228] *Vd*. ponto 5.1.1.

[1229] Mesmo os quatro metros (13,5 pés) não são muito generosos para uma via do *cursus publicus*, correspondendo à medida menor apontada por V. Mantas num troço da Via Nova (MANTAS, 1996: 79), mas é possível que as construções medievais tenham avançado um pouco sobre o caminho original.

[1230] Ao que parece, a designação toponímica tanto resultará do entroncamento de caminhos, como de uma cruz que aí existiria, signo sacralizador, aliás, normal numa encruzilhada (CUNHA E FREITAS, 1999: 324-325; CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA, 1996: 224).

romana, tanto no eixo da Rua da Bainharia, como, mais recentemente, também na área dos Lóios[1231], mas não evidenciam qualquer relação com a via nem esta, por seu turno, parece justificação para essas ocorrências.

A partir deste ponto, a via seguia o eixo da antiga Rua das Hortas, depois Rua do Almada, num traçado retilíneo de mais de um quilómetro, subindo gradualmente, de forma suave, desde a cota dos 60 metros até aos 110 metros (MANTAS, 1996: 841-842). A Rua do Almada foi aberta, em vários lanços, durante o século XVIII, na continuação da Rua das Hortas, que corresponderia apenas à primeira centena de metros. É possível que já então houvesse caminho, mesmo de serventia rural, a prolongar as Hortas para norte, mas dele não parece ter ficado memória, pois a indicação para o prolongamento da nova Rua do Almada foi dada pelo presidente da Junta de Obras Públicas, o conhecido João de Almada e Melo (que acabaria por emprestar o nome ao arruamento), transmitindo ordem régia, foi para «alinhar, abrir e demarcar pelos oficiais de Engenharia, a rua que, em continuação da rua das Hortas (…) fosse em linha recta acabar em Santo Ovídio»[1232] (FERREIRA, 2017: 62). A tradição do alinhamento desta rua pela antiga Via XVI, mencionada pelo mesmo autor (FERREIRA, *ibidem*) poderá ter colhido recente contributo arqueológico nos achados feitos no número 378 (AMD378.19), se bem que, pela natureza dos trabalhos, tenha sido adiado, não sabemos por quanto tempo, um maior esclarecimento da questão.

Vasco Mantas faz depois a via «atravessar» o antigo Campo de Santo Ovídio para contornar, pelo lado nascente, a Igreja da Lapa, seguindo a Rua de São Brás para depois procurar (por ligação que não esclarece) o eixo da Rua de Vale Formoso (MANTAS, 1996: 842). Ora, não vemos razão, nem histórica, nem topográfica, para que a via não infletisse, por alturas da Lapa, para a Rua de Antero de Quental, designada em plantas já do século XVIII como «Estrada para Braga»[1233], na continuação, aliás, de um eixo medieval que saía da Porta do Olival, na parte alta da cidade. Apenas neste tramo divergimos de V. Mantas. A partir do entroncamento da Rua de Antero de Quental, a via seguiria pela Rua do Vale Formoso e daí, atravessando a «Arca de Água» (Praça 9 de Abril), seguia a direito pela Rua do Amial (antigo lugar do Tronco), ao encontro da Circunvalação, quase no limite do concelho portuense. Após esta estrada, situa-se ainda o lugar do Carriçal, termo considerado de eventual significado viário, e nas proximidades, mas já no concelho de Matosinhos, o lugar do Marco[1234].

Todavia, há, no Porto, forte tradição de outros caminhos antigos de atravessamento da cidade, porventura de ascendência romana. Por um lado, temos de admitir que, à medida que as manchas de povoamento se densificavam, outras vias terão sido «desenhadas» no território de *Cale* (neste ponto limitado ao concelho do Porto). Ensaiar a sua cartografia, com base nos antigos itinerários e documentos medievais constituiria um exercício demasiado especulativo e de pouca utilidade prática para um trabalho desta escala. Por outro, devemos recordar que o traçado «clássico» que reproduzimos, com poucas variantes, do levantamento de V. Mantas,

[1231] Por exemplo, como resultado dos trabalhos de MSF.12 - Eixo Viário Mouzinho-Flores (EMPATIA, ARQUEOLOGIA, s.d.).

[1232] Atual Praça da República.

[1233] Depois, no século XIX, também Rua da Rainha. Vejam-se, por exemplo, entre a documentação do Arquivo Histórico Municipal do Porto, as ligações eletrónicas para http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?order_by=TITLE&q=328645; ou, em planta um pouco mais recente, http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?creator=&order_by=TITLE&q=334956.

[1234] Informações compiladas pela Divisão Municipal do Património Cultural/Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto, no âmbito da recente revisão do Plano Diretor Municipal. Veja-se https://portalsig.cm-porto.pt/portal/apps/sites/#/mipweb/app/b7b0793856bb4c4cb342dde1230fcd02. Não sabemos se o lugar do Marco referido poderá ter algo a ver com o destruído miliário de Adriano de São Mamede de Infesta (MANTAS, 1996: 343-345, n.º 22; 2015a: 240-241).

constitui um trajeto, balisado principalmente por miliários do imperador Adriano, que aquele autor considerou, recentemente, corresponder a uma reformulação do itinerário original do tempo de Augusto (MANTAS, 2015a), podendo esta reorientação da estrada ter sido refletida, igualmente, no espaço urbano de *Cale* e suas imediações.

Assim, antes do traçado do século II – que acabámos de descrever – o traçado augustano, ligeiramente distinto e correspondente à *karraria antiqua* de alguns documentos medievos, divergia do nosso percurso após a passagem do Rio de Vila. Optámos também por assinalá-lo nas cartas (Figs. 212 e 263). O eixo da via, subindo pela Rua dos Caldeireiros ao alto da Vitória, pela Porta do Olival da muralha fernandina, encarreirava depois ao encontro da grande via de Cedofeita, «Rua da Estrada» no século XVIII, antigo caminho medievo para Barcelos e Vila do Conde (CUNHA E FREITAS, 1999: 99-100; FERREIRA, 2017: 254-255), passando perto do núcleo de povoamento romano de Cedofeita[1235]. O traçado arcaico pode ter ficado, em parte, fossilizado no viário moderno, pelo retilíneo alinhamento dos troços seguintes: Rua Barão de Forrester, Ramada Alta; Rua 9 de Julho, até à Rua do Carvalhido, seguindo depois por Monte dos Burgos até à saída da cidade.

Por fim, pareceu-nos ainda indispensável registar – se bem que em traçado igualmente, na sua maioria, hipotético – uma outra via, relativamente bem documentada a partir dos diplomas medievos, que refletia um eixo de circulação mais litoral, que alguns autores designam como *Via Vetera,* ou *Veteris*, como aparece em alguns documentos (ALMEIDA, CB, 1980: 152-153). Diríamos que seria uma via de segunda ordem, mas para os testemunhos materiais que temos, desta como da Via XVI, tal classificação em pouco adianta. Talvez a única distinção segura é que este caminho mais atlântico não estava balisado por miliários, ao contrário da estrada do *cursus publicus*.

Arrancaria esta via, junto ao Douro, na subida da Calçada do Ouro[1236]; seguindo depois, em traçado retilíneo mas de ascenção mais custosa, pela Rua do Aleixo ou – como preferimos – procurando cotas mais aprazíveis pelas atuais Rua de Luís Cruz e Rua de Condominhas, antiga estrada para Matosinhos (Figs. 250 e 264). Ao chegar ao antigo *Eirado*, a plataforma onde se instalou a igreja paroquial e temos ruínas tardo-romanas (ILD.04 e ILD.07), levámos a via pela Travessa das Condominhas (onde o terreno está bastante rebaixado) à procura do alinhamento da Monteira-Serralves, onde acabam de aparecer mais vestígios romanos (MOU.21), e por Serralves, antiga *estrada da Carreira*, a saída da cidade é linear, através da Rua de Tânger e, depois, pela longa «estrada» da Vilarinha.

Desta forma, além da via do *cursos publicus*, a n.º 16 da edição convencional do Itinerário, outras vias atravessavam o território do moderno Porto (Figuras 265 e 266). Certamente que outros caminhos antigos se orientariam mais para nordeste, ou procurando o eixo da marginal do Douro, mas o estudo da viação romana tem complexidades que, muitas vezes, a arqueologia, de todo, não consegue esclarecer.

[1235] Pedro Soutinho, gestor do sítio eletrónico https://www.viasromanas.pt/ e que há décadas se dedica a estudar a problemática da viação romana, interpreta o traçado convencional da via XVI como partindo da Porta do Olival, de onde seguiria pela Rua dos Mártires da Liberdade (e não pela Rua do Almada, como propõe Vasco Gil Mantas) até à Praça da República e à Lapa, defendendo também o posterior percurso por Antero de Quental e não por São Brás, como pretendeu Mantas.

[1236] As Inquirições de 1220 precisam esta via «*que vocatur via veteris et incipit in fluvio Dorii in loco qui dicitur Arrabea, deinde quomodo venit ad cautum qui stat inter Loordellum et Citofactam* (…)» (ALMEIDA, CB, 1980: 152), mas o monte da Arrábida, a uns 400 metros a nascente da Calçada do Ouro era, e é, elevação potente e escarpada, por onde não poderia subir uma via de grande trânsito.

5.3.3.1.6. Necrópoles

Algo que muito poderia auxiliar-nos no discernimento dos antigos eixos viários romanos seria a localização das necrópoles, tanto do *uicus* de Cale, como dos restantes núcleos de povoamento. Mas, infelizmente, o Porto tem sido sobremaneira avaro a esse respeito. Na verdade, nunca se encontrou qualquer traço de áreas funerárias, fosse de forma direta ou, eventualmente, por outros indícios ou pela natureza dos vestígios arqueológicos detetados. É uma situação muito singular, considerando a expressão urbana do povoamento de época romana, mas que acreditámos que, mais tarde ou mais cedo, o acaso de um achado se encarregará de iluminar.

De facto, regista-se uma única sepultura «romana» na cidade, aquela que apareceu durante as escavações do imóvel da Rua de Sant'Ana, n.º 12 (SNT12.98/LGC12.04), situado na encosta poente do morro da Penaventosa (Figuras 223 a 226). O enterramento surgiu sobreposto por um muro espesso, provavelmente medieval, o que impediu a sua escavação na totalidade. Trata-se de uma sepultura de inumação, de orientação Leste/Oeste, com as medidas aproximadas de 1,60 x 0,60 metros e constituída por uma base feita de *tegulae*, assente numa pequena concavidade aberta no saibro natural e com as paredes laterais feitas no mesmo material, formando uma cobertura em duas águas colmatada superiormente por *imbrex*[1237]. Todo o conjunto estava recoberto por um amontoado de pequenas pedras, delimitado por um pequeno murete lateral (VARELA; CLETO, 2001: 11-12; CLETO; VARELA 2000: 133)[1238].

O enterramento pertencia a um indivíduo adulto, do século feminino, deposto em decúbito dorsal (SILVA, AM 1999). Aparentemente, a sepultura, que se achava inviolada, não integrava mobiliário funerário, devendo talvez interpretar-se como inclusões ocasionais os «4 pequenos e incaracterísticos fragmentos de cerâmica romana» (VARELA; CLETO, *ibidem*), de cor negra, localizados nas terras que a preenchiam. Os autores da escavação dataram esta sepultura dos séculos IV-V, propondo a possibilidade de obedecer a um rito paleocristão (*Idem*: 36). Na verdade, sepulcros desta tipologia, ditos «*a cappuccina*», ou «*tumbas de tejadillo*» (MOLANO BRÍAS; ALVARADO GONZALO, 1994: 336), pertencentes ao «tipo C» de J. ABREU (2002: 70-71), são muito comuns em contextos funerários tardios (LÓPEZ QUIROGA, 2010: 28-30), igualmente no norte de Portugal, como sucede, por exemplo, na necrópole da Facha/Paço, no vale do Lima (ALMEIDA, CB, 1980: 72-77). Mário. J. BARROCA inseriu esta tipologia no grupo das «necrópoles de transição», precisamente por essa imprecisão de gosto e rito que arqueologicamente evidenciam (BARROCA, 1987: 59, 65). Não é seguro que a sepultura do Largo do Colégio possa entender-se como absolutamente isolada, casos que também ocorrem em ambientes paleocristãos (AREZES, 2017: I, 188-189), mas é facto que na área escavada no local, ainda substancial, não surgiram outros indícios funerários.

A cronologia da sepultura articula-se aqui diretamente, se bem entendemos, com o troço de muralha romana cujo paramento se identificou no exterior do mesmo edifício, poucos metros a sudoeste. Uma sepultura intramuros seria impensável se a própria muralha não fosse tardia (LÓPEZ QUIROGA; RODRIGUEZ LOVELLE, 1998: 1323) e mais ainda o sepulcro, que datamos de pleno século V (SILVA, 2010c: 230).

[1237] Os autores da escavação anotam, ainda, que as *tegulae* utilizadas no sepulcro parecem ter sido fabricadas expressamente para esta finalidade, pela sua fraca cozedura e a circunstância de uma apresentar um orifício (VARELA; CLETO, 2001: 12), dando como exemplo observações similares efetuadas nas necrópoles tardias de Mérida (MOLANO BRÍAS; ALVARADO GONZALO, 1994: 336).

[1238] Uma intervenção posterior (LGC12.04) permitiu levantar a quase totalidade da sepultura, confirmando-se, com uma perceção mais nítida, a interpretação estrutural feita no momento da escavação (RIBEIRO, SILVA, no prelo).

Na biografia de Possidónio da Silva, um dos fundadores da museologia arqueológica portuguesa, Ana Cristina MARTINS (2003: 282, nota n.º 175) assinala, com base, certamente, de notas inéditas deixadas por aquele investigador, que Possidónio, em 1889, «escavou um cemitério do Porto, que apresentara vestígios de mosaicos romanos». Esta notícia, entretanto acolhida em outros estudos (ABRAÇOS, 2019: 221), não teve eco, porém, em qualquer outra fonte da época ou posterior, pelo que deveremos considerá-la como aludindo a algum local na região do Porto, mas seguramente fora da cidade[1239]. Haverá, assim, que aguardar que a arqueologia possa revelar-nos outros contextos cemiteriais antigos no espaço da atual cidade do Porto[1240].

5.3.3.1.7. Os tempos e o estatuto de Cale

Como conclusão deste capítulo, impõe-se que façamos algumas considerações de ordem cronológica e, bem assim, que discutamos um pouco o lugar de *Cale* no quadro económico e político da Galécia meridional.

Já vimos, pelo que atrás ficou exposto, que o povoado indígena, até, talvez, ao século I a.C. não parece ter constituído um castro de excecional relevo, não obstante a sua situação geográfica, perto da foz de um grande rio, ter proporcionado aos seus habitantes contactos comerciais com portadores de produtos mediterrânicos (por ora escassamente atestados, mas que, cremos, aumentarão à medida que se aprofundem os estudos dos materiais exumados nas escavações da cidade). Ignoramos se no encontro dos *Callaeci* com Decimus Iunius Brutus, em 137 a.C., se envolveu também *Cale*, pois desconhece-se o local da batalha decisiva; mas, ainda que o castro da Penaventosa pudesse ser o seu «berço étnico», certamente que a comunidade ocuparia outros *castella* do Baixo Douro.

Na verdade, sendo convicção da maioria dos autores, na atualidade, a correspondência de *Cale* com o núcleo da margem norte, o castro da Penaventosa (SILVA, AF, 2000: 100-101; 2013: 42-43; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 348; MANTAS, 1996: 840; TRANOY, 1981: 65-66; ALARCÃO, 1996a: 26), e a própria localização dos *Callaeci* nessa região, neste caso ainda com algumas exceções (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 28-30; 1997e, REDENTOR, 2017a: I, 84)[1241], na maior parte dos estudos, os *Callaeci* são apenas uma legenda sobre um mapa, simples peça do *puzzle* das *ciuitates* dos tempos da dominação romana. Compreende-se que assim seja, e esta constatação não é uma crítica, pois o presente trabalho, entre outros aspetos, demonstra, a nosso ver, a dificuldade de articular a leitura do registo arqueológico com as comunidades que o mesmo representa.

Armando Coelho F. Silva tem sido um dos estudiosos que tem ousado «imaginar»[1242], não só a cartografia, como também a organização étnica e socio-política das comunidades proto-históricas do norte de Portugal, à luz de dados arqueológicos, epigráficos, linguísticos e outros (SILVA, AF, 1986; 2013a). Importa, por isso, que discutamos as suas propostas.

[1239] Contactámos diretamente a autora da excelente biografia de Possidónio da Silva, Ana Cristina Martins, a qual, todavia, não teve possibilidade de recuperar a fonte original desta notícia. A alternativa de localização que nos ocorre, se é exata a informação, é Frende, em Baião, onde de facto apareceram mosaicos (ARAÚJO, 2010, com bibliog. anterior), mas o local parece-nos demasiado distante para ser referenciado como «Porto».

[1240] Fundamentado na identificação da estela funerária de Miragaia (E22) e na perdida inscrição dedicada (?) ao *Durius* (E23), Armando REDENTOR (2017a: I: 488) sugeriu que naquele local poderá ter existido uma necrópole, hipótese que, julgamos, requer maior consolidação. Aliás, a zona baixa de Miragaia deveria estar (como ainda hoje), em leito de cheia do rio, localização de todo inapropriada à implantação de um cemitério.

[1241] Questão que melhor tratamos nos pontos 2.2.5, 3.3 ou 6 desta dissertação.

[1242] O verbo não é aqui casual. Embora o conceito de Benedict ANDERSON (2017 [1983]) tenha outras ressonâncias sociológicas; na verdade, não só a *Callaecia* romana é, de facto, uma entidade política que pode assimilar-se a uma «comunidade imaginada», como referimos em ponto próprio, como a nossa aproximação dos *povos* proto-históricos requer a ousadia de «imaginar», sem as ficcionar, realidades que nos são quase totalmente alheias.

Na sua tese doutoral – obra de referência indispensável para a «cultura castreja» do norte português – Armando Coelho não tem dúvidas em estabelecer os *Callaeci* na margem direita do Baixo Douro, com um território que se estenderia desde a foz do rio Sousa até ao Atlântico, observando até a sua influência até Valongo ou mesmo ao castro de Sanfins, em Paços de Ferreira, indicando o seu «centro provável em *Cale*, situado no Morro da Sé do Porto» (SILVA, AF, 1986: 277)[1243]. Entretanto, aprofundando a perspetiva da organização proto-urbana dos grandes povoados na fase final da Idade do Ferro, este Autor ensaiou a análise territorial dos *populi* pré-romanos da região, adotando como módulo a distância de cerca de 25 km (uma jornada de caminho), o que o levou a reordenar hierarquias e geografias. Em resultado destes desenvolvimentos, propôs que os Madequisenses teriam sede no castro de Alvarelhos, os Anaicos no Monte Mozinho e os Calaicos no castro do Muro, em Vandoma, Paredes, todos estes povos «pertencentes à zona meridional dos Brácaros» (SILVA, AF, 1993: 18; 1994: 77-78; 2000: 97, 100)[1244].

Refletindo particularmente sobre o desenvolvimento do castro da Penaventosa – com base, essencialmente, nos resultados das escavações na Rua D. Hugo, n.º 5, as únicas então divulgadas – Armando Coelho sugeriu que o povoado teria experimentado particular desenvolvimento e expansão pelos meados do primeiro milénio a.C. (SILVA, AF 1994: 73: 2000: 95), tese que manteve posteriormente, chegando a indicar que o castro teria então atingido os quatro hectares de expansão (SILVA, AF 2013: 30), crescimento que, como vimos, não tem, por enquanto, qualquer sustentação arqueológica, nem pelo perímetro das muralhas, nem porm qualquer estimativa segura da área efetivamente ocupada.

Este investigador tem assinalado, com particular ênfase, o impacte da campanha de Decimus Iunius Brutus sobre os povos do noroeste, considerando esta incursão romana como razão de uma reorganização político-militar que levou à concentração das comunidades em povoados de maior dimensão e à reestruturação planimétrica destes segundo padrões proto-urbanos, implicando que destas «cidades castrejas», como amiúde as designa (SILVA, AF, 1993), emergissem novas centralidades e hierarquias. Nesta linha, segundo o autor, Cale não seria o lugar central dos *Callaeci* antes da dominação romana, assumindo o castro do Muro de Vandoma tal papel (SILVA, AF, 1994: 87), pelo menos a partir do ataque de Brutus[1245].

Em trabalhos posteriores, A. C. Ferreira da Silva defende ter sido a citânia de Sanfins a capital dos *Callaeci* entre o confronto com as legiões romanas e o final da conquista, em 19 a.C. (SILVA, AF, 1998: 3; 1999a: 5); até que desenvolve um novo modelo organizativo dos *Callaeci*, que poderíamos designar *polinucleado*, segundo o qual a citânia de Sanfins seria a capital político e principal centro «produtivo», o Muro da Vandoma um centro de controlo mineiro sobre as explorações auríferas de Paredes e Penafiel e o morro da Sé – o castro da Penaventosa – o «*port of trade*», por onde se escoavam o ouro e outros produtos e chegavam artefactos importados (SILVA, AF, 1999b: 45; 2000: 100-101)[1246].

[1243] Se bem que, no plano étnico, incluísse os *Callaeci* entre os *Bracari*, que controlariam a região até ao rio Douro (SILVA, 1986: 281).

[1244] A utilização desta distância de uma jornada para definir os «territórios teóricos» dos diferentes *castella* havia já sido proposta anteriormente por este autor (SILVA, 1984c: 123); as bases epigráficas para a identificação daquelas unidades étnicas radicam em outro trabalho antecedente de Ferreira da SILVA (1980b).

[1245] Não é claro, no pensamento deste autor, se o povoado castrejo da Penaventosa teria alguma centralidade ou destaque particular antes da incursão de 138-137, uma vez que em vários trabalhos refere a transferência, nessa época, de *Cale* (sic) – que julgámos estar por «capital dos *Callaeci*» por gralha – para Vandoma (SILVA, AF, 1995a: 524; 1996: 52).

[1246] Não é claro o ambiente cronológico proposto para este modelo, pois se a ênfase na mineração e no comércio requerem um contexto posterior à conquista, já de administração, romana; por outro lado, não vemos muito bem como articular estas diferentes funções e centralidades no quadro organizativo de uma *ciuitas*.

Por fim ensaiando uma proposta de enquadramento etnogeográfico mais amplo, Armando Coelho, tem vindo a delinear um modelo interpretativo bastante ousado, assente especialmente em argumentos epigráficos e linguísticos e em analogias culturais com mitos e ideologias célticas e indo-europeias pré-célticas (SILVA, AF, 2011a; 2011b; 2013a; SILVA; AF; PINTO, 2011). No geral, o autor distribui e organiza os *populi* pré-romanos desta região[1247] de acordo com uma cartografia simbólica fundada em cinco «territórios» e sítios – uma «quadripartição em cinco secções», na sua própria expressão (SILVA, AF, 2011a: 22). Seguindo de perto as teorias de Claude STERCKX (2005; 2009), que salienta a especial simbologia do número cinco entre os celtas – refletida, por exemplo, na repartição dos Celtiberos em quatro grupos étnicos, eventualmente, com um quinto núcleo, segundo testemunho de Estrabão (III, 4, 13 e 19)[1248] –, nas línguas antigas[1249], ou na geografia política dos povos medievais de ascendência céltica, como sucedia com os quatro reinos ou condados tradicionais irlandeses, dispostos em torno de um quinto (o de Meath), mais simbólico que poderoso, quadro que se replica tambem em Gales (SILVA, AF, 2013a: 42-46), Armando Coelho aplica o mesmo princípio às populações proto-históricas do norte de Portugal[1250].

Nesta linha, é feita uma articulação entre aqueles que parecem ser os principais povoados da região e os povos que, por fontes epigráficas ou literárias, parecem ajustar-se-lhes. A referida quadripartição com um ponto central apontaria, deste modo, na metade setentrional do círculo, para os *Madequisenses*, instalados no castro de Alvarelhos (Santo Tirso)[1251], a noroeste e os *Fidueneae*, com assento em Sanfins, Paços de Ferreira[1252], a nordeste; no sector meridional, teríamos os *Anaicos*, ou *Danaicos*, fundados no Mozinho (Penafiel), a sudeste[1253]; restando o «cantão» sudoeste para os *Callaeci*, com sede no castro de *Cale*[1254]. O ponto central, com funções religiosas e de encontro simbólico destes quatro *populi*, seria precisamente o castro do Muro (Paredes), geograficamente localizado em posição

[1247] Embora o enquadramento cronológico deste modelo não seja claramente indicado, a leitura dos diversos textos em que o Autor o explicita permite supor que, tratando-se apenas de um sistema organizativo indígena, teria continuidade em época romana; de outra forma não se compreenderia a inclusão de Monte Mozinho como sede de uma das entidades gentilícias, como é natural.

[1248] Em nota à passagem de Estrabão III, 3, 13, GÓMEZ ESPELOSÍN e os restantes comentadores (GÓMEZ ESPELOSÍN; CRUZ ANDREOTTI; GARCIA QUINTELA, 2015: 270, n. 92) lembram similar interpretação, feita por este último, no quadro dos mitos celtas (GARCIA QUINTELA, 1999: 147-157).

[1249] A. Coelho lembra, seguindo a STERCKX (2005: 241-247) a proximidade de certos termos e expressões entre os povos que adotaram o cálculo digital: em latim *quinque* (cinco) e *cunctu*s (tudo); em grego *pux* (mão fechada), *penta* (cinco) e *pan* (tudo) (SILVA, AF, 2013a: 49). Veja-se, também, Claude STERCKX, 2009 (55-56).

[1250] Discutiremos aqui apenas a região que mais diretamente interessa aos *Callaeci*, deixando de parte ensaios paralelos feitos pelo mesmo autor para o grupo dos *Nemetati*, no vale do Ave (SILVA, AF; PINTO, 2011) e para os Zoelas do nordeste transmontano (SILVA, AF, 2011b).

[1251] A identificação dos Madequisenses com o castro de Alvarelhos, com base na leitura de uma inscrição funerária ali aparecida (REDENTOR, 2017a: II, 195-196, n.º) por A. C. Ferreira da Silva (SILVA, AF, 1980: 80-89), é relativamente consensual na atualidade, bem como a evolução toponomástica de *Madiae* > *Maia*, nome da circunscrição medieval (MOREIRA, 2009: 70-71).

[1252] Do mesmo modo, não parece suscitar dúvidas a interpretação da inscrição rupestre da citânia de Sanfins, lida pelo mesmo autor (SILVA, AF, 1980: 80), como aludindo a este étnico como dedicante de um voto (REDENTOR, 2017a: II, 35-36, n.º 19).

[1253] A determinação desta unidade gentilícia funda-se na leitura de duas aras de Penafiel, onde A. Coelho vislumbra os genitivos *Anaeci[s]* e *Danigom* < *Danaecorum*, (SILVA, AF, 1986: 278-279; 2011a) questão, todavia, de aceso debate epigráfico Veja-se o que acima escrevemos sobre o tema (ponto 4.3.2.2.3).

[1254] Também para *Cale*, havendo contudo outros argumentos, o Autor valoriza a sua interpretação das aras de Santa Comba, Paredes, onde lê uma dedicatória a *Calaecia*, divinização da entidade étnica que ocupava as margens do Douro. Sobre a problemática, e a nossa opinião sobre o tema, veja-se, em particular, o ponto 7.1.

relativamente central[1255] em relação aos anteriores sítios (SILVA, AF, 2011a: 22-23; 2013a: 42-46)[1256].

O papel do castro do Muro nesta economia política dos *Callaeci*, pese embora a relativa centralidade e antevista importância regional do povoado, atendendo até às dimensões que parece corporizar, é, do nosso ponto de vista, largamente especulativo. Temos tido oportunidade de colaborar, recentemente, num trabalho de revisão e reavaliação dos achados de superfície feitos naquele povoado (pois as pequenas sondagens arqueológicas ali realizadas foram quase conclusivas), que indiciam, na verdade, uma ocupação muito significativa do local desde a pré-história (SILVA, MA *et al*., 2018; 2020; SILVA, MA, SILVA, FÉLIX, 2021). Porém, embora o sítio seja, correntemente, tipificado como «castro» (ALMEIDA, CF, 1980b; SILVA, AF, 1986: 85; CALO LOURIDO, 1994: 627; QUEIROGA, 2003: 169-170), como vestígios datáveis da Idade do Ferro, conhecem-se, apenas, alguns fragmentos de cerâmica, aparentemente antigos dentro da proto-história e, talvez, um resto de tríscele em granito (CALO LOURIDO, 1994: 626-628). Os testemunhos de época romana em pouco são mais vistosos: restos de *tegula* e *imbrex*, com alguma abundância, e a notícia de uma desaparecida ara, ao que parece, dedicada a *Nabia* (SILVA, MA *et al*., 2020: 35-36). Tem-se aduzido em favor da importância do povoado, a sua imponente muralha, com um perímetro de quatro quilómetros e delimitando uma extraordinária superfície (insólita para um castro) de 62 hectares, estrutura defensiva por ora impossível de datar com o mínimo de certeza (*Idem*: 37-38). Ou seja, e em resumo, parece-nos pouca documentação para aqui situar, seja a capital sidérica dos *Callaeci*, seja qualquer centro religioso ou de reunião dos povos da região.

Abonando a sua tese, o professor Armando Coelho chama à colação outros dois elementos: uma enorme gravura inscrita num penedo do castro do Muro, representando um cruciforme de braços iguais com terminações discóides, que o autor interpreta como representação da quadripartição étnica que defende (SILVA, AF, 2013a: 45)[1257]; e o conhecido carro votivo em bronze de Vilela. Quanto ao carro alegórico em bronze – que foi achado em 1920, juntamente com um espeto para carne, no mesmo material, a cerca de 5,5 quilómetros do povoado do Muro, não parecendo, por isso, ter particular relação com o sítio – parece proceder de um depósito votivo, não de um povoado[1258]. Naturalmente, a interpretação da sua rica iconografia, com figurações humanas e animais, a que já aludimos em outro ponto[1259], ultrapassa o objetivo deste capítulo.

[1255] O castro do Muro dista cerca de 9 km de Mozinho, 14 km de Sanfins, 22 km de Alvarelhos e 21 km do castro da Penaventosa.

[1256] À fundamentação literária e epigráfica, Armando Coelho acrescenta ainda diversos elementos toponímicos e linguísticos, como por exemplo, a formação trilítera na raiz dos étnicos elencados (**Cal-, *Dan-, *Mad-, *Fid*) e outras considerações sobre o próprio significado dos termos (SILVA, AF, 2011a; 2013a, ibidem), questões que não são da nossa especialidade nem nos interessam particularmente neste ponto do debate.

[1257] Esta gravura, de datação problemática sem contexto arqueológico que devidamente a enquadre, foi popularizada no sítio eletrónico de Manuel José Cunha, um interessado por temas de história e património (http://manueljosecunha.blogspot.com/). A representação foi objeto de levantamento gráfico por parte dos serviços de arqueologia do Município de Paredes, aguardando-se o seu estudo para publicação.

[1258] Na revisão dos povoados da Idade do Ferro optámos por não considerar o local do achado nessa categoria, ainda que Armando C. F. Silva o inclua o sítio, com a designação de «Monte da Costa Figueira» entre a sua lista de castros do Norte de Portugal (SILVA, AF, 1986: 85, n.º 379; 2007: 137, n.º 470), no que foi replicado por QUEIROGA (2003: 170, n.º 213). Na primeira notícia publicada sobre o achado, E. Freitas reconhece que o monte de Costa Figueira «faz lembrar o local de um pequeno castro», mas diz também que nele «nada descobrimos que nos pudesse indicar ter sido habitado», especulando ainda sobre a possibilidade do lugar da Pena, situado no sopé do primeiro, ter sido uma «fortificação luso-romana» (FREITAS, 1923: 10-11). O inventário do património arqueológico do Plano Diretor Municipal de Paredes, regista o sítio com a informação de tratar-se de uma «elevação, hoje completamente descaracterizada pelo avanço de urbanização e indústria» (MUNICÍPIO DE PAREDES, 2014: Id. Vil001A).

[1259] *Vd. supra*, ponto 3.2.2.

Entremos então num outro momento, talvez mais decisivo para o devir da Penaventosa, entretanto estendida para o seu *uicus* ribeirinho, como entendemos. Depois de sugerir a deslocação da capitalidade dos *Callaeci* do castro portuense para o Muro da Vandoma, o autor que temos vindo a comentar propõe que, nos inícos do século I, com o estabelecimento das *ciuitates*, regressasse a *Cale* o centro de controlo regional[1260]. Não levantando questão a data da organização dos *populi* em *ciuitate*s – certamente ainda da fase augustana e, talvez, antes ainda da viragem do milénio (DOPICO CAÍNZOS; SANTOS YANGUAS, 2017: 712) – Armando Coelho explica que tal alteração de sede ter-se-á devido à intenção de Roma de retirar capitalidade às metrópoles castrejas para as estabelecer em novos núcleos (SILVA, AF, 1994: 87-88)[1261]. Neste período, e como resultado desta alteração política, defende-se uma eventual reorganização do povoado, que não teria chegado a alcançar a fase de proto-urbanização nos séculos antecedentes (*Idem, ibid*.)[1262] mas, que agora, fruto das novas condições políticas e económicas[1263], seria dotado de um «centro urbano modelado à maneira romana» (*Idem*, 89; SILVA, AF, 2000: 101).

A emergência de *Cale* como centro político no marco do novo quadro administrativo tem vindo a ser sublinhada por alguns autores, como Rui Morais, que relaciona esta circunstância com os novos padrões de consumo refletidos na abundante presença de ânfora Haltern 70, e outras importações precoces, no Porto (MORAIS, 2018: 40). A evidência arqueológica no castro da Penaventosa – hoje bem mais volumosa que a evocada, há mais de duas décadas, por Ferreira da SILVA (*Idem, ibidem*) – não o inviabiliza, mas a escala das escavações, a escassez de materiais arqueológicos, e a generalizada carência do seu estudo, não nos autorizam a afirmá-lo com maior segurança. Remodelações urbanísticas de vulto, talvez só no topo da elevação, pelas razões já invocadas; mas, ainda assim, o simples jogo das probabilidades já deveria ter-nos brindado com a localização de elementos arquitetónicos ou bens móveis de maior excecionalidade.

Todavia, além do *oppidum* – estatuto mínimo para uma capital de *ciuitas* (LE ROUX, 1999: 236) –, aglomerado certamente peregrino e estipendiário, pois outro estatuto se lhe não conhece; parece-nos quase forçoso que nas margens do Douro, onde o comércio se implementava extraordinariamente e o terreno acolhia maior empreendedorismo urbanístico, não se estabelecesse, naturalmente, o *uicus* progressivo que tentamos imaginar. Porém, mesmo abandonando a busca de equipamentos e monumentos nobilitantes ou, pelo menos, indiciadores de maior qualidade de vida (vias calcetadas, sistema de esgotos ou arquitetura de qualidade ou algum estabelecimento público ou religioso, por modesto que fosse), os traços de ocupação do Alto Império na Vila Baixa, ainda que presentes[1264], são extremamente reduzidos, como já tivemos ocasião de mencionar.

Só vemos, para esta realidade que hoje temos presente, duas possibilidades explicativas. Ou a reformulação urbana de *Portucale*, provavelmente levada a cabo entre os séculos IV e V, foi tão profunda que praticamente apagou os traços da anterior ocupação humana (mas, assim

[1260] Não obstante, o subtítulo do capítulo onde o assunto é mencionado - «*Cale* capital de civitas: uma hipótese a considerar» - parece exprimir algumas dúvidas por parte do Autor (SILVA, AF, 1994: 86; v. também 2000: 100).

[1261] Estratégia que, não sendo a dominante entre os estudiosos, que tendem mais a admitir uma política de continuidade dos lugares-centrais, não deixa de ser admissível. Bastaria o Edito de El Bierzo para nos lembrar o quanto territórios e demarcações étnicas facilmente se alteravam sob o mando de Roma.

[1262] Como já observámos, também por razões que se prendem, de forma direta, com as condições topográficas do sítio.

[1263] A que, naturalmente, não era estranho o escoamento do ouro de Valongo e, porventura, mesmo de Jales e Tresminas (SILVA, AF, 1994: 96).

[1264] E provavelmente, em certos casos, em proporção mais significativa que o imaginado, como parece sugerir a reavaliação das estratigrafias da escavação da Casa do Infante (CI.91), trabalho que permitirá um melhor fundamentado estudo dos materiais (DORDIO; TEIXEIRA, 2021).

sendo, deveríamos talvez encontrar ainda mais e mais qualificados vestígios arquitetónicos tardo-romanos, mesmo que, porventura, reaproveitados em construções posteriores); ou, em alternativa, devamos talvez reequacionar a relação político-funcional entre os dois núcleos, Penaventosa e Vila Baixa. Eventualmente, o *uicus* junto ao rio poderia não possuir uma malha edificada muita densa no século I, sendo as funções comerciais e portuárias asseguradas, por exemplo, por construções em madeira[1265]; em contrapartida, morariam no alto do velho *oppidum*, simbolicamente e devidamente enquadrados por cerca defensiva, sempre prestigiante, os cómodos para as delegações oficiais, os espaços requeridos por alguma atividade administrativa[1266] e, naturalmente, algum templo ou espaço consagrado à prática religiosa[1267].

Julgamos que o período baixo-imperial, e ainda o período dos séculos V-VI, serão marcados na Vila Baixa – agora já *Portucale* – por particular dinamismo económico[1268], em articulação com os núcleos fronteiros de Vila Nova e do Castelo[1269] e com outros polos entretanto desenvolvidos, como o importante abrigo, fundeadouro e zona portuária de Crestuma, um pouco a montante no rio[1270]; ou, já na fachada atlântica, com o igualmente dinâmico porto de Guifões[1271]. Talvez a Penaventosa tenha sofrido, nessa época, alguma retração de povoamento ou, pelo menos, ter ficado mais reservada a funções militares ou de governo. Alguma obra de vulto na muralha que porventura pudesse justificar a expressão «castro novo» do *Parochiale*, não estando atestada, não deve deixar de considerar-se.

5.3.4. Ocupação proto-histórica e romana de Gaia e Vila Nova

O debate, ainda hoje em aberto, sobre a localização física de *Cale*[1272], assenta não apenas na referência do *Parochiale* dos suevos ao *Portucale castrum antiquuum* da margem esquerda do rio Douro mas também, deve notar-se, à longa tradição literária e historiográfica que, a este propósito favorece mais o *sítio* do Castelo de Gaia do que a sua homóloga elevação portuense. Na verdade, se no século XVI o erudito João de Barros na sua *Geografia de Entre Douro e Minho*, justificava a antiguidade e o nome do castelo e lugar à fundação de Caio Júlio César, indicando até que «alli estauão alguas pedras com o nome de Caio Cesar» (BARROS, 1919: 37; 2019 [1548]: 284), já muito antes diversas lendas destacavam e perenizavam na memória escrita e popular a excecionalidade, a centralidade como centro de poder e a natureza fundacional do Castelo de Gaia, especialmente a designada lenda de Gaia ou do Rei Ramiro, um dos primeiros registos ficcionais em prosa da língua portuguesa.

[1265] Armando Coelho propôs que apenas no Baixo-Império teria tido lugar a expansão urbana para a Cividade e para a Ribeira, com maior desenvolvimento, nesta área, de instalações portuárias (SILVA, AF, 1994: 86, 89), o que admitimos para o primeiro local, mas parece-nos menos provável no que toca à zona ribeirinha.

[1266] Ainda que não consigamos imaginar, propriamente, um *forum*, como por vezes é adiantado (SILVA, AF, 2000: 101).

[1267] Tratando-se de um «velho» castro, não é mister que na Penaventosa se imagine um templo de ordem toscana; em outros povoados bem romanizados, o culto teria lugar em edifícios porventura descaracterizados, e, nem por isso, os ritos devidos ao imperador ou às divindades locais deixariam de ser devidamente celebrados.

[1268] A este propósito, a hipótese do abandono da área ribeirinha após a queda do Império (SILVA, AF, 1994: 99), sugerida, talvez, com base na falta de elementos arqueológicos, não é de sustentar; pois materiais dos séculos V a VIII são muito raros (ou, então não são identificados) igualmente na Penaventosa. A Rua de D. Hugo, n.º 5 é quase uma exceção, mas, ainda assim, tais materiais não são particularmente ricos ou abundantes (VELOSO, 2020; 2021).

[1269] Vejam-se em particular, no que se refere à ocupação tardo-antiga, os trabalhos de Gonçalves GUIMARÃES (1989, 1995a, 1995b, 2002, 2017b, 2018, 2019), NASCIMENTO *et al*., 2020; NASCIMENTO, SOUSA, e.v.p. e ainda SILVA, 2017b; 2020b.

[1270] Entre outros, SILVA, GUIMARÃES, 2011, 2013; SILVA, 2014; SILVA, CARVALHO, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015.

[1271] Vejam-se, por exemplo, MENDES-PINTO, 2014; VARELA, 2013a; AREZES, 2017.

[1272] *Vd*. *supra* ponto 2.2.

Glosada em várias versões desde os finais do século XIII (ROSSI, 1979: 17; MIRANDA, 1988; 2010; REGO, 2015) e ainda mais popularizada, no século XIX, pelo escritor romântico Almeida GARRETT (1853: 198-264), esta lenda, cujos tema e estrutura estão desde há muito identificados como uma variante da história da «Mulher de Salomão», uma narrativa mítica oriental que se difundiu pela Europa durante a Idade Média (GASSMANN-RAMOS, 2011; FERREIRA, 2013) – aqui convenientemente transportada, com função identitária, para o período de ocupação muçulmana da região e da reconquista astur-leonesa – gira em torno do rapto de mulheres e da tensão entre os dois poderes então em confronto (SILVA, 2020b)[1273].

Outras narrativas mais ou menos míticas ou, pelo menos, historicamente pouco fundamentadas, concorrem para enobrecer este núcleo primordial de habitação humana sedentarizada, como a de ter sido o local de martírio de Santa Liberata (COSTA, 1983: 160; GUIMARÃES: 1995a: 105-106); ou a tradição de ter estado implantada em Gaia a primitiva sé portucalense, fundada ou dedicada por São Basílio, sagrado por São Tiago na sua suposta missão à Península no ano de 44 e apontado como primeiro titular da diocese pelo bispo D. Rodrigo da CUNHA (1623: 7-8, *passim*), ao que a historiografia não reconhece qualquer sustentabilidade (SANTOS, 1881: 28-29; OLIVEIRA, 1940: 396; REAL; SILVA, no prelo).

À margem destas *estórias* e narrativas mais ou menos lendárias, naquela colina gaiense ter-se-á construído uma fortificação (fosse de origem ou, eventualmente, assente em estruturas anteriores) talvez pelos finais do século IX, no quadro temporal das presúrias do Porto (868) e Coimbra (878) e no âmbito do processo de «encastelamento» que acompanhou o avanço para sul das forças cristãs de Afonso III (SILVA, 2017a: 115-116; 2020b: 524-525). Diversas referências documentais aludem ao castelo medieval a partir do século XIII, estando até no centro de vários conflitos e disputas políticas, nomeadamente em 1322 e 1355, até que em finais de 1384, no contexto da crise dinástica e da guerra com Castela, acabou por ser destruído pelos moradores do Porto, os quais, juntando-se, «tomaram o castelo e roubaram-no de quanto nele tinham, derribando o muro e torres deitavam-no todo ou levavam-no», como conta Fernão Lopes, não voltando a ser reconstruído (GUIMARÃES, 2002: 28-32; SILVA, 2020b: 527-528)[1274]. Já no século XIX, a instalação de uma bateria e a fortificação do local no período das guerras liberais (1832-1834) terá contribuído decisivamente para o desmantelamento dos vestígios então ainda eventualmente visíveis (SANTOS, 1881: 29; GUIMARÃES, 2002: 31-33)[1275].

5.3.4.1. O Castelo de Gaia

Foi apenas no ano de 1983 que a arqueologia chegou ao Castelo de Gaia, e desde logo indagando sobre o seu passado mais remoto. Esta colina, com uma cota máxima na ordem dos 78 metros, tem as suas encostas mais declivosas voltadas a nordeste, caindo quase abruptas sobre o rio, enquanto no arco oposto, de noroeste até sudoeste, o desnível orográfico é menor e, em consequência, o acesso está mais facilitado (Figuras 55, 289 e 290). Notícias

[1273] Neste trabalho discutimos mais aprofundadamente este tópico, com outras referências bibliográficas.

[1274] Há, em relação a esta época, uma nota historiográfica curiosa que importa lembrar. Referindo-se à tomada do castelo de Gaia por parte do infante D. Afonso, em 1322, no contexto do conflito com o seu pai, o rei D. Dinis, Fr. Rafael de Jesus, escreveu na *Monarquia Lusitana*, que o Castelo de Gaia era «fortificado vestígio de antigas ruínas, em sítio por natureza defensável» (JESUS, 1683: 142), parecendo, talvez, aludir a antecedentes arquitetónicos pré-medievais.

[1275] Em plantas e gravuras oitocentistas conseguem ainda distinguir-se traços dessa fortificação (SILVA, 2020b: 537-8). Em 2001, um desmoronamento de terras numa obra em curso na Rua de Rei Ramiro colocou à vista um muro antigo, provido de uma abertura encimada por arco ogival que se pensou pudesse corresponder a um troço de muralha do castelo, mas os trabalhos arqueológicos subsequentemente ali realizados não permitiram confirmar esta identificação (NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2004).

antigas sobre a ocupação romana ou pré-romana da elevação, se bem que esparsas (GUIMARÃES, 1995a: 155-156), o achado de uma epígrafe funerária romana no sopé (MATOS, 1937: 17-20; LE ROUX, 1982: 119, 179)[1276] e a própria topografia, própria de um povoado da Idade do Ferro, levaram Armando Coelho Ferreira da Silva às primeiras sondagens arqueológicas no topo do monte, feitas no marco do seu estudo sobre a «cultura castreja» no norte de Portugal (SILVA, AF, 1984; 1986)[1277]. Nesta linha, os objetivos daquele investigador passavam por averiguar possíveis vestígios de ocupação do período entre a Idade do Ferro e a Idade Média, atendendo à importância das redes fluviais para o povoamento antigo e, ao mesmo tempo, coligir informações que pudessem contribuir para a discussão historiográfica sobre a localização de *Cale* (SILVA, AF, 1984: 44-45). A pequena sondagem de 1983 (CAND.83)[1278], com 16 m^2 de superfície (basicamente para obter um corte estratigráfico), foi implantada no topo da acrópole do povoado, uma das áreas ainda livres de urbanização, sendo alargada numa outra campanha de escavações em 1985. Embora os resultados destas duas campanhas de escavações ainda não tenham sido publicados monograficamente, os dados vindos a público indicam que a intervenção não identificou depósitos ou estruturas pré-romanas, mas apenas as ruínas de uma construção augustana ou posterior, de plano retangular, na qual se evidenciava, num dos compartimentos, sobre um piso de saibro compacto, a base de uma lareira composta por fragmentos de ânfora (Figuras 267 e 268), restos atribuídos por Ferreira da Silva ao século I (SILVA, AF, 1984: 46; 2007: 78, n. 471). Apenas o espólio exumado, designadamente a cerâmica, deu nota de ocupações posteriores – até aos finais do Império – como mais antigas, da Idade do Ferro ou mesmo dos finais do Bronze (*Idem*: 45), o que posteriormente viria a confirmar-se em outras intervenções nas proximidades.

Esta intervenção arqueológica – a única feita no Castelo de Gaia, até aos dias de hoje, com propósito primordial de investigação arqueológica – teve, assim, o mérito de evidenciar e confirmar cientificamente a existência ali de um povoado castrejo, intensamente (e precocemente) romanizado, como entretanto haveria de averiguar-se. Recentemente, novos trabalhos de arqueologia tiveram lugar na parte mais elevada da colina de Gaia, a meia centena de metros dos primeiros (LC22.17), revelando importantes vestígios de época romana (FONSECA, 2017). Na sequência de uma obra ilegal de construção civil, que, infelizmente, provocou graves destruições patrimoniais, uma empresa de arqueologia foi chamada a caracterizar as ruínas e a estratigrafia do logradouro de uma habitação, detetando, a partir da leitura dos taludes da vala mecânica ilegal e da abertura de duas sondagens com cerca de 13 m^2 de superfície, a presença de significativos restos de muros de um edifício de época romana, concluindo-se, preliminarmente, que aquele contexto apresenta «diferentes fases de ocupação – dois níveis de circulação – e níveis arqueológicos cronologicamente anteriores,

[1276] *Vd*. ponto 4.7. Ficha de Inventário E42. Bibliografia praticamente exaustiva sobre esta peça foi publicada em Gonçalves GUIMARÃES, 2010: 9-10, notas 12 a 13.

[1277] A. A. Mendes Correia menciona, de passagem, «a exploração do Castelo de Gaia», por parte de José Fortes, aparentemente sem especiais resultados (CORREIA, 1932a: 53) e, na segunda edição da mesma obra, que as «escavações realizadas no Castelo de Gaia (…) foram infrutíferas» (CORREIA, 1935: 31). Todavia, a única notícia que conhecemos destas pesquisas, dada pelo próprio José Fortes, é a de que terá aproveitado trabalhos municipais para a «canalização pública do lugar» para algumas observações, que, na verdade, terão revelado «o subsolo uniformemente estéril» (FORTES, 1909: 15).

[1278] Como fizemos em relação aos sítios e trabalhos arqueológicos do Porto, indicamos o acrónimo da intervenção para que possam consultar-se outros dados no apartado respetivo do Inventário I.B.

dos quais se destaca uma calçada em granito, provavelmente enquadrável em período alto-imperial» (FONSECA, 2017: 19)[1279] (Figuras 269 e 270).

Salvo trabalhos menores, em pequenas intervenções na via pública[1280], o único trabalho de arqueologia registado à cota alta do Castelo foram as sondagens e acompanhamento arqueológico de obras nas áreas exteriores do Lar Pereira de Lima (LPL.09), que, curiosamente, não proporcionou qualquer achado de particular antiguidade (NASCIMENTO; LOUREIRO; GARCIA, 2012), certamente pelo facto da construção do edifício oitocentista ali existente ter implicado profundos desmontes de terreno, o que se compreende em função da topografia declivosa daquele sector do monte.

Para norte o relevo é menos acentuado e a colina do Castelo espraia-se em plataformas um pouco mais amplas, e numa delas, a Quinta de São Marcos, com cotas entre 50 e 33 metros (Fig. 290), tiveram lugar extensas escavações arqueológicas, em 2007 e nos anos seguintes (QSM.07), que proporcionaram significativas ruínas de época romana e da Idade do Ferro (SOUSA; PIEDADE, 2008; NASCIMENTO *et al*., 2020), incluindo numerosos muros – tanto de edifícios ortogonais, como de casas circulares de fases mais antigas – canalizações, silos, saibreiras e pisos de circulação que documentam uma ocupação contínua do local entre a Idade do Ferro e os tempos modernos, com destaque contudo para os períodos proto-histórico, romano (Figuras 271-272) e tardo-antigo (SOUSA; PIEDADE, 2008: 1-2), «indiciada pela contínua sucessão entre níveis de ocupação, abandono e destruição/derrube» (NASCIMENTO et al., 2020: 288). No que toca, concretamente, à ocupação proto-histórica, localizaram-se os alicerces de duas construções circulares, distanciadas cerca de seis metros entre si, truncadas mas com suficiente segmento de arco para o cálculo dos respetivos diâmetros (4,10 e 4,50 m, medidos pelo exterior), pertencendo também a esta fase dois silos de armazenamento escavados na rocha saibrenta natural (*Idem*: 289). Um destes silos (e ignoramos se alguma das casas) foi «parcialmente destruído pela construção de um muro alti-imperial (…), a que se sobrepôs um outro muro de época tardo-romana (*Idem, ibid*.). Na verdade, as construções de muros retilíneos parecem dominantes entre as ruínas, aguardando-se a publicação de uma planta geral para apreciar eventuais articulações planimétricas. Em recente síntese (NASCIMENTO *et al.*, 2020), foi destacada uma nota que também sublinhamos, uma vez que nos informa sobre um aspeto muito significativo da sequência ocupacional da estação: «à semelhança do descrito na intervenção da Taylor's's Fonseca[1281], os estratos da Idade do Ferro encontram-se cobertos por níveis de abandono e destruição/derrube (…), nalgumas zonas acompanhado por uma camada de incêndio residual, onde assentou um conjunto de construções de época romana, cuja funcionalidade não foi ainda possível estabelecer, mas que datámos dos séculos I-II d.C. (Sousa, & Piedade, 2008)» (NASCIMENTO *et al*., 2020: 289); ou seja, parecendo indiciar profunda remodelação do povoado no período alto-imperial.

Rodeando a colina do Castelo, no sentido dos ponteiros do relógio, descemos na altimetria ao contornar a encosta nascente, voltada ao Douro. Na rua de Viterbo de Campos, aberta à cota dos 40-45 metros, foram já realizados dois trabalhos arqueológicos de importância. O mais recente (RVC51.18) teve lugar em terrenos situados na Rua Viterbo de

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

[1279] A intervenção arqueológica ainda não foi concluída, aguardando-se com expectativa a melhor compreensão e datação destes contextos, provavelmente do Alto Império. Agradecemos ao diretor da escavação e à empresa Arqueologia e Património a autorização para utilização destes dados inéditos.

[1280] Trabalhos que foram por nós avaliados mas que aqui não serão considerados, uma vez que, de um modo geral, constituem acompanhamentos de obra limitados e que não proporcionam resultados significativos.

[1281] *Cfr*. Vol. II, Inventário I.B, ficha TAYFON.99. Tratamos, de seguida, desta intervenção.

Campos, imediatamente a norte da capela medieval do Bom Jesus[1282], e permitiu a identificação de restos de construções do período romano e do castro indígena, com destaque para uma construção de plano circular dotada de vestíbulo tendo também aparecido, eventualmente[1283], um tramo da muralha defensiva do povoado (Fig. 273), exumando-se igualmente espólio arqueológico de todas estas épocas (GOMES *et al*., 2019).

A própria capela, todavia – agora conhecida como de Nossa Senhora da Bonança – foi alvo de escavações arqueológicas em 1988-1989 e 1992 (BJES.88), trabalhos que marcaram, aliás, o final da fase «pré-comercial» da arqueologia no Castelo de Gaia, como já tivemos ocasião de notar (SILVA, 2017a: 122-123). Entre os depósitos de aterro e enchimentos de sepulturas de diferentes épocas encontrou-se abundante espólio arqueológico, datado desde a proto-história e, em especial, as ruínas de duas construções tardo-antigas ou da Alta Idade Média, uma datável do século VI e outra posterior, ambas alvo de destruição violenta, segundo o responsável pela escavação que as descreveu como «um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI, sobre o qual detectámos a existência de um edifício da Alta Idade Média, também violentamente destruído e incendiado»; imóveis que poderiam talvez ter tido função religiosa, se bem que a exiguidade da área intervencionada não tenha permitido determinar a planta ou precisar melhor o uso de qualquer deles (GUIMARÃES, 1989; 1995a: 132-139; 1995b; 2018; 2019)[1284].

A construção mais antiga era definida por dois muros perpendiculares, com restos de um outro paramento do lado nascente, traduzindo um espaço que teria, pelo menos dois compartimentos, com quase oito metros de um lados, aparecendo junto a um dos muros restos de revestimento estucado. Este espaço achava-se rebaixado em relação ao solo natural, a ele se acedendo por escadaria, da qual se encontraram ainda alguns degraus no alçado poente do edifício GUIMARÃES, 1995a: 131-134). Entre os entulhos dos derrubes identificaram-se alguns tijolos (*bessales*), porventura pertencentes a um piso superior, assim como diversos elementos arquitetónicos de exceção, como tambores e fustes de colunas, fragmentos de um capitel de pilastra e ainda outros dois, corintizantes, materiais que Gonçalves Guimarães crê poderem ter sido reaproveitados de um edifício anterior (*Idem*, 137-138, est. XIV; GUIMARÃES, 1995b: 436-437). Este mesmo Autor data a destruição deste edifício - que crê intencional e fruto de episódios bélicos - por alturas do ano de 585, com base no espólio associado, designadamente a *terra sigillata* tardia, focense a africana, sobretudo (GUIMARÃES, 2019: 21-22; 2017a; RAMOS, J, 2020).

Na mesma encosta, em altimetria um pouco menor, com cotas que variam entre os 27,5 e os 36,5 metros, registaram-se importantes achados entre 1999 e 2002[1285]. As escavações, convencionalmente designadas pelo nome da firma Taylor's-Fonseca (TAYFON.99)[1286], abrangeram significativa extensão (c. de 650m^2), distribuída por três plataformas escalonadas (Figuras 290 e 274), o que certamente contribuiu para os achados de estruturas proto-históricas, romanas e da alta Idade Média pudessem ter significativa leitura espacial (CARVALHO; FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO *et al*., 2020).

Os vestígios que aqui mais nos interessam respeitam a cinco fases de ocupação do local: o período mais antigo (Bronze Final/Ferro inicial); a fase do Ferro pleno (aparentemente, séculos IV-II a.C.); a época tardo-republicana e da conquista; havendo ainda registos

[1282] Modernamente mais conhecida como capela de Nossa Senhora da Bonança, a invocação predominante.

[1283] A intervenção arqueológica não foi ainda concluída à data de redação deste texto, pelo que haverá que aguardar pela confirmação destes indícios.

[1284] Além da ficha de intervenção neste sítio, veja-se igualmente, no Inventário Regional, a ficha AE7.

[1285] E não 2004, como, por gralha, indicámos em SILVA, 2017a: 110 e SILVA, 2020b: 541.

[1286] Designação da empresa de vinhos proprietária e promotora do projeto urbanístico que motivou os trabalhos.

atribuídos aos meados do século I e, por fim, ao Baixo-Império e período tardo-antigo, do que sintetizaremos os aspetos mais relevantes, uma vez que ainda se aguarda pelo relatório monográfico dos trabalhos. Neste sentido, esta intervenção revelou certas analogias com a que, no Porto, havia sido feita na Rua D. Hugo, 5, pela circunstância de exibir uma sequência temporal de toda a ocupação do povoado. Das ocupações mais antigas não se evidenciaram propriamente estruturas, mas apenas uma camada de nivelamento do substrato granítico original, de onde, porém, se exumou significativo espólio, composto por cerâmicas manuais, lisas, e mesmo formas características como vasos de largo bordo horizontal, horizonte a que se seguiu uma lareira associada a materiais cerâmicos datáveis dos séculos V-III (CARVALHO, 2003: 826-7; CARVALHO, FORTUNA, 2000: 160) ou IV-II a.C. (NASCIMENTO *et al*., 2020: 275)[1287], devendo pertencer ainda a esta fase uma das duas casas circulares encontradas na escavação (Figs. 274 e 275; CARVALHO, 2003: 828). A responsável pela escavação, Teresa P. Carvalho, isolou depois um outro nível, integrado por ânforas e outra cerâmica, datadas da transição do milénio, sobre o qual terá sido, algumas décadas depois, instalada a muralha (*Idem, ibid*.), que constituiu, sem dúvida, uma das descobertas mais interessantes daquela intervenção.

Assim, foi trazido à superfície um troço com cerca de 45 metros de extensão de uma muralha «que seguramente envolveria todo o monte, um pouco abaixo da sua cota média (…) entre os 26 e os 27 metros» (CARVALHO; FORTUNA, 2000: 160; NASCIMENTO *et al*., 2020: 275). Esta estrutura defensiva, constituída por um duplo muro em granito (Figuras 274, 276 e 277), de aparelho irregular ligado por pedra miúda argamassada nas juntas, com enchimento de pedra de menor calibre, apresentava largura entre os 1,90 e os 2,20 metros, preservando-se o alçado entre os 0,8 e os 1,8 metros (*Idem: ibid*.; CARVALHO, 2003: 828). O levantamento deste alinhamento fortificado terá ocorrido, atendendo aos materiais arqueológicos que preenchiam a vala de fundação interna e os depósitos por ela cortadas, na primeira metade ou meados do século I (CARVALHO; FORTUNA, 2000: 160) ou porventura nos começos da dinastia flávia, como admite um dos autores em trabalho posterior (CARVALHO, 2003: 828)[1288]. Merece também nota a descoberta, já em níveis de destruição e abandono da muralha – o que terá acontecido no Baixo-Império, altura em que a estrutura, desfuncionalizada, terá sido sobreposta por outras construções (CARVALHO, 2003: 829)[1289] – de um conjunto de «buracos de poste», dispostos de forma alinhada, que se sugere poderem corresponder aos negativos de uma cerca ou paliçada em madeira, ali erguida por alturas do séculos VI-VII ou talvez depois, e de outros muros já tardo-medievais, porventura derrubados num momento que parece acusar significativas perturbações e até mesmo um corte na muralha romana, eventualmente ligado, como sugerem os autores, aos eventos de finais de 1384 (CARVALHO; FORTUNA, 2000: 160, 162; CARVALHO, 2003: 829-830; NASCIMENTO *et al*., 2020: 274-277; SILVA, 2017a: 110-111).

Não sabemos se esta linha fortificada rodeava integralmente o povoado, o que parece possível, mas no lado mais exposto e acessível da elevação, a poente, revelou-se em 2005 um outro dispositivo delimitador e, certamente defensivo, do castro. Em terrenos localizados no gaveto entre as ruas de Entre Quintas e de São Marcos, trabalhos de acompanhamento

[1287] Uma amostragem de cerâmicas destes horizontes foi recentemente estudada e dada a conhecer (CARVALHO; NASCIMENTO: SOUSA, 2020), constituindo um contributo muito apreciável para melhor compreensão destes materiais na bacia terminal do Douro.

[1288] Felizmente, uma parte desta muralha pôde na ocasião ser conservada, tendo sido integrada, com possibilidade de visualização, no edifício entretanto construído.

[1289] Não podemos deixar passar sem uma observação esta circunstância. Nos tempos em que no povoado fronteiro (*Cale/Portucale*) a cerca defensiva foi, eventualmente, reerguida ou reformulada, a muralha de Gaia quedou abandonada. Teriam sido construídas outras muralhas neste local que tornaram inútil e obsoleta a muralha do século I?

arqueológico e sondagens mecânicas (EQ-SM.05; Fig. 290) deixaram à vista, a par de curiosos restos arquitetónicos romanos, como uma base de coluna, um fuste, aduelas de arco, pedras almofadadas, etc. (QUEIROGA, 2006, 14; Nascimento *et al*., 2020: 279, 282)[1290], e espólio artefactual correlativo, se bem que aparentemente em posição secundária, dois relevantes, e inesperados interfaces negativos. Tratava-se de um duplo fosso, rasgado no saibro original, que delimitaria o povoado (QUEIROGA, 2006: 5-6; NASCIMENTO *et al*., 2020: 278), pelo menos, pela banda do poente, onde o terreno é mais aberto e a defesa mais difícil, (QUEIROGA, 2006: 13; SILVA, 2017a: 112-113).

Estes fossos, à cota, sensivelmente, dos 58-60 metros, foram registados em secção (NASCIMENTO *et al*., 2020: 281-282) e apresentavam-se com uma disposição paralela, achando-se distanciados entre si cerca de 23 metros (QUEIROGA, 2006: 13-15; Fig. 2). Se bem que as condições do local não tenham permitido determinar com rigor a secção destas estruturas, o fosso mais interior, poderia possuir naquele ponto (reconstituindo as medidas com base nos elementos gráficos do relatório citado) entre 6,50 e 7,00 metros de largura, com profundidade a rondar os 3,50/3,70 metros (SILVA, 2017a: 112-113), expressando também F. Queiroga a sua convicção de que o mesmo poderia ter estado adossado a uma muralha, que o acompanharia pelo interior[1291] (QUEIROGA, 2006: 14, figs. 6 e 7). A observação do fosso externo foi ainda condicionada pela circunstância de, parcialmente, se encontrar sob um arruamento; porém, a reconstituição hipotética das suas dimensões aponta para uma largura superior a seis metros por uma profundidade que ultrapassaria os três metros, dimensões aparentemente similares ao do outro fosso; no rebordo interno encontraram-se, ainda, os restos de um pequeno murete em pedra, com cerca de 0,70 m. de largura, que aparentemente serviria de reforço ao dispositivo defensivo (*Idem*: 7-8; Figs. 4 e 5).

Como foi observado, a estratigrafia apresentava-se muito perturbada, e o enchimento dos fossos revelava, quase até à base, materiais heterogéneos, não tendo sido possível propor uma datação consistente, opinando F. Queiroga que, pela avaliação do respetivo enchimento, pelo menos o fosso interior terá «servido como elemento de defesa até uma fase avançada do processo de romanização» (QUEIROGA, 2006: 14). Em recente revisão, todavia, e por analogia com outro tramo do mesmo fosso depois detetado a norte, na intervenção da Quinta de Santo António (QSA), valorizou-se a identificação de algumas cerâmicas indígenas na base do valado, o que poderá possibilitar certa aproximação ao momento da sua abertura (NASCIMENTO *et al*., 2020: 285)[1292].

Voltando à encosta nascente do Castelo, e agora a cotas muito perto do rio Douro (15-20 metros), duas intervenções arqueológicas sucessivas no mesmo local resultaram em extraordinários e insuspeitados achados. O local, conhecido como antigo «Hard Club», nome de um estabelecimento de diversão em tempos ali instalado, corresponde a um conjunto de três plataformas, a cotas sucessivas a partir da cota da estrada junto ao rio, dos seis aos 21,5

[1290] Estes achados, provavelmente difíceis de datar, revelam, sem dúvida, a existência de arquiteturas monumentais, ou pelo menos de prestígio, no povoado do Castelo de Gaia, ainda que se desconheça o seu contexto original; porém, se foram utilizados para colmatar o fosso e tal aconteceu em época tardia, poderão provir de edifícios do Alto Império. Por seu turno, os autores do mais recente trabalho publicado sobre esta escavação entendem que aquelas peças poderão indiciar «edifícios monumentais tardios» (NASCIMENTO *et al*., 2020: 291), fazendo avançar um pouco mais no tempo, se bem entendemos o ato de colmatação daqueles fossos.

[1291] E que, aliás, poderá ainda conservar-se sob um muro moderno de socalco situado a cota superior (QUEIROGA, 2006: 14 e figs. 6 e 7), o que importaria averiguar em próximos trabalhos, uma vez que o projeto imobiliário que justificou a atuação arqueológica não teve continuidade.

[1292] Na realidade, podendo entender-se a construção de muralhas já em ambiente de domínio romano, como é comum; outro tanto não poderemos dizer de fossos, estruturas em que a função defensiva predomina sobre a honorífica, pelo que entendemos – conjeturando um pouco à margem, mas não totalmente, da evidência arqueológica – que estes dois fossos, se são coevos, deverão ser anteriores, pelo menos, a meados do século I antes da nossa era.

metros (Figuras 289 e 290). Nos primeiros trabalhos, em 2008, foram abertos 224 m^2 de sondagens, do que resultou a exumação de várias estruturas, e correspondente espólio, recuando à época de ocupação romana e Idade do Ferro (BARBOSA; PRIETO, 2011). Nos dois terraços superiores, uma vez que o de cota mais baixa estava bastante afetado por níveis de cheia do rio Douro e construções modernas, encontraram-se ruínas de construções da Idade do Ferro e, muito em especial, os alicerces de um vasto edifício (Figuras 280 e 281), delimitado, a sul, por um muro com cerca de 20 metros de extensão, no mínimo, por 0.80 m. de largura, compartimentado por vários muros transversais de orientação nordeste, construção que os responsáveis pela escavação dataram do séc. I a. C., propondo o seu uso como armazém ou entreposto comercial, atendendo à identificação de uma espécie de silo num dos compartimentos e à abundância de fragmentos de ânforas (BARBOSA; PRIETO, 2011: 42-43; SILVA *et al*., 2017: 319)[1293].

Entretanto, após alguns anos de interrupção, os trabalhos arqueológicos foram retomados, com nova direção científica, em 2016 (RAMOS; CARVALHO, 2016) e 2017-2018 (RAMOS; CARVALHO, 2018), tendo entretanto vindo a público os primeiros estudos de conjunto sobre os resultados da intervenção (RAMOS, 2020; RAMOS; CARVALHO, 2020; CARVALHO; RAMOS, 2020). Nesta fase, os trabalhos incidiram em especial na plataforma superior, a cotas balizadas entre os 17,5 e os 21 metros e, importa observar, situada a escassas duas dezenas de metros da linha de muralha aparecida na intervenção da Taylor's-Fonseca, atrás referida, tendo a escavação sido alargada para cerca de 900 m^2. Resumiremos os dados desta intervenção, a qual, pela evidência de estruturas antigas e pelo importante espólio de «cultura material» associado, é verdadeiramente referencial para o estudo da ocupação sidérica e romana do Castelo de Gaia, em torno de quatro momentos cronológicos – sem prejuízo de regressarmos ao sítio mais adiante no texto – (a) os elementos arqueológicos da Idade do Ferro; (b) os romanos tardo-republicanos; (c) os do Alto Império e (d) os respeitantes ao período tardo-romano, como segue.

Os vestígios mais antigos da ocupação daquele sector das encostas do Castelo de Gaia respeitam a um importante conjunto de construções da Idade do Ferro, com uma primeira fase balizada pelos autores entre os séculos IV e III a.C. e à qual pertencem quatro ou cinco cabanas circulares, assentes numa secção da encosta artificialmente nivelada para o efeito e descritas de acordo com os ambientes em que se inserem (Fig. 282). Segundo os dados da publicação mais completa sobre a escavação (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72-22), em três dessas cabanas (Fig. 282, H, D, E) as estruturas portantes perimetrais assentavam em valas abertas no solo, sendo certamente feitas em argila, provavelmente com armadura interna em madeira, ou mesmo com tijolos de adobe, de que se encontraram dois exemplares[1294]. Com diâmetros variáveis entre os 2,8 metros (H) e os 6,6 metros (D)[1295], estas cabanas possuíam, na sua maioria, pavimentos em argila (Fig. 283) e o suporte da cobertura – ou eventual compartimentação interna – era feita pelo recurso a postes de madeira implantados no interior, em diversas localizações[1296], tendo-se igualmente identificado evidência de colocação de

[1293] Nas sondagens foi igualmente identificado um muro com cerca de 1,30 metros de largura, datado dos séculos II-I a.C., que os autores da escavação interpretaram como «muralha», com funções defensivas ou, pelo menos, de delimitação daquele espaço (BARBOSA; PRIETO, 2011: 41; SILVA *et al.*, 2017: 316)), o que os trabalhos posteriores haveriam de infirmar.

[1294] A peça melhor conservada, proveniente do ambiente D, é de tipo quadrangular, com o tamanho de 50 x 25 x 12 cm (RAMOS; CARVALHO, 2020: 74, fig. 21).

[1295] Medidas máximas, incluindo a largura dos valos perimetrais.

[1296] Detetaram-se 45 buracos de poste no interior da cabana D, 19 no ambiente E e ainda 18 na cabana B, esta de muros de pedra.

postes perimetrais no exterior da parede (ambiente E). Todas as casas tinham lareira, normalmente central, feita em argila, por vezes decorada com círculos na base, e com dimensões variáveis, oscilando entre os 0,5 x 0,5 m (H) e 1,3 x 0,9 m (D); as entradas, com orientação diversa, apresentavam um vão grande, entre um metro e metro e meio e, normalmente, orifícios para ombreira de porta (*Idem, ibid*.). Apenas uma das casas circulares (ambiente B, Fig. 284) apresentava paredes petrificadas, com muro de alvenaria de dupla face ligada por argila, apresentando a particularidade da face externa do paramento – conservado ainda em apreciável alçado (*Idem*: 76, figs. 25 e 26) – exibir restos de reboco esbranquiçado, feito de cal ou caulino, segundo estes mesmos autores (*Ibid*.). Como curiosidade, esta última cabana (B) conservava duas lareiras, a central, feita em argila, e a segunda, encostada ao muro perimetral, estruturada com dormentes de mós manuais em granito (*Ibid*.), mostrando também especial cuidado com o isolamento de humidades, pois detetou-se um rodapé interno de argila, junto à parede, e idêntica pala, do mesmo material, pelo lado de fora.

Além destas estruturas habitacionais, encontrou-se ainda uma parte de um valado escavado no solo (F), talvez de cabana ou testemunho negativo da implantação de um cercado para outros fins, que não foi possível averiguar, e uma significativa área oficinal (AF), constituída por uma sucessão de 14 estruturas de combustão, construídas numa área reduzida «em momentos distintos, ainda que temporalmente próximos» (RAMOS; CARVALHO, 2020: 74-75) e representadas por lareiras em argila, por vezes estruturadas com pedras laterais e bases decoradas com círculos impressos, traduzindo «uma área de trabalho plurifuncional», ligada a atividades como a metalurgia – ilustrada pelo achado de sete cadinhos e escória de ferro – ou de natureza mais doméstica, considerando que ali também se encontraram recipientes cerâmicos de uso culinário e duas mós giratórias (*Idem*: 75).

Estes níveis da Idade do Ferro são estratigraficamente bem distintos dos tardo-republicanos que mencionaremos de seguida (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72-73), devendo o seu abandono (aparentemente sem evidência de destruição violenta) ter ocorrido entre os séculos III e I a.n.e. A ocupação daquele local na segunda metade do século I a.C. é testemunhada por uma construção singular e exclusiva, já identificada na intervenção arqueológica de 2008 como uma possível estrutura de armazenagem (BARBOSA; PRIETO, 2011: 42; SILVA *et al*., 2017a: 318-320), mas que apenas com os trabalhos mais extensivos de 2016-2018 pôde ser integralmente revelada e interpretada. Trata-se de um vasto edifício, com paredes feitas granito, com orientação sudeste-noroeste, que mede, pelo menos, 33 metros de eixo maior por 7,6 metros de largura máxima[1297], dimensões incompletas uma vez que a fachada nascente foi destruída já em época antiga e o limite meridional se encontra sob um arruamento contíguo (RAMOS; CARVALHO, 2020: 70-72; RAMOS, 2020). A construção, interpretada, sem qualquer dúvida, como um *horreum* ou *granarium*[1298], tem plano alongado e encontra-se compartimentada em seis *cellae* perfeitamente similares, com 4,9 metros de largura, cada uma definida por três muretes longitudinais, dois adossados aos muros septais e um murete central (Figuras 285 e 286), estrutura que se destinaria, segundo paralelos conhecidos e as recomendações dos agrónomos romanos, a sustentar um *tabulatum*

[1297] Rui Ramos e José Carvalho (2000: 70) estimam nove metros, supomos que já com proposta de reconstituição, uma vez que o plano e as medidas indicadas apresentam com 7,6 metros o muro transversal mais extenso (*Id*., 71).

[1298] De acordo com as informações dos autores latinos, o termo *granarium* aplicar-se-ia, com maior propriedade, aos edifícios de pavimento sobre-elevado, destinados a conter cereal, em princípio a granel; enquanto *horreum* poderia ter um sentido mais geral, de armazenamento não só de grão, como de géneros alimentares de variada natureza ou mesmo outros bens (RICKMAN, 1971: 1). Na prática, porém, o último termo (*horreum*) acabou por utilizar-se, indistintamente, para ambas as funções, sendo que o piso inferiormente arejado quadra melhor com o depósito de bens perecíveis do que com o armazenamento de produtos indiferenciados (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2004: 464-467, n. 21; 2011a; 2011b: 127-129; MORILLO; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2010: 137).

(tabuado) de madeira, para preservar os cereais da humidade e dos roedores (RAMOS; CARVALHO, 2020: 71-72; RAMOS, 2020: 1306-1307). Os responsáveis pela escavação registam ainda outros elementos de interesse, nomeadamente quanto à estrutura superior das paredes laterais, que sugerem ter sido em argila, dado os muros segmentários apresentarem em remate superior que sugere alguma mudança de material edilício (o que poderia explicar o depósito deste material encontrado a selar o interior das *cellae*) e acerca do aparelho construtivo, identificando a evidência do aparelhamento dos muros, de aparelho poligonal, com técnicas e pedreiros locais (*Idem, idem, ibidem*).

A análise da estratigrafia relacionada com este edifício de armazenamento revelou parca evidência de derrube das paredes, o que sustenta a proposta de serem constituídas por materiais argilosos, faltando também os restos de *tegulae* da eventual cobertura, o que poderia admitir a possibilidade de uma cobertura com madeira e outros materiais (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72)[1299]. No exterior, apenas um pavimento, junto à fachada oeste e onde foi instalada uma lareira, parece coetâneo do celeiro; no interior, os materiais arqueológicos são muito esparsos e resumem-se a alguma cerâmica castreja e material anfórico, designadamente contentores itálicos e béticos, e formas como as ovóides lusitanas e gaditanas, Haltern 70 e Dressel 1, materiais que, no geral, não foram ainda publicados[1300] e que, por essa razão, não poderemos comentar, sustentando, porém, segundo os responsáveis, uma proposta cronológica para a construção, utilização e abandono daqueles *horrea* sensivelmente entre os anos de 30 e 15 a.C. (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72; RAMOS, 2020: 1307-1308).

Após o abandono desta construção, registam-se ainda algumas evidências, aparentemente menos expressivas, de reutilização daquele espaço durante o Alto Império, designadamente diversas estruturas negativas, de funcionalidade imprecisa, e algumas estruturas de combustão, interpretadas como área oficinal (RAMOS; CARVALHO, 2020: 70). Do mesmo modo, há também significativos testemunhos de ocupação do período do Baixo-Império, traduzidos por novas estruturas negativas, segmentos de muros e derrubes pétreos, destacando-se, em especial, dois muros paralelos ao edifício, construídos no rebordo da plataforma, para a sua estabilização, algures entre os séculos IV e VI, segundo os mesmos autores (*Idem*: 69).

Outra intervenção arqueológica teve lugar muito recentemente, no sopé sudeste do castelo, a cota muito baixa, apenas a uns 7 metros (REB.18). Em boa verdade, o local está já na zona de transição entre o Castelo e Vila Nova, mas optámos por inclui-la no primeiro aglomerado antigo. As escavações, relativamente extensivas (cerca de 350 m^2), não revelaram inicialmente vestígios de particular antiguidade (RAIMUNDO; CARVALHO; RAMOS, 2020), mas numa fase posterior da obra detetaram-se cerâmicas romanas (tégula e ânfora) associadas a uma estrutura murária, de aparelho irregular, orientação sensivelmente Norte/Sul e, de acordo com os dados de que dispomos, cerca de uma dezena de metros de extensão. Nos depósitos adossados a este muro, e mesmo no seu interior recolheu-se cerâmica romana, sobretudo *tegula*, indiciando, talvez, uma cronologia tardia. As condições da escavação - dado ser uma zona continuamente inundada por água de mina - e a presença de outros muros e uma

[1299] Poderia colocar-se, em alternativa, a possibilidade do edifício ter sido parcialmente desmantelado e a cobertura recuperada para reutilização, porém, a falta de evidência de telhado cerâmico e a utilização da madeira para o coberto tem sido apontadas para várias situações, tanto de *horrea* militares como de âmbito rural, a par, muitas vezes, da estruturação das paredes com barro (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2011b: 140; 2015: 4, 13).

[1300] E que, inclusivamente, fazem parte de um projeto de estudo para doutoramento. Um trabalho entretanto publicado sobre as ânforas Dressel 1 provenientes daquela intervenção (CARVALHO; RAMOS, 2020) não considera particularmente os aspetos estratigráficos. Também o estudo de materiais resultantes da primeira fase das escavações (SILVA *et al*., 2017) não interessa diretamente à datação do *horreum*.

canalização moderna, que perturbaram a estratigrafia original, não permitiram propor qualquer função para esta estrutura (RAIMUNDO, 2020), interessante por documentar construções romanas numa área tão próxima do rio.

Deixando de lado outros trabalhos arqueológicos feitos no Castelo, mas que não propiciaram estruturas, tão só espólio escasso – elementos que poderão ser consultados nas fichas de inventário – tratamos agora da última intervenção arqueológica que resenhámos no Castelo de Gaia, o importante núcleo de ruínas da Quinta de Santo António (QSA.07)[1301], localizada em uma ampla plataforma, a cotas entre os 45 e os 50 metros de altitude, a noroeste do topo do Castelo (Figuras 289 e 290), do qual dista, apesar de tudo, não mais que uns 250 metros.

Os trabalhos – mais uma vez de carácter preventivo em função de um projeto imobiliário iniciado sem avaliação arqueológica – realizaram-se em 2007-2008 e trouxeram à luz do dia as ruínas de um vasto edifício (NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2007; 2008; NASCIMENTO *et al*., 2020: 282-285), certamente de natureza religiosa, mas do qual não existe qualquer referência histórica ou documental que permita identificá-lo SILVA, 2017a: 113-114). Foi exumado nas escavações[1302] um amplo edifício alongado, cuja planta não pôde ainda reconstituir-se, associado ao qual apareceu uma necrópole com sepulcros de vários tipos, incluindo sarcófagos (Figuras 287 e 288). Encontraram-se, igualmente, fragmentos arquitetónicos que revelam a qualidade do complexo, nomeadamente fustes de colunas em mármore e outras pedras lavradas, bem como o resto de uma inscrição funerária (E40), feita também sobre uma placa de mármore (NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008)[1303]. Não é ainda clara a cronologia desta basílica de época tardo-antiga, devendo ter estado em uso até, talvez, os séculos VIII ou IX, como ultimamente foi proposto (NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2008: 11; NASCIMENTO et al., 2020: 283; NASCIMENTO, SOUSA, e.v.p.).

Em publicação recente, surgiu a notícia de que, além deste templo, foi descoberto no local outro tramo de um dos fossos defensivos do povoado castrejo, na continuidade de uma das linhas de EQ-SM.05, que acima referimos e fica um pouco a sul deste terreno (NASCIMENTO *et al*., 2020). Nem os responsáveis pela escavação da Quinta de Santo António, nem F. QUEIROGA (2006), que primeiro descobriu esta estrutura defensiva, avançam uma proposta cronológica para a abertura do fosso, uma vez que o seu enchimento possuía depósitos muito heterogéneos, mas admitem, nesta última publicação, um contexto da Idade do Ferro (NASCIMENTO *et al*., 2020: 285), como nos parece mais provável, como ficou dito acima.

Feito este breve balanço, interessará alinhar algumas reflexões acerca da imagem que estas atuações arqueológicas (localizadas nas figuras 289 a 292) nos permitem fazer acerca do povoado castrejo autóctone e do seu papel e ocupação durante o período da dominação romana, tanto mais que alguns dos achados elencados, pela sua importância necessariamente nos convocam a essa ponderação, podendo talvez ter chegado o tempo em que já não poderá dizer-se que «o Castelo de Gaia, até à data, tem mais história que arqueologia» (GUIMARÃES, 1995a: 153).

Do castro proto-histórico (Figuras 289 e 290), cujas origens remontam à Idade do Bronze, como recentemente se documentou nas escavações da Taylor's-Fonseca (CARVALHO; FORTUNA, 2000: 160) desconhecemos os limites exatos. A descoberta, na mesma

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1301] V. também, no Inventário Regional, a ficha AE8.

[1302] E ali permanece, uma vez que o projeto imobiliário foi interrompido, há bastantes anos, o que levou os trabalhos arqueológicos a similar paragem.

[1303] Sobre esta epígrafe, *vd*. ponto 4.7.

intervenção, de um largo troço de muralha, construído de raiz e datado pelos autores da escavação de época pós-augustana no século I, não ilude a expectativa, natural, de vir a encontrar-se um ou dois alinhamentos de muro defensivo castrejo, talvez em associação com o duplo fosso localizado a poente, como aliás sugeriu F. QUEIROGA (2006). Em função da delimitação que se estime para o povoado, a sua superfície de ocupação poderá variar entre os dois e meio e os quatro hectares (SILVA, 2018: 58; SILVA; MONTEIRO-RODRIGUES, 2020)[1304], o que corresponderia, no contexto castrejo regional, a um povoado de médias dimensões, que, ainda assim, poderia ter alojado, talvez, cerca de um milhar de habitantes[1305], provavelmente adstrito aos Túrdulos Velhos e tendo o nome de *Caeno* como designação mais provável[1306].

Estamos ainda longe de perceber qual a sua trama urbanística ou a natureza e faseamento preciso das suas edificações. Para além dos numerosos restos de muros de construções circulares que têm vindo à luz em sondagens arqueológicas menos extensivas – como nos casos, acima mencionados, da Quinta de São Marcos ou da Rua Viterbo de Campos, 51-57 – as únicas plantas mais completas registaram-se nas escavações feitas na encosta nascente. Nos trabalhos dos terrenos da Taylor's-Fonseca apareceram duas destas estruturas, ambas com muros perimetrais (ou pelo menos as fundações) em pedra: uma, com planta incompleta, «de aparelho provavelmente mais antigo, constituído por pedra miúda alternada com outra de médias dimensões, irregular e de juntas secas» (CARVALHO; FORTUNA, 2000: 160)[1307]; a poucos metros, os restos de outra construção similar, desta vez com arranque de vestíbulo, mas com aparelho totalmente distinto, de «pedras bem aparelhadas, de igual tamanho, unidas por argamassa» (*Idem, ibid*.). No que respeita à cronologia destas duas casas redondas, os mesmos autores indicam que em ambas se refletem já «contactos romanos, talvez sugerindo dois momentos, um mais incipiente e outro mais romanizado» (*Idem, ibid*.); ou seja, considerando a datação dos materiais de uma lareira, anterior à primeira construção e datados dos séculos V-III a.C., esta poderia pertencer, talvez, aos séculos II-I a.C., se bem que reformada posteriormente (CARVALHO, 2003: 827); enquanto a casa com vestíbulo, já associada a ânfora Haltern 70, *sigillata* sudgálica e cerâmica comum romana (*Idem, ibid*.), poderia datar já de época tardo-republicana ou do período de Augusto (CARVALHO, 2003: 826), cronologias dos finais da Idade do Ferro consistentes com o quadro da arquitetura castreja regional.

De um momento aparentemente mais antigo, embora as propostas de datações assentem apenas nos contextos artefactuais, são as casas redondas aparecidas nas plataformas inferiores do «Hard Club», situadas entre os séculos IV e III a.C., podendo encontrar-se dentro deste intervalo temporal uma possível distinção entre as construções delimitadas por «palha-barro» ou tijolos de adobe e a casa petrificada com muros exteriormente rebocados, embora os autores da escavação não o tenham afirmado (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72-73)[1308]. Estes

[1304] A proposta de cerca de 15 hectares (HOURCADE, 2004: 230) parece-nos totalmente descabida. Articulando a muralha do século I, a nascente, com os fossos, a poente (na suposição de que nesse ponto teria também existido uma linha de muralha), A. Nascimento, F. Queiroga, L. Sousa e T. P. Carvalho, estimam uma área de cinco hectares, o que nos parece plausível face aos dados disponíveis (NASCIMENTO *et al*., 2020: 291).

[1305] Cálculos demográficos efetuados para a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), que tem uma superfície de cerca de 15 hectares, resultaram numa população estimada entre as 2 100 e um pouco mais de 3 000 habitantes (ALARCÃO, 1992b: 56-57; SILVA, AF, 1995a: 521).

[1306] *Vd*. pontos 2.2.5 e 5.1.3.

[1307] Talvez com um diâmetro perto dos cinco metros, medida estimada a partir da planta e da fotografia publicadas neste mesmo trabalho.

[1308] Esta eventual cronologia de petrificação do espaço doméstico é, aliás, consistente, com os dados conhecidos para o norte de Portugal (QUEIROGA, 2015: 269-271, *passim*).

dados são da maior importância, desde logo para o conhecimento do «castro de Gaia», como também para a região, reforçando talvez o momento algo tardio da petrificação das casas em alguns povoados[1309] mas, sobretudo, trazendo a debate a utilização de materiais construtivos pouco documentados nos castros do Norte, não tanto a «palha-barro», mas, em particular, o recurso a tijolos de adobe de dimensões padronizadas, tradição construtiva que poderá indiciar influências mesetenhas (LARRAZÁBAL GALARZA, 2017: 32, 37; AYÁN; POPE; ALBERRO, 2006: 182)[1310] e uma eventual via de penetração através do vale do Douro.

O período final da Idade do Ferro e as transformações decorrentes da integração do castro no âmbito da dominação romana, com os respetivos reflexos a nível da expressão arquitetónica e urbanística do povoado, constituem uma fase mal conhecida, sobretudo pelo facto de estarem ainda por estudar e publicar certos contextos estratigráficos onde tal sequência material poderá documentar-se melhor. Na verdade, observou-se em certos locais – como, por exemplo, na Quinta de São Marcos (SOUSA; PIEDADE, 2008) – uma grande densidade de construções, sobrepondo-se, intersectando-se ou coexistindo as de plano curvilíneo com as de planta ortogonal, que pode indiciar uma interessante estratigrafia edilícia, a confirmar com a sua publicação monográfica. Por outro lado, as sondagens feitas na acrópole do castro, têm revelado, aparentemente, ambientes arquitetónicos plenamente romanizados, em desfavor da tradição arquitetónica indígena, mas não podemos generalizar essa imagem, sendo prematuro imaginar que, no período augustano, ou subsequente, tenha sido realizada qualquer reformulação urbanística extensiva no topo da colina.

As estruturas de armazenamento identificadas por J. P. Barbosa e Roger Prieto no espaço do antigo «Hard Club», que os trabalhos posteriores expuseram na sua plenitude e clarificaram cronologicamente[1311], representam, como acima sublinhámos, não só um achado notável, como um importante elemento de discussão, no que se refere ao contexto, funcionalidade e datação daquele conjunto de *horrea*. De acordo com a observação estratigráfica e a datação do espólio cerâmico feitas pelos autores da escavação, as estruturas de armazenamento terão sido erguidas nas últimas décadas do século I a.C. (por alturas de 30), recorrendo a mão-de-obra local (tendo em conta o aparelho de «tradição castreja» dos muros) e terão tido um período de utilização bastante curto, que estimam até por volta do ano 15 a.C. (RAMOS, 2020: 1307-1308; RAMOS; CARVALHO, 2020: 71-72). Interpretando estes indicadores, e designadamente a janela cronológica considerada, os mesmos autores colocam duas hipóteses explicativas para a presença do complexo:

> (a) a sua relação direta com o abastecimento dos corpos militares envolvidos nas guerras cântabras, entre 29 e 19 a.C. Esta possibilidade poderia explicar, igualmente, o eventual recurso à madeira e à argila, para acelerar e facilitar sua construção e, bem assim, a curta duração do seu uso, uma vez que, após a pacificação definitiva do noroeste, os *horrea* não seriam já necessários (*Idem, idem, ibidem*);

[1309] Naturalmente, devemos ser prudentes na generalização e aguardar por datações mais finas, se vierem a lograr-se, pois tratamos apenas de quatro construções dentro de um castro que teria, por certo, várias dezenas delas, e os ambientes escavados por Rui Ramos e José Carvalho tanto podem documentar a «inovação» da casa pétrea como o eventual arcaísmo das restantes.

[1310] A utilização de tijolos de adobe, prismáticos, com 0,30 a 0,35 m de lado, documenta-se na região de Trás-os-Montes oriental, nomeadamente no povoado da Quinta de Crestelos (LARRAZÁBAL GALARZA, 2017: 35). Na área mais atlântica e, no geral, no território galego, onde as cabanas da Idade do Ferro feitas com recurso a materiais perecíveis são muito comuns, o uso de adobes de confeção padronizada não é usualmente mencionado (ALMEIDA, CF, 1965: 7; QUEIROGA, 2015; GONZÁLEZ R UIBAL, 2007: 195-202).

[1311] *Vd*., para os resultados da primeira fase (2008), BARBOSA; PRIETO, 2011 e SILVA *et al*., 2017; e para os da mais recente (2016-2018), RAMOS, 2020; RAMOS; CARVALHO, 2016, 2018, 2020; CARVALHO; RAMOS, 2020.

(b) a funcionalidade das estruturas de armazenamento relacionada, não tanto com o abastecimento militar, mas sim com funções aduaneiras e fiscais, ligadas à nova divisão provincial relacionada com a criação da Lusitânia (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72).

A possibilidade de encarar os *horrea* gaienses como uma das infraestruturas associadas aos «ambientes militarizados» do norte de Portugal de apoio às guerras finais de conquista da Península – que em outros ponto analisamos[1312] – é, sem dúvida, bastante aliciante, desde que haja aceitável segurança na cronologia avançada[1313], uma vez que a maior parte das legiões envolvidas no conflito deixaram a região entre 19 e 15 a.C. e as três remanescentes (*IIII Macedonica, VI uitrix e X gemina*) acantonaram-se em locais interiores distantes da foz do Douro (MORILLO, 2002: 77-78; MORILLO; SALIDAS DOMÍNGUEZ, 2010: 147), assim perdendo alguma oportunidade a hipótese da razão militar da construção do *horreum*[1314]. Por outro lado, o curto período de utilização do estabelecimento poderá não ter que ver com a sua «desfuncionalização» após as necessidades militares (RAMOS, 2020: 1308), mas, circunstancialmente, com a derrocada acidental da sua fachada nascente, hipótese colocada em relação com a instabilidade da plataforma, que aliás levaria à construção de muros de reforço no período tardo-antigo (RAMOS; CARVALHO, 2020: 69).

A hipótese fiscal – questão que, por outro lado, tem sido pouco discutida em relação com este ponto da travessia do Douro, desde os finais da república um importante nódulo aduaneiro e limite provincial, fosse com a Transduriana ou com a Tarraconense separada da Lusitânia – parece-nos admissível, independentemente da necessária revisão da data de criação da província da Lusitânia, que aliás os autores trazem já para o ano de 16 a.C. (RAMOS; CARVALHO, 2020: 72). Talvez possamos, *inclusive*, cruzar estas duas linhas interpretativas, se, mesmo à margem das guerras romanas com os povos do norte considerarmos os circuitos anonários, que implicavam a necessidade de coleta e aprovisionamento centralizados dos bens cerealíferos exigidos por Roma.

Na linha dos estudos desenvolvidos nos últimos anos sobre estas estruturas de armazenamento de bens alimentares, principalmente cereais, podemos inserir os celeiros de Gaia num enquadramento, talvez a meio caminho, entre os novos *horrea* e *granaria* instalados em castros no marco da gestão romana dos recursos cerealíferos regionais (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2020) e as instalações congéneres implementadas em ambiente urbano ou portuário (RICKMAN, 1971: 15ss.; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2013; 2014; MORAIS; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2013; SALIDO DOMÍNGUEZ; NEIRA JIMÉNEZ, 2014: 207). Podendo ser diversa a sua funcionalidade, o modelo construtivo adotado e as dimensões do complexo de *horrea* permitem admitir a participação militar no projeto e execução. De facto, os *granaria* assentes em fundação de muros corridos, paralelos – possibilitando assentar o *tabularium* sobre-elevado com maior estabilidade e segurança

[1312] *Vd*., por exemplo, ponto 4.1.

[1313] Na verdade, o aprofundamento e revisão da cronologia dos materiais levou os autores, muito recentemente, a adiantar a cronologia fundacional da estrutura para uma data, talvez, mais próxima da mudança de era, dados que se encontram em vias de publicação. Agradecemos a Rui Ramos e José Carvalho esta informação pessoal e a autorização para a sua divulgação.

[1314] Na verdade, os únicos corpos militares entretanto aquartelados na região duriense estariam relacionados com a segurança dos complexos mineiros de Valongo-Paredes e de Tresminas e outras explorações mais a montante, mas o ambiente cronológico de construção dos *horrea*, mesmo podendo variar em uma ou duas décadas, parece-nos algo precoce para o efeito, se bem que o arranque da exploração do Fojo das Pombas (Valongo), se dê ainda em época de Augusto, com clara evidência de abastecimento alimentar forâneo, patente no predomínio das ânforas Haltern 70 e Dressel 14 no registo arqueológico do povoado mineiro da Quinta da Ivanta (MORAIS, 2007c: 273-279).

(SALIDO DOMÍNGUEZ, 2013: 140) – constituem o modelo mais comum nos *horrea* rurais e militares, tanto no período republicano como durante o Alto Império (MORILLO; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2010: 144; SALIDO DOMÍNGUEZ, 2009: 687-689; 2011a: 87; 2011b: 173; 2020: 265) e a orientação geográfica do celeiro gaiense (noroeste-sudeste) é a mais canónica neste tipo de infraestruturas de armazenamento, seguindo os conselhos dos agrónomos quanto à insolação (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2004: 468-470; 2015: 3) e as recomendações de Vitrúvio quanto ao afastamento das áreas habitadas, para evitar o risco de fogos (*De Arch*., VI, 6, 5). Em contrapartida, a cota baixa a que se encontrava não parece ter favorecido o controlo da humidade relativa essencial à conservação do grão, dada a proximidade do rio e o nevoeiro em certas alturas do ano; por outro lado, a circunstância de ter sido erigido no exterior das muralhas do povoado[1315] exigiria, talvez, particulares cuidados com a segurança dos bens alimentares arrecadados.

Na verdade, se bem que, à data da implantação do domínio romano, existissem já nos castros do noroeste sistemas diversos de conservação de cereais, como silos ou estruturas áreas – não totalmente ausentes no registo arqueológico[1316] – a romanização não só comportou a introdução de novos cultivos como, em especial, um novo sistema de produção, armazenamento e redistribuição, tendo agora o sistema fiscal e as obrigações de criação de excedentes impostas aos autóctones como eixo condutor. Desta forma, a construção de grandes *horrea* nos castros tradicionais – e, no caso de Gaia, obedecendo a uma padronização arquitetónica reveladora – poderá ter constituído mais uma das expressões físicas e económicas da implantação de Roma no noroeste (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2020: 260). Concretamente, seguindo a este autor – que evoca os achados recentes de *horrea* de grande capacidade nos povoados trasmontanos do Castelinho de Felgar, Torre de Moncorvo (SANTOS *et al.*, 2012; DINIS *et al*., 2018; SEABRA *et al*., 2020), ou Quinta de Crestelos, Mogadouro (PEREIRA *et al.*, 2015; TERESO *et al.*, 2018), a par de outros exemplos galegos – a necessidade de intensificação da produção agrícola para responder às exigências tributárias e do seu controlo, enquanto recurso crítico, por parte das autoridades romanas, poderá mesmo ter levado, numa estratégia de articulação com as elites locais, a uma eventual redefinição das hierarquias regionais, concentrando em certos povoados as imposições tributárias dos castros vizinhos (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2020: 266-268).

Não sabemos se poderá este modelo justificar a construção dos *horrea* do castro de Gaia, mas há que sublinhar, em relação a esta estrutura de armazenamento, quer as suas dimensões pouco usuais, que a incluem entre as maiores da Hispânia[1317]; quer a localização, no

[1315] Na verdade, não se conhece ainda qualquer linha da fortificação do castro de Gaia anterior à muralha do século I, salvo talvez a dupla linha de fossos a poente. Não obstante, não parece crível que o castro as não possuísse, ou que alguma se situasse a cota inferior à do edifício dos *horrea*, já praticamente sobre o rio Douro.

[1316] A presença de silos e outras estruturas de armazenamento em castros da Idade do Ferro, inicialmente quase desconhecida (SILVA, 2007: 173) tem vindo a ganhar maior evidência (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007: 279, 343, 571, *passim*), sendo bom exemplo dos primeiros o caso do Crastoeiro, Mondim de Basto (DINIS, 2001; SEABRA *et al*., 2018). As estruturas aéreas são de mais difícil deteção, mas nós próprios escavamos o que interpretámos como a base de uma, talhada num penedo, no castro de Valinhas, Arouca (SILVA, 2004: 239).

[1317] Javier SALIDO DOMÍNGUEZ (2011b: 137; 2013: 134; 2015: 11) tem vindo a apontar o *horreum* da *uilla* de Freiria, em Cascais, como o maior da península. Não obstante, os celeiros de Freiria, que aliás têm duas fases construtivas, uma da transição de era e outra Baixo-Imperial (CARDOSO, 2018: 90-102), teriam de área coberta, na fase mais antiga, apenas 86,5 m^2 (*Idem*: 95), enquanto o *horreum* do Castelo de Gaia, homogéneo na sua construção e uso, terá, no mínimo, segundo a nossa própria medição, uma área coberta de armazenamento de 180 m^2 (ou, segundo os autores da escavação, 223 m^2 – RAMOS; CARVALHO, 2020: 71, fig. 12 – podendo o desfasamento explicar-se pela circunstância da planta publicada não permitir uma mais exata leitura da escala, pelo que deve confiar-se no cálculo dos diretores dos trabalhos arqueológicos).

cruzamento de duas vias de comunicação tradicionais[1318] e muito próxima do rio para facilitar o acesso à zona portuária. Neste sentido, considerando os dois *uici* urbanos que, talvez por essa época, começavam a estabelecer-se, um na concha ribeirinha a nascente do Castelo de Gaia (que designamos como *Vila Nova*) e o outro, na margem direita do rio, no sopé de Cale, estes *horrea* poderiam igualmente ter a função de abastecimento a estes novos núcleos populacionais (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2014: 264) e, bem assim, a de entreposto de outros produtos chegados e saídos nas embarcações que demandavam o estuário do Douro. Aliás, a este propósito, enquanto se aguardam os resultados de eventuais análises arqueobotânicas para elucidar-nos quanto aos géneros que terão estado acondicionados nos *horrea*, pode bem admitir-se que esta estrutura tivesse uma função de armazenamento mais ampla, considerando até, porventura, algum predomínio de restos anfóricos nos depósitos estratigráficos ligados à utilização ou abandono de algumas das *cellae* do complexo (RAMOS, 2020: 1307; RAMOS; CARVALHO, 2020: 72)[1319].

A relevância que o castro de Gaia parece ter tido nos finais da República, que o precedente achado bem documenta[1320], poderá explicar-se, tanto por razões endógenas que desconhecemos, como, porventura, por uma maior abertura ao trato comercial, fosse em contexto pré-romano como já de romanização. Impondo-se, topograficamente, como o primeiro grande povoado à vista de qualquer embarcação que entrasse pelo Douro, é possível que os areais da pequena «baía» natural entre o castro e Vila Nova fossem, talvez, mais convidativos ao fundeadouro dos navios e a varar a respetiva carga para as margens. Mas esta possibilidade é meramente hipotética, dependendo de maior documentação arqueológica sobre eventuais estruturas de acostagem ou estudos geomorfológicos e sedimentares sobre o nível e o regime do Douro em época romana, uns e outros de difícil antevisão. Certo é que esta eventual vantagem da margem meridional pode ter sido meramente conjuntural, e não podemos, por enquanto, tomá-la como reflexo da maior ou menor «importância» dos núcleos de cada um dos lados do rio, seja em que sentido for[1321].

Questão que já aflorámos e agora se retoma é a respeitante às estruturas defensivas ou delimitadoras do castro de Gaia. Para além do duplo fosso detetado na intervenção feita no gaveto de São Marcos-Entrequintas (QUEIROGA, 2006; SILVA, 2017a), contamos apenas com a evidência do troço de muralha identificado na escavação da Taylor's-Fonseca, datada de entre os júlio-cláudios e os inícios da dinastia flávia (CARVALHO; FORTUNA, 2000; CARVALHO, 2003). Não se recolheu qualquer indício de que esta cerca urbana – pois disso se trata, mais do que uma verdadeira muralha defensiva – assentasse sobre anteriores fundações castrejas, pelo que terá sido diverso o espaço delimitado pelas presumíveis linhas fortificadas da Idade do Ferro. Não sendo, em período de plena *pax romana*, militar a função desta cerca, devemos entendê-la como um dispositivo de prestígio e monumentalização do

[1318] O próprio rio Douro e a plataforma litoral, por onde em breve haveria de começar a rasgar-se a via XVI do Itinerário de Antonino, *ex Olisipone Bracaram*.

[1319] Com efeito, se em alguns *granaria*, os cereais se encontravam armazenados a granel, em outros casos poderiam estar acondicionados em sacos, caixas ou outros contentores. A presença de ânforas ou *dolia* nestes espaços pode alertar-nos para a eventual presença de géneros alimentares diversificados.

[1320] Já em resultado das primeiras escavações feitas no Castelo de Gaia se havia documentado, por exemplo, a relativa abundância de material anfórico tardo-republicano (SÁ; PAIVA, 1994), informação agora substancialmente reforçada com os materiais exumados no espaço do antigo Hard Club (SILVA *et al.*, 2018; CARVALHO, 2020).

[1321] Na verdade, se a diversidade e quantidade dos achados de itens tardo-republicanos – e mesmo de anteriores importações meridionais – parece ser mais expressiva do lado de Gaia, como se observou, precisamente, a partir dos resultados da primeira fase da escavação do antigo Hard Club (SILVA, *et al*., 2018; MORAIS, 2018a), ideia que parece reforçada com os dados da segunda etapa de escavações (RAMOS; CARVALHO, 2020); deixámos já dito, do mesmo modo, que a desigualdade das áreas escavadas em ambas as margens (e a falta de estudos sobre materiais e estratigrafias, deve notar-se) recomenda certa prudência naquela avaliação.

povoado. Tal é a tese, também, de David HOURCADE (2003, 2004), que entende que as cercas urbanas erigidas na Hispânia durante o Alto Império, tanto nas cidades privilegiadas como nas peregrinas, traduzem, antes de mais, uma nova forma de urbanização, a adoção por parte dos seus habitantes, das instituições e, a seu modo, da *imago urbi* que definem a *polis*, refletindo, como diz mesmo, um processo de *«poliadisation»* (HOURCADE, 2003: 317-321, promovido ou sancionado pelos representantes da nova *iurisdictio* (DOPICO CAÍNZOS, 2009: 45; 2013: 95; DOPICO; SANTOS 2012: 587, 595) à luz da qual se ergue aquela expressão de arquitetura pública. Para Hourcade, as novas muralhas não traduzem, necessariamente a hierarquia jurídica das comunidades cívicas, mas não deixam de diferenciar alguns *oppida*, preferencialmente os *capita ciuitatorum*, em relação aos demais, uma vez que a ereção de muralhas era agora uma concessão seletiva das novas autoridades, por oposição ao contexto sociopolítico da Idade do Ferro, em que todos os povoados, por norma, possuíam muralhas (HOURCADE, 2004: 247-252).

Voltaremos a este autor e às consequências que retira da presença desta muralha alto-imperial, mas prossigamos, entretanto, o fio cronológico que nos conduz. Após o período augustano, aparentemente representado na maior parte das intervenções arqueológicas feitas no Castelo de Gaia, não dispomos – por falta de estudos e publicações – de informação sobre os séculos subsequentes da vida dos ambos os povoados (o castro e o núcleo de *Vila Nova*), desconhecendo-se, de todo, se o singular epitáfio do militar olisiponense Lúcio Lávio Tusco – de cronologia muito debatida dentro do século I (GUERRA, 2010: 303)[1322] – aparecido no sopé do Castelo, nas Escadas da Boa Passagem, será procedente de alguma necrópole nas proximidades ou se foi reaproveitado de outras paragens.

Até aqui, concordamos com a conceção de HOURCADE (2004), mas já não estamos seguros de que o castro de Gaia tenha constituído capital de qualquer *ciuitas*, posição para a qual teria concorrência de peso no território dos «túrdulos velhos»[1323]. Por outro lado, defende o mesmo autor – apenas com base na descoberta da muralha do castro de Gaia – que aí deve fixar-se o assento de Cale («*la première ville romaine*»), acrescentando que

> «*Durant au moins tout le Haut-Empire, les deux rives du fleuve dépendaient très certainement de la même autorité municipale et provinciale. Ce n'est que par la suite, durant l'Antiquité tardive, c'est-à-dire, à l'époque où la muraille romaine de Vila Nova de Gaia a été en partir détruite, qu'un site urbain a pu se développer et se structurer sur la rive nord du Douro, dans le quartier de l'actuelle cathédrale de Porto*.» (HOURCADE, 2004: 230).

Ou seja, se bem se entende, para Hourcade, durante todo o Alto Império, o castro da Penaventosa e o *uicus* ribeirinho da margem norte seriam um «enclave» da Lusitânia, sendo Cale na margem sul; ou, se na margem norte, como mero povoado indígena que só na Antiguidade tardia se teria urbanizado[1324]. Entendemos que esta proposta não faz qualquer

---

[1322] *Vd*., ponto 4.7.

[1323] Nomeadamente no importante castro do Monte Murado (cfr. ficha CR25 no Inventário II), onde apareceu o par de *tesserae hospitales* datadas de 7 e 9 da nossa era, e no qual há alguns vestígios de arquitetura pública monumental.

[1324] Assim revisitando, já muito a destempo, a velha interpretação, hoje completamente arquivada no gavetão das curiosidades historiográficas, da fundação sueva da cidade do Porto (o *castro nouo* do *Parochiale*). Aliás, esta opinião denota até desconhecimento da realidade arqueológica das atuais cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. Na verdade, quando aquele investigador visitou o Porto e Vila Nova de Gaia, há cerca de duas décadas, ficou impressionado com a muralha do Castelo de Gaia, aparecida há pouco tempo; e embora o tivéssemos informado de que também no Porto, pela mesma altura, tinham vindo à luz do dia troços de uma cerca alto-imperial, Hourcade foi de opinião de que seria absolutamente impossível, no século I, coexistirem duas cidades muralhadas fronteiras, ainda que em províncias distintas, opinião refletida na publicação de 2004.

sentido[1325], mas a ideia dos dois núcleos poderem ter integrado um mesmo aglomerado urbano na antiguidade parece ter seduzido outros investigadores (LÓPEZ QUIROGA, 2004: 93). Entendemos esta conceção totalmente inaceitável do ponto de vista administrativo; mas acreditamos, porém, que não obstante as diferentes origens étnicas e a divisão provincial acentuada pelo Douro a partir das últimas décadas do século I a.C., as populações dos dois castros quase fronteiros terão desenvolvido uma relação muito própria, incrementada, em novos moldes, pela integração cultural decorrente da romanização, simetria de interesses também sublinhada por outros autores, que, como nós, não confundem a fronteira provincial da linha do *Durius* com qualquer barreira económica (BLOT, 2003: 191-192). Por certo, a frequência com que o rio começou a cruzar-se num e outro sentido, em especial a partir do momento em que fez parte da via estruturante *Olisipo-Bracara*, não pode ter deixado de produzir uma comunidade económica de interesses partilhados, talvez também concorrenciais, que – salvo uma ou outra circunstância histórica particular – tinha muito mais a ganhar com a cooperação do que com o conflito, situação que, julgamos, terá desembocado nos dois «*portucales*» do período tardo-antigo.

Nesta época, estes dois extremos, da Lusitânia e da Galécia, parecem apresentar-se com notável pujança no que se refere às trocas comerciais, como documentado tanto no Castelo de Gaia como no fundeadouro de Crestuma (SILVA; GUIMARÃES, 2011; 2013a; 2013b; SILVA, 2014), mais a montante. De igual modo, também a vida urbana de ambos os núcleos poderá ter sido mais dinâmica do que possamos imaginar, atentos, igualmente, alguns vestígios arqueológicos de ambas as ripas do rio (NASCIMENTO; SOUSA; SILVA, 2008; NASCIMENTO *et al*., 2020), que vimos citando, aqui e em outros trabalhos (REAL, SILVA, 2018; SILVA, REAL, no prelo),

Provavelmente, o *«Portucale castrum antiquum»* referido no *Parochiale* dos Suevos, documento da segunda metade do século VI, por contraposição ao «*Portucale castrum novum»* da margem fronteira[1326]*,* referia-se ainda a dois aglomerados urbanos dotados de muros defensivos e instalados, o primeiro, na colina do Castelo; e o último no morro da Sé do Porto, sem prejuízo de, em ambos os casos, o casario se ter já estendido desde os primeiros tempos da dominação romana para amplas áreas extra-muros, mormente na frente ribeirinha de ambos os lados do Douro, traduzidas pelo *uicus* da Vila Baixa e, talvez, por povoado similar na margem fronteira, de que trataremos já de seguida.

5.3.4.2. Vila Nova

No «sítio» que designámos como Vila Nova, em pleno coração da parte ribeirinha do centro histórico de Vila Nova de Gaia, as informações relacionadas com a ocupação romana e pré-romana são ainda relativamente esparsas mas suficientemente consistentes para podermos afirmar que ali existiu, durante os primeiros séculos da nossa era, uma significativa mancha urbanizada, embora ainda não tenha sido recuperada qualquer planta, mesmo truncada, de edifícios. Os dados de várias intervenções arqueológicas, todavia, coincidem na identificação

[1325] desconhecimento da realidade arqueológica das atuais cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. Na verdade, quando aquele investigador visitou o Porto e Vila Nova de Gaia, há cerca de duas décadas, ficou impressionado com a muralha do Castelo de Gaia, aparecida há pouco tempo; e embora o tivéssemos informado de que também no Porto, pela mesma altura, tinham vindo à luz do dia troços de uma cerca alto-imperial, Hourcade foi de opinião de que seria absolutamente impossível, no século I, coexistirem duas cidades muralhadas fronteiras, ainda que em províncias distintas, opinião refletida na publicação de 2004.

[1326] Pierre David – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle*. Coimbra, Inst. Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947, p. 34-7, 79 e *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* (ed. crítica de Avelino Jesus da Costa), tomo 1, Braga, 1965, p. 16-17.

de vestígios que parecem centralizar-se – sem surpresa, poderíamos acrescentar – nas imediações da igreja paroquial de Santa Marinha (Figuras 293 e 294).

Diversas sondagens arqueológicas feitas no adro da própria matriz em 1999 e nos anos seguintes[1327] revelaram a presença de importantes depósitos com *tegulae* e evidência de estruturas (BARBOSA, 2000: 20, n.º 5) mas infelizmente os trabalhos não tiveram continuidade, nem em extensão nem em profundidade, ficando igualmente praticamente inéditos os seus resultados. Mais recentemente, em 2011-2012, o arranjo urbanístico dos arruamentos envolventes (Largo Joaquim de Magalhães, Largo de Santa Marinha, Rua de Santa Marinha e Rua D. Afonso III) foi sujeito a acompanhamento arqueológico de obra, o qual revelou, na área das valas abertas para instalação de infraestruturas, materiais de construção romanos e diversos fragmentos de ânfora[1328], concluindo o responsável que um dos principais resultados «foi a descoberta de um conjunto significativo de níveis arqueológicos com inclusões de cerâmica datável de época romana, associados a estruturas em granito, no Largo de Santa Marinha» (FONSECA, 2012: 31)[1329]. Sensivelmente a meia distância entre o largo da paroquial e o rio, uma ação de acompanhamento arqueológico num edifício de gaveto entre a Rua do França, 4-26, e Rua Guilherme Gomes Fernandes, 69 proporcionou estruturas de época moderna e contemporânea mas também uma significativa quantidade de *tegula* romana, se bem que descontextualizada, levando, em conformidade, os responsáveis a expressar nas conclusões do relatório que «a quantidade de *tegulae* identificada sugere que naquela zona poderão existir níveis romanos selados a cotas inferiores aos afectados» (NASCIMENTO; LOUREIRO, 2017: 32).

Há poucos elementos disponíveis para delimitar geograficamente esta mancha de ocupação romana de Vila Nova (Fig. 293). Para o sector nascente, aparentemente, estendia-se, pelo menos, até ao alinhamento, sensivelmente norte-sul, da Rua de Cândido dos Reis, antiga Rua Direita[1330], considerando a notícia de outros vestígios dispersos na área, designadamente o aparecimento, frente ao imóvel com o n.º 26 desse arruamento, a 1,76 metros de profundidade, de «um derrube, *in situ*, de um telhado, provavelmente de uma casa romana (*tegula* e *imbrices*)», segundo notícia de um arqueólogo responsável pelo acompanhamento da instalação de infraestruturas elétricas[1331]. Já para oeste, contamos com alguns achados de cerâmica romana (mencionando-se *tegula* e ânfora), por ora ainda dispersos e em posição secundária, feitos recentemente numa intervenção arqueológica em curso nos antigos armazéns Köpke (COSTA; MARÇAL, 2020), localizados entre as ruas de Serpa Pinto e Barão do Forrester e a sul do mosteiro medieval do Corpus Christi, a menos de duzentos metros de distância da igreja matriz.

[1327] Desenvolvidos sob a direção de Maria da Graça dos Santos Peixoto, à data arqueóloga do município gaiense.

[1328] Entre os quais parece reconhecer-se, apenas com base em fotografias do relatório (FONSECA, 2012: 28, fig. 51), a forma Haltern 70.

[1329] A propósito, o mesmo autor sublinha que aquela zona constitui «uma área de grande sensibilidade arqueológica que importa ter em conta em futuras intervenções», constatando igualmente que «observações efetuadas durante os trabalhos revelam que algumas das intervenções recentes no local, relacionadas com a colocação de novas redes de infraestruturas, preconizaram uma destruição significativa desses mesmos níveis arqueológicos» (FONSECA, 2012: 31).

[1330] Este arruamento, encaixado num antigo vale de uma linha de água, corresponde a um caminho referenciado, pelo menos, na Idade Média (GUIMARÃES 1995: 36-37, 117-118), sendo vários os autores que tivesse como antecedente uma via romana.

[1331] Trabalhos dirigidos por António Sérgio Pereira em 2004. A informação consta de um sumário datilografado que nos foi facultado, devido ao extravio do relatório original.

5.3.5. Discussão

Uma apreciação comparativa entre a densidade dos vestígios da ocupação de época romana nas duas margens do Douro (Figuras 295 e 296) revela um desiquilíbrio que há de atribuir-se em primeira linha, em nosso entender, ao menor número de trabalhos arqueológicos que vêm sendo desenvolvidos na cidade de Gaia, como em devido ponto assinalámos[1332]. Por outro lado, porém, as intervenções levadas a cabo no Castelo de Gaia – colina de urbanização menos densa que na Penvantosa, e onde alguns terrenos não tiveram construções modernas ou ficaram preservados dentro das paredes de armazéns comerciais – afetam, normalmente, superfícies mais amplas, o que tem dado azo às importantes descobertas a que fizemos menção nos pontos anteriores.

Em contrapartida, têm sido mais tímidos, e muitas vezes reduzidos a simples acompanhamentos de obra, de curtos resultados e, por vezes, mesmo indocumentados, os trabalhos de arqueologia no núcleo de Vila Nova, onde, além das informações recenseadas no inventário respetivo[1333], é comum, segundo arqueólogos que ali têm exercido, encontrarem-se restos de cerâmica de construção romana na abertura de valas de instalação de infraestruturas e outras obras.

Deste modo, devem ser prudentes as analogias entre o *uicus* da Vila Baixa e o, também provável, *uicus* de Vila Nova[1334], bem como entre os castros da Penaventosa e do Castelo de Gaia. Desconhecemos por completo que tipo de interação poderá ter existido entre os dois povoados castrejos ou os grupos étnicos a que pertenciam antes da conquista romana. Mas, pouco tempo após a *pax romana* ter ficado estabelecida, despoletaram-se, em simultâneo, tanto mecanismos de integração administrativa das comunidades indígenas – o reordenamento provincial e a criação do *conuentus* tutelado pela nova cidade entre os brácaros, e, sobretudo, das *ciuitates* –, como, certamente, um processo de aceleração económica, em grande medida por efeito do trânsito atlântico, que não só ligava *Cale* e *Caeno* (?) à «placa giratória» de Cádis, como terá transformado a foz do Douro (e talvez o *uicus* portuário de Guifões)[1335] em porto de escala para a rota que levava ao golfo ártabro (NAVEIRO, 1991: 125-129; RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER, 2014a). Não terá tardado muito, por outro lado, a que começassem as lavras auríferas na vizinha exploração das serras de Valongo, devendo também outras atividades produtivas e comerciais ter sido rapidamente potenciadas[1336].

Destas dinâmicas elucidam-nos, progressivamente, os materiais cerâmicos importados que numa e outra margem têm vindo a ser identificados. Se bem que o estudo das ânforas de diversos povoados castrejos da região duriense atlântica tivesse já indiciado o maior dinamismo económico do período correspondente ao câmbio de era (PAIVA, 1993; SÁ, PAIVA, 1994b), foi necessária a observação comparativa entre sítios de referência de ambas as margens do Douro para que, além do conspecto geral da região, se percebessem diferentes ritmos e tempos de abastecimento[1337].

Tomando como referência os materiais de uma das principais intervenções no Castelo de Gaia (SILVA *et al*., 2017a; CARVALHO, RAMOS, 2020), contrastados com um contexto excecional da Penaventosa, o depósito do Aljube, provavelmente correspondente a uma

[1332] Vejam-se o ponto 2.3.1.2 e os gráficos das Figuras 11 e 13.

[1333] Vol. II, Inventário I.B.

[1334] Se a escassez de dados disponíveis não permite afirmá-lo peremtoriamente, esta designação, em todo o caso, é a única que julgamos disponível para caracterizar um núcleo secundário de ocupação concentrada como o que, sem dúvida, se terá desenvolvido na «ribeira» gaiense.

[1335] *Vd. supra*, o ponto 4.3.2.1.

[1336] *Vd. supra*, o ponto 4.3.

[1337] Este assunto é também desenvolvido no ponto 4.9, e retomado no capítulo conclusivo deste trabalho (ponto 8).

«lixeira» extra-muros do Alto Império (MORAIS, 2013a; 2018b; e.v.p.; MORAIS, CARRERAS, 2004), parece notória uma maior pujança de importações béticas e itálicas na banda sul do rio no período tardo-republicano; enquanto um significativo acréscimo de produções das primeiras décadas do século I nesse depósito da Penaventosa, confirmado, aliás por outros contextos próximos, poderá indiciar, porventura, o emergir de novas centralidades. Já no Baixo-Império, sem que *Portucale*, necessariamente, perca protagonismo, parece que o comércio de grosso trato «regressa» um pouco à margem do sul, como bem se documenta, tanto no velho *oppidum* do Castelo de Gaia (SILVA *et al*., 2017a; RAMOS, CARVALHO, 2020), como mais a montante, em Crestuma (SILVA, GUIMARÃES, 2013; SILVA, CARVALHO, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015)[1338].

No quadro das conexões sociais e económicas potenciadas pelo duplo eixo cruciforme do Douro (o trânsito pelo rio e a sua travessia), ter-se-á desenvolvido uma comunidade fluvial de interesses repartidos por ambas as margens, emblematicamente traduzidas, se quisermos, pelas «barcas de passagem», que assegurariam as ligações regulares de acordo com o destino dos viajantes ou das mercadorias. Sem que possamos admitir uma «cidade» distribuída por duas margens, sujeitas até à mesma tutela político-administrativa, como se a banda sul fosse um enclave da Tarraconense, ou a fronteira, da província da Lusitânia, como foi proposto (HOURCADE, 2004: 230), tal comunidade de interesses parece ter-se repercutido nos séculos subsequentes.

De facto, o diálogo entre as povoações de ambas as margens do Douro pode ter deixado algum rasto, entre outros aspetos históricos, em uma certa simetria toponímia que se conservou até à atualidade, ou seja, nomes de lugar que se repetem de um e outro lado do rio. É o que sucede, por exemplo, com *Guindais*, ou, de forma menos direta, na dualidade *Gaia/Miragaia*, independentemente das «explicações» lendárias e literárias desta proximidade linguística[1339]. Poderemos, talvez, remontar estas articulações toponímicas ao plausível alargamento a ambas as margens do topónimo *Portucale*, como foi proposto (ALARCÃO, 2019a), do que ficou memória documental até ao século XII, através de diversas menções ao «Portugal» meridional em vários textos legais, como em ponto próprio discutimos[1340]; as circunstâncias da História subordinaram a margem sul à do norte, no plano político-administrativo, desde o século XIV e durante toda a Época Moderna, uma vez que os antigos concelhos de Gaia e Vila Nova, bem como grande parte do município atual de Vila Nova de Gaia permaneceram integrados no «termo» da cidade do Porto até à restauração concelhia no século XIX (SILVA, 1988: 49-52).

[1338] Em boa verdade, não pode considerar-se o fundeadouro tardo-antigo de Crestuma como especificamente conectado com o comércio da margem sul, embora dessa ripa do rio se situe. Constituindo, em nosso entender, um «porto de abrigo» interior do Baixo Douro, é impossível – e pouco relevante – determinar a qual dos «portos principais» a jusante prestaria maior apoio.

[1339] Referimo-nos à conhecida «lenda do Rei Ramiro», popularizada nas primeiras décadas do século XIX pelo escritor romântico Almeida Garrett, no seu *Romanceiro*, como explicação para o topónimo portuense Miragaia (*cfr*., sobre o assunto, SILVA, 2020b).

[1340] Veja-se, designadamente, o ponto inicial deste trabalho (2.1) e, ali, em particular, as referências documentais constantes da Tabela 4.

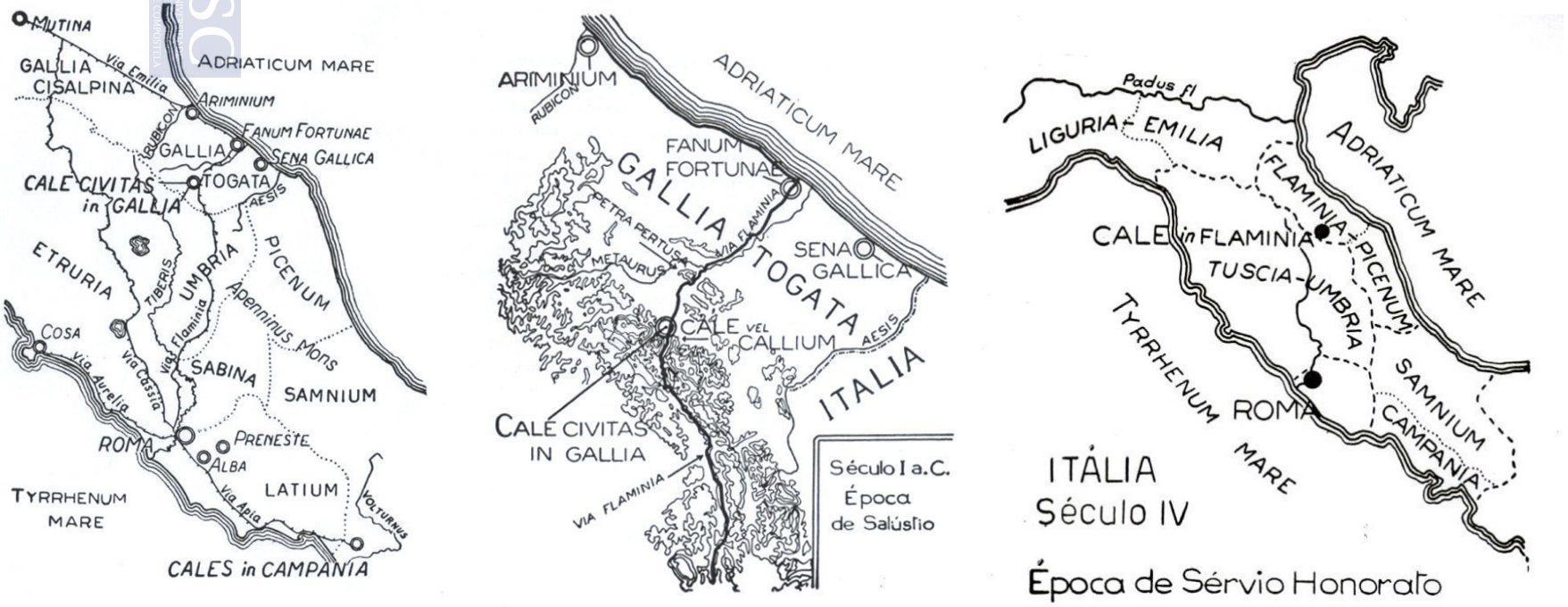


Fig.148- *Cale* na *Gallia*. Cartografia demonstrativa da possível localização da *Cale* mencionada por Salústio na Península Itálica, segundo a tese de ALBUQUERQUE 1962

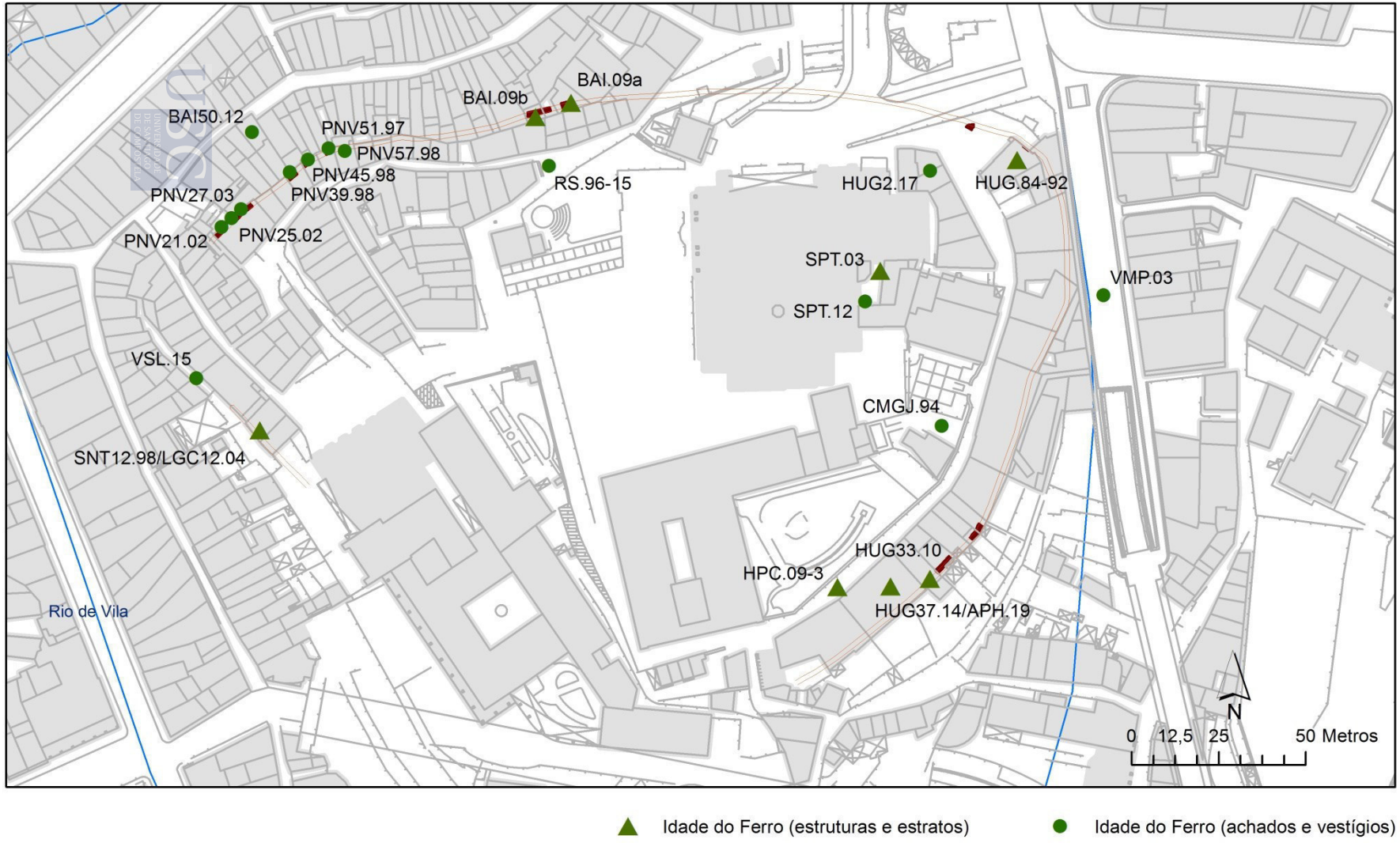


Fig. 149 – Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios da Idade do Ferro.

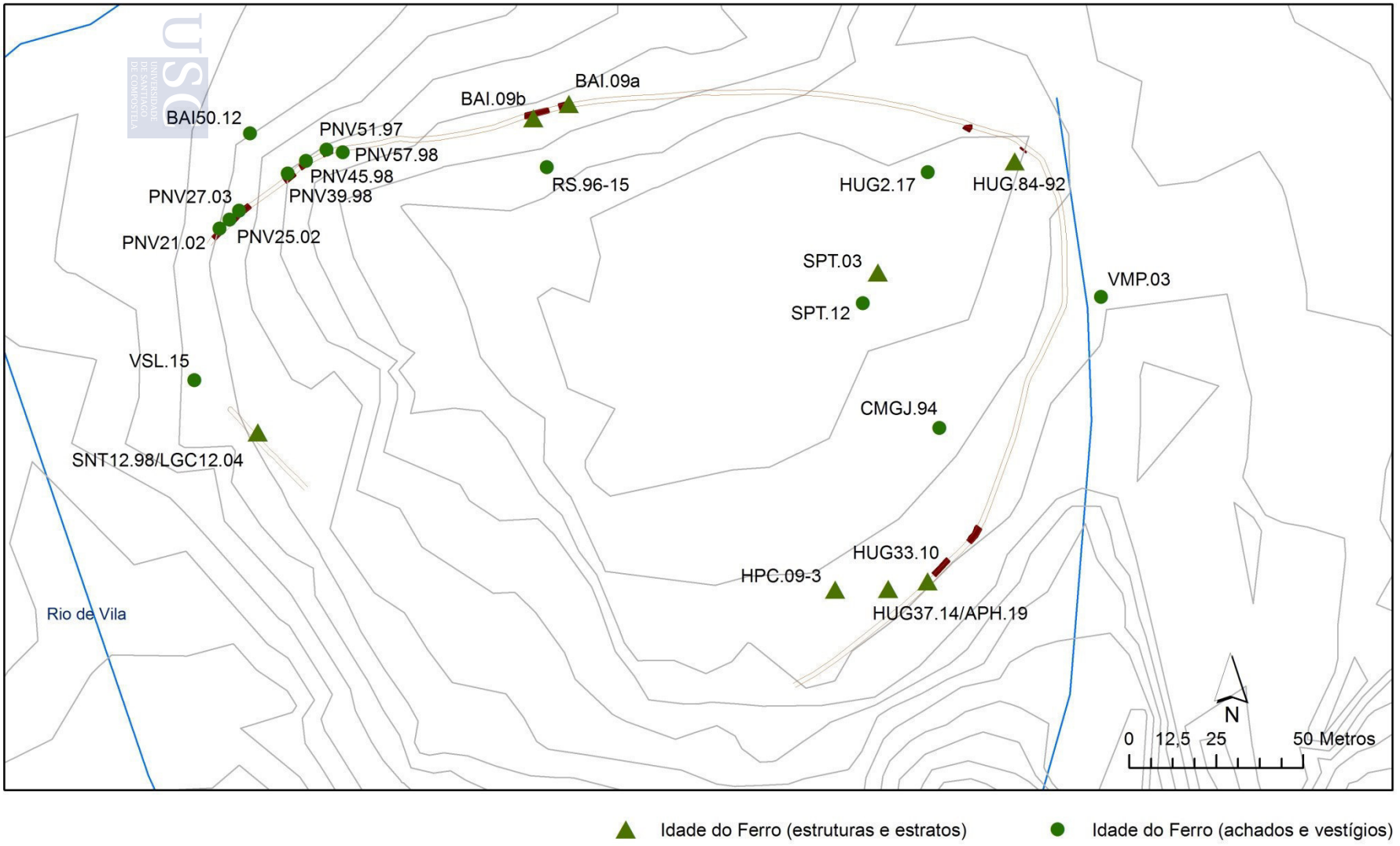


Fig. 150- Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios da Idade do Ferro

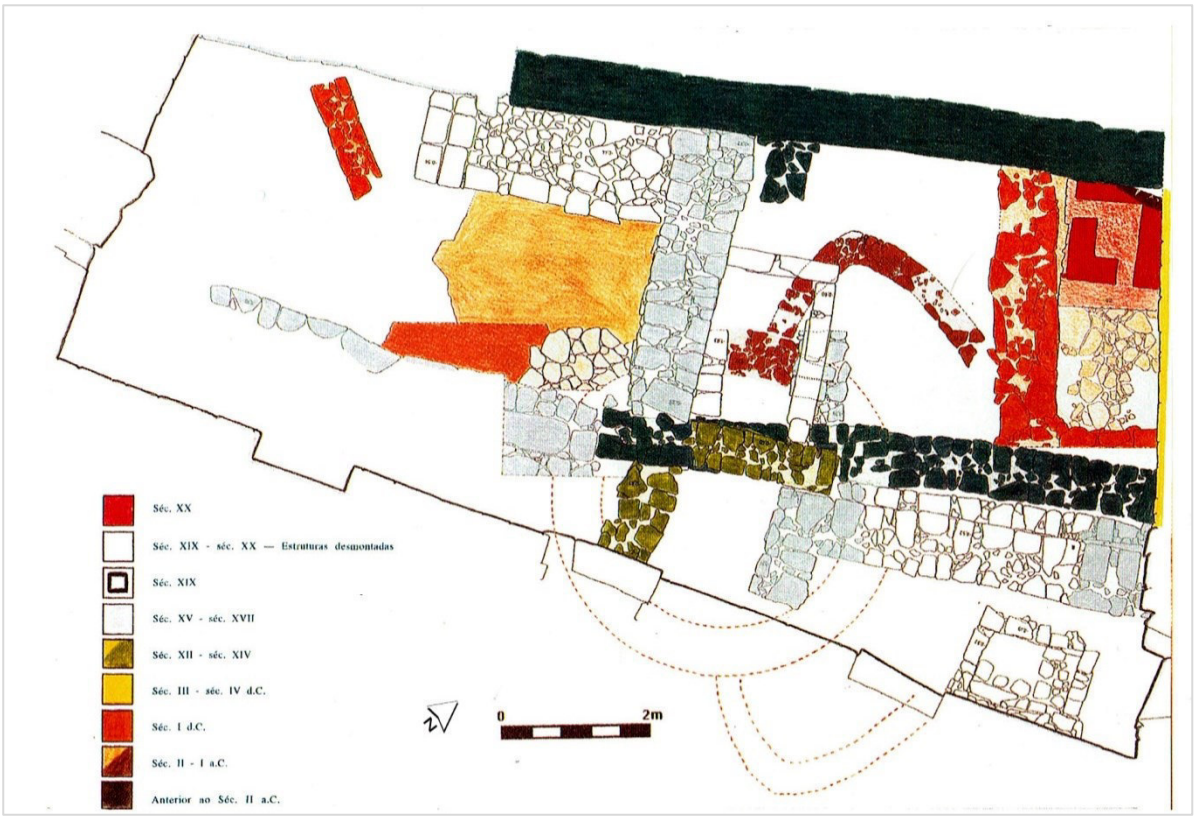


Fig. 151 – Planta das ruínas, de diferentes épocas, encontradas na Rua de D. Hugo, n.º 5. Em primeiro plano, a castanho, uma habitação circular da Idade do Ferro (uma outra no canto nordeste do imóvel). Uma construção romana (laranja), do lado direito da imagem, foi cortada pela parede da construção, assente sobre a muralha romana tardia. Reproduzido de REAL; OSÓRIO, 1993.

Figs. 152-153 – Detalhe do vestíbulo da «casa castreja» da Rua de D. Hugo, 5 e (à direita) habitação «romana», com lajeado interno, truncada pela muralha romana tardia (Fotos: Serviços de Arqueologia da C. M. Porto).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

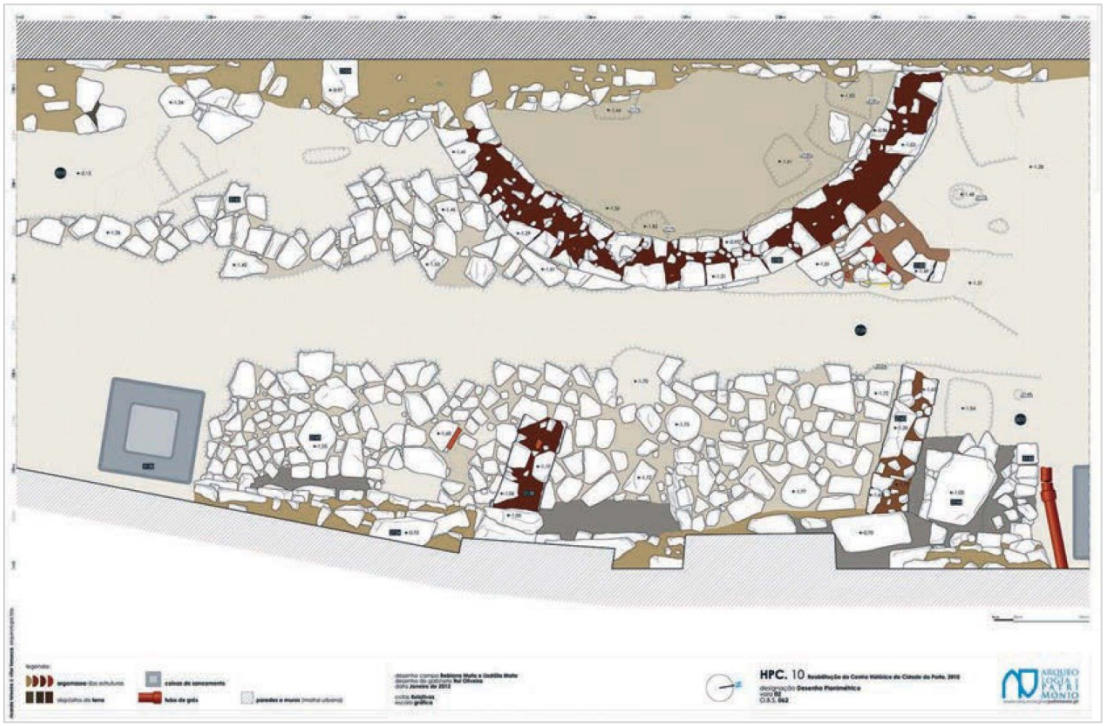


Fig. 154 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. Núcleo «castrejo-romano», com casa redonda associada a um lajeado. Fonte: Arqueologia e Património; reprod. de MARÇAL, 2013.

Fig. 155 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. Vista superior, parcial, do núcleo «castrejo-romano», aparecido no arruamento. Foto: © Arqueologia e Património.

Fig. 156 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. 37. Grande plano de uma construção da Idade do Ferro. Foto: © Logiark.

Fig. 157 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo. 37. Tramo de muro tardo-romano. Foto: © Logiark.

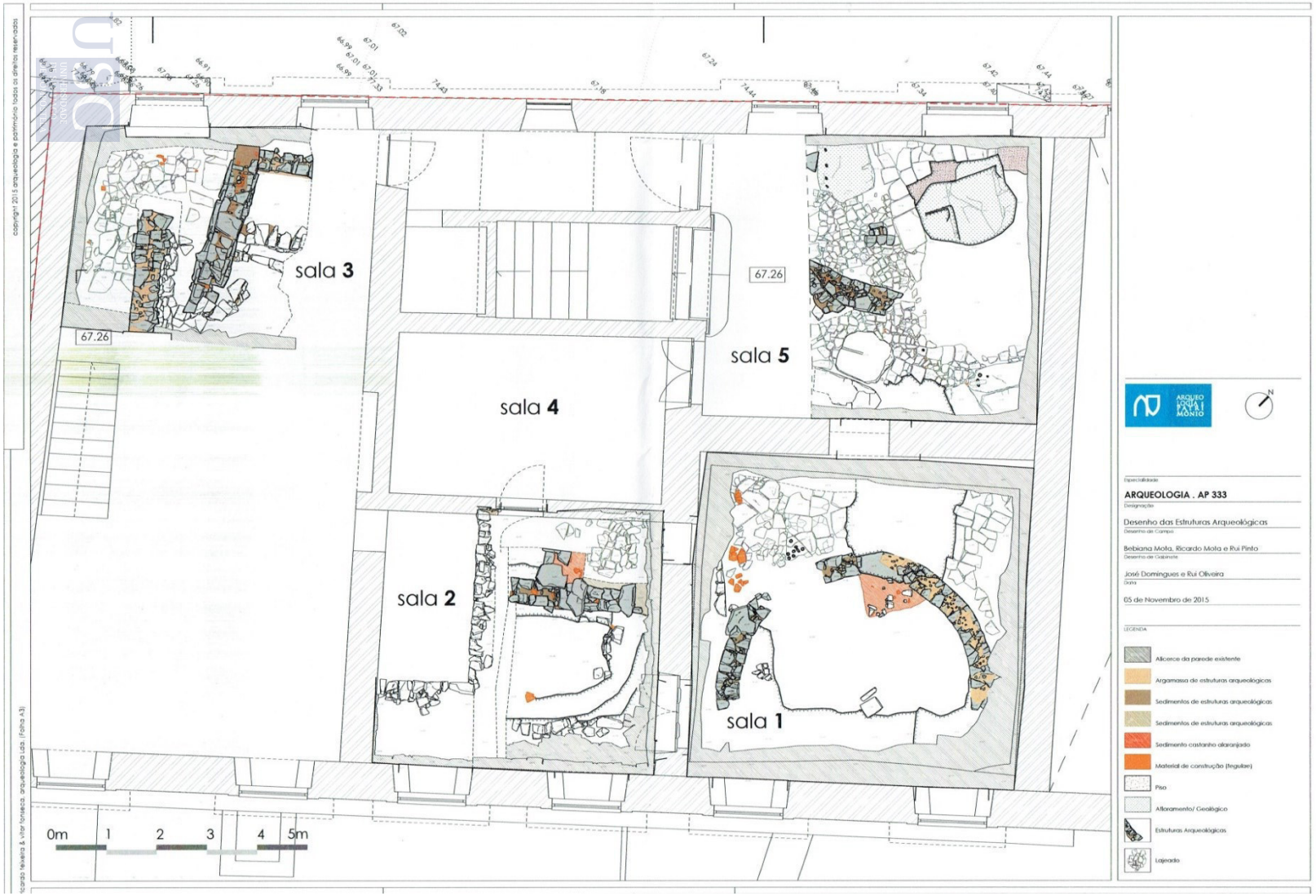


Fig. 158 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 37. Habitação circular castreja e outras estruturas antigas. Levantamento: Arqueologia e Património.

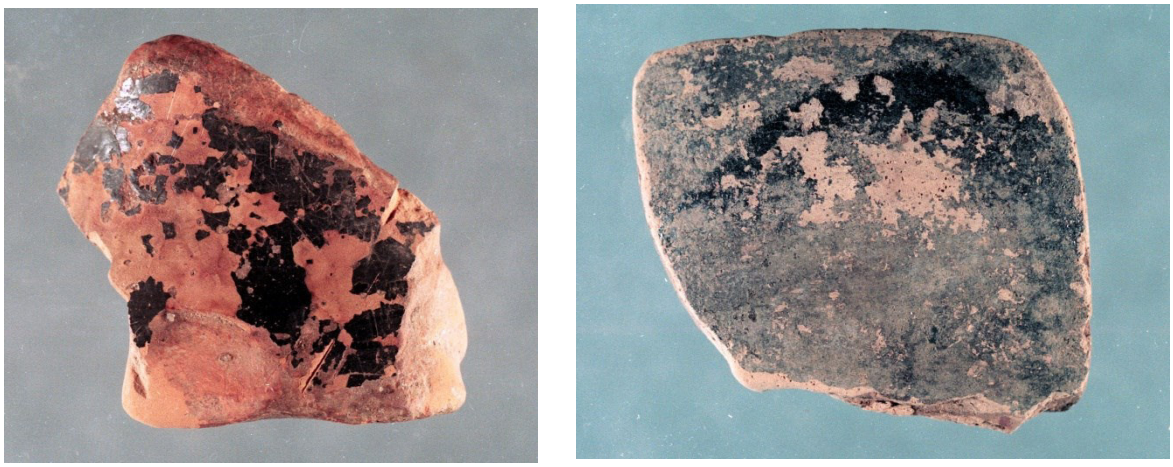


Fig. 159 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, n.º 5. Fragmentos de cerâmica ática, ou imitação (séculos IV-III a.C.). A peça da esquerda (4,5x5x1,2 cm) poderá corresponder ao pé de um *kratêr* de figuras vermelhas; o fragmento de pança da direita (6,6x5,2x0,9cm) é mais atípico, podendo pertencer a uma imitação deste género de louça. Fotos: Serviço de Arqueologia da C. M. Porto.

Fig. 160 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 5. Pequeno fragmento (1,6x1,1x0,18cm) de anforisco em pasta de vidro sobre núcleo de argila. Poderá datar de entre os séculos VI-IV a.C., correspondendo, talvez, a uma produção de Rodes. A imagem da direita é meramente ilustrativa da forma do recipiente original. Foto: Serviço de Arqueologia da C. M. Porto.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

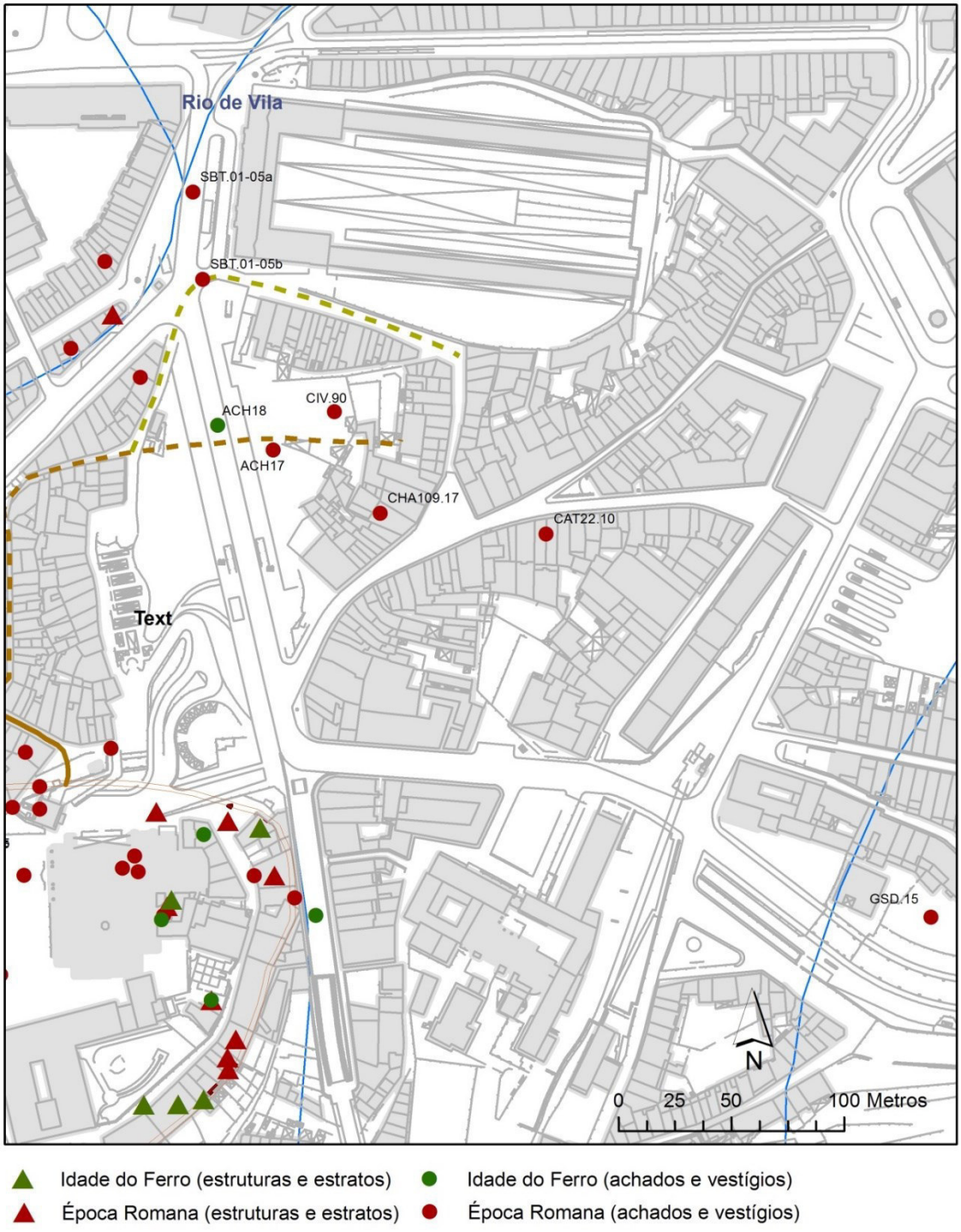


Fig. 161 - Porto. Cividade. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos. A linha castanha a pontilhado mostra uma hipotética via de acesso a partir da «Via XVI», desde o cruzamento do Souto.

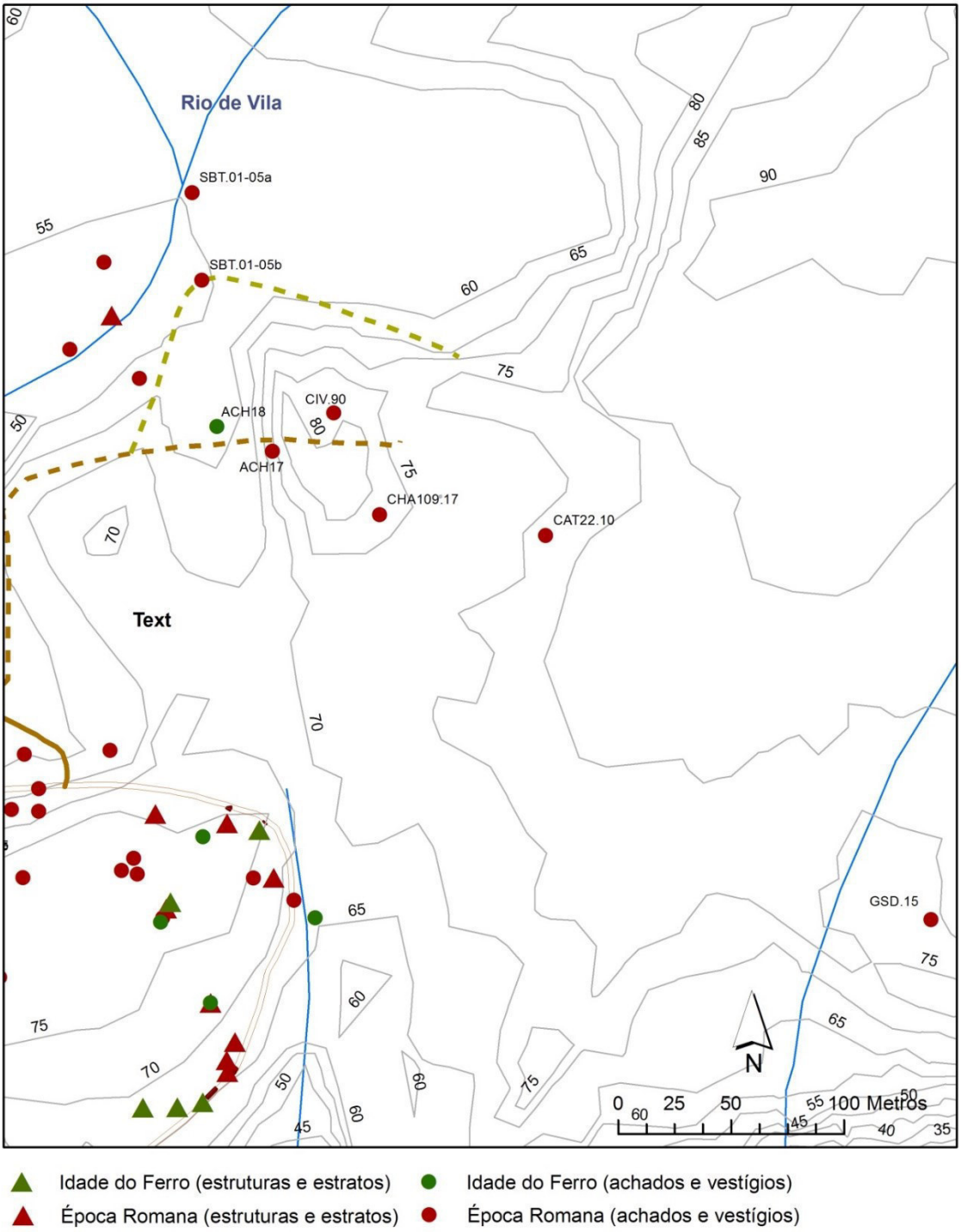


Fig. 162 - Porto. Cividade. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos. A linha castanha a pontilhado mostra uma hipotética via de acesso a partir da «Via XVI», desde o cruzamento do Souto.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

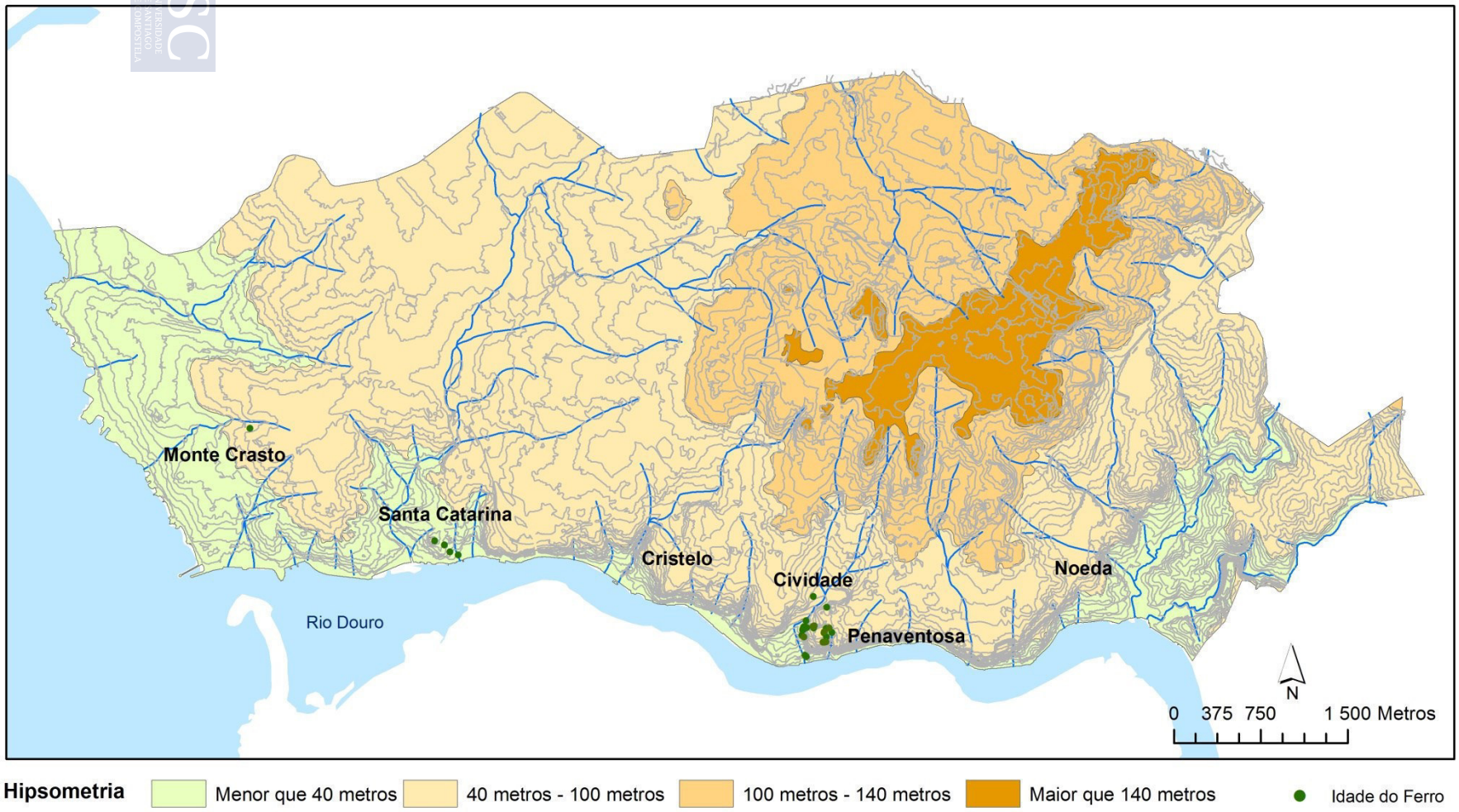


Fig. 163 – Porto. Localização dos núcleos castrejos, reais e hipotéticos.

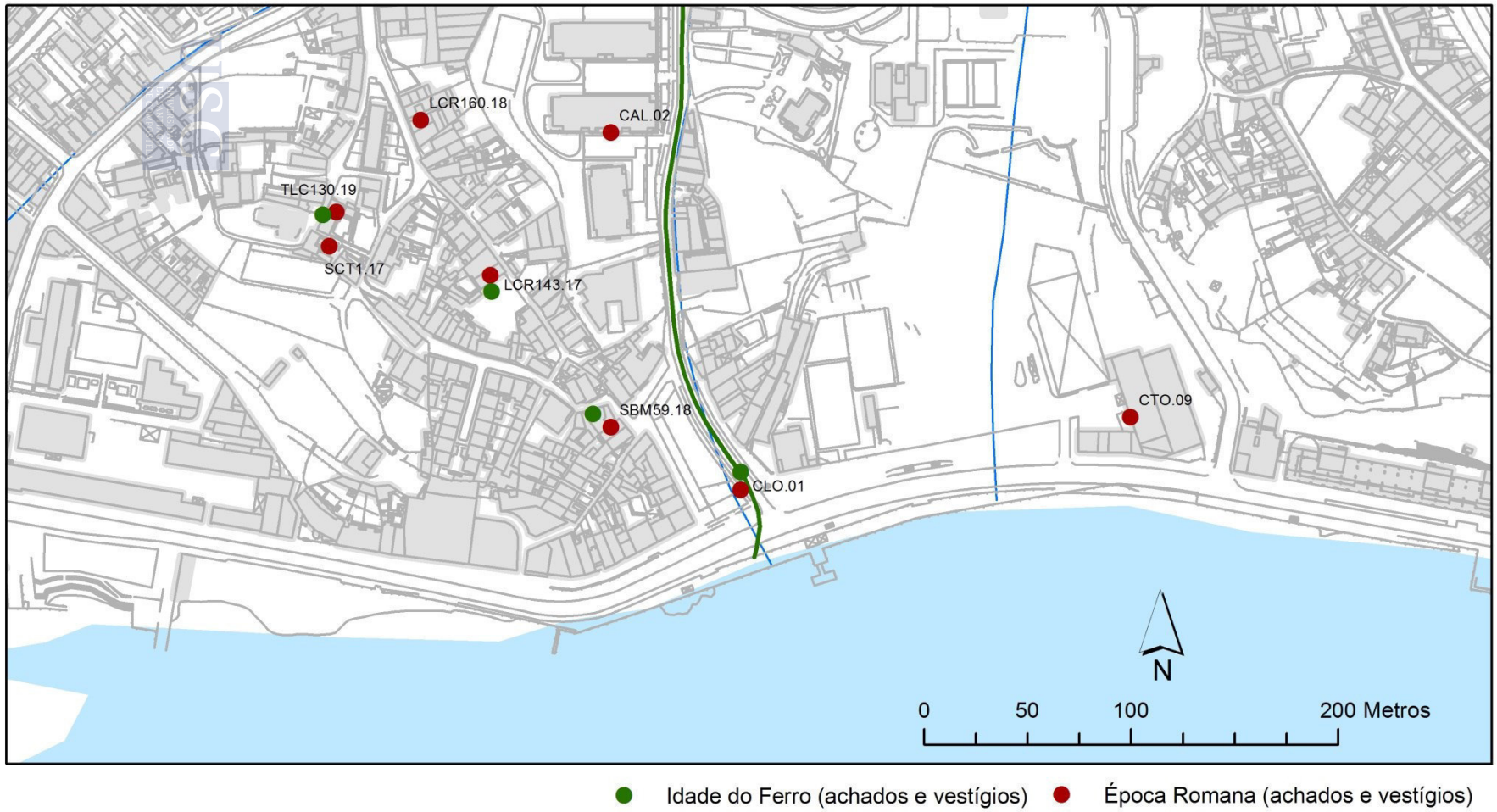


Fig. 164 – Porto. Castro da de Santa Catarina. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos.

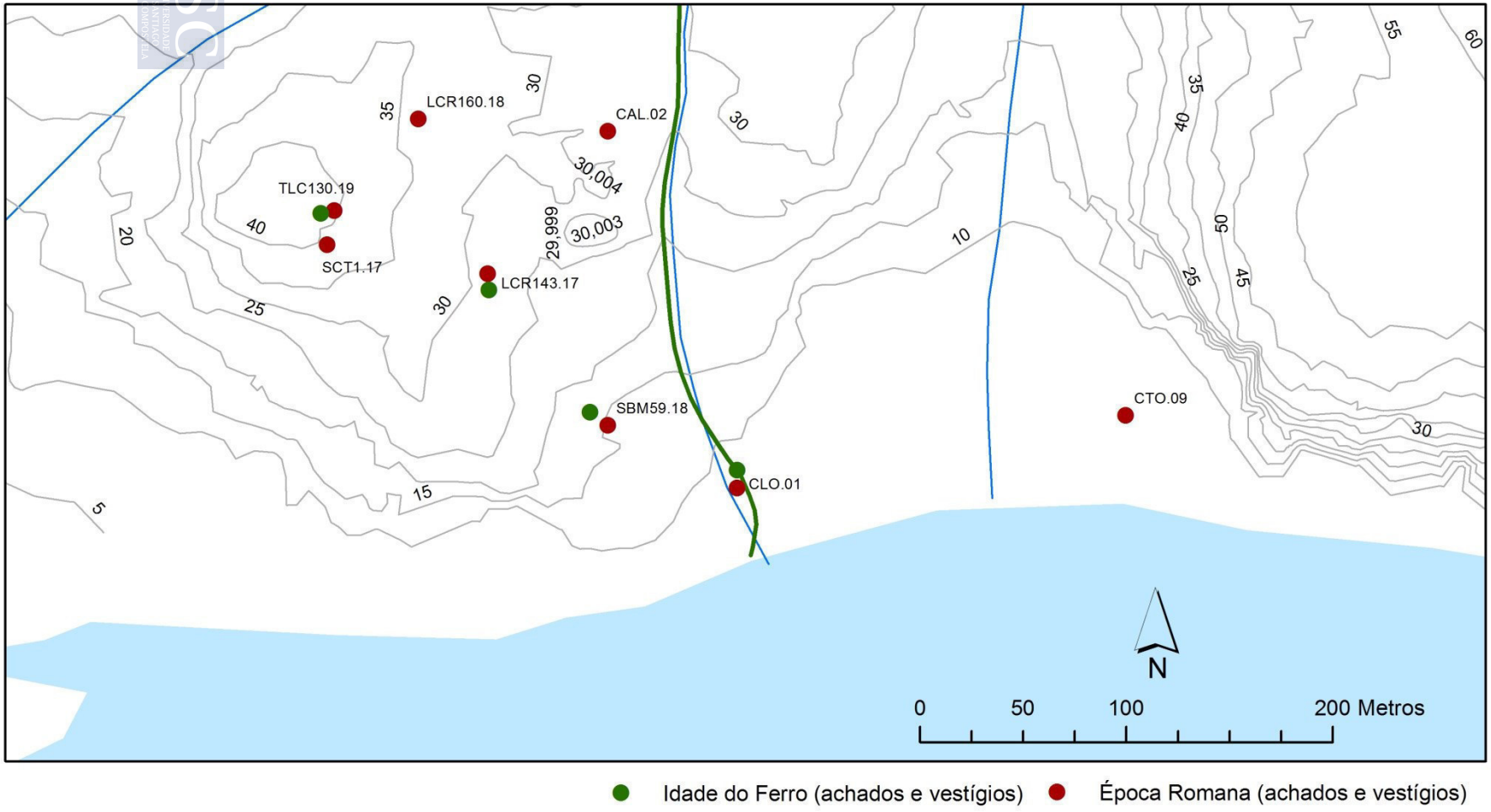
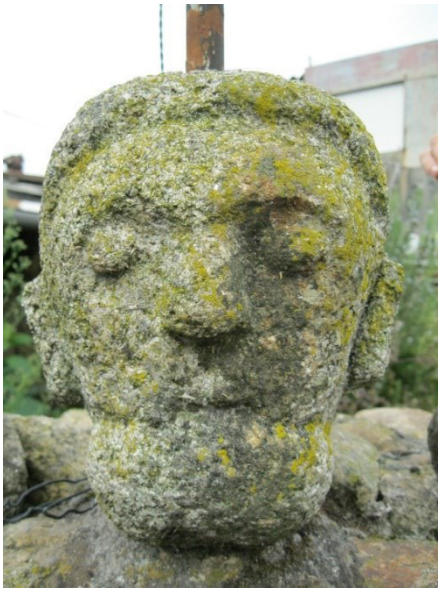


Fig. 165 – Porto. Castro da de Santa Catarina. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos.



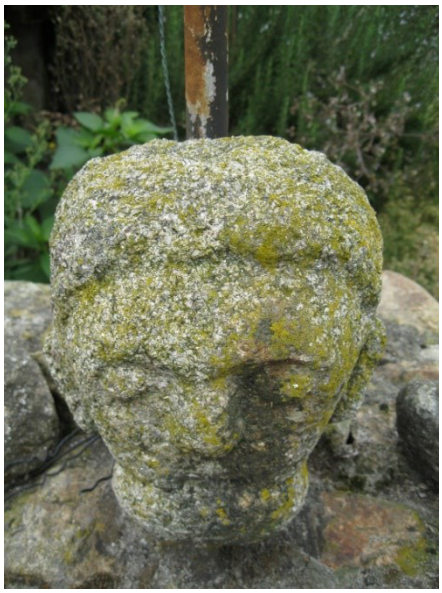


Fig. 166 - «Cabeça castreja» (?), em granito, de Santa Catarina, Porto, localizada numa residência particular da Rua de Luís Cruz. Fotos: Laura Sousa (©DMPC/Arqueologia, C. M. Porto).

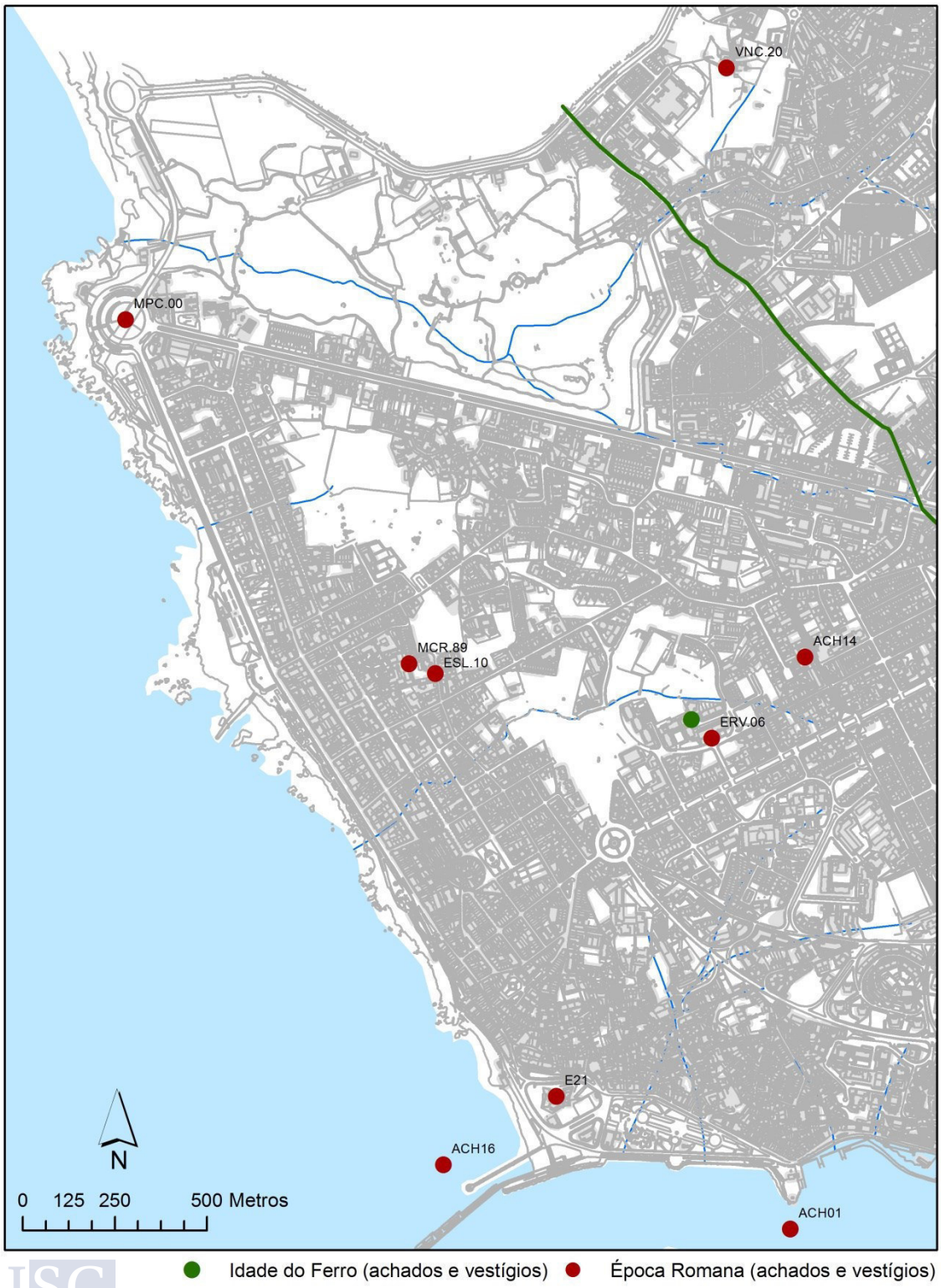


Fig. 167 - Porto. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos no Monte Crasto e áreas próximas.

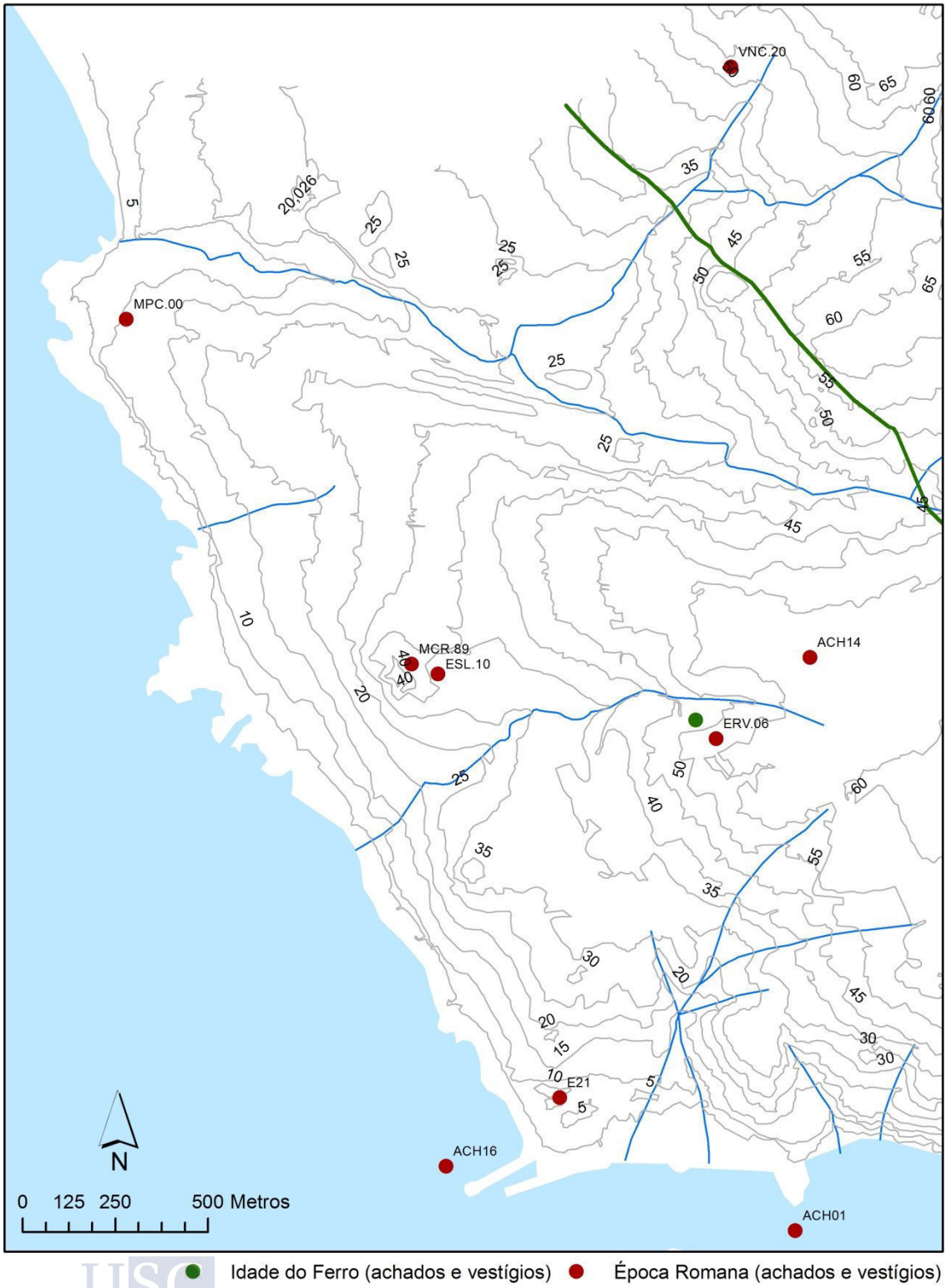
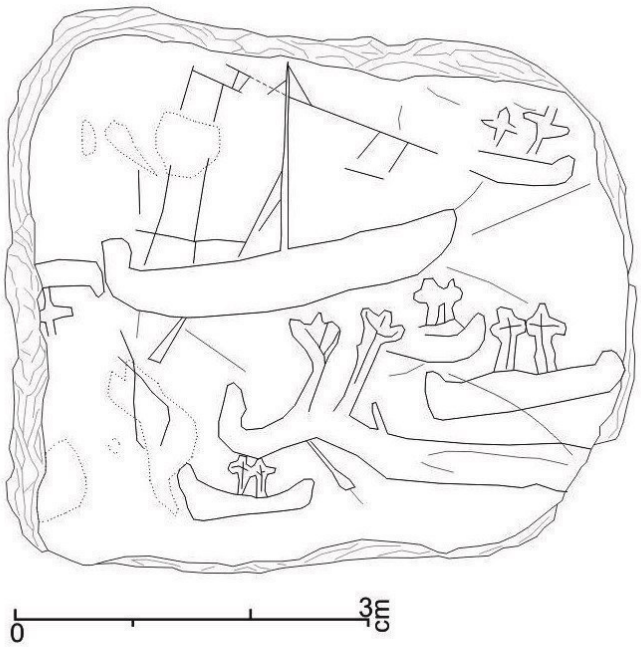


Fig. 168 - Porto. Vestígios da Idade do Ferro e Romanos no Monte Crasto e áreas próximas.



USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 169 – Porto. Pequena placa, em xisto (4,5 cm), com gravuras representando embarcações, de possível datação da Idade do Ferro. Foto: © Empatia, Arqueologia; desenho de Gabriel Pereira.

Fig 170 – Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagem 3. Vista geral do troço de muralha castreja, com o contraforte externo. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).

Fig. 171 – Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagem 3. Perspetiva do troço de muralha castreja. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).

Fig. 172 (inf, dir.) – Porto, Intervenção no Quarteirão da Bainharia (2009). Sondagens 3 (primeiro plano) e 1. Vista geral da muralha castreja. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).

Fig. 173 (inf, esq.) – Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Paramento da muralha castreja (vista exterior). Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).

Fig. 174 – Porto, Intervenção arqueológica no Quarteirão da Bainharia (2009). Implantação das sondagens de avaliação prévia. A muralha castreja foi identificada nas sondagens 1 e 3, sensivelmente ao centro da planta. Imagem: Arqueologia e Património (FONSECA, 2009).

Fig. 175 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Vista geral do troço de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).

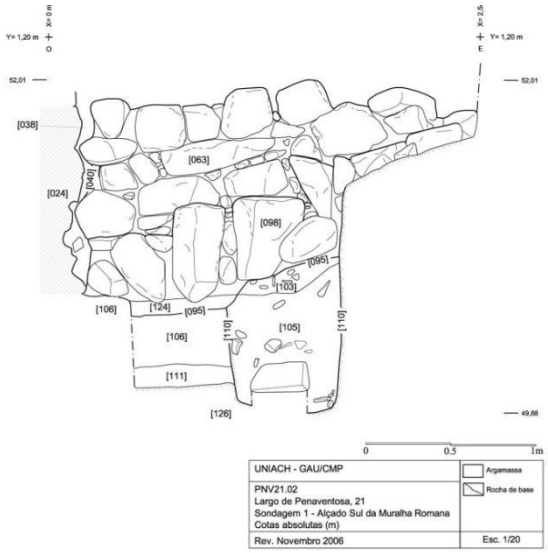


Fig. 176 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Alçado interno da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).

Fig. 177 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Vista superior do troço de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).

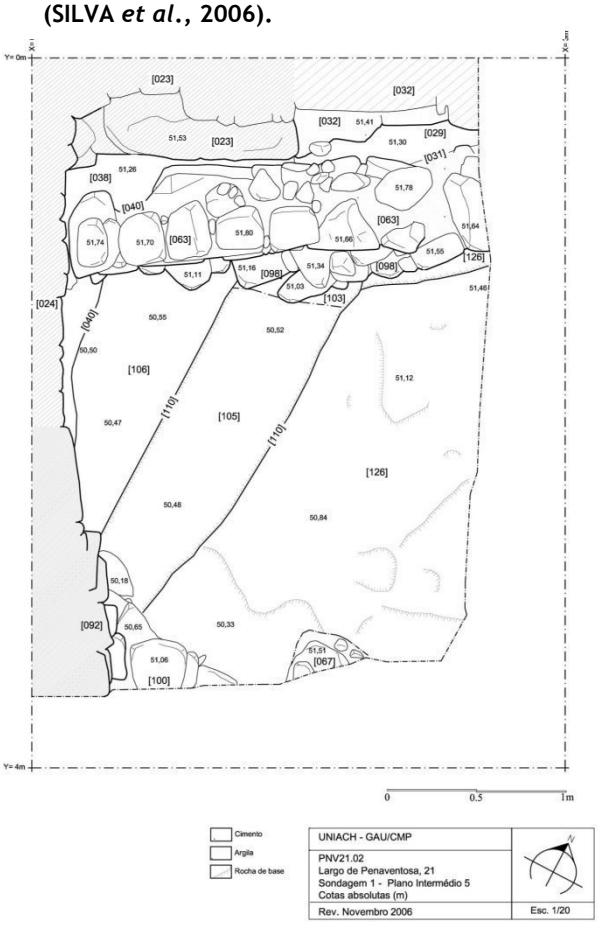


Fig. 178 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 17-21 (2002-2003). Plano final da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2006).

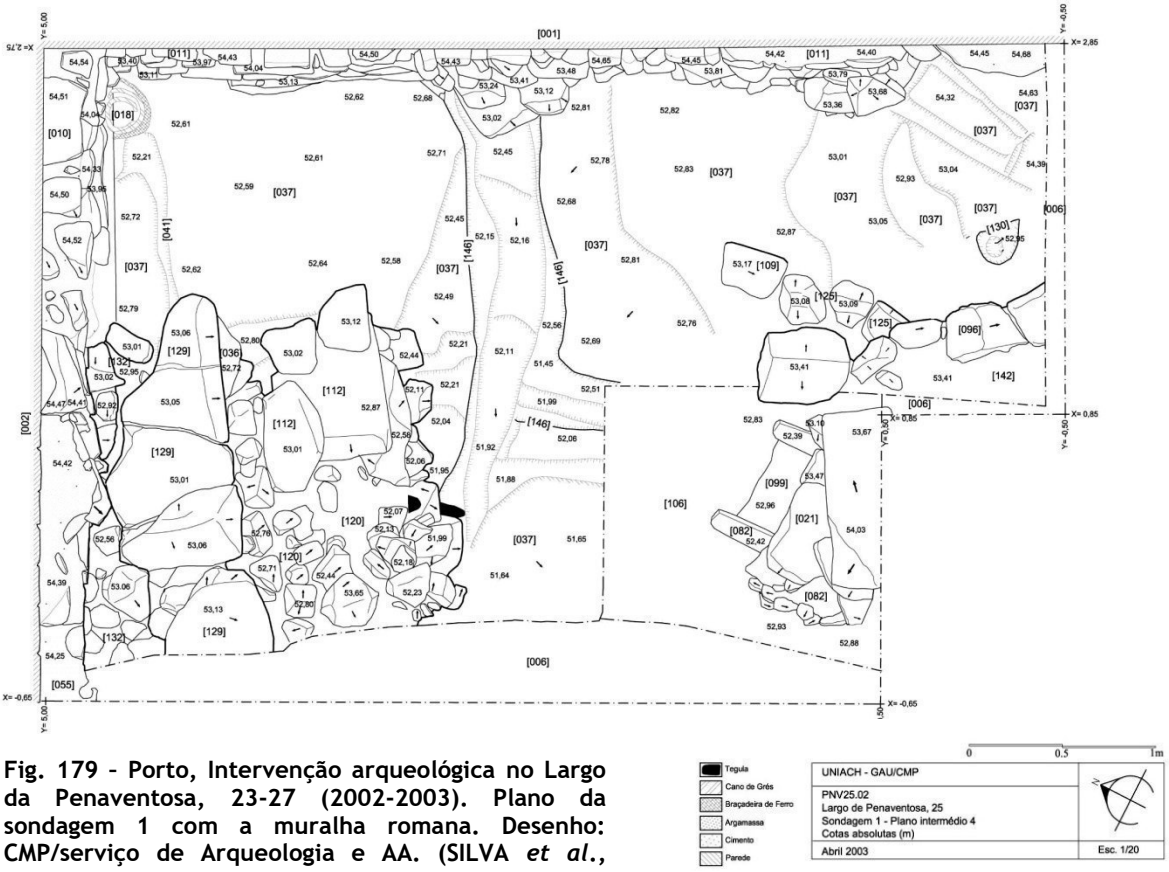
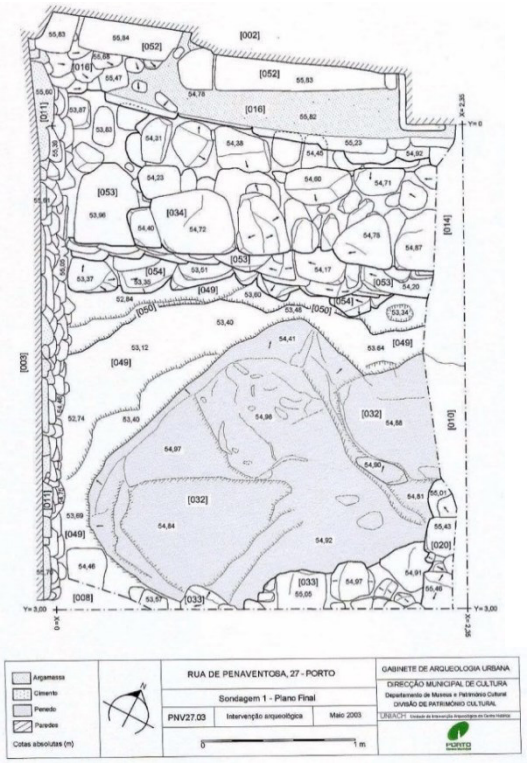


Fig. 179 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Plano da sondagem 1 com a muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).

Fig. 180 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Vista geral do tramo conservado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).

Fig. 181 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo da Penaventosa, 23-27 (2002-2003). Outra perspetiva da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2003).



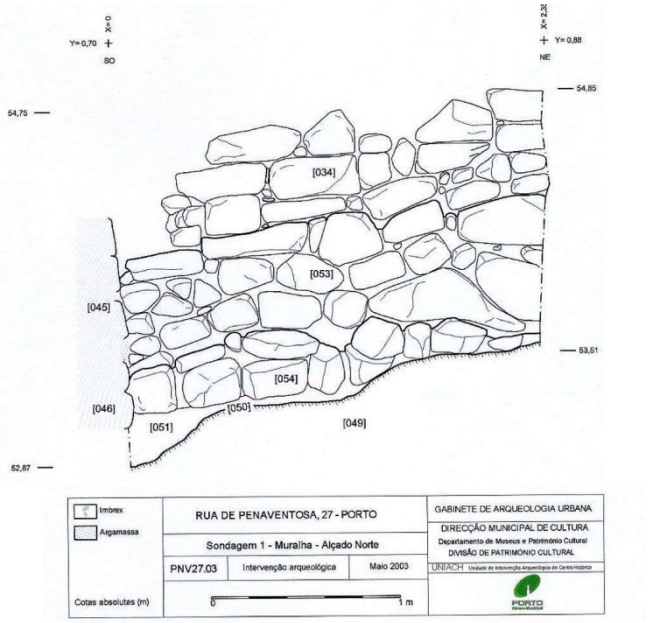


Fig. 182 (esq.) – Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Plano final da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).

Fig. 183 (dir.) – Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Alçado interno da muralha romana. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).

Fig. 184 (esq.) – Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Vista superior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).

Fig. 185 (dir.) – Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 25-27 (2003). Vista superior e alçado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA *et al.*, 2008).

Fig. 186 - Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39-43 (1998). Vista do alçado da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA, 2008; SILVA; BARBOSA, 1998).

Fig. 187 - Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39-43 (1998). Perspetiva superior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA, 2008; SILVA; BARBOSA, 1998).

Fig. 188 - Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 45-47 (1998-1999). Vista do alçado interno da linha de muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA.

Fig. 189 - Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 45-47 (1998-1999). Panorâmica superior e do alçado interior da muralha romana. Imagem: CMP/serviço de Arqueologia e AA.

Figs. 190-191 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 49-51 (1998-1999). Panorâmica superior e da sapata da muralha romana, sob muro moderno (esq.) e grande plano da mesma estrutura (dir.). Imagens: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (SILVA, 1998; SILVA; BARBOSA, 1998)

Fig. 192 – Tardoz das casas da Rua da Penaventosa, vistas a partir da Rua da Bainharia (década de 1990?), vendo-se uma sucessão de muros antigos de grande espessura. Foto: C. M. Porto, DMMPC/Arqueologia.

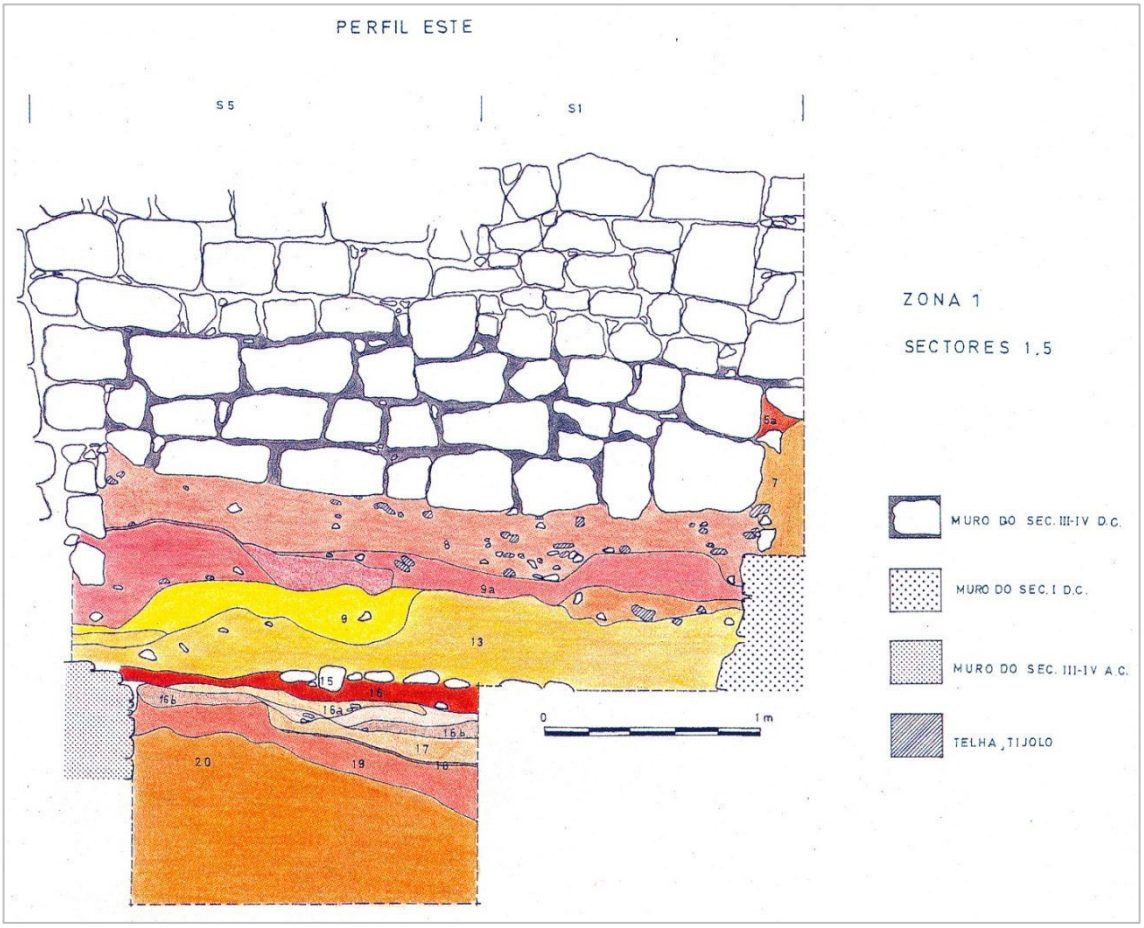


Fig. 193 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 5 (1984-1987). Perfil da parede posterior do imóvel. Desenho: CMP/serviço de Arqueologia e AA. (reprod. de REAL; OSÓRIO, 1993).

Figs. 194 (em cima) e 195 (dir.) – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 5 (1984-1987; 1992-1993). Perfil estratigráfico da Sondagem 1 (parede posterior do imóvel). Assinalado com o pontilhado branco o limite superior do tramo de muralha tardo-romana. À direita: vista, atual, da construção augustana condenada (?) pela muralha romana, com a marcação a vermelho das fiadas correspondentes à cerca do Baixo-Império Imagens: CMP/serviço de Arqueologia

Fig. 196 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 19 (2010). Vala 2. Aspeto geral da muralha romana. Imagem: Mola Olivarum (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010).

Fig. 197 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 19 (2010). Vala 2. Alçado e vista superior da muralha romana. Imagem: Mola Olivarum (ALMEIDA; SOARES; MARQUES, 2010).

Fig. 198 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 23 (2009). Aspeto superior da sapata da muralha romana. Imagem: J. Menéndez (MENÉNDEZ; TEIXEIRA, 2012).

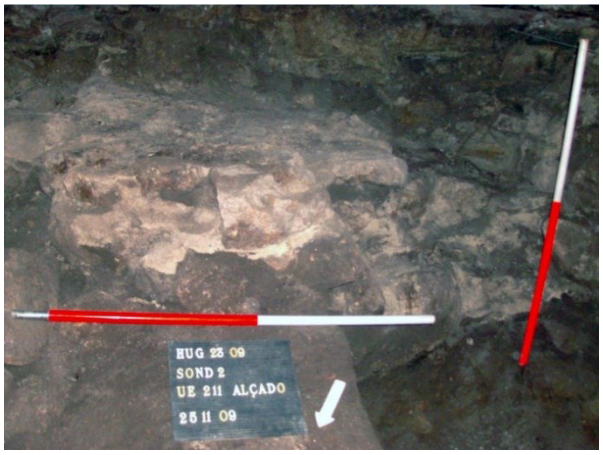


Fig. 199 – Porto, Intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo, 23 (2009). Grande plano da sapata da muralha romana, envolta em uma camada de argamassa amarelada. Imagem: J. Menéndez (MENÉNDEZ; TEIXEIRA, 2012).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 200 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 29-37. Muralha romana, sobreposta por muro moderno. Intervenção APH.09. Foto do A.

Fig. 201 – Porto. Castro da Penaventosa. Rua D. Hugo, 29-37. Muralha romana, sobreposta por muro moderno. Intervenção APH.09. Foto do A.

Figs. 202-204 – Porto, Intervenção arqueológica no Largo do Colégio, 9-12 (1998-1999). Vista do potente derrube no exterior da muralha romana (esq.), alçado (em cima) e grande plano da mesma estrutura (em baixo). Imagens: VARELA; CLETO, 2001.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 205-206 – Porto, Intervenção de acompanhamento arqueológico na via pública (Rua de D. Hugo, HPC.09). Os trabalhos revelaram um tramo de muro largo, argamassado, que poderá corresponder à muralha romana (Fotos: Arqueologia e Património; MARÇAL; PEREIRA, 2013).

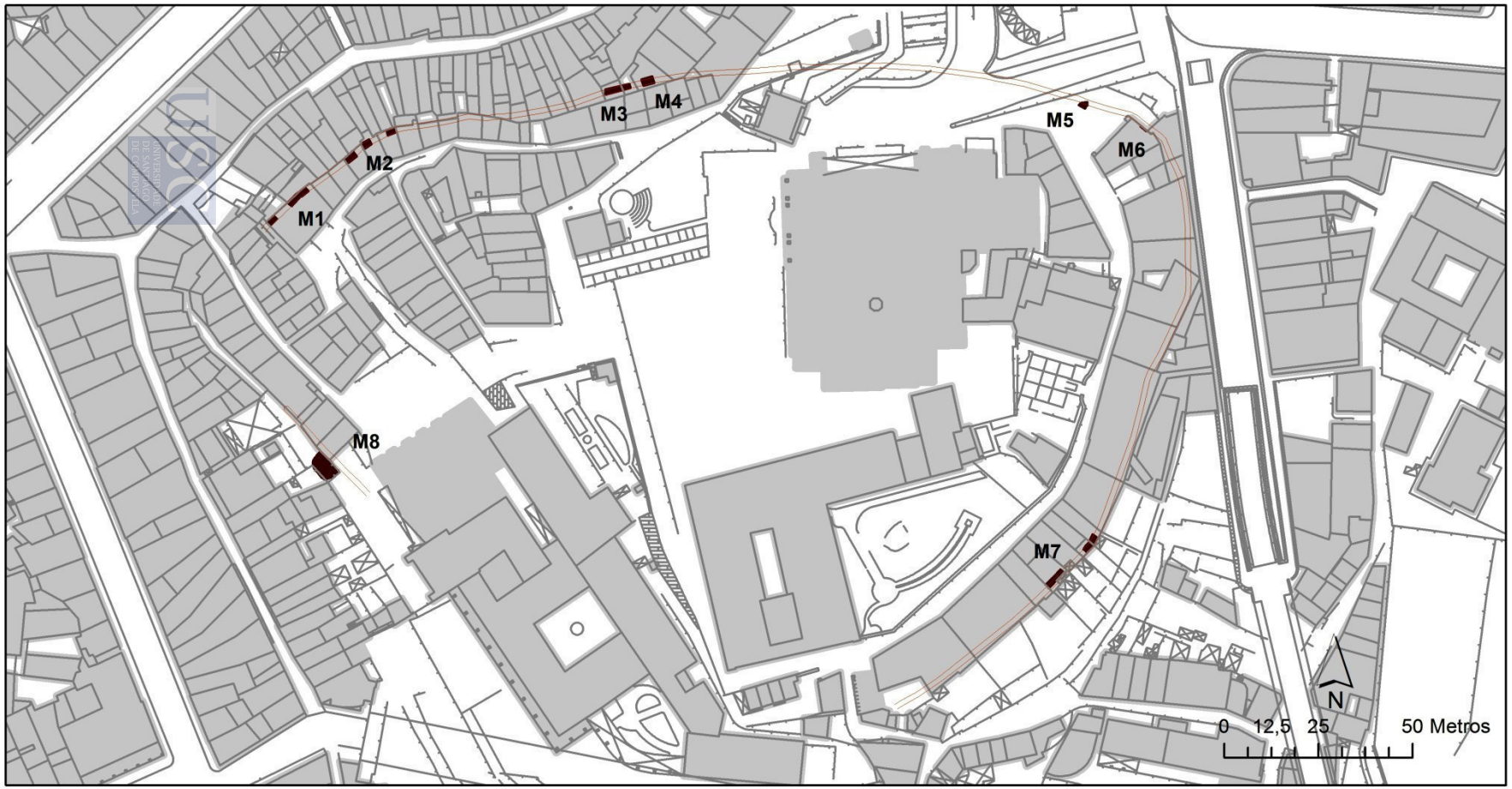


Fig. 207 – Traçado conjetural da muralha castrejo-romana do Porto, incorporando os locais onde foi confirmada arqueologicamente (não considerando o faseamento cronológico). M1 – Largo/Rua da Penaventosa; M2 – Rua da Penaventosa; M3, M4 – Rua de S. Sebastião; M5 («Vandoma»); M6, M7 – Rua de D. Hugo; M8 – Largo do Colégio.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

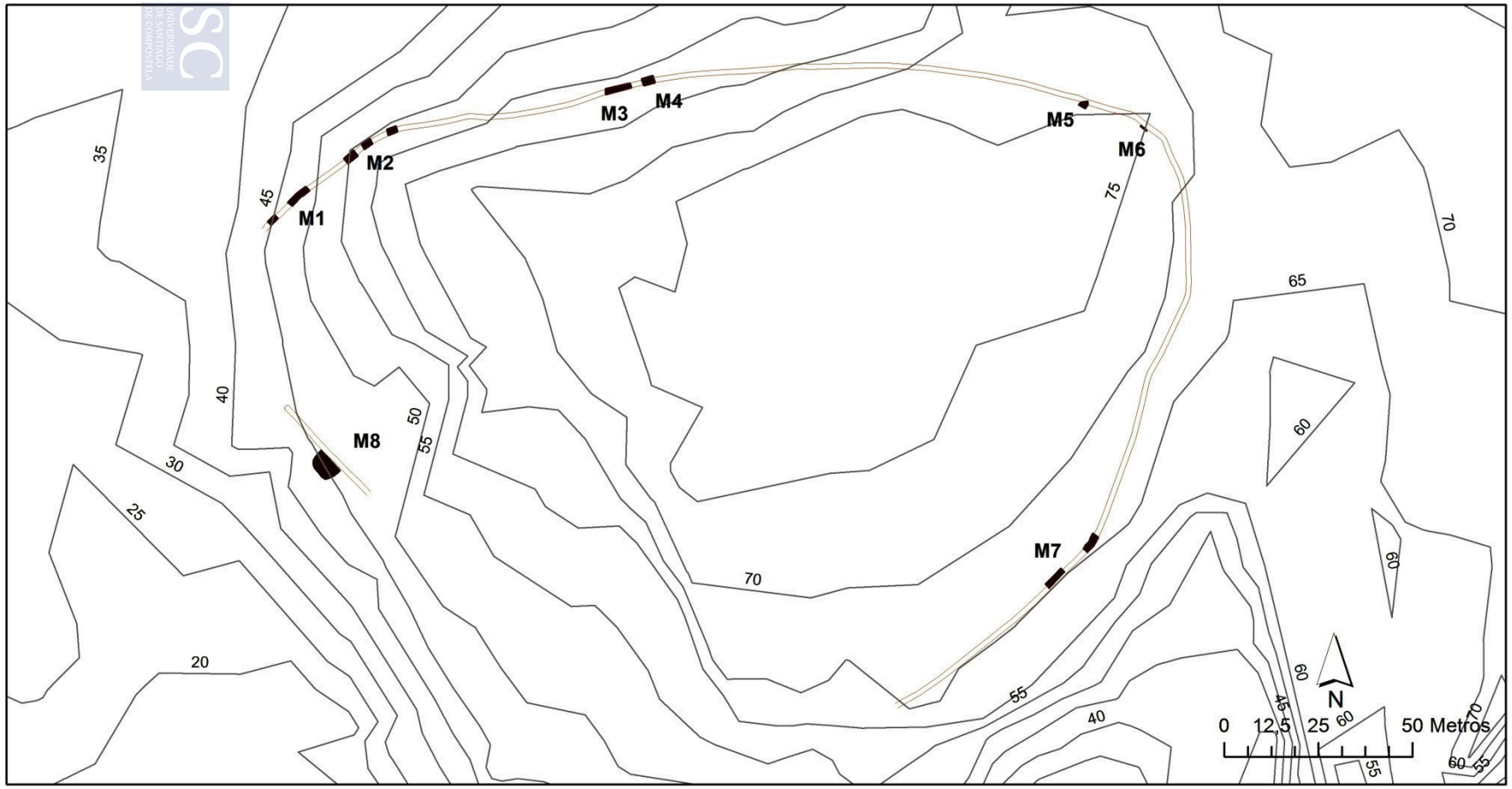


Fig. 208 – Traçado conjetural da muralha castrejo-romana do Porto, incorporando os locais onde foi confirmada arqueologicamente (não considerando o faseamento cronológico). M1 – Largo/Rua da Penaventosa; M2 – Rua da Penaventosa; M3, M4 – Rua de S. Sebastião; M5 («Vandoma»); M6, M7 – Rua de D. Hugo; M8 – Largo do Colégio. Pode observar-se, em especial nas Ruas da Penaventosa e de D. Hugo, a coincidência da linha de muralha com as principais curvas de nível.

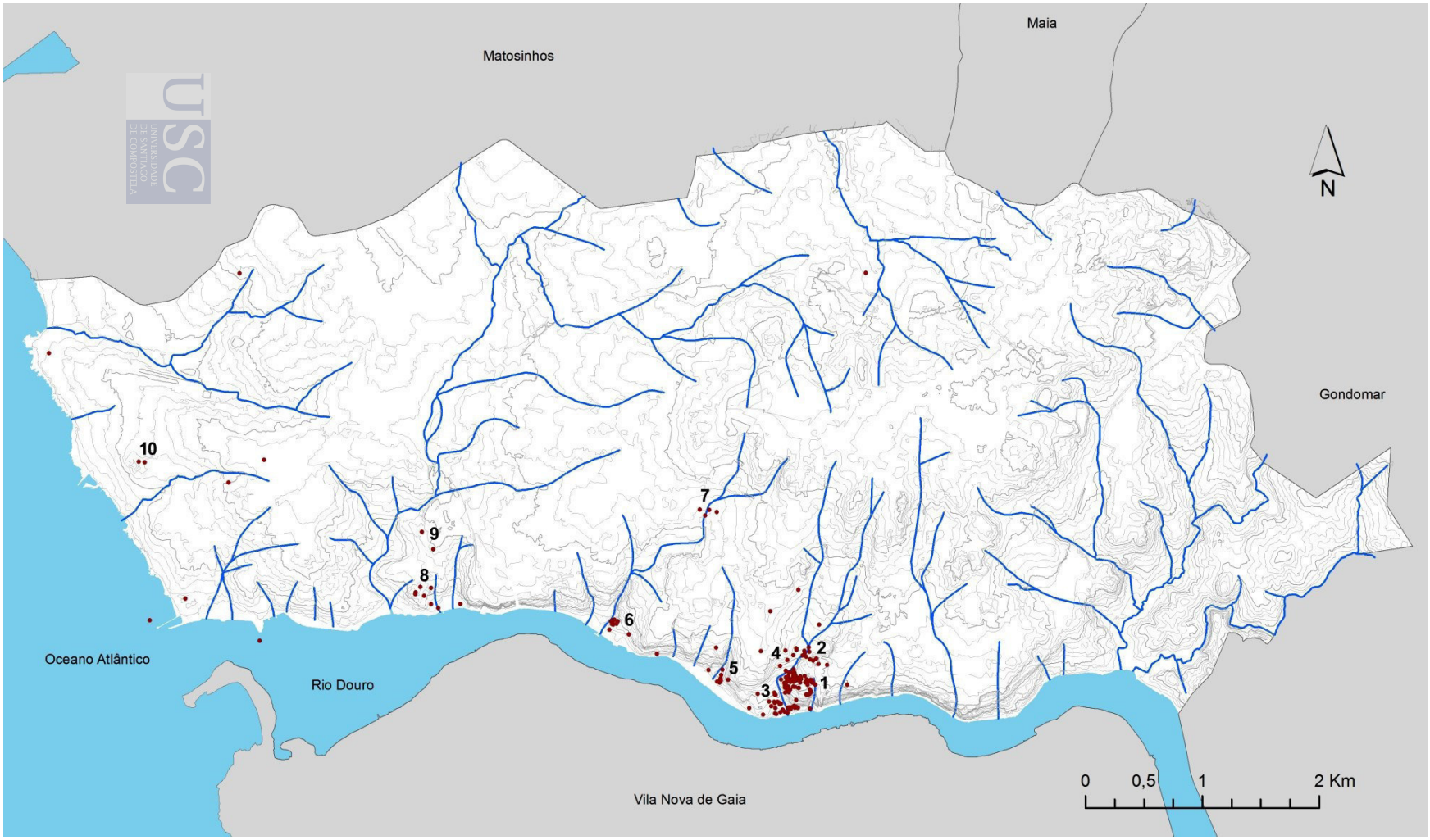


Fig. 209- Núcleos de povoamento romano na actual cidade do Porto. 1. Penaventosa; 2. Cividade; 3. Vila Baixa; 4. Vitória; 5. Miragaia; 6; Campo do Rou/Cristelo; 7. Cedofeita; 8. Santa Catarina/Ouro; 9. Mouteira/Serralves; 10. Monte Crasto

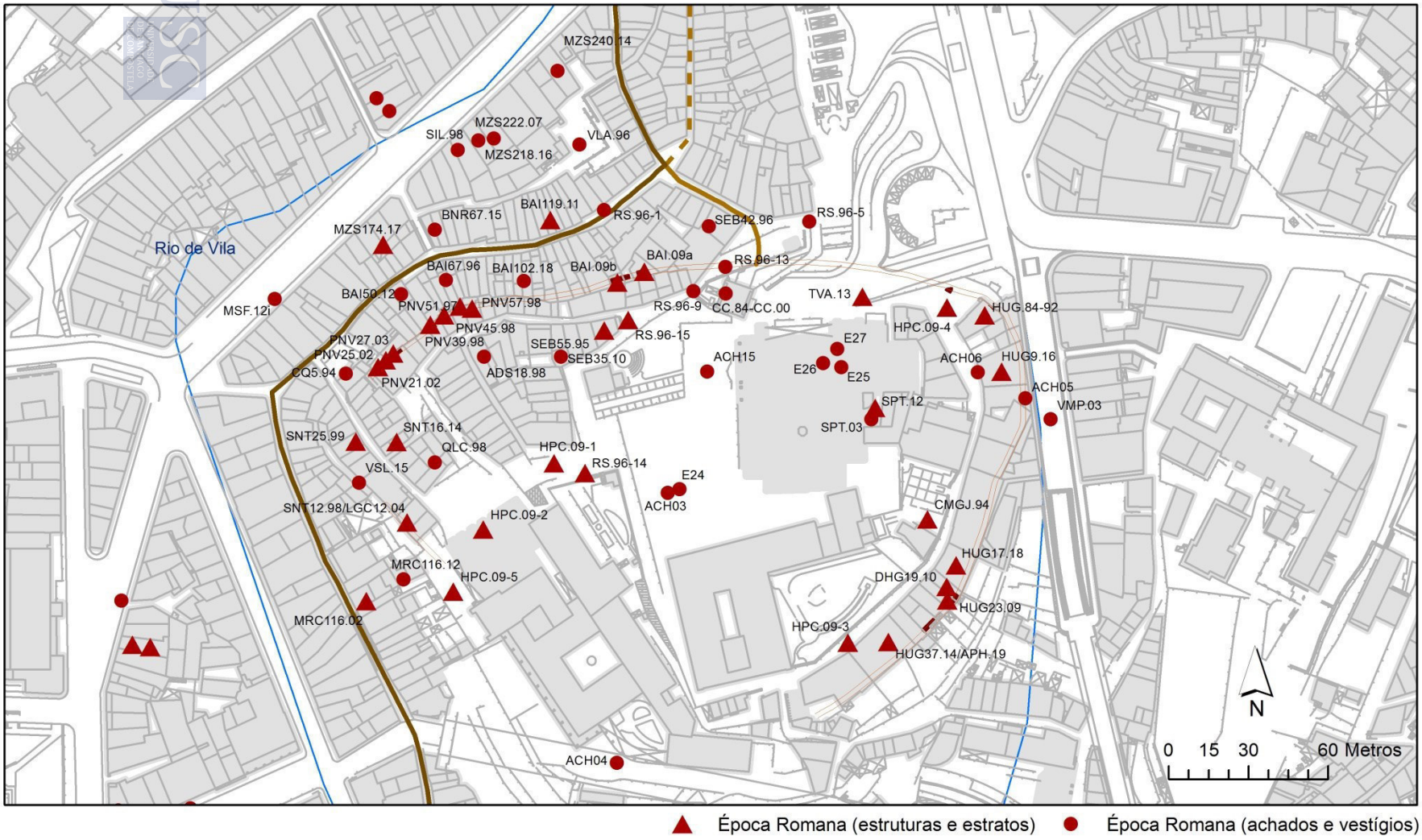


Fig. 210 – Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Estruturas e espólio disperso.

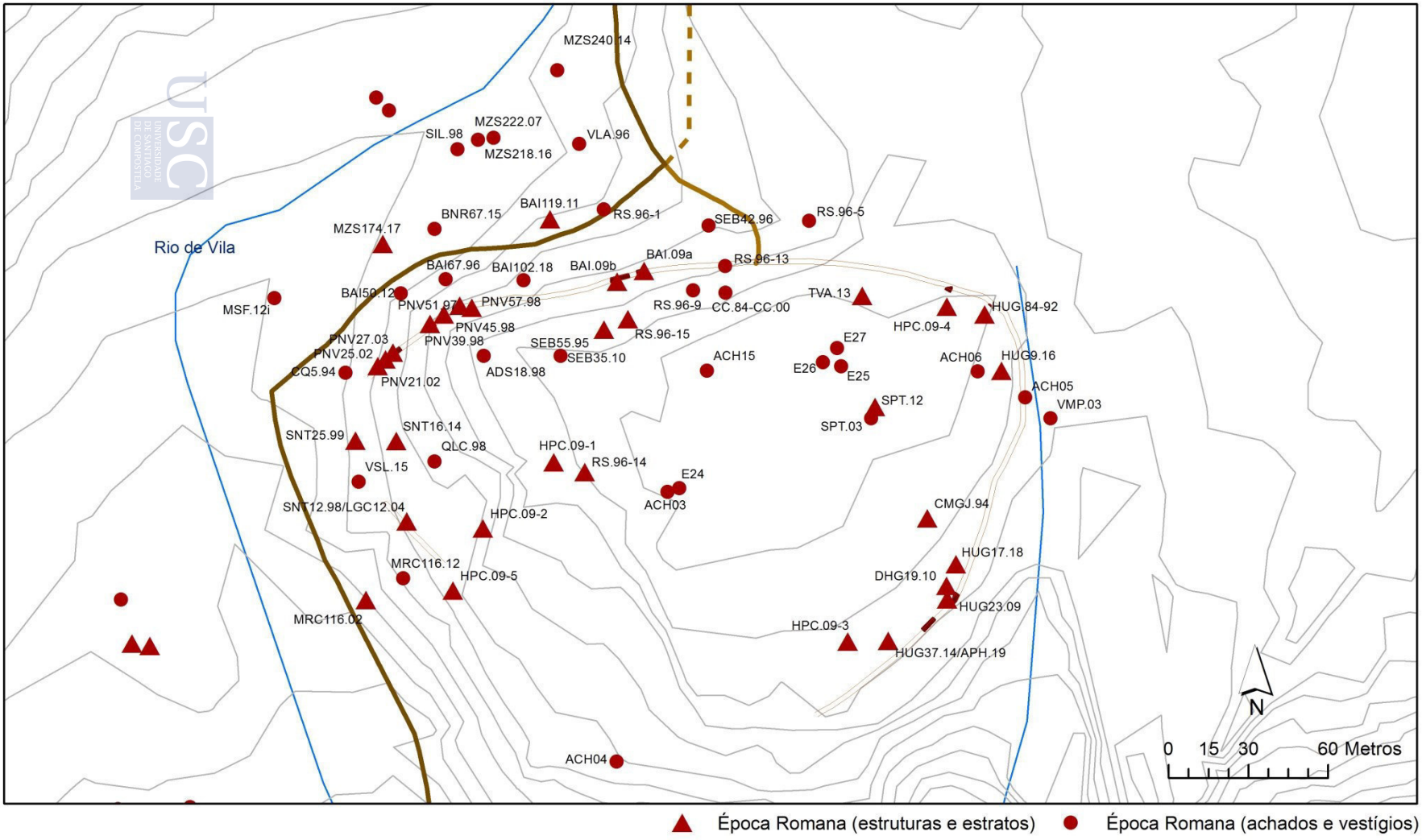


Fig. 211 – Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Estruturas e espólio disperso.

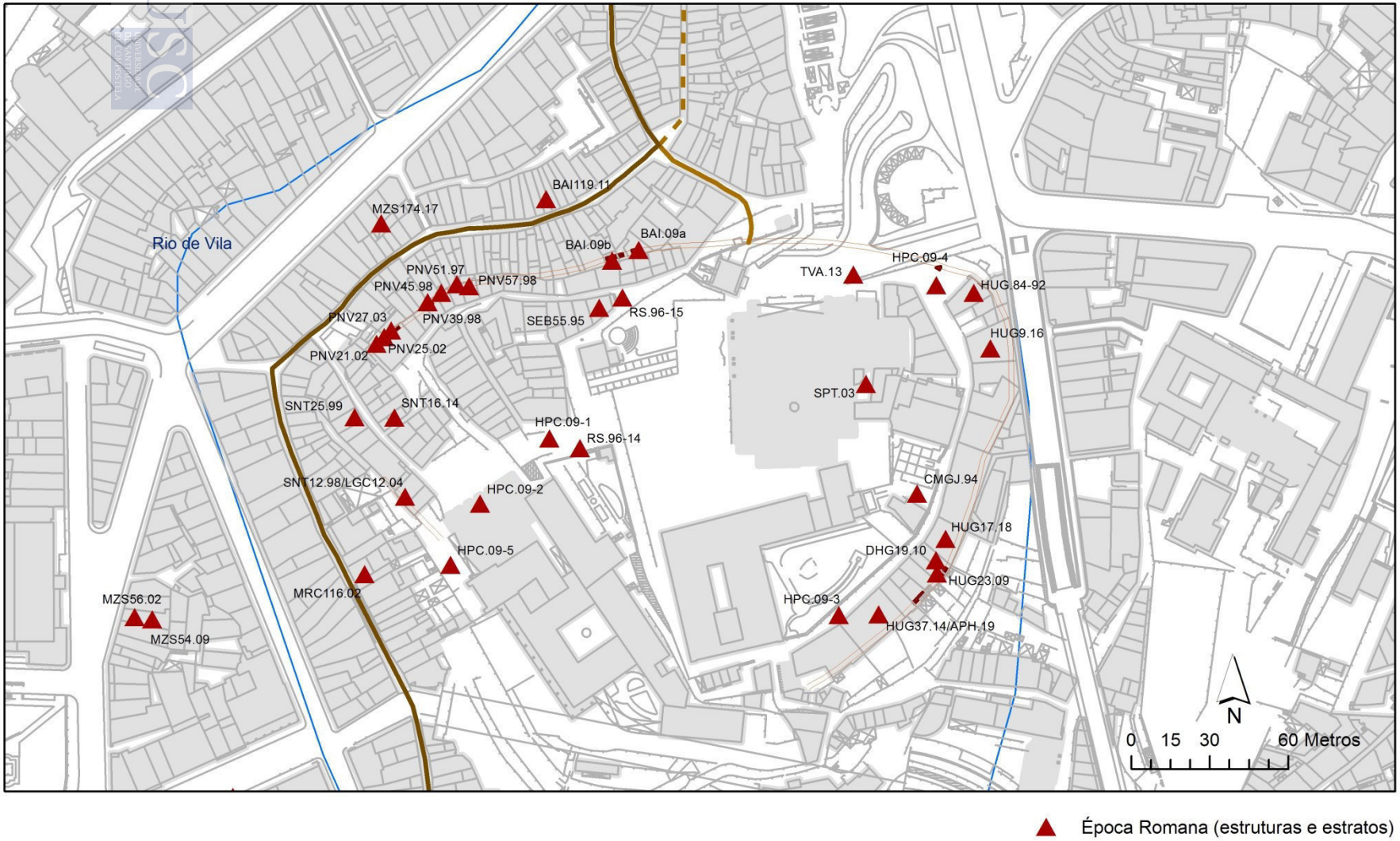


Fig. 212 – Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Apenas estruturas e depósitos homogéneos.

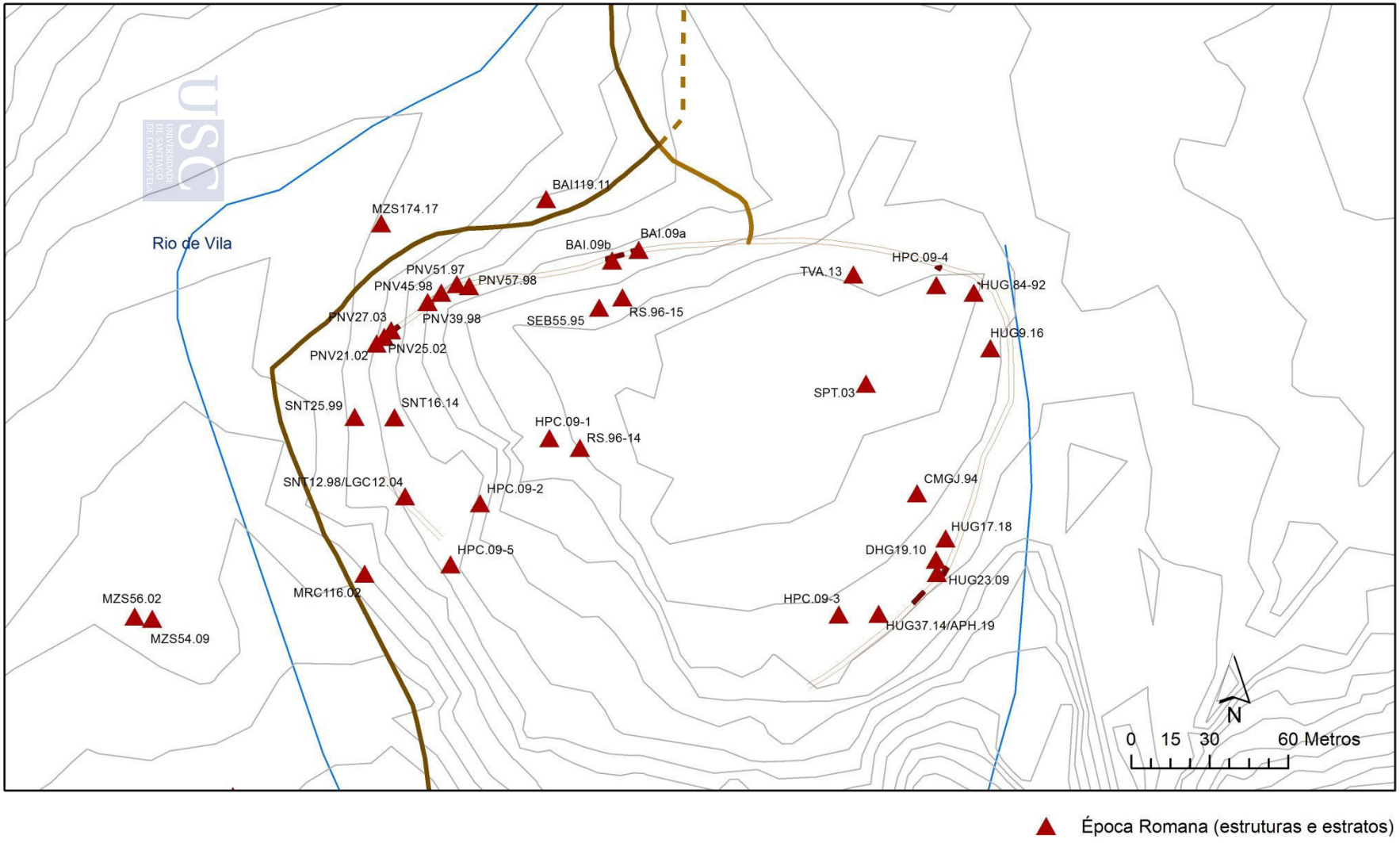
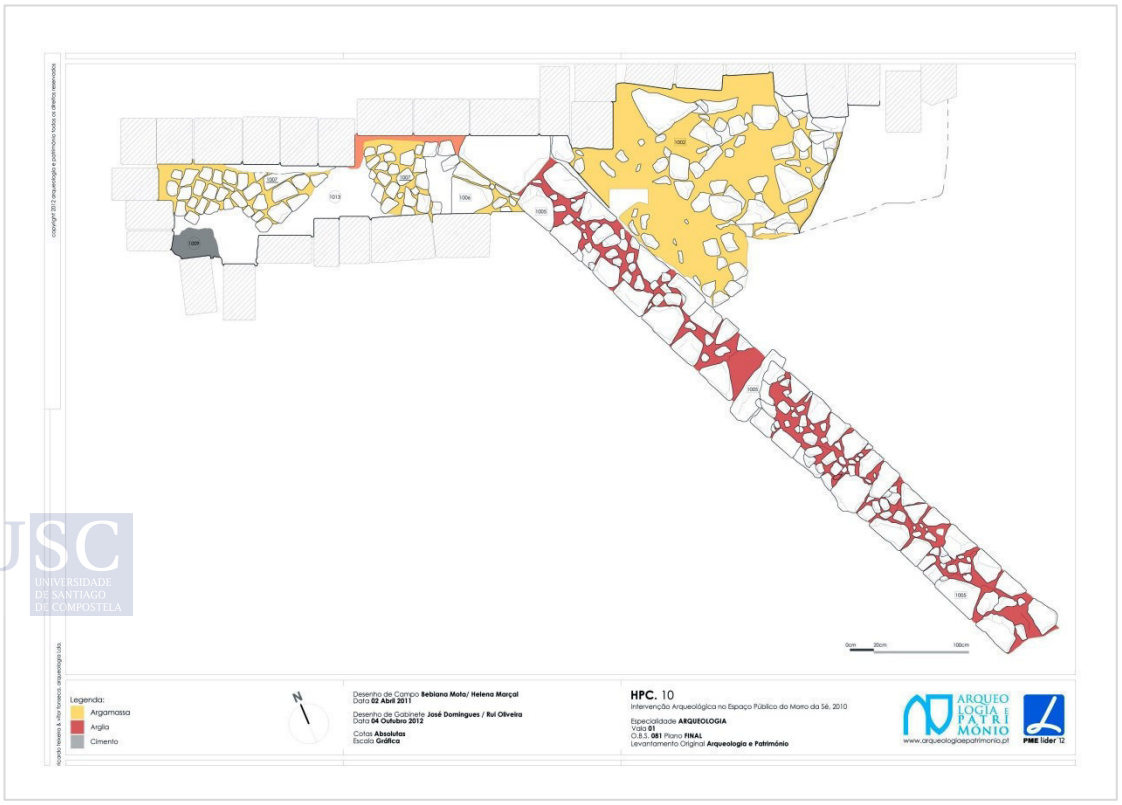


Fig. 213 – Porto. Castro da Penaventosa. Vestígios de época romana. Apenas estruturas e depósitos homogéneos.

Fig. 214 – Porto. Penaventosa. Muro romano identificado no topo norte da Rua de D. Hugo («Largo de Vandoma») (HPC.09; MARÇAL; PEREIRA, 2013; fotografia: Arqueologia e Património).

Fig. 215 (em baixo) – Porto. Penaventosa. Muro romano identificado no topo norte da Rua de D. Hugo («Largo de Vandoma»), ao qual, provavelmente se adossou a muralha tardo-romana (a amarelo) (HPC.09; MARÇAL; PEREIRA, 2013; fotografia: Arqueologia e Património).



USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 216 – Porto. Penaventosa. Esquina de construção romana identificada Rua de Tareja Vaz de Altaro, perturbado por infraestruturas modernas (TVA.13; PEREIRA, 2016; fotografia: Arqueologia e Património).

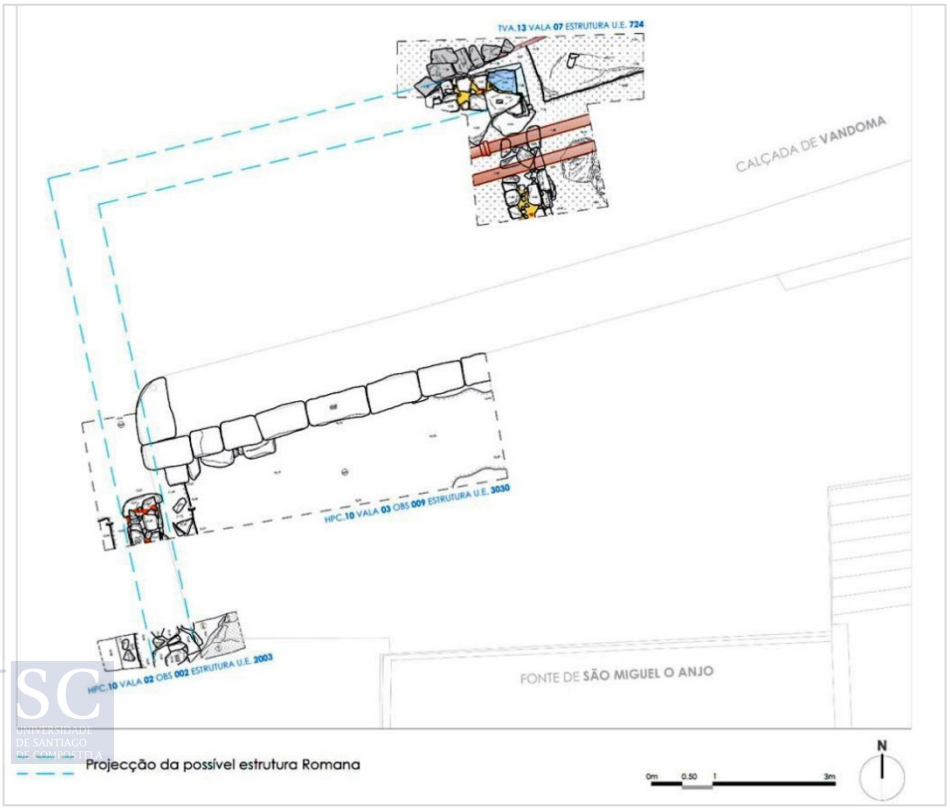


Fig. 217 – Porto. Penaventosa. Hipotética ligação das estruturas romanas encontradas na Rua Tareja Vaz de Altaro (TVA.13) com outros muros, da mesma época, identificados em HPC.09, configurando um edifício de grandes dimensões PEREIRA, 2016; levantamento: Arqueologia e Património).

Fig. 218 – Planta, inédita, das escavações arqueológicas feitas num pátio interior da Sé do Porto, com estruturas e da Idade do Ferro e romanas (SPT.03, dir. J. Argüello, M. Castelo-Branco e P. Dordio).

Fig. 219 – Porto. Penaventosa. Escavações num pátio interior da Sé do Porto. Estruturas romanas. Não publicadas (SPT.03, dir. J. Argüello, M. Castelo-Branco e P. Dordio).

Fig. 220 (em baixo) – Porto. Penaventosa. Rua de S. Sebastião. Estruturas romanas (RS.96; RIBEIRO, 1999; 2002; foto: C.M. Porto/GAU).

Figs. 221 e 222 – Porto. Penaventosa. Perspetiva geral e levantamento de estruturas tardo-romanas, na intervenção SNT25.99 (SILVA, RIBEIRO, BARBOSA, 2006; fotografia e desenho: C. M. Porto/GAU).

Fig. 223 – Porto. Penaventosa. Planta das escavações arqueológicas de SNT12.98 (VARELA; CLETO, 2001). Entre estruturas de épocas diversas, assinalamos a localização de um tramo de construção circular da Idade do Ferro (1); a sepultura tardo-romana (2) e uma construção romana com lareira (3).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Fig. 224 (à esquerda) – Sepultura do Largo do Colégio (SNT12.98), ainda em fase de escavação, vendo-se restos osteológicos da inumação (VARELA; CLETO, 2001).

Fig. 225 - Levantamento da mesma sepultura (LGC12.04), com a base constituída por *tegulae* (Foto: C. M. Porto/GAU).

Fig. 226 – Aspeto final do contexto sepulcral, parcialmente sobreposto por estruturas arqueológicas posteriores (Foto: C. M. Porto/GAU).

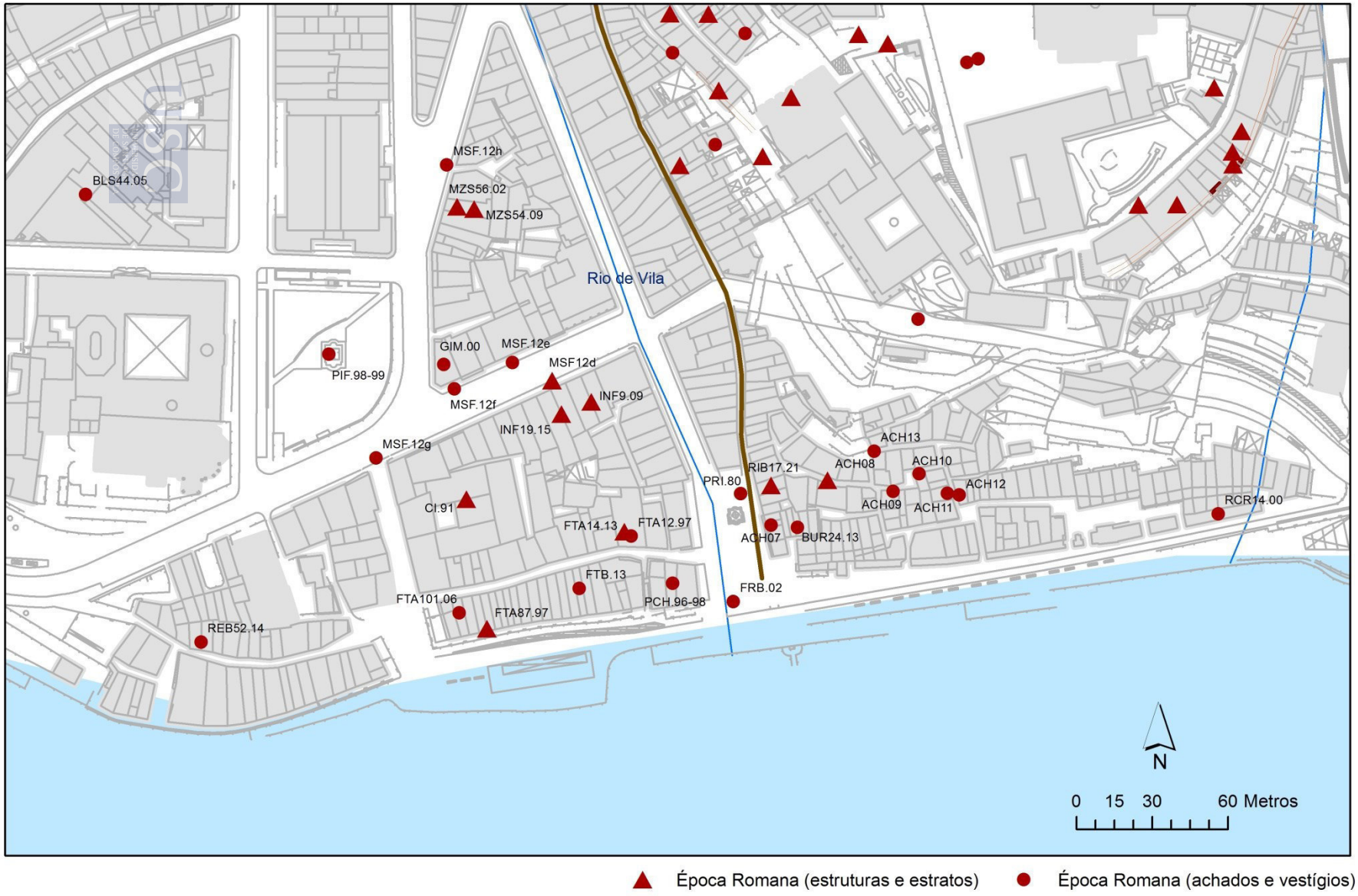


Fig. 227 – Porto. *Vicus* da Vila Baixa. Estruturas e espólio de época romana.

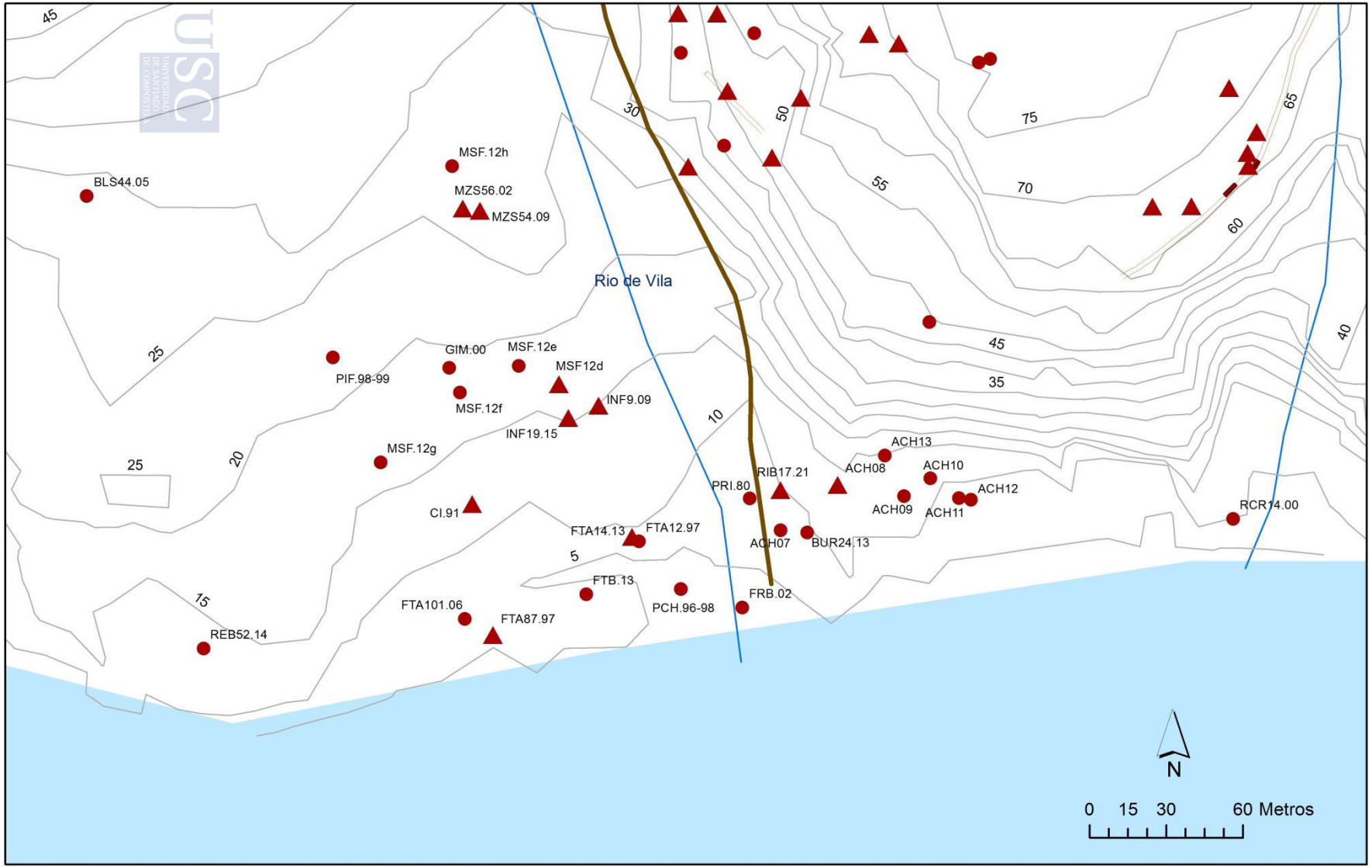


Fig. 228- Porto. *Vicus* da Vila Baixa. Estruturas e espólio de época romana.

Fig. 229 – Porto. Vila Baixa. Planta das ruínas romanas, sobre a planta da «Casa do Infante». Na ala norte, os dois compartimentos com pavimentos musivos (CI.91; GOMES, 2011; levantamento: C.M.Porto/A.H.M).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

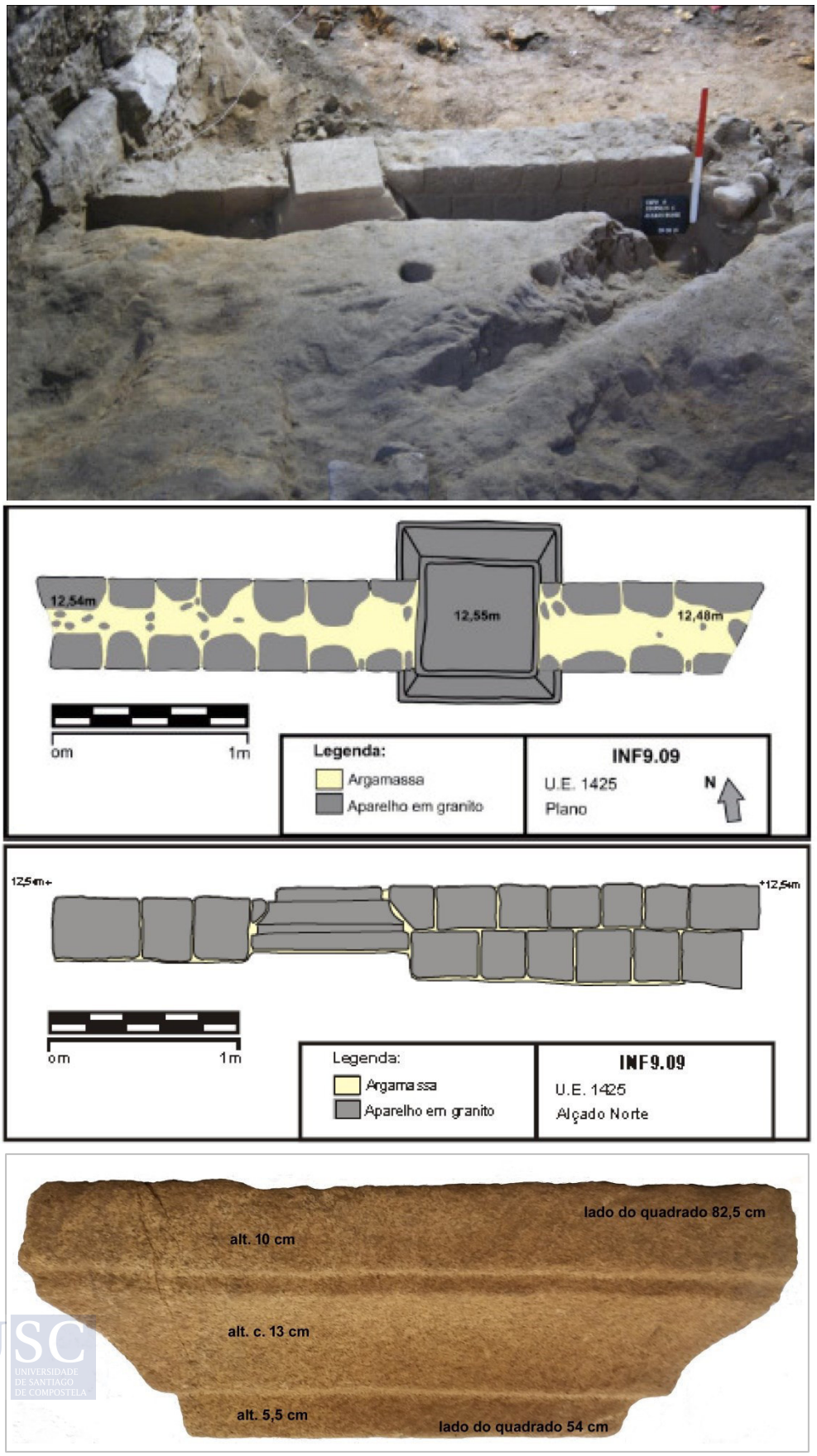
Figs. 230-231 – Porto. Vila Baixa. Vista dos mosaicos do compartimento NO. (Torre Norte), no momento da sua escavação (CI.91; GOMES, 2011; fotografias: C.M.Porto/A.H.M).

Fig. 232 – Porto. Vila Baixa. Panorâmica do pavimento musivo (réplica) no compartimento romano sob o Salão da Casa do Infante (CI.91; GOMES, 2011; fotografia: Autor).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 233 a 235 – Porto. Vila Baixa. Intervenção INF9.09 (Hotel Carris, Porto).
Alçado do muro [1930] (em cima). Vistas do muro [1462], com destaque para a soleira [1480] (fotografias : TEIXEIRA, 2015; Vessants Arqueologia).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



Figs. 236-237 – Intervenção INF9.09 (Hotel Carris, Porto). Vista e desenhos do muro [1425], com o capitel de imposta reutilizado como base de coluna (fotos e desenho reproduzidos de TEIXEIRA, 2015). Fotografia da mesma peça, em posição original, com as medidas dos diversos elementos (foto do Autor).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 238-242 – Porto. Vila Baixa. Intervenção INF19.15 (Hotel Carris, Porto). Muros romanos. De cima e da esquerda para direita: UE 2059; UE 2005 (centro) e muro UE 2039 (NOGUEIRA *et al.*, 2017, 2018, 2019). Os últimos dois tramos murários articulam-se com estruturas aparecidas na vizinha intervenção INF.09.

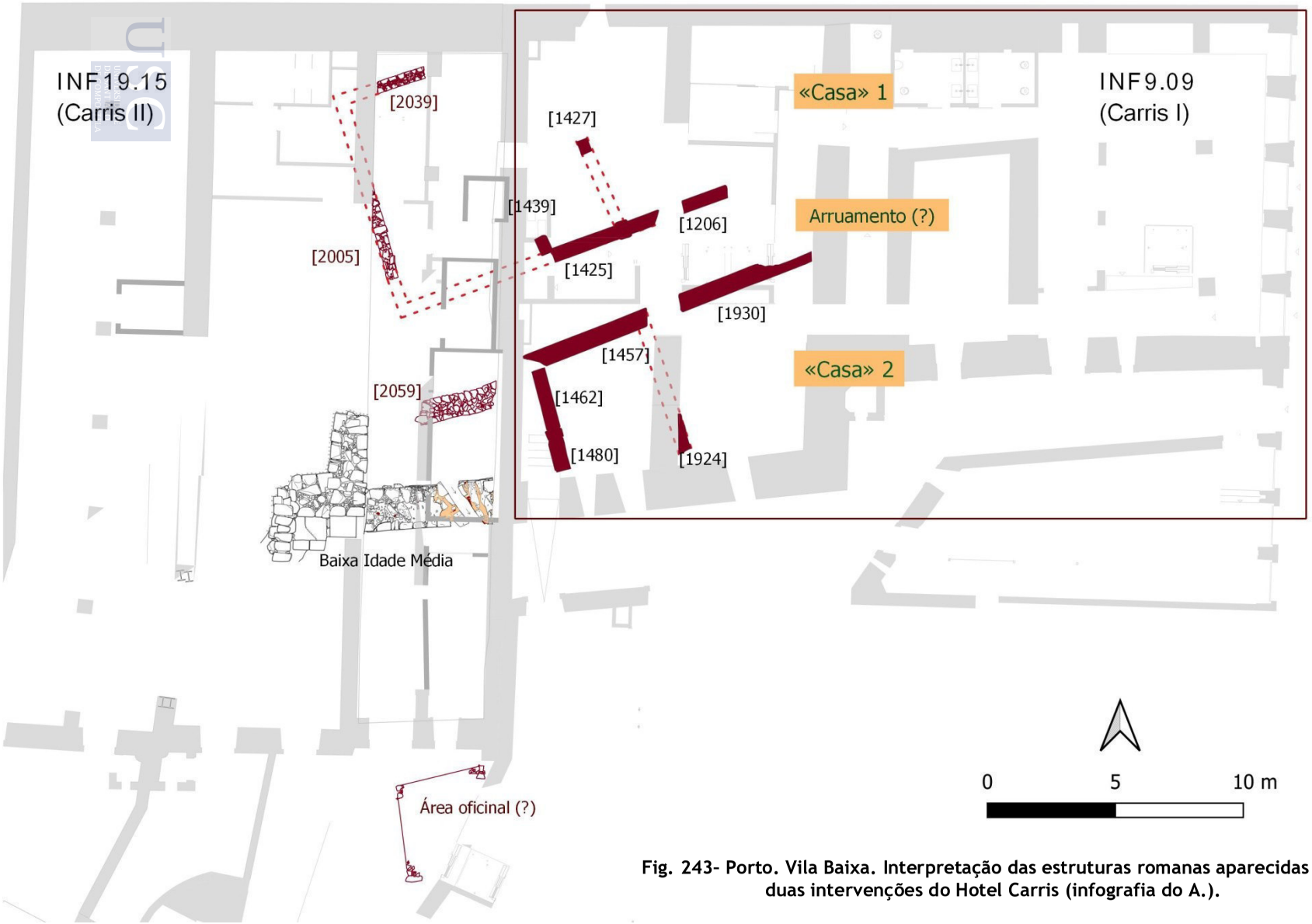


Fig. 243- Porto. Vila Baixa. Interpretação das estruturas romanas aparecidas nas duas intervenções do Hotel Carris (infografia do A.).

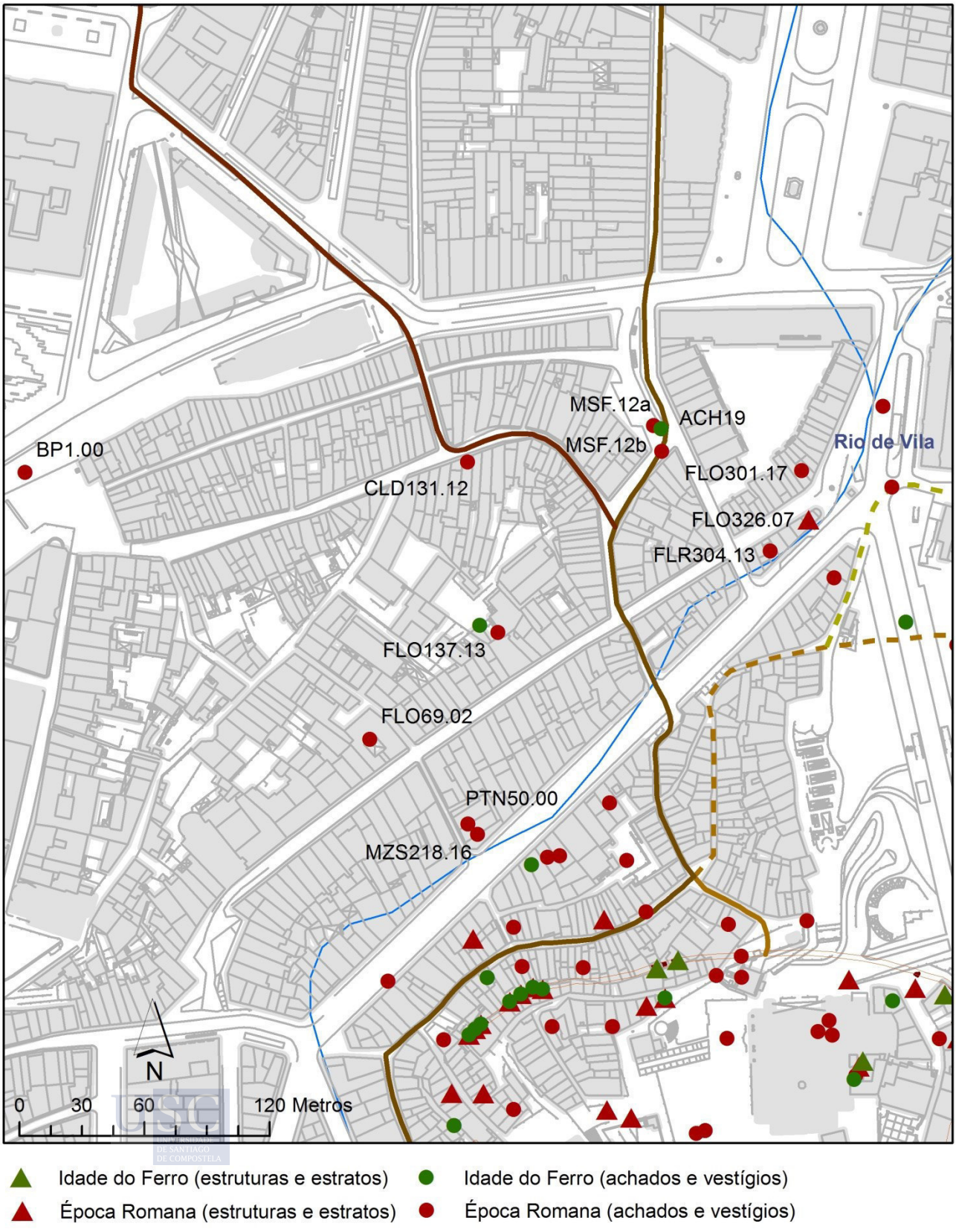


Fig. 244 – Porto. Núcleo de povoamento romano da Vitória, vendo-se o traçado da Via XVI, nas variantes dos séculos I e II.

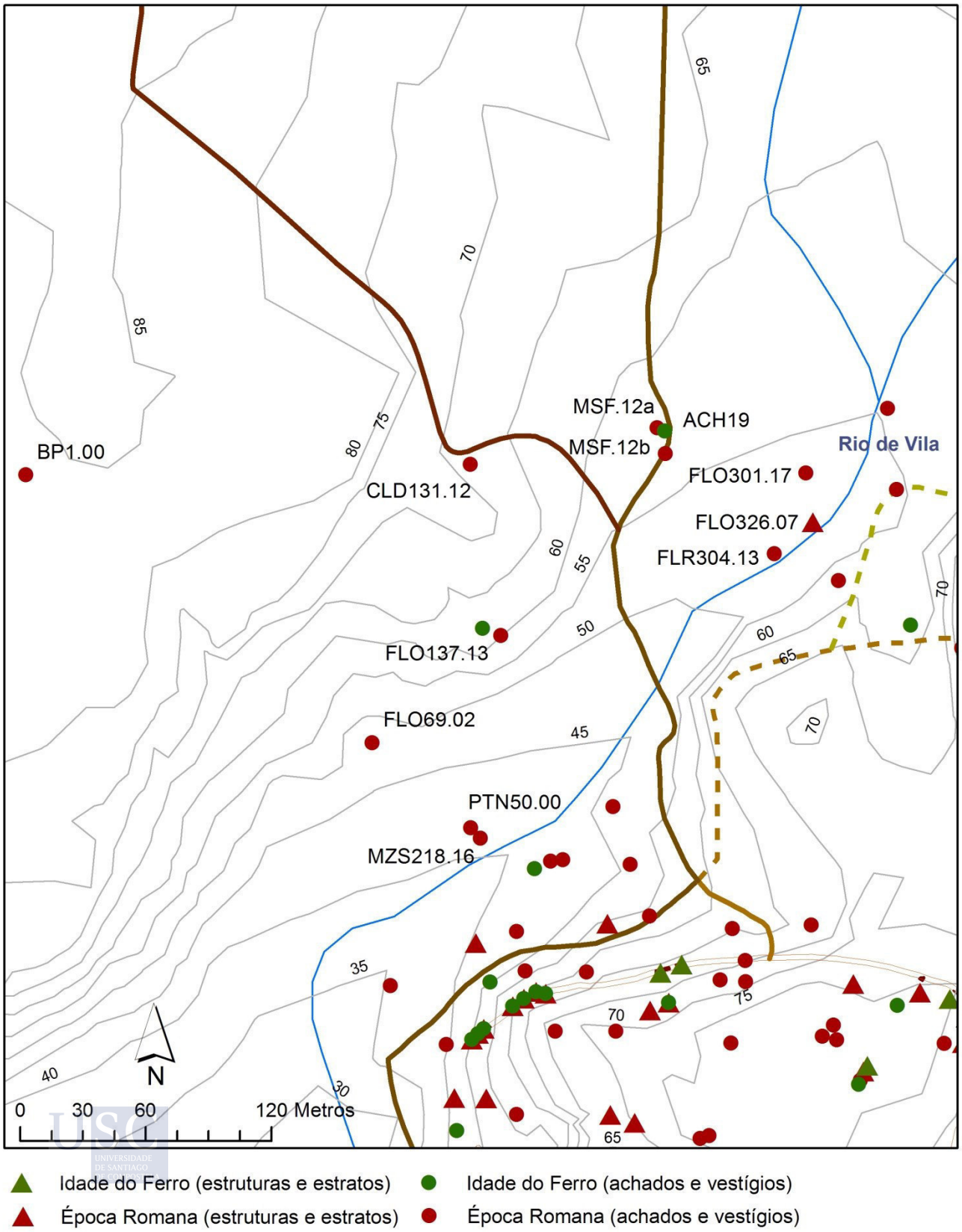


Fig. 245 – Porto. Núcleo de povoamento romano da Vitória, vendo-se o traçado da Via XVI, nas variantes dos séculos I e II.

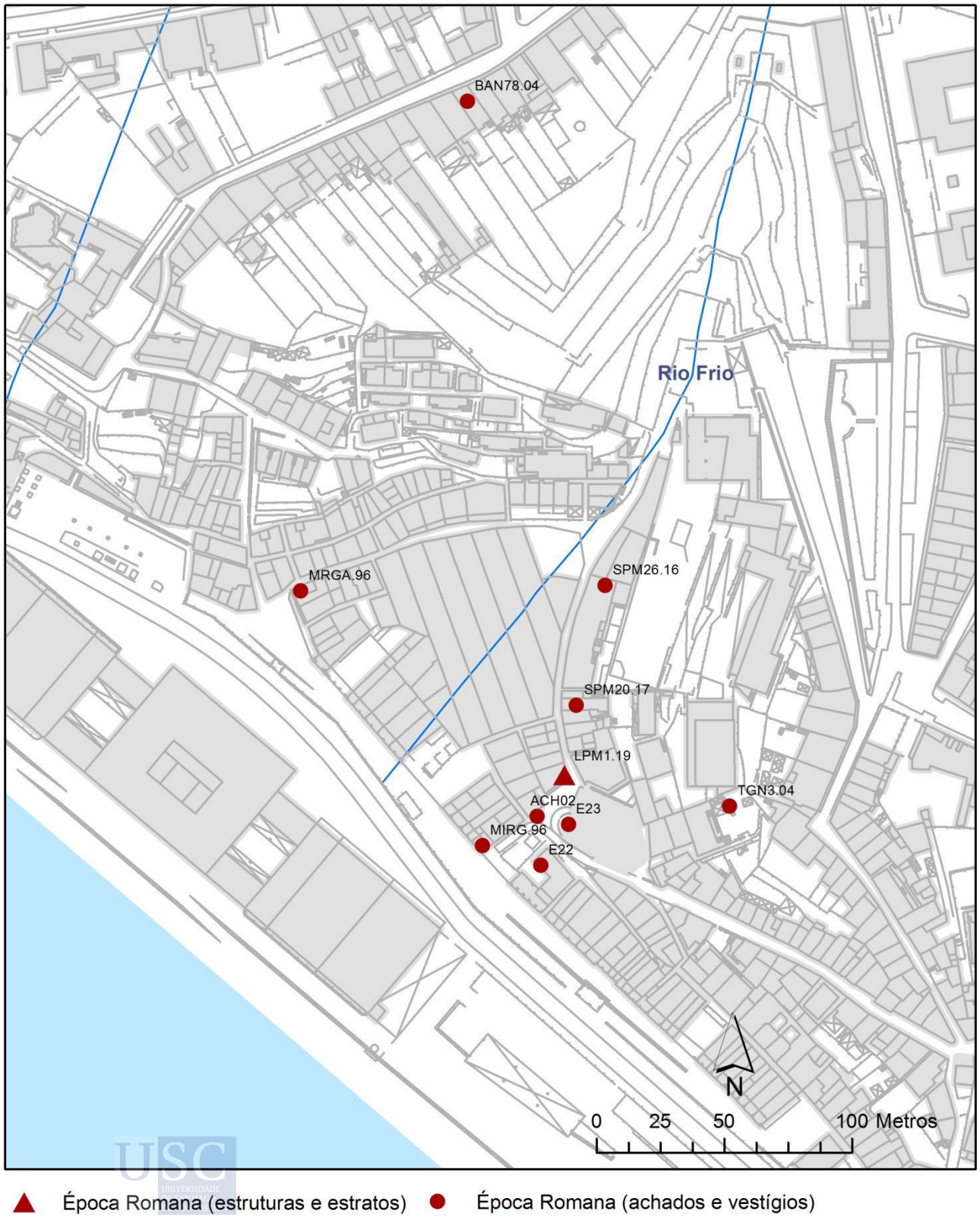


Fig. 246 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Miragaia.

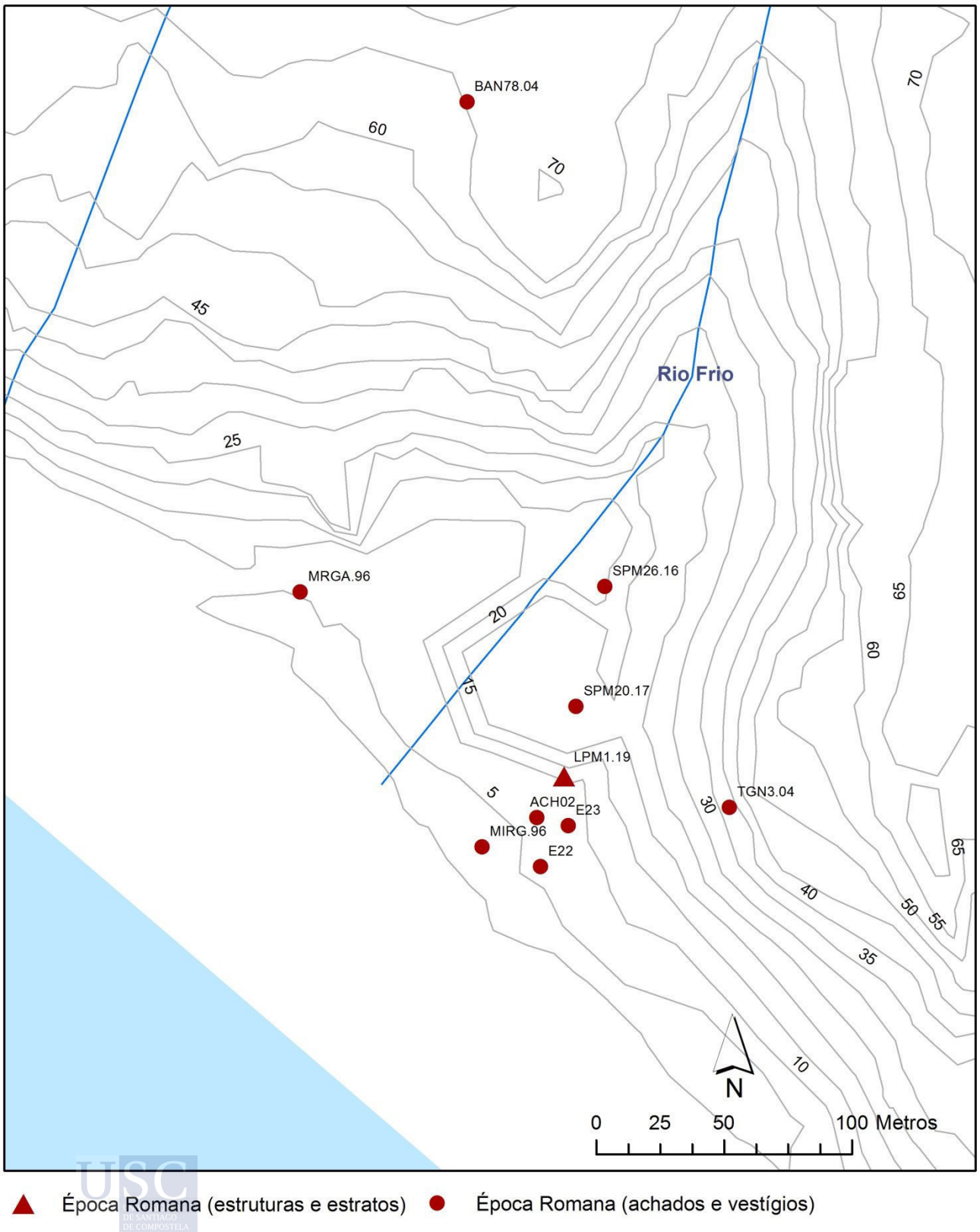


Fig. 247 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Miragaia.

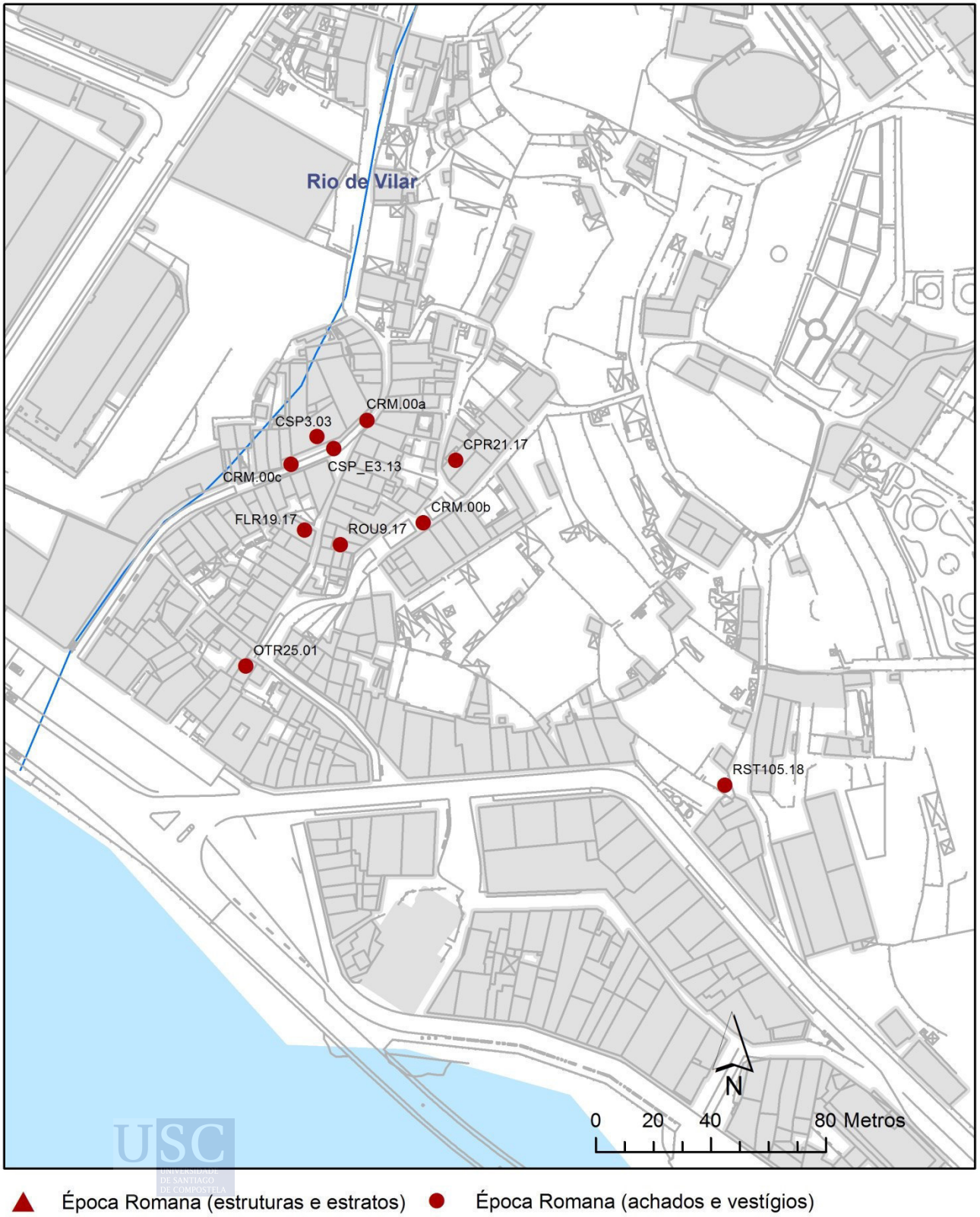


Fig. 248 – Porto. Núcleo de povoamento romano do Campo do Rou/Cristelo.

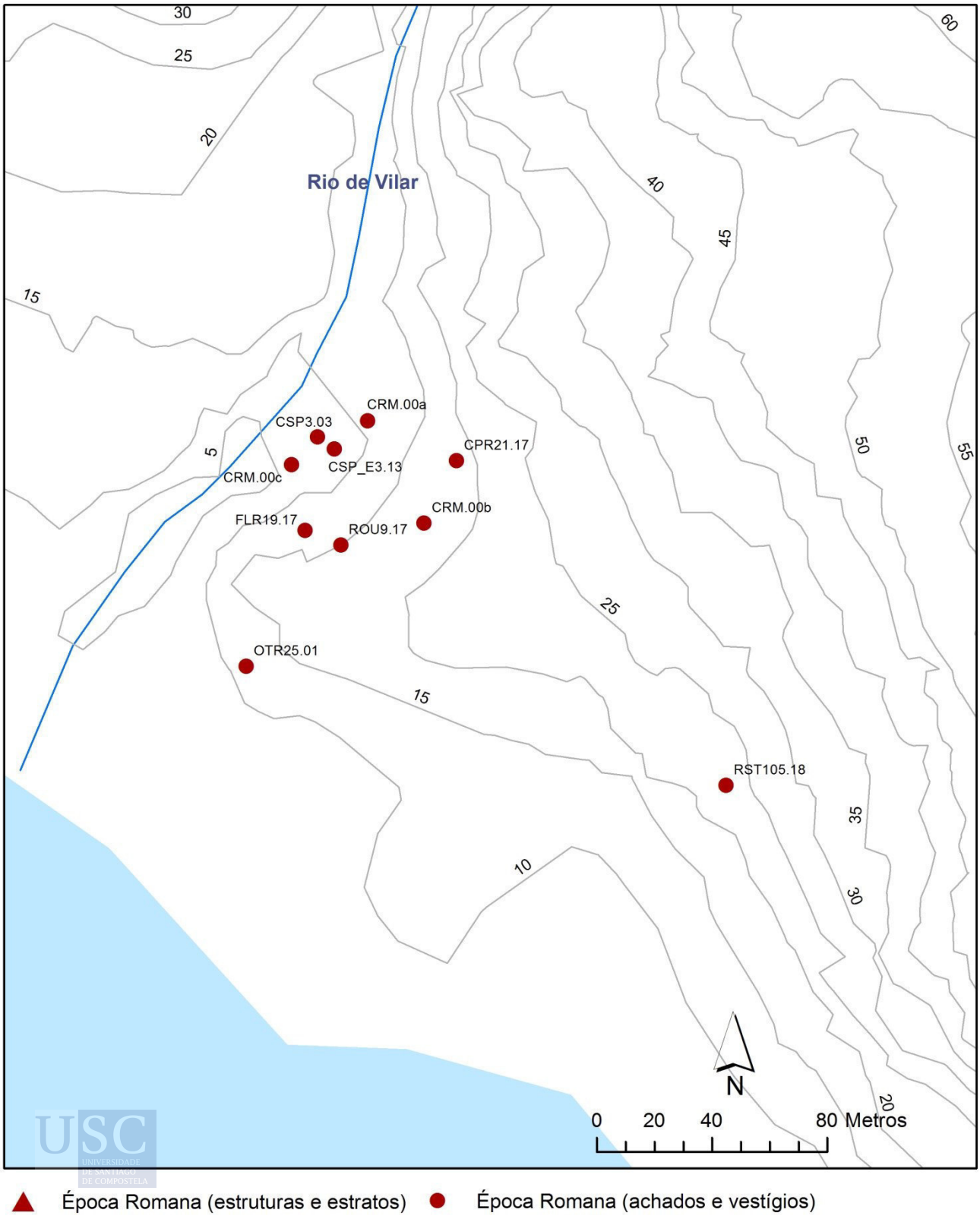


Fig. 249 – Porto. Núcleo de povoamento romano do Campo do Rou/Cristelo.

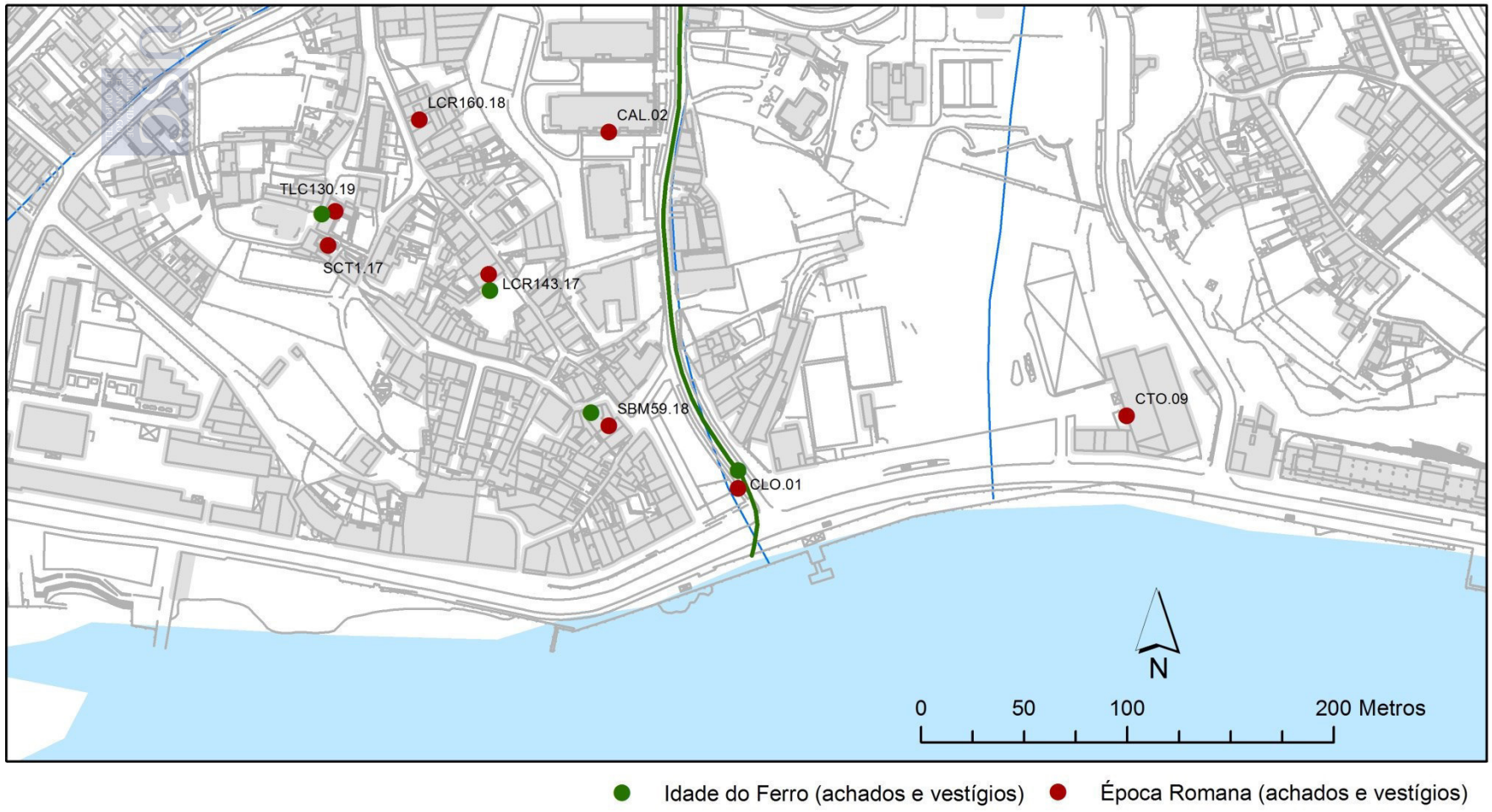


Fig. 250 - Porto. Núcleo de povoamento romano de Santa Catarina/Ouro, junto a uma via antiga.

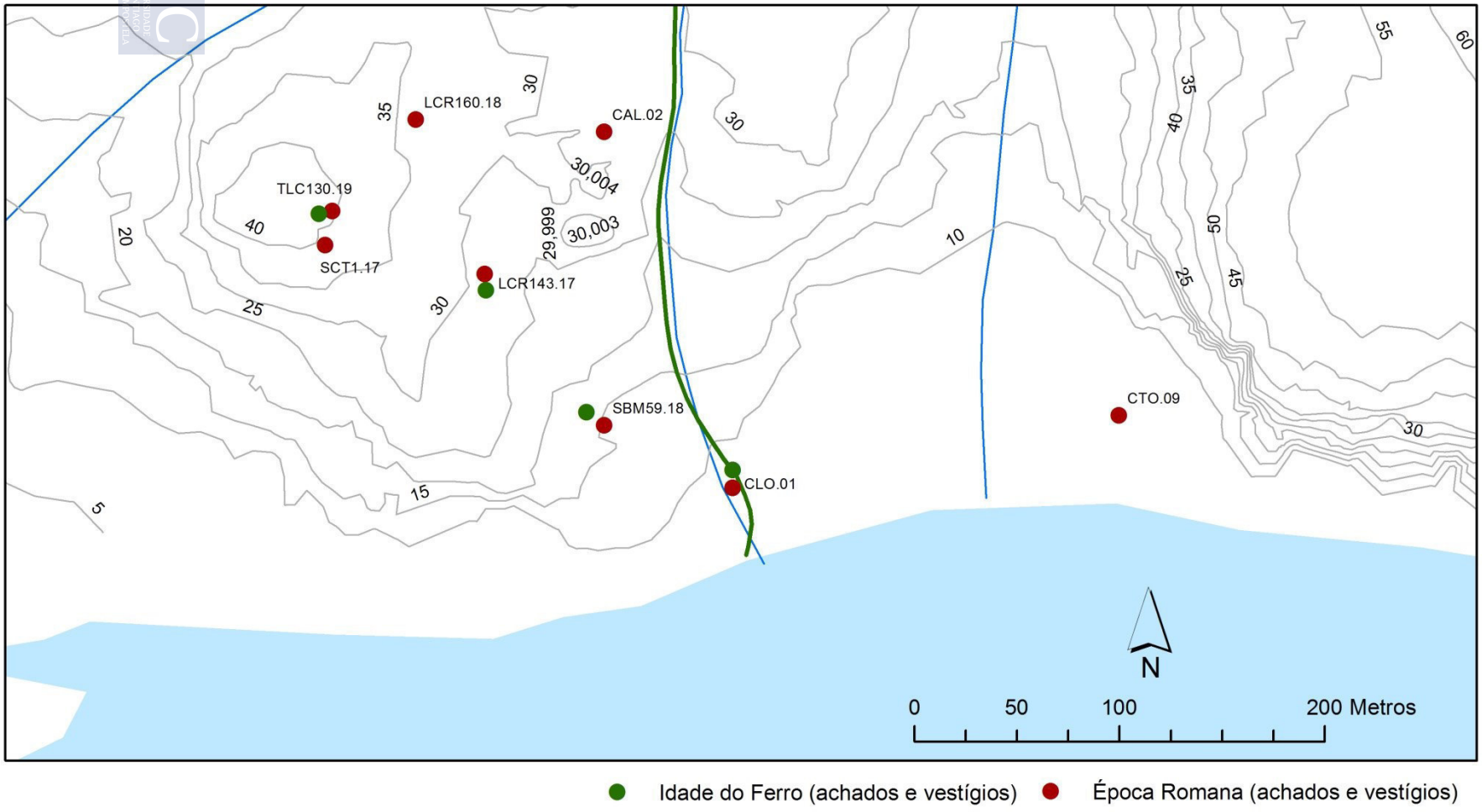


Fig. 251 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Santa Catarina/Ouro, junto a uma via antiga.

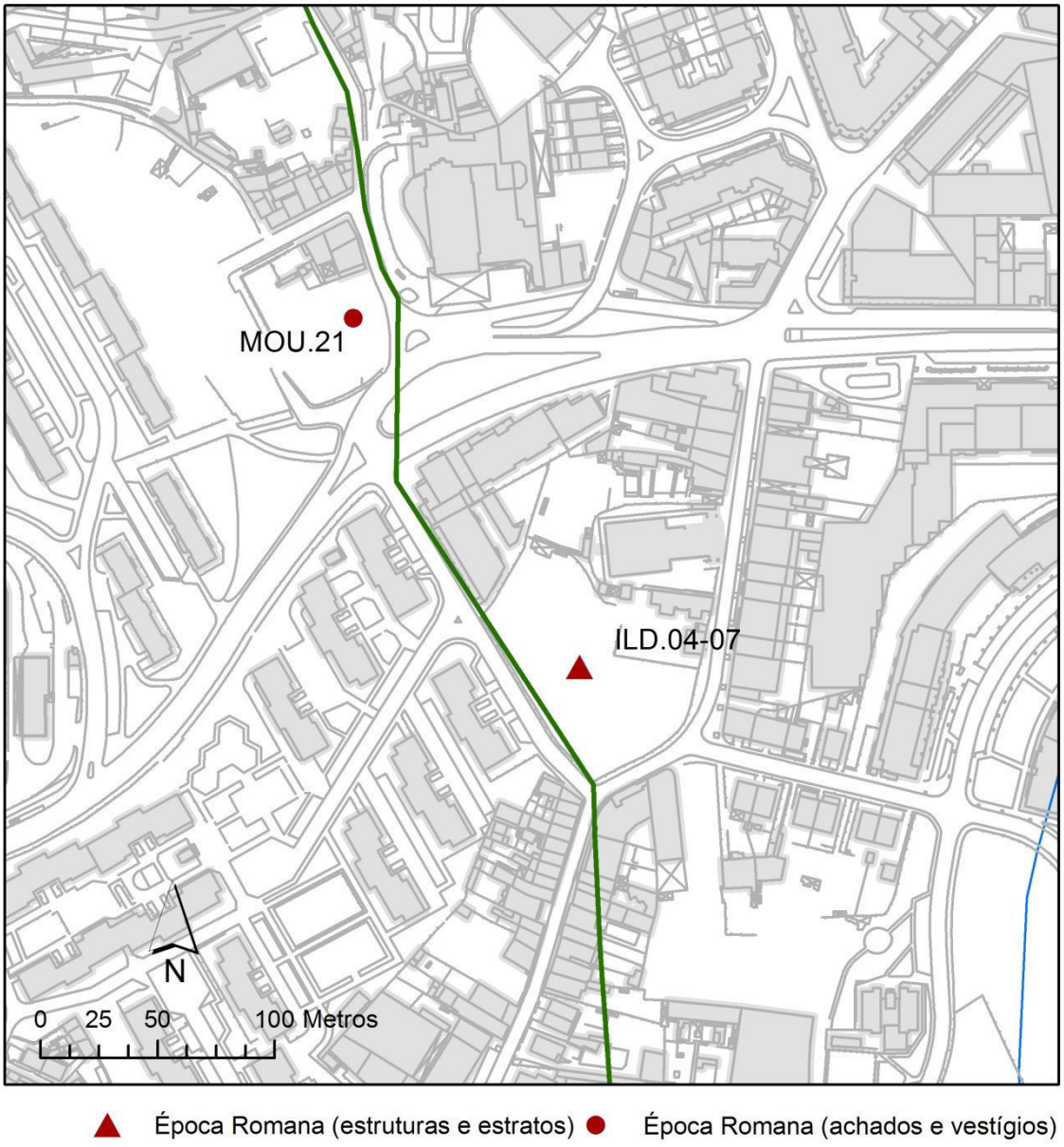


Fig. 252 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Serralves/Mouteira, junto ao traçado da *Via Veteris*.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

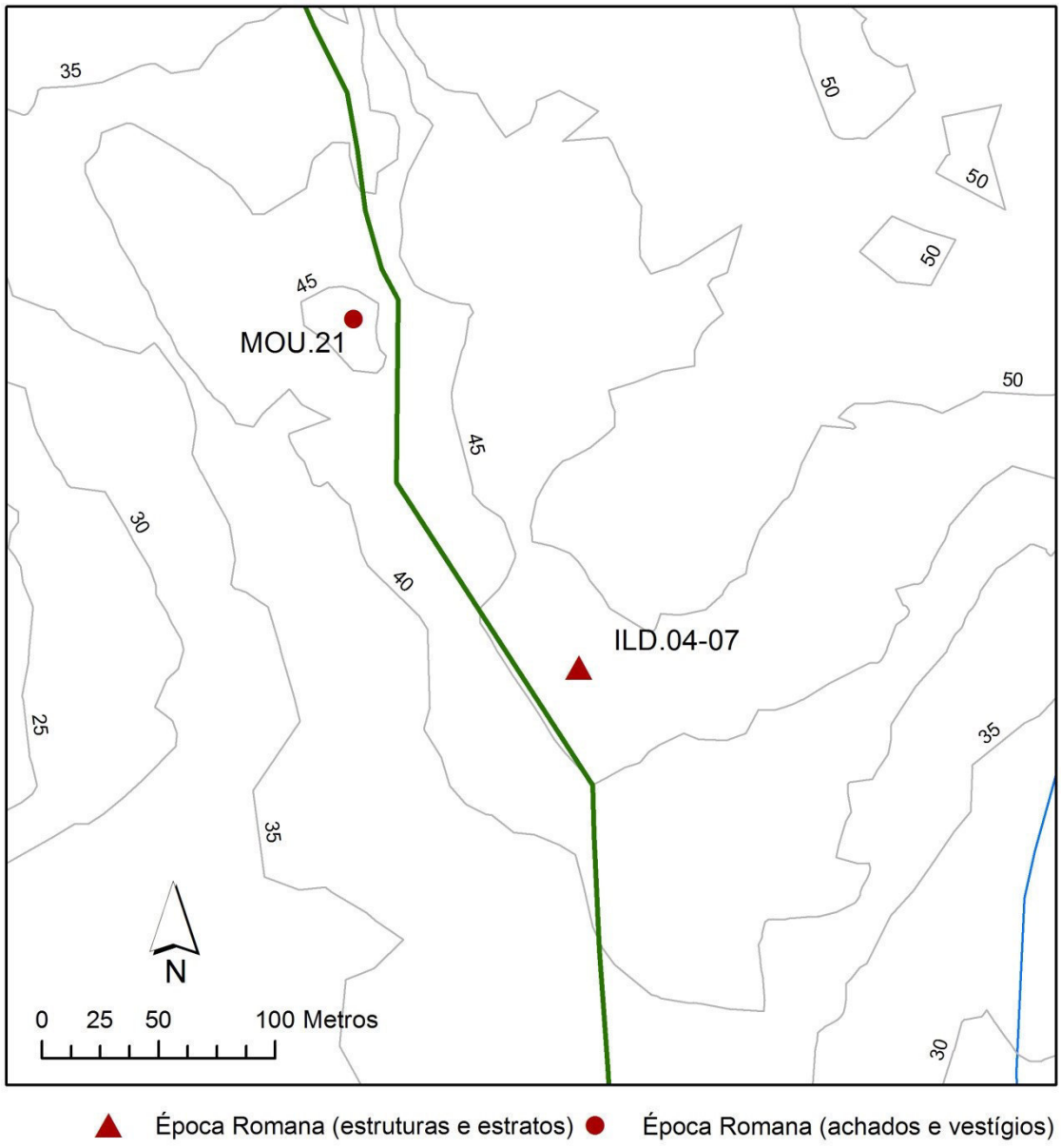


Fig. 253 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Serralves/Mouteira, junto ao traçado da *Via Veteris*.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 254-255 – Porto. Condominhas (Igreja de Lordelo). Aspeto de estruturas tardo-romanas e planta geral das ruínas (SILVA *et al.*, 2007; foto e levantamento: C.M.Porto/GAU).

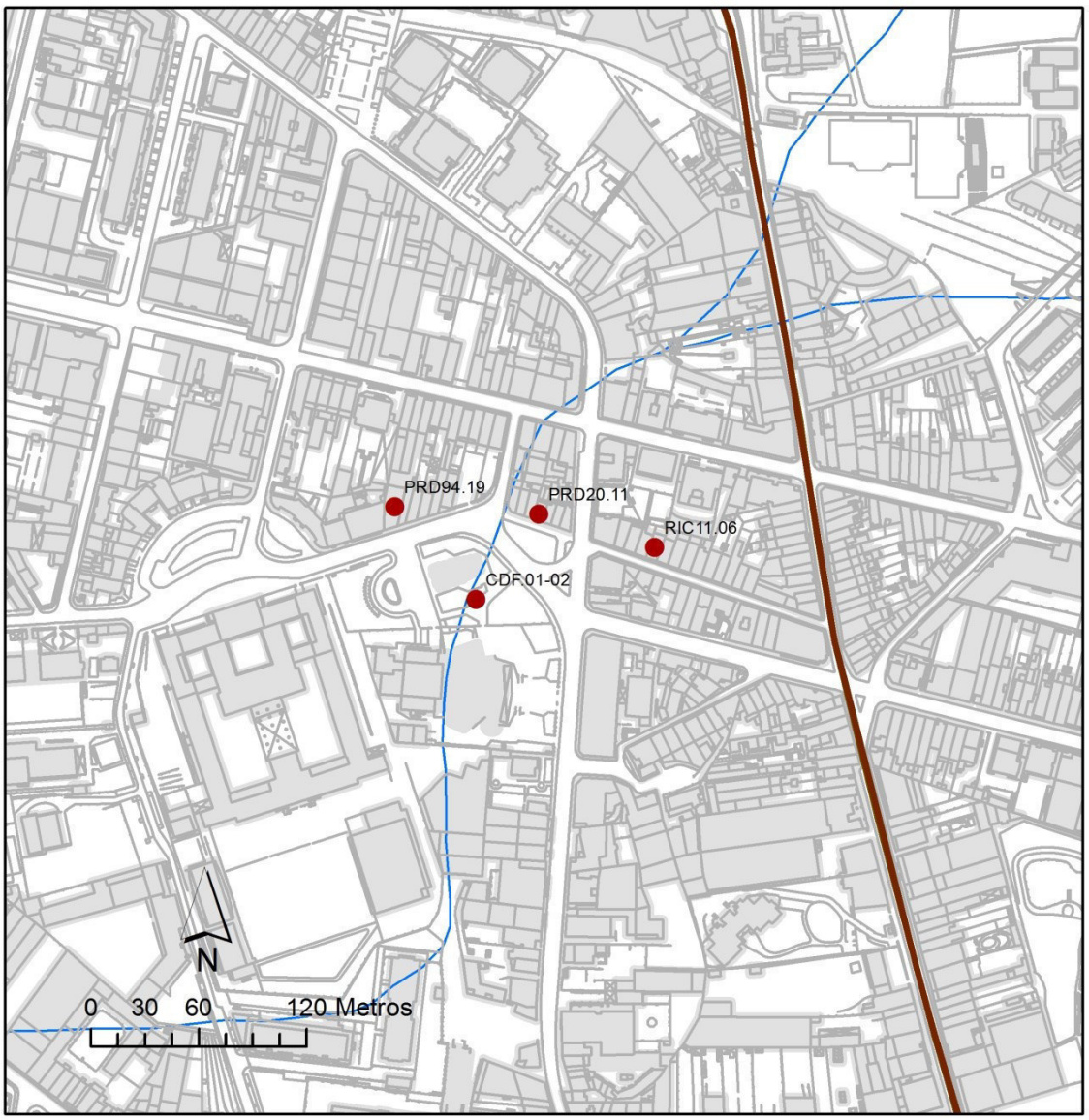


Fig. 256 - Porto. Núcleo de povoamento romano de Cedofeita, junto à *Via XVI* (traçado do século I).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

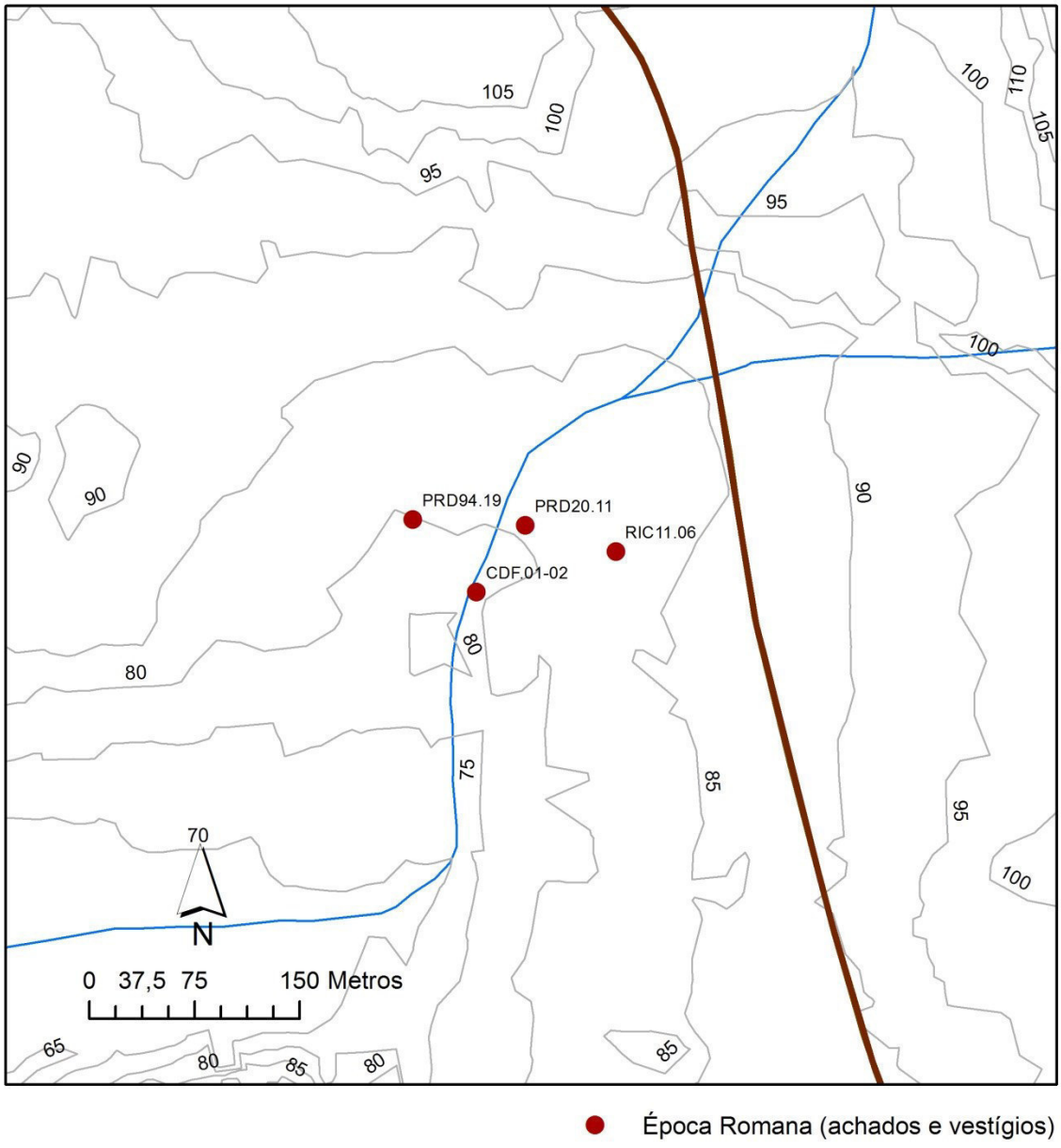


Fig. 257 – Porto. Núcleo de povoamento romano de Cedofeita, junto à *Via XVI* (traçado do século I).

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Figs. 258-261 – Fustes de coluna romanos (?) da Penaventosa. Em cima, colunas encontradas na década de 1950 na Rua de D. Hugo, desaparecidas (ACH05; imagens: AHMP); em baixo, fustes encontrados junto à Sé, na década de 1940 (ACH03; foto A.) e tambor de coluna identificado na Rua de D. Hugo, n.º 39 (intervenção HUG37.14, fotografia do A.).

Fig. 262 – Estrutura aparecida frente à Sé do Porto, em fevereiro de 1940, no âmbito das obras de urbanização do Terreiro da Sé. Na ocasião foi identificada como uma fonte de chafurdo, referida em documentos medievais (imagem: *O Primeiro de Janeiro*, 24-02-1940).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Fig. 263 – Traçado da Via XVI do Itinerário de Antonino na área da atual cidade do Porto, de acordo, no geral, com as variante propostas por V. Mantas para os séculos I e II.

Fig. 264 – Traçado conjetural de uma via romana litoral, por vezes identificada com a *Via Veteris* de alguns documentos medievais, pela atual cidade do Porto.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

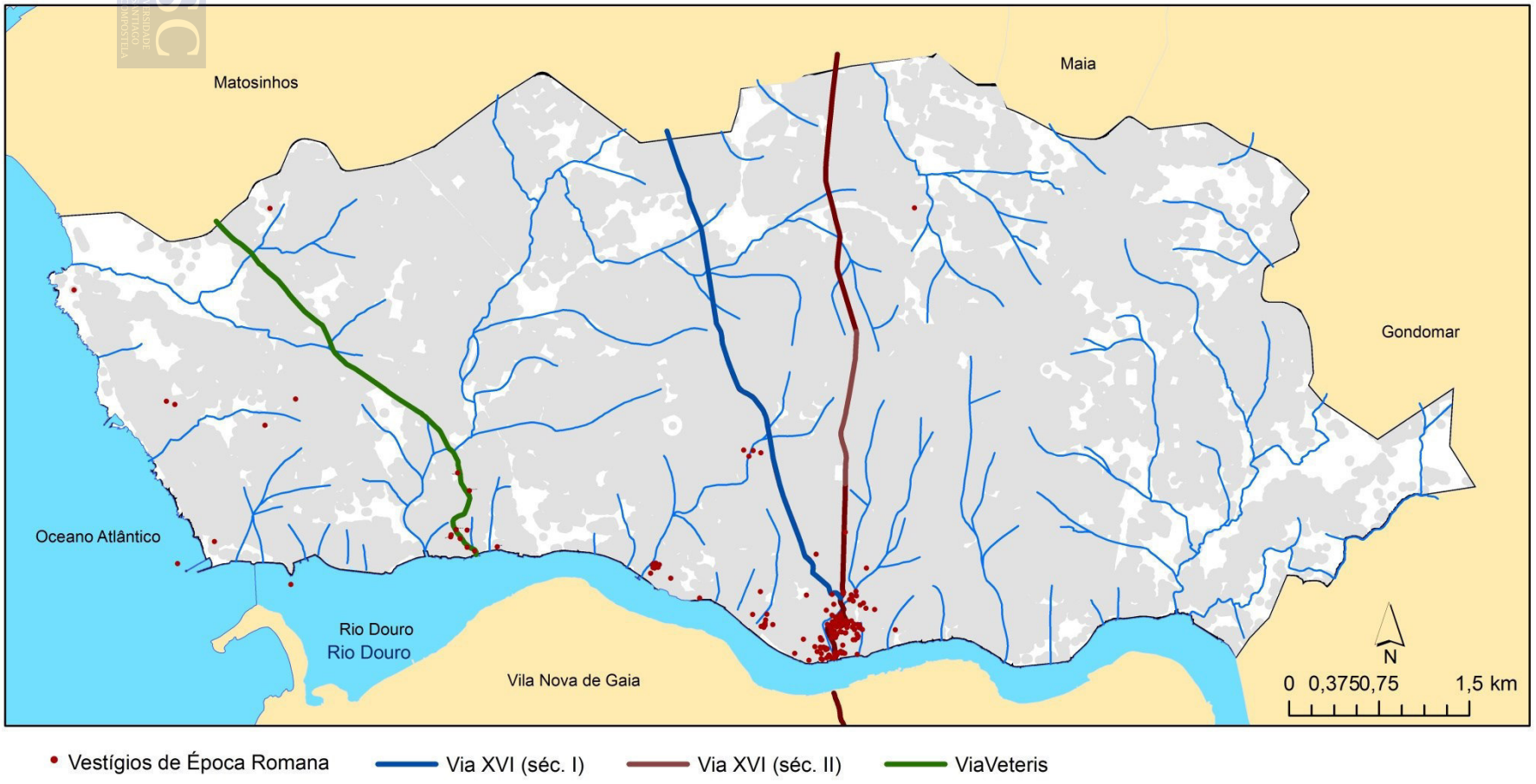


Fig. 265 – Principais eixos romanos no território da cidade do Porto.

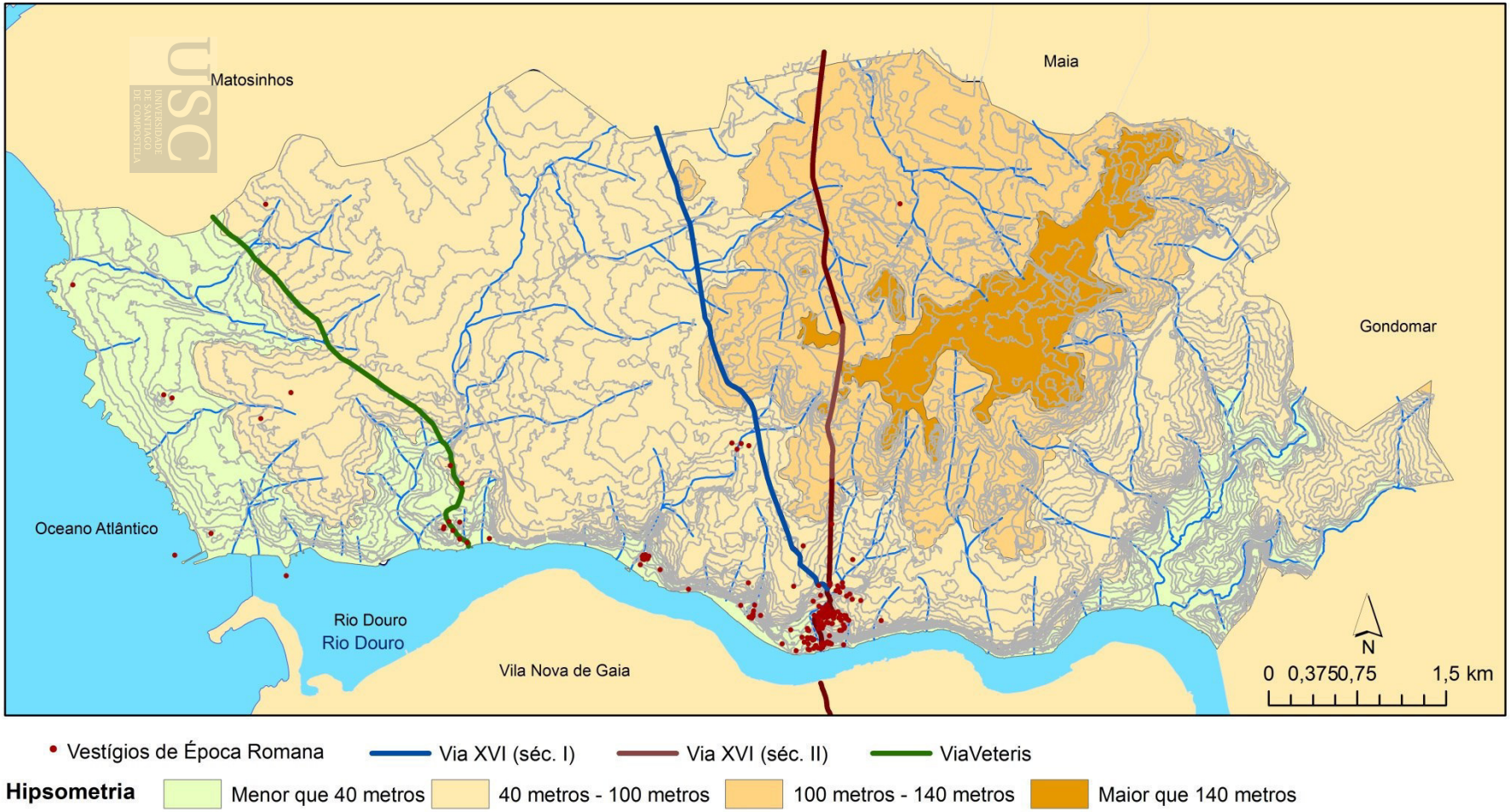


Fig. 266 – Principais eixos romanos no território da cidade do Porto. Implantação altimétrica.

Figs. 267-268 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Escavações de 1983. Construção de época romana e base de lareira (Fotografias inéditas de J. A. Gonçalves Guimarães, usadas com permissão).

Figs. 269-270 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Muros e pavimento empedrado de época romana (LC22.17; FONSECA, 2017).

Figs. 271-272 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Quinta de S. Marcos, local de grande densidade construtiva, coexistindo, ou intersectando-se, construções da Idade do Ferro com outras de muros retilíneos (QSM.07; SOUSA, PIEDADE, 2008; fotos M. Ribeiro).

Figs. 273 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Uma recente intervenção na encosta nordeste, revelou o que poderá constituir um tramo da muralha do povoado castrejo (RVC51.18; GOMES *et al.*, 2018; fotos: Civitas Arqueologia).

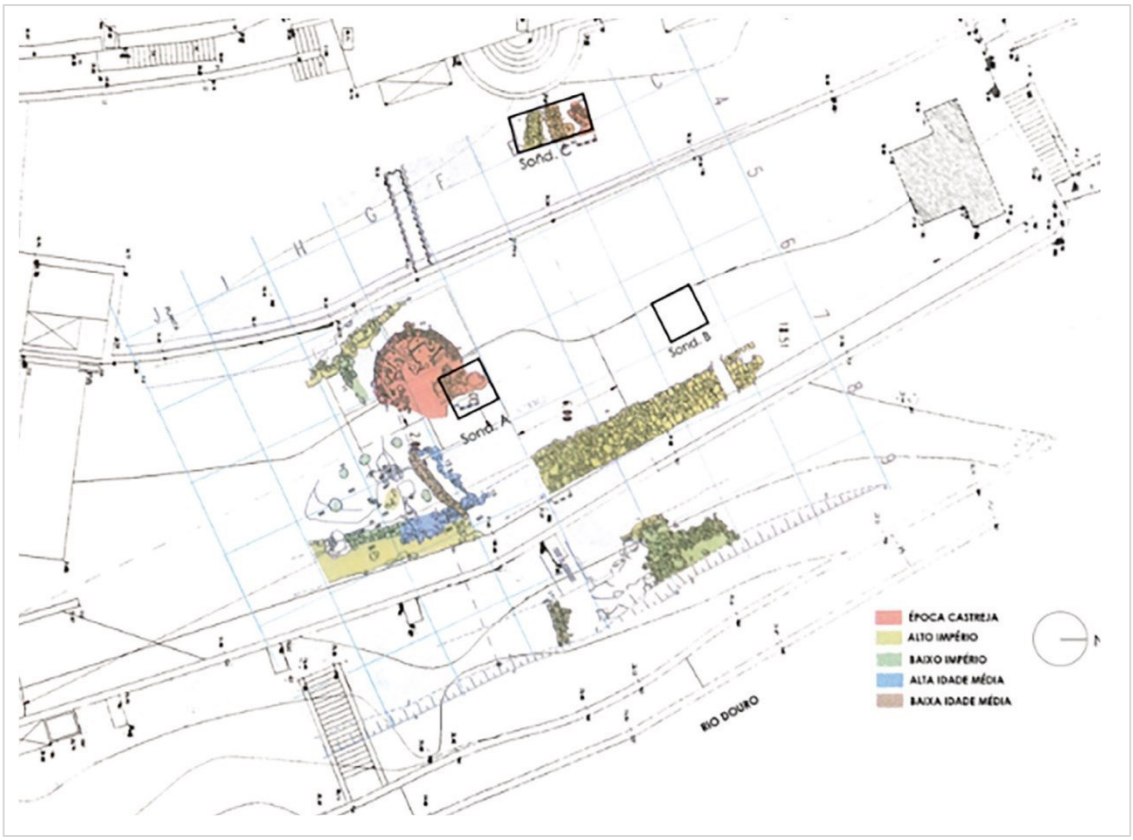


Fig. 274 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Planta das escavações nos Terrenos da Taylor's Fonseca vendo-se construções de diferentes épocas, nomeadamente da Idade do Ferro (laranja) e um troço de muralha do século I (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; planta: NASCIMENTO *et al.*, 2020).

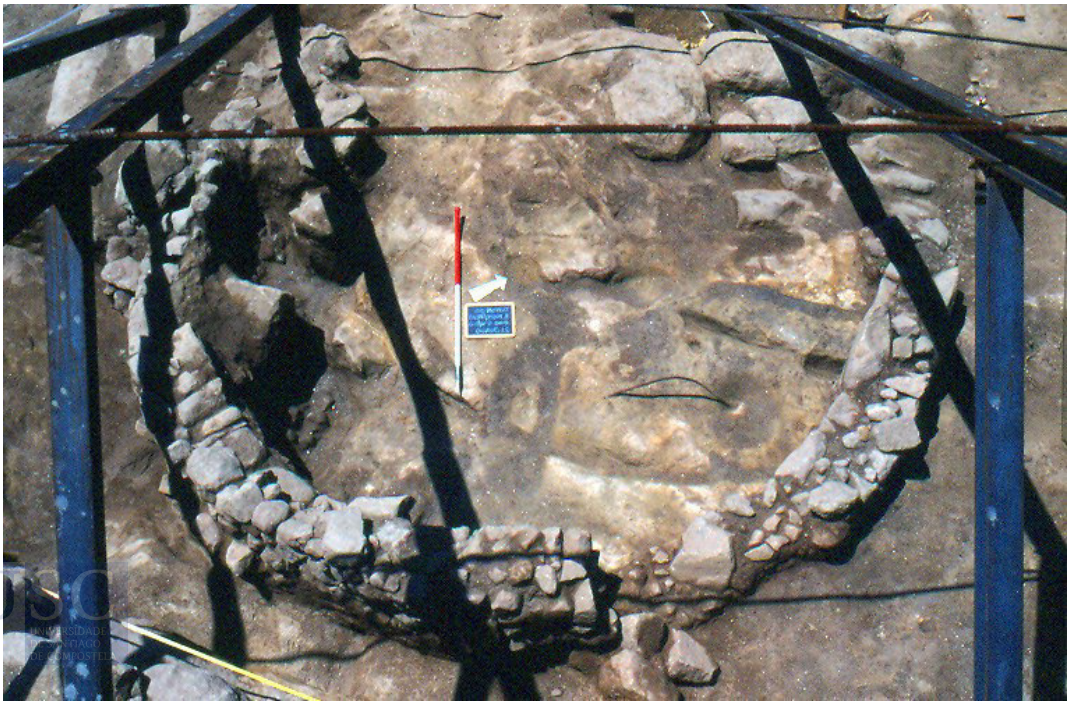
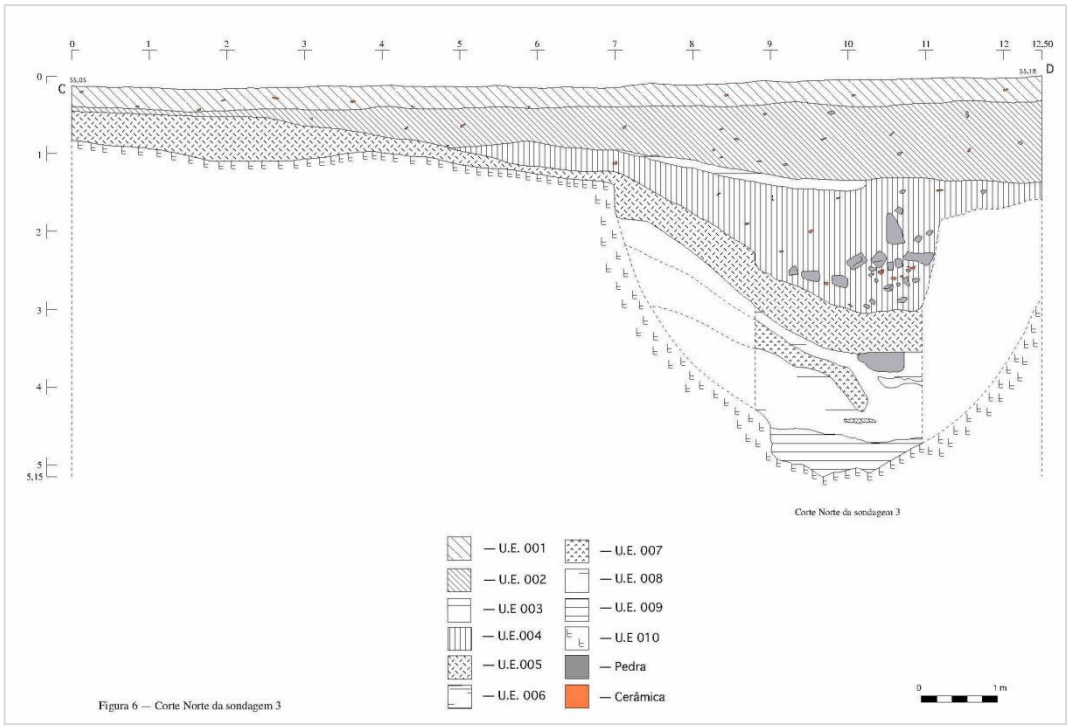


Fig. 275 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Construção da Idade do Ferro (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografia: Teresa P. Carvalho).

Figs. 276-277 - Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Muralha do século I (TAYFON.99; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografias: Teresa P. Carvalho).

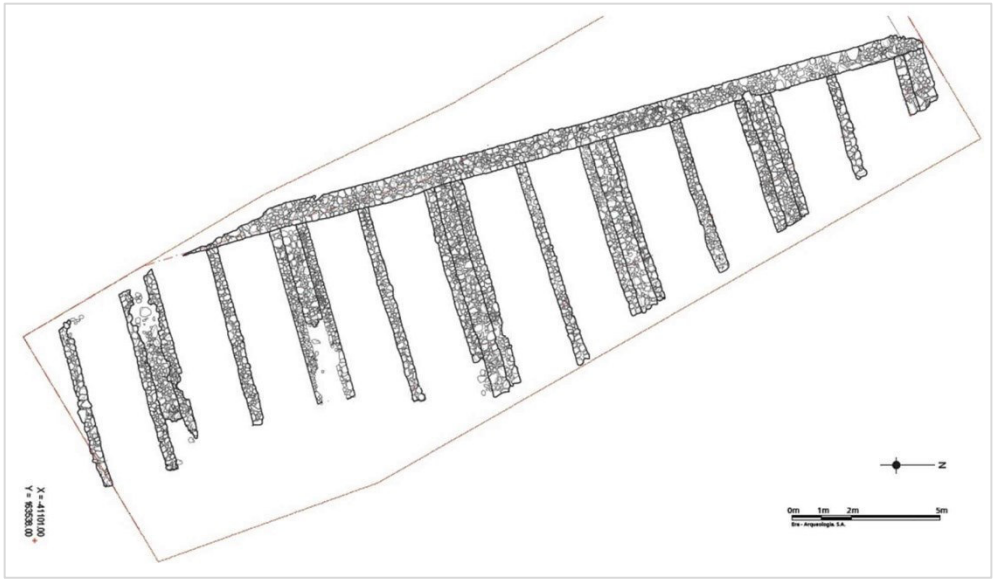


Figs. 278-279 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Fotografia e desenho de secção de um dos fossos aparecidos no Gaveto de Entre Quintas/São Marcos (EQ-SM.05; QUEIROGA, 2006; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotografia e levantamento: F. Queiroga).

USC DE COMPOSTELA

Figs. 280-281 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Estrutura de grande dimensão, à qual se atribuíram funções de armazenamento, identificada na encosta nascente do Castelo (RRT.08; BARBOSA, PRIETO, 2011; SILVA *et al.*, 2017a; fotos: Logiark).

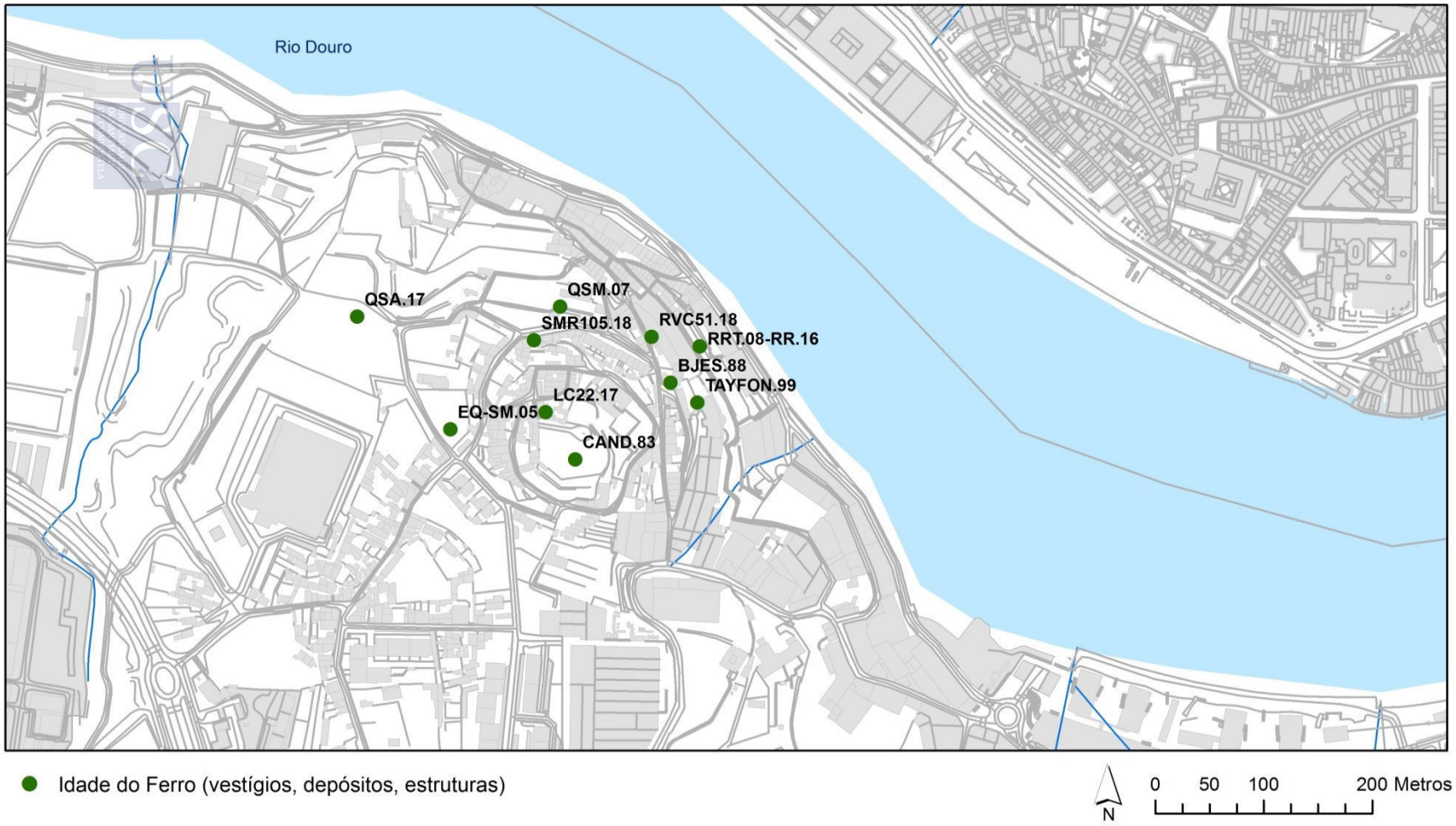
Figs. 282-284 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Construções da Idade do Ferro identificadas na encosta nascente do Castelo (intervenção RR.16). Ambientes e estruturas da «Fase I» ordenados de Sul (esq.) para Norte (RR.16; RAMOS, CARVALHO, 2016, 2010; fotos: © Era Arqueologia; fig. 281 seg. de RAMOS, CARVALHO, 2020, adapt.).



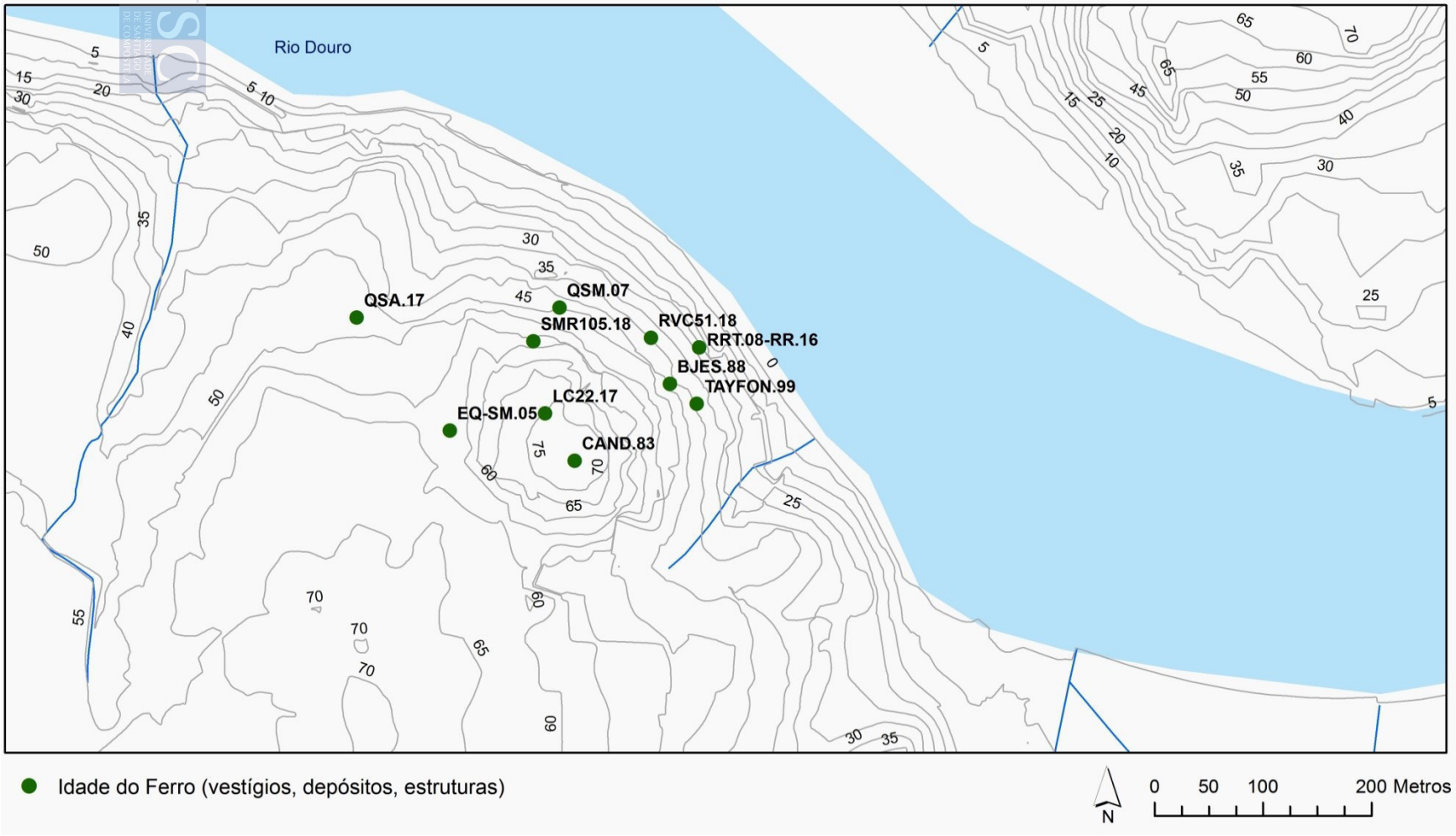
Figs. 285-286 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Edifício tardo-republicano utilizado como celeiro (*horreum*) (RR.16; RAMOS, CARVALHO, 2016, 2010; foto e levantamento: © Era Arqueologia; fig. 281 seg. de RAMOS, CARVALHO, 2020,RAMOS, 2020).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

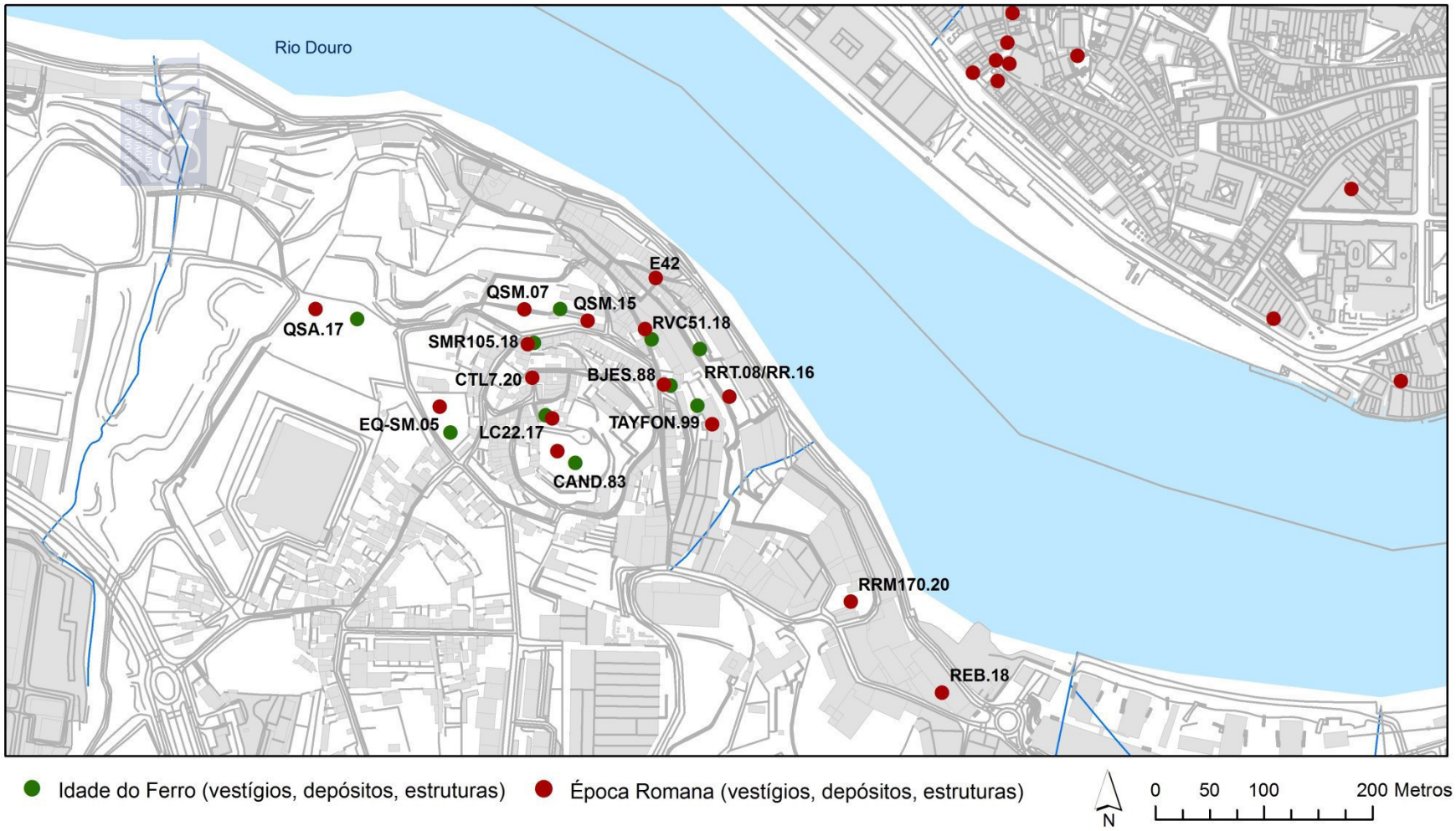
Figs. 287-288 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Aspeto geral das ruínas e da necrópole do edifício em escavação na Quinta de Santo António (QSA.07; NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2007, 2008; NASCIMENTO *et al.*, 2020; fotos do A.).



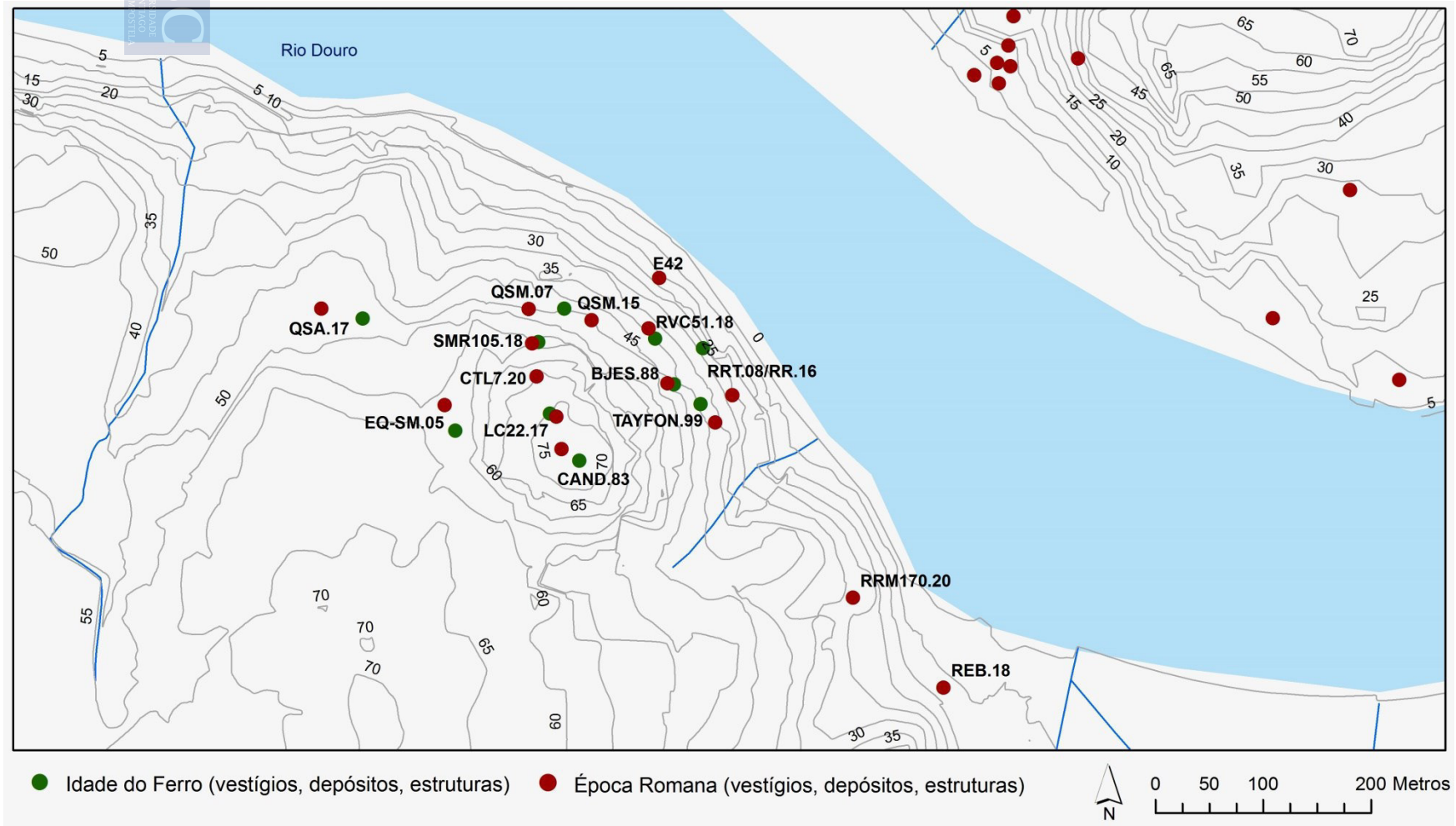
Figs. 289 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios da Idade do Ferro.



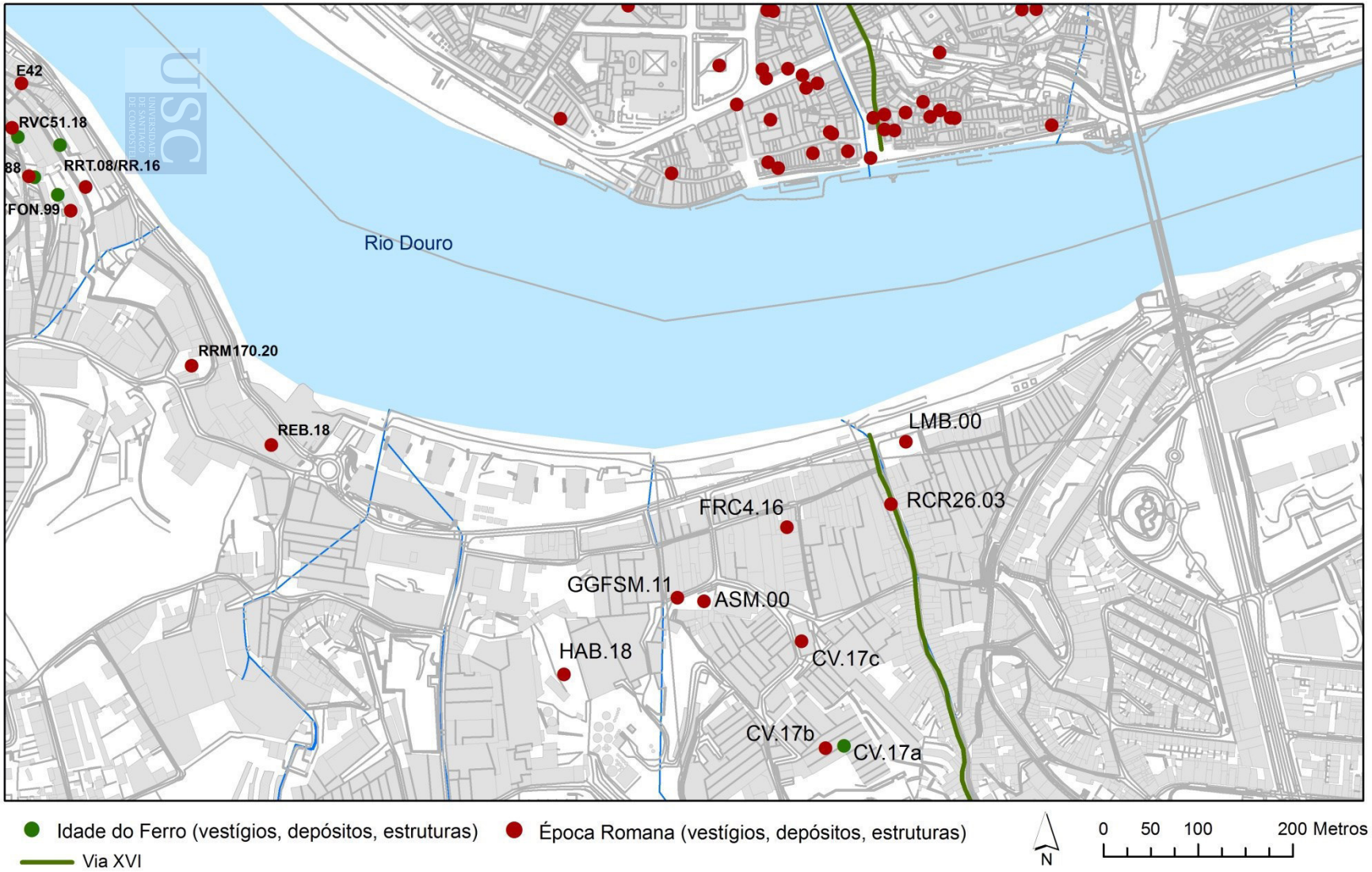
Figs. 290 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios da Idade do Ferro.



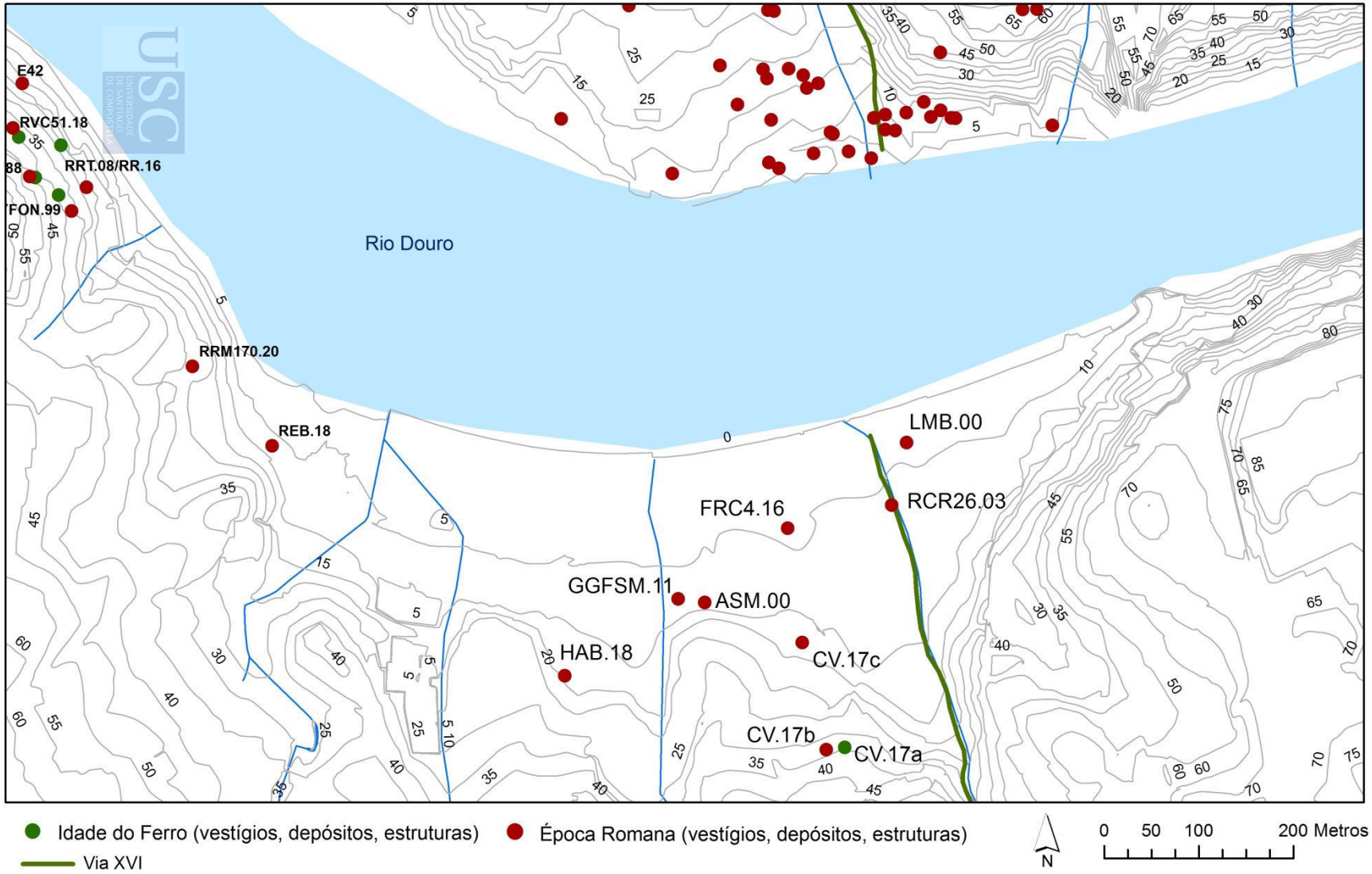
Figs. 291 – Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios de época romana.



Figs. 292- Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia. Vestígios de época romana.



Figs. 293 – Vila Nova de Gaia, Vila Nova. Vestígios da Idade do Ferro e de época romana.



Figs. 294 – Vila Nova de Gaia, Vila Nova. Vestígios da Idade do Ferro e de época romana.

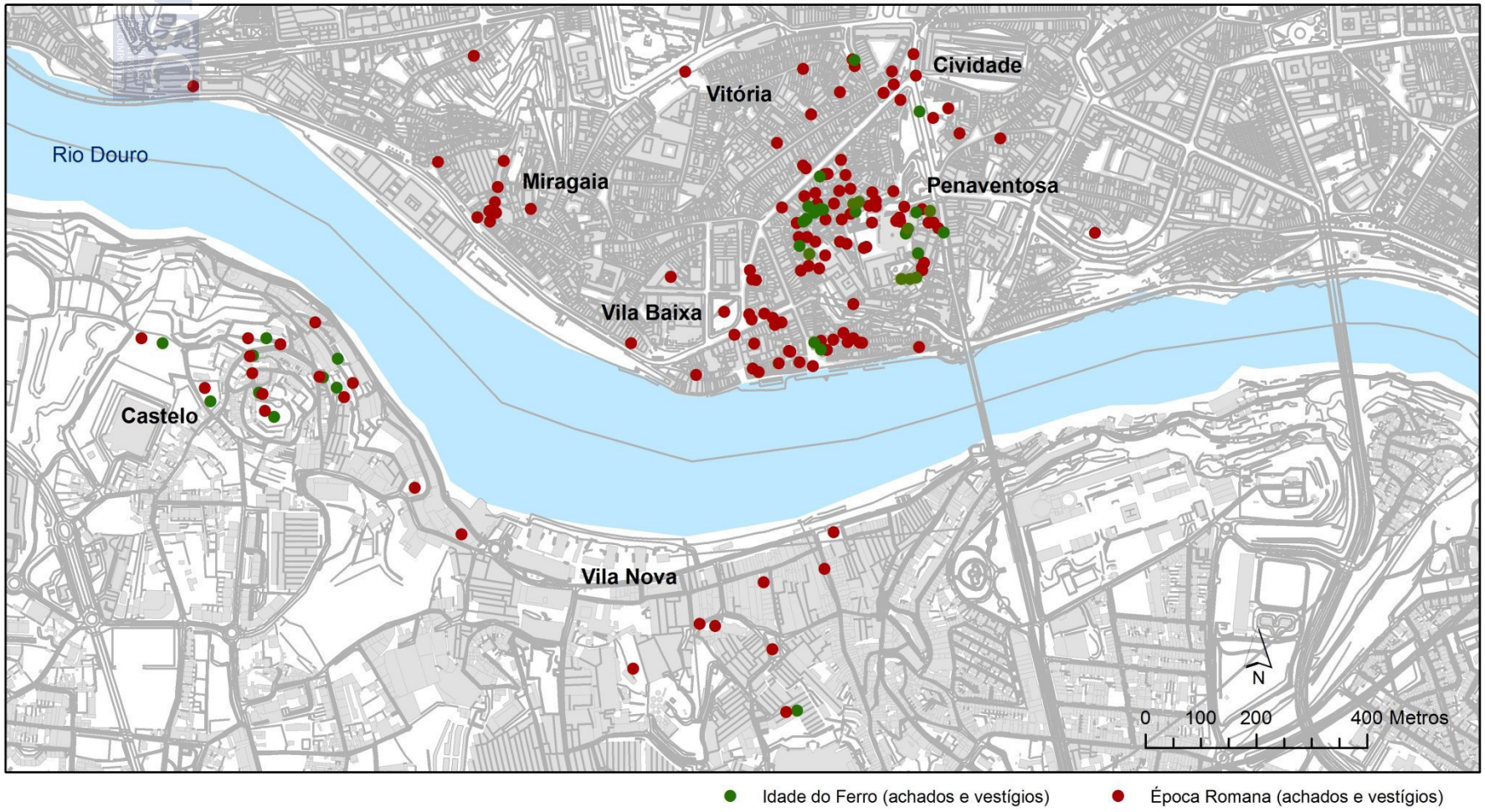


Fig. 295- Ocupação da Idade do Ferro e de época romana das duas margens do Douro (Penaventosa-Vila Baixa e Castelo de Gaia-Vila Nova).

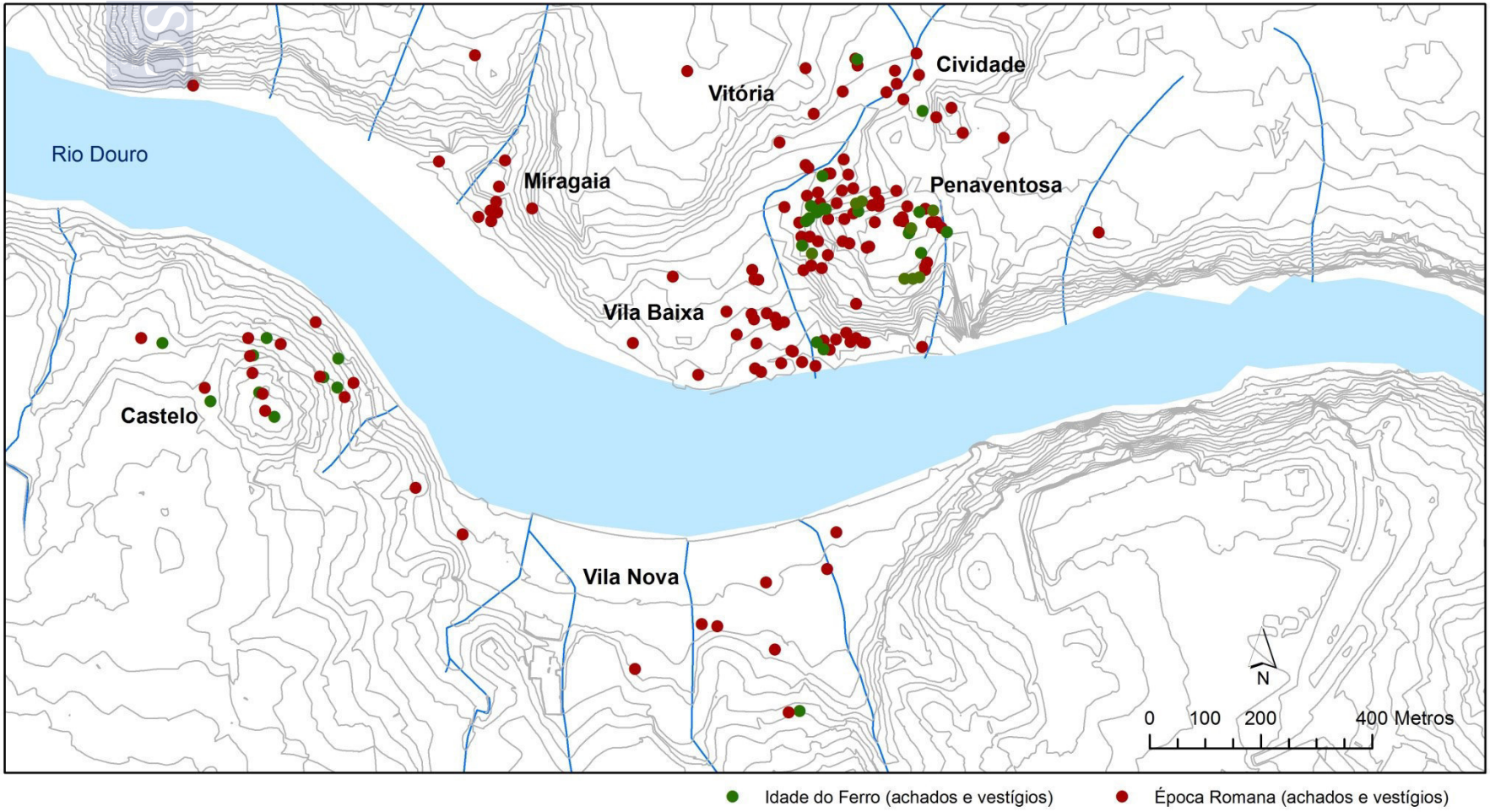


Fig. 296 – Ocupação da Idade do Ferro e de época romana das duas margens do Douro (Penaventosa-Vila Baixa e Castelo de Gaia-Vila Nova).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

6. *CALLAECI*

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Os nomes determinativos coletivos pessoais *callaecus, -i*, ou *callaeca, -ae*, podem referir-se a três distintas proveniências ou atribuições:

(a) aos naturais ou residentes na cidade de *Cale*[1342];

(b) aos pertencentes à entidade étnica regional mencionada por várias fontes históricas e com a qual Décimo Júnio Bruto se defrontou em 138-137 a.C.;

(c) aos residentes na *regio* informal da *Callaecia* (mesmo antes desta ser administrativamente consolidada) ou relacionados com um conjunto de *populi* globalmente caracterizados como *Callaeci*.

Esta nota não é despicienda porque remete-nos para distintas realidades ou subconjuntos históricos e permite classificar em um particular contexto histórico-cultural as escassas fontes disponíveis, que de seguida iremos compulsar.

6.1. FONTES LITERÁRIAS

Os autores antigos que mencionam os *Callaeci* encontram-se, desde há muito, bem identificados, mas importa recordar o modo como o fazem e, sobretudo, o contexto histórico ou literário e a intenção em que ocorreu a produção de tais referências. A aproximação étnica e o conhecimento geográfico e etnográfico dos povos peninsulares acompanham e informam o próprio processo de conquista da Hispânia por parte de Roma (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004, 2009b; AMELA VALVERDE, 2014), pelo que entendemos dever seguir um percurso cronológico, elencando não só as alusões específicas aos *Callaeci*, como também às entidades étnicas identificadas no espaço geográfico a partir de certa altura adstrito aquele *populus* e, depois, conjunto de *populi*, sendo quase irrelevantes aquelas fontes, sobretudo as mais tardias, que aludem de forma genérica à região ou, por exemplo, evocam a campanha de Bruto de 138-137 a.C. para justificar o seu epíteto honorífico.

As informações dos autores mais arcaicos sobre esta região extrema ocidental da Europa são muito genéricas e visam, mais, enquadrar e descrever o território e os seus acidentes geográficos, como rios ou montanhas, do que, propriamente os habitantes, como sucede com os geógrafos e historiógrafos gregos, como Heródoto (séc. V a.C.), que fala do estanho das ilhas Cassitérides (*Hist*., III, 115). Também do reconhimento costeiro resultante do périplo do massiliota Píteas, em meados do século IV, ou dos escritos de Erastótenes (séculos III-II a.C.), Políbio (séc. II), Posidónio de Apamea, Artemidoro de Éfeso ou Asclepiades de Mirlea (todos eles geógrafos que viveram entre os séculos II e I antes da nossa era) pouco resulta de positivo, entre os parcos testemunhos documentais diretos que restaram das suas obras, para a etnogeografia, ou a identificação das comunidades humanas que habitavam o espaço peninsular, não obstante Estrabão os citar muito amiúde como fonte para os mais diversos informes.[1343]

Dos autores mais recentes, ultrapassada um pouco a fase periegética, registe-se o interesse pela península de Diodoro Sículo, já no século I a.C, o qual, na esteira de Posidónio, se preocupou, igualmente, com as riquezas minerais da península (*Bibliot. Hist*., V, 38). De

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1342] Subentendendo, talvez, como propõem diversos autores, o topónimo *Cale* como latinização de nome anterior de raiz **Kal, *Kala* ou similar. Mas também em certos registos epigráficos e documentais surge, por exemplo, *Caletia* ou *Calletiam*, sem o ditongo *ae* (GUERRA, 1998: 371-373). Seja como for, ainda que sustentado por diversos estudiosos, não é imperativo que *Cale* e *Callaecia* tenham a mesma filiação etimológica (MORALEJO, 2002: 95, n. 5).

[1343] *Vd*. adiante, ponto 6.1.1.

igual modo, pela mesma época, também César menciona apenas, de forma vaga, a Celtibéria, a Lusitânia e os Cântabros, englobando os restantes povos do ocidente num genérico *«barbarisque omnibus qui ad Oceanum pertinent»* (*De Bel. Civ*., I, 38, 3). A discutida menção de Salústio (séc. I a.C.) à cidade de *Cale*, assunto de que tratamos já com detalhe[1344], não importa neste ponto, pois só alude a um local, sem atribuição étnica aos seus habitantes. Nesta linha, chegamos a Estrabão, o primeiro autor cujas informações sobre a península e os seus naturais permitem uma indispensável e mais circunstanciada análise.

6.1.1. Estrabão (c. 64 a.C. – 24 d.C.)

Natural da Amásia, na região do Ponto, como o próprio se identifica, muito pouco se sabe da vida de Estrabão ou até, porventura, do seu nome original[1345]. Estrabão fez a sua formação na Grécia e em Roma e viajou longamente pelas costas do Mediterrâneo oriental, circunstância de que aliás se orgulhava[1346]. Foi autor de duas extensas obras, os *Comentários Históricos*, com os quais desejava dar continuidade às *Histórias* de Políbio e que terão sido, certamente, a sua obra maior e pela qual mais gostaria de ter ficado conhecido (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 33); todavia, os *Comentários* perderam-se na sua quase totalidade, enquanto os 17 livros da *Geografia*, redigidos posteriormente, foram conservados em numerosos códices medievais[1347], interessando largamente, especialmente o terceiro livro, à geografia, história e etnografia da península ibérica, para o que constitui, notadamente, o mais amplo e completo repertório conservado da Antiguidade (*Idem, ibidem*, 17; GARCÍA-BELLIDO, 1993: 47; CRUZ ANDREOTTI, 1999: 13).

Tanto quanto se sabe, Estrabão não visitou a Ibéria[1348], porém, apoiado em diversos informes e escritos de autores que estiveram na península – que tem o cuidado de indicar amiúde, designadamente Posidónio, Artemidoro, Políbio, Asclepiades de Mirlea e outros (CARDOSO, 1994: 20-28; TROTTA, 1999: 83-88; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238; GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 38ss.)[1349] –, para além, certamente, em informações recolhidas de funcionários, comerciantes, militares das guerras cântabras e outros viajantes, o que explicará muitas pontualizações de carácter anedótico (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 21), traça, de forma muito pragmática, um quadro vívido e colorido da terra e costumes dos seus habitantes, o que tem levado a que constitua uma fonte recorrentemente citada – «*a biblia para os que queiran coñecer Iberia*», na expressão de SCHULTEN (*F.H.A*., VI, 5). Mais importante, talvez, será lembrar que a redação da *Geografia* foi feita durante o reinado de Augusto[1350], o que acresce o interesse da obra refletir a situação da nossa região num

---

[1344] *Vd. supra*, ponto 5.1.2.

[1345] Na verdade, desconhece-se se este nome constitui um patronímico grego ou se, pelo contrário, foi adotado posteriormente, ao receber a cidadania romana, podendo mesmo traduzir a duplicidade da mundividência cultural em que se movimentou (DESERTO; PEREIRA, 2016: 15).

[1346] *Geog*., II, 5, 11 (cfr. DESERTO; PEREIRA, 2016: 20-21).

[1347] Se bem que em variável grau de preservação e integridade do texto (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 21; FERNÁNDEZ PALACIOS, 2000: 552-553). Curiosamente, a *Geografia* de Estrabão teve reduzido eco nos seus contemporâneos e foi escassamente citada até ao século VI, o que talvez possa atribuir-se, segundo Javier GÓMEZ ESPELOSÍN (2015: 35-36), essencialmente, à circunstância de ter tido pouca difusão e circular apenas em restritos círculos eruditos.

[1348] Ao contrário do que afirmou Francisco José VELOZO (1965: VI, *passim*) na introdução à primeira edição da tradução portuguesa do Livro III da *Geografia* feita por José Cardoso (1965).

[1349] O que garante às suas informações, segundo a maior parte dos autores, grande fiabilidade (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2006: 238).

[1350] Não há consenso sobre a data de redação da obra, propondo alguns autores, um período relativamente curto, no final da vida de Estrabão; outros, atendendo à extensão da obra, um largo tempo de acumulação de dados e maturação; outros, ainda, a existência de uma versão inicial da *Geografia*, completada ou refundida mais tarde, propondo mesmo alguns

momento fundamental da conclusão da conquista e pacificação do noroeste peninsular, documentando igualmente a sua transformação sob o impulso organizador do primeiro imperador, o que levou, mesmo, a que se tenha considerado o processo da romanização como o eixo fundamental do seu programa geográfico (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 42).

Nesta linha, a par da variedade e riqueza de informações que Estrabão nos legou, não pode deixar de levar-se em conta a profunda matriz ideológica – diríamos hoje, mesmo, os preconceitos – do seu discurso, naturalmente distinto dos princípios de crítica e objetividade que esperamos da prática historiográfica moderna, o que ocasionou que certos *topoi* etnográficos ou históricos, só ultimamente melhor observados em perspetiva crítica, tenham sido recorrentemente utilizados como eixos centrais de narrativas identitárias ou mesmo, de algum modo nacionalistas (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2015: 46-48). Entre outros aspetos, o geógrafo de Amasia, com a sua conceção alargada da informação geográfica prática[1351], ou «filosofia» histórica, como o próprio assume, aliás, logo no início da sua obra[1352] (PATTERSON, 2013: 203-204; CRUZ ANDREOTTI, 2015: 62), um pouco, até, na linha de Heródoto, recorre à descrição fisiográfica do território como explicação, ou pelo menos condicionante, da natureza dos próprios povoadores (CRUZ ANDREOTTI, 2017: 90), fornecendo-nos «*una auténtica taxonomia del carácter bárbaro frente al griego y, en términos generales, de la natureza frente a la cultura*» (CRUZ ANDREOTTI, 2015: 55; 2017: 90-91; e também TROTTA, 1999: 91 e GARCÍA-BELLIDO, 1993: 47-48)[1353].

Não interessa ao nosso propósito insistir na conceção geográfica ou certos detalhes de Estrabão sobre Ibéria[1354], tão só a compilação dos seus dados sobre os *Callaeci* e, bem assim, dos povos vizinhos, elementos essenciais para compreender a cartografia mental que o geógrafo passou a texto. Do mesmo modo são de reconhecida utilidade – ainda que certamente não possamos explorá-los sistematicamente, o que sairia um pouco fora do nosso propósito – os informes sobre os costumes e modos de vida dos povos das montanhas, entre os quais Estrabão inclui os galaicos.

As primeiras alusões étnicas de Estrabão, ainda no livro II da *Geografia*, são para os Ártabros e bastante singelas, surgindo mencionados, essencialmente, como referencial geográfico, uma vez que se regista que, no percurso do Promontório Sacro até aos Ártabros, «*a Lusitania está á dereita*», e que as afamadas ilhas Cassitérides «*están frente ós Artabros*,

---

autores a existência de duas «edições», uma em 7 a.C., e a segunda, refundida, entre 17 e 18 da nossa era (CAVADA NIETO, 2005: 170). É certo, porém, que, a avaliar pelo facto mais tardio registado na obra (a morte de Juba, rei da Mauritânia, referida em XVII, 3, 7, que pode ser datada de 23 d.C.), o processo de escrita terá durado até cerca dos anos de 23 ou 24 da nossa era, coincidindo aproximadamente com a data da morte de Estrabão (DESERTO; PEREIRA, 2016: 17-18), e não em data substancialmente anterior (por exemplo, a da decisão de Tiberio de estabelecer permanentemente três legiões na Península, mencionada em III, 3, 8, como sugere FERNÁNDEZ PALACIOS, 2000: 552).

[1351] Assumidamente destinada a servir os interesses da administração romana, como, aliás, o próprio expressamente declara (*Geog*., I, 1, 16 e 22). Cfr. DESERTO; PEREIRA, 2016: 19.

[1352] *Geogr*., I, 1, 1. A perda dos *Comentários Históricos*, obra maior de Estrabão, a que este se refere em algumas passagens da *Geografia*, impossibilita-nos de avaliar oo diferentes campos e conceções que teria tanto da história, como da geografia, como observam Jorge DESERTO e Susana PEREIRA (2016: 16).

[1353] Esta dicotomia é simbolicamente atestada, no livro III da *Geografia*, pela recorrente oposição entre os povos e costumes do norte da Ibéria com o sul turdetano e bético bastante mais romanizado e mais próximo da cultura mediterrânica (GARCÍA-QUINTELA, 2010: 54; LOWE, 2017: 17-19), assunto a que voltaremos. Por outro lado, na mesma linha de uma geografia historicamente informada – assim enquadrada na responsabilidade do «filósofo» – Estrabão não deixa de lançar mão à própria mitografia como recurso expositivo, para facilitar aos seus leitores a compreensão dos factos essenciais (PATTERSON, 2013: 201-202, *passim*).

[1354] Importantes contributos recentes têm vindo a aprofundar esse tema, de que destacamos, como exemplo, CRUZ ANDREOTTI, 1999.

cara ó N.» (*Geog*., II, 5, 15)[1355]. Já no Livro III, definindo a Ibéria através dos seus contornos – com o recurso à conhecida metáfora da pele do touro esticada – Estrabão volta a falar dos Ártabros ao descrever a costa ocidental atlântica, desde o Promontório Sagrado (Cabo de São Vicente, no extremo sudoeste peninsular) «até ao Cabo dos Ártabros, ao qual chamam Nério» (III, 1, 3). Mais adiante, reporta-se outra vez aos Ártabros, agora a propósito das riquezas minerais da Turdetânia e da Ibéria em geral, mas, comentando os escritos de Posidónio, acrescenta outros dados:

> «Afirma ainda [Posidónio] que o estanho não se encontra à superfície, como os historiadores repetem continuamente, mas que é escavado e produzido entre **os bárbaros situados para lá dos Lusitanos** e nas Ilhas Cassitérides e é transportado das Ilhas Britânicas para Massília. Mas entre **os Ártabros**, […], **que são os povos do extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente**, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco (pois é misturado com prata); e a essa terra, os rios arrastam-na; as mulheres, depois de a removerem com as pás, lavam-na em peneiras entrelaçadas […].» (III, 2, 9, negrita nossa).

Desta maneira, aos Ártabros, que volta a localizar como situados «no extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente», Estrabão junta agora a referência aos Lusitanos e, de forma genérica «os bárbaros situados para lá dos Lusitanos» ou (subentende-se) entre estes e os Ártabros.

O capítulo 3 da *Geografia* é dedicado à descrição das costas ocidental e setentrional da Ibéria e, acrescentam Deserto e Pereira, que vimos seguindo, à Lusitânia e aos montanheses do norte peninsular. Começando por enunciar os acidentes litorais e o rio Tejo – que tem «a sua nascente entre os Celtiberos [e] corre através de Vetónios, Carpetanos e Lusitanos em direcção ao ocidente equinocial» – Estrabão recorda que Bruto Galaico fortificou a cidade de Móron[1356] e «usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos» (III, 1, 1). Logo de seguida, segundo o esquema convencional de partir das zonas costeiras para o *hinterland*, Estrabão identifica alguns dos povos do interior, aparentemente correspondentes aos «bárbaros situados para lá dos Lusitanos» (III, 2, 9) que antes mencionara:

> «Os povos estabelecidos para o interior das regiões mencionadas são os Oretanos, que ficam mais a sul e se estendem até à costa da parte de cá das Colunas. Os Carpetanos, por seu turno, vêm a seguir a estes, para norte, depois Vetónios e Vaceios - por cujo território corre o Douro, que tem travessia em Acúcia, uma cidade dos Vaceios. **E os últimos são os Galaicos, que ocupam uma grande parte da zona montanhosa (por isso, ao serem também os mais difíceis de combater, eles próprios deram o sobrenome ao que submeteu os Lusitanos e fizeram com que à maior parte dos Lusitanos se chame ainda hoje Galaicos)**. Da Oretânia, sem dúvida, as cidades mais poderosas são Castulo e Oria.» (III, 3, 2, negrita nossa).

USC Universidade de Santiago

[1355] Tradução de ROMERO MASIÁ e POSE MESURA (1987: 24). Nas referências seguintes da *Geografia* indicar-se apenas o livro, capítulo e parágrafo. Utilizaremos, para o livro III, a tradução portuguesa mais moderna e cientificamente abalisada, de Jorge Deserto e Susana Pereira (2016), pontualmente complementada com outras se justificável.

[1356] Provavelmente o sítio arqueológico de Chões de Alpompé, um pouco a norte de Santarém (DESERTO; PEREIRA, 2016: 112); a inferência, feita por alguns autores a partir desta passagem de Estrabão, acerca da eventual fortificação de Lisboa por Bruto é considerada como duvidosa por estes editores (DESERTO; PEREIRA, 2016: 60, n. 208). Vejam-se, sobre o assunto, os estudos de Carlos FABIÃO (2004; 2014a) e Teresa PEREIRA (2018).

Imaginando, dispostos sobre a «pele de touro» os povos mais interiores, mas agora, ao que parece, voltando às regiões mais meridionais para seguir, em acréscimo de latitude, o «miolo» da península, Estrabão enumera Oretanos, Carpetanos, Vetónios e Vaceios (centralizados no vale do Douro) para concluir que «os últimos», aparentemente ocupando toda a área até às costas cantábricas, seriam os Galaicos. Deixaremos para a discussão deste capítulo a análise que se impõe a esta cartografia, bem como em relação a alguns dos aspetos etnográficos que o geógrafo associa aos galaicos.

De pronto Estrabão regressa à franja mais ocidental, para explicitar que o corónimo Lusitânia se aplicava a toda essa região, delimitada a oeste a norte pelo Oceano:

> «A norte do Tejo, a Lusitânia é o maior agregado populacional dos Iberos e o combatido durante mais tempo pelos Romanos. Delimitam esta região, do lado sul, o Tejo; a oeste e a norte, o Oceano, e a este, os Carpetanos, os Vetónios, Vaceios **e Galaicos** (povos estes conhecidos; os outros, nem vale a pena nomeá-los, devido à sua pequena dimensão e falta de renome); **ao contrário dos contemporâneos, porém, alguns chamam-lhes também Lusitanos. Os Galaicos são, pela parte oriental, vizinhos do povo das Astúrias e dos Celtiberos**; os restantes, por seu turno, apenas dos Celtiberos. Assim, o comprimento da Lusitânia é de três mil estádios[1357], mas muito menor é a largura entre o extremo oriental e a costa. O lado oriental é alto e escarpado; todavia, a região situada a seus pés é toda plana mesmo até ao mar, à excepção de algumas elevações que não são grandes.» (III, 3, 3, negrita nossa).

No parágrafo seguinte Estrabão passa a enumerar, de sul para norte, os rios que desaguam no Atlântico, citando o Tejo, o Mondego, o Vouga e o Douro, a que sucedem outros rios menores não nomeados, e depois o Lima, Letes ou Belião[1358] e mais a norte o Báinis ou Minho, este caracterizado como «de longe o maior dos rios na Lusitânia e igualmente [como o Douro] navegável por oitocentos estádios» (III, 3, 4).

Os parágrafos 5 a 8, que encerram este livro, constituem principalmente o longo excurso etnográfico sobre os Lusitanos, objeto de numerosos estudos e análises circunstanciadas[1359]. A narrativa estraboniana não objetiva de forma clara as entidades étnicas que pretende caracterizar, pois inicia-se pela alusão a costumes e elementos históricos dos «cerca de (…) trinta povos [que] ocupam o território entre o Tejo e os Ártabros» (III, 3, 5), recordados depois globalmente como «Lusitanos» (III, 3, 6), novamente generalizados como «todos os habitantes das montanhas» (III, 3, 7), para depois Estrabão especificar, no mesmo ponto, e a propósito dos mesmos montanheses que:

> «é este o modo de vida dos habitantes das montanhas, como disse – refiro-me àqueles que delimitam o lado norte da Ibéria**: Galaicos, Ástures e Cântabros**, até à região dos Vascos e dos Pirenéus, pois o modo de vida de todos eles é semelhante» (III, 3, 7, negrita nossa).

[1357] Aplicando a equivalência de uma milha romana (1480 metros) a oito estádios (DESERTO; PEREIRA, 2016: 41, n. 92) esta medida equivale a 555 km, exatamente à distância, calculada em linha reta, entre a foz do Tejo e o litoral cantábrico um pouco a nor-nordeste da Coruña, o que não deixa de ser uma coincidência notável.

[1358] Sobre a questão do Lima/*Lethes*, ou rio do Olvido, e o episódio do seu cruzamento pelas tropas de Décimo Júnio Bruto, *vd. supra*, em especial, o ponto 4.1.1.

[1359] Sendo, praticamente, o único autor antigo a tratar destes aspetos, o testemunho estraboniano constitui documentário muito recorrente, quer em obras de divulgação (RODRIGUES, 1998; VAZ, 2009), quer em estudos de âmbito mais crítico (por exemplo, PLÁCIDO, 2004, 2009b; PARCERO *et al*., 2007; GARCÍA-QUINTELA, 2007, entre muitos citados nesta dissertação), tomando-se os «lusitanos», liberalmente, no sentido de todos os povos que habitavam a fachada atlântica central e setentrional da península ibérica.

O capítulo encerra-se com loas à pacificação decorrente da conquista e ao desvanecimento de um certo «carácter incivilizado e selvagem» dos naturais daquelas regiões mais setentrionais tornando-se alguns desses povos, graças à ação romanizadora, «não apenas pacíficos, mas também civilizados» (III, 3, 8).

No capítulo 4, citando os escritos de Asclepíades de Mirleia, Estrabão ensaia uma digressão histórico-mitográfica sobre a suposta viagem à Ibéria de Teucro, um dos heróis da Ilíada, recordando que, segundo aquele autor, «alguns dos que participaram na expedição com Teucro viveram entre os Galaicos», o que explicaria os nomes gregos de algumas das suas cidades, como Helenos e Anfílocos (III, 4, 3)[1360]. Há ainda, no mesmo livro III, outras menções de Estrabão aos galaicos, respeitantes, quer à sua localização geográfica quer a costumes e circunstâncias históricas. Numa delas, Estrabão refere-se à Celtibéria, para expressar que do seu lado ocidental «ficam alguns dos Asturianos, dos Galaicos e dos Vaceios, e ainda os Vetónios e os Carpetanos» (III, 4, 12). Mais adiante, num feixe de informações gerais sobre os povos da Ibéria, Estrabão regista que «alguns dizem que os Galaicos não têm deuses» (III, 4, 16)[1361]. Por fim, o parágrafo de encerramento (o quinto e último capítulo do livro trata das Ilhas) revela-se de extraordinária importância por que sintetiza o quadro administrativo e de governo da Ibéria – melhor diríamos, agora, da Hispânia – à data de redação deste livro da Geografia, fosse ainda em tempo de Augusto, fosse já no reinado de Tibério[1362], da seguinte forma:

> Actualmente, algumas das regiões foram declaradas como pertencentes ao povo e ao senado, enquanto outras pertencem ao imperador dos Romanos. Assim, a Bética pertence ao povo e é enviado para lá um pretor, que traz consigo um questor e um legado. (…) O território restante pertence a César. São enviados, em seu nome, dois legados, um com funções pretorianas, o outro com funções consulares. O pretoriano tem consigo um outro legado, para aplicar a justiça aos **Lusitanos, que fazem fronteira com a Bética e se estendem até ao rio Douro e à sua foz** (de facto, **é assim que chamam, no momento presente, especificamente a este território**; aí se encontra também *Augusta Emerita*). O que sobra, que é a maior parte da Ibéria, está sob o domínio do governador consular, que tem consigo um exército importante, com três legiões e três legados. Destes, um deles, tendo consigo duas legiões, protege **todo o território para lá do Douro, a norte, cujo povo alguns antigamente designavam como Lusitanos, mas a que agora chamam Galaicos**. Confinam com esta as regiões setentrionais, com os Ástures e os Cântabros. (…). (III, 4, 20, negrita nossa).

6.1.2. Tito Lívio (79/59 a.C. – 17 d.C.)

Contemporâneo de Estrabão foi Tito Lívio, natural de Pádua, que na sua monumental História de Roma (*Ab urbe condita*) em 142 tomos, programa analístico compreendido entre as origens da Cidade e os começos do estado imperial. Infelizmente, parte substancial da obra

[1360] Mito recolhido por vários autores latinos, como Justino, por exemplo (*Hist*., XLIV, 3, 1-9, em ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 124-125), que recorreu, certamente, à mesma fonte de Estrabão, Asclepíades de Mirleia, o principal difusor da tese fantasiosa da migração helénica para o noroeste peninsular, como adequadamente esclareceu Amílcar GUERRA (1995:72).

[1361] Ana Romero e Xosé Manuel Pose traduzem como «*alguns dín que os Callaicos son ateos*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 41).

[1362] Partilhamos da opinião dos que defendem que, dada a extensão da *Geografia*, que o próprio Estrabão define como «obra colossal» (*kolossourgia*), a redação da poderá ter-se prolongado por um período relativamente longo (DESERTO; PEREIRA, 2016: 18).

perdeu-se, preservando-se apenas os volumes 1 a 10 e 21 a 45. Do conteúdo dos restantes temos parcial conhecimento através de um conjunto de epítomes feitos no século IV por autor desconhecido, as *Titi Liui Periochae omnium librorum ab urbe condita*, abreviadas por *Periochae* (VILLAR VIDAL, 1995).

Nesse conjunto de textos dedicam-se algumas linhas a eventos da fachada ocidental da península ibérica. Em brevíssimos apontamentos, refere-se à campanha de *D. Iunius Brutus Callaicus* e ao episódio do «rio do esquecimento», expressando, designadamente, que «*Decimus Iunius Lusitaniam expugnationibus urbium usque Oceanum perdomuit*» (*Per*., 55)[1363] e que o mesmo «*Decimus Iunius Brutus in Hispania ulteriore feliciter adversus Gallaecos*» (*Per*., 56)[1364].

O interesse desta memória consiste, a nosso ver, não tanto em qualquer novidade em relação a outras fontes, mas na justaposição de conceitos étnicos e administrativos, uma vez que Lívio, tal como outros autores coevos da conquista romana da península, menciona expressamente algumas das entidades políticas em presença, se bem que as suas informações devam ser entendidas com «extrema prudência» e, de preferência, sempre cruzadas com outras fontes, como sublinha Pierre MORET (2004: 43-48). Na verdade, na *periocha* 55 Lívio recorda que Bruto liquidou a resistência dos lusitanos[1365] rebeldes conquistando as suas cidades até ao Atlântico, mas na seguinte passagem, resumida talvez do seu texto original, deve lembrar-se, especifica-se que o êxito militar[1366] se deu, especificamente, «*aduersus Gallaecos*», não nos parecendo evidente a interpretação de Schulten, fundada nas informações dos papiros de Oxyrhynchos[1367], de que o cônsul romano teria combatido no ano de 138 contra os lusitanos e em 137 a.C. «en Galicia» (SCHULTEN, 1937: 139).

6.1.3. Pompónio Mela (séc. I)

Com a *De Corographia*, ou *De Situ Orbis*, de Pompónio Mela regressamos às descrições geográficas da península, dos seus acidentes origráficos e ocupação humana, por vezes pontuadas por elementos etnográficos. Esta obra, a única que se lhe conhece, terá sido escrita no tempo de Calígula, pelos anos de 40-41, data-limite proposta em virtude de Mela ter ignorado a divisão provincial da Mauritânia estabelecida por Cláudio (FRICK, 1880: V), e foi usada, com elogios por Plínio-o-Velho na sua *Naturalis Historia*, sendo depois utilizada também por vários escoliastas tardios (FRICK, *ibid.*: VI-VII). Reconhece-se também, na *Corographia*, o uso de diversos autores gregos e mesmo provavelmente de um mapa, porventura o de Agripa (MILHAM, 1984: 258). A *Corographia*, distribuída por três volumes e que constitui a primeira descrição do mundo antigo escrita em Latim, conservou-se graças a um manuscrito do século X, contando com numerosas edições, em especial a partir do século XVII (MILHAM, 1984; ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 55). Do próprio autor,

---

1363 «*Décimo Iunio Bruto someteu á Lusitania coa conquista das cidades ata o Océano*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 46) ou, em versão análoga, «*… sometió completamente Lusitania tomando por assalto las ciudades hasta el Océano*» (VILLAR VIDAL, 1995: 110).

1364 «*Decimo Iunio Bruto loitou com fortuna na Hispania Ulterior contra os Gallaecos*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 47). De modo similar, o texto dos papiros de Oxyrhynchos respeitante ao ano de 137 regista, com igual laconismo, que Décimo Junio Bruto atravessou o rio Lima «*re bena gesta*», ou seja, depois de uma campanha vitoriosa (*Idem*: 48).

1365 Desconhecemos se em «*Lusitania*» Tito Lívio utiliza já o conceito da província do seu tempo ou, ainda o da região informal em função da população assim designada.

1366 O advérbio *feliciter* soa, aqui, como bastante comedido com relação a um feito militar que valeu a Iunius Brutus a celebração de um triunfo em Roma.

1367 Que registam singelamente que, no ano de 138 a.C, «*Lusitani vastati*» (SCHULTEN, 1937: 139). V. também ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 48.

de origem hispânica, talvez nascido na zona de Cádiz (na desconhecida localidade de *Tingentera*), sabe-se muito pouco, além das escassas notas que sobre si deixou ficar na *Corographia*.

Na verdade, o livro III da *Corographia*, que trata da nossa região, interessa-nos particularmente para a fachada atlântica a sul do Douro. No que respeita aos territórios mais setentrionais, Mela refere que o ângulo noroeste da península estaria ocupado pelos Célticos, dizendo o espaço litoral mais meridional, até à foz do Douro, e irrigado por vários rios bem conhecidos, como pertencente aos Gróvios:

> *«totam Celtici colunt, sed a Durio ad flexum Grovi, fluuntque per eos Avo, Celadus, Nebis, Minius et cui oblivionis cognomen est Limia»* (*Corog*., III, 10);

prosseguindo de imediato com a nomeação de cidades situadas mais a norte e de outros povos mais setentrionais, os Cântabros, os Ártabros e os Ástures.

A representação coronímica do quadrante noroeste da Hispânia que nos é oferecida por Pompónio Mela, distribuída apenas entre *Celtici* e *Grouii*, destoa significativamente, pela sua simplicidade, de todos os outros testemunhos coevos. Abordámos já, em local adequado, estas entidades étnicas[1368], insistindo, como então dissemos, que para um melhor entendimento desta conceção étnica precisaríamos conhecer as fontes diretas de Mela sobre a região, o que não se afigura fácil. Provavelmente, terá havido uma seleção de etnónimos, ressaltando Mela alguns que outros autores deixaram na sombra (ALARCÃO, 1992a: 340).

6.1.4. Plínio, o Velho (23/24-79 d.C.)

Gaius Plinius Secundus, natural da cidade de Como, na Cisalpina, teve uma significativa carreira equestre, com funções militares e procuratelas em várias províncias, nomeadamente na Germânia, na Narbonense, na Bélgica, na Síria, em África e na Tarraconense. A sua estada na Hispânia, onde serviu, entre os anos de 72 e 74, como procurador da Tarraconense, possibilitou-lhe algum conhecimento sobre a região[1369] e, em particular, o acesso a informações atualizadas, considerando os censos que terão sido realizados no noroeste ibérico, aparentemente, entre 73 e 74 (GUERRA, 1995: 19-21; MATA SOLER, 2014: 182; LE TEUFF-OUDOT, 2017: 278).

Incansável leitor e epitomista, Plínio produziu uma vasta obra – metodicamente elencada numa correspondência do seu sobrinho Plínio, o Jovem – onde se destacam, para além de obras de gramática e retórica, os vinte livros dos *Bella Germaniae* e os trinta e sete da *Naturalis Historia*. Esta última, a única que chegou aos nossos dias, foi identificada na enumeração do sobrinho como *naturae historiarum XXXVII*, está longe de poder considerar-se, como a designação modernamente pode sugerir, uma obra de carácter histórico; pelo contrário, trata-se de uma investigação sobre um amplíssimo leque de temas que vão da natureza, à geografia e a muitos assuntos, não sendo a história propriamente dita a sua preocupação essencial[1370].

[1368] *Vd. supra*, ponto 3.3.

[1369] E, em contrapartida, uma visão mais reduzida das realidades da Lusitânia e da Bética, como é patente na sua obra (GUERRA, 1995: 20).

[1370] Plínio propõe-se ensaiar a descrição das três partes nas quais se divide o *orbis terrarum*: Europa, Ásia e Africa (CIPRÉS, 2016: 91), envolvendo uma multitude de assuntos, como pode ver-se pela distribuição temática dos 37 livros da *NH*, dedicados maioritariamente à descrição do universo (I-II), à geografia e etnografia (III-VI), do homem (VII), dos animais (VIII-XI), vegetais e botânica (XII-XXXII) e, por fim, aos elementos minerais (XXXIII-XXXVII).

Nesta linha, critica-se a Plínio, por vezes, a ausência de algum critério metodológico e a desigualdade com que aborda diversos assuntos, com erros, omissões e duplicações (SORACI, 2016: 560), a imprecisa indicação das suas fontes de informação (CIPRÉS, 2016: 91-92)[1371], a opção pela exaustividade em desfavor do equilíbrio (TRAINA, 2007: 100) ou a tentação de colorir com *mirabilia* e *admiranda* algumas descrições ou narrativas (VIAL-LOGEAY, 2017: 22-23). Tal não obstou à popularidade da *Naturalis Historia,* conservada praticamente na íntegra e transmitida em cerca de duzentos manuscritos (GUERRA, 1995: 21-27; ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 60; MATA SOLER, 2014: 182-183; CIPRÉS, 2016).

Ao nosso exame interessam em Plínio, em especial, diversas passagens dos livros III e IV da *Naturalis Historia*. Com o sentido prático e visão administrativa (TRAINA, 2007) com que organizou alguns dos livros, Plínio hierarquizou a apresentação da Hispânia em províncias e *conuentus*, seguidos dos respetivos povos e cidades. Numa primeira indicação estatística, seguramente aproveitando a sua condição de procurador e lançando mão dos dados dos censos de 74-73 (SYME, 1969: 216), Plínio recorda o número de 866 cidades submetidas por Pompeio Magno, desde os Alpes aos confins da Ulterior – segundo o monumento que o próprio mandou erigir nos Pirinéus quando se retirou da península no final da guerra sertoriana – para especificar que «agora» toda a província se achava dividida em sete *conuentus*, além das ilhas, contando com 293 «*ciuitates contributas*» e 179 «*oppida*», dos quais doze colónias, 13 «*oppida ciuium romanorum*», 18 oppida «*latinorum ueterum*», uma cidade «*foederatorum*» e 135 «*stipendiaria*» (*NH*, III, 18). Mais adiante, após esta enunciação dos *conuentus* da Citerior, Plínio elenca e quantifica a sua população:

> *«(…). in iis [Asturibus] sunt Gigurri, Paesici, Lancienses, Zoelae (…). Simili modo Bracarum XXIIII civitates CCLXXXV capitum, ex quibus praeter ipsos Bracaros Bibali, Coelerni, Callaeci, Equaesi, Limici, Querquerni citra fastidium nominentur»* (*NH*, III, 28)[1372].

Ou seja, o naturalista enumera vários dos *populi* dos Astures e acrescenta, em continuação[1373], que as vinte e quatro *ciuitates* dos Brácaros têm duzentos e oitenta e cinco mil tributários, entre os quais sem dificuldade podem citar-se, além dos próprios Brácaros, os Bibalos, Celernos, Calaicos, Equesos, Límicos e Querquernos. Deve anotar-se, a propósito que, como lembra Pierre Moret, o sentido em que Plínio utiliza o substantivo *populus* não deve confundir-se com o comum «povo», a *gens* ou as *ethnè* dos geógrafos gregos, ou seja, grupos de população (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017); em princípio, o naturalista, com o seu sentido administrativo, terá considerado como *populi* as «*communautés de citoyens des cités privilégiées ou stipendiaires*» (MORET, 2004: 50).

No livro IV, Plínio, após várias digressões por temas diversos, volta de novo a atenção para o *conuentus* bracarense:

> «*A Cilenis conuentus Bracarum Helleni, Groui, castellum Tyde, Graecorum sobolis omnia. insulae Siccae, oppidum Abobrica. Minius amnis, IIII ore spatiosus, Leuni, Seurbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaecia. Flumen Limia,*

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1371] Particularmente notória, aliás, no que se refere ao livro III da *História Natural* (ARMANI, 2017: 107).

[1372] Usamos, sempre que possível, a transcrição e tradução do texto pliniano de Amílcar GUERRA (1995).

[1373] A descrição de Plínio é desenvolvida, note-se, no sentido de norte para sul (GUERRA, 1995: 71).

Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Areuacos Vaccaeosque, disterminatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens» (*NH*, IV, 112).

O naturalista explica nesta passagem, detalhadamente, os limites e confrontações do *conuentus* bracaraugustano, começando, a partir do setentrião, pelo território do último dos povos ástures, os Cilenos[1374]. Enumera assim os Helenos, os Gróvios[1375] e o *castellum* Tude[1376], «*Graecorum sobolis omnia*»[1377], a que se sucedem as ilhas Sicas[1378] e o *oppidum* de Abobrica[1379]. De pronto refere o vasto estuário do Lima e, nas suas imediações, outros dois *populi*, os Leunos e os Seurbos[1380], para então mencionar «*Bracaram oppidum Augusta quos super Gallaecia*», formulação que tem suscitado alargado debate, entendendo alguns estudiosos que a expressão «sobre os quais» (respeitante aos ditos Leunos e Seurbos) seria uma indicação de supremacia ou tutela administrativa[1381], mas entendendo a maioria dos autores que terá um sentido meramente geográfico, explicitando apenas que aquelas duas entidades étnicas estariam localizadas um pouco mais a sul do que *Bracara* (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 136)[1382]. E por aqui se queda a enumeração dos povos brácaros de Plínio, pois de pronto refere o rio Lima e o Douro, «*amnis e maximis Hispaniae*», qualidade em que serve de fronteira étnico-política, uma vez que, recorda Plínio, estabelece o limite entre os Vetões e as Astúrias – mais a montante – enquanto, no seu troço mais próximo do Atlântico separa os Calaicos e a Lusitânia, «*ibi quoque*» os Brácaros dos Túrdulos[1383].

Os pontos seguintes deste livro IV, após um parágrafo relativo à Lusitânia, são dedicados à correção do que Plínio entende terem sido erros de outros autores, quer em termos de distâncias geográficas, quer de etnónimos. Assim menciona supostos erros de localização e

---

[1374] Colocados entre os *Callaeci Lucenses* por Ptolemeu (II, 6, 24). Todavia Amílcar Guerra propõe a sua localização a sul da ria de Vigo (1995: 71).

[1375] Segundo Pompónio Mela, os Gróvios ocupariam todo o espaço atlântico entre o Douro e a zona da ria de Vigo (*Corog*., III, 10).

[1376] O termo *castellum* não tem aqui o sentido de diminuitivo de fortificação militar, o que seria incompreensível, mas é um exemplo claro da unidade suprafamiliar identificada nas epígrafes pelo "C" invertido, como menção de *origo* pessoal, como desde há muito ficou demonstrado (ALBERTOS FIRMAT, 1975: 63-66; PEREIRA-MENAUT; SANTOS YANGUAS, 1980; PEREIRA-MENAUT, 1982). Todavia, não deixa de ser interessante a designação «*castellum Tyde*» (atual cidade de Tui) em vez, por exemplo, do uso, por parte de Plínio, do substantivo *oppidum*. Sinal de que se tratava de um castro indígena de particular importância e tradição?

[1377] Ecoando, também, a tradição mitográfica da migração helénica para o noroeste peninsular, um *topos* literário glosado por diversos autores (*cfr. supra*, ponto 3.3 e, por exemplo, PLÁCIDO, 2004; 2009b).

[1378] Provavelmente as ilhas Cíes, mas menos seguro que correspondessem às Cassitérides, como propunha Adolf SCHULTEN (1959: 352; 1963: 298).

[1379] Povoado indígena de localização muito insegura e que tem suscitado numerosas e díspares propostas (cfr. GUERRA, 1995: 74).

[1380] Os *Seurbi* constituem um *hapax* nas fontes clássicas. TRANOY (1971: 70, 73) e GUERRA (1995: 74-75) posicionam tanto os *Seurbi* como os *Leuni* entre os rios Minho e o Lima, a ocidente de Braga.

[1381] Cfr. GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 136, n. 29, com bibliografia sobre os autores que defendem este ponto de vista.

[1382] Opinião, de largo, a mais corrente (TRANOY, 1981: 65-66), sendo exceção mais notória a perspetiva de A. RODRÍGUEZ COLMENERO, o qual, fundado em distinta interpretação desta passagem, atribui aos *Callaeci* uma região mais interior, a nascente do território dos *Bracari* (1997a: 28-30). Deve distinguir-se com clareza a localização dos *Callaeci* «primordiais» e dos *Callaeci Bracari* de muitas fontes, que aludem a uma realidade étnico-administrativa posterior, esses sim, de uma forma geral, situáveis talvez em regiões um pouco mais interiores a norte do Douro (DOPICO; RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992: 397).

[1383] O naturalista tem assim o cuidado de clarificar perante os seus leitores os dois níveis de organização territorial divididos pelo curso do Douro: a província (Lusitânia) e a sub-região galaica, nas quais predominavam, se assim pode dizer-se, do lado meridional os Túrdulos, e na margem fronteira, os Galaicos (FONTÁN; GARCÍA; ENCARNACIÓN, 1998: 169). Aliás, no parágrafo seguinte, Plínio entre na enumeração dos povos lusitanos, começando precisamente pelos Túrdulos (*Idem*, 170), referência que abordamos noutro capítulo deste trabalho (*Vd*. pontos 2.2.5. e 3.3).

identificação de vários rios, como a troca do Minho pelo Lima, «*Obliuionis antiquis dictus multumque fabulosus*» (*NH*, IV, 115); enquanto a propósito da extensão do *Promontorium Magnum* (o cabo da Roca) – que confunde com a Finisterra – e da sua distância aos Pirinéus[1384], o autor da *História Natural* critica que aí outros escritos tenham localizado os Ártabros («*quae nuncam fuit*») ou, «trocando-lhes as letras», os Arrotrebas (*NH*, IV, 114)[1385]. Em outros livros da sua *Historia* colhem-se ainda em Plínio referências mais avulsas aos *Callaici* e à *Callaecia*, como é o caso da exportação para Itália do «linho zélico», muito procurado na Campânia para o fabrico de redes de caça, que seria produzido numa *ciuitas* da Galécia, não identificada mas situada como estando próxima do oceano («*Ciuitas ea Gallaeciae et oceano propinqua*», *NH*, XIX, 10)[1386].

6.1.5. Silio itálico (25/26-101/102)

Tiberius Titus Catius, ou Tiberius Catius Asconius, conhecido através de Plínio, Marcial e em muitos manuscritos como Silius Italicus, talvez natural da Campânia, ocupou relevantes cargos na administração romana, chegando ao consulado (68) e proconsulado (77) da província da Ásia. No último período da sua vida dedicou-se à poesia, escrevendo *Ilias Latina* e versificando a terceira década de Tito Lívio sobre a segunda guerra púnica, obra epopeica em 17 volumes, escrita provavelmente após 68, que lhe granjeou notório reconhecimento literário posterior (BASSET, 1976: 342-344; ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 85).

A oportunidade de elencarmos a sua *Púnica* neste conjunto de fontes deve-se apenas a algumas curiosidades que evoca com respeito aos *Callaici*. Tratando-se de uma obra poética e não de carácter histórico ou geográfico, como outras aqui compulsadas, a questão das fontes de informação a que poderia ter recorrido é despicienda, pois provavelmente lançou mão de um conjunto de *topoi*, colhidos em leituras várias mas que poderão talvez, por essa razão, ilustrar um pouco a representação dos povos do extremo ocidental no discurso literário itálico do tempo dos primeiros imperadores flávios.

O ouro dos galaicos, também nomeados como gróvios, e o rio do esquecimento são temas literários acolhidos por Sílio: «*Quique super Grauios lucentis uoluit harenas Infernae populis referens obliuia Lethes*» (I, 235-6)[1387]. O adjetivo «*calaica*» é usado pelo poeta com um sentido coronímico e literário em expressões de forte semântica identitária como «*callaicae telluris opus*» (III, 397) ou «*callaicae facere manus*» (III, 417). O ouro da *Callaecia*, que servia para adornar vestidos femininos *(«callaico uestes distinctas matribus auro»,* II, 602), justificava a fama dos ourives galaicos, que teriam oferecido a Aníbal um «*callaici radiantem tegminis orbem*» (IV, 326)[1388], elementos que estavam na base da opulência da «*diues Callaecia*» (III, 345). Não faltam, também, os elogios à operosidade da mulher galaica e a

[1384] Cfr., a este respeito, as observações de A. GUERRA (1995: 85-86).

[1385] Nomes já identificados, precisamente referidos ao mesmo povo, por Estrabão (III, 3, 5), como vimos acima.

[1386] Ana ROMERO MASIÁ e X. M. POSE MESURA (1987: 78) interpretam diretamente como linho dos Zoelas, o que parece aceitável face ao adjetivo «*zoelicum*» empregue por Plínio, não sendo na verdade provável que nome tão incomum suscitasse eventual homofonia.

[1387] «*O Lethes discurre arrastrando brillantes áreas pola terra dos Gravios evocándolle ós pobos o esquecimento do mais alá*», segundo ROMERO MASIÁ e POSE MESURA (1987: 85), cujas transcrição e tradução seguiremos para este autor.

[1388] «*Disco redondo que brilla, de remate Callaico*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 86). A oferta deste escudo, aliás objeto de outras significativas referências na longa epopeia de Silio, como nota Luis MAGARIÑOS, é particularmente destacada por este autor, que evoca também idêntica exaltação do ouro e dos ourives galaicos em Marcial e outros escritores (MAGARIÑOS IGLESIAS, 2017: 19-21). Marcial, conhecido epigramista do século I, alude, especificamente, a pratos recobertos a ouro galaico (*Epigr*., IV, 39) e copas cinzeladas a ouro (*Epigr*., XIV, 95). *Vd*. ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 89-91.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

outros costumes da terra (III, 344-50) – onde ressoará, talvez, a vívida e sugestiva descrição estraboniana –, e, bem assim, à admirável velocidade do «cavalo lampão» da Galécia, o qual «*exultans spatia et uentos post terga relinquit*» (XVI, 333-335).

6.1.6. Plutarco (c. 46/50-120/125)

O beócio Plutarco, que viu a luz do dia em meados do século I, na cidade de Queroneia, perto de Delfos, teve uma formação de matriz grega e, obtida a cidadania, vida pública de algum destaque na sua região natal e em Roma, ocupando várias magistraturas e, segundo alguns autores, chegando ao consulado por graça de Trajano. Escritor polifacetado, dedicou-se a temas muito diversificados, que considerava enquadrados num amplo sentido de «filosofia» e que foram depois reunidos nos *Moralia*; porém, será talvez o conjunto das *Biografias* a obra que mais o celebrizou para a posteridade, ainda que aquele género, no seu tempo, não procurasse, necessariamente, o rigor e a objetividade como matriz principal (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 92; AGUILAR FERNÁNDEZ, 2004).

O contributo de Plutarco para esta indagação sobre as fontes literárias dos *Callaeci* resume-se a uma breve menção à campanha de D. Iunius Brutus e ao celebrado atravessamento do Letes (*Quaestt. Rom*., 34) mas também, com maior interesse, à posterior expedição de César, na qual se destacam os Calaicos e os Lusitanos como os principais povos que havia que submeter definitivamente:

> «*… e facendo unha expedición contra os Calaicos e Lusitanos, venceunos, chegando ata o mar exterior, sometendo ás nacións que ainda non estaban sometidas ós romanos*» (*Vidas*, César, 12)[1389].

6.1.7. Lúcio Floro (c. 70/74 (?) – inícios do séc. II)

Lucius ou Licius Annaeus Florus é um autor de quem pouco se sabe em registo biográfico. Natural de África, viveu bastante tempo em Roma, onde terá firmado amizade com o imperador Adriano e teve também permanência em *Tarraco*, na Hispânia, onde leccionou retórica. Para além de algum trabalho poético, a sua obra maior resume-se ao *Compêndio da História Romana,* um epítome da História de Tito Lívio, com omissões e acrescentos para servir propósitos laudatórios de Roma e por isso pouco considerada no plano do rigor. Paradoxalmente, a perda de significativa parte da História de Lívio acrescentou valor ao *Compêndio* de Floro, fonte importante, por exemplo, para o conhecimento das guerras cântabras (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 94).

A passagem de Floro que particularmente nos interessa diz respeito, mais uma vez, à campanha de Bruto de 138-137, com a ineludível travessia do Lima, tema que Floro introduz com a seguinte expressão:

> *«Decimus Brutus aliquanto latius Celticus lusitanosque et omnis Callaeciae populos formidatumque militibus flúmen Oblivionis, peragratoque Victor Oceani litori…*» (I, 33, 12)[1390],

merecendo destaque nesta transcrição a indicação de que Bruto, «percorrida, como vencedor, toda a costa do Oceano», chegou um pouco mais além (ao rio Minho) «dos Célticos e Lusitanos, e dos povos de toda a *Callaecia* e do rio do esquecimento» (o Lima), o que parece aludir a uma eventual paridade geográfica dos Célticos (fachada atlântica) com os Lusitanos

[1389] Tradução tomada de Ana ROMERO MASIÁ e X. M. POSE MESURA (1987: 93).

[1390] Texto latino tomado de ROMERO MASIÁ e POSE MESURA (1987: 94).

(franja mais interior), devendo notar-se também, por incomum, o plural utilizado em «*omnis Callaecia populus*»[1391].

6.1.8. Apiano de Alexandria (c. 95 – 164/165)

Pouco se conhece da vida de Apiano, reconstituída apenas com base em pequenas notas dispersas pela sua obra e correspondências, uma vez que a autobiografia que terá composto – e a que o próprio Apiano faz referência – se perdeu. Nascido em Alexandria, provavelmente, nos últimos anos do governo de Domiciano, Apiano viveu em Roma, ocupando vários cargos de relevo na administração, entre eles o de procurador do Egipto. Nos últimos anos da sua vida dedicou-se aos estudos históricos, compondo uma monumental *História de Roma* em 24 volumes, escritos em língua grega e organizada ora por critérios cronológicos, ora geográficos ou etnográficos. Da *História* preservaram-se, íntegros, apenas metade dos volumes, conhecendo-se dos restantes breves epítomes ou transcrições em época tardia. Aparentemente, a sua obra alcançou pouco público, sendo do século XIV os manuscritos mais antigos que a transmitiram (ARAÚJO, 1991; TORRENS, 1993; GÓMEZ ESPELOSÍN, 2016).

A obra de Apiano interessa-nos, para a questão dos *Callaeci* em particular, não propriamente porque forneça dados objetivos sobre a sua localização ou etnogénese, mas pela perspetiva que traça sobre a campanha de Bruto em 138-137, se bem que não esclareça em que fontes se alicerçou. No volume da sua *História* dedicado às guerras a Ibéria, Apiano, referindo-se ao final das guerras lusitanas, depois de informar que, no ano de 139, Cipião, em perseguição de Viriato, terá arrasado os campos de Vetões e Calaicos (*Iber*. 70)[1392], detém-se com algum pormenor na descrição das campanhas do cônsul Décimo[1393] Iunius Brutus, cuja movimentação reconstitui – talvez com algum colorido ou criatividade literários – do seguinte modo[1394].

> «*Com o estímulo dos feitos de Viriato, muitos outros guerrilheiros faziam correrias na Lusitânia e devastavam-na. Sexto [sic] Júnio Bruto foi enviado contra eles; no entanto desesperou de os perseguir através de uma extensa região por onde correm rios navegáveis como o Tejo, e o Letes, e o Douro, e o Bétis*[1395]*. Sem dúvida julgava ser extremamente difícil alcançá-los, enquanto rapidamente mudavam de lugar para lugar, como [usam fazer] guerrilheiros*[1396]*. Por outro lado, considerava ser vergonhoso para si não os apanhar, assim como [não ser para si] empresa brilhante o vencê-los*[1397]*. No entretanto, voltou-se contra as suas cidades, pois pensava que se vingaria deles e asseguraria ao exército grandes lucros; e, por outro lado, que dispersaria os bandoleiros cada um para o seu*

[1391] Sinal que ao tempo de Tito Lívio – se foi esta, para Floro, a única inspiração desta passagem – a *Callaecia* já se encontrava plenamente assumida como *regio* informal integrada por muitos *populi*, o que, não sendo por certo surpreendente, justifica, a nosso ver, pontualização.

[1392] A notícia deste evento, a que nenhum outro autor antigo se refere, é datada no ano de 140 por J. Cardoso (ARAÚJO; CARDOSO, 1991: 90-91).

[1393] Ao qual, evidentemente por gralha, chama *Sextus*.

[1394] Seguimos a tradução portuguesa de J. Cardoso (ARAÚJO; CARDOSO, 1991).

[1395] O *Baetis*, ou *Bainis*, segundo Estrabão (III, 3, 4), não será aqui o Guadalquivir (ARAÚJO; CARDOSO, 1991: 92, n. 141), mas certamente se referirá, por gralha, ao rio Minho, uma vez que a mesma enumeração dos rios que desaguam no Atlântico é igualmente feita não só por Estrabão, como por Plínio (IV, 115), tal como observam GÓMEZ ESPELOSÍN (2016: 157, n. 235) e ROMERO MASIÁ; POSE MESURA (1987: 54).

[1396] «*… xulgava, en efecto, moi difícil coller a unhas tropas que se movían coa velocidade própria dos bandidos*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA, 1987: 53).

[1397] «*… se non as collía, era deshonroso e se as vencia, non era com moita gloria*» (*Idem, ibidem*).

lugar, quando a Pátria corresse perigo[1398]*. Ora, planeando isto, assolava tudo [quanto lhe aparecia] no caminho*[1399].» (*Iber*., 71).

Nas passagens seguintes, que noutro ponto comentámos já[1400], Apiano, entrando já nos eventos militares do ano de 137, indica que Bruto, após a travessia do Douro, «fez correrias a muitos territórios a que levou a guerra» e fez uma expedição contra o povo «belicosíssimo» dos Brácaros «porque estes lhe roubavam os víveres que transportava» (*Iber*., 72).

Como breve nota de comentário a este trecho de Apiano, deve notar-se, entre outros aspetos, a coincidência da área atribuída à Lusitânia, no que se refere à fachada atlântica, com outras fontes, designadamente Estrabão, e a estratégia de Bruto de substituir a resposta à tática de guerrilha dos lusitanos, que lhe era claramente desfavorável, pelo ataque às suas «cidades» ou castros (GÓMEZ ESPELOSÍN, 2016: 158, n. 236).

6.1.9. Ptolemeu (c. 100-170)

Natural da cidade de Ptolemaida, no Egipto, Cláudio Ptolemeu, viveu quase toda a sua vida, que decorreu durante o século II[1401], em Alexandria, onde desenvolveu uma intensa atividade científica dirigida à matemática, à astronomia, à geografia e a muitos outros temas. A sua obra que aqui nos importa – e certamente a mais conhecida – é a *Geografia*, abreviatura de um título que melhor se traduz como *Guia e Manual de Geografia* (GARCÍA ALONSO, 2007: 174), transmitida a partir de códices medievais, muitas vezes acompanhados de cartografia posterior. Na verdade, a *Geografia* constitui uma extensa listagem de cerca de 8 000 lugares, redigida em Grego como toda a sua restante obra, sem outras indicações além das coordenadas de cada sítio em latitude e longitude, concebida precisamente para servir de base à elaboração de mapas de referência (GÓMEZ FRAILE, 1997b: GARCÍA ALONSO, 2003: 13-17; 2007; MARCOTTE, 2007).

Os numerosos topónimos, etnónimos e designações de acidentes físicos[1402] – uns coincidentes com os indicados em outras fontes, outros com percetíveis variações fonéticas e outros, ainda, inéditos e de localização muito incerta – a par de erros e um sistema de atribuição de coordenadas bastante complexo, têm levado a numerosos estudos sobre o reconhecimento, correção e implantação geográfica das listagens de sítios das tábuas ptolemaicas, tema assaz especializado e pelo qual não enveredaremos. Não obstante, as suas indicações são preciosas, entre outros aspetos porque compilando a *Geografia* numa época, o século II, em que, tanto as divisões administrativas peninsulares, como a reorganização das comunidades locais decorrente da implementação da administração imperial, estavam perfeitamente consolidadas, os dados de Ptolemeu traduzem, descontados os naturais erros e omissões em tarefa de tal magnitude, um quadro étnico-administrativo estabilizado, com

[1398] Não discutindo questões técnicas de tradução do grego, julgamos que a versão portuguesa ficou, neste ponto, pouco clara. Em alternativa, «*… marchou contra as mesmas cidades deles, pensando castigalos e ó mesmo tempo enriquecer ós seus soldados e que os bandidos se dispersaran voltando cada un á sua pátria ó sabela amenazada*» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA: *ibid*.). Também Javier GÓMEZ ESPELOSÍN (2016: 158), em castelhano, propõe idêntica tradução.

[1399] Literalmente, no texto grego, «a seus pés» (ARAÚJO; CARDOSO, 1991: 92, n. 142).

[1400] *Vd. supra*, ponto 4.1.1.

[1401] Segundo alguns autores, Ptolemeu terá vivido, aproximadamente, entre os anos 100 e 178, compondo a sua *Cosmographia* entre 125 e 151 (PAGANI, 1990: III).

[1402] De facto, não obstante a secura das suas listagens, Ptolemeu constitui fonte textual para cerca de 500 topónimos e 40 etnónimos hispânicos, muitos deles em referência exclusiva (GARCÍA ALONSO, 2007: 174-177).

ordenação das províncias, etnias e comunidades políticas e, por comparação com outras fontes, bastante fiável[1403].

Feita esta introdução para enquadrar a fonte, apresentamos a tradução[1404] do início do Capítulo 6 da Tábua II da Europa, respeitante à situação da Hispania Tarraconense:

> «*A beira ocidental da Tarraconense, que está cara ó Océano ocidental, consta do seguinte. Dempois do rio Douro seguen as desembocaduras:*
>
> *Callaicos Bracaros:*
>
> .
>
> | | | |
> |---|---|---|
> | *Desembocadura do río Avo* | 5º 30’ | 42º 15’ |
> | *Promontorio Avaro* | 5º 30’ | 42º 30’ |
> | *Desembocadura do río Nebia* | 5º 40’ | 42º 45’ |
> | *Desembocadura do río Limia* | 5º 30’ | 43º 15’ |
> | *Desembocadura do río Miño* | 5º 20’ | 43º 40’ |
> | *As fontes do rio* | 11º 30’ | 44º 15’» |

Segue-se a descrição dos locais de referência geográfica dos Callaicos Lucenses e de outros povos, após o que Ptolemeu enuncia, seguindo a mesma metodologia, as *poleis* (presumivelmente apenas as principais) de cada um dos subgrupos étnicos:

> « *Entre os ríos Miño e Douro viven na costa os*
> 38. *Callaicos*
> *Brácaros, que teñen estas cidades*
>
Bracaraugusta	6º	43º 40’
Caladuno	6º 30’	43º 30’
Pineto	6º 50’	43º 35’
Complútica	8º 20’	43º 25’
Tuntóbriga	8º 30’	43º 25’
Araduca	6º	41º 55’»

Segundo a cartografia de Ptolemeu observámos, assim, que, não obstante as dúvidas que seguramente se levantam em relação à identificação de certos locais e povoados, toda a região que se achava compreendida entre os rios Douro e Minho pertencia, certamente no século II[1405], aos Calaicos Brácaros, dos quais se enumeram os rios mais representativos e um conjunto de cidades. Naturalmente, a entidade étnica a que Ptolemeu se refere, ao distribuir os Galaicos pelos seus dois ramos (Brácaros e Lucenses)[1406], corresponde já à generalização do etnónimo, temporalmente muito distante dos *Callaeci* que mais nos interessam.

[1403] Como aliás foi demonstrado por analogia com os dados de Plínio, o Velho, se bem que com alguma divergência – provavelmente decorrente de diferentes critérios de organização – precisamente para os conventos lucense e bracarense (GÓMEZ FRAILE, 1997a; 1997b); mas as listagens de Ptolemeu, como as de outras fontes, estão longe de poderem ser consideradas exaustivas, bastando ver, por exemplo, o seu desfasamento com os dados epigráficos, como as *ciuitates* elencadas no «padrão dos povos» (CIL II, 2477) de *Aquae Flauiae* (PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 118).

[1404] Igualmente tomada de empréstimo, *data uenia*, da valiosa compilação de fontes de Ana ROMERO MASIÁ e Xosé Manuel POSE MESURA (1987: 101-103).

[1405] Dada a natureza prática e objetiva da obra, ainda que o uso de fontes anteriores e o desconhecimento da península possa justificar determinados erros e imprecisões de Ptolemeu, nomeadamente na identificação das cidades e respetivas coordenadas de referência, não é de crer, em nosso entender, que os étnicos maiores possam estar equivocados.

[1406] Ao contrário de Plínio, que seguindo o mesmo critério, tem em vista, sobretudo a divisão administrativa conventual (GÓMEZ FRAILE, 1997b: 184-195, *passim*).

Por outro lado, refletindo por certo alguma fonte viária, as cidades enumeradas por C. Ptolemeu situam-se, principalmente, no eixo *Bracara – Asturica Augusta*, aliás, em quase decalque do itinerário antoniniano (GÓMEZ FRAILE, 1997b: 198), podendo quedar em regiões mais meridionais, *Araduca* e os *Narbasi* (GARCÍA ALONSO, 2003: 450), de incerta localização o sítio, como a maior parte dos restantes, e de pouco acréscimo o etnónimo para os nossos fins. Especula-se ainda com a similitude linguística da *Tuntobriga* ptolemaica com a *Tongobriga* duriense[1407], mas os aturados cálculos com as coordenadas do geógrafo não parecem sustentar muito essa hipótese (*Idem, ibidem*).

6.2. FONTES EPIGRÁFICAS

Revistas e discutidas, na extensão possível, as fontes documentais que aludem aos *Callaeci*, importa agora voltar o olhar para as de natureza epigráfica, porventura mais perenes que as anteriores mas nem por isso menos complexas ou de interpretação mais pacífica. Gerardo Pereira recordava, amiúde, a placa sepulcral, aparecida em Tarragona, dedicada por *Queta Voconia* ao seu amo *Q. Voconius Rufinus Callaecus*, como sendo a primeira referência histórica conhecida a um galego mencionado pelo nome completo[1408]. A inscrição é tardia, de entre meados do século II e os começos do seguinte, e, muito provavelmente, Voconius Rufinus, nascido em alguma terra da grande região galaica, nada teria já a ver com os *callaeci* que vários séculos antes tinham defrontado as tropas do cônsul Bruto.

A datação das epígrafes constitui assim, para o nosso propósito, um elemento relevante, pois quanto mais antigas, maior a probabilidade de aludirem a indivíduos efetivamente relacionados com os *Callaeci* primevos. Deste modo, o pequeno *corpus* epigráfico que compilámos – praticamente limitado à antroponímia pessoal e às menções de *origo*[1409] – não tem vantagem, salvo pontuais exceções, em atingir cronologias mais tardias, pois a partir do século II, se bem que aumente o número de referências galaicas nas epígrafes, é progressivamente maior a distância temporal e histórico-cultural à entidade étnica que temos em observação[1410]. Não obstante, interessaram-nos igualmente os registos epigráficos que eventualmente possam aludir à *Callaecia* enquanto *regio* histórica, como modo de tentar aferir a partir de que momento, e em que níveis sociais, o *habitus* epigráfico consagrou essa nova realidade.

Provavelmente o registo mais epigráfico mais antigo que se reporta, ainda que indiretamente, aos *Callaeci*, encontra-se no exterior da Hispânia. Trata-se dos fragmentos, aparecidos em meados do século XVI, das duas listas honoríficas que integraram o arco de Augusto no *Forum Romanum*: os *Fasti Triumphales* e os *Fasti Consulares.* O arco foi dedicado a Augusto no ano de 27 a.C., como celebrado por outra inscrição, e o registo epigráfico dos triunfos militares e dos magistrados que exerceram o consulado tem uma data-limite de 13 a.C. (TAYLOR, 1946; 1951; SIMPSON, 1993). Nos *Fasti Consulares* – ditos «capitolinos» do nome do palácio onde foram guardados após a sua descoberta – o fragmento correspondente ao ano de 616 *ab urbe condita* (138 a.C.) não conserva o nome do cônsul P.

[1407] *Vd. supra*, ponto 4.5.

[1408] EDCS-3400134; CIL II, 14, n.º 1307; RIT, 384. Cfr. G. PEREIRA-MENAUT (1997: 243; 2015: 34-35) e A. TRANOY (1977: 227-228).

[1409] Na verdade, a epigrafia votiva com menção a divindades de caráter tópico ou regional, como a dedicatória politeia da muralha de Lugo aos *Lares Callaeciarum* (HEpOL 19086; IRPLugo, 47-48) não tem interesse direto para o nosso propósito; importa essencialmente à história desse bloco histórico-geográfico.

[1410] Em recente trabalho académico, L. MAGARIÑOS (2017) realizou inventário similar, se bem que de âmbito mais alargado, ao qual recorremos para confronto de algumas informações.

Cornelius Scipio Nasica Serapio, mas apenas, em duas linhas muito mutiladas, parte da inscrição que memorava Iunius Brutus, reconstituível como:

> [D(ecimus) I]VN[ius] M(arci) F(ilius) M(arci) • N(epos) • BRVTV[(s) qui postea]
> CAL(la)ICVS • APPEL[(latus) est][1411]

e que, assim, evocava o cognome metonímico obtido *ex virtute* pelo cônsul, após a sua vitória na Hispânia contra os lusitanos e galaicos, facto aliás assinalado por numerosas fontes escritas, como demos conta em anterior capítulo[1412]. Paralelamente, a reconstituição dos *Fasti Triumphales*[1413] regista com algum desfasamento cronológico, entre 133 e 132 a.C. (621-622 A.U.C.) o triunfo do procônsul sobre os *Callaiceis* (CIL, I^2: 176), ou sobre os *Callaicieis et Lusitaneis*, segundo Ettore PAIS (1920, I: 191-192), decerto inspirado em Eutrópio (*Brev*., IV, 19).

Entre as mais antigas evidências epigráficas de *callaeci*, contam-se algumas em que o nome surge já como cognome derivado do etnónimo. Assim sucede com uma placa funerária de Ninho de Açor (Castelo Branco), datada pelos editores da primeira metade do século I, que regista a homenagem de Modestus ao pai, *[Ruf]ino Callae [ci? (filio)]*, e à mãe, Camala[1414]. O patronímico *Callaecus*, sendo o mais provável neste contexto, parece identificar aqui uma família de imigrantes bracarenses, tendo em conta, igualmente, o nome da esposa de Rufino (CARVALHO; ENCARNAÇÃO, 1991; FERREIRA, 2004: 55, n.º 8).

Duas inscrições funerárias encontradas em Mérida, já provavelmente da segunda metade do século I, documentam igualmente este nome. Uma delas, efetuada sobre bela placa marmórea, constitui um longo epitáfio coletivo, em contexto de *liberti*, no qual um dos três falecidos se identifica como *Cn(aeus) Aemilius Callaecus*, sendo o seguinte o texto completo:

> *Cn(aeus) Aemilius / Amandae l(ibertus) / Iucundus h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Servo/lus an(norum) XXII h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis) / Cn(aeus) Aemilius Cn(aei) f(ilius) Pap(iria) / Callaecus an(norum) XXIIX h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*[1415].

A segunda, é uma inscrição desaparecida, registada e desenhada por Hübner no *CIL*, mas de leitura algo problemática. Aparentemente, conteria o texto *Gallaeca / Corneli Fusci / I[- - -] Raso / vixit ann(os) / VIIII m(enses) III d(ies) XI*[1416], mas o nome da menina falecida tanto podia estar escrita com *G*, como com *C* (talvez mais expectável), de acordo com os diversos autores que mencionam a epígrafe perdida[1417].

Em inscrições mais tardias, ou de insegura datação, ocorrem outros indivíduos identificados pelo mesmo nome, na forma masculina ou na feminina, *Callaeca*, como vimos

---

[1411] *CIL*, I^2, p. 26 (http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275); EDCS-20200008; DEGRASSI, 1947; KAJANTO, 1982 [1965]: 198. *Vd* também MAGARIÑOS (2017: 27) para interessante decalque fotográfico feito sobre a inscrição.

[1412] *Vd. supra*, ponto 4.1.1. A memória deste triunfo não foi conservada na segunda listagem do arco de Augusto, os *Fasti Triumphalis* (ARCE, 1986: 112-113).

[1413] Uma vez que o fragmento original da inscrição não foi recuperado.

[1414] EDCS-5000404; HD-05-4928; HEp 1994, 35 = AE 1991, 951; HepOL-20621.

[1415] EDCS-30000480 (de onde se colheu a transcrição); HD044568; HepOL- 24225.

[1416] HepOL-16786. Ver também CIL II, 556.

[1417] Cfr. CILAE, 773, com discussão e bibliografia. Giovanni Forni (La populazione di Augusta Emerira, in: *Homenaje a Sáenz de Buruaga*, Badajoz, 1982, citado por MAGARIÑOS IGLESIAS, 2017: 29), coloca a hipótese de *Callaeca*, ou *Gallaeca*, poder ter sido uma jovem escrava com origens galaicas. MAGARIÑOS indica também, sem referir fonte, uma datação para esta epígrafe entre o final do período dos júlio-cláudios e o início dos flávios.

na última epígrafe citada. Uma delas, aparecida perto das Caldas da Rainha mas relacionada com *Colippo* (São Sebastião do Freixo, Leiria), era um epitáfio mandado lavrar em memória da esposa por um liberto daquela *ciuitas*: *D(is) · M(anibus) · s(acrum) / Sulpiciae · Col/lippone(n)si · an(norum) / XXXV · Callaecus / r(eipublicae) · s(uae) l(ibertus) · uxori / p(ientissimae) p(oni) c(uravit).*[1418] Amílcar Guerra, com base na utilização da invocação D M em simultâneo com um superlativo (*pientíssima*) dá este monumento, talvez datável do século II (HERNANDÉZ GUERRA, 2013: 116), como exemplo de perduração onomástica indígena na epigrafia tardia (GUERRA, 2016: 61-62); Pinho Brandão, que recolheu a transcrição de um códice setecentista, indicou que na l. 4 está escrito *Gallaecus*, nome que, aliás, como também comenta, não significa necessariamente que o escravo manumisso tenha nascido na Galécia (BRANDÃO, 1972: 35-36).

Também numa debatida inscrição honorífica de Évora, transmitida pela primeira vez pelo autor renascentista André de Resende (c. 1500-1573) e dedicada a uma flamínica municipal e provincial, poderia ler-se o cognome *Callaecus* entre um dos cinco libertos dedicantes do monumento:

> *Laberiae L(uci) f(iliae) / Gallae flami/nicae munic(ipii) / Eborensis fla/minicae provin/ciae Lysitaniae / L(ucius) Laberius Artemas / L(ucius) Laberius Callaecus / L(ucius) Laberius Abascantus / L(ucius) Laberius Paris / L(ucius) Laberius Lausus libert(i).*[1419]

Esta inscrição tem sido geralmente considerada falsa, desde Hübner (*CIL*, II, 114), até José d'ENCARNAÇÃO, o que sedimentou a pouca credibilidade do humanista (IRCP, 442; ENCARNAÇÃO, 1991; 2002; 2008; 2009b: 128), considerando, neste caso, entre outros argumentos, que terá resultado de uma voluntariosa vomtade de enaltecer a cidade de Évora, que Resende considerava capital da Lusitânia ao tempo de Sertório. Não obstante, a inscrição foi aceite por ÉTIENNE (1958: 166-171) e, mais recentemente, acresceram argumentos à sua autenticidade, quer pelo testemunho de um classicista inglês que, em viagem por Portugal, terá visto a epígrafe no século XVIII (CANTO, 2004: 281, n. 92), quer pela confirmação das condições pelas quais o monumento romano terá sido destruído (FABIÃO, 2014b).

Outras inscrições, umas de leitura mais segura que outras, registam o antropónimo, sendo ocioso estar a acrescentar exemplos, além do mais, progressivamente mais tardios[1420]. Naturalmente, observam-se igualmente algumas variantes, como num conhecido epitáfio localizado no Cadaval, perto de Lisboa: *D(is) M(anibus) / Callaecioni / Lucreti(i) Lupi ser(uo) an(norum) XXII[I] (trium et uiginti) / Lucretius Callaecus / et Lucretia Maura / F(ilio) • pientissimo • F(aciendum) C(urauerunt).*[1421] Trata-se de uma dedicatória, de época já tardia (GUERRA, 2016: 62), feita por um casal de libertos a um filho, a quem mencionam por *Callaecio*, Galecião, um *unicum*, considerado aqui como um «aumentativo de ternura» (CARDOSO; ENCARNAÇÃO, 2000). Com o passar do tempo, a diáspora dos *callaeci*, através do serviço militar, como escravos ou por muitas outras razões, originou a que

[1418] BRANDÃO, 1972: 34-37; HepOL 21406 (transcrição seguida, com gralha na forma verbal «*poni*», que deve ser «*ponendi*»); *CIL*, II, 353.

[1419] *CIL*, II, 114; HepOL, 21203 (transcrição).

[1420] Por exemplo, sem sermos exaustivos, *Cassia Callaeca*, em Toledo (EDCS-21700576; HD-52752; Hep 4905); *Callae* […], também em Toledo (HepOL 31783); a homenagem fúnebre oferecida a *Callae […]* pelos seus vizinhos (*adfines*), aparecida em Talavera de la Reina (EDCS-66000025); um mais duvidoso *T(itus) Calla(ecus)* em Lisboa (HepOL, 20227) ou o igualmente discutido voto ao deus *Lebruspo* por *Claudius Nusius Calaicus* (HepOL, 6943; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 128, N.º 101). Cfr., para um interessante apanhado geral, MAGARIÑOS, 2017.

[1421] CARDOSO; ENCARNAÇÃO, 2000 = *FE*, 293 (transcrição); EDCS-19200019; HepOL, 23447.

encontremos referências etnonímicas – certamente cada vez mais difusas e genéricas, até ao ponto, porventura, de em alguns casos algum *callaecus* de nome pouco ou nada ter a ver com a *Callaecia* – nos mais diferentes pontos do Império. Por exemplo, na Narbonense, o *purpurario Aulus Sempronius Laetus* identifica-se em duas inscrições como liberto de um *Callaecus,*[1422] como também em Djemila, na antiga Numídia e atual Argélia, temos notícia, em inscrição indeterminada na natureza e datação de um igualmente incerto *[C]allae/cus / filius*.[1423]

Deixamos fora deste geral conspecto antroponímico uma classe de inscrições, o numerosíssimo elenco dos *milites* que serviram Roma em diversas legiões e corpos auxiliares por todo o Império – como as *cohortes* dos *Bracaraugustani, as cohorte*s IV e V dos *Callaecorum Lucensium* e as *cohortes* I e II dos *Asturum et Callaecorum*, entre outras – referências de um modo geral tardias e que pouco acrescentariam, de concreto, ao nosso estudo, e que, aliás, se encontram já devidamente compiladas por vários autores (LE ROUX, 1982: 171ss.; PITILLAS SALAÑER, 2010a: 158ss. e, em particular, SANTOS YANGUAS, 1988 e 2016).

Iniciámos este ponto com a referência a um documento epigráfico exterior à Hispânia, os *fasti consulares capitolini*, e termina-lo-emos com a nota que se impõe a uma outra menção coletiva, mas agora mais longínqua, ao povo calaico, a do *sebasteión* de *Aphodisias*, na antiga Cária, Turquia. Nessa cidade do próximo Oriente – com uma tradição muito expressiva de agenciamento simbólico e das identidades graças a uma certa partilha de mitos entre a cultura grega e uma longa relação com Roma (CHANIOTIS, 2016) – foi erigido, graças à agência e ao evergetismo de duas famílias da cidade[1424], durante a dinastia dos júlios-cláudios, certamente entre os começos do reinado de Tibério e o de Nero (SMITH, 1988: 51; 2013: 90), o mais extraordinário complexo monumental figurativo do Alto Império na Ásia Menor (ISMAELLI, 2011: 156).

O conjunto monumental, descoberto em 1979 por K. T. Erim, foi orientado de oeste para nascente e é composto por um propileu, que dá acesso a uma espécie de praça foral ou processional, com cerca de 90 metros de extensão por 14 de largura, ladeada por dois edifícios porticados, simétricos, com três ordens de colunatas e cerca de 12 metros de altura. Culmina o conjunto um templo erecto sobre uma plataforma elevada, dedicado ao culto de *Aphrodite Prometor* e dos imperadores júlio-cláudios, o *Theoi Sebastoi*. (SMITH, 1987: 92-93; 1988: 50-51). No intercolúnio dos dois andares superiores, sobre a colunata, encontrava-se disposto um organizado programa escultórico, com relevos de estátuas de grande vulto, objeto de cuidada planificação e que totalizaria 190 motivos: o pórtico sul conteria imperadores e deuses no andar superior (SMITH, 1987) e alegorias ou personificações da mitologia grega no inferior; a fachada norte exibiria alegorias simbólicas e, talvez, imperadores no segundo nível, ficando o primeiro reservado para os *ethne*, ou seja a representação figurada dos diferentes povos conquistados ou submetidos pelo primeiro imperador. Todos os motivos seriam legendados por inscrições feitas nas bases das estátuas ou arquitraves superiores (SMITH, 1988: 51, 59).

As escavações arqueológicas permitiram recuperar um bom número desses motivos escultóricos, se bem que a relação entre inscrições e o figurado nem sempre seja clara. A fachada sul conservou-se bastante melhor que a do norte, mas desta recuperaram-se ainda sete ou oito relevos e partes de entre vinte a vinte e cinco relevos. Cada *ethnous* ou povo era

[1422] EDCS-09301671; CIL, XII, 4507 e EDCS-09301672; CIL, XII, 4508.

[1423] EDCS-23600509.

[1424] Para detalhes sobre a agência e desenvolvimentos cronológicos da iniciativa evergética, *vd*. ISMAELLI, 2011: 160-168.

representado por uma figura alegórica colocada sobre um pedestal, composto por um supedâneo decorado com uma figura alegórica idealizada, sobreposto pela inscrição, em grego, com a respetiva identificação. Os fragmentos conservados das bases, em maior ou menor estado de integridade, referem-se a 13 *ethne*, incluindo os *Aygyption, Bosporon, Dardanon, Ioudaion* e outros, e as três ilhas mediterrânicas (*Krete, Kypros, Sikelia*), neste conjunto se integrando parte da epígrafe do ΕΘΝΟ[··] / ΚΑΛΛΑΙΚΩ[·], o *ethn[ous] kallaiko[n]* (SMITH, 1988: 55-57 e Pl. IX, 6; 2013: 108, Est. 44.22). Infelizmente, não pôde ainda descobrir-se, ou determinar-se entre as peças conservadas, qual o relevo que ilustraria os callaicos, embora Rui Centeno, Morais e Bartolomé, tenham proposto, com argumentação verosímil no plano iconográfico, a possível associação à Hispânia de um dos relevos exumados, que figura o imperador Augusto e a deusa *Niké/Victoria* segurando um troféu (CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016: 77-78).

Como Roland Smith recorda, este programa propagandístico, verdadeira arte triunfal alimentada das *gentes deuictae*, não sendo tão comum com a amplitude programática com que surge em Afrodísias, conta com diversos paralelos, designadamente nas províncias, tendo como modelo de dispositivos e liturgias cívicos e honoríficos, vários casos na própria cidade de Roma, designadamente o pórtico *ad nationes*, conservado nos testemunhos de Plínio (*NH*, 36, 39) e, sobretudo, de Sérvio (*Ad Aen*, 8, 721): «*porticum enim Augustus fecerat in qua simulacra omnium gentium conlocauerat: quae porticus appellabatur 'Ad Nationes'*», sendo certamente estas *simulacra* representações mais ou menos efetivas, pictóricas ou plásticas, da universalidade e diversidade étnica do império, à semelhança do que sucedeu na procissão fúnebre do próprio Augusto (SMITH, 1988: 71-74)[1425].

Também na província ocorrem tais dispositivos, servindo de exemplo o grande altar erigido a Augusto em *Lugdunum* (Lyon), que figuraria, segundo os testemunhos literários, através de estátuas e epígrafes, sessenta povos conquistados na Gália (SMITH, 1988: 71); o troféu erigido, após a vitória nas guerras cântabras, em Saint Bertrand de Comminges, perto dos Pirinéus, onde se representa alegoricamente a *Hispania deuicta* (DA TOS, 2017: 47-49; RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER SIERRA, 2014b: 60-61) ou ainda, na Narbonesa (Provença) vários arcos triunfais, como os de Glanum, Orange e, em especial, o de Carpentras (PICARD, 1960; ANDERSON, 2013: 78; DA TOS, 2017: 47), um monumento das primeiras décadas do século I que ostenta, em cada uma das faces laterais, troféus ladeados por pares de cativos de várias etnias, tendo-se avançado a possibilidade de uma delas, uma figura masculina, barbada, com falcata e vestido com uma capa ou túnica de lã, poder ilustrar um galaico[1426]. Como sintetizou Loussia Da Tos, o forum era o cenário de eleição para a exibição destes troféus escultóricos, nomeadamente em arcos triunfais mas também em outros edifícios, podendo ocorrer igualmente em monumentos turriformes (DA TOS, 2017: 46-47). Entre os exemplos peninsulares, destaca-se o do *forum* de *Tarraco*, onde têm sido localizados elementos escultóricos deste tipo relacionados com a ornamentação da basílica (MAR; RUIZ DE ARBULO; VIVÓ, 2010: 59-61; MAR *et al*., 2015: I, 260ss.; II, 260-280.; DA TOS, 2017: 48-49).

Mas a questão fundamental, para o tema que nos ocupa – regressando a Afrodísias – é o do significado que pode atribuir-se à memória dos *Callaici* como exclusivos representantes da

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1425] Roland Smith considera mesmo este desaparecido monumento como o paralelo mais evidente para o programa iconográfico do complexo de Afrodísias (*Id, ibid*.).

[1426] A hipótese, discutível mas não inviável, veio a público por um certo paralelismo entre os relevos deste arco e a decoração arquitetónica da basílica do *forum* de Tarraco, suscitando diversas notícias na imprensa e redes sociais, como pode confirmar-se com uma simples pesquisa na internet.

metade ocidental do Império[1427]. Parecendo claro o critério de seleção dos *ethne* figurados no monumento, o de representarem povos vencidos, assimilados ao império ou reconquistados após dissensão,[1428] não seria expectável, talvez, que a escolha ibérica recaísse sobre os galaicos, considerando, por exemplo, a longa duração e dificuldade das guerras com os lusitanos, ou o grande investimento militar requerido, com a própria presença de Augusto, para o assalto final a Ástures e Cântabros, particularmente simbólico, aliás, por assinalar a definitiva conquista da península. Vários pontos de vista têm sido adiantados como possíveis explicações desta escolha, provavelmente sem solução tão evidente quanto gostaríamos (SILVA, 2020a: 462). Para Smith, a quem não escapou a singularidade, os *Callaici* constariam como representantes de toda a Hispânia, assumindo que a vitória final de Roma pode ter sido assumida, numa perspetiva genérica, como tendo sido sobre os Galaicos (SMITH, 1988: 58). Colmenero e Ferrer, por seu turno, admitem esta leitura mas acrescentam que os territórios que até à conquista se designavam, globalmente, como *Cantabria*, passariam a designar-se, depois desta ter sido culminada, como *Callaecia*, assim sendo replicados pelos cronistas da época (RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER SIERRA, 2014b: 61-62), posição com que concordam, pelo menos em parte, outros estudos recentes, lembrando que, talvez por terem sido os primeiros a ser conquistados no Noroeste, os Galaicos e a Galécia ganharam predominância coronímica[1429], enquanto o nome dos povos mais setentrionais teria «caído no esquecimento» com o passar dos anos (CENTENO; MORAIS; BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016: 77).

Desconhecemos, assim, qual seria o *simulacrum callaicorum* que representou alegoricamente, perante os residentes e visitantes de Afrodísias os *ethne* das extremas ocidentais do Império, e bem assim se seriam porventura mais realistas as figurações que terão sido exibidas em Roma. Talvez, por isso, fiquemos limitados às imagens, naturalmente estereotipadas, dos «guerreiros galaicos» que tutelavam as entradas dos castros ou, se tal vier a comprovar-se, ao relevo figurativo do cativo «bárbaro» no arco triunfal romano de Carpentras.

6.3. FONTES ARQUEOLÓGICAS

Respeitando a estrutura discursiva de pontos anteriores, reservámos espaço neste trabalho para questionar os *Callaeci*, se assim podemos dizer, através do seu rasto material. Como já deixámos dito, ao tratar das questões da etnicidade no âmbito da história antiga[1430], a intersecção entre quaisquer fronteiras étnicas e «áreas culturais», definidas por certos componentes materiais da cultura, como a cerâmica, a tecnologia dos metais ou a simples forma dos espaços domésticos, é presentemente – superada uma certa «ingenuidade» da *Siedlungsarchäologie* (SILVA, 2020a: 454-455) – tarefa ingrata e temerária.

Naturalmente, quando se mapeiam, a grande escala, determinados elementos do registo arqueológico, observam-se distribuições de características técnico-funcionais ou padrões decorativos que certamente nada têm de aleatório. A par de uma evidente grande comunidade linguística galaico-lusitana (UNTERMANN, 1965), com expressão, igualmente, no principal

[1427] Na verdade, todos os outros *ethne* identificados através das inscrições situam-se a nascente da península itálica (SMITH, 1988: 56), mas deve notar-se que os elementos exumados nas escavações poderão corresponder, talvez, a cerca de um terço dos relevos originais, pelo que muitos outros povos poderiam estar representados nos pórticos do *sebasteion* (*Idem, ibid*., 59).

[1428] SMITH, *Idem,* 59 e *ibid*. e Joyce Reynolds, cit por SMITH, 1988: 58. Na verdade, onze destes povos foram submetidos sob o *imperium* de Augusto (MORAIS; BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016: 76-77).

[1429] Protagonismo que poderia mesmo remontar, segundo estes autores, na linha do pensamento de CRUZ ANDREOTTI (2006: 88), à expedição de 138-137 a.C. de Décimo Júnio Bruto.

[1430] *Vd. supra*, ponto 2.4.2.

panteão religioso dos povos pré-romanos da fachada atlântica mais setentrional (SILVA, AF, 2007a: 568), basta apreciar os mapas das ocorrências, classificadas, da ourivesaria castreja, da tipologia das fíbulas ou da arquitetura das saunas indígenas (*Idem*: 562-564; GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 422-436, *passim*; REY CASTIÑEIRA, 1988) para que certas diferenças regionais sejam patenteadas. Tais análises mostraram-se, a nosso ver, particularmente proveitosas no que se refere à tecnologia e estilos cerâmicos (REY CASTIÑEIRA, 1988, 1991a, 1991b, 1993, 2014, 2020), levando à definição de grandes «*regiones alfareras*», delimitadas com todo o rigor e objetividade científica (GONZÁLEZ RUIBAL, 2007a: 466ss.), mas este autor, avaliando e tentando compreender as razões da diversidade formal da olaria indígena, mostra-se imune, sensatamente, a qualquer tentação de adscrição étnico-cultural (*Idem*: 497-500). Como bem se percebe, perdoe-se-nos o tom, os Galaicos de Alfredo González Ruibal também não são os «nossos».

Na realidade, detetam-se bem as diferentes materialidades da grande região galaica em relação com os Astures ou com os orientais Zelas, mas parece missão impossível procurar detalhes e distinção entre as comunidades indígenas da nossa região de estudo. A escala a que trabalhámos durante este projeto foi opção consciente: sabíamos que se a reduzíssemos, poderíamos talvez detetar descontinuidades, mas o voo estaria demasiado alto para procurar *callaeci*. Para além destas dificuldades, concetuais e metodológicas, julgamos ter ficado bastante claro, tanto pela exposição precedente, como pela consulta das bases de dados e inventários anexos, que as limitações, podemos mesmo dizer, a pobreza, da informação arqueográfica, deixa a grande maioria dos castros desta região como singelos e anódinos pontos no mapa.

6.4. DISCUSSÃO

O desenho aproximativo do mosaico étnico do noroeste peninsular tem sido intentado por numerosos autores, por forma descritiva ou através de ensaio cartográfico[1431], uns, assumindo a rede de *ciuitates* configurada com a primeira organização administrativa da região, imediatamente após a vitória nas guerras cântabras; outros, preferindo localizar os *populi* autóctones mencionados nas fontes escritas, assumindo, de um modo geral, que a sua localização no dealbar do milénio poderia coincidir, com eventuais ajustes, ao seu solar original à época da conquista romana. Passaremos em revista as propostas que entendemos, porventura, melhor fundamentadas, mas – não nos interessando diretamente a implantação de todos os «grupos de população» - focaremos nos *callaeci* a nossa principal atenção, embora naturalmente importem igualmente os *populi* com que poderia lindar o seu território segundo as diversas vozes.

Sem dúvida que, entre os escritos antigos que podem iluminar esta questão – pois, como já vimos, as fontes epigráficas ou os dados arqueológicos são de interesse muito relativo para esta questão em concreto – destacam-se os testemunhos de Estrabão e, muito em especial, de Plínio, o Velho, já pelo maior detalhe e aparente precisão dos seus informes, como pela circunstância de, sendo parcialmente contemporâneos, terem composto as suas obras na primeira metade do século I, um período charneira para a estruturação étnica, territorial e administrativa da Hispânia Citerior.

As duas principais passagens da *Naturalis Historia* em que Plínio se refere ao *callaeci* e ao mapa étnico do noroeste (*NH*, III, 28 e IV, 112) foram recentemente analisadas, com notável perspicácia e clareza, por M.ª Cruz GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ (2017), estudiosa que

[1431] Nomeadamente, mas sem total exaustividade, TRANOY, 1981; DOPICO CAÍNZOS; RODRÍGUEZ ALVAREZ, 1992; ALARCÃO, 1996a; 1999; 2000; SILVA, AF, 1996; 2000; RODRIGUEZ COLMENERO 1997a;

partiu do propósito expresso pelo próprio Plínio, o qual propôs-se apresentar na sua obra tanto as *gentes*, como os «*populi qui sunt aut fuerunt*»[1432] nesta região, para distinguir dois níveis hierárquicos de «grupos de población»[1433]. Um étnico maior, a *gens*, definido por Plínio com base na religião, na língua e nos «*oppidorum uocabulis*» (III, 13), a que naturalmente há que acrescentar a dimensão territorial (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 129); e um nível inferior, correspondente aos *populi*/*ciuitates* agrupados numa dada *gens*[1434]. Esta perspetiva ilumina bastante o sentido das duas passagens essenciais de Plínio para a perceção da natureza e localização do «*grupo de poblacíon*» dos galaicos:

> «*Simili modo Bracarum XXIIII ciuitates CCLXXXV*[1435] *capitum, ex quibus praeter ipsos Bracaros, Bibali, Coelerni, Callaeci, Equasei, Limici, Querquerni citra fastidium nominentur*» (*NH*, III, 28)[1436];

e, já no livro quarto,

> «*a Cilenis conuentus Bracarum, Helleni, Groui, castellum Tyde, Graecorum sobolis omnia. insulae Siccae, oppidum Abobrica. Minius amnis, IIII ore spatiosus, Leuni, Seurbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaecia. Flumen Limia, Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Areuacos Vaccaeosque, disterminatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens* (…)». (*NH*, IV, 112).

Em *NH*, III, 28, a enumeração das vinte e quatro *ciuitates* do *conuentus Bracarum*, das quais se indica a população[1437], inclui não só os próprios Brácaros, o povo epónimo, sedeado certamente em *Bracara Augusta*, como também o *populus*, agora *ciuitas*, dos Callaeci, seguramente, como Cruz González conclui, cruzando este dado com as informações de Estrabão, os mesmos *Callaeci* que, século e meio antes, haviam sido dizimados por Brutus na batalha do Douro (*Idem, ibid*., 132-133; TRANOY, 1977: 226; 1981: 65). Mais expressiva, aqui, é a menção aos *Bracari* – pouco ilustrados nas fontes literárias mas que Apiano recorda terem tido participação no conflito com Decimus Iunius Brutus[1438] – que emergem no texto pliniano, seguindo ainda a mesma autora (*Ibid*.: 133) numa dupla condição, a de étnico «menor» e de designação regional, utilizando-se o nome «*tanto para denominar una* ciuitas*, como al conjunto de los habitantes del* conuentus» (*ibid*.)[1439].

[1432] *NH*, Introdução aos livros III e IV. Esta expressão poderia até denunciar, por parte de Plínio, alguma perspetiva diacrónica da ocupação do território, que todavia não parece notória na *NH*.

[1433] Expressão feliz pela sua neutralidade concetual, em relação a «grupo étnico» ou mesmo à representação mental do termo «*populus*», povo.

[1434] Outros indicadores ou marcadores de etnicidade poderiam também ser convocados, como esta autora também lembra (*Ibid*., n. 6*). Vd. supra*, pontos 2.4.1 e 2.4.2.

[1435] Com linha superior de abreviatura de milhar.

[1436] Continuamos a seguir a transcrição de GUERRA, 1995.

[1437] Poder-se-á equacionar a razão da referência a um número tão escasso de *ciuitates*, apenas sete, entre as vinte e quatro enunciadas. Plínio afirma que seria fastidioso enumerá-las a todas, mas na seleção efetuada terá certamente seguido algum critério: geográfico, de extensão territorial ou peso demográfico, como justifica Estrabão (III, 3) idêntica simplificação?

[1438] *Iberia*, 72. Por sinal, participação não particularmente honrosa, uma vez que os *brakároi*, na explicação de Apiano, foram alvo de uma expedição punitiva de Bruto como retaliação por roubarem os mantimentos ao exército romano. Cfr. TRANOY, 1977: 226-227.

[1439] Como em continuação se verá, não cremos – ao contrário do que sugere a autora que vimos citando – que a situação tenha analogia com a dos *Callaeci*. É verdade, que a designação *Bracari* tanto se aplicaria ao *populus* como ao *conuentus*, mas cremos, e as fontes não o desmentem, que a generalidade dos habitantes desta circunscrição administrativa só por

O mesmo se observa, em aparente paralelismo, acerca dos *Callaeci*. Mencionados em III, 28 como «grupo de população» menor (a *ciuitas* epónima, porventura na sua localização geográfica original), são apresentados pelo naturalista, aparentemente, sob dupla condição em IV, 112. Quando Plínio os menciona a sul de *Bracara Augusta* – interpretando a expressão «*quos* [os bracari] *super Gallaecia*» em sentido geográfico e numa descrição orientada de norte para sul, como faz Plínio – continua a ter em mente o *populus*, que viveria em área mais próxima do rio Douro e a sul da capital conventual (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 29); mas já ao indicar o rio Douro, pelo menos mais a montante, como limite entre a Lusitânia e a Galécia, poderá estar a tomar esta enquanto *regio*, unidade étnico-territorial maior[1440], em plena concordância com a preciosa ajuda de Estrabão (III, 3, 2-3; III, 4, 20), que salienta, precisamente, essa alteração imposta pelas autoridades romanas de implementar o nome de *Gallaecia* na região a norte do Douro, até então designada, de forma mais difusa, ainda como Lusitânia[1441].

O sentido em que pode interpretar-se, a partir das informações de Plínio IV, 12, a divisão dos povos que ocupavam ambas as margens do Douro – lusitanos e calaicos um pouco mais a montante; túrdulos «velhos» e brácaros no sector mais atlântico (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 28) – levanta, entre outras questões, a dúvida sobre a relação, não só territorial quanto étnica, entre os dois pares de *populi* supostamente assentados em cada banda do rio. Deixando para discussão mais à frente os territórios da margem sul, que ligação poderia existir, se existia, entre galaicos e brácaros? Já em tempos nos interrogamos sobre o efetivo estatuto, hierarquia ou relação de muitos desses povos, de existência incerta e solar ignorado, citados diversamente por diferentes fontes (SILVA, 1999) e que tomamos como iguais, ou definitivamente como distintos, sem que para tal haja evidência satisfatória. Na verdade, ainda que estejamos alertados para a natureza dinâmica das denominações e configurações étnicas – nomeadamente em consequência da presença romana e que só através desta conhecemos (PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 132; 2004) – o que pressupõe um complexo processo de negociações, imposições e nomeações, incorremos, por vezes, na tentação de interpretar as fontes como um mapa étnico-político moderno, com entidades perfeitamente delimitadas espacial e temporalmente.

O extraordinário número de sessenta mil combatentes que Orósio (V, 5, 12) fornece para o contingente «galaico» que se opôs às tropas de Bruto é amiúde considerado como exagerado e, muitas vezes, interpretado como «*una magna coalición de etnias*» de «*los habitantes des NO. hispano*» «*bajo la designación de "galaicos"*» (PÉREZ VILATELA, 2000: 78). Seriam estes grupos, entidades «políticas» distintas, «etnias funcionando como estados», como este mesmo autor interpreta os grupos lusitanos já no século II a.C. (*Idem, ibid*.) ou, pelo contrário,

simplificação se designariam por *Bracari*; mais comumente seriam *Bracaraugustani*, partilhando, isso sim, o nome com os habitantes da urbe capital.

[1440] Pelo contrário, Alain TRANOY (1977: 226-227, *passim*) defendeu que, também aqui, Plínio poderia estar a referir-se ao *populus*/*ciuitas* dos *Callaeci*, com o que concorda RODRÍGUEZ COLMENERO (1997a: 29). M.ª Cruz González, se bem que optando – como nós – pela primeira possibilidade, prefere deixar a questão em aberto (GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, 2017: 137).

[1441] Na verdade, embora por vezes se desvalorize a cronologia dos textos (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004: 19), entendemos, no caso vertente, que, nas poucas décadas que terão mediado entre a redação da *Geographia* e a *Historia Naturalis* os autores daquelas obras foram testemunhas de significativas alterações na organização dos territórios da fachada ocidental da península ibérica. Assim se justificam as expressões transicionais, de compromisso, utilizadas pelo geógrafo de Amasia, dizendo primeiro (III, 3, 2) que «à maior parte dos Lusitanos se chame hoje Galaicos», recordando depois (III, 3, 3) que ainda havia quem nomeasse como lusitanos os que no seu tempo se chamavam já galaicos, e por fim (III, 4, 20), insistindo, com maior precisão, que os povos a norte do Douro, antes conhecidos como lusitanos, tinham então o nome de galaicos (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004: 20 e 2002: 122-123, lembrando ser este reordenamento a base da «provincia transduriana»). A primeira das passagens de Estrabão (III, 3, 2), referindo-se «à maior parte dos lusitanos», parece indicar que as terras a norte do Douro possuíram maior população que as meridionais da terra lusitana.

partilhando boa parte dos respetivos *sacra*, da língua e, certamente, outros elementos, poderiam ser grupos mais ou menos aparentados, apenas residentes em *castella* distintos?

Voltando ao texto pliniano e aos problemas que suscita, tomemos a questão dos brácaros (*ipsis bracari*, não os bracaraugustanos): parecendo razoável que, à data da fundação da cidade destinada a capital conventual, os *bracari* fossem, precisamente, o *populus* daquela região (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004: 29)[1442], não se antevê como os encontramos, poucas décadas volvidas, a ocupar toda a fachada atlântica até ao Douro, obliterando outros grupos que por aí residissem, certamente incluídos entre os «*citra fastidium nominentur*» pelo naturalista[1443]. Por outro lado, na mesma passagem, Plínio não cita qualquer outro grupo de população a sul de *Bracara Augusta*, parecendo reservar todo esse espaço aos galaicos originais, pelo que lançamos outra dúvida: seriam os *callaeci bracari*[1444] apenas um «ramo» dos *callaeci* primitivos[1445], e estes, também, uma espécie de «conglomerado» étnico, mais ou menos idêntico aos lusitanos, como já foi sugerido, partindo até de dados linguísticos?[1446]

Se é bem certo que o conhecimento geográfico e etnográfico dos povos peninsulares acompanhou o ritmo da conquista e da penetração romana para o interior e norte da Ibéria (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004), densificando-se a informação disponível à medida que novas terras iam sendo visitadas, frequentadas e, por fim, dominadas pelos novos senhores, importa revisitar brevemente o modo como esse acercamento se traduziu na nomeação e destrinça de novas comunidades, regressando a esse momento etnogenético dos *Callaeci* (pelo menos do ponto de vista literário) que foi o seu embate com Décimo Júnio Bruto.

A menção de Estrabão, já aqui citada[1447], é sumária e enquadra, com naturalidade, o episódio militar como conclusão das guerras lusitanas, explicitando que os galaicos foram «os mais difíceis de combater»[1448] e que por isso, ao serem derrotados, «deram o sobrenome ao que submeteu os lusitanos» (III, 3, 2). Tito Lívio, comedido, regista apenas que Bruto lutou com êxito contra os galaicos e derrotou as cidades dos lusitanos até ao oceano (*Per*., 55-56). Veleio Patérculo (19 a.C. – 31 d. C.) memora os grandes feitos militares de Bruto, dizendo que penetrou em todos os povos de Hispania, submetendo cidades de que nunca até então se ouvira falar e que – sem explicar a razão – o mesmo Bruto recebeu o epíteto de «galaico»[1449]. Por sua vez, Plutarco ignora os *callaeci,* mencionando, tão só, que Bruto «atacando a Lusitânia, foi o primeiro a atravessar com um exército o rio Lethes» (*Quaestt, rom*, 34) e, em

---

[1442] Certamente coagidos a participar na construção da urbe, quando não a trasladar-se para lá para estabelecer a primitiva base populacional.

[1443] Omissos nas fontes históricas mas reconhecidos através da epigrafia, pois Plínio tão pouco cita todos, mas apenas metade, dos dez *populi* elencados no padrão da ponte de *Aquae Flauiae* (CIL II, 2477), Veja-se, para atualiazado conspecto da parte ocidental do *conuentus* bracaraugustano, REDENTOR, 2017a.

[1444] «Callaekische Volksstamm» (HÜBNER, 1897, RE: III, 1, col. 802). A comunidade dos *Kallaikoi Brakárioi* é citada por Ptolemeu como sendo constituída por várias *poleis*, como *Calandunon, Pinetos* ou *Complutica*, se bem que, aparentemente, de geografia mais setentrional, embora *Tuntobriga* possa corresponder a Tongobriga, no baixo Douro (cfr. GÓMEZ FRAILE, 1997a: 125-126 e PLÁCIDO SUÁREZ, 2002: 118). Para Alain Tranoy, os *bracari* ocupariam mesmo toda a região litoral, mas parece-nos algo excessivo considerar que, à data do conflito com Bruto, os *bracari* «*s'affirmaient déjà comme un des peuples les plus importants de cette région*» (TRANOY, 1981: 64). *Vd*., a propósito, RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a: 28, n. 130).

[1445] Não, obviamente, no sentido ampliado, de puro *constructo* romano, em que as fontes mais comumente os referem (v., por exemplo, HÜBNER, 1897; TRANOY, 1981: 65).

[1446] D. PLÁCIDO SUÁREZ relaciona, hipoteticamente, com uma certa dispersão de toponímia antiga de radical *Cal- «*entre la región del Támega y los límicos y la desembocadura del Duero*», o «carácter plural de los galaicos» (2002: 127, 133).

[1447] *Vd. supra*, ponto 6.1 para a generalidade das menções literárias.

[1448] Apontamento junto à informação de que os galaicos ocupavam as zonas montanhosas, o que certamente explicaria, na visão estraboniana, as dificuldades encontradas pelo exército romano.

[1449] ROMERO MASIÁ; POSE MESURA 1987: 50.

outro texto, apenas que Bruto venceu os lusitanos (*Vidas*, Tib. Graco, 21, 3). Floro pormenoriza que, percorrendo o território pelo corredor litoral, Bruto submeteu célticos, lusitanos «*et omnis Callaeciae populos*» (I, 33, 12). Entre os escritores mais tardios, Paulo Orósio (séculos IV-V) tem a mais expressiva e visual descrição da batalha do Douro, do ano de 137 a.C., na qual Bruto «*oppressit*» a sessenta mil galaicos que tinham vindo auxiliar os lusitanos (V, 5, 12).

Em relação às campanhas militares posteriores contra os povos do noroeste, nomeadamente a expedição de César do ano de 60 a.C., os autores antigos são mais parcos na alusão aos *callaeci* que haviam feito a fama de Bruto. Plutarco, de modo genérico, recorda que César investiu contra «galaicos e lusitanos» e dominou «as nações que ainda não estavam submetidas aos romanos» (*Vidas*, César, 12); já Julius Obsequens (séc. IV), no seu Livro dos Prodígios, ao enunciar os feitos do cônsul desse ano de 60, regista, secamente, os «*Lusitani Gallaeci devicti*» (Lib. prod., 62)[1450]. Outros autores, como Marcial ou Dion Cassio, tendem a dar uma imagem da geografia dos galaicos cada vez mais abrangente, e nada relacionada com a entidade étnica original (PLÁCIDO SUÁREZ, 2004: 29-30).

De todo este elenco de referências, pouco se colhe, de positivo, para entender qual seria o primitivo solar dos *Callaeci* e o modo como o seu nome, honrando primeiro a Bruto, logo se alastrou como entidade histórica de mais amplo alcance geográfico e perenidade. Ainda antes, porventura, de Roma ter projetado a *Callaecia-regio*, com sentido organizativo, militar, administrativo e, naturalmente, social – fosse este um desígnio de Augusto e Agripa ou, porventura, já anterior, a popularização daquele nome étnico ter-se-á devido à celebração do triunfo de Iunius Brutus e, muito em especial, à repetida evocação e reprodução de um *topos* literário com muito maior presença nas fontes que a própria vitória militar – a mítica passagem do «rio do esquecimento».

O triunfo de Bruto, se bem que impactante, pela força dos cinquenta mil inimigos do povo romano mortos ou cativos que poderá ter feito propagandear, e até pelo rasto material que deixou no templo que o mesmo Bruto fez erguer em Roma, dificilmente resistiria na memória mais que uma ou duas gerações, porque entretanto outros triunfos e conquistas se celebraram em Roma, desde logo os de Augusto, de vocação universalista e redutora de glórias anteriores. Mas o mito, pela sua própria natureza e transversalidade, tem a perenidade que por vezes falha aos factos da história. E a força e poder evocativo do *Lethes* insinuava-se na sociedade e memória romanas, a este propósito, pela conjugação de vários fenómenos liminares: a representação da finisterra bárbara, entre povos e perigos ignorados que o poder das legiões submeteu; e a representação da suprema *uirtus* e *imperium* do comandante militar que ousou ultrapassar os limites, humanos, do temor. Assim, a passagem do «rio do olvido», constituiu-se, igualmente, numa vitória sobre o esquecimento que fatalmente haveria de cair sobre o feito militar.

Como já comentámos[1451], o mitema, ou seja, a tradição do Lima/*Lethes* enquanto «rio do esquecimento», é evocado com mais ou menos detalhes e em diferentes registos, por Salústio, Estrabão, Lívio, Apiano, Plínio, Sílio itálico, Plutarco e Floro, mas apenas Estrabão e Lívio explicitam episódios concretos relacionados com esse curso de água, referidos a tempos e contextos diferentes[1452]. Estrabão (III, 3, 5) reproduz, talvez, o mito fundador, através da informação de que um grupo de Túrdulos, em surtida militar, ter-se-iam rebelado após a passagem do rio, após o que perderam o seu chefe «e quedaram por ali dispersos»[1453],

[1450] Texto recolhido de http://www.thelatinlibrary.com/obsequens.html#62.

[1451] Ponto 4.1.1, *supra*.

[1452] Tratamos já o assunto, de forma mais geral, no capítulo respeitante à conquista do noroeste. *Vd. supra*, ponto 4.1.1.

[1453] Segundo a tradução de A. ROMERO MASIÁ e X. M. POSE MESURA 1987: 33.

esquecidos das suas raízes[1454]; Tito Lívio (*Per*, 56), por seu lado, dá força simbólica ao mito, elegendo-o como arquétipo da gesta latina *apud barbarum* e inscrevendo uma nova «estória» nos *memorabilia* da conquista, através da anedota, despudoradamente literária, de que os soldados de Bruto receavam passar o mesmo «rio do esquecimento», até que o próprio cônsul, arrebatando o estandarte ao signífero, atravessou o curso de água em primeiro lugar, convencendo assim as tropas a segui-lo (TORRES RODRÍGUEZ, 1982: 30-31). A isto se resume, praticamente, a tradição literária conservada sobre o *Lethes* limiano, à qual Floro – que apenas menciona o Lima como «*formidatum militibus*», «pánico dos soldados» (ROMERO MASIÁ; POSE MESURA 1987: 94 – acresce um outro mitema sugestivo, ao indicar que Bruto «*non sine quodam sacrilegi metu et horrore*» quis presenciar o pôr-do-sol sobre as águas do oceano (*Idem, ibid*.). Como comentam Romero e Xosé Pose, a propósito da menção de Plutarco ao atravessamento do Lima pelo exército de Bruto, a multiplicação desta narrativa nos autores antigos significará, certamente, ter sido aquele episódio «*un feito moi comentado en Roma*» (*Ibidem*: 92) e para tal deverá ter contribuído, como suspeitamos, a proximidade de Iunius Brutus a um importante poeta e dramaturgo, Lucius Accius.

Lúcio Accius (170 - c 86 a.C.), de quem Cícero escreveu ser «*amicissimi*[us]»[1455] do cônsul, que igualmente privilegiou o poeta com a sua amizade e patronato, foi um autor de nomeada, muito representado em Roma nos períodos médio e final da República[1456]. Eventualmente, terá acompanhado Brutus à península e ali presenciado os seus sucessos militares, que posteriormente celebraria em Roma. Ácio dedicou a Iunius Brutus uma obra redigida em versos de métrica saturnina e provavelmente a peça teatral Brutus, talvez representada por ocasião de consagração do templo a Marte que Bruto fez erigir em Roma após a sua vitória sobre os galaicos. Em relação à primeira dessas obras, WARMINGTON (1967: XX; 594-595), apoiando-se no testemunho de Cícero (*Brut*., 229) sugere que Ácio terá redigido outra obra, talvez titulada *Gallaecus* ou *Decimus*, igualmente em honra do sucesso hispânico do seu patrono.

Ácio foi um dos autores dramáticos mais vezes levados ao palco num género pouco conhecido mas muito popular e patrocinado em especial pelo patriciado romano, as *fabulae praetextae*, obras de fundo histórico onde tanto se enaltecia a *res gestae* da república como, indiretamente a das personalidades e famílias mecenas (FLOWER, 1995: 175). As peças de Ácio, designadamente a *fabula* Brutus foram levadas à cena com frequência, pelo menos até ao ano de 57 a.C. (*Idem*, 175-176; 189) e versos do poeta foram colocados a ornar a fachada do templo a Marte e outros monumentos que Bruto Galaico, com o produto dos despojos de guerra,

[1454] Trata-se, sem dúvida, de um mito etnogenético, que funda numa migração mais ou menos intemporal o assentamento de uma comunidade numa dada região. O tema das migrações célticas e túrdulas para o noroeste perpassa, além de Estrabão (III, 3, 4-5) várias fontes, como Pompónio Mela (III, 8) ou Plínio (IV, 112-113). Sobre o assunto, vejam-se, por exemplo, GARCIA Y BELLIDO, 1952; ALARCÃO, 1992a; PÉREZ VILATELA, 2000b; PLÁCIDO, 2004 e SILVA, AF, 2015

[1455] Cícero, *Pro Archia*, 27.

[1456] Lucius Accius, Actius ou Attius nasceu em Pisaurum, na Úmbria e teve uma vida longa, sendo recordado por Cícero, que com ele manteve conversações. Um dos mais destacados e prolíficos autores das primeiras gerações da literatura latina, como foi reconhecido pelos contemporâneos, Accius compôs poesia, inspirada nas obras gregas, e assinou mais de quatro dezenas de tragédias, tanto do ciclo grego como de argumento latino, para além da *Didascalia*, uma obra sobre a história da poesia grega e latina e os *Annales*, tendo como tema os *ludi* religiosos romanos. Escreveu igualmente, sobre episódios da história romana, pelo menos duas *fabulae praetextae*, uma intitulada *Aeneadae* (*Decius*), evocando o cônsul Publius Decius Mus e batalha de Sentinum (295 a.C.), e outra de nome *Brutus*, sobre a expulsão de Tarquínio, o Soberbo e a fundação da República. Da obra de Ácio, conservaram-se apenas sete centenas de linhas, transmitidas por autores posteriores (RIBBECK, 1897: 326-331; WARMINGTON, 1967: xix-xxix; PEREIRA, 1984: 81, *passim*; WELSH, 2011; em linha, Enciclopédia Britannica: https://www.britannica.com/biography/Lucius-Accius).

fez erigir em Roma[1457], para celebrar a sua vitória, como foi recordado por Valério Máximo nos seus livros de *Memorabilia*, escritos no ano de 31:

> «*Similiter honoratus animus erga poetam Accium D. Bruti suis temporibus clari ducis extitit, cuius familiari cultu et prompta laudatione delectatus uersibus templorum aditus, quae ex manubiis consecrauerat, adornauit*» (*Memor*., VIII, 14, 2)[1458]

e também por Cícero, quando recordou que

> *«Decimus quidem Brutus, summus vir et imperator, Acci, amicissimi sui, carminibus templorum ac monumentorum aditus exornavit suorum»* (*Pro Archia*, 27);[1459]

passagem que surge, em versão um pouco ampliada, também nos textos dos escoliastas posteriores:

> *«Decimus quidem Brutus.*
> *Hic Brutus Gallaecus fuit cognomento ob res in Hispania non minus strenue quam feliciter gestas. Eius etiam nomini [dicatus Accii], poetae tragici, exstat liber, cuius plurimos versus, quos Saturnios appellaverunt, vestibulo templi Martis superscribsit Brutus».*[1460]

Deste modo, a representação de *Brutus* (e, ou, porventura, da perdida *praetexta* que poderá ter sido designada como *Gallaecus*) pode ter assinalado, talvez no ano de 136 a.C., ou ainda em 137, quer a celebração do triunfo de Decimus Iunius, quer a consagração do templo de Marte ou outros, sendo, desde então levadas ao palco por ocasião de *ludi* ou eventos adequados (FLOWER, 1995: 179-183), devendo sublinhar-se, como anota a mesma autora, que «*the effectiveness of the drama is suggested by its repetition*» (*Ibid*., 176).

Arriscaríamos propor, pelo exposto, que talvez tenha sido Accius o grande responsável pela popularização e concomitante reprodução literária da vitória de Brutus Callaicus (SILVA, 2020a: 459) e, porventura, do episódio do cruzamento do «*Lethes*/Lima», este narrado por Lívio com um colorido dramático que não destoaria, talvez da retórica extravagante atribuída às suas *pretextae*[1461]. A perpetuação desta memória acabaria por ir ao encontro do propósito de Augusto e dos primeiros imperadores de individualizar e fomentar a «identidade» da *Gallaecia* como grande narrativa holística, para o que terá contribuído também a dinamização de uma iconografia simbólica, replicada de várias formas, e para a qual foi selecionado, entre os despojos dos vencidos o motivo da *caetra* que adornaria e daria o nome aos escudos dos combatentes galaicos («*ad numerum resonas gaudentem plaudere caetras*», Sílio Itál., *Pun*, III, 348). Este tema foi introduzido no imaginário romano através de

---

[1457] *Vd*. C. TORRES RODRÍGUEZ (1982: 29, n. 24). Sobre este templo, a sua localização e ornamentação e documentação pertinente, cfr., também TRANOY (1981: 129, n. 31) e a recente compilação e apreciação de conjunto de L. MAGARINHOS IGLESIAS (2017: 46-55). Igualmente, na ocasião da consagração deste templo pode ter sido representada a peça de Ácio (FLOWER, 1995: 176).

[1458] Texto recolhido do sítio eletrónico *Latin Library* (em linha: http://www.thelatinlibrary.com).

[1459] *Idem*. Cfr., também *De leg*., II, 54.

[1460] Texto recolhido do sítio eletrónico *Attalus* (em linha: http://www.attalus.org/latin/bobiensia4.html#archias). Também em HILDEBRANDT, 1907: 165, 282.

[1461] Vd., por exemplo, o verbete sobre Ácio na *Enciclopédia Britânica* (nota 1456).

uma particular emissão de moeda tardo-republicana[1462] passando, literalmente, de mão em mão, como forma de pedagogia visual; mas de pronto passou a ser exibido em locais públicos, não só no noroeste, como «legenda» icónica das estátuas de guerreiros, mas nomeadamente em frisos e outros adornos arquitetónicos de Roma e outras cidades (TORRES RODRÍGUEZ, 1982: Lâmina II; MAGARINHOS, 2020: 121-122; 2017: 62-63).

Assim, e para concluirmos este capítulo, temos de conhecer a escassez dos dados sobre os *Callaeci* que as fontes, tanto literárias, como epigráficas ou arqueológicas nos fornecem. Como temos visto, os estudiosos que sobre o tema se têm debruçado oscilam entre uma quase heroicização desses pequenos *callaeci* primitivos, valorosos defensores das suas terras e bens perante o poder desproporcional do exército de uma formidável potência invasora e imperialista, e a dúvida sobre se esse *populus* existiu mesmo, com tal designação, ou se a mesma resulta de alguma «costura» linguístico-histórica dos conquistadores.

Incerta também, admitindo, como é nossa opinião, a sua existência real, ainda antes que Roma fizesse corresponder o etnónimo à *regio* informal do extremo noroeste hispano, é a sua localização geográfica. Ainda que algumas fontes permitam sustentar, de forma algo vaga, que lhes poderia corresponder um território mais interior (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997a; CAVADA NIETO, 2005), julgamos, com a maior parte dos autores[1463], que a margem norte do baixo Douro parece ser a região mais provável do seu solar. Mas em tema de tanto debate e incertezas, como acima deixámos patente[1464], mais que afirmar convicções ou preferências, há que aguardar, com paciência, que novos documentos lancem maior luz sobre o assunto.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1462] SANTOS YANGUAS, 1988: 47. *Vd. supra*, ponto 4.8.

[1463] Veja-se, por exemplo, a formulação de MORA RODRÍGUEZ, TIR-K29: 35-36).

[1464] Vejam-se o ponto 3.3 e, em particular, a Tabela 7 deste trabalho.

.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

7. *CALLAECIA*

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

7.1. FONTES LITERÁRIAS E EPIGRÁFICAS

As fontes literárias que mencionam os *Callaeci* e a *Callaecia*, bem como as epigráficas, encontram-se sistematicamente coletadas (BOISSEVAIN, 1892; HÜBNER, *RE*, III, 1349; UNTERMANN *et al*., 2018; GUERRA, 1998: 371-373), havendo, eventualmente, a esperar novidades apenas das últimas. Como é evidente, não considerando a equívoca interpretação de Salústio, os autores do século I que se referem à *Callaeciam* (Plínio, 33, 78) ou *Gallaecia* (Plínio, 4, 112 e 118; 19, 10; 34, 156) ou já posteriormente, à *Caletia* (Ravenn., 302, 4), *Gallaecia* (Hid., 16, 32, *passim*) e muitos outros, têm já em mente a «grande» Galécia ou mesmo, nos escritores do Baixo-Império, a própria província, o que em pouco concorre para o nosso estudo.

Do mesmo modo que no capítulo precedente, no qual tratámos dos *Callaeci*, importam agora à nossa análise, prioritária ou quase exclusivamente, os registos epigráficos mais precoces, pois fica claro que, à medida que era desenvolvida e estabilizada a organização administrativa do noroeste ibérico, a «região informal» constituída neste quadrante peninsular, certamente de limites difusos terá vindo a ganhar crescente «identidade» no quadro da sociedade hispano-romana, ou galaico-romana, fazendo talvez antever a futura constituição da província formal.

Nesta linha, são provenientes de *Bracara Augusta* alguns dos exemplos mais precoces da epigrafia «galaica», datáveis aparentemente – com a margem de erro que quase sempre o calendário deste género de monumentos admite – poucos anos «*ab urbe condita*» do novo centro populacional, fixado entre os anos de 16 e 15-13 a.C., segundo as propostas mais recentes (MORAIS, 2010: 7; MARTINS; CARVALHO, 2017: 726)[1465].

A primeira dessas epígrafes, desaparecida, é datada de entre os anos 6 a 2 antes da nossa era (REDENTOR, 2017a, II: 123-124, n.º 153) e refere-se à suposta dedicatória realizada pela «*Callaecia*» a um dos netos de Augusto. A primeira notícia sobre a inscrição deve-se ao humanista João de Barros, fonte onde foram beber muitos autores, até ser acolhida por Hübner no seu *corpus* epigráfico peninsular. A transcrição, feita só por via literária, é problemática e admite variantes, mas o texto mais geralmente assumido é: «*C(aio) · Caesari · Aug(usti) · f(ilio) / pontif(ici) · auguri / Gallaecia*»[1466], que podemos traduzir – ainda antes de entrarmos em outras considerações – como «A Caio César, filho de Augusto, Pontífice, Áugure [dedica] a Galécia».

O perdido monumento levanta diversos problemas de interpretação e parece, até, ter erros ou omissões na transcrição do texto feita por João de Barros, que levaram Ana María TARRÍO (2010) a colocar a hipótese de ser falsa ou, pelo menos, manipulada. Votada a um dos netos de Augusto[1467], *Caius* ou, na opinião de TRANOY (1981: 150, n. 34), mais

[1465] *Vd. supra*, ponto 4.4.1.

[1466] EDCS-05501786; CIL II, 2422; HEp 2010, 466; HepOL 8250.

[1467] Na verdade, abreviado como *f(ilius)* mas, entretanto, tanto Lúcio como Gaio, filhos do genro de Augusto, Marco Vipsânio Agripa (falecido em 12 a.C.) foram adotados pelo imperador e, enquanto «príncipes da juventude», foram honrados em várias partes do Império (ENCARNAÇÃO, 2007: 354; ÉTIENNE, 1974: 397), não se entendendo, assim, a surpresa de TARRÍO (2010: 181, n. 5) em relação a esta relação familiar, pois os dois filhos adotivos não deixavam, por esse facto, de serem igualmente netos de Augusto. Não obstante, as considerações de A. Tarrío, feitas «à luz da transmissão

apropriada a *Lucius*, a homenagem reúne na mesma pessoa a dupla titulatura de *pontifex* e *augur* e é dedicada por uma entidade coletiva, *Callaecia*, não formalizada à data em que terá sido lavrada e, por isso, de semântica discutível (FERNÁNDEZ CALO, 2018: 83). A menção às duas dignidades religiosas, considerada pleonástica por TARRÍO (2010: 181, n. 5) levou Armando Redentor, em criteriosa e detalhada análise ao texto epigráfico, a sugerir a possibilidade de poderem existir, originalmente, não uma, mas duas inscrições, eventualmente até sobre o mesmo suporte (REDENTOR, 2017a: II, 724-726)[1468]. Na verdade, a recente publicação de uma edição crítica da *Geographia d'Entre Douro e Minho* (BARROS, 2019), permite-nos comparar as versões do texto da inscrição de Braga nos dois principais manuscritos da obra, o que pertence à Biblioteca Municipal do Porto, datado de 1548 (que esteve na base da edição de 1919), e um outro manuscrito, conservado em Lisboa, com data de 1549. No primeiro, João de Barros registou «C.CAESARI.AVG.B / PONTIF.AVGVRI / CALLECIA»[1469]; mas no manuscrito mais recente (o de Lisboa), a mesma inscrição aparece como «C. CAES.AVG.F.AVGVRI CALLECIA», o que tanto pode corresponder a uma revisão ou correção de Barros, como, de facto, à existência de dois textos mais ou menos homólogos.

Admitindo-se a credibilidade da inscrição honorífica, merece alguma reflexão o dedicante. Na verdade, justifica-se a estranheza de A. TARRÍO (2010: 181) ao observar ser, aparentemente, caso único na península a ocorrência de uma dedicatória a um príncipe subscrita por uma entidade sem personalidade jurídica, pois *Callaecia* não identificava, então, qualquer província, *ciuitas* ou qualquer outra circunscrição com existência legal. De facto, a opinião da generalidade dos autores modernos que têm comentado este texto, coincide no reconhecimento do uso instrumental e político daquele coletivo «étnico-territorial» (PEREIRA-MENAUT, 1998b: 305), que nós próprios descrevemos como uma seleção «com hábil pedagogia (…) [e] usando a *praxis* epigráfica como elemento de reforço da nova identidade étnico-política então em clara afirmação» (SILVA, 2020a: 461)[1470]. Dito de melhor forma, Tranoy esclareceu que a entidade coletiva aqui nomeada representa «*tous les peuples de la Callaecia*», tanto os *callaeci lucenses* como os *bracari*, sendo inconcebível que a homenagem emanasse da comunidade indígena, pelo que só a vontade oficial da administração poderia tê-la promovido (TRANOY, 1981: 150).

De igual modo, Gerardo Pereira sublinhou a forte pressão integradora dos conquistadores sobre as populações indígenas, concordando que a agência de tal ato só poderia caber à administração romana, pois *Callaecia*, de todo «*no existía en esos momentos*» (PEREIRA-MENAUT, 1984: 280-281); o mesmo autor, mais tarde, definiu esta inscrição como uma espécie de certidão de nascimento da *Callaecia* – no que coincidem DOPICO CAÍNZOS e RODRÍGUEZ ALVAREZ (1992: 395) – ao mesmo tempo que fomentava a propaganda dinástica e introduzia o culto imperial (PEREIRA-MENAUT, 1998b: 303-305), servindo

humanística especificamente portuguesa», como sintetiza no início do seu artigo, são oportunas e merecem devida atenção, o que não significa, necessariamente, que impliquem, por completo, a fiabilidade da inscrição bracarense.

[1468] Do mesmo modo, também A. Tarrío, notando um erro evidente na transcrição publicada em BARROS, 1919 (AVG B, na primeira linha) diverso da, mais correta, versão AVG F constante de outro manuscrito do humanista, chamou a atenção para esta disparidade (TARRÍO, 2010: 180, n. 1).

[1469] A responsável pelo estudo e transcrição da edição de 2019 (Joana Lencart) regista em nota que, nos restantes cinco manuscritos da obra existentes na Biblioteca Municipal do Porto, a primeira linha conclui com um *F*, e não com *B*, o que confirma o equívoco (BARROS, 2019: 274, n. 981).

[1470] Nesta mesma publicação, por lapso, citamos PEREIRA-MENAUT (1998) como correspondente ao seu trabalho «Reflexions en clave histórica sobre Monte Mozinho» (*Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – I,* Penafiel), quando deveria referir-se ao estudo «Los Galaicos» *(*RODRÍGUEZ NEILA, Juan F.; NAVARRO SANTANA, F., eds. – *Los Pueblos Prerromanos del Norte de Hispania: una transición cultural como debate histórico.* Pamplona), o que aqui se aproveita para corrigir.

assim o *habitus* epigráfico como instrumento de reforço identitário dessa nova «qualidade» galaica (PEREIRA-MENAUT, 2010: 248). Na mesma linha, com pequenas variações de estilo, se manifestam Armando REDENTOR, com basta documentação e aprofundada análise (2017a: I, 723ss.), Ferrer e Colmenero, colocando ainda a hipótese da dedicatória emanar apenas da *ciuitas*[1471], mas optando pela «*Callaecia-regio*» (RODRÍGUEZ COLMENERO; FERRER SIERRA, 2014b: 81) e também José d'Encarnação, este apoiado igualmente na opinião de Robert ÉTIENNE (1974) e a propósito de uma outra dedicatória, porventura similar, feita na Lusitânia pela *ciuitas Igaeditanorum,* no ano 3 ou 4 da nossa era, a Gaio César*, princeps iuuentuti* (ENCARNAÇÃO, 2007).

Também em Braga foi registada no campo das Carvalheiras, nos finais do século XIX, outra inscrição (igualmente perdida) porventura paralelizável com a anterior. A epígrafe estaria já bastante truncada ou ilegível, e a lição que dela pôde recolher-se é apenas «*---] / [--..]X / [Cal]laecia*» (REDENTOR, 2017a: II, 124-125, n.º 155), comentando este autor, que propõe uma cronologia para o monumento entre 15 a.C. e 14 d.C., que a mesma poderá ter constituído uma segunda dedicatória emanada da «nova» *Callaecia*. Hipotetizando uma eventual relação desta epígrafe com Augusto, no quadro do «ciclo de iniciativas relacionadas com o culto imperial e dinástico desenvolvidas durante a legação de *Paullus Fabius Maximus*», Redentor sugere, mesmo, que a datação crítica da inscrição poderia supor-se entre os anos 5 e 3 a. C., época a que correspondem os XIX e XX poderes tribunícios do imperador (REDENTOR, 2017a: I, 727).

Deixamos de fora desta análise os textos de leitura muito imprecisa, mais tardias, ou de datação problemática que, de algum modo referem a *Callaecia*, seja como local onde alguém nasceu ou, porventura, faleceu, como parece ser o caso de uma epígrafe de Saragoça que memora um *«Valer/ius Pra/esens de/ces(s)it in [G]/alaecia*»[1472] (RUIZ GUTIÉRREZ, 2013: 110, 112, 117). Um vasto conjunto de epígrafes, aparecidas nas mais diversas partes do Império, refere a *Callaecia*, indiretamente, pela menção, quer a oficiais e militares, quer a funcionários que exerceram *munera* de relevo na região, designadamente como *legati* imperiais ou *procuratores Asturiae et Gallaeciae*, inscrições que não abordaremos, uma vez que são, geralmente, bastante mais tardias e refletem um quadro administrativo já bem estabilizado – ou mesmo posterior à criação da província – totalmente diferente da realidade transicional que particularmente nos interessa.

Colocando, igualmente, de lado o processo de antroponimização do nome (em paralelo com o que sucedeu, como vimos, com *Cale* e *Callaicus/Callaica*) e que se evidencia, sobretudo, em formas aparentadas como *Galicia* e *Galicianus*[1473]*,* passamos agora a uma outra categoria de registos epigráficos, pois será oportuno mencionar alguns casos em que a designação de *Callaecia* tem sido considerada em sentido teonímico. Não é o caso, aqui, da já citada dedicação politeia das muralhas de Lugo, uma inscrição tardia que inclui entre outras divindades, a invocação dos «*Larib(us) Callaeciar(um)*»[1474]; o monumento votivo encontrado

[1471] Teoricamente, à data do voto honorífico, poderiam estar já organizadas, ou em processo de estabelecimento, tanto as *ciuitates* como o *conuentus*, e nada impediria, que a *ciuitas* de *Cale*, ou *ciuitas callaecorum*, fizesse deslocar à capital do *conuentus* uma delegação para aí, como prova de lealdade aos novos amos da terra, dedicar o monumento, nomeadamente se considerarmos os *Callaeci* «*como uma* civitas *más de los brácaros*» (PLÁCIDO, 2002: 119), ou seja, entendendo os *Bracari* como um étnico maior, em cuja órbita ou dependência estariam outros *populi* (situação que, a ser real, se inverteria rapidamente no plano das nomenclaturas étnicas).

[1472] HepOL, 15848; HEp 4, 1994, 951 = AE 1989, 451.

[1473] Por exemplo, os epitáfios de *Gallicia Harmonia* (Roma, EDCS-10201069), *Gallicia Victoria* (Numídia, EDCS-21600261) ou *Caius Arruntius Gallicianus* (África Proconsular, EDCS-24501871).

[1474] EDCS-11901688; HepOL,19086, com larga bibliografia em *Hep* e *AE*.

em Penalba de Castro, Clunia, às «*Matres Gallaicae*», datado do século I[1475], nem tão pouco a ara de Cáceres, não datada, onde parece ler-se «*Deabus et / dibus Call/[aecus(?)]*»[1476], talvez uma outra invocação coletiva, porventura, com particular sentido de prudência, votada a [todos] os deuses e deusas da região.

Duas epígrafes em concreto, porém, têm suscitado extenso debate, por terem sido convocadas como justificação da área de assentamento dos *Callaeci*. Referimo-nos ao par de aras conservadas na capela da Sobreira (Sobreira, Paredes),[1477] dentro da área de estudo englobada nesta dissertação. O debate sobre a possibilidade da *Callaecia* ter sido cultuada, como *numen* tutelar indígena, de base étnica e regional, foi aberto por Alain TRANOY (1977) ao rever a proposta de leitura feita por José Leite de VASCONCELOS (1922) acerca daqueles monumentos epigráficos.[1478]

Na verdade, desde pelo menos o século XIX que se encontram na capela de Santa Comba, naquele local, dois altares epigrafados, cuja primeira leitura foi intentada pelo monógrafo local José do Barreiro, que deu de uma das peças (a de lição mais legível) transcrição deficiente, em especial na primeira linha, onde hesitou entre CAIA[?]IAC e CAIANDIAE (BARREIRO (1922: 520), suscitando a Leite de Vasconcelos, sem examinar a inscrição diretamente, uma sugestão de correção, interpretando como CALANDIA ou CALAETA o antropónimo feminino da primeira linha e desdobrando como *seruae* a letra inicial da fórmula conclusiva S F C, ou seja, correspondendo a uma inscrição funerária (VASCONCELOS, 1922: 248-249).

Durante meio século foi esta interpretação consensual[1479], até que em meados da década de 1970 Alain Tranoy e Patrick Le Roux observaram as aras, confirmando a quase impossibilidade de leitura do campo epigráfico de uma delas, onde apenas distinguiram, com dificuldade, as letras F. C da fórmula final (TRANOY, 1977: 229), mas logrando obter, por decalque, o texto completo da outra, onde leram CALAICIA[E] / RVFVS FL / AVI • F / S • F • C (*Idem, ibid*.).

No comentário a esta nova leitura, Tranoy põe em causa o carácter funerário da inscrição, quer o S inicial da última regra seja desdobrado como *seruae*, *sorori* ou mesmo *de suo*, opções que considera discutíveis e que, levando ainda em conta a ausência, pouco habitual, da menção à idade da defunta, determinaram que classificasse as inscrições como votivas. Para tal concorreu ainda, entre outros argumentos, a evidente semelhança morfológica das duas aras, registando-se outros casos no noroeste ibérico de dedicações à mesma divindade em suportes «gémeos» (TRANOY, 1977: 230-231).

Desta forma, entendeu-se a nova leitura como revelação de uma divindade inédita, aqui cultuada por um indígena, Rufo, ainda que o pai possuísse já nome latinizado (TRANOY, 1981: 271); podendo desdobrar-se a fórmula final, ainda que inusual, como *sacrum faciendum curauit* (ou *sacra facienda*, se respeitante aos dois altares). A conclusão de Tranoy foi a de que esta ara (e eventualmente a segunda) «*se refert aux Callaeci dont Callaicia pourrait être la divinité tutélaire*» (TRANOY, 1977: 231), especificando mesmo que tal invocação não se referiria à província enquanto unidade política e administrativa, mas concretamente aos

[1475] CIL II, 2776 (p. 928, 1050); EDCS-5502166; HepOL, 8602.

[1476] EDCS-43300077; HepOL, 23040. A estes casos, Domingos Plácido (2002: 113, baseado em RODRÍGUEZ COLMENERO, 1977: 313) acrescenta um suposto epíteto de Orense, *Bandue Cal(ai)go*, leitura entretanto revista pelo mesmo prof. Colmenero (1997a: 143, n.º 121).

[1477] *Vd. supra*, ponto 4.7 e Fig. 141.

[1478] Um deles em particular, pois o campo epigráfico do segundo é praticamente ilegível. O principal monumento consta dos principais *corpora* com as seguintes referências: HepOL, 7693; ILER 5083b; GARCIA, 1991: 297, n.º 40.

[1479] Cfr. bibliografia completa em REDENTOR, 2017a: II, 170 e 244.

Callaeci mencionados em Plínio e outras fontes clássicas, que assim veriam confirmado o seu solar original próximo da margem direita do rio Douro (*Ibid*.; 231-232; 1981: 66), podendo as aras de Santa Comba ser provenientes de um pequeno santuário rural (TRANOY, 1981: 271), embora Teresa Soeiro – que reproduz as leituras da primeira linha da inscrição de Vasconcelos e Tranoy sem tomar partido por alguma, dadas as dificuldades de leitura – sugira que os monumentos epigráficos poderão ser provenientes de algum povoado da área mineira próxima das Banjas (SOEIRO, 1984: 116-117).

A leitura de A. Tranoy e a identificação de *Calaicia* como divindade tutelar dos *Callaeci* foi subscrita por Armando Coelho – lembrando mesmo que o E final do dativo CALAICIA[E], pouco percetível ao investigador francês (TRANOY, 1981: 66), se encontrou todavia bastante claro num decalque feito por um estudioso local (MAIA, 1980: 32)[1480] – e assumindo como evidente a relação entre o sítio onde se conserva a ara e a presumida localização geográfica dos *Callaeci* (SILVA, AF, 1986: 277; 2007: 387, 436, n.º 670), aspeto que abordamos noutro ponto deste trabalho. O mesmo autor, em trabalhos mais recentes, continua a fundamentar a distribuição espacial dos *Callaeci* na leitura da inscrição desta ara como aludindo a *Calaicia*, «a deusa-mãe dos Galegos» (SILVA, 2011: 22), intimamente relacionada com o etnónimo correspondente (SILVA, AF, 2013: 42-44).[1481]

Não obstante, permanecem as dúvidas de leitura e interpretação em trabalhos mais recentes sobre este monumento, como é o caso de J. M. Garcia, que segue a transcrição de Tranoy e A. C. F. Silva mas coloca um ponto de interrogação adiante do nome da deidade (GARCIA, 1991: 297)[1482]. Armando Redentor, porventura autor da autópsia mais moderna das epígrafes da Sobreira (2017a [2011]), que data entre o segundo e o terceiro terços do século II, optou decididamente pela natureza funerária das duas inscrições, transcrevendo a que apresenta o texto mais completo da seguinte forma: CALA[E]TIA[E][1483] / RVFVS FL / AVI • F(*ilius*) / S(*orori*) • F(*aciendum*) • C(*urauit*) (REDENTOR, 2017a: II, 170, n.º 226). Já na segunda ara, provavelmente com uma *ordinatio* em quatro linhas, como a anterior, conseguiu recuperar, com dúvidas, CA [---] na primeira regra, reconstituindo a última como G(*eneri*) • F(*aciendum*) • C(*urauit*), com dúvidas no último C (REDENTOR, 2017a: II, 244-245, n.º 337).

A interpretação de Armando Redentor, sendo naturalmente discutível, parece ter ganho ultimamente alguma consagração, pelo menos para efeitos de divulgação (LIMA, 2013: 16-17). Trata-se de uma questão eminentemente epigráfica e a natureza e má conservação do suporte autorizam várias possibilidades de reconstituição do texto gravado pelo lapicida. Em

---

[1480] Na realidade, todos os investigadores que puderam observar diretamente as duas epígrafes se referem ao mau estado de conservação do suporte, feito em granito de grão relativamente grosso, como também pudemos constatar em recente exame às duas aras (infelizmente feito em más condições de iluminação, uma vez que se encontravam, na ocasião da nossa visita, guardadas numa arrecadação, em consequência das obras a que o templo estava então sujeito). Por outro lado, é também possível que nas últimas duas décadas, desde os levantamentos de Tranoy (1977) e Sousa e Maia (1980) a peça se tenha degradado ainda mais, como resultado de deslocamentos e manipulações diversos.

[1481] A. C. Ferreira da Silva atribui à «região mineira de Valongo» «mais uma referência epigráfica a *Calaecia*» (SILVA, 1986: 277; 2007: 387), mas as fontes documentais que indica (BARROS, 1919: 26-27 e ARGOTE, 1732: 32) não se referem a qualquer epígrafe de Valongo mas sim à *Calaecia* que surge na desaparecida ara do Campo de Sant'Ana, Braga (*CIL* II, 2422) como entidade coletiva dedicante de uma homenagem a um neto de Augusto (SILVA, 2018: 59). Aliás, as mesmas fontes bibliográficas surgem como referência da ara de Santa Comba na respetiva ficha de registos epigráficos (SILVA, AF, 2007a: 436, n.º 670), pelo que certamente terá ocorrido lapso no texto original deste autor (1986), não corrigido na segunda edição da mesma obra (2007).

[1482] Reforçando estas dúvidas, Garcia não deixa de anotar que «Encarnação comunicou-nos que manteria o carácter funerário da inscrição e Tranoy aconselha actualmente prudência no comentário da inscrição.» (GARCIA, 1991: 297).

[1483] Com dúvidas em todas os caracteres recuperados.

outros pontos deste estudo, aludimos já aos reflexos das diversas opções para o tópico que mais nos interessa, o da localização geográfica do assentamento primordial calaico.

7.2. DISCUSSÃO

A diáfana, quase intangível humanidade dos *Callaeci* e a tradução material do *oppidum* ou *castellum* de *Cale*, ao qual os associamos, foram o objeto deste estudo, não já a consideração da *Callaecia*, no seu devir histórico, enquanto entidade administrativa do Império, se bem que António Tovar, certamente por arrumação editorial, faça remontar a «Historia de *Callaecia*» ao final das guerras lusitanas (TOVAR, 1989: 115-118).

Não pode deixar de interessar-nos, todavia, o modo e o *quando* se deu a «*inuentio* romana» da região, para usar a expressão a que Pereira-Menaut amiúde recorreu[1484]. Naturalmente, não poderia ser de outro modo, uma vez que o facto dos diversos *populi*[1485] do noroeste peninsular partilharem, pelo menos parcialmente, territórios linguísticos, religiosos ou de outra natureza, não lhes daria a coesão bastante (admitindo que nisso estivessem interessados) para qualquer tipo de organização de nível superior, além do mais alheia às suas tradições e formas de organização social[1486].

A concentração de uma expressiva epigrafia oficial, diríamos mesmo, fundacional, nas primeiras décadas de vida de *Bracara Augusta* leva-nos a algumas reflexões. Parece fora de dúvida – a admitir-se a fiabilidade das informações literárias sobre a dedicatória, ou dedicatórias, feitas pela *Callaecia* enquanto entidade coletiva de expressão «étnico-territorial» (PEREIRA-MENAUT, 1998b: 305) – que a sua promoção foi de iniciativa exclusiva, ou quase exclusiva da administração romana, fosse de natureza civil ou militar[1487]. Mas, se é compreensível o agenciamento e a forte carga propagandística do ato, impõe-se pensar a quem seria dirigida a exposição daqueles monumentos públicos. Certamente que a fundação de *Bracara*, como provavelmente a de *Aquae Flauiae*, da citânia do Monte Mozinho ou a remodelação de outros grandes castros da emergente *Callaecia* meridional, deverá ter correspondido, no espaço de poucas décadas, a uma intenção de reordenar espacialmente a população – porventura, até, com deslocação significativa de algumas comunidades – criando novas centralidades que substituíssem a cartografia segmentária indígena pelo modelo estruturado e hierárquico dos novos senhores da terra, o que sustenta a criação precoce, ou atempada, tanto da rede *ciuitates*, como dos *conuentus juridici.*[1488]

A construção da *Callaecia* teve assim, como patamares quase sincrónicos, a *inuentio* dos *bracaraugustani*[1489] e a «segunda» etnógenese calaica.

No primeiro caso, trata-se de uma nova comunidade cívica (independentemente do estatuto inicial da urbe peregrina) modelada, certamente, com base nos habitantes dos castros

---

[1484] Com este termo ou expressões equivalentes, PEREIRA-MENAUT, 1983b, 1984, 1992a, 1992b, 1995, 1998b, 2005a, 2010, etc.

[1485] Termo que continuamos a usar em sentido geral, independente de qualquer hierarquia, estatuto ou escala de grandeza (OLIVEIRA, 1994; CIPRES, 2014; OSCARIZ GIL, 2012).

[1486] *Vd supra*, ponto 3.1.

[1487] Não pretendemos defender a natureza castrense da fundação urbana, mas julgamos muito provável uma forte colaboração militar, tanto na planificação e arranque da construção da cidade (que envolveu, por certo, ampla quantidade de mão-de-obra autóctone, que importava disciplinar e organizar), como na abertura de vias e outros atos normalmente atribuídos à engenharia militar (*vd. supra*, ponto 4.4.1).

[1488] *Conuentus* que, inclusivamente, poderiam estar já mesmo criados à data da dedicatória do monumento, segundo REDENTOR (2017: I: 726). Sobre a fundação e cronologia dos *conuentus*, vejam-se, *supra*, o ponto 4.2.1.2, DOPICO CAINZOS (1986, 1988, 2009, 2013, 2016, 2017) e DOPICO, SANTOS, 2012.

[1489] A sincronia dos processos verifica-se na circunstância de pela mesma época, entre 12 a.C. e 4 d.C., serem os próprios *bracaraugustani* a homenagear Agripa Póstumo, filho do genro e colaborador de Augusto (REDENTOR, 2017a: II, 115, n.º 154).

vizinhos mas que poderá ter implicado a mobilização de populações de outras origens, talvez nem sempre a contento das próprias. Posteriormente, a economia, as oportunidades de acesso a trabalho, bens e serviços e o próprio desenvolvimento urbano completaram o processo de sinecismo e promoveram a fortuna da *ciuitas* na sua verdadeira dimensão, mas estamos em crer – e o caso de *Bracara* não será o único exemplo – que o abandono de muitos castros, nomeadamente no período da «mudança de era» ou nas duas décadas iniciais da primeira centúria, tanto poderá ter resultado da atração natural dos novos centros, como ter sido imposta pelas autoridades precisamente para o desenvolvimento de *oppida* que cumprissem, num modelo arquitetónico e urbanístico misto, as necessárias funções da rede de *ciuitates*.

No tocante aos *Callaeci*, ou do que existia ainda deles, estamos perante um processo de reconfiguração étnica dinâmica, envolvendo agora outros povos vizinhos. Por estes tempos,

> «*las denominaciones étnicas se configuran como consecuencia de un processo histórico relacionado con la presencia romana. Las relaciones entre* Lusitani*,* Celtici, Bracari *y* Callaici *constituyen un entramado dinámico que termina imponiendo el nombre de Galaici para referirse a la totalidade, cada vez más amplia hasta llegar a la época de Teodosio, mencionado por Zósimo*.» (PLÁCIDO, 2002: 132).

Nesta linha de raciocínio, e regressando a Braga, retomamos a questão: à data em que a recém-nascida ou nascitura *Callaecia* erigia o monumento aos jovens *nepotes* de Augusto haveria já uma classe dirigente local, fluente em latim e na decifração dos formulários epigráficos, que pudesse ler e entender o verdadeiro alcance da dedicatória? Ou, ao mesmo tempo, habitaria a urbe um volume significativo de elementos romanizados, porventura trazidos de províncias mais meridionais, que, de algum modo, pudessem servir de «tutores» ou modelos para a romanização dos antigos *bracari* e outros reunidos na cidade? Questões, provavelmente, mais retóricas que passíveis de resposta satisfatória, mas que convocam, julgamos, toda a trama de complexos dispositivos e negociações identitárias que houve que promover para que, num lapso de tempo que nos parece surpreendentemente curto[1490], fossem aceites e incorporados não tanto o facto de agora os locais se chamarem e serem chamados *Callaici*, que seria o mais fácil, mas questões mais fundas como a língua, os novos rituais funerários ou a assimilação do culto imperial e das divindades latinas ao panteão e liturgia indígenas.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1490] Naturalmente, podemos imaginar um tempo mais longo para este processo de aculturação, antecipando, pelo menos numa geração, o início dessas transformações. Todavia, as fontes são parcas e de difícil fixação cronológica, e não sabemos que implicações poderá ter tido na vida e autoperceção das comunidades a «romanização material» (PEREIRA-MENAUT 1984; 2009) que topamos em muitos castros, e pode ter tido início algumas décadas antes de Augusto sonhar, sequer, em vir à Hispânia (*vd. supra*, ponto 2.4.3).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

8. EM CONCLUSÃO. TERRITÓRIOS E COMUNIDADES

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Chegados ao fim deste percurso de pesquisa, importará sumariar, de forma um pouco mais detalhada do que apresentámos no Resumo desta dissertação, as ideias e propostas que resultaram da compilação e análise dos dados e informações que subjazem ao trabalho. Mais do que «teses», serão, certamente, pistas e linhas de pesquisa a explorar. Em nosso entender, a construção histórica faz-se mais com a dúvida honesta e indagadora, do que com a defesa de teses imperativas, assumidamente conclusivas, que, muitas vezes, enviesam a reflexão em um sentido predefinido, surdo a outras hipóteses e caminhos paralelos ou alternativos.

Naturalmente, a dúvida metódica e a avisada prudência não devem sustentar um discurso conservador, apenas respaldado nas conclusões de investigadores de referência, ou anódino, de escassa contribuição para o avanço do conhecimento. Importa avançar propostas, rasgar caminhos talvez menos trilhados, ousar a especulação – por certo uma «especulação fundamentada» (ROCHA, 2015: 32) – que claramente patenteie as bases de cada raciocínio e proposta, sem receio de contradição ou melhor interpretação. Se é humano o erro, é igualmente humana e legítima a preocupação em reduzir a sua possibilidade, mas, pela nossa parte, nunca tivemos qualquer dificuldade em aceitar a correção ou melhor análise alheias; ou de autocorrigir-nos se for o caso. Muitas vezes, mesmo sem termos razão, não deixamos de contribuir positivamente para o apuro da verdade e, neste caso, para uma mais justa aproximação histórica ao passado de povos e regiões.

Seguiremos, nestas sintéticas «conclusões», a ordem do título e da organização essencial da dissertação: o lugar e o povo, partindo do particular para a região mais abrangente que tomámos como área de estudo. Como não podia deixar de ser, restringiremos a breves tópicos a argumentação que melhor se aprofunda nos capítulos respetivos, para os quais remeteremos o leitor.

8.1. De *Cale* a *Portu(s)cale*

A definição do nosso objeto de estudo radicou-o em um lugar e um povo[1491]. No tocante ao sítio, *Cale*, a revisão das fontes literárias – desde há muito bem conhecidas e analisadas por larga cópia de eruditos investigadores – não possibilita que situemos o aglomerado humano com a desejável precisão e certeza. Acompanhamos, nesse aspeto, a opinião mais comum da historiografia atual, que faz coincidir com o povoado castrejo, romanizado, da *Penaventosa*, na cidade do Porto, o local assim nomeado pelos antigos[1492]. Mas já quanto à *mansio* concreta elencada no *Itinerário* de Antonino, sugerimos – por razões em local próprio expostas – que poderá ter tido assento na margem sul, sem prejuízo de supormos que estabelecimento idêntico poderá ter existido da banda setentrional[1493]. Bem mais céticos ficamos, em contrapartida, com a aludida menção, atribuída ao poeta Salústio, de que Perperna, no âmbito das guerras sertorianas, terá atacado a mesma *Cale*, no ano de 74 ou 73 a.n.e., questão a que, aliás, dedicámos larga consideração no capítulo quinto[1494]. Mas, na verdade, o interesse do assunto é meramente historiográfico: mesmo que tal evento militar tenha sido verídico, que

[1491] *Vd. supra*, ponto 1.1.

[1492] Não importando particularmente explorar, a nosso ver, a suposta origem, evolução linguística ou significado original do topónimo. *Vd. supra*, pontos 5 e 5.3, *passim*.

[1493] *Vd. supra*, ponto 5.1.1.

[1494] Veja-se, em particular, o ponto 5.1.2., embora o tema seja aflorado em outras passagens.

informação acrescenta? Que já existia *Cale* na década de 70 a.C.? Que o castro tinha população, riquezas ou relevância bastantes para suscitar o interesse do exército insurgente?

A avaliação arqueológica dos resultados das últimas décadas da arqueologia portuense – que já havíamos ensaiado em estudos de menor escopo e amplitude (SILVA, 2010c; 2011), aliás desatualizados em função da intensa atividade arqueológica urbana nos anos mais recentes – conduziu-nos a uma mais nítida perceção da realidade arqueológica da cidade, tanto em época proto-histórica como sob o domínio romano. Sobre os castros há menos novidades, uma vez que a maior parte dos locais que, pela toponímia ou orografia, parecem ter servido de assentamento a povoados desta ordem, permanecem avaros a proporcionar-nos evidências materiais mais substantivas[1495]. Não obstante, temos por certo, que um pequeno castro foi instalado sobre o morro da capela de Santa Catarina, elevação até agora não considerada nessa categoria[1496], devendo aguardar-se, com prudência mas expectativa, novos achados relacionados com algumas ocorrências esparsas de materiais cerâmicos de aspeto proto-histórico.

No atinente à vida do atual espaço da cidade do Porto no período posterior à conquista romana, propomos uma modelação do território antropizado com aspetos inéditos, mesmo em relação à nossa precedente sugestão (SILVA, 2010c). No núcleo central de ocupação, importava distinguir o castro romanizado da habitação exclusivamente romana no seu sopé, uma vez que são distintos, em ambos os locais, os ritmos e modalidades da residência e atividades. A Penaventosa[1497] era um castro pequeno, limitado pelo espaço e pela orografia íngreme e pedregosa. Instalado sobre aquela elevação desde o Bronze Final ou os primeiros séculos da Idade do Ferro[1498], permaneceu sempre habitado, durante o meio milénio do Império e, desde então, até aos dias de hoje. Todavia, a informação sobre as arquiteturas ou a organização urbanística do povoado é muito escassa e truncada, não podendo sequer determinar-se com o mínimo de confiança remodelações de planimetria como as observadas em outros castros do noroeste ao longo do século I.

No sopé, junto ao rio – e certamente, acompanhando a margem esquerda do rio de Vila, ao encontro da primeva *Cividade* – estabeleceu-se um *uicus*, que designámos como «Vila Baixa», recuperando nomeação medieval, para que também pela nomenclatura se distinga bem, no futuro, do castro da Penaventosa. Independentemente do que tal possa significar em termos de estatuto, urbanismo ou importância económica, não há no Porto, entre os atuais espaços da Ribeira e a igreja do mosteiro de São Francisco[1499], evidência arqueológica que possamos fazer corresponder a uma «cidade» romana, se bem que, mesmo nas dimensões referidas, a hierarquia e linha divisória entre cidade e *uicus* seja, por vezes, muito fluída. Os trabalhos arqueológicos realizados nesta zona da cidade moderna, em especial desde o projeto da Casa do Infante (1991-2003)[1500], revelam, sistematicamente, restos arquitetónicos e espólio arqueológico do Baixo-Império, sendo mais rarefeitas, mas presentes, a *terra sigillata* e outras

[1495] *Vd. supra*, ponto 5.3.1.

[1496] *Vd. supra*, os pontos 5.3.1.4 e 5.3.2.7.

[1497] Designação que propomos para uniformizar a referência científica ao povoado, substituindo o «morro da Sé», «castro do Porto» e expressões congéneres.

[1498] Começa a ser mais frequente a localização de cerâmicas proto-históricas de feição mais arcaica em escavações arqueológicas feitas na Penaventosa, por vezes mesmo em depósitos significativos (veja-se o ponto 5.3.1.1); mas, não só, tais materiais se encontram por estudar, como não dispomos de qualquer datação absoluta que os enquadre cronologicamente.

[1499] Esta área correspondia ao antigo «Quarteirão dos Banhos», de ascendência, pelo menos alto-medieval (*cfr*. ponto 5.3.3.1.2). É possível, a admitir-se, como parece muito provável, a existência de um estabelecimento termal em época romana, que o mesmo ali estivesse situado, precisamente no limite da mancha construída do *uicus*.

[1500] Veja-se o ponto 5.3.3, com referência à bibliografia própria.

cerâmicas do século I. Os dados são ainda muito lacunares e pouco estudados, mesmo na área nuclear do quarteirão da Casa do Infante, mas a proposta interpretativa que lançámos não é, como é evidente, a de um início tardio da ocupação desta zona; mas, fundamentalmente, a de uma profunda renovação urbanística e arquitetónica, datável talvez entre os séculos IV e V, a qual, aparentemente, terá obliterado em grande extensão, considerando os elementos exumados, as prévias construções do Alto Império. Tal renovação marcaria, se é certo o nosso juízo, a predominância de *Portucale* sobre o «velho» aglomerado de *Cale*, resiliente e até, talvez, com funções específicas de governo ou centralidade religiosa, mas secundarizado pela dinâmica portuária e comercial dos quarteirões ribeirinhos.

A par desta dicotomia Penaventosa *us.* Vila Baixa, que será, principalmente, operativa em termos do processo de aproximação arqueológica e concetualização histórica, pois, certamente, ambos os aglomerados estariam bastante interconectados entre si; a «reorganização» dos dados arqueológicos da cidade possibilitou-nos subdividir o «Porto romano», abstração agora sem sentido, numa rede de sítios e núcleos de povoamento, à semelhança do que sucede na maior parte do território envolvente que escolhemos como área de estudo. Chamamos-lhe, por ora, «núcleos de povoamento», expressão cuja neutralidade por certo esconderá aldeias, granjas e casais ou outro tipo de assentamentos dos tempos romanos, que a investigação futura, com o acréscimo de novos dados, mais seguramente tipificará, se à arqueologia for dada oportunidade de acompanhar e intervir na acelerada destruição dos solos e das paisagens antigas, elemento mais notório da atualidade das nossas cidades, que não só o Porto.

Contígua à Vila Baixa e Penaventosa, deve referir-se, a norte, a ocupação romana do morro da Cividade, para já muito pouco expressiva, mas certamente com prolongamento para a encosta e sopé a poente, área também na Idade Média identificada com a mesma Cividade[1501]. Descendo o rio da Vila – que ali parece constituir bacia de confluência de outras linhas de água – destacamos na sua margem direita outro núcleo de povoamento, que dos terrenos aluviais ascende pelo morro da Vitória; a autonomia espacial deste núcleo de povoamento, julgamos, depende de eventuais vestígios que venham a encontrar-se à cota alta daquela elevação[1502], orograficamente bem distinta da Penaventosa pelo encaixe, precisamente, do vale do rio de Vila.

Descendo ao Douro, vemos, sem surpresa, outros núcleos despontar ao longo da margem do rio, habitualmente junto às fozes dos seus afluentes, como já tínhamos antevisto (SILVA, 2010c) e agora se patenteia com maior clareza. Da Vila Baixa para poente, encontramos, na foz do rio Frio, o núcleo de *Miragaia* (muito próximo, mas exterior ao *uicus*, tal como viria a suceder nos tempos medievais, em que constituía uma quase vila fora de muralhas). Mais a ponte, coincidindo com a foz da ribeira de Massarelos, o *Campo do Rou*, porventura associado ao *Cristelo* que mora ao lado; *Santa Catarina/Ouro*, núcleo entre a ribeira de Granja e outra linha de água paralela, inominada, de onde nascia via antiga a apontar ao litoral[1503], ladeando, entretanto, ao cimo das Condominhas, o conjunto de *Mouteiras/Serralves*, provável complexo agrícola tardo-romano com várias construções dispersas por uma área de significativa extensão[1504].

[1501] Para não termos de remeter o leitor para o desenvolvimento de cada um dos núcleos no corpo da tese, vejam-se, para cada caso, os diversos subtítulos do ponto 5.3.2.

[1502] Por ora ainda muito vagos e pontuais (*cfr*. ponto 5.3.2.4).

[1503] *Vd. supra*, ponto 5.3.3.1.5.

[1504] Apesar de duas intervenções arqueológicas já levadas a efeito no local, com numerosas sondagens escavadas, não foi ainda possível discernir a planta de qualquer construção nem perceber, entre os diversos tramos de alicerces e valas de fundação de muros, sequer a orientação geral do conjunto edificado (*cfr*. ponto 5.3.2.8 para planta e maiores detalhes).

Avançando para o interior da urbe moderna (mas em distantes arrabaldes até à Baixa Idade Média), deparamo-nos com o núcleo de povoamento de *Cedofeita*, onde – certamente não por acaso – se viriam a fundar importantes cenóbio e templo na Alta idade Média – e, em outros locais, distintos polos de ocupação, ainda de parca presença material ou, até, apenas em fase de escavação, como exemplificado pelas sondagens junto à igreja paroquial de Paranhos, que parecem estar a revelar construções, talvez, de um casal da Baixa Romanidade[1505].

Como comentámos, a expressão arqueológica destes núcleos de povoamento é, por enquanto, muito modesta, reduzida, por vezes, quase tão só a alguns fragmentos de *tegulae*, sendo raros os casos em que às cerâmicas romanas acresce algum resto de construção ou evidência epigráfica, como sucede em Miragaia. A nuclearização que resulta do mapeamento dos vestígios arqueológicos, ainda que decorrente de uma diferenciação administrativo-patrimonial[1506], não deixa, a nosso ver, de ter importante significado. Não, certamente, como fossilização segura e atestada da «paisagem romana». Não temos essa presunção, como não teremos qualquer dúvida, em consequência de pesquisas próprias ou alheias, em corrigir ou redesenhar a cartografia romana do território portuense. A nossa expectativa é que este avanço na aproximação ao *uicus* e território mais imediato da *ciuitas*, se o primeiro era sede desta, possa permitir avanços sensíveis no modo de entender de forma mais precisa o que, até agora, era sobretudo o «Porto romano».

O particular desenvolvimento urbanístico que o *uicus* da Vila Baixa parece ter protagonizado nos últimos séculos do domínio de Roma, com a emergência de residências «nobres» dotadas de mosaicos, como é patente, nomeadamente no edifício tardo-romano da Casa do Infante (DORDIO, 2011), pode ter sido refletido também na Penaventosa, nomeadamente se admitirmos a expressão «*castro novo*» do *Parochiale* como podendo aludir a um momento de restauro ou reedificação da muralha dos tempos castrejos e romanos[1507]. A promoção da cidade (e aqui, naturalmente, fundem-se, ainda que com diferentes tecidos urbanos, o antigo *uicus* com o antigo castro) a sede episcopal, a que depois se seguiria a qualidade de centro emissor de moeda, traduzem novas dinâmicas e centralidades, coevas – em nosso entender – da generalização do topónimo *Portucale*, ou formas afins, que a par do paroquial suevo, também o bispo Idácio não deixou de registar[1508]. Admitimos, mais como hipótese de trabalho que como resultado de pesquisa sustentada, que a mesma designação (*Portucale*) possa ter sido, temporariamente, aplicada ou entendida como extensível às povoações ribeirinhas de ambas as margens do Douro (ALARCÃO, 2005b: 304; 2019a: 9-10), restringindo-se à riba direita ao mesmo tempo que a cidade ali assumia maior protagonismo político e religioso[1509]; mas também no *Castelo* e na *Vila Nova* de Gaia não faltam sinais que, de algum modo, parecem contradizer – ou, talvez, retardar, alguma perda de

[1505] SÁ, 2021. *Cfr*. Vol. II, Inventário II.A, ficha IPA.21.

[1506] Na verdade – importa que o recordemos para quem esteja menos avisado das modernas práticas de salvaguarda arqueológica – o condicionamento dos projetos de arquitetura e outras obras intrusivas do subsolo depende de estarem localizadas em perímetros de salvaguarda definidos em cartografia própria do Plano Diretor Municipal do Porto. A delimitação destes perímetros é feita a partir da informação histórica ou arqueológica disponível. Ao hierarquizar, em termos de potencial arqueológico, apenas um conjunto de zonas da cidade (embora, na atualidade, com superfícies relativamente generosas), em todo o restante espaço concelhio, que é, na sua totalidade, urbano, qualquer achado arqueológico depende do acaso e da sua identificação e atempada comunicação às autoridades.

[1507] *Vd. supra*, ponto 5.1.5.

[1508] Se bem que, devemos notar, em termos pouco precisos, até ambíguos («*ad locum qui Portumcalem appelatur*»), quando postos em relação com a importância que *Portucale* parece ter começado a assumir, precisamente ao tempo do bispo flaviense. *Cfr*. ponto 5.1.4 e, também, *supra*, o ponto 2.2.5.

[1509] Sobre a particular questão da evolução toponímica, e histórica, das povoações de ambas as margens, veja-se, atrás, o ponto 2.2.5.

protagonismo, tanto no campo da atividade comercial[1510], como no que se refere à edilícia sacra, como é testemunhado, nomeadamente, pelas ruínas da basílica da Quinta de Santo António[1511].

8.2. DA *MANSIO [AD] CALEM* A *CAENO* (?)

A mesma metodologia de aquisição de dados e análise foi seguida em relação à cidade de Gaia, na fronteira margem do Douro. Aqui, não oferecia já qualquer dúvida a ocupação castreja e romana da colina do Castelo de Gaia[1512], se bem que as intervenções arqueológicas mais recentes tenham proporcionado insuspeitadas descobertas, de primeira ordem, que potenciaram ainda mais o valor arqueológico desta estação, que constitui, à semelhança da Penaventosa, um povoado de longa duração e ocupação permanente (SILVA, 2017a; 2018; 2020b; NASCIMENTO *et al*, 2020). Também de modo idêntico ao desenvolvimento da riba portuense, a nascente do Castelo de Gaia, junto ao Douro e expandindo-se, talvez, para a tradicional (mas impropriamente) designada por «concha do vinho do Porto»[1513], temos crescente evidência de ocupação dos tempos da dominação romana. Com menor expressão cartográfica, por certo, e também, por ora, restringida, quase sistematicamente, a esparsos restos cerâmicos, o que deve ser ponderado em relação com o número de sondagens arqueológicas e o volume de sedimentos escavados em ambos os *uici*, se nesta categoria podemos também incluir a *Vila Nova* da margem sul[1514].

Deste modo, ao incluirmos no âmbito geográfico deste estudo a margem sul do Douro correspondente ao concelho de Vila Nova de Gaia, fizemo-lo porque entendemos não ser compreensível a ocupação antiga do Porto sem considerar a articulação com a área urbana simétrica de Gaia, como em devido ponto se explicou. Importa por isso que deixemos agora algumas reflexões sobre os resultados – e sobretudo as questões – a que tal percurso inquisitivo nos conduziu.

Uma primeira apreciação, certamente pouco surpreendente, é a de que, não obstante, do ponto de vista administrativo, as duas áreas terem estado em campos distintos desde a reorganização provincial de Augusto (a primeira com efeitos práticos para as populações locais), o território gaiense sempre na Lusitânia; o portuense, primeiro na efémera *Prouincia Transduriana*, logo na Tarraconense e por fim na Galécia; tal situação não parece nunca ter constituido uma fronteira efetiva em outros planos que não o administrativo. Ou seja, ainda que a geografia política fizesse divergir a rede de poderes e tutelas, as dinâmicas comerciais e sociais, naturalmente, ligaram as duas margens do Douro numa comunidade de interesses e de intercâmbios, não sabemos, até, se em regime concorrencial. Constituindo o baixo Douro um ponto de travessia dos caminhos litorais da faixa atlântica, com eixos de atravessamento do rio, pelo menos, em Crestuma e na ligação entre «Vila Nova» e o *uicus* setentrional da «Vila Baixa», tal circunstância gerou uma malha de circuitos de receção e troca de produtos que só agora, através da arqueologia, começamos a vislumbrar.

[1510] Como comentaremos já de seguida, a presença de contentores anfóricos tardo-antigos, manifesta-se com significativa expressão em escavações da margem sul do Douro, tanto no Castelo de Gaia, como no Castelo de Crestuma.

[1511] Vejam-se NASCIMENTO, SOUSA, SILVA, 2007; 2008; NASCIMENTO *et al*., 2020; NASCIMENTO, SOUSA, e.v.p. e, para uma perspetiva de enquadramento, SILVA, 2017a; 2020b.

[1512] *Vd. supra*, ponto 5.3.4.1.

[1513] Pois, na verdade, a dispersão dos armazéns ligados ao armazenamento desta popular substância etílica, é bem mais ampla que a turística área das «caves».

[1514] *Vd. supra*, ponto 5.3.4.2.

A maior pujança da margem sul, como ponto de chegada de mercancias[1515] durante as últimas décadas do século I antes da nossa era parece-nos notória. A avaliação dos materiais tardo-republicanos de uma das mais importantes intervenções no Castelo de Gaia[1516] tinha-nos oferecido já essa perceção, designadamente pela importante representação das séries anfóricas de contentores itálicos Dressel 1, em todas as suas variantes, ou das ânforas de tipo «ovóide lusitana» (SILVA *et al*., 2017: 321-325). A ampliação das escavações no mesmo local, não só confirmou as nossas observações, como as reforçou, com o acréscimo de maior contingente de cerâmicas importadas desse período e dos séculos anteriores (CARVALHO, RAMOS, 2020; RAMOS, CARVALHO, 2020), para além da extraordinária descoberta do conjunto de *horrea* (RAMOS, 2020), cujo enquadramento militar nos parece indiscutível, como em devido ponto discutimos[1517]. Bem menos expressiva é a presença destes materiais nos ambientes arqueológicos portuenses, quer se rastreiem o vasilhame anfórico, quer outras importações cerâmicas.

Esta constatação, estritamente arqueológica, pode permitir-nos pequeno excurso acerca das teses que propugnavam a prioridade da ocupação humana de Gaia sobre o Porto, para usar as designações modernas. De facto, constitui notória e incontestável evidência historiográfica a circunstância das fontes mais antigas assinalarem, de forma quase unânime que os «primeiros» povoadores dos territórios da foz do Douro – fossem «gregos», «pescadores da Galiza» ou outros, ter-se-iam estabelecido, primordialmente, na margem esquerda; e só depois teria sido «colonizada» a margem fronteira[1518].

Naturalmente, os cronistas medievais e os eruditos humanistas não tinham, sobre a evolução da ocupação humana de uma região, a noção evolutiva com que a arqueologia e a pré-história nos habilitaram desde o século XIX; para esses autores, a única aproximação às «origens e fundação» das cidades – únicas entidades relevantes – era a da sua criação *ex nihilo*, numa data mais ou menos mítica, por determinados heróis ou personalidades, quase sempre igualmente míticas, ou por colonizadores forâneos, de uns ou outros se explicando os nomes dos lugares: Setúbal fundada por *Túbal*, ou Gaia pelos *Graios*, para recordar alguns exemplos dessas narrativas a-históricas. Nesta linha, a própria toponímia, a curiosidade sobre os nomes dos sítios habitados, atuava muitas vezes como elementos que despoletava a indagação historiográfica, colmatada de forma mais ou menos literária ou imaginativa nas suas muitas lacunas.

Mas tendo em conta estas circunstâncias, que caracterizam um pensamento científico pré-moderno, muito distante das nossas aproximações atuais, julgamos que a ideia recorrente da prioridade de Gaia não pode explicar-se por mera repetição ou imitação de autores precedentes: deverá traduzir, provavelmente, uma tradição erudita, e esta, porventura (o que é mais difícil de verificar) uma tradição de senso comum, popularizada ao longo de gerações[1519]. Esta tradição erudita precederá, aliás, a vulgarização da informação do *Parochiale* sobre os dois «*Portucales*», o «antigo» e o «novo», que apenas surge nos textos portugueses a partir dos autores tardo-humanistas, como Bernardo de Brito ou Rodrigo da Cunha na transição do século XVI para a centúria seguinte.

[1515] E, provavelmente, também de consumo e redistribuição para outras paragens. Desconhecendo-se a proporção demográfica entre os aglomerados populacionais do Castelo de Gaia e da Penaventosa, nada nos autoriza a pensar que o primeiro fosse, do ponto de vista comercial, mero subsidiário do último.

[1516] RRT.08 («Rei Ramiro Terraces», antigo Hard Club). Vejam-se Inventário IB e ponto 5.3.2.1.

[1517] *Vd. supra*, ponto 5.3.2.1.

[1518] *Vd. supra*, ponto 2.2., em especial os dois primeiros subpontos.

[1519] Tanto mais, pode acrescentar-se, que, numa visão erudita, seria mais evidente dar tal prioridade à cidade do Porto, considerando o peso que a urbe teve na fundação da nacionalidade – reconhecido por todos aqueles autores – e a sua própria importância económica e política, em crescendo desde, pelo menos, o século XIII.

Sabemos, pelos dados da arqueologia, que tal precedência geográfica não terá tido origem em tempos proto-históricos. Ambas as colinas, o morro da Penaventosa e o Castelo de Gaia, sediaram estabelecimentos humanos permanentes a partir dos finais da Idade do Bronze, que se mantiveram e ampliaram ao longo do primeiro milénio antes de Cristo. Discutir cronologias mais finas, de um ou outro lado, é irrelevante para a questão e outras comparações possíveis (como a superfície de ambos os castros ou o número de habitantes) serão também pouco proveitosas. Do mesmo modo, faltam-nos quaisquer outros indicadores de relevância relativa ou mesmo de importância geopolítica ou de eventual capitalidade regional de ambos os sítios, que nem sequer estariam em relação de «hierarquia» direta durante os tempos pré-romanos, considerando que pertenceriam a entidades étnicas distintas – os *Turduli* na margem sul (pelo menos a partir de certo momento da proto-história) e os *Callaeci* do lado norte –, como é quase consensual entre os autores modernos. Desta forma, poder-se-á lançar a questão: terá o castro do *Castelo de Gaia* assumido, durante a fase dos primeiros contactos com os Romanos (na expedição de César?), por razões geográficas de acessibilidade portuária, ou outras que ignoramos, qualquer predominância que, porventura, possa justificar o «mito» da ocupação inicial da margem esquerda do rio?

Poucas décadas depois deste aparente *floruit* do Castelo gaiense como posto recetor de importações meridionais, deve relevar-se, em contrapartida, a extraordinária proporção de ânforas Haltern 70 detetadas na aglomeração da margem setentrional. Estes materiais, acompanhados de outras produções alto-imperiais, são provenientes, designadamente, do «vertedeiro» do Aljube, mas também de outras intervenções arqueológicas, como comprovou Rui MORAIS (2013a; 2018b; e.v.p.; MORAIS, CARRERAS, 2004), parecendo atestar um particular desenvolvimento do consumo dos preparados vinícolas, piscícolas e outros produtos na Penaventosa, traduzindo novos hábitos alimentares ou, porventura, uma composição social algo diversa do substrato indígena[1520].

Não podemos, por enquanto, por falta de dados, avaliar com a precisão necessária, a situação coeva nos núcleos da margem sul; mas deve sublinhar-se uma eventual alteração de estatuto político que não será talvez despicienda para esta circunstância, pois enquanto *Cale* poderá ter constituído, a partir do câmbio de era ou pouco tempo depois, um povoado capital de *ciuitas*, outro tanto não parece verificar-se em relação ao Castelo, provavelmente, como vimos, o *Caeno oppidum* das fontes tardias[1521]. Residirá nesta, aparente, diferença de importância económica, e, talvez, de aparato dos dispositivos defensivos[1522], a razão da expressão *castrum antiquum* com a qual o *Parochiale*[1523] adjetivou o antigo povoado castrejo meridional?

Já em período tardo-antigo, não obstante as importantes dinâmicas edilícias que se observam no *uicus* da Vila Baixa, designadamente no Quarteirão da Casa do Infante[1524], os portos e fundeadouros da margem sul parecem ter recuperado predominância, atentos os relevantes contingentes de ânforas norte-africanas e orientais, acompanhados pelas séries cerâmicas de *sigillata* tardia de idêntica proveniência, registados tanto em diversas

[1520] Sobre a natureza deste comércio de feição essencialmente atlântica, e os bens e produtos nele eventualmente envolvidos, veja-se o ponto 4.9.

[1521] *Vd. supra*, ponto 5.1.3.

[1522] Com efeito, pelos dados disponíveis, o sistema de muralha do Alto Império, com o duplo fosso precedente, detetado no Castelo de Gaia, parece mais impressionante que o das muralhas da Penaventosa, mas os dados disponíveis recomendam alguma prudência nesta apreciação, atendendo aos achados do Quarteirão da Bainharia (*vd.* Inventário I.A, BAI.09 e pontos 5.3.4.1 e 5.3.3.1.1.

[1523] *Vd. supra*, ponto 5.1.5.

[1524] *Vd. supra*, ponto 5.3.2.2.

intervenções do Castelo de Gaia (SILVA *et al*., 2017: 321-325; RAMOS, CARVALHO, 2020), como, mais a montante do rio, no importante fundeadouro de Crestuma (SILVA, GUIMARÃES, 2013; SILVA, CARVALHO, 2014; SILVA, PEREIRA, CARVALHO, 2015; SILVA *et al*., 2015).

Esta variação, e aparentemente alternância, entre os ritmos económicos das duas margens, certamente com vertentes sociais e de dinâmicas de povoamento que desconhecemos ainda neste período mais antigo, mas que continuaram ao longo da História, podem ter deixado algum rasto toponímico em certa simetria dos nomes de lugar de ambas as margens[1525]. Mas a consideração da economia, fundamental, não pode deixar de levantar outras questões, extensíveis geograficamente à nossa região de estudo e, temporalmente, aos últimos séculos do «mundo castrejo», para as quais esta dissertação pretendeu também trazer modesto mas intencional contributo.

A evolução toponímica do povoado da margem sul (do *Castelo de Gaia*, que não necessariamente da *Vila Nova*) terão gerado a forma tardia, talvez corrompida na transmissão documental, que a *Cosmografia* do anónimo de Ravena perpetuou como *Caeno*[1526], onde Armando Coelho pretende vislumbrar, a nosso ver, com alguma verosimilhança, a possível raiz do topónimo que os séculos posteriores viriam a consolidar – *Gaia* (SILVA, AF, 2015: 72-73).

8.3. DOS *CALLAECI* À *CALLAECIA*

Callaecus constitui a latinização de um nome cujo exato étnico indígena desconhecemos, admitindo-se, naturalmente, uma raiz **Cal-,* significativamente representada na toponímia autóctone ou latinizada do noroeste e que poderia, por essa razão, ter estado na origem de *populi* ou *castellani* com nomes idênticos (GUERRA 1998: 366-377). Independentemente da seleção, individuação e promoção romana deste etnónimo[1527], não há razão para pensarmos que não tenha tido existência real um qualquer «povo» com este nome ou similar, sendo menos provável, face aos testemunhos conservados, que a designação fosse já utilizada em sentido amplo, agregando diversas «sub-unidades» étnicas, à data da chegada de Bruto.

No trânsito histórico que levou os *Callaeci* às *Callaeciae* (*Bracarensis* e *Lucensis*) e aos *Callaeci* como étnico maior, haverá a considerar, julgamos, dois movimentos em grande medida temporalmente paralelos. O primeiro, que diríamos estritamente de natureza geográfica, administrativa e política terá passado pela generalização por parte das autoridades romanas (e destas aos autores mediterrânicos que escreveram sobre a região) do nome *Callaeci* ao conjunto das entidades étnicas a norte do Douro, daí «inventando», progressivamente a «*Callaecia*». Porquê? Certamente por razões práticas, do mesmo modo que se havia designado Lusitânia uma extensa região com numerosas entidades étnicas entre as quais os Lusitanos, propriamente ditos, poderiam não ser, sequer, os mais numerosos ou destacados (ALARCÃO, 2001)[1528], ou também, em processo análogo, como sucedeu com os Celtiberos, também «inventados» pelos conquistadores (CRUZ ANDREOTTI, 2002: 154) mas que, algumas gerações depois, se auto-designavam já dessa forma (MORET, 2004: 37-39; BELTRÁN LLORIS, 2004: 107; CIPRÉS, 1993: BURILLO MOZOTA, 1998;

[1525] *Vd. supra*, ponto 5.5.

[1526] *Vd. supra*, ponto 5.1.3.

[1527] Que em outros pontos se discutem. Veja-se, por exemplo, o ponto 7.

[1528] A visão de Casimiro Torres, segundo a qual «*los romanos, rindiendo homenaje a su heróismo* [dos *Callaeci*] *llamaron Galicia a todas las tierras que luego habian de conquistar al norte de Lusitania*» (TORRES RODRÍGUEZ, 1949: 368) traduz uma perspetiva romântica, ou nacionalista, que rigorosamente, por falta de fontes, não pode descartar-se, mas que nos parece um tanto ingénua.

PELEGRÍN CAMPO, 2005). Facilitava às entidades romanas, por razões de gestão administrativa, ter uma designação comum, pouco lhes interessando as minudências étnicas, que à administração dos *conuentus* competeria gerir e harmonizar nas suas eventuais tensões ou competição. Nesta «promoção geográfica», que possivelmente, no ideário romano, poderá ter começado entre os finais do século II a.C. e os começos do seguinte, estimulado pelas campanhas de Públio Crasso e de César[1529], os *Callaeci* e o seu solar original não foram tidos nem achados, e só um par de gerações depois, porventura, terão começado a aperceber-se da amplificação territorial do seu nome comum.

Mas enquanto a grande região galaica passava de novidade a designação comum (numa primeira fase entre os colonizadores, mas progressivamente, por insistência destes, certamente às outras unidades étnicas, estimuladas ou forçadas a admitir similar filiação «étnica»), os *Callaeci* talvez não tenham desaparecido de todo. Nos começos da década de 70 do século I da nossa era, quando Plínio-o-Velho foi procurador na Tarraconense, aproveitando para recolher informações para a sua *Historia Natural*, como é geralmente admitido, sobreviveriam ainda, uma vez que a sua *ciuitas* é elencada entre outras da região entre o Douro e o Minho (III, 28). Quer dizer, ao mesmo tempo que a *Callaecia* estava já, informalmente, assumida como «região administrativa» – desde o tempo de Augusto uma espécie de «apêndice de Lusitania» e logo da Citerior/Tarraconense (TORRES RODRÍGUEZ, 1949: 370, 372), sob mando de um legado desde o reinado de Tibério[1530] – com *conuentus* e particularidades próprios, dentro da província Tarraconense, ainda havia, algures, uma comunidade organizada que remontavam aos *Callaeci* primitivos, os *Callaeci* propriamente ditos. Todavia esta menção do Naturalista não suscita interpretação consensual, uma vez que é a única que claramente individua aquele *populus* enquanto *ciuitas*; pois todos os restantes autores falam dos galaicos ou no sentido lato, «moderno», ou como mera memória histórica dos começos da conquista romana do noroeste (TRANOY, 1977: 225-228; 1981: 65-66; GUERRA, 1995: 75-77; 1998: 374-375)[1531].

Naturalmente, se um dia vier a comprovar-se a sugestão de ÜNTERMANN (1993: 383) para explicar a aparente contradição de Plínio, entendendo a referência aos *Callaeci* na enumeração pliniana como um mero qualificativo, adjetivado, dos *Coelerni* para os distinguir de povos de designação idêntica, como os *Colarni,* da Lusitânia – hipótese que PEREIRA-MENAUT (1997a: 244; 1998a: 44-45) parecia, pelo menos, admitir – a própria «sobrevivência documental» dos *Callaeci* será seriamente posta em causa, por absoluta falta de fontes[1532].

Na realidade, com a assimilação cultural da sociedade galaico-romana e a homogeneização étnica que se foi verificando ao longo do tempo, é bastante natural que as antigas identidades se fossem também esvaindo. É sintomático que, pelos finais do século I, desapareça na epigrafia a menção aos *castella* como indicação de proveniência;

[1529] Julgamos prematuro que logo após a campanha de Júnio Bruto o nome da *Gallaecia* se tivesse estendido à faixa costeira situada entre Douro e Minho, como sugeriu Casimiro TORRES RODRÍGUEZ (1949: 368).

[1530] Como, com clareza, esclarece Estrabão, III, 4, 20. Casimiro Torres considerou esta organização intermédia um esboço da futura «*prouincia Gallaeciae*» (1949: 373).

[1531] *Vd. supra*, pontos 6.1 e 6.1.4 em particular.

[1532] TIR-K29: 35-36. Contrariamente à opinião de Tranoy, que interpreta a inscrição funerária de Tarragona, datada do século III, ou um pouco anterior, que memora *Q(uintus) Voconius Rufinus Callaecus*, «preferindo» «*prendre le terme de "Callaecus" dans son sens précis et restreint*» (TRANOY, 1977: 227-228; 1981: 65), julgámos que em época tão tardia seria improvável alguém aludir à sua origem mencionando os *callaeci* primitivos, sendo muito mais razoável assumir tal menção de *origo* em sentido mais generalista, em relação à «grande Galécia» de instituição romana, como interpreta (PEREIRA-MENAUT, 1997a: 244; 2015: 34-35). Certamente que o «primeiro galego» da História, como Gerardo Pereira se referia amiúde ao defunto desta epígrafe, deveria estar já muito distante do último «calaico» das margens do Douro.

provavelmente a partir dessa altura, os indivíduos nascidos no noroeste identificar-se-iam geralmente, com as exceções e particularismos que sempre há, como galaicos, ainda que os seus avós tivessem ainda sido gróvios, bíbalos, límicos ou calecos de velha estirpe. Quando, em tempo de Diocleciano a província da «grande» Galécia finalmente se constituiu, apenas terá vindo, provavelmente, formalizar *de jure* a «*Callaecia-regio*» (PEREIRA-MENAUT, 1998b: 303-304) que, *de facto*, desde há muito estava sedimentada.

Do solar e território dos «primitivos» *Callaeci*, questão de que tratámos em ponto próprio[1533], recorda-se apenas que partilhamos a opinião mais comum, apontando-lhes o baixo Douro setentrional como localização mais provável. Não obstante, deve reconhecer-se, o que «amarra» os *Callaeci* a *Cale* é, basicamente, a coincidência do nome. Sendo muito provável que *Cale* fosse, na verdade, o «berço étnico» daquela entidade (mas não, obrigatoriamente, o seu lugar-central), não ficaríamos totalmente surpreendidos se algum dia, o acaso de uma inscrição ou qualquer outro documento viessem apontar em sentido diverso.

Sem surpresa, igualmente, a análise que efetuámos aos territórios envolventes de *Cale*, tanto a norte do Douro como ao sul deste rio, não revelou, tanto na Idade do Ferro como na romanidade, quaisquer particularismos a nível material, cultural, epigráfico ou de qualquer outra natureza que pudessem distinguir esta área «étnica» de outras. Aliás, a própria divisão provincial assinalada pelo Douro não tem correspondência aparente com qualquer rutura, seja qual for o género de testemunhos arqueológicos que se considerem. Glosando livremente Estrabão, antes, «eram todos lusitanos»; e quando os limites administrativos pretenderam distinguir os povos, a força dos eixos naturais de comunicação, sublinhada pela obra oficial da «Via XVI», encarregaram-se de repor e tonificar os relacionamentos seculares entre as comunidades.

Por fim, não constituindo propriamente uma «conclusão» desta dissertação, não podemos deixar de chamar a atenção para uma questão que levantámos, de forma mais explícita ou subjacente às informações utilizadas, em várias passagens do texto e, de forma mais particular em extenso ponto prévio[1534], acerca do enquadramento legal, dos modelos e da prática arqueológica hodierna, corrente, em particular, nos regimes de salvaguarda e minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico.

Ao ritmo que se vem processando a reurbanização dos centros históricos, como o do Porto, com frequente abertura de caves e impermeabilização dos terrenos, a arqueologia das zonas de maior potencial para desvendar os traços da antiguidade do Porto[1535] tem os dias contados. A próxima geração de arqueólogos pouco poderá já escavar na Penaventosa, na Vila Baixa ou em outras áreas sofregamente conquistadas pelo turismo e pela «reabilitação». Restar-lhes-á estudar os registos e materiais que vamos acumulando, cujas limitações e deficiências a consulta dos inventários anexos não pôde ocultar.

Cale e os *Callaeci* continuarão, seguramente, a intrigar e a desafiar muitos dos que se dediquem à história antiga e à etnogeografia da bacia do Douro português e do noroeste peninsular. Se com este ensaio tivermos contribuído para suscitar novas pesquisas, ou mesmo visões contraditórias às que defendemos, damos por bem empregue os trabalhos e os dias que lhe dedicámos.

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[1533] *Vd. supra*, ponto 6.4.

[1534] *Vd. supra*, ponto 2.3.

[1535] E, aliás, no centro histórico de Gaia a situação não é muito distinta.

9. FONTES E BIBLIOGRAFIA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

9.1. Fontes e *corpora* documentais

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Nota prévia

O seguinte *corpus* respeita apenas às fontes clássicas e tardo-antigas. Outras obras e edições antigas pré-contemporâneas são indicadas na Bibliografia Geral.

Indicam-se, para cada um dos autores (por ordem alfabética), obras ou conjuntos de fontes, primeiro, as edições na língua original, e seguidamente edições críticas e traduções, por ordem cronológica de publicação. Os estudos e comentários respeitantes aos autores ou obras vão listados na mesma Bibliografia Geral. Todas as ligações eletrónicas estavam ativas à data de conclusão deste trabalho.

ÁCIO, *Lucius Accius/Attius*, 170 - c.86 a.C.

RIBBECK, Otto, ed. (1897)
Scaenica Romanorum Poesis Fragmenta. I. Tragicorum Romanorum Fragmenta. Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri

WARMINGTON, E. H., trad. e ed. (1967)
Remains of Old Latin. Vol. II. Livius Andronicus, Naevius, Pacuvius ans Accius. Cambridge; London: Harvard Univ. Press; William Heinemann, Ltd.

ANÓNIMO de Ravena, séc. VIII

PINDER, Moritz; PARTHEY, Gustav, eds. (1860)
Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica (...) ediderunt... Berolini: In Aedibus Friderici Nicolai

SCHNETZ, Joseph, ed. (1940)
Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica [«Itineraria Romana, vol. II]. Stutgardiae: In Aedibus B. G. Teubneri [reed. 1990: Editio stereotypa editionis primae (MCMXL)]

APIANO de Alexandria (Αππιανός), séc. II

ARAÚJO, António Sousa; CARDOSO, José, 1991

História das Guerras da Ibéria de Apiano. Notas introdutórias e versão portuguesa do original grego do século II. [Sep. de «Itinerarium», 37 (139)]. Braga: Livraria Cruz

COMBES-DOUNOUS, Jean-Isaac (trad.); VOISIN, Catherine (rev. e notas); TORRENS, Philippe (introd. e bibliog.), 1993

Appien: les guerres civiles a Rome. Livre I. Paris: Les Belles Lettres

GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J., ed. (2016)

Apiano: Guerras Ibéricas. Aníbal. [introd., trad. e notas]. Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed.

AVIENO, *Rufius Festus Auienus***,** séc. IV

FERREIRA, José Ribeiro, ed. (1985)

Orla Marítima. Avieno. Introd., versão do latim e notas de… Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; Universidade de Coimbra

CATÃO, O Velho, (*Marcus Porcius Cato*), sécs. III-II a.C.

De Re Rustica (*De agricultura*)

Cato, Varro. *On Agriculture.* Traduzido por W. D. Hooper, Harrison Boyd Ash. Loeb Classical Library 283. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

Citações recuperadas de *Lacus Curtius*, https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/home.html

CÍCERO, *Marcus Tullius Cicero*, 106-43 a.C.

HILDEBRANDT, Paul (1907) – *Scholia in Ciceronis Orationes Bobiensia*. Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri

CLAUDIO DONATO, (*T. Claudius Donatus)*, sécs. IV-V

GEORGES, Heinrich [Henricus Georgii], ed. (1906)

Tiberi Claudi Donati ad Tiberium Claudium Maximum Donatianum filium suum Interpretationes Vergilianae; primum ad vetustissimorum codicum fidem recognitas edidit Henricus Georgii ... Lipsiae: in aedibus B. G. Teubneri

DION CASSIO, (Δίων ὁ Κάσσιος, Lucius Claudius Cassius Dio), c. 155-235)

ROMERO MASIA, Ana M.ª; POSE MESURA, Xosé M. (1988)

Galicia nos textos clásicos. [Monografias urxentes do Museu, 3, 1987]. A Coruña: Museu Arqueoloxico Provincial, p. 107-110

DIO CASSIUS, *Roman History* (1914-1927). Trad. de Earnest Cary. (Loeb Classical Library). Harvard University Press, 9 vols. [Recuperado

ESTRABÃO (Στράβων; *Strábōn*), séc. I a.C. – I d.C.

JONES, Horace Leonard, ed. (1949)

The Geography of Strabo. With an English translation by… Vol II. London; William Heineman, Lda.; Cambridge, Massachusets: Harvard University Press [Loeb Classical Library]

GARCÍA Y BELLIDO, António (1993) – *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*. 10ª ed. Ed. e prólogo de M.ª Paz García-Bellido. Madrid: Espasa-Calpe [1ª ed. 1945]

CARDOSO, José (1994)

A Geografia da Ibéria segundo Estrabão. Introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do Livro III dos Estudos geográficos, históricos e antropológico-culturais. Braga: APPACDM Distrital de Braga

GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. (2015)

Estrabón: Geografía de Iberia. Trad. de Javier Gómez Espelosín; presentaciones, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco V. García Quintela e Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed. rev.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora M. (2016)

Estrabão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume

IDÁCIO de Chaves (*Hydatius*), séc. V

MOMMSEN, Theodor, ed. (1894)

Chronica minora saec. IV, V, VI, VII. Vol. 2. MGH Scriptores. Auctores antiquissimi, 11. Berlin: Weidmann

MACÍAS, Marcelo (1906)

Cronicón de Idacio. 2ª ed. Orense: Imprenta de A. Otero [Disponível, com tradução francesa, em http://remacle.org/bloodwolf/historiens/hydace/chronique.htm]

TRANOY, Alain, ed. (1974)

Hydace – Chronique. [Introduction, texte critique, traduction] Paris: Editions du Cerf., 2 vols.

CARDOSO, José, ed. (1982)

Idácio – Crónica de Idácio. Descrição da Invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (Séc. V). [Versão e anotações]. Braga: Universidade do Minho

BURGESS, Richard W. (1988) – *Hydatius: A late roman chronicler in post-roman Spain. An historiographical study and new critical edition of the Chronicle*. 2 vols. Tese de Doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade de Oxford

BURGESS, Richard W., ed. (1993)
The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: two contemporary accounts of the final years of the Roman Empire. *Oxford classical monographs*. Oxford: Clarendon Press

BERNÁRDEZ VILAR, Xoán (2004) – *Idácio lémico: Chronica (379-469).* Cadernos Ramón Piñeiro, VI. S. l.: Xunta de Galicia

CANDELAS COLODRÓN, César (2004) – *O Cronicón de Hidacio, bispo de Chaves*. A Coruña: Editorial Todosoutos

ITINERARIO de Antonino, sécs. III-IV

TORY, Geoffroy, ed. [c. 1480 – c. 1533]; ESTIENNE, Henri [1460?-1520], imp. (1512)
Itinerarivm prouinciarum omniu[m] Antonini Augusti: cum fragmento eiusdem, necnon indice haudquaq[ue] asperna[n]do. Parrhisijs, Venale habetur vbi impressum est, in domo Henrici Stephani [1512]. https://hdl.loc.gov/loc.rbc/Rosenwald.0954

WESSELING, Peter, ed. (1735) [*Petro Wesselingio*, 1692-1764]
Vetera romanorum itineraria, siue Antonini Augusti Itinerarium, cum integris Jos. Simleri, Hieron. Suritae, et And. Schotti notis. Itinerarium Hierosolymitanum, et Hieroclis grammatici synecdemus. Curante Petro Wesselingio... Amstelaedami: Apud J. Wetstenium & G. Smith

PARTHEY, G.; PINDER, M., eds. (1848)
Itinerarium Antonini Avgvsti et Hierosolymitanvm: ex libris manvscriptis ediderunt…. Berolini: Inpensis [sic] Friderici Nicolai

CUNTZ, Otto; WIRTH, Gerhard, eds. (1990)
Itineraria Antonini Augusti et Burdigalense. Accedit Tabula Geographica. Editio stereotypa editionis primae 1929. Berlin: Walter de Gruyter

PAROCHIALE Sueuum, séc. VI

DAVID, Pierre (1947)
Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

PERIOCHAE [*Titi Liui Periochae omnium librorum ab urbe condita*], séc. IV

VILLAR VIDAL, José António (1995)

Tito Livio: Periocas, Periocas de Oxirrinco. Fragmentos. Julio Obsecuente: Libro de los Prodigios. Introd., trad. e notas de… Madrid: Gredos

PLÍNIO, o Velho (*Gaius Plinius Secundus)*, séc. I

GUERRA, Amílcar, ed. (1995)
[*Naturalis Historia*] *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. [trad. e comentários] Lisboa: Colibri

FONTÁN, Antonio; GARCÍA ARRIBAS, Ignacio; ENCARNACIÓN DEL BARRIO, M.ª Luisa Arribas, trad. e notas (1998)
Plinio el Viejo. Historia Natural. Libros III-VI. Madrid: Editorial Gredos

PLUTARCO (Πλούταρχος; *Lucius Mestrius Plutarchus)*, sécs. I-II

AGUILAR FERNÁNDEZ, Rosa M.ª; PÉREZ VILATELA, Luciano, eds. (2004) *Plutarco: Vidas de Sertorio y Pompeyo*. Edição de Rosa Mª Aguilar (introd. a Plutarco e trad.) e L. Pérez Vilatela (introd. às «Vidas» e notas). Madrid: Akal

SILVA, Maria de Fátima; BRANDÃO, José Luís, eds. (2019)
Plutarco: Vidas paralelas – Alexandre e César. Tradução, introdução e comentário de… Coimbra: Imprensa da Universidade

POMPÓNIO MELA, séc. I

FRICK, Carolus (ed.), 1880
Pomponii Melae De Corographia Libri Tres. Recognovit… Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri

SALÚSTIO (*Caius Salustius Crispus*), séc. I a.C.

FEIO, J. V. Barreto (1850)
Sallustio em portuguez. Nova edição. Lisboa: Tip. Rollandiana

MAURENBRECHER, Bertold, ed. (1891)
C. Sallusti Crispi Historiarum Reliquiae. Fascic. I – Prolegomena. Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri

MAURENBRECHER, Bertold, ed. (1893)
C. Sallusti Crispi Historiarum Reliquiae. Fascic. II – Fragmenta. Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

FRASSINETTI, Paolo, ed. (1963)
Sallustio: Opere e frammenti. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese

SILVA, Agostinho da (1974)
Salústio: obra completa. [trad. e introd.]. Lisboa: Livros Horizonte

REYNOLDS, L. D. (1991)

C. Sallusti Crispi Catilina, Yugurtha, Historiarum fragmenta selecta. Appendix sallustiana. Recognouit breuique adnotatione critica instruxit … Oxford: Oxford University Press

McGUSHIN, Patrick (1994)

Sallust, The Histories [tradução, introd. e coment.]. Vol. 2. Oxford: Clarendon Press

BARTOLOMÉ SEGURA, Ramos (1997)

Salustio: Conjuración de Catilina; Guerra de Jugurta; Fragmentos de las «Historias». Pseudo-Salustio: Cartas a César; Invectiva contra Cicerón. Pseudo-Cicerón: Invectiva contra Salustio. Introducción, traducción y notas de … Madrid: Ed. Gredos 1997

POSADAS, Juan Luis, ed. (2006)

Gayo Salustio Crispo: Fragmentos de las Historias*.* Estudio preliminar, edición, traducción y notas de … Madrid : Ediciones Clásicas

FRASSINETTI, Paolo; DI SALVO, Lucia (2013)

Caio Sallustio Crispo. Opere. [texto latino e tradução]. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese [ebook]

LA PENNA, Antonio; FUNARI, Rodolfo, eds. (2015)

C. Sallusti Crispi Historiae. I: Fragmenta 1.1–146. Berlin; Boston: De Gruyter

MARTOS FERNÁNDEZ, Juan (edição e tradução), 2018 – *Gayo Salustio Crispo, Obras.* Madrid: Cátedra

SÉRVIO (*Marius/Maurus Seruius Honoratus*), sécs. IV-V

RICCHIERI, Lodovico [Ludovici Coelli Rhodigini] [et al.], eds. (1566)

P. Virgilii Maronis, Poetæ Mantuani, universum poema. Cum absoluta Servii Honorati Mauri, grammatici, & Badii Ascensij interpretatione: Probi, & Ioannis Viuis in Eclogas allegoriis. Qvibvs accesservnt Ludovici Coelii Rhodigini, Ioannis Scoppæ Parthenopæi, Iacobi Constantij Fanensis, Francisci Campani Colensis, Iacobi Crucij Bononiensis (…). Venetiis: apud Ioannem Mariam Bonellum

RICCHIERI, Lodovico [Ludovici Coelli Rhodigini] [et al.], eds. (1572)

P. Virgilii Maronis, Poetæ Mantuani, universum poema. Cum absoluta Servii Honorati Mauri, grammatici, & Badii Ascensij interpretatione: Probi, & Ioannis Viuis in Eclogas allegoriis. Qvibvs accesservnt Ludovici Coelii Rhodigini, Ioannis Scoppæ Parthenopæi, Iacobi Constantij Fanensis, Francisci Campani Colensis, Iacobi Crucij Bononiensis (…). Venetiis: apud Haeredes Ioannis Mariae Bonelli

GOLDSCHMIDT, Georg [Fabricius, Georgio Fabricio Chemnicense], ed. (1575)

P. Vergilii Maronis Opera, quæ quidem extant, omnia: Cvm Veris In Bvcolica, Georgica, & Aeneida Commentarijs Tib. Donati & Seruij Honorati, summa cura ac fide à Georgio Fabricio Chemnicense emendatis. Basileae Ex Officina Henricpetrina, s.d. [1575]

[https://onb.digital//result/10A113CE]

PALMIER, Janus Meller [Jani Melleri Palmerii, Janus Mellerus Palmerius], ed. (1677)

C. Crispi Sallustii opera omnia quae exstant, cum commentariis integris Joh. Rivii, Aldi Manutii [et al.] et selectis Jani Gruteri, H. Glareani [et al.]. Accedunt huic editioni Jani Melleri Palmerii spicilegia in eundem auctorem. […]. Editio novíssima. Lugd. Batav. Ex Officina Hackiana, 1677. [https://books.google.pt/books?vid=BL:A0021206671&redir_esc=y]

HAVERKAMP, Siwart [Sigeberti Havercampi], ed. (1742)

C. Crispi Sallustii quae exstant, cum notis integris Glareani, Rivii, Ciacconii [et al.] (...). Accedunt Julius Exsuperantus et Porcius Latro ut et Fragmenta Historicorum cum notis integris A. Popmae, Coleri, Ruperti [et al.]. Cura Sigeberti Havercampi (...). Tomus secundus. Amstelaedami, Apud F. Changuion [et al], 1742

[https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5325857814&view=1up&seq=8]

LION, Heinrich Albert, ed. (1826)

Commentarii in Virgilium Serviani, sive commentarii in Virgilium, qui Mauro Servio Honorato tribuuntur / ad fidem codicum guelferbytanorum aliorumque recensuit, et potioribus variis lectionibus indicibusque copiosissimis instruxit H. Albertus Lion ; acc. Virgilii interpretes a Maio primum editi, Philargyrius et Probus. Gottingae: Vol. I. Vandenhoeck, 1826. Disp. em https://lib.ugent.be/catalog/rug01:001758294

THILO, Georg; HAGEN, Herman, eds. (1881; 1893)

Maurus Servius Honoratus. In Vergilii carmina comentarii. Servii Grammatici qui feruntur in Vergilii carmina commentarii; recensuerunt Georgius Thilo et Hermannus Hagen. Vol. II (…) recensuit Georgius Thilo. Leipzig. B. G. Teubner. 1893.

http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0053%3Abook%3D7%3Acommline%3D728

RAMIRES, Giuseppe, ed. (2003)

Servio, Commento al libro VII dell'Eneide di Virgilio. Con le aggiunte del cosiddetto Servio Danielino. Bologna: Pàtron

VERGILIO (*Publio Virgilius Maro*), séc. I a.C.

CONINGTON, John, ed. (1871)

P. Vergili Maronis. Opera. With a commentary by…Vol III. London: Whittaker & Co.; George Bell

GREENOUGH, J. B., ed. (1900)

Bucolics, Aeneid, and Georgics of Vergil. Boston: Ginn & Co., 1900) [The Latin Library]

FAIRCLOUGH, H. R. , trad. (1916)

Maro, P. V. (29BCE). Virgil: Eclogues, Georgics, Aeneid. Translated by H. R. Fairclough. Loeb Classical Library, Harvard University Press: Cambridge, MA. 1916. Disp. em https://www.stoictherapy.com/resources-aeneid#8

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

MYNORS, R. A. B., ed. (1969)
P. Vergili Maronis. Opera. Recognouit breuique adnotatione critica instruxit… Oxonii: E Typographeo Clarendoniano

CONTE, Gian B., ed. (2009)
P. Vergilius Maro. Aeneis. Recensuit atque apparatu critico instruxit… Berolini et Novi Eboraci: Walter de Gruyter

CARENA, Carlo, ed. (2013)
Publio Virgilio Marone. Opere. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese. [ebook]

CERQUEIRA, Luís M. G.; GUERREIRO, Cristina A.; SOUSA, Ana A. A. (2020)
Vergílio – Eneida. Tradução do Latim por Professores da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. 5.ª ed. rev. Lisboa: Bertrand Editora

Versão latina: http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi0690.phi003.perseus-lat1:7.723-7.732 http://www.thelatinlibrary.com/vergil/aen7.shtml

VITRÚVIO (*Marcus Vitruvius Pollio*), séc. I a.C.

MACIEL, Manuel Justino, ed. (2006)
Marco Vitrúvio: *Tratado de arquitectura* [introd., tradução e notas]. Lisboa: IST Press

VOSSIUS, Isaac (Isaak Voss), séc. XVII

VOSSIUS, Isaac (1658)
Observationes ad Pomponium Melam De Situ Orbis (…). Hagae-Comitio: Apud Adrianum Vlacq

GRONOVIUS, Abraham(o), ed. (1748)
Pomponii Melae De situ orbis Libri III. Cum notis integris Hermolat Barbari, Petri Joannis, Olivarii , Fredenandi Nonii, Pintiani, Petri Ciacconii, Andreae Schotti, Isaac Vossii , et Jacobi Gronovii. Accedunt Petri Joannis Nunnesii (...) et Jacobii Perizonii (…). Editio altera. Lugduni Batauorum: Apud Samuelem Luchtmans et fil. Também para Mela ??

OUTRAS FONTES E COLETÂNEAS GERAIS
(por ordem alfabética de Autor ou Entidade)

GEYER, P.; CUNTZ, O.; FRANCHESCHINI, A.; WEBER, R.; BIELER, L.; FRAIPONT, J.; F. GLORIE, F., eds. (1965)
Itineraria et alia geográfica (Itineraria Hierosolymitana. Itineraria Romana. Geographica). Corpus Christianorum, Series Latina, 175. Tvrnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii

MILLER, K. (1916)

Itineraria Romana. Römische Reisewege an der Hand der Tabula Peutingeriana. Stuttgart

MILLER, K. (1887)

Die Weltkarte des Castorius: genannt die Peutingersche Tafel. Ravensburg: Maier

ORTELIUS, ORTELL Abraham (1596)

Thesaurus Geographicus (…) *in quo omnium totius terrae, regionum, montium* (…) *nomina & appellationes vetera* (…). Antuerpiae: Ex Officina Plantiniana

PONTIFICAL INSTITUTE OF MEDIAEVAL STUDIES

Catalogus translationum et commentariorum: Medieval and Renaissance Latin translations and commentaries. 1945-

Em linha: http://catalogustranslationum.org/index.php

ROLDAN HERVÁS, José Manuel (1975)

Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica. Madrid: Universidad de Valladolid/Universidad de Granada

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel; CABALLERO CASADO, Carlos (2014)

Itinera Hispana: estudio de las vías romanas en Hispania a partir del Itinerario de Antonino, el Anónimo de Ravena y los Vasos de Vicarello. «El Nuevo Miliario: Boletín sobre Vías romanas, historia de los caminos y otros temas de geografía histórica», 17 (Ag. 2014). Madrid

ROMERO MASIA, Ana M.ª; POSE MESURA, Xosé M. (1988)

Galicia nos textos clásicos. [Monografias urxentes do Museu, 3, 1987]. A Coruña: Museu Arqueoloxico Provincial

SCHULTEN, Adolf (1931)

Fontes Hispaniae Antiquae. Vol. 4. Barcelona: Universidad de Barcelona

SCHULTEN, Adolf (1937)

Fontes Hispaniae Antiquae. Fasc. IV – Las guerras de 154-72 a. de J. C. Barcelona: Universidad de Barcelona; Librería Bosch

SCHULTEN, Adolf (1959-1963)

Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica. 2 vols. (I – 1959; II – 1963). Madrid. CSIC

BALIL ILLANA, Alberto; PEREIRA-MENAUT, Gerardo; SÁNCHEZ-PALENCIA, Javier (eds.), 1991

TIR (*Tabula Imperii Romani*). *Hoja K-29 (Porto, Conimbriga, Bracara, Lucus, Asturica).* Madrid: Ministerio de Cultura; CSIC; IGN

UNTERMANN [*et al*.], Jürgen (coord.); SIMÓN CORNAGO, Ignacio; KOCH, Michael; DE HOZ, Javier; GORROCHATEGUI, Joaquín (2018)

Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band VI, Die vorrömische einheimische Toponymie des antiken Hispanien. Wiesbaden: Ludwig Reichert

PAULY, August F.; WISSOWA, Georg; KROLL, Wilhelm; WITTE, Kurt; MITTELHAUS, Karl; ZIEGLER, Konrat, orgs. (1894-1980)
Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung, Stuttgart: J. B. Metzler (*RE*)

LISTA E ABREVISTURAS DOS PRINCIPAIS *CORPORA* EPIGRÁFICOS
(por ordem alfabética de Autor ou Entidade)

AE
L'Année épigraphique, Paris 1888 –

ALFÖLDY, Géza (1975)
Die Römischen Inschriften von Tarraco (*Madrider Forschungen,* 10). 2 vols. Berlin
[= RIT]

ARIAS, Felipe, LE ROUX, Patrick; TRANOY, Alan (1979)
Inscriptions romaines de la province de Lugo Paris: Diffusion de Boccard [= IRPLugo]

ATLAS, 2003
VV.AA. [Grupo Mérida] (2003) – *Atlas Antroponímico da Lusitânia Romana.* Mérida; Burdéos: Fundación de Estudios Romanos; Ausonius Éditions

CANTO, Alicia M. (1997) [= ERBC]
Epigrafía Romana de la Beturia Céltica (E.R.B.C.). Madrid: Universidad Autónoma

CORPUS DE INSCRICIÓNS ROMANAS DE GALICIA

PEREIRA-MENAUT, Gerardo *et al.* (1991)
Corpus de Inscricións Romanas de Galicia. Tomo I. Provincia de A Coruña. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega

BAÑOS RODRÍGUEZ, Genma (1994)
Corpus de Inscricións Romanas de Galicia. Tomo II. Provincia de Pontevedra. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM

HÜBNER, Ernst W. Emil (1869)
Inscriptiones Hispaniae latinae. (*Corpus Inscriptionem Latinarum*, vol. II). Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae (…). Berolini [= CIL II]

Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL) concerning the Hispanic provinces (CIL II^2)

Em linha: http://adcilii.uah.es/en/index.php

CILAE – CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM AUGUSTAE EMERITAE

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Inscriptiones Hispaniae Latinae (CIL II2) (Centro CIL II (Merida).
Em linha: http://www3.uah.es/cil2digital/

CVB – *CORPUS VRBIVM BAETICARVM (Conuentus Hispalensis et Astigitanus).*
Em linha: http://cvb.vrbanitas.es/

DEGRASSI, Atilius (1947)
Inscriptiones Italiae: 13. – Fasti et Elogia. Fasciculus I. Fasti consulares et triumphales.
Roma: Libreria dello Stato

DESSAU, Hermann (1892-1916)
Inscriptiones Latinae Selectae. Berlim: Weidmann, 3 vols. [= ILS]

EDCS – *Epigraphik-Datenbank Clauss/Slaby*
(coord. Manfred Clauss; Anne Kolb; Wolfgang A. Slaby e Barbara Woitas).
Em linha: http://db.edcs.eu/epigr/epi.php?s_sprache=es

EDH – *Epigraphic Database Heidelberg*
Em linha: https://edh-www.adw.uni-heidelberg.de/inschrift/suche

EDR – *Epigraphic Database Roma*
Electronic Archive of Greek and Latin Epigraphy, EAGLE. Em linha: http://www.edr-edr.it/edr_programmi/res_complex_comune.php?lang=it&ver=simp

ENCARNAÇÂO, José d' (1984)
Inscrições Romanas do Conuentus Pacencis.
2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Arqueologia [IRCP =]

HEpOL – *Hispania Epigraphica* on line.
Em linha: http://eda-bea.es/pub/service_not_available.php

Hispania Epigraphica [= Hep]
Madrid desde 1989 [1995]
http://www.archivoepigraficodehispania.es/hispania-epigraphica-1/numeros-de-hispania-epigraphica/

VIVES, José (1971-1972)
Inscripciones latinas de la España romana: antología de 6.800 textos. Barcelona: Universidad de Barcelona 2 vols. [= ILER)]

USC
DE COMPOSTELA

CATÁLOGOS NUMISMÁTICOS

Crawford, Michael H. (1974)
Roman Republican Coinage, 2 vols. Cambridge.

FONTES DOCUMENTAIS MEDIEVAIS E MODERNAS

ANAIS – *Anais. Crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Org. de António Cruz. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1986

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732) – *Memorias para a historia ecclesiástica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas*. Tomo primeiro. Lisboa

BARROS, João de (1919 [1549]) – *Coleccção de manuscritos inéditos agora dados à estampa. V. Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras os Montes, pelo Doutor João de Barros*. Porto: Biblioteca Pública Municipal

BARROS, João de (2019 [1548-1549]) – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Estudo e transcrição de Joana Lencart. Porto: Câmara Municipal

BRITO, Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusytana. Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nacimento de nosso senhor Iesu Christo. Impressa (...) no Mosteiro de Alcobaça*

BRITO, Bernardo de (1609) – *Segunda parte da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as Historias de Portugal…* Lisboa: no Mosteiro de Sam Bernardo

BRITO, Bernardo de (1690) – *Segunda parte da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as Historias de Portugal…* 2ª ed. Lisboa: Na Impressão Craesbeekiana

CINTRA, Luis F. Lindley, ed. (2009) – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 4 vols. (reedição da edição de 1951-1990)

CCOD - *Corpus codicum latinorum et portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portugalensis Asservantur Antiquissimorum*. Iussi Curiae Municipalis Editum. Portucale: Typis Portucalensibus, 1891

CENS – *Biblioteca Pública Municipal do Porto – Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Org. de João Grave. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924

CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS [A] (De Expugnatione Lyxbonensi). *Relato de um cruzado* (2018). Trad. e notas por Aires A. Nascimento; Introdução de Maria João V. Branco. 3ª ed. Lisboa: Veja

COSTA, Agostinho Rebelo da (1789) – *Descripção topográfica e histórica da Cidade do Porto…* Porto: na oficina de António Alvarez Ribeiro [3ª ed, Porto: Frenesi editores]

COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal…* Tomo I. Lisboa: Na oficina de Valentim da Costa Deslandes

CAMÕES, Luís de (1572) – *Os Lusíadas*. Lisboa: António Gonçalvez, impressor

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CUNHA, Rodrigo da (1623) – *Catálogo e História dos Bispos do Porto*. Porto: Ioão Rodriguez, impressor

CUNHA, Rodrigo da (1634) – *Primeira parte da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoes illustres, que florecerão neste Arcebispado*. Braga: Manoel Cardozo

CUNHA, Rodrigo da (1742) – *Catalogo dos Bispos do Porto (...) nesta segunda impressam adicionado por António Cerqueira Pinto*…Porto: Na officina Prototypa, Episcopal

DC – *Portugalia Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*. HERCULANO, Alexandre, org. – *Portugaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Olisipone: Typis Academicis, 1856-1977

DISS – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Ed. de João Pedro Ribeiro. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1810-1836 - 5 v.

DMP-DR – AZEVEDO, Rui de, ed. (1962) – *Documentos medievais portugueses. Documentos régios: Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques A.D. 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2 vol.

DURAND, Robert (1971) – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe siècles)*. Introd. e notas de Robert Durand. Paris: Centro Cultural Português

FLOREZ, Enrique (1749) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus províncias […]. Tomo IV. Contiene el origen y progresso de los obispados* Madrid: Antonio Marín

FLOREZ, Enrique (1797) – *España sagrada. Theatro geográfico historico de la iglesia de España origen, divisiones, y limites de todas sus províncias […]. Tomo XXI. Contiene la Iglesia de Porto, de la Galicia antigua, desde su origen hasta hoy*. 2.ª ed. Madrid: Oficina de la Veuda é hijo de Marin

GALVÃO, Duarte (1726) – *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Affonso Henriques, primeiro Rey de Portugal.Lisboa: Na officina Ferreyriana*

LC – *Portugalia Monumenta Historica – Leges et Consuetudines*. HERCULANO, Alexandre, org. – *Portugaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. - Olisipone: Typis Academicis, 1856-1868

LEÃO, Duarte Nunes de (1610) – *Descripção do Reino de Portugal*. Lisboa: impresso com licença, por Iorge Rodriguez

MARIZ, Pedro (1594) – *Dialogos de varia historia em que sumariamente se descrevem muytas cousas antigas de Hespanha*… Coimbra: na oficina de Antonio de Mariz

MOREIRA, Filipe A. ; PAOLINELLI, Luísa, coord. (2018) – IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra. In VV.AA. – *Primeiros textos de pré-história, história e heráldica*. [FRANCO, José Eduardo; FIOLHAIS, Carlos (dir.) – *Obras pioneiras da cultura portuguesa*, vol 2]. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 135-150

NOVAIS, Manuel Pereira de (1912-1916) – *Anacrisis historial*. 4 vols. (Coleção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa, IV). Porto: Biblioteca Pública Municipal

OLIVEIRA, Fernão de (2017) [1581-1585] – *História de Portugal.* In VV.AA. (2017) – *Primeiros textos de pré-história, história e heráldica*. [FRANCO, José Eduardo; FIOLHAIS, Carlos (dir.) – *Obras pioneiras da cultura portuguesa*, vol 2]. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 151-335

LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. (Apres., introd., not. e bibliog. Manuel Augusto Rodrigues; pref. critérios transcrição e aparatos críticos Avelino de Jesus da Costa. Ed. crítica). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999

PINA CABRAL, Emanuel (1802) – *Magnum Lexicon Latinum, et Lusitanum, ex diuturnis* (…) *philologorum* (…). *Editio altera* (…). Olyssipone: Typis Simonis Thaddaei Ferreira

PINTO, António Cerqueira (1742) – Proemio e Prefaccção Previa, ou novo additamento antecedente ao Capítulo I deste Catalogo (…) sobre a origem, e primeiros fundamentos da Cidade do Porto. In CUNHA, Rodrigo da – *Catalogo dos Bispos do Porto (...) nesta segunda impressam adicionado por António Cerqueira Pinto*…Porto: Na officina Prototypa, Episcopal

Script. – Portugalia Monumenta Historica – Scriptores. HERCULANO, Alexandre, org. – *Portugaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*... / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. - Olisipone: Typis Academicis, 1856-1868

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

9.2. Relatórios e outros documentos técnicos

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ABRANCHES, Paula Barreira

(2001) – *Intervenção arqueológica no Largo da Calçada do Ouro. Porto. Relatório final.* Perosinho [V. N. Gaia]: Archeo'estudos. Texto datilog.

(2002) – Acompanhamento arqueológico da construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça do Infante D. Henrique, Porto. Relatório final. Perosinho: Archeo'estudos. Texto datilog.

ALMEIDA, **CB**, Carlos A. Brochado de

(1995a) – *O Concelho de Vila do Conde: análise histórico-arqueológica. Relatório XI – Arqueologia do Plano Director Municipal.* Vila do Conde. Texto datilog.

ALMEIDA, **CB**, Carlos A. Brochado de; **ALMEIDA**, Pedro Brochado de

(em prep.) – *Plano Diretor Municipal de Vila do Conde. Relatório 7 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Arqueológico Industrial*. Vila do Conde: Câmara Municipal; Gabinete de Arqueologia Municipal

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de; **DELINDRO**, Liliana dos Santos

(2011) – *Relatório Preliminar. Rua de S. Sebastião, nº 35 – Porto – 2010.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de; **MARQUES**, Marta Miranda

(2008a) – *Relatório preliminar. Rua Mouz*In*ho da Silveira, nº 222 – Porto – 2007*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2008b) – *Relatório preliminar da 2ª fase. Rua Mouz*In*ho da Silveira, nº 222-226 – Porto – 2007*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2009) – *Relatório final. Rua Mouzinho da Silveira, nº 222 – Porto – 2007.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de; **SOARES**, João M.

(2012a) – *Relatório final. Sondagens Arqueológicas. Largo do Priorado, nº 20 – Porto – 2011.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

(2012b) – *Relatório final. Sondagens Arqueológicas. Rua dos Caldeireiros, nº 131-135 – Porto – 2012.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

(2014) – *Relatório final. Sondagens e Acompanhamento Arqueológico. Rua dos Caldeireiros, nº 131-135 – Porto – 2012.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

(2015) – *Relatório preliminar (Sondagens arqueológicas). Rua da Banharia, nº 67-69 – Porto – 2015.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

(2016) – *Relatório final (Sondagens arqueológicas). Rua de S. Pedro de Miragaia, nº 26-58, – Porto – 2016.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de; **SOARES**, Sofia C. P.; **MARQUES**, Marta M.

(2010) – *Relatório das Sondagens (1ª e 2ª fase). Rua D. Hugo, nº 19 – Porto – 2009.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

(2012) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico. Rua D. Hugo, nº 19 – Porto – 2009.* Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

ALMEIDA, M, Miguel; Neves, Maria João

[2000a] – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua de Mouzinho da Silveira, nº 312 (Sé, Porto). Relatório preliminar de avaliação*. Coimbra: Dryas Arqueologia Lda., Texto datilog., s.d.

[2000b] – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Pelames, 93-99 (Sé, Porto). Relatório prelimInar de avaliação*. Coimbra: Dryas Arqueologia Lda., Texto datilog., s.d.

(2000c) – *Avaliação de impacte arqueológico - Gaveto da Rua Infante D. Henrique/Rua Mouzinho da Silveira (S. Nicolau, Porto, Porto). Relatório Preliminar.* Coimbra: Dryas Arqueologia, s.d. [2000]. Texto datilog.

(2000d) – *Relatório preliminar de avaliação. Intervenção arqueológica de emergência na Rua da Ponte Nova, 50-54 (Porto).* Coimbra: Dryas Arqueologia, s.d. [2000]. Texto datilog.

(2002) – *Intervenção arqueológica de emergência. Rua da Ponte Nova, nº 50 e 54 (S. Nicolau, Porto, Porto). Relatório final*. Coimbra: Dryas Arqueologia. Texto datilog.

ALMEIDA, P., Pedro Brochado de

(2002a) – *Relatório das sondagens arqueológicas. Empreendimento "D'Ouro Villa" - Lordelo do Ouro - Porto - 2002*. Vila do Conde. Texto datilog.

(2002b) – *Relatório de sondagens arqueológicas. Rua Mouzinho da Silveira, 56 – Porto - 2002*. Vila do Conde. Texto datilog.

(2002c) – *Relatório final das sondagens arqueológicas. Rua Mouzinho da Silveira, 56 – Porto - 2002.* Vila do Conde. Texto datilog.

(2003a) – *Relatório final da Intervenção arqueológica. Rua das Flores nº 69. Porto, 2002.* Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2003b) – *Relatório do acompanhamento arqueológico. Empreendimento "D'Ouro Villa" - Porto.* Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2003c) – *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, nº 3 - Porto - 2003*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2005) – *Relatório final da Intervenção arqueológica. Rua das Flores nº 69. Porto, 2002-2003.* Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto datilog.

(2013) – *Relatório final. Sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, nº 5, Porto – 2003*. Modivas [Vila do Conde]: Mola Olivarum, Património e Cultura. Texto datilog.

ANDRADE, Isabel; **FONSECA**, Jorge

(2016) – *Relatório Final. Terrenos do Forte – Rua de Fez e Rua Dr. Afonso Baldaia. Porto, 2006.* Matosinhos: Arqueologia e Património, datilog.

ANDRESEN, Teresa, coord.

(2004) – *Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto.* Porto: ICETA - Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares. Texto datilog.

ARAÚJO, Ângela C. Teves

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

(2005) – *Proto-História e Romanização do Castro de Nossa Senhora da Saúde (Monte Murado), Vila Nova de Gaia*. Seminário de Projeto apresentado como trabalho de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto datilog.

AREZES, Andreia

(2009) - *Relatório final de trabalhos arqueológicos - Travessa do Fontão – Lavra*. Famalicão: Perennia Monumenta. Texto datilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José Jorge

(2002) – *Igreja de Cedofeita. Porto. Relatório preliminar das sondagens de avaliação arqueológica.* Porto: J. Menéndez, Lda. Texto datilog.

(2003) – *Informação preliminar dos resultados do Acompanhamento Arqueológico das obras de renovação de infra-estruturas de águas pluviais no exterior da Igreja românica de Cedofeita - Porto. Junho de 2003.* Porto: J. Menéndez, Lda. Texto datilog.

(2009) – *Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos nos edifícios do Hotel Carris (Porto).* Porto: Ed. A. Texto datilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José Jorge; **COSME**, Susana R.

(2001) – *Rua do Outeiro, 25. Massarelos, Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica.* Porto: [s.n.]. Texto datilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2000) – *Armazém do Cais Novo. Alfândega de Massarelos, Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: Câmara Municipal (Gabinete de Arqueologia Urbana). Texto datilog.

(em prep.) – *Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação Urbana da Baixa Portuense. Lote 1 – Clérigos/Cordoaria. Relatório Final.* Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; **TEIXEIRA**, Sofia A. S.

(2009) – *Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos na Rua de D. Hugo, nº 23, Porto*. Porto: [J. Menéndez, Unip.] Texto datilog.

(2012) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica. HUG23.09 (Rua de D. Hugo, nº 23, Porto)*. Porto: Ed. AA. Texto datilog.

BAPTISTA, Lídia G.

(2018) - *Nota Técnica. Trabalhos Arqueológicos. Rua do Bonjardim, 79-101. Travessa dos Congregados, 20-22*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

BAPTISTA, Lídia G.; **RODRIGUES**, Liliana; **TEIXEIRA**, Ricardo; **FONSECA**, Vítor

(2005a) – *Quinta da Ivanta, Valongo. Informação preliminar dos resultados dos trabalhos arqueológicos.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

2005b) – *Quinta da Ivanta, Valongo. Avaliação do impacte do projecto e medidas de minimização*. Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

BARBOSA, João Paulo

(2006) – *Arqueologia no Porto. Sondagens de avaliação preliminar prévia. Rua da Fonte Taurina 99/101 - Rua de Cimo do Muro dos Bacalhoeiros 111/114. S. Nicolau - Porto (FTA101.06). Relatório preliminar*. MatosInhos: Logiark. Texto datilog.

(2008) – *Arqueologia no Porto. Sondagens de avaliação prévia e Acompanhamento Arqueológico. Rua da Fonte Taur*ina *99/101 - Rua de Cimo do Muro dos Bacalhoeiros 111/114. S. Nicolau - Porto (FTA101.06). Relatório f*inal. MatosInhos: Logiark. Texto datilog.

(2013) – *Acompanhamento arqueológico. Rua Casal do Pedro, 3 (CSP-E3.13) (Painhas, SA/EDP), Massarelos - Porto. Relatório Final*. Porto: Logiark, Serviços Arqueológicos Unipessoal, Lda. Texto datilog.

(2014b) – *Rua de Mouzinho da Silveira, 157/167; Rua da Ponte Nova, 42/48. Sé – Porto. (MZS157.14). Relatório Preliminar*. Matosinhos: Logiark. Texto datilog.

(2014c) – *Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Rua D. Hugo, 37/39, Sé – Porto. Relatório intermédio*. Matosinhos: Logiark (junho 2014). Texto datilog.

(2014d) – *Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Rua D. Hugo, 37/39, Sé – Porto. Relatório intermédio*. Matosinhos: Logiark (outubro 2014). Texto datilog.

(2014e) – *Acompanhamento arqueológico de obra. Rua de Mouzinho da Silveira, 311/315; Rua das Flores, 304/306, Sé – Porto (FLR304.13). Relatório Final.* Matosinhos: Logiark. Texto datilog.

(2015) – *Escavações arqueológicas. Rua D. Hugo, 37/39, Sé – Porto (HUG37.14). Informação Preliminar*. Matosinhos: Logiark. Texto datilog.

(2016) – *Escavações arqueológicas. Rua D. Hugo, 37/39, Sé – Porto (HUG37.14). Relatório Preliminar*. Matosinhos: Logiark. Texto datilog.

BARBOSA, Liliana R.

(2009) – *Estudo de Impacte Ambiental. Descritor Património Cultural. Parque Empresarial de S. Félix da Marinha*. Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

BARBOSA, Liliana R.; **BOTELHO**, Iva M.

(2006) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. MP-ARV 01.05, MP-ARV 02.05 e MP-ARV 03.05. Sondagens Arqueológicas nos lugares da Quintã e da Quinta da Faísca, Árvore, Vila do Conde, Porto. MP-585337/06. Relatório Final.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

BARBOSA, Liliana R.; **DÂMASO**, Pedro; **RODRIGUES**, Zélia

(2015) – *Relatório final. Intervenção arqueológica. Plataforma logística de Leixões. Pólo 2. Gatões/Guifões. PLLP2.13*. Matosinhos: Arqueologia e Património; Histórias & Tempus. Texto datilog.

BARBOSA, Sandra C. Pais

(2000) – Património Arqueológico: estações e sítios. In GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves – *Património Arqueológico* («Caracterização do Património Histórico e Cultural da Zona Histórica de Gaia», Vol. 2). Vila Nova de Gaia: Gab. História e Arqueologia de V. N. Gaia. Texto datilog.

(2001) – *Armazém do Cais Novo. Massarelos, Porto. Relatório preliminar das sondagens arqueológicas de avaliação no exterior do imóvel.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(2018) – *Cais Novo. Relatório final dos Trabalhos de Acompanhamento e das Sondagens Arqueológicas.* [Porto]: [Câmara Municipal]. Texto datilog.

BASÍLIO [*et al.*], Lília; **NUNES**, Susana; **DIAS**, Gina; **SANTOS**, Ricardo

(2012) – *Rua da Bainharia, 50-52. Nota Técnica 1. Relatório 08/2012. Março 2012*. Coimbra: Dryas Arqueologia. Texto datilog.

BATATA, Carlos

(2009) – *Sondagens arqueológicas em Pampelido/sepultura 1 de Montedouro (CNS783) (Perafita) no âmbito da empreitada de construção do ramal de Leça – TRP (Relatório Final)*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Ldª. Texto datilog.

BOTELHO, Iva Teles

(2007) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S – Troço T01.09 (Estação de São Bento). MP-SBT07.05. Acompanhamento e escavação arqueológica na Rua do Loureiro de minimização dos desvios de rede (Santo Ildefonso, Porto). Relatório final. M1-LS-0109-PT-RT-AOH-SBT701-01. Setembro de 2007.* [Porto]: Metro do Porto; Arqueohoje. Texto datilog

BOTELHO, Iva T.; **CHENEY**, António

(2006) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S-Troço T01.09 (Estação de S. Bento). MP-SBT07-05. Acompanhamento e Escavação Arqueológica na Rua do Loureiro de Minimização dos Desvios de Redes (Santo Ildefonso, Porto). Relatório Preliminar.* Porto: Metro do Porto/Arqueohoje. Texto datilog.

BOTELHO, Iva T.; **GOMES**, Luís F. C.

(2011) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S – Troço T01.09 (Estação de S. Bento). MP-SBT – Final. Trabalhos Arqueológicos na Praça de Almeida Garrett e na Rua do Loureiro – 2001-2005 (Santo Ildefonso, Porto). M1-LS-0109-PT-RT-AOH-SBT001-03*. [Porto]: Metro do Porto; Arqueohoje. Texto datilog.

(2017) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S – Troço T01.09 (Estação de S. Bento). MP-SBT – Resumo Não Técnico. Trabalhos Arqueológicos na Praça de Almeida Garrett e na Rua do Loureiro – 2001-2005 (Santo Ildefonso, Porto). M1-LS-0109-PT- MD-AOH-SBT007-07. março de 2017.* [Porto]: Metro do Porto; Arqueohoje. Texto datilog.

BOTELHO, Iva T.; **PERPÉTUO**, João A.

(2013) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S – T01.08. MP-VMP Final – Trabalhos Arqueológicos na Av. Vímara Peres. 2003-2004 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório final. C-M1-LS-0108-PT-RT-AOH-VMP001-07 (setembro 2013).* [Porto]: Metro do Porto; Arqueohoje. Texto datilog.

BOTELHO, Iva T.; **SÁ**, Anabela P.

(s.d.) – *Relatório preliminar dos trabalhos de avaliação do potencial arqueológico do edifício nº 14, 16 da Rua Cais da Ribeira*. S.l.: Autores, s.d. [c. 2000]

CAPELA, Mafalda C. B.; **ARGÜELLO MENÉNDEZ**, José J.; **REIS**, António O.

(2007) – *Relatório dos trabalhos de sondagens arqueológicas de avaliação. Mouzinho da Silveira 335-341/Rua das Flores 326-332 (Porto).* Porto: J. Menéndez Unip., Lda. Texto datilog.

CARNEIRO, Sérgio

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

(2008) – *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos - Proposta de abertura do procedimento de classificação [Termas de Aquae Flaviae]*. Chaves: Câmara Municipal, Texto datilog.

CARVALHO, Pedro Sobral; **BARBOSA**, Rui M.

(2007) – *Estudo de caracterização histórico-arqueológico e musealização da cintura muralhada de Chaves. Relatório final de sondagens arqueológicas, 2006-2007*. Viseu: Arqueohoje, Lda.

CARVALHO, Teresa Pires de

(1996) – *Escavação arqueológica na Rua de S. Sebastião nº 45-50. Relatório preliminar da segunda fase dos trabalhos*. Porto. Texto datilog.

CASTRO, Alberto, coord.

(2014) – *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Relatório Final.* Porto: Universidade Católica; CEGEA. Texto datilog. Em linha: oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/programa/EIDT-99-2014-01-008_TamegaSousa.pdf

CENTENO, Rui M. S.; **MENDES-PINTO**, José M.; **FÉLIX**, Maria C.

(2008) – *Sondagens arqueológicas na Rua Nova de Alfândega, 16-18 (NAL16.06). Relatório Final.* Porto: Etnos, Turismo e Património Cultural. Texto datilog.

CENTENO, Rui M. S.; **MENDES-PINTO**, José M.; **SILVA**, Maria C. F.

(2006) – *Sondagens arqueológicas na Rua Nova de Alfândega, 16-18 (...). Informações preliminares.* Porto: Etnos, Turismo e Património Cultural. Texto datilog.

CLETO, Joel

(1997) – *Relatório prelimi*n*ar do acompanhamento arqueológico na Intervenção do «Edifício do Aljube» – Rua de S. Sebastião (Sé, Porto).* S.l.: Matriz – Sociedade de Construções. Texto datilog.

CLETO, Joel; **VARELA**, José M.

(s.d.) – *Castro do Monte Castêlo, Guifões, Matosinhos. Trabalhos arqueológicos realizados entre 1993 e 1999. GUIF-1999. Relatório Final*. Matosinhos: Câmara Municipal. Texto datilog. [c. 2014]

COSME, Susana M. Rodrigues

(2003a) – *Intervenção Arqueológica na Rua do Loureiro e Praça Almeida Garrett (Porto). Fase 3 – MP-SBT.03.02. Fase 4 – MP-SBT.04.02. Relatório final.* Porto: Archeo'Estudos. Texto datilog.

(2003b) – *Intervenção Arqueológica na Rua do Loureiro e Praça Almeida Garrett (Porto). Fase 3 – MP-SBT.03.02 e Fase 4 – MP-SBT.04.02. Resumo não técnico*. Porto: Archeo'Estudos. Texto datilog.

COSME, Susana M. Rodrigues; **ABRANCHES**, Paula Barreira

(2002) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116 - Porto. Relatório prelim*In*ar.* Porto: Archeo'estudos. Texto datilog.

(2006) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116-122. Relatório f*Inal. PerosInho: Archeo'estudos. Texto datilog.

COSME, Susana M. Rodrigues; **LOPES**, Isabel A. Justo

(2000) – *Relatório final da Intervenção arqueológica. Rua Mouzinho da Silveira, nº 208-214.* Porto: Ed. AA. Texto datilog.

COSTA, Bárbara; **MARÇAL**, Helena

(2020) – *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica. Rua Serpa Pinto, n.º 11-17 e Rua Barão de Forrester, n.º 69-73, 87, 137 e 145. Hotel Adega Burmester. Vila Nova de Gaia, 2018-2019.* Matosinhos: Arqueologia e Património Texto datilog.

COSTA, Bárbara; **PINHEIRO**, Rui; **DÂMASO**, Pedro

(2016) – *Relatório final. Acompanhamento arqueológico. Alameda Senhora da Saúde – 1ª Fase. Vila Nova de Gaia, 2016*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

COUTO, Marcos

(2018) – *Relatório Preliminar. Edificação e Reabilitação de Edifício localizado na Rua de Dom Hugo, nº 17.* Porto: Império Arqueologia, s.d. [2018]. Texto datilog.

(2019) – *Relatório Preliminar n.º 2. Edificação e Reabilitação de Edifício localizado na Rua de Dom Hugo, nº 17*. Porto: Império Arqueologia, s.d. [2019]. Texto datilog.

COUTO, Marcos; **RODRIGUES**, Miguel

(2017) – *Nota Preliminar. Projecto de recuperação e ampliação de uma moradia unifamiliar sito na Rua Luís Cruz nº 143/145, freguesia Lordelo do Ouro, concelho do Porto*. Porto: Império Arqueologia. Texto datilog., s.d. [c. 2017]

(2018) – *Relatório Preliminar. Obras de Construção de um Edifício sito na Estrada da Vessada, Lugar de Vessada, Sandim - Vila Nova de Gaia*. Porto: Império Arqueologia. Texto datilog.

COUTO, Marcos; **SILVA**, António Manuel S. P.; **RODRIGUES**, Miguel

(em prep.) – *Sondagens arqueológicas de avaliação e salvaguarda na Estrada da Vessada, Crestuma, Vila Nova de Gaia (2.ª fase de trabalhos). Relatório final.* Porto: Império Arqueologia; GHAP-CQ. Texto datilog.

COUTO, Rui

(2017) – *Rua do Senhor da Boa Morte, 215A/Largo de Santa Catarina, 1 (Lordelo do Ouro, Porto) – Execução de Sondagens Arqueológicas de Avaliação. (...) Nota técnica/Relatório Preliminar, 2017*. Vila Nova de Gaia: AFA – Arqueologia e Formação Aplicada. Texto datilog.

(2019) – *Rua do Senhor da Boa Morte, 215A/Largo de Santa Catarina, 1 (Lordelo do Ouro, Porto) – Sondagens Arqueológicas Prévias (SAP). Acompanhamento Arqueológico de Obra (AAO). Relatório Final.* Moreira da Maia: AFA – Arqueologia e Formação Aplicada. Texto datilog.

DIAS, [***et al***.] Lino T. [***et al***.]; **REAL**, Manuel L.; **TÁVORA**, Maria J.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P**.; TEIXEIRA**, Filipe F.

UBC

(1988) – *Escavações arqueológicas no Castelo de S. João da Foz do Douro (Porto). Relatório. 1987*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

DORDIO, Paulo; **TEIXEIRA**, Ricardo

(2020-2021) – *Relatório da sequência estratigráfica da escavação arqueológica da Casa do Infante, Porto (1991-2002).* 14 vols. Porto: s.e. Texto datilog.

DRAEDM

(1999) – *Carta de solos e carta de aptidão da terra para a agricultura (1:25.000) em entre douro e Minho*. Porto: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

EMPATIA Arqueologia, Lda.

(s.d.) – *O acompanhamento arqueológico da requalificação urbana do Eixo de Mouzinho/Flores. Nota Técnica*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

ERA-ARQUEOLOGIA

[2002] – *Acompanhamento arqueológico na Avenida Marginal do Parque da Cidade. Porto. Relatório final dos trabalhos arqueológicos.* Lisboa: Era-Arqueologia, Lda. Texto datilog.

ERASUN CORTÉS, Ricardo

(2017a) – *Rua de S. Pedro de Miragaia, n.º 18-20, Porto. Nota técnica*. S.l. [Guimarães]: S.e. [Arqueoges]. Texto datilog.

(2017b) – *Rua das Flores, n.º 301, Porto. Nota Técnica.* Guimarães: Arqueoges. Texto datilog.

(2021) – *Praça da Ribeira, n.º 17, Porto. Relatório preliminar.* Guimarães: Arqueogês. Texto datilog.

ERASUN CORTÉS, Ricardo; **SOUSA**, Ana Maria S.

(2018) – *Escavação e Acompanhamento Arqueológico. Rua das Flores, n.º 301-305 e Praça de Almeida Garrett, n.º 7-10, Porto. Relatório Final.* Guimarães: Arqueoges. Texto datilog.

FERREIRA, Nuno M.; **RAIMUNDO**, Francisco J.; **BARBOSA**, Rui P.

(2017) – *Remodelação de edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 216 a 220 – Porto. Relatório Final da Intervenção Arqueológica*. Coimbra: Palimpsesto. Texto datilog.

FILIPE, Ana R.; **RODRIGUES**, Miguel; **FREITAS**, Teresa

(2014) – *Relatório final dos Trabalhos Arqueológicos (...) na Rua da Reboleira, 52-62, S. Nicolau, Porto. Sondagens de diagnóstico.* Lisboa: Era, Arqueologia. Texto datilog.

FONSECA, Jorge

(2006) – Sondagens arqueológicas. Quinta do Forte – ERV.06. *Relatório Preliminar. Porto, 2006*. Porto: Arqueologia & Património. Texto datilog.

(2011) – *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica. Rua D. Hugo, nº 33. Freguesia da Sé. Porto. HUG33.10*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

(2012) – *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Requalificação urbanística da área de intervenção de Guilherme Gomes Fernandes – Santa Marinha. Vila Nova de Gaia, 2011-2012.* Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2015) – *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica. Viela de S. Lourenço. Porto, 2015*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2016) – *Relatório Final. Intervenção arqueológica. Rua D. Hugo, nº 33. Porto, 2010*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2017) – *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica. Largo do Castelo nº 22. Vila Nova de Gaia, 2017.* Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2020) – *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica. Rua de D. Hugo nº 29-39 (APH.19). Porto, 2020*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

FONSECA, Jorge; **PEREIRA**, Graça

(2015) – *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica. Viela de S. Lourenço. Porto, 2015.* Matosinhos: Arqueologia & Património. Texto datilog.

FONSECA, Vítor; **TEIXEIRA**, Ricardo

(2004) – *Intervenção Arqueológica Ponte de Ronfos – RNF 04 – Matosinhos. Relatório Final*. Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

FONSECA, Jorge; **TEIXEIRA**, Ricardo; **FONSECA**, Vítor

(2009a) – *Relatório de Progresso. Quarteirão da Bainharia. Sé. BAI.09.* Porto: Arqueologia & Património. Texto datilog. [15.06.2009]

(2009b) – *Relatório Preliminar. Intervenção Arqueológica. Quarteirão da Bainharia. Sé. BAI.09.* Porto: Arqueologia & Património. Texto datilog. [24.11.2009]

FONSECA [*et al.*], Vítor; **TEIXEIRA**, Ricardo; **FONSECA**, Jorge; **PIEDADE**, Marta; **PIRES**, Conceição; **VARELA**, José M.

(2011) – *Intervenção Arqueológica - Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos. Relatório Final*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

FORTES, José

(1908a) – *A necrópole de Gulpilhares*. S. l. Relatório datilog. [Transcrição do manuscrito original conservado na Biblioteca Municipal de V. N. Gaia]

FREITAS, Teresa A.

(2004) – *Requalificação da Frente da Ribeira, Porto. Trabalhos Arqueológicos. Relatório final.* Lisboa: Era-Arqueologia, Lda.

GARCIA, Nuno; **PEREIRA**, Gabriel

(2009) - *Sondagens arqueológicas na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, São Nicolau, Porto. Relatório Preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

GIPP, Lda. – Gestão Integrada de Projectos e Planeamento

(2006) – *Plano Director Municipal de Gondomar. Estudo prévio. Estudos de caracterização*. 2 vols. S.l. [Gondomar]. Texto datilog.

(2015a) – *Plano Diretor Municipal de Gondomar. Património Cultural*. S.l. [Gondomar]. Texto datilog.

(2015b) – *Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves. Estudo prévio. Estudos de Caracterização.7. Património Arqueológico*. S.l. [Gondomar]. Texto datilog.

GOMES, Nuno; **LAMEGO**, Hernâni; **SILVA**, João; **SERRAS**, Martinha

(2019) – *Rua Viterbo de Campos, 51-57, Vila Nova de Gaia. Sondagens Arqueológicas. Relatório Preliminar*. Porto: Civitas Arqueologia. Texto datilog.

GOMES, Paulo D.; **TEIXEIRA**, Ricardo

(1994) – *Intervenção arqueológica na Casa do* In*fante (Porto). Câmara Municipal do Porto. Relatório da actividade desenvolvida (1991-1994). Avaliação e planificação de actividades a desenvolver para a conclusão do projecto.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog.

(1998) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Casa do* In*fante (Porto). 1998.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog.

(1999) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Casa do* In*fante (Porto). 1999.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog.

(2000) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Casa do* In*fante (Porto). 2000.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog.

GONÇALVES, Alexandre

[2002] – *Requalificação da Frente da Ribeira. Sondagens arqueológicas. Relatório Preliminar*. [Lisboa]: Era – Arqueologia, SA, s.d. [2002]. Texto datilog.

GONÇALVES, Mário; **PINTO**, Filipe M. Soares

(2020) – *Sondagens arqueológicas de avaliação prévia no âmbito do Projeto Rua Direita - Projeto 1.1. Rua de Vila Nova (Poente) e Travessa da Costibela, Aldoar, Porto. Nota Técnica. Novembro 2020*. Vila Nova de Gaia: Tabela do Tempo, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

GRAÇA, Manuel de Sampayo

(2014) – *A Casa do Vigário-Geral na Rua de Dom Hugo, n.os 37-39. Sé, Porto. Estudo Histórico Espacial*. Matosinhos: Logiark. Texto datilog.

GUEDES, César

(2012) - *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Arquivo Municipal de Chaves. Rua do Bispo Idácio, n.º 20 e 22. Chaves, 2007.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves

(2000b) – Património Arqueológico. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) – *Caracterização do Património Histórico e Cultural da Zona Histórica de Gaia*, Vol. 2. Vila Nova de Gaia: Gab. História e Arqueologia de V. N. Gaia. Texto datilog.

(2000c) – Património Construído. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) – *Caracterização do Património Histórico e Cultural da Zona Histórica de Gaia*, Vol. 5. Vila Nova de Gaia: Gab. História e Arqueologia de V. N. Gaia. Texto datilog.

GUIMARÃES [*et al.*], J. A. Gonçalves; **SILVA**, António Manuel S. P.; **SOUSA**, Laura C. P.; **LEMOS**, Paulo A. P.; **LEITE**, Joana N.

(2014) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma - Vila Nova de Gaia. Projeto CASTR'UÍMA. 4ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2013). Relatório Final.* Vila Nova de Gaia: Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR/CQ). Texto datilog.

JUNCAL, Manuela, coord.

(2008) – *PDM. Gaia. Plano Director Municipal. Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental.* Vila Nova de Gaia: Gaiurb. Em linha: oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/285/relatorio_ambiental.pdf

LAMEGO, Hernâni; **GOMES**, Nuno; **SILVA**, João; **SERRAS**, Martinha

(2019) – *Largo do Priorado n.º 94 a 100, Porto. Nota Técnica*. Porto: Civitas Arqueologia. Texto datilog.

LARRAZABAL GALARZA, Javier

(2015) – *Programa de Realojamento para o Morro da Sé - Operação H - Rua dos Pelames 20-38. PLM20.11/13. Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico e Acompanhamento Arqueológico da Obra*. Relatório final. Alcanena: Novarqueologia, Lda. Texto datilog.

LEMOS, Paulo A. P.

(2013) – Acompanhamento Arqueológico. Operação B do Programa do Morro da Sé. Rua dos Mercadores, 116-122. Porto. Relatório Final. [Vila Nova de Gaia]: Archeo'estudos. Texto datilog.

LEMOS, Paulo A. P.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2006) – *Projecto para a Remodelação e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água à Zona Ocidental do Concelho de Arouca (Arouca, Aveiro) Acompanhamento Arqueológico. Relatório final*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca. Texto datilog.

LIMA, António M. Carvalho

(1989) – *O Castro de Nossa Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso/Perosinho, Vila Nova de Gaia). Proposta de classificação como Imóvel de Interesse Público. Memória descritiva e justificativa*. Vila Nova de Gaia: s.e. Texto datilog.

(2005) – *Tongobriga. Escavações Arqueológicas. Relatório dos trabalhos – 2004.* Freixo: EAF. Texto datilog.

(2006) – *Tongobriga. Escavações Arqueológicas. Relatório dos trabalhos – 2005.* Freixo: EAF. Texto datilog.

(2013) – *Tongobriga. Santa Maria do Freixo. Projeto de Investigação Arqueológica para o Quadriénio 2014 – 1017. Memória descritiva e justificativa*. Porto, Direção Regional de Cultura do Norte. Disponivel em: http://www.academia.edu/8284208

LOPES, António Baptista

(1996) – *Acompanhamento Arqueológico da Construção dos Acessos à Ponte do Freixo. Relatório.* Porto: Etnos-Património e Turismo Cultural, Lda. Texto datilog

LOUREIRO, Carlos Alberto; **PINTO**, Filipe M. Soares

(2018) – *Sondagens arqueológicas no conjunto de armazéns (Cidade dos Vinhos) sito no Largo Joaquim Magalhães, 23 e Rua do Choupelo, 63, 105, 113, 125, 129, 191, 250 e 513. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório Preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

LOUREIRO, Carlos Alberto; **SOARES**, Sofia Pinho

(2014) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Sant'Ana, 16-18 e Largo da Penaventosa, 1. Sé, Porto. Relatório Final*. V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

LUGAR DO PLANO

(2019) – *Relatório sobre o estado do ordenamento do território* [Penafiel: revisão do Plano Diretor Municipal]. S.l.: Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura, Lda. (jan. 2019). Texto datilog.

MARÇAL, Helena

(2010) – *Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação do Espaço Público do Morro da Sé. Freguesia da Sé, Porto. Relatório mensal. Outubro*. Porto: Arqueologia e Património

(2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico. Viela do Buraco, nº 24.* Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

MARÇAL, Helena; **PEREIRA**, Graça

(2013) – *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Requalificação do Espaço Público no Morro da Sé. Porto 2009-2010*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

MARÇAL, Helena; **SAMPAIO**, Maria da Luz; **FONSECA**, Jorge; **SOUSA**, Paulo, P.

(2013) – *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Central Termoeléctrica do Ouro. Porto 2012*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

MARTINS, Carla M. Bráz; **ABRANCHES**, Paula Barreira

(1999) – *Relatório final da Intervenção arqueológica realizada na Praça do Infante D. Henrique (S. Nicolau, Porto).* Porto: Archeo'estudos. Texto datilog.

(2000) – *Intervenção arqueológica em área na Praça do Infante. Porto. Relatório final.* Porto: Archeo'estudos. Texto datilog.

MENDES-PINTO, José Marcelo

(1992) – *Património Arqueológico de Valongo. Estudo no âmbito da elaboração do PDM de Valongo*. Valongo: Câmara Municipal. Texto datilog.

(1999) – *Escavações Arqueológicas no Complexo Mineiro Romano do Fojo das Pombas - Quinta da Ivanta. Relatório*. Texto datilog.

MUNICÍPIO DE PAREDES

(2014) – *Plano Diretor Municipal de Paredes. Dossiê de Património*. [1ª Revisão do PDM, Diário da República, 2.ª série, Aviso 6327/2014 de 22 de maio]. Relatório datilog.

(2016) – *Plano Municipal do Ambiente*. Câmara Municipal de Paredes. Texto datilog.

MUNICÍPIO DE PENAFIEL

(em prep.) – *Plano Diretor Municipal. Revisão. Relatório de Património Arqueológico*. Penafiel: Câmara Municipal; Serviço de Gestão do Património Cultural

MUNICÍPIO DE VALONGO

(2014) – *Relatório de Caraterização do Plano Diretor Municipal de Valongo. 2. Caraterização Biofísica (Revisão do Plano Diretor Municipal. Proposta de Plano. Versão final).* Valongo: Câmara Municipal (Gabinete de Revisão do PDM), out. 2014. Texto datilog.

NASCIMENTO, André M.; **DELGADO**, Carlos S.; **SOUSA**, Laura P.

(2004) – *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, nº 701, Lordelo do Ouro, Porto. Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

(2005) – *Sondagens arqueológicas na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. Rua da Bolsa, nº 44 (S. Nicolau, Porto). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

NASCIMENTO; André; **LOUREIRO**, Carlos Alberto

(2017) – *Acompanhamento arqueológico na Rua do França, 4-26 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, 69. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório Final.* Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

NASCIMENTO, André; **LOUREIRO**, Carlos A.; **GARCIA**, Nuno

(2012) – *Sondagem e acompanhamento arqueológico no Lar Pereira Lima, Rua do Castelo, Santa Marinha, (...), Relatório Final*, Vila Nova de Gaia, Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

NASCIMENTO, André; **PEREIRA**, Gabriel

(2012) - *Sondagens arqueológicas nas áreas de apoio e instalações do Cabido da Sé, Sé, Porto. Relatório Preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

NASCIMENTO, André; **SILVA**, Nuno Garcia da

(2004) – *Sondagens Arqueológicas no Armazém 24. Rua Rei Ramiro n.º 366, Santa Marinha, V. N. Gaia. Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos*. Porto: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

NASCIMENTO; André; **SOARES**, Sofia Pinho

(2015) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Entre Quintas e Escadas do Salgado, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório Preliminar. Dezembro 2015*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

NASCIMENTO, André M.; **SOUSA**, Laura P.

(2005) – *Relatório de progresso. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

USC DE COMPOSTELA

(2006) – *Relatório de progresso. 3ª fase – 1ª etapa. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

NASCIMENTO, André M.; **SOUSA**, Laura P.; **DELGADO**, Carlos S.

(2006) – *Relatório de progresso. 3ª fase – 2ª etapa. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

NASCIMENTO, André; **SOUSA**, Laura P.; **SILVA**, Nuno G.

(2007) – *Relatório de Progresso: Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António (Santa Marinha, Vila Nova de Gaia).* Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda. Texto datilog.

(2008) – *Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório de Progresso (2ª e 3ª Fases)*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

[**NOGUEIRA**, Sandra]

(2015) – *Estudo Histórico do Edificado da Rua Infante D. Henrique nº19 a 29.* Braga: Ágora Arq. Texto datilog. (não assinado)

NOGUEIRA [*et al.*], Sandra; **LEMOS**, Paulo; **COSTA**, Rita; **SILVA**, João

(2019) – *Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira, Porto. Escavação Arqueológica. Acompanhamento Arqueológico. Junho 2015 – Setembro 2017. Relatório Final*. Braga: Ed. dos Autores. Texto datilog.

NUNES, Susana; **DIAS**, Gina; **BASÍLIO**, Lília

(2012a) – *Intervenção de arqueologia preventiva. Largo da Penaventosa, 17-27 (...) Sé, Porto. Relatório final.* Coimbra: Dryas Arqueologia. Texto datilog.

(2012b) – *Intervenção de arqueologia preventiva. Rua da Penaventosa, 25 a 27 (...) Sé, Porto. Relatório final.* Coimbra: Dryas Arqueologia. Texto datilog.

NUNES, Susana; **DIAS**, Gina; **SANTOS**, Ricardo; **BASÍLIO**, Lília

(2015) – *Intervenção de Arqueologia Preventiva. Rua da Bainharia, 50 a 52 (...), Sé, Porto. Relatório Final.* Coimbra: Dryas Arqueologia. Texto datilog.

OLIVEIRA, Ana Maria C.

(2006) – *Construção de moradia unifamiliar. Rampa Nossa Senhora da Saúde. Carvalhos. V. N. Gaia. RNSS 06. Sondagens Arqueológicas. Relatório Preliminar*. Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2007) – *Intervenção Arqueológica na Rampa Nossa Srª da Saúde – Vila Nova de Gaia. Relatório Preliminar.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2010) – *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Rampa Nossa Senhora da Saúde. Carvalhos 2006/2007.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

OSÓRIO [*et al.*], Maria Isabel P.; **REAL**, Manuel L.; **SILVA**, Armando C. F.; **SILVA**, António Manuel S. P. Silva

(2008) – *Sondagens arqueológicas no Morro da Cividade (Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados em 1990-1991*. Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog.

OSÓRIO, Maria Isabel P.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(1995) – *Escavações arqueológicas na Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). Relatório dos trabalhos de 1994*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(1996a) – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua de Miragaia, 75-76 – Porto. Relatório preliminar.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(1996b) – *Intervenção arqueológica na Casa-museu Guerra Junqueiro (Porto). Relatório dos trabalhos de 1995*. Porto: Câmara Municipal (Gab. Arqueologia Urbana). Texto datilog.

PEREIRA, António Sérgio; **PEREIRA**, Jacqueline

(2000) – *Relatório prévio das sondagens arqueológicas no Largo Miguel Bombarda. 2ª fase. Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Novarqueologia. Texto datilog.

PEREIRA, António Sérgio; **PEREIRA**, Jacqueline; **PEREIRA**, José António

(2000) – *Relatório prévio das sondagens arqueológicas no Largo Miguel Bombarda. Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Novarqueologia. Texto datilog.

PEREIRA, Gabriel Rocha

(2012) – *Sondagens Arqueológicas na Rua da Bainharia, 117-121, Sé, Porto. Relatório Preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Texto datilog.

(2013) – *Relatório Final dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico. FLO137.12 (Porto).* Esmoriz: Ed. A. Texto datilog.

(2015) – *Relatório Final dos Trabalhos de Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico.FLO137.14 (Porto)*. Esmoriz: Ed. A. Texto datilog.

(2017) – *Intervenção Arqueológica Imóvel sito na Travessa Campo de Rou, n.º 21-23 (Porto). CPR21.17. Nota técnica*. Esmoriz: Nexo, Património Cultural. Texto datilog.

(2018) – *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos – Imóvel sito na Rua da Bainharia, n.º 102-104 (União Freguesias Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau & Vitória/Porto)*. Esmoriz: Nexo, Património Cultural. Texto datilog.

PEREIRA, Gabriel R.; **ARGÜELLO MENÉNDEZ**, Jorge

(2009a) – *Intervenção arqueológica. Imóveis sitos na Rua Infante D. Henrique, nº 1-15 e na Rua de São João, nº 1-39. INF09.09. Relatório preliminar.* Porto: Ed. AA. Texto datilog.

(2009b) – *Intervenção arqueológica. Imóveis sitos na Rua Infante D. Henrique, nº 1-15 e na Rua de São João, nº 1-39. INF09.09. Estudo histórico e relatório preliminar das sondagens de avaliação.* Porto: Ed. AA. Texto datilog.

PEREIRA, José António

(2000) – *Sondagens Arqueológicas no Castro de Valadares/Monte Crasto. Valadares – Vila Nova de Gaia. Relatório Final*. Vila Nova de Gaia: Novarqueologia. Texto datilog.

PEREIRA, Maria da Graça

(2009) – *Intervenção arqueológica no «Espaço Público do Morro da Sé». Porto, 2009. Relatório preliminar*. Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog.

(2016) – *Relatório Final. Intervenção arqueológica. Rua Tareija Vaz de Altaro – Arranjo urbanístico junto à Sé do Porto. Porto 2013/2014.* Matosinhos: Arqueologia e Património, datilog.

(2019) – *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica. Travessa Luís Cruz n.º 130. Porto 2019.* Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

PEREIRA, Graça; **FONSECA**, Vítor

(2004) – *Sondagens arqueológicas. Rua da Bandeirinha, 78-80. Relatório preliminar. Porto. 2004.* Porto: Arqueologia & Património. Texto datilog.

(2007) – *Relatório. Trabalhos arqueológicos no âmbito do projecto imobiliário de remodelação do edifício na Rua da Bandeirinha 78-80.* Porto: Arqueologia & Património. Texto datilog.

PIEDADE, Marta G.; **LOUREIRO**, Carlos F.

(2006) – *Relatório Preliminar. Sondagens arqueológicas. Rua da Igreja de Cedofeita, nº 11. Porto.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.. Texto datilog.

PINTO, Filipe M. Soares

(2018) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Rei Ramiro, 170 [Gaveto com Rua Pereira da Costa]. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório Preliminar. Março 2021*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

PINTO, Filipe M. Soares; **LOUREIRO**, Carlos Alberto

(2015a) – *Sondagens arqueológicas na Rua General Sousa Dias (Universidade Lusófona do Porto). Sé, Porto. Nota Prévia. Junho 2015*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

(2015b) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Mouzinho da Silveira, 240-244, Sé. Porto. Relatório de Progresso. Dezembro 2014*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

PINTO, Paulo Costa

(2008) – *Relatório preliminar. Metro do Porto. Corgo. Fase V. Vila do Conde – 2008.* Vila do Conde: Gabinete de Arqueologia Municipal. Texto datilog.

PIRES, Maria da Conceição

(2016a), coord. – *Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos – 2016.* Matosinhos: Câmara Municipal (Gabinete de Arqueologia e História). Texto datilog.

(2016b), coord. – *Carta Arqueológica do Concelho de Matosinhos – 2016.* [Anexos: Fichas de Sítio]. Matosinhos: Câmara Municipal (Gabinete de Arqueologia e História). Texto datilog.

PRIETO DE LA TORRE, Roger; **BARBOSA**, João Paulo

(2011) – *Rua do Cativo, 22 a 28. Sé, Porto. Sondagem de avaliação prévia e acompanhamento arqueológico. Relatório final*. Matosinhos: Logiark, Serviços Arqueológicos Unipessoal, Lda. Texto datilog.

PRIETO DE LA TORRE, Roger; **PAZ**, Alexandra

(2018) - *Acompanhamento Arqueológico. Relatório Final. FLR19.17. Rua da Flora, 19-23 (...). Porto*. Porto: Barqueno. Texto datilog.

QUEIROGA, Francisco Reimão

(2006) – *Relatório de trabalhos arqueológicos. Loteamento do Gaveto Entre Quintas-S. Marcos. Sta. Marinha, Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Famalicão: Perennia Monumenta, s.d. [2006]. Texto datilog.

RAIMUNDO, Francisco

(2018) – *Requalificação de Edifícios sitos na Rua de Luís Cruz, n.º 150-160, Porto. Minimização de Impactes. Sondagens Arqueológicas. Nota Técnica*. Porto: Omniknos Arqueologia. Texto datilog.

(2020) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. The Rebello Hotel and Apartments. Escavação Arqueológica*. Lisboa: Era – Arqueologia. Texto datilog

RAIMUNDO, Francisco; **CARVALHO**, José; **RAMOS**, Rui

(2020) – *Nota técnica. The Rebello Hotel and Apartments. Sondagens e escavação arqueológica (2ª fase).* Lisboa: Era – Arqueologia. Texto datilog

RAMOS, Rui; **CARVALHO**, José

(2016) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Construção do empreendimento imobiliário Rei Ramiro Terraces (Cais de Gaia/Capelo Ivens). Vila Nova de Gaia. Escavação e sondagens arqueológicas (fase prévia à obra).* Lisboa: ERA-Arqueologia, S.A. Texto datilog.

(2018) – *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos. Rua Rei Ramiro; Rua Cais de Gaia; Rua Pereira da Costa. Vila Nova de Gaia*. Lisboa: Era – Arqueologia. Texto datilog

REAL, Manuel Luís

(1986) – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé. Relatório-síntese (Dezembro de 1986).* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(s.d.) – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). Relatório. 1986.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

et al. (2009) – *Quarteirão da Casa do Infante. Razões de ser de uma Intervenção.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog. [Documento Interno de trabalho, versão não final]

REAL, Manuel L.; **BARROCA**, Mário J.; **TAVARES**, Rui

(1985) – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). Relatório. 1984.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

REAL, Manuel L.; **GOMES**, Paulo D.; **TEIXEIRA**, Ricardo J.

(1992) – *Relatório da Intervenção Arqueológica na Casa do* In*fante (Alfândega Velha)*. Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Texto datilog.

REAL [*et al.*], Manuel Luís

(1987) – **REAL**, Manuel L.; **TÁVORA**, Maria J.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.; **TEIXEIRA**, Filipe F. – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). Relatório. 1987.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(1989) – **REAL**, Manuel L.; **TÁVORA**, Maria J.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.; **TEIXEIRA**, Filipe F. – *Escavações arqueológicas no Castelo de S. João da Foz do Douro (Porto). Relatório. 1988*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(1990) – **REAL**, Manuel L.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.;**TEIXEIRA**, Filipe; **TÁVORA**, Maria J. – *Escavações arqueológicas no Castelo de S. João da Foz do Douro (Porto). Relatório 1989*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

REAL, Manuel L.; **TEIXEIRA**, Filipe F.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.

(1991) – *Escavações no Castelo de S. João da Foz. Relatório de 1990*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

[1992] – *Relatório das escavações arqueológicas do Castelo da Foz. 1991.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog., s.d. [1992]

REDE …

(2009) – *Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto. Relatório Final. Anexo A – Sistemas estruturantes. Sousa e Ferreira*. S.l.: Área Metropolitana do Porto; CIBIO. Texto datilog. Em linha: oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/ http://rios.amp.pt/sítios-amp/static/public/rios/SistemasEstruturantes-SOUSA-e-FERREIRA.pdf

RIBEIRO, André Tomé

(2014) - *Relatório Carta Arqueológica Concelho da Maia*. Maia: Câmara Municipal. Texto datilog.

RIBEIRO, Manuela C. S.

(1999) – *Obras de recuperação urbana no Bairro da Sé (Porto). 2ª e 3ª fases de arruamentos (PPUBS-CMP). Relatório dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico.* Porto: s.e. [Câmara Municipal]. Texto datilog.

(2004) – *Casa da Câmara (Sé, Porto). Relatório final do Acompanhamento Arqueológico*. Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

RIBEIRO, Manuela C. S.; **NOGUEIRA**, Sandra

(no prelo) - *Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação dos "Caminhos do Romântico". Relatório Final.* Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog

RIBEIRO, Manuela C. S.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(em prep.) – *Trabalhos arqueológicos de levantamento da base da sepultura romana do Largo do Colégio, Porto. Relatório.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

RIBEIRO, Manuela C. S.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(no prelo) – *Uma sondagem arqueológica na Fábrica de Louça de Miragaia (Rua de Tomás Gonzaga, 3-13, Porto). Relatório.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

RIBEIRO, Sandra; **PEREIRA**, Gabriel

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

(2010) – *Sondagens arqueológicas na Rua da Escola, Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar.* V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia.Texto datilog.

RODRIGUES, Miguel; **COUTO**, Marcos; **FREITAS**, Teresa A.

(2005) – *Sondagens de diagnóstico. Porto. Rua de Fez/Rua Dr. Afonso Baldaia. Relatório dos trabalhos arqueológicos.* Porto: Era Arqueologia. Texto datilog.

RODRIGUES, Miguel; **VILARINHO**, Gil

(2018) – *Sondagens arqueológicas de avaliação prévia na Rua das Oliveiras e Rampa da Nossa Srª da Saúde. Pedroso, V. N. de Gaia. Relatório Preliminar. Julho 2018*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

SÁ, Edite Martins de

(2017) – *Sondagens arqueológicas na Rua D. Hugo, 2-6 e Calçada da Vandoma, 3. Sé, Porto. Nota Técnica*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

(2021) - *Construção de imóvel no Largo de Paranhos. Largo da Igreja de Paranhos. Freguesia de Paranhos, Porto. Relatório preliminar. Julho 2021*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

SÁ, Edite Martins de; **SOARES**, Sofia Pinho

(2017) - *Sondagens arqueológicas no Campo do Rou, 9 e Rua da Flora, Massarelos, Porto. Nota técnica.* Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

SILVA, AM, Ana Maria

(1999) – *Relatório antropológico do esqueleto exumado de uma sepultura tardo-romana descoberta no Largo do Colégio junto à Igreja de São Lourenço (Porto).* Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Texto datilog.

SILVA, António Manuel S. P.

(1993) – *Construção dos Acessos à Ponte do Freixo. Caracterização arqueológica do corredor. Relatório geral.* Porto: Etnos-Património e Turismo Cultural, Lda. Texto datilog.

(1998c) - *Intervenção Arqueológica de Emergência na Rua da Penaventosa, 39-43. Relatório preliminar*. Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog.

(2007a) – *Gaia. Plano Director Municipal. Relatório 2.11 Património Arqueológico e Geomorfológico,* V. N. Gaia, Gaiurb, E.M.; Câmara Municipal. Em linha: http://www.gaiurb.pt/revpdm/rel/11/11_1.pdf.

(2007b) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia. Património Arqueológico. Património Geomorfológico. Relatório Final*. V. N. Gaia. Texto datilog.

SILVA, António Manuel S. P.; **BARBOSA**, Sandra C. P.

(1998) – *Conclusão da Intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39, 45 e 57 (Jun. – Set. 1998). Relatório preliminar.* Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog.

SILVA, António Manuel S. P.; **BARBOSA**, Sandra C. P.; **RIBEIRO**, Manuela C. S.

(em prep.) – *Escavações arqueológicas na Rua da Penaventosa, números 39 a 57, Porto. Relatório final.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

SILVA, António Manuel S. P.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.

(1996) – *Sondagem arqueológica de avaliação. Rua de Miragaia, 123-124 – Porto. Relatório preliminar.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

SILVA, António Manuel S. P.; **RIBEIRO**, Manuela C. S.; **BARBOSA**, Sandra C. P.

(2006) – *Rua de Santana, 25. Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog

SILVA, António Manuel S. P.; **SÁ**, Edite Martins

(2021) – *Castro da Madalena (V. N. Gaia, Porto). Relatório da 1ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos. MDL.20.* Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca. Texto datilog.

SILVA [*et al.*], António Manuel S. P.

(2003) – **SILVA**, António Manuel S. P.; **LOPES**, Lídia; **GUIMARÃES**, Susana; **BARBOSA**, Sandra C. P.; **RIBEIRO**, Manuela C. S. – *Largo de Penaventosa, 25. Porto. Relatório final das sondagens de avaliação arqueológica.* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(2006) – **SILVA**, António Manuel S. P.; **BARBOSA**, Sandra C. P.; **SÁ**, Anabela P.; **BORGES**, Susana C.; **RIBEIRO**, Manuela C. S. – *Largo de Penaventosa, 21. Porto. Relatório Final das Sondagens de Avaliação Arqueológica (PNV21.02).* Porto: Câmara Municipal. Texto datilog.

(2007) – **SILVA**, António Manuel S. P.; **RODRIGUES**, Miguel A.; **SOUSA**, Laura; **BARBOSA**, Sandra; **RIBEIRO**, Manuela C. S. – *Sondagens arqueológicas na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório preliminar.* Porto: Câmara Municipal; Direcção Regional de Cultura do Norte. Texto datilog

(2008) – **SILVA**, António Manuel S. P. Silva; **RIBEIRO**, Manuela C. S.; **BARBOSA**, Sandra C. P.; **LOPES**, Lídia; **GUIMARÃES**, Susana – *Rua da Penaventosa, 27 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório final da sondagem de avaliação arqueológica*. Porto: Câmara Municipal (GAU). Texto datilog.

(no prelo) – **SILVA**, António Manuel S. P.; **RODRIGUES**, Miguel A.; **SOUSA**, Laura; **BARBOSA**, Sandra; **RIBEIRO**, Manuela C. S. – *Trabalhos arqueológicos na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório final.* Porto: Câmara Municipal; Direção Regional de Cultura do Norte. Texto datilog.

SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da

(1980c) – *Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos realizados na Necrópole de Gulpilhares*. Porto. Texto datilog.

SILVA, Armando Coelho F.; **BARBOSA**, João Paulo; **CENTENO**, Rui M. S.

(1997) – *Escavações arqueológicas na cidade romana de Aquae Flaviae (Chaves). A intervenção na Rua Direita, n.º 66/Ladeira da Brecha. Relatório final de sondagens arqueológicas.* Porto: Etnos. Texto datilog.

SILVA, Armando Coelho F.; **CENTENO**, Rui M. S.

(1995) – *Intervenção arqueológica no centro histórico do Porto. Campanha de escavações no Quarteirão da Sé Q5 (Ângulo das ruas da Bainharia e Santana). 1994.* Porto: Etnos – Património e Turismo Cultural, Lda.. Texto datilog.

SILVA [***et al***.], Armando Coelho F.; **CENTENO**, Rui M. S.; **BARBOSA**, Maria Benedita; **BARBOSA**, João Paulo.

(1998) – *Escavações arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel. Relatório.* Porto: Etnos – Património e Turismo Cultural. Texto datilog.

SILVA, Armando Coelho F.; **CENTENO**, Rui M. S.; **LOPES**, António B.

(1998) – *Escavações arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel. Relatório.* Porto: Etnos – Património e Turismo Cultural. Texto datilog.

SILVA, Armando Coelho F.; **PAIVA**, Maria Belém C.; **SÁ**, Manuel M. A.

(1987) – *Sondagem arqueológica no Castro de Baiza (Avintes/Vilar de Andorinho, V. N. Gaia). BAIZ 85 – Relatório*. Vila Nova de Gaia: s.e. Texto datilog.

SILVA, João; **FAFIÃES**, Mariana; **CEPEDA**, Henriqueta

(2019) - Alteração de edifício sito na Rua do Senhor da Boa Morte, n.º 59, Lordelo do Ouro. Sondagens Arqueológicas; Acompanhamento Arqueológico de Obra. Relatório Final. Maia: AFA Arqueologia. Texto datilog.

SILVA, MA, Maria Antónia; **RIBEIRO**, Flávio

(2000) – *Necrópole Romana do Calvário, Baltar-Paredes. Relatório*. Paredes: s.e. Texto datilog.

SOARES, Sofia Pinho; **GONÇALVES**, Mário

(2018) – *Sondagens arqueológicas na Rua Chã, 109-115. Sé, Porto. Nota Técnica. Janeiro 2018*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

(2019a) – *Sondagens Arqueológicas na Travessa da Costibela. Lugar de Vila Nova, Aldoar, Porto. Nota Técnica. Novembro 2019*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

(2019b) – *Sondagens arqueológicas na Rua de São Marcos, 105-109. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório Preliminar. Janeiro 2019*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

(2020a) – *Sondagens Arqueológicas no Largo de São Pedro de Miragaia, 1-2. Miragaia, Porto. Nota Técnica. Dezembro 2019 – Janeiro 2020*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

(2020b) – *Sondagens arqueológicas. Largo do Castelo, 7-9. Santa Marinha, V.N. Gaia. Relatório Preliminar. Dezembro 2020*. Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

SOARES, Sofia Pinho; **SÁ**, Edite Martins de

(2016) – *Sondagens arqueológicas na Rua de D. Hugo, 9-11 e Avenida Vímara Peres, 59-67, Sé, Porto. Relatório preliminar*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

SOARES, Sofia Pinho; **VILARINHO**, Gil

(2018) – *Sondagens arqueológicas na Rua da Restauração, 105-107, 111-117, e Rua de Entre-Quintas, 7-11. Massarelos, Porto. Nota Técnica*. Vila Nova de Gaia: Empatia Arqueologia. Texto datilog.

SOUSA, Laura C. P.; **PIEDADE**, Marta

(2008) – *Intervenção Arqueológica QSM-VNG.07/08 – Quinta de São Marcos - Santa Marinha, Vila Nova de Gaia.* Vila Nova de Gaia, Empatia, Arqueologia. Texto datilog.

TEIXEIRA, Filipe F. S.

(1995) – *Intervenção arqueológica no Monte do Crasto, Nevogilde*. Porto: Câmara Municipal (Gab. Numismática). Texto datilog.

TEIXEIRA, Óscar F. Ferreira de; **COSTA**, Fátima Duarte

(2019) – *Alteração/ampliação de Capelas Mortuárias. Largo da Igreja de Paranhos, n.º 73, Porto. Nota Técnica. Sondagens de Diagnóstico*. Arouca: Ed. A. Texto datilog.

TEIXEIRA, Ricardo A.

(2010) – *Revisão do Plano Director Municipal de Valongo. Estudo sectorial de Arqueologia. Relatório Final.* Porto: Arqueologia e Património. Texto datilog. [Anexo I: Fichas de caracterização e proposta

TEIXEIRA, Sofia A. S.

[2010a] – *Relatório de progresso dos trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da construção do Hotel Carris. Porto, Ribeira.* Porto: Vessants, Arqueologia i Cultura, SL. Texto datilog.

(2010b) – *2º Relatório de progresso dos trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da construção do Hotel Carris. Porto, Ribeira.* Porto: Vessants, Arqueologia i Cultura, SL. Texto datilog.

(2011) – *INF9.09. Intervenção efectuada no âmbito da construção do Hotel Carris – Ribeira, Porto. Intervenção arqueológica nos Edifícios B e C. Relatório de Progresso.* Ed. A. Texto datilog.

(2015) – *Relatório preliminar da intervenção arqueológica. Imóveis sitos na Rua Infante D. Henrique, nº 1-15 e na Rua de São João, nº 1-39*. Porto: Ed. A. Texto datilog.

VARELA, José M.; **CLETO**, Joel A. C.

(2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, nº 9/12 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados.* Porto: Ed. A. Texto datilog.

VARELA, José M.; **PIRES**, Conceição; **CLETO**, Joel

(2015) – *Relatório Final. Intervenção arqueológica. Monte Castêlo – Castro de Guifões. Matosinhos, 2009-2010*. Matosinhos: Arqueologia e Património. Texto datilog.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

9.3. Bibliografia geral

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel

(1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. [Anejos de Antigüedad y Cristianismo, 2]. Murcia: Universidad de Murcia; Universidad Complutense de Madrid

ABRAÇOS, Fátima, coord.

(2019) – *O* Corpus *dos mosaicos romanos do* Conuentus Bracaraugustanus. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Univ. Nova de Lisboa

ABREU, João M. Ferreira

(2002) – *Necrópoles romanas do território português*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ACQUISIÇÕES do Museu Ethnologico Portugues

(1905). *O Arqueólogo Português*, 1.ª série, 10. Lisboa, p. 379-382

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando

(1974) – Consideraciones sobre los mosaicos portugueses del convento bracarense. In *III Congresso Nacional de Arqueologia: Actas*. Vol. 1. Porto: Junta Nacional de Educação, p. 201 -210

(1975) – Divinidades romanas en bronce del convento bracarense. *Bracara Augusta*, XXIX (67-68). Braga, p. 145-155, il.

(1994) – Urbanismo castrexo. In *La Ciutat en el món romà. Actes XIV Congrés Internacional d'Arqueologia Clàssica*. Vol 2. Tarragona : CIAC; CSIC, p. 13-14

(1996) – Urbanismo castrexo en el Noroeste peninsular. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio* I*nternacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 45-47

ACUÑA CASTROVIEJO [et al.], Fernando; **ARIAS VILAS**, Felipe; **BALIL**, Alberto; **BLANCO FREIXEIRO**, A.; **DÍAZ Y DÍAZ**, Manuel C.; **MAÑANES**, Tomás; **TORRES**, Casimiro; **VÁZQUEZ VARELA**, Juan M.

(1976) – *La Romanización de Galicia*. [Cuadernos del Seminario (…) de Sargadelos, 16]. La Coruña: Ediciones del Castro

ADAM, Jean-Pierre

(2007) – Murailles de la peur, murailles du prestige, murailles du plaisir. In RODRIGUEZ COLMENERO, A.; RODÁ DE LLANZA, I. (eds.) – *Murallas de*

*Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (*Lvcvs Avgvsti *como paradigma). Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo…* Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 23-43

AEBISCHER, Paul

(1926) – *Études de toponymie catalane…* Barcelone: Institut d'Estudis Catalans

(1932) – Toponymie et épigraphie: l'origine du nom de «Perpignan» et le gentilice «Perperna». *Butlletí de Dialectologia Catalana*: *revista catalana de lingïstica*. Segona época, XIX (1931). Barcelona, p. 1-18

AGNATI, Ulrico

(1999) – *Per la storia romana della provincia di Pesaro e Urbino*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider

AGUIAR, José Monteiro de

(1936) – Penafiel Antigo. *Câmara Municipal de Penafiel*, vol. III, p. 116

(1943a) – *Terra de Penafiel*. Porto: Casa Nun'Alvares

(1943b) – Terra de Penafiel. *Boletim da Câmara Municipal de Penafiel*, 1936-1943, Penafiel

(1945) – *Penafiel antiga. Subsídios para a monografia do concelho*. Penafiel: Câmara Municipal

AGUIAR [*et al.*], Pedro: **VIEIRA**, Eduardo; **LEITE**, André; **FERREIRA**, Pedro

(2015) – Resultado preliminar do inventário e cartografia de cavidades artificiais na vertente oeste da Serra de Santa Justa – Valongo (Portugal). *Meandro*, 1 (maio 2015). Amadora: GEM, Grupo de Espeleologia e Montanhismo, p. 106-119

AGUILAR FERNÁNDEZ, Rosa Maria

(2004) – Introducción. In AGUILAR FERNÁNDEZ, Rosa M.ª; PÉREZ VILATELA, Luciano (eds.) – *Plutarco: Vidas de Sertorio y Pompeyo*. Madrid: Akal, p. 7-30

ALARCÃO, Jorge de

(1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo [3ª ed. revista em 1983]

(1976a) – Campo Arqueológico de Braga. *Humanitas*, 27-28 (1975-1976). Coimbra, p. 272-274

(1976b) – *Bracara Augusta*. In STILLWELL, Richard; MacDONALD, William L.; McALISTER, Marian Holland (eds.) – *The Princeton Encyclopedia of Classical Sites*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, p. 162

(1980) – Os problemas da origem e da sobrevivência das *Villae* Romanas do Norte do País. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Vol. 3. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 171-179

(1983) – *Portugal Romano*. 3.ª ed., rev. Lisboa: Verbo

(1985) – *Introdução ao estudo da casa romana*. Coimbra: Faculdade de Letras; Instituto de Arqueologia

(1988a) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América

(1988b) – *Roman Portugal. Vol. II. Gazetteer (inventário). Fascicule 1. 1. Porto, 2. Bragança, 3. Viseu.* Warminster: Aris & Phillips

(1990a) – A conquista do território. In VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (Serrão, J.; Marques, A. H. Oliveira; Alarcão; J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I). Lisboa: Presença, p. 345-51

(1990b) – A produção e a circulação dos produtos. In VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (Serrão, J.; Marques, A. H. Oliveira; Alarcão; J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I). Lisboa: Presença, p. 409-441

(1992a) – Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía y Historia de la Universidad Complutense (Madrid, 13-15 Diciembre de 1989).* «Complutum»,Vol. 2-3. Madrid, p. 339-345

(1992b) – A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*, 31. Coimbra, p. 39-71

(1992c) – A Cidade Romana em Portugal. A formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização. In VV.AA – *Cidades e História. Ciclo de Conferências…* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 35-64

(1993) – Las ciudades romanas de Portugal. In BENDALA GALÁN, Manuel, dir. - *La Ciudad Hispanorromana*. S.l.: MInisterio de Cultura/Ámbit Servicios Editoriales, p. 206-23

(1995) – Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho. *Biblos*, 71, Coimbra, p. 387-401

(1996a) – As *Civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia [Actas do Colóquio "A rede viária na Callaecia"].* 12-13 (1995-1996). Braga, p. 25-30

(1996b) – As origens do povoamento da região de Viseu. *Conimbriga*, 35. Coimbra, p. 5-35

(1998a) – As cidades capitais do norte de Portugal na época romana. In RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996).* Vol. I. Lugo: Diputación Provincial, p. 429-437

(1998b) – Ainda sobre a localização dos *populi* do *Conventus Bracaraugustanus*. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. 9 (1998). Córdoba, p. 51-57

(1998c) – Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*, série IV, 16. Lisboa, p. 175-186

(1998d) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*, 37. Coimbra, p. 89-119

(1999a) – O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. In CENTENO, Rui M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz; MORA, Gloria (coord.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (*Anejos AEspA*, XX). Madrid, CSIC, p. 1-8

(1999b) – *Populi*, *Castella* e *Gentilitates*. *Revista de Guimarães. Volume especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I).* Guimarães, p. 133-150

(1999c) – Algumas questões para debate. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR/EPA, p. 251-254

(1999d) – Os arredores das cidades romanas de Portugal. *Archivo Español de Arqueología*, 72. Madrid, p. 31-37

(2000) – Sobre cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico. 2ª Série. 2-3.* Santo Tirso, p. 46-50

(2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2). Lisboa, p. 293-349

(2003a) – A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga*, 42. Coimbra, p. 5-115

(2003b) – A *Splendidissima Civitas* de Bobadela (Lusitânia). *Anas*, 15-16 (2002-2003). Mérida, p. 155-180

(2004a) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (1). Lisboa, 317-342

(2004b) - Sobre *Caladunum* e a via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flauiae*. In AULIARD, C.; BODIOU, L. (dir.) - *Au jardin des Hespérides: histoire, societé et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes

(2005a) – Destacamento(s) da Legião X Gémina no Baixo Douro no tempo de Cláudio?. *Al-madan*. 2ª série, 13. Almada, p. 78-81

(2005b) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8 (2). Lisboa, p. 293-311

(2009-2010) – A propósito do hidrónimo LETHES. *FORUM,* 44-45. Braga, p. 113-120

(2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade

(2019a) – O nome e os lugares de *Portucale*. *Revista de Portugal*, 16. Vila Nova de Gaia, p. 8-15

(2019b) – Do Douro ao Mondego; de Afonso Magno a Almançor. Coimbra: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

ALARCÃO, Jorge; **ALARCÃO**, Adília

(1963) – Vidros romanos do Museu de "Martins Sarmento". Revista de Guimarães, 73: 1-2 (jan-jun. 1963). Guimarães, p. 175-209

ALARCÃO, Jorge de; **CARVALHO**, Pedro C.; **GONÇALVES**, Ana, coord.

(2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002.* Merida: Museu Arqueológico de Arte Romano

ALARCÃO, Jorge de; **SANTOS**, Ana I. P., coord.

(1996) – *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus

ALARCÃO, Pedro

(2009) – *Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

(2015) – O traçado oculto da cidade romana de Tongobriga. In: ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: FLUP-CITCEM/Edições Afrontamento, p. 25-29

ALBALADEJO VIVERO, Manuel

(2012) – *Léxico de Topónimos y Etnónimos del Noroeste de la Península Ibérica en la Antigüedad* (…). Madrid: Polifemo

ALBALADEJO VIVERO, Manuel; **GÓMEZ FRAILE**, José María

(2015) – Hispania en la obra geográfica de Agripa. In VILAR, Jordi López, coord. – *Congrés Internacional D'Arqueologia i Món Antic, August i les Provícies Occidentals – 2000 aniversari de la mort D'August*. [Tarraco Biennal, 2] . Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana, p. 151-158

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ALBERTINI, Eugène

(1923) – *Les divisions administratives de l'Espagne Romaine*. Paris : E. de Boccard

ALBERTOS FIRMAT, M.ª de Lourdes

(1975) – *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Santiago de Compostela: Universidad; Valladolid: Universidad (*Studia Archaeologica*; 37)

(1977) – Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilícias en la epigrafia. In *Actas del Coloquio Internacional sobre el Binilenario de Lugo*. Lugo: Patronato del Bimilenario de Lugo, p. 17-27

(1985) – La onomástica personal indígena del noroeste peninsular (ástures y galaicos). In DE HOZ, Javier, ed. – *Actas del III Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 255-310

ALBUQUERQUE, José A. de Pina Manique e

(1962) – *Cale Civitas in Gallia*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências

(1965) – *Cale Civitas in Gallia*. *Lucerna*, 4 [Actas 3º Colóquio Portuense de Arqueologia]. Porto, p. 89-96

(1978) – *Sobre o étimo de Portucale e as origens da cidade do Porto.* (Extracto de «Actas das III Jornadas Arqueológicas», vol 1). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 345-355

ALBUQUERQUE, Pedro; **FERRER-ALBELDA**, Eduardo

(2019) – *Restituta vetere locorum*: as localizações e as apropriações das Cassitérides numa perspectiva historiográfica. *Revista Hélade*, 5.2. Rio de Janeiro, p. 201-228

ALBUQUERQUE E CASTRO, Luís de

[1961] – Achados romanos na mina do Fojo das Pombas (Valongo). *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Vol. 15 (3-4). Porto, p. 431-448 [s.d., imp. 1961]

(1962) – Hallazgos romanos en la mina «do Fojo das Pombas», Valongo (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 35 (105-106). Madrid, p. 166-176

ALFENIM, Rafael A. E.

(1992) – A barragem de *Aquae Flaviae*. *Conimbriga*, 31. Coimbra, p. 85-98 [publicado também em *Revista Aquae Flaviae*, 13 (junho 1995). Chaves, p. 9-34]

ALFÖLDY, Geza

(1966) – Um *cursus* senatorial de *Bracara Augusta*. *Revista de Guimarães,*76: 3-4 (jul-dez. 1966). Guimarães, p. 363-372

(2000) – Das neue Edikt des Augustus aus El Bierzo in Hispanien. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Köln, p. 131, p. 177-205

(2001) – El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania. In GRAU LOBO, Luís A; HOYAS DÍEZ, José Luis, coord. (2001) – *El bronce de Bembibre : un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C. : Museo de León*. S.l.: Junta de Castilla y Léon, p. 17-27

USC DE COMPOSTELA

ALICERCES da muralha romana descobertos na Penaventosa

(2003). *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense.* 4 (Jun. 2003). Porto, p. 4-5

ALLAN, John C.

(1965) – *A Mineração em Portugal na Antiguidade*. [Sep. do «Boletim de Minas», vol. 2, n.º 3 - Jul-set. 1965]. Lisboa

ALMAGRO-GORBEA, Martín

(1995) – La navegación prehistorica y el mundo atlántico. In ALONSO TRONCOSO, V. (coord.) – *Guerra, exploraciones y navegación del mundo antíguo a la edad moderna*. Ferrol: Universidad de Coruña, p. 13-35

(2010-2011) - Lucio Cornelio Boco: Turdetano de Salacia y autor de la Edad de Plata de la Literatura Latina. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 18. Oeiras: Câmara Municipal, p. 287-332

ALMAGRO-GORBEA, Martín; **TORRES ORTIZ**, Mariano

(2009) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: fenicios o tartesios?. In BELTRÁN LLORIS, Francisco; ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, Amílcar; JORDÁN COLERA, Carlos, (eds.) – *Acta palaeohispanica X: Actas do X Colóquio internacional sobre línguas e culturas paleo-hispânicas (Lisboa, 2009)*. [Paleohispánica, 9]. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", p. 113-142

ALMEIDA, Artur Jorge

(1988) – A necrópole da Forca (Maia). In *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura-1985. Vol. 2 – Arqueologia*. Esposende: Casa da Cultura, p. 113-151

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de

(1980) – *Via Veteris.* Antiga via romana? In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Vol. 3. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 151-170

(1990) – *Proto-história e Romanização da Bacia Inferior do Lima.* («Estudos Regionais», n.º especial, 7-8). Viana do Castelo

(1995b) – A Romanização no Concelho de Vila do Conde. Alguns apontamentos sobre a ocupação do território localizado entre os rios Ave e Este. In *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães, p. 51-72

(2003a) – *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. [Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, vol. VII]. S.l.: Ed. A., s.d.

(2003b) – Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto de situação no *conuentus bracaraugustanus*. *Boletin Auriense*, 33. Ourense, p. 77-93

(2005) – A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média. In AMORIM, Inês (coord.) – *I Seminário Internacional Sobre o Sal Português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, p. 137-170

(2013) – A romanização no concelho de Vila do Conde. In *Museu de Vila do Conde. Vila do Conde: tempo e território. Exposição permanente.* Vila do Conde: Câmara Municipal, p. 73-79

(2016) – A *Gallaecia* meridional em tempos de Augusto. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 113-122

(2017) – A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral. In *Caminho Português da Costa. Estudos*. S.l.: Câmara Municipal do Porto [e outros municípios], p. 6-25

ALMEIDA, CB Carlos A. Brochado de; **ALMEIDA**, Pedro Brochado de

(2002) – Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto. *Portugalia*. Nova Série. 23. Porto, p. 155-184

(2015) – Alguns Apontamentos sobre a Cividade de Bagunte – Vila do Conde. *Portugalia*, Nova Série, 36, Porto, p. 49-62

ALMEIDA, CB, Carlos A. Brochado de; **ALMEIDA**, Pedro Brochado de; **GONÇALVES**, Mário C.

(2008) – *Caminhos antigos e de peregrinação em Penafiel*. Penafiel: Museu Municipal

ALMEIDA, CF, Carlos Alberto Ferreira de

(1958) – Um aspecto do culto dos rios na Lusitânia. Sua divindade, castigo e rito expiatório para todos aqueles que os atravessassem. *Douro Litoral*. 8ª Série, 9. Porto, p. 873-887

(1965) – *O problema das casas redondas castrejas*. Sep. de «Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia» (*Lucerna*, 4). Porto

(1969) – *Romanização das Terras da Maia*. Maia: Câmara Municipal

(1970) – *Algumas notas sobre o processo da romanização da zona de entre Douro e Ave.* Sep. das «Actas das I Jornadas Arqueológicas». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses

(1972a) – Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras* – História. 3. Porto, p. 113-136

(1972b) – Cerâmica romana de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras* – História. 3. Porto, p. 191-205

(1974) – *Escavações no Monte Mozinho: 1974*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis

(1975) – *Escavações no Monte Mozinho: 1974*. Porto [= ALMEIDA, 1974, editado em Penafiel pelo Centro Cultural Penafidelis, com paginação distinta]

(1977) – *Escavações no Monte Mozinho. II. 1975-1976.* Penafiel: Centro Cultural Penafidelis

(1978a) – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho.* Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1978b) – *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho - desde as origens a 1220*. Trabalho complementar para prestação de provas doutoramento em História de Arte apresentado à Universidade do Porto

(1980a) – O templo do Mozinho e o seu conjunto. *Portugalia*. Nova série. 1. Porto, p. 51-56

(1980b) – *Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma/Baltar*. [Separata de «O Concelho de Paredes – Boletim municipal», 3]. Paredes.

(1983a) – Cultura Castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia*. 8. Porto, p. 70-74

(1983b) – O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação. In PEREIRA-MENAUT, Gerardo (ed.) – *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago-Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento, p. 187-198

(1984) – A casa castreja. *Memorias de Historia Antigua*, 6. Oviedo, p. 35-42.

(1986) – Arte Castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência a Romanidade. *Arqueologia*, 13. Porto, p. 161-172

ALMEIDA, CF, Carlos Alberto Ferreira de; **LOPES**, Francisco G. A.

(1981-1982) – Eja (Entre-os-Rios): a *ciuitas* e a igreja de S. Miguel. *Portugalia*. Nova série. 2-3. Porto, p. 131-136

ALMEIDA, CF, Carlos Alberto Ferreira de; **SANTOS**, Eugénio dos

(1971) – O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2. Porto, p. 147-168

(1972) – O Castro de Fiães (II). *Revista da Faculdade de Letras* – História. 3. Porto, p. 207-214

ALMEIDA, CF, Carlos Alberto Ferreira de; **SANTOS**, Joaquim Neves dos

(1975) Cerâmica romana tardia de Guifões, *Archeologica Opuscula*, 1, Porto, p. 49-56

ALMEIDA, F, Fernando de

(1968) – Ara dedicada a Júpiter, nos arredores do Porto. In *Congresso Luso-espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal, p. 288-9

(1970a) – Minas de ouro na Gallaecia portuguesa. In: *Legio VII Gemina*, Leon: Catedra de San Isidoro; Diputación Provincial, p. 287-302

(1970b) – Mineração Romana em Portugal. In *La Minería hispana e iberoamericana: Ponencias del I Coloquio Internacional sobre Historia de la Minería, Cátedra de San Isidoro, León. 16-21 marzo, 1970*. Vol. I. León: Catedra de San Isidoro, p. 195-220

ALMEIDA, FR, Fortunato de

(2018 [1922]) – *História de Portugal*. Vol. 1. Apresent. e coord. de José M. Garcia. Porto: Book Cover Editora

ALMEIDA, J, José A. Ferreira

(1953) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, 2. Lisboa, p. 5-208

ALMEIDA, L, Luís Gomes Alves de

(1984) – O significado do termo «calle» no Prazo de Quebrantões. *Gaya*. 2. Vila Nova de Gaia, p. 83-100

(1985) – *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro.* V. N. Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

ALMEIDA, MJ, Maria José H.

(2006) – Património Arqueológico Móvel: (des)enquadramento na actual legislação portuguesa. *Praxis Archaeologica: Revista Electrónica da Associação Profissional de Arqueólogos*, 1. Lisboa, p. 29-36

(2017) – *De* Augusta Emerita *a* Olisipo *por* Ebora*: uma leitura do território a partir da rede viária*. Tese de Doutoramento em História - Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ALMEIDA, M, Miguel; Neves, Maria João

(2006) – A Arqueologia *Low-cost*: fatalidade nacional ou opção de classe? *Al-Madan*, 2.ª série, 14. Almada, p. 86-91

ALMEIDA, M [*et al.*], Miguel; **NEVES**, Maria João; **BASÍLIO**, Lília; **FERREIRA**, Maria Teresa

(2008) – O Futuro, Dez Anos Depois *Al-Madan*, 2.ª série, 16. Almada, p. 65-69

ALMEIDA, P., Pedro Brochado

(2020) – A Cividade de Bagunte. O estado atual da investigação. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1141-1152. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa82

ALMEIDA E SILVA, Sara; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2020) – A cerâmica da Idade do Ferro do Castro de Salreu (Estarreja, Aveiro). Estudo preliminar. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 393-403

ALONSO TRONCOSO, Victor

(1996) – Primeras etapas en la conquista romana de Gallaecia. *Militaria: revista de cultura militar*, 8 [II Jornadas de la Asociación de amigos de los Museos Militares]. Madrid, p. 53-66

ÁLVAREZ GONZALEZ, Yolanda; **LOPEZ GONZALEZ**, Luís; **FERNANDEZ-GÖTZ**, Manuel; **GARCIA QUINTELA**, Marco V.

(2017a) – Reconsidering Urbanisation in Late Iron Age North-western Iberia: The *Oppidum* of San Cibrán de Las (Galicia, Spain). *Praehistorische Zeitschrift*; 92(2). Berlin: De Gruyter, p. 354-369. https://doi.org/10.1515/pz-2017-0017

(2017b) – El *oppidum* de San Cibrán de Las y el papel de la religión en los procesos de centralización en la Edad del Hierro. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* (*CuPAUAM*), 43. Madrid, p. 217-239.

ALVES, Catarina

(2014) – Os *castella* do Baixo Alentejo. O caso do Monte Manuel Galo. *CIRA – Arqueologia*, 3 [Atas do Congresso «Conquista e Romanização do Vale do Tejo»]. Vila Franca de Xira, p. 385-403

ALVES [*et al.*]

(1974-1977) – ALVES [*et al.*], Francisco J. S.; NUNES, Henrique B.; LEMOS, Francisco Sande; OLIVEIRA, Eduardo P. – O salvamento de Bracara Augusta. I. O campo arqueológico da Universidade do Minho. Breve história, organização e objectivos. *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 7-9. Lisboa, p. 416-423

(1988-1989) – ALVES, Francisco J. S.; REINER, Francisco; ALMEIDA, Mário R.; VERÍSSIMO, Luís – Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 6-7. Lisboa, p. 109-85

ALVES, Margarida Oliveira

(2015) – *Aquae Flaviae*: a ruína como imagem de cidade. Dissertação de mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

AMARAL, Paulo

(1993) – *O povoamento romano no vale superior no vale superior do Tâmega – permanência e mutações na humanização de uma paisagem*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

AMARAL, Paulo; **TEIXEIRA**, Ricardo A.

1998) – Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I* [«Cadernos do Museu», 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 51-77

(1999) – Ocupação e organização do território em torno de *Aquae Flaviae*. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR/EPA, p. 109-114

AMELA VALVERDE, Luis

(1990) – La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a.C.). *Gaceta Numismática*, 97-98. Barcelona, p. 19-30

(2002) – La Galia Cisalpina y la clientela de Pompeyo Magno. *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*. 14. Alcalá de Henares, p. 51-78

(2003) – *Cneo Pompeyo Magno, el defensor de la República romana*. Madrid: Signifer Libros

(2008) – Veteranos en Alba Fucens (CIL I^2, 1815 = ILLRP 146). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 6. Barcelona, p. 25-37

(2010) – La circulación monetaria romano-republicana de Hispania durante la segunda guerra civil según las ocultaciones de la época. *Nvmisma. Revista de Estudios Numismáticos*, 254. Ano LX. Madrid, p. 7-39

(2013-2014) – La conquista del norte peninsular. Primeros tanteos según las fuentes literárias. *Hispania Antiqua*, 37-38. Valladolid, p. 69-84

(2019) – Pompeyo Magno y la Galia Transalpina. La guerra sertoriana. *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*. Tomo 70, n.º 204. Salamanca, p. 9-52

AMORIM, Inês; **SILVA**, Luís Pedro; **GARCIA**, João Carlos

(2017) – As cheias do rio Douro no Porto (Portugal) do século XVIII. *SÉMATA – Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 29. Santiago de Compostela, p. 185-217

AMSELLE, Jean-Loup

(1987) – L'ethnicité comme volonté et comme représentation: a propos des Peul du Wasolon. *Annales. Histoire, Sciences Sociales.* 42e Année, No. 2 (Mar.-Apr., 1987). Cambridge: Cambridge University Press, p. 465-489

(2014 [1985]) – Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia, coord. – *Pelos meandros da Etnia. Etnias, Tribalismo e Estado em África*. Luanda: Edições Mulemba; Universidade Agostinho Neto, p. 23-54 [ed. original francesa: 1985]

ANDERSON, Benedict

(2017 [1983]) – *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo.* Lisboa: Edições 70 (eds. originais: 1983, 1991).

ANDERSON JR., James C.

(2013) – *Roman Architecture in Provence*. Cambridge: Cambridge University Press

ANDRADE, Vieira de

(1918) – Castro de Entre-os-Rios. *O Arqueólogo Português*. 1.ª série, 23. Lisboa, p. 74-76

(1920) – Monte Mozinho. *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses*. 5.ª série, tomo 13, n.º 7. Lisboa, p. 275-277

ANDRESEN [*et al.*], Teresa; **ANDRADE**, Gonçalo; **FRANÇA**, Natércia; **SILVA**, Antónia; **MADUREIRA**, Cristina

(2018) – Património Cultural. In *Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto. Estudos prévios. Fevereiro 2018*. Valongo: Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, p. 194-247. Em: http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2018/02/CAP6-Patrimonio-Cultural-PSeP-Estudos-Previos-Fev-2018.pdf

ANDREU PINTADO, Javier

(2004) – Edictum*,* Municipium *y* Lex*: Hispania en época Flavia (69-96 d.C.)*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series, 1293)

ARA VOTIVA

(1945) – Ara votiva aos Lares Marinhos. *O Tripeiro*. 5ª Série. 1 (6). Porto, p. 125

ARAÚJO, António Sousa

(1991) – Notas introdutórias a Apiano. In ARAÚJO, António Sousa; CARDOSO, José (trad.) – *História das Guerras da Ibéria de Apiano. Notas introdutórias e versão portuguesa do original grego do século II.* [Sep. de «Itinerarium», 37 (139)]. Braga: Livraria Cruz, p. 7-36

ARAÚJO, J, José Ribeiro d'

(1920) – *Perosinho: apontamentos para a sua monographia*. Porto: Tipografia Fonseca [reed. 1980 e 2000 – V. N. Gaia: Biblioteca Pública de Perosinho]

ARAÚJO, Maria da Assunção

(1991) – *Evolução geomorfológica da plataforma litoral da região do Porto*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Texto datilog.

(2002) – A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da Geografia Física. In AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena (coord.) – *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, p. 75-91

ARAÚJO, Teodoro G. Rodrigues

(2010) – O mosaico sepulcral paleocristão do lugar do Castelo (Freguesia de Frende, Concelho de Baião). Douro: *Vinho, História & Património*, 1. Porto, p. 325-345

ARANEGUI, Carmen

(2010) – The Latin Sea and the Ocean Conquest (II-I BC). In CARRERAS, César; MORAIS, Rui (eds.) – *The Western Roman Atlantic Façade: A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. (BAR Int. Series, 2162). Oxford: Archaeopress, p. 47-53

ARCE, Javier

(1986) – Hispania en la Epigrafia Republicana de Italia. In *Epigrafia Hispanica de Época Romano-Republicana*. Zaragoza: Institución Fernando el Catolico, p. 103-113

AREZES, Andreia

(2017) – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII.* Porto: CITCEM; Edições Afrontamento

(2019a) – Castro de Guifões (Matosinhos): evidências de uma ocupação diacrónica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22. Lisboa, p. 183-191

AREZES, Andreia (2019b) – Vidros tardios do Castro de Guifões: formas, técnicas e trajectos. *Portugalia*. Nova Série, 40. Porto, p. 59-84

AREZES, Andreia; **VARELA**, José Manuel

(2017) – Castro de Guifões (Matosinhos) – das primeiras notícias aos resultados preliminares de um projeto de investigação. In ARNAUD, José M.; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 125-136

ARIAS, Gonzalo

(1963) – El secreto de Antonino. *El Miliario Extravagante*. 2. Paris: Ed. A. [republicado em ARIAS, 2004, p. 85-103]

(2004) – *Repertorio de caminos de la Hispania romana.* 2ª ed. S.l.: Ed. A.

(2008) – *Mansionibus supra scriptis, II:* el itinerario de Antonino, las mansiones y la teoria de los empalmes. Unas notas de Gonzalo Arias. *El Nuevo Miliario,* 6 (jun. 2008). Madrid p. 78-82

ARIAS VILAS, Felipe

(1992) – *A Romanización de Galicia*. Vigo: A Nosa Terra

ARMADA, Xosé-Lois; **VILAÇA**, Raquel

(2016) – Rituales de comensalidad en el Bronce Final de la Iberia atlántica: artefactos metálicos, contextos e interpretación. In VILAÇA, Raquel; SERRA, Miguel (eds.) – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Instituto de Arqueologia FLUC; CEPBA; Palimpsesto, Lda., p. 127-157

ARMANI, Sabine

(2017) – La méthode dans les livres géographiques de Pline l'Ancien. Dits et non-dits dans la description de l'*Hispania Citerior.* In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 105-126

ARNAUD, Pascal

(1993) – L'itineraire d'Antonin: um témoin de la littérature itinéraire du Bas Empire. *Geographia Antiqua*, 2. Firenze, p. 33-50

(2004) – Entre Antiquité et Moyen-Age: l'ltinéraire Maritime d'Antonin. In DE MARIA, Lorenza; TURCHETTI, Rita, eds. – *Rotte e Porti del Mediterraneo dopo la caduta dell'Impero Romano d'Occidente. Continuità e innovazione tecnologiche e funzionali*… Rubbettino [Calabria]: Rubbettino Editore, 3-20

(2007-2008) – Texte et carte de Marcus Agrippa: historiographie et données textuelles. *Geographia Antiqua*, 16-17 (2007-2008). Perugia, p. 73-126

ARQUIVO HISTÓRICO DA C. M. PORTO

(1984) – Bibliografia de arqueologia portuense. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 80-88

ARRUDA, Ana Margarida

(1993) – A romanização: Os primeiros contactos; a conquista. In MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Vol. II – O mundo luso-romano*. Amadora: Ediclube, p. 161-174

(1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri

(2000) – Los fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 5-6 (1999-2000). Barcelona

(2013) – Do que falamos quando falamos de Tartesso? In CAMPOS, Juan M.; ALVAR, Jaime (eds.) – *Tarteso, el emporio del metal*. S.l.: Editorial Almuzara, p. 211-222

ATLAS DE PORTUGAL

(2008) – *Atlas de Portugal. 3. Área Metropolitana do Porto. Douro. Natureza e Meio Ambiente*. MatosInhos: Quidnovi

AYÁN VILA, Xurxo M.; **POPE**, Rachel; **ALBERRO**, Manuel

(2005-2006) – Una Edad del Hierro redonda: la cabaña circular en los castros del NW de la Península Ibérica. *Kalathos*, 24-25. Teruel, p. 177-217

AZEVEDO, Agostinho de

(1939) – *A Terra da Maia: subsídios para a sua monografia*. vol. 1. Maia: Câmara Municipal

AZEVEDO, Pedro A. de

(1897) – Extractos archeologicos das «Memorias Parochiaes de 1758». *O Arqueólogo Português*. 1ª série, 3. Lisboa, p. 225-244

(1902) - Extractos archeológicos das «Memórias Parochiaes de 1758». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 7, p. 27-32; p. 74-79; p. 123-128; p. 190-192; p. 237-240; p. 267-272; p. 319-320

(1911) – Miscelânea Arqueológica. As escavações de Gulpilhares. *O Arqueólogo Português*. 1ª Série. 16. Lisboa, p. 201

AZEVEDO, Rogério de

(1959) – Onomástico ibérico. Tentativa etimológica (Geográficos, IV). *Boletim Cultural da C. M. Porto*, 22 (1-2), mar.-jun. 1959. Porto, p. 17-217

(1960) – O Porto desde a proto-história à época do Infante D. Henrique. *Studium Generale*. 7. Porto, p. 104-46

(1965) – O termo Cale. *Lucerna*. 4. Porto, p. 101-6

(1966) – Intervenção relativa a *Portucale*. *Lucerna*. 5. Porto, p. 120-3

(1968) – As implicações antecedentes da arquitectura medieval portucalense (Cale, Portucale e Porto). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 31 (3-4). Porto, p. 450-520

BADIAN, Ernst

(2012) – Perperna (1) & (2); Perperna Veiento. In HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony (eds.) – *The Oxford Classical Dictionary*. 4th ed. Oxford: Oxford University Press, p. 1109

BALBOA SALGADO, António

(1996) – *Gallaecia nas fontes clasicas*. Santiago de Compostela: Universidade

BALIL ILLANA, Alberto; **MARTIN VALLS**, Ricardo (eds.)

(1988) – Tessera hospitalis *de Montealegre de Campos (Valladolid). Estudio y contexto arqueológico.* (Monog. Museo Arqueológico, 6). Valladolid: Junta de Castilla y León

BANDEIRA, Miguel S. Melo

(2000) – D. Diogo de Sousa: o urbanista – leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta,* Vol. XLIX, Nº103 (116). Braga, p. 19-58

BANKS, Marcus

(1996) – *Ethnicity: anthropological constructions*. London; New York: Routledge

BAPTISTA, Lídia G.

(2019) – Rua Mouzinho da Silveira, 174-180 e Rua da Bainharia, 51-61. *Arte Factus*, 3. Matosinhos: Arqueologia e Património, p. 12-13

BAPTISTA, Lídia G., **CARVALHO**, A.; **GANDRA**, V.; **MONTEIRO**, A.; **MONTEIRO**, T.

(2006a) – As minas de ouro romanas das Serras de Valongo – uma visão do seu interior. In *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu.* [Porto]: SEDPGYM/IPPAR, p. 581-593

BAPTISTA, Lídia G.; **FONSECA**, Vítor; **RODRIGUES**, Liliana; **TEIXEIRA**, Ricardo (2006b) – Resultados preliminares da intervenção arqueológica na Quinta da Ivanta, Valongo. In *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu.* [Porto]: SEDPGYM/IPPAR, p. 185-198

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

BARBOSA, Maria Benedita C.

(1999) – Tesouros sertorianos aparecidos em território português. In CENTENO, Rui M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz; MORA, Gloria (coord.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (*Anejos AEspA*, XX). Madrid, CSIC, p. 299-304

(2002) – *Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de* Augustus. [Anexos *Nvmmvs*, 6]. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática

BARBOSA, Pedro; **MIRANDA**, José

(2006) – *Marcas de poder. Moedas visigóticas em território português*. Lisboa: Banco de Portugal

BARREIRO, José do

(1922-1924) – *Monografia de Paredes.* 2 volumes. Porto: Tipografia Mendonça

BARROCA, Mário J.

(1984) – II - As escavações de Mendes Correia na Cividade (1932) e as origens da cidade do Porto. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 21-29

(1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV).* Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto datilog.

(1998) – Torres, Casas-torres ou Casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV). *Revista de História das Ideias*, 19. Coimbra, p. 39-103

(2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Volume II. Corpus Epigráfico Português. Tomo 2.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia

(2001) – *As fortificações do litoral portuense*. Colecção Portucale. Lisboa: Inapa

[2012] – Porto. In ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (coord.) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, [DL 2012], p. 288-289

(2017a) – Os seis exemplares da *Siliqua* de Requiário. *Nummus*, 2ª série, 40, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, p. 29-45.

(2017b) – *Prope litore maris*. O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (Séc. IX a XII). In AMARAL, Luis C. (coord) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, p. 199-243

BARROCA, Mário J.; **AREZES**, Andreia; **MORAIS**, Rui

(2018) – A basílica paleocristã e o edifício palatino de Sta. Marta das Cortiças (Falperra): as escavações de F. Russell Cortez e de J. J. Rigaud de Sousa. *Arqueologia Medieval*, 14. Porto, p. 103-122

BARROS, Amândio J. M.

(2008) – O Porto, o monopólio do sal e a estruturação da economia mercantil (séculos XIII-XV). In AMORIM, Inês (coord.) – *A articulação do sal português aos circuitos mundiais – Antigos e novos consumos (2º Seminário Internacional sobre o sal português)*. Porto: Universidade do Porto; Instituto de História Moderna, p. 27-43

(2016) – *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia da Marinha

BARTH, Fredrik

(1969) – *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little, Brown and Company

BASSET, Edward L.

(1976) – Silius Italicus, Tiberius Catius Asconius. In CRANZ, F. Edward; KRISTELLER, Paul Oskar HANKINS, J.; KASTER, R. A. eds. – *Catalogus translationum et commentariorum: Medieval and Renaissance Latin translations and commentaries*. *Annotated Lists and Guides.* Vol. 3. Washington: The Catholic University of America Press, p. 341-398

BASTO, Artur de Magalhães

(1933), Falam velhos manuscritos… CXVIII. Sepulturas abertas na rocha á porta da Sé. *O Primeiro de Janeiro*, 8 de setembro de 1933, Porto

(1940a), Falam velhos manuscritos… 428. Das Ruas, da Feira e do «Poço da Sé». *O Primeiro de Janeiro*, 8 de março de 1940, Porto.

(1940b) – O Porto Medieval (Ensaio histórico-topográfico). In *Memórias de comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval. II Congresso do Mundo Português.* Vol. 2. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 675-708

(1948) – Portucale. Subsídios para a sua história. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 11 (3-4). Porto, p. 163-73

(1963) – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Pôrto.* 2ª ed. Porto: Livraria Progredior, [ed. orig. 1942]

BASTO, Cláudio

(1940) – Os nomes «Cale» e «Portucale». Plano de estudo. *Revista de Guimarães. Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal*. Guimarães, p. 83-94

BATATA, Carlos A. M.

(2017) – *A mineração romana no complexo de Tresminas e Jales (Trás-os-Montes, Portugal).* Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora

BATEIRA, Carlos

(2003) – *Valongo: a paisagem, a urbanização e riscos naturais*. S.l.: Ed. A. [texto policopiado divulgado no Colóquio «Desenvolvimento e Urbanismo», realizado pelo GEDES, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 27 de Junho de 2003]

BELEZA, José D. Rocha

(1991-1992) – Monografia de Pedroso. *Jornal dos Carvalhos. Suplemento*. Vila Nova de Gaia, Nº 13 (15.08.1991) – Nº 25 (15.08.1992) [manuscrito inédito de 1913-1936]

BELINO, Albano

(1895a) – *Inscrições romanas de Braga (inéditas)*. Braga: Typ. Lusitana

(1895b) – Inscrições romanas inéditas. *Revista de Guimarães*, 12: 3 (Jul. 1895). Guimarães, p.97-102

(1896) – *Novas inscrições romanas de Braga (inéditas)*. Braga: Typ. Lusitana

(1903a) – *Epigraphia Romana de Braga*. *O Arqueólogo Português*, 9. Lisboa, p. 101-102

(1903b) – *Novo deus bracarense*. *O Arqueólogo Português*, 8:2-3) (fev.-mar. 1903). Lisboa, p. 46-47

(1905) – *Bracara Augusta*. *O Arqueólogo Português*, 10: 3-5 (mar-maio 1905). Lisboa, p. 118-119

(1909) – Cidades mortas. *O Arqueólogo Português*, 14. Lisboa, p. 1-28

BELTRÁN LLORIS, Francisco

(1992) – *Caesar Augusta*, ciudad de Augusto. *Caesaraugusta*, 69. Zaragoza, p. 31-44

(2001) – La hospitalidad celtibérica: una aproximación desde la epigrafía latina. *Palaeohispanica* 1, Zaragoza, p. 35-62

BELTRÁN LLORIS, Francisco; **MARCO SIMÓN**, Francisco

(1996 [1987]) – *Atlas de Historia Antigua*. 2ª ed. Zaragoza: Libros Portico. 1.ª ed. 1987

BELVEDERE, Oscar

(2021) – Foreword. Romanization between colonization and globalization. In BELVEDERE, Oscar; BERGEMANN, Johannes (eds.) – Imperium Romanum: *Romanization between Colonization and Globalization.* («Studi e Materiali», 2). Palermo: Palermo University Press, p. 9-11

BELVEDERE, Oscar; **BERGEMANN**, Johannes, eds.

(2021) – Imperium Romanum: *Romanization between Colonization and Globalization.* («Studi e Materiali», 2). Palermo: Palermo University Press

BENDALA GALÁN, Manuel

(1994) – La ciudad en la Hispania Romana. In *La Ciutat en el món romà. Actes XIV Congrés Internacional d'Arqueologia Clàssica*. Vol 1. Tarragona: CIAC; CSIC, p. 115-123

BENNETT, William H.

(1961) – The Death of Sertorius and the Coin. *Historia - Zeitschrift für Alte Geschichte*. 10:4. Stuttgart, p. 459-472

BERMEJO BARRERA, José Carlos

(2008) – *Sociedade e relixión na Galicia Antiga.* Santiago de Compostela: Lóstrego

BERNÁNDEZ VILAR, Xoán

(2003) – *O começo da nosa Idade Media: a Gallaecia que se emancipou de Roma*. A Coruña: Editorial Todosoutos

BERNARDES, João Pedro

(1996) –*A* ciuitas *de* Collippo. Dissertação de provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentada à Universidade dos Açores (= BERNARDES, 2007)

(2000) – Os *Vici* da *Ciuitas* de *Collippo*. Contributos para o estudo do povoamento rural da Lusitânia Romana. In HAUSCHILD, Theodor; MACIEL, M. J.; MANTAS, V.; NOGALES, Trinidad; OREJAS, Almudena (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Vila Real 1999*. Vol. 6. Porto: ADECAP, p. 131-141

(2007) – *A ocupação romana na região de Leiria.* Faro: Universidade do Algarve [Promontoria Monográfica, 6]

BERNARDES, Paulo J. C.

(2002) – *Arqueologia Urbana e Ambientes Virtuais: um sistema para* Bracara Augusta. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

BERROCAL-RANGEL, Luís

(1998) – *La Baeturia: un territorio prerromano en la baja Extremadura*. Badajoz: Diputación de Badajoz

(2004) – La defensa de la comunidad. Sobre las funciones emblemáticas de las murallas protohistóricas en la Península Ibérica. *Gladius,* 24. Madrid, p. 27-98

BESSE, Jean-Marc

(2009) – *Historiae oculus geographia*: cartographie et histoire dans le *Parergon* d'Ortelius. *Écrire l'histoire,* 4, p. 137-146. Em linha: https://doi.org/10.4000/elh.923

BETTENCOURT, Ana Maria Santos

(2000a) – *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal).* (Cadernos de Arqueologia. Monografias, 11). Braga: Universidade do Minho

(2000b) – *O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*. (Cadernos de Arqueologia. Monografias, 10). Braga: Universidade do Minho

(2003) – Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro do Noroeste de Portugal. In JORGE, Vítor Oliveira (coord.) – *Arquitectando espaços: da Natureza à Metapolis (7.ª Mesa-redonda da Primavera…)*. Porto; Coimbra: DCTP; CEAUCP, p. 131-149

(2013) – O Bronze Final no noroeste portugués. Uma rede complexa de lugares, memorias e ações. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20. Oeiras, p. 157-172

BETTENCOURT, Ana Maria Santos; **CARVALHO**, Helena

(1993-1994) – Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 10-11, Braga, p. 279-291

BETTENCOURT, Ana Maria Santos; **LUZ**, Sara; **OLIVEIRA**, Nuno; **SIMÕES**, Pedro P.; **ALVES**, Maria Isabel C.; **ABAD-VIDAL**, Emílio

(2020) – Produção de sal marinho na Idade do Bronze do Noroeste Português. Alguns dados para uma reflexão. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 987-1000. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa71

BHABBA, Homi K.

(1994) – *The Location of Culture*. London; New York: Routledge

BIENKOWSKI, Piotr R. von

(1891), Kritische Studien über Chronologie und Geschichte des sertorianischen Krieges. *Wiener Studien*, 13. Viena, p. 129-158, 210-230

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

BLANCHET, Adrien

(1940) – Note à propôs des noms Portus Cale et Burdigala. In *Congresso do Mundo Português*. Vol. 1. Porto: Comissão Executiva dos Centenários, p. 595-598

BLANCO FREIJEIRO, António

(1971) – Monumentos romanos de la conquista de Galicia. *Habis*, 2. Sevilla, p. 223-232

[= *Estudios de Arqueología Gallega*, Pontevedra: Museu, 1998]

BLANCO-ROTEA [*et al.*] Rebeca; **COSTA-GARCÍA**, José M.; **FONTE**, João; GAGO, M.; **GONÇALVES**, J. A.

(2016a) – A Modern Age redoubt in a possible Roman camp. The relationship between two defensive models in Campos (Vila Nova de Cerveira, Minho Valley, Portugal). *Journal of Archaeological Science: Reports*, Vol. 10. p. 293-308. Em linha: https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2016.10.008

BLANCO-ROTEA [*et al.*]; **COSTA-GARCÍA**, José M.; **FONTE**, João; **GONZÁLEZ ÁLVAREZ**, D.; **MENÉNDEZ BLANCO**, A.; **GAGO MARIÑO**, M.; **ÁLVAREZ MARTÍNEZ**, V.

(2016b) – RomanArmy.eu: A multivocal research project on the Roman army presence in NW Iberia from the margins of Academia. *The European Archaeologist*, 50 (autumn, 2016). Praha, p. 72-76

BLÁZQUEZ, António

(1920) – Cuatro téseras militares. *Boletin da Real Academia de la Historia*, 77. Madrid, p. 99-104

BLÁZQUEZ CERRATO, Cruces

(2014) – Huellas militares numismáticas en el occidente peninsular. In CADIOU, François; NAVARRO CABALLERO, Milagros – *La Guerre et ses Traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III^{e}-I^{er} s. a.C.).* Bordeaux: Ausonius Éditions, p. 415-428

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María

(2006) – La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos. Estrabón y Trogo Pompeyo. *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 24:1. Madrid, p. 237-249

BLÁZQUEZ, José María; **ALVAR**, Jaime, eds.

(1996) – *La Romanización en Occidente*. Madrid: Editorial Actas

BLOT, Jean-Yves

(2000) – Elementos para a tonelagem dos navios na costa ibero-atlântica na Antiguidade: o testemunho dos vestígios de âncoras (cepos em chumbo). *In* MARTINS, Manuela *et al.* (coord.) – *"Terrenos" da arqueologia na Península Ibérica* [3º Congresso de Arqueologia PenInsular. Actas, Vol. 8]. Porto: ADECAP, p. 571-94

BLOT, Maria Luísa P.

(2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. [«Trabalhos de Arqueologia», 28]. Lisboa: MInistério da Cultura; IPA

(2004) – Circulação aquática e o papel dos portos flúvio-estuarinos nos contactos da Lusitania Romana: o caso do litoral e dos rios de Portugal. In GORGES, Jean-Gérard; CERRILLO, Enrique ; NOGALES BASARRATE, Trinidad, eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las Comunicaciones*. S.l.: Ministerio de Educación Cultura y Deporte, p. 465-480

BOCK, Philip K.

(1996) – Culture change. In LEVINSON, David; EMBER, Melvin (dir.) – *Encyclopedia of Cultural Anthropology*. New York: Henry Holt and Company, p. 299-302

BOISSEVAIN, Ursul Philip

(1892) – Callaeci – Gallaeci. *Mnemosyne: Bibliotheca Philologica Batava.* Nova Series, Vol. 20. Lugduni-Batavorum, p. 286-293

BOTELHO, Iva Teles [coord.]

(s.d.). – *METRO DO PORTO: Arqueologia*. Disponível em https://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/296/Arqueologia.pdf

(2013) – O sítio do Corgo. Uma estação da Idade do Bronze em Vila do Conde. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 581-589

(2016) – *O Processo do Corgo. Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

BOTELHO, Iva; **BORGES**, Susana

(2009) – Afinal são dois os sítios arqueológicos do Corgo. In BOTELHO, Iva [coord.] – *METRO DO PORTO: Arqueologia*. S.l., p. 23-24. (Em linha: https://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/296/Arqueologia.pdf)

BOTELHO, Iva; **SOBRAL**, Pedro

(2007) – O Sítio do Corgo em Azurara. Um Sítio Multissecular descoberto em Acompanhamento Arqueológico de Obra de Duplicação da Linha P. In BOTELHO, Iva [coord.] – *METRO DO PORTO: Arqueologia*. S.l., p. 23. (Em linha: https://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/296/Arqueologia.pdf)

BOUZA-BREY, Fermín

(1953) – Sobre el ara de Padrón y las deidades marítimas de la Galicia romana. *Boletín de la Real Academia Gallega*. 25: 297-300. A Coruña, p. 431-436

BRADFORD, M. G.; **KENT**, W. A.

(1987) – *Geografia humana. Teorias e suas aplicações*. Lisboa: Gradiva

BRAGA, Cristina Vilas Boas

(2010) – *Rituais funerários em* Bracara Augusta*: o novo núcleo da necrópole da via XVII.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Braga

(2015) – Os contextos tardo-antigos do novo núcleo de necrópole da via XVII em Braga. In BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge de; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Universidade de Évora; CHAIA, p. 366-381

(2019) – Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*? In *2º Congresso Histórico Internacional «As Cidades na História: Sociedade». Vol. 1 – Cidade Antiga.* Guimarães: Câmara Municipal, p. 125-152

BRAGA, Maria Helena G.

(2001) – A vítima – o morro do Corpo da Guarda. In REAL; Manuel L.; BRAGA, Maria Helena G., coord. – *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no centro histórico do Porto. Exposição organizada pelo Departamento de Arquivos da C. M. Porto* (…). Porto: Câmara Municipal, p. 51-55

BRANCO, Maria Gertrudes

(2014) – *O Património Arqueológico no Alentejo Central*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora

(2017) – A arqueologia nacional: valores de referência. In ARNAUD, José M.; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 33-40

BRAÑAS, Rosa

(1995) – *Indíxenas e Romanos na Galicia Céltica*. Santiago de Compostela: Follas Novas

(2000) – *Deuses, heroes e lugares sagrados na cultura castrexa*. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco

BRANDÃO, Domingos de Pinho

(1961a) – *Atramentarium* e *stilus* do Museu de Penafiel. *Lucerna*. Vol. 1, n.º1. Porto, p. 29-34

(1961b) – Estatueta de Marte do Museu de Penafiel. *Lucerna*. Vol. 1, n.º1. Porto, p. 18-21

(1963a) – Notas de arqueologia portuense. Novos achados arqueológicos do *Morro da Sé* do Porto. *Lucerna*. 3. Porto, p. 236-245

(1963b) – Gulpilhares. Nota Arqueológica. In *Vila Nova de Gaia (Terras de Rey Ramiro). II Festival Folclórico e Etnográfico de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Rancho Regional de Gulpilhares, p. 47-51

(1965) – Bibliografia sobre Portucale. *Lucerna*. 4. Porto, p.110-124

(1969) – Algumas moedas romanas encontradas nos arredores do Porto. *Museu*. 2ª Série. 11 (Janº 1967-Jul. 1969). Porto, p. 5-8

(1972) – *Epigrafia romana coliponense*. Coimbra: Universidade

(1977) – Porto [2. Pré-história e Arqueologia]. In *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de Cultura.* Vol. 15. Lisboa: Editorial Verbo

(1983) – Nótulas de História Diocesana. III. Fragmento de ara encontrado na Sé do Porto. *Igreja Portucalense*. 74-76 (Nov. 1983), Porto, p. 69-72

(1984) – Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 13-8

BRATHER, Sebastian

(2002) – Ethnic Identities as Constructions of Archaeology: The case of the Alamanni. In GILLETT, A., ed. – *On Barbarian Identity. Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages. Studies in the Early Middle Ages*. Vol. 4, Turnhout: Brepols, p. 149-175

BRITES, Maria José; **ALMEIDA**, Paula C.; **RESENDE**, Sónia

(2008) – *Atlas de Portugal: Natureza e Meio Ambiente. 3. Área Metropolitana do Porto. Douro*. Matosinhos: QuidNovi

BRITO, Raquel S.; **SOUTO**, Henrique

(1994) – O clima e as suas influências. In BRITO, Raquel Soeiro de (dir.) – *Portugal: perfil geográfico*. Lisboa: Estampa, p. 60-63

BROUGHTON, T. Robert S.

(1952) – *The Magistrates of the Roman Republic. Vol. II. 99 B.C. – 31 B.C.* New York: American Philological Association

BRUNO

(2003 [1907-1908]) – *Portuenses Ilustres*. 2ª ed. Tomo 2. Porto: Caixotim Edições [Bruno = José Pereira de Sampaio]

BRUNT, Peter A.

(1990) – *Roman Imperial Themes*. Oxford: Clarendon Press

BÚA CARBALLO, Juan. C.

(2000) – *Estudio Linguístico de la Teonímica Lusitana-Gallega*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca

BUCHHOLZ, Peter

(1968) – Perspectives for Historical Research in Germanic Religion. *History of Religions*, 8:2. Chicago: University of Chicago Press, p. 111-138

BUGALHÃO, Jacinta

(2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em* Olisipo. *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 15].

(2011) – A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia & História*, 60-61. Lisboa, p. 19-43

(2017-2018) – Arqueologia Urbana em Portugal, hoje. *RP – Revista Património*, 5. Lisboa, p. 30-39

(2021) – *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI*. Tese de Doutoramento em Arqueologia entregue na Faculdade de Letras das Universidade de Lisboa [aguarda provas]

BUGALHÃO, Jacinta; **LOURENÇO**, Sandra

(2011) – A ocupação romana da ilha da Berlenga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14. Lisboa, p. 203-215

BURKE, Peter

(2003) – *Hibridismo cultural*. São Leopoldo [Brasil]: Editora Unisinos

BURTON, Paul

(2014) – The revolt of Lepidus (*Cos*. 78 BC) revisited. *Historia - Zeitschrift für Alte Geschichte*. 63:4. Stuttgart, p. 404-421

CAAMAÑO GESTO, José Manuel

(1984) – *As Vías Romanas*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego

(1996) – Los campamentos romanos de Galicia. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio Internacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 113-117

(1999) – Las vías romanas de Galicia y los hallazgos numismáticos en su trazado. In CENTENO, Rui M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz; MORA, Gloria (coord.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (*Anejos AEspA*, XX). Madrid, CSIC, p. 115-134

CABRAL, José A. Neves

(1883) – Reconhecimento mineiro da Serra de Santa Justa. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Tomo 14 (161-162). Maio-jun. 1883. Lisboa, p. 166-176

CABRAL, José A. Neves; **MONTEIRO**, Severiano; **BARATA**, João A.

(1889) – *Catalogo descriptivo da Secção de Minas (...). Associação Industrial Portugueza. Exposição Nacional das Industrias Fabris.* Lisboa: Imprensa Nacional

CALO LOURIDO, Francisco

(1983) – Arte, decoracion, simbolismo e outros elementos da cultura material castrexa. Ensaio de síntese. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 159-185

(1993) – *A Cultura Castrexa*. Vigo: A Nosa Terra

(1994) – *A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza. 2 vols.

(1998) – Peculiaridades plásticas do Monte Mozinho. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I* [«Cadernos do Museu», 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 125-186

(2005) – O castro: de aldea autárquica á cidade desenvolvida. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 91-106

CALO LOURIDO, Framcisco; **SIERRA RODRÍGUEZ**, Xosé C.

(1983) – As orixenes do Castrexo no Bronce Final. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 19-85

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CAMANIEL, José Freire

(2013) – *Gallaecia. Antigüedad, intensidade y organización de su cristianismo (siglos I-VII)*. S.l.: Fundación Barrié

CAMPANHOLO, Priscila de Oliveira

(2008) – Os Comentários de Sérvio Honorato ao "Canto VI" da Eneida. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disp. em emhttps://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-16022009-144550/publico/DISSERTACAO_PRISCILA_OLIVEIRA_CAMPANHOLO.pdf [Consulta a 14.01.2019]

CAMPO BELLO, Conde de

(1984) – Para a história da Igreja de Santa Marinha de Gaia. *Gaya*. 2. Vila Nova de Gaia, p. 329-347

CAMPOS, João

(2017) – Pontes do Douro, pontes para o futuro. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015.* Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM/Afrontamento, p. 216-235

CANDELAS COLODRÓN, César

(2006) – *O mundo de Hidacio de Chaves: o último romano da Gallaecia*. Santiago de Compostela: Universidade

CANTO, Alicia M.ª

(1993) – De Situ Siarensium Fortunalium: corrección a Plinio, *N.H*. III, 13-14 (Baeturia Celticorum). *CuPAUAM*, 20. Madrid, p. 171-183

(2001a) – Sinoicismo y *stolati* en *Emerita, Caesaraugusta* y *Pax*: Una relectura de Estrabón III, 2, 15. *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 19. Madrid, p. 425-476

(2001b) – Rarezas epigráficas e históricas en los nuevos edictos augusteos de El Bierzo. In GRAU LOBO, Luis A.; HOYAS DÍEZ, José Luis, coord. – *El bronce de Bembibre : un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C. : Museo de León*. S.l.: Junta de Castilla y Léon, p. 153-165

(2004) – Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7: 2. Lisboa, p. 265-364

(2013) *Addenda* a (2001b) – Rarezas epigráficas e históricas en los nuevos edictos augusteos de El Bierzo… Em linha: https://www.academia.edu/5432737/Rarezas_epigr%C3%A1ficas_e_hist%C3%B3ricas_en_los_nuevos_edictos_augusteos_de_El_Bierzo_con_addenda_

CAPALVO LIESA, Álvaro

(1986) – El léxico pliniano sobre Hispania: etnonímia y designación de asentamientos urbanos. *Caesaraugusta*, 63. Zaragoza, p. 49-67

CAPELA, M. Martins

(1895) - *Milliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. *Reliquias d'Epigraphia Romana, trasladadas dos proprios monumentos.* Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão

CARBALLO ARCEO, Luís Xulio

(1996) – Os castros galegos: espacio e arquitectura. *Gallaecia*, 14-15. Santiago de Compostela, p. 309-357

(2000) – *Os castros galegos*. Vigo: A Nosa Terra

CARDETE DEL OLMO, Maria Cruz

(2004) – *Ethnos* y Etnicidade en la Grecia Clásica. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; MORA SERRANO, Bartolomé, dir. – *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: Universidad, p. 15-29

(2009) – Construcciones Identitarias en el mundo antiguo: arqueología y fuentes literarias. El caso de la Sicilia Griega. In SASTRE PRATS, Inés (coord.) – *Arqueología Espacial: Identidades. homenaje a Mª Dolores Fernández-Posse* (Arqueología Espacial, 27). Teruel: Seminário de Arqueología y Etnologia Turolense, p. 29-46

(2010) – *Paisaje, identidad y religión. Imágenes de la Sicilia antigua*. Barcelona: Bellaterra

CARDOSO, António B.

(1998) – O Douro: estrada fluvial nos alvores do século XVIII. *Douro: estudos & documentos*, III, 5 (1998), 1. Porto, p. 117-132

CARDOSO, Guilherme

(2018) – *Villa romana de Freiria. Estudo arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal

CARDOSO, Guilherme; **ENCARNAÇÃO**, José d'

(2000) – Cipo funerário romano do Cadaval (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*, 65 (n.º 293). Coimbra

CARDOSO, João Luís

(2018) – Correspondência remetida por eminentes pré-historiadores europeus a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 24. Oeiras, p. 551-598

CARDOSO, Mário

(1944) – Novo achado de jóias pré-romanas. *Revista de Guimarães*, 54 (1-2). Guimarães, p. 19-28

(1946) - Carrito votivo de bronce del Museo de Guimarães (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 19 (62). Madrid, p. 1-28 [seguiu-se a paginação de *Obras de Mário Cardozo*, vol. I, Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1994]

(1947) – Alguns elementos para a localização e estudo dos «*castros*» do Norte de Portugal. *Archivo Español de Arqueología*. 69. Madrid, p. 249-264

(1949) – Cultura espanhola. Breve notícia de algumas publicações recentes. Adolf Schulten - *Sertório*. *Revista de Guimarães*, 59 (3-4) Jul.-Dez. 1949. Guimarães, p. 501-504

(1952) – A organização defensiva dos castros do Norte de Portugal e a sua romanização. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 22. Lisboa, p. 121-152

(1985) – *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*. 3.ª ed., ilustrada [revista e aumentada por Francisco J. S. Guimarães]. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento [1.ª ed., 1935]

CARNEIRO, André

(2017) – Afinal, o que é uma *villa*? Entre as referências literárias e a materialidade arqueológica do conceito. *Scientia Anquititatis*, vol. 1 (2) [Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição - Estratégias de Povoamento: Do Período Romano ao Mundo Contemporâneo]. Évora, p. 47-68. Em linha: http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/article/view/48/42

CARNEIRO, Mário G.

(1986) – *As Caldas de Chaves*. 2ª ed. Chaves: Câmara Municipal

CARNEIRO, Sérgio

(2003) – Excavations in the County Gaol of Chaves. In AYÁN VILA, Xurxo M.; BLANCO ROTEA, Rebeca; MAÑANA BORRAZÁS, Patricia (eds.) – *Archaeotecture: Archaeology of Architecture*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 1175), p. 125-142

(2005a) – Intervenções arqueológicas de emergência no centro histórico de Chaves (1999-2000). *Revista Aquae Flaviae*, 33 (jun. 2005). Chaves, p. 7-192

(2005b) – Sondagens no interior da Cerca Medieval da cidade de Chaves. *Revista Aquae Flaviae*, 33 (jun. 2005). Chaves, p. 11-65

(2005c) – Sondagens no lado Este do balneário das Caldas de Chaves. *Revista Aquae Flaviae*, 33 (jun. 2005). Chaves, p. 66-91

(2005d) – Novos contributos para a epigrafia de *Aquae Flauiae* – achados fortuitos 1999-2005. *Revista Aquae Flaviae*, 33 (jun. 2005). Chaves, p. 131-146

(2009) – A necrópole romana do Largo das Freiras, em Chaves. *Revista Aquae Flaviae*, 41 (dez. 2009) [Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Montalegre, out. 2008]. Chaves, p. 375-384

(2013) – As termas medicinais romanas de Chaves. In ARNAUD, José M.; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 793-802

(2016) – The water supply and drainage system of the Roman healing spa of Chaves (*Aquae Flaviae*). In FAÍLDE GARRIDO, José M. *et al*. (eds.) – *Libro de Actas del I Congreso Internacional del Agua "Termalismo y Calidad de Vida" (Ourense (España), 23-24 de septiembre de 2015).* Ourense : Campus da Auga, Vicerrectoría del Campus de Ourense, p. 289-298

(2017a) – Les termes romanes de Chaves (Portugal), un patrimoni arqueològic al centre de la ciutat. In VV.AA. – *I Simposi Internacional d'Arqueologia d'el Born Centre de Ccultura i Memòria*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona. Institut de Cultura; El Born Centre de Cultura i Memòria, p. 26-40

(2017b) – New data from the Roman Healing Spa of *Aquae Flaviae* (Chaves, Portugal). In MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (eds.) – *Termalismo Antiguo en Hispania. Un análisis del tejido balneário en época romana y tardorromana en la península ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 78. Madrid, p. 65-94

(2017c) – Health and Politics at the Edge of the Empire. The Roman Healing Spa of *Aquae Flaviae* (Chaves, Portugal). In LETZNER, Wolfram; WIPLINGER, Gilbert (eds.) – *Aquatic beings at the time of the Frontinus. Buildings - Technology - Culture:*

Proceedings of the international Frontinus Symposium Trier, May 25-29, 2016. Leuven; Bristol, CT: Peeters, p. 281-296

CARNEIRO, Sérgio; **LOPES**, Rui

(2005) – *Terra Sigillata* das intervenções de emergência no Centro Histórico de Chaves (1999-2000). *Revista Aquae Flaviae*, 33 (jun. 2005). Chaves, p. 92-130

CARRACEDO, Anxo; **PEREIRA MENAUT**, Gerardo, coord.

(2005) – *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular. Unha perspectiva interdisciplinaria. Actas das xornadas celebradas os dias (...) 2002 en Santiago de Compostela*. Santiago: Consello da Cultura Galega

CARRERAS, César; **MORAIS**, Rui

(2012) – The Atlantic Roman trade during the Principate: New evidence from the Western Façade. *Oxford Journal of Archaeology*, 31 (4). Oxford, p. 419-441

CARRIEDO TEJEDO, Manuel

(1998-1999) – Los episcopológios portugueses en los siglos IX y X a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927) y su situación a comienzos del siglo XI. *Bracara Augusta*, 48, 101-102 (114-115). Braga, p. 311-401

CARVALHO, Adalberto D.

(1969) – Minas de antimónio e ouro de Gondomar. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Vol. 19 (1-2). Porto, p. 91-170

(1978) – *Quatro exemplos de jazigos auríferos portugueses*. Comunicação apresentada ao Congresso 78 da Ordem dos Engenheiros (Porto, 22-29 nov. 1978). Porto, texto datilog.

(1979) – Breves referências sobre jazigos auríferos portugueses. *Boletim de Minas*, 16:3-4 (jul.-dez. 1979). Lisboa, p. 139-150

CARVALHO, Helena Paula A.

(2000) – Parcelamento rural de *Bracara Augusta*: questões metodológicas. In HAUSCHILD, Theodor; MACIEL, M. J.; MANTAS, V.; NOGALES, Trinidad; OREJAS, Almudena (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Vila Real 1999*. Vol. 6. Porto: ADECAP, p. 143-146

(2008a) – *O povoamento romano na fachada ocidental do* Conventus Bracarensis. 2 vol. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Braga

(2008b) – Organisation cadastrale autour de *Bracara Augusta*, Braga (Portugal). *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 34:1. Besançon, p. 155-160

(2010) – A construção do espaço ibérico em época romana. Conceitos, escalas e modelos de desenvolvimento. *Revista de História das Ideias*, 31. Coimbra,

p. 9-25

(2012) – Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis). *Archivo Español de Arqueología*, 85. Madrid, p. 149-166

(2016a) – *The Roman Settlement Patterns in the Western Façade of the* Conventus Bracarensis. Oxford: British Archaeological Reports. (BAR International Series 2789)

(2016b) – *Bracara Augusta* e as transformações do território. Homogeneização e diversidade. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 285-305

(2017) – Centuriação e reciclagem das formas cadastrais no território de *Bracara Augusta.* In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – In Roma nata, per Italiam fusa, in Provincias manat: *a cidade romana no noroeste: novas perspectivas.* [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 2]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 277-288

CARVALHO, Helena P. A.; **CRUZ**, Mário da

(2014). Peuplement et organisation du paysage dans la partie occidentale du Conventus Bracarensis. In DALL'AGLIO, Pier Luigi; FRANCESCHELLI, Carlotta; MAGANZANI, Lauretta (dir.) – *Atti del IV Convegno Internazionale di Studi Veleiati (Veleia-Lugagnano Val d'Arda (...) 2013).* Bologna: Ante Quem, p. 487-494

CARVALHO, Helena P. A.; **MENDES**, Francisco A.

(2011) – Centuriazone ed evoluzione degli assetti agrari intorno alla città di *Bracara Augusta* (*Hispania Citerior Tarraconensis*). *Agri Centuriati. An International Journal of Landscape Archaeology*, 7 (2010). Pisa-Roma, p. 193-204

CARVALHO, J. Silva; **FERREIRA**. Octávio V.

(1954) – Algumas lavras auríferas romanas. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Vol. 9 (1-4). Porto, p. 20-46

CARVALHO, José

(2020) – As pinturas murais romanas da rua General Sousa Machado, n.º51, Chaves. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1235-1241. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa89

CARVALHO, José; **RAMOS**, Rui

(2020) – A Ânfora Romana Dressel 1 (Rei Ramiro, Castelo de Gaia): características e contextualizações. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 14 (abr. 2020). Lisboa: Era Arqueologia, SA, p. 57-65. Em linha: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos

CARVALHO, Luís de

(1996) – *Um Porto muito antigo*. Porto: Dividendo Edições

CARVALHO, Pedro C.

(2004) – Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. In LOPES, Maria C.; VILAÇA, Raquel (coord.) – *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra; Porto: CEAUCP, p. 121-140

(2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia).* Fundão/Coimbra: Câmara Municipal; IAFLUC [Anexos Conimbriga, 4]

CARVALHO, Pedro Sobral; **FERNANDES**, Luis

(2009) - *Vissaium, o Espírito do Lugar*. Viseu: Arqueohoje

CARVALHO, Rogério; **ENCARNAÇÃO**, José da

(1991) – Uma placa funerária do Museu de Castelo Branco. *Ficheiro Epigráfico*, 39. Coimbra, n.º 177

CARVALHO, Teresa Pires de

(1993-1994) – As marcas de oleiro da *sigillata* de Mozinho. *Cadernos de Arqueologia*, 10-11. Braga, p. 91-112

(1998a) – A *terra sigillata* do Monte Mozinho (Contributo para a história económica do povoado. *Cadernos do Museu,* 3. Penafiel [corresponde à dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1994].

(1998b) – A *terra sigillata* de Boelhe. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – III.* [«Cadernos do Museu», 4]. Penafiel, p. 63-78

(2002) – Monte Mozinho: a *terra sigillata* recuperada no sector B. *Portugalia*. Nova Série, 23. Porto, p. 117-154

(2003) – As ocupações no Castelo de Gaia - problemas de arqueologia urbana. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património*. 2. Porto, p. 823-41

(2008a) – As necrópoles de Monte Mozinho. Resultados preliminares. In *Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras do Sousa*. «Oppidum». Número Especial. Lousada: Câmara Municipal, p. 20 (resumo); p. 83-113 (CD-Rom, anexo)

(2008b) – Castro de Monte Mozinho. Que futuro para o nosso pasado. In *A Cultura Castrexa: accións e estratéxias para o seu aproveitamento socio-cultural*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 157-164

(2008-2009) – Monte Mozinho: uma cerâmica de pasta branca. *Portugalia*. Nova Série, 29-30. Porto, p. 153-168

(2009-2010) – Análise da *Terra Sigillata*: necrópole de Monteiras (Bustelo, Penafiel). In *Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos*. [«Cadernos do Museu», 12-13]. Penafiel: Museu Municipal p. 247-267

(2019) – Escavações recentes. In SOEIRO, Teresa – *Castro de Monte Mozinho: roteiro*. Penafiel: Museu Municipal, p. 50-53

CARVALHO, Teresa P.; **FORTUNA**, Jorge

(2000) – Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia. *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, p. 158, 160, 162

CARVALHO, Teresa P.; **GUIMARÃES**, Carlos; **BARROCA**, Mário J.

(1996) – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*, Porto: Câmara Municipal

CARVALHO, Teresa P.; **NASCIMENTO**, André; **SOUSA**, Laura

(2020) – O Castelo de Gaia: a cerâmica dos contextos castrejos. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso*

Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições». Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 353-369

CARVALHO, Teresa P.; **QUEIROGA**, Francisco

(2005) – O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 121-153

CASTELO BRANCO, Fernando

(1963) – Correspondência de Leite de Vasconcelos com o Abade Sousa Maia. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 26 (1-2), mar.-jun. 1963. Porto, p. 29-73

CASTILLO RAMÍREZ, Elena

(2008) – La península ibérica según Plínio el Viejo. In MANGAS MANJARRÉS, Júlio; NOVILLO LÓPEZ, Miguel Angel – *El território de las ciudades romanas*. Madrid: Sísifo, p. 31-71

(2010) – La recreación de los mapas de Hispania de Plinio el Viejo. *Ar@cne. Revista electrónica de recursos en internet sobre geografia y ciências sociales*. N.º 14 (01-07-2010). Barcelona, 19 p.
Em linha: http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-135.htm

CATÁLOGO DO MUSEU

(1891) – *Catálogo do Museu de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes.* Lisboa

CAVADA NIETO, M.ª Milagros

(2005) – El território prerromano de *Gallaecia*. In **REBOREDA MORILLO**, Susana (ed.) – *Homenaxe á profesora Lola F. Ferro. Estudios de Historia, Arte e Xeografía*. Vigo: Universidad, p. 161-199

(2009) – Décimo Junio Bruto en Hispania: las fuentes literárias. In **DÍAZ**, Maria López, ed. – *Estudios en Homenaje al professor José M. Pérez García. Historia y Cultura*. Vol. 1. Vigo: Universidade de Vigo, p. 113-129

CAVADA NIETO, M.ª Milagros; **VILLANUEVA ACUÑA**, Manuel

(2001) – El Edicto de Bembibre y las reformas administrativas de Augusto en el noroeste. In GRAU LOBO, Luis A.; HOYAS DÍEZ, José Luis, coord. – *El bronce de Bembibre : un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C. : Museo de León*. S.l.: Junta de Castilla y Léon, p. 129-134

CAVADA NIETO, M.ª Milagros; **MENÉNDEZ LLORENTE**, Adriángela

(2006) – D. Junio Bruto en la futura *Gallaecia*: nuevos materiales. In MORILLO CERDÁN, Ángel (ed.) – *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. [León] : Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, p. 377-388

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CAVALLI-SFORZA, Luca; **CAVALLI-SFORZA**, Francesco

(1997) – *Quem somos nós. A diversidade da história humana*. Lisboa: Instituto Piaget

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca

(1999) – *Genes, Povos e Línguas*. Lisboa: Instituto Piaget

CENTENO, Rui M. Sobral

(1976) – Numismática de Fiães: dois tesouros do Baixo-Império. *Numisma*, 138-143. Madrid, p. 171-185

(1976-1977) – O tesouro monetário do Castro de Romariz (Portugal). *Sautuola*, 2. Santander, p. 209-219

(1984) – A dominação romana. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-211

(1987) – *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. [Anexos *Nvmmvs*, 1]. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática

(1999) – Notas sobre o início da circulação da moeda no noroeste peninsular: os denários do tesouro de Montedor (Portugal). In CENTENO, Rui M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz; MORA, Gloria (coord.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (*Anejos AEspA*, XX). Madrid, CSIC, p. 135-138

(2011a) – Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no ocidente da Hispânia. In GARCÍA-BELLIDO, María Paz; CALLEGARIN, Laurent; JIMÉNEZ DÍAZ, Alicia (eds.) – Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-st centuries BC). Actas del IV Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (EPNA). *Anejos de AEspA*, LVIII. Madrid: CSIC, p. 355-367

(2011b) – *O Castro de Romariz (Aveiro, Santa Maria da Feira).* Santa Maria da Feira: Câmara Municipal

(2013) – Augusto e a monetização do Noroeste hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. In MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO CERDAN, Angel, eds. – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR/Univ. Porto, p. 211-219

(2020) – Cronologias e mundos de transição na cultura castreja: os achados monetários. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 1. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 93-105

CENTENO, Rui M. S.; **MORAIS**, Rui; **BARTOLOMÉ ABRAIRA**, Roberto

(2016) – Problemáticas e perspectivas sobre a presença militar no Noroeste hispânico no tempo de Augusto: o castro de Alvarelhos. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 74-82

CENTRO SOCIAL

(2006) – *Centro Social e Paroquial de Lordelo do Ouro. Intervenção Arqueológica.* V. N. Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Desdobrável

CHANIOTIS, Angelos

(2016) – Memory, Commemoration & Identity in an Ancient City: The Case of Aphrodisias. *Daedalus,* 145: 2. Cambridge, MA, p. 88-100

CHEVALLIER, Raymond

(1997) – *Les voies romaines*. 3e ed. [1972]. Paris: Picard

CHIC GARCÍA, Genaro

(2009) – *El Comercio y el Mediterráneo en la Antigüedad*. Madrid: Akal

CHILDE, Vere Gordon

(1929) – *The Danube in Prehistory*. Oxford: Clarendon Press

CIPRÉS TORRES, Pilar

(1999) – El impacto de los Celtas en la Península Ibérica según Estrabón. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e* Iberia*: nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad, p. 121-151

(2014) – *Hispania Citerior* en la geografía de la *Naturalis Historia* de Plinio. *Veleia*, 31. Vitoria, p. 15-32

CIROT, Georges

(1918) – Manuel Pereira de Novaes, *Collecção de manuscriptos inéditos agora dados á estampa. IV. Anacrisis historial*. *Bulletin Hispanique*, t. 20, n.º 3. Bordeaux, p. 194-197. Em linha: www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1918_num_20_3_1992_t1_0194_0000_2

CLARK, Jessica H.

(2014) – *Triumph in Defeat. Military Loss and the Roman Republic*. Oxford: Oxford University Press

CLETO, Joel

(1993) – Castro de Guifões: a primeira «cidade» de Matosinhos. *Matosinhos. Revista Municipal*, 4. Matosinhos, p. 38-44

(1995-1996) – A indústria de conserva de peixe no Portugal Romano. O caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinus. Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos,* 1-2. Matosinhos, p. 23-45

CLETO, Joel; **FORTUNA**, Jorge

(1996) – Monte Castêlo. Um tesouro escondido do património histórico-natural de Matosinhos. *Matosinhos: Revista Municipal*, 14. Matosinhos, p. 42-46

CLETO, Joel; **VARELA**, José M.

(1999) – O Castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmento às investigações da actualidade. *Revista de Guimarães, Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999*. Vol. 2. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 467-479

(2000) – Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica? *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, p. 133-135

COARELLI, Filippo

(1996) – La romanización de Umbría. In BLÁZQUEZ, José María; ALVAR, Jaime, eds. – *La Romanización en Occidente*. Madrid : Editorial Actas, p. 57-68

(1998) – Lépide et Alba Fucens. *Revue des Études Anciennes*. 100: 3-4 (Centenaire de la revue). Bordeaux, p. 461-475. doi: https://doi.org/10.3406/rea.1998.4738

COBAS FERNÁNDEZ, Isabel; **CRIADO BOADO**, Felipe; **PRIETO MARTÍNEZ**, Pilar

(1998) – Espacios del Estilo: formas de la cultura material cerâmica prehistórica y protohistórica en Galicia. In BURILLO MOZOTA, Francisco (ed.) – *Arqueología del Paisaje. Comunicaciones presentadas al 5.º Coloquio Internacional (...) Teruel.* («Arqueología Espacial», 19-20). Teruel, p. 597-607

COELHO, Maria H. Cruz

(2017) – O foral do Porto, concedido pelo bispo D. Hugo, no contexto da política foraleira do período condal. In AMARAL, Luís C. (coord) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, p. 326-339

COFFYN, André

(1983) – La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Série 4, 1. Lisboa, p. 169-196

(1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris : Diffusion de Boccard

COIMBRA, Fernando A.

(1999) – A suástica do Castro de Guifões e alguns paralelos europeus. *Matesinus. Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 3 [Actas das I Jornadas de História e Património Local]. Matosinhos, p. 106-112

COLLIS, John

(1984) – *Oppida. Earliest towns north of the Alps.* Sheffield: University

(1989) – *La Edad del Hierro en Europa*. Barcelona : Editorial Labor

COMENDADOR REY, Beatriz; **MEUNIER**, E.; **FIGUEIREDO**, E.; **LACKINGER**, A.; **FONTE**, J.; **FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ**, C.; **LIMA**, A.; M**IRÃO**, J.; **SILVA**, R.

(2017) – Northwestern Iberian Tin Mining from Bronze Age to Modern Times: an overview. In NEWMAN, Phil (ed.) – *The Tinworking Landscape of Dartmoor in a European Context: Prehistory to 20th century. Papers presented at a conference in Tavistock, Devon (...) to celebrate the 25th anniversary of the DTRG*. Dartmoor: Dartmoor Tinworking Research Group, p. 133-153

CONGRESSO LUSO-ESPANHOL…

(1968) – *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais promovido pela Câmara Municipal do Porto (IX Centenário da Presúria de Portugale por Vímara Peres)*. Livro de resumos. Porto: Câmara Municipal

CORREA RODRÍGUEZ, José A.

(2006) – El latín de las monedas visigodas. In ARIAS ABELLÁN, Carmen (coord.) – *Latin vulgaire-latin tardif VII: Actes du VII Colloque international sur le latin vulgaire et tardif, (Sevilla, 2-6 septembre, 2003)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 219-242

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CORREIA, A. A. Mendes

(1924a) – *Os povos primitivos da Lusitânia.* Porto: Figueirinhas

(1924b) – A necrópole de Parada Todeia *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 26 (1923-1924). Lisboa, p. 1-14

(1924c) – Nótulas arqueológicas. […] Cerâmica pintada. *Revista de Estudos Históricos*. 1. Porto, p, 66-68

(1925) – Nótulas arqueológicas. Estação luso-romana em Fiães. *Revista de Estudos Históricos*. 2. Porto, p. 89-97

(1928) – A Lusitânia pré-romana. In PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal*, vol. 1. Barcelos: Portucalense Editora, p. 77-214

(1932a) – *As Origens da cidade do Pôrto.* V. N. Gaia: Edições Pátria

(1932b) – *Cale e Porto.* Lisboa: Academia das Ciências

(1934a) – *Cale, Portucale e Porto*. [Sep. de "Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, 6]. Santiago: Imprenta Paredes

(1934b) – *Cale* in *Callaecia.* Madrid: s.n.

(1935) – *As Origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto).* 2.ª ed. rev. e ampl., Porto: Fernando Machado & C.ª

(1936) – *A Antiguidade do Pôrto. (A propósito de algumas críticas a "As Origens da Cidade do Porto").* [Sep. dos "Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2]. Lisboa

(1938) – *O Pôrto pre e proto-histórico* In Bastos, Carlos, org.– *Nova monografia do Porto*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, [1938]. p. 43-56

(1940) – Fontes Antiquitatum Portucalensium. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 3 (2). Porto, p. 181-202

(1950) – O Porto, suas origens, evolução e perspectivas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 13 (3-4). Porto, p. 218-237 [Republicado em CORREIA, 1954, p. 63-85]

(1954) – *Antropologia e História*. Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

CORREIA, Alexandre L.; **ENCARNAÇÃO**, José d'; **PINHO**, Luís M. S.

(1998) – Ara a Júpiter de Ovadas, Resende (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*, 58. Coimbra, n.º 267

CORREIA, Vergílio

(1928) – O Domínio Romano. In PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal*, vol. 1. Barcelos: Portucalense Editora, p. 215-290

CORREIA, Virgílio Hipólito

(2010) – *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de Doutoramento em História-Arqueologia apresentada à Universidade de Coimbra

CORREIA, Virgílio Hipólito; **ALARCÃO**, Pedro

(2008) – Conimbriga: um ensaio de topografia histórica. *Conimbriga*, 47. Coimbra, p. 31-46

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CORTÉS BÁRCENA, Carolina

(2018) – El ordenamento territorial en época julio-claudia: el testimonio de los *termini*. In DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Sine iniuria in pace vivatur*: a construción do Imperio durante os xulio-claudios* [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 3]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 143-165

CORTEZ, Fernando Russell

(1951) – *Da «Terra Sigillata» tardia encontrada em Portugal*. Sep. «Beira Alta». Viseu: Instituto para a Alta Cultura

(1952) – Contributo para o estudo do Neolítico de Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 13 (3-4) p. 193-248, il.

(1953) – Aspectos do Neolítico de Portugal. *Archivo de Prehistoria Levantina*, 4. Valencia, p. 81-104

COSTA, António; **PACHECO**, Elsa; **SOARES**, Laura; [**DIAS**], Lino Tavares

(2014) – O uso inteligente do território para a mobilidade na romanização. In VIEIRA, António; JULIÃO Rui P. (coord.) – *'A Jangada de Pedra'. Geografias Ibero-Afro-Americanas. Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia*. Guimarães: Assoc. Portuguesa de Geógrafos; Dep. Geografia Univ. Minho, p. 1553-1558

COSTA, Francisco Barbosa da

(1980) – *S. João Baptista de Canelas: notas monográficas*. Canelas: Paróquia de Canelas

(1983) – *Memórias Paroquiais. V. N. de Gaia, 1758*. Vila Nova de Gaia: Gab. Hist. e Arqueologia de V. N. Gaia; Câmara Municipal

(1994) – *S. João Baptista de Canelas: uma comunidade rural da Terra de Santa Maria. Estudo demográfico (1588-1808)*. V. N. Gaia: Afons'eiro

(2005) – *Santuário de Nossa Senhora da Saúde*. Vila Nova de Gaia: Confraria de N.ª Senhora da Saúde

COSTA, J. Carríngton da

(1938) - *Geologia.* In BASTOS, Carlos, org. - *Nova monografia do Pôrto*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, s.d. [1938]. p. 25-42

COSTA, J. Carríngton da; **TEIXEIRA**, C.

(1957) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 9-C – Porto.* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

COSTA, Miguel; **MACHADO**, Jorge; **LOPES**, Hugo; **ALMEIDA**, Tiago

(2012) – Pias salineiras da praia do Canto Marinho. Inventário Arqueológico. *Cadernos Vianenses*, 46. Viana do Castelo, p. 95-111

COSTA, Patrícia; **CLETO**, Joel

(2008) – O sal do esquecimento. Salinas e comercialização de salgados na foz do rio Leça. In AMORIM, Inês (coord.) – *A articulação do sal português aos circuitos mundiais – Antigos e novos consumos (2º Seminário Internacional sobre o sal português)*. Porto: Universidade do Porto; Instituto de História Moderna, p. 65-78

COSTA-GARCÍA, José Manuel

(2010) – *Exército e Territorio no Noroeste Peninsular*. Valga: Concello de Valga

COSTA-GARCÍA, José M.; **FONTE**, João

(2017) – Scope and limitations of airborne LiDAR technology for the detection and analysis of Roman military sites in Northwest Iberia. In MAYORAL HERRERA, Victorino; PARCERO-OUBIÑA, César; FÁBREGA-ÁLVAREZ, Pastor (eds.) –

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Archaeology and Geomatics. Harvesting the benefits of 10 years of training in the Iberian Peninsula (2006-2015). Leiden: Sidestone Press, p. 57-73

COSTA-GARCÍA [*et al.*], José Manuel; **FONTE**, João; **GAGO MARIÑO**, Manuel; **MENÉNDEZ BLANCO**, A.; **ÁLVAREZ MARTÍNEZ**, V.

(2017) – Hallazgos arqueológicos recientes para el estúdio de la presencia militar romana en el oriente gallego. *Gallaecia*, 35. Santiago de Compostela, p. 39-70

COSTA-GARCÍA, José Manuel; **FONTE**, João; **GAGO**, Manuel

(2019) – The reassessment of the Roman military presence in Galicia and Northern Portugal through digital tools: archaeological diversity and historical problems. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. Vol. 19, No 3, (2019), p. 17-49 Em linha: DOI:10.5281/zenodo.3457524

COUTINHAS, José Manuel C. S.

(2011) – *Callaeci Bracari. Aproximação à identidade céltica do NO. de Portugal.* Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto

COUTINHO, Bernardo Xavier

(1965) – Relíquias do Porto antigo. *O Tripeiro*. 6ª Série. Ano 5 (2). Porto, p. 44-50

(1968) – *Antecedentes pré-portugueses da História de Portugal*. (Sep. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto". 31, 1-2). Porto: Câmara Municipal

(1984) – A propósito do Castelo de Gaia – um problema de toponímia nacional: «Cale», «Portus» e «Portucale». *Gaya. Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia*, 2. Vila Nova de Gaia, p. 109-124

COUTO, Helena

(1993) - *As mineralizações de* Sb-Au *da região Dúrico-Beirã*. 2 vols. (Vol. Texto; Vol. Anexos). Tese de Doutoramento em Geologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

(2014) – Ouro explorado pelos Romanos em Valongo: controlos das mineralizações auríferas. In *Atas do 1º Congresso de Mineração Romana em Valongo (7 e 8 de Novembro de 2014).* Valongo: Alto Relevo – Clube de Montanhismo; Câmara Municipal de Valongo, p. 48-57 10. Edição digital disp. em http://www.altorelevo.org/cmr/pdf/Atas_1oCongressoMineracao RomanaValongo2014.pdf

COUTO, Helena; **LOURENÇO**, Alexandre

(2011) – *História geológica do anticlinal de Valongo: evolução da Terra e da Vida*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

COUTO, Helena; **SOEIRO**, Teresa

(2006) – O ouro na região do Baixo-Douro (Portugal): da Serra das Banjas à Serra das Flores – um património natural e histórico a preservar. In *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu.* [Porto]: SEDPGYM/IPPAR, p. 465-476

COUTO, Sónia A. Castro

(2011) – *Objectos da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis: estudo e mediação*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CRESPO MAS, Teodoro

(2008) – *Evolución y fundamentos historiográficos del concepto de Romanización*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Alicante

CRINITI, Nicola

(1969a) – M. Aimilius Q. F. M. N. Lepidus "ut ignis in stipula". *Memorie dell'Instituto Lombardo – Accademia di Scienze e Lettere*, 30:4. Milano, p. 317-460

(1969b) – Tre noterelle di storia lepidana. Rendiconti dell'Istituto Lombardo - *Accademia di Scienze e Lettere,* 103. Milano, p. 865-874

(1972) – L. Cornelio Scipione Asiageno Emiliano secondo colonizzatore di Como nel 77 a.C.?. In SORDI, Marta (ed.) – *Contributi dell'Istituto di Storia Antica*. Vol. 1. Milano: Vita e Pensiero, p. 91-97

CRUZ, António

(1940) – A cronologia das sepulturas cavadas em rocha. In *Congresso do Mundo Português. Publicações.* Vol. 1. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 587-592

(1983) – *O Porto nas navegações e na Expansão*. 2ª ed. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa

CRUZ, Gonçalo P. C.

(2015) – O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os *oppida* pré-romanos. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (eds.) – *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*. Léon: Ediciones el Forastero, p. 407-428. Edição em CD-ROM

CRUZ, Maria das Dores

(2011) – «Pots are pots, not people»: material culture and ethnic identity in the Banda Area (Ghana), nineteenth and twentieth centuries. *Azania: Archaeological Research in Africa*. Vol. 46 (3), Dec. 2011. London, p. 336-357

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo

(1999) – Introducción. Estrabón y la Península Ibérica: una revisión obligada. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e* Iberia*: nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad, p. 7-15

(2002) – Iberia e iberos en las fuentes histórico-geográficas griegas. *Mainake*, 24. Málaga, p. 153-180

(2004) – Una contribución a la etnogénesis ibérica desde la literatura antigua: a propósito de la geografía de Iberia y los Iberos. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GONZÁLEZ PONCE, Francisco J.; CANDAU MORÓN, José M. (coord.) – *Historia y mito: el pasado legendario como fuente de autoridade*. Málaga: Diputación de Málaga, p. 241-276

(2006) – Políbio y la integración histórico-geográfica de la Península Ibérica. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Málaga (Deputación) – Madrid (Casa de Velazquez), p. 77-96

(2009) – Etnias, fronteras e identidades en la Antigüedad hispana: algunas precisiones metodológicas a partir de las fuentes escritas. In SASTRE PRATS, Inés (coord.) – *Arqueologia Espacial: Identidades* («Arqueologia Espacial», 28), Teruel, p. 63-77

(2015) – Estrabón y la tradición geográfica. In GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Trad. de Javier Gómez Espelosín (…). Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed. rev., p. 49-74

(2016) – Rome and Iberia: the making of a Cultural Geography. In BIANCHETTI, Seren; CATAUDELLA, Michele R.; GEHRKE, Hans-Joachim (eds.) – *Brill's companion to ancient geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition*. Leiden – Boston: Brill, p. 274-297

(2017) – ¿Estrabón versus Plinio?. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 87-103

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo ; **GARCÍA-QUINTELA**, Marco

(2015) – Lusitania. In GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Trad. de Javier Gómez Espelosín; presentaciones, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco V. García Quintela e Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed. rev., p. 441-445

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; **LE ROUX**, Patrick; **MORET**, Pierre (eds.)

(2006) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. I. La época republicana. (Actas del Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid entre el 3 y el 4 de marzo de 2005)*. Málaga; Madrid: Diputación; Casa de Velázquez

(2007) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. II. La época imperial. (Actas del Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid entre el 3 y el 4 de abril de 2006).* Madrid: Diputación de Málaga; Casa de Velázquez

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; **MORA SERRANO**, Bartolomé, dir.

(2004) – *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: Universidad

CUNLIFFE, Barry

(2001) – *Facing the Oceans. The Atlantic and its Peoples*. Oxford: Oxford and New York: Oxford University Press

CUNHA, Arlindo Ribeiro da

(1988) – Relíquias de Bracara Augusta. [Recolha de textos de imprensa por Eduardo P. Oliveira]. *Cadernos de Arqueologia*. 2.ª série, 5. Braga, p. 93-152

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CUNHA E FREITAS, Eugénio A. de

(1949) – Santa Marinha de Retorta: origem de uma freguesia rural. *Douro-Litoral*, 3ª série, 5. Porto, p. 20-27

(1950) – Estradas velhas entre Leça e Ave. *Douro-Litoral*. 4ª Série. 1-2. Porto, p. 50-71

(1999) – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora

CURCHIN, Leonard A.

(1985) – *Vici* and *Pagi* in Roman Spain. *Révue des Études Anciennes*, 87:3-4. Bordeaux, p. 327-343

(1991) – *Roman Spain: Conquest and Assimilation*. London-New York: Routledge

(2007) – Linguistic *strata* in Ancient Cantabria: the evidence of toponyms. *Hispania Antiqua*, 31. Valladolid, p. 7-20

CURRÁS REFOJOS, Brais X.

(2014) – *Transformaciones sociales y territoriales en el Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

(2017) – The *salinae* of O Areal (Vigo) and Roman salt production in NW Iberia. *Journal of Roman Archaeology*, 30:1. p. 325-349. doi:10.1017/S1047759400074146

CURRÁS REFOJOS, Brais X.; **SASTRE**, Inés, **OREJAS**, Almudena

(2016) – Del castro a la *civitas*: dominación y resistência en el noroeste hispano. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 125-135

DA TOS, Loussia

(2017) – *Orner le forum: décor des centres civiques d'Aquitaine, de Narbonnaise et de Tarraconaise sous le Haut-Empire*. Tese de doutoramento em «Sciences de la Antiquité» apresentada à Universidade Toulouse II Jean Jaurès. Em linha: https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-02386468

DAVEAU, Suzanne

(1993) – A evolução quaternária da plataforma litoral. In CARVALHO, Gaspar S.; FERREIRA, António B.; SENNA-MARTINEZ, João-Carlos (coord.) – *O Quaternário em Portugal: balanço e perspectivas*. Lisboa: APEQ; Colibri, p. 35-41

(1995) – *Portugal geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa

DAVIDS, Karel

(2012) – In the Shadow of Jesuits: Isaac Vossius and Geography. In JORINK, Eric; VAN MIERT, Dirk, eds. – *Isaac Vossius (1618-1689): Between Science and Scholarship*. Leiden; Boston: Brill, p. 189-206

DE SOTO, Pau

(2013) – Los sistemas de transporte romanos y la configuración territorial en el noroeste peninsular. In MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO CERDAN, Ángel (eds.) – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR; Univ. Porto, p. 179-209

DELGADO, Manuela; **MARTINS**, Manuela; **LEMOS**, Francisco Sande

(1989) – Dossier – Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989). *Forum*, 6 (out. 1989). Braga, p. 3-39

USC UNIVERSIDADE DE COMPOSTELA

DELGADO, Manuela; **MORAIS**, Rui

(2009) – *Guia das Cerâmicas de Produção Local de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho; CITCEM

DELINDRO, Liliana dos Santos

(2012) – *Condicionantes do Ambiente Físico no Povoamento Proto-Histórico no Vale do Douro Inferior: Entre a Foz e Entre-os-Rios*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

DE MAN, Adriaan

(2008) – Os materiais, as muralhas e as suas interpretações: estratégia Baixo-Imperial e modelo autarcista no norte da Lusitânia. *Férvedes – Revista de investigación*, 5. Villalba, p. 427-430

2011) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano

(2017) – On the meaning of city walls in Late Roman Spain. *Journal of Ancient History and Archaeology*, 4:1. Cluj, p. 5-11. DOI: 10.14795/j.v4i2.237

(2020) – The city walls of Lusitania revisited: a current perspective. In INTAGLIATA, Emanuele E.; BARKER, Simon J.; COURAULT, Christopher (eds.) – *City Walls in Late Antiquity. An Empire-wide perspective (Proceedings of a conference held (...) in Rome on 20–21 June 2018).* Oxford & Philadelphia: Oxbow Books, p. 21-26

DERKS, Ton; **ROYMANS**, Nico, eds.

(2009a) – *Ethnic Constructs in Antiquity. The role of power and tradition*. Amsterdam: Amsterdam University Press

(2009b) – Introduction. In DERKS, Ton; ROYMANS, Nico (eds.) – *Ethnic Constructs in Antiquity. The role of power and tradition*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 1-10

DIAS, Geraldo Coelho

(2002) – O Beneditino D. Gonçalo de Morais, Bispo do Porto, e a transformação artística da capela-mor da Sé Catedral. In *Actas do 1º Congresso da Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória.* Vol. I. Porto/Arouca: Centro Est. D. Domingos de Pinho Brandão; Univ. Católica; Fac. Letras Univ. do Porto, p. 365-392

DIAS, Isabel de Barros

(2016) – Lendas e historiografia: tópicos e funcionalidades de alguns relatos de fundação de cidades integrados na *Monarchia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito. In FERNÁNDEZ GARCÍA, Mª Jesús; CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M. (eds.) – *Cartografías del Portugués: Lengua, Literatura, Cultura y Didáctica en los Espacios Lusófonos. Actas del IV Congreso Internacional de la SEEPLU*. Cáceres: SEEPLU, p. 516-534

DIAS, Lino Tavares

(1984a) – Estação Arqueológica de Freixo – Marco de Canaveses. *Arqueologia*, 9. Porto, p. 86-90

(1984b) – Área Arqueológica do Freixo. *Informação Arqueológica*, 4. Lisboa: IPPC, p. 77-85

(1989) – Tongobriga (Freixo, Marco de Canaveses). Os caminhos romanos que ali chegavam. *Arqueologia*, 19. Porto, p. 143-146

(1993-1994) – Necrópoles no *territorium* de Tongobriga. *Conimbriga*, 32-33. Coimbra, p. 107-136

(1996a) – Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro, entre o Tâmega e o Corgo. *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 1 (2). Porto, p. 31-56

(1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR

(1999a) – A urbanização do Noroeste Peninsular: o caso de Tongobriga. *In* DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR/EPA, p. 77-107

(1999b) – Novos contributos sobre o *Forum* de Tongobriga. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 279-285

(1999c) – Tongobriga. In RODRIGUÉZ COLMENERO, António (coord.) – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional…* Vol. 2. Lugo: Diputación Provincial, p. 751-778

(1999d) – Reflectir em 1999 sobre velhas centralidades no Norte da Península. In: DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda «Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica»*. Porto: IPPAR/EPA, p. 7-13

(1999e) – *Tongobriga* no contexto do ordenamento do Noroeste Peninsular no séc. II d.C. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *II Congreso de Arqueología Peninsular. Tomo IV. Arqueología Romana y Medieval*. Zamora: Universidad de Alcalá; Fund. Rei Afonso Henriques, p. 123-128

(2000) – Escola Profissional de Arqueologia (1990-2000): experiência a conciliar formação, investigação e conservação preventiva numa escola pública. In: GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma (coord.) – *Recerca, ensenyament i patrimoni local: una visió des d'Europa: actes del III Seminari d'Arqueologia i Ensenyament, 16-18 de novembre de 2000.* Barcelona, p. 116-130

(2003) – *Tongobriga. Breves reflexões*. Porto: IPPAR

(2006) – Contributo para o estudo do Povoamento Romano do Vale do Douro. In: *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2. Porto: GEHVID/Edições Afrontamento, p. 289-337

(2007) – Paisagem, Tempo, Memória na região norte de Portugal. In VARELA CAMPOS, Paz (coord.) – *IV Congresso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos: conservación y presentación de xacementos arqueolóxicos no medio rural*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 37-46

(2008) – Gestão integrada da Área Arqueológica do Freixo - Tongobriga: contributo para abordagem à estratégia de intervenção entre 1980 e 2010. *Al-madan*. 2ª série, 16. Almada, p. 82-91

(2010) – Povoamento romano na bacia do Douro: a criação de cidades. Tongobriga e o *Territorium*. In: *Actas do Congresso Internacional «Património Cultural y Território en el Valle del Duero» Zamora (2007)*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon, p. 33-52

(2011a) – Urbanization and Architecture on the outskirts of the Roman Empire. In: NOGALES, Trinidad; RODÁ, Isabel (eds.) - *Roma y las provincias: modelo y difusion*. vol. 2. Mérida/Roma: Universidad de Sevilla, p. 707-713

(2011b) – Interpretar o processo destrutivo; da ruína ao construído. In: DIAS, Lino T.; ALARCÃO, Pedro (coord.) – *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia – FAUP 2008. Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP, p. 125-132

(2012) – O «momento» e a «maneira» de construir uma cidade no Noroeste da Hispânia, periferia atlântica do Império. *Portugal Romano.com* – Revista de arqueologia romana. Ano I, 2 (Jun. 2012), p. 74-82. Disponível em:https://issuu.com/terraeantiqvae/docs/revista_portugalromano-n2-vers_1_1 [consulta em 10.06.2020]

(2013a) – O momento e a forma de construir uma cidade no Noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira atlântica. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 12. Porto, p. 113-126

(2013b) – Contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro: o caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*, 4. Porto: FLUP/CITCEM, p. 177-190

(2015a) – Tongobriga, a cidade que há no futuro… In: ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: FLUP-CITCEM/Edições Afrontamento, p. 5-23

(2015b) – *Tongobriga civitas transduriana na Tarraconense*. In VILAR, Jordi López, coord. – *Congrés Internacional D'Arqueologia i Món Antic, August i les Provícies Occidentals – 2000 aniversari de la mort D'August*. [Tarraco Biennal, 2] . Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana, p. 67-74

(2016) – *Baião, em torno do ano zero*. Baião: Câmara Municipal

(2017) Quantas paisagens culturais podemos ver da nossa janela? In: DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) – *Paisagem Antiga, sua Construção e (Re)usos, Reptos e Perspetivas* Porto: CITCEM, p. 57-71

(2018) – Ano Zero, ano 100, no territorium de Tongobriga. In DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) – *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*. Porto: CITCEM, p. 125-144

(2020) – 40 anos de investigação arqueológica em *Tongobriga*. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 9-25. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

DIAS, Lino Tavares; **ALARCÃO**, Pedro

(2011) – Apresentação. In: DIAS, Lino T.; ALARCÃO, Pedro (coord.) – *Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia – FAUP 2008. Interpretar a Ruína. Contribuições entre campos disciplinares*. Porto: FAUP, p. 7-8

DIAS, Lino Tavares; **SOARES**, Rosa

(1999) – *Tongobriga. Contributo Documental*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia; IPPAR

DIAS, Nuno J. Pinto

(1990) – Chaves. In MARQUES, A. H.; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia A. (org.) – *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: INIC, p. 29-30

DÍAZ, Pablo C.

(1998) – El Parrochiale Suevum: organización eclesiástica, poder político y poblamiento en la *Gallaecia* tardoantigua. In ALVAR, Jaime (coord.) – *Homenaje a José Maria Blazquez*. Vol. 6. Madrid: Editorial Clasicas, p. 35-47

(2011) – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal

DÍAZ-ANDREU, Margarita

(1998) – Ethnicity and Iberians: the archaeological crossroads between perception and material culture, *European Journal of Archaeology,* 1 (2). Cambridge, p. 199-218

(2004) – Ethnicity and Iberians. The archaeological crossroads between perception and material culture. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; MORA SERRANO, Bartolomé, dir. – *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: Universidad, p. 63-85

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.

(1983) – Sobre la implantación del Latin en la Sociedad Galaico Romana. In PEREIRA-MENAUT, Gerardo (ed.) – *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago-Inst. Estudios Galegos Padre Sarmiento, p. 283-293

DIJKSTERHUIS, Fokko Jan

(2012) – A View from the Mountaintop: The Development of Isaac Vossius' Optics, 1658–1666. In JORINK, Eric; VAN MIERT, Dirk, eds. – *Isaac Vossius (1618-1689): Between Science and Scholarship*. Leiden; Boston: Brill, p. 157-188

DINIS, António Pereira

(1993) – *Ordenamento do território do Baixo Ave no I Milénio a.C.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1999) – Povoamento do Baixo Ave no I Milénio A.C. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *II Congreso de Arqueología Peninsular. Tomo III. Primer Milenio y Metodología*. Zamora: Universidad de Alcalá; Fund. Rei Afonso Henriques, p. 37-48

(2001) – *O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, norte de Portugal).* Braga: Universidade do Minho

(2020) – Cerâmicas da Idade do Ferro do Crastoeiro, Mondim de Basto (Vila Real). In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 301-314

DINIS [*et al.*], António Pereira; **GONÇALVES**, Emanuel, **SANTOS**, Filipe; **LARRAZABAL GALARZA**, J.; **PEREIRA**, S.

(2018) – From Iron Age to Romanization: notes about the diachronies of four fortified Iron Age sites Portuguese Northeast – Fonte do Milho, Castelo dos Mouros, Crestelos e Castelinho. In SASTRE BLANCO, José; RODRÍGUEZ-MONTERRUBIO, Ó.; FUENTES MELGAR, P. (eds.) – *Archaeology in the River Duero Valley*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, p. 118-146

DION, R.

(1952) – Le problème des Cassitérides. *Latomus*. 11: 3 (Juillet-Sept. 1952). Bruxelles, p. 306-314

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

DOMERGUE, Claude

(1970a) – Introduction à l'étude des mines d'or du Nordouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité. In VIÑAYO GONZÁLEZ, António (ed.) – *Legio VII Gemina.* León: Diputación de Léon; Catedra de San Isidoro, Instituto Leones de Estudios Romano-Visigoticos, p. 253-286

(1970b) – Les exploitations aurifères du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique sous l'occupation romaine. In *La Minería Hispana y Iberoamericana. Contribución a su investigación histórica – Estudios*. Vol. I. León, p. 151-193

(1987) – *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Tome II. Madrid : Diffusion de Boccard [Public. Casa de Velazquez, Archeólogie, 8]

(1990) – *Les Mines de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*. Roma: École Française de Rome

DOMINGOS, João E. Duarte

(2016) – *Evolução do tecido urbano de Chaves: da herança romana à contemporaneidade.* Dissertação de mestrado em Arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico (Lisboa)

DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores

(1986) – Los *conventus juridici*. Orígen, cronologia y naturaleza histórica. *Gerión*, 4. Madrid, p. 265-283

(1988) – *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*.Vitoria/Gasteiz: Univ. de Santiago de Compostela; Univ. del País Vasco [Veleia, Anej. 5]

(2006) – Política imperial y romanización: el papel de Augusto en la transformación de los pueblos del NO. hispânico. *Gallaecia*. 25. Santiago, p. 427-443

(2009) – As transformacións dos pobos do noroeste hispánico na época de Augusto: a evidencia epigráfica. In DOPICO, Dolores; VILLANUEVA, M.; RODRÍGUEZ, P. (eds) – *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea. Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza*. Lugo: Deputación de Lugo, p. 31-53

(2013) – Nuevas formas de administración, nuevas formas de control: la fundación de *Lucus Augu*sti y su *conventus*. *Portugalia*. Nova Série, 34. Porto, p. 83-100

(2016) – Os inícios da urbanización no Noroeste: as capitales conventuais. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 259-283

(2017) – Los *conuentus juridici*: la aportación de la *Naturalis Historia* de Plinio el Viejo. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 243-272

(2020) – La implantación romana en *Callaecia*: valoración de sus consecuencias. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 407-429

DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; **PEREIRA-MENAUT, Gerardo**

(1993) – La gran inscripción de Remeseiros (CIL II 2476). Sobre la forma jurídica de tenencia de la tierra entre los indígenas bajo domínio romano. In *II Congresso Peninsular de História Antiga*. *Actas.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 633-654

DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; **REDENTOR**, Armando; **SANTOS YANGUAS**, Juan

(2018) – Las ciudades de Callaecia y la creación de un nuevo espacio administrativo : la aportación de la epigrafia. In **DOPICO CAÍNZOS**, M.ª Dolores; **VILLANUEVA**

ACUÑA, Manuel (eds.) – Sine iniuria in pace vivatur*: a construción do Imperio durante os xulio-claudios* [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 3]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 313-343

DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; **RODRÍGUEZ ALVAREZ**, Pilar

(1992) – Paleoetnografía de Gallaecia. In *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía y Historia de la Universidad Complutense (Madrid, 13-15 Diciembre de 1989).* «Complutum»,Vol. 2-3. Madrid, p. 395-398

DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; **SANTOS YANGUAS**, Juan

(2012) – La adecuación de las entidades indígenas a la nueva administración romana: el ejemplo de los *Conventus* del Noroeste Peninsular. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.) – *Romanización, fronteras y Etnias en la Roma Antigua: el caso hispano* (Revisiones de Historia Antigua, 7). Vitoria, Universidad del País Vasco, p. 583-600

(2014) – La conquista del noroeste en la historiografía gallega del s. XIX: Vicetto y Murguía. *Veleia*, 31 Vitória, p, 163-180

(2017) – Augusto y el Noroeste de Hispania: la acción del emperador y las comunidades indígenas. *Gerión*, 35 (Núm especial), Madrid, p. 707-721

DORDIO, Paulo

(2005) – Projecto de estudo histórico e arqueológico da Sé do Porto – o *cemitério*. *Estudos/Património*. 8. Lisboa, p. 26-34

DUARTE, Júlio

(1987) - Coimbrões, povoação de remota antiguidade. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 22. Vila Nova de Gaia, p. 62

(1994) – *Apontamentos monográficos de Coimbrões*. V. N. Gaia: Câmara Municipal

DUARTE, Luís Miguel; **BARROCA**, Mário J.

(1990) – Porto. In MARQUES, A. H. Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia A. – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XIV).* Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, p. 23-26

DUARTE, Luís Miguel; **BARROS**, Amândio

(1997) – Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna. *Douro – Estudos & Documentos*, vol. 2 (4). Porto, p. 77-118

DURÁN FUENTES, Manuel

(2004a) – *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia

(2004b) – Técnica y Construcción de Puentes Romanos. In ALBA, Raúl; MORENO GALLO, Isaac; GABRIEL RODRÍGUEZ, Ricardo (coords.) – *Elementos de ingeniería romana. Congreso europeo «Las obras públicas romanas», 3-6 nov. 2004*, Tarragona. S.l.: Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas, p. 135-155

EDMONSON, Jonathan C.

(1987) – *Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*. BAR Int. Series, 362. Oxford: BAR

EMBERLING, Geoff

(1997) – Ethnicity in Complex Societies: Archaeological Perspectives. *Journal of Archaeological Research*. Vol. 5, No. 4. Chicago, p. 295-344

EMPATIA Arqueologia, Lda.

(s.d.) – *Centro Social e Paroquial de Lordelo do Ouro. Intervenção arqueológica*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Desdobrável

ENCARNAÇÃO, José da

(1975) – *Divindades Indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

(1991) – Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende. *Biblos*. 67. Coimbra. p. 177-205

(2002) – André de Resende, epigrafista. In *Congresso Internacional do Humanismo Português «Cataldo & André de Resende» (Coimbra – Lisboa – Évora, 25-29 Out. 2000).* Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, p. 305-310

(2007-2008) – Uma inscrição romana de Évora forjada por André de Resende. *A Cidade de Évora*. II série. 7. Évora. p. 213-218

(2009a) – Sertório, general romano: guerrilheiro e mito? *CEAMA – Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida*. 3. Almeida, p. 98-109

(2009b) – Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma téssera de bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12:1. Lisboa, p. 127-138

(2019a) – Uma epígrafe inventada por Frei Bernardo de Brito. *Biblos*, 3ª série, 5. Coimbra, p. 233-251. *https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-5_10*

(2019b) – Apostilas epigráficas – 9. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22. Lisboa, p. 117-128

ENCARNAÇÃO, José d'; **GUERRA**, Amílcar

(2010) – The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS-ESTEBAN, J. Alberto (ed.) – *Celtic Religion across Space and Time (IX Workshop F.E.R.C.AN - FONTES EPIGRAPHICI RELIGIONVM CELTICARVM ANTIQVARVM)*. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, p. 95-112

ESTEVES, Andreia

(2016) – *Contributo para o estudo das lucernas de produção local/regional no Norte de Portugal.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ÉTIENNE, Robert

(1958) – *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris : Diff. de Boccard

ÉTIENNE, Robert; **FABRE**, Georges; **LÉVÊQUE**, Pierre; **LÉVÊQUE**, Monique

(1976) – *Épigraphie et Sculpture* [ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert, dir. – «Fouilles de Conimbriga», II]. Paris: Diffusion E. de Boccard

FABIÃO, Carlos

(1992) – O passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal* [Vol. 1 – "Antes de Portugal"]. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 79-299

(1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Almadan*, 2ª série, 8. Almada, p. 104-126

(2001) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*, 3 (Julho 2001). Lisboa, p. 108-131

(2002) – Os chamados *castella* do Sudoeste: arquitectura, cronologia e funções. *Archivo Español de Arqueología*, 75. Madrid, p. 177-193

(2004) – Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In PÉREZ-GONZÁLEZ, Cesáreo ; ILLARREGUI, Emilio (coords.) – *Arqueología militar romana en Europa. Actas*. S.l.: Junta de Castilla y León; Universidad SEK, p. 53-73

(2006) – The Roman Army in Portugal. In MORILLO, Angel; AURRECOECHEA, Joaquín (eds.) – *The Roman Army in Hispania: an archaeological guide*. Léon: Universidad de Léon, p. 107-126

(2009) – Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na *Lusitania*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17. Oeiras, p. 555-594

(2011) – *Uma história da Arqueologia portuguesa das origens à descoberta da arte do Côa*. Lisboa: Clube dos Coleccionadores dos Correios

(2014a) - Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. *CIRA – Arqueologia*, 3 [Atas do Congresso «Conquista e Romanização do Vale do Tejo»]. Vila Franca de Xira, p. 9-24

(2014b) – Quién, cuándo, cómo y por qué se destruyó la conocida inscripción *CIL* II, 114 / IRCP, falsa A. In BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro; CABRERA BONET, P.; MORENO CONDE, M.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C.; TORTOSA ROCAMORA, T. (eds.) – *Homenaje a Ricardo Olmos*: Per speculum in aenigmate. *Miradas sobre la Antigüedad* (Erytheia. Estudios y Textos, 7). Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, p. 588-592

FABIÃO, Carlos; **GUERRA**, Amílcar

(1993) – Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas. In *II Congresso Peninsular de História Antiga*. *Actas.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 995-1016

FABIÃO, Carlos; **GUIMARÃES**, Joaquim A. Gonçalves

(2015) – Pacto de hospitalidad (*Tessera Hospitales*) [Números 860a, 860b]. In ÁLVAREZ MARTINEZ, José M.; CARVALHO, António; FABIÃO, Carlos, eds. (2015) – *Lusitania Romana: Origen de dos pueblos/ Lusitânia Romana: Origem de dois povos*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, p. 183-184

(2016) – Pacto de hospitalidade (*Tessera Hospitales*) [Números 79, 80]. In VV.AA. – *Lusitânia Romana: origem de dois povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 179-180

FARIA, Francisco F. Godinho

(1899) – *Monographia do Concelho de Bouças. O concelho de Bouças sob os pontos de vista histórico, demográfico (1.ª parte), hygienico, administrativo […], commercial e archeologico*. S.l.: Ed. A.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FAUST, Avraham

(2006) – *Israel's Ethnogenesis: Settlement, Interaction, Expansion and Resistance*. London: Oakville: Equinox Publishing Ltd.

FEIO, Alberto

(1956) – Origens da Cidade. Destruição de *Bracara Augusta*. *Diário do Minho*. Braga, 7 de out. de 1956

FELGUEIRAS, Guilherme

(1958) - *Monografia de Matosinhos*. Lisboa: s.e.

FÉLIX, Natália A. S. Monteiro

(2008) – *Contribuições para o Estudo do património Geológico e Mineiro do Concelho de Paredes.* Dissertação de Mestrado em Geologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FERGUSON, R. Brian; **WHITEHEAD**, Neil L.

(1992) – The Violent Edge of Empire. In FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. (eds.) – *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe: School of American Research Press; Oxford: James Currey, p. 1-30

FERNANDES, Armando de Almeida

(1968) – Cale e Portucale – vale Portugale – Porto de Douro e Porto. In *Congresso Luso-espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal, p. 296-298

(2001) – *Portugal primitivo medievo*. Arouca: Associação de Defesa do Património Arouquense

FERNANDES, Isabel Magalhães

(2007) – *Percursos geológicos no Sulco Carbonífero Dúrico-Beirão (Valongo-Gondomar-Castelo de Paiva).* Porto: Edições Afrontamento

FERNANDES, José S. M.

(2007) – Estrutura e função do mito de Hércules na *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 9. Aveiro, p. 119-150

FERNANDES, Lara; **MARTINS,** Manuela

(2020) – A sequência de ocupação no quadrante sudeste de *Bracara Augusta*: as transformações de uma unidade doméstica. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1255-1262. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa91

FERNANDES, Luís S.; **FERREIRA,** Maria do Céu.; **OSÓRIO**, Marcos; **PERESTRELO**, Manuel S.

(2006) – *Vicus* e *Castellum* na *Prouincia Lusitania.* Notas epigráficas e arqueológicas *Conimbriga*, 45 (2006). Coimbra, p. 165-198

FERNÁNDEZ CALO, Martín

(2015) – Plinio, o Parroquial Suevo e a evolución estrutural do poder local galaico na Antigüidade. *Gallaecia*, 34. Santiago de Compostela, p. 175-207

(2018) – *Estado, Poder e Estruturas Políticas na Gallaecia. Séculos II A.C. – VIII D.C.* Santiago de Compostela: Blukk Edições

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo

(2008) – Cerámicas del mundo castrexo del NO Peninsular. Problemática y principales producciones. In BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas.Un Estado de la cuestión. XXVI Congreso Internacional de la asociación Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz: Universidad de Cádiz p. 221-243

(2013a) – *O comercio tardoantigo no noroeste peninsular. Unha análise da Gallaecia sueva e visigoda a través do rexistro arqueolóxico*. A Coruña: Toxosoutos

(2013b) – A propósito del naufrágio de Esposende: el comercio en el Noroeste en época de Augusto. In MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO CERDAN, Ángel (eds.) – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR; Univ. Porto, p. 99-137

(2016a) – 25 Anos de Arqueoloxía de Urxencia: o descubrimento do Vigo Romano. In FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; BARCIELA GARRIDO, Pilar (coord.) – *Emporium. Mil anos de comercio en Vigo*. Vigo: Concello de Vigo; Concelleria-delegada de Cultura, p. 17-29

(2016b) – Ánforas da olaría romana de San Martiño de Bueu. In FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; BARCIELA GARRIDO, Pilar (coord.) – *Emporium. Mil anos de comercio en Vigo*. Vigo: Concello de Vigo; Concelleria-delegada de Cultura, p. 70-71

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; **BARCIELA GARRIDO**, Pilar, coord.

(2016a) – *Emporium. Mil anos de comercio en Vigo*. Vigo: Concello de Vigo; Concelleria-delegada de Cultura

(2016b) – Un percorrido por mil anos de relacións comerciais en Vigo (Séculos IV A.C. – VII D. C.). In FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; BARCIELA GARRIDO, Pilar (coord.) – *Emporium. Mil anos de comercio en Vigo*. Vigo: Concello de Vigo; Concelleria-delegada de Cultura, p. 31-44

FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel A.

(2008) – *A construción arqueolóxica da etnicidade*. Noia (A Coruña): Toxosoutos

(2009) – Gustaf Kossinna: análisis crítico de una figura paradigmática de la arqueología europea. *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en Internet*, 11. Em linha: http://www.ucm.es/info/arqueoweb

(2011) – Hacia una arqueologia de la Etnicidad. *Trabajos de Prehistoria*, 68 (2). Madrid, p. 219-36

(2013a) REVER – Revisiting Iron Age Ethnicity. *European Journal of Archaeology*, 16 (1), p. 116-136

(2013b) – Una nueva mirada sobre los *oppida* de la Europa Templada. *Complutum*, 24 (1). Madrid, p. 131-150

(2013-2014) – Etnicidad y Arqueología: viejas propuestas, nuevas perspectivas. *Kalathos*, 26-27. Teruel, p. 19-40

(2014a) – *Identity and Power: the transformation of Iron Age societies in Northeast Gaul*. Amsterdam: Amsterdam University Press

(2014b) – Central Places and the construction of Collective Identities in the Middle Rhine-Moselle Region. In POPA, Cătălin N.; STODDART, Simon (eds.) – *Fingerprinting the Iron Age. Approaches to Identity in the European Iron Age.*

Integrating South-Eastern Europe into the Debate. Oxford – Philadelphia: Oxbow Books, p. 175-186

(2016) – Questions d'identité à l´Âge du Fer: réflexions historiques et regards anthropologiques. In: VITALI, Daniele; GOUDINEAU, Christian, dir. – *Il Mondo Celtico prima e dopo la conquista romana (...). Studi in honore di Jean-Paul Guillaumet*. Bologna: Museo Archeologico «Luigi Fantini», p. 19-30

FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel A.; **WENDLING**, Holger; **WINGER**, Katjia

(2014) –Introduction: New Perspectives on Iron Age Urbanisation. In FERNÁNDEZ-GÖTZ, M.; WENDLING, H.; WINGER, K. (eds.) – *Paths to Complexity: Centralisation and Urbanisation in Iron Age Europe*. Oxford and Philadelphia: Oxbow Books, p. 2-14

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; **MORILLO CERDÁN**, Ángel

(1992) – Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación critica (segunda parte). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* (*CuPAUAM*), 19. Madrid, p. 319-360

(2002) – Entre el prestigio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las murallas tardorromanas en Hispania. In MORILLO CERDÁN, Ángel (ed.) – *Arqueología militar romana en Hispania* (Anejos de *Gladius*, 5). Madrid: CSIC, p. 577-590

(2020) – Late Roman city walls in Hispania: a reappraisal. In INTAGLIATA, Emanuele E.; BARKER, Simon J.; COURAULT, Christopher (eds.) – *City Walls in Late Antiquity. An Empire-wide perspective (Proceedings of a conference held (...) in Rome on 20–21 June 2018).* Oxford & Philadelphia: Oxbow Books, p. 11-20

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; **MORILLO CERDÁN**, Ángel; **GIL SENDINO**, Fernando

(2012) – El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidade y lectura. *Zephyrus*, 70 (jul.-dic. 2012). Salamanca, p.151-179

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; **SALIDO DOMINGUEZ, Javier**; **ZARZALEJOS PRIETO, Mar**

(2014) – Las formas de ocupación rural en Hispania. Entre la terminologia y la *praxis* arqueológica. *CuPAUM*, 40. Madrid, p. 111-136

FERNÁNDEZ PALACIOS, Fernando

(2000) – Estrabón e Ibería. A propósito de un libro reciente [Recensão a Cruz Andreotti, «Estrabão e Ibéria», Málaga, 1999]. *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 18. Madrid, p. 551-570

FERNÁNDEZ URIEL, Pilar

(2006) – The Roman Conquest and organization of the Iberian Peninsula. In MORILLO, Angel; AURRECOECHEA, Joaquín (eds.) – *The Roman Army in Hispania: an archaeological guide*. Léon: Universidad de Léon, p. 37-52

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FERREIRA, Ana Paula R.

(2004) – *Epigrafia funerária romana da Beira interior: inovação ou continuidade?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia

FERREIRA, António Brum

(2004) – O Noroeste (Minho e Trás-os-Montes Ocidental). In FEIO, Mariano; DAVEAU, Susanne (org.) – *O Relevo de Portugal: grandes unidades regionais*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 111-125

(2005a) – Estruturação geológica do território. In MEDEIROS, Carlos A. (dir.); FERREIRA, António B., coord. (2005) – *Geografia de Portugal. I. O Ambiente físico*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 56-74

(2005b) – Formas de relevo e dinâmica quaternária. In MEDEIROS, Carlos A. (dir.); FERREIRA, António B., coord. (2005) – *Geografia de Portugal. I. O Ambiente físico*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 148-180

FERREIRA, Daniela F. Freitas

(2019) – *A Cerâmica Grega na fachada atlântica da Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid

(2020) – Materiais em contexto: cerâmica grega no Noroeste da Península Ibérica. Estudo de casos. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 1. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 65-89

FERREIRA, Denise B.

(2005) – As características do clima de Portugal. In MEDEIROS, Carlos A. (dir.); FERREIRA, António B., coord. (2005) – *Geografia de Portugal. I. O Ambiente físico*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 332-370

FERREIRA, Denise B.; **FERREIRA**, António B.

(2004) – Aspectos gerais. In FEIO, Mariano; DAVEAU, Susanne (org.) – *O Relevo de Portugal: grandes unidades regionais*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 9-20

FERREIRA, Henrique P.

(2018) – Um Tesouro monetário baixo-imperial do Castro Mozinho (Penafiel). *Nvmmvs*, 2ª Série, 41. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, p. 39-108

FERREIRA, J. A. Pinto

(1959) – Arqueologia portuense. Novos achados arqueológicos na avenida de D. Afonso Henriques quando do seu rompimento em 1950-1954. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 22 (1-2). Porto, p. 369-70

FERREIRA, José Augusto

(1923) – *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Políticos). Séc. VI – Séc. XX*. Tomo I. Braga: Cruz & Comp.ª Editores

(1928) – *Porto: origens históricas e seus principais monumentos* (…). Porto: Imprensa Marques Abreu, Limitada

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FERREIRA, Manuel do Carmo

(2017) – *Prontuário de toponímia portuense*. 2 vols. Porto: Afrontamento

FERREIRA, Octávio V.; **TEIXEIRA**, A. Pires

(1955) – Sobre uma lucerna romana de bronze da Mina de Jales. *Revista de Guimarães*, 65 (3-4), jul.-dez. 1955. Guimarães, p. 392-398

FERREIRA, Pedro Augusto

(1926) – O pharol mais antigo de Portugal. *O Tripeiro*, 3.ª Série, 7 (127). Porto, p. 101-102

FERREIRA, Simão Rodrigues

(1875) – *Antiguidades do Porto.* Porto: Typographia Lusitana

FERREIRO LÓPEZ, Manuel

(1988) – La campaña militar de Cesar en el año 61. In PEREIRA-MENAUT, Gerardo (ed.) – *Actas 1er Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1-5 Julio 1986).* Vol. 2. Santiago de Compostela: Universidad, p. 363-372

FERRER-ALBELDA, Eduardo; **ALBUQUERQUE**, Pedro

(2020) – El conocimiento del extremo occidente en la Grecia Arcaica: las Casitérides y la geografía de los recursos. In FERRER-ALBELDA, Eduardo (ed.) – *La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá; Universidad de Sevilla, p. 135-184

FERRER SIERRA, Santiago

(1996) – El posible origen campamental de *Lucus Augusti* a la luz de las monedas de la *Caetra* y su problemática. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Lucus Augusti. I. El amanhecer de una ciudad*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, p. 425-443

FICHTL, Stéphan

(2005) – *La ville celtique*. *Les* oppida *de 150 av. J.-C. à 15 ap. J.-C.* Paris: Errance

(2013) – Les agglomérations gauloises de la fin de l'âge du Fer en Europe celtique (IIIe-Ier siècle av. J.-C.). In GARCIA, Dominique (dir). – *L'habitat en Europe celtique et en Méditerranée préclassique - Domaines urbains.* Paris: Errance

FIGUEIREDO, Álvaro

(2001) – Death in Roman Iberia: Acculturation, resistance and the diversity of beliefs and practices. *Era Arqueologia*, 3 (Julho 2001). Lisboa, p. 90-197

FLOWER, Harriet I.

(1995) – *Fabulae Praetextae* in Context: When Were Plays on Contemporary Subjects Performed in Republican Rome? *The Classical Quarterly*, 45:1. Cambridge, p. 170-190

FONSECA SORRIBAS, Diana

(2012) – El *Municipium* Romano de *Aquae Flaviae* y su problemática. *Antesteria. Debates de Historia Antigua*, 1. Madrid, 519-528

FONTE, João

(2006) – O «Padrão dos Povos» de *Aquae Flaviae*. *Al-Madan*, 2ª série, 14 (dez. 2006), Adenda eletrónica. Almada, p. VI.1 a VI.7

(2009) – *Lesenho e Aquae Flaviae: dois modelos de assentamento central e duas lógicas locacionais de época pré-Romana e Romana*. Trabalho de Investigação Tutelado apresentado à Universidade de Santiago de Compostela

(2015) – *Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a Época Romana no Alto Tâmega e Cávado*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

FONTE, João; **COSTA-GARCÍA**, José M.

(2016) – Alto da Cerca (Valpaços, Portugal): um assentamento militar romano na Serra da Padrela e sua relação com o distrito mineiro de Tresminas. *Estudos do Quaternário*, 15. Braga, p. 39-58

FONTES, Luís

(2021) – *Arqueologia e Reabilitação Urbanas em Braga e o edifício n.º 1 da Praça da República.* («Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M.», 105). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

FONTES, Luís; **LEMOS**, Francisco Sande; **CRUZ**, Mário

(1997-1998) – «Mais velho» que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15. Braga, p. 137-164

FONTES, Luís; **MARTINS**, Manuela; **RIBEIRO**, Maria do Carmo; **CARVALHO**, Helena

(2010) – A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In GARCÍA, Alfonso (coord.) – *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII).* Toledo: Toletvm Visigodo, p. 255-262

FORTES, José

(1902) – Balineum *luso-romano do S. Vicente de Pinheiro (Penafiel).* Porto: Typ. Central

(1905) – *Restos de uma villa lusitano-romana (Povoa de Varzim).* Porto: Imprensa Portuguesa

(1908b) – Analecta epigraphica. *Portugalia. Materiaes para o estudo do Povo Portuguez*, 2 (1905-1908). Porto, p. 124-126

(1909) – Gaya no Passado. In ARROIO, António; FORTES, José; QUEIROZ, José; MONTEIRO, Manuel; LEITÃO, Joaquim – *Mea Villa de Gaya*: *guia illustrado do Concelho de Gaya*. Porto: Empresa editora do Guia Illustrado de Portugal, p. 9-28

FOWLER, Don

(2019) – The Virgil Commentary of Servius [rev. por Sergio Casali e Fabio Stok]. In MAC GÓRÁIN, Fiachra; MARTINDALE, Charles (eds.) – *The Cambridge Companion to Virgil*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 88-94

FRADE, Helena

(1993) – As termas medicinais da época romana em Portugal. In *II Congresso Peninsular de História Antiga*. *Actas.* Coimbra: Fac. Letras da Universidade de Coimbra, p. 873-916

FRANCISCO MARTIN, Julián de

(1989) – *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad

FRANCO, José Eduardo

(2000) – *O Mito de Portugal. A primeira «História de Portugal» e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora

FREÁN CAMPO, Aitor

(2018) - *Persistencia y evolución de la religiosidad y las mentalidades del Noroeste Peninsular desde la Edad del Hierro a la Tardoantigüedad*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

FREEMAN, Philip W. M.

(1993) – 'Romanization' and Roman material culture. *Journal of Roman Archaeology*, 6, p. 438-445

FREITAS, Eduardo de

(1923) – *Estudo sobre dois bronzes arqueológicos*. Porto: Imprensa Comercial

FUMADÓ ORTEGA, Iván

(2013) – *Oppidum*. Reflexiones acerca de los usos antíguos y modernos de um término urbano. *SPAL*, 22. Sevilha, p. 173-184

GABINETE de Arqueologia Urbana, coord.

(1993) – *O Porto das Mil Idades: Arqueologia na Cidade. Exposição. Casa Tait. Roteiro*. Porto: Câmara Municipal

GABBA, Emilio

(1976) – *Republican Rome, the Army and the Allies*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press [= *Esercito e società nella tarda repubblica romana*, 1973]

GAGGERO, Eleonora Salomone

(2003) – Pagine di storia ligure nell'opera di Orosio. In PUNCUH, Dino, dir. – *Studi in memoria di Giorgio Costamagna*. *«Atti della Società Ligure di Storia Patria».* Nuova Serie – Vol. XLIII (CXVII). Fasc. I. Genova, p. 943-972

GANDRA, Vítor; **MOUTINHO**, João

(2014) – Projeto espeleológico do Alto Relevo – Clube de Montanhismo na proteção, valorização e interpretação do Património Mineiro Romano. In *Atas do 1º Congresso de Mineração Romana em Valongo (7-8 nov. 2014).* Valongo: Alto Relevo – Clube de Montanhismo; Câmara Municipal de Valongo, 10 págs. Edição digital disp. em http://www.altorelevo.org/cmr/pdf/Atas_1oCongressoMineracao RomanaValongo2014.pdf

GARCIA, A. Elias

(1947) – As moedas visigodas de Portocale ou Portucale. *Revista de Guimarães*. 57 (1-2). Guimarães, p. 39-45

GARCIA, José Manuel

(1991) – *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações às «Religiões da Lusitânia» de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

GARCÍA ALONSO, Juan L.

(2003) – *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitoria: Universidad del País Vasco

(2007) – La *Geografía* de Ptolomeo y el *corpus* toponímico y etnonímico de Hispania. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Málaga (Deputación) – Madrid (Casa de Velazquez), p. 173-193

GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz

(1993) – Prólogo. In GARCÍA Y BELLIDO, António – *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*. 10ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, p. 9-50

(2004) – *Las legiones hispánicas en Germania. Moneda y ejército* (Anejos de *Gladius*, 6. Madrid: CSIC

(2006a), coord. – *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C. – 192 d.C.): el abastecimento de moneda.* (Anejos de *Gladius,* 9). Madrid: CSIC

(2006b) – Prólogo. In GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz, coord. – *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C. – 192 d.C.): el abastecimento de moneda.* (Anejos de *Gladius,* 9). Madrid: CSIC, p. 11-17

GARCÍA FERNÁNDEZ, Estela

(2001) - III. La Hispania de Plínio: la aparición del município latino. *Gérion*, Anejos V («El Município Latino»). Madrid, p. 73-124

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco J.; **SAEZ ROMERO**, Antonio; **RODRÍGUEZ-CORRAL**, Javier; **ALBUQUERQUE**, Pedro

(2019) – A Rota do Estanho: Gadir e o Comércio Fenício no Noroeste da Ibéria (Séculos IV – II a.C.). *Revista Hélade*, 5.2. Rio de Janeiro, p. 83-151

GARCIA FERNANDEZ-ALBALAT, Maria Blanca

(1995[1986]) – Un ara votiva a *Dvrivs*? Valor religioso de los rios en la Antigüedad. Gaya. 6 (1988-1994). Vila Nova de Gaia, p. 155-176

GARCÍA MARCOS, Victorino

(1996) – *Asturica Augusta:* recientes investigaciones sobre su implantación y desarrollo urbano. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio* In*ternacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 135-145

GARCÍA MARCOS, Victorino; **VIDAL ENCINAS**, Júlio M.

(1995) – Recent Archaeological Research at Asturica Augusta. In CUNLIFFE, Barry; KEAY, Simon (eds.) – *Social complexity and the development of towns in Iberia from the Copper Age to the Second Century AD* [Proceedings of the British Academy, 86]. Oxford: Oxford University Press, p. 371-394

USC

GARCÍA MARTINEZ, Sónia Maria

(1996) – *La Romanización de los* conuentus Asturum*,* Bracaraugustanus *y* Lucensis*: su estúdio epigráfico*. Léon: [s.n.]. Tese de Doutoramento, Universidad de León, 1996

GARCÍA MORÁ, Félix

(1991a) – *Quinto Sertorio. Roma*. Granada: Universidad

(1991b) – *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio. Planteamientos iniciales*. Granada: Universidad

GARCIA MORENO, Luis A.

(1988) – *Hispaniae tumultus*. Rebelión y violência indígena en la España romana de época republicana. *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, 1. Alcalá de Henares, p. 81-107

(2002) – Polibio y la creación del estereotipo de lo Hispano en la etnografia y la historiografia helenísticas. *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, 14. Alcalá de Henares, p. 127-146

GARCÍA QUINTELA, Marco V.

(1986) – El Río del Olvido. In BERMEJO BARRERA, José C. (ed.) – *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana*, 2. Madrid: Akal, p. 75-86

(1997) – Las puertas del infierno y el río del olvido (un tema mítico céltico en la etnografia ibérica de Estrabón). *Gallaecia*, 16. Santiago de Compostela, p. 145-157

(1999) – *Mitologia y mitos de la Hispania prerromana*, III. Madrid: Akal

(2002) – *La organización socio-política de los populi del Noroeste de la Península Ibérica. Un estúdio de antropologia política histórica comparada.* (TAPA, 28). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago (Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe). Colab. Rosa Brañas Abad (cap. 4)

(2007) – La organización social y político de los galaico-lusitanos. In GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco J. (ed.) – *Los pueblos de la Galicia Céltica*. Madrid: Akal, p. 323-375

(2010) – Una dialéctica de la distancia: Estrabón sobre Iberia y la *oikumene.* In PRADOS MARTÍNEZ, Fernando; GARCÍA JIMÉNEZ, Iván; GWLADYS, Bernard, coord. – *Confines. El extremo del mundo durante la Antigüedad*. Alicante: Universidad de Alicante, p. 49-72

(2015a) – Estrabón y la etnografía de Iberia. In GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Trad. de Javier Gómez Espelosín (…). Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed. rev., p. 75-124

(2015b) – Estrabón y los celtas de Iberia. In GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Trad. de Javier Gómez Espelosín (…). Madrid: Alianza Editorial, 2ª ed. rev., p. 125-154

(2016) – Sobre las saunas de la Edad del Hierro en la Península Ibérica: novedades, tipologias e interpretaciones. *Complutum*, 27 (1). Madrid, p. 109-130

GARCÍA QUINTELA, Marco V.; **GONZÁLEZ-GARCÍA**, A. César

(2016) – Entre el cielo, el mar y la tierra: el santuario rupestre del castro de Baroña (Porto do Son, A Coruña). *Gallæcia*, 35. Santiago de Compostela, p. 1-38

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

GARCÍA QUINTELA, Marco V.; **SANTOS-ESTÉVEZ**, Manuel

(2015) – Iron Ages Saunas of Northern Portugal: state of the art and research perspectives. *Oxford Journal of Archaeology*, 34 (1). Oxford, p. 67-95. https://doi.org/10.1111/ojoa.12049

GARCIA Y BELLIDO, António

(1949) – *Esculturas romanas de España y Portugal*. Madrid: CSIC. 2 vols.

(1952) – *«Pequeñas invasiones» y «transmigraciones» internas.* Sep. de la Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional (Madrid, 1951). Zaragoza: Deputación Provincial; Inst. Fernando el Catolico

(1966) – *Urbanistica de las grandes ciudades del mundo antiguo*. Madrid: CSIC

(1975) – El llamado «Itinerario de barro». *Boletín de la Real Academia de la Historia,* 172, Cuaderno 3. Madrid, p. 547-563

(1986 [1945]) - Bandas y guerrillas en las luchas con Roma. In VV.AA. – *Conflictos y estructuras sociales en la Hispania Antigua*. Madrid: Ediciones Akal, p. 13-60

GARRIDO ELENA, Ana; **MAR**, Ricardo; **MARTINS**, Manuela

(2008) – *A Fonte do Ídolo. Análise, interpretação e reconstituição do santuário*. [Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 4]. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

GARRIDO GONZÁLEZ, Pablo

(2012) – Arqueología de los paisajes minero sen época romana: el modelo minas-campiñas. In HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, David; LÓPEZ GARCÍA; Juan P. (eds.) – *Nuevos paradigmas en la investigación arqueológica. Actas del Segundo Congreso de Arqueología de Chamartín (Ávila)*. Madrid: La Ergástula, p. 149-166

GASPAR, Alexandra; **LEMOS**, Francisco Sande; **DELGADO**, Manuela

(1986) – O salvamento de Bracara Augusta. Reflexões. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985).* Lisboa: Ministério da Educação e Cultura, p. 27-42

GERRISH, Jennifer

(2019) – *Sallust's Histories and Triumviral Historiography. Confronting the End of History*. London; New York: Routdlege

GIBBON, Edward

(1995 [1776-1788]) – *Declínio e queda do Império Romano*. Edição [abreviada] organizada por D. M. Low. Lisboa: Círculo de Leitores, 2 vols.

GIL, Ana C. Correia

(2015) – *A identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX.* Ponta Delgada: Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores; Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

GIOSEFFI, Massimo

(2011) – Due note sull'uso delle biblioteche digitali nel campo della scoliastica virgiliana. *Aevum Antiquum - Rivista di Filologia clássica*. N.S.**,** 11**.** Milano**,** p. 85-106

GOBERNA FALQUE, Juan R.

(1999) – *Civilización. História de una idea*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago

GOMES, Alberto; **ARAÚJO**, Maria Assunção; **SOUSA**, Andreia

(2006) – The littoral of Oporto region (Northwest Portugal). In PEREIRA, Ana R.; TRINDADE, Jorge (coord.) – *Portugal. Coastal dynamics. Dinâmicas litorais*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 19-23

GOMES, Alberto; **TEIXEIRA**, José; **FERNANDES**, Isabel

(2020) – Geomorfologia. In FERNANDES, José A. Rio, coord. – *Geografia do Porto*. Porto: BKC, Book Cover Editora, p. 14-25

GOMES, João P. Barreto

(2017) – *À conquista da Hispânia: análise histórico-arqueológica da Campanha de Décimo Júnio Bruto, o Galaico*. Dissertação de Mestrado em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

GOMES, José de Sousa

(1952) – *Varia*. Divindades do Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 15 (1-2). Porto, p. 192-194

GOMES, José M. Flores

(2005) – Cividade de Terroso. Ruptura e continuidade no desenvolvimento urbano da Cultura Castreja à Romanização. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 189-205

(2020) – Cividade de Terroso. Evolução da produção cerâmica. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 317-334

GOMES, José M. Flores; **CARNEIRO**, Deolinda

(1999) – *Cividade de Terroso*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal

(2005) – Subtus Montis Terroso. *Património Arqueológico no Concelho da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal

GOMES, Paulo Dordio

(2011) – Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto. In: *O mosaico romano nos centros e nas periferias: originalidades, influências e identidades: actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA), Museu Monográfico de Conimbriga (...) 2005.* Lisboa: Inst. Museus e Conservação, p. 837-47

(2019) – II-4.3. Mosaicos do eixo do Douro. Mosaicos 82-83. Porto: Casa do Infante. In ABRAÇOS, Fátima (coord.) – *O* Corpus *dos mosaicos romanos do* Conuentus Bracaraugustanus. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Univ. Nova de Lisboa, 209-220 [= GOMES, 2011, com pequena atualização]

GÓMEZ ESPELOSÍN, Javier

(2015) – Estrabón y su obra. In GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco V., eds. – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Trad. Javier Gómez Espelosín (…). Madrid: Alianza, 2ª ed. rev., p. 17-48

GÓMEZ FERNÁNDEZ, Francisco J.

(2006) – La decadencia urbana y bajoimperial en la Diócesis Hispaniarum: la primacía del argumento del declive, sobre el de la metamorfosis ciudadana. *Hispania Antiqua*, 30. Valladolid, p. 167-208

GÓMEZ FRAILE, José María

(1997a) – Etnias, Comunidades Políticas y Conventos Jurídicos en Plinio el Viejo y Tolomeo: *Hispania Citerior*. *Kalathos: Revista del seminario de arqueología y etnología turolense*. Teruel, p. 113-128

(1997b) – La Geografía de la Hispania Citerior en C. Tolomeo: Análisis de sus elementos descriptivos y aproximación a su processo de elaboración. *Polis. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, 9, Alcalá de Henares, p. 183-247

GÓMEZ-PANTOJA, Joaquin L.

(2004) – Ejército y civiles en Hispania Romana. In PÉREZ-GONZÁLEZ, Cesáreo ; ILLARREGUI, Emilio (coords.) – *Arqueología militar romana en Europa. Actas*. S.l.: Junta de Castilla y León; Universidad SEK, p. 45-52

GONÇALVES, Ana; **CARVALHO**, Pedro C.

(2004) – Intervención arqueológica en el Castelo da Lousa (1997-2002): Resultados preliminares In MORET, Pierre; CHAPA, Teresa, eds. (2004) – *Torres, atalayas y casas fortificadas. Explotación y control del território en Hispania (s. III a. de C. – s. I d. de C.)*. Jaén: Universidad de Jaén; Casa de Velazquez, p. 65-76

GONÇALVES, António Huet B.

(1984a) – I - O diário das escavações do Prof. Doutor Mendes Corrêa na Cividade do Porto. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 18-21

(1984b) – Notas arqueológicas de Rui de Serpa Pinto sobre o litoral entre Douro e Vouga. *Gaya*, 2. Vila Nova de Gaia, p. 73-82

GONÇALVES, Luís Jorge

(2013) – Esculturas do santuário do Endovélico. *Cadernos do Endovélico*, 1 (Caminhos da Identidade). Lisboa: Centro de Estudos do Endovélico; Edições Colibri, p. 17-50

GONÇALVES, Maria Eduarda, coord.

(2001) – *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70

GONZÁLEZ ÁLVAREZ, David; **COSTA-GARCÍA**; José M., **MENÉNDEZ BLANCO**; A., **FONTE**, J.; **ÁLVAREZ MARTÍNEZ**, V.; **BLANCO-ROTEA**, R.; **GAGO MARIÑO**, M.

(2019) – La presencia militar romana en el noroeste ibérico hacia el cambio de era: estado actual y retos de futuro. In VALLORI MÁRQUEZ, Bartomeu; BELLÓN RUÍZ, Juan P.; RUEDA GALÁN, Carmen (eds.) – *Accampamenti, guarnigioni e assedi durante la Seconda Guerra Punica e la conquista romana (secoli III-I aC): prospettive archeologiche*. Roma: Edizioni Quasar di Severino Tognon, p. 127-138

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M.ª Luz

(1996) – Consideraciones sobre el origen militar de *Asturica Augusta*. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio* In*ternacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa, p. 85-90

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M.ª Luz; **CARREÑO GASCÓN**, M.ª C.

(1998) – La capital del extremo noroeste hispânico: Lucus Augusti y su tejido urbano a la luz de las últimas intervenciones arqueológicas. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António (ed.) – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 2 Lugo: Diputación Provincial de Lugo, p. 1171-1208

GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier

(2007), ed. – *Los pueblos de la Galicia céltica*. Madrid: Akal

(2011) – From cultural contact to conquest: Rome and the creation of a tribal zone in the north-western Iberian Peninsula. *Greece & Rome*. Second Series, vol. 58, no. 2 (Oct. 2011). Cambridge, p. 184-194

GONZÁLEZ-GARCÍA, Francisco Javier; **PARCERO-OUBIÑA**, César

(2007) – Bases para el estudio de la etnogénesis galaica. In SAINERO SÁNCHEZ, Ramon (coord.) – *Pasado y presente de los estudios celtas*. Ortigueira [A Coruña]: Fundación Ortegalia, p. 535-562

GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ, M.ª Cruz

(2017) – Grupos de población en la descripción de Plinio. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 127-152

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo

(2003) – Restoring ontological security: Roman and native objects in Early Roman Gallaecia (NW Iberia). In CARR, Gillian; SWIFT, Ellen; WEEKES, Jake – *TRAC 2002: Proceedings of the Twelfth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference.* Oxford: Oxbow Books, p. 29-47

(2004) – Facing two Seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the North-West of Iberia in the First Millennium BC. *Oxford Journal of Archaeology*, 23 (3). Oxford, p. 287-317

(2006) – Past the Last Outpost. Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5^{th}–1^{st} centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*, 19:1. Sheffield, p. 121-150

(2007a) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.). 2 tomos. *Brigantium*. Vols. 18, 19 (2006-2007). A Coruña

(2007b) – La vida social de los objetos castreños. In GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier, ed. – *Los pueblos de la Galicia céltica*. Madrid: Akal, p. 259-322

(2012) – The Politics of Identity: Ethnicity and the Economy of Power in Iron Age Northwest Iberia. In CIFANI, Gabriele; STODDART, Simon (eds.) – *Landscape, Ethnicity and Identity in the Archaic Mediterranean Area*. Oxford: Oxbow Books, p. 245-266

(2014) – *An archaeology of resistance: Materiality and time in an African borderland*. Lanham: Rowman & Littlefield

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; **ÁLVAREZ GONZÁLEZ**, Iolanda; **LÓPEZ GONZÁLEZ**, Luís; **LÓPEZ MARCOS**, Miguel A.; **KULTURA**

(2014) – *Guía de visita. Parque arqueológico de la Cultura Castreña. Lansbrica. San Cibrao de Las*. Xunta de Galicia: s.l.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; **RODRÍGUEZ MARTÍNEZ**, Rafael; **AYÁN VILA**, Xurxo

(2010) – Buscando a los Púnicos en el Noroeste. *Mainake*, 32 (1). Malaga. p. 577-600

GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia

(2012) – El balneário romano de Lugo: una nueva interpretación arquitectónica y funcional. *Saguntum*, 44. Valencia, p. 167-182

GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia; **MATILLA SÉIQUER**, Gonzalo

(2017) – Inventario y revisión de los principales enclaves de aguas mineromedicinales en Hispania. Un estado de la cuestión. In MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia (eds.) – *Termalismo Antiguo en Hispania. Un análisis del tejido balneário en época romana y tardorromana en la península ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 78. Madrid, p. 495-602

GORGES, Jean-Gérard

(1979) – *Les Villas hispano-romaines. Inventaire et problématique archéologiques*. Paris: Centre Pierre Paris ; Diffusion E. De Boccard

GOSDEN, Chris

(2004) – *Archaeology and Colonialism. Cultural contact from 5000 BC to the present*. Cambridge: Cambridge University Press

GRANJA, Helena M.

(1993) – Os conhecimentos actuais sobre o Holocénico do Noroeste de Portugal. In CARVALHO, Gaspar S.; FERREIRA, António B.; SENNA-MARTINEZ, João-Carlos (coord.) – *O Quaternário em Portugal: balanço e perspectivas*. Lisboa: APEQ; Colibri, p. 43-49

(2013) – Reconstituição paleoambiental do holocénico final. In MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO CERDAN, Angel, eds. – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR/Univ. Porto, p. 221-235

GRANT, Michael

(1986) – *A Guide to the Ancient World. A Dictionary of Classical Place Names*. S. l. [New York]: The H.W. Wilson Company

GRAU LOBO, Luís A; **HOYAS DÍEZ**, José Luis, coord.

(2001) – *El bronce de Bembibre : un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C. : Museo de León*. S.l.: Junta de Castilla y Léon

GRAVE, João

(1911) – *O Passado: história Leve e phantasia*. Porto: Liv. Chardron

GRIMAL, Pierre

(2003) – *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70

GROS, Pierre

(1994) – Comprendre la ville romaine? Perspectives et problemes d'une approche structurelle. In *La Ciutat en el món romà. Actes XIV Congrés Internacional d'Arqueologia Clàssica*. Vol 1. Tarragona: CIAC; CSIC, p. 45-55

GRUEN, Erich S.

(1995) – *The last generation of the Roman Republic*. Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press

GUERRA, Amílcar

(1993) – A romanização: Sertório. In MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Vol. II – O mundo luso-romano*. Amadora: Ediclube, p. 186-187

(1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri

(1996) – Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica. In: VILLAR, Francisco; ENCARNAÇÃO, José (coord.) – *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad p. 147-161

(1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Pen*In*sular*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História Clássica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols.

(2001) – Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Era Arqueologia*, 3 (Julho 2001). Lisboa, p. 150-164

(2004) – *Caepiana*: uma reavaliação críticado problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (2). Lisboa, p. 217-235

(2005) – Povos, cultura e língua no Ocidente Peninsular: uma perspectiva, a partir da Toponomástica. *Acta Palaeohispanica IX* (Palaeohispanica, 5). Zaragoza, p. 793-822

(2007) – Reflexões em torno de alguns elementos da toponomástica do extremo Ocidente peninsular. In: KREMER, Dieter (ed.) – *Onomástica galega. Con especial consideración da situación prerromana*. (Verba, Anexo 58). Santiago de Compostela, p. 113-134

(2010) – Os soldados na Lusitânia Romana, na guerra e na paz. Uma perspectiva histórico-epigráfica. In SANTOS, António R.; VARANDAS, José (coord.) – *A Guerra na Antiguidade, III*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 297-318

(2016) – Notas sobre as perdurações onomásticas pré-romanas no ocidente peninsular. In ENCARNAÇÃO; José d'; LOPES, M. Conceição; CARVALHO Pedro C. (coord.) – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra; Mangualde: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 49-69

GUERRA, Amílcar; **FABIÃO**, Carlos

(1992) – Viriato: genealogia de um mito. *Penélope: Fazer e desfazer a História*, 8. Lisboa, p. 9-23

GUERRA, Amílcar [***et al***.]; **SCHATTNER**, Thomas G.; **FABIÃO**, Carlos; **ALMEIDA**, Rui

(2003) – Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6 (2). Lisboa, p. 415-479

GUIMARÃES, João G. Oliveira

(1901) – Catálogo do Museu Arqueológico. *Revista de Guimarães*, 18: 1-2. (Jan.-Jun. 1901). Guimarães, p. 38-72

GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves

(1989) - Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 28. Vila Nova de Gaia, p. 17-25

(1993a) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. Gaia: Câmara Municipal; Solar Condes de Resende

(1993b) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*. *Lvcerna*, 2.ª série, n.º 3 (Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia, 1987). Porto, p. 217-235

(1995a) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto: Universidade Portucalense

(1995b) – Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia. In *Actas da IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica (Lisboa, 1992).* Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, 429-41

(2000a) – Um século de Arqueologia em Vila Nova de Gaia. *Al-Madan*, 2.ª série, 9, Almada, p. 155-168

(2002) – Vestígios arqueológicos paleocristãos de Portucale Castrum Antiquum (Gaia). In *Actas do 1º Congresso da Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória.* Vol. I. Porto/Arouca: Centro Est. D. Domingos de Pinho Brandão; Univ. Católica; Fac. Letras Univ. do Porto, p. 543-556

(2010) – Os Romanos em Gaia. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 70. Vila Nova de Gaia, p. 5-20

(2017a) – 131. Plato de TSAD de Vila Nova de Gaia / 170. Pendiente de Vila Nova de Gaia / 171. Copa de Vila Nova de Gaia. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial, p. 187-188, 255

(2017b) – O centro histórico de Gaia, a barra do Douro e o mundo. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015.* Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM/Afrontamento, p. 61-99

(2018) – O edifício de tradição romana sob a Igreja do Bom Jesus de Gaia (Vila Nova de Gaia – Portugal) destruído nos últimos dias do reino dos Suevos. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios.* Ourense: Deputación Provincial, p. 409-411

(2019) – O edifício de tradição romana sob a Igreja do Bom Jesus de Gaia destruído nos últimos dias do reino dos Suevos. *Revista de Portugal*, 16. Vila Nova de Gaia, p. 16-24

GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves; **AFONSO**, José A.; **PRATA**, Raúl S.

(1983) – *O foral de Gaia de 1255: um texto e a sua época*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de V. N. Gaia; Câmara Municipal

GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves, **GUIMARÃES**, Susana Gonçalves

(2001) – O Castelo de Crestuma: uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-madan*, 2ª série, 10. Almada, p. 43-47

GUIMARÃES, Joaquim A. Gonçalves; **PINTO**, Carla T.

(2000) – Cerâmica arqueológica de Gaia. Análise de elementos de uma sequência de longa duração. In JORGE, Vítor O. (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. I. Porto: ADECAP, p. 491-510

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; **SILVA**, António Manuel S. P.; **SOUSA**, Laura C. P.; **PINT**O, Filipe M. S.

(2013) – O Complexo Arqueológico de Crestuma – Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. In PINTO, Filipe M. S. (coord.) – *Terra de Santa Maria: espaços de cultura em debate no 10º aniversário da revista Villa da Feira*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, p. 45-67

GUSSO, Massimo

(2001) – Politica, istituzioni e interregnum nel 77 a.C. *Rivista di Cultura Classica e Medioevale*. 43:1 (gennaio-giugno 2001). Pisa, p. 47-74

GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa; **REDENTOR**, Armando; **FARJAS ABADÍA**, Mercedes; **GONZÁLEZ HERRERO**, Marta; **ENCARNAÇÃO**, José d'

(no prelo) – Ingeniería y epigrafía caminan de la mano: aplicaciones de análisis digital en epígrafes latinos de difícil lectura (FE 510, IRCP 339 y CPILC 221). In VELÁZQUEZ, Isabel; MARTÍNEZ, Javier (coord.) – *Falsificación Documental y Literaria en el Mundo Antiguo*. Madrid

HALL, John F.

(1996) – From Tarquins to Caesars: Etruscan Governance at Rome. In HALL, John F. (ed.) – *Etruscan Italy: Etruscan Influences on the Civilizations of Italy from Antiquity to the Modern Era.* Provo, Utah: Museum of Art; Brigham Young University, p. 149-190

HALL, Jonathan M.

(1997) – *Ethnic identity in Greek antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press

HALL, Stuart

(2014) – *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina editora (ed. orig. 1992).

HARRISON, Stephen J.

(2013) – Servius. In BAGNALL, Roger S.; BRODERSEN, Kai; CHAMPION, Craige B.; ERSKINE, Andrew; HUEBNER, Sabine R. (eds.) – *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., p. 6172–6173. DOI: 10.1002/9781444338386.wbeah10089

USC Biblioteca

MACFARLANE, Alan; **HARRISON**, Sarah; **JARDINE**, Charles

(1977) – *Reconstructing Historical Communities*. Cambridge: Cambridge University Press

HEMMERDINGER, Bertrand

(1993) – Le fragment de Salluste sur Perperna. *Bollettino dei Classici*. Serie 3 – Fasc. XIV. Roma, p. 66

HERAS MORA, Francisco J.

(2014) – El campamento de Cáceres el Viejo y las Guerras Civiles en Hispania. In SALA SELLÉS, Feliciana; MORATALLA JÁVEGA, Jesús (eds.) – *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Alicante: Diputación de Alicante; Universidad de Alicante, p. 155-167

HERCULANO, Alexandre

(1846) – *História de Portugal*. Tomo 1. Lisboa: Viúva Bertrand e filhos

HERNANDÉZ GUERRA Libório

(2013) – *Los libertos de la Hispania Romana: situación jurídica, promoción social y modos de vida*. Salamanca: Edicións Universidad

HERNANDO, Almudena

(2002) – *Arqueología de la Identidad*. Madrid: Akal

HERSH, Charles; **WALKER**, Alan

(1984) – The Mesagne Hoard. *American Numismatic Society*. *Museum Notes,* vol. 29. New York, p. 103-134

HILL, Jonathan David

(1996) – *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492–1992*. Iowa City: University Iowa Press

HINGLEY, Richard

(1996) – The «Legacy» of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization. In WEBSTER, Jane; COOPER, Nick (eds.) – *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*. (Leicester Archaeological Monographs, 3). Leicester: University of Leicester, p. 35-48

(2005) – *Globalizing Roman Culture. Unity, diversity and empire*. London; New York: Routledge

(2010) – *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha* (org. de Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo Funari e Renato Pinto). São Paulo: Annablume

HIPÓLITO, Mário de Castro

(1960-1961) – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. 2-3. Coimbra, p. 1-166

(1983) – As moedas gregas da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia). *Arqueologia*, 8. Porto, p. 75-82 (= *Nummus*, 2ª s., 4-6, Porto, 1981-1983, p. 81-90)

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

HODDER, Ian

(1982) – *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press

(1989), ed. – *The meanings of things. Material culture and symbolic expression.* London; New York: Routledge

(1992) – *Theory and Practice in Archaeology*. London; New York: Routledge

HOURCADE, David

(2003) – Les murailles des villes romaines de l'Hispanie republicaine et augustéene: enceintes ou fortifications du territoire urbain? In MORILLO, Angél; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.) – *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espácios urbanos y rurales, municipales y provinciales).* León: Universidad de León, p. 295-324

(2004) – Géographie des villes fortifiées en Lusitanie Romaine: tentative de définition de réseaux et de hiérarchies urbaines. In GORGES, Jean-Gérard; CERRILLO, Enrique ; NOGALES BASARRATE, Trinidad (eds.) – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las Comunicaciones*. S.l.: Ministerio de Educación Cultura y Deporte, p. 223-253

HU, Di

(2013) – Approaches to the Archaeology of Ethnogenesis: Past and Emergent Perspectives. *Journal of Archaeological Research,* 21. Chicago, p. 371-402

HÜBNER, Emílio

(1871) – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências

IGLESIA-VILANOVA, Denís

(2016) – Os *Fora* do Noroeste Peninsular: unha ferramenta para organizar e administrar o mundo rural. In CORDEIRO MACENLLE, Rebeca; VAZQUEZ MARTINEZ, Alia (eds.) – *Estudos de Arqueoloxía, Prehistoria e Historia Antiga (Actas do I Encontro Internacional de Novos Investigadores en Arqueoloxía e Ciencias da Antigüidade)*. Santiago de Compostela: Andavira Editora, p. 459-476

IMPERIAL, Flávio L. Ferreira

(2010) – Achado arqueológico de Maiorca pertença do Museu do Campo da Carapinheira. *Monte Mayor – a Terra e a Gente*, 9. Montemor-o-Velho, p. 95-105

(2017) – *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da conquista romana do ocidente peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ISMAELLI, Tommaso

(2011) – Una nuova proposta di interpretazione per il Sebasteion di Aphrodisias: attività commerciali e bancarie nel santuario del culto imperiale *Mediterraneo Antico*, 14 (1-2). Roma, 149-202

JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, Agustín

(1993) – Precisiones sobre el vocabulario latino de la ciudad: el término *Oppidum* en Hispania. *Hispania Antiqua*, 17. Valladolid, p. 215-226

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

JONES, R.

(1991) – Cultural change in Roman Britain. In JONES, R. F. J. (ed.) – *Roman Britain: Recent Trends.* Sheffield: J. R. Collis Publications; University of Sheffield, p. 115-120

JONES, Siân

(1997) – *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present.* London; New York: Routledge

JORGE, Vítor Oliveira

(1995), coord. – Dossier Côa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4). Porto, p. 313-896

(2002), *et al*., coord. – *Identidade, identidades. Mesa-redonda realizada no Porto (...) em 31 de Março de 2001*. Porto: ADECAP

JORINK, Eric; **VAN MIERT**, Dirk, eds.

(2012) – *Isaac Vossius (1618-1689): Between Science and Scholarship*. Leiden; Boston: Brill

JURADO, Melina; **SAPERE**, Analía; **BOHDZIEWICZ**, Soledad; **CORREA**, Soledad; **STEINBERG**, M.ª Eugenia

(2011) – Reflexiones metodológicas para una edición crítica en hipertexto de los fragmentos de las *Historiae* de Salustio. In STEINBERG, M.ª Eugenia (ed.) – *Miscellanea Philologica: lecturas de textos latinos clásicos en florilegios, ediciones, comentarios y traducciones de los siglos XII a XXI*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires, p. 177-196

KAJANTO, Liro

(1982): *The Latin Cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore [reed. ed. orig. 1965]

KAPITAN, Gerhard

(1984) – Ancient anchors - technology and classification. *International Journal of Nautical Archaeology*. 13:1 (Feb. 1984), p. 33-44

KASTER, Robert A.

(1978) – *Servius* and *Idonei Auctores*. *The American Journal of Philology,* 99: 2. Baltimore, p. 181-209. doi:10.2307/293646

(2014) – Servius. In THOMAS, Richard F.; ZIOLKOWSKI, Jan M. (eds.) – *The Virgil Encyclopedia*. Vol. 3. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd. https://doi.org/10.1002/9781118351352.wbve1907

KENNEDY, Rebecca F.; **ROY**, C. Sydnor; **GOLDMAN**, Max L.

(2013) – *Race and Ethnicity in the Classical World. An Anthology of Primary Sources in Translation*. Selected and translated by… Indianopolis; Cambridge: Hackett Publishing Company

KEYSER, Paul T.

(2011) – Greek Geography of the Western Barbarians. In BONFANTE, Larissa (ed.) – *The Barbarians of Ancient Europe: Realities and Interactions*. Cambridge; New York: *Cambridge University Press,* p. 37-70

KONRAD, Christoph F.

(1995) – A new chronology of the Sertorian War. *Athenaeum: studi periodici di letteratura e storia dell'antichita*. 83 (1). Pavia, p. 157-187

(2014) – *Plutarch's Sertorius: a historical commentary*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press

KOSSINNA, Gustaf

(1911) – *Die Herkunft der Germanen. Zur Methode der Siedlungsarchäologie*. Mannus-bibliothek 6, Würzburg

KRAMER, Carol

(1977) – Pots and peoples. In LEVINE, Louis D.; YOUNG, T. Cuyler (eds.) – *Mountains and Lowlands: Essays in the Archaeology of Greater Mesopotamia.* Malibu [USA]: Undena Publications

KRISTIANSEN, Kristian

(2001) – *Europa antes de la Historia. Los fundamentos prehistóricos de la Europa de la Edad del Bronce y la Primera Edad del Hierro*. Barcelona: Península

KULIKOWSKI, Michael

(2007) – *Rome's Gothic Wars: From the Third Century to Alaric*. Cambridge: Cambridge University Press

KUZNETSOVA-RESENDE, Tatiana

(2003) – Sobre a economia rural hispano-romana (sécs. I-IV). In SANTOS, A. Ramos; RODRIGUES, Nuno; KUZNETSOVA-RESENDE, Tatiana; GUERRA, Amílcar – *Mundo Antigo, Economia Rural*. Lisboa: Colibri, p. 83-122

LA PENNA, Antonio

(2013) – *La letteratura latina del primo periodo augusteo (42-15 a.C.)*. Bari: Editori Laterza

LANDIS, Sarah Amile

(2009) – *A New Manuscript of Tiberius Claudius Donatus at UNC-Chapel Hill*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de North Carolina (Chapel Hill)

LANHAS, Fernando; **BRANDÃO**, Domingos de Pinho

(1965) – Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico [Parcela 124-6, no Concelho de Penafiel]. *Revista de Etnografia*, 4:2. Porto, p. 275-321

(1967) – Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico [Parcela 135-2, nos Concelhos de Penafiel e Marco de Canaveses]. *Revista de Etnografia*, 8:1. Porto, p. 5-73

(1969) – *Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico* [Parcela 109-4, nos Concelhos de Matosinhos e de Vila do Conde]. Sep. «Revista de Etnografia», 12-2. Porto: Museu de Etnografia e História, s.d. [1969]

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

LARRAZÁBAL GALARZA, Javier

(2017) – Tierra, madera y piedra. Arquitecturas, mobiliário y diacronias de la II Edad del Hierro en Trás-os-Montes oriental: Quinta de Crestelos (Mogadouro). *Estudos do Quaternário*, 16. Braga, p. 31-40. Em linha: www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq

LAURENCE, Ray

(1998) – Territory, ethnonyms and geography. The construction of identity in Roman Italy. In LAURENCE, Ray; BERRY, Joanne, eds. – *Cultural Identity in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, p. 95-110

LAUTENSACH, Hermann

(1987a [1932]) – O mar da plataforma continental e o litoral português. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 39-71

(1987b [1932]) – As características fundamentais da geomorfologia. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 121-166

LE ROUX, Patrick

(1975) – Aux origines de Braga (*Bracara Augusta*). *Bracara Augusta*, 29 (67-68). Braga, p. 155-159

(1982) – *L'Armée Romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: Diffusion de Bocard

(1986) – Municipe et droit latin en Hispania sous l'Empire. *Revue Historique de Droit Français et Étranger.* 4e série, 64 (3). Paris, p. 325-350

(1994) – Cultes indigènes et religion romaine en Hispanie sous Empire. In BOHEC, Yves. (ed.) – *L'Afrique, la Gaule, la Religion à l'époque romaine.* Bruxelles: Latomus, p. 560-567

(1994b) – *Bracara Augusta*, Ville latine. In JORGE, Vítor O. (coord.) – 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas. Vol. IV («Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 34: 3-4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 229-242

(1994c) – *Vicus* et *Castellum* en Lusitanie sous l'Empire. In GORGES, Jean-Gérard ; SALINAS DE FRÍAS, Manuel (eds.) – *Les campagnes de Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats. Table ronde internationale*… Madrid; Salamanque: Casa de Velázquez, p. 151-160

(1996) – Las ciudades de la Callaecia romana en el Alto Império. *Gérion*, 14. Madrid, p. 363-379

(1999) – La ville romaine en Hispanie. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR; EPA, p. 233-250

(2006 [1995]) – *Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (Siglo II a.C.-Siglo III d.C.).* Barcelona: Bellaterra Arqueología

(2003) – Introducción. Les territoires de la Péninsule Ibérique aux deux derniérs siècles avant notrev ère. In MORILLO, Angél; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (eds.) – *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espácios urbanos y rurales, municipales y provinciales).* León: Universidad de León, p. 13-22

(2007) – Géographie péninsulaire et épigraphie romaine. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Málaga (Deputación) – Madrid (Casa de Velazquez), p. 197-219

(2009) – Cultos y religión en el noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio romano: nuevas perspectivas. *Veleia.* 26. Vitoria, p. 265-285

LE ROUX, Patrick; **TRANOY**, Alain

(1973) – Rome et les Indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire. In: *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tomo 9. Madrid, p. 177-231

(1974) – Contribution à l'étude des régions rurales du N.O. hispanique au Haut-Empire: deux inscripcions de Penafiel. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia.* Vol. 1. Porto: Ministério da Educação Nacional, Junta Nacional da Educação, p. 249-258

(1983-1984) – Villes et fonctions urbaines dans le nord-ouest hispanique sous domination romaine. *Portugalia. Nova Série*, 4-5. Porto, p. 199-207

LE TEUFF-OUDOT, Béatrice

(2017) – Les recensements provinciaux en Hispanie au I^e^ siècle de notre ère. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 273-292

LEACH, John

(1978) – *Pompey the Great*. London; Sydney: Croom Helm [reed. 2014: Routledge Revivals]

LEAL, Augusto A. B. de Pinho

(1874) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico*... Vol. 2. Lisboa: Mattos, Moreira & Companhia

(1875) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico*... Vol. 5. Lisboa: Mattos, Moreira & Companhia

(1876) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico*... Vol. 7. Lisboa: Mattos, Moreira & Companhia

LEAL, João

(2000) – *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional.* Lisboa: Dom Quixote

LEITE, Joana; **BEITES**, Alexandre; **COELHO**, Armando

(2012-2013) – Um marco miliário de *Caracalla*, em Vila Nova de Gaia, no contexto do noroeste peninsular. *Oppidum*, ano 7, n.º 6. Lousada, p. 49-60

LEMOS, Francisco Sande

(1988) – Sondagens na Capela da Granjinha, Chaves (1986/1987). *Cadernos de Arqueologia*, Série 2, n.º 5. Braga, p. 163-181

(1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

(1999) – O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*. *Forum*. 25. Braga, p. 81-94

(2002a) – *Bracara Augusta,* a grande plataforma viária do noroeste peninsular. *Forum*, 31. Braga, p. 95-127

(2002b) – Fonte do Ídolo: história e contexto arqueológico do monumento. *Minia*, 3.ª série, 10. Braga, p. 5-23

(2007-2008) – Antes de *Bracara Augusta*. *Forum*. 42-43 (jul. 2007 – jan. 2008). Braga, p. 203-239

(2009a) – A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste peninsular. In PEREIRA, Paulo; NEVES, António A., coord. – *Minho: traços de identidade*. Braga: Universidade do Munho, p. 122-213

(2009b) – A transformação do habitat e da paisagem castreja no contexto da romanização: o exemplo dos grandes castros. In DOPICO CAÍNZOS, Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel; RODRÍGUEZ ALVAREZ, Pilar (eds.) – *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea. Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza*. Lugo: Deputación de Lugo, p. 109-141

(2010) – Comunidades indígenas e o poder imperial romano no contexto da fundação de *Bracara Augusta*. In SASTRE, Inês; BELTRÁN, Alejandro (eds.) – *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el Occidente de Hispania*. S.l.; Junta de Castilla y Léon (= *Forum*, 2007-2009)

(2014) – *Bracara Augusta*. Arqueologia Urbana no fio da navalha. *Mínia*, 12. Braga, p. 5-53

LEMOS, Francisco Sande; **CRUZ**, Gonçalo, **FONTE**, João

(2008) – Estruturas de banhos no território dos *Bracari*: os casos de Briteiros e de Braga. *Férvedes – Revista de investigación*, 5 (1º Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba). Villalba (Lugo), p. 319-328

LEMOS, Francisco Sande; **LEITE**, José M.; **CUNHA**, Armandino

(2007) – A muralha romana (Baixo-Império) de *Bracara Augusta*. In RODRIGUEZ COLMENERO, A.; RODÁ DE LLANZA, I. (eds.) – *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio (*Lvcvs Avgvsti *como paradigma). Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo…* Lugo: Museo e Diputación Provincial, p. 327-41

LEMOS, Francisco Sande; **LEITE**, José M. F.; **FONTES**, Luis F. O.

(2001) – A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga. In FERNANDES, Isabel F. (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 121-32

LEMOS, Francisco Sande; **LEITE**, José M. F.; **BETTENCOURT**, Ana M. S.; **AZEVEDO**, Marta

(2003) – O Balneário pré-romano de Braga. *Al-Madan*, 2.ª série, 12. Almada, p. 43-46

LEMOS, Francisco Sande; **MARTINS**, Carla M. Bráz

(2010) – Povoamento e rede viária no território de influência de *Aquae Flaviae*. In MARTINS, Carla B. (coord.) – *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, p. 79-105

(2011) – *Civitates* e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. In MATA PERELLÓ, José; TORRÓ I ABAT, Lisard; FUENTES PRIETO, María; NEIRA CAMPO, Ana; PUCHE RIART, Octavio (coord.) – *Actas del Quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo (León - 2008): libro en homenaje a Claude Domergue*. Madrid: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero, p. 499-508

LEMOS, Francisco Sande; **MARTINS**, Manuela; **DELGADO**, Manuela

(s.d.) – *Actividade Arqueológica. 1976-1980. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Campo Arqueológico de Braga*. S.l. [Braga]: S.e. [U.A.U.M.]; S.d. [c. 1980-1981]

LEMOS, Francisco Sande; **MARTINS**, Manuela; **FONTES**, Luís; **LEITE**, José M. F.; **CUNHA**, Armandino

(1998) – A redescoberta da muralha romana e suévica-visigótica de Braga. *Forum*, 24 (jul.-dez. 1998). Braga, p. 11-25

(2002) – A Muralha Romana de *Bracara Augusta.* In MORILLO CERDÁN, Ángel (ed.) – *Arqueología militar romana en Hispania* (Anejos de *Gladius*, 5). Madrid: CSIC, p. 609-624

LEMOS, Maximiano (dir.)

[1910] – *Encyclopedia Portugueza Illustrada. Diccionario Universal.* Vol. 8. Porto: Lemos & Cª Succs., s.d. [c. 1910]

LENCART, Joana

(2019) – Estudo da obra. In BARROS, João de (2019 [1548-1549]) – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal

LIMA, Alexandre, coord.

(2013) – *Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas*. Paredes: Município

LIMA, Alexandre; **FÉLIX**, Natália: **DIAS**, A.; **SILVA**, Maria A.

(2011a) – Mineração romana no Concelho de Paredes (Portugal). In MATA PERELLÓ, José; TORRÓ I ABAT, Lisard; FUENTES PRIETO, María; NEIRA CAMPO, Ana; PUCHE RIART, Octavio (coord.) – Actas del Quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo (León - 2008): libro en homenaje a Claude Domergue. Madrid: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero, p. 463-470

LIMA, Alexandre; **MATIAS RODRÍGUEZ**, Roberto; **FÉLIX**, Natália; **SILVA**, Maria Antónia

(2011b) - A Mineração Romana de Ouro no Município de Paredes: O exemplo da Serra de Santa Iria e Serra das Banjas. In BATATA, Carlos (coord.) - Actas do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu (Vila Velha do Ródão - 2010). Abrantes: ed. Carlos Batata, p. 125-142

LIMA, Alexandre; **MATIAS RODRÍGUEZ**, Roberto; **FÉLIX**, Natália; **SILVA**, Maria Antónia

(2011c) – Contribuição para o estudo da mineração romana de ouro na Serra das Banjas. In MARTINS, Carla M. B.; BETTENCOURT, Ana. M. S.; MARTINS, José F. P.; CARVALHO, Jorge (coord) - Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental. Braga: CITEM/APEQ. p. 237-249

LIMA, Alexandre; **MATIAS RODRÍGUEZ**, Roberto; **FONTE**, João; **ARCM**

(2014) – A Exploração de Depósitos Secundários de ouro nas Serras de Santa Justa e Pias (Município de Valongo). In *Atas do 1º Congresso de Mineração Romana em Valongo (7*

e 8 de Novembro de 2014). Valongo: Alto Relevo – Clube de Montanhismo; Câmara Municipal de Valongo, p. 40-47. Edição digital: http://www.altorelevo.org/cmr/pdf/Atas_1oCongressoMineracaoRomanaValongo2014.pdf

LIMA, Alexandre; **MENDONÇA**, A.; **FÉLIX**, Natália

(2008) – As minas de ouro de Castromil (Norte de Portugal). In *Actas del VI Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero. X Sesión Científica de la SEDPGYM: Fabero del Bierzo (Leon-España), (...) 2005* [Madrid]: Sociedad Española para la Defensa de Patrimonio Geológico y Minero, p. 237-250

LIMA, Alexandre; **MOUTINHO**, J.; **MATIAS**, R.; **LEAL**, S.; **GANDRA**, V.; **SILVA**, A.; **BESSA**, R.; **FÉLIX**, N.; **MARTINS**, G.

(2018) – Mineração: uma história milenar. In: *Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto. Estudos prévios. Fevereiro 2018*. Valongo: Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, p. 18-83. Disp. em http://serrasdoporto.pt/wp-content/uploads/2018/02/CAP2-Mineracao-PSeP-Estudos-Previos-Fev-2018.pdf

LIMA, André de

(1982) – S. Félix da Marinha (Monografia). *Espinho. Boletim Cultural*. Vol. 4. Nº 14. Espinho, p. 183-199

LIMA, António M. Carvalho

(2010-2011) – Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana. *Portugalia*, Nova Série, vol. 31-32, Porto, p. 83-114 citar mais?????

(2012) – *Os mosaicos da Igreja de Santa Maria do Freixo e a* ecclesia *de Tongobriga, paróquia da diocese portucalense no século VI*. Porto: EAF; DRCN

[2015], coord. – *Tongobriga, há 1900 anos…* [Porto]: Direção Regional de Cultura do Norte, s.d. [2015]. Desdobrável

(2016), coord. – *Mudar de vida. Tongobriga: exposição permanente. [Porto]: [*Direção Regional de Cultura do Norte]

(2017a), coord. – *Freixo Antigo e Moderno – A Feira da Quaresma. I. Séculos XV a XIX.* Porto: s.e. *[*Direção Regional de Cultura do Norte; C. M. Marco de Canaveses]

(2017b), coord. – *Freixo Antigo e Moderno – A Feira da Quaresma. II. Documentos para a sua história.* Porto: s.e. *[*Direção Regional de Cultura do Norte; C. M. Marco de Canaveses]

(2017c), coord. – Tongobriga Romana: novos dados, novas perspectivas. In: MARTÍNEZ CABALLERO; Santiago; SANTOS YANGUAS, Juan; MUNICIO GONZÁLEZ Luciano (eds.) – *El urbanismo de las Ciudades Romanas del Valle del Duero. Actas de la I Reunión de Ciudades Romanas del Valle del Duero.* (Anej. Segovia Histórica, 2). Segovia: Junta de Castilla y León; Diput. de Segovia; Ayunt. de Segovia; Asoc. de Amigos del Museo de Segovia, p. 341-363

(2020a) – As Termas Públicas de *Tongobriga* (Marco de Canaveses, Portugal). In NOGUERA CELDRÁN, José Miguel; GARCÍA-ENTERO, Virginia; PAVÍA PAGE, Marta (ed.) – *Termas Públicas de Hispania.* (SPAL, Monografias de Arqueología, 33). Sevilla: Ed. Universidad de Murcia; Ed. Universidad de Sevilla, p. 531-544

(2020b) – Os mistérios luminosos de Tongobriga. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de*

investigação («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 29-49. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

LIMA, António M. Carvalho; **ARAÚJO**, Jorge

(2019) – Interpretar *Tongobriga* a partir do seu «Centro». In *Centros Interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos*. [Património a Norte, 3]. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte, p. 113-133

(2020) – Roteiro. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 313-325. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

LIMA, António M. Carvalho; **LÓPEZ-DÓRIGA**, Inés; **REBUGE**, João; **PEREIRA**, José António

(2020) – A muralha de Tongobriga: descoberta, investigação, conservação e restauro. In: SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 123-177. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

LIMA, António M. Carvalho; **MENCHON I BES**, Joan, dir.

(2018) – *Tongobriga, o Espírito do Lugar. Guia Arqueológico Visual*. S.l.: Direção Regional de Cultura do Norte; Câmara Municipal de Marco de Canaveses

LIMA, Augusto C. Pires de

(1940) – A Correspondência Martins Sarmento - Padre Joaquim Pedrosa. *Revista de Guimarães*, 50 (3-4) jul.-dez. 1940. Guimarães, p. 181-214

LIRA, Sérgio

(1984-1985) – Um tesouro monetário romano do Monte Mòzinho. *Nvmmvs*, 2ª Série, 7-8. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, p. 59-82

LLOBREGAT CONESA, Enrique A.

(1983) – Relectura del Ravennate: dos calzadas, una mansión inexistente y otros datos de la geografía antigua del País Valenciano. *Lucentum*. 2. Alicante, p. 225-242

LOBATO, Maria José F.

(1995) – A Necrópole Romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). *Portugalia.* Nova Série. 16. Porto, p. 31-72 [Editada separata especial: Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 1996]

LOMAS, Francisco Javier

(1996) – Civilización y Barbarie. A vueltas con la romanización. In BLÁZQUEZ, José María; ALVAR, Jaime, eds. – *La Romanización en Occidente*. Madrid : Editorial Actas, p. 45-55

LOMAS, Kathryn

(1998) – Roman imperialism and the city in Italy. In LAURENCE, Ray; BERRY, Joanne, eds. – *Cultural Identity in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, p. 64-78

LOPES, António B.; **SILVA**, Armando Coelho F.; **MOTA**, Magna A.; **CENTENO**, Rui M. S.

(1994) - A ponte medieval de São Lázaro (Alfena, Valongo): Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro. *Portugalia*, Nova Série, 15. Porto, p. 161-166

LOPES, Lara Saraiva

(2018) – As Cheias do Douro no Século XVIII: Impactos na Economia e na Sociedade. In VV.AA. – *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2017*. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 316-341

LOPES, Luis Seabra

(1994) – De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca. *Estudos Aveirenses*. 3. Aveiro, 79-110

(1995) – Talábriga: situação e limites aproximados. *Portugalia*. Porto. Nova série. 16, 331-343

(1995-1997) – Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolemeu. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 13-15, p. 313-346

(2000a) – A Estrada Emínio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de Entre Douro e Mondego. *Conimbriga*. 39. Coimbra, 191-258

(2000b) – Tentativa de sistematização da historiografia de Talábriga. *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, 28-38

LOPES, Maria da Conceição

(2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da «ciuitas» de Pax Iulia*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Anexos Conímbriga, 3]

(2008) – *Expressões artísticas anteriores à formação de Portugal*. (RODRIGUES, Dalila, coord. – *Arte Portuguesa da Pré-história ao século XX*, vol. 1). Lisboa: Fubu Editores

LOPES, Maria C.; **CARVALHO**, Pedro C.; **GOMES**, Sofia M.

(1998) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal

LOPES, Rui

(2009) – *Terra sigillata* da necrópole romana do Largo das Freiras, Chaves. In *Revista Aquae Flaviae*, 41 (dez. 2009) [Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Montalegre, out. 2008]. Chaves, p. 385-416

(2016) – As *insulae* do Arquivo. *À volta do Património*, 4. Chaves: Confraria de Chaves, p. 65-67

(2017) – Escavação Arqueológica da Capela da Granjinha. *Revista Aquae Flaviae*, 54 (set. 2017). Chaves, p. 41-65

LÓPEZ ALSINA, Fernando

(2013) – El Parrochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias del siglo XII. In HERBERS, Klaus; LÓPEZ ALSINA, Fernando; ENGEL, Frank (eds.) – *Das begrenzte Papsttum Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten – delegierte Richter – Grenzen*. Berlin: Walter de Gruyter, p. 105-132

LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, Pedro

(1999) – El censo provincial, los *populi* y los *castella* de *Gallaecia*. *Gallaecia*, 18. Santiago de Compostela, p. 347-362

(2000) – La Provincia Transduriana. In SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco J.; MANGAS, Julio (coord.) – *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispánia.* Ponferrada: Fundación Las Medulas, p. 31-45

(2010) – *Provincia* y *Restituo* en el Bronce de El Bierzo. *Archivo Español de Arqueología*, 83. Madrid, p. 175-181

(2017) – La reorganización de la Hispania Citerior bajo Augusto. *Gérion. Revista de Historia Antigua,* 35, N.º Esp. Madrid, p. 237-246

LÓPEZ-CUEVILLAS, Florentino

1989 [1953]) – *La Civilización céltica de Galicia*. Madrid: Istmo (ed. orig. 1953)

LÓPEZ-DÓRIGA, Inés

(2020) – Estudios arqueobotánicos en Tongobriga: muestreo y resultados preliminares. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 83-97. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, José A.

(2014) – *La guerra hispana de Sertorio, 82-72 a.C*. Madrid: Almena Ediciones

LÓPEZ PAZ, Paz; **PEREIRA-MENAUT**, Gerardo

(1995-1996) – La Tierra y los Hombres: paisaje político y paisaje histórico. *Studia Histórica – Historia Antigua* 13-14. Salamanca, p. 39-60

LÓPEZ PAZ, Paz; **GALSTERER**, Hartmut, dir.

(s.d.) – *La Ciudad Romana Ideal. 1. El Territorio* [Pereira-Menaut, G., dir. – *La economía política de los Romanos*, I]. Santiago: La Editorial de la Historia

LÓPEZ QUIROGA, Jorge

(2004) – *El final de la Antigüedad en la* Gallaecia*: La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X).* S.l.: Fundación Pedro Barrié de la Maza

(2010) – *Arqueología del mundo funerário en la Península Ibérica (siglos V al X)*. Madrid: La Ergástula

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; **RODRÍGUEZ LOVELLE**, Mónica

(1998) – Consideraciones en torno al modelo de *ciudad* entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media en el noroeste de la Península Ibérica (s. V-XI). In RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico.*

Actas del Congreso I*nternacional (Lugo, 1996).* Lugo: Diputación Provincial, p. 1319-1346

LÓPEZ TEIXEIRA, Xosé A.

(2010) – *A formación do Reino de Galiza (711-910).* A Coruña: Toxosoutos

LORRIO, Alberto J.; **OLIVARES PEDREÑO**, Juan Carlos

(2004) – Imagen y simbolismo del toro en la Hispania Céltica. *Revista de Estudios Taurinos*, 18. Sevilla, p. 81-141

LOSA, António

(1995-1996) – A extracção do sal a norte do Douro (Estudos Medievais). *Bracara Augusta*, 46 (98-99). Braga, p. 275-368

LOWE, Benedict J.

(2017) – Strabo and Iberia. In DUECK, Daniela (ed.) – *The Routledge Companion to Strabo*. London: Routledge, p. 69-78

LUZÓN NOGUÉ, J. M.

(1975) – Antigüedades romanas en la província de Huelva. In ALMAGRO BASCH, M. *et al*. (eds.) – *Huelva: prehistoria y antigüedad*. Madrid: Editora Nacional, 271-320

MACEDO, José A. Coelho

(2017) – *Contributo para o estudo dos materiais arqueológicos da necrópole do Monte Sameiro (Valadares, Vila Nova de Gaia).* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

MACFARLANE, Alan; **HARRISON**, Sarah; **JARDINE**, Charles

(1977) – *Reconstructing Historical Communities*. Cambridge: Cambridge University Press

MACHADO, António C. Sousa

(1955) – Novas versões sobre o problema de Cale e Portucale. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 18 (3-4), p. 344-79

(1956) – *As origens da cidade do Porto. O problema de Portucale*. Porto: Tavares MartIns

(1957) – Ainda a formação da palavra Portucale. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 20 (3-4), p. 267-83

(1962) – A arqueologia e as origens do Porto. *Studium Generale*, 9 (1). Porto, p. 213-216

(1965) – Existiu Cale?. *Lucerna*. 4. Porto, p. 83-8

(1966) – Reflexões sobre Cale e Gaia. *Lucerna*. 5. Porto, p. 105-13

(1968a) – Onde teria nascido Portucale (Porto). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* 31 (1-2). Porto, p. 52-74

(1968b) – *O Porto mediévico. Problemas de Portucale*. Porto: Livraria Tavares MartIns

(1973) – As colunas da IIª Catedral de Santiago de Compostela. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.* 34 (1-2). Porto, p. 154-67

(s.d.) – *As origens da cidade do Porto. O problema de Portucale*. 2ª ed. com actualizações. Porto: Ed. Autor, s.d. [1ª ed. 1956]

MACHADO, Diego; **MARTINS**, Manuela; **MAGALHÃES**, Fernanda; **BOTICA**, Natália

(2020) – Dinâmicas económicas em *Bracara* na Antiguidade Tardia. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1467-1478. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa108

MACHADO, Francisco S. Lacerda

(1920) – *Uma cidade morta no Monte Mozinho ou Castro de Santo Estêvão de Oldrões. Estudo de arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade

MACHADO, Júlio Montalvão

(1989) – Noticias geographicas e históricas da Provincia de Tras dos Montes. *Revista Aquae Flaviae*, 2 (dez. 1989). Chaves, p. 9-76

MACHADO, Patrícia; **CARPETUDO**, Carlos

(2019) – Maratona de arqueologia virtual no Castro de Monte Mozinho (Penafiel, Portugal). *Pátina*, 21 (nov. 2019). Madrid, p. 121-143

MACIEL, Manuel Justino

(2007) – Imagens de Arquitecturas: *Quadrata*, *Lacus* e *Laciculi* nos santuários rupestres do período romano em Portugal. *Revista do Instituto de História de Arte* (Universidade Nova de Lisboa), 3. Lisboa, p. 24-39

MAGALHÃES, Albano; **SILVA**, Fátima; **ARMADA**, Fina d'; **LOPES**, Licínia; **CORREIA**, Natália; **CASTRO**, Olga

(1999) – *Rio Tinto. Apontamentos monográficos*. Vol. I. Rio Tinto: Junta de Freguesia de Rio Tinto

MAGALHÃES, Arlindo de

(1992) – *A caminho de Santiago (da Serra do Pilar a S. Pedro de Rates)*. São Pedro de Rates [Póvoa de Varzim]: Associação de Amizade de S. Pedro de Rates

MAGALHÃES, Fernanda

(2010) – *Arquitectura doméstica em* Bracara Augusta. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Braga

(2013a) – Arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*. *Interconexões - Revista de Ciências Sociais.* Vol. 1, n.º 1. Lisboa, p. 13-30. Em linha: https://revistas.ucp.pt/index.php/interconexoes/article/download/8549/8434

(2013b) – As áreas residenciais de circulação e de representação das *domus* de *Bracara Augusta. Estudios Humanísticos. Historia.* Nº 12, Léon, p. 39-63

(2014) – The domestic architecture of *Bracara Augusta* and its evolution. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 1117-1120

(2015) – Espaço doméstico e sociabilidades: as *domus* de *Bracara Augusta.* In SILVA, Gilvan; LEITE, Leni; SILVA, Érica; NETO, Belchior (org.) – *Cotidiano e sensibilidades no Império Romano*. Vitória, ES (Brasil): GM Editora, p. 67-81

(2016) – Os espaços e as construções em *Bracara Augusta*. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra,* 24. Pamplona, não paginado. DOI: 10.15581/012.24.0010

MAGALHÃES, Fernanda; **MARTINS**, Manuela

(2017) – Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico no Noroeste Peninsular. In *2º Congresso Histórico Internacional «As Cidades na História: Sociedade». Vol. 1 – Cidade Antiga.* Guimarães: Câmara Municipal, p. 195-218

MAGALHÃES, Fernanda; **RIBEIRO**, Jorge M. P.; **MARTINS**, Manuela

(2015) – Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na *domus* das Carvalheiras. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n.º 6, Vitória, ES (Brasil), p. 88-106

MAGARINHOS IGLESIAS, Luis

(2017) – Os *callaeci* na antiguidade: identificações, símbolos e alteridades (s. II a.C. – III d.C.). Dissertação de Mestrado em Arqueología e Ciências da Antiguidade apresentada às Universidades de Vigo e Santiago de Compostela

(2020) – Identificações, símbolos e alteridades dos *callaeci* da antiguidade: A caetra do labirindo e as suas representações. In *Actas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições», celebrado em Santa Maria da Feira do 15 a 17 de novembro de 2018.* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 113-126

MAGNANI, Stefano

(2002) – *Il viaggio de Pitea sull'Oceano*. Bologna: Pàtron Editore

MAIA, A. C. Sousa e

(1980) – *De agendis*: as aras de Santa Comba. *O Concelho de Paredes: Boletim Municipal*. 3. Paredes, p. 29-37

MAIA, Manuel

(1986) – Os *Castella* do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen*, 27. Madrid, p. 195-223

MAIA, Manuel da Costa

(1954) - Romeiros da Saudade - Relance sobre a história geral e local. *Boletim dos Amigos do Porto*, vol. 2, n.º 1. Porto, p. 15-21

MAÑANES PÉREZ, Tomás

(1983) – *Asturica Augusta*, la ciudade y su entorno. *Portugalia*, Nova Série, 4. Porto, p. 215-229

(2014) – *Intercatia*: un nombre y tres núcleos diferentes (*castellum*, *mansio* y *ciuitas*). *Oppidum. Cuadernos de Investigación*, 10. Segovia, p. 19-34

MANGAS MANJARRÉS, Júlio

(2008) – Límites exteriores e interiores del território de las *ciuitates* astures. In MANGAS MANJARRÉS, Júlio; NOVILLO LÓPEZ, Miguel Angel – *El território de las ciudades romanas*. Madrid: Sísifo, p. 83-106

USC

MANTAS, Vasco S. Gil

(1987) – As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal. In *A Cidade em Portugal: Onde se vive* ["Povos e Culturas", 2]. Lisboa: CEPCEP/Universidade Católica Portuguesa, p. 13-55

(1990a) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de Lusitanie Roma*In*e. Hiérarchies et territoires. Table ronde* I*nternationale*. Paris: CNRS, p. 149-205

(1990b) – A rede viária do Convento Escalabitano. In *Simpósio sobre la red viária en la Hispânia Romana.* Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 219-239

(1993) – O Mundo luso-romano: a rede viária romana do território português. In MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Vol. II – O mundo luso-romano*. Amadora: Ediclube, p. 213-230

(1995) – *Tecnologia naval romana*. Lisboa: Academia da Marinha

(1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

(1998) – Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética. *Humanitas*, 50, tomo 1. Coimbra, p. 199-239

(1999) – Cidades e história económica na área de influência da estrada *Olisipo-Bracara*. In CENTENO, Rui M. S. et al., coord. (1999) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos de Archivo Español de Arqueología, XX]. Madrid: CSIC, p. 279-98

(2002) – O mundo religioso dos viajantes e comerciantes. In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia:* loquuntur saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 157-164

(2004) – Vias e portos na Lusitânia romana. In GORGES, Jean-Gérard; CERRILLO, Enrique ; NOGALES BASARRATE, Trinidad (eds.) – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las Comunicaciones*. S.l.: Ministerio de Educación Cultura y Deporte, p. 427-453

(2007) – As relações europeias do território português na ápoca romana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15 [Actas do Colóquio A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas]. Oeiras, p. 183-208

(2008-2009) – A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspectivas futuras. *Anas*, 21-22. Mérida, p. 239-255

(2012) – *As Vias Romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano

(2013a) – População e mobilidade nas cidades romanas de Portugal. In *1º Congresso Histórico Internacional «As Cidades na História» – População*. Vol. 2. Guimarães: Câmara Municipal, p. 99-125

(2013b) – Os Romanos e a navegação nos Mares Exteriores. *Memórias da Academia da Marinha*, 43. Lisboa, p. 335-351

(2014) – As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade. *Humanitas*, 66. Coimbra, p. 231-256. DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_66_12

(2015a) – Os Miliários de Adriano da Via *Bracara-Cale*. *Portugalia*. Nova Série, 36. Porto, p. 231-248 Rever no texto

(2015b) – Conflitos civis em Roma: dos Gracos a Sula. In BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de (coord.) – *História de Roma Antiga. Vol. I: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 313-361. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0954-6

(2016a) – *Bracara Augusta* e a rede viária augustana do noroeste peninsular. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 136-151

(2016b) – *Suave, mari magno*. Roma, a navegação e os seus mares. *Biblos*, 3.ª Série, 2. Coimbra, p. 33-78. http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_2

(2017a) – Romanidade, Balneários e Águas Medicinais. Notas para o estudo da relação entre termalismo e rede viária no Portugal romano. In MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia (eds.) – *Termalismo Antiguo en Hispania. Un análisis del tejido balneário en época romana y tardorromana en la península ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 78. Madrid, p. 341-360

(2017b) – Navegação, centros urbanos e espaços portuários na Lusitânia. In NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.) – *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación. Actas IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania*. Merida: Museu Nacional de Arte Romano, p. 179-207

(2018) – Romanos e Bárbaros na região de Torres Vedras. In *Torres Vedras – Nova História Local*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instº. Alexandre Herculano, p. 9-30

MAR, Ricardo; **RUIZ DE ARBULO**, Joaquín; **VIVÓ,** David

(2010) – El foro de la colonia Tarraco entre la Repúblicay el Imperio. In GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo; RUIZ DE ARBULO, Joaquín (coord.) – *Simulacra Romae II: Rome, les capitales de province* (capita provinciarum) *et la création d'un espace commun européen: une approce archéologique [actes du colloque tenu à Reims, les 19- 21 nov. 2008]***.** Remis: Societé archéologique champenoise, p. 39-70

MAR, Ricardo, **RUIZ DE ARBULO**, Joaquín, **VIVÓ**, David, **BELTRAN-CABALLERO**, José A., **GRIS**, Ferran

(2015) – *Tarraco. Arquitectura y urbanismo de una capital provincial romana*. 2 vols. Tarragona: URV/ICAC

MARÇAL, Helena

(2013) – Tipologias de ocupação da Rua D. Hugo (Morro da Sé, Porto). *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*. 6 (2012-2013). Lousada, p. 77-88

(2018-2019) – Diacronia da ocupação do edifício N.P. 47-49/89-90, Rua da Fonte Taurina/Muro dos Bacalhoeiros. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, 11 (2008-2009). Lousada, p. 173-190

MARÇAL, Horácio

(1966) – O Rio da Vila e a Vila. *Lucerna.* 5. Porto, p. 114-119

(1967) – A Cividade do Porto. *O Tripeiro*. 6ª série, 7 (3). Porto, p. 65-67

(1968) – A famigerada Cividade portuense. *O Tripeiro*. 6ª série. 8 (8). Porto, p. 229-231

(1969) – O desaparecido Largo do Corpo da Guarda. *O Tripeiro*. 6ª série. 9 (10). Porto, p. 301-308

MARCOTTE, Didier

(2007) – Ptolémée et la constitution d'une cartographie régionale. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Málaga (Deputación) – Madrid (Casa de Velazquez), p. 161-172

MARIANI, Andrea

(2020) – *Le strutture fortificate medieval nel território della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo).* Tese

de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

MARICATO, Carla

(2001) – Breve notícia sobre a Lucerna de Valongo. *TROGLE. Boletim da Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente*. 3 (maio 2001). Torres Vedras, p. 14

MARQUES, Mário G.; **CABRAL**, J. M. Peixoto; **MARINHO**, J. R.

(1995) – *Ensaios sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática (Anexos *Nvmmvs*, 3)

MARTIN, Jean-Pierre

(1999) – *As províncias romanas da Europa Ocidental e Central de 31 a.C. a 235 d.C.* Mem MartIns: Europa-América

MARTÍNEZ MERA, Josefa

(2001) – Expediciones militares a *Gallaecia* na época republicana. *Gallaecia*, 20. Santiago de Compostela, p. 297-316

MARTINS, Ana Cristina

[2003] – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, s.d. [D.L. 2003]

MARTINS, Carla M. Braz

(2008) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. Monografias, 14). Inclui CD com o Catálogo das Explorações Mineiras.

(2009a) – A mineração romana no conjunto mineiro Chaves/ Boticas/Montalegre. *Revista Aquae Flaviae*, 41 (dez. 2009) [Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Montalegre, out. 2008]. Chaves, p. 303-309

(2009b) – A exploração mineira nas Olgas (Redondelo, Chaves). *Revista Aquae Flaviae*, 41 (dez. 2009) [Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Montalegre, out. 2008]. Chaves, p. 311-318

(2010) – A mineração em época romana. In MARTINS, Carla M. B. (coord.) – *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, p. 107-120

(2011a) – A mineração do ouro no Vale do Douro em época romana. In BATATA, Carlos (coord.) - Actas do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu (Vila Velha do Ródão - 2010). Abrantes: ed. Carlos Batata, p. 143-156

MARTINS, Carla M. Bráz; **ABRANCHES**, Paula Barreira

(2011b) – Memória (i)material da Praça do Infante, Porto. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*. 2. Porto, p. 95-119

MARTINS, Manuela

(1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. «Cadernos de Arqueologia – Monografias», 5. Braga: Universidade do Minho

(1991-1992) – *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*. *Cadernos de Arqueologia*, 8-9, Braga, p. 180-200

(1995) – A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães, p. 73-114

(1996) – Povoamento e *habitat* no Noroeste português durante o 1º milénio a. C. In ALARCÃO, Jorge de; SANTOS, Ana I. P. (coord.) – *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus, p. 118-133

(1997-1998) – A zona arqueológica das Carvalheiras. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15. Braga, p. 23-45

(1999a) – A urbanização do Noroeste peninsular: o caso de *Bracara Augusta*. In: DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR/EPA, p. 53-76

(1999b) – A Galécia Romana. In SOUTO GONZÁLEZ, Xosé M. – *A História no Eixo Atlántico*. S.l.: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, p. 105-130

(2000a) – *Bracara Augusta: Cidade Romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

(2000b) – *Termas romanas do Alto da Cividade* [Bracara Augusta. Roteiros arqueológicos, 1]. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

(2000c) – *A casa romana das Carvalheiras* [Bracara Augusta. Roteiros arqueológicos, 2]. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

(2004a) – Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta.* Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In VV.AA. – Simulacra Romae*: Roma y las capitales provinciales del Occidente europeo. Estudios arqueológicos (Reunión celebrada en Tarragona, los días 12-14 de dic. 2002).* Tarragona: Consorcio *Urbium Hispaniae Romanae*, p. 149-173

(2004b) – Arqueologia urbana em Braga: uma experiência multidisciplinar em busca de *Bracara Augusta*. In: GUITART i DURAN, Josep; PERA i ISERN, Joaquim (eds.) – *Primer simposi Patrimoni i Turisme Cultural. Arqueologia Viva de les Ciutats de l'Antiguitat*. Guissona: Patronat d'Arqueologia de Guissona, p. 17-40

(2005) – *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de* Bracara Augusta. [Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 1]. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

(2006) – *Bracara Augusta:* a Roman town in Atlantic area. In ABAD CASAL, Lorenzo, KEAY, Simon; RAMALLO ASENSIO, Sebastián (eds.) – *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis*. («Journal of Roman Archaeology»; Supplementary series, 62), vol. 62. Rhode Island, (USA): Journal of Roman Archaeology, p. 213-222

(2009) – *Bracara Augusta*: panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In DOPICO CAÍNZOS, Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel; RODRÍGUEZ ALVAREZ, Pilar (eds.) – *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea. Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza*. Lugo: Deputación de Lugo, p. 181-211

(2014) – Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 13. Porto, p. 159-169

MARTINS, Manuela; **BRAGA**, Cristina; **MAGALHÃES**, Fernanda; **RIBEIRO**, Jorge

(2020) – Constructing identities within the periphery of the Roman Empire: north-west Hispania. In CURCĂ, Roxana-Gabriela; RUBEL, Alexander; SYMONDS, Robin P.;

VOß, Hans-Ulrich (eds.) – *Rome and Barbaricum: contributions to the archaeology and history of interaction in European protohistory*. Oxford: Archaeopress, p. 135-154

MARTINS, Manuela; **CARVALHO**, Helena Paula A.

(2010) – *Bracara Augusta* and the changing rural landscape. In CORSI, Cristina; VERMEULEN, Frank (eds.) – *Changing Landscapes. The Impacto of Roman Towns in Western Mediterranean. Proceedings of the International Colloquium Castelo de Vide – Marvão (...) 2008*. Bologna: Ante Quem, p. 281-298

(2017) – A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. *Gerión. Revista de Historia Antigua.* 35, [N.º Esp.]. Madrid, p. 723-743

MARTINS, Manuela; **CUNHA**, Armandino; **MAGALHÃES**, Fernanda; **RIBEIRO**, Jorge; **BRAGA**, Cristina; **PEÑÍN**, Raquel

(2014) – Metamorfoses de um espaço urbano: a zona arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, 7. Lousada, p. 111-127

MARTINS, Manuela; **DELGADO**, Manuela

(1990a) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7 (1989-1990). Braga, p. 41-186

(1990b) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. A – Os dados arqueológicos.*Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7 (1989-1990). Braga, p. 11-39

MARTINS, Manuela; **DELGADO**, Manuela; **LEMOS**, Francisco Sande; **ALARCÃO**, Jorge

(1994) – Dezasseis anos de arqueologia urbana em Braga: problemática da reconstituição de uma cidade romana. *Bracara Augusta.* 45 [Actas do 2º Encontro de Arqueologia Urbana]. Braga, p. 71-85

MARTINS, Manuela; **FONTES**, Luís

(2010) – Bracara Augusta. *Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia romana*. Sep. de GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo; RUÍZ DE ARBULO, Joaquín (eds.) – Simulacra Romae *II. Rome, les capitales de province (*capita prouinciarum*) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique.* [Reims]: Societe Archéologique Champenoise [«Bull. Soc. Arch. Champenoise». Mémoire 19, p. 111-124]

MARTINS, Manuela; **LEMOS**, Francisco Sande

(1998a) – Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*. Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15 (1997-1998). Braga, p. 9-21

(1998b) – Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta* – 1998. *Forum*, 23 (Jan-Jun. 1998). Braga, p. 117-143

MARTINS, Manuela, **LEMOS**, Francisco Sande; **PÉREZ LOSADA**, Fermín

(2005) – O Povoamento Romano no território dos Galaicos Bracarenses. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén; GARCÍA DÍAZ, Paloma (eds.) – *Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico en Época Romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Oxford: BAR [International Series, 1371], p. 279-296

MARTINS, Manuela, **MAGALHÃES**, Fernanda; **BOTICA**, Natália

(2018) – O urbanismo fundacional de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti.* In DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Sine iniuria in pace vivatur*: a construción do Imperio durante os xulio-claudios* [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 3]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 345-373

MARTINS, Manuela, **MAGALHÃES**, Fernanda; **RIBEIRO**, Jorge; **MARTÍNEZ PEÑIN**, Raquel; **MAR**, Ricardo

(2015) – El teatro romano de Bracara Augusta y la urbanización del Noroeste peninsular. *Férvedes*, 8. Vilalba (Lugo), p. 321-330

MARTINS, Manuela, **MAR**, Ricardo; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda

(2013) – A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In MELO, Arnaldo S.; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção. Arquiteturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM; LAMOP, p. 41-74

(2014) – The Roman Theatre of *Bracara Augusta*. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 861-864

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda; **BRAGA**, Cristina

(2012) – Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, M.ª Carmo; MELO, Arnaldo Sousa. (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, p. 29-68

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Maria do Carmo; **BAPTISTA**, José Meireles

(2011) – As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade romana. In COSTA SOLÉ, Ana; PALAHÍ GRIMAL, Lluís; VIVÓ I CODINA, David (coord.) – Aquae Sacrae. *Água y sacralidad en la Antigüedad*. Girona: Universitat de Girona;, Institut de la Recerca Histórica, p. 69-102

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda; **MARTÍNEZ PEÑÍN**, Raquel

(2017) – Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel (ed.) – *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries.*(«Espai/temps», 67). Braga: Universidad de Lleida; Universidade do Minho, p. 11-28

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda; **MARTÍNEZ PEÑÍN**, Raquel

(2018) – Braga em época tardo romana e tardo antiga. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios.* Ourense: Deputación Provincial, p. 235-239

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Maria do Carmo

(2012) – Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar. In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel V.; DEL VAL VALDIVIESO, M.ª Isabel

(coord.) – *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*. Braga: CITCEM, p. 9-52

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, M.ª do Carmo; **RIBEIRO**, Jorge; **MAR**, Ricardo

(2017a) – Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*. In DOPICO CAÍNZOS, M.ª Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – In Roma nata, per Italiam fusa, in Prouincias manat: *a cidade romana no noroeste: novas perspectivas.* [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 2]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 203-225

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda

(2006) – A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*. *Forum,* 40 (Julho-Dez., 2006). Braga, p. 9-30

MARTINS, Manuela; **RIBEIRO**, Jorge; **MAGALHÃES**, Fernanda; **BRAGA**, Cristina

(2012) – Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, M.ª Carmo; MELO, Arnaldo Sousa. (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, p. 29-68

MARTINS ESTÊVEZ, Higino

(2008) – *As Tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*. Sant Cugat des Vallès: Edições da Galiza

MARTOS, Juan

(2016) – La reconstrucción de las *Historias* de Salustio. *Exemplaria Classica. Journal of Classical Philology*, 20. Huelva, p. 227-237

MARZANO, Annalisa

(2011) – Rank-size Analysis and the Roman Cities of the Iberian Peninsula and Britain. Some Considerations. In BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew (eds.) – *Settlement, Urbanization and Population*. (Oxford Studies on the Roman Economy). Oxford: Oxford University Press, p. 196-228

MATA SOLER, Judit

(2014) – A propósito de la *Laus Hispaniae* de Plinio el Viejo (NH, 37, 77) y la economia de *Calagurris Iulia*. *Kalakorikos*, 19. Calahorra, p. 181-191

MATALOTO, Rui

(2004) – Fortins romanos do alto Alentejo: fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C. In MORET, Pierre; CHAPA, Teresa, eds. (2004) – *Torres, atalayas y casas fortificadas. Explotación y control del território en Hispania (s. III a. de C. – s. I d. de C.)*. Jaén: Universidad de Jaén; Casa de Velazquez, p. 31-54

(2010) – Do campo ao *ager*: povoamento e ocupação rural pré-romana do Alentejo central e a sua romanização. In MAYORAL HERRERA, Victorino; CELESTINO

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

MATEO, António

(2001) – *Observaciones sobre el régimen jurídico de la minería en tierras públicas en época romana*. «Cuadernos compostelanos de Derecho Romano», 12. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago

MATÍAS RODRÍGUEZ, Roberto

(2014a) – Contextualización e importancia de la minería aurífera romana en Valongo-Paredes. In *Atas do 1º Congresso de Mineração Romana em Valongo (7 e 8 de Novembro de 2014)*. Valongo: Alto Relevo – Clube de Montanhismo; Câmara Municipal de Valongo, p. 1-39. Edição digital disp. em http://www.altorelevo.org/cmr/pdf/Atas_1oCongressoMineracaoRomanaValongo2014.pdf

(2014b) – La investigación de la minería aurífera romana en España: planteamientos del pasado y nuevas perspectivas. In FONTES, Luís (coord.) – *Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental: Investigação e Valorização Cultural. Atas do Simpósio Internacional…* Boticas: Câmara Municipal, p. 31-64

MATÍAS RODRÍGUEZ, Roberto; **FONTE**, J.; **LIMA**, A.; **MONTEIRO**, A.; **GANDRA**, V.; **MOUTINHO**, J. **SILVA**, J.; **AGUIAR**, P.

(2015) – Evidencias de minería hidráulica romana en la Sierra de Pias (Valongo, Portugal). In MATA-PERELLÓ, J. M.ª; HUNT ORTIZ, M.; ORCHE GARCÍA, E. (eds.) – *Patrimonio geológico y minero: de la investigación a la difusión. Actas del XV Congreso Internacional sobre Patrimonio geológico y minero*… Logrosán (Cáceres): Ayuntamiento de Logrosán; SEDPGYM, p. 481-498

MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; **GONZÁLEZ SOUTELO**, Sílvia

(2017) – El balneário romano: concepto, definición y critérios de jerarquixación a partir de los ejemplos hispanos. In MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia (eds.) – *Termalismo Antiguo en Hispania. Un análisis del tejido balneário en época romana y tardorromana en la península ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 78. Madrid, p. 17-61

MATOS, Armando de

(1937) – *As estradas romanas no concelho de Gaia*. V. N. Gaia: Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia (= *Brotéria. Revista contemporânea de cultura*. Vol. 24 (6). Lisboa, p. 660-679)

(1946) – Uma inscrição romana inédita. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 9: 1-2 (mar.-jun. 1946). Porto, p. 121-122

MATOS, José Luís de

(1966) – *Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Texto datilog.

(1996) – A romanização Inicial, os mares e os rios. In MACIEL, M. JustIno (coord.) – Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro. Lisboa: Colibri, p. 331-8

(2005) – Escultura Romana. In ARNAUD, José M.; FERNANDES, C. V. (coord.) – *Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Assoc. Arqueólogos Portugueses, p. 235-40

MATTINGLY, David J.

(1997a), ed. – *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. («Journal of Roman Archaeology supplementary series», 23). Portsmouth, Rhode Island

(1997b) – Introduction. Dialogues of power and experience in the Roman Empire. In MATTINGLY, David J., ed. – *Dialogues in Roman imperialism. Power, discourse, and*

discrepant experience in the Roman Empire. («Journal of Roman Archaeology supplementary series», 23). Portsmouth, Rhode Island, p. 7-24

(2004) – Being Roman: expressing identity in a provincial setting. *Journal of Roman Archaeology*, 17 (1). Cambridge, p. 5-25

MATTOSO, José

(1985) – Portucale. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 130

(1993) – A *Terra de Santa Maria na Idade Média: limites geográficos e identidade peculiar.* Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do castelo

(2001) – Sobre as origens da nacionalidade portuguesa. In FARINHA, A. D.; Carreira, J. N.; SERRÃO, V. (coord.) – *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*. Lisboa: Caminho, p. 73-89

MATYSZAK, Philip

(2013) – *Sertorius and the struggle for Spain.* Barnsley (South Yorkshire): Pen & Sword Books Ltd. [*ebook*]

(2017) – [49] Campaigns against Sertorius, 81–72 BC. In WHITBY, Michael; SIDEBOTTOM, Harry, eds. – *The Encyclopedia of Ancient Battles*. Malden: Wiley-Blackwell

MAYER, Marc

(2002) – As inscrições politeias e seu significado: exemplos do ocidente hispânico. In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia:* loquuntur saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 201-203

(2009) – Política, mito y realidade – La historiografia de la *Lusitania* antigua. In GORGES, Jean-Gérard; ENCARNAÇÃO, José d'; NOGALES BASARRATE, Trinidad; CARVALHO, António (eds.) – *Lusitânia Romana: entre o mito e a realidade (Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana).* Cascais: Câmara Municipal, p. 75-88

MEDEIROS, Artur C., **PEREIRA**, Eurico, **MOREIRA**, Armando

(1980) – *Notícia explicativa da folha 9 – D (Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 – Penafiel)*. Lisboa: Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal

MEDEIROS, Carlos A. (dir.); **FERREIRA**, António B., coord.

(2005) – *Geografia de Portugal. I. O Ambiente físico*. Lisboa: Círculo de Leitores

MELO, Ana Rita S.

(2013) – *Parcelamento e paisagem no território de* Bracara Augusta*: eixos viários e marcadores cadastrais.* Dissertação de Mestrado (Relatório) em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Braga

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

MENDES, Joaquim J.

(1966-1967) – O castro de Santa Luzia (Penafiel). *Penafiel*, 2.ª série, vol. 4-5. Penafiel, p. 57-62

MENDES-PINTO, José Marcelo

(1990-1991) – A necrópole Galaico-Romana de Corredoura (Campo – Valongo). *Portugalia*, Nova Série, 11-12. Porto, p. 149-153

(1993) – A mineração do ouro em época romana nas serras de Santa Justa e Pias (Valongo). In *Galicia: da Romanidade á Xermanización, Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 287-311

(1994) – *Escavações arqueológicas da necrópole romana Corredoura (Campo – Valongo).* Valongo: Câmara Municipal

(1999a) – Circulação monetária em torno a *Cale* no Baixo-Império. *In* CENTENO, Rui M. S. *et al*., coord. (1999) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos Archivo Español de Arqueología, XX]. Madrid: CSIC, p. 401-413

(1999b) – O tesouro de Monte Crasto (Gondomar) – subsídios para o estudo da circulação monetária baixo-imperial na bacia inferior do Rio Douro. *Gaya. Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia*, 7 [Actas do 2º Congresso Internacional sobre o Rio Douro – 1º vol.]. Vila Nova de Gaia, p. 61-68

(2000) – Instalações mineiras romanas no Fojo das Pombas (Valongo-Portugal). In HAUSCHILD, Theodor; MACIEL, M. J.; MANTAS, V.; NOGALES, Trinidad; OREJAS, Almudena (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Vila Real 1999*. Vol. 6. Porto: ADECAP, p. 401-419

(2004) – Circulação monetária em torno a *Cale* nos finais da época romana. *O Tripeiro.* 7ª Série. 23 (11). Porto, p. 328-331

(2005-2007 [1996]) – *Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega.* [Sep. de *Nvmmvs*, 2ª série, 28-30]. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática [o trabalho reproduz a dissertação de mestrado do A. apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996]

(2008) – Villa *Romana de Sendim. Roteiro e Exposição Permanente*. Felgueiras: Câmara Municipal

(2014) – Circulação monetária e entesouramento no Castro de Guifões (Matosinhos) nos séculos IV e V. *Nummus*. 2.ª série, 37. Porto, p. 21-42

MENDONÇA, Manuel Furtado de

(1984) – Alguns materiais arqueológicos encontrados na zona de intervenção do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 58-63

MENENDEZ BLANCO, Andrés; **GONZALEZ ÁLVAREZ**, David; **ÁLVAREZ MARTINEZ**, V.; **JIMENEZ CHAPARRO**, J. I.

(2013) – Propuestas de prospección de bajo coste para la detección de campamentos romanos de campaña. El área occidental de la Cordillera Cantábrica como caso de estudio. *Munibe Antropologia - Arkeologia*, Vol. 64. Donostia/San SEbastián, p. 175-197

MENÉNDEZ BLANCO, Andrés; **GONZÁLEZ ÁLVAREZ**, David; **COSTA GARCÍA**, J. M.; **FONTE**, J.; **GAGO MARIÑO**, M.; **ÁLVAREZ MARTÍNEZ**, V.

(2017) – Seguindo os passos do exército romano: uma proposta metodológica para a deteção de assentamentos militares romanos no Noroeste Peninsular. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana C.; BARREIRA, Hugo (eds.) – *Genius Loci: lugares e significados; places and meanings.* Vol. 2. Porto: CITCEM-FLUP, p. 67-79

MENEZES, Ludovico de

(1937) – A necrópole calaico-romana do Mosinho. *Feira da Ladra*, 8. Lisboa, p. 131-140

MERGULHO, Rui [*et al*.]

(2001) – Conclusão da topografia das Minas Romanas de Valongo – Porto: Fojo das Pombas, Fojo Sagrado, Mina G1. *TROGLE. Boletim da Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente*. 3 (maio 2001). Torres Vedras, p. 15-17

MESQUITA, António

(2009) – *O Entre-Douro-e-Vouga na formação de Portugal – Recensão histórico-bibliográfica*. São João da Madeira. Ed. A.

MESTRE, António

(1970) – *Historia, Fueros y actitudes politicas: Mayans y la historiografia de XVIII*. Valencia: s.e. Texto em linha na Biblioteca Valenciana Digital – https://bivaldi.gva.es/es/corpus/unidad.do?posicion=1&idCorpus=20000&idUnidad=56551

MILLETT, Martin

(1990) – *The Romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press

MILHAM, Mary Ella

(1984) – Mela, Pomponius. In CRANZ, F. Edward; KRISTELLER, Paul Oskar HANKINS, J.; KASTER, R. A. eds. – *Catalogus translationum et commentariorum: Medieval and Renaissance Latin translations and commentaries*. *Annotated Lists and Guides.* Vol. 5. Washington: The Catholic University of America Press, p. 257-285

MILLETT, Martin

(1990) – *The Romanization of Britain. An Essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press

MILLETT, Martin; **QUEIROGA**, Francisco; **STRUTT**, Kris; **TAYLOR**, Jeremy; **WILLIS**, Steven

(2000-2001) – The Ave Valley, northern Portugal: an archaeological survey of Iron Age and Roma settlement. *Internet Archaeology*, 9 [Department of Archaeology, University of York]. Em linha: https://intarch.ac.uk/journal/issue9/index.html

MIRANDA, Abílio

(1940) – Origem de um topónimo. *Douro Litoral*, vol. 1. Porto, p. 90-94

(1941) – Sepulturas abertas na rocha. *Douro Litoral*. Porto. 1.ª série, 3. Porto, p. 27-29

(1942) – Anel de Casados. *Douro Litoral*. Porto. 1.ª série, 5. Porto, p. 65-66

(1943a) – *XI. Cale*. Penafiel: s.e. [Tipografia de «O Penafidelense]

(1943b) – *IX.Canelas*. Penafiel: s.e. [Tipografia de «O Penafidelense]

(1944) – Ara zoomórfica. *Douro-Litoral*. 2.ª série. 2. Porto, p. 25-26

[1945a] – *Gallaicia, Gallacie, Galegano*. Penafiel: s.e.; s.d.

(1945b) – Uma Igreja Romana. *O Penafidelense: Semanário Independente*. Ano 63, n.º 24 (25 de Setembro de 1945). Penafiel, p. 1

(1946) – Cale. *O Tripeiro*. 5ª Série. 1 (11). Porto, p. 251

(1952) – Bois ou vacas? *Terras de Penafiel*, n.º IV, Penafiel: [s.p.]

(1955) – Freguesia de Santa Maria do Banho. Sep.do jornal *O Penafidelense,* de Abril de 1955, [In *Terras de Penafiel,* vol. IV]. Penafiel: [s.p.];

(1957) – Freguesia de Melhundos (Continuação). *O Penafidelense: Jornal Independente*. Ano 80, n.º 15 (11 de Junho de 1957). Penafiel, p. 1-2

MOLANO BRÍAS, Juana; **ALVARADO GONZALO**, Manuel

(1994) – La evolución del ritual funerário de *Augusta Emerita* como indicador del cámbio social, ideológico y religioso. In JORGE, Vítor O. (coord.) – *1º Congresso de Arqueologia Peninsular (...). Actas.* Vol. III («Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 34, 1-2). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 321-350

MOMIGLIANO, Arnaldo

(1949) – Perperna (1) & (2). In CARY, M.; NOCK, A.D.; DENNISTON, J.D.; ROSS, W.D.; DUFF, J.W.; SCULLARD, H.H. (eds.) – *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Clarendom Press, p. 665

(2011) – *Manuale di Storia Romana*. A cura di Attilio Mastrocinque. Milão: UTET

MOMMSEN, Teodor

(1905) – *Storia di Roma antica, illustrata nei luoghi, nelle persone e nei monumenti.* Ed. Ettore Pais; trad. Luigi de San Giusto. Vol. 3. Roma – Torino: Casa Editrice Nazionale

MONTALVÃO, António

(1972) – Permanece a urbanística de *Aquae Flaviae*?. *Conimbriga*, 11. Coimbra, p. 35-39

MONTEAGUDO. Luis

(1955) – Cale, Callaici y Callaecia. In *III Congreso Nacional de Arqueología. Galicia, 1953*. Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, p. 413-414

(1957a) – Localização das Cassitérides e Oestrymnides. *Revista de Guimarães*, 67 (3-4) Jul.-Dez. 1957. Guimarães, p. 372-416

(1957b) – Carta de Coruña Romana. III. Costa (I). Emerita. Revista de Linguistica e Filología Clásica, 25. Madrid, p. 15-80

MONTERO HERRERO, Santiago

(2008) – Perperna (1); Perperna (2). In MARTÍNEZ-PINNA, Jorge; MONTERO HERRERO, Santiago; GÓMEZ PANTOJA, Joaquín (2008) – *Diccionario de personajes históricos griegos y romanos*. Madrid: Akal, 2ª ed., p. 289-290

MORAIS, Rui M. S.

(1997-1998) – Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, Braga, p. 47-135

(2001) – Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta. *Forum*, 30 (jul.-dez. 2001). Braga, p. 55-76

(2004a) – O comércio e a rede de transportes de *Bracara Augusta* no contexto do NW peninsular: elementos para o seu estudo. In GUITART i DURAN, Josep; PERA i ISERN,

Joaquim (eds.) – *Primer simposi Patrimoni i Turisme Cultural. Arqueologia Viva de les Ciutats de l'Antiguitat*. Guissona: Patronat d'Arqueologia de Guissona, p. 41-76

(2004b) – Um caso único em marcas de lucernas – uma *figlina* em *Bracara Augusta* documentada pela oficina de Lucretius. *Conimbriga: Revista de Arqueologia*. 43. Coimbra, p. 227-240

(2005a) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. 2 vols. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho

(2005b) – *Ab urbe condita.* Desde a fundação da cidade de *Bracara Augusta. Saguntum (P.L.A.V.).* 37. Valencia, p. 125-138

(2006a) – De novo sobre a municipalidade de *Bracara Augusta* no período flávio. *Conimbriga*, 45 Coimbra, p. 125-137

(2006b) – Potes meleiros e colmeias em cerâmica: uma tradição milenar. *Saguntum (P.L.A.V.)*, 38. Valencia, p. 149-161

(2007a) – A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. *Humanitas*, 58. Coimbra, p. 99-132

(2007b) – Contributo para o estudo da economia na Lusitania Romana. *Saguntum (P.L.A.V.).* 39 (2007). Valência, p. 133-140

(2007c) - Ânforas da Quinta da Ivanta: um pequeno «habitat» mineiro em Valongo. *Conimbriga*, 46. Coimbra, p. 267-280

(2008) – Dois bronzes de entidades tutelares da cidade romana de *Bracara Augusta*. *Humanitas*, 60. Coimbra, p. 139-158

(2010) – *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal

[2012] – Braga. In ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (coord.) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, [DL 2012], p. 62-63

(2013a) – *Durius* e *Lethes*: dois percursos de um mesmo itinerário. Problemáticas em torno das ânforas Haltern 70. *Portugalia*. Nova Série. 34 (2013). Porto, p. 101-136

(2013b) – Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO CERDAN, Ángel, eds. (2013) – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR; Univ. Porto, p.

309-334

(2016a) – *Bracarum oppidum Augusta*. Os dados da cultura material. In MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 54-72

(2016b) – O desenvolvimento do comércio no Noroeste a partir da conquista. O caso de Bracara Augusta. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 307-339

(2018a) – Douro, um rio aquém do esquecimento, In DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) — *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*. Porto: CITCEM, p. 21-43. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons

(2018b) – *Breve tesauro das cerâmicas romanas de Bracara Augusta. Celebração do Centenário do Museu D. Diogo de Sousa*. Braga: Câmara Municipal

(2021) – Comércio Atlântico em Época Romana. In CAMPELO, Álvaro (coord.) – *Viagem no Tempo. História e Património Cultural do Alto Minho*. Viana do Castelo: Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, p. 109-116

(no prelo) – Importaciones para una nueva élite. Las vajillas de mesa en época altoimperial. In *Actas del V Congreso Internacional de la SECAH (Alacalá de Henares, 2019)*. Madrid: Ex Officina Hispana, em vias de publicação, p. 147-168

(e.v.p.) – A «abertura ao mundo» da região do Porto na época romana: comércio. *Museu do Reservatório. Catálogo*. Porto: Museu da Cidade

MORAIS, Rui; **BANDEIRA**, Miguel; **PINHO**, Eliana Manuel

(2013) – *Itineraria Sacra. Bracara Augusta, fidelis et antica*. Coimbra: Imprensa da Universidade

MORAIS, Rui; **CARRERAS**, César

(2004) – Geografia del consum de les Haltern 70. In VV.AA. – *Culip VIII i les Àmfores Haltern 70* (Monografies del CASC, 5). Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 93-112

MORAIS, Rui; **GRANJA**, Helena; **MORILLO CERDAN**, Ángel, eds.

(2013) – *O irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: CECH/Univ. Coimbra; CIIMAR/Univ. Porto

MORAIS, Rui; **MORILLO CERDÁN**, Ángel

(2019) – Concurrencia y complementariedad: nuevos paradigmas de producción y consumo en la economia romana. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 30. Cordoba, p. 161-186

(2020) – *Ánforas de los campamentos romanos de León. Un modelo de abastecimento militar entre el período augusteo y finales del siglo I d.C.* «Anejos de AEspA», 88. Madrid: CSIC

MORAIS, Rui; **MORILLO CERDÁN**, Ángel; **SOUSA**, Maria José

(2015) – A fundação de *Bracara Augusta*: assentamento militar ou estabelecimento civil num ambiente militarizado? In QUEIROGA, Francisco R.; TAYLOR, Timothy F. (eds.) – RETHINKING WARFARE 2012, an international conference on the social perceptions and representations of War. Porto: Universidade Fernando Pessoa, p.115-131

MORAIS, Rui; **SALIDO DOMÍNGUEZ**, Javier

(2013) – El *Horreum* de la ciudad romana de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal): funcionalidade, tipologia y contexto. *Sautuola*, 18. Santander, p. 143-156

MORAIS, Rui; **SOEIRO**, Teresa; **FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ**, Adolfo

(2014) – Necrópolis de finales del s. I a.C. a mediados del s. I d.C. en el C*onventus Bracaraugustano*. El caso de la necrópolis de la Vía XVII de *Bracara Augusta* (Braga) y de Monteiras (Bustelo, Penafiel). In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 1259-1264

MORALEJO, Juan B.

(2002) – Gallaecia y sus etimologías. In DOMÍNGUEZ GARCÍA, Manuela (coord.) – Sub luce florentis calami. *Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*. Santiago de Compostela: Universidade, p. 92-115

MOREIRA, Álvaro Brito

(2009) – Castellum Madiae*: Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

(2016) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Espólio Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal

(2020) – Castro do Padrão. Génese e desenvolvimento no quadro da ocupação proto-histórica de entre os rios Leça e Ave. In MOREIRA, Álvaro B. (coord.) – *Citânias e Cividades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular. Atas das I Conferências do Monte Padrão*. [Santo Tirso]: Câmara Municipal; CIMP, p. 82-124

MOREIRA, Álvaro B.; **CORREIA**, Francisco C.

(2011) – *Santo Thyrso de Riba d'Ave.* Notas e comentários. In PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba d'Ave*. 2ª ed. [coord. de Álvaro Brito Moreira]. Santo Tirso: Câmara Municipal, p. 397-562

MOREIRA, Álvaro B.; **SILVA**, Armando C. Ferreira da

(2011) – O Rio da Memória. A Romanização do Vale do Leça. In *O Rio da Memória: Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, s.d. [2011], p. 125-198

MOREIRA, Domingos A.

(1969) – *Paisagem Toponímica da Maia*. Maia: Câmara Municipal

(1987) – *Freguesias da Diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais. O concelho de Gaia.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal

(1995 [1986]) – Sobre a relação onomástica do nome pessoal «Durius» com o rio «Durius»/Douro. *Gaya*. 6 (1988-1994). Vila Nova de Gaia, p. 177-190

MORENO MARTÍN, Francisco

(1997) – Ocupación territorial hispano-romana. Los *Vici*: poblaciones rurales. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série II. Historia Antigua, 10. Madrid, p. 295-306

MORET, Pierre

(2004) – *Ethnos* ou Ethnie? Avatars anciens et modernes des noms de peuples ibères. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; MORA SERRANO, Bartolomé, dir. – *Identidades étnicas, identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga: Universidad, p. 31-62

(2010) – Les tours rurales et les maisons fortes de l'Hispanie Romaine : éléments pour un bilan. In MAYORAL HERRERA, Victorino; CELESTINO PÉREZ, Sebastián, eds. – *Los paisajes rurales de la Romanización: arquitectura y explotación del território. Contribuciones en la Reunión Científica celebrada en (...) Badajoz (...) 2008*. Madrid: La Ergástula Ediciones, p. 9-36

(2012) – Artemidoro y la ordenación territorial de Hispania en época republicana. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.) – *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano* [Revisiones de Historia Antigua, VII].Vitória, p. 425-456

MORILLO CERDÁN, Ángel

(2003) – Los campamentos romanos de Astorga y León. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II, Historia Antigua. 16. Madrid, p. 83-110

(2009) – The Augustean Spanish experience: the origin of *limes* system. In MORILLO, Ángel; HANEL, Norbert; MARTÍN, Esperanza (eds.) – *Limes, XX. Estudios sobre la Frontera Romana. (XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana).* Vol. 2. Anejos de Gladius, 13. Madrid: CSIC; Polifemo p. 239-252

(2011) – The Roman occupation in the north of *Hispania*: war, military deployment and cultural integration. In *Fines imperii – Imperium sine fine? Römische Okkupations-und Grenzpolitik im frühen Prinzipat*. *Beiträge zum Kongress in Osnabrück vom 14. bis 18. September 2009*. Rahden: Verlag Marie Leidorf, p. 11-26

(2014a) – Arqueología de la conquista del Norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C. In CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (eds.) – *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III^e^-I^er^ s. a.C.).* Bordeaux: Ausonius Éditions, p. 133-148

(2014b) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania."Calibrando" a Sertorio. In SALA SELLÉS, Feliciana; MORATALLA JÁVEGA, Jesús (eds.) – *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Alicante: Diputación de Alicante; Universidad de Alicante, p. 35-49

(2016) – El território galaico durante las guerras cântabras: nuevas perspectivas. *In* MORAIS, Rui; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.) – *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, p. 54-72

MORILLO CERDÁN, Ángel; **SALIDO DOMÍNGUEZ**, Javier

(2010) – El aprovisionamento del ejército romano en Hispania. Transporte, almacenaje y redistribución. In PALAO VICENTE, Juan J. (ed.) – *Militares y Civiles en la Antigua Roma. Dos mundos diferentes, dos mundos unidos*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, p. 135-164

MOSQUERA AGRELO, Manuel

(1999) – O reino frustrado de Galicia. A nobresa cortesá e as vilas. In SOUTO GONZÁLEZ, Xosé M. – *A História no Eixo Atlántico*. S.l.: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, p. 158-170

MUHLBERGER, Steven

(1990) – *The fifth-century Chroniclers: Prosper, Hydatius, and the Gallic Chronicler of 452*. Leeds: Francis Cairns Publications, Ltd.

MULLEN, Alex

(2007) - Linguistic Evidence for 'Romanization': Continuity and Change in Romano-British Onomastics: A Study of the Epigraphic Record with Particular Reference to Bath. *Britannia*, 38. London, p. 35-61

MÜLLER, Christel

(2014) – Introduction. La fin de l'ethnicité?. *Dialogues d'Histoire Ancienne*. Supplément 10 («Identité ethnique et culture matérielle dans le monde grec»). Besançon, p. 15-33

MÜLLER, Werner; **VOGEL**, Gunther

(1984) – *Atlas de Arquitectura. 1. Generalidades. De Mesopotamia a Bizancio*. Madrid: Alianza Editorial

MURPHY, James

(1795) – *Travels in Portugal, through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura (...).* London: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies FONTES ???

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

(2002) – XIV – Estatueta de Júpiter, Soutelo da Maia (Vila do Conde). In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia:* loquuntur saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia

NABAIS, José Casalta

(2004) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Almedina

(2010) – A legislação do património arqueológico e sua evolução. *CEDOUA – Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, Vol. 26, n.º 2-2010. Coimbra, p. 9-17

NASCIMENTO, André; **LOUREIRO**, Carlos Alberto; **PEREIRA**, Gabriel R.

(2012) – À Redescoberta. In DELGADO, Ana P.; VALENÇA, Paulo Q.; GUIMARÃES, Margarida M. (coord.) – *Eixo Mouzinho/Flores: Território do Recolhimento e do Mercadejar*. Porto: PortoVivo, SRU, p. 11

NASCIMENTO, André; **QUEIROGA**, Francisco; **SOUSA**, Laura; **CARVALHO**, Teresa P.

(2020) – Elementos para o estudo da ocupação castreja no Castelo de Gaia (Vila Nova de Gaia, Porto, Portugal). In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições»*. Vol. 1. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 265-294

NASCIMENTO, André; **SOUSA**, Laura

(e.v.p.) – Intervenção arqueológica na Quinta de Santo António: uma basílica altomedieval em Gaia?. In SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) – *Castelo de Crestuma: a Arqueologia em busca da História: estudos sobre o Castelo de Crestuma e o noroeste peninsular na tardo-antiguidade*. Vila Nova de Gaia: ASCR-CQ, em vias de publicação

NAVARRO, Francisco Javier

(2009) – La organización provuncial de Hispania durante el Imperio Romano (siglos I-III). In ANDREU PINTADO, Javier; CABRERO PIQUERO, Javier; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Hispaniæ. Las provincias hispanas en el mundo romano.* Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, p. 344-359

NAVARRO CABALLERO, Milagros; **RAMÍREZ SÁDABA**, José Luis, coords.

(2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida-Bordeaux: Fundación de Estudios Romanos; Ausonius

NAVEIRO LÓPEZ, Juan L.

(1991) – *El comercio antíguo en el NW. peninsular. Lectura histórica del registro arqueológico*. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

(2012) – Estelas decoradas con motivos xeométricos e astrais. In *Gallaecia Petrea*. S.l.: Xunta de Galicia, p. 284-285

NICOLET, Claude

(1992) – O cidadão e o político. In GIARDINA, Andrea (dir.) – *O homem romano*. Lisboa: Presença, p. 19-48

NOGALES BASARRATE, Trinidad

(2015a) – El lenguaje escultórico en Lusitania Romana. In ÁLVAREZ MARTINEZ, José M.; CARVALHO, António; FABIÃO, Carlos, eds. (2015) – *Lusitania Romana: Origen de dos pueblos/ Lusitânia Romana: Origem de dois povos*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, p. 341-353 (= NOGALES BASARRATE, 2015b)

(2015b) – A linguagem escultórica na Lusitânia Romana. In CARVALHO, António: COITO, Lívia C., coord. (2015) – *Lusitânia Romana: origem de dois povos. Lisboa, 2016.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 318-329 (= NOGALES BASARRATE, 2015a)

NOGUEIRA, Sandra; **LEMOS**, Paulo; **COSTA**, Rita; **SILVA**, João

(2017) – Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*. 10. Lousada, p. 103-20

(2018) – Ampliação do Hotel Carris da Ribeira, Porto. Resultados Preliminares dos Trabalhos Arqueológicos. In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL GALARZA, Javier; PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.) – *Arqueologia en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, p. 428-38

NOVILLO LÓPEZ, Miguel Ángel

(2010) – La propretura cesariana en la Hispania Ulterior: «La II guerra lusitana». *Gerión. Revista de Historia Antigua.* 28:1. Madrid, p. 207-221

(2012) – Hispania: território de ensayo jurídico-administrativo en la propretura de C. Julio César. *Antesteria*, 1. Madrid, p. 441-451

NUNES, Flávia M.

(2016) – *Lucernas romanas importadas no Norte de Portugal. Contributo para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

NUNES, Henrique Barreto

(1978) – O Salvamento de *Bracara Augusta*: 3 - Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*. Vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 227-236

(1988) – O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a defesa do Património Arqueológico de Braga. In CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1988) – Relíquias de Bracara Augusta. [Recolha de textos de imprensa por Eduardo P. Oliveira]. *Cadernos de Arqueologia*. 2.ª série, 5. Braga, p. 95-99

(1994), org. – *Obras de Mário Cardozo*. 2 vols. Porto: Fundação Eng. António de Almeida

NÚÑEZ HERNÁNDEZ, Sarah

(2007) – Arquitectura y urbanismo en las ciudades romanas del valle del Duero: los grandes conjuntos monumentales. In NAVARRO, Milagros, PALAO, Juan J., MAGALLÓN, Maria Angeles (Coord.) – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004).* Bourdeaux : Diffusion de Boccard, p. 99-124

NÚÑEZ HERNÁNDEZ, Sarah ; **CURCHIN**, Léonard A.

(2007a) – *Aquae Flaviae* [*Corpus* de ciudades romanas en el valle del Duero]. In NAVARRO, Milagros, PALAO, Juan J., MAGALLÓN, Maria Angeles (Coord.) – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004).* Bourdeaux : Diffusion de Boccard, p. 435-443

(2007b) – *Asturica Augusta.* [*Corpus* de ciudades romanas en el valle del Duero]. In NAVARRO, Milagros, PALAO, Juan J., MAGALLÓN, Maria Angeles (Coord.) – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004).* Bourdeaux : Diffusion de Boccard, p. 443-451

NÚÑEZ HERNÁNDEZ, Sarah ; **CURCHIN**, Léonard A.

(2007c) – *Bracara Augusta* [*Corpus* de ciudades romanas en el valle del Duero]. In NAVARRO, Milagros, PALAO, Juan J., MAGALLÓN, Maria Angeles (Coord.) – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004).* Bourdeaux : Diffusion de Boccard, p. 455-464

(2007d) – *Tongobriga* [*Corpus* de ciudades romanas en el valle del Duero]. In NAVARRO, Milagros, PALAO, Juan J., MAGALLÓN, Maria Angeles (Coord.) – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004).* Bourdeaux : Diffusion de Boccard, p. 593-600

O CEPO DE ÂNCORA da época romana de Labruge.

(2011) – O cepo de âncora da época romana de Labruge. In *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. 18 de Abril a 29 de Maio de 2011. Exposição. Museu da Construção Naval em Madeira. Alfândega Régia de Vila do Conde.* [O Cepo de Âncora da época romana de Labruge]. S.l.; S.e.; S.d. [Desdob.]

OKAMURA, Jonathan Y.

(1981) – Situational ethnicity. *Ethnic and Racial Studies*, 4. London, p. 452-463

OLIVARES PEDREÑO, Juan C.

(1999) – Dioses indígenas vinculados a núcleos de población en la Hispania romana. *Espacio, Tiempo y Forma* [Serie II, Historia Antigua]. 12. Madrid, p. 325-350

(2000) – *Divindades indígenas de la Hispania Romana*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Alicante. Alicante

(2013) – La migración de los Célticos y Túrdulos de la Beturia hacia el noroeste de Hispania. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 60 (126). Santiago de Compostela, p. 51-84

OLIVEIRA, A. Sousa

(1965) – Arqueologia portuense. *Lucerna*. 4. Porto, p. 312-322

OLIVEIRA, Camilo de

(1932) – *O concelho de Gondomar: apontamentos monográficos*. Vol. 1. Porto: Imprensa Moderna; OLIVEIRA, Camilo (1934). O concelho de Gondomar: apontamentos monográficos. Vol. 2. Porto: Imprensa Moderna

(1934) – *O Concelho de Gondomar: apontamentos monográficos*. Vol. 2. Porto: Imprensa Moderna

(1945) – Burgo da Sé (Porto, Portugal). Ligeiras notas toponímicas. *O Tripeiro*, 5.ª série, 1 (6), outº 1945, Porto, p. 125

OLIVEIRA, Eduardo Pires de

(1984) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969).* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural

(1985) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979).* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural

(1993) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (Séc. XVI-1934).* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

OLIVEIRA, Francisco de

(1994) – Lusitânia rural em Plínio o Antigo. In GORGES, Jean Gérard; SALINAS DE FRÍAS, Manuel (eds.) – *Les Campagnes de Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*. Madrid: Casa de Velazquez; Universidad de Salamanca, p. 31-44

(2005) - Geoantropologia e Imperialismo em Plínio o Antigo. In OLIVEIRA, Francisco (coord.) – *Génese e consolidação da ideia de Europa. Vol. 3. O Mundo Romano*. Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 65-80

OLIVEIRA, J. M. Pereira de

(1958) – O Porto, obra do Homem. Algumas considerações sobre a mesologia geral, do plioceno à domInação romana. *Studium Generale*. 5. Porto, p. 290-312 [republicado em *Trabalhos de Geografia e História*, Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1975]

(1973) – *O Espaço Urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento.* 2 vols. Coimbra: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Geográficos

OLIVEIRA, Miguel de

(1940) – *História Eclesiástica de Portugal.* Lisboa: União Gráfica

(1956) – Os territórios diocesanos. *Lusitania Sacra*. 1. Lisboa, p. 29-50

(1959) – O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os bispos. *Lusitania Sacra*, 4. Lisboa, p. 29-60

(1964) – Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria. *Lusitania Sacra*, 7. Lisboa, p. 95-133

(1967) – *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal

ORDÓÑEZ AGULLA, Salvador

(2003) – El puerto romano de Hispalis. In PASCUAL BERLANGA, Guillermo; PÉREZ BALLESTER, José (eds.) – *Puertos fluviales antíguos. Ciudad, Desarrollo e*

Infraestructuras (IV Jornadas de Arqueología Subacuatica. Actas). Valencia: Generalitat, p. 59-79

OREJAS, Almudena; **SÁNCHEZ-PALENCIA**, Francisco J.

(2002) – Mines, Territorial Organization and Social Structure in Roman Iberia: Carthago Noua and the Peninsular Northwest. *American Journal of Archaeology,* 106. Boston, p. 581-599

OREJAS, Almudena; **SÁNCHEZ-PALENCIA**, Francisco J.; **PLÁCIDO SUÁREZ**, Domingo

(2000) – La arqueología de una conquista. In SÁNCHEZ-PALENCIA (ed.) – *Las Medulas (León). Un paisaje cultural de la Asturia augustana*. León: Diputacíon, p. 109-136

OREJAS, Almudena; **SASTRE**, Inés; **SÁNCHEZ-PALENCIA**, Francisco J.; **PLACIDO**, Domingo

(2000) - El Edicto de Augusto del Bierzo e la primeira organización romana del Noroeste Peninsular. In SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco J.; MANGAS, Julio (coord.) – *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispánia.* Ponferrada: Fundación Las Medulas, p. 63-112

OSMOND, Patricia J.; **ULERY JR**., Robert W.

(2003) – Sallustius, Gaius Crispus. In BROWN, Virginia; HANKINS, J.; KASTER, R. A. eds. – *Catalogus translationum et commentariorum: Medieval and Renaissance Latin translations and commentaries*. *Annotated Lists and Guides.* Vol. 8. Washington: The Catholic University of America Press, p. 183-326

OSÓRIO, Marcos

(2006) – *O povoamento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal [Territoria, 1]

OSÓRIO, Marcos; **SILVA**, Ricardo C.; **NEVES**, Dário; **PERNADAS**, Paulo

(2008) – O Casal Romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa. In *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: actas das sessões. Vol. 3 - Do Paleolítico à Contemporaneidade.* S. l. [Freixo de Numão]: ACDR, p. 98-115

OSÓRIO, Maria Isabel Pinto

(1993a), coord. – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade (Casa Tait 1993-1994)* [Catálogo]. Porto: Câmara Municipal

(1993b) – Um lugar na cidade - S. João da Foz. In OSÓRIO, Maria Isabel P. (coord.) - *O Porto das Mil Idades...* Porto: Câmara Municipal., p. 25-34

(1994a) – *Cidade, plano e território. Urbanização do plano Intra-muros do Porto (séculos XIII-1ª metade XIV).* Porto. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1994b) – A intervenção arqueológica no Castelo de São João da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços, In PAULINO, Francisco F. (coord.), *A arquitectura militar na expansão portuguesa. Porto (...) 1994* [Catálogo], s/l., CNCDP, p. 71-80

OSÓRIO, Maria Isabel P.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(1994) – Intervenção arqueológica municipal no Porto - resultados, problemas e potencialidades. *Bracara Augusta.* 45 [Actas do 2º Encontro de Arqueologia Urbana]. Braga, p. 87-102

OSÓRIO, Maria Isabel P.; **SILV**A, António Manuel S. P.

(2002) – Arqueologia de um Espaço Urbano. A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto): primeira notícia. *In* BARROS, L.; HENRIQUES, F. (coord.) - *3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997). Actas*. Almada: Museu Municipal, p. 83-95

OZCARIZ GIL, Pablo

(2006) – *Los* Conuentus *de la Hispania Citerior*. Madrid: Universidad Rey Juan Carlos; Dykinson

(2009) – Organización administrativa y territorial de las províncias hispanas durante el Alto Império. In ANDREU PINTADO, Javier; CABRERO PIQUERO, Javier; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Hispaniæ. Las provincias hispanas en el mundo romano.* Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, p. 322-344

(2012) – Divisiones administrativas conventuales y realidades etno-territoriales. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.) – *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano* [Revisiones de Historia Antigua, VII].Vitória, p. 557-579

PAÇO, Afonso do

(1966) – Citânia de Mósinho (Penafiel). I – Escultura de Guerreiro Calaico. *Lucerna*, 5 [Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia]. Porto, p. 555-560

PAGANI, Lelio

(1990) – *Claudii Ptolemaei: Cosmographia. Tavole dela Geografia di Tolomeo*. Prezentacione di Lelio Pagani. Torriana: Stella Polare Editrice

PAIS, Ettore

(1920) – *Fasti Triumphales Populi Romani. Parte Prima: testo e commento storico*. Roma: Dr. A. Nardecchia, editore

PAIVA, Maria Belém C. Campos

(1993) – *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do Norte de Portugal.* Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PALAO VICENTE, Juan J.

(2016) – El ejército romano y el noroeste hispano durante época augústea. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 89-108

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

PALOL, Pedro

(1989-1990) – Los edifícios de culto en la ciudad de Clunia. *Anas*, 2-3 Mérida, p. 37-56

PARCERO OUBIÑA, César

(2005) – Variaciones en la función y el sentido de la fortificación a lo largo de la Edad del Hierro en el NO de la Península Ibérica. In BLANCO, António; CANCELO, Carlos; ESPARZA, Ángel (eds.) – *Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica. Encuentro de Jóvenes Investigadores*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 11-33

PARCERO-OUBIÑA, César; **AYÁN VILA**, Xurxo

(2016) – A paisaxe fortificada. In CRIADO BOADO, Felipe; PARCERO-OUBIÑA, César; OTERO VILARIÑO, Carlos; CABREJAS, Elena (eds.) – *Atlas arqueolóxico da paisaxe galega*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, p. 189-223, com estampas no final do volume

PARCERO OUBIÑA, César; **AYÁN VILA**, Xurxo; **FÁBREGA ALVAREZ**, Pastor; **TEIRA BRIÓN**, Andrés

(2007) – Arqueología, Paisaje y Sociedad. In GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco J. (ed.) – *Los pueblos de la Galicia Céltica*. Madrid: Akal, p. 131-258

PARCERO-OUBIÑA, César; **COBAS FERNÁNDEZ**, Isabel

(2004) – Iron Age Archaeology of the Northestern Iberian Peninsula. *e-keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6. Milwaukee (USA), p. 1-72

PARGA DANS, Eva

(2019) – Heritage in danger. The collapse of commercial archaeology in Spain. *Archaeological Dialogues*, nr. 26. Cambridge University Press, p. 111-122. Em linha: https://doi.org/10.1017/S1380203819000217

PARGA DANS, Eva; **ALONSO GONZÁLEZ**

(2020) – The Unethical Enterprise of the Past: Lessons from the Collapse of Archaeological Heritage Management in Spain. *Journal of Business Ethics*. Em linha.https://doi.org/10.1007/s10551-020-04504-6

PASTOR MUÑOZ, Maurício

(2003) – *Viriato, a luta pela liberdade*. 2ªed. Lisboa: Ésquilo

PATTERSON, Lee E.

(2013) – Geographers as mythographers: the case of Strabo. In TRZASKOMA, Stephen M.; SMITH, R. Scott, eds. – *Writing Myth: Mythography in the Ancient World.* Leuven; Paris; Walpole, MA: Peeters, p. 201-221

PAZOS RODRÍGUEZ, Oscar

(2018) – *A invención da Gallaecia e a minaría do ouro: unha tese sobre as orixes de Galicia*. Vigo: Aterra Libros

PEIXOTO, António da Rocha

(1905-1908) – Sepulturas abertas em rocha. *Portugalia. Materiaes para o estudo do Povo Portuguez*, tomo 2. Porto, p. 287-288

PELLETIER, André

(1982) – *L'Urbanisme Romain sous l'Empire*. Paris: Picard

PELLETIER, Agnès; **JACOB**, Pierre; **DOMERGUE**, Claude; **HERAIL**, Gérard

(1985) – Projection du film «Mines d'or romaines en Espagne». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. 21, Madrid, p. 473-476

PEÑA SANTOS, António de la

(1996) – A secuencia cultural do mundo castrexo galaico. In HIDALGO CUÑARRO, José M. (coord.) – *A Cultura Castrexa Galega a debate*. Tui: Instituto de Estudios Tudenses, p. 63-103

PEREA YÉBENES, Sabino

(2017) – *Triumphatores ex Hispania* (36-26 a.C.) según los *Fasti Triumphales. Gerión. Revista de Historia Antigua.* Vol. 35, Nº Esp. Madrid, p. 121-149

PEREIRA, Ana R.

(2004) – A faixa litoral. In FEIO, Mariano; DAVEAU, Susanne (org.) – *O Relevo de Portugal: grandes unidades regionais*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 133-147

PEREIRA, Felipe S. M.

(2018) – *A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de* Bracara Augusta. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

PEREIRA, Félix Alves

(1906) – Ara celtibérica da época romana (um novo «Génio»). *O Archeologo Portuguez*. 1.ª série, 12. Lisboa, 36-52

(1907) – Geographia protohistorica da Lusitania. Situação conjectural de Talabriga. *O Archeologo Portugues*. 1.ª série, 12. Lisboa, 129-158

PEREIRA, Gabriel Rocha

(2019) – Artefactos, encuentros e ideas: reflejos meridionales en la Protohistoria del Noroeste de Portugal. In FERRER ALBELDA, Eduardo (ed.) - *La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad.* Alcalá de Henares: Universidad de Alcala; Universidad de Sevilla, p. 449-497

PEREIRA, Gabriel Rocha; **ARRUDA**, Ana Margarida

(2017) – Boats carved on the Atlantic coast of the Iberian peninsula. Landscape, symbols and people. In BETTENCOURT, Ana M. S.; SANTOS ESTÉVEZ, Manuel; SAMPAIO, Hugo A.; CARDOSO, Daniela (eds.) – *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene rock-art of the Iberian Atlantic north-west*. Oxford: BAR Int. Series 2878, p. 193-207

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

PEREIRA, Gaspar Martins

(2005) – Memória do rio. In CARVALHO, Adelina; LOPES, Amélia; WELLENKAMP, Margarida, coord. – *O rio*. Porto: Panmixia, associação cultural, p. 19-43

PEREIRA, Isabel

(1975) – Moedas tardo-romanas da necrópole das Duas Igrejas (concelho de Penafiel). *Conimbriga*. Coimbra. 14, p. 185-197

PEREIRA, Jaqueline

(2009-2010) – Para um novo paradigma da Arqueologia de emergência em Portugal. *Promontoria*, 7-8. Faro, p. 135-176

PEREIRA, João Paulo; **MARTINS**, Ivone P.

(1995) – Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica. *Al-Madan*, 2.ª série, 4. Almada, p. 87-93

PEREIRA, M.ª Helena Rocha

(1984) – *Estudos de História da Cultura Clássica. Vol 2. Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

PEREIRA, Sérgio, **SASTR**E, José; **GASPAR**, Rita, **ESPÍ**, Israel, **PEREIRA**, José, **MATEOS**, Rosa; **LARRAZABAL**, Javier

(2015) – O Povoado da Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro, Portugal): fortificação e controlo de um território. In RODRÍGUEZ, Óscar; PORTILLA, Raquel; SASTRE, José; FUENTES, Patricia (eds.): *Fortificaciones de la Edad del Hierro: control de los recursos y el territorio*. Valladolid: Glyphos, p. 277-289

PEREIRA, Teresa Rita V. Mateus

(2014) – Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira, p. 322-342. Em linha: https://www.cm-vfxira.pt/pages/2490

(2018) – *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Tese de Doutoramento em História-Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

PEREIRA DA SILVA, Fernando A.; **FIGUEIRAL**, Isabel

(1986) – *Escavações Arqueológicas em Lavra: as Salinas Romano-Medievais da Praia de Angeiras*. Sep. do «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», 30. Matosinhos

PEREIRA-MENAUT, Gerardo

(1978) – *Caeleo Cadrolionis f. Cilenus… Berisamo et al.* : Centuria or Castellum ? A discussion. *Hispania Antiqua*, 8. Valladolid, p. 271-281

(1982) – Los castella y las comunidades de Callaecia. *Zephyrus,* 34-35, Salamanca, p. 249-267

(1983a) – Limiar. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 9-17

(1983b) – Las comunidades galaico-romanas. Hábitat y sociedad en transformación. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) – *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 199-211

(1984) – La formación histórica de los pueblos del norte de Hispania. El caso de *Callaecia* como paradigma. *Veleia,* 1 (1984). Vitoria, p. 271-287

(1985-1986) – Una nueva *tabula patronatus* en el noroeste de Hispania. In GORROCHATEGUI, Joaquin; SANTOS YANGUAS, Juan; MELENA, José Luis (eds.) – *Studia Palaeohispanica: Actas del 4 Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vittoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. [«Veleia», n.º monog., 2-3]. Vitoria, p. 299-303

(1988) – Cambios estructurales versus romanización convencional. La transformación del paisaje político en el Norte de Hispânia. In ARCE, Javier; González, J. (ed.) – *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de "Archivo Español de Arqueologia", IX). Madrid: CSIC, p. 245-259

(1992a) – Aproximación crítica al estudio de la etnogénesis. La experiencia de Gallaecia. In ALMAGRO GORBEA, M. y G. RUIZ ZAPATERO, G. (eds.) – *Paleoetnología de la Península Ibérica. Actas del I Congreso de Paleoetnología de la Península Ibérica*. *Complutum* 2-3 (1992). Madrid 1992, p. 35-43

(1992b) – "Callaecia". In *Conquista romana y modos de intervención en la organización urbana y territorial. Primer Congreso histórico-arqueológico hispano-italiano. Elche 1989. (Dialoghi di Archeologia*, 10). Milano, p. 319-325

(1994) – Cognatio Magilancum. A propósito de la investigación sobre las sociedades indígenas del Norte de Hispânia. In González, C.; Santos, J. (eds.) – *Las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica* [Revisiones de Historia Antigua, 1]. Vitoria, 1994, p. 105-116

(1995) – Epigrafía 'política' y primeras culturas epigráficas en el Noroeste de la Península Ibérica. In BELTRÁN LLORIS, Francisco (ed.) – *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente. Zaragoza 1992.* Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 183-196

(1997a) – Un pobo e unha natio moi particulares. In PEREIRA MENAUT, G. (coord.) – *O Feito Diferencial Galego. A Historia*. Vol. 1. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 237-249

(1997b) – Introducción. In VV.AA. – *Galicia Terra Única: Galicia Castrexa e Romana*. S.l.: Xunta de Galicia, p. 23-27

(1998a) – Reflexions en clave histórica sobre Monte Mozinho. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida - I* [«Cadernos do Museu», 2]. Penafiel, p. 37-50

(1998b) – Los Galaicos. In RODRÍGUEZ NEILA, Juan F.; NAVARRO SANTANA, F. (eds.) – *Los Pueblos Prerromanos del Norte de Hispania: una transición cultural como debate histórico.* Pamplona: EUNSA, p. 301-24

(2005a) – Novas perspectivas sobre a vida nos castros galaico-romanos. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 225-231

(2005b) – Fundamentos históricos para o estudo (xenético) da poboación do Noroeste peninsular. In CARRACEDO, Anxo; PEREIRA, Gerardo – *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular. Unha perspectiva interdisciplinaria. Actas das xornadas celebradas os dias (...) 2002 en Santiago de Compostela*. Santiago: Consello da Cultura Galega, p. 147-166 (citar publicação original *Os Outros em Eu*)

(2005c) – Ciudadanía romana clássica *us*. Ciudadanía europea. Innovaciones y vigência del concepto romano de ciudadanía. *Historia Actual Online* (HAOL), 7. Cádiz, p. 143-150. https://historiaactual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/download/ 108/98

(2009) – O moderno debate sobre a romanización. In DOPICO, Dolores; VILLANUEVA, M.; RODRÍGUEZ, P. (eds) – *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea. Actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza*. Lugo: Deputación de Lugo, p. 15-29

(2010) – El moderno debate sobre la romanización. *Veleia*. 27 (2010). Vitoria, p. 239-253

(2015) – La revolución del paisaje de *Gallaecia* en presencia del catalizador romano. In PEREIRA-MENAUT; PORTELA SILVA, Ermelindo (eds.) – *El territorio en la historia*

de Galicia. Organización y control. Siglos I-XXI. Santiago de Compostela: Universidade, p. 15-35

PEREIRA-MENAUT, Gerardo; **SANTOS YANGUAS**, Juan

(1980) – Sobre la romanización del Noroeste de la Peninsula Ibérica: las inscripciones com mención del *origo* personal. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1979)*. Vol. 3. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 117-129

PERES, Damião

(1962) – Origens do Porto. In PERES, Damião; CRUZ, António, dir. – *História da Cidade do Porto*. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, p. 15-93

PERES, Damião; **CRUZ**, António, dir.

(1962) – *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora

PERESTRELO, Manuel Sabino

(2003) – *A Romanização na bacia do rio Côa*. S.l.: Parque Arqueológico do Vale do Côa

PÉREZ GONZÁLEZ, Cesáreo; **ILLARREGUI GÓMEZ**, Emílio; **MORILLO CERDÁN**, Angel

(1995) – Reflexiones sobre las monedas de la *caetra* procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia). In GARCÍA-BELLIDO, M.ª Paz; CENTENO, Rui M. S. (eds.) – *La moneda hispánica, ciudad y território. Actas del I Encuentro Peninsular de numismática antigua*. (Anejos *AEspA*, XIV) Madrid: CSIC, p. 199-206

PÉREZ LOSADA, Fermín

(1987) – Sobre o concepto de «*villa*» no mundo romano. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 4. Braga, p. 79-110

(1991) – Los Asentamientos en la Galicia Romana. In *Historia de Galicia*, I. A Coruña: Hércules Ed., p. 403-441

(1996) – Hacia una definición de los asentamientos rurales en la *Gallaecia*: poblados (*vici*) y casas de campo (*villae*). In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio Internacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 189-197

(1998) – Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 16. Lisboa, p. 157-174

(2002) – *Entre a Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico dos «aglomerados secundários» romanos en Galicia*. [Brigantium, 13]. A Coruña: Museo Arqueolóxico

PÉREZ MACÍAS, Juan A.

(2009) – Las inscripciones funerarias de comienzos del siglo I en Huelva, ¿Migración o colonización? In *Espacios, usos y formas de la epigrafía hispana en épocas Antigua y Tardoantigua: homenaje al Dr. Armin Stylow* (Anejos de AEsPA, 48). Madrid: CSIC; Insituto de Arqueología de Mérida, p. 285-297

PÉREZ VILATELA, Luciano

(1991) – Etnias y divisiones interprovinciales hispano-romanas en Estrabón. *Klio. Beiträge zur Alten Geschichte*, 73. Berlin, p. 459-467

(2000a) – De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. In GORGES, Jean-Gérard; NOGALES, BASARRATE, Trinidad (coord.) – *Sociedad y cultura en* Lusitania Romana*. IV Mesa redonda internacional*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 73-84

(2000b) – *Lusitania: Historia y Etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia

PICARD, Gilbert

(1960) – L'arc de Carpentras. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, vol. 104: 1. Paris, p. 13-16

PINA, Luís de

(1965a) – A arqueologia portuense na *Anacrisis* de Pereira de Novais. *Lucerna*. 4. Porto, p. 63-74

(1965b) – O Porto na conquista de Lisboa. In MUNICÍPIO DO PORTO, ed. – *Duas Cidades ao serviço de Portugal. Subsídios para o estudo das relações de Lisboa e Porto durante oito séculos*. Vol. 1. Porto: Câmara Municipal, p. 1-42

PINA POLO, Francisco

(2010) – *La crisis de la República (133-44 a.C.).* Madrid: Sintesis

PINHEIRO, Rui

(2012) – Castro de Baltar (Paredes): notícia preliminar. *Al-Madan online*, 2ª Série, 17 (1), jun. 2012. Almada, p. 165-166. Disp. em https://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_17_1

PINHO, Jorge M. R. Araújo

(2009) – *O Iº milénio a.C. e o estabelecimento rural romano na vertente fluvial do Ave. Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial.* Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

PINHO, José de

(1928) – *A ara de Marecos*. (Separata de «Penha-Fidelis», 1.º ano, n.º 6 e 7). Penafiel: Biblioteca Municipal de Penafiel

(1929) – A Cividade de Eja. *Penha Fidelis*, 1. Penafiel, p. 182-187

(1931) – *A necrópole calaico-romana do Mòsinho*. [Sep. de «Penha-Fidelis», 2]. Penafiel : s.n. [Tipografia Minerva]

PINTO, António J. Nunes

(2002) – *Bronzes Figurativos Romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia

PINTO, Filipe M. S.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2010) – Panorama da actividade arqueológica no Entre Douro e Vouga. Salvaguarda, gestão, investigação e valorização. In PINTO, Filipe M. S. (coord.) – *Arqueologia da*

Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2010, p. 17-42

PINTO, Gilda Correia

(1996) – *A Necrópole de Montes Novos - Croca, um cemitério da* Gallaecia Tardorromana. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1998) – A necrópole romana de Montes Novos, Croca, Penafiel. In SOEIRO, Teresa (coord.) – *Monte Mozinho, 25 anos de trabalhos arqueológicos*. [«Cadernos do Museu, 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 187-244

PINTO, Paulo Costa

(1997), coord. – *Raízes de Vila do Conde*. Vila do Conde: APPA-VC

(2000) – Vila do Conde Arqueológica. *Al-Madan*, 2ª série, 9. Almada, p. 147-150

PINTO, Pedro M. B. Ferreira

(2017) – *A Guerra Sertoriana (80 – 72 a.C.).* Tese de Doutoramento em História Antiga apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PINTO, Rui de Serpa

(1927) – Introdução à arqueologia portucalense. *O Tripeiro*. 3ª Série. n.º 2 (25). Porto, p. 24-25

(1928) – Cemitério luso-romano do lugar das Bicas. *O Povo da Maia*, n.º 53. Maia, p. 10

(1929) – Nótulas ceramográficas. I – Um vaso pintado, de Lamego. *O Arqueólogo Português*, 1.ª série, 27 (1925-1926). Lisboa, 1929, p. 159-164

PINTO, Sérgio da Silva

(1965) – O problema de Portucale. Novas teorias, novas conclusões. *Lucerna*. 4. Porto, p. 15-82

(1966) – Em torno do problema de Portucale. *Lucerna*. 5. Porto, p. 83-95

(1968) – *Breves notas sobre presúrias do século IX na Terra Portugalense. A respeito de Vímara Peres*. Porto: Câmara Municipal, p. 83-95

PIRES, Maria da Conceição

(2006) – *Joaquim Neves dos Santos: o amor pelo Passado.* S.l.: Edium editores

(2012) – *Contributos para o estudo do Povoamento do concelho de Matosinhos da Pré-história ao século VIII*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(2018) – *Matosinhos: do Paleolítico ao Séc. X.* Vol. 1. Matosinhos: Seda publicações

PIRES, Maria da Conceição; **PEREIRA**, Pedro

(2014) – Os recipientes de tipo *dolium* do Castro de Guifões (Guifões, Matosinhos) – novos dados para o estudo da romanização de um castro marítimo. *Al-Madan Online*, 2.ª série, 18: 2. Almada, p. 125-130

PITILLAS SALAÑER; Eduardo

(2010a) – *El ejército romano en el norte y noroeste de Hispania. Conquista, ocupación e integración de la población indígena*. Zaragoza: Libros Pórtico

(2010b) – Algunas consideraciones en torno a la *impregnación* (asimilación) de lo romano sobre las poblaciones indígenas del Norte y Noroeste de *Hispania*. Un punto de vista crítico y general. *Hispania Antiqua*, 33-34 (2009-2010). Valladolid, p. 169-186

PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo

(2002) – La estructuración territorial y étnica del *Conventus Bracarensis*. *Minius*, 10. Vigo, p. 111-134

(2004) – La configuración étnica del occidente peninsular en la perspectiva de los escritores grecorromanos. *Studia Historica. Historia Antigua*, 22. Salamanca, p. 15-42

(2008) – *Las províncias hispanas durante el Alto Imperio Romano*. [História de España, IV, dir. Alfrdo Alvar Ezquerra]. Madrid: Istmo

(2009a) – Las Islas Casitérides, en los límites de la realidade. *Studia Historica, Historia Antigua*, 27. Salamanca, p. 49-56

(2009b) – Los pueblos prerromanos y sus observadores. In SASTRE PRATS, Inés (coord.) – *Arqueologia Espacial: Identidades* («Arqueologia Espacial», 28), Teruel, p. 47-61

PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth

(2012) – *Gallaecia* en tiempos del reino visigodo de Toledo: sus emisiones monetárias. In CEBREIRO ARES, F. (ed.) – *Introducción a la historia monetária de Galicia (s. II a.C. – XVII d.C.).* La Coruña: Labirinto de Paixóns, p. 65-105

POLANYI, Karl

(1977) – *The Livelihood of Man*. Ed. Harry W. Pearson. New York; London: Academic Press

PONTE, Miguel Nunes da

(1987) – Algumas notas sobre os atravessamentos do Douro a partir de Gaia. O tempo dos barcos e os locais de passagem. *Gaya*, 5. Vila Nova de Gaia, p. 215-228

PRAG, Jonathan R. W.

(2007) – Roman Magistrates in Sicily, 227-49 BC. In *La Sicile de Cicéron: lecture des Verrines. Actes du colloque de Paris (19-20 mai 2006).* Besançon: Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, p. 287-310. https://www.persee.fr/doc/ista_0000-0000_2007_act_1030_1_2491

PRIETO ARCINIEGA,

Alberto (1998) – La aportación de Marcelo Vigil al concepto de Romanización de la Península Ibérica. In In HIDALGO, M.ª José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel J. R. (eds.) – «*Romanización» y «Reconquista» en la península ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Ediciones Universidad, p. 141-153

PRONTERA, Francesco

(2006) – La Penisola Iberica nella cartografia ellenistica. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Málaga (Deputación) – Madrid (Casa de Velazquez), p. 15-29

QUEIROGA, Francisco Reimão

(2003 [1992]) – *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series, 1198) [= Dissert. Doutoramento apresentada à Universidade de Oxford, UK]

(2005) – Materiais e técnicas construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 155-166

(2007) – The Late Castro Culture of Northwest Portugal: Dynamics of Change. In GOSDEN, Chris; HAMEROW, Helena; DE JERSEY, Philip; LOCK, Gary (eds.) – *Communities and Connections: Essays in Honour of Barry Cunliffe*. Oxford: Oxford University Press, p. 169-179

(2015) – As cabanas do Castro de Penices, e a evolução da arquitectura doméstica dos castros. *Portugalia*. Nova Série, 36. Porto, p. 263-276

QUEIROZ, Francisco

(1997) – Do megalitismo à romanização. In CIDADE, José Carlos *et al.* – *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – V. N. Gaia): subsídios para uma Monografia*. Vol. 1. Madalena: Junta de Freguesia, p. 34-38

RACZYNSKA, Marta

(2016) – Rethinking the «otherness». Selected aspects of Roman proto-ethnography of the European Barbaricum. *Kultura i Historia*, 29, Lublin, p. 102-121

RAMALHO, Américo da Costa

(1985) – *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: INIC

RAMÍREZ GOICOECHEA, Eugenia

(2011) – *Etnicidad, identidade, interculturalidade. Teorías, conceptos y processos de la relacionalidad grupal humana*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces

RAMÍREZ SÁDABA, José Luis

(2009) – Integración onomástica y social de los indígenas de la Beturia Céltica. *Acta Palaeohispanica X* (*Palaeohispanica*, 9). Zaragoza, p. 215-226

RAMOS, António F.

(1992) – *Lavra: apontamentos para a sua monografia*. 2ª ed. S.l.: [Lavra, Matosinhos]: Paróquia de Lavra (reedição da edição original de 1943)

RAMOS, Catarina

(2005) – Os recursos hídricos superficiais. In MEDEIROS, Carlos A. (dir.); FERREIRA, António B., coord. (2005) – *Geografia de Portugal. I. O Ambiente físico*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 397-404

RAMOS, J, Joaquim F.

(2017) – *Contributo para o estudo das cerâmicas finas tardias da Igreja do Bom Jesus de Gaia (Estágio no Solar Condes de Resende).* Dissertação de Mestrado (Relatório de Estágio) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(2020) – Cerâmicas e vidros da antiguidade tardia do edifício sob a igreja do Bom Jesus (Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos

Arqueólogos Portugueses, p. 1479-1491. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-251/arqa109

RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir.

(1994) - *História do Porto.* Porto: Porto Editora

RAMOS, Rui

(2020) – Um *horreum* augustano na foz do Douro (Monte do Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1305-1309. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa95

RAMOS, Rui; **CARVALHO**, José

(2020) – O sítio do Rei Ramiro: contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia). *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 14 (abr. 2020). Lisboa: Era Arqueologia, SA, p. 67-81. Em linha: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos

RAPOSO, Luís

(2021) – *Arqueologia, Património e Museus. Meio século de intervenção cívica e cultural*. Lisboa: Edições Colibri

RAU, Virgínia

(1984) – A exploração e o comércio de sal em Setúbal – Estudo de história económica. In RAU, Virgínia – *Estudos sobre a história do sal português* (edição preparada por José Manuel Garcia). Lisboa: Ed. Presença

REAL, Fernando

(2001) – A nova Lei do Património Cultural Português. *Al-Madan*, 2.ª série, 10. Almada, p. 92-94

REAL, Manuel Luís

(1984) – Arqueologia portuense em 1984. Notícia sobre as operações de salvamento no morro da Sé, em áreas de intervenção do CRUARB. *Arqueologia*. 10. Porto, p. 75-9

(1994) – A tradicional Casa do Infante. In REAL, Manuel L. (coord.) - *Henrique o Navegador. Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do* In*fante D. Henrique*. Porto: Câmara Municipal, p. 135-95

(1998) – Ara consagrada aos Lares Marinhos. In PEREIRA, F. B. *et al*. (coord.) – *A Arte e o Mar. Museu Calouste Gulbenkian. [Catálogo de exposição]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 45

(1999), coord. – *«Um olhar sobre o Porto Medieval». Roteiro da Exposição*. Porto: Câmara Municipal

(2001) – A construção medieval no sítio da Sé. *Monumentos*. 14. Lisboa, p. 9-19

(2005) – *Primórdios da história urbana do Porto. Entre a pré-história e a Idade Média.* Porto: Câmara Municipal (DMA/AHMP). Documento electrónico. Microsoft PowerPoint [Apresentação de apoio a uma conferência proferida na Associação Comercial Portuense]

(2012) - Materiais de construção utilizados na arquitectura cristã da alta Idade Média, em Portugal. In MELO, Arnaldo S.; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM; LAMOP, p. 89-125

(2017) – A Sé Catedral do Porto no momento da restauração da Diocese e a subsequente reforma romano-gótica. In AMARAL, Luís C. (coord) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, p. 47-117

REAL; Manuel L.; **BRAGA**, Maria Helena G., coord.

(2001) – *A Ponte e a Avenida. Contradições urbanísticas no centro histórico do Porto. Exposição organizada pelo Departamento de Arquivos da C. M. Porto* (…). Porto: Câmara Municipal

REAL, Manuel L.; **OSÓRIO**, Maria Isabel

(1993) – A Cidade: lugares primeiros. Rua D. Hugo, nº 5. *In* OSÓRIO, Maria Isabel P. (coord.) - *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, p. 15-24

REAL, Manuel L.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2018) – Portumcalem Castrum Novum na época sueva. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios.* Ourense: Deputación Provincial, p. 205-210

REAL, Manuel L. **[*et al.*]**

(1985-1986) – REAL, Manuel L.; TÁVORA, Mª José; OSÓRIO, Mª Isabel P.; TEIXEIRA, Filipe, F. – Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série (3/4). Porto, p. 7-60

(1995) – REAL, Manuel L.; GOMES, Paulo. D.; TEIXEIRA, Ricardo J.; MELO, M. R. – Intervenção Arqueológica na Casa do Infante (Porto). Avaliação do projecto em Dezembro de 1994, In *1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993) – Actas*, vol. 7. Porto: SPAE, p. 503-29

REAL, Manuel L. *et al.*

(1993) – A cidade do rei: o outro lado do rio da Vila. A Casa do Infante. *In* OSÓRIO, Maria Isabel P. (coord.) - *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, p. 35-42

REALI, Marco

(2014) – *Cagli: la Mutatio, il Vicus, la Civitas altomedievale. La storia antica di Cagli rivista alla luce delle nuove scoperte archeologiche*. Cagli: Archeoclub di Cagli verificar

REDENTOR, Armando

(2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 24]

(2009) – Ara funerária de Melres (Gondomar). *Ficheiro Epigráfico*. 89. Coimbra, n.º 403

(2014) – *Cale*: un puerto de la *Callaecia* meridional. *In* ECK, Werner; FUNKE, Peter (eds.) – *Öffentlichkeit - Monument – Text. XIV Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae – Akten*. Berlin: de Gruyter, p. 443-445

(2016) – Da exibição de inscrições em santuários rupestres: os casos da Fonte do Ídolo e de Panóias. In DONATI, Angela (ed.) – *L'iscrizione esposta: Atti del Convegno Borghesi 2015*. Faenza: Fratelli Lega (Epigrafia e Antichità; 37), p.189-220

(2017a) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade [Tese de doutoramento em História-Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011]

(2017b) – Práticas epigráficas e termalismo terapêutico no noroeste da Hispânia na época romana. In MATILLA SÉIQUER, Gonzalo; GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (eds.) – *Termalismo Antiguo en Hispania. Un análisis del tejido balneário en época romana y tardorromana en la península ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 78. Madrid, p. 467-483

REED, Nicholas

(1978) – Pattern and Purpose in the Antonine Itinerary. *The American Journal of Philology,* 99 (2). Baltimore, p. 228-254. doi:10.2307/293648

RÊGO, Pedro

(2015) – A Lenda ou as Lendas de Gaia. *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, 81. Vila Nova de Gaia, p. 36-43

REHER, Guillermo S.

(2011) – The 'Introduction to Ethnicity Syndrome' in Proto-historical Archaeology. In MOORE, Tom; ARMADA, Xose-Lois (eds.) – *Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the divide*, Oxford: Oxford University Press: p. 656–667

REHER, Guillermo S.; **FERNÁNDEZ-GÖTZ**, Manuel

(2015) – Archaeological narratives in ethnicity studies. *Archeologické rozhledy*, 67 (3). Praga, p. 400-416

REIS, Maria Pilar M.

(2014) – De Lusitaniae Urbium Balneis. *Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia.* Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra

REMPIS, Peter

(1993) – *Quintus Sertorius und der Krieg in Spanien. Zu Quellenlage und Sekundärliteratur - Darstellung - ausgewählte Probleme*. Dissertação de Mestrado em História da História Antiga apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Tübingen. http://hdl.handle.net/10900/46145

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RENFREW, Colin

(1996) – Prehistory and the identity of Europe, or, don't let's be beastly to the Hungarians. In GRAVES-BROWN, Paul; JONES, Siân; GAMBLE, Clive, eds. – *Cultural Identity and Archaeology. The construction of European communities*. London and New York: Routledge, p. 125-137

RENZI, Francesco; **MARIANI**, Andrea

(2020) – Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e a diocese de *Magneto*/Meinedo (sécs. VI-VII). *Portugalia,* Nova Série, 41. Porto, p. 91-121. DOI: https://doi.org/10.21747/09714290/port41a5

RESENDE, Nuno

(2015) – *Cales*: a pedra e a palavra: propostas para uma análise do nascimento e percurso histórico de um santuário. *Douro – Vinho, História & Património*, 4. Porto, p. 351-374

REY CASTELAO, Ofélia

(2006) – *Los mitos del Apóstol Santiago*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago; Nigratrea

REY CASTIÑEIRA, Josefa

(1988) – Problemas de compartimentación espacial do castrexo galaico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (3-4). Porto, p. 167-177

(1991a) – *Yacimientos Castreños de la Vertiente Atlántica. Análisis de la cerámica indígena*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

(1991b) – Cerámica indígena de los castros costeros de la Galicia occidental: Rías Bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña. *Castrelos*, 3-4 (1990-1991). Vigo, p. 141-163

(1993) – *Cuestiones de tipo territorial en la cultura castreña*. Sep. de «Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología». Vigo

(1996) – Referencias de tempo na cultura material dos castros galegos. In HIDALGO CUÑARRO, José M. (coord..) – *A Cultura Castrexa Galega a debate*. Tui: Instituto de Estudios Tudenses, p. 159-206

(1999) – Sequencia cronológica para el castreño meridional galaico: los castros de Torroso, Forca y Trega. *Gallaecia*, 18. Santiago de Compostela, p. 157-178

(2014) – A olaria castreja de tradição Minho. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo, SOUSA, M.ª José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Tomo 1 (Monografias da SECAH II). Porto; Madrid: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Ex Officina Hispana, p. 289-302

(2020) – Tradicións na cerámica dos castros da Galiza, ao longo do tempo e do espazo. A percepción dende unha liña de investigación interdisciplinar. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 229-257

RIBEIRO, André Tomé

(2016) – O Marco Miliário da Barca, concelho da Maia. Contributo para o estudo da rede viária de época romana. *Revista da Maia*. Nova Série, Ano 1, N.º 1 (jan.-jun. 2016). Maia: Câmara Municipal, p. 9-22. Em linha: https://www.cm-maia.pt/cmmaia/uploads/document/file/1715/REVISTA_MAIA_1_-_1.pdf

RIBEIRO, João M. G.

(2010) – *O tecido urbano flaviense: de* Aquæ Flaviæ *a Chaves medieval*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

RIBEIRO, João M. G.

(2012) – O tecido urbano flaviense: de *Aquæ Flaviæ* a Chaves medieval: síntese de resultados. In RIBEIRO, Maria Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, p. 99-125

RIBEIRO, Jorge M. Pinto

(2013) – *Arquitectura Romana em* Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento

RIBEIRO, José Cardim, coord.

(2002) – *Religiões da Lusitânia:* loquuntur saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia

RIBEIRO, José Cardim; **FERNANDES**, Carla A.

(2002) – Ara publicamente consagrada a *Nabia Corona* e a outras divindades. In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *Religiões da Lusitânia:* loquuntur saxa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 371-372, n.º 17

RIBEIRO, Manuela C. S.

(2002) – Acompanhamento arqueológico dos trabalhos de recuperação urbana nas Ruas do Bairro da Sé (Porto). Metodologia e resultados preliminares. In BARROS, L.; HENRIQUES, F. (coord.) - *3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997). Actas*. Almada: Museu Municipal, p. 23-35

(2008) – A cozedura de olaria preta em Coimbrões segundo os dados da intervenção arqueológica na Rua da Soenga (Vila Nova de Gaia). In *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 367-380

RIBEIRO, Manuela C. S.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2008) – Uma sondagem arqueológica na Fábrica de Cerâmica de Miragaia. In CORREIA, Margarida R. (Coord.) – *Fábrica de Louça de Miragaia. Museu Nacional de Soares dos Reis (...) Museu Nacional do Azulejo (...)* [Catálogo]. Lisboa: Ministério da Cultura/IMC, p. 85-89

RIBEIRO, Maria do Carmo F.

(2008) – *Braga entre a época Romana e a Idade Média - Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

RIBEIRO, Maria do Carmo; **MARTINS**, Manuela

(2018) – A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões – Revista de História da Ufes*, 40 (jan.-jun. 2018). Espírito Santo [Brasil], p. 11-38. Em linha: https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/19079/13717

RIBEIRO, Orlando; **LAUTENSACH**, Hermann; **DAVEAU**, Suzanne

(1987) – *Geografia de Portugal. I. A posição geográfica e o território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RICHARDSON, John S.

(1998) – *Hispania y los Romanos* (Historia de España, dir. John Lynch, II). Barcelona: Crítica

RICKMAN, Geoffrey

(1971) – *Roman granaries and store buildings*. Cambridge: University Press

RÍOS GONZÁLEZ, Sérgio

(2000) – Consideraciones funcionales y tipológicas en torno a los baños castreños del NO de la Península Ibérica. *Gallaecia* 19. Santiago de Compostela, p. 93-124

(2002) – Edificios balnearios en castros del noroeste de la Península Ibérica. Precisiones en torno a sus características estructurales y cronologia. *Bolskan*, 19. Huesca, p. 377-392

(2017a) – *Los baños castreños del noroeste de la península Ibérica*. Pola de Siero: Ménsula Ediciones

(2017b) – Un nuevo espejismo historiográfico: el termalismo castreño prerromano. *Nailos. Estudios interdisciplinares de Arqueología*, 4. Oviedo, p. 187-127

RIVAS MARTÍNEZ, Salvador; **DÍAZ GONZÁLEZ**, Tomás; **FERNÁNDEZ GONZÁLEZ**, Federico; **IZCO SEVILLANO**, Jesús; **LOIDI ARREGUI**, Javier; **LOUSÃ**, Mário; **PENAS MERINO**, Ángel

(2002) – Vascular plant communities of Spain and Portugal. Addenda to the syntaxonomical checklist of 2001, Parte II. *Itinera Geobotanica*, 15(2). León, p. 433-922

ROCHA, Charles

(2011) – *O Centro Cívico de Tongobriga. Contributos para a sua reconstituição conjectural*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

(2015) – Reflexões sobre o desenho urbano de Tongobriga. In: ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: FLUP-CITCEM/Edições Afrontamento, p. 31-187

ROCHA, Charles; **DIAS**, Lino Tavares; **ALARCÃO**, Pedro

(2015) – *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: FLUP-CITCEM; Edições Afrontamento

ROCHA, Leonor; **BRANCO**, Gertrudes

(2017) – Gestão do património arqueológico em intervenções de minimização e salvaguarda. In ARNAUD, José M.; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 287-291. http://hdl.handle.net/10174/21630

RODÀ DE LLANZA, Isabel

(1998) – El papel de Agripa en la trama urbana de la Hispania Augustea. In RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996).* Vol. I. Lugo: Diputación Provincial, p. 275-293

(2004) – Agripa y el comercio del plomo. *Mastia. Revista del Museo Arqueológico Municipal de Cartagena*, 3. Cartagena, p. 183-194

(2005) – La figura de Agripa en Hispania. In PÉREZ-GONZÁLEZ, Cesáreo; ILLARREGUI, Emilio (coord.) – *Actas del Congreso Arqueología militar romana en Europa (Segovia, 3-14 de julio de 2001)*. Segovia: Junta de Castilla y Léon; Universidad SEK, p. 319-331

(2009) – Hispania en las provincias occidentales del Imperio durante la República y el Alto Imperio: una perspectiva arqueológica. In ANDREU PINTADO, Javier; CABRERO PIQUERO, Javier; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Hispaniæ. Las provincias hispanas en el mundo romano.* Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, p. 193-221

RODRIGUES, Adriano V.

(1989) – Mil anos de História de Aldoar e apenas duas épocas de mudança. In RODRIGUES, Adriano V., coord. – *Mil Anos de História de Aldoar. Comunicações do Colóquio…* Porto: Junta de Freguesia de Aldoar/Universidade Portucalense, p. 17-28

(1998) – *Os Lusitanos. Mito e realidade*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa

RODRÍGUEZ ALVAREZ, Pilar

(1996) – Gens*. Una forma de agrupación antigua mal conocida*. Anexos Veleia. Séries minor, 9. Vitoria: Instituto de Ciências de la Antigüedad

RODRÍGUEZ CASANOVA, Isabel

(2009) – Tesoros sertorianos: nuevas perspectivas desde datos antíguos. In ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia (ed.) – *XIII Congreso Nacional de Numismática «Moneda y Arqueología»*. Tomo I. Madrid-Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 337-352

(2011) - Tesoros sertorianos en España: problemas y nuevas perspectivas. In HOLMES, Nicholas (ed.) – *Proceedings of the XIVth International Numismatic Congress, Glasgow, 2009*. Vol. 1. Glasgow : International Numismatic Council, p. 357-364

RODRÍGUEZ COLMENERO, António

(1972) – Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia. *Boletín Avriense*, 2. Orense, p. 193-240

(1977) – *Galicia meridional romana*. Deusto: Universidad de Deusto

(1979) – *Augusto e Hispania. Conquista y organización del Norte Peninsular*. Bilbao: Universidad de Deusto

(1995a) – La intervención de la flota romana en la conquista de Gallaecia. In ALONSO TRONCOSO, V. (coord.) – Guerra, exploraciones y navegación del mundo antíguo a la edad moderna. Ferrol: Universidad de Coruña, p. 91-99

(1995b) – Cidades e urbanismo na Galicia Romana. In PÉREZ LOSADA, Fermín; CASTRO PÉREZ, Ladislao (coords.) – *Arqueoloxía e Arte na Galicia Prehistórica e Romana*. *Lectura arqueolóxica dos aspectos artísticos da cultura material galega* (…). A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico [Monografías, 7], p. 147-163

(1996a), coord. – *Lucus Augusti. I. El amanhecer de una ciudad*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza

(1996b) – *Lucus Augusti*, capital de la *Gallaecia* septentrional. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y*

Romana (Coloquio Internacional). Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 129-133

(1997a) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da* Gallæcia *meridional interior*. 2ª ed. Chaves: Câmara Municipal [1ª ed., 1988]

(1997b) – A organización sociopolítica do espácio: etnias e território. In VV.AA. – *Galicia Terra única: Galicia castrexa e romana*. S.l.: Xunta de Galicia, p. 85-91

(1997c) – A conquista e implantación romanas. Cara á formación dunha cultura galaico-romana. In VV.AA. – *Galicia Terra Única: Galicia Castrexa e Romana*. S.l.: Xunta de Galicia, p. 118-130

(1997d) – La nueva *tabula hospitalitatis* de la *Ciuitas Lougeiorum*. Problemática y contexto histórico. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik.* Bd. 117. Bonn, p. 213-226

[1997e] – *Aquæ Flaviæ. II. O tecido urbanístico da cidade romana*. Chaves: Câmara Municipal, s.d.

(1998a), coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996).* Lugo: Diputación Provincial, p. 429-37

(1998b) – *Lucus Augusti, epicentro integrado da Gallaecia do abrente*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela

(2000a) – *Bracara Augusta* en los inícios de su andadura histórica: cuatro puntualizaciones entre otras posibles. *Revista de Guimarães*, 110. Guimarães, p. 89-118

(2000b) – El más antíguo documento (año 15 a.C.) hallado en el Noroeste Peninsular Ibérico. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 47 (112). Santiago de Compostela, p. 10-42

(2004) – As dez *civitates* do Padrão dos Povos como um todo territorial contínuo. *Revista Aquae Flaviae*, 31 (jun. 2004). Chaves, p. 53-92

(2012) – *Bracara Augusta Romana. A Fonte do Ídolo, os demais ídolos da fonte e… non só*. S.l.: Xunta de Galicia

RODRÍGUEZ COLMENERO, António; **ALCORTA IRASTORZA**, Enrique J.

(1998) – *Aquae Flaviae* (Chaves), ciudad romana. Balance y posibilidades. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António (ed.) – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 2 Lugo: Diputación Provincial de Lugo, p. 779-806

RODRÍGUEZ COLMENERO, António; **CARREÑO GASCÓN**, M.ª Covadonga

(2012) – La trama urbanística de *Lucus Augusti*: génesis y evolución. In BELTRÁN FORTES. José; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva (coord.) – Hispaniae urbes. *Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 295-318

RODRIGUEZ COLMENERO, António; **COVADONGA CARREÑO**, Maria

(1999) – *Lucus Augusti*, capital romana del finisterre hispánico. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge M. M. (coord.) - *Actas da Mesa Redonda "Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica"*. Porto: IPPAR/EPA, p. 115-132

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio; **FERRER SIERRA**, Santiago

(2014a) – La ruta marítima atlántica de época romana: Entre *Cale* (Porto), *Brigantium* (Golfo Ártabro) y *Oiassó* (Irún). In ALONSO TRONCOSO, Victor; RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; GOY DIZ, A. (eds.) – *El Golfo Ártabro. Fragmentos de historia litoral y património*. A Coruña: Universidade da Coruña, p. 209-335

(2014b) – *Augusto na Fisterra ibérica. Entre a vitória cântabra e os albores do culto imperial. Referencias ao emperador César Augusto (...).* Lugo: Concello de Lugo

RODRIGUEZ COLMENERO, António; **FERRER SIERRA**, Santiago; **ÁLVAREZ ASOREY**, Rúben D.

(2004) – Miliarios e outras inscricións viárias romanas do noroeste hispânico (conventos bracarense, lucense e asturicense). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega

RODRÍGUEZ FIGUEIREDO, Modesto

(1973) – Cale e a espedición de Decio [sic] Iunio Bruto pola Galiza. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 28 (85). Santiago de Compostela, p. 248-259

RODRÍGUEZ CORRAL, Javier

(2009) – *A Galicia Castrexa*. Santiago de Compostela: Lóstrego

RODRÍGUEZ-ENNES, Luis

(2004) – *Gallaecia: Romanización y ordenación del território.* Madrid: Dykinson

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Júlio

(1998) – As legiões romanas no vale do Douro na época de Augusto e da dinastia Júlio-Cláudia (31 a.C. – 68 d.C.). *Douro, Estudos e Documentos*, Ano 3, n.º 5. Porto, p. 29-48

(2005) – *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C. - 476 d.C.)*. Madrid: Signifer Libros

(2010) – *La resistencia hispana contra Roma*. Madrid: Almena Ediciones

RODRÍGUEZ HORRILLO, Miguel Ángel

(2012) – Las historias de Salustio y los acontecimientos del año 75 a.c. en Hispania (fragmentos I 125, II 89-97M). *Palaeohispanica*. 12. Zaragoza, p. 109-139

(2018) – La voz autorial en la *Historia romana* de Apiano. *Cuadernos de Filología Clásica - Estudios griegos e indoeuropeos*. 28. Madrid, p. 207-224. http://dx.doi.org/10.5209/CFCG.59394

RODRÍGUEZ MORALES, Jesús

(2011) – Los nombres de las *mansiones* con *ad*+acusativo en las fuentes itinerárias. *El Nuevo Miliario*, 12. Madrid, p. 54-67

(2012) – Las fuentes itinerarias antiguas: carácter e importancia para la geografía de las comunicaciones del Imperio romano. In BRAVO, Gonzalo; GONZÁLEZ SALINERO, Raúl, eds. – *Ver, viajar y hospedarse en el mundo romano*. Madrid: Signifer, p. 45-65

RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, Brais

(2012) – O processo de abandono dos castros. "Continuidades" e "rupturas" entre a Idade do Ferro e a Alta Idade Media. Un estado da cuestión. *Gallaecia*, 31. Santiago de Compostela, p. 139-151

RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio

(2004) – *Arqueologia Urbana en España*. Barcelona: Ariel

ROJO RINCÓN, Ángel

(1996-1997) – Las *tesserae hospitales* latinas de *Hispania*. Tipología, distribución y patronazgo. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*, 36 (Homenatge al Dr. Pere de Palol/1). Girona, p. 519-535

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel

(1966) – Sobre los acusativos com «ad» en el Itinerario de Antonino. *Zephyrus*. 17. Salamanca, p. 109-19

(1972-1973) – Las Tablas de Barro de Astorga, ¿una Falsificación Moderna? *Zephyrus*, 23-24. Salamanca, p, 221-234

(1985a) – La etapa postnumantina (133-82 a.C.). In BLÁZQUEZ, José María [*et al*.] – *Historia de España Antigua. Tomo II – Hispania Romana*. Madrid: Cátedra, p. 99-112

(1985b) – La guerra civil entre Sertorio, Metelo y Pompeyo (82-72 a.C.). In BLÁZQUEZ, José María [*et al*.] – *Historia de España Antigua. Tomo II – Hispania Romana*. Madrid: Cátedra, p. 113-139

(2001a) – Las Guerras Cántabro-Astures y la organización del Noroeste peninsular. **In** HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, Luis; SOLANA SÁINZ, José M.ª, coord. – *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua «La Península Ibérica hace 2000 años» (Valladolid, 23-25 nov. 2000)*. Valladolid: Universidad, p. 15-24

(2001b) – Conquista y integración administrativa. In **ROLDAN HERVÁS**, José Manuel; **WULFF ALONSO**, Fernando – *Citerior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana.* (Historia de España, III). Madrid: Istmo

ROLDAN HERVÁS, José Manuel; **WULFF ALONSO**, Fernando

(2000) – *Citerior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana.* (Historia de España, III). Madrid: Istmo

ROMERO MASIÁ, Ana María

(1976) – *El habitat castreño. Asentamientos y arquitectura de los castros del N.O, peninsular*. Santiago de Compostela: Colexio Arquitectos de Galicia

ROOSENS, Eugeen E.

(1989) – *Creating Ethnicity: The Process of Ethnogenesis*. Newbury Park, CA: Sage Publications

ROSENBLITT, J. Alison

(2019) – *Rome after Sulla*. London; New York: Bloomsbury Academic

ROTEIRO…

(1953-1954). Roteiro da exposição evocativa. Esboço da evolução de Braga, desde o paleolítico à reconquista cristã. *Bracara Augusta*, 5 (26-28), Out. 1953-Jun. 1954. Braga, p. 222-231, il.

ROWLANDS, Michael

(1994) – The politics of identity in archaeology. In BOND, George C.; GILLIAM, Angela (eds.) – *Social Construction of the Past: Representation as Power.* London: Routledge, p. 129-143

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ROYMANS, Nico

(2004) – *Ethnic Identity and Imperial Power. The Batavians in the Early Roman Empire*. Amsterdam Archaeological Studies 10. Amsterdam: Amsterdam University Press

RUÍNAS romanas na Sé do Porto

(2004). *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense.* 7 (Dez. 2004). Porto, p. 3

RUIVO, José

(1997) – O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70 (175-176). Madrid: CSIC, p. 91-100. https://doi.org/10.3989/aespa.1997.v70.258

RUIZ GUTIÉRREZ, Alicia

(2013) – Peregre defuncti: observaciones sobre la repatriación de restos mortales y la dedicación de cenotafios en la hispania romana (siglos I-III). *Veleia*, 30. Vitória, p. 95-118

RUIZ ZAPATERO, Gonzalo

(2008) – Prólogo. In FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel A. – *La construcción arqueológica de la etnicidad*. Noia (A Coruña): Editorial Toxosoutos, p. 9-12

(2009) – Etnicidad protohistórica y arqueología: limites y possibilidades. In SASTRE PRATS, Inés, coord. – *Arqueología Espacial: Identidades. homenaje a Mª Dolores Fernández-Posse* («Arqueología Espacial», 27). Teruel: Seminário de Arqueología y Etnologia Turolense, p. 13-27

RUIZ ZAPATERO, Gonzalo; **ÁLVAREZ SANCHÍS**, Jesús

(2002) – Tras la identidade de los Vettones: arqueologia y etnicidad. *SPAL*, 11/2. Sevilha, p. 253-275

SÁ, Manuel M.; **PAIVA**, Maria B.

(1994a) – Para uma carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Gaia. O Castro de Baiza (Avintes/Vilar de Andorinho, V. N. Gaia). *Gaya*. 6. Vila Nova de Gaia, p. 43-56

(1994b) – Notas sobre o comércio romano na bacia do Douro: as ânforas do Castelo de Gaia e Monte Murado. *Gaya*. 6 (1988-1994). Vila Nova de Gaia, p. 89-104

SAA, Mário

(1960) – *As grandes vias da Lusitânea. O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo III. Lisboa: s.e. [Tipografia da Sociedade Astória]

SALIDO DOMÍNGUEZ, Javier

(2003-2004) – La documentación literária aplicada al Registro Arqueológico: las técnicas de construcción de los graneros romanos rurales. *Espacio, Tiempo y Forma, Série I, Prehistoria y Arqueología*, 16-17. Madrid, p. 463-478

(2009) – Los graneros militares romanos de Hispania. In MORILLO, Ángel; HANEL, Norbert; MARTÍN, Esperanza (eds.) – *Limes, XX. Estudios sobre la Frontera Romana. (XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana).* Vol. 2. Anejos de Gladius, 13. Madrid: CSIC; Polifemo p. 679-692

(2011a) – Horrea Militaria. *El aprovisionamiento de grano al ejército en el occidente del Imperio Romano.* («Anejos de Gladius,14»). Madrid: CSIC

(2011b) – El almacenamiento de cereal en los establecimientos rurales hispanorromanos. In ARCE, Javier; GOFFAUX, Bertrand (eds.) – Horrea *d'Hispanie et de la Méditerranée romaine.* Madrid: Casa de Velázquez, p. 127-142

(2013) – El abastecimiento de grano a las ciudades hispanorromanas. Producción, almacenaje y gestión. *Archivo Español de Arqueología*, 86. Madrid, p. 131-148. doi: 10.3989/aespa.086.013.008

(2014) – Grain storage and supply in Hispania. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 261-265

(2015) – Los graneros sobreelevados rurales en la Hispania romana: materiales y técnicas constructivas. *Arqueología de la Arquitectura*, 12, e027 Madrid; Vitoria, 16 p. doi: http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2015.008

(2020) – Un modelo de implantación de Roma en el Noroeste peninsular: la construcción de graneros sobreelevados en los castros. In BERROCAL-RANGEL, Luis; MEDEROS MARTÍN, Alfredo (eds.) – Docendo discimus. *Homenaje a la profesora Carmén Fernández Ochoa*. («Anejos a CuPAUM», 4). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 259-271. doi: http://dx.doi.org/10.15366/ane4.ochoa2020.020

SALINAS DE FRÍAS, Manuel

(1998) – La guerra de los Cántabros e Astures, la etnografia de España y la propaganda de Augusto. In HIDALGO, M.ª José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel J. R. (eds.) – «*Romanización» y «Reconquista» en la península ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Ediciones Universidad, p. 155-170

(2001) – Dión Casio, la Transduriana provincia y la evolución del ordenamento augústeo de Hispania. In GRAU LOBO, Luís A; HOYAS DÍEZ, José Luis, coord. (2001) – *El bronce de Bembibre : un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C. : Museo de León*. S.l.: Junta de Castilla y Léon, p. 135-144

(2006) – Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. I. La época republicana. (Actas del Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid entre el 3 y el 4 de marzo de 2005)*. Málaga; Madrid: Diputación; Casa de Velázquez, p. 153-174

SALVADOR, Jorge F.; **SILVA**, António Manuel S. P.

(2010) – O Castro de Ovil (Espinho), um povoado da Idade do Ferro. In **PINTO**, Filipe M. S. (coord.) – *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, p. 53-73

(2020a) – Cerâmica da Idade do Ferro do Castro de Ovil (Espinho, Aveiro). In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 371-388

(2020b) – O castro de Ovil (Espinho): um quarto de século de investigação (resultados e questões em aberto). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1095-1110. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa79

SALWAY, Benet

(2001) – Travel, *itineraria* and *tabellaria*. In ADAMS, Colin; LAURENCE, Ray, eds. – *Travel & Geography in the Roman Empire*. London; New York: Routledge, p. 22-66

(2005) – The Nature and Genesis of the Peutinger Map. *Imago Mundi*. 57:2. London, p. 119-135

(2007) – The perception and description of space in Roman itineraries. In RATHMANN, M. ed. – *Wahrnehmung und Erfassung geographischer Räume in der Antike. Herausgegeben von Michael Rathmann*. Mainz am Rhein: Verlag Philippv, p. 181-209

SAMPAIO, Alberto

(1923 [1908]) – *As póvoas marítimas.* («Estudos Históricos e Económicos». Vol. 2, p. 255-369). Porto: Livraria Chardron [2ª ed., Lisboa, Vega, 1979]

SAMPAIO, José da Cunha [*et al*.]

(1998) – *Francisco Martins Sarmento: vida e obra*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento [Não são indicados os restantes autores]

SAMPAIO, Rosa do Carmo

(1963) – *Bracara Augusta:* notas para a sua história e arqueologia. *Lucerna*, 3, Porto, p. 260-267.

SAN VICENTE, José Ignacio

(2014) – La victoria de Décimo Junio Bruto sobre los Galaicos y la retirada de Emilio Lépido de Pallantia: algunas consideraciones sobre su cronologia. *Hispania Antiqua*, 37-38 (2013-2014). Valladolid, p. 41-68

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo

(2015-2016) – Revisitando un *topos*: algunas notas sobre el bandolerismo lusitano (y el *imperium* de Roma). *Isimu: Revista sobre Oriente Próximo y Egipto en la Antigüedad*, 18-19. Madrid, p. 349-360

SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, Francisco-Javier

(1995) – Minería y metalurgia de la región astur en la antigüedad. In *Astures. Pueblos y Culturas en la frontera del Imperio Romano*. Gijón: Asociación Astures; Gran Enciclopedia Asturiana, p. 141-157

SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, Francisco-Javier; **MANGAS MANJARRÉS**, Julio (coord.)

(2000) – *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada (León): Fundación Las Médulas

SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, Francisco-Javier; OREJAS, Almudena; **FERNÁNDEZ-POSSE**, M.ª Dolores

(1994) – La mano de obra en la minería romana del noroeste peninsular. In JORGE, Vítor O. (coord.) – 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas. Vol. IV («Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 34: 3-4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 243-258

SÁNCHEZ-PARDO, Juan Carlos

(2010) – Castros y aldeas galaicorromanas: sobre la evolución y transformación del poblamiento indígena en la Galicia Romana. *Zephyrus*, 65. Salamanca, p. 129-148

SANTOS, Filipe; **SASTRE**, José; **FIGUEIREDO**, Sofia, **ROCHA**, Fábio, **PINHEIRO**, Eulália; **DIAS**, Rodrigo

(2012) – El sitio fortificado del Castelinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro. *Complutum,* 23 (1). Madrid, p. 165-179. https://doi. org/10.5209/rev_CMPL.2012.v23.n1.39536

SANTOS, Irmina Doneux

(2019) – Um conto de três cidades: a *Urbs*; Ammaia, a colônia *ex nihilo*; e Conimbriga, a adaptação dos *oppida* lusitanos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 32. São Paulo, p. 57-78

SANTOS, Joaquim Neves dos

(1955) – *Guifões. Notas arqueológicas, históricas e etnográficas.* Vol. I - *Castrum Quiffiones*. Matosinhos: Ed. A.

(1956) – *Guifões. Notas arqueológicas, históricas e etnográficas. Vol. 2º.* Matosinhos: Ed. A.

(1959) – *A Torre de Linhares na Época Romana*. Matosinhos: Ed. A.

(1962a) – Altar com covinhas no castro de Guifões. *Studium Generale*, 9 (1). Porto, p. 111-117

(1962b) – Marcas «dedadas» nas telhas romanas do castro de Guifões. *Studium Generale*, 9 (1). Porto, p. 230-282

(1963b) – Coberturas vitrificadas em louça doméstica do castro de Guifões. *Lucerna*, 3. Porto, p. 157-166

(1963a) – *Temas Regionais de Arqueologia e Etnografia. II. Um Mosaico Romano de Lavra – Matosinhos*. Matosinhos: Ed. A.

(1963c) – Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do Castro de Guifões. Lucerna. 3, p. 136-155.

(1995-1996) – Sobre uma sítula do Castro de Guifões. *Matesinus. Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos,* 1-2. Matosinhos, p. 20-22

SANTOS, Manuel Rodrigues dos

(1881) – *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade que (...) se celebrou na Igreja matriz em 11 de dezembro de 1808 por João António Monteiro de Azevedo (...) acrescentada com muitos additamentos, e noticias (...) por (...), 1ª edição, Porto, 1861, agora mais acrescentada* (…), 2ª edição. Porto: Imprensa Real

SANTOS, Maria João C.

(2007) – El sacrificio en el Occidente de la Hispania romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea. *Palaeohispanica*. 7. Zaragoza, p. 175-217

(2010) – Santuários rupestres no ocidente da Hispânia indo-europeia. Ensaio de tipologia e classificação. *Palaeohispanica*. 10. Zaragoza, p. 147-172

SANTOS, Maria João C.; **PIRES**, Hugo A. M.

(2014) - A estela funerária de Capela, Penafiel (*Conuentus Bracaraugustanus*). *Ficheiro epigráfico*, 119. Coimbra, nº 510

SANTOS, Maria José F.

(2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308).* «Cadernos do Museu», 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 3-100

(2005) – A gestão municipal do Património: o caso de Penafiel. In SILVA, António Manuel S. P., coord. (2005e) – *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do Património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal, p. 39-44

SANTOS YANGUAS, **J**, Juan

(1985) – *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste Hispánico.* [Vitoria]: Universidad del Pais Vasco

(2016) – La integración del Noroeste en el Império Romano: la aportación de la epigrafia jurídica. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deput. de Lugo, p. 73-87

SANTOS YANGUAS, Narciso

(1982a) – La conquista romana del N.O. de la Península Ibérica. *Latomus,* 41(1). Bruxelles, p. 5-49

(1982b) – La conquista romana de Galicia. *Brigantium*, 3. A Coruña, p. 75-92

(1988) – *El Ejército y la Romanización de Galicia: Conquista y anexión del Noroeste de la Península Ibérica*. Oviedo: Universidad

(2016) – *Militares galaicos en el ejército romano.* Oviedo: Universidad

SARAIVA, António J.

(1985) – Brito, Fr. Bernardo de. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 1. Porto: Livraria Figueirinhas

SARMENTO, Francisco Martins

(1884a) – Inscripções ineditas. *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. 2ª Série. Tomo 4, nº 4, 5 e 7 (1883-1884). Lisboa, p. 58-59, 69-70, 105-106

(1884b) – A propósito de castros. *O Panorama Contemporâneo.* 1º. Coimbra 1.º (1883-1884), p. 9, 17 e 25 [*apud* «Dispersos», vol. 1. Coimbra, 1933]

(1887) – Para o Pantheon Lusitano. *Revista Lusitana.* Vol. I (1887-1889). Porto: Livraria Portuense, p. 227-240

(1999 [1878-1898]) – *Antiqua. Apontamentos de Arqueologia*. Leitura e organização de António Amaro das Neves. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento [notas de cadernos pessoais]

SARTORI, Franco

(1994) – La Cisalpina nell'ultimo secolo della repubblica. In CRINITI, Nicola (dir.) – *Catullo e Sirmione. Societá e cultura della Cisalpina alle soglie dell'impero*. Brescia: Grafo, p. 9-25

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

SASTRE PRATS, Inés

(1998) – *Formas de dependência social en el Noroeste Peninsular (Transición del Mundo Prerromano al Romano y Época Altoimperial*. Ponferrada: Instituto de Estudios Bercianos

(2001) – *Las formaciones sociales rurales de la* Asturia *romana.* Madrid: Ediciones Clásicas

(2004) – Los processos de la complejidad social en el Noroeste Peninsular: arqueologia y fuentes literárias. *Trabajos de Prehistoria*, 61 (2). Madrid, p. 99-110

(2007) - Campesinado, escritura y paisaje: algunas cuestiones sobre el mundo provincial romano ocidental. *Gerión*, 25, Vol. Extra 1 («Necedad, sabiduría y verdad: el legado de Juan Cascajero»). Madrid, p. 375-382

SASTRE PRATS, Inés; **ÁRBOL MORO**, M.ª Ruiz del ; **PLÁCIDO SUÁREZ**, Domingo

(1999) – La integración de las comunidades indígenas del noroeste peninsular en el mundo romano: el papel de los pactos de hospitalidade y patronato. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *II Congreso de Arqueología Peninsular. Tomo IV. Arqueología Romana y Medieval*. Zamora: Universidad de Alcalá; Fund. Rei Afonso Henriques, p. 39-50

SASTRE PRATS, Inés; **CURRÁS**, Brais X.; **ALONSO**, Fernando

(2010) – Parentesco, desigualdade y formas de identidad en la Edad del Hierro del Noroeste. *Arqueología Espacial*, 28 [Arqueología de la Población]. Teruel, p. 169-186

SAYAS ABENGOCHEA, Juan J.

(1988) – El bandoleirismo lusitano y la falta de tierras. *Espacio, tiempo y forma*. Serie IV, Historia moderna, 1. Madrid, p. 701-714

(1999) – Unidade en la diversidade: la visión de Estrabón de algunos pueblos peninsulares. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e* Iberia*: nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad, p. 153-208

SCHATTNER, Thomas G.

(2003) – Stilistische und formale Beobachtungen an den Kriegerstatuen. *Madrider Mitteilungen*. 44. Madrid, p. 127-49

(2004) – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 22. Lisboa, p. 9-66

SCHATTNER, Thomas G.; **FABIÃO**, Carlos; **GUERRA**, Amílcar

(2013) – A investigação em torno do santuário de S. Miguel da Mota: o ponto de situação. *Cadernos do Endovélico*, 1 (Caminhos da Identidade). Lisboa: Centro de Estudos do Endovélico; Edições Colibri, p. 65-98

SCHULTEN, Adolf

(1926) – *Sertorius*. Leipzig: Dieterichsche Verlagsbuchhandlung

(1927) – Viriato. Vertido do Alemão por Alfredo Ataíde. Porto: Edição da «Renascença Portuguesa»

(1949) – *Sertorio.* Barcelona: Librería Bosch

(1962) – *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma*. Madrid: Espasa-Calpe [ed. orig. 1943]

(1963) – *Geografía y Etnografía Antiguas de la Peninsula Ibérica*. Vol. 2. Madrid: CSIC: Instituto «Rodrigo Caro» de Arqueología

(2013 [1949]) – *Sertorio*. Prólogo de Francisco Socas. Sevilla: Editorial Renacimiento [reedição da tradução castelhana, publicada em Barcelona em 1949, da obra original de 1926]

SEABRA, Luis, **SANTOS**, F., **VAZ**, Filipe C., **LEITE**, Joana; **TERESO**, João

(2020) – Crops behind closed walls: Fortified storage at Castelinho in the Late Iron Age of NW Iberia. *Journal of Archaeological Science, Reports*. 30. https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102200

SEABRA, Luis, **TERESO**, João, **BETTENCOURT**, Ana; **DINIS**, António

(2018) – Diversidad de cultivos y estructuras de almacenaje en el poblado de Crastoeiro (Noroeste de la Península Ibérica): nuevos enfoques. *Trabajos de prehistoria,* 75 (2). Madrid, p. 361-378 https://doi.org/10.3989/tp.2018.12221

SEBASTIAN, Luís; **LIMA**, António M. C., coord.

(2020) – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

SECCOMBE, Thomas

(1899) – Vossius, Isaac. In LEE, Sydney, ed. – *Dictionary of National Biography*. Vol. 58. London: Smith, Elder & Co., p. 392-396. Disp. em https://en.wikisource.org/wiki/Dictionary_of_National_Biography,_1885-1900/Vossius,_Isaac

SEIXAS, Paulo Castro

(2005) – Manuel Teixeira: barqueiro do Douro. In CARVALHO, Adelina; LOPES, Amélia; WELLENKAMP, Margarida, coord. – *O rio*. Porto: Panmixia, associação cultural, p. 80-115

SEOANE-VEIGA; Yolanda; **GARCÍA QUINTELA**, Marco V.; **GÜIMIL FARIÑA**, Alejandro

(2013) – Las pilas del Castro de Santa Mariña de Maside (Ourense): hacia una tipología de los lugares con función ritual en la Edad del Hierro del NW de la Península Ibérica. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 60 (126). Santiago de Compostela, p. 13-50. DOI: 10.3989/ceg.2013.126.01

SEVERO, Ricardo

(1899-1903) – Estatueta Romana de Soutelo. *Portugalia. Materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo 1 (fascs. 1-4). Porto, p. 129-130

(1903) – A collecção arqueológica de Albano Bellino, em Braga. *Portugalia. Materiaes para o estudo do Povo Portuguez*, Tomo 1. Porto, p. 651-652

(1905a) – O cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto). *Portugalia. Materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo 2 (fascs. 1-4). Porto, p. 111-113

(1905b) – Tres inscripções funerárias inéditas do cemitério romano do Monte do Penouço (Rio Tinto). *Portugalia. Materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo 2 (fascs. 1-4). Porto, p. 126-127

SEVERO, Ricardo; **CARDOSO**, Fonseca

(1899-1903) – O ossuário da freguesia de Ferreiró: estudo anthropologico. *Portugalia. Materiaes para o estudo do povo portuguez*. Tomo 1 (fascs. 1-4). Porto, p. 177-200

SEVILLANO FUERTES, Ángeles; **VIDAL ENCINAS**, Júlio M.

(2002) – Urbs Magnifica. *Una aproximación a la Arqueología de* Asturica Augusta *(Astorga, Léon)*. [Guía-catálogo]. Astorga: Museu Romano

SHENNAN, Stephen J.

(1989) – Introduction: archaeological approaches to cultural identity. In SHENNAN, S. J. (ed.) - *Archaeological approaches to cultural identity* («One World Archaeology», Vol. 10). London: Unwin Hyman, 1-32

SIAPKAS, Johannes

(2003) – *Heterological Ethnicity. Conceptualizing identities in ancient Greece*. (Uppsala Studies in Ancient Mediterranean and Near Eastern Civilizations, 27), Uppsala: Uppsala Universitet

SILVA, AC, António Carlos

(1999) – Arqueologia Portuguesa no Século XX. Um testemunho muito pessoal. *Almadan*, 2ª série, 8. Almada, p. 133-137

(2002) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) – cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. *Arqueologia & História*, 54. Lisboa, p. 299-315

(2003) – Conflito, mediação e regulação de interesses na «Arqueologia Preventiva». *Arqueologia & História*, 55. Lisboa, p. 123-127

SILVA, AC António Carlos; **MARQUES**, Teresa

(1992) – Estrutura oficial da Arqueologia. *Al-Madan*, 2.ª série, 1. Almada, p. 32-35

SILVA, António Manuel S. P.

(1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Porto. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto datilog.

(1995) – Impacte ambiental e arqueologia: um diálogo indispensável. *Al-Madan*. 2ª série, 4, Almada, p. 94-96

(1993-1997) – Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral - Contributo para um inventário crítico. *Nvmmvs*, 2ª Série, Vol. 16-20 (1993-1997). Porto, p. 205-230

(1997) – Das Autarquias aos profissionais da arqueologia: perspectivas da sociedade civil. *Arkeos. Perspectivas em diálogo, 1 (1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico)*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 31-44

(1998a) – Exercício profissional e desenvolvimento da Arqueologia em Portugal. In *Encontros Cem Anos de Arqueologia – "O Archeólogo Português". Actas*. Vila do Conde: APPA-VC, p. 29-35

(1998b) – Crónicas de Arqueologia Portuguesa. Do novo Instituto de Arqueologia a uma nova prática arqueológica?. *Al-Madan*, 2ª série, 7. Almada, p. 16-17

(1999) – Aspectos territoriais da ocupação castreja na região do Entre Douro e Vouga. *Revista de Guimarães, vol. especial* [Actas do Congresso de Proto-história Europeia, vol. 1]. Guimarães: Soc. Martins Sarmento, p. 403-429

(2000a) – O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de Intervenção patrimonial. *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, p. 138-139

(2000b) – Rua D. Hugo, 5 – um arqueossítio fundador. *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, p. 136-137

(2003a) – Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. Aspectos da Intervenção municipal. In PINTO, Paulo C. (coord.) – *Encontros do Património de Vila do Conde. Actas*. Vila do Conde: Câmara Municipal, p. 33-49

(2003b) – A APA: razão e sentido de uma associação profissional. In CARNEIRO, Sérgio (coord.) – *Nos 10 Anos da APA. Que futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, p. 67-76

(2004), coord. – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal

(2005a) – Povoamento proto-histórico no Entre Douro e Vouga Litoral: a estruturação do *habitat*. I – Arquitectura dos castros. *Cadernos do Museu*, 11. [«Colóquio Castro: um lugar para habitar»] Penafiel, p. 167-188

(2005b) – O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8 (1). Lisboa, p. 459-469 [publicado também em VV.AA. – *Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana.* Lisboa: URBE-Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, p. 73-82]

(2005c) – Crónicas… de arqueologia portuguesa. A arqueologia-modo-de-vida, é ainda investigação?. *Al-Madan*, 13. Almada, p. 17-19

(2005d) – Casa do Infante, Porto. In HIDALGO CUÑARRO, José M. (coord.) – *Rutas arqueolóxicas do Eixo Atlântico/Roteiro arqueológico do Eixo Atlântico*. Vigo: Eixo Atlântico, p. 235-6

(2005e) – A cultura castrexa [Roteiro da parte portuguesa]. In HIDALGO CUÑARRO, José M. (coord.) – *Rutas arqueolóxicas do Eixo Atlântico/Roteiro arqueológico do Eixo Atlântico*. Vigo: Eixo Atlântico, p. 133-178

(2005g), coord. – *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do Património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal

(2006a) – O *Togado*, um enigma vindo do fundo do rio. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*. 10. Porto, p. 10

(2006b) – A gestão do património arqueológico e os instrumentos de ordenamento do território: Dois casos de estudo: Porto e Arouca. In STOCKLER, Carla (coord.) – *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas.* Baião: Câmara Municipal, 2004 [2006], p. 207-17

(2006c) – Crónicas… de arqueologia portuguesa. Entre o Acaso e a Necessidade. Da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento do Estado. *Al-Madan* 14. Almada, p. 15-17

(2008) – Os *cadernos de encargos* e a arqueologia de salvaguarda na cidade do Porto. *Era-Arqueologia*. 8. Lisboa, p. 19-2

(2009) – *Ocupação da época romana na cidade do Porto. reflexões sobre Cale e a romanização da fachada atlântica*. Trabalho de investigação tutelado apresentado à Universidade de Santiago de Compostela no âmbito do Doutorado em Arqueologia, História da Antiguidade e Ciências e Técnicas Historiográficas

(2010a) – Um passado sem fronteiras. Salvaguarda e gestão do património arqueológico na Área Metropolitana do Porto. In *Actas do Colóquio "Rocha Peixoto no Centenário da sua morte".* Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 2010, p. 33-53

(2010b) – O património arqueológico nos novos Planos Directores Municipais da Região Norte. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*. 4 (2010). Lousada, p. 195-216

(2010c) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. *Gallaecia*. 29 (2010). Santiago de Compostela, p. 213-262

(2011) – As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico. *Portugalia*. Nova Série. 31-32 (2010-2011). Porto, p. 43-64

(2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. In *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)*. Madrid: La Ergástula, 2014, p. 389-399

(2015a) – Mais de um século de arqueologia em Vila Nova de Gaia: investigação e gestão de um património em risco. *Estudos do Quaternário*. 13 (2015). Braga: APEQ, p. 1-22. Disponível on line: http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq

(2015b) – Revisitando Cristelo (Albergaria-a-Velha), *Talabriga* e um Amigo que partiu. *Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*. 2. Albergaria-a-Velha, p. 39-58

(2017a) – As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015.* Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EEM; Afrontamento, p. 100-137

(2017b) – 47, *Siliqua* de plata de Requiario / 48a, *Siliqua* de plata de Requiario [fichas de catálogo]. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial, p. 74-75

(2018) – *Cale Callaecorum locus?* Notas arqueológicas sobre a ocupação indígena e romana da foz do Douro. In DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) — *Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*. Porto: CITCEM, p. 45-67. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons

(2019) – Os espólios arqueológicos regressaram à agenda da comunidade arqueológica. Ou não. [Crónica de Arqueologia Portuguesa]. *Al-Madan*. 2ª Série. 22 (2019). Almada, p. 8-12

(2020a) – Fazer um povo. A construção dos *Callaeci* entre a arqueologia e a história antiga. In JORGE, Vítor O. (coord.) – *Modos de fazer/Ways of Making*. Porto: CITCEM, p. 453-467. DOI: https://doi.org/10.21747/9789898970237/mod

(2020b) – O Castelo de Gaia, um sítio arqueológico excecional e um valor cultural a potenciar. In: Santa Casa da Misericórdia do Porto (coord.) – *Pessoa(s), Arte, Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, p. 519-536, ilust. em extra-texto

(2020c) - *Tongobriga*: modelos e narrativas. In: SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 179-207

(2020d) – Quatro décadas de investigação em Tongobriga: discursos, narrativas e histórias cruzadas [Crónica de Arqueologia Portuguesa]. *Al-Madan*. 2ª Série. 23 (2020). Almada, p. 19-23

SILVA, António Manuel S. P.; **CARVALHO**, Teresa P.

(2014) – Originalidade e tradição clássica na cerâmica local e regional tardo-antiga do castelo de Crestuma (V. N. Gaia, Portugal). In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, M.ª José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. S.l. [Porto-Madrid]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ex Officina Hispana, p. 381-396

SILVA, António Manuel S. P., **GUIMARÃES**, J. A. Gonçalves

(2011) – O castelo de Crestuma revelado pela arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia.* 73 (Dez. 2011). Vila Nova de Gaia, p. 5-13

(2013a) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história.* Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana

(2013b) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 883-893

SILVA, António Manuel S. P.; **LEMOS**, Paulo A. P.; **RIBEIRO**, Manuela C. S.

(2013) **–** O Casal tardo-romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 865-871

(2017) – O sítio romano da Malafaia: um casal agrícola no vale de Arouca (Norte de Portugal). In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana C.; BARREIRA, Hugo – *Genius Loci: lugares e significados; places and meanings.* Vol. 2. Porto: CITCEM-FLUP, p. 645-657

SILVA, António Manuel S. P.; **MONTEIRO-RODRIGUES**, Sérgio

(2020) – Das origens da ocupação humana às origens da cidade. In FERNANDES, José A. Rio, coord. – *Geografia do Porto*. Porto: BKC, Book Cover Editora, p. 26-37

SILVA, António Manuel S. P.; **OSÓRIO**, Maria Isabel P.

(1993) - Arqueologia no Porto: dos primórdios à moderna actividade municipal. In *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade.* Porto: Câmara Municipal, p. 9-14

SILVA, António Manuel S. P.; **PEREIRA**, Gabriel R.

(2010) – Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural. In BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Maria I. C.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (eds.) – *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular.* S.l.: APEQ/CITCEM, 2010, p. 189-203

(2020) – Walls and *Castros*. Delimitation structures in the Proto-historic settlements of Entre Douro and Vouga region (Center-North of Portugal). In DELFINO, Davide; COIMBRA, F. CARDOSO, D.; CRUZ, G. – *Late Prehistoric Fortifications in Europe: Defensive, symbolic and territorial aspects from the Chalcolithic to the Iron Age*. Proceedings of the International Colloquium 'FortMetalAges', Guimarães, Portugal. Oxford: Archaeopress, p. 215-228

SILVA, António Manuel S. P.; **PEREIRA**, Pedro; **CARVALHO**, Teresa P.

(2015) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 22-27 de Outubro de 2012).* Silves: Câmara Municipal de Silves; Campo Arqueológico de Mértola, p. 401-419

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

SILVA, António Manuel S. P.; **REAL**, Manuel L.

(no prelo) – A cidade do Porto no período tardo-antigo e alto-medieval. In *Atas do Encontro Internacional «A Península Ibérica entre os séculos V a X: continuidade, transição e mudança».* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses

SILVA, António Manuel S. P.; **SOUSA**, Laura

(2014) – Cerâmica do período da «Reconquista» (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (V. N. Gaia). In DE MAN *et al.* (coord.) – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos XI a XII*. Lisboa: IEM, p. 205-222

SILVA, António Manuel S. P.; **SOUSA**, Laura C.; **PINTO**, Filipe M. S.

(2018) – Materiais proto-históricos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL GALARZA, Javier; PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.) – *Arqueologia en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, p. 327-340

SILVA [*et al.*], António Manuel S. P.

(2008) – SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; ABREU, João M.; RIBEIRO, Manuela C. S. – La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania. In Fernández Ochoa, C. et al. (eds.) - *Las* villae *tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, p. 719-29

(2015) – SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P.; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*. In QUARESMA, José C.; MARQUES, João A. (coord.) – *Contextos estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia).* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 149-167

(2017a) – SILVA, António Manuel S. P.; MORAIS, Rui; PINA-BURÓN, María R.; PRIETO DE LA TORRE, Roger – Cerâmica romana importada na foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, Norte de Portugal). In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana C.; BARREIRA, Hugo (eds.)– *Genius Loci: lugares e significados; places and meanings.* Vol. 2. Porto: CITCEM-FLUP, p. 315-331

(2017b) – SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura; LEITE, Joana; LEMOS, Paulo; PEREIRA, Pedro; TEIXEIRA, M.ª Fátima – O projeto CASTR'UÍMA (Vila Nova de Gaia, 2010-2015): elementos e reflexões para um balanço prospetivo. *In* ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (coord.) – *Arqueologia em Portugal. 2017, Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 137-54. Edição digital

(2019) – SILVA, António Manuel S. P.; SÁ, Edite M.; SALVADOR, Jorge F.; LEMOS, Paulo; ALMEIDA E SILVA, Sara – O castro de Salreu, um dos povoados proto-históricos atlânticos do Entre Douro e Vouga. *Terras de Antuã. Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja.* 13. Estarreja, p. 24-44

(2020) – SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; ALMEIDA E SILVA, Sara; SÁ, Edite Martins (2020) – São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha): investigação e valorização de um povoado do Bronze Final. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1065-1081. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa77

(no prelo) – SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; PINTO, Filipe; LEMOS, Paulo – As sepulturas escavadas na rocha do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Norte de Portugal): contextos e problemáticas. In Atas do Congresso Internacional *Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica.* Porto: CITCEM

SILVA, AF, Armando Coelho Ferreira da

(1980a) – In*vestigação arqueológica na área urbana Ribeira-Barredo (Porto) realizada em 1980.* Porto: Faculdade de Letras Univ. Porto. Texto datilog.

(1980b) – Organizações gentilícias entre Leça e Ave. *Portugalia*. Nova série. Vol. 1. Porto, p. 79-90

(1981-1982) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*. Nova Série. Vol. 2-3. Porto, p. 83-96

(1983) – *As* tesserae hospitales *do castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado, Pedroso, V. N. Gaia. Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga*. Sep. de «Gaya», 1, Vila Nova de Gaia: Gab. Hist. e Arqueologia de V. N. Gaia

(1984a) – Sondagem arqueológica na Praça da Ribeira. *Arqueologia*, 10, Porto, p. 72-75

(1984b) - Aspectos da Proto-História e Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento. *Gaya*. 2. Vila Nova de Gaia, p. 39-58

(1984c) – A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia*. Nova Série, 3-4 (1983-1984). Porto, p. 83-94

(1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins

(1993) – A Cidade Castreja – análise de um processo de proto-urbanização. In TAVARES, Mª J. Ferro – *A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 11-26

(1994) – Origens do Porto. *In* RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - *História do Porto.* Porto: Porto Editora, p. 46-117

(1995a) – A evolução do habitat castrejo e processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o 1º milénio a. C. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2.ª série, 12. Porto, p. 505-546

(1995b) – Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process. In CUNLIFFE, Barry; KEAY, Simon (eds.) – *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD*. Oxford: Oxfordn University Press, p. 263-289

(1996) – A cultura castreja no Norte de Portugal: Integração no mundo romano. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio* In*ternacional).* Madrid: Ayuntamiento de Gijón/Electa España, p. 49-55

(1998) – *Citânia de Sanfins, uma capital castreja*. Catálogo. S.l.: Câmara Municipal de Paços de Ferreira; Museu Nacional de Arqueologia

(1999a) – *Citânia de Sanfins. Catálogo. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal

(1999b) – A ocupação do território do Noroeste peninsular aquando da chegada dos Romanos. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge, coord. – *Actas da Mesa Redonda Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia; IPPAR, p. 39-52

(2000) – Proto-história e romanização do Porto. *Al-Madan*. 9. Almada, p. 94-103

(2007a) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. [revista e actualizada] Paços de Ferreira: Câmara Municipal/MACS/CACEC [ed. orig. 1986]

(2007b) – A evolução do sistema defensivo castrejo no Noroeste peninsular. In BERROCAL-RANGEL, Luís; MORET, Pierre (eds.) – *Paisajes fortificados de la Edad del Hierro: las murallas protohistóricas de la Meseta y la vertiente atlântica en su contexto europeo. Actas del Coloquio…* Madrid: Academia de la História; Casa de Velázquez, p. 99-111

(2007c), coord. – *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental – Vila Nova de Famalicão*. Famalicão: Câmara Municipal; Museu Nacional de Arqueologia

(2008) – *Guerreiros castrejos. Deuses e heróis nas alturas do Barroso*. [Catálogo]. Boticas: Câmara Municipal

(2010) – Epigrafia e povoamento entre Douro e Vouga. In PINTO, Filipe M. S. (coord.) – *Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas*. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, 2010, p. 43-52

(2011a) – Museu Municipal de Penafiel. Memória e Identidade. *A fonte. Fonte de estímulo intelectual*, 6. Porto, p. 20-25

(2011b) – Ordo Zoelarum: *Arqueologia e Identidade do Nordeste de Portugal*. Bragança: Museu do Abade de Baçal

(2012) – *Os Senhores da Guerra*. Boticas: Centro Europeu de Documentação e Interpretação da Cultura Castreja

(2013a) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal. *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, 13 (2). São Luís [Maranhão], p. 22-51. Disponível em http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index

(2013b) – O passado proto-histórico de Vila do Conde. In *Museu de Vila do Conde. Vila do Conde: tempo e território. Exposição permanente.* Vila do Conde: Câmara Municipal, p. 61-71

(2015) – As origens de Gaia e questões de identidade. *Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres. Estudos do Quaternário*, 13. Braga, p. 68-74

SILVA, Armando Coelho. F.; **LOPES**, António Baptista; **LOBATO**, M.ª José F.

(1984) – O forno cerâmico romano de Canelas (Vila Nova de Gaia). *Gaya: revista do Gab. de História e Arqueologia de V. N Gaia*, 2. Vila Nova de Gaia, p. 59-72

SILVA, Armando Coelho F.; **MACHADO**, João

(2007) – Banhos castrejos do Norte de Portugal. O monumento do Alto das Eiras – Arqueologia Experimental. In SILVA, Armando C. Ferreira da (coord.) – *Pedra Formosa. Arqueologia Experimental – Vila Nova de Famalicão*. Famalicão: Câmara Municipal; Museu Nacional de Arqueologia, p. 20-30

SILVA, Armando Coelho F.; **MENDES-PINTO**; José M.

(2001) – Comércio púnico com o Noroeste. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 229-237

SILVA, Armando Coelho F.; **MOREIRA**, Álvaro B.

(2011) – O Rio da Memória. Proto-história no vale do Leça. In *O Rio da Memória: Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, s.d. [2011], p. 88-124

SILVA, Armando Coelho F.; **PINTO**, Filipe S.; **QUINTINO**, Núria; **TEIXEIRA**, Vera

(2006-2007) – Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, 1.ª Série, vol. 5-6. Porto, p. 549-565

SILVA, Armando Coelho F.; **PINTO**, Paulo Costa

(2010-2011) – O castro das Eiras no contexto da rede dos castros do Noroeste. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*. 3.ª Série, 10-11. Famalicão, p. 193-205

SILVA, CT, Carlos T.; **SOARES**, Joaquina

(1981) – *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines

SILVA, Filipa Cortesão; **SANTOS**, Ana Luísa

(2009-2010) – Análise antropológica: restos ósseos cremados da necrópole romana de Monteiras (Bustelo - Penafiel). In *Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos*. [«Cadernos do Museu», 12-13]. Penafiel: Museu Municipal p. 223-245

(2020) – As cremações romanas de *Tongobriga* na perspetiva da Antropologia. In: SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 99-119. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

SILVA, Francisco Ribeiro da

(1988) – *O Porto e o seu Termo (1580-1640): os Homens, as Instituições e o Poder*. 2 vols. Porto: Câmara Municipal; Arquivo Histórico

SILVA, J, José da

(1963) – Os recintos fortificados de Baltar e do Montemuro. *Lucerna*, 3. Porto, p. 126-135

(1966) – Os recintos fortificados e a cultura castreja. *Lucerna*. 5. Porto, p. 519-525

SILVA, JF, Juliana F.; MARTINS, Manuela

(2015) – Evolução e análise funcional de uma *domus* romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das «antigas Cavalariças» de Braga. In MARTÍNEZ PEÑÍN, Raquel; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (eds.) – *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*. Léon: Ediciones el Forastero, p. 425-442. Edição em CD-ROM

SILVA, MA, Maria Antónia

(1992) – A Necrópole de Vandoma – Concelho de Paredes. *Revista de Ciências Históricas*. 7. Porto, p. 7-14

SILVA, MA, Maria Antónia; **FÉLIX**, Natália

(2008) - Mineração Romana no concelho de Paredes. *Oppidum*. *Número especial* [Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa]. Lousada [edição em CD-Rom], p. 67-81

SILVA, MA, Maria Antónia; **RIBEIRO**, Flávio

(2001) – *Herança Romana no Concelho de Paredes: Práticas de Culto*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes (Catálogo de exposição temporária, texto policopiado)

SILVA, MA, Maria Antónia; **SILVA**, António Manuel S. P.; **FÉLIX**, Natália

(2021) – O Castro do Muro (Vandoma/Baltar, Paredes). Um sítio arqueológico excecional (ainda) à espera da arqueologia. *Orpheu Paredes – Revista Cultural*. 3. Paredes, p. 48-51

SILVA, MA [*et al.*], Maria Antónia

(2011) – SILVA, MA, Maria Antónia; FÉLIX, Natália; CARVALHO, Luís; LIMA, Alexandre; GUERNER-DIAS, António – O papel do Município de Paredes na valorização do Património Geomineiro. Contributo dos Sistemas de Informação Geográfica. In ALMEIDA, Maria J.; CARVALHO, António (eds.) – *Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal, p. 183-197

(2018) – SILVA, MA, Maria Antónia; CASTRO, Fernando; BETTENCOURT, Ana M. S.; SILVA, António Manuel S. P.; MANTEIGA BREA, Alexandre – Archaeometalurgical analysis and archaeological contextualization of a bronze spearhead from Gralheira (Muro, Mountain Range, Baltar, Paredes, North Portugal). In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL GALARZA, Javier; PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.) – *Arqueologia en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, p. 204-213

(2020) – SILVA, MA, Maria Antónia; BETTENCOURT, Ana M. S.; SILVA, António Manuel S. P.; FÉLIX, Natália – O Castro do Muro (Vandoma/Baltar, Paredes). Notas para uma biografia de ocupação da Idade do Bronze à Idade Média. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1015-1030. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa73

SILVA, MF, Maria de Fátima Matos da

(2006) – O povoamento proto-histórico e a romanização da Bacia superior do Rio Coura: Estudo, Musealização e Divulgação. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Granada

(2008) – A evolução cronológica da cultura castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio de síntese. *@rqueología y Territorio*, 5. Granada, p. 49-77

(2019) – Decoração e simbolismo das *pedras formosas* dos balneários-sauna castrejos da Idade do Ferro: leituras possíveis. *Vínculos de Historia*, 8. Ciudad Real, p. 191-215. http://dx.doi.org/10.18239/vdh_2019.08.10

SILVA, **P**, Paula A. P.

(2002) – *As termas romanas de* Bracara Augusta. Porto: Faculdade de Atquitectura da Universidade do Porto

SILVA, T, Tomaz T. (org.); **HALL**, Stuart; **WOODWARD**, Kathryn

(2014) – *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes

SILVA, V, Vítor M. Fontes

(2014) – *A Estação Arqueológica da Idade do Ferro do Frijão (Braga, Norte de Portugal).* Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho

SIMON, Helmut

(1962) – *Roms Kriege in Spanien, 154–133 v. Chr.* («Frankfurter Wissenschaftliche Beiträge, Kulturwissenschaftliche Reihe» 11). Frankfurt-am-Main: Klostermann

SIMPSON, Christopher J.

(1993) – The Original Site of the 'Fasti Capitolini'. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, vol. 42:1. [Erfurt]: Franz Steiner Verlag, p. 61-81

SMITH, Anthony D.

(1997) – *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva

SMITH, Roland R. R.

(1987) – The Imperial Reliefs from the Sebasteion at Aphrodisias. *The Journal of Roman Studies*, 77. London, p. 87-138

(1988) – *Simulacra Gentium: the Ethne* from the Sebasteion at Aphrodisias. *The Journal of Roman Studies*, 78. London, p. 50-77

(2013) – *The Marble Reliefs from the Julian-claudian Sebasteion* (*Aphrodisias,* 6). Darmstadt: Verlag Philipp von Zabern

SMITH, Stuart T.

(2003) – *Wretched Kush. Ethnic identities and boundaries in Egypt's Nubian empire*. London – New York: Routledge

SMITH, William, ed.

(1854) – *Dictionary of Greek and Roman Geography*. 2 vols. Boston: Little, Brown and Company

SOARES, Torquato de Sousa

(1957) – *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. *Revista Portuguesa de História*. Tomo VII [Homenagem ao Prof. Pierre David, vol. II]. Coimbra, p. 193-342 [= SOARES, 1962]

(1962) – *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. Tomo I. Coimbra: Faculdade de Letras [= SOARES, 1957]

(1970) – *Contribuição para o estudo das origens do povo português.* Sá da Bandeira [Angola]: Universidade de Luanda.

SOEIRO, Teresa

(1984) – Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1. Penafiel

(1986a) – Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Paredes (Porto). *Portugalia*. Nova série, 6-7 (1985-1986). Porto, p. 107-119

(1986b) – A *Suvidade* de S. Mamede de Recezinhos. Campanha de escavações 1985. *Penafiel, Boletim Municipal de Cultura*, 2.ª Série, n.º 2-3 (1985-1986). Penafiel, p. 15-31

(1987) – Povoado e necrópole do Outeiro (Santiago de Subarrifana, Penafiel). *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, Vol. XXVII, fasc. 1-4. Porto, p. 235-236

(1988-1989) – Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Paredes (Porto). *Portugalia*. Nova série, 9-10. Porto, p. 109-111

(1992-1993) – Notícia sumária acerca de duas necrópoles romanas, Paço de Sousa, Penafiel. *Portugalia*, Nova Série, vol. XIII-XIV. Porto, p. 282-288

(1997) – O esplendor do Sur da *Callaecia*. In PEREIRA MENAUT, G. (coord.) – *O Feito Diferencial Galego. A Historia*. Vol. 1. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 213-236

(1998a) – *Monte Mozinho: sítio arqueológico*. Penafiel: Câmara Municipal; Museu Municipal

(1998b) – O sítio romano da Bouça do Ouro. Boelhe – Penafiel. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – III* [«Cadernos do Museu», 4]. Penafiel: Museu Municipal, p. 5-62

(1998c) – Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I* [«Cadernos do Museu», 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 11-22

(1998d) – Monte Mozinho: a escavação do sector D. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I* [«Cadernos do Museu», 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 79-114

(2000-2001) – Monte Mozinho. A recuperação do Sector *B*. *Portugalia*. Nova Série, 21-22. Porto, p. 103-136

(2005) – *Penafiel: composição de um espaço administrativo.* «Cadernos do Museu», 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 101-209

(2009-2010) – Necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel). In *Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos*. [«Cadernos do Museu», 12-13]. Penafiel: Museu Municipal p. 5-221

(2012) – Escultura en vulto redondo da Gallaecia romana: o conxunto de Mozinho (Penafiel). In *Gallaecia Petrea*. S.l.: Xunta de Galicia, p. 280-283

(2013) – Notícia sobre uma nova estela romana figurada de Capela, Penafiel (Portugal). In ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando; CASAL GARCIA; Raquel; GONZÁLEZ SOUTELO, Sílvia (eds.) – *Escultura Romana en Hispania VII: homenaje al prof. Dr. Alberto Balil*: [actas de la VII Reunión de escultura romana en Hispania, celebrada en Santiago de Compostela y Lugo, 4-6 de julio de 2011]. [La Coruña]: Andavira, p. 311-323

(2015) – A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III-IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal). In BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge de; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Universidade de Évora; CHAIA, p. 159-174

(2018) – O Castro do Monte Mozinho (Penafiel, Porto) e o seu aro em época tardo-romana e tardo-antiga. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios.* Ourense: Deputación Provincial, p. 211-216

(2019) – *Castro de Monte Mozinho: roteiro*. Penafiel: Museu Municipal

(2020a) – A investigação sobre cerâmica castreja no norte de Portugal. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 199-226

(2020b) – Santo Estêvão da Facha: a (a)ventura de aprender em comum. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições»*. Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 283-299

(2020c) – Castro de Monte Mozinho e necrópole de Monteiras (Penafiel): a cerâmica castreja em época romana. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 337-351

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

SOEIRO, Teresa; **CALO LOURIDO**, Francisco

(2014) – Escavações de Monte Mozinho (1974-1998): projecto territorial e lugar de encontro de *Callaecia*. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, 13. Porto, p. 143-158

SOLANA SÁINZ, Javier M.

(1998) – Organización y administración del território de los cántabros en el Alto Imperio. In HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, Luís (eds.) – *El processo de municipalización en la Hispania Romana*. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 57-80

SOLIN, Heikki; **SALOMIES**, Olli

(1994) – *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*. (Alpha-Omega, Reihe A). Editio Nova. Hildesheim; Zürich; NewYork: Olms-Weidmann

SORACI, Cristina

(2016) – Osservazioni in merito al lessico giuridico-amministrativo e tributário di Plinio il Vecchio. In DALENA, Pietro; URSO, Carmelina (eds.) – «Ut sementem feceris, ita metes». *Studi in onore di Biagio Saitta*. Roma: Bonanno Editore, p. 553-572

SORIA, Vincenzo

(2013) – O conceito de «Romanização» e o panorama académico português. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 711-716

SOUSA, Alberto F. R.

(2012) – *As termas públicas e privadas de* Bracara Augusta*: Os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais*. Dissertação de Mestrado (Relatório de Estágio) apresentado à Universidade do Minho

SOUSA, Arlindo de

(1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana: Do antigo castro ao castelo actual. Origens dos nomes: Civitas, Terra de Santa Maria, Vila e Feira. *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, Madrid, Ano 10, 2, p. 399-412

(1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa.* Rio de Janeiro: s.e.

SOUSA, Armindo de

(1994) – Tempos Medievais. In RAMOS, Luís O. (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 118-253

SOUSA, Elísio Ferreira de

(1962) – A Citânia («Cidade Morta») situada no Sul do Concelho de Penafiel e seus castros. *Studium Generale*, Vol. IX.1 (Actas I Colóquio Portuense de Arqueologia). Porto, p. 126-132

SOUSA, José J. Rigaud de

(1966a) – Inventário de materiais para a arqueologia bracarense. *Bracara Augusta*, 20 (43-44). Braga, p. 165-178, il.

(1966b) – Subsídios para a arqueologia bracarense. *Lvcerna*, 5. Porto, p. 588-599, il.

(1966c) – Àcerca de um molde de lucernas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 20 (1-2) 1965-1966. Porto, p. 165-172

(1966-1967) – Cerâmica estampada vermelha de Braga. *Arquivo de Beja*, 23-24. Beja, p. 143-150, il.

(1968) – Braga nos séculos IV e V – Notas arqueológicas. *Bracara Augusta*, 22 (51-54). Braga, p. 194-196

(1969) – Novo molde de lucernas aparecido em Braga. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21. Porto, p. 309-311, il.

(1968-1970) – A estação arqueológica da Falperra. Notas para a sua história. *Arquivo de Beja*, 25-27. Beja, p. 57-64, il.

(1973) – *Subsídios para uma carta arqueológica de Braga*. Sep. de «Studia Arqueológica», 23. Santiago de Compostela

SOUSA, José J. Rigaud de; **PONTE**, M.ª Salete da

(1970) – Novos elementos para a arqueologia bracarense. In *1as Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969). Actas*. Vol. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 389-411

SOUSA, Pio G. Alves

(2001) – *Patrologia galaico-lusitana*. Lisboa: Universidade Católica

SOUZA, Vasco de

(1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der Römischen Welt. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra

SPANN, Philip O.

(1976) – *Quintus Sertorius: Citizen, Soldier, Exile*. Tese de Doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade do Texas (Austin)

(1977) – Perpernna and Pompey's Spanish Expedition. *Hispania Antiqua*, 7. Valladolid, p. 47-62

(1981) – Lagobriga Expunged: Renaissance Forgeries and the Sertorian War. *Transactions of the American Philological Association*. Vol. 111. Baltimore, p. 229-235. https://doi.org/10.2307/284131

(1987) – *Quintus Sertorius and the Legacy of Sulla*. Fayetteville: University of Arkansas Press

STERCKX, Claude

(2005) – Taranis, Sucellos *et quelques autres: le dieu souverain des Celtes, de la Gaule à l'Irlande*. Vol. 2. (Mémoires de la Société belge d'études celtiques, 23) Bruxelles: Société Belge d'Études Celtiques

(2009) – *Mythologie du Monde Celtique*. Paris: Marabout

STOCKER, Arthur F.

(1941) – A New Source for the Text of Servius. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 52. Harvard, p. 65-97

STOCKHAMMER, Philipp W.

(2012a), ed. – *Conceptualizing Cultural Hybridization. A Transdisciplinary Approach*. Heidelberg; London: Springer.

(2012b) – Conceptualizing Cultural Hybridization in Archaeology. In STOCKHAMMER, Philipp W. (ed.) – *Conceptualizing Cultural Hybridization. A Transdisciplinary Approach*. Heidelberg; London: Springer, p. 43-58

SUÁREZ PIÑEIRO, Ana Maria

(2009) – *A romanización en Galicia*. A Coruña: Toxosoutos

SYME, Ronald

(1969) – Pliny, the Procurator. *Harvard Studies in Classical Philology*, 73. Harvard, p. 201-236

(1970) – The conquest of the North-West Spain. In: *Legio VII Gemina*, Leon: Catedra de San Isidoro; Diputación Provincial, p. 79-107

TALBERT, Richard J. A.

(2007) – Author, Audience and the Roman Empire in the Antonine Itinerary. In RUDOLF HAENSCH, Rudolf; HEINRICHS, Johannes, eds. – *Herrschen und Verwalten: Der Alltag der Römischen Administration in der Hohen Kaiserzeit*. Köln: Böhlau Verlag, p. 256–270

TARRÍO, Ana María S.

(2010) – Memória e intencionalidade na transmissão humanística de material epigráfico. A propósito de uma inscrição da *Gallaecia* na *Geographia* do Dr. João de Barros (*CIL*II, 2422) *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* (SEBarc), 8. Barcelona, p. 179-200

TATO, José Fernandes

(1966) – As cheias do rio Douro. In *O rio e o mar na vida da cidade. Exposição documental…* Porto: Câmara Municipal, p. 156-177

TAYLOR, Lily Ross

(1946) – The date of Capitoline *Fasti*. *Classical Philology*, 41:1 (jan. 1946). Chicago: University of Chicago Press, p. 1-11

(1951) – New indications of Augustan editing in the Capitoline *Fasti*. *Classical Philology*, 46:2 (april 1951). Chicago: University of Chicago Press, p. 73-80

TEIXEIRA, Carlos

(1936) – Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense: 1 – O Monte do Castro (Castrum Maximum). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 21 (4). Porto, p. 231-254, il.

(1938) – Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense: 3 - A Fonte do Ídolo e o culto de Nabia. *Prisma. Revista de Filosofia, Ciência e Arte*. Vol. 2:3. Porto, p. 145-153

(1941) – Notas arqueológicas sobre as minas de ouro das Banjas (na Serra de Valongo). *Prisma. Revista de Filosofia, Ciência e Arte*. Vol. 5:1. Porto, p. 24-25

(1955-1956) – Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense. *Bracara Augusta*, 6-7 (1-4). Braga, p. 17-38, il.

TEIXEIRA, Ricardo A.

(1996) – *De* Aquae Flaviae *a Chaves – Povoamento e Organização do Território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(2011a) – Idade Média. Dados e perspetivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (sécs. IX-XIV). In *O Rio da Memória: Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, s.d. [2011], p. 199-232

(2011b) – Aljube eclesiástico, muralha castreja, rua de S. Sebastião 53-55. In DELGADO, A.; VALENÇA, P.; GUIMARÃES, M. (coord.) – *Morro da Sé de porta a porta*. Porto: Porto Vivo, SRU, p. 50

TEIXEIRA, Ricardo A.; **DORDIO**, Paulo

(2000) – Intervenção arqueológica na Casa do Infante: dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto. *Al-Madan*. 2ª Série. 9. Almada, p. 132-134

TERESO [*et al.*], João Pedro

(2016) – TERESO, João P.; BETTENCOURT, Ana M. S.; RAMIL-REGO, Pablo; TEIRA-BRIÓN, Andrés; LÓPEZ-DÓRIGA, Inés; LIMA, António; ALMEIDA, Rubim – Agriculture in NW Iberia during the Bronze Age: A review of archaeobotanical data. *Journal of Archaeological Science: Reports,* 10, p. 44-58. https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2016.07.011

(2018) – TERESO, João P., VAZ, Filipe, JESUS, Ana, PEREIRA, Sérgio, F, ESPÍ, Israel y SASTRE-BLANCO, José – Os *horrea* na Quinta de Crestelos (Mogadouro) na Idade do Ferro e Romanização: dados arqueobotânicos sobre armazenagem e construção. *Cadernos do GEEvH,* 7 (2) – Special issue: Encontro de Carpologia Ibérica. Coimbra, p. 95-137

TEMÍN, Peter

(2012) – The Contribution of Economics. In SCHEIDEL, Walter (ed.) – *The Cambridge Companion to the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 45-70

THOMANN, Günther

(1998) – Vossius, Isaac. In BAUTZ, Friedrich-Wilhelm; BAUTZ, Traugott, eds. – *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon* [Verlag Traugott Bautz GmbH]. Vol. 13. Herzberg. Disp. em https://www.bbkl.de/public/index.php/frontend/lexicon/V/Vl-Vo/vossius-isaak-72769

THOMAS, Julian

(1996) – *Time, Culture and Identity: as interpretive archaeology*. London; New York: Routledge

THOMAS, Nicholas

(1994) – *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel, and Government*. Princeton: Princeton University Press

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

TORELLI, Mario

(1996) – La romanización de Lucania. In BLÁZQUEZ, José María; ALVAR, Jaime, eds. – *La Romanización en Occidente*. Madrid : Editorial Actas, p. 69-99

TORRENS, Philippe

(1993) – Introduction. In COMBES-DOUNOUS, Jean-Isaac (trad.); VOISIN, Catherine (rev. e notas); TORRENS, Philippe (introd. e bibliog.) – *Appien: les guerres civiles a Rome. Livre I*. Paris: Les Belles Lettres, p. 7-22

TORRES MARTÍNEZ, Jesús F.

(2005) – *A economía dos celtas da Hispania atlántica. II. Economía, território e sociedade*. A Coruña: Toxosoutos

TORRES RODRIGUEZ, Casimiro

(1949) – Límites geográficos de Galicia en los siglos IV y V. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 14. Santiago de Compostela, p. 367-383

(1952) – *Conquista de Galicia por los Romanos, antes de las Guerras Cántabras*. Sep. de Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela (N. 57-60 (1951-1952, p. 77-110). Santiago de Compostela: Universidade s.d.

(1976) – La conquista romana de Galicia. In VV.AA – *La Romanización de Galicia*. La Coruña: Ediciones del Castro, p. 11-30

(1982) – *La Galicia Romana*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza

TOVAR, Antonio

(1974) – *Iberisches Landeskunde. Zweiter teil. Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 1. Baetica.* Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner

(1976) – *Iberisches Landeskunde. Zweiter teil. Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 2. Lusitanien.* Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner

(1985) – La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos. In DE HOZ, Javier (ed.) – *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad, p. 227-253

(1989) – *Iberisches Landeskunde. Segunda parte. Las tribus y las ciudades de la Antigua Hispania. Tomo 3: Tarraconensis*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner

TOVAR, António; **NAVASCUÉS**, Joaquín María de

(1950) – Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular. *Boletín de Filología: Miscelânea de Filologia, Literatura e História cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919).* Vol. 2. Lisboa, p. 178-191

TRAINA, Giusto

(2007) – La géographie entre érudition et politique: Pline l'Ancien et les frontières de la connaissance du monde. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.) – *La invención de una geografia de la Península Ibérica. II. La época imperial. (Actas del Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid entre el 3 y el 4 de abril de 2006).* Madrid: Diputación de Málaga; Casa de Velázquez, p. 95-114

TRANOY, Alain

(1977) – A propos des *Callaeci* de Pline. Epigraphie et peuplement. *Bracara Augusta*, 31. Braga, p. 225-233

(1980) – Religion et Societé à *Bracara Augusta* (Braga) au Haut-Empire Romain. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1979)*. Vol. 3. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 67-84, il.

(1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité.* Paris: Diffusion de Boccard

(1983) – Remarques sur la permanence et les mutations de la Galice Antique: le rôle des villes. In *Actas del II Seminário de Arqueología del Noroeste*. Madrid : Ministério da Cultura, p. 193-201

(1993) – Communautés indigènes et promotion juridique dans le nord-ouest ibérique, In *Ciudad y Comunidad Cívica en Hispania. Siglos II y III d.C. Actes du coloque organize par la Casa de Velázquez (...) Madrid, 1990*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 27-35

(1995) – La rive Nord du Douro à l'époque romaine: contribution épigraphique à l'étude d'une zone frontière. *Gaya*. 6 (1988-1994). Vila Nova de Gaia, p. 125-136

TRANOY, Alain; **LE ROUX**, Patrick

(1989-1990) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. B – Les inscriptions funéraires. C – Conclusión genérale. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7. Braga, p. 183-232

TREVISIOL, Antonella

(1999) – *Fonti letterarie ed epigrafiche per la storia romana della provincia di Pesaro e Urbino*. Roma: «L'Erma» di Bretschneider

TRIGGER, Bruce G.

(1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica

TRINDADE, Cristina; **CARITA**, Rui

(2017) – A *História de Portugal* de Fernando Oliveira. In VV.AA. – *Primeiros textos de pré-história, história e heráldica*. [FRANCO, José Eduardo; FIOLHAIS, Carlos (dir.) – *Obras pioneiras da cultura portuguesa*, vol 2]. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 37-63

TROTTA, Francesco

(1999) – Estrabón, el Libro III y la tradición geográfica. In ANDREOTTI, Gonzalo Cruz, coord. – *Estrabón e* Iberia*: nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad, p. 81-99

UCKO, Peter

(1989) – Foreword. In SHENNAN, Stephen J. (ed.) - *Archaeological approaches to cultural identity*. («One World Archaeology», Vol. 10). London: Unwin Hyman, p. iii-xxi

UNTERMANN, Jürgen

(1965) – *Elementos de um atlas antroponímico de la Hispania Antigua*. Madrid: CSIC; Universidad de Madrid

(1993) – Anotaciones al estudio de las lenguas prerromanas del noroeste de la Península Ibérica (I). In *Galicia: da Romanidade á Xermanización, Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 367-397

USC DE COMPOSTELA

URIBE AGUDO, Paula

(2019) – Los espácios privados en la Península Ibérica. In SÁNCHEZ LÓPEZ, Elena H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, Macarena (eds.) – *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Granada: Universidad de Granada, p. 273-289

WAHL, Jürgen

(1988) – Três Minas: vorbericht über die archäologischen Untersuchungen im Bereich des römischen Goldbergwerks 1986/87. *Madrider Mitteilungen*, 29. Madrid, p. 221-244

WEBSTER, Jane

(2001) – Creolizing the Roman provinces, *American Journal of Archaeology* 105(2), p. 209–25

WEBSTER, Jane; **COOPER**, Nick, eds.

(1996) – *Roman imperialism: Post-colonial perspectives*, Leicester (Leicester Archaeology Monographs 3)

WEIK, Terrance M.

(2014) – The Archaeology of Ethnogenesis. *Annual Review of Anthropology.* 43. Palo Alto (USA), p. 291–305

WELLS, Peter S.

(2002) – *Beyond Celts, Germans and Scythians. Archaeology and Identity in Iron Age Europe*. Bristol: Bristol Classical Press

WELSH, Jarrett T.

(2011) – Accius, Porcius Licinus, and the Beginning of Latin Literature. *The Journal of Roman Studies,* 101. London, p. 31-50

WILSON, Andrew

(2012a) – Raw materials and energy. In SCHEIDEL, Walter (ed.) – *The Cambridge Companion to the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 133-155

(2012b) – A Forum on Trade. In SCHEIDEL, Walter (ed.) – *The Cambridge Companion to the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 287-291

WINKES, Rolf

(2020) – Brown University at Tongobriga 2004 – 2009: Background, goal, history and strategy of an international collaboration. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 53-61. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

WINKES, Rolf; **DEREE**, Katerina Thomas; **URBANUS**, Jason

(2020) – Tongobriga: Brown University. Summary of collaborative excavations and studies 2004-2009. In SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. – *Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação* («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 65-79. Disp. em: www.culturanorte.gov.pt.

WINKES, Rolf; **THOMAS**, Katerina; **URBANUS**, Jason

(s.d.) – *Tongobriga: Summary of Brown University's Collaborative Excavations and Studies (2004 -2009)*. S.l.; s.d.; relatório disponível em

https://www.academia.edu/41954418/Tongobriga_Summary_of_Brown_Universitys_Collaborative_Excavations_and_Studies_2004_2009_

WITCZAK, Krzysztof Tomasz

(2003) – El río de Olvido. *Veleia*, 20. Vitoria, p. 355-359

WOOD, Mark; **QUEIROGA**, Francisco, eds.

(1992) – *Current Research on the Romanization of the Western Provinces*. BAR, Int. Series, S575. Oxford: Tempus Reparatum

WOODWARD, Kathryn

(2014) – Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz T. (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn – *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 7-72

WOOLF, Greg

(1992) – The unity and diversity of Romanization. *Journal of Roman Archaeology*, 5, p. 349-352

(1995a) – The formation of Roman provincial cultures. In METZLER, Jeannot; MILLETT, Martin; ROYMANS, Nico; SLOFSTRA, Jan (eds.) – *Integration in the Early Roman West. The role of Culture and Ideology. Papers arising from the international conference at the Titelberg (Luxembourg) (...) 1993*. Luxembourg: Musée National d'Histoire et d'Art, p. 9-18

(1997) – Beyond Romans and Natives. *World Archaeology*, 28: 3 («Culture Contact and Colonialism»). Routledge, p. 339-350

(1998) – *Becoming Roman. The Origins of Provincial Civilization in Gaul.* Cambridge: Cambridge University Press

(2009) – Cruptorix and his kind. Talking ethnicity on the middle ground. In DERKS, Ton; ROYMANS, Nico, eds. (2009) – *Ethnic Constructs in Antiquity. The role of power and tradition*. Amsterdam University Press, p. 207-217

(2013) – Ethnography and the Gods in Tacitus' Germania. In ALMAGOR, Eran; SKINNER, Joe (eds.) – *Ancient Ethnography. New Approaches*. London: Bloomsbury, p. 133-152

(2014) – Romanization 2.0 and its alternatives. *Archaeological Dialogues*, 21 (1). Cambridge University Press, p. 45-50. doi:10.1017/S1380203814000038

(2021) –Taking the long view. Romanization and Globalization in Perspective. In BELVEDERE, Oscar; BERGEMANN, Johannes (eds.) – Imperium Romanum: *Romanization between Colonization and Globalization.* («Studi e Materiali», 2). Palermo: Palermo University Press, p. 19-31

WULFF ALONSO, Fernando

(2001) – Sociedades, economias, culturas. In ROLDÁN HERVÁS, José M.; WULFF ALONSO, Fernando – *Citerior y Ulterior. Las provincias romanas de Hispania en la era republicana*. Madrid: Istmo, p. 349-623

(2003) – *Las esencias patrias. Historiografía y Historia Antigua en la construcción de la identidad española (Siglos XVI-XX)*. Barcelona: Crítica

VALE, Carlos

(1987) – *A freguesia de Santa Maria de Gulpilhares*. Gulpilhares [V. N. Gaia]: Junta de Freguesia

VALERA, António Carlos

(2005) – *Holocénico (o Blog).* Lisboa: Edições Colibri; Era Arqueologia

(2007) – Arqueologia Empresarial e Produção do Conhecimento: uma análise crítica da situação portuguesa. *Al-Madan*, 2.ª série, 15. Almada, p. 75-82

(2011) – Quatro questões à «Arqueologia Espanhola». In ALMANSA SÁNCHEZ, Jaime (ed.) – *El futuro de la Arqueología en España*. Madrid: JAS Arqueología, p. 243-248

VAN BERCHEM, Denis

(1937) – L'Annone militaire dans l'Empire romain au III^{e} Siècle. *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 8^{e} sér., t. LXXX. Paris, p. 117–202

VAN DOMMELEN, Peter

(1998) – Punic persistence: colonialism and cultural identities. In LAURENCE, Ray; BERRY, Joanne, eds. – *Cultural Identity in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, p. 25-48

VAN OYEN, Astrid

(2015) – Deconstructing and reassembling the Romanization debate through the lens of postcolonial theory: from global to local and back? *Terra Incognita – Annual Review of Archaeological Master Research in Flanders (Belgium)*. Vol. 6. Leuven, p. 205-225

VAQUERIZO GIL, Desiderio

(2018) – De la arqueología «en» la ciudad a la arqueologia «de» la ciudad: Córdoba como yacimiento único. In BERNARDES, João P.; ETCHVARNE, Carlos; LOPES, M.ª Conceição; COSTA, Carlos (eds.) – *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. S.l.: Universidade do Algarve, p. 12-49

VARELA, Alex Gonçalves

(2001) – *«Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»: filósofo natural e homem público – Uma análise das Memórias Científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. Dissertação de Mestrado em Geociências apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas [Brasil]

VARELA, Alex G.; **LOPES**, M.ª Margaret; **FONSECA**, M.ª Rachel F.

(2002) – Os minerais são uma fonte de conhecimento e de riquezas: as memórias mineralógicas produzidas por José Bonifácio de Andrada e Silva. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. 9:2 (ag. 2002). Rio de Janeiro, p. 405-409. https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000200009

VARELA, José Manuel

(2010) – Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos). In *O Rio da Memória: Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 108–111 e 142–145

(2013a) – O sítio do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos), o Rio Leça e as Navegações na Antiguidade. *Al-madan*, 2,ª série, 18 (julho 2013). Almada, p. 75-81

(2013b) – Ânfora Haltern 70 recolhida no «Mar de Matosinhos». *Al-madan Online*, II Série, 17, tomo 2 (Jan. 2013). Almada, p. 110-111. https://issuu.com/almadan/docs/maqueta_17_2_completa__online_/111

VARELA, José Manuel; **MORAIS**, Rui

(2014) – Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castêlo (Guifões, Matosinhos). In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo, SOUSA, M.ª José (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Tomo 2 (Monografias da SECAH II). Porto; Madrid: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Ex Officina Hispana, p. 407-416

VARIA

(1939) – *Varia*. Muralha primitiva da cidade. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2. Porto, p. 259-261

VASCONCELOS, José Leite de

(1898) – O «Castêllo» de Guifões. *O Archeologo Português*, vol. 4. Lisboa, p. 270-272

(1901) – F. Martins Sarmento. Extractos da correspondência de F. Martins Sarmento (1881-1883). *O Archeologo Português*, vol. 6. Lisboa, p. 30-48 (= *Rev. Guimarães*, 1900)

(1903) – Archeologia bracaraugustana: inscrições romanas. *O Arqueólogo Português*, 8: 10-12 (out.-dez. 1903). Lisboa, p. 296-299

(1905a) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal.* Vol 2. Lisboa: Imprensa Nacional

(1905b) – Os Grovios. *O Archeologo Português*, 1.ª série. 10: 10-12. Lisboa, p. 287-294

(1906) – Bibliographia. *O Archeologo Português*. 1.ª série. 11: 9-12. Lisboa, p. 321-379

(1909) – Nota a respeito dos Grovios e Celticos. *O Archeologo Português,* 1.ª série. 14. Lisboa, p. 131-132

(1913) – *Religiões da Lusitania na parte que pr*incipalmente se refere a Portugal. Vol 3. Lisboa: Imprensa Nacional

(1917) – Por Trás-os-Montes. *O Archeologo Portuguez*, 22. Lisboa, p. 1-53

(1918) – Coisas velhas: 96 - Braga romana. *O Arqueólogo Português*, 23: 1-12 (jan.-dez. 1918). Lisboa, p. 356-360

(1921-1922) – Três inscrições. *O Archeologo Português*. 1.ª série. 25. Lisboa. p. 247-250

(1923-1924) – Monumentos arqueológicos. *O Arqueólogo Português*, 26. Lisboa, p. 164-165

(1931) – Cale e Portucale. *Revista Lusitana*. 29. Lisboa, p. 50-56 [republicado, sem alterações, em VASCONCELOS, 1938]

(1935) – Bibliografia: Livro «As Origens da cidade do Porto», por Mendes Corrêa. *Revista Lusitana*. 33. Lisboa, p. 315-318 [republicado, sem alterações, em VASCONCELOS, 1938b]

(1938a) – Cale e Portucale. In VASCONCELOS, José Leite de – *Opúsculos. Vol. 5 – Etnologia (Parte 1)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 28-38 [republicação, sem alterações, de VASCONCELOS, 1931]

(1938b) – Primórdios do Pôrto. In VASCONCELOS, José Leite de – *Opúsculos. Vol. 7 – Etnologia (Parte 2)*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1394-1400 [republicação, sem alterações, de VASCONCELOS, 1935]

VAZ [*et al.*], Filipe C.; **MARTÍN-SEIJO**, María; **CARNEIRO**, Sérgio; **TERESO**, João P.

(2016) – Waterlogged plant remains from the Roman healing spa of *Aquae Flaviae* (Chaves, Portugal): Utilitarian objects, timber, fruits and seeds. *Quaternary International*. Vol. 404, Part A (6 June 2016), p. 86-103. https://doi.org/10.1016/j.quaint.2015.09.063

VAZ, João L. Inês

(1993) – *A* ciuitas *de Viseu. Espaço e Sociedade*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (= VAZ, 1997)

(1997) – *A* ciuitas *de Viseu. Espaço e Sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2 vols.

(2009) – *Lusitanos no tempo de Viriato*. Lisboa: Ésquilo

VÁZQUEZ VARELA, José Manuel; **ACUÑA CASTROVIEJO**, Fernando

(1976) – Pervivencia de las formas culturales indígenas. In ACUÑA CASTROVIEJO [*et al.*] – *La Romanización de Galicia*. [Cuadernos del Seminario (…) de Sargadelos, 16]. La Coruña: Ediciones del Castro, p. 77-84

VÁZQUEZ VARELA, José Manuel; **RODRÍGUEZ COLMENERO**, António

(1993 [1995]) – Arte prehistórico y romano. In RODRÍGUEZ IGLESIAS, F. – *Colección Galicia. Arte*. t. IX. A Coruña: Hércules Ediciones

VEIGA, A. B. da Costa

(1929) – Bibliografia**.** *Sertorius*, por Adolfo Schulten (…). *O Arqueólogo Português*, 1.ª série, 27 (1925-1926). Lisboa, p. 220-224

VELAZA FRÍAS, Javier

(1989) – Aportaciones a la interpretación del bronce de Montealegre (Valladolid). *Faventia*, 11: 2. Barcelona, p. 105-120

VELÁZQUEZ SORIANO, Maria Isabel

(2017) **–** *Tegula* con inscripción de Vila Nova de Gaia. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial, p. 256

VELOSO, João L.

(2020) **–** «*Portucalem Castrum Nouum*». Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o estudo dos materiais cerâmicos alto-medievais do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, n.º 5 (Porto). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1619-1625. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa119

(2021) **–** *Ocupação e Consumos no Porto através do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, Nº. 5 (séculos V-VIII).* Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

VELOSO, Manuel Pires

(1963) – Valadares em demanda das suas raízes. Notas preliminares. In *Vila Nova de Gaia (Terras de Rey Ramiro). II Festival Folclórico e Etnográfico de Gulpilhares*. Vila Nova de Gaia: Rancho Regional de Gulpilhares, p. 139-144

VELOZO, Francisco José

(1965) – Introdução. In CARDOSO, José – Estrabão. Livro III da Geografia. Primeira contribuição para uma nova edição crítica. Porto: Centro de Estudos Humanísticos

VERSLUYS, Miguel John

(2014) – Understanding objects in motion. An *archaeological* dialogue on Romanization. *Archaeological Dialogues*, 21 (1). Cambridge University Press, p. 1-20. doi:10.1017/S1380203814000038

VEYNE, Paul

(1992) – *Humanitas*: Romanos e Não Romanos. In GIARDINA, Andrea (dir.) – *O homem romano*. Lisboa: Presença, p. 281-302

VIANA, Abel

(1955) – Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo, Portugal). *Zephyrus*, 6. Salamanca, p. 61-88

VIANA, Abel; **OLIVEIRA**, Manuel S.

(1954) – «Cidade Velha» de Santa Luzia (Viana do Castelo). *Revista de Guimarães*, 64 (1-2). Guimarães, p. 40-72

VIAL-LOGEAY, Anne

(2017) – Délocaliser la culture? Quelques remarques sur l'*Histoire Naturelle* de Pline l'Ancien et la culture de son temps. In CIPRÉS, Pilar (ed.) – *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania citerior*. («Anejos de Veleia». Acta; 14). Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, p. 15-31

VIDAL LOJO, Miguel A.; **NAVEIRO LÓPEZ**, Juan

(2020) – Contrastes y similitudes entre dos poblados fortificados galaicos. La cerámica. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela (coord.) – *Atas do Congresso Internacional «Cultura Castreja: Identidade e Transições».* Vol. 2. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, p. 259-280

VIEIRA, Marina A.

(2004) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 36]

VILA FRANCO, Mª Isabel

(2012) – *La monetización del Noroeste de la Península Ibérica a través de la red viária terrestre en época romana*. Tese de Doutoramento em História Antiga apresentada à Universidade de Santiago de Compostela

VILLA VALDÉS, Ángel

(2012) – Santuarios urbanos en la Protohistoria cantábrica: algunas consideraciones sobre el significado y función de las saunas castreñas. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos*, t. 17. Oviedo, p. 9-46

(2014) – Los espacios ceremoniales castreños : las saunas y casas de asamblea. Evolución formal y mutación ideológica en el tránsito de la Edad del Hierro a época romana. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 1. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 429-443

VILLANUEVA ACUÑA, Manuel

(1991) – Problemas de la implantación agraria romana y la organización del território en la peninsula ibérica en el Alto Imperio. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série II, H.ª Antigua, 4. Madrid, p. 319-350

(1993a) – O *Ius Latii* e a transformación do Hábitat Galaicorromano. In *Galicia: da Romanidade á Xermanización, Actas do Encontro Científico en Homenaxe a Fermín Bouza Brey*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 33-39

(1993b) – Condicionantes de la economía rural romana: aplicación al análisis de la economía de las *villae* peninsulares. *II Congresso Peninsular de História Antiga: Coimbra, 18 a 20 de outubro de 1990. Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 931-954

(1994) – Aspectos de la organización económica de las *villae* de Hispaniae. *Espacio, Tiempo y Forma*. Série II, H.ª Antigua, 7. Madrid, p. 105-139

(1998) – Da comunidade prerromana á galaicorromana. As fontes clásicas e a sús contribución para o problema. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António (ed.) – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico: actas del Congreso Internacional (Lugo 1996)*, vol. 1 Lugo: Diputación Provincial de Lugo, p. 675-682

(2011) – Problemas en torno a la organización administrativa del noroeste en los inicios del Imperio. *Hispania antiqva*, 35.Valladolid, p. p. 67-82

(2016a) – Reflexiones sobre el proceso de control del territorio galaico y la creación de las divisiones administrativas augusteas. *Hispania antiqua*, 40. Valladolid, p. 119-134

(2016b) – A conquista do Noroeste. In DOPICO CAÍNZOS, Maria Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (eds.) – Clausus est Ianus*: Augusto e a transformación do noroeste hispano*. [*PHILTÁTES. Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1]. Lugo: Deputación de Lugo, p. 59-71

VILLANUEVA ACUÑA, Manuel; **CAVADA NIETO**, M.ª Milagros

(2002) – El edicto de Bembibre, los distritos estrabonianos y los territorios de las comunidades indígenas. In HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, Luis; SOLANA SÁINZ, José M.ª, coord. – *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua «La Península Ibérica hace 2000 años» (Valladolid, 23-25 nov. 2000)*. Valladolid: Universidad, p. 409-415

VILLARES, Ramón

(1991) – *História da Galiza*. Lisboa: Livros Horizonte

VITORINO, Pedro

(1937) – *Notas de Arqueologia Portuense*. (Documentos e Memórias para a história do Porto, 3). Porto: Câmara Municipal

(1946) – As muralhas do Porto. *Douro Litoral*. 2ª Série. 6. Porto, p. 3-57

VIVES FERRER, Gabriel

(2015) – El fenómeno del bandolerismo como sublevación contra Roma: el caso de Hispania en la época republicana. *Antesteria*, 4. Madrid, p. 187-197

VOSS, Barbara L.

(2015) – What´s new? Rethinking ethnogenesis in the Archaeology of Colonialism. *American Antiquity*, 80 (4). Cambridge, p. 655-670

VV.AA. [Vários Autores]

(2000) – Dossier Arqueologia na Área Metropolitana do Porto. *Al-Madan*. 2ª Série. 9, Almada, p. 73-173

(2010) – *Museu Municipal de Penafiel.* [Catálogo]. Penafiel: Museu Municipal

XAVIER, Carla F.; **CARVALHO**, Helena P. A.; **LOUREIRO**, Eurico D.

(2014) – Land subdivision system at Agras Velhas (Tibães, Braga) and the Roman cadastre of *Bracara Augusta*. Study of lines of continuity. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Mª; NOGALES BASARRATE, Trinidad; RODÀ DE LLANZA, Isabel (eds.) – *Centro y periferia en el mundo clásico: actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Vol. 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 1919-1921

ZABALETA ESTÉVEZ, M. M.

(2000) – Hallazgos numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*. In HAUSCHILD, Theodor; MACIEL, M. J.; MANTAS, V.; NOGALES, Trinidad; OREJAS, Almudena (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Vila Real 1999*. Vol. 6. Porto: ADECAP, p. 395-399

ZENNER, Walter P.

(1996) – Ethnicity. In LEVINSON, David; EMBER, Melvin (dir.) – *Encyclopedia of Cultural Anthropology*. New York: Henry Holt and Company, p. 393-395

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

9.4. Recursos eletrónicos

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Notas prévias

Indicam-se neste apartado as ligações para sítios eletrónicos usados para a redação deste trabalho, que vão citados no texto nos locais respetivos.

Algumas referências bibliográficas de publicações em linha, citadas na secção anterior, levam o respetivo código DOI, quando tal é evidente na publicação.

Todas as hiperligações listadas abaixo estavam ativas à data de conclusão desta dissertação.

1. Fontes clássicas

http://www.attalus.org/latin/bobiensia4.html#archias
http://www.thelatinlibrary.com
http://www.thelatinlibrary.com/obsequens.html#62.
https://penelope.uchicago.edu/Thayer /E/Roman/home.html

2. Bases de dados oficiais (Arqueologia)

https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/
https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2498266

3. Viação romana em Portugal

https://www.viasromanas.pt/

4. Arqueologia militar romana

http://romanarmy.eu/pt/
http://www.man.es/man/actividades/cursos-y-conferencias/20201006-actualidad-arqueologica-3/20210112-romanarmy.html
https://www.youtube.com/watch?v=fXGZVPHf3Oc&t=804s

USC DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

5. Arquivos, bibliotecas e repositórios institucionais diversos

https://www.brown.edu/Departments/Joukowsky_Institute/fieldwork/tongobrigaexcavations

http://cvb.vrbanitas.es/mostrar_epigrafia_n2/16/ARVCCI
https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3864
http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?order_by=TITLE&q=328645
http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?creator=&order_by=TITLE&q=334956
http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10126

6. Dicionários, enciclopédias, atlas e outras obras de referência

http://arachne.uni-koeln.de/item/buchseite/533275
https://www.britannica.com/biography/Aelius-Donatus
https://www.britannica.com/biography/Lucius-Accius
https://gaffiot.org/data/tx0244.png
http://imperium.ahlfeldt.se/places/17231.html
https://pleiades.stoa.org/places/413058
https://pleiades.stoa.org/places/236488
https://www.treccani.it/enciclopedia/fra-bernardo-de-brito

7. Imprensa diversa

https://diarioatual.com/encontrados-materiais-anteriores-a-fundacao-da-aquae-flaviae-nas-traseiras-da-adega-do-faustino/.
https://www.facebook.com/watch/?v=627205531567730.

8. Software

https://www.dstretch.com/

9. Cartografia

https://portalsig.cm-porto.pt/portal/apps/sites/#/mipweb/app/b7b0793856bb4c4cb342dde1230fcd02.

10. Diversos

https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=8721743).
chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.cm-pacosdeferreira.pt/files/am0511.pdf
https://www.flaminianextone.eu/it/scheda-punto-di-interesse/poi/ad-calem-cagli-118/
http://manueljosecunha.blogspot.com/
https://www.youtube.com/watch?v=y2PHFV6fDQ4

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA